ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 96

Brasília - DF, sexta-feira, 20 de maio de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Senado Federal 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Ciência e Tecnologia 6
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 13
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Integração Nacional 54
Ministério da Justiça 55
Ministério da Pesca e Aquicultura 63
Ministério da Previdência Social 64
Ministério da Saúde 64
Ministério das Cidades 71
Ministério das Comunicações 72
Ministério das Relações Exteriores 75
Ministério de Minas e Energia 75
Ministério do Desenvolvimento Agrário 83
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 87
Ministério do Meio Ambiente 89
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 90
Ministério do Trabalho e Emprego 90
Ministério do Turismo 91
Ministério dos Transportes 91
Conselho Nacional do Ministério Público 92
Ministério Público da União 93
Tribunal de Contas da União 146
Poder Judiciário 165
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 238

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.407, DE 19 DE MAIO DE 2011

Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que "estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências", a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-B:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

"Art. 11-B. As empresas referidas no § 1º do art. 1º, habilitadas nos termos do art. 12, farão jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como ressarcimento das contribuições de que tratam as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970, e 70, de 30 de dezembro de 1991, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e a pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes.

§ 1º Os novos projetos de que trata o **caput** deverão ser apresentados até o dia 29 de dezembro de 2010, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

§ 2º O crédito presumido será equivalente ao resultado da aplicação das alíquotas previstas no art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, sobre o valor das vendas no mercado interno, em cada mês, dos produtos constantes dos projetos de que trata o **caput**, multiplicado por:

I - 2 (dois), até o 12º mês de fruição do benefício;

II - 1,9 (um inteiro e nove décimos), do 13º ao 24º mês de fruição do benefício;

III - 1,8 (um inteiro e oito décimos), do 25º ao 36º mês de fruição do benefício;

IV - 1,7 (um inteiro e sete décimos), do 37º ao 48º mês de fruição do benefício; e

V - 1,5 (um inteiro e cinco décimos), do 49º ao 60º mês de fruição do benefício.

§ 3º Fica vedado o aproveitamento do crédito presumido previsto no art. 11-A desta Lei nas vendas dos produtos constantes dos projetos de que trata o **caput**.

§ 4º O benefício de que trata este artigo fica condicionado à realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, inclusive na área de engenharia automotiva, correspondentes a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do crédito presumido apurado.

§ 5º Sem prejuízo do disposto no § 4º do art. 8º da Lei nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, fica permitida, no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, a habilitação para alteração de benefício inicialmente concedido para a produção de produtos referidos nas alíneas "a" a "e" do § 1º do art. 1º desta Lei, para os referidos nas alíneas "f" a "h", e vice-versa.

§ 6º O crédito presumido de que trata o **caput** extingue-se em 31 de dezembro de 2020, mesmo que o prazo de que trata o § 2º deste artigo ainda não tenha se encerrado.

§ 7º (VETADO).

§ 8º (VETADO).

§ 9º (VETADO).

§ 10. (VETADO).

§ 11. (VETADO).

§ 12. (VETADO).

§ 13. (VETADO)."

Art. 2º O art. 16 da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 16. .....
.....

Parágrafo único. Para efeito de interpretação, o regime de tributação de que trata o art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, não impede nem prejudica a fruição dos benefícios e incentivos fiscais de que tratam os arts. 1º, 11, 11-A e 11-B desta Lei." (NR)

Art. 3º O art. 3º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 3º .....

Parágrafo único. Para efeito de interpretação, o regime de tributação de que trata o art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, não impede nem prejudica a fruição dos benefícios e incentivos fiscais de que trata esta Lei." (NR)

Art. 4º O art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 56. .....
.....

§ 4º O regime especial de tributação de que trata este artigo, por não se configurar como benefício ou incentivo fiscal, não impede ou prejudica a fruição destes." (NR)

Art. 5º (VETADO).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto aos arts. 2º, 3º e 4º, o disposto no inciso I do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Brasília, 19 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Fernando Damata Pimentel
Aloizio Mercadante

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 2, DE 2011

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa Várzeas do Tietê".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Estado de São Paulo;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares norte-americanos);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário;

VI - prazo de desembolso: 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato;

VII - amortização: em prestações semestrais, consecutivas e sempre que possível iguais, pagas em 15 de janeiro e em 15 de julho de cada ano, vencendo a primeira 5 (cinco) anos após a data de vigência do contrato e a última até 25 (vinte e cinco) anos após esta data;

VIII - juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxas de juros baseadas na Libor, acrescidos de um spread para empréstimos do capital ordinário;

IX - comissões: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a ser estabelecida periodicamente pelo BID, calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, exigida juntamente com os juros;

X - despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, sendo que o valor devido em um semestre determinado não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de São Paulo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de maio de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.486, DE 19 DE MAIO DE 2011

Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia, firmado em Brasília, em 9 de agosto de 2005.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia celebraram, em Brasília, em 9 de agosto de 2005, um Acordo Básico de Cooperação Técnica;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 644, de 18 de setembro de 2009;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 17 de agosto de 2010, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo IX;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia, firmado em Brasília, em 9 de agosto de 2005, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio de Aguiar de Patriota

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GÂMBIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Gâmbia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Determinados a fortalecer os laços de amizade existentes entre seus povos;

Considerando o interesse mútuo em aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento sócio-econômico de seus respectivos países;

Convencidos da necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo as vantagens recíprocas resultantes da cooperação técnica em áreas de interesse comum;

Desejosos de desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico;

Compartilhando a visão de que a cooperação triangular deve ser desenvolvida por ambas as Partes Contratantes de acordo com as leis e regulamentos de seus respectivos países,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Acordo Básico de Cooperação Técnica, doravante denominado "Acordo", tem por objeto promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes e, mutuamente, atuar em prol do desenvolvimento econômico e social de terceiros países.

ARTIGO II

1. Os programas e projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares.

2. Igualmente por meio de Ajustes Complementares, serão definidos as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários à implementação dos mencionados programas e projetos.

3. Dos programas e projetos a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo, poderão participar instituições dos setores público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países e organismos internacionais, conforme acordado por meio de Ajustes Complementares.

4. As Partes Contratantes contribuirão, em conjunto ou separadamente, para a implementação dos programas e projetos aprovados, bem como poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores.

ARTIGO III

1. Serão realizadas reuniões entre representantes das Partes Contratantes para tratar de assuntos pertinentes aos programas e projetos da cooperação técnica, como:

a) avaliar e definir áreas comuns prioritárias nas quais seria viável a implementação de cooperação técnica;

b) estabelecer mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes Contratantes;

c) examinar e aprovar Planos de Trabalho;

d) analisar, aprovar e acompanhar a implementação dos programas e projetos de cooperação técnica; e

e) avaliar os resultados da execução dos programas e projetos implementados no âmbito deste Acordo.

2. O local e a data das reuniões serão acordados por via diplomática.

ARTIGO IV

Cada uma das Partes Contratantes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não serão divulgados nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte Contratante; e na cooperação triangular, também dos terceiros países, indicando sempre que os dados e produtos obtidos dos projetos implementados resultam do esforço conjunto realizado pelas Partes Contratantes e pelos terceiros países.

ARTIGO V

As Partes Contratantes assegurarão ao pessoal enviado por uma das Partes Contratantes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário relativo à sua instalação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária ao cumprimento de suas funções específicas, bem como outras facilidades a serem especificadas nos Ajustes Complementares.

ARTIGO VI

1. Cada Parte Contratante concederá ao pessoal designado pela outra Parte Contratante para exercer suas funções no seu território, no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso, com base na reciprocidade de tratamento, desde que não se trate de brasileiros em território brasileiro ou estrangeiros com residência permanente no Brasil:

a) vistos, conforme as regras aplicáveis a cada Parte Contratante, solicitado por canal diplomático;

b) isenção de taxas aduaneiras e de outros impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os primeiros seis meses de estada, com exceção de taxas relativas a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência legal no país anfitrião seja superior a um ano. Tais objetos deverão ser reexportados ao final da missão, a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;

c) isenção e restrição idênticas àquelas previstas na alínea "b" deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos sobre renda quanto a salários a cargo de instituições da Parte Contratante que os enviou. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes Contratantes;

e) imunidade jurisdicional no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito deste Acordo; e

f) facilidades de repatriação em situações de crise.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte Contratante que o envie e deverá ser aprovada pela Parte Contratante que o recebe.

ARTIGO VII

O pessoal enviado de um país a outro no âmbito do presente Acordo deverá atuar em função do estabelecido em cada programa ou projeto e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião, ressalvado o disposto no Artigo VI do presente Acordo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL 1808

ARTIGO VIII

1. Os bens, equipamentos e outros itens eventualmente fornecidos por uma Parte Contratante à outra, para a execução de programas e projetos desenvolvidas no âmbito deste Acordo, como definido e aprovado no respectivo Ajuste Complementar, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

2. Ao término dos programas e projetos, todos os bens, equipamentos e demais itens que não tiverem sido transferidos a título permanente à outra Parte Contratante pela que os forneceu serão reexportados com igual isenção de direitos de exportação e outros impostos normalmente incidentes, com exceção de taxas e encargos relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

3. No caso da importação ou exportação de bens destinados à execução de programas e projetos desenvolvidas no âmbito do Acordo, a instituição pública encarregada da execução será responsável pelas medidas necessárias à liberação alfandegária dos referidos bens.

ARTIGO IX

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes manifeste, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses após o recebimento da notificação.

3. Em caso de denúncia do presente Acordo, inclusive no caso da cooperação triangular com terceiros países, os programas e projetos em execução não serão afetados, salvo quando as Partes Contratantes convierem diversamente, por escrito.

4. O presente Acordo poderá ser emendado nos termos do parágrafo primeiro deste Artigo.

ARTIGO X

As Partes Contratantes concordam que:

1. Serão elegíveis, no âmbito deste Acordo, os terceiros países que tiverem acordos de cooperação técnica com ambas as Partes Contratantes.

2. O planejamento da cooperação técnica a ser implementada no âmbito do presente Acordo será consubstanciado em documentos de projetos que explicitem os objetivos almejados, a justificativa para sua implementação, o cronograma de execução, os custos estimados e as fontes de financiamento.

3. As Partes Contratantes acompanharão a execução dos programas e projetos de cooperação técnica implementados e avaliarão seu andamento, em comum acordo com os terceiros países.

4. As facilidades, privilégios e imunidades das Partes Contratantes, no caso de programas e projetos a serem implementados no território de terceiros países, serão regidas pelos acordos de cooperação técnica firmados entre cada uma das Partes Contratantes e o terceiro país.

ARTIGO XI

As controvérsias surgidas na implementação do presente Acordo serão dirimidas por todos os meios pacíficos e amigáveis admitidos no Direito Público Internacional, privilegiando-se a realização de negociações diretas entre as Partes Contratantes.

Feito em Brasília, em 9 de agosto de 2005, em dois (2) exemplares, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA GÂMBIA
MOUSSA GIBRIL BALA GAYE
Secretário de Estado de Relações Exteriores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIOES

DECRETO DE 19 DE MAIO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, YOUSUF AL-USAIMI, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Emirados Árabes Unidos.

Brasília, 19 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio de Aguiar Patriota

DECRETO DE 19 DE MAIO DE 2011

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grã-Mestra da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve

A D M I T I R

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz, DAOUDA DIABATÉ, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Côte d'Ivoire.

Brasília, 19 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio de Aguiar Patriota

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 139, de 19 de maio de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 30.563.

Nº 140, de 19 de maio de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 30.585.

Nºs 141 e 142, de 19 de maio de 2011. Encaminhamento à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal respectivamente, do relatório contendo os limites de empenho e movimentação financeira que caberão aquelas Casas, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

Nº 143, de 19 de maio de 2011. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal, do relatório contendo os limites de empenho e movimentação financeira que caberão aquele Poder, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

Nº 144, de 19 de maio de 2011. Encaminhamento à Procuradoria-Geral da República, do relatório contendo os limites de empenho e movimentação financeira que caberão aquele Órgão, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

Nº 145, de 19 de maio de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional, do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2011, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Nº 146, de 19 de maio de 2011. Encaminhamento ao Senado Federal,

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2011 (MP nº 512/10), que "Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que 'estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências', a Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001".

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§§ 7º a 13 do art. 11-B da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, inseridos pelo art. 1º do projeto de lei de conversão:

"§ 7º O tratamento previsto neste artigo, bem como os demais incentivos desta Lei, estende-se aos empreendimentos instalados ou que venham a se instalar em Municípios abrangidos pela área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

§ 8º A habilitação permitida no § 5º deste artigo não prejudica o benefício já concedido para as atividades originalmente habilitadas, bem como novas habilitações para os produtos referidos nas alíneas "a" a "e" do § 1º do art. 1º desta Lei.

§ 9º Além das empresas já habilitadas nos termos do art. 12 desta Lei, poderão apresentar novos projetos as empresas já habilitadas no regime da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e a pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes.

§ 10. Os novos projetos de que tratam o § 7º e o § 9º deste artigo deverão ser apresentados até o dia 20 de maio de 2011, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

§ 11. O Poder Executivo disporá em regulamento sobre as condições para que novas empresas possam se habilitar para a realização de novo empreendimento industrial que não implique a transferência de unidade já instalada no país, bem como para que as empresas beneficiárias da Lei nº 9.826, de 1999, possam optar pelos benefícios estabelecidos neste artigo.

§ 12. Os novos projetos de que trata o § 11 deste artigo deverão ser apresentados até o dia 20 de maio de 2011, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

§ 13. O Poder Executivo aplicará aos projetos de que trata este artigo, para implantação respectiva, pelo prazo máximo de 42 (quarenta e dois) meses contado da data de sua aprovação, o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 1º desta Lei, sem prejuízo da fruição do crédito presumido de que trata este artigo, para o período subsequente à conclusão do projeto até o termo final fixado no § 6º deste artigo."

Razões dos vetos

"Os dispositivos propostos extrapolam os valores originalmente previstos para a renúncia fiscal, uma vez que ampliam a área geográfica para a instalação de empreendimentos, permitem a habilitação de novas empresas e possibilitam a acumulação de benefícios."

Os Ministérios da Fazenda e da Ciência e Tecnologia opinaram, ainda, pelo veto ao dispositivo abaixo:

Art. 5º

"Art. 5º As empresas que obtiverem benefícios baseados na Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, e na Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, que não cumpriram suas obrigações, tendo gerado pendências, transitadas em julgado, de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e possuam inscrições em dívida ativa da União perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, decorrentes desse descumprimento, terão seu registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) suspenso, sendo impedidas de realizar atividades industriais e comerciais no País até a regularização das pendências."

Razões do veto

"A suspensão de atividades produtivas por não cumprimento dos requisitos de obtenção dos benefícios configura-se sanção desproporcional, além de acarretar consideráveis prejuízos sociais e econômicos. Ademais, a legislação tributária já dispõe de mecanismos para assegurar o adequado cumprimento das obrigações assumidas e a aplicação das penalidades."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 218, DE 19 DE MAIO DE 2011

Atribui ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a competência de assessoramento ao Advogado-Geral da União relativamente ao disposto no art. 31,§ 4º, combinado com o § 1º, da Lei nº 12.269, de 11 de junho de 2010.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, § 4º, combinado com o § 1º, da Lei nº 12.269, de 11 de junho de 2010, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Atribuir ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União - CSAGU, na sua função consultiva, prevista pela Portaria nº 1.643, de 19 de novembro de 2009, a competência para propor a edição de atos normativos à disciplina de concursos públicos, de provas e títulos, destinados ao provimento de cargos da carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.

Art. 2º No exercício da competência de que trata o art. 1º desta Portaria, a composição do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, prevista no art. 8º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, acrescida dos seguintes membros, com direito a voz e voto:

I - o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil; e

II - o representante eleito da carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 385, DE 19 DE MAIO DE 2011

Atribui aos Escritórios de Representação no Estado de São Paulo a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir aos Escritórios de Representação no Estado de São Paulo, no âmbito de suas respectivas competências territoriais, a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, competindo-lhes, também, a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

PORTARIA Nº 386, DE 19 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte, Procuradoria Seccional Federal em Mossoró e as Procuradorias Federais Especializadas junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º, I, da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte - PF/RN, a Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN - PSF/Mossoró/RN e as unidades das Procuradorias Federais Especializadas junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em Natal/RN, prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da PF/RN.

Art. 2º A colaboração dar-se-á pelo período compreendido entre 20 de maio de 2011 e 20 de agosto de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

PORTARIA Nº 387, DE 19 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal no Estado do Acre e as Procuradorias Federais Especializadas junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Acre - IFAC.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º, I, da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º As unidades das Procuradorias Federais Especializadas junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Acre - IFAC, todas com sede em Rio Branco/AC, prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Acre.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Rio Branco/AC e a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Acre - IFAC realizarão a atividade de consultoria e assessoramento jurídico da Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Rio Branco/AC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 956, DE 19 DE MAIO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de ampliar a discussão, de forma a consolidar a inclusão das pessoas surdas;

Considerando a histórica dificuldade de equiparação de oportunidades das pessoas com deficiência, bem como as inúmeras demandas, problemas e possíveis soluções; e

Considerando as obrigações de promover consultas às pessoas com deficiência e suas entidades representativas, impostas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pelo Protocolo Facultativo, ratificados pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, e do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Designar comissão de acompanhamento das políticas públicas voltadas à inclusão das pessoas surdas, composta por um representante, titular e suplente, de cada órgão a seguir indicado:

I - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que a coordenará;

II - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS;

III - Três associações representativas das pessoas com deficiência auditiva sediadas no Distrito Federal; e

IV - Associação ou Sindicato dos Intérpretes de Libras - Língua Brasileira de Sinais, no Distrito Federal.

Parágrafo único. Os membros desta Comissão serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados pela Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 2º Para participação nos debates, poderão ser convidados especialistas, representantes de outros órgãos, de conselhos de direitos que trabalhem com a temática das pessoas com deficiência auditiva, instituições públicas ou privadas.

Art. 3º A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República dará o suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.

Art. 4º A participação nas atividades da Comissão é de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO
CGC 27.316.538/0001-66

BALANCETE PATRIMONIAL EM 30 DE ABRIL DE 2011 - PROVISÓRIO

ATIVO	R$ MIL	PASSIVO	R$ MIL
CIRCULANTE	**91.206**	**CIRCULANTE**	**24.108**
Caixa e Bancos	49.329	Empréstimos	1.550
Aplicações Financeiras	19.725	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	2.855
Clientes	16.232	Fornecedores de Materiais, Serviços e Obras	1.215
Almoxarifado	30	Depósito Garantia Taxas Portuárias	2.660
INSS / Convênios	63	Provisões Operacionais	0
Tributos a Recuperar	3.837	Provisões p/ Ações Judiciais	7.817
Outros Impostos a Recuperar	0	Outras Exigibilidades	8.011
Despesas Diferidas	199	**NÃO CIRCULANTE**	**107.663**
Adiantamento a Empregados/Fornecedores	1.780	Empréstimos	45.070
Outros Valores a Receber	11	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	50.013
NÃO CIRCULANTES	**152.364**	Provisão p/ Ação Judicial	12.580
Realizável a Longo Prazo	48.051		
Investimento	112		
Imobilizado	103.740	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**111.799**
Intangível	306	Capital Social	164.193
Diferido	155	Reserva de Capital	8.444
		Prejuízo Acumulado	-60.838
TOTAL DO ATIVO	**243.570**	**TOTAL DO PASSIVO**	**243.570**

Em 19 de maio de 2011.

ANGELO JOSÉ DE CARVALHO BAPTISTA
Diretor Presidente

SANDRA SARMENTO DE ARAGÃO PELISSARI
Diretor de Administração e Finanças

HUGO JOSÉ AMBOSS MERÇON DE LIMA
Diretor de Comercialização e Fiscalização

DANILO ROGER MARÇAL QUEIROZ
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento

ELI BATISTA DE ARAUJO PIROLA
Contadora - CRC- -ES 5764.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 989, DE 19 DE MAIO DE 2011

Inscreve o aeródromo público Pedro Teixeira Castelo - Regional Tauá (CE) no cadastro de aeródromos.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 41, incisos VIII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e tendo em vista as informações que constam nos autos do processo nº 60800.030544/2010-92, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC, abrindo-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Pedro Teixeira Castelo;

II - código OACI: SDZG;

III - município (UF): Tauá (CE);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 05° 56' 00" S / 40° 17' 51" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALENCAR FILGUEIRAS VIÉGAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 984, DE 19 DE MAIO DE 2011

Implementação do Protocolo Digital no âmbito da Superintendência de Segurança Operacional.

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 43 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 180, do dia 21 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Implementar o Protocolo Digital no âmbito da Superintendência de Segurança Operacional.

Art. 2º Uma pessoa jurídica poderá protocolar documentos digitalizados através do sítio da ANAC no endereço http://www.anac.gov.br/sigadpd/, sendo necessário prévio cadastro nesta autarquia federal.

Parágrafo primeiro. O cadastramento será realizado por meio de registro do CNPJ das pessoas jurídicas, respectivamente, e apresentação de TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE, cujo modelo poderá ser encontrado no sítio da ANAC, no endereço http://www2.anac.gov.br/biblioteca/modelostabelas.asp e deve ser assinado:

I - pelo Diretor de Operações ou Gerente de Operações de ente regulado sob a égide dos RBAC 121 ou 135;

II - pelo gestor das demais entidades reguladas por esta Superintendência.

Parágrafo segundo. O cadastramento deverá ser realizado na sede ou em qualquer unidade regional da ANAC, sendo o mesmo endereçado para SSO/RJ.

Art. 3º O usuário poderá fazer uso do sistema a partir do momento em que receber uma notificação eletrônica (*e-mail)* informando uma senha de acesso.

Art. 4º O uso do sistema está condicionado à guarda do documento original por período indeterminado ou até que haja autorização expressa da ANAC para o descarte deste.

Art. 5º Esta Superintendência poderá, a qualquer momento, requisitar a apresentação dos documentos originais para fins de comprovação de sua veracidade.

Art. 6º Os arquivos deverão estar em formato PDF, sendo possível o envio de múltiplos arquivos.

Art. 7º Revoga a Portaria nº 724/SSO, de 13 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 72, Seção 1, Página 2.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 108, DE 19 DE MAIO DE 2010

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 21000.006823/2010-07, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, o anteprojeto de Instrução Normativa que publica o Regulamento Técnico para Fabricação de Partida Piloto para Registro ou Alteração de Fórmulas de Produto Veterinário de Natureza Farmacêutica registrados.

Art. 2º O objetivo da presente consulta pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, visando receber sugestões de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Art. 3º Durante o prazo estipulado no art. 1º desta Portaria, o anteprojeto de Instrução Normativa encontrar-se-á disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.agricultura.gov.br, e as sugestões de que trata o art. 2º, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas, por escrito, para o seguinte endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários/Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários, Esplanada dos Ministérios, Anexo A, 4º andar, sala 447, Brasília - DF, CEP: 70.043-900, para o fax: (61) 32182874, ou para o endereço eletrônico: produtosveterinarios@agricultura.gov.br.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

ANEXO

ANTEPROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº , DE DE DE 2010.

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e o que consta do Processo nº 21000.006823/2010-07, resolve:

Art. 1° Estabelecer os critérios e procedimentos para a fabricação de partida piloto para registro de produto de uso veterinário de natureza farmacêutica ou alteração de fórmulas de produto de uso veterinário de natureza farmacêutica registrados.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2° Para efeito desta instrução Normativa são adotadas as seguintes definições:

I - Ações preventivas e corretivas: ações adotadas durante a fase de produção de um produto de uso veterinário, visando prevenir e corrigir desvios, que alterem a qualidade e especificidade do produto final.

II - escala piloto: volume reduzido de produção, em relação à escala industrial, de um produto de uso veterinário de natureza farmacêutica. Deve ser utilizada em sua fabricação procedimentos representativos e que simulem aquele da escala industrial**;**

III - especificações farmacotécnicas: parâmetros técnicos estabelecidos no desenvolvimento de um novo produto ou fórmula farmacêutica, baseados no conhecimento das técnicas de obtenção de um produto de uso veterinário de natureza farmacêutica, preparo ou produção e nos estudos de estabilidade, condições de acondicionamento e parâmetros de segurança e eficácia esperados;

IV - partida comercial ou industrial: partida produzida na capacidade dos equipamentos e instalações;

V - partida piloto: partida representativa da partida comercial, produzida nas mesmas condições, equipamentos e instalações da partida comercial, ou em planta piloto;

VI - protocolo de produção: registro documental detalhado de todas as etapas da fabricação de uma partida de produto farmacêutico, desde a pesagem das matérias-primas até a embalagem final, com a identificação dos responsáveis por cada uma das etapas envolvidas no processo fabril, incluindo todas as etapas do controle da qualidade;

VII - similaridade entre partidas: demonstração de que as variáveis do processo e os parâmetros de controle da qualidade de um produto de uso veterinário não diferem de forma significativa entre si, após comparação estatística entre partidas.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3° A partida piloto deve ser composta de três partidas produzidas consecutivamente com a finalidade de se avaliar a reprodutibilidade do processo de fabricação e o atendimento às especificações farmacotécnicas.

Art. 4° Sempre que possível, as três partidas que compõem a partida piloto, devem ser fabricadas com distintas partidas da (s) mesma (s) substância(s) ativa(s) que comporá o produto final.

Art. 5° Nas etapas da fabricação das três partidas que compõem a partida piloto, devem ser avaliados todos os possíveis pontos críticos envolvidos na elaboração do produto acabado e quais as ações preventivas e corretivas devem ser tomadas em cada uma destas etapas críticas.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DA PARTIDA PILOTO

Art. 6° A empresa interessada deve protocolar, por intermédio do seu responsável técnico, documento solicitando a autorização para a fabricação da partida piloto na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA de sua jurisdição, com antecedência mínima de 45 dias do início previsto para a fabricação, contendo, no mínimo:

I - nome da empresa solicitante; endereço completo; CNPJ;

II - nome da empresa fabricante; endereço completo; CNPJ;

III - nome ou código da partida piloto; capacidade dos equipamentos industriais; volume industrial a ser produzido; volume da partida piloto a ser produzida;

IV - fórmula qualitativa e quantitativa e forma farmacêutica do produto;

V - tipos de apresentação e embalagem do produto;

VI - descrição das etapas do processo de produção e equipamentos utilizados;

VII - procedimento para eventuais descartes da partida piloto;

VIII - cronograma de realização das atividades, incluindo as datas de início e término da produção; e

IX - modelo de identificação do produto, onde deve constar:

a) nome ou código do produto;

b) número da partida piloto, precedido pelas letras "PP"; e

c) data da fabricação.

§1° A empresa deve informar o local de armazenamento da partida piloto, que deve ser segregado e identificado com os dizeres: "PARTIDA PILOTO".

§2° Alterações no cronograma devem ser apresentadas com antecedência mínima de quinze dias úteis do início da fabricação.

§ 3º No caso de produto desenvolvido no exterior com solicitação de registro para a fabricação no Brasil, é obrigatória a solicitação de fabricação de partida piloto de acordo com as exigências estabelecidas neste regulamento técnico.

Art. 7° A SFA/UF procederá à análise da solicitação e emitirá parecer favorável ou indeferimento no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua protocolização.

Art. 8° O processo de solicitação de autorização de partida piloto, bem como a autorização emitida pelo MAPA, devem ser apensadas ao processo de solicitação de registro ou alteração de fórmula do produto.

CAPÍTULO IV

DO VOLUME DA PARTIDA PILOTO

Art. 9° O volume da partida piloto deve conter, no mínimo, uma quantidade equivalente a 10% (dez por cento) da partida comercial, desde que essa quantidade seja suficiente para mimetizar as condições de produção da partida comercial;

§1° No caso da capacidade mínima do equipamento ser superior a 10% (dez por cento) da partida comercial, o volume da partida deve atender a capacidade mínima do equipamento utilizado.

§2° Para produtos cuja concentração do princípio ativo esteja na ordem de dosagem abaixo de 0,99 (zero vírgula noventa e nove) miligramas por unidade posológica, não são permitidas partidas com quantitativo diferente da partida comercial.

§3° Para a partida piloto fabricada com volume diferente do volume comercial e submetida aos testes de estabilidade acelerado ou de longa duração, objetivando estimar ou definir o prazo de validade do produto de uso veterinário de natureza farmacêutica, respectivamente, devem ser apresentados os resultados do estudo de acompanhamento da primeira partida comercial produzida.

CAPÍTULO V

DO RELATÓRIO DE ELABORAÇÃO DE PARTIDA PILOTO

Art. 10. O relatório de elaboração da partida piloto deve ser apresentado junto ao processo de solicitação de registro ou alteração de fórmula de produto de uso veterinário, contendo, no mínimo:

I - Relação das matérias primas utilizadas, com as suas respectivas especificações técnicas, origem, procedência, identificação da(s) partida(s) e data(s) de validade;

II - Relação dos materiais de embalagem utilizados, com as suas respectivas especificações técnicas, origem, procedência, identificação da(s) partida(s) e data(s) de validade;

III - Relação dos controles da qualidade realizados na matéria prima, com as respectivas metodologias e suas referências, laudo(s) analítico(s) do(s) fornecedor(es) e do controle de qualidade do fabricante ou proprietário;

IV - Cópia dos protocolos de produção das três partidas que compõem a partida piloto. Os protocolos de produção devem permitir a rastreabilidade das atividades referentes à produção e ao controle da qualidade e conter, no mínimo:

a) o nome do produto;

b) o número da partida que estiver sendo fabricada;

c) as datas e os horários de início e término dos diferentes estágios intermediários de produção;

d) identificação do operador responsável pelos diferentes estágios de produção;

e) os números de referência dos materiais utilizados e a quantidade de cada um deles, incluindo o número e a quantidade de qualquer material devolvido ou reprocessado que tenha sido adicionado;

f) os controles em processos realizados, a(s) rubricas da(s) pessoa(s) que os tenha(m) executado e os resultados obtidos;

g) o rendimento obtido e as observações sobre qualquer desvio significativo do rendimento esperado;

V - Relação dos controles da qualidade utilizados na(s) etapa(s) do processo de fabricação, com as respectivas metodologias, suas referências e laudo(s) analítico(s)

VI - Relação dos controles da qualidade realizados no produto acabado, com as respectivas metodologias, suas referências e laudo(s) analítico(s);

VII - Relação dos pontos críticos envolvidos na elaboração do produto acabado e as ações preventivas e corretivas;

VIII - Relatório de similaridade entre as partidas que compõem a partida piloto;

IX - Relatório de estabilidade, segundo o regulamento técnico vigente para testes de estabilidade de produto de uso veterinário de natureza farmacêutica;

X - Relatório do estudo de eficácia;

XI - Relatório dos estudos de segurança, incluindo estudos para a determinação do período de carência, quando o produto for indicado para animais produtores de alimentos para consumo humano;

XII - Conclusão dos estudos.

Art. 11. Para fins de registro ou alteração de fórmula de produto importado, será aceita a apresentação de relatórios e documentos referentes à fabricação de três partidas comerciais, em substituição da fabricação da partida piloto, desde que seja demonstrada a similaridade entre as partidas.

Parágrafo único. Será aceito a apresentação de relatórios e documentos referentes à fabricação de três partidas comerciais de produto fabricado no país e destinado exclusivamente a exportação, para fins de licenciamento de produto, desde que a fabricação deste produto tenha autorização do MAPA.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os documentos referentes à fabricação da partida piloto devem permanecer disponíveis no estabelecimento detentor de registro durante pelo menos 10 anos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 13. Havendo interesse em comercializar a partida piloto após a obtenção da licença do produto, a empresa deve apresentar, junto ao relatório técnico de solicitação de registro, para análise e julgamento do MAPA, o procedimento que será adotado para adequar o produto (embalagem primária e rotulagem) aos padrões exigidos na legislação em vigor.

Art. 14. Uma vez demonstrada à similaridade entre as partidas constituintes da Partida-Piloto, por intermédio de ensaios físico-químicos e microbiológicos apropriados, a empresa, a seu critério poderá escolher,, uma das três partidas para a realização dos estudos de segurança e eficácia, e quando aplicável estudo de depleção de resíduos;

Parágrafo único. Para produto importado e produto desenvolvido no exterior em que há solicitação de licenciamento para a fabricação no Brasil, podem ser aceitos estudos de estabilidade, segurança e eficácia, e quando aplicável estudo de depleção de resíduos realizados com partidas comerciais diferentes da partida piloto, desde que a similaridade entre elas seja demonstrada e a estabilidade seja demonstrada de acordo com a legislação vigente.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Fica revogada a Instrução Normativa nº 26, de 29 de setembro de 2005.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA SDA Nº 109, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, o contido no Parecer nº 189, de 16 de maio de 2011, da Comissão Técnica nomeada pela Portaria Ministerial nº 1132, de 19 de novembro de 2008, e o que consta do Processo nº 21000.003225/2007-72, resolve:

Art. 1º Revogar o ato suspensivo de que trata a Portaria nº 521, de 26 de outubro de 2010, relacionada ao Laboratório São Camilo de Análise de Alimentos e Água Ltda., CNPJ nº 07.182.805/0001-42, situado na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, nº 349, Parque Industrial Mario Bulhões da Fonseca, CEP: 87.065-660, Maringá/PR, credenciado para realizar Análises Físico-Químicas de Alimentos de Origem Animal e Água, através da Portaria nº 188, de 14 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 223, de 17 de novembro de 2008, Seção 1, pág. 4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

Ministério da Ciência e Tecnologia

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

PORTARIA Nº 46, DE 19 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo em vista a delegação de competência outorgada pela Portaria GM/MCT nº 473, de 28 de julho de 2008, e o que consta do Processo Administrativo nº 01350.000052/2011-30, resolve:

Art. 1º. Autorizar a descentralização de crédito e o repasse de recursos para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, UG 240106, Gestão 00001, no valor de R$ 15.700.000,00 (quinze milhões e setecentos mil reais), na Ação 10ZL - Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4, segundo o que consta do Processo Administrativo supra versado.

Art. 2º. A Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento - DSAD, com o apoio da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA, exercerá o acompanhamento da execução do objeto da presente descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º. O órgão executor beneficiário expressamente submeteu-se aos ditames normativos em vigor, e, em especial, ao teor da Portaria Normativa PRE/AEB nº 9, de 29 de janeiro de 2010 e deverá restituir à AEB, até o final do exercício de 2011, os créditos não empenhados e os saldos financeiros.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 47, DE 19 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo em vista a delegação de competência outorgada pela Portaria GM/MCT nº 473, de 28 de julho de 2008, e o que consta do Processo Administrativo nº 01350.000051/2011-95, resolve:

Art. 1º. Autorizar a descentralização de crédito e o repasse de recursos para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, UG 240106, Gestão 00001, no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Ação 10ZK - Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3, segundo o que consta do Processo Administrativo supra versado.

Art. 2º. A Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento - DSAD, com o apoio da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA, exercerá o acompanhamento da execução do objeto da presente descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º. O órgão executor beneficiário expressamente submeteu-se aos ditames normativos em vigor, e, em especial, ao teor da Portaria Normativa PRE/AEB nº 9, de 29 de janeiro de 2010 e deverá restituir à AEB, até o final do exercício de 2011, os créditos não empenhados e os saldos financeiros.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 48, DE 19 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo em vista a delegação de competência outorgada pela Portaria GM/MCT nº 473, de 28 de julho de 2008, e o que consta do Processo Administrativo nº 01350.000050/2011-41, resolve:

Art. 1º. Autorizar a descentralização de crédito e o repasse de recursos para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, UG 240106, Gestão 00001, no valor de R$ 38.500.000,00 (trinta e oito milhões e quinhentos mil reais), na Ação 10ZJ - Desenvolvimento do Satélite AMAZÔNIA-1, segundo o que consta do Processo Administrativo supra versado.

Art. 2º. A Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento - DSAD, com o apoio da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA, exercerá o acompanhamento da execução do objeto da presente descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º. O órgão executor beneficiário expressamente submeteu-se aos ditames normativos em vigor, e, em especial, ao teor da Portaria Normativa PRE/AEB nº 9, de 29 de janeiro de 2010 e deverá restituir à AEB, até o final do exercício de 2011, os créditos não empenhados e os saldos financeiros.

MARCO ANTONIO RAUPP

PORTARIA Nº 49, DE 19 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo em vista a delegação de competência outorgada pela Portaria GM/MCT nº 473, de 28 de julho de 2008, e o que consta do Processo Administrativo nº 01350.000047/2011-27, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a descentralização de crédito e o repasse de recursos para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, UG 240106, Gestão 00001, no valor de R$ 9.270.000,00 (nove milhões, duzentos e setenta mil reais), na Ação 10ZG - Desenvolvimento do Satélite LATTES, segundo o que consta do Processo Administrativo supra versado.

Art. 2º. A Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento - DSAD, com o apoio da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA, exercerá o acompanhamento da execução do objeto da presente descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º. O órgão executor beneficiário expressamente submeteu-se aos ditames normativos em vigor, e, em especial, ao teor da Portaria Normativa PRE/AEB nº 9, de 29 de janeiro de 2010 e deverá restituir à AEB, até o final do exercício de 2011, os créditos não empenhados e os saldos financeiros.

MARCO ANTONIO RAUPP

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.889/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004346/2010-73.

Requerente: Virológica - Soluções em Microbiologia Ltda.

CNPJ: 10.496.488/0001-43.

Endereço: Rua Coelho Neto, 551 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto/SP, CEP 14085-710.

Assunto: Solicitação de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Data de Protocolo: 18/10/10

Próton: 42012/10

Assunto: Solicitação de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB / NB-1.

Extrato Prévio nº: 2571/10 publicado em 05/11/10

Decisão: DEFERIDO

Número do CQB concedido: 322/11

O Presidente da CIBio da instituição solicitou Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para o Laboratório de Pesquisa, considerado pela requerente como sendo de nível de biossegurança 1 para atividade de pesquisa em regime de contenção com microrganismos considerados como pertencentes à classe 1 de risco biológico. A empresa encontra-se incubada na modalidade de residente na incubadora de empresas SUPERA/FIPASE, de Ribeirão Preto e pretende fazer o "Desenvolvimento de kit de detecção rápida para Bocavirus humano". A instituição encaminhou à CTNBio documentação referente à descrição das instalações, planta baixa, características especiais relacionadas à biossegurança, equipamentos utilizados e constituição formal da Comissão Interna de Biossegurança. De acordo com o que foi descrito pelo solicitante, a empresa apresenta todos os requisitos técnicos para a realização dos trabalhos propostos no âmbito do CQB. Além disso, a equipe de pesquisadores apresenta capacidade técnica para lidar com os projetos propostos em condições de biossegurança, o que pode ser auditado pela análise de seus currículos.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.890/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000520/2011-90.

Requerente: DNAPTA Biotecnologia Ltda.

CNPJ: 09.552.268/0001-00

Endereço: Av. João Batista Vetorasso, 805. Box 4. Dist. Ind. Waldemar de Oliveira Verdi; São José do Rio Preto/SP CEP 15035-470.

Data de Protocolo: 09/02/11

Próton: 4116/11

Assunto: Solicitação de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB / NB-1.

Extrato Prévio nº: 2721/11 publicado em 28/03/11

Reunião: 142ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 18 de maio de 2011

Decisão: DEFERIDO

Número do CQB concedido: 323/11

O Responsável Legal da Instituição, Dr. Sérgio Moraes Aoki, solicitou Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para as instalações da unidade operativa, considerada pela requerente como sendo de nível de biossegurança 1 para a finalidade de pesquisa em regime de contenção com microrganismos geneticamente modificados da classe 1 de risco biológico. A empresa pretende trabalhar inicialmente com projetos que visam o desenvolvimento de aptâmeros com uso potencial em diagnóstico e tratamento de doenças negligenciadas e câncer. Os projetos envolvem a manipulação de OGM apenas em caráter experimental onde serão utilizados kits de clonagem e transformação bacteriana amplamente conhecida e utilizada à longa data no meio acadêmico e científico. A instituição encaminhou à CTNBio documentação referente à essa solicitação. De acordo com o que foi descrito pelo solicitante, a empresa apresenta todos os requisitos técnicos para a realização dos trabalhos propostos no âmbito do CQB. Pretende-se trabalhar com organismos classificados como classe 1 de risco biológico (Escherichia coli e vetores plasmidiais), com o intuito de desenvolver kits de diagnóstico para diversas enfermidades (câncer e vírus). Os equipamentos existentes no laboratório atendem às exigências legais, bem como as medidas e equipamentos de proteção individual e coletiva adotados. Além disso, a equipe de pesquisadores apresenta capacidade técnica para lidar com os projetos propostos em condições de biossegurança, o que pode ser auditado pela análise de seus currículos.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.891/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº: 01200.000412/2011-17
Requerente: FuturaGene do Brasil Tecnologia Ltda
CNPJ: 12.777.984/0001-09
Endereço: Avenida Dr José Lembo, 1010. Jardim Bela Vista. CEP 18207-780. Itapetininga/SP
Assunto: Pedido de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB
Extrato Prévio: 2693/2011 de 10/03/11
Decisão: DEFERIDO
Número do CQB concedido: 325/11

A CTNBio, após apreciação do pedido de emissão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A requerente solicita, através do presidente de sua CIBio, a emissão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para o Laboratório de Repicagem e Multiplicação de Mudas, em Itapetininga/SP, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa em regime de contenção e detecção e identificação de OGM com plantas geneticamente modificadas pertencentes a classe de risco I. O Laboratório de Repicagem e Multiplicação de Mudas é composto de dois ambientes: uma sala administrativa e controle e uma sala laboratório de instalações e tecnologia. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.892/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003588/2009-14
Requerente: BASF SA
CNPJ: 48.539.407/0001-18
Endereço: Av. Faria Lima 3600, São Paulo-SP
Assunto: Alteração de estação quarentenária.
Extrato Prévio: 2.708/2011
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido alteração do local de desembarque e estação quarentenária para importação de sementes para liberação planejada no meio ambiente de arroz geneticamente modificado, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. Inicialmente as sementes seriam encaminhadas para a Embrapa Recursos Genético/CENARGEN, Brasília - DF e o desembarque seria no aeroporto internacional de Brasília-DF. O novo local de desembarque passa a ser Campinas-SP e a estação de quarentena, o Instituto Agronômico de Campinas - IAC, Campinas - SP. O destino do material é a Estação Experimental Agrícola de Santo Antonio de Posse - SP.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.893/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005905/2005-03
Requerente: Nidera Sementes Ltda.
CNPJ: 07.053.693/0001-20
Endereço: Avenida Arlindo Porto n° 439 Parte B - Bairro Cristo Redentor, Patos de Minas -MG
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 2726/2011, publicado em 04/04/2011
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Alteração da Comissão Interna de Biossegurança -CIBio , concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A Nidera Sementes Ltda solicitou à CTNBio a Alteração da Comissão Interna de Biossegurança -CIBio O Sr. Jan Christoph Brockhausen , Responsável Legal da empresa acima citada, requer as seguintes alterações na composição de sua CIBio, em função de processos de reestruturação interna da organização: Exclusão do Eng. Agr.º Abeilard Henrique Fonseca da CIBio/NSL e nomeação do Eng. Agr.º Eduardo Augusto Bignotto como Responsável pela Unidade Operativa de Patos de Minas/MG, nomeação do Eng. Agr.º Marlos Rodrigues dos Santos como Responsável pela Unidade Operativa de Uberlândia/MG, inclusão do Eng. Agr.º Francisco Ide e da Eng. Agr.ª Luciana Marques na composição de sua CIBio e exclusão do Eng. Agr.º Sandro Ricardo Fuzatto da CIBio/NSL e nomeação do Eng. Agr.º Francisco Ide como Responsável pela Unidade Operativa de Ponta Grossa/PR. Pela análise curricular da nova formação da CIBio, concluímos que esta está apta a gerir os riscos associados às atividades propostas no CQB em questão.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.894/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003377/2002-05
Requerente: Embrapa Tabuleiros Costeiros.
CNPJ: 00.348.003/0136-03
Endereço: Av. Beira Mar, 3250, Bairro Jardins, CEP 49025-040, Aracaju/SE
Assunto: Revisão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB
Extrato Prévio: 2757/2011 de 05/05/11
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de Revisão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A requerente solicitou, através do presidente de sua CIBio, a revisão do CQB nº 181/02 para as coordenadas geográficas da área experimental de 1ha localizada no Campo Experimental Jorge do Prado Sobral. As coordenadas corretas da área experimental são: 10° 27' 50"S, 37° 11' 42"W / 10° 27' 50"S, 37° 11' 38"W e 10° 27' 53"S, 37° 11' 42"W / 10° 27' 53"S, 37° 11' 38"W. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que as instalações poderão ser utilizadas apenas para as finalidades propostas e em conformidade com este parecer técnico e com a legislação em vigor. Assim, atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.895/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004073/1996-39
Requerente: Syngenta Seeds Ltda.
CNPJ: 49.156.326/0001-00
Endereço: Avenida Nações Unidas, nº 18001, 4º andar - CEP 04795-900 - São Paulo/SP
Assunto: Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB
Extrato Prévio: 2632/2011 em 11/01/11
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de emissão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A Syngenta solicitou à CTNBio incluir em seu CQB nº 001/96 uma área experimental de 2,73 ha na Unidade de Apoio à Pesquisa da Syngenta Proteção de Cultivos em Holambra/SP para o desenvolvimento de atividades de liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM e descarte com plantas geneticamente modificadas pertencentes à classe de risco I. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que as instalações poderão ser utilizadas apenas para as finalidades propostas e em conformidade com este parecer técnico e com a legislação em vigor. Assim, atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.896/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004791/2010-33
Requerente: BASF SA
CNPJ: 48.539.407/0001-18
Endereço: Av. Faria Lima 3600, São Paulo-SP
Assunto: Alteração de estação quarentenária.
Extrato Prévio: 2.707/2011
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido alteração do local de desembarque e estação quarentenária para importação de sementes para liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico. Inicialmente as sementes seriam encaminhadas para a Embrapa Recursos Genético/CENARGEN, Brasília - DF e o desembarque seria no aeroporto internacional de Brasília-DF. O novo local de desembarque passa a ser Campinas-SP e a estação de quarentena, o Instituto Agronômico de Campinas - IAC, Campinas - SP. O destino do material é a Estação Experimental Agrícola de Santo Antonio de Posse - SP.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.899/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003942/2002-26
Requerente: Alellyx S.A.
CNPJ: 04.893.531/0001-01
Endereço Rod. Anhanguera, Km 104, Rua James Clerk Maxwell, 360, 13069-380, Campinas, SP.
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 2723/2011, publicado em 28/05/11
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação de Alteração da Comissão Interna de Biossegurança -CIBio, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A Alellyx S.A., detentora do CQB nº 184/03, solicitou à CTNBio a alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio. Foram retirados da comissão os membros: Adriana Cheavegatti Gianotto, Dária Pimenta de Oliveira, Efigênia Pinheiro Neves, Hellen Marília Couto de Abreu, João Paulo Porto Barbosa Cardoso, Leonardo dos Anjos Miguel, Wagner Ferreira de Souza; Walter Maccheroni Junior.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que a composição de CIBio proposta atende às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.900/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004185/1996-62

Requerente: Centro de Tecnologia Canavieira

CNPJ: 06.981.381/0002-02

Endereço: Fazenda Santo Antonio, s/n Bairro Santo Antonio, CP 162 Piracicaba-SP

Assunto: Alteração da CIBio

Extrato Prévio: 2.705/2011

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico para solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança, concluiu pelo DEFERIMENTO nos termos deste parecer. A requerente solicitou alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio. Todos integrantes têm experiência em biossegurança para conduzir atividades com organismos geneticamente modificados na instituição. Dessa forma, a atual CIBio passa a ser composta pelos seguintes membros: Maria Carolina Ribeiro Guimarães (Presidente), Rogério S. Loureiro, Sabrina Moutinho Chabregas, Reinaldo Montrazi Barata e Ana Carolina Ribeiro Guimarães.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.901/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000034/2006-12

Requerente: ArborGen Tecnologia Florestal Ltda.

CNPJ: 06.950.451/0001-76

Endereço: Av. Selma Parada, 201 Conj. 102 Cambui, Campinas-SP

Assunto: Alteração da CIBio

Extrato Prévio: 2.738/2011

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico para solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança, concluiu pelo DEFERIMENTO nos termos deste parecer. A requerente solicitou alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio. Todos integrantes têm experiência em biossegurança para conduzir atividades com organismos geneticamente modificados na instituição. Dessa forma, a atual CIBio passa a ser composta pelos seguintes membros: Ana Gabriela Monnerat Carvalho Bassa (presidente), Barbara Wells, Leslie Pearson, Lilian de Aguiar Saldanha, Isabela Ferreira Vitta, Juliana Vansan, Jose Luiz Ferraresco Conti Jr.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.902/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005715/2001-54

Requerente: TECAM - Tecnologia Ambiental.

CNPJ: 67.641.696/0001-06

Endereço Rua Fábia, 59. Vila Romana. CEP 05051-030. São Paulo/SP.

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 2735/2011, publicado em 12/04/11

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação de Alteração da Comissão Interna de Biossegurança -CIBio, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste parecer técnico.

A TECAM - Tecnologia Ambiental, detentora do CQB nº 153/01, solicitou à CTNBio a alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio. O representante legal da instituição, Sra. Janete Walter Moura, nomeou Renata Ribeiro do Val como presidente da CIBio e Felipe Franchim Madeira como membro.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que a composição de CIBio proposta atende às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.903/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000324/2011-15.

Requerente: Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda.

CNPJ: 02.685.377/0008-23.

Endereço: Rua Conde Domingos Papaiz, 413, Suzano, São Paulo.

Prótons: 1598/11 e 4391/11.

Assunto: Solicitação de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB / NB-1.

Extrato Prévio nº: 2687/11 publicado em 22/02/11

Decisão: DEFERIDO

Número do CQB concedido: 324/11

A Sra. Thais Shimura Barea, coordenadora de assuntos regulatórios divisão vacinas da instituição requerente, solicitou Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para a instituição, considerado pela requerente como sendo de nível de biossegurança 1 para transporte, armazenamento, importação e distribuição de vacina (produto acabado). A empresa pretende trabalhar com vacina CYD contra dengue. A instituição encaminhou à CTNBio documentação referente à essa solicitação e informou que a vacina será importada como produto acabado e que não haverá manipulação dos vírus em território nacional. Todas as informações necessárias e aplicáveis nesse caso, à obtenção do CQB foram prestadas pela empresa e foi também informado que a vacina será utilizada apenas em estudos clínicos não havendo qualquer manipulação do OGM em território nacional. Ainda assim, o processo descreve o OGM que compõe a vacina bem como todas as construções genéticas utilizadas para a sua produção. A análise dos currículos dos membros da equipe responsável pela condução dos estudos clínicos permitiu verificar que todos estão habilitados a conduzir procedimentos e gerenciar os riscos envolvendo as atividades propostas. Os procedimentos de limpeza, desinfecção, descontaminação e descarte de material/resíduos foram devidamente descritos e estão de acordo com o que preconizam as normas da CTNBio.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.904/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 142ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 18 de maio de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005298/2004-92

Requerente: Programa de Engenharia Química - COPPE/UFRJ

CQB: 223/06

Assunto: Solicitação de Extensão de CQB NB-1

Próton: 4316/11

Extrato Prévio: 2722/11 publicado em 28/03/11

Reunião: 142ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 18 de maio de 2011

Decisão: DEFERIDO

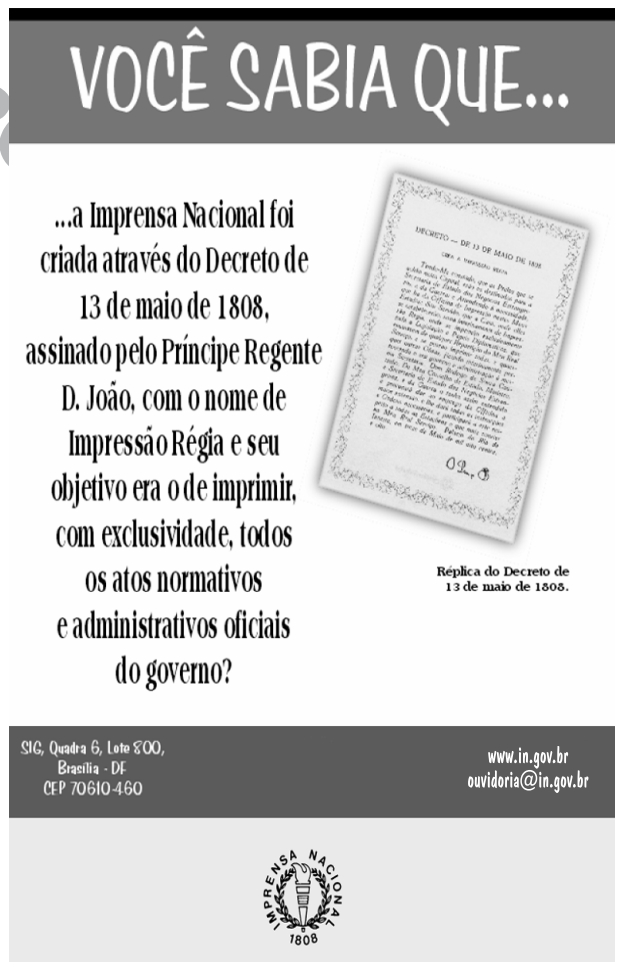
A presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Programa de Engenharia Química da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Dra. Helen Conceição Ferraz, solicitou parecer da CTNBio para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição para as instalações do Laboratório de Instrumentação Biomédica (LIB) para a finalidade de pesquisa em regime de contenção, e armazenamento, com microrganismos geneticamente modificados da classe de risco 1. São descritos todos os equipamentos de proteção individual e procedimentos de biossegurança a serem utilizados no laboratório e os mesmos estão de acordo com o que preconizam as normas da CTNBio. Também foram relacionados todos os equipamentos disponíveis no laboratório para conduzir os experimentos com OGM como autoclave, estufa bacteriológica, incubadora de bancada e cabine de segurança biológica entre outros.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 91, DE 12 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

10-0039 - Elvis e Madona - Distribuição
Processo: 01580.007353/2010-08
Proponente: Pipa Nativa Produção Cultural Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 05.933.574/0001-36
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 347.917,84 para R$ 157.894,80
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 330.521,95 para R$ 150.000,00
Banco: 001- agência: 3118-6 conta corrente: 24.627-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 395, realizada em 09/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
10-0457 - A Cidade
Processo: 01580.043078/2010-88
Proponente: Tempo Serviços de Produção Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 94.307.840/0001-45
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 146.408,00 para R$ 163.508,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 59.127,60 para R$ 73.948,00
Banco: 001- agência: 3202-6 conta corrente: 23.207-6
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 395, realizada em 09/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93.

09-0304 - Amor Sem Fronteiras
Processo: 01580.028771/2009-97
Proponente: Filmes do Equador Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 10.449.094,53 para R$ 7.736.629,25
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 32.728-X
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 32.730-1
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 1.615.471,94
Banco: 001- agência: 1251-3 conta corrente: 32.729-8
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 395, realizada em 09/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO DIAMANTE
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 92, DE 16 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a troca de titularidade do projeto audiovisual abaixo relacionado da empresa Conspiração Filmes S/A para a empresa Lynxfilm Produções Audio-visuais Ltda., que fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

08-0380 - História do Brasil - Parte II
Processo: 01580.037721/2008-10
Proponente: Lynxfilm Produções Audio-visuais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 61.383.022/0001-72
Valor total do orçamento aprovado: R$ 2.085.853,70
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.981.561,01
Banco: 001- agência: 0722-6 conta corrente: 40.946-4
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 394, realizada em 03/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2010

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO DIAMANTE

DELIBERAÇÃO Nº 94, DE 19 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0080- Linda de Morrer - Desenvolvimento
Processo: 01580.005645/2011-89
Proponente: Migdal Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 10.645.895/0001-75
Valor total do orçamento aprovado: R$ 210.526,46
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 18.261-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 393, realizada em 26/04/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0014- O Senhor do Labirinto - Distribuição
Processo: 01580.001878/2011-11
Proponente: Elimar Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 28.026.565/0001-67
Valor total do orçamento aprovado: R$ 440.496,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 393.130,28
Banco: 001- agência: 3441-x conta corrente: 15.867-4
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 393, realizada em 26/04/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
11-0035- A Família Braz II - Distribuição
Processo: 01580.002545/2011-09
Proponente: Videofilmes Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 31.179.864/0001-46
Valor total do orçamento aprovado: R$ 148.070,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 140.666,50
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 36.970-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 392, realizada em 19/04/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
11-0051- Transeunte - Distribuição
Processo: 01580.002559/2011-14
Proponente: Videofilmes Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 31.179.864/0001-46
Valor total do orçamento aprovado: R$ 172.995,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 164.345,25
Banco: 001- agência: 0287-9 conta corrente: 36.971-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 392, realizada em 19/04/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
11-0038- Rosa Morena - Distribuição
Processo: 01580.002565/2011-71
Proponente: Cannes Produções S/A
Cidade/UF: Barueri/SP
CNPJ: 72.672.017/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: R$ 194.330,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 95.163.25
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5377-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 392, realizada em 19/04/2011
Prazo de captação: até 31/12/2011.
11-0037- País do Desejo - Distribuição
Processo: 01580.002564/2011-27
Proponente: Cannes Produções S/A
Cidade/UF: Barueri/SP
CNPJ: 72.672.017/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: R$ 248.900,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 236.455,00
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5378-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 392, realizada em 19/04/2011
Prazo de captação: até 31/12/2011

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos art. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0567- Cataguases
Processo: 01580.053343/2010-36
Proponente: Bananeira Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.140.120/0001-10
Valor total do orçamento aprovado: R$ 4.547.503,24
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.700.000,00
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 29.421-7
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.100.000,00
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 29.423-3
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 520.128,08
Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 29.422-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 392, realizada em 19/04/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
10-0593- Sobre a Verdade
Processo: 01580.055412/2010-46
Proponente: Studio Fátima Toledo Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 00.341.482/0001-43
Valor total do orçamento aprovado: R$ 5.372.834,21
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.600.000,00
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 20.308-4
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.800.000,22
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 20.310-6
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.104.192,28
Banco: 001- agência: 3423-1 conta corrente: 20.309-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 393, realizada em 26/04/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
10-0631- Gota D'Água
Processo: 01580.058283/2010-48
Proponente: Kinotv Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.298.682/0001-96
Valor total do orçamento aprovado: R$ 4.733.530,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 18.259-1
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 18.262-1
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 496.853,50
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 18.260-5
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 393, realizada em 26/04/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
11-0082- Até o Fim do Mundo
Processo: 01580.006057/2011-62
Proponente: Cuatro Damas Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 10.645.237/0001-83
Valor total do orçamento aprovado: R$ 4.272.200,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.986.795,00
Banco: 001- agência: 1270-x conta corrente: 19.495-6
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.986.795,00
Banco: 001- agência: 1270-x conta corrente: 19.497-2
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 85.000,00
Banco: 001- agência: 1270-x conta corrente: 19.496-4
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 393, realizada em 26/04/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
10-0572- Os Penetras
Processo: 01580.053550/2010-91
Proponente: Conspiração Filmes S/A
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.020.661/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: R$ 7.480.438,22
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 16.439-9
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 16.441-0
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.874.600,10
Banco: 001- agência: 3223-9 conta corrente: 16.440-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 394, realizada em 03/05/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 97, DE 18 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 101 de 17 de março de 2008 e Portaria Nº 129, de 28 de abril de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

05-0251 - Águas do Brasil
Processo: 01580.034781/2005-38
Proponente: Canal Azul Produções Culturais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.613.170/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 523.548,80 para R$ 508.548,94
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 392.588,84 para R$ 242.588,84
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 9.043-3
Valor aprovado no artigo 18 da Lei nº. 8.313/91: R$ 104.782,52
Prazo de captação: até 31/12/2010

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

06-0153 - Programa Cine Magazine
Processo: 01580.018169/2006-07
Proponente: Trade Produção e Comunicação Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 00.815.123/0001-80
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

06-0283 - Deserto Azul
Processo: 01580.034881/2006-45
Proponente: Eder San Júnior Cinematográfica e Arte Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 20.462.917/0001-15
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
06-0294 - Natimorto
Processo: 01580.035818/2006-26
Proponente: Camisa Treze Cultural Ltda.
Cidade/UF: Santana de Parnaíba/SP
CNPJ: 05.387.293/0001-25
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93, e mediante patrocínios na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313/91.

07-0073 - O Mineiro e o Queijo
Processo: 01580.008345/2007-75
Proponente: Quimera Filmes Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 22.331.409/0001-23
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0162 - Ecos de um Futuro Brasil
Processo: 01580.017216/2007-78
Proponente: Guapuruvu Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 03.327.485/0001-10
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

06-0426 - Capitães da Areia
Processo: 01580.046118/2006-67
Proponente: Lagoa Cultural e Esportiva Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.700.805/0001-48
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
06-0111 - Minhocas
Processo: 01580.013100/2006-89
Proponente: Glaz Entretenimento Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 02.140.164/0001-40
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 6º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "O Altar do Cangaço" para "Os Últimos Cangaceiros".

08-0303 - Os Últimos Cangaceiros
Processo: 01580.030738/2008-46
Proponente: Corte Seco Filmes Ltda.
Cidade/UF: Fortaleza/CE
CNPJ: 04.761.874/0001-12

Art. 7º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "CromoS" para "Olhe Pra Mim de Novo".

08-0483 - Olhe Pra Mim de Novo
Processo: 01580.046971/2008-41
Proponente: Paleoteve Produção Cultural Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 67.619.171/0001-74

Art. 8º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "Nós 3" para "Os 3".

09-0340 - Os 3
Processo: 01580.034117/2009-12
Proponente: Della Rosa Produções Ltda. - EPP
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 11.023.677/0001-61

Art. 9º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº. 90 de 11/05/2011, publicada no DOU nº. 91 de 13/05/2011, Seção 1, página 59, em relação ao projeto "Nós 3", para considerar o seguinte:

onde se lê:
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.301.063,72 para R$ 1.290.788,03
leia-se:
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.301.063,72 para R$ 1.290.788,03
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 250.000,00 para R$ 0,00

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 273, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria Nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria Nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados no anexo à esta Portaria, para o qual os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 2368 - Nosso Jeito
Associação Artistíca Laugi
CNPJ/CPF: 08.543.631/0001-69
Processo: 01400.006510/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 29.698,00
Prazo de Captação: 20/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O grupo vocal Laugi realizará a montagem e produção de quatro apresentações do espetáculo "Nosso Jeito" com arranjos de música erudita, instrumental e popular voltados a crianças, jovens e adultos de Brasília. As apresentações de 2011 ocorrerão na Sala Martins Pena do Teatro Nacional Cláudio Santoro, no Auditório Master do Centro de Convenções de Brasília, bem como no Teatro da Administração do Guará. Este trabalho será gravado em DVD para divulgar nacional e internacionalmente a entidade.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
10 11638 - Iluminação Monumental do Palácio Guanabara
Suzy Muniz Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 05.862.360/0001-16
Processo: 01400.022629/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.169.980,00
Prazo de Captação: 20/05/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
A proposta consiste em realizar uma intervenção na fachada externa do Palácio Guanabara, por meio da execução de um projeto luminotécnico com o objetivo de exaltar sua exuberância e valorizar o patrimônio histórico, turístico e cultural, articulada com ações que buscam requalificar a construção tombada.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA Nº 110, DE 19 DE MAIO DE 2011

Estabelece os critérios e procedimentos específicos relativos ao Segundo Ciclo de Avaliação para efeito de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano Especial de Cargos da Cultura, lotados no Instituto Brasileiro de Museus.

O Presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), no uso das atribuições que lhe confere o art. 20 do Decreto Nº 6.845, de 7 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto na Lei n° 11.233, de 22 de dezembro de 2005 e no art. 7º do Decreto Nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do Decreto Nº 7.133, de 19 março de 2010, os critérios e procedimentos a serem observados para a realização do segundo ciclo das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC), instituída pelo art. 2º-E da Lei Nº 11.233, de 22 de Dezembro de 2005, incluído pela Lei Nº 11.784, de 22 de Setembro de 2008, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Parágrafo único. A gratificação de que trata o caput deste artigo somente será devida aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano Especial de Cargos da Cultura (PECC), quando lotados no IBRAM e em exercício no seu órgão de lotação, no Ministério da Cultura ou em alguma de suas entidades vinculadas.

Art. 2º A GDAC não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Art. 3º Os valores a serem pagos a título de gratificação de desempenho serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto estabelecido em lei, de acordo com o Anexo I desta Portaria, observados, conforme o caso, o nível, a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

Parágrafo único. Compete ao Departamento de Planejamento e Gestão Interna (DPGI) o planejamento e a coordenação das ações de avaliação de desempenho, supervisionando a aplicação das normas e dos procedimentos para efeito de pagamento da GDAC.

Art. 4º Para efeitos desta Portaria considera-se:

I - Ciclo de Avaliação: período de 12 (doze) meses iniciando em primeiro de janeiro de 2011 e encerrando em 31 de dezembro de 2011;

II - Unidade de Avaliação (UA): a totalidade das unidades organizacionais do IBRAM, inclusive suas unidades museológicas;

III - Plano de Trabalho: documento em que serão registrados os dados referentes a cada etapa do ciclo de avaliação, devendo conter:

a) as ações mais representativas da unidade de avaliação;

b) as atividades, projetos ou processos em que se desdobram as ações;

c) as metas intermediárias de desempenho institucional e as metas de desempenho individual propostas;

d) a vinculação de cada servidor a pelo menos uma ação, atividade, projeto ou processo, devendo abranger o conjunto dos servidores em exercício na unidade de avaliação;

e) os critérios e procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional de todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação, sob orientação e supervisão do gestor e da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD);

f) a avaliação parcial dos resultados obtidos, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo de avaliação; e

g) a apuração final do cumprimento das metas e demais compromissos firmados de forma a possibilitar o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho.

IV - Plano de Trabalho - Metas Individuais: documento norteador das metas de desempenho individuais pactuados entre o servidor e sua chefia imediata;

V - Plano de Trabalho - Metas Institucionais: documento que estabelece as Metas Globais e Intermediárias de desempenho estabelecidas para a unidade de avaliação;

VI - Metas Globais: é o conjunto de metas, fixadas anualmente em Portaria do Presidente do IBRAM, que apontam para os resultados esperados no final do Ciclo de Avaliação, que traduzam a missão e finalidades do IBRAM, elaboradas, no que couber, em consonância com o Plano Plurianual, o Planejamento Estratégico do IBRAM, o Plano Nacional Setorial de Museus e as peças do ciclo orçamentário;

VII - Metas Intermediárias: são metas pactuadas entre as equipes de trabalho e as chefias das unidades museológicas, coordenações gerais, departamentos e coordenações que integram a UA;

VIII - Equipe de Trabalho: servidores subordinados a uma mesma chefia imediata que assumem, em conjunto, a responsabilidade pela condução de uma ou mais ações definidas no Plano de Trabalho;

IX - Chefia Imediata: servidor ocupante de cargo do Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS), responsável pela coordenação da avaliação de desempenho individual do servidor que lhe seja subordinado.

Art. 5º O ciclo de avaliação compreenderá as seguintes etapas e prazos:

I - Publicação das Metas Globais, no Diário Oficial da União, em até 30 dias após a publicação desta Portaria;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - Envio ao Departamento de Planejamento e Gestão Interna do Plano de Trabalho - Metas Intermediárias, em até 30 dias após a publicação das Metas Globais;

III - Envio ao Departamento de Planejamento e Gestão Interna do Plano de Trabalho - Metas Individuais, em até 45 dias após a publicação das Metas Globais;

IV - Publicação, após análise do DPGI, dos Planos de Trabalho - Metas Intermediárias, em até 30 dias após o seu recebimento;

V - Envio pelas unidades administrativas, até 9 de setembro de 2011, de relatórios de acompanhamento do cumprimento das Metas Intermediárias e Individuais ao DPGI;

VI - Preenchimento dos Formulários de Avaliação Individual em dezembro de 2011;

VII - Apuração dos resultados das Avaliações de Desempenho Individuais e Institucional do IBRAM, no mês subsequente ao mês de encerramento do Ciclo;

VIII - período para solicitação de reconsideração da Avaliação de Desempenho Individual, em até 10 dias corridos após a ciência do resultado da avaliação;

IX - período de interposição de recurso, até 10 dias corridos após ciência do resultado da solicitação de reconsideração da Avaliação de Desempenho Individual;

X - Publicação dos resultados das Avaliações de Desempenho Individua e Institucional até 31 de janeiro de 2012; e

XI - Início dos efeitos financeiros do Ciclo de Avaliação, no mês subsequente ao mês de apuração dos resultados.

Parágrafo único: o efeito financeiro do ciclo de avaliação será de doze meses, iniciando-se em 1º de fevereiro de 2012 e se encerrando em 31 de janeiro de 2013.

CAPÍTULO I

DA PONTUAÇÃO DO SERVIDOR

Art. 6º A pontuação da GDAC corresponderá ao somatório das avaliações de desempenho individual do servidor e institucional da unidade de avaliação, observados o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, respeitada a seguinte distribuição:

I - no mínimo 6 (seis) pontos e até 20 (vinte) pontos em decorrência do resultado da Avaliação de Desempenho Individual, sendo:

a) no mínimo 3 (três) pontos e no máximo 10 (dez) pontos em decorrência do cumprimento de Meta de Desempenho Individual; e

b) no mínimo 3 (três) pontos e no máximo 10 (dez) pontos em decorrência da avaliação de Fatores de Desempenho do Servidor;

II - no mínimo 24 (vinte e quatro) pontos e até 80 (oitenta) pontos em decorrência dos resultados da Avaliação de Desempenho Institucional, sendo:

a) no mínimo 12 (doze) pontos e no máximo 40 (quarenta) pontos em decorrência do cumprimento de Metas Globais de desempenho institucional; e

b) no mínimo 12 (doze) pontos e no máximo 40 (quarenta) pontos em decorrência do cumprimento de Metas Intermediárias de desempenho institucional.

Art. 7º Os servidores investidos em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, perceberão a GDAC calculada com base no valor máximo da parcela individual, a qual deverá ser acrescida ao resultado da avaliação institucional do IBRAM, independentemente do órgão ou entidade em que estejam em exercício.

Art. 8º O servidor do PECC não investido em cargo de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) níveis 6, 5, 4, ou equivalente, caso lotado mas não em exercício no IBRAM, perceberá a GDAC:

I - com base na pontuação da avaliação dos fatores de desempenho individual - soma ponderada da avaliação de seu chefe imediato, da avaliação da equipe de trabalho de seu órgão de exercício e da auto-avaliação - acrescida da pontuação relativa à avaliação institucional do órgão de lotação, quando em exercício no Ministério da Cultura ou em alguma de suas entidades vinculadas; ou

II - com base na pontuação máxima da avaliação individual, acrescida da pontuação relativa à avaliação institucional do órgão de lotação, quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei.

Parágrafo único. O servidor abrangido pelo disposto no inciso I deste artigo não terá direito à pontuação relativa à meta de desempenho individual.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

Art. 9º Para o cálculo da avaliação individual serão considerados o desempenho das atribuições regimentais do servidor e sua contribuição para o cumprimento das metas de desempenho institucional por meio de:

I - cumprimento de Meta de Desempenho Individual; e

II - avaliação de Fatores de Desempenho do Servidor.

Art. 10. A avaliação de desempenho individual será feita com base em critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas.

§ 1º As chefias imediatas das equipes de trabalho deverão proceder, nos seus respectivos âmbitos de atuação, a sistemática de avaliação de desempenho individual, de modo a contemplar as metas pactuadas e os compromissos assumidos no Plano de Trabalho, atendendo aos seguintes parâmetros:

I - os critérios, as normas, os procedimentos, os mecanismos de avaliação e os controles necessários ao processo deverão ser compartilhados entre todos os integrantes da equipe de trabalho, garantindo a transparência e a efetividade do processo avaliativo;

II - os responsáveis pela avaliação deverão mapear o desempenho do servidor de forma quantitativa e qualitativa; e

III - a avaliação deverá permitir uma análise objetiva do desempenho funcional do servidor avaliado, de forma a promover e orientar o seu crescimento pessoal e profissional.

IV - a definição da Meta de Desempenho Individual deverá levar em consideração a compatibilidade com as atribuições do servidor, objetividade e possibilidade de mensuração, razoabilidade e recursos e condições disponibilizados para cumpri-los.

§ 2º. As Metas de Desempenho Individual podem ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o órgão ou entidade não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 11. Sob a supervisão da chefia imediata, o processo de Avaliação de Fatores de Desempenho do Servidor será desenvolvido em três dimensões, envolvendo o próprio servidor, membros da equipe de trabalho em que está inserido e o chefe do avaliado, mediante as fases seguintes:

I - Autoavaliação: percepção do servidor a respeito do próprio desempenho funcional ao longo do ciclo, correspondendo a 15% da pontuação total da avaliação de desempenho do servidor;

II - Avaliação da Equipe: média da pontuação atribuída por membros da equipe de trabalho, com referência ao desempenho funcional do servidor avaliado, correspondendo a 25% da pontuação total da avaliação de desempenho do servidor; e

III - Avaliação da Chefia Imediata: análise do desempenho funcional do servidor subordinado, correspondendo a 60% da pontuação total da avaliação de desempenho do servidor.

§ 1º A avaliação da equipe poderá ser realizada por número menor de servidores caso parte de seus membros esteja de licença ou outro impedimento à época da avaliação.

§ 2º Os servidores integrantes de carreiras diversas do art. 1º desta Portaria não serão avaliados na dimensão individual, devendo ser indicado no Plano de Trabalho que não fazem jus à gratificação regulamentada por esta Portaria.

§ 3º Nos casos em que a equipe de trabalho contar com apenas um servidor, a pontuação da equipe será realizada pela chefia imediata.

§ 4º Em caso de impedimento da chefia imediata do servidor na ocasião do processo de avaliação, seu papel será desempenhado pelo seu substituto para efeito do disposto neste artigo.

§ 5º Excepcionalmente, quando existir impedimento do avaliador, o processo de avaliação individual poderá ser conduzido por servidor designado pela Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP).

Art. 12. As Avaliações de Fatores de Desempenho do Servidor serão efetuadas observando os fatores de desempenho e seus respectivos critérios de avaliação, constantes do Anexo II desta Portaria.

§ 1º Para a Avaliação de Desempenho do Servidor, em suas três dimensões, deverão ser considerados os seguintes fatores:

I - Produtividade no Trabalho: otimizar o uso do tempo e dos recursos disponíveis no alcance das metas estabelecidas pela unidade;

II - Conhecimento de Métodos e Técnicas: capacidade de aplicar os conhecimentos de métodos e técnicas requeridos para desempenhar as atribuições do cargo;

III - Trabalho em Equipe: habilidade para trabalhar em equipe, compartilhar conhecimentos e lidar com diferentes pontos de vista;

IV - Comprometimento com o Trabalho: capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em contribuir efetivamente para o alcance das metas e para o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho;

V - Cumprimento de Normas de Procedimento e de Conduta: postura orientada ao cumprimento de normas gerais e procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, observando princípios e regras éticas e morais de senso comum;

VI - Capacidade de Autodesenvolvimento: Capacidade de perceber sua necessidade de desenvolvimento, de tomar iniciativa de procurar fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação e apresenta capacidade de melhorar o seu desempenho no trabalho; e

VII - Capacidade de Iniciativa: Atuar de maneira proativa no seu dia a dia profissional, de identificar a necessidade de melhorias e apresentar soluções.

§ 2º. Em cada um dos fatores o avaliador deverá escolher opção que melhor represente o desempenho do servidor, observando o modelo de aferição constante do Anexo II.

Art. 13. Para garantir a transparência das ações e a efetividade do processo de avaliação de desempenho individual, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - findos 11 (onze) meses da abertura do ciclo, a Divisão de Capacitação e Organização (DCO) notificará do início dos procedimentos de avaliação de desempenho individual e divulgará o acesso ao formulário de avaliação individual, em mídia eletrônica de ampla divulgação no IBRAM;

II - as chefias imediatas, no âmbito da respectiva UA, informarão os servidores a eles subordinados e identificados no Plano de Trabalho sobre o início dos procedimentos de avaliação;

III - o avaliador deverá preencher pessoalmente os formulários de Avaliação Individual, seguindo os procedimentos estabelecidos quanto ao acesso ao formulário, seu preenchimento e entrega dos dados das avaliações.

IV - após a realização da avaliação da equipe, da chefia imediata e da autoavaliação, a chefia do servidor ficará responsável por recolher as assinaturas de todos os participantes da avaliação de cada servidor subordinado, em formulário, que será disponibilizado em portaria no Boletim Administrativo do IBRAM.

Art. 14. Caberá à DCO:

I - finalizar o processo de avaliação individual das unidades administrativas do IBRAM, consolidando os respectivos valores dos conceitos avaliados na avaliação individual de cada servidor;

II - incluir os dados da parcela da Avaliação Institucional;

III - publicar no Boletim de Pessoal a pontuação atribuída aos servidores;

IV - encaminhar para inclusão no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) os dados referentes ao pagamento da gratificação; e

V - acompanhar, coordenar e monitorar as etapas do processo de avaliação de desempenho individual.

Art. 15. A avaliação de desempenho individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício de suas atividades por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do ciclo de avaliação.

Parágrafo único. O servidor manterá a última pontuação obtida na avaliação de desempenho, em caso de afastamentos e licenças como de efetivo exercício, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Art. 16. Até que seja processada sua primeira avaliação de desempenho individual, o servidor recém nomeado para cargo efetivo no quadro de pessoal do IBRAM e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAC, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Art. 17. Para a obtenção dos resultados de desempenho individual dos servidores cedidos na forma constante do art. 14, caput e inciso I do Decreto n. 7.133, de 2010, caberá à CGP notificar a unidade de recursos humanos do órgão cessionário do início dos procedimentos do ciclo, para que seja apurada a avaliação individual do servidor, nos termos do disposto nos arts. 9º a 14 desta Portaria.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o resultado de desempenho institucional obtido pelo órgão de lotação dos servidores cedidos na forma do caput deste Artigo.

Art. 18. O servidor que não permanecer em efetivo exercício na mesma unidade organizacional durante todo o período de avaliação será avaliado pela chefia imediata da unidade em que houver permanecido por maior tempo.

Parágrafo único. Caso o servidor tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes unidades organizacionais, a avaliação será feita pela chefia imediata da unidade em que se encontrava no momento do encerramento do período de avaliação.

Art. 19. Ocorrendo exoneração de cargo em comissão, o servidor continuará percebendo a gratificação correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após o ocorrido.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 20. A Avaliação de Desempenho Institucional, parte integrante da GDAC, corresponderá ao somatório da pontuação obtida segundo o alcance das Metas Globais e Intermediárias, definidas em portaria do Presidente do IBRAM.

§ 1º. As Metas Intermediárias devem referir-se a ações finalísticas das unidades administrativas; bens e serviços produzidos ou resultados alcançados; serem objetivas e mensuráveis.

§ 2º. As metas globais e intermediárias podem ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que o órgão ou entidade não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 21. A Avaliação Institucional observará o máximo de 80 (oitenta) pontos e o mínimo de 24 (vinte e quatro) pontos, respeitando a seguinte distribuição:

I - no mínimo 12 (doze) e até 40 (quarenta) pontos em decorrência da avaliação do alcance das Metas Globais; e

II - no mínimo 12 (doze) até 40 (quarenta) pontos em decorrência da avaliação do alcance das Metas Intermediárias.

Art. 22. A definição da pontuação relativa à Avaliação Institucional será processada observando-se o disposto no Anexo II.

Art. 23. Os critérios, as normas, os procedimentos, os mecanismos de avaliação institucional, bem como os controles necessários ao processo serão de responsabilidade do DPGI, observadas as orientações gerais constantes desta Portaria.

§ 1º. Caberá ao DPGI coordenar o processo de monitoramento e apuração das metas globais e intermediárias institucionais e providenciar, quando couber, a elaboração de instruções normativas relativas a estas atividades.

§ 2º. O DPGI ficará, ainda, encarregado de consolidar o Plano de Trabalho do IBRAM, elaborado pelas unidades administrativas relacionadas no inciso VII do art. 5º, em até 30 (trinta) dias após a publicação das metas globais.

Art. 24. O servidor não pertencente ao Plano Especial de Cargos da Cultura - PECC em exercício no IBRAM deverá integrar o plano de trabalho da UA, na medida que contribui para o alcance da(s) meta(s) intermediária(s) e global(is).

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS

Art. 25. Ao servidor que não concordar com o resultado da avaliação será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo-lhe facultado registrar sua discordância no formulário de avaliação dos fatores de desempenho individual e adotar os seguintes procedimentos:

I - apresentar pedido de reconsideração devidamente justificado, contra o resultado da avaliação individual, no prazo de dez dias, contados do recebimento de cópia de todos os dados sobre a avaliação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011052000011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - o pedido de reconsideração será apresentado à DCO, que o encaminhará à chefia do servidor para apreciação;

III - o pedido será apreciado no prazo máximo de cinco dias, podendo a chefia deferir o pleito total ou parcialmente ou indeferi-lo;

IV- a decisão da chefia sobre o pedido de reconsideração interposto será encaminhado, no máximo até o dia seguinte ao de encerramento do prazo para apreciação pelo avaliador, à DCO, que dará ciência da decisão ao servidor e à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD).

Art. 26. Na hipótese de deferimento parcial ou de indeferimento do pedido de reconsideração, o servidor poderá solicitar à DCO o encaminhamento de recurso à CAD, no prazo de dez dias, que o julgará em última instância, mediante:

I - justificativa com parâmetros objetivos, contestando a pontuação recebida;

II - argumentação clara e consistente; e

III - solicitação de alteração dos pontos atribuídos.

§ 1º. No caso de o servidor se recusar a atestar ciência do resultado do recurso, o fato será devidamente registrado, com aposição das assinaturas da chefia imediata e de pelo menos uma testemunha.

§ 2º. Os integrantes da CAD deverão agir com imparcialidade, atuando com vistas a garantir o andamento regular do processo.

§ 3º. Para o acompanhamento das ações relativas ao pedido de reconsideração e ao recurso, é necessária a autuação do requerimento do servidor no sistema de protocolo, com a formação de processo físico.

§ 4º. As instruções referentes ao procedimento de solicitação de reconsideração e de recurso serão divulgadas em portaria própria no Boletim Administrativo do Ibram.

Art. 27. Em posse do recurso interposto pelo servidor, caberá à DCO:

I - emitir nota técnica contendo a síntese das alegações do servidor;

II - quando necessário, juntar ao processo informações funcionais do servidor que possam colaborar com a análise do seu desempenho;

III - encaminhar a documentação para análise do avaliador;

IV - cientificar o servidor do posicionamento conclusivo do avaliador;

V - convocar a CAD para análise do recurso interposto; e

VI - publicar os pontos atribuídos, após o posicionamento da CAD, no Boletim de Pessoal e Serviço, encaminhando ao interessado a cópia da decisão.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 28. Fica criada a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD) com a finalidade de:

I - participar e acompanhar todas as etapas do ciclo da avaliação de desempenho;

II - propor alterações consideradas necessárias para a melhor operacionalização dos critérios e procedimentos estabelecidos nesta Portaria; e

III - julgar, em última instância, os recursos interpostos quanto ao resultado da avaliação individual, podendo, a seu critério, manter ou alterar a pontuação final do servidor.

Parágrafo único: A CAD deverá elaborar seu regimento interno e registrar as decisões em ata, consignada pela maioria absoluta dos membros da Comissão.

Art. 29. A CAD será integrada por 7 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, contendo a seguinte composição:

I - dois representantes da administração central;

II - dois representantes das unidades museológicas;

III - um representante dos servidores do IBRAM.

§ 1º. Os representantes relacionados nos incisos I e II serão indicados pelo Presidente do IBRAM e o representante a que ser refere o inciso III será eleito pelos servidores.

I - Os procedimentos relativos ao processo eleitoral a que se refere o parágrafo 1º deste artigo serão publicados em boletim administrativo interno.

§ 2º. Somente poderão compor a CAD servidores efetivos, em exercício no IBRAM, que não estejam em estágio probatório ou respondendo a processo administrativo disciplinar.

Art. 30. A CAD poderá, se necessário, instituir subcomissões de acompanhamento nas unidades administrativas.

Parágrafo único. Às subcomissões de acompanhamento caberão as atribuições contidas no art. 28 desta Portaria e, ainda, encaminhar a documentação à DCO contendo o histórico do processo e o resultado do recurso interposto, com vistas à consolidação dos resultados individual e institucional e atualização na folha de pagamento.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. O servidor ativo beneficiário da GDAC, que não obtiver aproveitamento mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para a parcela da avaliação individual, será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servirá de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 32. Aos servidores são assegurados o acompanhamento e a participação no processo de avaliação de desempenho, mediante prévio conhecimento dos critérios e instrumentos estabelecidos.

Art. 33. O processo será monitorado ao longo do ciclo de avaliação de desempenho individual e institucional pelo Departamento de Planejamento e Gestão Interna, a Divisão de Capacitação e Organização e a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho.

Art. 34. Caberá aos envolvidos na avaliação a estreita observância dos procedimentos e prazos, sob pena de responsabilidade funcional, nos termos do Capítulo IV do Título IV da Lei n. 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

Art. 35. Os casos omissos serão tratados pela CAD.

Art. 36. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (processo Nº 01450.018380/2010-83)

JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR

ANEXO I

AFERIÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

A Avaliação de Desempenho Individual será composta pela aferição da meta individual e pela avaliação dos fatores de desempenho individual, que será realizada pela chefia imediata do servidor, por integrantes da equipe de trabalho (avaliação de equipe), e pelo próprio servidor (auto-avaliação). O resultado da Avaliação Individual será a soma da pontuação de todos os quesitos do formulário de avaliação e do resultado da meta individual, de acordo com a distribuição de pontos na tabela a seguir:

TABELA Nº 1: DISTRIBUIÇÃO DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL

Metas de desempenho individual	Capacitação definida entre chefia, servidor e unidade de trabalho	10 pontos
Fatores de desempenho	Avaliação do desempenho do servidor em seu trabalho de acordo com os critérios estabelecidos no §1º do art. 12	10 pontos

A pontuação da avaliação individual será distribuída entre avaliação de chefia, equipe e auto-avaliação na seguinte proporção:

TABELA Nº 2 - peso das avaliações

Avaliador	Peso
Chefia imediata	60%
Média da Equipe	25%
Auto-avaliação	15%

Os servidores serão avaliados de acordo com os seguintes fatores, que terão peso igual entre si em cada avaliação.

TABELA Nº 2 - Fatores de desempenho

ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Produtividade no trabalho	Otimizar o uso do tempo e dos recursos disponíveis no alcance das metas estabelecidas pela unidade.
Conhecimento de métodos e técnicas	Capacidade de aplicar os conhecimentos de métodos e técnicas requeridos para desempenhar as atribuições do cargo.
Trabalho em equipe	Habilidade para trabalhar em equipe, compartilhar conhecimentos e aprender com diferentes pontos de vista.
Comprometimento com o trabalho	Capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em contribuir efetivamente para o alcance das metas e para o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho.
Cumprimento de normas de procedimento e de conduta no desempenho do cargo	Postura orientada ao cumprimento de normas gerais e procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, observando princípios e regras éticas e morais de senso comum.
Capacidade de auto-desenvolvimento	Capacidade de perceber sua necessidade de desenvolvimento, de tomar iniciativa de procurar fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação e apresenta capacidade de melhorar o seu desempenho no trabalho.
Capacidade de Iniciativa	Atuar de maneira proativa no seu dia a dia profissional, de identificar a necessidade de melhorias e apresentar soluções.

Usando o formulário a seguir para avaliar o servidor, o avaliador deverá escolher, de acordo com a descrição do fator, a opção que melhor se aplica ao desempenho do servidor:

Formulário I - Formulário de Avaliação de Desempenho Individual - Fatores de desempenho

	Ministério da Cultura Instituto Brasileiro de Museus		
Formulário de Avaliação de Desempenho Individual			
Período de avaliação: ___/___/_____ a ___/___/_____			
Avaliador: Próprio Servidor ( ) Equipe de Trabalho ( ) Chefia imediata ( )			
Dados do Servidor Avaliado			
Nome completo:		Matrícula SIAPE:	
Cargo/Função:	Classe:	Padrão:	Código da Un. Adm.:
Dados do Avaliador			
Nome completo:		Matrícula SIAPE:	

FATORES DE DESEMPENHO INDIVIDUAL
Avalie selecionando a opção que mais se enquadra ao desempenho do servidor

FATOR: PRODUTIVIDADE NO TRABALHO: otimizar o uso do tempo e dos recursos disponíveis no alcance das metas estabelecidas pela unidade.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor executa suas atividades usando inadequadamente os recursos disponíveis, o que compromete o alcance das metas estabelecidas pela unidade e descumpre prazos.	
C	O servidor alcança, fora do prazo, as metas estabelecidas e sem a otimização dos recursos disponíveis.	
B	O servidor planeja e organiza suas atividades contribuindo para o alcance das metas estabelecidas pela unidade, dentro dos prazos fixados.	
A	O servidor planeja e organiza suas atividades, alcança as metas estabelecidas pela unidade, dentro dos prazos fixados, e otimiza os recursos disponíveis.	

FATOR: CONHECIMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS: capacidade de aplicar os conhecimentos de métodos e técnicas requeridos para desempenhar as atribuições do cargo.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor não apresenta conhecimento de métodos e técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo ocupado.	
C	O servidor apresenta pouco conhecimento de métodos e técnicas, necessitando de monitoramento na execução das atividades inerentes ao cargo ocupado.	
B	O servidor apresenta conhecimento adequado de métodos e técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo ocupado.	
A	O servidor detém o domínio de métodos e técnicas necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo ocupado.	

FATOR: TRABALHO EM EQUIPE: habilidade para trabalhar em equipe, compartilhar conhecimentos e aprender com diferentes pontos de vista.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor apresenta grande dificuldade em relacionar-se com a equipe, em lidar com opiniões distintas das suas e em compartilhar conhecimentos ou auxiliar no desenvolvimento das atividades dos colegas	
C	O servidor comporta-se com urbanidade, mas tem dificuldade de lidar com opiniões distintas das suas e de compartilhar conhecimentos ou auxiliar no desenvolvimento das atividades dos colegas.	
B	O servidor comporta-se com urbanidade, compartilha conhecimentos ou auxilia no desenvolvimento das atividades dos colegas, mas tem dificuldade de lidar com opiniões distintas das suas.	
A	O servidor comporta-se com urbanidade, compartilha conhecimentos ou auxilia no desenvolvimento das atividades dos colegas e procura aprender com opiniões e percepções distintas das suas.	

FATOR: COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO: capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em contribuir efetivamente para o alcance das metas e para o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor demonstra pouco interesse e responsabilidade com o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo e não apresenta disposição a atividades além de sua rotina laboral.	
C	O servidor demonstra interesse com o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo, mas é pouco responsável e não apresenta disposição a atividades além de sua rotina laboral.	
B	O servidor apresenta interesse e responsabilidade com o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo, mas apresenta pouca disposição a atividades além de sua rotina laboral.	
A	O servidor apresenta interesse e responsabilidade com o desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo e apresenta disposição a atividades além de sua rotina laboral.	

FATOR: CUMPRIMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DE CONDUTA: postura orientada ao cumprimento de normas gerais e procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, observando princípios e regras éticas e morais de senso comum.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

D	O servidor respondeu processo administrativo, dentro do atual Ciclo de Avaliação, e foi penalizado por descumprir as normas gerais e os procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, bem como os princípios e regras éticas e morais de senso comum.	
C	O servidor sofreu processo ético, dentro do atual Ciclo de Avaliação, resultando em um termo de ajuste de conduta pelo descumprimento de normas éticas.	
B	O servidor respondeu à sindicância, dentro do atual Ciclo de Avaliação, e foi advertido por descumprir as normas gerais e os procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, bem como os princípios e regras éticas e morais de senso comum.	
A	O servidor observa e cumpre as normas gerais e os procedimentos que regulamentam o funcionamento da instituição e de suas atividades, observando princípios e regras éticas e morais de senso comum.	

FATOR: CAPACIDADE DE AUTODESENVOLVIMENTO: Capacidade de perceber sua necessidade de desenvolvimento, de tomar iniciativa de procurar fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação e apresenta capacidade de melhorar o seu desempenho no trabalho.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor não percebe sua necessidade de desenvolvimento, não toma iniciativa de procurar por fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação, portanto não melhora o seu desempenho no trabalho.	
C	O servidor percebe sua necessidade de desenvolvimento, mas não toma iniciativa de procurar fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação, além de não melhorar o seu desempenho no trabalho.	
B	O servidor percebe sua necessidade de desenvolvimento, toma iniciativa de procurar por fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação, contudo não melhora o seu desempenho no trabalho.	
A	O servidor percebe sua necessidade de desenvolvimento, toma iniciativa de procurar por fontes de informação e conhecimento e de propor ações de capacitação, e melhora o seu desempenho no trabalho.	

FATOR: CAPACIDADE DE INICIATIVA: Atuar de maneira proativa no seu dia a dia profissional, de identificar a necessidade de melhorias e apresentar soluções.

Conceito	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO
D	O servidor espera ser demandado para desenvolver suas atividades, não identifica a necessidade de melhorias e não apresenta soluções.	
C	O servidor não espera ser demandado para desenvolver suas atividades, mas não identifica a necessidade de melhorias e de não apresenta soluções.	
B	O servidor não espera ser demandado para desenvolver suas atividades, identifica a necessidade de melhorias, mas não apresenta soluções.	
A	O servidor não espera ser demandado para desenvolver suas atividades, identifica a necessidade de melhorias e apresenta soluções.	

Formulário II - Apuração da Meta Individual

	Ministério da Cultura Instituto Brasileiro de Museus		
Formulário de Avaliação de Desempenho Individual			
Período de avaliação: ___/___/_____ a ___/___/_____			
Avaliador: Chefia imediata			
Dados do Servidor Avaliado			
Nome completo:		Matrícula SIAPE:	
Cargo/Função:	Classe:	Padrão:	
Metas Individuais			
Alcance das Metas	O quanto da meta foi cumprido pelo servidor no prazo acordado	Alcance	Pontuação
Meta do servidor			

CÁLCULO DA PONTUAÇÃO

A cada conceito será atribuído um valor, de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 1: valor dos conceitos

Conceito	Valor
A	10
B	7,5
C	5
D	2,5

A média dos conceitos recebidos em cada avaliação será somada de acordo com seus valores ponderados, conforme a tabela abaixo:

TABELA 2: peso das avaliações

Avaliação	Peso
Auto-Avaliação	15 %
Média da avaliação da Equipe	25 %
Avaliação da Chefia	60 %

O resultado da Avaliação dos Fatores será dado pela fórmula a seguir:

R = M.A.*15/100 + M.E.*25/100 + M.C.*60/100

Em que:

R: resultado da Avaliação dos Fatores de Desempenho Individual;

Obtém-se a Média de cada avaliação somando-se o valor dos conceitos atribuídos aos fatores de avaliação de acordo com a Tabela 2 e dividindo o total por 7, que é o número de fatores.

M.A.: Média da Auto-avaliação.

M.E.: Média das Avaliações da Equipe: calcula-se o valor médio de cada avaliação dos membros da equipe na forma descrita anteriormente, somam-se esses valores e dividem-se pelo número de membros da equipe.

M.C.: Média da Avaliação da Chefia.

O resultado da Avaliação dos Fatores de Desempenho é então comparado com a Tabela 3 para se obter a pontuação correspondente da avaliação individual:

TABELA 3 - Pontuação da Gratificação por Resultado na Avaliação dos Fatores

Resultado	Pontuação da GDAC
³ 9	10
< 9 e > 8	9
£ 8 e ³ 7,5	8
< 7,5 e ³ 6,5	7
< 6,5 e ³ 6	6
< 6 e ³ 5	5
< 5 e ³ 4	4
< 4	3

ANEXO II

Cálculo da parcela Institucional da Pontuação da GDAC

O cálculo da pontuação resultante do alcance das Metas de Desempenho Institucional será obtido multiplicando o peso da Meta, Global ou Intermediária, pelo valor correspondente na Tabela abaixo, de acordo com o percentual de alcance, e somando as pontuações obtidas em cada Meta.

Tabela de Pontuação para Meta Institucional

Alcance da Meta	Pontuação
< 50%	12 * peso da meta
³ 50% e < 60%	19 * peso da meta
³ 60% e < 75%	26 * peso da meta
³ 75% e < 90%	33 * peso da meta
³ 90%	40 * peso da meta

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL
BASE NAVAL DE NATAL

PORTARIA Nº 17/BNN, DE 5 DE MAIO DE 2011

O COMANDANTE DA BASE NAVAL DE NATAL, no uso da subdelegação de competência que lhe confere o contido na alínea b, do inciso I, do art. 2º, da Portaria nº 18, de 14 de janeiro de 2011, do Comandante do 3º Distrito Naval, e de acordo com o disposto no inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com o previsto no inciso 12.2.2, alínea b, subalínea III da Norma sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos - SGM-102 (3ª revisão), resolve:

Art. 1º Aplicar a sanção administrativa de "ADVERTÊNCIA" à Empresa F & A CARNEIRO LTDA - ME, CNPJ nº 10290432/0001-38, situada à Rua Siqueira Mendes nº 46, Cidade Velha, Belém-PA, por não ter cumprido o prazo de entrega dos itens 53 e 54, atinentes ao Pregão Eletrônico nº 83800/024/2010, contrariando o inciso 9.1.1 do Edital.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão-de-Mar-e-Guerra FLÁVIO MACEDO BRASIL

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 100/DPC, DE 19 DE MAIO DE 2011

Altera as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - Lesta), resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC, aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18 de abril de 2011, conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada Mod 1.

I -Inserir na capa a expressão "1ª REVISÃO".

II -Inserir em todas as páginas, à direita, na parte inferior, abaixo da expressão NORMAM-12/DPC, a expressão "REV.1".

III -No Capítulo 1 - "DA ESTRUTURA DO SERVIÇO DE PRATICAGEM":

a)No item 0109 - "ENTIDADE DE PRATICAGEM":

1.Substituir o texto pelo seguinte:

"Termo de uso geral empregado para designar cada organização que congrega Prático(s) na ZP, constituída sob qualquer das formas previstas no caput do art. 13 da Lei nº 9.537, de 11/12/1997 - Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lesta)."

IV - No Capítulo 2 - "DOS PRÁTICOS":

a)No item 0210 - "DADOS CÍVEIS E CRIMINAIS":

1.Na alínea c):

1.1Substituir o texto pelo seguinte:

"c) Compete ao Diretor de Portos e Costas decidir pela eliminação do Processo Seletivo do candidato que, à vista dos documentos apresentados, entenda não preencher os requisitos de idoneidade moral e de bons antecedentes de conduta para ingresso na categoria de Praticante de Prático, não cabendo recurso contra essa decisão."

b)No item 0212 - "TÍTULOS":

1.Na alínea a):

1.1Substituir o texto pelo seguinte:

"a) Será opcional a apresentação de títulos que não constituam exigência para participar do Processo Seletivo."

c)No item 0223 - "QUALIFICAÇÃO DO PRATICANTE DE PRÁTICO":

1.Na alínea a):

1.1Substituir o texto pelo seguinte:

"a) A qualificação do Praticante de Prático seguirá um programa de treinamento estabelecido pela CP com jurisdição sobre a ZP, denominado Programa de Qualificação do Praticante de Prático, a ser iniciado imediatamente após a Certificação, podendo seu cumprimento ser confiado a Entidade(s) de Praticagem existente(s) na ZP indicada(s) pela CP."

d)No item 0231 - "CONDIÇÕES DESFAVORÁVEIS":

1.Inserir o seguinte texto:

"O Prático deverá comunicar, imediatamente, à CP/DL/AG qualquer fato ou ocorrência que implique em risco à segurança do tráfego aquaviário, à salvaguarda da vida humana, à preservação do meio ambiente ou à faina de praticagem na ZP, tais como:

a) Condições meteorológicas e estado do mar adversos;

b) Acidentes ou fatos da navegação; ou

c) Deficiências técnicas do navio ou da tripulação.

Essas informações subsidiarão o CP/DL/AG a declarar a impraticabilidade na ZP, autorizar que o Serviço de Praticagem deixe de ser prestado, ou impedir a entrada e saída de embarcações."

e)No item 0248 - "EXAMES MÉDICO E PSICOFÍSICO":

1.Na alínea a) "Controle Periódico":

1.1No inciso 5):

1.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"5) Na hipótese de identificação de condição médica que não atenda aos parâmetros estabelecidos e/ou implique em incapacidade para a atividade do Serviço de Praticagem, o médico credenciado deverá sugerir ao CP/DL/AG da ZP o encaminhamento do Prático para Junta de Saúde da Marinha do Brasil, descrevendo os motivos que impediram a aptidão."

V -No ANEXO 2-I - "LOTAÇÃO DE PRÁTICOS POR ZONAS DE PRATICAGEM":

a)Na linha do Estado PARÁ:

1.Na coluna "LOTAÇÃO":

1.1Alterar para "24".

VI - No Anexo 4-A - "RELAÇÃO DAS ZONAS DE PRATICAGEM":

1.No item 4 - "ZP-ITAQUI, ALUMAR E PONTA DA MADEIRA (MA)":

1.1Substituir o texto pelo seguinte:

"Esta ZP está dividida em dois trechos. O primeiro trecho está compreendido entre o acesso ao canal varrido, nas proximidades da bóia nº 1, até as proximidades da bóia nº 19. Neste trecho, o Serviço de Praticagem está disponível ao navegante em caráter facultativo, devendo ser solicitado com antecedência. O segundo trecho está compreendido entre as proximidades da bóia nº 19 e os terminais, sendo o Serviço de Praticagem de caráter obrigatório.

OBS: Para navios com TPB superior a 100.000 ou com calado igual ou superior a 11 metros, a praticagem é obrigatória a partir do ponto situado a 2,3 milhas náuticas a NE da bóia nº 19."

VII -No Anexo 4-B - "PONTOS DE ESPERA DE PRÁTICO":

a)Na linha ZP-3 - PORTO/TERMINAL - Belém-PA:

1.Cancelar tudo relativo a essa linha.

b)Na linha ZP-4 - PORTO/TERMINAL - Itaqui, Alumar e Ponta da Madeira:

1.Na linha de LATITUDE 02º 26' 00" S, LONGITUDE 044º 20' 36" W:

1.1Na COLUNA - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

1.1.1Substituir o texto pelo seguinte:

"Ponto de embarque para navios com TPB superior a 100.000 ou com calado igual ou superior a 11 metros, nas proximidades da bóa nº 19."

VIII - No Anexo 4-D - "TRECHOS FACULTATIVOS DAS ZONAS DE PRATICAGEM":

a)Na linha relativa à ZP-4, ESTADO - MA:

1.Na 1ª linha:

1.1Na Coluna "TRECHO/PORTO/TERMINAL":

1.1.1Cancelar todo o texto.

1.2Na Coluna "EXCEÇÕES":

1.2.1Cancelar todo o texto.

2.Na 2ª linha:

2.1Na Coluna "TRECHO/PORTO/TERMINAL":

2.1.1Substituir o texto pelo seguinte:

"Trecho compreendido entre o acesso ao canal varrido, nas proximidades da bóia nº 1, até as proximidades da bóia nº 19."

2.2Na Coluna "EXCEÇÕES":

2.2.1Substituir o texto para:

"Navios com calado igual ou superior a 11m ou TPB superior a 100.000 têm praticagem obrigatória a partir do ponto situado a 2,3 MN a NE da bóia nº 19, conforme discriminado no Anexo 4-B."

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.632ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes SERGIO CEZAR BOKEL, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, FERNANDO ALVES LADEIRAS, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS:

23.793/2008, 24.043/2009, 24.072/2009 e 24.439/2009 do Exmº Sr Juiz Marcelo David Gonçalves, 24.725/2010 do Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel, 24.719/2010, 24.785/2010, 24.997/2010, 25.025/2010 e 25.047/2010 do Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras e 24.003/2009 do Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS:

Nº 25.447/2010 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "ANTONIO CARLOS IX" e o bote "SERENA II", ocorrido na baía de Guanabara, nas proximidades da ilha de Santa Cruz, Niterói, Rio de Janeiro, em 01 de fevereiro de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representado: Emerson Barbosa Moreira (Condutor).

Nº 25.454/2010 - Fato da navegação envolvendo o NM "HONEST RAYS", de bandeira de Hong Kong, e um clandestino, durante a travessia do porto de Harcourt, Nigéria, para o porto de Belém, Pará, Brasil, em 07 de agosto de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representado: Wang Sheng Bo (Comandante).

Nº 25.608/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "MOL UNIFIER", de bandeira das Ilhas Marshall, e o Prático, ocorrido no rio Amazonas, Fazendinha, Santana, Amapá, em 08 de junho de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representados: Verni Toledo Fontanilla (2º Oficial de Náutica), Samuel Napoles Brillante (Contramestre), Adonis Siena Orilla (Marinheiro de Convés), Diolito Saludares Arnaiz Jr. (Marinheiro de Convés), Razvan Moni Rauca (Imediato), Miroslaw Bielecki (Comandante) e Rickmers Reederei GMBh & CIE (Armadora/Proprietária).

Nº 25.335/2010 - Acidente da navegação envolvendo uma lancha escolar da SEMED e um bote de alumínio não inscrito, ocorrido no rio Negro, Igarapé do Jaraqui, Manaus, Amazonas, em 22 de abril de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representado: Antônio Monteiro de Souza. (Proprietário/Condutor inabilitado).

PROCESSO ADIADO

Nº 24.097/2009 - Fato da navegação envolvendo o NM "NENA A", de bandeira panamenha, e um Estivador, no ponto 4 do terminal da USIMINAS, porto de Santos, São Paulo, em 14 de julho de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A. - (USIMINAS), Adv. Dr. Thiago Augusto Veiga Rodrigues, Rodrigo da Silva Teodoro (Técnico de bordo), Adv. Dr. Carlos Alberto Costa, Edinaldo Gonçalves dos Santos (Operador da Empilhadeira) e Anderson Esteves (Contramestre do Porão), Advª Drª Yvette Apparecida Bäurich, Paulo Roberto Marçal (Supervisor de Operações Portuárias), Adv. Dr. Thiago Augusto Veiga Rodrigues, David Ferreira dos Santos (Controlador de Operação), Adv. Dr. Carlos Alberto Costa, Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos - OGMO/Santos, Adv. Dr. Fernando Nascimento Burattini. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), como decorrente da negligência dos representados, condenando a representada, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - (USIMINAS), à pena de multa que arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e aos Srs. Rodrigo da Silva Teodoro, Edinaldo Gonçalves dos Santos, Anderson Esteves, Paulo Roberto Marcai e David Ferreira dos Santos à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) cada um, com fulcro no art. 121, inciso VII, c/c os artigos 124, inciso IX, § 1° e 127, §§1° e 2°, da Lei nº 2.180/54. Custas proporcionais. Exculpar a OGMO - Santos.

CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA

JULGAMENTOS

Nº 24.228/2009 - Acidente da navegação envolvendo a traineira "NAVEGANTES" e a LM "TRIBUZANA MX", nas proximidades da plataforma CHAPARRAL, na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Rev: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria. Representados: Silésio Paula (Comandante), Advª Drª Patrícia Soares H. Py (DPU/RJ), Renato Garcia (Comandante), Adv. Dr. Jairo Gabriel. Decisão unânime: rejeitar as preliminares suscitadas por Silésio Paula e Renato Garcia. Julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei 2.180/54, como decorrente de imperícia e negligência de Silésio Paula e negligência de Renato Garcia, condenando o primeiro à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais) cumulativamente com pena de suspensão do Certificado de Habilitação por 15 dias, descontados os dias em que teve a carteira de habilitação apreendida, de acordo com o art. 121 incisos II e VII, § 5°, combinado com o art. 124, inciso I, agravada pelo art. 135, inciso XI e atenuada pelo art. 139, inciso IV, letra "d", todos da Lei 2.180/54, com a redação dada pela Lei 8.969/94 e condenando o segundo à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, de acordo com a supracitada lei. Dispensar ambos do pagamento das custas processuais. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas a infração ao RLESTA, art. 79, inciso III (Certificados ou documentos equivalentes exigidos comprazo de validade vencido), cometida pelo proprietário da L/M "TRIBUZANA MX", Maxximus Serviços Marítimos Ltda.

Nº 23.821/2008 - Fato da navegação envolvendo o NM "AMDERMA", de bandeira russa, durante a travessia pelo canal do Espadarte, Belém, Pará, em 09 de maio de 2007.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Representado: Akhat Aksyanov (Comandante), Adv. Dr. Antônio Francisco Sobral Sampaio. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do Representado, responsabilizando Akhat Aksyanov, condenando-o à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, inciso I, da mesma lei. Custas na forma da lei.

REPRESENTAÇÃO RECEBIDA NOS TERMOS DO ART. 64, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL:

Nº 24.956/2010 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "DELMARE I", ocorrido nas proximidades da ilha das Aranhas, Florianópolis, Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representados: Comércio e Indústria de Pescados Kowalsky Ltda., Marcelo Costa dos Santos (Pescador) e Edvaldo João Simão (Patrão de Pesca)

PROCESSO QUE SERÁ ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL:

Nº 25.313/2010 - Acidente da navegação envolvendo os veleiros "ABRACADABRA" e "PARRU" e o catamarã "APOLO I", ocorrido no píer do Clube Naval Charitas, em Niterói, Rio de Janeiro, em 09 de fevereiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem não determinada, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da Douta Procuradoria. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas a infração ao artigo 19, inciso I, do RLESTA cometida pelos proprietários das embarcações acidentadas.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Dra. Aline Gonzalez Rocha

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h50min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DE 11/05/2011

N° DO PROCESSO: 21657/2005
RECURSO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N° 00005/2011
DATA: 26/04/2011

RECORRENTE/AUTOR: JAIRO MOURA DOS SANTOS
ADVOGADO: ANDRÉ SOUZA LOPES (DPU/RJ)

JUIZ(A) RELATOR(A): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA

TOTALIZAÇÃO:

JUIZ(A)	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	TOTAL
MARIA CRISTINA DE O. PADILHA	1		1
MARCELO DAVID GONÇALVES	0		0
SERGIO CEZAR BOKEL	0		0
FERNANDO ALVES LADEIRAS	0		0
SERGIO BEZERRA DE MATOS	0		0
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO	0		0
Total:	1		1

TERMO DE ENCERRAMENTO
CONTÉM A PRESENTE ATA 1 INQUÉRITO(S)/RECURSO(S) DISTRIBUÍDO(S) POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS.
Rio de Janeiro, 11 de Maio de 2011
LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 10/05/2011

Nº do Processo: 25855/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0451/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 05/12/2010
Hora: 02:34
Local do Acidente: PRAIA DE JACONÉ / SAQUAREMA - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTE COM MERGULHADOR, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
MOOBI II

Nº do Processo: 25856/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0131/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAE)
Data do Acidente: 22/09/2010
Hora: 15:00
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPO DE MARLIM SUL - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
NOBLE LEO SEGERIUS

Nº do Processo: 25857/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0191/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 06/04/2010
Hora:
Local do Acidente: BARRA DO PORTO DE VITÓRIA / VITÓRIA-ES
Acidente / Fato: DERIVA DA EMBARCAÇÃO
Lista de Embarcações:
ISADORA

Nº do Processo: 25858/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0153/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 27/05/2010
Hora: 16:00
Local do Acidente: PÍER "B" DA BAHIA MARINA / SALVADOR-BA
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Lista de Embarcações:
SARA

Nº do Processo: 25859/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0154/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 23/08/2010
Hora: 11:11
Local do Acidente: PRAIA DO NORDESTE DE AMARALINA / SALVADOR - BA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
FÉ EM DEUS

Nº do Processo: 25860/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0155/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Data do Acidente: 16/05/2010
Hora: 16:40
Local do Acidente: BAÍA DE TODOS OS SANTOS / CANAL DE COTEGIPE - BA
Acidente / Fato: AVARIA OU DEFEITO NAS MÁQUINAS, MOTORES, CALDEIRAS E APARELHOS AUXILIARES
Lista de Embarcações:
FLUMAR ARATU

Nº do Processo: 25861/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0158/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO SÃO FRANCISCO (C F S F)
Data do Acidente: 27/01/2011
Hora:
Local do Acidente: RIO SÃO FRANCISCO / BARRA DO SOBRADO - ILHA DOS PRAZERES - BURITIZEIRO - MG
Acidente / Fato: COLISÃO, MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
OTAVÃO

Nº do Processo: 25862/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0129/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 15/01/2011
Hora: 14:48
Local do Acidente: LAGOA DA CUTIA / RIO DO FOGO - RN
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
SANTA KLICIA

Nº do Processo: 25863/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0441/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 12/01/2011
Hora: 20:40
Local do Acidente: BAÍA DE MARAJÓ / ENTRE O CANAL DO CARNAPIJÓ E O FURO DO ARROZAL-PA
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Lista de Embarcações:
RÔMULO
LETÍCIA

Nº do Processo: 25864/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0447/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 19/02/2009
Hora: 04:30
Local do Acidente: PORTO CARAVELAS / BELÉM - PA
Acidente / Fato: EXPLOSÃO
Lista de Embarcações:
ANJO DA GUARDA I

Nº do Processo: 25865/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0448/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 11/10/2008
Hora: 11:27
Local do Acidente: BAÍA DE GUAJARÁ / ESCADINHA DA ESTAÇÃO DAS DOCAS - BELÉM - PA
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
P-3
BERGANTIM III

Nº do Processo: 25866/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0449/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 08/01/1998
Hora:
Local do Acidente: EM VIAGEM NO ESTADO DO PARÁ / IGARAPÉ MIRIM - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 25867/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0469/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 27/04/2001
Hora:
Local do Acidente: BAÍA DO GUAJARÁ / DO FURO DO CAVADO PARA A FEIRA DO VER-O-PESO - BELÉM - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
MENSAGEIRO DA PAZ

Nº do Processo: 25868/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0497/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 06/03/2009
Hora: 23:30
Local do Acidente: BAÍA DO MARAJÓ / FURO DO CARNAPIJÓ - PA
Acidente / Fato: ATO DE PIRATARIA
Lista de Embarcações:
PANTOJA IV

Nº do Processo: 25869/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0498/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 09/03/2009
Hora: 01:00
Local do Acidente: RIO PARÁ / NO TRAJETO ENTRE AS CIDADES DE BREVES E BELÉM - PA
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
BOM JESUS DE BREVES VI

Nº do Processo: 25870/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0499/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 28/02/2003
Hora: 22:00
Local do Acidente: RIO ITACURUÇÁ / ABAETETUBA - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
PRINCESA

Nº do Processo: 25871/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0506/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 13/08/1994
Hora: 11:00
Local do Acidente: RIO ANARAIZINHO / DA LOCALIDADE DE VILA DE SANTO ANTONIO PARA VILA SÃO PEDRO - BREVES - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 25872/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0189/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 25/06/2010
Hora: 14:30
Local do Acidente: RIO FOZ DO RIO ARAGUARI E O CABO NORTE / COSTADO DO AMAPÁ
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA, DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Lista de Embarcações:
RIO AMAZONAS DE BELÉM II

Nº do Processo: 25873/2011
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0202/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 23/08/2010
Hora: 18:00
Local do Acidente: RIO OIAPOQUE / OIAPOQUE - AP
Acidente / Fato: ACIDENTE COM PESSOA EM GERAL A BORDO
Lista de Embarcações:
SOUZA BRITO

Nº do Processo: 25874/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0203/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 23/01/2011
Hora: 01:00
Local do Acidente: RIO ESCORREDOR GRANDE / ILHA DO PARÁ - PA
Acidente / Fato: COLISÃO
Lista de Embarcações:
COMTE RAMON I

Nº do Processo: 25875/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0204/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente:
Hora:
Local do Acidente: RIO BOA VISTA / BREVES-PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
EMBARCAÇÃO SEM NOME - TIPO BARCO

Nº do Processo: 25876/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0205/211
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 03/10/2003
Hora: 23:40
Local do Acidente: TRAVESSIA DE RIO MARIAÍ / NO TRAJETO DE BREVES PARA GURUPÁ - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
SÃO BRAZ

Nº do Processo: 25877/2011
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0206/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 10/12/2009
Hora: 11:00
Local do Acidente: RIO ANAJÁS / MUNICÍPIO DE ANAJÁS-PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
SEMENTE DA FÉ

Nº do Processo: 25878/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0207/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 20/04/2007
Hora:
Local do Acidente: EM VIAGEM DA VILA SANTA JULIA PARA O RIO ANDIROBA / AFUÁ - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO (ESCALPELAMENTO)
Lista de Embarcações:
SALMO XXIII

Nº do Processo: 25879/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0198/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 27/03/2010
Hora: 16:30
Local do Acidente: BACIA DE MANOBRAS DO PORTO DO ITAQUI / BAÍA DE SÃO MARCOS - SÃO LUÍS-MA
Acidente / Fato: AVARIA OU DEFEITO NAS MÁQUINAS, MOTORES, CALDEIRAS E APARELHOS AUXILIARES
Lista de Embarcações:
NIKI

Nº do Processo: 25880/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0199/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 19/10/2010
Hora: 16:50
Local do Acidente: BAÍA DE SÃO MARCOS / ÁREA DE FUNDEIO Nº 7 - MA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
BAHIA STAR
OCEAN SCEPTER

Nº do Processo: 25881/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0238/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAI)
Data do Acidente: 01/01/2011
Hora: 20:30
Local do Acidente: PRAIA CENTRAL / PORTO BELO - SC
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
PYATÃ
X-XAVIER

Nº do Processo: 25882/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0126/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 14/09/2010
Hora: 13:55
Local do Acidente: PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC / SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
C. IRIS

Nº do Processo: 25883/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-45/2011
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 17/05/2010
Hora: 00:30
Local do Acidente: LAGOA DO CASAMENTO / PALMARES DO SUL-RS
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
PUMA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº do Processo: 25884/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0390/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM PORTO ALEGRE (DEL P ALEGRE)
Data do Acidente: 11/01/2011
Hora: 17:43
Local do Acidente: RIO GUAÍBA / CANAL DO JUNCO - VIAMÃO - RS
Acidente / Fato: ENCALHE
Lista de Embarcações:
ZEUGMAN

Nº do Processo: 25885/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0120/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIAO)
Data do Acidente: 27/11/2009
Hora:
Local do Acidente: RIO UNA / SÃO SEBASTIÃO -SP
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
LUCI
BRP 18

Nº do Processo: 25886/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0129/2011
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIAO)
Data do Acidente: 10/02/2010
Hora:
Local do Acidente: CAIS COMERCIAL DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO / SÃO SEBASTIÃO-SP
Acidente / Fato: ABALROAÇÃO OU ABALROAMENTO
Lista de Embarcações:
FB 11
STORTEBEKER

Nº do Processo: 25887/2011
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Nº do Ofício: 0291/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO TIETÊ-PARANÁ (C F T P)
Data do Acidente: 29/04/2010
Hora: 09:29
Local do Acidente: REPRESA DE IBITINGA / IBITINGA-SP
Acidente / Fato: COLISÃO
Lista de Embarcações:
TQ-31
TQ-33
TQ-67

Nº do Processo: 25888/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0296/2011
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO TIETÊ-PARANÁ (C F T P)
Data do Acidente: 06/06/2010
Hora: 11:00
Local do Acidente: RIO RIBEIRÃO DO JACARÉ / AFLUENTE DO RIO TIETÊ - ADOLFO-SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Lista de Embarcações:
ANITA I

Nº do Processo: 25889/2011
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0384/211
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO TIETÊ-PARANÁ (C F T P)
Data do Acidente: 22/10/2010
Hora: 19:00
Local do Acidente: RIO JACARÉ-GUAÇU / AFLUENTE DO RIO TIETÊ - IBITINGA - SP
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Lista de Embarcações:
BOTE SEM NOME

Nº do Processo: 25890/2011
Juiz(a) Relator(a): SERGIO CEZAR BOKEL
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0088/211
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PORTO VELHO (DEL P VELHO)
Data do Acidente: 09/03/2010
Hora:
Local do Acidente: RIO PRETO / 25 KM DE PORTO VELHO - RO
Acidente / Fato: EMPREGO DA EMBARCAÇÃO EM ILÍCITO PENAL OU FAZENDÁRIO
Lista de Embarcações:
AMIGOS

TOTALIZAÇÃO:

JUIZ(A)	DISTRIBUÍDOS	REDISTRIBUÍDOS	TOTAL
MARIA CRISTINA DE O. PADILHA	6		6
MARCELO DAVID GONÇALVES	2		2
SERGIO CEZAR BOKEL	9		9
FERNANDO ALVES LADEIRAS	6		6
SERGIO BEZERRA DE MATOS	9		9
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO	4		4
Total:	36		36

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém A Presente Ata 36 Inquérito(S)/Recurso(S) Distribuído(S) Por Processamento Eletrônico de Dados.

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 2011
LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 299, DE 16 DE MAIO DE 2011

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, combinado com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o que propõe a Secretaria-Geral do Exército, resolve

CONCEDER a Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina, criada pelo Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901, nos termos do Decreto nº 39.207, de 22 de maio de 1956, com a redação dada pelo Decreto nº 70.751, de 23 de junho de 1972, ao General-de-Divisão (019157891-3) JOÃO RICARDO MACIEL MONTEIRO EVANGELHO, por haver completado, em 4 de março de 2011, quarenta anos de bons serviços prestados nas condições exigidas pela Portaria nº 322, do Comandante do Exército, de 18 de maio de 2005.

Gen Ex ENZO MARTINS PERI

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

PORTARIA Nº 8, DE 19 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Edital n.º 01/2011-CCN de 09 de maio de 2011, publicado no D.O.U. de 10 de maio de 2011, o Processo n.º 2311.008336/11-21, e as leis n.ºs. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93; 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para contratação de Professor Substituto, com lotação no Departamento de Física do Centro de Ciências da Natureza, Campus Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina-Piauí, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI-40 (quarenta) horas semanais na Área de Física Geral, habilitando e classificando para contratação os candidatos LUIZ PEREIRA DA SILVA NETO (1º lugar) e WHITTEMBERG DA SILVA OLIVEIRA (2º lugar).

HELDER NUNES DA CUNHA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 110, DE 18 DE MAIO DE 2011

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no exercício de suas atribuições, conforme estabelece o inciso VI, do Art. 16, do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Portaria MEC nº 807, de 18 de junho de 2010, que institui o Exame Nacional do Ensino Médio, resolve:

Art. 1º A partir de 2012, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM será implementado, pelo menos, em duas edições por ano.

Art. 2º A cada divulgação de Edital do ENEM será publicada Portaria que estabelecerá as datas de realização da edição seguinte.

Art. 3º As provas do ENEM referentes à primeira edição do ano de 2012 ocorrerão nos dias 28 e 29.04.2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MALVINA TANIA TUTTMAN

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 18 de maio de 2011

INTERESSADO: Universidade Santo Amaro - UNISA UF: SP
REPRESENTANTE LEGAL: Darci Gomes do Nascimento
EMENTA: Cursos Superiores na Modalidade a Distância. Procedimento de Supervisão. Extrato do Termo de Saneamento de Deficiências.
PROCESSO: 23000.003661/2009-39

Com fulcro no art. 48 do Decreto n.º 5773/2006, faço publicar o extrato previsto na cláusula sétima do Termo de Saneamento de Deficiências firmado com a Universidade Santo Amaro - UNISA, o qual tem por objeto as medidas de saneamento das deficiências identificadas pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, nos termos da Nota Técnica n.º 1068/2010/CGS/DRE-SEAD/SEED/MEC, de 31 de dezembro de 2010, com vigência de 12 (doze) meses a partir da publicação deste despacho.

LUÍS FERNANDO MASSONETTO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PORTARIA Nº 48, DE 16 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.089, de 04 de abril de 2005, publicada no DOU de 06.04.2005, seção 2, pág. 9, e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6.093, de 24 de abril de 2007, no art. 7º, § 2º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nos artigos 6º e 7º da Resolução CD/FNDE n.º 6, de 16 de abril de 2010, publicada no DOU de 19 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação dos entes executores que tiveram seus Planos Plurianuais de Alfabetização validados pela SECAD/MEC, considerados aptos a receber recursos para execução de ações no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, no exercício de 2010, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIA PEREIRA DUTRA

ANEXO

UF	ENTIDADE	CNPJ	VALOR CUSTEIO(R$)	DESEMBOLSO	PARCELA	VALOR PARCELA(R$)	EXERCICIO
MA	PREF MUN DE SANTA LUZIA	06191001000147	54400.00	jul/10	2,00	3870.00	2010
PB	PREF MUN DE PEDRO REGIS	01612967000197	14000.00	jul/10	2,00	4050.00	2010
PB	PREF MUN DE SERRA GRANDE	08891830000168	14800.00	jun/10	2,00	4440.00	2010
ES	PREF MUN DE GUACUI	27174135000120	13000.00	jun/10	2,00	1850.00	2010
CE	PREF MUN DE SABOEIRO	07811946000187	14775.00	jun/10	2,00	4432.50	2010
PB	PREF MUN DE SANTA RITA	09159666000161	90050.00	jul/10	2,00	2615.00	2010
PB	PREF MUN DE SANTA HELENA	08764284000102	53450.00	jul/10	2,00	16035.00	2010
PB	PREF MUN DE MARCACAO	01612351000116	31350.00	jun/10	2,00	0.00	2010
AL	PREF MUN DE PAO DE ACUCAR	12369880000157	50900.00	jul/10	2,00	11420.00	2010
PE	PREF MUN DE AFRANIO	10358174000184	58275.00	ago/10	2,00	15251.25	2010
PE	PREF MUN DE AGRESTINA	10091494000110	22000.00	jul/10	2,00	6600.00	2010
AL	PREF MUN DE DOIS RIACHOS	12250908000132	35900.00	jun/10	2,00	8570.00	2010
AL	PREF MUN DE MARIBONDO	12236873000187	46000.00	jul/10	2,00	13300.00	2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BA	PREF MUN DE SERRA DOURADA	14222277000173	124600.00	jul/10	2,00	0.00	2010
BA	PREF MUN DE PAU BRASIL	13682299000153	16000.00	jul/10	2,00	4800.00	2010
PB	PREF MUN DE CACIMBA DE DENTRO	08929648000159	20025.00	jun/10	2,00	2707.50	2010
PI	PREF MUN DE DIRCEU ARCOVERDE	07102106000145	64000.00	ago/10	2,00	5000.00	2010
MA	PREF MUN DE BOM JARDIM	06229975000172	114900.00	jun/10	2,00	34470.00	2010
PE	PREF MUN DE ALAGOINHA	11043981000170	68600.00	jul/10	2,00	18580.00	2010
PB	PREF MUN DE BELEM DO BREJO DO CRUZ	08920126000196	42250.00	jun/10	2,00	725.00	2010
PA	PREF MUN DE BELEM	05055009000113	287650.00	jul/10	2,00	74545.00	2010

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 293, DE 27 DE ABRIL DE 2011

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, a Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, Portaria SETEC nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008 e suas posteriores alterações, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ações 6358, 6380, 1H10, 8650, 20AW, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.6380.0001 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional - PTRES: 001744, Fonte de Recursos: 0112915016.
Funcional Programática: 12.363.1062.6358.0001 - Capacitação dos Profissionais da EPT - PTRES: 020883, Fonte de Recursos: 0112915023.
Funcional Programática: 12.363.1062.1h10.0001 - Expansão da Rede Federal da EPT - PTRES: 013838, Fonte de Recursos: 0112915021.
Funcional Programática: 12.363.1062.20AW.0001 - Implantação e Manutenção do Sistema Informação da EP - PTRES: 020882, Fonte de Recursos: 0112915022.
Funcional Programática: 12.363.1062.8650.0001 - Reestruturação da Rede EPT - PTRES: 020884, Fonte de Recursos: 0112915024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO

INSTITUIÇÃO	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	TOTAL (R$)
UFSM - CTI Assistência educando Proeja	23000.003085/2011-44	125	90.000,00
IFGO - Conclusão dos campi Luziania, Formosa e Anapolis	23000.011340/2010-41	128 - 129 - 130	9.636.834,65
IFRS - RENAPI Acessibilidade Virtual - MPOG	23419.000082/2011-47	131	70.160,50
IFBAIANO -RENAPI Acessibilidade Virtual - MPOG	23000.002827/2011-14	132	9.000,00
UFMG - Coltec - Assistência Educando	23000.004691/2011-87	133	52.500,00
IFSC - Certific	23000.011024/2010-70	134	491.694,36
IFRJ - Certific	23000.008638/2010-74	135	558.516,23
IFGOIANO - Rio Verde 2º Tempo	23218.000362/2010-31	136	200.750,00
IFAL - Diagramação e Revisão Gramatical	23000.003880/2011-32	137	23.740,00
CEFET-MG - Diagramação e Revisão Gramatical	23000.003879/2011-16	138	20.000,00
IFCE -Espec.PROEJA	23000.006928/2010-83	139	180.318,22
IFFLUMINENSE - CERTIFIC	23000.008420/2010-10	140	166.422,17
IFFARROUPILHA - Santa Rosa Proeja FIC	23000.060646/2010-21	141	95.118,50
IFPR - Arcafarsul	23000.000530/2010-33	142	831.200,00
IFSC - Forum Mundial	23000.004682/2011-96	143	96.000,00
UFTM -	23000.014738/2010-30	144	44.500,00
IFFARROUPILHA- Proeja FIC	23000.006142/2009-22	145	4.547,01
UFTM	23000.003564/2011-61	146	63.900,00
IFPB - Proeja FIC	23000.006150/2009-79	147	63.093,42
IFPA - Proeja FIC C. Tucurui	23000.005806/2009-36	148	88.861,90
IFRR - Certific	23000.010305/2010-13	149	213.480,00
IFPI - Certific	23000.006832/2010-15	150	805.523,00
IFRS - Proeja FIC	23000.012006/2009-71	152	20.523,00
IFGOIAS - PROEJA FIC	"23000.006189/2009-96	153	43.624,41
IFPB - Certific	23000.008434/2010-33	155	731.157,79
IFSE - Especialização. Proeja	23000.002806/2010-18	156	47.697,58
IFBA - Proeja FIC	23000.006149/2009-44	157	41.237,88
IFRJ - Proeja FIC	23000.006144/2009-11	158	962.968,14
IFMG - Proeja FIC	23000.006356/2009-07	159	582.205,00
IFRS - Proeja FIC	23000.006161/2009-59	160	233.583,20
IFFARROUPILHA - Proeja FIC - Santo Augusto	23000.006168/2009-71	161	75.687,21
IFSULRIOGRANDENSE	23000.002808/2010-15	163	15.611,99
IFFARROUPILHA - JULIO DE CASTILHOS	23000.006171/2009-94	165	94.926,65
IFRS - Certific	23000.061715/2010-14	166	97.295,87
UFTM - CEFORES - Proeja FIC	23000.006145/2009-66	167	52.295,97
IFPR - Aquisição Imóvel	23000.015862/2010-12	168	11.350.000,00
IFSULMG - Aquisição de imóvel	23000.099044/2010-64	169	543..636,00
IFSUDESTE MG -Assistência Agroecolocia	23000.011878/2010-56	170	22.400,00
IFCE - Proeja FIC	23000.006886/2010-81	171-174	199.982,98
IFBA - Proeja FIC	23000.006164/2009-92	172 - 173	75.987,11
IFSULRiograndense - CAVG - Assistência Agroecologia	23000.010232/2010-51	175	33.600,00
IFRR -Amajari - Assistência Agroecologia	23000.010227/2010-49	176	33.600,00
IFRJ -Pinheiral- Assistência Agroecologia	23000.010229/2010-38	177	33.600,00
IFAC - Assistência Proeja	23000.005260/2011-38	178	79.200,00
UFSM - Colégio Politécnico- Assistência Estudantil do Núcleo de Agroecologia	23000.010230/2010-62	179	33.600,00
FUFPI- CA Bom Jesus - Assistência Estudantil do Núcleo de Agroecologiac	23000.011689/2010-83	180	29.400,00
UFRN - E.A de Jundiaí - Instalação de cerca	23000.002110/2011-72	181	218.900,00
UFPA - Esc. Teatro e Dança - Equip.Laboratório	23000.011362/2010-10	182	200.000,00
IFCATARINENSE - C. Araquari	23000.095892/2010-02	183	129.180,00
IF NORTE-MG - Araçuaí -Assistência Estudantil do Núcleo de Agroecologia	23000.010235/2010-95	184	33.600,00
IFTM - Uberaba - Assistência Estudantil do Núcleo de Agroecologia	23199.000309/2010-13	185	33.600,00
UFRR-Construção de aviário	23000.011646/2010-06	186	150.000,00
UFCG - ETS Cajazeiras	23000.012079/2010-05	187	342.694,77
IF NORTE- MG Assistência Estudantil do Núcleo de Agroecologia	23000.011881/2010-70	188	22.400,00
			29.826.719,51

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.127, DE 19 DE MAIO DE 2011

Prorroga o prazo para emissão e retificação de Termos de Adesão e Termos Aditivos ao processo seletivo referente ao segundo semestre de 2011, bem como o prazo para solicitação de desvinculação ao Programa Universidade para Todos - Prouni.

O Secretário de Educação Superior, substituto, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no art. 19 da Portaria Normativa MEC nº. 10, de 02 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º O período para assinatura do Termo de Adesão e do Termo Aditivo, bem como o período para solicitação de desvinculação ao Prouni, previstos nos arts. 1°, 8° e 13 da Portaria Normativa MEC nº. 10, de 02 de maio de 2011, respectivamente, ficam prorrogados para as 23 horas e 59 minutos do dia 27 de maio de 2011, horário de Brasília.

Art. 2º O período para retificação do Termo de Adesão ou do Termo Aditivo, previsto no art. 12 da Portaria Normativa MEC nº. 10, de 02 de maio de 2011, fica prorrogado para o período compreendido entre o dia 01 de junho de 2011 até as 23 horas e 59 minutos do dia 07 de junho de 2011, horário de Brasília.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RUBENS REBELATTO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 19 de maio de 2011

Despacho nº 67 /2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC
Processo MEC: 23000.003248/2011-99
Interessado: Universidade São Marcos
UF: SP
EMENTA: Universidade São Marcos (USM) não foi recredenciada e não possui processo de recredenciamento protocolado no sistema e-MEC. Despacho nº 28/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC publicado determinando que (i) a IES protocole seu recredenciamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e na forma do art. 35-C, combinado com art. 69-C, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007 e (ii) medida cautelar administrativa de suspensão do ingresso de novos. Juízo de retratação e encaminhamento do recurso ao CNE, sem efeito suspensivo, nos termos do §4º do art. 11 do Decreto nº 5.773/2006.

O Secretário da Educação Superior, Substituto, no uso de suas atribuições, adotando como base os fundamentos da Nota Técnica nº 099/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, o Despacho nº 28/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC publicado em 28 de março de 2011, e com fundamento nos artigos 48, § 1º, e 11, § 4º, ambos do Decreto nº 5.773/2006, determina que:

i. Seja o recurso interposto pela Universidade São Marcos nos autos do processo nº 23000.003248/2011-99 recebido sem efeito suspensivo, como determina o Decreto nº 5.773/2006;

ii. Sejam constituídos autos apartados com cópias dos documentos que compõem o processo até o presente momento para fins de tramitação do referido recurso à Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), pela competência, mantendo-se os efeitos da medida cautelar determinada pelo Des-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

pacho nº 28/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, publicado dia 28 de março de 2011, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 5.773/2006, até que o processo e-MEC 201105700 ultrapasse a fase de Despacho Saneador com parecer favorável ou que a CES/CNE reforme a decisão contida no Despacho nº 28/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC ;

iii. Sejam mantidas as determinações contidas nos itens 3 e 4 do Despacho nº 28/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, publicado dia 28 de março de 2011.

iv. A Instituição de Educação Superior seja notificada da publicação deste Despacho.

Despacho nº 68 /2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC
Processo MEC: 23000.014962/2010-21
Interessado: Universidade São Marcos
UF: SP
EMENTA: Análise da composição do corpo docente da Universidade São Marcos (USM). Não cumprimento do requisito de composição do corpo docente do art. 52, III, da Lei nº 9.394/96. O Despacho nº 29/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC determinou que (i) fosse concedido prazo saneador de 90 dias e (ii) aplicada medida cautelar suspendendo as prerrogativas de autonomia universitária até que a IES comprove cumprir plenamente o inciso III do artigo 52 da LDB. Juízo de retratação e encaminhamento do recurso ao CNE, sem efeito suspensivo, nos termos do §4º do art. 11 do Decreto nº 5.773/2006.

O Secretário da Educação Superior, Substituto, no uso de suas atribuições, adotando como base os fundamentos da Nota Técnica nº 097/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, o Despacho nº 29/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC publicado em 28 de março de 2011, e com fundamento nos artigos 48, § 1º, e 11, § 4º, ambos do Decreto nº 5.773/2006, determina que:

i. Sejam mantidas todas as medidas de saneamento aplicadas à Universidade São Marcos por meio do Despacho nº 29/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, publicado no Diário Oficial da União em 28 de março de 2011, na forma disposta nos itens 1 a 4, inclusive os prazos;

ii. Seja o recurso interposto pela Universidade São Marcos nos autos do processo nº 23000.014962/2010-21 recebido sem efeito suspensivo, conforme determina o Decreto nº 5.773/2006;

iii. Sejam constituídos autos apartados com cópias dos documentos que compõem o processo até o presente momento para fins de tramitação do referido recurso à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, pela competência, mantendo-se os efeitos da medida cautelar determinada pelo Despacho nº 29/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, publicado dia 28 de março de 2011, até que a IES comprove o pleno atendimento ao inciso III do art. 52 da LDB;

iv. Se a IES compreender que não há medida de saneamento a ser adotada e desconsiderar o prazo concedido pelo Despacho nº 29/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, ensejando comprovar o cumprimento do inciso III do art.52 da LDB, c/c o art .69 do Decreto nº 5.773/2006, a Universidade São Marcos encaminhe à esta Coordenação lista nominal dos docentes que trabalham em regime integral, cópia da folha de pagamento referente ao mês de abril/2011 e seus recolhimentos, assim como cópias dos contratos e planos de ensino dos docentes, em formato digital. Caso contrário, ao final do prazo do referido Despacho, remeter ao MEC os mesmos documentos porem referentes ao mês de maio/2011.

v. A Instituição de Educação Superior seja notificada da publicação do Despacho.

JOSÉ RUBENS REBELATTO
Substituto

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PORTARIA Nº 640, DE 19 DE MAIO DE 2011

O VICE-REITOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 25.06.2011, a validade do Concurso Público destinado ao provimento do cargo de Professor Assistente para a Área de Fisioterapia Dermato-Funcional, Recursos Fisioterapêuticos, Observação Clínica e Estágio Supervisionado, homologado através do Edital nº 130, de 24.06.2010, publicado no DOU de 25.06.2010.

DONALDO ROSA PIRES JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
ESCOLA DE BELAS ARTES

PORTARIA Nº 3.386, DE 19 DE MAIO DE 2011

O Diretor da Escola de Belas Artes do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeado pela Portaria nº 214 de 25/01/2010, publicada no DOU n° 17, Seção 02, de 26/01/2010, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referentes ao Edital n° 24 de 25 / 02 / 2011, publicado no DOU n° 42, Seção 03, de 01 / 03 /2011, divulgado, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento: BAF - Análise e Representação da Forma
Setorização: Desenho Artístico I e II
1.Roosivelt Max Sampaio Pinheiro
2.Pedro Barreto de Campos Neto

CARLOS GONÇALVES TERRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 378, DE 19 DE MAIO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.012238/2011-00 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Campus Araranguá, instituído pelo Edital nº 060/DDPP/2011, de 28 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 81, Seção 3, página 94, de 29/04/2011.

Campo de Conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Geociências, Oceanografia.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Camila Burigo Marin	8,64
2º	Ana Fatima da Silva	8,34
3º	Tatiana Vieira Poletto	8,03
4º	Fabiola Schneider	7,14

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

Ministério da Fazenda

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 19 de Maio de 2011

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF Nºs.

Nº 85 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Apotheke Serviços de Informática Ltda EPP	74.673.328/0001-05	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1022011, nome: SEVENSHOP, versão: 5.0.a, código MD-5: 77702640888BFCCDAB8AEFB86E175BE5 *PDV
Suprimentos e Periféricos Barra do Piraí Ltda ME	02.263.017/0001-67	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1342011, nome: MC-PDV, versão: 1.0.0, código MD-5: B150C58DC21373816A1936E3A04901A1 * Vendas
Print DAMF Formulários Ltda	72.392.459/0001-99	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1422011, nome: PAFFMax, versão: 1.0, código MD-5: 5D05356F3D4368C4E797F43807D379BF *Paffmax
O.M.P. Sistemas Ltda	09.127.213/0001-53	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1682011, nome: Siest PDV, versão: 1.0, código MD-5: 410D83E806EC9AC68D008EE6E2782121 *siest
Uaisoft Sistemas de Gestão Ltda	86.462.629/0001-79	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1562011, nome: UAISOFT PDV, versão: 1.0.0.0, código MD-5: 6424F7C8E46608A45DA13E070E3BD08E *uaisoftpdv
Case Comércio e Serviços de Informática Ltda	00.349.095/0001-53	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1752011, nome: Frente de Caixa, versão: 2.09, código MD-5: D8E1D8BEDF755CCEDF1CEF0C41368D04 *caixa
Mario Augusto Soares Silva ME	07.840.348/0001-36	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1662011, nome: Litcash, versão: 2.0.0.0, código MD-5: 0FF9B786C5592EEAC327F636CFE50C55 *LitCash
Nelson Fernandes de Oliveira Filho ME	84.032.127/0001-82	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1552011, nome: Norte Sys., versão: 1.0, código MD-5: 37875A108FD0738B0620524E9741E97E *Cupom
SoftData Sistemas de Itaocara Ltda	09.573.666/0001-03	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1522011, nome: Soft-Commerce, versão: 3.0.0, código MD-5: E166451A3A29A4A9DA86EE203EEBAA09 *SoftPDV
VB System Automação Ltda	07.193.169/0001-54	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1652011, nome: VB System Frente de Caixa, versão: 2.0, código MD-5: A33AE540C80FF3AAC458A073A9FA6F66* VBS_PAFECF
Control Informática Ltda	66.723.933/0001-15	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0972011, nome: Gestão Control, versão: 11.02.008, código MD-5: C235C2A004AE25664CB54841F4787C20 *PEDAUTO.PGM
Wagner Batista Mendonça e Cia Ltda	06.176.709/0001-29	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL0482011, nome: ICThUS ECF, versão: 2.5, código MD-5: FC5F50B3B9E2D4A135BD09C7BD17CB51 *ECF
Infocompany Informatica e CIA Ltda	00.173.679/0001-10	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1482011, nome: ICASH, versão: 1.60, código MD-5: C7155A61A8AAF77F242DD78A7C992DE2 *ICASH1_60
Infocompany Informática e Cia Ltda	00.173.679/0001-10	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número POL1492011, nome: xCompany, versão: 1.00, código MD-5: F260CB3D9B04796BD7BACCF14BC0CDEE * xComprany

2. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Sant'ana S/A Drogaria Farmácias	15.103.047/0001-58	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0302011, nome: Ecf Tef Pro, versão: 2.0.10, código MD-5: 97c46200b766b1ff8613834101450ca0
3Soft Sistemas Ltda	04.272.032/0001-05	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0062011, nome: Horus PDV, versão: 2.00.00, código MD-5: f6acda72a3666adb8bf0dbdfb4606c73

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Porto Sistemas Ltda	04.676.673/0001-17	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0252011, nome: DEFINITIVO - PDV, versão: 1.3-2011/03, código MD-5: 75552963b21c4efb23bcc9b26ab1f055
Datamax Informática e Tecnologia Ltda	33.900.978/0001-69	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FVC0082011, nome: ADMPAF, versão: 3.0, código MD-5: 952e8fb396eb3e7001a4e0c79f60f823

3. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAESA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
A.L.Z.Bossois ME	05.424.229/0001-77	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0202011, nome: Visual SIG.Net, versão: 2.02, código MD-5: C23741AD89E8CD7CC92FB73BA4AAC7DB
Socin Soluções Comerciais Integradas Ltda	68.319.656/0001-05	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0212011, nome: BR500, versão: 3.0.0, código MD-5: dc0f95a6f7f0169afa0d27c5e93a986e

4. Fundação Educacional Serra dos Orgãos - FSO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
AMBJ Informática Ltda ME	02.139.636/0001-44	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FSO0262011, nome: PAF FÁCIL, versão: 1.01, código MD-5: 647b8f2348c23f0d7f063815da9a7818

5. Faculdade Idez - I10

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Santana Bragança Informatica Ltda	05.247.211/0001-47	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i10312011, nome: PARCEIRO PDV, versão: 2.0.0.0, código MD-5: 54E6FF29CF5B09517EAEA1C1481F3575
Epslon Comércio e Serviço Ltda	00.158.747/0001-72	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número i10242011, nome: EASYHOT RESTAURANTE, versão: 2.0, código MD-5: b1b82a8633a6664ba82b694aa3c4f5e4

6. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Sociedade Fogás Ltda	04.563.672/0001-66	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número PSP0212011, nome:Fogás PAF-ECF, versão: 01.00, código MD-5: 5b456a60c6d3d0e99f6367e823da03dc

7. Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Meta Tecnologia da Informação Ltda	05.703.562/0001-15	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número UFG0112011, nome: MPro, versão: 3.3, código MD-5: 0d100902c22d306eb6a2992c7b8638d2*MPro

8. Fundação Universidade Regional de Blumenau - URB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Syscon Informatica Ltda	01.137.300/0001-80	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0252011, nome: ECF, versão: 3.0.1.113, código MD-5: 72880313e8258ca593af15270a1ffe5b
AT&PP Sistemas Ltda ME	02.380.779/0001-43	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número URB0262011, nome: PDVMatic, versão: 1.1, código MD-5: 8590ea8aaf-ca8415ba4edd8dfabfa0f0

9. Escola Fundação Instituto Nacional de Telecomunicação - INA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Soares & Tenani Com. Serv. de Inf. Ltda	03.112.800/0001-92	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0222011, nome: Solares PDV, versão: 7.1, código MD-5: cd1f7f6c96a4be91df76e71fa7774041
Marcelo Guimarães Nogueira	07.693.076.0001/99	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número INA0292011, nome: Pharmagno, versão: 6.0, código MD-5: fe35df185690e6771ff6535fdeb7a910

10. Centro Universitário Filadélfia - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
VMS Solucoes Ltda	13.284.396/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0152011, nome: PAF-ECF VIASOFT, versão: 3.0, código MD-5: 2905B5A6D14868117F33AA6F66D50102
Meta Tecnologia em Software Ltda	02.299.680/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL9132011, nome: MetaPosto, versão: 1.1, código MD-5: a7304cea-da6f5bc8794ec01ab11503d4
Mastersel Informática Ltda	00.352.833/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0182011, nome: SysmasterPDV, versão: 2.10.02, código MD-5: 047E3E5F41A4B3E0092217FF51BBCA97

11. Fundação Percival Farquhar - UNIVALE

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Agnaldo Botelho Cardoso	02.695.980/0001-10	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FPF0042011, nome: DIGIFARMA, versão: 7.4.0.0, código MD-5: 606d72d3e8dbe0fab17156fab9259e79
Syslink Informática Ltda	04.705.234/0001-95	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FPF0032011, nome: SYSLINK Gestão Empresarial, versão: 1.8, código MD-5: 5bddd13591580bdb9532c695cf317056

12. Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Agrotis Consultoria Agronômica Ltda	82.413.816/0001-01	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número TEC0092011, nome: Agrotis ECF, versão: 6.0, código MD-5: 7591201E95594B7472F2A8A6E0B31C91
D & M Serviço e Comércio de Softwares Ltda	09.452.751/0001-13	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número TEC0252010, nome: LiveSystem LSCaixa, versão: 2.0, código MD-5: F87531B96403B14B8CB261FAFB3918CE

Habilitação a exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 86 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 3 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
OMEGA TECNOLOGIA LTDA	06.168.168/0001-97	Rua 104, n 93, Qd. F-22 Lt 11 Sala 1, Setor Sul Goiânia - GO CEP: 74.080-240
MICROSUM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	05.462.662/0001-05	Rua Benjamin Constant, N1430, Vila Abajá Goiânia - GO CEP: 74.550-400

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

REGIA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	07.851.862/0001-77	Av. Rio Verde S/N Qd. 96 Lt 10 A 12 JD Luz Aparecida de Goiânia - GO CEP: 74.915-015
REGIA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	07.851.862/0003-39	Av. Deputado Jamel Cecilio, nº 2697 - JD Goias Goiânia - GO CEP: 74.810-100
REGIA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	07.851.862/0004-10	Av. Jamel Cecilio, nº 3300 - QD B34 Lote 2E Loja S256 - JD Goias Goiânia - GO CEP:74.810-907
REGIA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	07.851.862/0005-09	Q SCS Qd 7 , BL A 3P 3 PAV Parte Lojas 634E - Pátio Brasil Shopping - Asa Sul Brasília-DF CEP: 70.307-902
REGIA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	07.851.862/0006-81	Q SAI SO Area 6580 LUC - Parque Shopping - Guará Brasília DF CEP: 71.219-900
REGIA COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	07.851.862/0007-62	Av. Rio Verde S/N Qd 102 LJ 50 Terreo Vila São Tomaz Aparecida de Goiânia - GO CEP: 74.916-260
DMI COMERCIO DE INFORMATICA LTDA ME	07.185.400/0001-68	Rua Alvaro Jose Rodrigues, n° 255 Santos D umont Juiz de Fora - Minas Gerais CEP: 36.038-030
MAXMILIANO CAETANO RODRIGUES	04.392.078/0001-50	Avenida Jose Bonifacio, nº 972, Qd 10, Lt 06, Vila Marajoara Jussara - GO CEP: 76.270-000
JVT INFORMATICA LTDA-ME	10.422.016/0001-46	Rua Coronel Francisco Vieira, nº 347 Bairro Rosario Rio Pomba - MG CEP: 36.180-000
INFORSYSTEM INFORMÁTICA LTDA	00.577.581/0001-29	Rua 115 Qd. F41A Lt.144 nº 1132, Sala 01. Setor Sul Goiânia - GO CEP: 74.085-325

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 18 DE MAIO DE 2011

Divulga o quantitativo de parcelamentos concedidos no mês de março de 2011.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRF Nº 1.135, de 8 de abril de 1998, e considerando a determinação contida no § 2º do art. 1º da Portaria MF Nº 290, de 31 de outubro de 1997, alterada pelas Portarias MF Nº 249, de 30 de setembro de 1998 e Nº 387, de 18 de outubro de 1999, RESOLVE:

Artigo único. Dar publicidade ao número total de parcelamentos deferidos e o respectivo valor global do débito parcelado no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), no mês de março de 2011, excluídos os parcelamentos relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e as contribuições instituídas a título de substituição:

RF	PARCELAMENTO DEFERIDO	VALOR PARCELADO (R$)
1	2.367	122.272.796
2	1.879	44.935.083
3	1.092	20.498.674
4	1.800	37.930.769
5	1.615	56.601.086
6	2.699	314.753.331
7	3.183	55.756.871
8	7.085	193.181.850
9	2.473	74.898.024
10	1.699	32.633.430
TOTAL	25.892	953.461.914

Parágrafo único. O demonstrativo dos parcelamentos deferidos pela RFB encontra-se disponível na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

BRUNNO SÉRGIO SILVA DE ANDRADE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 18 DE MAIO DE 2011

Divulga o quantitativo de parcelamentos concedidos no mês de abril de 2011.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRF Nº 1.135, de 8 de abril de 1998, e considerando a determinação contida no § 2º do art. 1º da Portaria MF Nº 290, de 31 de outubro de 1997, alterada pelas Portarias MF Nº 249, de 30 de setembro de 1998 e Nº 387, de 18 de outubro de 1999, RESOLVE:

Artigo único. Dar publicidade ao número total de parcelamentos deferidos e o respectivo valor global do débito parcelado no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), no mês de abril de 2011, excluídos os parcelamentos relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e as contribuições instituídas a título de substituição:

RF	PARCELAMENTO DEFERIDO	VALOR PARCELADO (R$)
1	2.432	186.854.340
2	2.150	182.558.460
3	1.400	23.776.157
4	2.306	47.966.415
5	1.910	27.314.422
6	2.808	61.911.116
7	3.846	54.200.559
8	7.429	184.083.285
9	2.706	81.628.366
10	1.697	42.146.932
TOTAL	28.684	892.440.052

Parágrafo único. O demonstrativo dos parcelamentos deferidos pela RFB encontra-se disponível na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

BRUNNO SÉRGIO SILVA DE ANDRADE

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 18 DE MAIO DE 2011

Divulga a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América no mês de abril do ano-calendário de 2011, para efeito da apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF no 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no § 7o do art. 24 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e nos §§ 2o e 4o do art. 7o da Instrução Normativa SRF no 118, de 28 de dezembro de 2000, declara:

Artigo único. Para efeito da apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie, no mês de abril do ano-calendário de 2011, deve ser utilizada na conversão para reais:

I - do valor de alienação, a cotação média mensal do dólar dos Estados Unidos da América, para compra, correspondente a R$ 1,5864;

II - do valor de custo de aquisição, a cotação média mensal do dólar dos Estados Unidos da América, para venda, correspondente a R$ 1,5872.

FERNANDO MOMBELLI

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 13, DE 28 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: Por absoluta falta de amparo legal para a sua exclusão, o valor apurado do crédito presumido do ICMS concedido pelos Estados e pelo Distrito Federal constitui receita tributável que deve integrar a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep.

A partir de 28 de maio de 2009, tendo em vista a revogação do § 1º do art. 3º da Lei Nº 9.718, de 1998, promovida pelo inciso XII do art. 79 da Lei Nº 11.941, de 2009, para as pessoas jurídicas enquadradas no regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, por não ser considerado faturamento (receita bruta) decorrente da atividade exercida por essas pessoas jurídicas, o valor do crédito presumido do ICMS deixou de integrar a base de cálculo da mencionada contribuição.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 150 da Constituição Federal; Art. 97 da Lei Nº Lei Nº 5.172, de 1966 (CTN); Arts. 2º e 3º da Lei Nº 9.178, de 1998; Art. 1º da Lei Nº 10.637, de 2002; Inciso XII do art. 79 da Lei Nº 11.941, de 2009; Arts. 392 e 443 do Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 3.000, de 1999 (RIR/99); e Parecer Normativo CST Nº 112, de 1978.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: Por absoluta falta de amparo legal para a sua exclusão, o valor apurado do crédito presumido do ICMS concedido pelos Estados e pelo Distrito Federal constitui receita tributável que deve integrar a base de cálculo da Cofins.

A partir de 28 de maio de 2009, tendo em vista a revogação do § 1º do art. 3º da Lei Nº 9.718, de 1998, promovida pelo inciso XII do art. 79 da Lei Nº 11.941, de 2009, para as pessoas jurídicas enquadradas no regime de apuração cumulativa da Cofins, por não ser considerado faturamento (receita bruta) decorrente da atividade exercida por essas pessoas jurídicas, o valor do crédito presumido do ICMS deixou de integrar a base de cálculo da mencionada contribuição.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 150 da Constituição Federal; Art. 97 da Lei Nº Lei Nº 5.172, de 1966 (CTN); Arts. 2º e 3º da Lei Nº 9.178, de 1998; Art. 1º da Lei Nº 10.833, de 2003; Inciso XII do art. 79 da Lei Nº 11.941, de 2009; Arts. 392 e 443 do Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 3.000, de 1999 (RIR/99); e Parecer Normativo CST Nº 112, de 1978.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 14, DE 28 DE ABRIL DE 2011

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: INSUMOS APLICADOS NA FABRICAÇÃO DE BENS DESTINADOS À VENDA. DIREITOS AUTORAIS. IMPOSSIBILIDADE.

Consideram-se insumos, para fins de apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep não cumulativa, os bens e serviços adquiridos de pessoas jurídicas, utilizados na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda. No caso de bens, para que estes possam ser considerados insumos, é necessário que sejam consumidos ou sofram desgaste, dano ou perda de propriedades físicas ou químicas em função da ação diretamente exercida sobre o serviço que está sendo prestado ou sobre o bem ou produto que está sendo fabricado, o que não ocorre no caso dos direitos autorais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Por absoluta falta de amparo legal, os valores pagos em decorrência de contratos de cessão de direitos autorais, ainda que necessários para a edição e produção de livros, não geram direito à apuração de créditos a serem descontados da Contribuição para o PIS/Pasep porque não se enquadram na definição de insumos utilizados na fabricação ou produção de bens destinados à venda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Nº 9.610, de 1998; art. 3º da Lei Nº 10.637, de 2002; Lei Nº 10.865, de 2004; e art. 66 da IN SRF Nº 247, de 2002, com as alterações da IN SRF Nº 358, de 2003.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: CRÉDITO. INSUMOS APLICADOS NA FABRICAÇÃO DE BENS DESTINADOS À VENDA. DIREITOS AUTORAIS. IMPOSSIBILIDADE.

Consideram-se insumos, para fins de apuração de créditos da Cofins não cumulativa, os bens e serviços adquiridos de pessoas jurídicas, utilizados na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda. No caso de bens, para que estes possam ser considerados insumos, é necessário que sejam consumidos ou sofram desgaste, dano ou perda de propriedades físicas ou químicas em função da ação diretamente exercida sobre o serviço que está sendo prestado ou sobre o bem ou produto que está sendo fabricado, o que não ocorre no caso dos direitos autorais.

Por absoluta falta de amparo legal, os valores pagos em decorrência de contratos de cessão de direitos autorais, ainda que necessários para a edição e produção de livros, não geram direito à apuração de créditos a serem descontados da Cofins porque não se enquadram na definição de insumos utilizados na fabricação ou produção de bens destinados à venda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Nº 9.610, de 1998; Art. 3º da Lei Nº 10.833, de 2003; Lei Nº 10.865, de 2004; e art. 8º da IN SRF Nº 404, de 2004.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 19 DE MAIO DE 2011

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a empresa que menciona, por ter praticado comercialização de mercadorias objeto de descaminho.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BRASÍLIA-DF, no uso da competência que lhe conferem o art. 160 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 225, de 05 de setembro de 2007, considerando o art. 15, § 3º, da Lei Nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, incluído pelo art. 3º da Lei Nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, declara:

Art. 1º A exclusão da empresa PHC ELETRONICOS E ACESSORIOS LTDA ME, CNPJ 02.315.171/0001-35, optante do Simples Nacional, conforme o processo administrativo Nº 12539.000216/2010-66, em face das seguintes constatações.

Foi constatada, em operação de repressão ao contrabando e descaminho, que a empresa comercializava produtos de origem estrangeira sem documentação da regular importação.

Pelo exposto, faz-se necessário a exclusão "de ofício" da empresa fiscalizada por incorrer na comercialização de mercadorias objeto de descaminho, nos termos do disposto no art. 29, inciso VII da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º A exclusão surtirá efeitos a partir de 11 de novembro de 2009, consoante o disposto no § 1º do artigo 29 da Lei Complementar Nº 123/2006.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de trinta dias contados da data da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, manifestar por escrito sua inconformidade com relação à exclusão, nos termos do Decreto Nº 70.235, de 6 de março de 1972, e de acordo com o art. 39 e parágrafos da Lei Complementar Nº 123, de 2006.

Parágrafo único. Não havendo a manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JOEL MIYAZAKI

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 19 DE MAIO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL NO PORTO DE BELÉM, no uso de suas atribuições previstas no art. 220, XIX e XX da Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, embasado nos artigos 480 a 487 do Decreto Nº 6759, de 2 de fevereiro de 2009, no art. 6º Instrução Normativa SRF Nº 386, de 14 de janeiro de 2004, no anexo II da Portaria RFB Nº 2466/2010 e ainda ponderando a documentação acostada nos autos do processo administrativo Nº 10218.000029/2007-84, declara:

Habilitada a empresa BUCYRUS BRASIL LTDA, CNPJ 33.502.360/0003-02, estabelecida à Av. Carajás e Rua 20, QNC 141, Lotes 14, 15, 23 e 24, Loteamento Nova Carajás, Parauapebas (PA),CEP 68.515-000, a operar no regime aduaneiro especial de Depósito Especial - DE, em caráter precário, na qualidade de subsidiária de fabricante estrangeiro, podendo estocar, com suspensão do pagamento dos tributos e contribuições incidentes sobre partes e peças, componentes e materiais de reposição ou manutenção para veículos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos diversos, estrangeiros, nacionalizados ou não, para uso exclusivo nas atividades de pesquisa, prospecção e exploração de recursos minerais, enfatizando que somente poderão ser admitidas no regime mercadorias importadas sem cobertura cambial consignadas à empresa ora beneficiada com o regime em comento.

Este ADE entra em vigor na data de sua publicação no DOU, ficando revogado o ADE Nº 12, de 04 de setembro de 2007.

CNEIO LUCIUS DE PONTES E SOUZA

3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 14 DE MARÇO DE 2011

Autoriza a pessoa jurídica que menciona a adquirir selos de controle, destinados à importação com selagem no exterior conforme especificada.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM FORTALEZA - CE, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I , do artigo 1º, da Portaria DRFB/FOR/CE Nº 149, de 7 de abril de 2011, publicada no DOU de 8/4/2011, seção 2, página 32, como também, em observância ao processo judicial, em nível de Apelação em mandado de Segurança (MAS) Nº 92026/CE (2003.81.00.022732-5), tendo como origem a 1ª Vara Federal do Ceará, haja vista o deferimento de antecipação da tutela para fornecimento dos selos de controle de bebidas alcoólicas importadas de distribuidora estrangeira, abaixo especificados e conforme documentos constantes do processo administrativo fiscal Nº 10380.723.416/2011-97, declara:

Art.1º. Fica autorizada a pessoa jurídica GAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ Nº 63.385.587/0001-14. cadastrada no Registro Especial sob o Nº 03176/0051, a adquirir selos de controle (Tipo Uísque), no total de 10.440 (dez mil, quatrocentas e quarenta) unidades, destinados à selagem da mercadoria no exterior, referente ao produto classificado no código 2208.30 da TIPI, exportadas por RICHPORT DISTRIBUTION S.A., com endereço em ADVANCED TOWER, 1st FLOOR - PANAMA CITY - REP OF PANAMA, conforme especificações abaixo:

WHISKY BLACK & WHITE 12/100/40 NRF: 870 caixas com 12 unidades de 1000mls, com preço de comercialização em varejo pela empresa de aproximadamente R$50,00 a unidade. TOTAL DE SELOS = 10.440 UNIDADES.

Art.2º. Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

HELDER SILVA NOBRE

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 16 DE MAIO DE 2011

Concede inscrição no Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010 e, tendo em vista o disposto no artigo 2º, parágrafos 1º e 2º, da IN RFB Nº 976/2009, publicada no DOU de 8 de dezembro de 2009, alterada pelas INs: IN RFB Nº 1.011, de 23/02/2010, IN-RFB Nº 1.048, de 29/06/2010 e IN-RFB Nº 1.153, de 11/05/2011, e ainda considerando o que consta do processo administrativo respectivo, declara:

Art. 1º - Concedida Inscrição no Registro Especial instituído pelo art. 1º da Lei Nº 11.945 de 4 de junho de 2009, para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, ao estabelecimento abaixo identificado, sob o número e na atividade que especifica:

Nome empresarial	Suzano Papel e Celulose S/A
Endereço	Rodovia BR 324, S/N - Km 0, Cabula, Salvador-Ba. 41150-170
CNPJ	16.404.287/0308-10
Processo administrativo	10580.723791/2011-81
Nº Registro Especial	IP-05101/209 e DP-05101/210

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA MARIA FONSECA

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 18 DE MAIO DE 2011

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição de número 421.326.146-37 concedida em duplicidade a WAGNER CORTES, de acordo com informações contidas no Processo Administrativos Nº 15504.002749/2011-59.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 18 DE MAIO DE 2011

Declara baixada de Ofício a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º Baixada a inscrição Nº 11.804.848/0001-90 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da entidade R.A RODRIGUES FINANCE, pelo cancelamento no órgão de registro, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 28 e no parágrafo único do artigo 32 da Instrução Normativa RFB Nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010 e ainda o que consta do processo administrativo Nº 10886.001914/2010-11.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RESENDE PINHEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 8º, da Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e, ainda considerando os autos do processo 13769.000025/91-10, resolve CANCELAR o Registro Especial Nº 0720.1/0182,e concedido pelo Ato Declaratório Nº 17/1991, ao estabelecimento da empresa AGUARDENTE O PESCADOR LTDA-ME, CNPJ: nº35.987.577/0001-13, situada na Rod. Itaunas, s/nº, Km 04, Sitio Lorena, Córrego do Angelim, Conceição da Barra - ES, CEP: 39.960-000.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ROBERTO DE FRANÇA LYRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 8º, da Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e, ainda considerando os autos do processo 13770.000140/94-16, resolve CANCELAR o Registro Especial Nº 0720.1/0197, e concedido pelo Ato Declaratório Nº 06/1994, ao estabelecimento da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AGUARDENTE CANINHA Nº 1 LTDA-ME, CNPJ Nº 39.784.533/0001-47, situada na Rodovia Itarana/Santa Tereza, s/nº, Km 4 e meio, sede, Itarana CEP 29.620-000.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União

CARLOS ROBERTO DE FRANÇA LYRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 19 DE MAIO 2011

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 8º, da Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e, ainda considerando os autos do processo 13770.000090/93-51, resolve CANCELAR o Registro Especial Nº 0720.1/0193, e concedido pelo Ato Declaratório Nº 04/1993, ao estabelecimento da empresa AGUARDENTE SAUNINHA LTDA-ME, CNPJ Nº 39.272.851/0001-29, situada na CPO Rio Sauna, s/nº, Rio Sauna, João Neiva-ES, CEP 29.680-000.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União

CARLOS ROBERTO DE FRANÇA LYRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 19 DE MAIO 2011

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 8º, da Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e, ainda considerando os autos do processo 10783.006978/97-93 resolve CANCELAR o Registro Especial Nº 0720.1/0209, e concedido pelo Ato Declaratório Nº 04/1998, ao estabelecimento da empresa AGUARDENTE PERIM LTDA-ME, CNPJ Nº 39.642.228/0001-10, situada na Rod. BR 262, s/nº, Km 111, Sede, Venda Nova do Imigrante-ES, CEP: 29.375-000.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União

CARLOS ROBERTO DE FRANÇA LYRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 19 DE MAIO 2011

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 8º, da Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e, ainda considerando os autos do processo 13770.00103/84-00 resolve CANCELAR o Registro Especial Nº 0720.1/0023, e concedido pelo Ato Declaratório Nº 65/2004, ao estabelecimento da empresa JARBAS ANTONIO BAPTISTA-ME, CNPJ Nº 27.340.488/0001-52, situada na Rua Principal, s/nº, Barra do Triunfo, João Neiva-ES, CEP: 29.680-000.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União

CARLOS ROBERTO DE FRANÇA LYRA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 153, DE 19 DE MAIO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art.1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SEALION DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º."

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 78, de 04 de março de 2011, publicado no DOU de 09 de março de 2011.

JOSÉ MAURO SANTOS FRANCO

ANEXO

Processo nº 10768.100011/2011-31				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0044227.08.2 (afretamento) 2050.0044225.08.2 (prestação de serviços) Embarcação "TOISA PEGASUS"-tipo DSV	22/12/2014
Processo nº 10768.007721/2009-79				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0031544.07.2 2050.0031545.07.2 Embarcação Toisa Tiger PSV 1000	08/10/2011
Processo nº 10768.002142/2010-73				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0033443.07.2 2050.0033444.07.2 Embarcação Toisa Voyager RSV	18.11.2011
Processo nº 10768.002199/2010-72				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0033445.07.2 2050.0033442.07.2 Embarcação Toisa Conqueror RSV	19.05.2012
Processo nº 10768.001426/2011-23				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
02.873.558/0001-07	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas em águas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0066797.11.2 (prestação de serviços) 2050.0066796.11.2 Embarcação Toisa Crest	03.05.2015

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 18 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 294 da Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e da competência estabelecida no art. 25 da Portaria RFB Nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo Nº 10314.001575/2010-40, declara:

1. Fica prorrogado para 18 de maio de 2020 o termo final do alfandegamento concedido por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF08 Nº 61, de 13 de setembro de 2001, publicado no D.O.U. de 18 de setembro de 2001, relativo à área de 32.391,45 m² do imóvel situado na Avenida Tamboré, 1.476 - município de Barueri/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 60.526.977/0010-60, local autorizado a operar como Porto Seco para movimentação e armazenagem de carga geral, cuja prestação de serviços foi permitida à empresa ARMAZÉNS GERAIS COLÚMBIA S/A em conformidade com o procedimento licitatório contido no processo Nº 10880.012194/98-12 e com o respectivo Contrato de Permissão firmado em 24 de março de 2000 e seus Primeiro e Terceiro Instrumentos Aditivos firmados, respectivamente, em 31 de janeiro de 2001 e 14 de abril de 2010.

2. O Porto Seco Barueri ora alfandegado está sob jurisdição da ALF/São Paulo, que poderá baixar as normas operacionais que julgar necessárias ao funcionamento do mesmo, em conformidade com o §11º da Cláusula Terceira do retro citado Contrato de Permissão.

3. Permanece atribuído ao recinto em questão o código 8.94.32.11-8.

4. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de maio de 2010.

MARCOS FERNANDO PRADO DE SIQUEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 18 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª. REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo art. 294 da Portaria MF Nº 587 de 21 de dezembro de 2010, combinado com inciso II do art. 25 da Portaria SRF Nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, e considerando o que consta do processo Nº 11128.002474/94-01, declara:

1. Fica prorrogado, a título precário, até 10 de agosto de 2011, o prazo de alfandegamento das Instalações Portuárias de uso público, localizadas no Porto Organizado de Santos, situado no Cais do Saboó s/n, Ponto 1, Pátios 1, 2 e 3, Valongo, Santos/SP, administradas por Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda, inscrita no CNPJ do MF sob Nº 53.730.495/0001-70, nos termos do Quarto Instrumento de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento Nº 005/91 celebrado com a Companhia Docas do Estado de São Paulo-CODESP, em conformidade com art. 2º da Resolução Nº 525-ANTAQ de 25/10/2005, publicada no DOU de 30/10/2005.

2. O alfandegamento destina-se a operações de importação e exportação para cargas gerais, refrigeradas, químicas, conteinerizadas e desunitizadas no regime aduaneiro comum.

3. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado e não impede a RFB de revê-lo para adequá-lo às normas aplicáveis.

4. Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no Ato Declaratório Executivo SRF Nº 11, de 27 de fevereiro de 1997, publicado no DOU de 03/03/1997.

5. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2011.

MARCOS FERNANDO PRADO DE SIQUEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 17 DE MAIO DE 2011

Declara excluído do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos de Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES o contribuinte que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicadas no DOU de 23 de dezembro de 2010, DECLARA:

Art. 1º. Excluída a empresa CHAMILIAN"S COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ Nº 96.342.258/0001-45, do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, nos termos do inciso II do artigo 9º, inciso II, do artigo 13 , inciso I do artigo 14, todos estes dispositivos da Lei 9.317/96; tendo em vista haver ultrapassar no ano calendário de 2006 a receita bruta global fixada pela legislação de regência aqui referenciada, tudo conforme consta na Representação Fiscal contida no processo administrativo Nº 10882.720817/2011-34.

Art. 2º. Os efeitos da exclusão serão considerados a partir de 01/01/2007, em obediência ao quanto disposto no inciso IV, do artigo 15, da Lei 9.317/96.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º. Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste, manifestar por escrito sua inconformidade relativamente ao procedimento acima, junto a Delegacia da Receita Federal de Julgamento, assegurados o contraditório e ampla defesa, observada a legislação relativa ao Processo Administrativo Fiscal da União, de que trata o Decreto Nº 70.235, de 6 de março de 1972 e alterações posteriores.

Art. 4º. Não havendo manifestação no prazo indicado no artigo anterior, a exclusão tornar-se-á definitiva

ANTÔNIO RAMOS CARDOZO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 19 DE MAIO DE 2011

Cancela inscrição, a pedido, de contribuinte no Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO Nº 49, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Art. 1º Cancelado, a pedido, o Registro Especial de GRÁFICA, destinado à impressão de livros, jornais, de número GP-08190/00461, renovado por intermédio do Ato Declaratório Executivo Nº 1.232, datado de 21 de junho de 2010, publicado no DOU de 29 de junho de 2010, para o estabelecimento da empresa DANIELE DE JESUS MAIA COPIADORA - ME, inscrito no CNPJ sob o Nº 08.089.636/0001-63, de acordo com os autos do processo Nº 11610.002954/2009-31.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALBERTO PEREIRA DA SILVA

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 19 DE MAIO DE 2011

Inscrevem contribuintes no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO Nº 49, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 96 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01509, o estabelecimento da empresa VB EDITORA E COMUNICAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 04.099.803/0002-87, localizado na Rua Iguatemi Nº 192 conj. 173 - Itaim Bibi - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 11610.002432/2011-54.

Nº 97 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01510, o estabelecimento da empresa EDITORA TRIAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 13.555.999/0001-87 , localizado na Rua da Esperança Nº 823 - Vila Medeiros - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 11610.002503/2011-19.

Nº 98 - Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número IP-08190/00610, o estabelecimento da empresa EDITORA TRIAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 13.555.999/0001-87 , localizado na Rua da Esperança Nº 823 - Vila Medeiros - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 11610.002503/2011-19.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALBERTO PEREIRA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 19 DE MAIO DE 2011

Inscreve contribuinte no registro especial destinado a estabelecimento que realize importação de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO Nº 49, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 504, de 3 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/095, o estabelecimento da empresa ZOGRO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o número 11.777.147/0001-09, localizado à Rua Hilário Magro Júnior Nº 44 - Butantã - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 19515.000685/2011-83.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALBERTO PEREIRA DA SILVA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 12 DE MAIO 2011

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD Nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria Nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011, atendendo à SAT Nº 106/2011, de 02/03/2011, e ao que consta do Processo 10314.002465/2011-86, em tramitação nesta Inspetoria, DECLARA, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca HYUNDAI, modelo ELANTRA GLS, ano-fabricação 2005, ano-modelo 2005, chassi KMHDN41DP5U070367, cor prata e seus respectivos equipamentos de série, pertencente a GUILLERMO SALVADOR HIDALGO TRUJILLO, desembaraçado com privilégio diplomático, através da declaração de importação Nº 05/1305414-0, na Alfândega Porto de Santos, em 06/12/2005, estará liberado para fins de transferência de propriedade para OSCAR ANTONIO BLANCO LOXO, CPF 233.780.178-05, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem, em conformidade com o disposto nos artigos 13 a 15 da IN-SRF-338/2003.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 18 DE MAIO DE 2011

Concede Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta do processo nº 10950.721159/2011-47, declara:

Artigo 1º. Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa BIOTECNOLOGIA DO PARANÁ S.A., CNPJ nº 07.056.656/0001-75, e o estabelecimento da empresa RENUKA VALE DO IVAÍ S.A., CNPJ nº 75.177.857/0001-80, na condição de SUBSTITUÍDO.

Artigo 2º. A responsabilidade aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/TIPI	Alíquota
Melaço de Cana de Açúcar	1703.10.00	5%

Artigo 3º. Os produtos constantes do artigo segundo serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/TIPI	Alíquota
Creme de Levedura Viva	Matéria prima utilizada no processo produtivo	2102.10.00	0%

Artigo 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Artigo 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Artigo 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE nº 017, de 18/05/2011", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 6 DE MAIO DE 2011

Concede, à pessoa jurídica importadora de embalagens tipo pré-formas classificadas no cód. 3923.30.00 Ex 01 da Tipi, habilitação, a título precário, para aderir ao Regime Aduaneiro Especial de Importação de Embalagens referidas na alínea b do inciso II do caput do art. 51 da Lei Nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e instituído pelo art. 52 a 54 da Lei no 11.196, de 22 de novembro de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA-PR, no uso da atribuição que lhe confere o §3º do art. 2° da Instrução Normativa SRF n° 604, de 4 de janeiro de 2006, alterada pela IN SRF n° 661, de 17 de julho de 2006, e tendo em vista o que consta do processo administrativo no 10980.722293/2011-16, declara:

Art. 1º habilitada, a título precário, no Regime Aduaneiro Especial de Importação de Embalagens tipo pré-formas classificadas no cód. 3923.30.00 Ex 01 da Tipi e referidas na alínea "b" do inciso II do caput do art. 51 da Lei Nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a pessoa jurídica REALE COMÉRCIO DE PRODUTOS PLÁSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 13.021.307/0001-10. Como se trata de empresa em início de atividade, além do título precário referido no §9° do art. 2° da IN SRF n° 604/2006, devem ser observadas as regras constantes no §2°, do art. 5° da citada IN SRF n° 604/2006.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

ARTHUR CEZAR LOPES CAZELLA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 9 DE MAIO DE 2011

Declara suspensa a aplicação de imunidade tributária à pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA/PR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, §§ 3o e 10, da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do processo administrativo no 14486.000200/2011-22, declara:

Art. 1º Fica suspensa a aplicação da imunidade relativa ao Imposto de Renda a que se refere o art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal e das isenções tributárias condicionadas relativas ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o lucro Líquido - CSLL previstas no art. 15 da Lei no 9.532, de 27 de dezembro de 1997, à pessoa jurídica FACULDADE APROVAÇÃO, CNPJ n° 08.816.441/0001-78.

Parágrafo único. A suspensão a que se refere o presente Ato Declaratório Executivo tem como termo inicial 01/01/2008 e como termo final 31/12/2008.

Art. 2º Poderá o interessado, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da sua ciência, apresentar impugnação, sem efeito suspensivo, ao presente Ato Declaratório Executivo, a qual será objeto de decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba-PR.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 86, DE 18 DE MAIO DE 2011

Concede o Registro Especial de estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da sua atribuição que lhe confere o artigo 3º da Instrução Normativa SRF n.º 504, de 03 de fevereiro de 2005, e em face ao que consta no processo administrativo n.º 10980.722402/2011-97, declara:

Art. 1º INSCRITO no Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas, sob número 09101/0103, o estabelecimento da empresa:

COSTAZZURRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CNPJ: 05.728.235/0002-07

Rua Nestor Victor, n.º 189, 4º andar,conjunto 403, Centro, Paranaguá-PR

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN SRF n.º 504 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro nos termos do art. 8º da mesma instrução.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/NHO Nº 024, de 17 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2011 (Nº 095), Seção 1, página 32,

Onde se lê :

"Art. 1º- Concedido Registro Especial, na atividade de importador de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Normativa (IN) SRF Nº 504/2005, sob o Nº 10107/0072, ao estabelecimento de CNPJ Nº 07.718.633/0001-89 da empresa UNIDASUL DISTRIBUIDORA ALIMENTICIA S/A, situado na Rodovia BR 116 - Km 12 - S/N, Bairro Industrial - no município de Esteio/RS",

Leia-se:

"Art. 1º - Concedido Registro Especial, na atividade de importador de bebidas alcoólicas de que trata a Instrução Normativa (IN) SRF Nº 504/2005, sob o Nº 10107/0074, ao estabelecimento de CNPJ Nº 07.718.633/0001-89 da empresa UNIDASUL DISTRIBUIDORA ALIMENTICIA S/A, situado na Rodovia BR 116 - Km 12 - S/N, Bairro Industrial - no município de Esteio/RS".

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

PORTARIA Nº 328, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada na Portaria STN nº 281, de 29 de abril de 2011, e

Considerando o disposto no inciso I do art. 19, no inciso I do art. 20 e no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que determina aos poderes e órgãos da União, definidos no art. 20 da mesma Lei, limites com base na receita corrente líquida e obrigatoriedade de emissão de Relatório de Gestão Fiscal;

Considerando o disposto no § 1º do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto do inciso XIV no art. 21 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar a Receita Corrente Líquida - RCL dos últimos doze meses, referente ao 1º quadrimestre de 2011, elaborada nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de acordo com a Portaria nº 249, de 30 abril de 2010, da STN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILVAN DA SILVA DANTAS

ANEXO

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RREO - Anexo III (LRF, art. 53, inciso I) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA EXERCÍCIO[5]
	MAI/10	JUN/10	JUL/10	AGO/10	SET/10	OUT/10	NOV/10	DEZ/10	JAN/11	FEV/11	MAR/11	ABR/11		
RECEITA CORRENTE (I)	67.671.686	62.766.091	75.145.973	72.770.560	75.254.213	75.590.479	73.420.885	101.104.071	98.850.476	69.024.623	79.900.437	91.545.574	943.045.069	1.034.447.004
Receita Tributária	20.757.442	20.453.382	22.131.782	21.316.778	21.207.272	25.232.897	23.378.164	31.626.734	37.799.094	20.937.240	27.856.659	33.562.424	306.259.868	347.539.632
Receita de Contribuições	36.960.470	35.432.473	39.833.214	37.625.997	38.708.252	41.785.777	39.582.139	57.703.562	47.771.605	38.852.745	41.367.949	44.791.108	500.415.292	537.146.864
Receita Patrimonial	3.692.742	2.124.705	5.507.187	8.761.826	9.326.227	4.224.799	5.005.220	5.646.270	4.920.090	3.763.443	3.724.995	8.425.150	65.122.654	57.478.754
Receita Agropecuária	1.984	1.612	1.181	1.378	1.649	2.156	2.052	1.758	1.375	1.619	1.776	2.176	20.716	25.757
Receita Industrial	36.096	51.123	33.521	45.351	13.111	52.612	75.890	93.254	19.142	51.742	49.185	61.836	582.862	817.987
Receita de Serviços	2.716.193	2.810.977	5.667.133	2.792.981	3.903.822	2.077.051	3.272.696	3.080.856	5.960.487	2.893.486	4.219.694	2.543.439	41.938.816	44.663.613
Transferências Correntes	19.495	10.621	12.190	11.369	11.459	19.716	31.935	84.235	53.011	7.788	10.985	20.414	293.217	289.279
Receitas Correntes a Classificar[1]	(5.190)	10.039	11.970	(1.433)	8.336	13.769	9.360	(60.879)	5.245	(2.897)	(11)	(860)	(12.550)	0
Outras Receitas Correntes	3.492.455	1.871.160	1.947.794	2.216.312	2.074.084	2.181.701	2.063.429	2.928.281	2.320.428	2.519.458	2.669.205	2.139.887	28.424.196	46.485.118
DEDUÇÕES (II)	34.372.045	29.722.031	28.263.800	31.574.670	28.737.516	32.633.001	33.577.182	61.070.982	37.387.941	37.640.749	26.336.401	37.349.260	418.665.577	468.190.957
Transf. Constitucionais e Legais[2]	15.054.308	10.867.510	9.106.236	12.036.707	9.009.846	12.555.479	12.621.513	25.273.164	14.467.291	16.496.023	4.220.375	13.598.522	155.306.975	176.075.688
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social[3]	15.543.424	15.133.647	15.357.062	15.796.191	15.642.386	15.928.075	16.323.815	27.331.332	18.515.800	17.019.858	17.927.889	19.483.835	210.003.314	239.787.515
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor[4]	641.507	617.501	671.738	666.501	693.400	680.986	1.182.190	933.455	684.930	696.023	702.221	691.990	8.862.442	9.736.553
Compensação Financeira RGPS/RPPS	70	34	110	106	69	14	58	59	415	20	84	60	1.099	0
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	148.898	149.039	159.240	162.797	163.351	163.285	204.784	123.494	164.614	164.995	165.102	164.981	1.934.579	1.911.005
Contribuição p/ PIS/PASEP	2.983.838	2.954.300	2.969.414	2.912.368	3.228.464	3.305.160	3.244.822	7.409.478	3.554.892	3.263.830	3.320.730	3.409.870	42.557.167	40.680.197
PIS	2.504.621	2.465.341	2.501.506	2.447.935	2.715.206	2.828.244	2.734.052	2.838.755	2.958.327	2.669.647	2.719.847	2.807.252	32.190.733	-
PASEP	479.218	488.959	467.908	464.433	513.259	476.917	510.770	4.570.723	596.565	594.183	600.884	602.618	10.366.434	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	33.299.641	33.044.061	46.882.173	41.195.889	46.516.697	42.957.478	39.843.703	40.033.089	61.462.535	31.383.875	53.564.036	54.196.315	524.379.492	566.256.047

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se a classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.

[2] Conforme o Parecer PGFN/CAF nº 377/2005, a partir do mês de fevereiro de 2005, as transferências relativas à Lei Complementar nº 87/96 e ao fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (FUNDEB) são deduzidas integralmente. Não estão sendo computadas nas Transferências Constitucionais as transferências ao Distrito Federal para prover as despesas decorrentes do inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, conforme Parecer nº 21/2003, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

[3] Deduzido com base no inciso IV, "a" e § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Conforme o Parecer PGFN/CAF nº 377/2005, a partir do mês de fevereiro de 2005, inclui a Receita de Contribuições sobre Espetáculos Esportivos.

[4] Deduzido com base no inciso IV, "c" do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

[5] A previsão da receita é a constante na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011.

Nota: a metodologia e memória de cálculo estão disponíveis no endereço eletrônico: www.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/receita_corrente_liquida.asp

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL
1º QUADRIMESTE DE 2011

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ANEXO III, LRF, ART. 53, INCISO I:

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da receita corrente líquida, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu desempenho no exercício. Este demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, cujas informações servem de base de cálculo para os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal.

DEFINIÇÃO DE RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - LRF, ART. 2º:

Conforme o art. 2º, §3º da LRF, a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades. A regra de cálculo é a definida pelo art. 2º, IV da Lei.

1. Receita Corrente (LRF, art. 2º, IV)
(+) Receita Tributária
(+) Receita de Contribuições
(+) Receita Patrimonial
(+) Receita Industrial
(+) Receita Agropecuária
(+) Receita de Serviços
(+) Transferências Correntes
(+) Outras Receitas Correntes

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Deduções (LRF, art. 2º, IV, alíneas "a" e "c" e §1º)

(-) 2.1 Valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal

(-) 2.2 Contribuição de que trata o art. 195, I, alínea "a" da Constituição Federal (Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;)

(-) 2.3 Contribuição de que trata o art. 195, II, da Constituição Federal (Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: [...] II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;)

(-) 2.4 Contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social

(-) 2.5 Compensação financeira citada no §9º do art. 201 da Constituição Federal

(-) 2.6 Contribuição de que trata o art. 239 da Constituição Federal (Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.)

(-) 2.7 Despesas em decorrência do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (FUNDEB).

ELABORAÇÃO A PARTIR DO SIAFI GERENCIAL 2010 - ASPECTOS PRÁTICOS:

1. RECEITA CORRENTE

Apura-se o valor das receitas correntes a partir das informações armazenadas na conta contábil 19114.00.00 - Receita Realizada, que registra os valores líquidos, ou seja, já deduzidos os Incentivos Fiscais, Retificações, Restituições, Descontos Concedidos, Deduções de Receita de Vendas e Serviços e Outras Deduções. O valor do movimento líquido mensal para a categoria econômica 1 - "Receitas Correntes" é apurado no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com o mês fechado no SIAFI, considerando o último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, nas seguintes origens de receita:

Receita Tributária;
Receita de Contribuições;
Receita Patrimonial;
Receita Agropecuária;
Receita Industrial;
Receita de Serviços;
Transferências Correntes;
Receitas Correntes a Classificar; e
Outras Receitas Correntes.

2. DEDUÇÕES

As deduções mencionadas são apuradas conforme especificado abaixo, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e também os onze meses anteriores, com os seguintes filtros selecionados:

2.1 e 2.7 Transferências Constitucionais e Legais

Os valores das transferências constitucionais e legais são calculados a partir do crédito liquidado. As transferências constitucionais e legais são identificadas pelos seguintes parâmetros:

a) Programa:

0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Especifica;

1061 - Brasil Escolarizado.

b) Projeto/Atividade:

0044 - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art. 159);

0045 - Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art. 159);

0046 - Cota-Parte dos Estados e DF- Exportadores na Arrecadação do IPI (LC nº 61/89);

0050 - Transferências do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro - Estados e Distrito Federal (Lei nº 7.766/89);

0051 - Transferências do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro - Municípios (Lei nº 7.766/89);

006M - Transferência para Municípios - Imposto Territorial Rural;

00D0 - Apoio financeiro aos municípios para compensação da variação nominal negativa acumulada dos recursos repassados pelo fundo de participação dos municípios -FPM entre os exercícios de 2008 e 2009;

00DV - Apoio Financeiro emergencial aos Estados e ao Distrito Federal;

00G6 - Transferência a estados, distrito federal e municípios para compensação da perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS sobre combustíveis fosseis utilizados para geração de energia elétrica (medida provisória Nº 466, DE 29 de julho de 2009);

0223 - Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de Itaipu (Lei nº 8.001/90, art. 1º);

0369 - Cota-Parte dos Estados e DF do Salário-Educação;

0546 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001/90, art. 1º);

0547 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001/90, art. 2º);

0999 - Recursos para a repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis;

099B - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação da isenção do ICMS aos Estados exportadores (Lei Complementar nº 87/96 e Lei Complementar nº 115/2003);

0A53 - Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997);

0C03 - Transferências de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art 39);

0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

0E25 - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação das exportações - Auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomentos das Exportações;

0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

c) Modalidade de Aplicação:

30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal; e

40 - Transferências a Municípios.

2.2 e 2.3 Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social

Obtém-se no SIAFI o valor registrado na conta 19114.00.00 - Receita Realizada, na fonte de recursos 54 - Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social. Nessa fonte, são identificadas as receitas de contribuições, bem como as decorrentes de multas, juros e receitas da dívida ativa referentes a contribuição de Empregadores e Trabalhadores.

2.4-a Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor

Obtém-se, no SIAFI, o valor registrado na conta 19114.00.00 - Receita Realizada, na fonte de recursos 56 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor. Nessa fonte são identificadas as receitas de contribuições, bem como as decorrentes de multas e juros.

2.4-b Contribuição para o Custeio das Pensões Militares

Obtém-se, no SIAFI, o valor registrado na conta de Receita Realizada, 19114.00.00, na seguinte Natureza de Receita:

1210.15.00 - Contribuição para Custeio das Pensões Militares.

2.5 Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários

Obtém-se, no SIAFI, o valor registrado na conta de Receita Realizada, 19114.00.00, nas seguintes Naturezas de Receita:

1912.56.00 - Multas/Juros de Compensações Financeiras RG/RPPS;

1915.19.00 - Multas/Juros Dívida Ativa de Compensações Financeiras RG/RPPS;

1922.10.01 - Receita Compensação Financeira entre o RGPS/RPPS - Principal;

1922.10.02 - Receita Compensação Financeira entre o RGPS/RPPS - Parcelamento;

1932.35.00 - Receita de Dívida Ativa de Compensações Financeiras RG/RPPS.

2.6 Contribuição para o Programa de PIS/PASEP

Obtém-se o valor do SIAFI utilizando-se de quatro consultas na conta 19114.00.00 - Receita Realizada:

a) na primeira, selecionam-se as Naturezas de Receita 1210.37.01 - "Receita do principal das contribuições para o PIS/PASEP" e 1210.37.02 - "Receita de parcelamentos - PIS/PASEP";

b) na segunda, filtra-se a Fonte de Recursos 40 - Receitas de Contribuições do PIS/PASEP, excetuando-se as Naturezas de Receita 1210.37.01 e 1210.37.02, para identificação de todas as naturezas de receita que receberam registro nessa fonte. Também são excetuadas as categorias econômicas de receita 7 e 8 para que não sejam computadas movimentações intra-orçamentárias;

c) na terceira, identificam-se as Naturezas de Receita apuradas na consulta anterior. Filtram-se essas naturezas, excluindo-se a Fonte de Recursos 40. Foram identificadas as Naturezas de Receita 1912.31.00 a 1912.31.99 - Multas e Juros de Mora de Contribuição do PIS/PASEP, 1914.05.00 a 1914.05.99 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP, 1918.99.00 - Outras Multas e Juros de Mora, e 1932.05.00 a 1932.05.99 - Receita da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP;

d) na quarta, filtram-se os códigos de tributos específicos para identificação das receitas do PASEP. O total das receitas do PIS é identificado pela diferença entre o apurado nas consultas anteriores e esta última consulta.

3. PREVISÃO DA RECEITA

Obtém-se os valores da Previsão da Receita considerando as informações constantes na Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010 - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010.

No SIAFI, obtém-se esta informação ao identificar, por categoria e subcategoria de receita, os valores registrados na equação contábil 29111.00.00 - Previsão Inicial da Receita, mais 29112.00.00 - Previsão Adicional da Receita, mais 29114.00.00 - Reestimativa da Receita, menos 29119.00.00 - Anulação da Previsão da Receita.

Nas deduções, obtém-se, também, os valores da Previsão da Receita, conforme mencionado anteriormente, com exceção das Transferências Constitucionais e Legais, cujo valor é obtido pela dotação autorizada na LOA - Lei Orçamentária Anual e respectivos créditos adicionais, se houver.

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 321, DE 18 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF Nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN Nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de compra Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto Nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - participantes da oferta pública de compra: restrita às instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta Nº 18, de 10 de fevereiro de 2010;

II - data do acolhimento das propostas e do leilão: 19.05.2011;

III - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

IV - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

V - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VI - data da liquidação financeira: 20.05.2011;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo OFDEALERS, nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 5 (cinco) para cada um dos títulos ofertados;

IX - quantidade para o público: até 150.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

X - características da compra:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
NTN-F	950199	01.01.2017	10,0%	2.053	Até 150.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	3.514	Até 150.000	1.000,000000

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 322, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF Nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN Nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto Nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 19.05.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 20.05.2011;

V - data da liquidação financeira: 20.05.2011;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 5 (cinco) para cada um dos títulos ofertados;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.04.2012	317	1.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2013	773	3.500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2015	1.322	2.500.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta Nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto Nº 23, de 6 de agosto de 2010, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 19.05.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 16h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - data da liquidação financeira: 20.05.2011;
V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
LTN	100000	01.04.2012	317	200.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2013	773	700.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2015	1.322	500.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 323, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF Nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN Nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto Nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 19.05.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 20.05.2011;

V - data da liquidação financeira: 20.05.2011;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 5 (cinco) para cada um dos títulos ofertados;

IX - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2017	10,0%	2.053	500.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	3.514	500.000	1.000,000000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta Nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto Nº 23, de 6 de agosto de 2010, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 19.05.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 16h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 20.05.2011;

V - características da emissão:

Título	Cod. Selic	Venc.	Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Qtde	VN (R$)
NTN-F	950199	01.01.2017	10,0%	2.053	100.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	3.514	100.000	1.000,000000

§ 1º. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

§ 2º. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 65.180, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Presidente do Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o disposto no voto BCB 112/2011, aprovado pela Diretoria Colegiada em sessão de 18 de maio de 2011 no uso da competência que lhe confere o art. 11, inciso II, do Regimento Interno, anexo à Portaria Nº 29.971, de 4 de março de 2005, resolve:

Art. 1º Fica constituído o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef).

Art. 2º Fica divulgado o anexo Regulamento do Comef.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI

ANEXO

REGULAMENTO DO COMEF, ANEXO À PORTARIA Nº 65.180, DE 18 DE MAIO DE 2011

CAPÍTULO I

OBJETIVO

Art. 1º O Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) tem como objetivo avaliar a estabilidade financeira e definir as diretrizes e as estratégias do Banco Central do Brasil para a mitigação do risco sistêmico.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 2º O Comef é constituído pelo Presidente e pelos Diretores do Banco Central do Brasil, todos com direito a voto.

§ 1º Os titulares das seguintes unidades participam das reuniões do Comef:

I - Departamento de Assuntos Internacionais (Derin);

II - Departamento Econômico (Depec);

III - Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep);

IV - Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação (Desig);

V - Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor);

VI - Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban);

VII - Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab);

VIII - Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin);

IX - Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf);

X - Departamento de Supervisão de Bancos e de Conglomerados Bancários (Desup);

XI - Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não-Bancárias (Desuc);

XII - Gerência-Executiva de Gestão de Riscos Corporativos (Geris);

XIII - Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence);

XIV - Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC); e

XV - Secretaria-Executiva (Secre).

§ 2º O Comef realizará reuniões ordinárias bimestrais e extraordinárias por decisão da Diretoria Colegiada.

§ 3º A reunião será dividida em duas sessões:

I - a primeira sessão, destinada à realização da apresentação e à discussão dos temas selecionados, terá a participação do Presidente e dos Diretores do Banco Central do Brasil e dos titulares das unidades citadas no § 1º do art. 2º;

II - a segunda sessão, destinada à definição de estratégias e diretrizes para preservar a estabilidade financeira e mitigar o risco sistêmico, terá a participação do Presidente e dos Diretores do Banco Central do Brasil e do Secretário do Comitê, esse último sem direito a voto.

§ 4º Podem participar da reunião outros servidores, quando convocados pelo Presidente ou pelos Diretores do Banco Central do Brasil.

§ 5º O Presidente do Banco Central do Brasil decide com o voto de qualidade nas reuniões do Comef.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao Comef:

I - definir as estratégias e as diretrizes do Banco Central do Brasil para a condução dos processos relacionados à estabilidade financeira, bem como os mecanismos de prevenção e os planos de contingência para a solução de crises financeiras;

II - determinar a realização de estudos, pesquisas e trabalhos relativos à estabilidade financeira e à prevenção do risco sistêmico;

III - orientar a atuação do Banco Central do Brasil no Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec) e em fóruns similares, assim como o relacionamento com outras entidades detentoras de informações úteis à manutenção da estabilidade financeira; e

IV - alocar responsabilidades entre as unidades envolvidas com vistas à atuação integrada e coordenada, conforme as respectivas atribuições definidas no Regimento Interno do Banco Central do Brasil.

Art. 4º Compete às unidades citadas no § 1º do art. 2º:

I - avaliar o ambiente e as variáveis econômicas, os fatos e os eventos que possam influenciar ou afetar a estabilidade financeira;

II - analisar as tendências e o funcionamento dos mercados, as operações, as exposições e as posições detidas pelas instituições financeiras e por outros agentes dos mercados, bem como as interconexões e a distribuição dos riscos entre os diversos agentes;

III - avaliar o grau de sustentabilidade do crescimento do crédito, do endividamento dos tomadores, da alavancagem do sistema e do impacto dos ciclos econômicos sobre esses fatores; e

IV - avaliar os incentivos existentes nos mercados, sob o enfoque dos riscos emergentes.

Art. 5º O Secretário do Comitê, a ser designado pelo Presidente, tem a atribuição de organizar a pauta em conjunto com as áreas envolvidas e proceder aos registros pertinentes.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º A decisão sobre os casos omissos e as alterações deste Regulamento cabem à Diretoria Colegiada.

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.536, DE 19 DE MAIO DE 2011

Altera o regulamento do Comitê de Política Monetária (Copom), anexo à Circular Nº 3.297, de 31 de outubro de 2005.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 18 de maio de 2011, no uso de sua competência legal e considerando o disposto no art. 2º do Decreto Nº 3.088, de 21 de junho de 1999, decidiu:

Art. 1º Os arts. 3º e 4º do Regulamento anexo à Circular Nº 3.297, de 31 de outubro de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

.....

VII - Departamento de Assuntos Internacionais (Derin).

....."

"Art. 4º .....

.....

§ 1º .....

.....

II - Chefe do Depin: ambiente externo com foco no mercado financeiro internacional, operações do Banco Central do Brasil, evolução do mercado de câmbio e das reservas internacionais; (NR)

.....

VI - Chefe do Derin: evolução da conjuntura econômica internacional.

....."

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO LUIZ MENDES
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria DIRAT Nº 23, de 17 de maio de 2011, publicada no DOU de 19-5-2011, Seção 1, pág. 33, no título, onde se lê: Diretoria de Fiscalização, leia-se: Diretoria de Autorizações.

(p/Coejo)

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 1.208, DE 19 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT n° 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei Nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP n° 15414.001640/2011-11, Resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.1° Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas de CONFIANÇA CIA DE SEGUROS, CNPJ n° 33.054.883/0001-71, com sede social na cidade de Porto Alegre - RS, que, nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, cumulativamente, em 30 de março de 2011, aprovaram, em especial a reforma do artigo 8° do Estatuto Social.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ: 10.744.073/0001-41 NIRE: 53300010277

ATA DA 28ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2011

I - Data, horário e local: 14 de março de 2011, às 14h, na Sala de Audiências da Presidência da Caixa Econômica Federal, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 04, lotes 3 e 4, 21º andar, em Brasília/DF.II - Convocação e presença: Os membros foram regularmente convocados para a reunião, na forma estabelecida no art. 10, § 1º, do Estatuto.III - Composição da mesa: Presidente, Maria Fernanda Ramos Coelho, Marcio Percival Alves Pinto e Murilo Francisco Barella, Conselheiros e Secretária, Rute Portugal dos Santos. Convidados os Senhores Marcelo Terrazas e Ivan Domingues das Neves, Diretores da CAIXAPAR, o Dr. Jailton Zanon da Silveira, Diretor Jurídico interino, o Consultor de Diretoria Senhor Raimundo Edilberto Coelho Silva, a Consultora Matriz Senhora Tatiane Rodrigues Carvalho de Oliveira. Para tratar do primeiro item de pauta foram convidados os Membros do Conselho Diretor da CAIXA, Senhora Clarice Coppetti e os Senhores e também o Consultor Jurídico Senhor Augusto Silveira de Almeida Junior. Para apresentar a matéria foram convidados os representantes da Delloite Touche Tomahtsu os Senhores José Roberto Carneiro, José Barbosa Silva Júnior e Rodrigo Mendes Duarte. IV - Ordem do dia: (i) Apresentação da Deloitte sobre sua atuação na elaboração das contas e auditoria do Banco Panamericano; (ii) Proposta sobre a distribuição de dividendos do exercício de 2010 da CAIXAPAR; (iii) Proposta de destituição do Diretor Executivo José Roberto de Oliveira Martins; (iv) Informe sobre a necessidade de recondução dos conselheiros fiscais da CAIXAPAR; (v) Proposta de Recondução dos conselheiros representantes da CAIXAPAR e da CAIXA nas participadas; V - Deliberações: Os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade, o quanto segue: (a) declararem-se cientes dos esclarecimentos prestados pela Delloite Touche Tomahtsu diante da apresentação sobre a atuação na elaboração das contas e auditoria no Banco Panamericano;(b) aprovar a distribuição de dividendos do exercício de 2010 da Caixa Participações S.A. da seguinte forma: i) 5% para Reserva Legal, no total de R$ 23.756.295,94 (vinte e três milhões setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos); ii) do total de recursos restantes, 50% de dividendos à controladora Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 225.684.811,47 (duzentos e vinte cinco milhões seiscentos e oitenta e quatro mil oitocentos e onze reais e quarenta e sete centavos, bem como 50% a ser retido na CAIXAPAR, a ser destinado conforme as opções previstas no Art. 28, § 2º, incisos III e VI, alínea "a" do Estatuto Social da CAIXAPAR.(c) aprovar a destituição do Diretor Executivo, o Sr. José Roberto de Oliveira Martins, a contar de 10 de março de 2011.(d) declarar-se ciente da necessidade de indicação de um membro efetivo, bem como o respectivo suplente do Ministério da Fazenda para compor o Conselho Fiscal da CAIXAPAR como representante do Tesouro Nacional, conforme previsto no Art. 22 da CAIXAPAR.(e) indicar representantes da CAIXAPAR e da Caixa Econômica Federal para compor o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Comitê Consultivo das Participadas, na seguinte forma: (i) Recondução dos Conselheiros Fiscais da Caixa Seguradora S/A os Srs. Marcos Roberto Vasconcelos e seu suplente o Sr. Edmundo Augusto Chamon, e da Caixa Vida e Previdência o Sr. Marcio Percival Alves Pinto, para cumprir o mandato de 1 ano (de 2011 a 2012).(ii) Recondução dos Conselheiros de Administração da Caixa Consórcios S/A os Srs. Jorge Fontes Hereda e Joaquim Lima de Oliveira, para cumprir o mandato de 3 anos (de 2011 a 2014).(iii) Recondução dos Conselheiros Consultivos Financeiros da Caixa Capitalização S/A, a Sra. Aline de Oliveira Lima e o Sr. Marcelo Terrazas, para cumprir o mandato de 1 ano (de 15/05/2011 a 14/052012).(iv)Substituição do Conselheiro de Administração da Caixa Seguradora S/A o Sr. Luiz Eduardo Melin de C. e Silva pelo Sr. Júlio Alexandre de Menezes da Silva para complementar o mandato de 2010 a 2013, tendo em vista, que o substituído apresentou renúncia por motivos pessoais.(v) Substituição do Conselheiro de Administração da Caixa Vida e Previdência S/A o Sr. Marcos Bezerra Abbott Galvão pelo Sr. Carlos Márcio Bicalho Cozendey para complementar o mandato de 2010 a 2013 tendo em vista que o substituído apresentou renúncia por motivos pessoais.(vi) Substituição dos Conselheiros Fiscais da Caixa Consórcios S/A o Sr. Adriano Pereira de Paula pela Sra. Márcia Fernanda Tapajós Tavares, e o Sr. Leopoldo Araújo Rodrigues pelo Sr. Paulo Henrique Feijó, ambos indicados pelo Tesouro Nacional, para cumprir o mandato de 1 ano (de 2011 a 2012). (vii) Substituição do Conselheiro Fiscal da Caixa Vida e Previdência o Sr. José Roberto de Oliveira, pelo Sr. Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante, para cumprir o mandato de 1 ano (de 2011 a 2012). (viii) Substituição do Conselheiro de Administração da CIBRASEC o Sr. José Roberto de Oliveira Martins pelo Sr. Ivan Domingues das Neves, para cumprir o mandato de 2 anos (de 2011 a 2013). (ix) Recondução do Suplente do Conselheiro de Administração da CIBRASEC o Sr. Teotonio Costa Rezende, para cumprir o mandato de 2 anos (de 2011 a 2013).VI - Encerramento, lavratura da ata: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho de Administração e pelos componentes da Mesa, passando a constar do livro próprio. Brasília, 14 de março de 2011. Mesa: Presidente, Maria Fernanda Ramos Coelho, Murilo Francisco Barella, Márcio Percival Alves Pinto e Secretária, Rute Portugal dos Santos. Assinaturas: Todos os integrantes da Mesa.

BANCO DO BRASIL S/A
BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
CNPJ 82.518.523/0001-99

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2009

Em dezesseis de novembro de dois mil e nove, às nove horas, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ: 82.518.523/0001-99; NIRE: 4230001348-0) - companhia fechada - em primeira convocação, na Rua Adolfo Melo, Nº 41, 2º andar - Florianópolis (SC), havendo comparecido dois acionistas, por si ou por delegação, possuidores de 10.168.639.054 (dez bilhões, cento e sessenta e oito milhões, seiscentos e trinta e nove mil e cinquenta e quatro) ações ordinárias, estas representando 99,6% do total de 10.207.266.147 (dez bilhões, duzentos e sete milhões, duzentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta e sete) ações ordinárias, os quais assinaram o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. O Presidente Renato Porto, representante do acionista majoritário, ao instalar a Assembleia, convidou, para compor a mesa, a Sra. Luciana Maria Rocha Moreira, membro do Conselho Fiscal. Convidou, ainda, o acionista André Luiz Valença da Cruz para atuar como Secretário. As matérias apresentadas à Assembleia foram as consignadas no Edital de Convocação, publicado nos dias 06, 09 e 10 de novembro de 2009 no Diário Oficial da União (pags. 103, 104 e 94, respectivamente) e no jornal Diário Catarinense, Florianópolis - SC (págs. 26, 28 e 24, respectivamente), cujo teor é o seguinte: BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. CNPJ 82.518.523/0001-99 Assembleia Geral Extraordinária São convidados os Senhores Acionistas da Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval - companhia fechada - a participarem, em primeira convocação, da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na Rua Adolfo Melo, Nº 41, 2º andar, Centro - Florianópolis (SC), às 9 horas do dia 16 de novembro de 2009, a fim de tratar dos seguintes assuntos: I- eleição de membro efetivo do Conselho Fiscal; II- eleição da Diretoria Executiva. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados no Banco do Brasil, na Secretaria Executiva, 23º andar do Ed. Sede III, em Brasília (DF) ou na Rua Adolfo Melo, Nº 41, 2º andar, Centro - Florianópolis (SC), preferencialmente até 24 horas antes da realização da Assembleia. A documentação relativa às propostas a serem apreciadas está disponível na sede do Banco do Brasil, na Secretaria Executiva, 23º andar do Ed. Sede III, em Brasília (DF) e na dependência da companhia situada na Rua Adolfo Melo, Nº 41, 2º andar, Centro - Florianópolis (SC). Brasília (DF), 04 de novembro de 2009. Marco Antonio Ascoli Mastroeni, Diretor. Iniciada a apreciação dos assuntos, foi decidido: a) eleger, por unanimidade, em virtude da renúncia do Sr. Fabrício da Soller em 04.05.2009, o Sr. Paulo Roberto Riscado Júnior, a seguir qualificado, para o cargo de Membro Titular do Conselho Fiscal, completando o mandato 2009/2010: PAULO ROBERTO RISCADO JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na SQN 209, bloco F, apto. 407, Asa Norte - Brasília (DF), portador do CPF Nº 072.903.677-40 e da Carteira de Identidade n.º 066.959.68-33 expedida em 19.05.1992 pelo IIPM/BA. b) Eleger, por unanimidade, em virtude das renúncias dos Srs. Alberto Monteiro de Queiroz Netto, em 31.07.2009, Arnaldo José Vollet, em 11.08.2009, e Marco Antonio Ascoli Mastroeni, nesta data, os Diretores a seguir qualificados para completarem o mandato 2008/2010: Diretor-Presidente CARLOS MASSARU TAKAHASHI, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na Rua Emílio Lang Jr, Nº 74 - Jardim da Saúde - São Paulo (SP), portador do CPF Nº 012.858.808-03 e da Carteira de Identidade Nº 9500567-5 expedida em 08.08.2002 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Diretores-Executivos CARLOS JOSÉ DA COSTA ANDRÉ, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na Rua Redentor, 230 - apto. 302, Ipanema - Rio de Janeiro (RJ), portador do CPF Nº 834.157.697-04 e da Carteira de Identidade Nº 05935301-1 expedida em 26.04.1991 pelo Instituto Félix Pacheco (RJ); LUCIANO BATISTA, brasileiro, separado judicialmente, bancário, residente e domiciliado na Rua Cosme Velho, 315/103, bloco 02, Cosme Velho - Rio de Janeiro (RJ), portador do CPF Nº 411.161.866-91 e da Carteira de Identidade Nº 07.996.152-0 expedida em 09.09.1986 pelo Instituto Félix Pacheco (RJ).

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO

EMENTÁRIO

Processo nº 36624.009736/2002-23
Recurso nº 152.468 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.273 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: ADICIONAL DE 2,5% PARA ENTIDADES PREVIDÊNCIA PRIVADA, PARTE PATRONAL, BASE CÁLCULO NÃO DECLARADA EM GFIP.
Recorrente FUNDAÇÃO CESP
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1999 a 30/04/2002
DISCUSSÃO JUDICIAL, LANÇAMENTO PARA PREVENÇÃO DA DECADÊNCIA, CABIMENTO.
Poderá ser realizado o lançamento das diferenças de contribuições previdenciárias destinado a prevenir a decadência, mesmo que haja discussão judicial da matéria.
AUXILIO TRANSPORTE EM PECÚNIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA.
Se não forem observadas as disposições da Lei n° 7.418/1985 e do Decreto n° 95.427/1987, a contribuição previdenciária sobre parcela paga a título de Vale-Transporte é devida.
SALÁRIO INDIRETO. AJUDA ALIMENTAÇÃO. DESACORDO COM O PAT.
Integram o salário de contribuição os valores pagos a título de ajuda alimentação fornecidos sem a devida adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) ou em desacordo com as modalidades previstas no referido programa, conforme dispõe o art. 28, § 9°, alínea "c", da Lei n° 8.212/1991.
JUROS/SELIC, MULTA, APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja. os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg. Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Princípio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
PERÍCIA. NÃO APLICAÇÃO.
A autoridade julgadora deve indeferir o pedido de perícia quando considerá-la prescindível e meramente protelatória.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) em negar provimento ao recurso, no que tange à incidência de contribuições sobre os valores de vale transporte, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Lourenço Ferreira do Prado, que vota pelo provimento do recurso na questão do vale transporte. II) Por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos demais argumentos, nos termos do voto do relato Declaração de voto Lourenço Ferreira do Prado.
--
Processo nº 36624.009731/2002-09
Recurso nº 157.700 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.275 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: ADICIONAL DE 2,5% PARA ENTIDADES PREVIDÊNCIA PRIVADA. BASE CÁLCULO DECLARADA EM GFIP
Recorrente FUNDAÇÃO CESP
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/04/1999 a 31/12/2001
DISCUSSÃO JUDICIAL, LANÇAMENTO PARA PREVENÇÃO DA DECADÊNCIA. CABIMENTO.
Poderá ser realizado o lançamento das diferenças de contribuições previdenciárias destinado a prevenir a decadência, mesmo que haja discussão judicial da matéria.
JUROS/SELIC. MULTA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja, os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg, Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE, IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Princípio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
PERÍCIA. NÃO APLICAÇÃO.
A autoridade julgadora deve indeferir o pedido de perícia quando considerá-la prescindível e meramente protelatória.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 13434.000130/2007-79
Recurso nº 157.460 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.284 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO
Recorrente FRANCISCO TRAMAR DE OLIVEIRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 06/11/2006

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO, DEFESA. APRESENTAÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO, FALTA DE LEGITIMIDADE.
I - Por não atingir a esfera do patrimônio do Órgão Público, não tem este legitimidade para impugnar crédito tributário decorrente da autuação do seu dirigente; II - Não SENDO apresentada impugnação no prazo legal, a fase litigiosa do procedimento administrativo não se instaura.
RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relatar.
--
Processo nº 35018.000216/2006-64
Recurso nº 155.384 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.327 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO
Recorrente JOSINÉLIO LIMA SOARES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 29/09/2006
PREVIDENCIÁRIO. AUTO-DE-INFRAÇÃO, DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO, ART. 41 DA LEI N° 8.212/91. REVOGADO. RETROATIVIDADE BENIGNA, APLICAÇÃO.
A Lei nº 11.941/09, em seu art. 79, I, expressamente revogou o art. 41 da Lei n° 8.212/91, retirando do dirigente de órgão público a responsabilidade pessoal por eventuais infrações deste Órgão a obrigações tributárias acessórias de natureza previdenciária; II - Embora a época da autuação o dispositivo legal que ampara a responsabilização pessoal do autuado ainda estivesse em vigor, como a Lei que o revogou trata-se de norma introdutora de tratamento mais benéfico ao contribuinte, o próprio CTN possibilita a sua aplicação retroativa.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36750.002575/2006-25
Recurso nº 159.709 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.331 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente PA CONFECÇÕES LTDA ME
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 13/04/2006
GFIP. ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES. INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RETROATIVIDADE. ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Par maioria de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para excluir, devido à regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN, os fatos utilizados para o cálculo da multa, até 11/2000, anteriores a 12/2000, inclusive 13/2000, nos termos do voto do relatar. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pela aplicação da regra expressa no § 4°, Art. 150 do CTN. II) Por unanimidade de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, no mérito, determinar que a multa seja recalculada, nos termos do I, Art. 44, da Lei 9430/1996 (Art. 35-A, Lei 8.212/1991), deduzidos os valores a titulo de multa nos lançamentos correlatos, e que esse cálculo seja comparado com a multa já aplicada, a fim de se utilizar o cálculo mais benéfico à recorrente, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 44021.000451/2007-59
Recurso nº 159.179 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.332 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente ESPAÇO TRABALHO TEMPORÁRIO E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 12/07/2007
GFIP. ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES. INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
RETROATIVIDADE. ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para, no mérito, determinar que a multa seja recalculada, nos termos do I, Art. 44, da Lei 9430/1996 (Art. 35-A, Lei 8.212/1991), deduzidos os valores a título de multa nos lançamentos correlatos, e que esse cálculo seja comparado com a multa já aplicada, a fim de se utilizar o cálculo mais benéfico à recorrente, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 12045.000653/2007-36
Recurso nº 151.254 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.118 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS. RETENÇÃO.
Recorrente COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS (CELG)
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/03/1999 a 31/12/2000
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA E DOCUMENTOS JUNTADOS PELO FISCO.
A ciência ao contribuinte do resultado da diligência é urna exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto n° 70.235/72 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 18108.000501/2007-38
Recurso nº 171.940 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.119 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA
Recorrente FABRICA DE SERRAS SATURNINO S.A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1996 a 31/12/1996
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35564.005438/2006-87
Recurso nº 151.237 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.120 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CESÃO DE MÃO DE OBRA.
Recorrente FÁBRICA DE SERRAS SATURNINO S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/10/1995 a 31/12/1996
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35564.003911/2005-19
Recurso nº 151.198 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.121 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA,
Recorrente BANCO DO BRASIL S.A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/08/1991 a 31/12/1998
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL, CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA E DOCUMENTOS JUNTADOS PELO FISCO.
A ciência ao contribuinte do resultado da diligência é urna exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto n° 70.235/72 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votas, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relatar.
--
Processo nº 35948.003542/2006-22
Recurso nº 151.228 De Oficio
Acórdão nº 2402-01.122 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado BEMATECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS S/A
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 19/10/2006
RECURSO DE OFICIO, NÃO CONHECIMENTO.
Quando a exoneração do pagamento da exigência tributária possuir valor inferior ao determinado na portaria ministerial que trata do recurso de oficio não haverá como conhecer do recurso.
RECURSO DE OFICIO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidas os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de oficio, nos termos do voto do relator, Declarou-se impedido o Conselheiro Nereu Miguel Ribeiro Domingues.
--
Processo nº 35954.003433/2006-26
Recurso nº 151.193 De Oficio
Acórdão nº 2402-01.123 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado COMA VES IND. E COM DE ALIMENTOS LTDA
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 20/12/2005
RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIMENTO.
Quando a exoneração do pagamento da exigência tributária possuir valor inferior ao determinado na portaria ministerial que trata do recurso de ofício não haverá como conhecer do recurso.
RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de oficio, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10680.011940/2007-51
Recurso nº 170.036 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.126 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente MULTICEL TELECOM LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 11/10/2006
INFRAÇÃO. DEIXAR DE LANÇAR MENSALMENTE EM TÍTULOS PRÓPRIOS DA CONTABILIDADE.
Constitui infração a empresa deixar de lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36624.002433/2006-11
Recurso nº 149.371 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.132 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Recorrente EMAC - EMPRESA AGRÍCOLA CENTRAL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Período de apuração: 01/04/2003 a 31/12/2005
AFERIÇÃO INDIRETA.
Caso a fiscalização constatar que a contabilidade não registra o movimento real de remuneração dos segurados a seu serviço, do faturamento e do lucro, serão apuradas, por aferição indireta, as contribuições efetivamente devidas, cabendo à empresa o ônus da prova em contrário.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35854.000133/2007-02
Recurso nº 149.365 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.133 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO-DE-INFRAÇÃO
Recorrente DISTRIBUIDORA KRETZER LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 25/07/2006
IMPEDIMENTO DE REALIZAÇÃO DE ATO PROCESSUAL PELO SUJEITO PASSIVO, MOTIVO OCASIONADO PELA ADMINISTRAÇÃO, SUSPENSÃO DA FLUÊNCIA DO PRAZO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Não flui o prazo processual quando o contribuinte fica impedido de praticar ato em decorrência de fato provocado pela Administração Tributária.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, para autorizar o recolhimento do valor da multa minorado em cinqüenta por cento, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35854.000119/2007-09
Recurso nº 149.360 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.134 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO-DE-INFRAÇÃO
Recorrente DISTRIBUIDORA KRETZER LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 25/07/2006
IMPEDIMENTO DE REALIZAÇÃO DE ATO PROCESSUAL PELO SUJEITO PASSIVO. MOTIVO OCASIONADO PELA ADMINISTRAÇÃO. SUSPENSÃO DA FLUÊNCIA DO PRAZO.
Não flui o prazo processual quando o contribuinte fica impedido de praticar ato em decorrência de fato provocado pela Administração Tributária.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, para autorizar o recolhimento do valor da multa minorado em cinqüenta por cento, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10530.002029/2007-76
Recurso nº 155.697 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.140 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente EDVALDO DUARTE BONFIM
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/09/2006 a 31/12/2006
GESTOR DE ÓRGÃO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE. ART. 41 DA LEI 8.212/91. REVOGAÇÃO.
A Lei 11.941/09 revogou o disposto no artigo 41 da Lei 8.212/91, de modo que, à lume da disposição contida no art. 106, II, do CTN, a lei nova retroage para que sejam excluídos da relação jurídico-tributária os dirigentes de órgãos públicos como pessoalmente responsáveis por infrações à legislação previdenciária.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 19647.007475/2007-34
Recurso nº 155.832 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.141 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente FRANCISCO ESTRELA MARTINS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/2000 a 31/12/2001
GESTOR DE ÓRGÃO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE. ART. 41 DA LEI 8.212/91. REVOGAÇÃO.
A Lei 11.941/09 revogou o disposto no artigo 41 da Lei 8.212/91, de modo que, à lume da disposição contida no art. 106, II, do CTN, a lei nova retroage para que sejam excluídos da relação jurídico - tributária os dirigentes de órgãos públicos como pessoalmente responsáveis por infrações à legislação previdenciária.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36082.000044/2003-75
Recurso nº 151.124 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.155 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP COM DADOS INEXATAS / CÓDIGO 69
Recorrente ATLANTIC CITY CLUB
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/08/1999 a 30/10/2002
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA. OCORRÊNCIA DESCUMPRIMENTO. PROCEDENTE.
Consiste em descumprimento de obrigação tributária acessória a empresa apresentar a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) com informações inexatas, incompletas ou omissas, em relação aos dados não relacionados aos fatos geradores de contribuições previdenciárias.
MULTA, GRAU RETROATIVIDADE MÉDIA DA NORMA. PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA BENIGNA.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática. Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, no mérito, em dar provimento parcial ao recurso, para que o valor da multa aplicada seja recalculado de acordo com o estabelecido pelo art. 32-A da Lei n° 8.212/1991, acrescentado pela Lei nº 11.941/2009, e comparado ao cálculo já efetuado, para que seja aplicado o cálculo mais benéfico à recorrente, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36278.000228/2007-71
Recurso nº 151.188 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.156 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO - GFIP / CÓDIGO 68
Recorrente ISPER IBRAHIM LIMA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/04/2000 a 31/08/2000
PREVIDENCIÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO CONTRA DIRIGENTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS. ART. 41 DA LEI N.° 8.212/1991. REVOGAÇÃO. RETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA BENIGNA. CANCELAMENTO DAS PENALIDADES APLICADAS.
Com a revogação do art. 41 da Lei n° 8.212/1991 pela MP nº 449/2008, convertida na Lei 11.941/2009, as multas, em processos pendentes de julgamento, aplicadas com fulcro no dispositivo revogado devem ser canceladas, posto que a lei nova excluiu os dirigentes de órgãos públicos da responsabilidade pessoal por infrações à legislação previdenciária. Com isso, a responsabilidade pessoal do dirigente público pelo descumprimento de obrigação acessória, no exercício da função pública, encontra-se revogada, passando o próprio ente público a responder pela mesma.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
.ACORDAM os membros do colegiado, por una finidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35319.002775/2005-33
Recurso nº 151.159 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.157 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO
Recorrente MARCELO VERLY DE LEMOS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/2001 a 31/12/2003
PREVIDENCIÁRIO, AUTO DE INFRAÇÃO CONTRA DIRIGENTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS. ART. 41 DA LEI N.° 8.212/1991. REVOGAÇÃO RETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA BENIGNA. CANCELAMENTO DAS PENALIDADES APLICADAS.
Com a revogação do art. 41 da Lei n° 8.212/1991 pela MP n.° 449/2008, convertida na Lei 11.941/2009, as multas, em processos pendentes de julgamento, aplicadas com fulcro no dispositivo revogado devem ser canceladas, posto que a lei nova excluiu os dirigentes de órgãos públicos da responsabilidade pessoal por infrações à legislação previdenciária. Com isso, a responsabilidade pessoal do dirigente público pelo descumprimento de obrigação acessória, no exercício da função pública, encontra-se revogada, passando o próprio ente público a responder pela mesma.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35239.000459/2007-89
Recurso nº 151.145 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.158 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA, FALTAM FATOS GERADORES EM GFIP - CÓDIGO 68
Recorrente PAMPA TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/2001 a 31/12/2003
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA. DES CUMPRIMENTO. INFRAÇÃO.
Consiste em descumprimento de obrigação acessória a empresa apresentar a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias.
MULTA. GRAU RETROATIVIDADE MÉDIA DA NORMA, PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE BENIGNA TRIBUTÁRIA.
Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, no mérito, determinar que seja retirado do cálculo da multa os valores excluídos, que não foram declarados em GFIP, da NFLD 35.310.816-2, julgada parcialmente procedente pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS); e b) em dar provimento parcial ao recurso, para, no mérito, determinar que o valor da multa seja recalculado, se mais benéfico à recorrente, de acordo com o disciplinado no art. 44, inciso I, da Lei nº 9.430/1996 (Art. 35-A da Lei 8.212/1991), deduzidos os valores levantados a título de multa nos lançamentos correlatos, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 37060.000528/2005-05
Recurso nº 167.360 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.165 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS.
Recorrente COOPERATIVA DE TRAB RUR E REF AOS DO C OESTE DO PR LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/12/1994 a 31/12/2003
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
JUROS DE MORA. TAXA SELIC. APLICAÇÃO À COBRANÇA DE TRIBUTOS.
É cabível a cobrança de juros de mora sobre os débitos para com a União decorrentes de tributos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, nas preliminares, excluir - devido à regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN as contribuições apuradas até a competência 11/1999, anteriores a 12/1999, incluindo 13/1999, na forma do voto do relator, b) no mérito, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 18184.003153/2007-48
Recurso nº 172.042 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.166 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. DIRIGENTE
Recorrente LUIZ ROBERTO BARRADAS BARATA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 27/12/2007
PREVIDENCIÁRIO, AUTO DE INFRAÇÃO CONTRA DIRIGENTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS ART. 41 DA LEI N.° 8.212/1991, REVOGAÇÃO. CANCELAMENTO DAS PENALIDADES APLICADAS.
Com a revogação do art. 41 da Lei n.° 8.212/1991 pela MP 449/2008, convertida na Lei 11.941/2009, as multas, em processos pendentes de julgamento, aplicadas com fulcro no dispositivo revogado devem ser canceladas, posto que a lei nova excluiu os dirigentes de órgãos públicos da responsabilidade pessoal por infrações à legislação previdenciária.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relator.
--
Processo n° 11618.003148/2007-49
Recurso n° 159.324 Voluntário
Acórdão n° 2402-01.169 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente LAB. DE PAI. E ANAL CLIN. DR. VANDIQUE S/SIMPLES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 10/07/2007
GFIP. ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES, INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RETROATIVIDADE. ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) nas preliminares, em dar provimento parcial ao recurso, para excluir do lançamento, devido a regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN, os fatos que serviram ao cálculo da multa anteriores a 12/2001, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou em aplicar a regra decadencial expressa no § 4°, Art. 150 do CTN; II) Por unanimidade de votos: a) no mérito, em dar provimento parcial ao recurso para que a multa aplicada seja recalculada - nos termos do I, art. 44, da Lei n° 9.430/1996, como determina o Art. 35-A da Lei 8.212/1991 - deduzindo-se as multas aplicadas nos lançamentos correlatos, e que se compare esse cálculo com a multa já aplicada, para que se utilize esse valor caso seja mais benéfico à recorrente, nos termos do,voto do relator.
--

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo nº 11330.000681/2007-75
Recurso nº 158.898 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.170 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO, GFIP
Recorrente EMPRESA DE VIAÇÃO ALGARVE LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 19/06/2005
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA E DOCUMENTOS JUNTADOS PELO FISCO.
A ciência ao contribuinte do resultado da diligência é uma exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto n° 70.235/72 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 13501.000427/2007-93
Recurso nº 158.958 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.171 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO DIRIGENTE ÓRGÃO PÚBLICO
Recorrente MARIA DE LOURDES NUNES TEIXEIRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 01/11/2001
PREVIDENCIÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO CONTRA DIRIGENTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS, ART, 41 DA LEI Nº 8.212/1991, REVOGAÇÃO. CANCELAMENTO DAS PENALIDADES APLICADAS.
Com a revogação do art. 41 da Lei n.° 8.212/1991 pela MP nº 449/2008, convertida na Lei 11.941/2009, as multas, em processos pendentes de julgamento, aplicadas com fulcro no dispositivo revogado devem ser canceladas, posto que a lei nova excluiu os dirigentes de órgãos públicos da responsabilidade pessoal por infrações à legislação previdenciária.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 37280.002739/2004-07
Recurso nº 160.913 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.172 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO.
Recorrente BRITANIA CULTURAL E COMERCIAL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 05/11/2004
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA E DOCUMENTOS JUNTADOS PELO FISCO.
A ciência ao contribuinte do resultado da diligência é urna exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto n° 70.235/72 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35092.000017/2007-44
Recurso nº 159.261 De Oficio e Voluntário
Acórdão nº 2402-01.173 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO DIRIGENTE. ÓRGÃO PÚBLICO.
Recorrentes FAZENDA NACIONAL
MOACYR ROBERTO SALLES
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 27/12/2006
PREVIDENCIÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO CONTRA DIRIGENTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS, ART. 41 DA LEI N.° 8.212/1991. REVOGAÇÃO, CANCELAMENTO DAS PENALIDADES APLICADAS.
Com a revogação do art. 41 da Lei nº 8.212/1991 pela MP nº 449/2008, convertida na Lei 11.941/2009, as multas, em processos pendentes de julgamento, aplicadas com fulcro no dispositivo revogado devem ser canceladas, posto que a lei nova excluiu os dirigentes de órgãos públicos da responsabilidade pessoal por infrações à legislação previdenciária.
RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIDO E. VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, 1) Por unanimidade de votos: a) em não conhecer do recurso de oficio, nos termos do voto do relatar; e b) em dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35582.000897/2006-56
Recurso nº 151.078 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.188 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARCELA DOS SEGURADOS, PARTE EMPRESA, SAT/RAT E TERCEIROS
Recorrente ARGOS SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1995 a 30/09/1997
PREVIDENCIÁRIO, CUSTEIO. NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO, DIFERENÇA DE CONTRIBUIÇÃO. ANTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA GFIP. PERIODO ATINGINDO PELA DECADÊNCIA QUINQUENAL. SÚMULA VINCULANTE STF.
O STF, em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212/1991, tendo inclusive no intuito de eximir qualquer questionamento quanto ao alcance da referida decisão, editado a Súmula Vinculante nº 8 "São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1.569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário". O lançamento foi efetuado em 05/05/2005, tendo a cientificação ao sujeito passivo ocorrido no dia 05/05/2005. Os fatos geradores ocorreram entre as competências 01/1995 a 09/1997, o que fulmina em sua totalidade o direito do fisco de constituir o lançamento, independente de se tratar de lançamento por homologação ou de oficio.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 37284.001948/2006-57
Recurso n° 151.136 Voluntário
Acórdão n° 2402-01.190 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: RETENÇÃO DE 11% EM CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA
Recorrente MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA - GO (PREFEITURA MUNICIPAL)
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/02/1999 a 31/05/2005
DECADÊNCIA. ARTS 45 E 46 LEI N° 8.212/1991. INCONSTITUCIONALIDADE. STF. SÚMULA VINCULANTE n° 08.
De acordo com a Súmula Vinculante n° 08 do STF, os artigos 45 e 46 da Lei Nº 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência, o que dispõe o art. 150, § 4º, ou o art. 173 e seus incisos, ambos do Código Tributário Nacional, nas hipóteses de o sujeito ter efetuado antecipação de pagamento ou não, respectivamente. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
PREVIDENCIÁRIO, CUSTEIO. CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA, RETENÇÃO 11%.
A empresa, como contratante de serviços executados mediante cessão: de mão-de-obra, fica obrigada a reter e recolher onze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, nas preliminares, excluir do lançamento as contribuições lançadas até a competência 11/1999, anteriores a 12/1999, incluindo a 13/1999, devido a regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Rogério de Lellis Pinto e Nereu Miguel Ribeiro Domingues, que votaram em aplicar integralmente a regra expressa no § 4º Art. 150 do CTN; II) Por unanimidade de votos: a) no mérito, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 37322.000285/2007-31
Recurso nº 151.117 De Oficio
Acórdão nº 2402-01.191 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARTE DA EMPRESA DECORRENTE DE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado NOVO MILÊNIO CONSTRUTORA LTDA (MASSA FALIDA DE CONSTRUNORSIL CONSTRUTORA LTDA)
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/09/1999 a 31/05/2003
RECURSO DE OFÍCIO, NÃO CONHECIMENTO.
Quando a exoneração do pagamento do tributo possuir valor inferior ao determinado na portaria ministerial que trata do recurso de oficio, não haverá como conhecer do recurso.
RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de ofício, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 37307.003050/2006-16
Recurso nº 151.132 Voluntário
Acórdão te 2402-01.192 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: RETENÇÃO DE 11% SOBRE NOTA FISCAIS
Recorrente PHOENIX MEMORIAL DO ABC S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/02/1999 a 30/04/2005
NFLD. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. DECADÊNCIA. ARTS 45 E 46 LEI N° 8.212/1991. INCONSTITUCIONALIDADE. STF, SÚMULA VINCULANTE, DOLO. REGRA GERAL. INCISO I ART. 173 DO CTN.
De acordo com a Súmula Vinculante n° 08, do STF, os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência e prescrição, as disposições do Código Tributário Nacional. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. No caso de lançamento por homologação, restando caracterizada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, deixa de ser aplicado o § 4° do art. 150, para a aplicação da regra geral contida no art. 173, inciso I, ambos do CTN.
PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. LEI 9.784/1999. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA.
A Lei n° 9.784/1999 não revogou nem alterou nenhuma lei especifica disciplinadora de processos administrativos no âmbito tributário. Serão aplicadas as normas específicas do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172/1966), do Decreto nº 70.235/1972 e outras normas do gênero.

INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Princípio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO, CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA, RETENÇÃO 11%.
A empresa, como contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, fica obrigada a reter e recolher onze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço.
JUROS/SELIC. MULTA, APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja, os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg, Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
PERÍCIA, NÃO APLICAÇÃO.
A autoridade julgadora deve indeferir o pedido de perícia quando considerá-la prescindível e meramente protelatória.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, nas preliminares, excluir do lançamento as contribuições lançadas até a competência 11/1999, anteriores a 12/1999, incluindo a 13/1999, devido à regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN, nos termos do voto do relator; b) no mérito, em negar provimento ao recurso nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11330.000541/2007-05
Recurso nº 152.217 De Oficio
Acórdão nº 2402-01.194 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DECORRENTE DE EMPREITADA TOTAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E OUTRO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/08/1996 a 31/12/1998
CONSTRUÇÃO CIVIL, FUNDAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.
O órgão público da administração direta, a autarquia e a fundação de direito público, na contratação de obra de construção civil por empreitada total, não respondem solidariamente pelas contribuições sociais previdenciárias decorrentes da execução do contrato, ressalvados o período anterior ao Decreto-lei n° 2.300, de 21 de novembro de 1986, quando contratar obra de construção civil, reforma ou acréscimo, bem como quando contratar serviços mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário e; período de 29 de abril de 1995 a 31 de janeiro de 1999, quando contratar serviços mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário.
RECURSO DE OFÍCIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 17460.000220/2007-01
Recurso nº 152.140 De Oficio
Acórdão nº 2402-01.195 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: CÓDIGO DE FUNDAMENTOS LEGAIS 52
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado GRUARI FRUITS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLPAS LTDA
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/1996 a 31/12/1998
RECURSO DE OFICIO NÃO CONHECIMENTO.
Quando a exoneração do pagamento do tributo possuir valor inferior ao determinado na portaria ministerial que trata do recurso de oficio, não haverá como conhecer do recurso.
RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de ofício, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 17546.000320/2007-80
Recurso nº 152.181 De Oficio
Acórdão nº 2402-01.196 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ARTEFATOS DE CERÂMICA LTDA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/08/2003 a 31/03/2006
RECURSO DE OFÍCIO. NÃO CONHECIMENTO.
Quando a exoneração do pagamento do tributo possuir valor inferior ao determinado na portaria ministerial que trata do recurso de oficio, não haverá como conhecer do recurso.
RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de ofício, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 12045.000498/2007-58
Recurso nº 149.310 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.198 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Recorrente CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Período de apuração: 01/0.3/2000 a 30/06/2004
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. PAF. NFLD. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.
I - Não há que se falar em nulidade quando os elementos fáticos e jurídicos que levaram a autuação estão minuciosamente expostos no bojo do lançamento, que fielmente cumpriu com as exigências legais que lhe são atinentes;
DECADÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. TRIBUTO SUJEITO A HOMOLOGAÇÃO, ART. 150, § 4º DO CTN.
I - Em se tratando de tributo sujeito à homologação, a decadência reger-se-á pela regra do art. 150 § 4° do CTN, independente de ter havido ou não recolhimento por parte do contribuinte, salvo na hipótese de haver dolo, fraude ou simulação; II - Se torna indiscutível a aplicação da regra contida no § 4º do art. 150, quando constatado que o lançamento refere-se a diferença entre o valor devido e o recolhido pelo contribuinte, e ainda não constatado nenhuma das situações previstas in fine do citado dispositivo legal.
NFLD. BATIMENTO GFIP X GPS. INCONSTITUCIONALIDADE. SUMULA N° DO 2° CC.
Correta lavratura de NFLD em decorrência da constatação de divergências entre os valores informados pela própria empresa em GFIPs e os realmente recolhidos em GPS.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, nas preliminares, excluir - pela regra expressa no § 4º, Art. 150 do CTN - as contribuições apuradas até a competência 02/2000, anteriores a 03/2000, nos termos do voto do relator. Acompanharam a votação por suas conclusões os Conselheiros Ana Maria Bandeira, Lourenço Ferreira do Prado, Ronaldo de Lima Macedo e Marcelo Oliveira; e b) no mérito, em negar provimento recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 12045.000487/2007-78
Recurso nº 149.437 De Oficio
Acórdão nº 2402-01.200 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado RELUMI MATERIAL ELÉTRICO LTDA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1996 a 28/02/2005
RECURSO DE OFÍCIO, VALOR DE ALÇADA FIXADO NA PORTARIA DO MINISTRO DA FAZENDA N° 03/08 MONTANTE INFERIOR NÃO CONHECIMENTO.
I - Não se conhece de recurso de oficio cujo valor desonerado pela decisão de 1ª instância não atinja o valor mínimo fixado pelo Ministro da Fazenda.
RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de ofício, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 16020.000108/2007-89
Recurso nº 152.444 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.224 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: CÓDIGO FUNDAMENTOS LEGAIS 35
Recorrente EATON POWER SOLUTION LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/1989 a 31/08/1998
DECADÊNCIA. ARTS 45 E 46 LEI N° 8.212/1991. INCONSTITUCIONALIDADE. STF. SÚMULA VINCULANTE. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, ART 173, I, CTN.
De acordo com a Súmula Vinculante nº 08, do STF, os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência e prescrição, as disposições do Código Tributário Nacional. O prazo de decadência para constituir as obrigações tributárias acessórias relativas às contribuições previdenciárias é de cinco anos e deve ser contado nos termos do art. 173, I, do CTN. O lançamento foi efetuado em 05/08/2005, data da ciência do sujeito passivo (fl. 01), e os fatos geradores, que ensejaram a autuação pelo descumprimento da obrigação acessória, ocorreram no período compreendido entre 01/1989 a 08/1998, o que fulmina em sua totalidade o direito do fisco de constituir o lançamento, independente de se tratar de lançamento por homologação ou de oficio.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de voto, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10640.002475/2007-33
Recurso nº 152.154 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.227 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: EMPRESA, SAT/RAT e TERCEIROS
Recorrente CONCRETOS VIANINI LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1999 a 30/06/2004
DECADÊNCIA. ARTS 45 E 46 LEI N° 8.212/1991. INCONSTITUCIONALIDADE. STF. SÚMULA VINCULANTE n° 08.
De acordo com a Súmula Vinculante nº 08 do STF, os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência, o que dispõe o art. 150, § 4º, ou o art. 173 e seus incisos, ambos do Código Tributário Nacional, nas hipóteses de o sujeito ter efetuado antecipação de pagamento ou não, respectivamente. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
INCRA, CONTRIBUIÇÃO PREVISTA EM LEI.
O Poder Judiciário já se manifestou sobre o tema de que são constitucionais e legais as contribuições destinadas a outras entidades ou fundos: INCRA.
INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Principio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
JUROS/SELIC. MULTA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja, os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg, Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) nas preliminares, em dar provimento parcial ao recurso, a fim de excluir do lançamento, devido a regra decadencial expressa no § 4°, Art. 150 do CTN as contribuições lançadas até a competência 11/1999, anteriores a 12/1999, nos termos do voto do relatar. Os Conselheiros Igor Araújo Soares, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto acompanharam a votação por suas conclusões, b) em negar provimento ao recurso, no mérito, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10680.012438/2007-67
Recurso nº 152.467 De Oficio
Acórdão nº 2402-01.230 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: FALTAM FATOS GERADORES - CÓDIGO 68
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/03/2002 a 30/06/2005
RECURSO DE OFÍCIO. NÃO CONHECIMENTO.
Quando a exoneração do pagamento do tributo possuir valor inferior ao determinado na portaria ministerial que trata do recurso de oficio, não haverá como conhecer do recurso.
RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso de ofício, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36202.000031/2007-16
Recurso nº 151.134 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.232 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: 15 % COOPERATIVAS DE TRABALHO
Recorrente UNIÃO FEDERAL / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (TRT) DA 17 REGIÃO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/03/2000 a 31/12/2002
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. VALORES EFETIVAMENTE PAGOS PELOS SERVIDORES E MAGISTRADOS. INOCORRÊNCIA DE FATO GERADOR. NFLD IMPROCEDENTE.
A empresa não está obrigada a recolher a contribuição previdenciária prevista no art. 22, IV, da Lei n° 8.212/1991, quando não se constatar prestação de serviço de cooperativa de trabalho. Em se tratando de valores extraorçamentários efetivamente descontados dos servidores e repassados à cooperativa de trabalho, não está demonstrada a ocorrência da situação fática ensejadora das contribuições incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de serviços prestados por cooperados, por intermédio de cooperativas de trabalho. É improcedente o lançamento, cuja hipótese de incidência não está materializada no lançamento fiscal.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35482.001155/2004-12
Recurso nº 151.175 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.233 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
Recorrente TENNECO AUTOMOTIVE BRASIL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1997 a 31/07/2000
NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO, REMUNERAÇÃO, ABONOS. PARCELA DE INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
A verba paga pela empresa aos segurados empregados à título de abono é fato gerador de contribuição previdenciária. Os abonos constituem remuneração para o trabalho, salvo se expressamente previstas em lei, o que não é o caso em questão. Uma vez estando no campo de incidência das contribuições previdenciárias, para não haver incidência é mister previsão legal nesse sentido, sob pena de afronta aos princípios da legalidade e da isonomia.
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA QUE MANTÉM EQUIPE DE FUTEBOL PROFISSIONAL, REPASSES EFETUADOS, PATROCÍNIO. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.
Os pagamentos efetuados à associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional são fatos geradores de contribuições previdenciárias. A empresa patrocinadora tem o dever de realizar o desconto da contribuição devida pela associação e recolher o produto descontado aos cofres previdenciários.
PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO, CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA RETENÇÃO 11%.
A empresa, como contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, fica obrigada a reter e recolher onze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para determinar que: sejam excluídos os valores lançados nos levantamentos em face de estarem em duplicidade com os valores exigidos em outros lançamentos, nos termos do voto do Relator, II) Por maioria de votos, em anular os lançamentos referentes às rubricas, por vício material, nos termos do voto do Relator. Vencida a Conselheira Ana Maria Bandeira.
--
Processo nº 36962.001558/2006-85
Recurso nº 152.461 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.234 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS - OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
Recorrente JOSÉ ROBERTO BATISTA DE OLIVEIRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/09/2006 a 30/09/2006
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO À GARANTIA DA AMPLA DEFESA. FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA RELEVANTE PARA JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A ciência ao sujeito passivo do resultado da diligência é uma exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto nº 70.235/1972 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36624.006385/2005-41
Recurso nº 152.219 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.236 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARCELA DE SEGURADOS, PARTE EMPRESA, SAT/RAT E TERCEIROS
Recorrente POLLUS SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1997 a 30/11/1997
PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO, NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO. DIFERENÇA DE CONTRIBUIÇÃO, ANTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA GFIP. PERÍODO ATINGINDO PELA DECADÊNCIA QUINQUENAL, SÚMULA VINCULANTE STF.
O STF, em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212/1991, tendo inclusive no intuito de eximir qualquer questionamento quanto ao alcance da referida decisão, editado a Súmula Vinculante nº 8: "São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1.569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário". O lançamento foi efetuado em 06/07/2005, tendo a cientificação ao sujeito passivo ocorrido no dia 07/07/2005. Os fatos geradores ocorreram entre as competências 01/1997 a 11/1997, o que fulmina em sua totalidade o direito do fisco de constituir o lançamento, independente de se tratar de lançamento por homologação ou de oficio.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, 'datados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 14485.000387/2007-98
Recurso nº 152.233 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.249 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARCELA PATRONAL, SAT/RAT E TERCEIROS
Recorrente VIDREX COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/12/2000 a 30/06/2006
DECADÊNCIA. ARTS 45 E 46 LEI N° 8.212/1991. INCONSTITUCIONALIDADE. STF. SÚMULA VINCULANTE nº 08.
De acordo com a Súmula Vinculante n° 08 do STF, os artigos 45 e 46 da Lei n.° 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência, o que dispõe o art. 150, § 4º, ou o art. 173 e seus incisos, ambos do Código Tributário Nacional, nas hipóteses de o sujeito ter efetuado antecipação de pagamento ou não, respectivamente. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Princípio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
JUROS/SELIC, MULTA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja, os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg. Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para excluir do lançamento - devido à regra decadencial expressa no § 4°, Art. 150 do CTN - as contribuições apuradas até a competência 07/2001, anteriores a 08/2001, nos termos do voto do relatou. Os Conselheiros Rogério de Lellis Pinto e Nereu Miguel Ribeiro Domingues acompanharam a votação por suas conclusões.
--
Processo nº 10680.013947/2007-15
Recurso nº 152.538 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.250 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: FALTAM FATOS GERADORES EM GFIP / CÓDIGO DE FUNDAMENTOS LEGAIS 68
Recorrente MARIA RITA BOLIVAR MOREIRA GOMES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/2006 a 31/05/2006
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA DESCUMPRIMENTO. INFRAÇÃO.
Consiste em descumprimento de obrigação acessória a empresa apresentar a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias.
AUTO DE INFRAÇÃO PELA NÃO INFORMAÇÃO EM GFIP. RELAÇÃO DIRETA COM NFLD LAVRADAS SOBRE MESMOS FATOS GERADORES, PROCEDENTE.
A nulidade de NFLD por vício formal, que descreve os fatos geradores que ensejaram autuação pela não informação em GFIP, não é determinante na procedência do auto de infração.
AUXILIARES DE CARTÓRIO. VINCULAÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, IMPOSSIBILIDADE.
Somente podem ser filiados a regime próprio de previdência os servidores públicos titulares de cargo efetivo e militares. Não ostentando essa condição, os auxiliares de cartórios são filiados obrigatórios do RGPS.
MULTA, GRAU RETROATIVIDADE MÉDIA DA NORMA. PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA BENIGNA.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática. Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reconhecer que o valor da multa deve ser recalculado, se mais benéfico à recorrente, de acordo com o disciplinado no art. 44, I da Lei no 9.430, de 1996 (Art. 35-A da Lei 8.212/1991), deduzidos os valores levantados a titulo de multa nos lançamentos correlatos, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 13896.002208/2007-52
Recurso nº 152.485 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.252 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS: DECADÊNCIA TOTAL
Recorrente FAL 2 INCORPORADORA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1995 a 31/12/1996
PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO, NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO. DIFERENÇA DE CONTRIBUIÇÃO, ANTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA GFIP. PERÍODO ATINGINDO PELA DECADÊNCIA QUINQUENAL. SÚMULA VINCULANTE STF.
O STF, em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n ° 8.212/1991, tendo inclusive no intuito de eximir qualquer questionamento quanto ao alcance da referida decisão, editado a Súmula Vinculante n° 8: "São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1.569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário". O lançamento foi efetuado em 20/12/2005, tendo a cientificação ao sujeito passivo ocorrido no dia 20/12/2005. Os fatos geradores ocorreram entre as competências 01/1995 a 12/1996, o que fulmina em sua totalidade o direito do fisco de constituir o lançamento, independente de se tratar de lançamento por homologação ou de oficio.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10380.006471/2007-32
Recurso nº 160.073 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.259 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO
Recorrente ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Data do fato gerador: 13/04/2007
AUTO-DE-INFRAÇÃO, DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO. ART. 41 DA LEI N° 8.212/91, REVOGADO, RETROATIVIDADE BENIGNA, APLICAÇÃO.
I - A Lei nº 11.941/09, em seu art. 79, I, expressamente revogou o art. 41 da Lei n° 8.212/91, retirando do dirigente de órgão público a responsabilidade pessoal por eventuais infrações deste Órgão a obrigações tributárias acessórias de natureza previdenciária; II - Embora a época da autuação o dispositivo legal que ampara a responsabilização pessoal do autuado ainda estivesse em vigor, como a Lei que o revogou trata-se de norma introdutora de tratamento mais benéfico ao contribuinte, o próprio CTN possibilita a sua aplicação retroativa.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 10580.008222/2007-25
Recurso nº 160.929 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.260 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria DECADÊNCIA
Recorrente BAFERTIL- BAHIA FERTILIZANTES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01101/1997 a 31/12/1998
AI, CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, HOMOLOGAÇÃO E DECADÊNCIA. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS FIXADAS NO CTN.
I - Segundo a súmula n° 8 do Supremo Tribunal Federal, as regras relativas à homologação e decadência das contribuições sociais, diante da sua reconhecida natureza tributária, seguem aquelas fixadas pelo Código Tributário Nacional; II - Seja pela regra do art. 173 do CTN, seja pela do art. 150, § 4º, as contribuições ora lançadas seriam inexigíveis, tendo em vista o transcurso de ambos os prazos.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11020.002524/2007-06
Recurso nº 160.320 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.261 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente LEONEL GONÇALVES DE AZEVEDO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/2003 a 31/12/2005
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL, DILIGÊNCIA REQUERIDA ANTES DE PROFERIDO O ACÓRDÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO CONTRIBUINTE.
Em observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, bem como das disposições legais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, deve o contribuinte ser intimado do resultado de diligência requerida pela fiscalização antes de proferido o acórdão de primeira instância, sob pena de nulidade. Precedentes.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relatar.
--
Processo nº 13976.000410/2007-50
Recurso nº 160.292 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.263 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente MÁXIMA INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/2000 a 31/12/2000
DECADÊNCIA, SÚMULA VINCULANTE N° 08 DO STF, ART. 173, I DO CTN.
É de 05 (cinco) anos o prazo decadencial para o lançamento do crédito tributário relativo a contribuições previdenciárias.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Acompanhou a votação por suas conclusões o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto.
--
Processo nº 36600.000597/2005-93
Recurso nº 145.779 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.266 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria RESTITUIÇÃO
Recorrente ENGEVALE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS.
Período de apuração: 01/04/2003 a 31/07/2003
NULIDADE INOVAÇÃO, DECISÃO.
A decisão de primeira instância não deve inovar nos motivos para indeferimento do pedido de restituição, sob pena de preterição do direito de defesa, devido a supressão de instância.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36474.002109/2006-56
Recurso nº 151.194 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.268 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria SOLIDARIEDADE
Recorrente IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/08/1997 a 31/12/1998
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SOLIDARIEDADE. CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA.
A contratante de quaisquer serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, responde solidariamente com o executor pelas obrigações decorrentes desta Lei, em relação aos serviços prestados, não se aplicando, em qualquer hipótese, o beneficio de ordem.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para, nas preliminares, excluir - devido à regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN - as contribuições exigidas nas competências até 11/1997, anteriores a 12/1997, incluindo 13/1997, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto, que votaram pela aplicação da regra expressa no § 4º, Art. 150 do CTN.
--
Processo nº 36624.009733/2002-90
Recurso nº 152.470 Voluntário
Acórdão n° 2402-01.274 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: ADICIONAL DE 2,5% PARA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PARTE PATRONAL, BASE CÁLCULO NÃO DECLARADA EM GFIP
Recorrente FUNDAÇÃO CESP
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/10/1995 a 31/12/1998
DISCUSSÃO JUDICIAL. LANÇAMENTO PARA PREVENÇÃO DA DECADÊNCIA. CABIMENTO.
Poderá ser realizado o lançamento das diferenças de contribuições previdenciárias destinado a prevenir a decadência, mesmo que haja discussão judicial da matéria.
DECADÊNCIA TRIBUTÁRIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vineulante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
AUXÍLIO TRANSPORTE EM PECÚNIA, IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA.
Se não forem observadas as disposições da Lei n° 7.418/1985 e do Decreto nº 95.427/1987, a contribuição previdenciária sobre parcela paga a título de Vale-Transporte é devida.
SALÁRIO INDIRETO. AJUDA ALIMENTAÇÃO. DESACORDO COM O PAT.
Integram o salário de contribuição os valores pagos a título de ajuda alimentação fornecidos sem a devida adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) ou em desacordo com as modalidades previstas no referido programa, conforme dispõe o art. 28, § 9º, alínea "c", da Lei n° 8.212/1991.
JUROS/SELIC. MULTA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja, os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg. Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE, IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Princípio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
PERÍCIA NÃO APLICAÇÃO.
A autoridade julgadora deve indeferir o pedido de perícia quando considerá-la prescindível e meramente protelatória.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, 1) Por maioria de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para excluir devido à regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN - as contribuições exigidas nas competências até 11/1996, anteriores a 12/1996, incluindo 13/1996, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto, que votaram pela aplicação da regra expressa no § 4°, Art. 150 do CTN. b) em negar provimento ao recurso, no que tange à incidência de contribuições sobre os valores de vale transporte, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Lourenço Ferreira do Prado, que vota pelo provimento do recurso na questão do vale transporte. II) Por unanimidade de votos: a) em negar provimento ao recurso, os demais argumentos, nos termos do voto do relator. Declaração de voto Lourenço Ferreira do Prado.
--
Processo nº 35564.005358/2006-21
Recurso nº 152.533 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.277 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARCELA DOS SEGURADOS
Recorrente INCAL MÁQUINAS INDUSTRIAIS E CALDEIRAS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/09/1997 a 31/07/2006
SEGURADOS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS.
A empresa é obrigada a arrecadar e recolher as contribuições dos segurados a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração (art. 20 c/c o art. 30, inciso I, alínea "a", ambos da Lei n° 8.212/1991).
NULIDADE, INOCORRÊNCIA.
Se o Relatório Fiscal e as demais peças dos autos demonstram de forma clara e precisa a origem do lançamento, a aplicação da taxa de juros e a fundamentação legal que o ampara, não há que se falar em nulidade pela falta de obscuridade na aplicação da taxa de juros.
NFLD, CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. DECADÊNCIA, ARTS 45 E 46 LEI N° 8.212/1991, INCONSTITUCIONALIDADE, STF. SÚMULA VINCULANTE. DOLO, REGRA GERAL, INCISO I ART, 173 DO CTN.
De acordo com a Súmula Vinculante n° 08, do STF, os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência e prescrição, as disposições do Código Tributário Nacional. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. No caso de lançamento por homologação, restando caracterizada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, deixa de ser aplicado o § 4º do art. 150, para a aplicação da regra geral contida no art. 173, inciso I, ambos do CTN.
JUROS/SELIC. MULTA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja, os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg. Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Princípio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, nas preliminares, excluir devido à regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN - as contribuições exigidas nas competências até 11/2000, anteriores a 12/2000, incluindo 13/2000, nos termos do voto do relator. b) em negar provimento, no mérito, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 14485.000106/2007-05
Recurso nº 152.549 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.278 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARCELA DOS SEGURADOS, PARTE DA EMPRESA, SAT/RAT E TERCEIROS
Recorrente ITAÚ SEGUROS S.A, E OUTROS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS.
Período de apuração: 01/01/1995 a 30/11/1995
PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO. NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO. DIFERENÇA DE CONTRIBUIÇÃO. ANTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA GFIP. PERÍODO ATINGINDO PELA DECADÊNCIA QUINQUENAL. SÚMULA VINCULANTE STF.
O STF, em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n ° 8.212/1991, tendo inclusive no intuito de eximir qualquer questionamento quanto ao alcance da referida decisão, editado a Súmula Vinculante n° 8: "São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1.569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário". O lançamento foi efetuado em 14/12/2005, tendo a cientificação ao sujeito passivo ocorrido no dia 20/12/2005. Os fatos geradores ocorreram entre as competências 01/1995 a 11/1995, o que fulmina em sua totalidade o direito do fisco de constituir o lançamento, independente de se tratar de lançamento por homologação ou de oficio.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11176.000201/2007-04
Recurso nº 157.866 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.283 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO
Recorrente ADILSON BONI DE SOUZA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 29/09/2006
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. AUTO-DE-INFRAÇÃO. DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO. ART, 41 DA LEI Nº 8.212/91. REVOGADO. RETROATIVIDADE BENIGNA. APLICAÇÃO.
I- A Lei n° 11.941/09, em seu art. 79, I, expressamente revogou o art. 41 da Lei n° 8.212/91, retirando do dirigente de órgão público a responsabilidade pessoal por eventuais infrações deste Órgão a obrigações tributárias acessórias de natureza previdenciária; II - Embora a época da autuação o dispositivo legal que ampara a responsabilização pessoal do autuado ainda estivesse em vigor, como a Lei que o revogou trata-se de norma introdutora de tratamento mais benéfico ao contribuinte, o próprio CTN possibilita a sua aplicação retroativa.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 13603.001415/2007-38
Recurso n° 160.795 Voluntário
Acórdão n° 2402-01.291 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria LANÇAMENTO REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS
Recorrente AETHRA COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/11/2004 a 31/03/2005
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO, INTEGRAÇÃO. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.
Não integram o Salário de Contribuição (SC) os valores das contribuições efetivamente pagos pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 13738.000538/2007-26
Recurso nº 159.425 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.292 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente FERRAGENS 3 F DO BRASIL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 18/06/2007
GFIP. ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES. INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
INCONSTITUCIONALIDADE. AFASTAMENTO DE NORMAS LEGAIS. VEDAÇÃO.
O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) não é competente para afastar a aplicação de normas legais e regulamentares sob fundamento de inconstitucionalidade.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para, no mérito, determinar que a multa seja recalculada, nos termos do I, Art. 44, da Lei 9.430/1996 (Art. 35-A, Lei 8.212/1991), deduzidos os valores a titulo de multa nos lançamentos correlatos, e que esse cálculo seja comparado com a multa já aplicada, a fim de se utilizar o cálculo mais benéfico à recorrente, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 14098.000111/2007-73
Recurso nº 159.576 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.293 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente ARIEL AUTOMÓVEIS VÁRZEA GRANDE LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Data do fato gerador: 12/09/2007
GFIP. ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES. INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para excluir do cálculo da multa - devido à regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN os fatos anteriores a 12/2001, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pela aplicação do § 4°, Art. 150 do CTN. II) Por unanimidade de votos, quanto ao mérito, em dar provimento parcial ao recurso, para que se recalcule a multa da presente autuação nos termos do I, art. 44,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

da Lei nº 9.430/1996, como determina o Art. 35-A da Lei 8.212/1991, deduzidas as multas aplicadas nos lançamentos correlatos, e que se utilize esse valor, caso seja mais benéfico à recorrente, nos termos do voto do relatar.
--
Processo nº 16020.000134/2007-15
Recurso nº 152.452 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.295 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARCELA DO SEGURADO, PARTE EMPRESA, SAT/RAT E TERCEIROS
Recorrente SCHAEFFLER BRASIL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/09/2000 a 31/12/2005
CORRESPONSÁVEIS. POLO PASSIVO, NÃO INTEGRANTES.
Os corresponsáveis elencados pela auditoria fiscal não integram o pólo passivo da lide. A relação de co-responsáveis tem como finalidade cumprir o estabelecido no art. 2°, inciso I, § 5º, da Lei n° 6.830/1980.
DECADÊNCIA TRIBUTÁRIA.

O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
DESCONSIDERAÇÃO DE VINCULO, SEGURADO EMPREGADO.
Quando o Fisco constatar que o segurado contratado como contribuinte individual, trabalhador avulso, ou sob qualquer outra denominação, preenche as características de segurado empregado, previstas na legislação previdenciária, deverá desconsiderar o vínculo pactuado e efetuar seu correto enquadramento. Os segurados preenchem os requisitos do art. 12, inciso I alínea "a", da Lei n° 8.212/1991.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, pala excluir do lançamento devido à regra decadencial expressa no § 4º, Art. 150 do CTN - as contribuições exigidas até a competência 09/2001, anteriores a 10/2001, nos termos do voto do relatar, Acompanharam a votação por suas conclusões os Conselheiros Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis. Pinto; b) em negar provimento ao recurso, no mérito, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11330.000756/2007-18
Recurso nº 152.525 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.298 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: CÓDIGO 38
Recorrente INDÚSTRIA TEXTIL NENCA LTDA EPP
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/05/1996 a 31/12/1996
DECADÊNCIA. ARTS. 45 E 46 LEI N° 8.212/1991. INCONSTITUCIONALIDADE. STF, SÚMULA VINCULANTE. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. ART 173, I, CTN.
De acordo com a Súmula Vinculante n° 08, do STF, os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência e prescrição, as disposições do Código Tributário Nacional. O prazo de decadência para constituir as obrigações tributárias acessórias relativas às contribuições previdenciárias é de cinco anos e deve ser contado nos termos do art. 173, I, do CTN. O lançamento foi efetuado em 30/10/2006, data da ciência do sujeito passivo (fl 01), e os fatos geradores, que ensejaram a autuação pelo descumprimento da obrigação acessória, ocorreram no período compreendido entre 05/1996 a 12/1996, o que fulmina em sua totalidade o direito do fisco de constituir o lançamento, independente de se tratar de lançamento por homologação ou de oficio.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 13984.000671/2007-71
Recurso nº 155.395 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.299 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DEIXAR DE INFORMAR MENSALMENTE EM GFIP (CÓDIGO FUNDAMENTO LEGAL 67).
Recorrente COMERCIAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/06/2003 a 31/05/2004
GFIP. DEIXAR DE INFORMAR.
Constitui infração, punível na forma da Lei, deixar a empresa de informar mensalmente ao INSS, por intermédio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), os dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias e outras informações de interesse do mesmo, conforme previsto na Legislação.
RELEVAÇÃO DA MULTA, REQUISITOS, NÃO ATENDIDOS.
A multa pelo descumprimento de obrigação acessória somente poderá ser relevada se cumpridos os requisitos legais para o beneficio, no caso, correção da falta dentro do prazo de defesa, o infrator ser primário e não haver nenhuma circunstância agravante.
MULTA, GRAU RETROATIVIDADE MÉDIA DA NORMA. PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA BENIGNA.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática. Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para determinar o recálculo da multa e sua utilização, caso seja mais benéfico à recorrente, de acordo com o art. 32-A da Lei n° 8.212/1991, no caso de ter havido total recolhimento; e não tendo este ocorrido de forma total que o recálculo da multa seja feito de acordo com o art. 44, inciso 1, da Lei nº 9.430/1996 (art. 35-A da Lei n° 8.212/1991), deduzindo-se a multa dos lançamentos correlatos, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 15504.000444/2007-26
Recurso nº 166.626 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.305 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria DECADÊNCIA
Recorrente FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 26/10/2007
AI, CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, HOMOLOGAÇÃO E DECADÊNCIA. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS FIXADAS NO CTN.
I - Segundo a súmula nº 8 do Supremo Tribunal Federal, as regras relativas à homologação e decadência das contribuições sociais, diante da sua reconhecida natureza tributária, seguem aquelas fixadas pelo Código Tributário Nacional; II - Seja pela regra do art. 173 do CTN, seja pelo do art. 150, § 4º, as contribuições ora lançadas seriam inexigíveis, tendo em vista o transcurso de ambos os prazos.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35569.003578/2006-71
Recurso nº 160.439 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.308 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Recorrente MACUCO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/09/2003 a 30/06/2006
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL, DILIGÊNCIA REQUERIDA ANTES DE PROFERIDO O ACÓRDÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO CONTRIBUINTE.
Em observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, bem como das disposições legais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, deve o contribuinte ser intimado do resultado de diligência requerida pela fiscalização antes de proferido o acórdão de primeira instância, sob pena de nulidade. Precedentes.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 16095.000342/2007-32
Recurso nº 159.493 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.309 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente TETRALIX AMBIENTAL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 29/08/2007
GFIP. ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES. INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RETROATIVIDADE. ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria /de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para excluir, devido à regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN, os fatos utilizados para o cálculo da multa, até 11/2001, anteriores a 12/2001, inclusive 13/2001, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pela aplicação da regra expressa no § 4º, Art. 150 do CTN. II) Por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para, no mérito, determinar que a multa seja recalculada, nos termos do 1, Art. 44, da Lei 94.30/1996 (Art. 35-A, Lei 8.212/1991), deduzidos os valores a titulo de multa nos lançamentos correlatos, e que esse cálculo seja comparado com a multa já aplicada, a fim de se utilizar o cálculo mais benéfico à recorrente, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35465.001191/2005-67
Recurso nº 159.640 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.310 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente ELAND INDUSTRIA MECÂNICA LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 14/12/2005
GFIP. ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
RETROATIVIDADE. ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para, no mérito, determinar que a multa seja recalculada, nos termos do I, Art. 44, da Lei 9430/1996 (Art. 35-A, Lei 8.212/1991), deduzidos os valores a título de multa nos lançamentos correlatos, e que calcula seja comparado com a multa já aplicada, a fim de se utilizar o cálculo mais benéfico à recorrente, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 35479.000915/2005-04
Recurso n° 157.338 Voluntário
Acórdão n° 2402-01.314 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DEIXAR DE INFORMAR MENSALMENTE EM GFIP (CÓDIGO FUNDAMENTO LEGAL 67).
Recorrente CONFECÇÕES LEO'S LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/06/2000 a 31/10/2005
GFIP. DEIXAR DE INFORMAR.
Constitui infração, punível na forma da Lei, deixar a empresa de informar mensalmente ao INSS, por intermédio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), os dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias e outras informações de interesse do mesmo, conforme previsto na Legislação.
MULTA, GRAU RETROATIVIDADE MÉDIA DA NORMA. PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA BENIGNA.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática. Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, 1) Por maioria de votos: a) em negar provimento ao recurso, nas preliminares, no que tange à decadência, devido à aplicação da regra decadencial expressa no 1, Art. 173 do CTN. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pelo provimento parcial, devido à aplicação do § 4°, Art. 150 do CTN, II) Por unanimidade de votos: a) no mérito, em dar provimento parcial ao recurso, para determinar o recálculo da multa e sua utilização, caso seja mais benéfico à recorrente, de acordo com o art. 32-A da Lei n° 8.212/1991, no caso de ter havido total recolhimento; e não tendo este ocorrido de forma total que o recálculo da multa seja feito de acordo com o art. 44, inciso I, da Lei n° 9.430/1996 (art. 35-A da Lei n° 8.212/1991), deduzindo-se a multa dos lançamentos correlatos, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 10435.002343/2007-37
Recurso n° 157.631 Voluntário
Acórdão n° 2402-01.315 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DEIXAR DE INFORMAR MENSALMENTE EM GFIP (CÓDIGO FUNDAMENTO LEGAL 67) DIRIGENTE DE ÓRGÃO PÚBLICO
Recorrente JOSÉ PEREIRA NUNES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/12/2000 a 31/12/2000
PREVIDENCIÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO CONTRA DIRIGENTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS. ART. 41 DA LEI N.º 8.212/1991, REVOGAÇÃO, RETROATIVIDADE TRIBUTARIA BENIGNA, CANCELAMENTO DAS PENALIDADES APLICADAS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Com a revogação do art. 41 da Lei n° 8.212/1991 pela MP n.º 449/2008, convertida na Lei 11.941/2009, as multas, em processos pendentes de julgamento, aplicadas com fulcro no dispositivo revogado devem ser canceladas, posto que a lei nova excluiu os dirigentes de órgãos públicos da responsabilidade pessoal por infrações à legislação previdenciária. Com isso, a responsabilidade pessoal do dirigente público pelo descumprimento de obrigação acessória, no exercício da função pública, encontra-se revogada, passando o próprio ente público a responder pela mesma.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relatar.
--
Processo nº 13971.001968/2007-01
Recurso nº 157.664 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.316 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DEIXAR DE INFORMAR MENSALMENTE EM GFIP (CÓDIGO FUNDAMENTO LEGAL 67)
Recorrente KONSUMO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/2001 a 31/07/2005
GFIP, DEIXAR DE INFORMAR.
Constitui infração, punível na forma da Lei, deixar a empresa de informar mensalmente ao INSS, por intermédio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), os dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias e outras informações de interesse do mesmo, conforme previsto na Legislação.
RELEVAÇÃO DA MULTA, REQUISITOS. NÃO ATENDIDOS.
A multa pelo descumprimento de obrigação acessória somente poderá ser relevada se cumpridos os requisitos legais para o beneficio, no caso, correção da falta dentro do prazo de defesa, o infrator ser primário e não haver nenhuma circunstância agravante.
MULTA. GRAU RETROATIVIDADE MÉDIA DA NORMA, PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA BENIGNA.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática. Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) em negar provimento ao recurso, nas preliminares, no que tange à decadência, devido à aplicação da regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pelo provimento parcial, devido à aplicação do § 4º, Art. 150 do CTN. II) Por unanimidade de votos: a) no mérito, em dar provimento parcial ao recurso, para determinar o recalculo da multa e sua utilização, caso seja mais benéfico à recorrente, de acordo com o art. 32-A da Lei n° 8.212/1991, no caso de ter havido total recolhimento; e não tendo este ocorrido de forma total que o recalculo da multa seja feito de acordo com o art. 44, inciso I, da Lei n° 9.430/1996 (art. 35-A da Lei n° 8.212/1991), deduzindo-se a multa dos lançamentos correlatos, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10680.008046/2007-01
Recurso nº 158.396 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.317 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DEIXAR DE INFORMAR MENSALMENTE EM GFIP (CÓDIGO FUNDAMENTO LEGAL 67)
Recorrente JULIMAR DE OLIVEIRA FILHO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Período de apuração: 01/01/1999 a 30/09/2006
GFIP. DEIXAR DE INFORMAR.
Constitui infração, punível na forma da Lei, deixar a empresa de informar mensalmente ao INSS, por intermédio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), os dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias e outras informações de interesse do mesmo, conforme previsto na Legislação.
DECADÊNCIA. ARTS, 45 E 46 LEI N° 8.212/1991. INCONSTITUCIONALIDADE. STF. SÚMULA VINCULANTE, OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, ART. 173, I, CTN.
De acordo com a Súmula Vinculante n° 08, do STF, os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência e prescrição, as disposições do Código Tributário Nacional. O prazo de decadência para constituir as obrigações tributárias acessórias relativas às contribuições previdenciárias é de cinco anos e deve ser contado nos termos do art. 173, I, do CTN.
PERÍCIA. NÃO APLICAÇÃO.
A autoridade julgadora deve indeferir o pedido de perícia quando considerá-la prescindível e meramente protelatória.
MULTA, GRAU RETROATIVIDADE MÉDIA DA NORMA. PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA BENIGNA.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática. Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para excluir, devido à regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN, os fatos utilizados para o cálculo da multa, até 11/2001, anteriores a 12/2001, inclusive 13/2001, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pela aplicação da regra expressa no § 4°, Art. 150 do CTN, II) Por unanimidade de votos: a) no mérito, em dar provimento parcial ao recurso, para determinar o recálculo da multa e sua utilização, caso seja mais benéfico à recorrente, de acordo com o art. 32-A da Lei n° 8.212/1991 no caso de ter havido total recolhimento; e não tendo este ocorrido de forma total que o recalculo da multa seja feito de acordo com o art. 44, inciso I, da Lei n° 9.430/1996 (art. 35-A da Lei n° 8.212/1991), deduzindo-se a multa dos lançamentos correlatos, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11618.003042/2007-45
Recurso nº 159.073 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.318 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: DEIXAR DE INFORMAR MENSALMENTE EM GFIP (CÓDIGO FUNDAMENTO LEGAL 67)
Recorrente OPHBRAS - COMPANHIA BRASILEIRA DE PRODUTOS OFTÁLMICOS S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/12/2006 a 31/12/2006
GFIP, DEIXAR DE INFORMAR.
Constitui infração, punível na forma da Lei, deixar a empresa de informar mensalmente ao INSS, por intermédio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), os dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias e outras informações de interesse do mesmo, conforme previsto na Legislação.
RELEVAÇÃO DA MULTA. REQUISITOS. NÃO ATENDIDOS.
A multa pelo descumprimento de obrigação acessória somente poderá ser relevada se cumpridos os requisitos legais para o beneficio, no caso, correção da falta dentro do prazo de defesa, o infrator ser primário e não haver nenhuma circunstância agravante.
MULTA. GRAU RETROATIVIDADE MÉDIA DA NORMA, PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA BENIGNA.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática. Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, no mérito, em dar provimento parcial ao recurso, para determinar o recalculo da multa e sua utilização, caso seja mais benéfico à recorrente, de acordo com o art. 32-A da Lei n° 8.212/1991, no caso de ter havido total recolhimento; e não tendo este ocorrido de forma total que o recalculo da multa seja feito de acordo com o art. 44, inciso I, da Lei n° 9,430/1996 (art. 35-A da Lei nº 8.212/1991), deduzindo-se a multa dos lançamentos correlatos, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 37322.003876/2006-89
Recurso n° 149.097 Voluntário
Acórdão n° 2402-00.884 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 9 de junho de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Recorrente JA COMERCIO DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/02/1999 a 30/03/2006
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - DECADÊNCIA. SÚMULA VINCULANTE N. 08 DO STF.
É de 05 (cinco) anos o prazo decadencial para o lançamento das contribuições previdenciárias.
SELIC. APLICAÇÃO. LEGALIDADE.
Nos termos da Súmula n. 03 do Eg. Segundo Conselho de Contribuintes é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, I) Por maioria de votos: a) nas preliminares, em dar provimento parcial ao recurso, para excluir do lançamento as contribuições apuradas até a competência 11/2000, anteriores a 12/2000, pela regra expressa no I, Art. 173, do CTN, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pela aplicação da regra expressa no § 4º, art. 150 do CTN. II) Por unanimidade de votos: a) em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36630.000195/2007-01
Recurso nº 151.520 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.069 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 16 de agosto de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente ITALSPEED AUTOMOTIVE LTDA
Recorrida DRJ-SÃO PAULO I/SP
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
Período de apuração: 01/01/2000 a 31/05/2003
DECADÊNCIA - ARTS 45 E 46 LEI N° 8.212/1991 - INCONSTITUCIONALIDADE - STF - SÚMULA VINCULANTE - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ART 173, I, CTN.
De acordo com a Súmula Vinculante n° 08, do STF, os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência e prescrição, as disposições do Código Tributário Nacional. O prazo de decadência para constituir as obrigações tributárias acessórias relativas às contribuições previdenciárias é de cinco anos e deve ser contado nos termos do art. 173, I, do CTN.
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.
Período de apuração: 01/01/2000 a 31/05/2003
CORRESPONSÁVEIS - PÓLO PASSIVO - NÃO INTEGRANTES.
Os corresponsáveis delicados pela auditoria fiscal não integram o pólo passivo da lide. A relação de corresponsáveis tem como finalidade cumprir o estabelecido no inciso I do § 5º art. 2º da lei nº 6.830/1980.
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/1999 a 31/05/2003
OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - DESCUMPRIMENTO.
Consiste em descumprimento de obrigação acessória a empresa apresentar GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social com informações inexatas, incompletas ou omissas, em relação aos dados não relacionados aos fatos geradores de contribuições previdenciárias.
LEGISLAÇÃO POSTERIOR - MULTA MAIS FAVORÁVEL - APLICAÇÃO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) nas preliminares, em dar provimento parcial ao recurso, para reconhecer que ocorreu a decadência até a competência 11/2000, anteriores a 12/2000, pela aplicação da regra decadencial existente no I, Art. 173 do CTN, na forma do voto da relatora, Vencidos os Conselheiros Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto, que votaram em aplicar o § 4°, Art. 150 do CTN, II) Por unanimidade de votos: a) no mérito, em dar provimento parcial ao recurso, para que seja efetuado e, caso seja mais benéfico à recorrente, aplicado o cálculo da multa de acordo com o disposto no I, Art. 32-A da Lei 8.212/1991, em comparação com a multa já aplicada, na forma do voto da relatora.
--
Processo nº 11330.000250/2007-17
Recurso nº 164.080 Embargos
Acórdão nº 2402-01.107 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de agosto de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Embargante PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Interessado NET RIO S/A E OUTROS
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/07/1906 a 31/12/1996
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.
Demonstrada a existência de omissão no acórdão recorrido, cabe o conhecimento dos embargos de declaração.
EMBARGOS ACOLHIDOS.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos propostos, a fim de converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10120.000131/2008-40
Recurso nº 160.610 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.124 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente ALAIR RB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 27/12/2007
INFRAÇÃO. DEIXAR DE LANÇAR MENSALMENTE EM TÍTULOS PRÓPRIOS DA CONTABILIDADE.
A empresa é obrigada a lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos.
ERRO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.
A autuação motivada em fundamentação legal equivocada em relação à obrigação acessória descumprida leva à extinção da exigência tributária, já que a obrigação acessória a que se refere a autuação não foi descumprida, segundo os motivos e provas constantes dos autos.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11080.008920/2007-24
Recurso nº 155.595 Voluntário
Acórdão nº 2402-00.133 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2009
Matéria CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Recorrente COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DA CRUZ
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA SRP
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Data do fato gerador: 27/04/2006
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NFLD. DECADÊNCIA SÚMULA VINCULANTE N. 08 DO STF. APLICAÇÃO DOS ARTS. 173, I, E 150 § 4° DO CTN.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É de 05 (cinco) anos o prazo decadencial para o lançamento das contribuições previdenciárias.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em acolher a preliminar de decadência; II) Por maioria de votos, em declarar a decadência das contribuições apuradas até 11/2000, inclusive, quando não há nos levantamentos recolhimentos considerados; e até 03/2001, inclusive, quando nos levantamentos existam recolhimentos considerados. Vencidos os Conselheiros Rogério de Lellis Pinto e Cleusa Vieira de Souza, que decidiram pela aplicação integral do o § 4º, Art. 150, do CTN. III) Por unanimidade de votos, no mérito, em negar provimento ao recurso voluntário.
--
Processo nº 37324.001563/2007-57
Recurso nº 149.859 Embargos
Acórdão nº 2402-01.137 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria DECADÊNCIA
Embargante ROBERT BOSCH LTDA
Interessado ROBERT BOSCH LTDA
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Período de apuração: 01/04/1999 a 30/10/2004
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. EMBARGOS. OMISSÃO. DECADÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO. COMPETÊNCIA 12 E 13.
I - Demonstrada a existência de omissão no Acórdão embargado, devem ser acolhidos os embargos a fim de correção do julgado; II - O fato imponível da contribuição previdenciária relativa à competência 13, não segue a ordem numeral cronológica, sendo, pois, devidas antes da competência 12, uma vez que as contribuições sobre os salários pagos em dezembro devem ser recolhidas somente no mês de janeiro, ao contrário do 13° salário, que está limitado ao dia 20 de dezembro. Isso nos mostra que, se analisada adequadamente, quando a decisão determinar a exclusão do lançamento, em razão do transcurso de prazo extintivo, as contribuições relativas ao período do mês 12, se houver 13º salário, em óbvia conseqüência, este também estará extinto.
EMBARGOS ACOLHIDOS.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos propostos, para retificar o acórdão, a fim de declarar extintas as contribuições relativas até a competência 12/2000, anteriores a 01/2001, inclusive a 13/2000, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35301.003747/2005-22
Recurso nº 148.048 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.145 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Recorrente PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S/A E OUTROS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/03/1999 a 31/12/2001
PREVIDENCIÁRIO, CUSTEIO, RETENÇÃO DE 11%.
O contratante de serviços mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal ou fatura e recolher a importância em nome da prestadora, nos termos do art. 31 da Lei 8.212/91.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35313.000946/2006-21
Recurso nº 147.315 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.146 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Recorrente MAPEL-MACAÉ ASSESSORIA DE PESSOAL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/03/2000 a 31/08/2005
GFIP NÃO CORRESPONDENTE A TODOS FATOS GERADORES - INFRAÇÃO.
Quando os valores declarados na GFIP são inferiores aos indicados nas falhas de pagamentos cumpre à fiscalização lavrar de imediato auto-de-infração de forma vinculada.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para, no mérito, recalcular a multa aplicada, conforme a nova redação do Art. 52 da Lei 8.212/1991 e que se compare com a multa já aplicada, a fim de se aplicar o cálculo mais benéfico à recorrente, na forma do voto do relator.
--
Processo nº 12045.000469/2007-96
Recurso nº 148.846 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.147 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS, RETENÇÃO 11% E CONTRIBUIÇÃO INCIDENTE SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS POR COOPERATIVA MÉDICA.
Recorrente INDÚSTRIA DE CALCÁRIO VIGOR LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/03/1998 a 28/02/2005
DECADÊNCIA. ARTS 45 E 46 LEI N° 8.212/1991. INCONSTITUCIONALIDADE, STF. SÚMULA VINCULANTE n° 08.
De acordo com a Súmula Vinculante n° 08 do STF, os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência, o que dispõe o art. 150, § 4º, ou o art. 173 e seus incisos, ambos do Código Tributário Nacional, nas hipóteses de o sujeito ter efetuado antecipação de pagamento ou não, respectivamente. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE, IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Princípio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
PRE VIDENCIÁRIO. CUSTEIO. CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA. RETENÇÃO 11%.
A empresa, como contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, fica obrigada a reter e recolher onze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço.
JUROS/SELIC. MULTA, APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja, os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg. Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, nas preliminares, reconhecer que ocorreu a decadência - pela regra expressa no I, Art. 173 do CTN - até a competência 11/1999, anteriores a 12/1999, incluindo a competência 13/1999, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Rogério de Lellis Pinto e Nereu Miguel Ribeiro Domingues, que votaram em aplicar a regra expressa no § 4°, Art. 150 do CTN. II) Por unanimidade de votos: a) no mérito, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35408.006069/2006-42
Recurso nº 148.831 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.148 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARCELA DOS SEGURADOS, PARCELA DA EMPRESA, SAT/RAT E TERCEIROS
Recorrente LEITE DE BARROS CONSTRUTORA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/12/2002 a 31/12/2005
CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA.
Não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa se o Relatório Fiscal e as demais peças dos autos demonstram de forma clara e precisa a origem do lançamento e a fundamentação legal que o ampara.
INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Princípio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
JUROS/SELIC, MULTA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ânus de sua mora, ou seja, os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg. Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 12045.000463/2007-19
Recurso nº 148.765 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.149 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARCELA SEGURADOS COMISSIONADOS
Recorrente MUNICÍPIO DE ITABERAÍ - PREFEITURA MUNICIPAL
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/12/2003 a 31/12/2004
CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA.
Não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa se o Relatório Fiscal e as demais peças dos autos demonstram de forma clara e precisa a origem do lançamento e a fundamentação legal que o ampara.
PARCELAS SALARIAIS INTEGRANTES DE BASE DE CÁLCULO. RECONHECIMENTO PELO CONTRIBUINTE POR MEIO DE FOLHAS DE PAGAMENTO E RECIBOS DE PAGAMENTOS. DOCUMENTOS POR ELE PREPARADOS.
O reconhecimento através de documentos da própria empresa da natureza salarial das parcelas integrantes das remunerações aos segurados elide a discussão sobre a incidência ou não da base de cálculo. Documentos fornecidos pela própria empresa não caracterizam cerceamento de defesa.
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA EM ÓRGÃO PÚBLICO. PERÍODO DE GESTÃO.
A co-responsabilidade pelo crédito previdenciário é determinada em função do período e da gestão no sujeito passivo.
JUROS. SELIC. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja, os juros legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg. Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 37213.000896/2004-73
Recurso nº 149.041 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.150 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: PARTE DA EMPRESA E SAT/RAT
Recorrente ORGANIZAÇÃO NEVES BARRETO E SERVIÇOS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS.
Período de apuração: 01/02/1994 a 28/02/2004
DECADÊNCIA. ARTS 45 E 46 LEI N° 8.212/1991. INCONSTITUCIONALIDADE STF. SÚMULA VINCULANTE nº 08.
De acordo com a Súmula Vinculante nº 08 do STF, os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991 são inconstitucionais, devendo prevalecer, no que tange à decadência, o que dispõe o art. 150, § 4º, ou o art. 173 e seus incisos, ambos do Código Tributário Nacional, nas hipóteses de o sujeito ter efetuado antecipação de pagamento ou não, respectivamente. Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
INCONSTITUCIONALIDADE/ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO.
Não cabe aos Órgãos Julgadores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF afastar a aplicação da legislação tributária em vigor, nos termos do art. 62 do seu Regimento Interno. É prerrogativa do Poder Judiciário, em regra, a argüição a respeito da constitucionalidade ou ilegalidade e, em obediência ao Princípio da Legalidade, não cabe ao julgador no âmbito do contencioso administrativo afastar aplicação de dispositivos legais vigentes no ordenamento jurídico pátrio sob o argumento de que seriam inconstitucionais ou afrontariam legislação hierarquicamente superior.
JUROS/SELIC, MULTA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
O sujeito passivo inadimplente tem que arcar com o ônus de sua mora, ou seja, os juros e a multa legalmente previstos. Nos termos da Súmula n. 03 do Eg, Segundo Conselho de Contribuintes, é cabível a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC para débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
PERÍCIA. NÃO APLICAÇÃO.
A autoridade julgadora deve indeferir o pedido de perícia quando considerá-la prescindível e meramente protelatória.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, nas preliminares, excluir do lançamento as contribuições lançadas até a competência 11/1998, anteriores a 12/1998, incluindo a 13/1998, devido a regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN, nos termos do voto do relator, Vencidos os Conselheiros Rogério de Lellis Pinto e Nereu Miguel Ribeiro Domingues, que votaram em aplicar integralmente a regra expressa no § 4º, Art. 150 do CTN; II) Por unanimidade de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para, nas preliminares, excluir do lançamento as contribuições lançadas nas competências 03/1999, 05/1999 e 06/1999, devido à regra expressa no § 4°, Art. 150 do CTN, nos termos do voto do relator. Acompanharam a votação por suas conclusões os Conselheiros Rogério de Lellis Pinto e Nereu Miguel Ribeiro Domingues; e b) em negar provimento ao recurso,no mérito, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 37071.008934/2005-89
Recurso nº 149.853 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.151 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: FINANCIAMENTO DA APOSENTADORIA ESPECIAL (RAT - RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO)
Recorrente WEATHERFORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Penado de apuração: 01/04/1999 a 31/12/2004
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO À GARANTIA DA AMPLA DEFESA, FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA RELEVANTE PARA JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.
A ciência ao sujeito passivo do resultado da diligência é urna exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto nº 70.235/1972 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35465.001133/2005-33
Recurso nº 141.668 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.152 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES DESCONTADAS SEGURADOS
Recorrente ASPEM ENGENHARIA SOCIEDADE CIVIL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/07/1997 a 31/12/1998
MOTIVAÇÃO DO LANÇAMENTO. VALORES RECOLHIDOS DEVIDAMENTE APROPRIADOS, NULIDADE. INOCORRÊNCIA.
Não há que se falar em nulidade do lançamento se o Relatório Fiscal e as demais peças dos autos demonstram de forma clara e precisa a origem do lançamento e a fundamentação legal que o ampara. SEGURADOS. A empresa é obrigada a arrecadar e recolher as contribuições dos segurados a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração (art. 20 c/c o art. 30, inciso I, alínea "a", ambos da Lei n° 8.212/1991).
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35275.000094/2006-75
Recurso nº 143.182 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.153 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: FINANCIAMENTO DA APOSENTADORIA ESPECIAL (RAT - RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO)
Recorrente INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PELICANO LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS.
Período de apuração: 01/06/1999 a 31/07/2004
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONFISSÃO, DESISTÊNCIA AO CONTENCIOSO. NÃO CONHECIMENTO RECURSO.
Não se conhece do recurso, já que o sujeito passivo apresentou expressamente, por meio de pedido de parcelamento e requerimento, desistência ao contencioso administrativo, e ainda renunciou quaisquer alegações de fato ou de direito sobre as quais se fundamentam o lançamento fiscal. Preclusão lógica da matéria discutida no contencioso administrativo tributário.
RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 35043.000963/2007-76
Recurso nº 150.064 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.154 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DECADÊNCIA TOTAL
Recorrente DAFONTE VEÍCULOS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1996 a 31/12/1998
PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO, NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO. ANTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA GFIP. PERÍODO ATINGINDO PELA DECADÊNCIA QUINQUENAL. SÚMULA VINCULANTE STF.
O STF, em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n ° 8.212/1991, tendo inclusive no intuito de eximir qualquer questionamento quanto ao alcance da referida decisão, editado a Súmula Vinculante n° 8: "São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário". O lançamento foi efetuado em 20/03/2006, tendo a cientificação ao sujeito passivo ocorrido no dia 23/03/2006. Os fatos geradores ocorreram entre as competências 01/1996 a 13/1998, o que fulmina em sua totalidade o direito do fisco de constituir o lançamento, independente de se tratar de lançamento por homologação ou de oficio.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 36474.007407/2006-32
Recurso n° 151.240 Voluntário
Acórdão n° 2402-01.175 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS. CARACTERIZAÇÃO DE SEGURADO EMPREGADO
Recorrente ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA FEDERAL RGS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/04/1998 a 31/01/2005
DECADÊNCIA.

O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante nº 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
DESCONSIDERAÇÃO DE VÍNCULO. SEGURADO EMPREGADO.
Somente quando o Fisco constatar e demonstrar que o segurado contratado como contribuinte individual, trabalhador avulso, ou sob qualquer outra denominação, preenche todas as características de segurado empregado, previstas na Legislação, deve desconsiderar o vínculo pactuado e efetuar seu correto enquadramento.
PROCESSO ANULADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) em anular o lançamento pela existência de vício. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pela apreciação do mérito, para prover o recurso; II) Por voto de qualidade: a) em conceituar o vício como material, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Ana Maria Bandeira, Lourenço Ferreira do Prado e Ronaldo de Lima Macedo.
--
Processo nº 35950.000666/2007-98
Recurso nº 148.953 Embargos
Acórdão nº 2402-01.176 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria EMBARGOS. CONTRADIÇÃO
Embargante PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
Interessado PRISMA ENGENHARIA S.A.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1999 a 31/12/2004
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO.
Constatada a existência de obscuridade, omissão ou contradição no Acórdão exarado pelo Conselho correto o acolhimento dos embargos de declaração visando sanar o vicio apontado.
EMBARGOS ACOLHIDOS.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos: a) em acolher os embargos para dar lhe provimento, a fim de rerratificar o acórdão, no sentido de corrigir sua parte dispositiva, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 13558.000679/2007-67
Recurso nº 145.485 Embargos
Acórdão nº 2402-01.177 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Embargante PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Interessado PREDILETO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA E OUTROS
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 09/12/2005
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO. COMPROVAÇÃO, ACOLHIMENTO.
Restando comprovada a omissão e/ou incorreção no Acórdão guerreado, na forma suscitada pela Embargante, impõe-se o acolhimento dos Embargos de Declaração tão somente para suprir a omissão apontada, re-ratificando o resultado levado a efeito por ocasião do primeiro julgamento.
RETROATIVIDADE. ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
EMBARGOS ACOLHIDOS.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em acolher os embargos para dar lhe provimento, a fim de rerratificar o acórdão proferido; b) em dar provimento parcial ao recurso, para determinar o recalculo da multa, se mais benéfico à recorrente, de acordo com o art. 32-A da Lei nº 8.212/91, no caso de ter havido total recolhimento, e não tendo este ocorrido de forma integral que o recalculo da multa seja feito de acordo com o art. 44, I da Lei n° 9430/96, deduzindo-se a multa dos lançamentos correlatos, na forma do voto do relator.
--
Processo nº 14485.000314/2007-04
Recurso nº 159.739 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.201 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria AUTO-DE-INFRAÇÃO
Recorrente ALMAP BBDO COMUNICAÇÕES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS.
Data do fato gerador: 11/09/2007
PREVIDENCIÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. AÇÃO FISCAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. INEXISTÊNCIA.
Ação fiscal precedente ao lançamento é procedimento é inquisitório, o que significa afastar qualquer natureza contenciosa dessa atuação, de forma que a prévia oitiva do contribuinte, quanto a eventuais dados levantados durante ação fiscal, podem ser plenamente descartados acaso a autoridade fiscal já se satisfaça com os elementos de que dispõe.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. O conselheiro Nereu Miguel Ribeiro Domingues declarou-se impedido.
--
Processo nº 37324.000641/2006-15
Recurso nº 148.773 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.207 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: AFERIÇÃO.
Recorrente FTA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1999 a 28/02/2005
PARCELAS SALARIAIS INTEGRANTES DE BASE DE CÁLCULO. RECONHECIMENTO PELO CONTRIBUINTE ATRAVÉS DE DOCUMENTOS POR ELE PREPARADOS.
O reconhecimento através de documentos da própria empresa da natureza salarial das parcelas integrantes das remunerações aos segurados elide a discussão sobre a incidência ou não da base de cálculo.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante nº 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por voto de qualidade: a) nas preliminares, em dar provimento parcial às razões recursais, para que se exclua do lançamento as contribuições apuradas até a competência 11/1999, anteriores a 12/1999, devido a aplicação da regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN, na forma do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Igor Araújo Soares, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lenis Pinto, que votaram pela aplicação do § 4º, Art. 150 do CTN. II) Por unanimidade de votos: a) em negar provimento ao recurso, nas questões de mérito, nos termos do voto do Relator.
--
Processo nº 35366.004214/2004-22
Recurso nº 151.196 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.208 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria Retenção.
Recorrente DROGARIA SÃO PAULO S / A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/02/1999 a 31/12/2002
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA E DOCUMENTOS JUNTADOS PELO FISCO.
A ciência ao contribuinte do resultado da diligência é uma exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto n° 70.235/72 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 12045.000523/2007-01
Recurso nº 149.471 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.209 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, CESSÃO DE MÃO DE OBRA
Recorrente DROGARIA SÃO PAULO S / A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1995 a 31/12/1998
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por voto de qualidade: a) em dar provimento parcial ao recurso, para excluir do lançamento pela regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN - as contribuições apuradas até a competência 11/1998, anteriores a 12/1998, na forma do voto do relatar. Vencidos os Conselheiros Igor Araújo Soares, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto, que votaram pela aplicação do § 4º, Art. 150 do CTN; II) Por

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

unanimidade de votos: a) em dar provimento ao recurso, para excluir do lançamento - pela regra decadencial expressa no 4°, Art, 150 do CTN as contribuições apuradas na competência 12/1998, nos termos do voto do relator. Acompanharam a votação por suas conclusões os Conselheiros Araújo Soares, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto.
--
Processo nº 37071.000498/2007-61
Recurso nº 151.040 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.210 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. GFIP.
Recorrente IRAPURU TRANSPORTES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 29/07/2002
Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA E DOCUMENTOS JUNTADOS PELO FISCO.
A ciência ao contribuinte do resultado da diligência é urna exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto n° 70.235/72 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 37071.003430/2002-20
Recurso nº 149.467 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.211 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO.
Recorrente IRAPURU TRANSPORTES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 29/07/2002
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA E DOCUMENTOS JUNTADOS PELO FISCO.
A ciência ao contribuinte do resultado da diligência é uma exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto nº 70.235/72 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36958.000732/2006-31
Recurso nº 141.880 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.212 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. SOLIDARIEDADE. CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA.
Recorrente AMERICAN EXPRESS DO BRASIL, TEMPO & CIA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1997 a 31/12/1998
OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. LANÇAMENTO. PEDIDO DE REVISÃO,
As decisões poderão ser revistas, enquanto não ocorrida a prescrição administrativa, quando for constatado vício insanável.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
SOLIDARIEDADE. CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA.
A contratante de quaisquer serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, responde solidariamente com o executor pelas obrigações decorrentes desta Lei, em relação aos serviços prestados, não se aplicando, em qualquer hipótese, o beneficio de ordem.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, 1) Por maioria de votos; a) em conhecer do pedido de revisão e anular o acórdão anterior, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto; II) Por voto de qualidade: a) em dar provimento parcial ao recurso, para nas preliminares, excluir, devido a regra decadencial expressa no I, Art. 173 do CTN, as contribuições lançadas até a competência 11/1998, anteriores a 12/1998, inclusive na 13/1998, na forma do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Igor Araújo Soares, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lenis Pinto, que votaram pela aplicação do § 4°, Art. 150 do CTN. III) Por unanimidade de votos: a) em negar provimento ao recurso, no mérito, nas termos do voto do Relator.
--
Processo nº 36216.003352/2005-51
Recurso nº 149.495 De Oficio
Acórdão nº 2402-01.213 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO. GFIP
Recorrente TEGMA GESTÃO E LOGÍSTICA LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 29/06/2005
GFIP. ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES. INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
RELEVAÇÃO, REQUISITOS. A multa somente será relevada se o infrator primário não tiver incorrido em agravantes e comprovar a correção da falta, nos termos da redação original do artigo 291, § 1º do Decreto 3.048/1999.
RECURSO DE OFÍCIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de oficio, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedido o Conselheiro Nereu Miguel Ribeiro Domingues.
--
Processo nº 36266.006049/2006-04
Recurso nº 149.596 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.214 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO, GFIP.
Recorrente LOJAS RIACHUELO S. A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 22/12/2005
DECADÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante
nº 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
GFIP, ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES. INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
RETROATIVIDADE, ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, 1) Por maioria de votos: a) nas preliminares, em dar provimento parcial ao recurso, para excluir do cálculo da multa, devido a regra expressa no I, Art. 173 do CTN, os fatos que serviram para o cálculo até 11/1999, anteriores a 12/1999, nos termos do voto do relator, Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pela aplicação do § 4º, Art. 150 do CTN. III) Por unanimidade de votos: a) em negar provimento ao recurso, no mérito, para manter no lançamento as Contribuições lançadas com base nos pagamento de cartão de crédito e reembolso de despesas médicas, nos termos do voto do relator; b) em dar provimento parcial ao recurso, para que seja recalculado o valor da multa, de acordo com o disciplinado no artigo 44, inciso I, da Lei nº 9.430/1996 (Art. 35-A, Lei 8212/1991), deduzindo-se os valores levantados a titulo de multa nos lançamentos correlatos, a fim de se comparar a multa já aplicada, para que se aplique a que se conceituar como situação mais favorável à recorrente, nos termos do voto do relator; III) Por voto de qualidade: a) em negar provimento ao recurso, para manter no lançamento as contribuições lançadas com base nos pagamento de plano de saúde a diretores, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Igor Araújo Soares, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto, que votaram pelo provimento do recurso.
--
Processo nº 36266.006051/2006-75
Recurso nº 149.872 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.215 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS, SALÁRIO INDIRETO.
Recorrente LOJAS RIACHUELO S. A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/08/1999 a 30/06/2005
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
SALÁRIO INDIRETO. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO-DECONTRIBUIÇÃO, BASE DE CÁLCULO.
Entende-se por salário- de- contribuição (SC), base para cálculo da contribuição previdenciária devida, a remuneração auferida, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer titulo, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, 1) Por voto de qualidade: a) em dar provimento parcial ao recurso, para excluir do lançamento - pela regra expressa no I, Art. 173 do CTN - as contribuições apuradas até a competência 11/1999, anteriores a 12/1999, inclusive a competência 13/1999, nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Igor Araújo Soares, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto, que votaram pela aplicação do § 4º, Art. 150 do CTN. II) Por unanimidade de votos: a) em negar provimento ao recurso, nas questões de mérito, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 36266.006053/2006-64
Recurso nº 149.873 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.216 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS. SALÁRIO INDIRETO.
Recorrente LOJAS RIACHUELO S.A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/07/2004 a 30/06/2005
SALÁRIO INDIRETO. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO-DECONTRIBUIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. INTEGRAÇÃO.
Entende-se por salário-de-contribuição (SC) a remuneração auferida, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por voto de qualidade: a) em negar provimento ao recurso, para manter no lançamento as contribuições lançadas com base nos pagamento de plano de saúde a diretores nos termos do voto do relator. Vencidos os Conselheiros Igor Araújo Soares, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto, que votaram pelo provimento do recurso quanto a esses pagamentos.
--
Processo nº 35301.002960/2006-06
Recurso nº 147.971 Voluntário
Acórdão nº 2402-01217 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS. SALÁRIO UTILIDADE.
Recorrente LATAS DE ALUMÍNIO S.A. - LATASA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/12/1998 a 31/12/2001
SALÁRIO INDIRETO, VEÍCULOS.
A cessão de veículos aos empregados da empresa, sem a demonstração de que os mesmos foram utilizados para uso pessoal, não se configura ganho habitual sob a forma de utilidades não sendo, portanto, fato gerador da contribuição previdenciária.
AUDITORIA FISCAL, COMPETÊNCIA.
Em razão da competência da auditoria fiscal decorrer do Órgão Público ao qual está vinculada, no caso, um órgão da Administração Pública Federal, sua área de atuação compreende todo o território nacional.
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO, VEÍCULOS PARA USO PARTICULAR. INOCORRÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. VÍCIO.
Para integrar o salário de contribuição deve restar demonstrado que a cessão de veículos aos empregados da empresa ocorre para uso particular.
PROCESSO ANULADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em negar provimento ao recurso, nas preliminares, na questão da incompetência da autoridade fiscal, nos termos do voto do Relator; II) Por maioria de votos: a) em dar provimento ao recurso, nas preliminares, pela existência de vício. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pela análise de mérito, a fim de prover o recurso; b) nas preliminares, em conceituar o vício existente como material, nos termos do voto do Relator, Vencidos os Conselheiros Ana Maria Bandeira e Ronaldo de Lima Macedo. Declarou-se impedido o Conselheiro Nereu Miguel Ribeiro Domingues.
--
Processo nº 11080.005932/2007-05
Recurso nº 149.681 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.218 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS
Recorrente KEPLER WEBER S.A. E OUTROS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIOES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1995 a 28/02/2005
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA E DOCUMENTOS JUNTADOS PELO FISCO.
A ciência ao contribuinte do resultado da diligência é uma exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa, Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto n°

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

70.235/72 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anulara decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 19740.000104/2008-44
Recurso nº 165.458 De Oficio e Voluntário
Acórdão nº 2402-01.219 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria DECADÊNCIA, JUROS E MULTAS, DEPÓSITOS JUDICIAIS,
Recorrentes FAZENDA NACIONAL E SUL AMÉRICA SEG. DE VIDA E PREV. S.A.
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/07/2001 a 30/09/2006
DECADÊNCIA. PREVENÇÃO, LANÇAMENTO.
Em razão da discussão judicial da obrigação tributária e da ininterrupção do prazo decadencial, é cabível o lançamento tributário a fim de se prevenir à decadência.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Sumula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
DEPÓSITO JUDICIAL. ENCARGOS MORATÓRIOS.
Na constituição do crédito tributário destinado a prevenir a decadência, cujo valor tenha sido objeto de depósito judicial, não cabe a exigência dos encargos moratórios, juros e multa, a partir da realização do depósito.
RECURSOS VOLUNTÁRIO NEGADO E VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em negar provimento ao recurso de oficio, nos termos do voto do Relatar; b) quanto ao recurso voluntário, nas preliminares, em dar provimento às razões recursais, para que se exclua do lançamento as contribuições apuradas até a competência 11/2002, anteriores a 12/2002, devido a aplicação da regra decadencial expressa no § 4°, Art. 150 do CTN, na forma do voto do Relatar. Os Conselheiros Igor Araújo Soares, Nereu Miguel Ribeiro Domingues e Rogério de Lellis Pinto acompanharam a votação por suas conclusões; c) quanto ao recurso voluntário, no mérito, em dar provimento parcial ao recurso, para que se exclua do presente lançamento os juros e as multas aplicadas, devido ao depósito do montante integral, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 15582.000099/2007-06
Recurso nº 160.167 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.221 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente NEWALARM EQUIP. C/ INCÊNDIO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 27/03/2007
GFIP, DEIXAR DE INFORMAR.
Constitui infração, punível na forma da Lei, deixar a empresa de informar mensalmente ao INSS, por intermédio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), os dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias e outras informações de interesse do mesmo, conforme previsto na Legislação.
RETROATIVIDADE. ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para determinar o recalculo da multa e sua utilização, caso seja mais benéfico à recorrente, de acordo com o art. 32-A da Lei n° 8212/91, no caso de ter havido total recolhimento, e não tendo este ocorrido de forma total que o recalculo da multa seja feito de acordo com o art. 44, 1 da Lei nº 9430/96 (Art. 35-A, Lei 8212/1991), deduzindo-se a multa dos lançamentos correlatos, na forma do voto do relator.
--
Processo nº 35582.000597/2007-58
Recurso nº 144.591 Embargos
Acórdão nº 2402-01.222 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria DEPÓSITOS JUDICIAIS
Embargante BRASIL SAÚDE COMPANHIA DE SEGUROS
Interessado QUARTA CÂMARA DA SEGUNDA SEÇÃO
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS.
Período de apuração: 01/08/2003 a 30/06/2006
PREVIDENCIÁRIO, CUSTEIO. EMBARGOS.
Constatada a existência de obscuridade, omissão ou contradição no Acórdão exarado pela extinto Conselho de Contribuintes, correto o manejo dos embargos de declaração visando sanar o vicio apontado.
AÇÃO JUDICIAL DEPÓSITO. INOCORRÊNCIA DE MORA.
O depósito judicial descaracteriza a inadimplência, não sendo devidos os acréscimos decorrentes da mora a partir da sua efetivação, observados os valores depositados/devidos e as datas dos depósitos/vencimentos das contribuições.
EMBARGOS ACOLHIDOS.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos: a) em acolher os embargos propostos para rerratificar o acórdão, nos termos do voto do relator; b) em dar provimento parcial ao recurso, para que se retire do lançamento os valores referentes a juros e a multa, devido ao depósito do montante integral, conforme o voto do relator. Declarou-se impedido o Conselheiro Nereu Miguel Ribeiro Domingues.
--
Processo nº 11330.000368/2007-37
Recurso nº 152.075 De Oficio e Voluntário
Acórdão nº 2402-01.223 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria RETENÇÃO
Recorrentes MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ - PREFEITURA MUNICIPAL FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/2002 a 31/01/2003
Ementa: RECURSO DE OFÍCIO. NÃO CONHECIMENTO.
Quando a exoneração do pagamento do tributo possuir valor inferior ao determinado na portaria ministerial que trata do recurso de oficio não haverá como conhecer do recurso.
RETENÇÃO, OBRIGATORIEDADE.
A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher a importância retida até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura em nome da empresa cedente da mão-de-obra, observado o disposto no § 5º do art. 33 da Lei 8.112/1991.
RECURSO DE OFÍCIO NÃO CONHECIDO E VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em não conhecer do recurso de ofício, nos termos do voto do relator; b) em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 12045.000640/2007-67
Recurso nº 150.743 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.229 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS: OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
Recorrente ANHANGUERA RURAL CENTER S/C LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/03/2004 a 31/03/2004
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CERCEAMENTO À GARANTIA DA AMPLA DEFESA, FALTA DE CIÊNCIA SOBRE O RESULTADO DE DILIGÊNCIA RELEVANTE PARA JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.
A ciência ao sujeito passivo do resultado da diligência é uma exigência jurídico-procedimental, dela não se podendo desvincular, sob pena de anulação da decisão administrativa por cerceamento do direito de defesa. Com efeito, este entendimento encontra amparo no Decreto n° 70.235/1972 que, ao tratar das nulidades, deixa claro no inciso II, do artigo 59, que são nulas as decisões proferidas com a preterição do direito de defesa.
DECISÃO RECORRIDA NULA.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em anular a decisão de primeira instância, nos termos do voto do relator.
--
Processo n° 14485.000679/2007-21
Recurso nº 153.369 Embargos
Acórdão nº 2402-01.231 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Embargante PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)
Interessado PIMENTEL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/10/2000 a 30/06/2005
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.
Constatada a existência de obscuridade, omissão ou contradição no Acórdão exarado pela extinto Conselho de Contribuintes, correto o manejo dos embargos de declaração visando sanar o vicio apontado.
MULTA. GRAU RETROATIVIDADE MÉDIA DA NORMA. PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE BENIGNA TRIBUTÁRIA.
Na superveniência de legislação que estabeleça novos critérios para a apuração da multa por descumprimento de obrigação acessória, faz-se necessário verificar se a sistemática atual é mais favorável ao contribuinte que a anterior.
EMBARGOS ACOLHIDOS.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, 1) Por unanimidade de votos a) em acolher os embargos propostos, para rerratificar o acórdão proferido, nos termos do voto do Relator; b) em não conhecer do recurso de oficio, nos termos do voto do relator; c) em conhecer do recurso voluntário; d) em dar provimento parcial ao recurso voluntário, no mérito, para que o valor da multa seja recalculado, se mais benéfico à recorrente, de acordo com a nova redação do art. 52 da Lei nº 8.212/1991, redação dada pela Lei nº 11.941/2009, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 14485.000318/2007-84
Recurso nº 160.414 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.242 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de outubro de 2010
Matéria AUTO-DE-INFRAÇÃO
Recorrente ALMAP BBDO COMUNICAÇÕES LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Data do fato gerador: 11/09/2007
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. AÇÃO FISCAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. INEXISTÊNCIA.
I - Ação fiscal precedente ao lançamento é procedimento é inquisitório, o que significa afastar qualquer natureza contenciosa dessa atuação, de forma que a prévia oitiva do contribuinte, quanto a eventuais dados levantados durante ação fiscal, podem ser plenamente descartados acaso a autoridade fiscal já se satisfaça com os elementos de que dispõe.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. O Conselheiro Nereu Miguel Ribeiro Domingues declarou-se impedido.
--
Processo nº 18186.001291/2007-72
Recurso nº 148.099 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.265 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de outubro de 2010
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente CEGELEC LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Data do fato gerador: 23/02/2007
GFIP. ERROS NOS DADOS RELACIONADOS AOS FATOS GERADORES. INFRAÇÃO.
Constitui infração, punível na forma da Lei, a apresentação de Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RETROATIVIDADE. ATO NÃO DEFINITIVAMENTE JULGADO.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, I) Por maioria de votos: a) em dar provimento parcial ao recurso, para excluir, devido à regra decadencial expressa no 1, Art. 173 do CTN, os fatos utilizados para o cálculo da multa que sejam anteriores a 12/2001, nos termos do voto do relator. Vencido o Conselheiro Rogério de Lellis Pinto, que votou pela aplicação da regra expressa no § 4°, Art. 150 do CTN, II) Por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para, no mérito, determinar que a multa seja recalculada, nos termos do I, Art. 44, da Lei 9430/1996 (Art. 35-A, Lei 8.212/1991), deduzidos os valores a título de multa nos lançamentos correlatos, e que esse cálculo seja comparado com a multa já aplicada, a fim de se utilizar o cálculo mais benéfico à recorrente, nos termos do voto do relator. O Conselheiro Nereu Miguel Ribeiro Domingues declarou-se impedido.
--
Processo nº 18184.000665/2007-52
Recurso nº 172.150 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.329 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria AUTO-DE-INFRAÇÃO
Recorrente LIVRARIA CULTURA S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/2001 a 31/12/2006
AUTO-DE-INFRAÇÃO, FOLHAS DE PAGAMENTO. OMISSÃO DE VALORES A TITULO DE INCENTIVO DE VENDAS. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, MULTA. VALOR ATUALIZADO.
I - O contribuinte é obrigado em lançar em suas folhas de pagamento todos os valores sob os quais incide contribuição previdenciária, como determina o art. 32, I, da Lei n° 8.212/91; II - É pacifico o entendimento de que os valores pagos a empregados ou contribuintes individuais a titulo de incentivo, encontra-se abrangido pelo conceito de salário-de-contribuição, portanto, deve haver a incidência do tributo previdenciário; III - Segundo o art. 102 da Lei n° 8.212/91, os valores da multas decorrentes de infrações a obrigações previdenciárias formais serão atualizados anualmente no mesmo patamar dos benéficos de prestação continuada pagos pela Previdência Social.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 11522.001288/2007-41
Recurso nº 160.052 Voluntário
Acórdão nº 2402-01.333 - 4ª Câmara / 2º Turma Ordinária
Sessão de 22 de outubro de 2010
Matéria REMUNERAÇÃO DE SEGURADOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recorrente ESTADO DO ACRE - SECRETARIA DE APOIO AOS MUNICÍPIOS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1995 a 31/12/1998
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91, devendo, portanto, ser aplicadas as regras do Código Tributário Nacional.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 13161.000214/2006-89
Recurso nº 342.972 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.805 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria ITR
Recorrente AGROPECUÁRIA COREMA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 2002
ÁREAS DE UTILIZAÇÃO LIMITADA/RESERVA LEGAL. TERMO DE RESPONSABILIDADE AVERBADO.
Cabe excluir da tributação do ITR a área de utilização limitada/reserva legal reconhecida em Termo de Responsabilidade firmados entre o proprietário do imóvel e a autoridade ambiental, devidamente averbado antes da ocorrência do fato gerador.
ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL - ADA.
A partir do exercício de 2001, para os contribuintes que desejam se beneficiar da isenção da tributação do ITR, a apresentação do ADA passou a ser obrigatória (ou a comprovação do protocolo de requerimento daquele Ato, junto ao Ibama, em tempo hábil), por força da Lei n° 10.165, de 28/12/2000.
MULTA DE OFÍCIO E JUROS SELIC.
A multa de oficio aplicada está prevista em ato legal vigente, regularmente editado (Art 44, inciso I, da Lei n° 9.430/1996 c/c art 14, § 2 da Lei n° 9.393/1996), descabida mostra-se qualquer manifestação deste órgão julgador no sentido do afastamento de sua aplicação/eficácia.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, dar provimento parcial para excluir da tributação 971,6 ha a titulo de área de reserva particular de patrimônio natural.
--
Processo nº 10235.000913/2007-19
Recurso nº 163.153 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.807 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente BENIVAL ARANHA DA SILVA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física IRPF.
Ano-calendário: 2004
NULIDADE DA DECISÃO A QUO. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA.
O indeferimento fundamentado do pedido de realização de diligência e de perícia não acarreta a nulidade da decisão, pois tais procedimentos somente devem ser autorizados quando forem imprescindíveis pata o deslinde da questão a ser apreciada ou se o processo não contiver os elementos necessários para a formação da livre convicção do julgador.
LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS - AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO CO-TITULAR - APLICAÇÃO DA SÚMULA CARF Nº 29.
Todos os co-titulares da conta bancária devem ser intimados para comprovar a origem dos depósitos nela efetuados, na fase que precede à lavratura do auto de infração com base na presunção legal de omissão de receitas ou rendimentos, sob pena de nulidade do lançamento.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, rejeitar as preliminares e, no mérito, dar provimento parcial nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10670.001232/2004-88
Recurso nº 340.694 De Ofício
Acórdão nº 2201-00.808 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria ITR
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Recorrida CIA SIDERURGICA VALE DO PARAOPEBA
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 2000
ADA - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE UTILIZAÇÃO LIMITADA / RESERVA LEGAL.
Comprovada a protocolização tempestiva do ADA junto ao IBAMA, além da averbação tempestiva da área de utilização limitada/reserva legal à margem da matricula do imóvel, cabe restabelecer as áreas de preservação permanente e de utilização limitada declaradas.
VALOR DA TERRA NUA - UTILIZAÇÃO DO SIPT DE OUTRO MUNICÍPIO - REVISÃO DO LANÇAMENTO.
A autoridade Fiscal, no momento da lavratura da exigência, incorreu em erro ao utilizar a Tabela SIPT do município diverso do local onde está situado à propriedade rural, fato que autoriza, por si só, a revisão do lançamento.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício.
--
Processo nº 13603.001135/2005-68
Recurso nº 339.960 Embargos
Acórdão nº 2201-00.821 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria ITR
Embargante FAZENDA SAN LUCAS LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 2001, 2002
Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE.
Identificada no acórdão embargado, que não expôs suficientemente os fundamentos de decidir, a mesma deve ser sanada mediante esclarecimento dos pontos obscuros.
Embargos acolhidos.
Acórdão rerratificado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, acolher os embargos de declaração para esclarecer os pontos obscuros indicados no acórdão 3801-00159, sem alterar a conclusão do julgado.
--
Processo n° 10855.003029/2001-35
Recurso n° 136.021 Embargos
Acórdão n° 2201-00.814 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Embargante CARF
Interessado BENEDITO PONTO DOS SANTOS
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 2000
Ementa: INEXATIDÃO MATERIAL DECORRENTE DE LAPSO MANIFESTO, RETIFICAÇÃO.
Identificado no acórdão inexatidão material decorrente de lapso manifesto, o mesmo deve ser sanado com a retificação do acórdão.
Erro material reconhecido
Acórdão retificado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, acolher os embargos para retificar o acórdão 104-20.235, sem alterar sua conclusão, para substituir o voto vencedor e suprimir a ementa relativamente a matéria não conhecida pelo Colegiado.
--
Processo nº 10980.008021/2002-19
Recurso nº 135.736 Embargos
Acórdão nº 2201-00.813 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria ITR
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado EDMUNDO DE PADUA ARNULF
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 1995, 1996
Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES E OBSCURIDADE.
Identificadas omissões e obscuridade no acórdão embargado, devem ser acolhidos os embargos declaratórios que apontaram os vícios para que os mesmos sejam sanados.
VALOR DA TERRA NUA. ARBITRAMENTO, PROVA MEDIANTE LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO.
Faz prova do valor da terra nua laudo de avaliação expedido por profissional qualificado e que atenda aos padrões técnicos recomendados pela ABNT.
RESERVA LEGAL. COMPROVAÇÃO, AVERBAÇÃO.
Comprovada a averbação à margem da matrícula do imóvel da área de reserva legal, pode ser excluída essa área para fins de apuração do imposto.
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, COMPROVAÇÃO.
O fisco pode exigir a comprovação da área de preservação permanente cuja exclusão o contribuinte pleiteou na DITR. Não comprovada a existência efetiva da área mediante laudo técnico, é devida a glosa do valor declarado.
ÁREAS DE PASTAGEM. EXCLUSÃO.
Comprovada a área de pastagem, a mesma pode ser excluída para fins de apuração do imposto.
Embargos acolhidos.

Acórdão rerratificado.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, acolher os embargos para, retificando o acórdão n° 3801-00.083, dar provimento parcial ao recurso interposto para determinar a revisão do lançamento referente ao ITR dos exercícios de 1995 e 1996 considerando, para ambos os exercícios, uma área de reserva legal de 27,104ha VIN de R$ 44.721,60 e área de pastagem de 118,5ha.
--
Processo nº 10120.000608/2006-25
Recurso nº 163.412 Embargos
Acórdão nº 2201-00820 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Embargante TANIA RIBEIRO DE QUEIROZ
Interessado FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 2003, 2004, 2005
Ementa: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO.
Constatada omissão no acórdão embargado que deixou de examinar matéria arguida no recurso, acolhe-se os embargos para sanar a omissão.
LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.. DATA DO FATO GERADOR.
O fato gerador do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, relativo à omissão de rendimentos apurada a partir de depósitos bancários de origem não comprovada, ocorre no dia 31 de dezembro do ano-calendário. (Súmula CARF Nº 38).
Embargos acolhidos.
Acórdão rerratificado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, acolher os embargos de declaração para suprir a omissão indicada no acórdão 2201-00491, sem alterar, contudo, suas conclusões.
--
Processo nº 10166.004078/2005-87
Recurso nº 153.360 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.793 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente AGOSTINHO MANOEL BAIÃO
Recorrida DRJ-BRASÍLIA/DF
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física IRPF.
Exercício: 2002
Ementa: ISENÇÃO. MOLÉSTIA GRAVE.
Estão isentos do imposto os Proventos de aposentadoria recebidos por contribuinte portador de moléstia especificada em lei. Comprovado com documento hábil e idôneo que o contribuinte é portador de uma das doenças previstas em lei como condição suficiente para conferir ao portador da doença o direito à isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria, descabe a autuação que considerou esses rendimentos tributáveis.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado por unanimidade, dar provimento ao recurso.
--
Processo nº 13656.000811/2005-61
Recurso nº 154.776 Embargos
Acórdão nº 2201-00.819 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Embargante CÍCERO MACHADO DE MORAES
Interessado FAZENDA NACINAL
Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF.
Exercício: 2001, 2002, 2003
Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, OMISSÃO.
Identificada omissão no acórdão embargado que deixou de se pronunciar sobre matéria argüida no recurso, devem ser acolhidos os embargos declaratórios que apontaram o vício, para saná-lo.
Embargos acolhidos.
Acórdão rerratificado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, acolher os embargos para re-ratificar o acórdão 106-16726 para sanar a omissão indicada, mantendo contudo a decisão anteriormente exalada.
--
Processo nº 10283.003819/2004-95
Recurso nº 332.160 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.831 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria ITR
Recorrente ISAAC BENAYON SABBA - ESPÓLIO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 1995 e 1996
ITR. DO VALOR DA TERRA NUA. SUBAVALIAÇÃO MANTIDA.
Para fins de revisão do VTN arbitrado pela fiscalização, com base no VTN/ha apontados no SIPT, exige-se que o Laudo Técnico de Avaliação, emitido por profissional habilitado, atenda aos requisitos essenciais das Normas da ABNT (NBR 14.653-3), demonstrando, de forma inequívoca, o valor fundiário do imóvel, bem como, a existência de características particulares desfavoráveis em relação aos imóveis circunvizinhos.
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.
Para que faça jus à isenção, a área de Preservação Permanente deverá ser comprovada conforme determina a legislação que rege a matéria.
CONTRIBUIÇÕES PARA O CNA, CONTAG, SENAR.
As contribuições para o CNA, CONTAG, SENAR estão previstas em ato legal e regularmente editado, descabida mostra-se qualquer manifestação deste órgão julgador no sentido de afastar sua cobrança.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos negar provimento ao recurso.
--
Processo nº 11543.003895/2003-74
Recurso nº 339.596 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.848 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria ITR
Recorrente LUIZ SIQUEIRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 2000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PAGAMENTO INTEGRAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
O pagamento é definido como a satisfação, pelo sujeito passivo, do débito do tributo em face do sujeito ativo da obrigação, sendo causa de extinção do crédito tributário, nos termos do inciso I, do art. 156 do Código Tributário Nacional, portanto, toma-se incompatível com a admissão do Recurso Voluntário.
Recurso não conhecido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade não conhecer do recurso voluntário.
--
Processo nº 11543.000484/2001-65
Recurso nº 134.398 Embargos
Acórdão nº 2201-00.824 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado NATALINA FRANÇA DAHER
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física IRPF.
Exercício: 1996, 1997, 1998, 1999, 2000
Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, OMISSÃO.
Contatada omissão no acórdão embargado, que deixou de apreciar matéria em litígio, acolhe-se os embargos para sanar o vício, com o exame da matéria esquecida.
Embargos acolhidos.
Acórdão rerratificado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, acolher os embargos declaratórios para, retificando o acórdão 2201.00.380, desqualificar a multa de oficio, mantendo os demais itens da decisão embargada.
--
Processo nº 10680.004589/2007-41
Recurso nº 164.039 Embargos
Acórdão nº 2201-00.823 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Embargante FAZENDA NACIONAL
Interessado SCHEILA MARIA NACUR CARNEIRO COSTA
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física IRPF.
Exercício: 2004, 2005
Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO.
Identificada contradição entre os fundamentos e a conclusão do voto condutor do acórdão
e a sua parte dispositiva, acolhe-se os embargos para sanar o vício.
Embargos acolhidos.
Acórdão retificado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, acolher os embargos de declaração e rerratificar o acórdão 3402-00.136 para sanar contradição e erro material apontados sem, contudo, alterar a decisão. Acompanhou o julgamento Dr. Tiago Conde Teixeira, OAB DF n° 24259.
--
Processo nº 10530.002310/2003-85
Recurso nº 340.304 Embargos
Acórdão nº 2201-00.822 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria ITR
Embargante Fazenda Nacional
Interessado SERTANEJA EMPRESA AGROPASTORIL S/A
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 1999
Ementa: EMBARGOS DECLARATORIOS, CONTRADIÇÃO.
Identificada contradição entre a conclusão do voto condutor do acórdão e sua parte dispositiva, acolhem-se os embargos para sanar o vício.
Embargos acolhidos.
Acórdão rerratificado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, acolher os embargos para retificar o acórdão 3201-00.409, alterando o texto do dispositivo do acórdão para: "Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso voluntário para reconhecer as áreas de reserva legal e de pastagem declaradas pela Contribuinte, bem como para considerar o VTN declarado pela Contribuinte".
--
Processo nº 10930.720016/2006-99
Recurso nº 341.406 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.830 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria ITR
Recorrente FAZENDAS REUNIDAS ALMEIDA S.A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
Exercício: 2003
NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - NÃO OCORRÊNCIA.
O indeferimento fundamentado do pedido de realização de diligência e de perícia não acarreta a nulidade da decisão, pois tais procedimentos somente devem ser autorizados quando forem imprescindíveis para o deslinde da questão a ser apreciada ou se o processo não contiver os elementos necessários para a formação da livre convicção do julgador.
ÁREA DE RESERVA LEGAL - AVERBAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS.
A área de reserva legal será considerada como tal, para efeito de exclusão da área tributada e aproveitável do imóvel, quando devidamente averbada junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.
ITR, DO VALOR DA TERRA NUA, SUBAVALIAÇÃO MANTIDA.
Para fins de revisão do VTN arbitrado pela fiscalização, com base no VTN/há apontados no SIPT, exige-se que o Laudo Técnico de Avaliação, emitido por profissional habilitado, atenda aos requisitos essenciais das Normas da ABNT (NBR 14.653-3), demonstrando, de forma inequívoca, o valor fundiário do imóvel, bem como, a existência de características particulares desfavoráveis em relação aos imóveis circunvizinhos.
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.
Para que faça jus à isenção, a área de Preservação Permanente deverá ser comprovada conforme determina a legislação que rege a matéria.
VALOR DA TERRA NUA. ARBITRAMENTO, PROVA MEDIANTE LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO REQUISITOS.
Para fazer prova do valor da terra nua o laudo de avaliação deve atender aos padrões técnicos recomendados pela ABNT. Sem esses requisitos, o laudo não tem força probante para infirmar o valor apurado pelo Fisco com base no SIPT.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10530.002256/2003-78
Recurso nº 139.203 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.795 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria ITR
Recorrente CAMUCÁ AGROPECUÁRIA
Recorrida DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR.
Exercício: 1999
ÁREAS DE PASTAGEM. EXCLUSÃO.
A exclusão das áreas de pastagens, para fins de apuração do grau de utilização do imóvel, pressupõe a comprovação de estoque de animais em quantidade suficiente para, considerando índices de lotação definidos tecnicamente, justificar a classificação da tal área, Cabe ao contribuinte comprovar a existência dos animais.
Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso.
--
Processo nº 10218.000667/2003-71
Recurso nº 339.911
Resolução nº 2201-00A36 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Data 12 de maio de 2010
Assunto Solicitação de Diligência
Recorrente PAULISTA S/A - COMÉRCIO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS
Recorrida 1ª TURMA/DRJ/RECIFE/PE
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o processo em diligência, nos termos do voto do relator.
--
Processo nº 10675.000767/2007-34
Recurso nº 340.317
Resolução nº 2201-00.037 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Data 12 de maio de 2010
Assunto Solicitação de Diligência
Recorrente PEDRO ALVES MUNDIM - ESPÓLIO
Recorrida 1ª TURMA/DRJ/BRAS1LIA/DF
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o processo em diligência, nos termas do voto do relator.
--
Processo nº 10218.000307/2004-51
Recurso nº 339.910 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.651 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de maio de 2010
Matéria ITR Ex: 2000
Recorrente OTÁVIO SILVEIRA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR.
Exercício: 2000
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL. ITR - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. E DE UTILIZAÇÃO LIMITADA. EXIGÊNCIA FEITA EM RAZÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO TEMPESTIVA DO ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL. DESNECESSIDADE, SÚMULA CARF.
Nº 41 - A não apresentação do Ato Declaratório Ambiental (ADA) emitido pelo IBAMA, ou órgão conveniado, não pode motivar o lançamento de oficio relativo a fatos geradores ocorridos até o exercício de 2000.
ÁREA DE UTILIZAÇÃO LIMITADA - RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO. ATO CONSTITUTIVO.
A averbação no registro de imóveis da área eleita pelo proprietário/possuidor é ato constitutivo da reserva legal. Portanto, uma vez averbada, em data anterior à ocorrência do fato gerador do imposto, o sujeito passivo poderá suprimi-ia da base de cálculo para apuração do ITR.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para cancelar o lançamento, nos termos de voto do Relator.
--
Processo nº 10730.720075/2007-02
Recurso nº 511.851 De Ofício
Acórdão nº 2201-00.731 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente DRJ-RECIFE/PE
Interessado MARIA THEREZA CARMEN MONDINO
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR.
Exercício: 2003
RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO, ESPOLIO.
É válido o lançamento formalizado em nome do "de cujus", depois da abertura da sucessão, quando esta se deu após a ocorrência do fato gerador.
Recurso de oficio provido.
Vistos, relatados e discutidos os; presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado Pelo voto de qualidade, dar provimento ao recurso de ofício, devolvendo o processo à primeira instância para apreciação do mérito.
Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Fatah, Moisés Giacomelli Nunes da Silva. Fará declaração de voto o conselheiro Moisés Giacomelli Nunes da Silva.
--
Processo nº 10283.002549/2005-86
Recurso nº 169.191 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.652 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de maio de 2010
Matéria ITR - Ex: 2001
Recorrente PAULO SÉRGIO ROCHA GOTTARDI
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR.
Exercício: 2001
ÁREAS DE UTILIZAÇÃO LIMITADA/RESERVA LEGAL. TERMO DE RESPONSABILIDADE AVERBADO.
Cabe excluir da tributação do ITR a área de utilização limitada/reserva legal reconhecida em Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal TRARL firmados entre o proprietário do imóvel e a autoridade ambiental, devidamente averbado antes da ocorrência do fato gerador.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para cancelar o lançamento, nos termos do voto do Relatar.
--
Processo nº 19515.000261/2002-28
Recurso nº 163.222 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.456 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria IRPF- Ex(s): 1998, 1999
Recorrente EDSON FERRARINI
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Ano-calendário: 1998, 1999
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO, RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE.
Constatada a omissão de rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na declaração de ajuste anual é legítima a constituição do crédito tributário na pessoa física do beneficiário, ainda que a fonte pagadora não tenha procedido à respectiva retenção, (Súmula CARF nº 12).
RENDIMENTOS - NATUREZA INDENIZATORIA - COMPROVAÇÃO.
Não demonstrada, mediante comprovação da efetividade dos gastos realizados a natureza indenizatória/reparatória de verbas pagas, a título de "Auxílio-Encargos Gerais de Gabinete e Auxílio Hospedagem", a membros do Poder Legislativo, constituem tais verbas rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda.
IRPF - MULTA - EXCLUSÃO.
Deve ser excluída do lançamento a multa de ofício quando o contribuinte agiu de acordo com orientação emitida pela fonte pagadora, um ente estatal que qualificara de forma equivocada os rendimentos por ele recebidos.
Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso, para excluir a multa de oficio, vencido o Relator. Vencido o conselheiro Moisés Giacomelli Nunes da Silva (Relator) que dava provimento integral ao recurso. Designado para redigir o voto vencedor Conselheiro Eduardo Tadeu Farah.
--
Processo nº 18088.000219/2007-36
Recurso nº 168.306 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.421 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 24 de setembro de 2009
Matéria IRPF
Recorrente BENEDICTO DI SANTO
Recorrida 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Exercício: 2002, 2003, 2004, 2005

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

LANÇAMENTO. AUTORIDADE COMPETENTE.
No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o servidor competente para proceder a fiscalizações e formalizar a exigência de crédito tributário, mediante lançamento, é o Auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil. É válido o lançamento realizado por servidor competente, ainda que este seja vinculado a unidade diversa da de localização do domicilio fiscal do contribuinte.
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. POSSIBILIDADE.
Havendo procedimento fiscal em curso, os agentes fiscais tributários poderão requisitar, às instituições financeiras, registros e informações relativas a contas de depósitos e de investimentos de contribuinte sob fiscalização, sempre que essa providência for considerada indispensável por autoridade administrativa competente.
NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. INOCORRÊNCIA.
Não provada violação das disposições contidas no art. 142 do CTN, tampouco dos artigos 10 e 59 do Decreto nº. 70.235, de 1972 e não se identificando no instrumento de autuação nenhum vício relevante e insanável, não há que se falar em nulidade do procedimento fiscal ou do lançamento dele decorrente.
PAF. DILIGÊNCIA. CABIMENTO.
A diligência deve ser determinada pela autoridade julgadora, de oficio ou a requerimento do impugnante/recorrente, para o esclarecimento de fatos ou a realização de providências consideradas necessárias para a formação do seu convencimento sobre as matérias em discussão no processo e não para produzir provas de responsabilidade das partes.
DEPÓSITOS BANCÁRIOS COM ORIGEM NÃO COMPROVADA. OMISSÃO DE RENDIMENTOS. PRESUNÇÃO LEGAL.
Desde 1º de janeiro de 1997, caracterizam-se omissão de rendimentos os valores creditados em contas bancárias, cujo titular, regularmente intimado, não comprove, com documentos hábeis e idôneos, a origem dos recursos utilizados nestas operações.
LANÇAMENTO, MULTA DE OFÍCIO.
No caso de falta de pagamento ou de pagamento a menor de imposto, apurado por meio de lançamento de ofício, é cabível a aplicação da multa de oficio de 75%.
LANÇAMENTO DE OFÍCIO. MULTA QUALIFICADA. SIMPLES OMISSÃO DE RENDIMENTOS. INAPLICABILIDADE.
A simples apuração de omissão de receita ou de rendimentos, por si só, não autoriza a qualificação da multa de oficio, sendo necessária a comprovação do evidente intuito de fraude do sujeito passivo (Súmula 1° CC nº 14, publicada no DOU em 26, 27 e 28/06/2006).
DECADÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
Nos casos de lançamento por homologação, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário expira após cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador. O fato gerador do IRPF se perfaz em 31 de dezembro de cada ano-calendário. Não ocorrendo a homologação expressa, o crédito tributário é atingido pela decadência após cinco anos da ocorrência do fato gerador (art. 150, § 4º, do CTN). Decadência reconhecida em relação ao ano-calendário de 1998.
Preliminar rejeitada.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, acolher a preliminar de decadência em relação ao ano-calendário 2001 - vencido o relator e a conselheira Marcela Brasil de Araújo Nogueira - e, por unanimidade de votos, rejeitar as demais preliminares e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso para desqualificar a multa de ofício. Designado para fazer o voto vencedor o conselheiro Moisés Giacomelli.
--
Processo nº 10746.000307/00-51
Recurso nº 327.542 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.671 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de maio de 2010
Matéria ITR
Recorrente NUTRISA NUTRIMENTO AGROPECUÁRIO S/A
Recorrida DRJ-BRASÍLIA/DF
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR.
Exercício: 1995
ITR11995. TRIBUTAÇÃO COM BASE NO VTN MINIMO.
No ano de 1995 a legislação do ITR previa a tributação com base no VTN mínimo o qual poderia ser contestado pelo contribuinte com base em laudo técnico. Não tendo sido apresentado laudo técnico válido, deve prevalecer o valor lançado.
CONTRIBUIÇÕES CNA/CONTAG INCOMPETÊNCIA DA SRF PARA LANÇAR E COBRAR.
Desde 1996 a Secretaria da Receita Federal não é mais competente para lançar e cobrar as contribuições para o CNA e CONTAG.
Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos dar parcial provimento para acolher a preliminar de ilegitimidade ativa para excluir da exigência às contribuições relativas à CNA e CONTAG.
--
Processo nº 19515.003419/2003-01
Recurso nº 160.921 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.378 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de agosto de 2009
Matéria IRPF
Recorrente RONALDO LOPES SIQUEIRA
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física IRPF.
Exercício: 1999.
NULIDADE. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO AUDITOR FISCAL. MATÉRIA SUMULADA. ARGUIÇÃO AFASTADA.
Deve ser afastada a arguição de nulidade do Auto de Infração que afirma que o auditor da Receita Federal não registrado no Conselho de Contabilidade, não possui habilitação profissional para lavrar autos, conforme Súmula nº 8 deste Colegiado administrativo: O Auditor Fiscal da Receita Federal é competente para proceder ao exame da escrita fiscal da pessoa jurídica, não lhe sendo exigida a habilitação profissional de contador.
IRPF. PRESUNÇÃO LEGAL DO ART, 42 DA LEI 9430/96. FALTA DE. PROVAS. CARACTERIZAÇÃO DE. RENDIMENTOS OMITIDOS.
Não comprovadas as origens dos depósitos bancários por meio de documentos fiscais hábeis e idôneos, torna-se perfeita a presunção legal prevista no Art.42 da Lei 9.430/96, uma vez que os valores depositados em instituições financeiras passaram a ser considerados receita ou rendimentos omitidos.
MULTA CONFISCATÓRIA. PREVISÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. APLICAÇÃO LEGAL.
A aplicação de 75% de multa está de acordo com a infração cometida, uma vez que a penalidade aplicada a cada infração fiscal esta descrita no ordenamento jurídico tributário.
TAXA SELIC, APLICAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUMULADA.
A aplicação da Taxa Selic é legal e trata-se de matéria sumulada neste colegiado, conforme dispõe Súmula CARF Nº 4: A partir de 12 de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.
Recurso Voluntário Negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 2ª câmara / 1ª turma ordinária da segunda seção de julgamento, por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de nulidade e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.
--
Processo nº 10830.007813/2003-62
Recurso nº 159.750 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.389 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de agosto de 2009
Matéria IRPF
Recorrente MARIA EGUIMAR CAVALINI URBANO
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Exercício: 2000, 2001
ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. INOCORRÊNCIA.
Não há que se falar em erro na identificação do sujeito passivo uma vez que os valores de fato estavam na conta corrente da recorrente o que a princípio se caracteriza acréscimo patrimonial uma vez que entrou em sua conta, conforme dispõe o artigo 116, inciso III, da Lei 8.112/90. Neste caso, a autuação fiscal está perfeita, pois trata-se de conta conjunta com o cônjuge, que declaravam em separado, o que originou duas autuações com movimentação bancária dividida em dois lançamentos fiscais.
NULIDADE. DO AUTO DE INFRAÇÃO. DEPÓSITOS COM ORIGEM ILICITA. RECONHECIMENTO JUDICIAL.
Os recursos depositados, por terem origem ilícita reconhecida Poder Judiciário, não podem ser considerados rendimentos omitidos para fins da aplicação do artigo 42 da Lei nº 9.430/96, sob pena de nulidade do Auto de Infração.
IRPF, PRESUNÇÃO LEGAL DO ART. 42 DA LEI 9430/96, ÔNUS DA PROVA DO CONTRIBUINTE. COMPROVAÇÃO DE RECEITAS ORIUNDAS DE CRIME.
A infração de omissão de rendimento oriunda de depósitos bancários de origem não comprovada, com base no artigo 42 da Lei n° 9.430/96 se aplica quando o contribuinte, devidamente intimado, não comprova mediante documentação hábil e idônea a origem dos valores creditados em conta de depósito ou de investimento de que seja titular. Com a origem identificada através de trânsito em julgado em sentença judicial confirmando que os depósitos bancários são oriundos de crime (roubo), não há que se falar em omissão de rendimentos para a tributação do IRPF.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 2ª câmara / 1ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso para cancelar o lançamento. Votaram pelas conclusões os Conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa e Sérgio Galvão Pereira Garcia.
--
Processo nº 10480.003285/2003-90
Recurso nº 157.879 Voluntário
Acórdão nº 2201-00.395 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de agosto de 2009
Matéria IRPF
Recorrente JOÃO HENRIQUE. GU1MARÃES DE ALMEIDA
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Exercício: 1998, 1999
IRPF, DECADÊNCIA. FATO GERADOR COMPLEXIVO. APLICAÇÃO DO ART. 150, § 4º DO CTN.
O lançamento do imposto de renda da pessoa física é por homologação, com fato gerador complexivo, que se aperfeiçoa em 31 de dezembro de cada ano-calendário.
Para esse tipo de lançamento, em autuação de omissão de rendimento por depósito bancário de origem não comprovada, o qüinqüênio do prazo decadencial tem seu início em 31 de dezembro, aplicando-se o Art. 150, § 4º do CTN.
ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NULIDADE.
Incabível o lançamento de acréscimo patrimonial a descoberto apurado com base apenas na movimentação financeira (diferença entre saldos extraídos de documento bancário), devendo-se, nestes casos, utilizar-se a presunção prevista no art. 42 da Lei nº 9.430, de 1996, que possui critérios específicos para a apuração da omissão.
Recurso Voluntário Provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 2ª câmara / 1ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, ACOLHER a preliminar de decadência em relação ao ano-calendário de 1997, Vencido o Conselheiro Pedro Paulo Pereira Barbosa. No mérito, pelo voto de qualidade, DAR provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa, Eduardo Tadeu Farah Sérgio Galvão Pereira Garcia.
--
Processo nº 10280.720221/2008-18
Recurso nº 506.166 De Oficio
Acórdão nº 2201-00.730 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2010
Matéria ITR
Recorrente MOYSES ISAAC BENCHIMOL
Interessado FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR.
Exercício: 2004
RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO. ESPÓLIO.
É válido o lançamento formalizado em nome do "de cujus", depois da abertura da sucessão, quando esta se deu após a ocorrência do fato gerador.
Recurso de oficio provido
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado por voto de qualidade, dar provimento ao recurso de oficio, devolvendo o processo à primeira instância para apreciação do mérito.
Vencidos os conselheiros Rayana Alves de Oliveira França, Eduardo Tadeu Farah, Moisés Giacomelli Nunes da Silva. Fará declaração de voto o conselheiro Moisés Giacomelli Nunes da Silva.
--
Processo nº 10283.003567/2006-66
Recurso nº 178.487 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.494 - 2ª Turma Especial
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente JAYME ROBERTO CABRAL ÍNDIO DE MAUES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Exercício: 2003
Ementa: DEDUÇÃO. DESPESA MÉDICA.
Na apuração da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física são dedutíveis as despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, efetuadas pelo contribuinte, relativas ao próprio tratamento e ao de seus dependentes, quando comprovadas com documentação hábil e idônea. Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto do relatar.
--
Processo nº 10725.000045/2007-47
Recurso nº 161.943 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.411 - 2ª Turma Especial
Sessão de 18 de agosto de 2010
Matéria IRPF
Recorrente CELIO DE AGUIAR THOMAZ
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF.
Exercício: 2002
IRPF. IMPOSTO DE RENDA NA FONTE NO REGIME DE ANTECIPAÇÃO.. NÃO RETENÇÃO PELA FONTE PAGADORA. RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE PELO IMPOSTO DEVIDO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO PARA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL.
A falta de retenção pela fonte pagadora não exonera o beneficiário e titular dos rendimentos, sujeito passivo direto da obrigação tributária, de incluí-los, para fins de tributação, na Declaração de Ajuste Anual; na qual somente poderá ser deduzido o imposto retido na fonte ou o pago. Aplicação da Súmula CARF nº 12.
RESGATE DE. CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. NÃO TRIBUTAÇÃO. COMPROVAÇÃO.
Somente se exclui da tributação o resgate de contribuições a entidades de previdência privada, recebido por ocasião do desligamento do plano de benefício, comprovadamente correspondente às parcelas de contribuições efetuadas no período de 01/01/1989 a 31/12/1995, cujo ônus tenha sido do contribuinte.
ISENÇÃO. ÔNUS DA PROVA.
A isenção é sempre decorrente de lei especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, cabendo ao interessado provar o preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei, não é suficiente mera alegação.
MULTA DE. OFÍCIO. ERRO ESCUSÁVEL.
Se o contribuinte, induzido pelas informações prestadas por sua fonte pagadora, que qualificara de forma equivocada os rendimentos por ele recebidos, incorreu em erro escusável quanto à tributação e classificação dos rendimentos recebidos, não deve ser penalizado pela aplicação da multa de oficio. Recurso provido em parte.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso nos termos do voto do relatar.
--
Processo nº 10725.000088/2007-22
Recurso nº 161.483 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.410 - 2ª Turma Especial
Sessão de 18 de agosto de 2010
Matéria IRPF
Recorrente REGILSON PEREIRA PESSANHA
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Exercício: 2002
IRPF. IMPOSTO DE RENDA NA FONTE NO REGIME DE ANTECIPAÇÃO. NÃO RETENÇÃO PELA FONTE PAGADORA. RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE PELO IMPOSTO DEVIDO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO PARA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL.
A falta de retenção pela fonte pagadora não exonera o beneficiário e titular dos rendimentos, sujeito passivo direto da obrigação tributária, de incluí-los, para fins de tributação, na Declaração de Ajuste Anual; na qual somente poderá ser deduzido o imposto retido na fonte ou o pago. Aplicação da Súmula CARF n° 12.
RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.. NÃO TRIBUTAÇÃO, COMPROVAÇÃO.
Somente se exclui da tributação o resgate de contribuições a entidades de previdência privada, recebido por ocasião do desligamento do plano de beneficio, comprovadamente correspondente às parcelas de contribuições efetuadas no período de 01/01/1989 a 31/12/1995, cujo ônus tenha sido do contribuinte.
ISENÇÃO. ÔNUS DA PROVA.
A isenção é sempre decorrente de lei especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, cabendo ao interessado provar o preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei, não é suficiente mera alegação.
RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE EM DECORRÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL.
Devem ser excluídos da base de cálculo os valores comprovadamente referentes as diferenças salariais da URP de períodos pretéritos, pois, embora a incidência ocorra no mês do pagamento, o cálculo do imposto deverá considerar os meses a que se referem os rendimentos Precedentes do STJ. Aplicação do Parecer PGFN/CRJ nº 287/2009, do Despacho do Ministro da Fazenda SN/2009 e do Ato Declaratório PGFN n° 1, de 27 de março de 2009.
MULTA DE OFÍCIO, ERRO ESCUSÁVEL.
Se o contribuinte, induzido pelas informações prestadas por sua fonte pagadora, que qualificara de forma equivocada os rendimentos por ele recebidos, incorreu em MO escusável quanto à tributação e classificação dos rendimentos recebidos, não deve ser penalizado pela aplicação da multa de oficio, Recurso provido em parte.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relatar.
--
Processo nº 10640.001385/2006-44
Recurso nº 177.897 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.479 - 2ª Turma Especial
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente SANDRA MARIA BELFORT VILLELA DE ANDRADE
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF.
Exercício: 2003
DEDUÇÃO DESPESA MÉDICA.
Na apuração da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física são dedutíveis as despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, efetuadas pelo contribuinte, relativas ao próprio tratamento e ao de seus dependentes, quando comprovadas com documentação hábil e idônea. Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos do relator. Vencido(a) o(a) Conselheiro(a) Lúcia Reiko Sakae que dava provimento em menor extensão.
--
Processo nº 10805.002689/2003-56
Recurso nº 162.703 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.512 - 2ª Turma Especial
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria IRPF. RESTITUIÇÃO. PDV
Recorrente ROLAND GILJUM
Recorrida Fazenda Nacional
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF.
Exercício: 1991
Ementa: DECADÊNCIA. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO, CONTROVÉRSIA JURIDICA SOBRE A LEGALIDADE DA EXIGÊNCIA PARA FATO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR 118, DE 2005.
Nos casos de indébito que se exterioriza no contexto de solução jurídica conflituosa, o prazo para reclamar a restituição do pagamento indevido só tem inicio com a decisão definitiva da controvérsia. Em se tratando de tributos cuja obrigatoriedade é compulsória, mesmo que cobrados com base em norma que afronta a Constituição, estes são devidos até que se verifique urna das seguintes condições: a) Decisão do Supremo Tribunal Federal, em controle concentrado de constitucionalidade, declarando a inconstitucionalidade da norma que instituiu o tributo; b) Resolução do Senado Federal editada nos termos do artigo 52, X, da CF, suspendendo a execução, no todo ou em parte, da norma declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal e c) publicação pela Administração Pública de ato através do qual ela passa a reconhecer a que o tributo é indevido.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO.
EXERCICIO: 1991
VERBAS INDENIZATÓRIAS. PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. PDV. RECONHECIMENTO DA NÃO INCIDÊNCIA. RESTITUIÇÃO. CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL.
A contagem do interstício decadencial para a perda do direito à restituição do valor pago ou retido a maior, nos casos de reconhecimento expresso da não incidência de tributo, tal como sobre verbas percebidas a guisa de PDV, é a data da publicação do ato administrativo que reconheceu o indébito, in casu, a Instrução Normativa SRF n° 165, tomada pública por meio do DOU de 06/01/1999. Não ocorrido lapso de tempo superior a 5 (cinco) anos entre o marco inicial e a data de protocolização do pedido, não há é de se avocar o instituto da decadência
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, DAR PROVIMENTO ao recurso para REJEITAR A DECADÊNCIA DO DIREITO DE PEDIR do contribuinte, devolvendo os autos à origem para apreciação das razões de mérito Vencidos o Relator Jorge Cláudio Duarte Cardoso e a Conselheira Lúcia Reiko Sakae que suscitavam a decadência do direito do interessado. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Valéria Pestana Marques.
--
Processo nº 10935.002604/2006-05
Recurso nº 177.449 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.478 - 2ª Turma Especial
Sessão de 22 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente ORIVAL ALVES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física IRPF.
Exercício: 2003
Ementa: DEDUÇÃO. DESPESA MÉDICA.
Na apuração da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física são dedutíveis as despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, efetuadas pelo contribuinte, relativas ao próprio tratamento e ao de seus dependentes, quando comprovadas com documentação hábil e idônea. Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos do relatar. Vencido(a) o(a) Conselheiro(a) Lúcia Reiko Sakae que dava provimento em menor extensão.
--
Processo nº 10640.000827/2006-35
Recurso nº 178.880 Voluntário
Acórdão nº 2802-00.496 - 2ª Turma Especial
Sessão de 23 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente BENVIRR TOSTES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FISICA - IRPF.
Exercício: 2003
Ementa: IRPF DECADÊNCIA.
O imposto de renda da pessoa física é tributo sujeito ao regime denominado lançamento por homologação, sendo que o prazo decadencial para a constituição de créditos tributários é de cinco anos contados do fato gerador, que no ano-calendário 2002, considera-se ocorrido em 31 de dezembro de
2002. Notificado o lançamento até 31 de dezembro de 2007 não opera a decadência.
PRESCRIÇÃO.
Entre a ciência do auto de infração e o desfecho do julgamento administrativo não corre o prazo de prescrição
REMISSÃO.
A remissão somente pode ser declarada em despacho fundamentado da autoridade administrativa e quando a situação fática se amolde completamente à hipótese de remissão prevista em lei Na falta de qualquer requisito legal não se reconhece a remissão. Recurso negado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto do relator.
--
Processo nº 10680.009657/2005 -05
Recurso nº 509.470 Voluntário
Acórdão nº 2202-00.749 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente WALD JOSÉ DE MEDEIROS
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF.
Exercício: 2001
Ementa: DEDUÇÃO - DESPESAS MÉDICAS.
É licita a inversão do ônus da prova, determinando que o contribuinte prove a efetividade da prestação dos serviços e o correspondente pagamento pelas despesas médicas e afins, para fins de dedutibilidade do IRPF, Porém, em sendo apresentadas provas pelo contribuinte que permitam identificar a prestação dos serviços e o pagamento, o ônus da prova da inidoneidade de tais documentos caberá ao Fisco, já que a ele aproveita a contraprova do fato constitutivo de seu direito ao crédito tributário refletido no lançamento.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.
--

Processo nº 11543.001265/2006-16
Recurso nº 508.784 Voluntário
Acórdão nº 2202- 00.752 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente LUIZ AUGUSTO COIMBRA DE REZENDE
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Exercício: 2003
ISENÇÃO, CONTRIBUINTE PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE.
Estão isentos do imposto os proventos de aposentadoria, pensão ou reforma recebidos por contribuintes portadores de doença especificada em lei, comprovada por meio de laudo expedido por serviço médico oficial da União, dos Estados ou dos Municípios. Para que o laudo tenha validade exige-se que o médico tenha examinado o paciente pessoalmente. Inaceitável laudos periciais ou de verificação médico-legal, quando o profissional não tenha realizado, ou participado pessoalmente do exame.
Recurso parcialmente provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para excluir da base de cálculo da exigência o valor de R$ 8.891,01.
--
Processo nº 10980.013463/2005-11
Recurso nº 171.183 Voluntário
Acórdão nº 2202-00.758 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente SIDNEI OSMAS TARGINO DE AZEVEDO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF.
Exercício: 2000
DECADÊNCIA.
Nos casos de lançamento por homologação, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário expira após cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador. O fato gerador do IRPF, tratando-se de rendimentos sujeitos ao ajuste anual, se perfaz em 31 de dezembro de cada ano-calendário. Não ocorrendo a homologação expressa, o crédito tributário é atingido pela decadência após cinco anos da ocorrência do fato gerador (art. 150, § 4º do CTN).
Preliminar de decadência acolhida.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, acolher a argüição de decadência suscitada pelo Recorrente, para declarar extinto o direito da Fazenda Nacional constituir o crédito tributário em questão.
--
Processo nº 10980.010868/2005-06
Recurso nº 171.140 Voluntário
Acórdão nº 2202-00.808 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de outubro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente SLEIMAN ALI BARK
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Exercício: 2000
DECADÊNCIA.
Nos casos de lançamento por homologação, o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário expira após cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador. O fato gerador do IRPF, tratando-se de rendimentos sujeitos ao ajuste anual, se perfaz em .31 de dezembro de cada ano-calendário. Não ocorrendo a homologação expressa, o crédito tributário é atingido pela decadência após cinco anos da ocorrência do fato gerador (art. 150, § 4º do CTN).
Preliminar de decadência acolhida.
Recurso provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado por unanimidade de votos, acolher a argüição de decadência suscitada pelo Relator, para declarar extinto o direito da Fazenda Nacional constituir o crédito tributário lançado.
--
Processo nº 10840.002830/2006-37
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2202-00.824 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de outubro de 2010
Matéria IRPF - Despesa com Instrução
Recorrente DOUGLAS GABRIEL. SALES
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Ano-calendário: 2001
DESPESAS COM INSTRUÇÃO. DEDUTIBILIDADE.
São dedutíveis da base de cálculo no ajuste anual os gastos com instrução, desde que referentes ao próprio contribuinte ou a seu dependente, até o limite individual de R$ 1.700,00.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para restabelecer a dedução de despesas com instrução no valor de R$ 3.400,00.
--
Processo nº 11962.000282/2003-44
Recurso nº 164.581 Voluntário
Acórdão nº 2202-00.829 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de outubro de 2010
Matéria IRPF
Recorrente TARCISIO GUSTAVO HOFFMANN
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Exercício: 2000
DEDUÇÃO DE DEPENDENTES ESPOSA E FILHOS. MATÉRIA DE PROVA.
A dedução das despesas com dependentes, como qualquer outro abatimento do rendimento bruto, é matéria sob reserva legal. Assim, se o contribuinte foi intimado a fazer a comprovação, que na época da ocorrência do fato gerador, determinada pessoa era seu dependente e o fez, cabe restabelecer a glosa efetuada da dedução destes dependentes.
DEDUÇÃO DE DEPENDENTES. SOBRINHA.
Só podem ser dependentes, para efeito de dedução na determinação do imposto, pessoas expressamente enumeradas no dispositivo legal de regência (art. 35 da Lei nº 9.250/95). Sobrinha não se inclui dentre as pessoas passíveis de serem dependentes.
DEDUÇÃO DE DEPENDENTES, PAIS. AVÓS. BISAVÓS.
Podem ser dependentes, para efeito de dedução na determinação do imposto, os pais, os avós ou os bisavós, desde que, comprovadamente, não aufiram rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para restabelecer, como dedução de dependentes, o valor de R$ 4.320,00, nos termos do voto do Relato.
--
Processo nº 10166.004716/2007-21
Recurso nº 500.357 Voluntário
Acórdão nº 2202-00.841 - 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 19 de outubro de 2010
Mataria IRPF - Glosa do Imposto de Renda Retido na Fonte
Recorrente AIRES HYPOLITO
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF.
Ano-calendário: 2002
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA EM VIRTUDE DE. DEPÓSITO JUDICIAL. COMPENSAÇÃO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL.
O imposto de renda retido na fonte e depositado em juízo e, portanto, com sua exigibilidade suspensa, poderá ser deduzido do imposto apurado na declaração de ajuste anual, desde que os rendimentos correspondentes tenham sido oferecidos a tributação.
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. COMPENSAÇÃO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL.
O contribuinte poderá deduzir do imposto apurado no ajuste anual o imposto retido na fonte sobre os rendimentos declarados informado no comprovante de rendimentos pagos e de retenção na fonte fornecido pela fonte pagadora.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para restabelecer a dedução de imposto de renda na fonte no valor de R$ 5.383,58.
--
Processo nº 10920.007038/2007-60
Recurso nº 167.726 Voluntário
Acórdão nº 2201-00434 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 24 de setembro de 2009
Matéria IRPF Ex(s): 2002 a 2005
Recorrente ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO PRESTES
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF.
Ano-calendário: 2001, 2002, 2003, 2004
OMISSÃO DE RENDIMENTO, LANÇAMENTO COM BASE EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.
A presunção legal de omissão de rendimento, prevista no art. 42, da Lei nº 9.430; de 1996, autoriza o lançamento com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo, cabendo a exclusão do montante tributável os valores considerados comprovados.
FATO GERADOR. RENDIMENTOS SUJEITOS AO AJUSTE ANUAL.
O fato gerador do Imposto de Renda Pessoa Física, relativamente aos rendimentos sujeitos à tributação anual, é complexivo e se perfaz em 31 de dezembro de cada ano, momento em que se verifica o termo final do período, para efeitos de determinação da base de cálculo do imposto.
DECADÊNCIA, RENDIMENTOS SUJEITOS AO AJUSTE ANUAL.
O direito de a Fazenda lançar o Imposto de Renda Pessoa Física devido no ajuste anual decai após cinco anos contados da data de ocorrência do fato gerador, que se perfaz em 31 de dezembro de cada ano, desde que não seja constada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
MULTA QUALIFICADA - INTUITO DE FRAUDE.
Somente enseja a aplicação da multa de ofício qualificada, prevista no inciso II do art. 44 da Lei n° 9.430, de 1996, quando há constatação de que a conduta do contribuinte esteve associada ao evidente intuito de fraude.
ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.
A apreciação de ilegalidade e inconstitucionalidade da legislação tributaria não é de competência da autoridade administrativa, sendo exclusiva do Poder Judiciário.
SELIC - A partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC para títulos federais.
Preliminar de decadência acolhida.
Recurso provido parcialmente.
Vistas, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, por maioria de votos, ACOLHER a preliminar de decadência em relação ao ano-calendário 2001, vencidos os conselheiros Pedro Paulo Pereira Barbosa e Marcela Brasil de Araújo Nogueira (Suplente convocada). E, no mérito, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir da base de cálculo o valor de R$ 155.600,00, relativo ao ano-calendário de 2004, bem como reduzir a multa de oficio para 75%.
--
Processo n° 19515.000315/2005-06
Recurso n° 163.172 Voluntário
Acórdão n° 2201-00438 - 2° Câmara / 1º Turma Ordinária
Sessão de 29 de outubro de 2009
Matéria IRPF - Ex(s): 2000 a 2002
Recorrente REINALDO CLEMENTE KHERLAKIAN
Recorrida 4º TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF.
Exercício: 2000, 2001, 2002
PAF - CERCEAMENTO AO DIREITO DE DEFESA
Não há cerceamento ao direito de defesa do contribuinte quando a ele foram conferidas todas as oportunidades de manifestação, tanto na fase de fiscalização, quanta na impugnatória e recursal, sempre com observância aos ditames normativos do Decreto n° 70.235, de 1972.
DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - NULIDADE - INOCORRÊNCIA.
Não há falar em nulidade da decisão de primeira instância quando esta atende aos requisitos formais previstos no art. 31 do Decreto n°. 70.235, de 1972.
REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA POSSIBILIDADE.
Havendo procedimento fiscal em curso, os agentes fiscais tributários poderão requisitar. As instituições financeiras, registros e informações relativos a contas de depósitos e de investimentos de contribuinte sob fiscalização, sempre que essa providência for considerada indispensável por autoridade administrativa competente.
APLICAÇÃO DA NORMA NO TEMPO - RETROATIVIDADE DA LEI N° 10.174, de 2001.
Não há vedação à constituição de crédito tributário decorrente de procedimento de fiscalização que teve por base dados da CPMF. Ao suprimir a vedação existente no art. 11 da Lei n° 9.311, de 1996, a Lei n° 10.174, de 2001 ampliou os poderes de investigação do Fisco, caracterizando a hipótese prevista no § 1º do art. 144 do Código Tributário Nacional.
DEPÓSITOS BANCÁRIOS COM ORIGEM NÃO COMPROVADA OMISSÃO DE RENDIMENTOS PRESUNÇÃO LEGAL.
Desde 1º de janeiro de 1997, caracterizam-se omissão de rendimentos os valores creditados em contas bancárias, cujo titular, regularmente intimado, não comprove, com documentos hábeis e idôneos, a origem dos recursos utilizados em tais operações.
MULTA DE OFÍCIO. AGRAVAMENTO. INAPLICABILIDADE.
O não atendimento As intimações da fiscalização, quando a omissão não representar embaraço a apuração da infração e à lavratura do auto de infração, não pode ensejar o agravamento da multa de oficio lançada Preliminares rejeitadas.
Recurso provido parcialmente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, REJEITAR a preliminar de irretroatividade da Lei 10.174, de 2001. Vencidos os conselheiros Janaina
Mesquita Lourenço de Souza, Moisés Giacomelli Nunes da Silva e Rayana Alves de Oliveira França e por unanimidade, REJEITAR as demais preliminares. Por unanimidade, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso para REDUZIR A MULTA DE OFICIO PARA 75%.
--
Processo nº 15559.000145/2007-56
Recurso nº 257.292 Voluntário
Acórdão nº 2301-01.616 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de agosto de 2010
Matéria SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO SAT GILRAT
Recorrente CASA DE SAÚDE SÃO MARCOS LTDA
Recorrida SRP - SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIARIA
ASSUNTO: CONTRIBUICOES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/01/1999 a 31/05/2005
PEDIDO DE PERÍCIA. REQUISITOS LEGAIS. DESOBEDIÊNCIA. INDEFERIMENTO.
O pedido de perícia deve ser acompanhado dos motivos que o justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, com o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito. Ausente tais requisitos, impõe-se o indeferimento. In casu, em adição, os autos contém todos os elementos necessários para a defesa e a formação da convicção do julgador, tornando desnecessária a perícia.
RECEBIMENTO DE INTIMAÇÕES NO DOMICÍLIO FISCAL. INEXIGIBILIDADE DE PODERES PARA TANTO PARA O RECEBEDOR DOS DOCUMENTOS.
Em consonância com a Súmula CARE n° 9, é válida a ciência da notificação por via postal realizada no domicilio fiscal eleito pelo contribuinte, confirmada com a assinatura do recebedor da correspondência, ainda que este não seja o representante legal do destinatário.
NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.
Incabível a argüição de nulidade do lançamento de oficio quando este atender as formalidades legais e for efetuado por servidor competente. Quando presentes a completa descrição dos fatos e o enquadramento legal, mesmo que sucintos, de modo a atender integralmente ao que determina o art. 10 do Decreto nº 70.235/72, não há que se falar em cerceamento do direito de defesa.
DECADÊNCIA.
O Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante n° 08, declarou inconstitucionais os artigos 45 e 46 da Lei n° 8.212, de 24/07/91. Tratando-se de tributo sujeito ao lançamento por homologação, que é o caso das contribuições previdenciárias, devem ser observadas as regras do Código Tributário Nacional CTN. Assim, comprovado nos autos o pagamento parcial, aplica-se o artigo 150, §4º; caso contrário, aplica-se o disposto no artigo 173.
TAXA SELIC. LEGALIDADE. SÚMULA 4 DO CARF E ART. 34 DA LEI 8.212/91.
Em conformidade com a Súmula 4 do CARF, é cabível a cobrança de juros de mora sobre os débitos para com a União decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic para títulos federais. Acrescente-se que, para os tributos regidos pela Lei 8.212/91, o art. 34 do referido diploma legal prevê a aplicação da Taxa Selic.
Recurso Voluntário Provido em Parte
Crédito Tributário Mantido em Parte
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, em dar provimento parcial ao recurso: por maioria de votos, vencido o relator, pelo reconhecimento da decadência com base no artigo 150 do CTN e; no mérito, por unanimidade de votos, em m ter os demais valores lançados, nos termos do voto do relator, O Conselheiro Julio Cesar Vieira Gomes apresentará voto vencedor quanto à decadência.
--
Processo nº 11618.002683/2007-82
Recurso nº 244.897 Voluntário
Acórdão nº 2301-01.306 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 24 de março de 2010
Matéria ARBITRAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES
Recorrente RECOL REAIS CONSTRUÇÕES LTDA
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIARIA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS.
Período de apuração: 01/11/2001 a 30/12/2005
DESCONSIDERAÇÃO DA CONTABILIDADE. PESSOA JURÍDICA. AFERIÇÃO INDIRETA, IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PROVAS ROBUSTAS.
As razões apresentadas no ato fiscalizatório para a desconsideração da contabilidade devem sempre ser confrontadas com os fatos e provas suficientes para justificar o ato extremo. Não constitui ato válido a desconsideração de toda a escrita contábil do contribuinte por mero erro no preenchimento de dados fiscais, principalmente quando presentes as informações e os documentos necessários à análise e compreensão dos demonstrativos da base de cálculo do tributo.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto vencedor a ser apresentado pelo conselheiro Damião Cordeiro de Moraes, vencida a relatora que anulava por vício formal.
--
Processo nº 35366.002160/2006-22
Recurso nº 146.485 Voluntário
Acórdão nº 2301-00.808 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 1 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO: GFIP: OUTROS DADOS.
Recorrente SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁR1A
ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.
Período de apuração: 01/01/1999 a 30/12/2005
AUTUAÇÃO, PROCESSO ADMINISTRATIVO, DOCUMENTO. FUNDAMENTO PARA A ATUAÇÃO NÃO CONSTA DOS AUTOS, ANULAÇÃO.
A motivação da autuação da empresa em Nota Técnica emitida pelo próprio INSS sem que fosse efetivamente disponibilizada nos autos, é causa suficiente para gerar enorme prejuízo para a defesa do contribuinte, notadamente porque o documento foi apontado como elemento norteador infração. Nos termos do que dispõe o art. 59, inciso II, são nulos os atos proferidos com preterição do direito de defesa. De maneira que o auto de inflação deve ser anulado, pois não assegura a plenitude do direito de defesa ao contribuinte.
Auto de Infração Anulado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 1ª turma ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por maioria de votos, em anular o auto de infração/lançamento, vencida a relatora. Apresentará voto divergente vencedor o Conselheiro Damião Cordeiro de Moraes.
--

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 37000.002682/2006-07
Recurso nº 154.604 Voluntário
Acórdão nº 2301-00.752 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de novembro de 2009
Matéria ENTIDADE FILANTRÓPICA: PEDIDO DE ISENÇÃO
Recorrente ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BOTELHOS
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIARIA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÂRIAS.
Data do fato gerador: 23/06/2006
PREVIDENCIARIO. ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO.
À ausência de julgamento de primeira instância implica desrespeito ao devido processo legal , ao contraditório e à ampla defesa.
Decisão Recorrida Nula.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em anular a decisão recorrida, nos termos do voto da relatora.
--
Processo nº 13502.000328/2008-82
Recurso nº 154.687 Voluntário
Acórdão nº 2301-00.794 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de novembro de 2010
Matéria CONSTRUÇÃO CIVIL: RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA, EMPRESAS EM GERAL.
Recorrente CARAÍBA METAIS S/A E OUTRO.
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIARIA
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS.
Período de apuração: 01/01/1995 a 30/05/1998
LANÇAMENTO SUBSTITUTIVO. DECADÊNCIA. VICIO MATERIAL IMPOSSIBILIDADE
A falta de caracterização dos fatos geradores constitui vício material, do que resulta, em caso de prejuízo à defesa, nulidade do lançamento; portanto, inaplicável a regra do artigo 173, II do Código Tributário Nacional.
Recurso Voluntário Provido.
Crédito Tributário Exonerado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
ACORDAM os membros da 3ª câmara / 1ª turma ordinária da segunda SEÇÃO DE JULGAMENTO, por maioria de votos, vencida a relatora, em acatar a preliminar de decadência para provimento do recurso. Apresentará voto divergente vencedor o Conselheiro Julio Cesar Vieira Gomes.
--

3ª SEÇÃO
1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco "J", 5º andar, Sala 502, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 1º DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: DANIELA RIBEIRO DE GUSMÃO

1 - Processo: 10840.001269/2002-45 - Recorrente: AGROPECUÁRIA BAZAN S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo: 10840.002268/2002-18 - Recorrente: AGROPECUÁRIA BAZAN S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: SIDNEY EDUARDO STAHL

3 - Processo: 10950.000880/2010-19 - Recorrente: COLORADO COUROS COMPANY- IND.E COM. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo: 13707.001772/2003-12 - Recorrente: LABORATÓRIO CANONNE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo: 13819.002803/2003-87 - Recorrente: EUREKA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo: 13839.001783/2003-99 - Recorrente: LUCHINI TRATORES E EQUIPAMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo: 13839.002517/2003-83 - Recorrente: PLASTAMP - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLAST e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo: 13840.001193/2002-46 - Recorrente: ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

9 - Processo: 10680.004823/2002-26 - Recorrente: CIMCOP S/A ENG. CONSTRUÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo: 11065.101049/2006-44 - Recorrente: COMEXI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo: 11065.101050/2006-79 - Recorrente: COMEXI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo: 11065.101053/2006-11 - Recorrente: COMEXI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo: 11065.101055/2006-00 - Recorrente: COMEXI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo: 11065.101056/2006-46 - Recorrente: COMEXI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: MAGDA COTTA CARDOZO

15 - Processo: 10510.900667/2008-73 - Recorrente: DALL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo: 10510.900699/2008-79 - Recorrente: DALL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 1º DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: MAGDA COTTA CARDOZO

17 - Processo: 11080.001780/2005-00 - Recorrente: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo: 11080.001788/2005-68 - Recorrente: CELULOSE IRANI SOCIEDADE ANÔNIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSÉ LUIZ BORDIGNON

19 - Processo: 10825.900520/2008-30 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo: 10825.900529/2008-41 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo: 10825.900530/2008-75 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo: 10825.900533/2008-17 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo: 10825.900534/2008-53 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo: 10825.900540/2008-19 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo: 10825.900541/2008-55 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo: 10825.900543/2008-44 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo: 10825.900552/2008-35 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo: 10825.900564/2008-60 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo: 10825.900565/2008-12 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMERCI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo: 10825.900582/2008-41 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo: 10825.900587/2008-74 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo: 10825.900690/2008-14 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo: 10825.900714/2008-35 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo: 10825.900734/2008-14 - Recorrente: CADBURY ADAMS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FLÁVIO DE CASTRO PONTES

35 - Processo: 10283.907171/2009-32 - Recorrente: COMÉRCIO E TRANSPORTES HERNANDES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo: 10283.907172/2009-87 - Recorrente: COMÉRCIO E TRANSPORTES HERNANDES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo: 10283.907174/2009-76 - Recorrente: COMÉRCIO E TRANSPORTES HERNANDES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo: 10283.907178/2009-54 - Recorrente: COMÉRCIO E TRANSPORTES HERNANDES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo: 10283.907184/2009-10 - Recorrente: COMÉRCIO E TRANSPORTES HERNANDES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo: 10283.907185/2009-56 - Recorrente: COMÉRCIO E TRANSPORTES HERNANDES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo: 10283.907186/2009-09 - Recorrente: COMÉRCIO E TRANSPORTES HERNANDES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo: 10283.907187/2009-45 - Recorrente: COMÉRCIO E TRANSPORTES HERNANDES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo: 10283.907188/2009-90 - Recorrente: COMÉRCIO E TRANSPORTES HERNANDES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo: 10580.722504/2008-10 - Recorrente: CLÍNICA DE OFTALMO DIAGNOSTICO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: SIDNEY EDUARDO STAHL

45 - Processo: 11516.003532/2006-17 - Recorrente: CEJAMA - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo: 13609.000976/2009-21 - Recorrente: SANTOS & DIAS AGROINDÚSTRIA E CARBONIZAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo: 13619.000164/2006-14 - Recorrente: MAISA MÓVEIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo: 13631.000451/2007-47 - Recorrente: ENGELMIG COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo: 13709.002213/2005-63 - Recorrente: JOLIMODE ROUPAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo: 13811.001546/2007-60 - Recorrente: AES TIETE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo: 13819.001788/2004-31 - Recorrente: INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS INDEPLAST LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo: 13839.004197/2007-20 - Recorrente: ITAUTEC LOCAÇÃO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS S.A. - GRUPO ITAUTEC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo: 13841.000141/2004-12 - Recorrente: SUMATRA CAFES BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MAGDA COTTA CARDOZO
Presidente

1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 1, Bloco "J", 3º andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 1º DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: TARÁSIO CAMPELO BORGES

1 - Processo: 10830.000447/2003-11 - Recorrente: ULTRAPAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo: 13971.001352/2003-06 - Recorrente: HACO ETIQUETAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

3 - Processo: 10880.038223/93-71 - Recorrente: CABORMAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo: 11020.002576/2002-60 - Recorrente: EMPRESA JORNALÍSTICA PIONEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo: 11831.007176/2002-04 - Recorrente: DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUIZ ROBERTO DOMINGO

6 - Processo: 10820.000148/2002-14 - Recorrente: UNIALCO S/A ÁLCOOL E AÇÚCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo: 10820.001642/2001-15 - Recorrente: UNIALCO S/A ÁLCOOL E AÇÚCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo: 11610.013599/2002-50 - Recorrente: IPIRANGA COMERCIAL QUÍMICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo: 13852.000408/2002-72 - Recorrente: JBS EMBALAGENS METÁLICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo: 13852.000591/2002-14 - Recorrente: JBS EMBALAGENS METÁLICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo: 13852.000592/2002-51 - Recorrente: JBS EMBALAGENS METÁLICAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: TARÁSIO CAMPELO BORGES

12 - Processo: 10726.000104/2006-96 - Recorrente: PAN MARINE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo: 13609.000895/2004-17 - Recorrente: CALMIT INDUSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo: 10680.013906/2006-30 - Recorrente: CARFEPE SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo: 11030.000502/2005-12 - Recorrente: CÂMARA DE DIRIG. LOJISTAS DE PASSO FUNDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

16 - Processo: 10540.900582/2008-38 - Recorrente: DOCELAR SUPERMERCADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

17 - Processo: 11020.001947/2004-58 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo: 11020.007221/2008-52 - Recorrente: CELPACK DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo: 11020.720074/2007-29 - Recorrente: CHIES CHIES E CIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUIZ ROBERTO DOMINGO

20 - Processo: 13027.000046/2005-95 - Recorrente: COMIL CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo: 13027.000053/2005-97 - Recorrente: COMIL CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo: 13027.000199/2005-32 - Recorrente: COMIL CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo: 13027.000207/2005-41 - Recorrente: COMIL CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: TARÁSIO CAMPELO BORGES

24 - Processo: 16366.003420/2007-13 - Recorrente: VILELA VILELA & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo: 16366.003421/2007-68 - Recorrente: VILELA VILELA & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo: 16366.003422/2007-11 - Recorrente: VILELA VILELA & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo: 16366.003424/2007-00 - Recorrente: VILELA VILELA & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

28 - Processo: 11030.002471/2004-53 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo: 11030.002472/2004-06 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo: 11030.002480/2004-44 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo: 11030.002481/2004-99 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo: 11030.002482/2004-33 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo: 11030.002483/2004-88 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo: 11030.002485/2004-77 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo: 11030.002486/2004-11 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo: 11030.002490/2004-80 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo: 11030.002491/2004-24 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo: 11030.002492/2004-79 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo: 11030.002494/2004-68 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo: 11030.000922/2005-07 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo: 11030.000923/2005-43 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo: 11030.000924/2005-98 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo: 11030.000759/2006-55 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo: 11030.002103/2007-58 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo: 11030.002104/2007-01 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo: 11030.002105/2007-47 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo: 11030.002108/2007-81 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo: 11030.002112/2007-49 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo: 11030.002114/2007-38 - Recorrente: DIJAL GEMAS INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

50 - Processo: 13986.000099/2004-87 - Recorrente: AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo: 13986.000212/2004-24 - Recorrente: AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo: 13986.000033/2005-78 - Recorrente: AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo: 13986.000060/2005-41 - Recorrente: AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo: 13986.000066/2005-18 - Recorrente: AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo: 13986.000159/2005-42 - Recorrente: AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo: 13986.000028/2006-46 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

57 - Processo: 13502.000740/2003-98 - Recorrente: DOBEL DISTRIBUIDORA OLINDINENSE DE BEBIDAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo: 13807.010416/2003-53 - Recorrente: AÇOBRIL COMERCIAL DE AÇO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo: 13887.000554/2003-81 - Recorrente: INFIBRA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 3 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: TARÁSIO CAMPELO BORGES

60 - Processo: 10380.720495/2008-89 - Recorrente: CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

61 - Processo: 10380.720497/2008-78 - Recorrente: CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo: 10380.720498/2008-12 - Recorrente: CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

63 - Processo: 10925.000375/2007-86 - Recorrente: BONDIO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo: 10925.000376/2007-21 - Recorrente: BONDIO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo: 10925.000377/2007-75 - Recorrente: BONDIO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo: 10925.000378/2007-10 - Recorrente: BONDIO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

67 - Processo: 10925.000381/2007-33 - Recorrente: BONDIO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

68 - Processo: 10925.000383/2007-22 - Recorrente: BONDIO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo: 10925.000385/2007-11 - Recorrente: BONDIO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo: 10925.000386/2007-66 - Recorrente: BONDIO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 3 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: TARÁSIO CAMPELO BORGES

71 - Processo: 10920.002565/2005-16 - Recorrente: COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo: 10920.002566/2005-61 - Recorrente: COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

73 - Processo: 11080.900950/2008-75 - Recorrente: CLONEX - PRODUTOS E SISTEMAS DE LIMPEZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Presidente

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco "J", 3º andar, Sala 303, Edifício Alvorada, Brasília - DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 1º DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

1 - Processo: 10882.004485/2008-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CGMP - CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A. - RECURSO DE OFÍCIO

2 - Processo: 10580.720874/2009-01 - Recorrente: ODBINV S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

3 - Processo: 10469.720888/2010-37 - Recorrente: DASMIL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo: 16327.001520/2007-71 - Recorrente: ING CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RICARDO PAULO ROSA

5 - Processo: 16327.003836/2002-93 - Recorrente: BANCO CIDADE S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

6 - Processo: 13982.000562/2004-21 - Recorrente: AÇOTEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PAULO SERGIO CELANI

7 - Processo: 13770.000784/2001-96 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo: 13770.000657/2002-78 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo: 13770.000959/2002-46 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

10 - Processo: 16095.000591/2007-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ACHE LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S/A - RECURSO DE OFÍCIO

11 - Processo: 10875.000125/2002-74 - Recorrente: SUPERMERCADOS IRMÃOS LOPES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo: 10875.003151/2003-35 - Recorrente: SUPERMERCADOS IRMÃOS LOPES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

13 - Processo: 12466.001317/2009-11 - Recorrente: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo: 10530.001631/99-61 - Recorrente: MEDEIROS IRMÃOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo: 10530.720056/2004-81 - Recorrente: POSTO DE COMBUSTÍVEIS IRARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RICARDO PAULO ROSA

16 - Processo: 16624.001195/2006-10 - Recorrente: BARDELLA ADMINISTRADORA DE BENS E EMPRESAS E CORRETORA DE SEGUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

17 - Processo: 13053.000041/2009-79 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo: 13053.000042/2009-13 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo: 13053.000094/2009-90 - Recorrente: DOUX FRANGOSUL S/A AGRO AVÍCOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PAULO SERGIO CELANI

20 - Processo: 13811.000170/2001-81 - Recorrente: BRASWEY S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo: 13811.004465/2002-15 - Recorrente: BRASWEY S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo: 13811.001015/2003-43 - Recorrente: BRASWEY S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

23 - Processo: 10925.001361/2005-18 - Recorrente: BEBBER COM. DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo: 10925.001363/2005-15 - Recorrente: BEBBER COM. DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo: 10925.001368/2005-30 - Recorrente: BEBBER COM. DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo: 10925.001369/2005-84 - Recorrente: BEBBER COM. DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

27 - Processo: 11686.000120/2008-27 - Recorrente: SUD MOTORS VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo: 11686.000122/2008-16 - Recorrente: SUD MOTORS VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo: 11686.000123/2008-61 - Recorrente: SUD MOTORS VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo: 11686.000127/2008-49 - Recorrente: SUD MOTORS VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo: 11686.000128/2008-93 - Recorrente: SUD MOTORS VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo: 11686.000129/2008-38 - Recorrente: SUD MOTORS VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo: 11686.000212/2008-15 - Recorrente: SUD MOTORS VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo: 11686.000213/2008-51 - Recorrente: SUD MOTORS VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RICARDO PAULO ROSA

35 - Processo: 10580.002319/2003-09 - Recorrente: BOM BRASIL ÓLEO DE MAMONA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo: 10580.002416/2003-93 - Recorrente: BOM BRASIL ÓLEO DE MAMONA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo: 10580.005339/2003-23 - Recorrente: BOM BRASIL ÓLEO DE MAMONA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo: 10580.007700/2004-37 - Recorrente: BOM BRASIL ÓLEO DE MAMONA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

39 - Processo: 13449.000072/00-86 - Recorrente: DESTILARIA MIRIRI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo: 13306.000023/2002-00 - Recorrente: DISPORT NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo: 10480.017137/2001-91 - Recorrente: GRÁFICA A ÚNICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo: 10480.012756/2002-70 - Recorrente: GRÁFICA A ÚNICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo: 10480.014034/2002-50 - Recorrente: GRÁFICA A ÚNICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo: 10480.000208/2003-88 - Recorrente: GRÁFICA A ÚNICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ÁLVARO ARTHUR LOPES DE ALMEIDA FILHO

45 - Processo: 16403.000069/2007-15 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER - COMERCIO DE PAPEL E PARTICIPAÇÕES ARAPOTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo: 16403.000072/2007-39 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER - COMERCIO DE PAPEL E PARTICIPAÇÕES ARAPOTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo: 16403.000073/2007-83 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER - COMERCIO DE PAPEL E PARTICIPAÇÕES ARAPOTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo: 16403.000074/2007-28 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER - COMERCIO DE PAPEL E PARTICIPAÇÕES ARAPOTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo: 16403.000078/2007-14 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER - COMERCIO DE PAPEL E PARTICIPAÇÕES ARAPOTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 3 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: RICARDO PAULO ROSA

50 - Processo: 10814.009726/2005-18 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

51 - Processo: 10814.009729/2005-43 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo: 10814.009730/2005-78 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo: 10814.009732/2005-67 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

54 - Processo: 10814.010014/2005-33 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

55 - Processo: 10814.010015/2005-88 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

56 - Processo: 10814.010016/2005-22 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

57 - Processo: 10814.010017/2005-77 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

58 - Processo: 10814.010018/2005-11 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

59 - Processo: 10814.010019/2005-66 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

60 - Processo: 10814.010021/2005-35 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDÚSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES

61 - Processo: 13051.000107/2005-17 - Recorrente: COOP. DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

62 - Processo: 13051.000109/2005-14 - Recorrente: COOP. DOS SUINOCULTORES DE ENCANTADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

63 - Processo: 13868.000015/2005-32 - Recorrente: FUGA COUROS JALES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

64 - Processo: 11070.001495/2007-61 - Recorrente: ELIO STARLICK & FILHOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

65 - Processo: 11070.001496/2007-14 - Recorrente: ELIO STARLICK & FILHOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

66 - Processo: 11070.001498/2007-03 - Recorrente: ELIO STARLICK & FILHOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

67 - Processo: 11070.001499/2007-40 - Recorrente: ELIO STARLICK & FILHOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PAULO SERGIO CELANI

68 - Processo: 14090.000416/2007-55 - Recorrente: AGROSAM AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

69 - Processo: 14090.000417/2007-08 - Recorrente: AGROSAM AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

70 - Processo: 14090.000418/2007-44 - Recorrente: AGROSAM AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

71 - Processo: 14090.000419/2007-99 - Recorrente: AGROSAM AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

72 - Processo: 14090.000420/2007-13 - Recorrente: AGROSAM AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo: 14090.000421/2007-68 - Recorrente: AGROSAM AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo: 14090.000422/2007-11 - Recorrente: AGROSAM AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo: 14090.000423/2007-57 - Recorrente: AGROSAM AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo: 14090.000424/2007-00 - Recorrente: AGROSAM AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO
Presidente

2ª CÂMARA
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília/DF

Observação: i) serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado; ii) será informado no edifício Alvorada o plenário ocupado pelo colegiado.

DIA 1º DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: REGIS XAVIER HOLANDA

1 - Processo nº: 10735.003217/2005-53 - Recorrente: GE CELMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

2 - Processo nº: 10380.011699/2002-30 - Nome do Contribuinte: ACO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

3 - Processo nº: 11041.000121/2005-12 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 11041.000122/2005-59 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 11041.000377/2004-31 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 11041.000511/2005-84 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 11041.000613/2004-19 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 11041.000614/2004-63 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 11041.000512/2005-29 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 11041.000516/2005-15 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 11080.008889/2007-21 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 11080.008890/2007-56 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 11080.008891/2007-09 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 11080.008894/2007-34 - Nome do Contribuinte: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo nº: 10875.004767/2001-61 - Recorrente: ALCOOL SANTA CRUZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 10875.004769/2001-51 - Recorrente: ALCOOL SANTA CRUZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

17 - Processo nº: 10909.004599/2009-27 - Nome do Contribuinte: EMPRESA MARITIMA E COMERCIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 10921.000854/2008-13 - Nome do Contribuinte: EMPRESA MARITIMA E COMERCIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 10314.000422/2007-80 - Nome do Contribuinte: SB ROLLS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SOLON SEHN

20 - Processo nº: 10380.009565/2003-30 - Recorrente: CLIN DE END E CIR DIGESTIVA DR EDGARD NADRA ARY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 10380.016372/2001-73 - Recorrente: SERVIS SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

22 - Processo nº: 10830.001203/2002-74 - Recorrente: GEA WESTFALIA SEPARATOR DO BRASIL INDUSTRIA DE CENTRIFUGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 10935.002189/2001-77 - Recorrente: COMIL SILOS E SECADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 1ª DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: REGIS XAVIER HOLANDA

24 - Processo nº: 10280.000253/2003-99 - Recorrente: SEMASA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

25 - Processo nº: 10909.001124/2003-93 - Nome do Contribuinte: ADMINISTRADORA DE BENS MENINO JESUS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

26 - Processo nº: 13984.000403/2002-44 - Nome do Contribuinte: MARELY MOVEIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 13984.000843/2002-00 - Nome do Contribuinte: MARELY MOVEIS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 13807.004450/2001-27 - Recorrente: ALCON LABORATORIOS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

29 - Processo nº: 10314.001602/2005-17 - Nome do Contribuinte: TAUS TRADING LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 10711.005520/2007-21 - Nome do Contribuinte: TRANSPORTES SANTA PAULA LIMITADA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SOLON SEHN

31 - Processo nº: 11610.004906/2003-92 - Recorrente: BRAMPAC S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 13886.000442/2003-31 - Recorrente: COOPERATIVA NOVA ESPERANCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 10380.010644/2004-74 - Recorrente: ICAVEL IGUATU CAVALCANTE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 10380.010645/2004-19 - Recorrente: ICAVEL IGUATU CAVALCANTE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: REGIS XAVIER HOLANDA

35 - Processo nº: 11128.006943/2005-49 - Recorrente: GENKOR INGREDIENTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 11128.007944/2006-91 - Recorrente: GENKOR INGREDIENTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

37 - Processo nº: 13804.001639/2003-50 - Nome do Contribuinte: EMBU S A ENGENHARIA E COMERCIO - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

38 - Processo nº: 11070.000032/2004-30 - Recorrente: ASSOCIACAO HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 11070.002191/2004-79 - Recorrente: ASSOCIACAO HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 13062.000030/2006-37 - Recorrente: ASSOCIACAO HOSPITAL DE CARIDADE IJUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 13062.000031/2006-81 - Recorrente: ASSOCIACAO HOSPITAL DE CARIDADE IJUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo nº: 11030.001526/2006-70 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA MARAUENSE LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

43 - Processo nº: 11011.001053/2009-81 - Nome do Contribuinte: TAM LINHAS AEREAS S/A. - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 11077.000251/2007-00 - Nome do Contribuinte: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA INTERMODAL SA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SOLON SEHN

45 - Processo nº: 10380.003190/2007-28 - Recorrente: COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo nº: 11030.000498/2007-54 - Recorrente: PIETROBON & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo nº: 11080.014377/2007-02 - Recorrente: GERDAU ACOS ESPECIAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: FRANCISCO JOSE BARROSO RIOS

48 - Processo nº: 11030.000596/2007-91 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 11030.000965/2008-27 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo nº: 11030.000966/2008-71 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo nº: 11030.000967/2008-16 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 11030.000969/2008-13 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo nº: 11030.000970/2008-30 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo nº: 11030.000971/2008-84 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo nº: 11030.000976/2008-15 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo nº: 11030.000979/2008-41 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo nº: 11030.000980/2008-75 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 11030.000981/2008-10 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

59 - Processo nº: 11030.000983/2008-17 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo nº: 11030.000984/2008-53 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo nº: 11030.000985/2008-06 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 11030.001003/2008-95 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

63 - Processo nº: 11128.001622/2007-10 - Nome do Contribuinte: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo nº: 13603.001727/2005-80 - Recorrente: AQUI COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: TATIANA MIDORI MIGIYAMA

65 - Processo nº: 19675.000066/2005-16 - Recorrente: SANSUY S.A INDUSTRIA DE PLASTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SOLON SEHN

66 - Processo nº: 13804.001202/2007-40 - Recorrente: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo nº: 13811.001522/2007-19 - Recorrente: RHODIA POLIAMIDA E ESPECIALIDADES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo nº: 16327.001773/2006-64 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

REGIS XAVIER HOLANDA
Presidente

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Observação: Observação: i) Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.ii) Será informado no edifício Alvorada o plenário ocupado pelo colegiado.iii) Em cada registro abaixo constam as seguintes informações: item/ordem de julgamento colegiado (turma) data / hora da sessão número do processo número do recurso no CARF nome do contribuinte principal tipo de recurso tributo / matéria conselheiro relator DRJ - Delegacia da Receita Federal de Julgamento em 1a. instância administrativa outras informações relevantes sobre o processo em julgamento.

DIA 1 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM

1 - Processo nº: 13805.001498/96-66 - Recorrente: TECNO ESPACO EMPREEND CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 13502.000717/2006-46 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG D e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 19515.002386/2006-16 - Recorrente: RHODIA POLIAMIDA E ESPECIALIDADES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 10380.002685/2006-59 - Recorrente: CALILA ADMINISTRACAO E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 10830.003983/2005-30 - Recorrente: HOSPITAL SANTA EDWIGES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA

6 - Processo nº: 12466.001423/98-91 - Recorrente: CIA IMPORTADOR E EXPORTADORA COIMEX e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 12466.004843/2008-52 - Recorrente: MINTER TRADING LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 10907.000455/2002-45 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 10855.002948/98-71 - Recorrente: FERREIRA SECOS E MOLHADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 10283.001844/2007-87 - Recorrente: EMPRESA DE REVITALIZACAO DO PORTO DE MANAUS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 11634.000513/2008-46 - Recorrente: VIVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

12 - Processo nº: 19515.003055/2004-31 - Recorrente: COOPERATIVA TRAB PROF ESTAC E SIMILARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 10882.002586/2008-88 - Recorrente: DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 10882.002209/2008-49 - Recorrente: DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DANIEL MARIZ GUDINO

15 - Processo nº: 13976.000246/2007-81 - Recorrente: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 13976.000525/2005-82 - Recorrente: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 13976.000408/2005-19 - Recorrente: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 13976.000524/2005-38 - Recorrente: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 13976.000526/2005-27 - Recorrente: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 13976.000523/2005-93 - Recorrente: CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

21 - Processo nº: 10840.003154/00-99 - Recorrente: CALDEMA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 10840.003155/00-51 - Recorrente: CALDEMA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM

23 - Processo nº: 13609.000551/2009-12 - Recorrente: SIDERURGICA NOROESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 19515.000185/2005-01 - Recorrente: SANTISTA INDL E COMERCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 10280.720882/2008-43 - Recorrente: A C VILACA EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA

26 - Processo nº: 10882.003467/2008-42 - Recorrente: FRIGORIFICO RAJA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 10510.006012/2007-26 - Recorrente: I.V.L. INDUSTRIAS VIEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 10821.000207/2008-30 - Recorrente: MARESIAS BEACH HOTEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 10680.012012/2005-41 - Recorrente: MASTER RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

30 - Processo nº: 10680.012013/2005-96 - Recorrente: MASTER RECURSOS HUMANOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 10640.001443/2004-78 - Recorrente: MASSAS PORTUENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 10640.001444/2004-12 - Recorrente: MASSAS PORTUENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

33 - Processo nº: 10508.000684/2005-13 - Recorrente: JOANES IND SA PROD QUIMICOS E VEGETAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 13502.001382/2007-64 - Recorrente: COOPERATIVA DE SAUDE E SERVICOS CORRELATOS - COOPERSAUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo nº: 10665.001099/2005-10 - Recorrente: MARVEL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 10932.000097/2005-14 - Recorrente: COOKSON ELECTRONICS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DANIEL MARIZ GUDINO

37 - Processo nº: 11065.004173/2004-09 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 11065.004728/2004-12 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 11065.100136/2007-65 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 11065.100137/2007-18 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 11065.100167/2005-54 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo nº: 11065.100168/2005-07 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo nº: 11065.101109/2006-29 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 11065.101111/2006-06 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 11065.101112/2006-42 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo nº: 11065.101113/2006-97 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo nº: 11065.101125/2006-11 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 11065.000265/2005-92 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 11065.000266/2005-37 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo nº: 11065.000927/2005-24 - Recorrente: IMS BRAZIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

51 - Processo nº: 10925.000011/2009-68 - Recorrente: JS MAQUINAS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 10925.000012/2009-11 - Recorrente: JS MAQUINAS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

53 - Processo nº: 10925.000014/2009-00 - Recorrente: JS MAQUINAS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

54 - Processo nº: 10925.000019/2009-24 - Recorrente: JS MAQUINAS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

55 - Processo nº: 10932.000098/2005-51 - Recorrente: COOKSON ELECTRONICS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM

56 - Processo nº: 11159.000237/2004-45 - Recorrente: VEMAQ VEICULOS E MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo nº: 15983.000172/2006-38 - Recorrente: MARVIFEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 10435.000860/2005-18 - Recorrente: BOM LEITE INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA

59 - Processo nº: 11042.000326/2009-11 - Recorrente: MARFRIG ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo nº: 13855.001097/2005-81 - Recorrente: DUTRA E FERREIRA S/S SERVIOS MEDICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

61 - Processo nº: 13433.000375/2005-44 - Recorrente: MARANATA COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 10909.006530/2008-57 - Recorrente: DISPET INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

63 - Processo nº: 10882.001315/2007-24 - Recorrente: DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo nº: 10882.002585/2008-33 - Recorrente: DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

65 - Processo nº: 10314.002149/2004-85 - Recorrente: IMPORT EXPRESS COMERCIAL IMPORTADORA LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

66 - Processo nº: 10935.001319/2005-88 - Recorrente: SCALA IND. E COM. DE ART. ESPORTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

67 - Processo nº: 10280.720724/2008-93 - Recorrente: CONDOMINIO EDILICIO PATIO BELEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo nº: 10280.720815/2008-29 - Recorrente: CONDOMINIO VOLUNTARIO PATIO BELEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 3 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM

69 - Processo nº: 19647.002745/2004-78 - Recorrente: V S TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo nº: 10314.005865/2007-67 - Recorrente: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

71 - Processo nº: 10680.003343/2005-91 - Recorrente: INSTITUTO MADRE MAZZARELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA

72 - Processo nº: 10283.720473/2007-36 - Recorrente: ECONCEL EMPRESA DE CONSTRUCAO CIVIL E ELETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

73 - Processo nº: 19515.001812/2004-32 - Recorrente: BWU COMERCIO E ENTRETENIMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

74 - Processo nº: 10283.720287/2007-05 - Recorrente: GLOBALSERVICE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

75 - Processo nº: 11020.002705/2005-62 - Recorrente: AGRALE SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

76 - Processo nº: 11128.004901/2007-35 - Recorrente: HAPAG-LLOYD BRASIL AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO

77 - Processo nº: 11128.005505/2007-25 - Recorrente: HAPAG-LLOYD BRASIL AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO

78 - Processo nº: 11128.005506/2007-70 - Recorrente: HAPAG-LLOYD BRASIL AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: DANIEL MARIZ GUDINO

79 - Processo nº: 11020.003129/2006-51 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B & B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

80 - Processo nº: 11020.003067/2006-88 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B & B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

81 - Processo nº: 11020.003068/2006-22 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B & B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

82 - Processo nº: 11020.003069/2006-77 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B & B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

83 - Processo nº: 11020.003128/2006-15 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B & B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

84 - Processo nº: 11020.003130/2006-86 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B & B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

85 - Processo nº: 11020.720034/2007-87 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B & B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

86 - Processo nº: 11020.720035/2007-21 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B & B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

87 - Processo nº: 13020.000210/2005-24 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B E B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

88 - Processo nº: 13020.000125/2005-66 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B E B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

89 - Processo nº: 13020.000126/2005-19 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B E B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

90 - Processo nº: 13020.000211/2005-79 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B E B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

91 - Processo nº: 13020.000124/2005-11 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B E B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

92 - Processo nº: 13020.000127/2005-55 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS B E B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

93 - Processo nº: 10932.000153/2005-11 - Recorrente: PLASTICOS SILVATRIM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

94 - Processo nº: 10932.000154/2005-57 - Recorrente: PLASTICOS SILVATRIM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 3 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MERCIA HELENA TRAJANO DAMORIM

95 - Processo nº: 11543.004769/2001-75 - Recorrente: TAUS TRADING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

96 - Processo nº: 16408.000906/2006-85 - Recorrente: F. SLAVIERO & FILHOS S/A IND. E COM. MAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA

97 - Processo nº: 10865.002142/2005-16 - Recorrente: HUDTELFA TEXTIL TECNOLOGY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

98 - Processo nº: 11128.005150/2005-11 - Recorrente: COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

99 - Processo nº: 13839.002329/2005-17 - Recorrente: MGI COUTIER BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

100 - Processo nº: 13839.002328/2005-72 - Recorrente: MGI COUTIER BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

101 - Processo nº: 10580.008344/2007-11 - Recorrente: GOTEMBURGO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

102 - Processo nº: 10580.007232/2006-62 - Recorrente: INSTITUTO MANT DE ENSINO S DA BAHIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LUIS EDUARDO GARROSSINO BARBIERI

103 - Processo nº: 19515.001710/2007-60 - Recorrente: DIANA PAOLUCCI AS INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARCELO RIBEIRO NOGUEIRA

104 - Processo nº: 10882.002680/2008-37 - Recorrente: GORESBRIDGE CONSTR. DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: DANIEL MARIZ GUDINO

105 - Processo nº: 10314.009214/2005-84 - Recorrente: AXSON BRASIL COMERCIO E IMPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
Presidente

JOSE PEDRO DA SILVA
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

Observação: Observação: i) Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.ii) Será informado no edifício Alvorada o plenário ocupado pelo colegiado.iii) Em cada registro abaixo constam as seguintes informações: item/ordem de julgamento colegiado (turma) data / hora da sessão número do processo número do recurso no CARF nome do contribuinte principal tipo de recurso tributo / matéria conselheiro relator DRJ - Delegacia da Receita Federal de Julgamento em 1a. instância administrativa outras informações relevantes sobre o processo em julgamento..

DIA 1 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI

1 - Processo nº: 18471.001117/2005-42 - Recorrente: GREEN MATRIX - COOP. DE PROF EMP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 18471.001118/2005-97 - Recorrente: GREEN MATRIX - COOP. DE PROF EMP. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3 - Processo nº: 10921.000417/2006-38 - Recorrente: CIANET INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

4 - Processo nº: 10630.000942/2003-86 - Recorrente: ORLETTI VEICULOS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 11836.000087/2006-11 - Recorrente: ATLAS AIR INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 13884.003191/2003-66 - Recorrente: RESOLVE SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 16327.000575/2003-31 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 11080.900352/2006-34 - Recorrente: INNOVA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 11080.900351/2006-90 - Recorrente: INNOVA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES

10 - Processo nº: 13839.000953/2005-80 - Recorrente: ADVANCE INDUSTRI TEXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 19515.003333/2004-51 - Recorrente: GAMA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 19515.003334/2004-03 - Recorrente: GAMA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 11444.000180/2008-92 - Recorrente: GARCA EVENTOS E PROMOCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 11444.000182/2008-81 - Recorrente: GARCA EVENTOS E PROMOCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

15 - Processo nº: 10283.006027/2002-19 - Recorrente: MAVEL MANAUS VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 14120.000163/2007-15 - Recorrente: MATOSUL AGROINDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI

17 - Processo nº: 10074.000655/2006-71 - Recorrente: TERMORIO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 13603.000694/2005-51 - Recorrente: GRAFICA E COPIADORA PADRAO LTDA - EPP - e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

19 - Processo nº: 13807.002282/99-31 - Recorrente: ITAUTEC INFORMATICA S/A GRUPO ITAUTEC P. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 13766.000327/00-17 - Recorrente: M J M DE MORAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 19675.000486/2006-75 - Recorrente: GTM MQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 10074.000675/2009-95 - Recorrente: GUERBET PRODUTOS RADIOLOGICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 10726.000504/2006-00 - Recorrente: FLUPETROL FLUIDOS PETROLIFEROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 10726.000434/2006-81 - Recorrente: FLUPETROL FLUIDOS PETROLIFEROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 10726.000362/2006-72 - Recorrente: FLUPETROL FLUIDOS PETROLIFEROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES

26 - Processo nº: 10980.004256/2007-38 - Recorrente: GRECA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 10980.004257/2007-82 - Recorrente: GRECA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 10640.900677/2006-61 - Recorrente: LIBRA AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 10640.900678/2006-14 - Recorrente: LIBRA AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

30 - Processo nº: 10120.013980/2008-63 - Recorrente: FORMULARIOS PILOTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 10530.004513/2008-11 - Recorrente: FRIBARREIRAS AGRO INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 10675.901035/2008-44 - Recorrente: PONTO FORD COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE LUIZ NOVO ROSSARI

33 - Processo nº: 10831.006778/2005-16 - Recorrente: ESMENA DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO

34 - Processo nº: 13502.000346/2007-83 - Recorrente: SANSUY S/A INDUSTRIA DE PLASTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

35 - Processo nº: 10907.001992/2002-11 - Recorrente: JABUR PNEUS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 10907.002695/2002-84 - Recorrente: JABUR PNEUS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 11610.003172/2001-62 - Recorrente: SANTA LUZIA COM E EXP DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 10715.005668/2007-25 - Recorrente: SENIOR TAXI AEREO EXECUTIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 13558.002575/2008-78 - Recorrente: DISTRIBUIDORA MULTI FRIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 13558.002576/2008-12 - Recorrente: DISTRIBUIDORA MULTI FRIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES

41 - Processo nº: 11128.000861/2006-71 - Recorrente: LOCALFRIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo nº: 11128.005409/2006-04 - Recorrente: LOCALFRIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JUNIOR

43 - Processo nº: 10935.002622/2007-60 - Recorrente: SALTO DO LONTRA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 10935.002629/2007-81 - Recorrente: BOM JESUS DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 15253.000155/2008-15 - Recorrente: SACRAMENTO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 3 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

46 - Processo nº: 13831.000318/2003-19 - Recorrente: MANFRIM INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo nº: 12466.001963/2001-21 - Recorrente: MINTER TRADING LTDA / TCE IND ELETRONICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 11633.001786/2006-56 - Recorrente: NORTOX SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES

49 - Processo nº: 11050.000023/2005-68 - Recorrente: IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo nº: 11128.001021/2007-15 - Recorrente: IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo nº: 11128.002226/2007-18 - Recorrente: IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 11128.007184/2006-12 - Recorrente: IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

JOSE LUIZ NOVO ROSSARI
Presidente

NALI DA COSTA RODRIGUES
Secretário

3ª CÂMARA
3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco 'J', 5º andar, sala 506 do Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900. Brasília - DF.

Observação: Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não-comparecimento do conselheiro-relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado.

DIA 31 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ALEXANDRE KERN

1 - Processo nº: 10768.906667/2006-01 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 10768.906684/2006-31 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 10768.906734/2006-80 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 10768.906735/2006-24 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 10768.906736/2006-79 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 10768.906739/2006-11 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 10768.906742/2006-26 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 10768.906743/2006-71 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 10768.906746/2006-12 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 10768.906773/2006-87 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 10768.906874/2006-58 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 10768.906876/2006-47 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 10768.906880/2006-13 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 10768.906882/2006-02 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo nº: 10768.906887/2006-27 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 10768.906889/2006-16 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 10768.906914/2006-61 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 10768.906935/2006-87 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo nº: 10768.906948/2006-56 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 10768.906952/2006-14 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 10768.906956/2006-01 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 10768.906958/2006-91 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 10768.906959/2006-36 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 10768.906961/2006-13 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 10768.906963/2006-02 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 10768.906965/2006-93 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 10768.906972/2006-95 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 10768.906992/2006-66 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 10768.907029/2006-08 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 10768.907035/2006-57 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 10768.907036/2006-00 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

32 - Processo nº: 10768.907037/2006-46 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
33 - Processo nº: 10768.907040/2006-60 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
34 - Processo nº: 10768.907054/2006-83 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
35 - Processo nº: 10768.907063/2006-74 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
36 - Processo nº: 10768.907065/2006-63 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
37 - Processo nº: 10768.907070/2006-76 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
38 - Processo nº: 10768.907074/2006-54 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
39 - Processo nº: 10768.907075/2006-07 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
40 - Processo nº: 10768.907078/2006-32 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
41 - Processo nº: 10768.907085/2006-34 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
42 - Processo nº: 10768.907087/2006-23 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
43 - Processo nº: 10768.907092/2006-36 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
44 - Processo nº: 10768.907094/2006-25 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
45 - Processo nº: 10768.907119/2006-91 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
46 - Processo nº: 10768.907122/2006-12 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
47 - Processo nº: 10768.907123/2006-59 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
48 - Processo nº: 10768.907124/2006-01 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
49 - Processo nº: 10768.907125/2006-48 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
50 - Processo nº: 10768.907133/2006-94 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
51 - Processo nº: 10768.907138/2006-17 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
52 - Processo nº: 10768.907139/2006-61 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
53 - Processo nº: 10768.906659/2006-57 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
54 - Processo nº: 10768.906906/2006-15 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
55 - Processo nº: 16349.000351/2007-02 - Recorrente: BERTIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
56 - Processo nº: 16349.000524/2007-84 - Recorrente: BERTIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
57 - Processo nº: 16349.000450/2007-86 - Recorrente: BERTIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
58 - Processo nº: 16349.000556/2007-80 - Recorrente: BERTIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
59 - Processo nº: 10954.000026/2003-93 - Recorrente: CAMARGO CORREA METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
60 - Processo nº: 10954.000091/2002-38 - Recorrente: CAMARGO CORREA METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA
61 - Processo nº: 10907.000565/2003-98 - Recorrente: SIPAL IND E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
62 - Processo nº: 10907.001170/2005-74 - Recorrente: SIPAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
63 - Processo nº: 13804.009518/2002-75 - Recorrente: AGROPECUARIA SCHIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
64 - Processo nº: 10650.000209/2007-57 - Recorrente: COOP ECON CRED EMPREGADOS DAS EMPRESAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
65 - Processo nº: 10675.005214/2007-78 - Recorrente: EMMIG ESTRUTURAS MET. MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: HELCIO LAFETA REIS
66 - Processo nº: 10980.009379/2001-70 - Recorrente: SPAIPA S A IND BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
67 - Processo nº: 11040.001412/2003-68 - Recorrente: FRIGORIFICO EXTREMO SUL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
68 - Processo nº: 11080.005650/00-99 - Recorrente: ELO SISTEMAS ELETRONICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
69 - Processo nº: 11080.008056/2003-37 - Recorrente: EGL ENGENHARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
70 - Processo nº: 10783.914639/2009-12 - Recorrente: AEROPORTO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
71 - Processo nº: 10783.915635/2009-43 - Recorrente: AEROPORTO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: ANDREA MEDRADO DARZE
72 - Processo nº: 13866.000102/2003-48 - Recorrente: CADOCE IND COM DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
73 - Processo nº: 13886.001544/2002-92 - Recorrente: IRMAOS PARAZZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
74 - Processo nº: 13888.000430/2003-96 - Recorrente: USITEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JOAO ALFREDO EDUAO FERREIRA
75 - Processo nº: 10283.003878/2003-82 - Recorrente: MOLEX DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
76 - Processo nº: 10280.721910/2009-21 - Recorrente: WTEX - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
77 - Processo nº: 10283.000057/2007-18 - Recorrente: VIDEOLAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI
78 - Processo nº: 10120.008379/2002-63 - Recorrente: COMBRAS CONCRETO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
79 - Processo nº: 10166.009317/2002-42 - Recorrente: MAX EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
80 - Processo nº: 10166.009354/2002-51 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
81 - Processo nº: 10166.009355/2002-03 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 1º DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ALEXANDRE KERN
82 - Processo nº: 10660.000735/2005-36 - Recorrente: EXPRINSUL COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
83 - Processo nº: 10880.013347/2001-05 - Recorrente: CAMPINOX COMERCIAL LTDA. EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
84 - Processo nº: 10880.013348/2001-41 - Recorrente: CAMPINOX COMERCIAL LTDA. EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
85 - Processo nº: 10882.003248/2002-78 - Recorrente: RSI LOGISTICA COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
86 - Processo nº: 10909.003111/2003-59 - Recorrente: DOUGLAS BERTEMES-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
87 - Processo nº: 10940.001032/2002-36 - Recorrente: HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA
88 - Processo nº: 10680.010273/2006-16 - Recorrente: NACIONAL EXPRESSO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
89 - Processo nº: 10680.011167/2007-22 - Recorrente: MOREIRA DE MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
90 - Processo nº: 10830.007753/2007-10 - Recorrente: CANDY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
91 - Processo nº: 11070.002656/2004-91 - Recorrente: FERTICRUZ COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
92 - Processo nº: 11075.001372/2006-08 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL IND E COM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
93 - Processo nº: 12709.000377/2008-36 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTR E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: HELCIO LAFETA REIS
94 - Processo nº: 10980.013910/2006-13 - Recorrente: METALURGICA GANS IND E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
95 - Processo nº: 11020.001578/2004-01 - Recorrente: SOCIEDADE FLORENSE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
96 - Processo nº: 11020.002480/2004-63 - Recorrente: SAN MARINO MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
97 - Processo nº: 11020.002481/2004-16 - Recorrente: SAN MARINO MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
98 - Processo nº: 11020.002482/2004-52 - Recorrente: SAN MARINO MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
99 - Processo nº: 11020.002827/2005-59 - Recorrente: COOPERATIVA VITI VINICOLAALIANCA LIMITAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
100 - Processo nº: 11030.002148/2008-11 - Recorrente: ZILDA MARIA ZANDONA CASTOLDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JOAO ALFREDO EDUAO FERREIRA
101 - Processo nº: 10283.900060/2006-52 - Recorrente: IFER DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
102 - Processo nº: 10283.900061/2006-05 - Recorrente: IFER DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
103 - Processo nº: 10293.900193/2008-71 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: ANDREA MEDRADO DARZE
104 - Processo nº: 13855.000667/2006-05 - Recorrente: USINA ACUCAREIRA GUAIRA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
105 - Processo nº: 13855.000668/2006-41 - Recorrente: USINA ACUCAREIRA GUAIRA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
106 - Processo nº: 13855.000669/2006-96 - Recorrente: USINA ACUCAREIRA GUAIRA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
107 - Processo nº: 13855.000670/2006-11 - Recorrente: USINA ACUCAREIRA GUAIRA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
108 - Processo nº: 13855.000671/2006-65 - Recorrente: USINA ACUCAREIRA GUAIRA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
109 - Processo nº: 13855.000672/2006-18 - Recorrente: USINA ACUCAREIRA GUAIRA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI
110 - Processo nº: 10073.000945/2005-44 - Recorrente: CINBAL COM IND E BENEFICIAMENTO DE ACO L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
111 - Processo nº: 10073.000948/2005-88 - Recorrente: CINBAL COM IND E BENEF DE ACO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
112 - Processo nº: 10183.002887/2006-27 - Recorrente: SUPER MACHADO C DE PROD ALIMENTICIOS LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 1º DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ALEXANDRE KERN
113 - Processo nº: 10950.003125/2008-71 - Recorrente: AFONSO ANTONIO ROMERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
114 - Processo nº: 13404.000003/2002-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CRUZEIRO DO SUL VEICULOS E PECAS S A - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
115 - Processo nº: 10882.003623/2007-94 - Recorrente: WAL MART BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
116 - Processo nº: 10920.001169/2007-33 - Recorrente: LEKAT INDUSTRIA E COM.DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
117 - Processo nº: 10920.001429/2007-71 - Recorrente: CARIBOR TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA
118 - Processo nº: 11516.001020/2004-46 - Recorrente: ROMA HOTEIS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
119 - Processo nº: 12709.001076/2007-49 - Recorrente: INTERVENT CL HEMOD CARD RADIOL PR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
120 - Processo nº: 13678.000004/2004-17 - Recorrente: JR AUTO POSTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

121 - Processo nº: 13820.000866/2004-41 - Recorrente: R R MEDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

122 - Processo nº: 13888.002571/2007-77 - Recorrente: COSAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

123 - Processo nº: 14751.000008/2005-19 - Recorrente: CONSTRUCOES E INCORPORACOES ADRINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: HELCIO LAFETA REIS

124 - Processo nº: 11030.002379/2004-93 - Recorrente: LODI PEDRAS PRECIOSAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

125 - Processo nº: 11060.000731/2005-80 - Recorrente: THOR MAQUINAS E MONTAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

126 - Processo nº: 11060.000732/2005-24 - Recorrente: THOR MAQUINAS E MONTAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

127 - Processo nº: 11060.001523/2004-17 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA DE JULIO DE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

128 - Processo nº: 11060.001746/2007-27 - Recorrente: COOPERATIVA REG.TRITICOLA SANTIAGUENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

129 - Processo nº: 11065.000228/2006-65 - Recorrente: RIZEL COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ANDREA MEDRADO DARZE

130 - Processo nº: 13888.002703/2002-56 - Recorrente: COVADIS COM DE VIDROS E ACESS IND LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

131 - Processo nº: 13896.000069/2003-07 - Recorrente: MOVEIS E DECORACOES CLAMI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

132 - Processo nº: 13962.000087/2003-40 - Recorrente: BUETTNER S/A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI

133 - Processo nº: 10166.014357/2003-97 - Recorrente: CABRAL GAROFANO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

134 - Processo nº: 10183.004506/2001-30 - Recorrente: Q FRANGO DISTR DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

135 - Processo nº: 10280.000698/2002-98 - Recorrente: PROMAQUINAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALEXANDRE KERN

136 - Processo nº: 10932.000095/2005-17 - Recorrente: MARK GRUNDFOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

137 - Processo nº: 10945.003175/2005-85 - Recorrente: BRASOESTE COM IMP E EXP DE MANUFAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

138 - Processo nº: 10945.004145/2006-77 - Recorrente: DISAM DIST DE INSUMOS AGRIC SUL AMERICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

139 - Processo nº: 10945.004161/2006-60 - Recorrente: DISAM DIST DE INSUMOS AGRIC SUL AMERICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

140 - Processo nº: 10952.000058/2005-71 - Recorrente: OCEANICA LIMPEZAS URBANAS E TRANSP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

141 - Processo nº: 10980.004267/2007-18 - Recorrente: AMBIENTAL PARANA FLORESTAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: BELCHIOR MELO DE SOUSA

142 - Processo nº: 14751.000075/2005-25 - Recorrente: ATL ALIMENTOS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

143 - Processo nº: 14751.000245/2006-52 - Recorrente: AGRO INSDUSTRIAL TABU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

144 - Processo nº: 16327.000152/2007-44 - Recorrente: PORTOPAR DISTRIB DE TIT E VAL MOBIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

145 - Processo nº: 16327.001459/2006-81 - Recorrente: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

146 - Processo nº: 18471.001298/2004-26 - Recorrente: SOBREMETAL RECUPERACAO DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

147 - Processo nº: 19647.003575/2006-19 - Recorrente: ASERVIT ADM. SE SERV. TERC. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

148 - Processo nº: 19647.010053/2005-84 - Recorrente: EDITORA JORNAL DO COMMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: HELCIO LAFETA REIS

149 - Processo nº: 11065.000622/2005-12 - Recorrente: MAKOUROS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

150 - Processo nº: 11065.000665/2005-06 - Recorrente: CALCADOS CORTESS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

151 - Processo nº: 11065.002070/2006-68 - Recorrente: ATELIER DE CALCADOS SS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

152 - Processo nº: 11070.901202/2006-67 - Recorrente: LOJAS TRES PASSOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

153 - Processo nº: 11075.000728/2008-40 - Recorrente: PAULO CESAR SOARES FLORENCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ANDREA MEDRADO DARZE

154 - Processo nº: 13963.000130/2003-67 - Recorrente: INDUSTRIA DE COQUE RIO DESERTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

155 - Processo nº: 13888.000941/2007-31 - Recorrente: BOM PEIXE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

156 - Processo nº: 13888.000942/2007-86 - Recorrente: BOM PEIXE IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JULIANO EDUARDO LIRANI

157 - Processo nº: 10183.006456/2005-59 - Recorrente: INSTITUTO CUIABANO RADIOTERAPIA SC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

158 - Processo nº: 10280.002868/2004-31 - Recorrente: PESQUEIRA MAGUARY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

159 - Processo nº: 10280.003031/2004-17 - Recorrente: EXPORTADORA PERACHI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALEXANDRE KERN

160 - Processo nº: 16349.000264/2007-47 - Recorrente: BERTIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

ALEXANDRE KERN
Presidente

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, plenário 201, em Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

1 - Processo: 19515.007975/2008-52 - Nome do Contribuinte: UNIVEN REFINARIA DE PETROLEO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo: 19515.002085/2003-40 - Nome do Contribuinte: EDALBRAS INDUSTRIA E COMERCIO - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo: 19515.001079/2006-18 - Nome do Contribuinte: UPS DO BRASIL REMESSAS EXPRESSAS LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo: 11065.101098/2008-49 - Nome do Contribuinte: INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS MALU LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo: 11065.101099/2008-93 - Nome do Contribuinte: INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS MALU LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo: 11065.101417/2008-16 - Nome do Contribuinte: INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS MALU LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo: 11065.101418/2008-61 - Nome do Contribuinte: INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS MALU LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo: 13411.900116/2006-54 - Nome do Contribuinte: GIPSITA S A MINERACAO INDUSTRIA E COMECI - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo: 13411.900117/2006-07 - Nome do Contribuinte: GIPSITA S A MINERACAO INDUSTRIA E COMECI - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo: 13411.900118/2006-43 - Nome do Contribuinte: GIPSITA S A MINERACAO INDUSTRIA E COMECI - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo: 13411.900120/2006-12 - Nome do Contribuinte: GIPSITA S A MINERACAO INDUSTRIA E COMECI - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS

12 - Processo: 10909.000082/2004-54 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo: 10909.000104/2005-67 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo: 10909.000965/2004-64 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo: 10909.000968/2004-06 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo: 10909.001524/2005-61 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo: 10909.001635/2005-77 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo: 10909.001804/2004-98 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

19 - Processo: 10909.003039/2004-41 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo: 10909.001312/2003-11 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo: 10909.002065/2003-71 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo: 10909.002996/2003-79 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo: 10940.000495/2003-61 - Recorrente: TOZETTO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo: 10940.001038/2003-94 - Recorrente: TOZETTO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo: 10940.001173/2004-11 - Recorrente: TOZETTO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MAURICIO TAVEIRA E SILVA

26 - Processo: 16707.002127/2005-69 - Recorrente: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo: 16707.002128/2005-11 - Recorrente: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo: 16707.002129/2005-58 - Recorrente: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo: 16707.002130/2005-82 - Recorrente: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo: 16707.002131/2005-27 - Recorrente: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo: 16707.002132/2005-71 - Recorrente: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo: 16707.002133/2005-16 - Recorrente: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo: 16707.002134/2005-61 - Recorrente: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MAURICIO TAVEIRA E SILVA

34 - Processo: 13866.000411/2002-37 - Nome do Contribuinte: NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo: 13866.000437/2002-85 - Nome do Contribuinte: NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo: 13016.000303/2005-18 - Recorrente: MOVEIS SANDRIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo: 13016.000345/2005-59 - Recorrente: MOVEIS SANDRIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo: 13055.000003/2005-72 - Recorrente: MOVEIS KAPPESBERG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo: 13055.000057/2004-57 - Recorrente: MOVEIS KAPPESBERG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo: 13055.000058/2004-00 - Recorrente: MOVEIS KAPPESBERG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo: 13055.000138/2004-57 - Recorrente: MOVEIS KAPPESBERG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo: 13558.000767/2005-05 - Recorrente: CAMBUCI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ANTONIO LISBOA CARDOSO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

43 - Processo: 10650.001693/2007-31 - Nome do Contribuinte: USINA CAETE S A - RECURSO VOLUNTARIO
44 - Processo: 13897.000114/2003-13 - Nome do Contribuinte: GELITA DO BRASIL LTDA. - RECURSO VOLUNTARIO
45 - Processo: 10855.003172/2006-31 - Nome do Contribuinte: MENTAL MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO
46 - Processo: 10950.000680/2005-07 - Nome do Contribuinte: CONTIERO & SITA LTDA ME - RECURSO VOLUNTARIO
Relator: JOSE ADAO VITORINO DE MORAIS
47 - Processo: 13656.000416/2006-69 - Recorrente: EXPORTADORA DE CAFE GUAXUPE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
48 - Processo: 19515.002072/2006-13 - Recorrente: ALIANCA METALURGICA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
49 - Processo: 13656.000117/97-08 - Recorrente: ALCOA ALUMINIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
50 - Processo: 13839.005295/2007-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AMCOR RIGID PLASTICS DO BRASIL LTDA - RECURSO DE OFÍCIO
51 - Processo: 14041.001063/2007-96 - Recorrente: ASBACE-ASSOC BRAS BCOS EST E REGIONAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO
52 - Processo: 15563.000783/2007-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO FLUMINENSE DE EDUCACAO - RECURSO DE OFÍCIO

RODRIGO DA COSTA POSSAS
Presidente da Turma

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS DE RECURSOS, A SEREM REALIZADOS NAS DATAS E HORÁRIOS A SEGUIR MENCIONADOS, NO CARF, LOCALIZADO NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", 2º ANDAR, PLENÁRIO 203, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

I) Serão julgados na primeira sessão de julgamento subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro, não comparecimento do conselheiro relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do colegiado ou, ainda, na pauta da reunião seguinte, hipótese em que se fará nova publicação.

II) Em cada registro abaixo constam as seguintes informações: data e hora da sessão; nome do Conselheiro Relator; item/ordem de julgamento; número do processo; nome do recorrente; nome do recorrido; e tipo de recurso.

DIA 1º DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA
1 - Processo: 10580.003536/2003-16 - Recorrente: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
2 - Processo: 11065.004023/2003-14 - Recorrente: PRIMO TEDESCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
3 - Processo: 19515.003300/2004-19 - Recorrente: PADROEIRA COM DE PAPEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO
4 - Processo: 19515.004522/2003-60 - Recorrente: VOTOCEL FILMES FLEXÍVEIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
5 - Processo: 10508.000552/2006-64 - Recorrente: WAYTEC TECNOLOGIA EM COMUNICAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
6 - Processo: 11080.004202/2004-36 - Nome do Contribuinte: VONPAR REFRESCOS S A - RECURSO VOLUNTÁRIO
7 - Processo: 10880.720885/2006-56 - Recorrente: LOJAS RIACHUELO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
8 - Processo: 19647.001924/2005-79 - Recorrente: RANGEL E FARIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
9 - Processo: 11020.720054/2008-39 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
10 - Processo: 11020.720055/2008-83 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
11 - Processo: 11020.720056/2008-28 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
12 - Processo: 11020.720057/2008-72 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
13 - Processo: 11020.720058/2008-17 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
14 - Processo: 11020.720059/2008-61 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
15 - Processo: 11020.720060/2008-96 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
16 - Processo: 11020.720062/2008-85 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
17 - Processo: 11020.720063/2008-20 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
18 - Processo: 11020.720064/2008-74 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
19 - Processo: 11020.720065/2008-19 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
20 - Processo: 11020.720066/2008-63 - Recorrente: PRIME TIMBER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALAN FIALHO GANDRA
21 - Processo: 13808.005646/2001-29 - Recorrente: SISPAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
22 - Processo: 13808.005649/2001-62 - Recorrente: SISPAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
23 - Processo: 10410.004216/2003-27 - Recorrente: SM INFORMÁTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALEXANDRE GOMES
24 - Processo: 16366.000595/2006-98 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
25 - Processo: 16366.000596/2006-32 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
26 - Processo: 16366.000597/2006-87 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
27 - Processo: 16366.000599/2006-76 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
28 - Processo: 16366.000602/2006-51 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
29 - Processo: 16366.000603/2006-04 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
30 - Processo: 16366.000604/2006-41 - Recorrente: APUCACOUROS INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO DE COUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: GILENO GURJÃO BARRETO
31 - Processo: 11516.003518/2006-13 - Recorrente: PLASC PLÁSTICOS SANTA CATARINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 1º DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA
32 - Processo: 10166.009590/2002-77 - Recorrente: SAINT GERMAIN CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
33 - Processo: 10166.009591/2002-11 - Recorrente: SAINT GERMAIN CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
34 - Processo: 11080.009209/2002-82 - Recorrente: ALTUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
35 - Processo: 10980.003764/2007-07 - Recorrente: COPEL TRANSMISSÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO
36 - Processo: 10580.010185/2006-34 - Recorrente: PROSAUDE - MEDICINA HOSPITALAR E SAÚDE OCUPACIONAL S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
37 - Processo: 10680.015471/2005-87 - Recorrente: PROVÍNCIA SANTA CLARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
38 - Processo: 11075.000184/2007-35 - Recorrente: PIRAHY ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
39 - Processo: 10840.000853/2003-64 - Embargante: COPERSUCAR - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
40 - Processo: 11020.003687/2008-89 - Recorrente: SAVIPLAST IND E COM DE PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
41 - Processo: 11065.002170/2004-22 - Recorrente: DAIBY S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
42 - Processo: 11065.002171/2004-77 - Recorrente: DAIBY S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALAN FIALHO GANDRA
43 - Processo: 16327.000154/2007-33 - Recorrente: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
44 - Processo: 10945.004613/2006-11 - Recorrente: SANTA TEREZINHA DE ITAIPU PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALEXANDRE GOMES
45 - Processo: 14112.000238/2006-86 - Recorrente: SILCOM ENG. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
46 - Processo: 14112.000241/2006-08 - Recorrente: SILCOM ENG. PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
47 - Processo: 19515.000717/2007-64 - Recorrente: TEKCOM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
48 - Processo: 19515.000718/2007-17 - Recorrente: TEKCOM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA
49 - Processo: 11080.901441/2005-17 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
50 - Processo: 11080.901442/2005-61 - Recorrente: OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
51 - Processo: 11686.000019/2008-76 - Recorrente: OLEOPLAN S/A ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
52 - Processo: 11686.000020/2008-09 - Recorrente: OLEOPLAN S/A ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
53 - Processo: 11686.000021/2008-45 - Recorrente: OLEOPLAN S/A ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO
54 - Processo: 13884.900887/2008-47 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
55 - Processo: 13884.901307/2008-39 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
56 - Processo: 13884.901586/2008-31 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
57 - Processo: 13884.901589/2008-74 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
58 - Processo: 13884.901890/2008-88 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
59 - Processo: 13884.901898/2008-44 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
60 - Processo: 13884.901900/2008-85 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
61 - Processo: 13884.901902/2008-74 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
62 - Processo: 13884.901905/2008-16 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
63 - Processo: 13884.901906/2008-52 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
64 - Processo: 13133.000211/96-02 - Recorrente: BRASILATA S A EMBALAGENS METÁLICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
65 - Processo: 10680.016419/2001-14 - Recorrente: BANCO AGRIMISA S/A - EM LIQUIDAÇÃO ORDINÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALAN FIALHO GANDRA
66 - Processo: 13310.000029/00-86 - Recorrente: CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
67 - Processo: 19647.014312/2008-99 - Recorrente: FREVO BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ALEXANDRE GOMES
68 - Processo: 10909.000820/2002-00 - Recorrente: USATI S/A REFINADORA DE AÇÚCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
69 - Processo: 11516.001150/2001-36 - Recorrente: USATI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
70 - Processo: 13804.001894/2002-11 - Recorrente: USATI S.A. REFINADORA DE AÇÚCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: GILENO GURJÃO BARRETO
71 - Processo: 19515.003225/2005-69 - Recorrente: RIPASA S/A CELULOSE E PAPEL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

DIA 2 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA

72 - Processo: 13054.001008/2003-61 - Recorrente: AMADEO ROSSI S A METALÚRGICA E MUNIÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

73 - Processo: 13054.001022/2003-64 - Recorrente: AMADEO ROSSI S A METALÚRGICA E MUNIÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

74 - Processo: 13054.001023/2003-17 - Recorrente: AMADEO ROSSI S A METALÚRGICA E MUNIÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

75 - Processo: 13054.000081/2004-04 - Recorrente: AMADEO ROSSI S A METALÚRGICA E MUNIÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

76 - Processo: 13054.000202/2005-91 - Recorrente: AMADEO ROSSI S A METALÚRGICA E MUNIÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

77 - Processo: 13054.000342/2004-88 - Recorrente: AMADEO ROSSI S A METALÚRGICA E MUNIÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

78 - Processo: 13054.000619/2004-72 - Recorrente: AMADEO ROSSI S A METALÚRGICA E MUNIÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

79 - Processo: 13054.000730/2004-69 - Recorrente: AMADEO ROSSI S A METALÚRGICA E MUNIÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

80 - Processo: 13054.001187/2004-17 - Recorrente: AMADEO ROSSI S A METALÚRGICA E MUNIÇÕES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO

81 - Processo: 10120.002807/2008-30 - Recorrente: UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

82 - Processo: 10120.012450/2009-89 - Recorrente: UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

83 - Processo: 10675.002278/2007-17 - Recorrentes: UNIMED ARI COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

84 - Processo: 11020.001136/2003-76 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

85 - Processo: 11020.002890/2003-23 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

86 - Processo: 11020.003051/2003-22 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

87 - Processo: 11020.000814/2004-64 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

88 - Processo: 11020.002216/2004-20 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

89 - Processo: 11020.002632/2005-17 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

90 - Processo: 11020.002633/2005-53 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

91 - Processo: 11020.003639/2005-48 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

92 - Processo: 11020.720064/2007-93 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

93 - Processo: 11020.720065/2007-38 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

94 - Processo: 11020.720091/2009-28 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

95 - Processo: 11020.720092/2009-72 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

96 - Processo: 11020.720385/2007-98 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

97 - Processo: 11020.720386/2007-32 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

98 - Processo: 11020.720387/2007-87 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

99 - Processo: 11020.720388/2007-21 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

100 - Processo: 11020.720389/2007-76 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

101 - Processo: 11020.720391/2007-45 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

102 - Processo: 11020.720392/2007-90 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

103 - Processo: 11020.720393/2007-34 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

104 - Processo: 11020.720394/2007-89 - Recorrente: RAM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALAN FIALHO GANDRA

105 - Processo: 11618.000351/2003-30 - Recorrente: COMPANHIA INDUSTRIAL DO SISAL CISAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

106 - Processo: 11618.004673/2002-77 - Recorrente: COMPANHIA INDUSTRIAL DO SISAL CISAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

107 - Processo: 13449.000004/2003-21 - Recorrentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DO SISAL - CISAL e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

108 - Processo: 13449.000142/2002-20 - Recorrentes: COMPANHIA INDUSTRIAL DO SISAL - CISAL e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

109 - Processo: 10467.900262/2006-46 - Recorrente: COMPANHIA INDUSTRIAL DO SISAL CISAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

110 - Processo: 10467.900263/2006-91 - Recorrente: COMPANHIA INDUSTRIAL DO SISAL CISAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALEXANDRE GOMES

111 - Processo: 11080.004195/2005-53 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

112 - Processo: 11080.005198/2006-95 - Recorrente: AVIPAL S A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

113 - Processo: 11080.005199/2006-30 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

114 - Processo: 11080.008337/2005-51 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

115 - Processo: 11080.008338/2005-04 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

116 - Processo: 11080.008922/2005-51 - Recorrente: AVIPAL S A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

117 - Processo: 11080.008923/2005-04 - Recorrente: AVIPAL S A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

118 - Processo: 11080.008924/2005-41 - Recorrente: AVIPAL S A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

119 - Processo: 11080.008925/2005-95 - Recorrente: AVIPAL S A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

120 - Processo: 11080.010692/2006-71 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

121 - Processo: 11080.010693/2006-16 - Recorrente: AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 3 DE JUNHO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALBER JOSE DA SILVA

122 - Processo: 11080.002041/2007-99 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

123 - Processo: 11686.000010/2009-46 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

124 - Processo: 11686.000011/2009-91 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

125 - Processo: 11686.000012/2009-35 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

126 - Processo: 11686.000013/2009-80 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

127 - Processo: 11686.000014/2009-24 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

128 - Processo: 11686.000015/2009-79 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

129 - Processo: 11686.000016/2009-13 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

130 - Processo: 11686.000017/2009-68 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

131 - Processo: 11686.000018/2009-11 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

132 - Processo: 11686.000020/2009-81 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

133 - Processo: 11686.000021/2009-26 - Recorrente: MUMU ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSE ANTONIO FRANCISCO

134 - Processo: 13888.904234/2009-88 - Recorrente: CRISTINA APARECIDA FREDERICH & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

135 - Processo: 13888.904235/2009-22 - Recorrente: CRISTINA APARECIDA FREDERICH & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

136 - Processo: 13888.904237/2009-11 - Recorrente: CRISTINA APARECIDA FREDERICH & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

137 - Processo: 13888.906564/2009-16 - Recorrente: CRISTINA APARECIDA FREDERICH & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

138 - Processo: 13888.906565/2009-52 - Recorrente: CRISTINA APARECIDA FREDERICH & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relatora: FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS

139 - Processo: 13811.002160/00-18 - Recorrente: PARAMOUNT LANSUL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALAN FIALHO GANDRA

140 - Processo: 10920.000092/2006-01 - Recorrente: FABIO PERINI INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

141 - Processo: 16349.000194/2006-46 - Recorrente: FRIGORÍFICO MARGEN LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALEXANDRE GOMES

142 - Processo: 11080.902712/2008-02 - Recorrente: FERRAÇO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

143 - Processo: 11080.902784/2008-41 - Recorrente: FERRAÇO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

144 - Processo: 11080.902872/2008-43 - Recorrente: FERRAÇO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

145 - Processo: 11080.902877/2008-76 - Recorrente: FERRAÇO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

WALBER JOSE DA SILVA
Presidente da Turma

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 363, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de recuperação e reconstrução no Estado do Paraná / PR, Processo Nº 59050.000593/2011-22, necessárias ao retorno da normalidade.

Art. 2º Tendo em vista a urgência na execução das ações, constantes do Plano de Trabalho apresentado, antecipo a liberação dos recursos, no montante de R$ 15.001.759,86, conforme art. 17, § 2º da Lei 12.340/2010 e cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 4º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 25.002.933,10 (vinte e cinco milhões, dois mil, novecentos e trinta e três reais e dez centavos), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000154, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 44.30.42, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 364, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de recuperação e reconstrução, descritas no Plano de Trabalho constante do Processo Nº 59050.000206/2011-58, necessárias ao retorno da normalidade no Município de Jumirim / SP.

Art. 2º Tendo em vista a urgência na execução das ações, constantes do Plano de Trabalho apresentado, antecipo a liberação dos recursos, no montante de R$ 360.000,00, conforme art. 17, § 2º da Lei 12.340/2010 e cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 4º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000156, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 44.40.42, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 365, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de recuperação e reconstrução, descritas no Plano de Trabalho constante do Processo Nº 59050.000211/2011-61, necessárias ao retorno da normalidade no Município de Bom Sucesso do Itararé / SP.

Art. 2º Tendo em vista a urgência na execução das ações, constantes do Plano de Trabalho apresentado, antecipo a liberação dos recursos, no montante de R$ 360.000,00, conforme art. 17, § 2º da Lei 12.340/2010 e cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 4º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000153, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 44.40.42, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 366, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de recuperação e reconstrução, descritas no Plano de Trabalho constante do Processo Nº 59050.002776/2010-00, necessárias ao retorno da normalidade no Município de Presidente Venceslau / SP.

Art. 2º Tendo em vista a urgência na execução das ações, constantes do Plano de Trabalho apresentado, antecipo a liberação dos recursos, no montante de R$ 600.000,00, conforme art. 17, § 2º da Lei 12.340/2010 e cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 4º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho Nº 2011NE000155, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 44.40.42, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 237, DE 19 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Amazonas, afetados por Enchentes ou Inundações Graduais - NE.HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 033/2011/GAPRE/PME, de 21 de março de 2011, de Eirunepé; nº 018/2011, de 01 de abril de 2011, de Envira; nº 001/2011, de 19 de março de 2011, de Guajará; nº 006.GPMI.2011, de 21 de março de 2011, de Ipixuna e nº 335, de 28 de março de 2011, de Itamarati, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000670/2011-44; 59050.000682/2011-79; 59050.000668/2011-75; 59050.000667/2011-21 e 59050.000694/2011-01, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais - NE.HIG - 12.301, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA CONJUNTA Nº 951, DE 19 DE MAIO DE 2011

Cria Grupo de Trabalho Interinstitucional para elaborar ato que discipline a forma como os entes federados poderão participar do procedimento administrativo de identificação e demarcação de terra indígena, em consonância com a condicionante n.º 17 da decisão do Supremo Tribunal Federal na PET 3388.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, o ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO e o PRESIDENTE DA FUNAI, no uso de suas atribuições legais, resolvem:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar minuta de portaria que discipline a forma como os entes federados poderão participar do procedimento administrativo de identificação e demarcação de terra indígena, em consonância com a condicionante n.º 17 da decisão do Supremo Tribunal Federal na PET 3388.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I - 2 (dois) representantes do Ministério da Justiça, sendo que um deverá obrigatoriamente estar lotado na Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça;

II - 3 (três) representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sendo que um deverá obrigatoriamente estar lotado na Procuradoria Federal especializada junto a FUNAI;

III - 1 (um) representante da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. O órgão e as entidades mencionados nos incisos deverão indicar os representantes para comporem o Grupo de Trabalho, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será coordenado por um dos representantes do Ministério da Justiça e se reunirá sempre que convocado pelo seu coordenador.

Art. 4º O Grupo de Trabalho apresentará a minuta de portaria, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da primeira convocação para o início dos trabalhos.

Art. 5º A participação no Grupo de Trabalho será considerada serviço público relevante, não ensejando, por si só, qualquer remuneração.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro de Estado da Justiça

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS
Ministro da Advocacia-Geral da União

MARCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA
Presidente da FUNAI

PORTARIAS DE 19 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, tendo em vista o constante no Processo nº 08663.001718/2009-78, no Parecer nº 161/2010/ACS/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, aprovado pelos Despachos nºs 016/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ e 178/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, que adota, resolve:

Nº 939 - Enquadrar a conduta infracional disciplinar praticada pelo ex-Policial Rodoviário Federal aposentado Girlando Marinho da Silva, matrícula SIAPE nº 0166373, nos arts. 116, inciso III, 117, incisos II e IX, e 132, inciso IV, da Lei nº 8.112/90, puníveis com a penalidade de cassação de aposentadoria, na forma do disposto no art. 134 c/c art. 132, incisos IV e XIII da referida lei, já aplicada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08663.003906/2009-31, restando cabível o registro da presente NOTA DE CULPA nos respectivos assentamentos funcionais, para surtir seus legais efeitos.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, tendo em vista o constante no Processo nº 08200.028522/2007-14, no Parecer nº 39/2011/RM/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, aprovado pelo Despacho nº 128/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, que adota, resolve:

Nº 940 - Enquadrar a conduta praticada pelo ex-Delegado de Polícia Federal WASHINGTON DA CUNHA MENEZES, matrícula nº 2638, nas infrações disciplinares previstas nos incisos VIII e XXIX e LXII do art. 43 da Lei nº 4.878/65, puníveis com a penalidade de demissão, na forma do art. 48, inciso II, da referida lei, porém já aplicada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08500.052546/2007-00, tornando cabível o registro da presente NOTA DE CULPA nos respectivos assentamentos funcionais, para surtir seus legais efeitos.

Nº 941 - Enquadrar a conduta praticada pelo ex-Agente de Polícia Federal aposentado CELSO FERREIRA, matrícula nº 352, nas infrações disciplinares previstas nos incisos VIII e LXII do art. 43 da Lei nº 4.878/65, puníveis com a penalidade de cassação de aposentadoria, na forma do art. 48, inciso II, da referida lei, c/c art. 134 da Lei n° 8.112/90, porém já aplicada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08200.029398/2007-04, tornando cabível o registro da presente NOTA DE CULPA nos respectivos assentamentos funcionais, para surtir seus legais efeitos.

Nº 942 - Enquadrar a conduta praticada pelo ex-Agente de Polícia Federal EMERSON LUÍS LOPES, matrícula nº 7995, nas infrações disciplinares previstas nos incisos VIII e LXII do art. 43 da Lei nº 4.878/65, puníveis com a penalidade de demissão, na forma do art. 48, inciso II, da referida lei, porém já aplicada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08705.002305/2007-13, tornando cabível o registro da presente NOTA DE CULPA nos respectivos assentamentos funcionais, para surtir seus legais efeitos.

Nº 943 - Enquadrar a conduta praticada pelo ex-Agente de Polícia Federal aposentado EMERSON YUKIO IDE, matrícula nº 378, nas infrações disciplinares previstas nos incisos VIII e LXII do art. 43 da Lei nº 4.878/65, puníveis com a penalidade de cassação de aposentadoria, na forma do art. 48, inciso II, da referida lei, c/c art. 134 da Lei n° 8.112/90, porém já aplicada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08705.002305/2007-13, tornando cabível o registro da presente NOTA DE CULPA nos respectivos assentamentos funcionais, para surtir seus legais efeitos.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 19 de maio de 2011

Nº 333 - PROCESSO nº 08659.010869/2006-33. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar. DESPACHO: Adoto o entendimento manifestado pela Consultoria Jurídica no Despacho nº 151/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, determinando o arquivamento do processo instaurado em face do ex-Policial Rodoviário Federal THIAGO DE OLIVEIRA FREITAS ARAÚJO PEREIRA, matrícula nº 1506081, enquadrado nas infrações disciplinares previstas nos incisos I e III do art. 116 da Lei nº 8.112/90, puníveis, em tese, com a penalidade de 20 (vinte) dias de suspensão, na forma do disposto no art. 130 c/c art. 128 da referida lei, que deixa de ser aplicada em razão da extinção da punibilidade decorrente do falecimento do ex-servidor.

Nº 334 - PROCESSO nº 08003.001632/2010-52. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Pela não admissibilidade do pedido interposto pelo ex-Policial Rodoviário Federal LUIZ ANTÔNIO FRANÇA ESCOBAR, conforme as razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 46/2011/CIP/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, aprovado pelo Despacho nº 142/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, da Consultoria Jurídica, que adoto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nª 335 - PROCESSO nº 08003.000528/2010-41. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Não conheço do Pedido de Reconsideração protocolado pelo ex-Policial Rodoviário Federal OZÉAS DAS NEVES DO NASCIMENTO, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 08/2011/CG-JUDI/CONJUR/MJ, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nª 336 - PROCESSO nº 00001.001590/2010-68. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Revisão. DECISÃO: Pela não admissibilidade do pedido de revisão proposto pelo ex-Policial Rodoviário Federal GILMAR JOSÉ FONTES DE MOURA, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 008/2011/MP/CAD/CG-JUDI/CONJUR/MJ, aprovado pelo Despacho nº 171/2011/CAD/CG-JUDI/CONJUR/MJ, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nª 337 - PROCESSO nº 08000.015029/2010-88. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Revisão. DECISÃO: Pela inadmissibilidade do pedido proposto pelo ex-Patrulheiro Auxiliar da Polícia Rodoviária Federal EDSON FERREIRA DA SILVA, pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos na Nota nº 010/2011/BDA/CAD/CG-JUDI/CONJUR/MJ, aprovada pelo Despacho nº 146/2011/CAD/CG-JUDI/CONJUR/MJ, da Consultoria Jurídica, que adoto.

Nª 338 - PROCESSO nº 08003.000100/2011-89. INTERESSADOS: Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Rodoviária Federal. ASSUNTO: Pedido de Reconsideração. DECISÃO: Pela admissibilidade do pedido interposto pelo ex-Policial Rodoviário Federal PAULO ROBERTO MARINHO SANTOS, mas para no mérito indeferi-lo, pelas as razões de fato e fundamentos de direito aduzidos no Parecer nº 53/2011/CIP/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, aprovado pelo Despacho nº 150/2011/CAD/CGJUDI/CONJUR/MJ, da Consultoria Jurídica, que adoto.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 12 de maio de 2011

Nª 65 - Ato de Concentração nº 08012.002148/2008-17 Requerentes: Agricur Defensivos Agrícolas Ltda., Agripec Química e Farmacêutica S/A e outras. Advogados: Fabrício Antonio Cardim de Almeida, Flávio Lemos Belliboni, Pierre Moreau e outros. Nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei 9.784/99, acolho a Nota Técnica SCD/ProCADE nº 38/2011 para declarar o cumprimento, até o presente momento, das obrigações assumidas no TCD, no que diz respeito à legislação brasileira de defesa da concorrência, à execução do treinamento efetivo de todos os membros do Conselho de Administração da compromissaria e, à obrigação de informar ao CADE qualquer alteração superveniente ao seu Estatuto Social e/ou Acordo de Acionistas, conforme o caso. Em seguida, encaminhem-se os autos para a Pro-CADE para fiscalização do cumprimento do TCD no prazo estabelecido na cláusula 5° deste instrumento. Ao Plenário para homologação. Após, encaminhem-se os autos.

Nª 66 - Ato de Concentração nº 08012.001166/2008-81 Requerentes: American Banknorte S.A e Interprint Ltda. Advogados: Barbara Rosenberg, José Carlos da Matta Berardo e Rodrigo Zingales Oller do Nascimento.Retifico o despacho n° 60/20011/PRES/CADE para, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei 9.784/99, acolher o Parecer SCD/ProCADE nº 178/2011, determinando o arquivamento do presente, devido ao cumprimento integral da obrigação imposta pelo Plenário deste Conselho. Ao Plenário para homologação. Após, arquive-se.

Nª 67 - Processo Administrativo nº 08012.007443/1999-17Representante: SDE "ex offício" Representadas: Santos Brasil S.A, Cosipa e Libra Terminais S.A T-37 Advogados: Christiane Helena Lopes Ferrero, José Inácio Gonzaga Franceschini, Maria Eugenia Del Nero Poletti, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Thiago Francisco da Silva Brito e outros.Retifico o despacho n° 61/2011/PRES/CADE a fim de substituir o nome dos advogados patronos da causa, devendo constar os seguintes nomes: Christiane Helena Lopes Ferrero, José Inácio Gonzaga Franceschini, Maria Eugenia Del Nero Poletti, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Thiago Francisco da Silva Brito e outros. Ao Plenário para homologação.

FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATA DA 491ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011

Às 10h15 do dia dezoito de maio de dois mil e onze, o Presidente Substituto do CADE, Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do CADE, Ricardo Machado Ruiz, Alessandro Octaviani Luis, Elvino de Carvalho Mendonça e Marcos Paulo Veríssimo. Ausentes, justificadamente, o Presidente Fernando de Magalhães Furlan e o Conselheiro Olavo Zago Chinaglia. Presentes o Procurador-Geral do CADE, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, o representante do Ministério Público Federal, Luiz Augusto Santos Lima e o Secretário do Plenário, Clovis Manzoni dos Santos Lores.

Julgamentos

01. Ato de Concentração nº 08012.011971/2010-38

Requerentes: DA Participações Ltda. e Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife - CERPE

Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Antonio Tadeu Exposto Jr e outros

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

O processo foi adiado em razão da ausência justificada do Conselheiro Relator.

06. Ato de Concentração nº 08012.012913/2010-21

Requerentes: Basf SE e Ineos Industries Holdings Limited..

Advogados: Onofre Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio, Yara Maria de Almeida Guerra Siscar, Andrea Astorga dos Prazeres e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator.

10. Ato de Concentração nº 08012.011135/2010-53

Requerentes: Banco BMG S.A, Banco GE Capital S.A, General Eletric do Brasil Participações Ltda.

Advogados: Vicente Bagnoli, Alexandre Bastos e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator.

14. Ato de Concentração n.º 08012.002937/2011-53

Requerentes: Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. e Orbisat da Amazônia Indústria e Aerolevantamento S.A.

Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Michelle Marques Machado e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator.

21. Ato de Concentração nº 08012.002916/2011-38

Requerentes: Companhia Brasileira de Distribuição e Sendas Distribuidora S.A.

Advogados: Lauro Celidonio Neto, Paula Salles, Stefanie Schimitt e outros

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

O processo foi adiado a pedido do Conselheiro-Relator.

03. Ato de Concentração n° 08012.013055/2010-32

Requerentes: Titan Tire Corporation e The Goodyear Tire & Rubber Company

Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira, Bruno De Luca Drago e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

O processo foi retirado de pauta a pedido do Conselheiro-Relator.

26. Averiguação Preliminar nº 08012.004687/2005-48

Representante: Centro de Cardiologia não Invasiva de Bauru Ltda - CentroCard.

Representada: Unimed de Bauru - Cooperativa de Trabalho Médico

Advogados: José Fernando da Silva Lopes, Goerge Farah, Renata Maria Gil da Silva Lopes Esmeraldi e outros

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

O processo foi retirado de pauta a pedido do Conselheiro-Relator.

04. Ato de Concentração nº 08012.012028/2010-42 (b)

Requerentes: Log-In - Logística Intermodal S.A. e Mercosul Line Navegação e Logística Ltda..

Advogados: Aurélio Marchini Santos, Ana Paula Paschoalini e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

05. Ato de Concentração nº 08012.012830/2010-32 (b)

Requerentes: Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., Divicom Administradora de Benefícios Ltda. e Divicom Gestão de Benefícios Ltda.

Advogados: Lauro Celidoneo Neto e Paula S. J. A. Amaral Salles

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento por perda de objeto, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

07. Ato de Concentração nº 08012.000055/2011-53 (b)

Requerentes: Prodimol Biotecnologia S.A. e Bioeasy Diagnóstica Ltda.

Advogados: Leonardo Canabrava Turra, Luciano Fialho e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

08. Ato de Concentração nº 08012.000056/2011-06 (b)

Requerentes: Prodimol Biotecnologia S.A. e Medlab Produtos Médico Hospitalares Ltda.

Advogados: Leonardo Canabrava Turra, Luciano Fialho e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

09. Ato de Concentração nº 08012.002837/2011-27 (b)

Requerentes: Metallurg Delaware Holding Company e KB Alloys, LLC

Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Marcos Drummond Malvar e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

02. Ato de Concentração n.º 08012.011338/2010-40 (b)

Requerentes: Actelion Pharmaceuticals do Brasil Ltda. e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

Advogados: Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Carolina Cadavid e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Decisão: O Plenário, por unanimidade, não conheceu da presente operação e determinou seu arquivamento sem análise de mérito, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

13. Ato de Concentração nº 08012.002872/2011-46 (b)

Requerentes: Medgrupo Participações S.A. e Hospital Renascer Ltda.

Advogados: Ivo Gico Jr. e Nathália Gomes Bernardes

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

15. Ato de Concentração nº 08012.003045/2011-70 (b)

Requerentes: Wtorre S.A. e Grupo Essentium, S.L.

Advogados: Bruno Dario Werneck, Gustavo Flausino Coelho e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

16. Ato de Concentração n° 08012.011367/2010-10 (b)

Requerentes: Vale S.A.

Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Milena Fernandes Mundim e outros

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

17. Ato de Concentração n° 08012.002183/2011-31 (b)

Requerentes: Lyra Holdings Ltda., BB Banco de Investimento S.A. e Visa International Service Association.

Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Lialian Barreira, Tito Amaral de Andrade, Érica Sumie Yamashita.

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

19. Ato de Concentração nº 08012.002691/2011-10 (b)

Requerentes: Echostar Corporation e Hughes Communications, Inc..

Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugenia Novis, Marcelo Calliari, e outros

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

20. Ato de Concentração 08012.002718/2011-74 (b)

Requerentes: Clariant AG e Süd-Chemie AG

Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procópio Calliari, Marta Mitico Valente e outros

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

22. Ato de Concentração nº 08012.010381/2010-98 (b)

Requerentes: Codeme Engenharia S.A. e Metasa S.A. Indústria Metalúrgica

Advogados: Maria Eugênia Del Nero Poletti, José Inácio Gonzaga Franceschini, Renata Semin Tormin

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verissimo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

23. Ato de Concentração nº 08012.002711/2011-52 (b)

Requerentes: Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda., Revita Engenharia S.A.

Advogados: Gianni Nunes de Araújo, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Luciana Martorano e outros

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Verrísimo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

24. Ato de Concentração nº 08012.002865/2011-44 (b)

Requerentes: Colgua Investments S/A e Unialco S.A. - Álcool e Açucar

Advogados: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto e Renata Fonseca Zuccolo

Relator: Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

25. Averiguação Preliminar nº 08700.004336/2007-41

Representante: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Representados: ThyssenKrup Elevadores S.A.

Advogado(s): Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Fábio Malatesta dos Santos e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, deu provimento parcial ao recurso de ofício e determinou: i) o arquivamento da Averiguação Preliminar com relação à denúncia de supostas dificuldades no acesso a peças para atividades de reparo e manutenção de elevadores; e ii) o retorno dos autos, ainda em sede de Averiguação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Preliminar, para o esclarecimento das controvérsias levantadas a respeito da conduta praticada pela TKE quanto às eventuais dificuldades relacionadas ao acesso aos softwares de programação para as atividades de reparo e manutenção dos elevadores, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

11. Ato de Concentração n.º 08012.013177/2010-29

Requerentes: MasterCard Services Limited e Travelex do Brasil Administração e Participações Ltda.

Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Luciana Féres Zogbi Porto e outros

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

12. Ato de Concentração nº 08012.000412/2011-83

Requerentes: Nycomed Pharma Ltda e Brasterapica Indust. Farmaceutica SE Ltda.

Advogados: Carlos Magno N. Rodrigues

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou condicionada à adequação do aspecto temporal da cláusula de não-concorrência no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária no valor de 6.000 (seis mil) UFIR, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

18. Ato de Concentração n° 08012.003060/2011-18

Requerentes: HSM Escola de Negócios Ltda. e RBS Comunicações S.A.

Advogados: Tito Amaral de Andrade, Helena Borges Pereira Cyrino de Sá, Victor Borges Cherulli.

Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, com imposição de multa por intempestividade, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária no valor de 6.000 (seis mil) UFIR, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

27. Averiguação Preliminar nº 08012.014050/2007-21

Representantes: Ministério Público do Estado de São Paulo e Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Representadas: Guerbet Produtos Radiológicos Ltda., Justesa Imagem do Brasil S.A., Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda., Mallinckrodt do Brasil Ltda. e Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A.

Advogados: Não constam dos autos

Relator: Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça

Decisão: O Plenário, por unanimidade, negou provimento ao recurso de ofício e determinou o arquivamento da Averiguação Preliminar, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Embargos de Declaração no Ato de Concentração nº 08012.012528/2010-84

Embargantes: Mineração Usiminas S.A. e MMX Mineração e Metálicos S.A.

Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, Renata Tormin, Leonardo Maniglia Duarte e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro-Relator.

Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário

Despacho PRES nº 65/2011 (AC 08012.002148/2008-17), 66/2011 (AC 08012.001166/2008-81), 67/2011 (PA 08012.007443/1999-17), 68/2011 (indicação de procurador substituto), apresentados pelo Presidente Substituto Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo;

Despacho CEJR nº 20/2011 (Confidencial), ofícios nº 856/2011 e 857/2011 (AC 08012.005889/2010-74), 992/2011 (Comitê Gestor do Pro-REG - Casa Civil), apresentados pelo Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo;

Despacho RMR nº 11/2011 (AC 08012.004436/2010-210, 12/2011 (AC 08012.002937/2011-53), ofícios nº 858/2011, 911/2011, 930/2011 e 957/2011 (AC 08012.011135/2010-53), 887/2011 (AC 08012.006533/2010-58), 888/2011 (AC 08012.000109/2011-81), 931/2011 e 932/2011 (AC 08012.000447/2011-12), 1023/2011 (AC 08012.002864/2011-08), apresentados pelo Conselheiro Ricardo Machado Ruiz;

Ofícios ASOL nº 859/2011 (AC 08012.013055/2010-32), 914/2011 (AC 08012.004238/2010-62), 947/2011 (AC 08012.002343/2011-42), 949/2011 (AC 08012.002340/2011-17), 960/2011 (AC 08012.000649/2011-64), 961/2011 (AC 08012.010274/2010-60), 965/2011 (AC 08012.000618/2011-11), 969/2011(MC 08700.000628/2010-18), 1014/2011 (AC's 08012.002539/2011-37 e 08012.000170/2011-28), apresentados pelo Conselheiro Alessandro Serafin Octaviani Luis;

Ofícios ECM nº 863/2011 e 968/2011 (AC 08012.001157/2009-71), 874/2011, 905/2011, 915/2011 e 1022/2011 (AC 08012.002916/2011-38), 963/2011 (AP 08012.006641/2005-63), 967/2011, 970/2011, 1013/2011 e 1017/2011 (AC 08012.007197/2010-61), apresentados pelo Conselheiro Elvino de Carvalho Mendonça;

Ofícios MPV nº 912/2011 e 921/2011 (AC 08012.010473/2009-34), 913/2011 (AC 08012.004857/2009-18), apresentados pelo Conselheiro Marcos Paulo Veríssimo.

Aprovação da Ata

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 11h45 do dia dezoito de maio de dois mil e onze, Presidente Substituto do CADE, Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, declarou encerrada a sessão.

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO
Presidente do Conselho
Substituto

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº11.607, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000836/DPF/PFO/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOTAL PROTECTION SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.570.191/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL, com Certificado de Segurança nº 500/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.620, DE 10 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1394/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa STOP POWER CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.977.966/0001-37, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

15100 (quinze mil e cem) Espoletas para Munição calibre 38,

15100 (quinze mil e cem) Projéteis para Munição calibre 38,

15100 (quinze mil e cem) Estojos para Munição calibre 38,

1900 (um mil e novecentos) Espoletas para Munição calibre .380,

1900 (um mil e novecentos) Projéteis para Munição calibre .380,

1850 (um mil, oitocentos e cinquenta) Estojos para Munição calibre .380,

750 (setecentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 12,

5000 (cinco mil) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.641, DE 11 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1499/DPF/JFA/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa JKMG SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP, CNPJ nº 09.484.451/0001-16, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,

2 (dois) Pistola(s) calibre .380,

2 (dois) Espingarda(s) calibre 12,

60 (sessenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

90 (noventa) Cartuchos de Munição calibre .380,

42 (quarenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.650, DE 17 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000832/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MD SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 94.308.798/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL , com Certificado de Segurança nº 498/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.651, DE 17 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1476/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa CACTUS - CENTRO DE INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 16.151.730/0001-23, sediada na BAHIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

37350 (trinta e sete mil, trezentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

350 (trezentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.654, DE 17 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000674/DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIG VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.668.768/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no PIAUI, com Certificado de Segurança nº 698/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.667, DE 17 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1638/DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve: CONCEDER autorização à empresa ASTECOSERV SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.458.448/0001-77, sediada em SERGIPE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

9 (nove) Revólver(es) calibre 38,

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

150 (cento e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.679, DE 17 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1388/DPF/BRU/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.805.877/0001-48, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

18 (dezoito) Revólver(es) calibre 38,

216 (duzentos e dezesseis) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.680, DE 17 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1634/DPF/RPO/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa DEFENSE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTE LTDA., CNPJ nº 05.564.814/0003-34, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA DA IMPRENSA NACIONAL

5040 (cinco mil e quarenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

2520 (dois mil, quinhentos e vinte) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.697, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001498/DPF/JFA/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JKMG SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP, CNPJ nº 09.484.451/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar em MINAS GERAIS, com Certificado de Segurança nº 920/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.698, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000872/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEAL - SEGURANÇA ALTERNATIVA LTDA , CNPJ nº 03.949.685/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 872/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.700, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/1518/DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa HÓRUS SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ/MF: 07.456.713/0001-03, para exercer a atividade de Escolta Armada no PARANA.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.701, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/418/DPF/XAP/SC, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa HELP EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.309.155/0003-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em SANTA CATARINA, com Certificado de Segurança nº 938/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.702, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2010/007110/DPF/CAS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEMPRE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.190.738/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 324/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.703, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001093/DPF/SMT/ES, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AFEQUE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.841.990/0003-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no ESPÍRITO SANTO, com Certificado de Segurança nº 876/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.704, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001610/DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MUNDIAL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.482.443/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no ESPÍRITO SANTO, com Certificado de Segurança nº 884/11, expedido pelo DREX/SR/DPF

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.707, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000557/DPF/CRU/PE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MANDACARU VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.591.143/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em PERNAMBUCO, com Certificado de Segurança nº 834/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.711, DE 18 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1679/DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa CEPAV - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES S/C., CNPJ nº 20.509.337/0001-36, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

56000 (cinquenta e seis mil) Espoletas para Munição calibre 38,

5500 (cinco mil e quinhentos) Espoletas para Munição calibre .380,

2500 (dois mil e quinhentos) Espoletas para Munição calibre 12,

10500 (dez mil e quinhentos) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 12/08/2010, pág. 30, Seção I. Processo N° 08505.096492/2009-06 - Geronimo Anti Mamani.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 25/01/2011, pág. 20, Seção I. Processo N° 08455.099999/2009-46 - Pan Gui.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 26/04/2010, pág. 30, Seção I. Processo N° 08389.032266/2009-62 - Nathan Pierre Robert Chistodoulatos.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 27/12/2010, pág. 70, Seção I. Processo N° 08505.096387/2009-69 - Guojie Tan.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 17/12/2010, pág. 101, Seção I. Processo N° 08455.100058/2009-62 - Mingliang Su.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 22/12/2010, pág. 64, Seção I. Processo N° 08460.035000/2009-61 - Zongdi Xue.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 26/04/2010, pág. 31, Seção I. Processo N° 08505.099906/2009-41 - Filipe Alexandre Pinheiro Rodrigues Ferreira.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 08/02/2011, pág. 33, Seção I.Processo N° 08460.024704/2009-17 - Zeng Yiman.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 31/03/2010, pág. 65, Seção I. Processo N° 08505.101328/2009-10 - Xuexiong Zeng.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 26/04/2010, pág. 30, Seção I. Processo N° 08460.035017/2009-19 - Zhirong Xie.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 26/04/2010, pág. 31, Seção I. Processo N° 08455.098695/2009-61 - Jin Zhongyan.

Tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato ou de direito capazes de modificar a decisão recorrida, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato denegatório publicado no Diário Oficial da União de 24/02/2011, pág. 80, Seção I. Processo N° 08505.101612/2009-96 - João Carlos Emilio da Rocha Mattos.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto, temporário item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08280.038632/2010-39 - Bretislav Micek

Processo Nº 08354.001599/2010-81 - Sara Gomez Matajira

Processo Nº 08354.006594/2010-44 - Klaus Peter Kinzel, Amaury Felix Kinzel, Catherine Arlette Annie Debray Kinzel e Nina Sandrine Kinzel

Processo Nº 08460.047010/2010-83 - Eduardo Ortega Barria, Alejandra Ortega Romero, Isabel Ortega Romero e Luz Isabel Romero de Ortega

Processo Nº 08460.051364/2010-22 - Glen Gary Edwards e Brenda Lee Edwards

Processo Nº 08461.006171/2010-15 - Wilson Prada Ligeron, Ana Carola Prada Limon, Modesta Limon e Yoselin Prada Limon

Processo Nº 08461.006172/2010-51 - Kelvin Bolivar Diaz Sanchez, Andres David Diaz Palma e Elena Del Rocio Palma Lopez

Processo Nº 08505.063669/2010-13 - Otto Ricardo Matarrita Taylor

Processo Nº 08505.063720/2010-97 - Peng Zhigang e Weiqin Qi

Processo Nº 08505.067548/2010-41 - Shohei Nakao

Processo Nº 08505.068496/2010-20 - Carlos Alberto Matus Cornejo

Processo Nº 08505.068663/2010-32 - Sergio Arguedas Jimenez.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.010973/2011-49 - Lucrecia Natalia Colominas

Processo Nº 08505.067652/2010-35 - Ignacio Raul Menescardi.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08437.001367/2009-79 - Rodolfo Gabriel Etchepare

Processo Nº 08508.000987/2011-24 - Julia Alejandra Pezuk.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Processo Nº 08505.007194/2010-85 - Maria Celeste Caballero

Processo Nº 08354.008235/2009-98 - Jose Eduardo Lankes

Processo Nº 08505.009862/2010-17 - Juan Martin Malescio Bistuer

Processo Nº 08505.037551/2010-30 - Juan Manuel Maresca

Processo Nº 08458.006347/2009-46 - Lucas Hernan Povoli

Processo Nº 08390.003063/2010-63 - Ailen Roberto

Processo Nº 08495.003986/2010-47 - Valeria Giordano.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da manifestação favorável do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO, com base em cargo diretivo, o Pedido de Transformação de Visto item V em Permanente. Processo N° 08000.007638/2010-63 - Teruhiko Ozawa.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da manifestação favorável do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO, com base em cargo diretivo, o Pedido de Transformação de Visto item V em Permanente. Processo N° 08461.002061/2010-76 - Jean Bernard Nicolas Poilpre, Maena Astrid Marie Poilpre, Eleana Astrid Marie Poilpre e Astrid Marie Isabelle Louvet.

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 11/11/2010, página 34, para conceder a permanência, com nos termos do art. 75, II,"b", da Lei 6.815/80. Processo N° 08494.002207/2010-04 - Uwe Kiefner.

Determino o arquivamento do pedido de permanência, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do estrangeiro ao País. Processo N° 08460.011807/2010-42 - Thies Werner Posken.

INDEFIRO o pedido de Republicação, tendo em vista que a requerente não ter sido localizado no endereço fornecido. Processo N° 08503.004607/2009-56 - Defo Innocent.

INDEFIRO o pedido de Republicação, tendo em vista que a requerente não ter sido localizado no endereço fornecido. Processo N° 08505.018480/2009-32 - Aino Bert Santos Gusewski.

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
Substituta

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08107.001628/2010-26 - Fabio Ramon Barrios

Processo Nº 08125.000831/2011-48 - Sonia Elizabeth Estehe

Processo Nº 08257.002295/2010-39 - Lin Hequn

Processo Nº 08340.002006/2007-57 - Luis Miguel Baptista Nobre

Processo Nº 08389.027784/2006-11 - Yu Kuo Hsien

Processo Nº 08460.026130/2009-11 - Sergio Manuel de Oliveira Duarte Ribeiro

Processo Nº 08475.022348/2010-63 - Romina Temo Zeballos

Processo Nº 08707.004915/2009-95 - Edgardo Alfredo Bolivar Ramirez

Processo Nº 08708.003393/2009-02 - Hiroshi Chono.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.005148/2011-12 - Juan Jose Javier Kolodzinski.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08375.000037/2011-52 - Gonçalo José Pires Vicente

Processo Nº 08377.000688/2008-27 - Enrico Frank Caballero

Processo Nº 08390.001392/2011-51 - Jose Luis Alvarez Perez

Processo Nº 08390.005233/2010-44 - Go Terai

Processo Nº 08420.026022/2009-15 - Franciscus Leonardus Ramaekers

Processo Nº 08444.006924/2009-59 - Reinier Roland Fraterman

Processo Nº 08460.001955/2011-30 - Sarah Claudia Trembly Corriveau

Processo Nº 08520.002851/2011-91 - Osmel Antonio Cisnero Gomez

Processo Nº 08520.002889/2011-63 - Kyler James Gates

Processo Nº 08531.000615/2011-19 - Santos Jaime Estrada Medina

Processo Nº 08708.000665/2011-29 - Vlatko Zaimovic.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Processo Nº 08507.000812/2010-46 - Salvatore Pompeo e Roberta Pompeo.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não preenchem os requisitos do art.75, II, "a", da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08102.001290/2011-33 - Dirk Gruschinski

Processo Nº 08503.001392/2010-55 - Francisco Leal Viera da Costa.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros encontram-se fora do País.

Processo Nº 08375.001641/2009-81 - Guillermo Fabian Affede

Processo Nº 08444.004962/2010-19 - Nils Hoffmeyer.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, "b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08389.001174/2011-55 - Alfonso Suarez Almada.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo Nº 08504.003335/2011-81 - German Ariel Yakubisin.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000402/2011-87 - Anca Nicoara Cei e Perrine Camille Roussel, até 07/05/2012

Processo Nº 08000.000574/2011-51 - Jean Luc Andre Henri Formento e Marion Fanny Formento, até 22/03/2013

Processo Nº 08000.000599/2011-54 - Alejandro Paredes Nunez e Viridiana Alin Salceda Aguirre, até 25/03/2013

Processo Nº 08000.000672/2011-98 - John Eugene Dingler, até 13/04/2012

Processo Nº 08000.000689/2011-45 - Martijn Dingeman Kleijn, até 17/03/2013

Processo Nº 08000.000708/2011-33 - Eduardus Nicolaas Johannes Wempe, até 13/02/2012

Processo Nº 08000.000710/2011-11 - Edgar Alexander Henao Pinto, até 06/04/2013

Processo Nº 08000.000754/2011-32 - William Khalifa Martin, até 21/02/2012

Processo Nº 08000.000938/2011-01 - Uwe Wolfgang Winter, Myriam Winter, Roshidah Binti Abdul Rashid e Sarah Winter, até 27/02/2012

Processo Nº 08000.001179/2011-95 - Claudio Felice Merulla, até 04/03/2013

Processo Nº 08000.001222/2011-12 - Tulio Miguel Duran Valecilla, até 24/04/2013

Processo Nº 08000.001469/2011-39 - Rodrigue Emmanuel Fangoua Yanze, até 09/04/2012

Processo Nº 08000.001483/2011-32 - Reyes Arturo Fuentes Lipe, até 28/10/2011

Processo Nº 08000.002034/2011-10 - Cecile Florence Lucette Vial, até 07/04/2013

Processo Nº 08000.002082/2011-08 - Alan Kuruvilla George, até 09/05/2012

Processo Nº 08000.002088/2011-77 - Lars Jetlund Hansen, até 26/02/2013

Processo Nº 08000.002101/2011-98 - Evelyn Otti Joerg, até 06/03/2013

Processo Nº 08000.002415/2011-91 - Paul Baxter Hudson, até 12/03/2013

Processo Nº 08000.002755/2011-11 - Leonides Valencia Cristobal, até 12/12/2011

Processo Nº 08000.002867/2011-72 - Fernando Heredia Ruiz, até 23/03/2012

Processo Nº 08000.011305/2010-39 - Sanford Ray Meaux, até 08/09/2011

Processo Nº 08000.012198/2010-66 - Osvaldo Francisco Alcocer Sr e NELDA CATALINA OLIVARES DE ALCOCER, até 31/01/2013

Processo Nº 08000.012266/2010-97 - Alexandre Eduardo Sousa da Cruz, Ana Cristina Bento Fernandes da Cruz e Maria Beatriz Fernandes da Cruz, até 24/11/2012

Processo Nº 08000.013169/2010-11 - Jan Erik Fois, Marnix John Fois e Rachael Janine Bray, até 19/03/2013

Processo Nº 08000.014985/2010-42 - Danilo Navarro Ladan, até 25/04/2013

Processo Nº 08000.014987/2010-31 - Djordje Govedarica, até 25/04/2013

Processo Nº 08000.015295/2010-19 - Kelby Aaron Ladner, até 20/04/2013

Processo Nº 08000.015521/2010-53 - Grant Macpherson, até 09/04/2013

Processo Nº 08000.019218/2010-20 - Jerry Lynn Wilhite, até 20/04/2012

Processo Nº 08000.019319/2010-09 - Carlos Daniel Galvez Areneda, Daniel Ignacio Galvez Reyes, Maria Consuelo Galvez Reyes e Pamela Luisa Reyes Alarcon, até 03/03/2013

Processo Nº 08000.020592/2010-78 - Michael Paul Oscar Puhl, Jan Stefan Puhl, Katrin Puhl e Tom Julius Puhl, até 12/01/2013

Processo Nº 08000.020718/2010-12 - Mihai Dulgheroiu, até 05/03/2013

Processo Nº 08018.009861/2009-12 - Ashish Rajendra Singh, até 15/07/2011

Processo Nº 08390.000181/2011-09 - Alexei Gino Najar Jimenez, Lissette Eloisa Andrade Linarez e Rebeca Ximena Najar Andrade, até 19/01/2013

Processo Nº 08460.044705/2010-11 - Michael Gregory Duren, até 03/11/2011

Processo Nº 08461.006194/2010-11 - Paulo Manuel Pereira Rodrigues, até 26/11/2011

Processo Nº 08461.006269/2010-64 - Darrell Edward Podaima, até 26/11/2011.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.014032/2010-84 - Serge Leblanc,até 26/11/2011

Processo N° 08000.002507/2011-71 - Claudio Silanos, até 27/02/2012

Processo N° 08000.002075/2011-06 - Harm Sebastiaan Vermeij, Cornelia Haupt e Phileas Sander Vermeij, até 04/02/2013

Processo N° 08000.001274/2011-99 - Luis Ramon Acevedo Guevara, até 21/02/2012

Processo N° 08000.001232/2011-58 - Carlos Acosta Machaca, até 02/02/2013

Processo N° 08000.000726/2011-15 - Johnny Pabel Reyes Sanchez, até 28/01/2012

Processo N° 08000.000525/2011-18 - Bartele Van Der Zwaag,até 20/09/2011

Processo N° 08000.014980/2010-10 - Pradeep Kuttuva Malarmani, até 12/11/2011

Processo N° 08000.001103/2011-60 - Nicolas Ilich Medina Roldan, até 13/02/2012

Processo N° 08000.003467/2011-84 - Kurt Norvald Haugen,até 04/04/2012

Processo N° 08000.013180/2010-81 - Romualdus Josephus Leonardus Maria Den Ouden, Hermien Den Ouden Van Der Werff e Ileen Arianne Den Ouden, até 23/10/2012

Processo N° 08000.001623/2011-72 - Frode Bygdevoll Laursen, até 14/02/2012

Processo N° 08000.003433/2011-90 - Maria da Graça Gomes Fernandez Regterschot, até 20/03/2012

Processo N° 08000.000083/2011-18 - Joshua Luna Martinez,até 05/01/2012

Processo N° 08000.000526/2011-62 - Dennis Ferry Klompmaker, até 20/09/2011

Processo N° 08000.000527/2011-15 - Berend Bouwmeester, até 20/09/2011

Processo N° 08000.000702/2011-66 - Virgilio Monteclaro Mahilum, até 06/11/2011

Processo N° 08000.002036/2011-09 - Thomas Oswin Konig, até 01/02/2012

Processo N° 08000.002064/2011-18 - Jean Baptiste Francois Xavier Caille, até 09/02/2013

Processo N° 08000.002506/2011-26 - Denis Alexandrovich Gorbunov, até 27/02/2012.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.002928/2011-00 - Kevin James Hosie

Processo Nº 08000.004419/2010-22 - Ian Wards

Processo Nº 08000.004458/2010-20 - Mario Carlos Thompson

Processo Nº 08000.007641/2010-87 - Niall Alistair Christie

Processo Nº 08354.006791/2010-63 - Giancarlo Luigi Bertoldi

Processo Nº 08505.035403/2010-81 - Fabien Charles Toussaint Chenal e Sophie Albert Chenal.

Determino o arquivamento do pedido de prorrogação de prazo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). Processo Nº 08000.019236/2010-10 - Burkhard Edgar Pick.

INDEFIRO os pedido de prorrogação de prazo, temporário(s) item V, abaixo relacionados, nos termos do art. 4º, Parágrafo Único, c/c art. 5º da Resolução Normativa nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração, tendo em vista que o(s) estrangeiro(s) já foi (foram) agraciado(s) com uma prorrogação e não se trata de contrato com cláusula de garantia.

Processo N° 08000.002656/2011-30 - Sun Shigang

Processo N° 08000.002424/2011-81 - Jens Adler

Processo N° 08460.002143/2011-10 - Stian Sjoelund

Processo N° 08000.002536/2011-32 - Dieter Harald Rehm.

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, abaixo relacionados, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.

Processo Nº 08000.003779/2010-15 - Nayeem Abdul Hadi Chowdhury

Processo Nº 08000.004264/2010-24 - Gonçalo Miguel de Moura Loureiro

Processo Nº 08000.007065/2010-78 - Yury Chernov

Processo Nº 08000.007068/2010-10 - Sergey Grichkovskiy

Processo Nº 08000.007288/2010-35 - Gexing Zhang

Processo Nº 08000.007430/2010-44 - Yunming Li

Processo Nº 08000.008767/2010-79 - Oleksandr Serdyuk

Processo Nº 08000.008769/2010-68 - Mykola Mykhaylenko

Processo Nº 08000.008770/2010-92 - Oleg Didenko

Processo Nº 08000.008773/2010-26 - Vyktor Romanchuk

Processo Nº 08000.011009/2010-38 - Roin Kakhidze

Processo Nº 08000.011274/2010-16 - Albert Charel Von Thun

Processo Nº 08018.008690/2009-12 - Kaunige Mohammed

Processo Nº 08354.008931/2009-02 - Juan Ramon Munoz Oyarzun

Processo Nº 08390.000922/2010-62 - Ryusuke Nakane, Chihiro Nakane e Haruko Nakane

Processo Nº 08390.002063/2010-46 - Gregory Michael Bastien, Conner Michael Bastien, Joselyn Milagros Bastien, Laurie Ellen Bastien, Samantha Rose Bastien e Victor Se Yoon Bastien

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.003460/2010-09 - Allan Veniegas Manarin, Aelaine Sarah Llagas Manarin, Aelene Sandra Llagas Manarin, Allen Giorgio Llagas Manarin e Babylene Llagas Manarin

Processo Nº 08505.009776/2010-04 - Sebastian Andres Herrera Arancibia

Processo Nº 08505.014021/2010-13 - Maria Olivia Martin

Processo Nº 08506.000965/2010-01 - Xingtong Zhang.

INDEFIRO os pedidos de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, abaixo relacionados, considerando que não há previsão legal para a prorrogação do visto temporário com amparo no Art. 6º da RN nº 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08240.006407/2011-91 - Zhifeng Zhao

Processo N° 08460.009055/2011-31 - Ashish Anil Medhekar

Processo N° 08460.009057/2011-20 - Shankar Singh.

Processo N° 08460.009058/2011-74 - Ashok Yadav

Processo N° 08460.009060/2011-43 - Shahid Alam

Processo N° 08240.005840/2011-17 - Jun Kuruki

Processo N° 08240.005838/2011-30 - Junya Yamashita

Processo N° 08000.006503/2011-61 - Eonio Manuel Apolinario Trindade

Processo N° 08000.006578/2011-42 - Mohan Kumar Velicheti

Processo N° 08000.006657/2011-53 - Gerard Robert Pinchon

Processo N° 08000.006656/2011-17 - Sanjay Kumar

Processo N° 08000.006655/2011-64 - Ranjeet Kumar

Processo N° 08000.005361/2011-15 - Rafael Hernando Pinedo Consuegra

Processo N° 08000.005421/2011-08 - Charles Ira Elliston

Processo N° 08460.011499/2011-36 - James Campbell Thomas Miller.

INDEFIRO o pedido de prorrogação, por ter se esgotado o prazo da estada legal no País, nos termos do art. 38 da Lei nº 6.815, de 1980. Processo Nº 08000.021318/2010-16 - Maria Alejandra Garcia Castillo

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000236/2011-19 - Jonathon Robert Jay, até 06/02/2012

Processo Nº 08000.000867/2011-38 - Jennifer Suzanne Harper, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000868/2011-82 - James Richard Birdsall, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000869/2011-27 - Taylor Michael Brody, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000870/2011-51 - Matthew Kyle King, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000871/2011-04 - Andrew Michael Morrow, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000872/2011-41 - Tyler Hugh Larsen, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000873/2011-95 - Ian Gregor Steffensen, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000874/2011-30 - Jonathan Edward Subacz, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000875/2011-84 - David Scott Willoughby II, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000876/2011-29 - Nathaniel James Stoddard, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000877/2011-73 - Christopher Adam Dellrie, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000878/2011-18 - Dylan Deans Hutchison, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000879/2011-62 - Blair Shaw Ritchie, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000880/2011-97 - Dale Eric Schvaneveldt, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000881/2011-31 - Amanda Lynn Beach, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000882/2011-86 - Tyler Andrew Dean, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000883/2011-21 - Benjamin Durrant Dewey, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000884/2011-75 - Devin Ronald Flake, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000885/2011-10 - Trey James Gunnell, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000886/2011-64 - Natalie Camille Hall, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000887/2011-17 - Colton J Mortensen, até 12/02/2012

Processo Nº 08000.000888/2011-53 - David Joseph Munk, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000889/2011-06 - Spencer Ray Olsen, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000890/2011-22 - Ryan Troy Shaddick, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000891/2011-77 - Tyson Lamont Shaw, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000892/2011-11 - Cody Bertrand Staats, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000893/2011-66 - Nathan Bradley Christofferson, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000894/2011-19 - Michael Kenneth Jones, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000895/2011-55 - Matthew Arthur Reidhead, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000896/2011-08 - Nathan Chase Kunz, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000897/2011-44 - Braden James Mcdonald, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000898/2011-99 - Stephen Joseph Parry, até 13/02/2012

Processo Nº 08000.000900/2011-20 - Joseph Lee Robinson, até 13/02/2012

Processo Nº 08000.000901/2011-74 - Matthew Derek Bevans, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000902/2011-19 - Shawn Lawson Foster, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000903/2011-63 - Colton Keeley Gillett, até 15/02/2012

Processo Nº 08000.000904/2011-16 - Brandon Thomas Tafoya, até 15/02/2012

Processo Nº 08000.000906/2011-05 - Christian Allan Ferreira, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000907/2011-41 - Spencer Robert Ormsby, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000908/2011-96 - Justin Scott Fawson, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000909/2011-31 - Cameron Anders Bardsley, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000910/2011-65 - Nicholas Zachary Paul, até 13/02/2012

Processo Nº 08000.000911/2011-18 - Jacob Dix Cloward, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000912/2011-54 - Eric David Gillies, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000913/2011-07 - Katie Lynn Davis, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000914/2011-43 - David Allen Koerper, até 13/02/2012

Processo Nº 08000.000915/2011-98 - Brandt Michael Bennett, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000916/2011-32 - Christopher Ray Stephenson, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000918/2011-21 - Eric Gary Fuller, até 11/02/2012

Processo Nº 08000.000919/2011-76 - Abigail Marshall, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000920/2011-09 - David Louis Boudrero, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000921/2011-45 - Landon David Bybee, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000922/2011-90 - Ammon Mark Latham, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000923/2011-34 - Matthew John Leary, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000924/2011-89 - Miles Manwaring, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000925/2011-23 - Stuart Dean Oldroyd, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000926/2011-78 - Andrew Dale Stone, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000927/2011-12 - Robert Jessee White, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000928/2011-67 - Kendrick Paul Adams, até 14/02/2012

Processo Nº 08000.000929/2011-10 - Cory Ladd Albrechtsen, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000930/2011-36 - Marcy Petersen, até 13/02/2012

Processo Nº 08000.000931/2011-81 - Justin Brian Riding, até 13/02/2012

Processo Nº 08000.000932/2011-25 - David Jordan Roblyer, até 13/02/2012

Processo Nº 08000.000933/2011-70 - Braden Luke Syphus, até 13/02/2012

Processo Nº 08000.000934/2011-14 - Hyrum John Wendel, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000935/2011-69 - Cameron Clegg Goold, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.000936/2011-11 - Austin James Mickelson, até 16/02/2012

Processo Nº 08000.001026/2011-48 - Cody Michael Colson, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001027/2011-92 - James Lon Harrington, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001028/2011-37 - Forrest Dayton Minor, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001029/2011-81 - Tyler William Slaughter, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001030/2011-14 - Jonathan Zachery Christensen, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001031/2011-51 - Nathan Dean Cutler, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001032/2011-03 - Michael James Forsyth, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001033/2011-40 - John Reed Harrison, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001034/2011-94 - Todd Weight Oakey, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001035/2011-39 - Jared Cornell Bringhurst, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001036/2011-83 - Christian James Coslett, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001037/2011-28 - Cameron Todd Gabriel, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001038/2011-72 - Dylan Joseph Hann, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001040/2011-41 - Alexander Blaine Mc Kay, até 24/02/2012

Processo Nº 08000.001041/2011-96 - Andrew Carter Holman, até 26/02/2012

Processo Nº 08000.001042/2011-31 - Taft Jordan Ashcraft, até 24/02/2012

Processo Nº 08000.001043/2011-85 - Gary Lee Smith, até 24/02/2012

Processo Nº 08000.001044/2011-20 - David Tyler Sharratt, até 24/02/2012

Processo Nº 08000.001045/2011-74 - Dustyn K Naki, até 25/02/2012

Processo Nº 08000.001046/2011-19 - Matthew Wilson Hall, até 26/02/2012

Processo Nº 08000.001047/2011-63 - Ross Alan Hartley, até 26/02/2012

Processo Nº 08000.001048/2011-16 - Nathan Scott Turley, até 26/02/2012

Processo Nº 08000.001051/2011-21 - Brant Newell Harsh, até 25/02/2012.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
P/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 134, DE 18 DE MAIO DE 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Filme: A MENINA DO MAR (Brasil - 2010)
Produtor(es): Jorge Sabico
Diretor(es): Mauro D`addio
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Agressão Verbal e Agressão Física
Tema: Folclore
Processo: 08017.001153/2011-68
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil

Filme: FALE COMIGO (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Audrey Martiliano da Silva
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Assassinato e Presença de sangue
Tema: Conflitos
Processo: 08017.001239/2011-91
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: LADOS OPOSTOS (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Amanda Gharib/Anna Cláudia/Glaice Mack/Josivânia Araújo/Karina Alvares/Priscila Duarte
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Chula e Ato Criminoso
Tema: Sequestro
Processo: 08017.001244/2011-01
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: DAME LA HORA (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Rodrigo Espíndola/Emanuela Franco/William Alexandrino/Rebeca Manderjano/Thaís Ribeiro
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Urgência
Processo: 08017.001245/2011-48
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: COMEDOR DE PAPEL (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Carlos Eduardo Côrtez/Daiane Neves/Sibila Gomes/Suelen de Camargo/Verena Pacelli

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Poesia
Processo: 08017.001246/2011-92
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: COMA CULTURAL (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Darília Lilbé/Douglas Ferreira/Graziele Ribeiro/Rafaella Mozz/Regiane Andrade/Ricardo Chagas
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Chula
Tema: Cultura
Processo: 08017.001247/2011-37
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: NAMORO PARA LUA (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Thaís Barros/Fernanda Mendes/Nathan Feliciano/Agostinho J. Souza/William Estrela
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Sonho
Processo: 08017.001249/2011-26
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: PULMÕES URBANOS (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Danilo Ferrari/Jean F. Damasco/Ariel Santana/Augusto Rabelo/Kamila Pereira
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Urbanização
Processo: 08017.001251/2011-03
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: SUJEIRA CAUSA DOIDEIRA (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Nathalia Meira/Eric Sacramento/Jéssica Rodrigues Faustino/Luiz Carlos/Roger Mayer/Yasmin Alves Poloni
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Poluição
Processo: 08017.001252/2011-40
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: TIME OF LOVE (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Alexandre Carvalho/Daiane Andrade/Rubens de Andrade/Maria Janielle/Wesley Martins
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas
Tema: Lembranças
Processo: 08017.001253/2011-94
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: SENTIDO BYTE (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Daniela Tomé/Evelin Rodrigues/Janaína Pereira/Joceimar Ribeiro/Paula Rocha/Raphael Ferreira
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Tecnologia
Processo: 08017.001254/2011-39
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: E SE FOSSE VOCÊ? (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Aline Castanheira/Bianca Marianno/Pedro Ícaro/Sérgio Silva/Thaís Pissolato/Vitor Ferreira
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Chula e Ato Criminoso
Tema: Tráfico de Animais
Processo: 08017.001255/2011-83
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: O PLANO (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Luis Ruiz/Gabi Souza/Doko Calvacanti/Filipe Almeida/Rick Jocker
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Agressão Física
Tema: Aventura
Processo: 08017.001257/2011-72
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: VIRANDO O JOGO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Bruno Cesar Okubo da Silva/Kleyton Willyans Ortiz Andrade/Gabriel Falcão Okubo Santos/Kátia Conceição Leal/Leandro Santos Rosa
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Infância
Processo: 08017.001258/2011-17
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: PODERIA SER DIFERENTE (Brasil - 2010)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Miguel Adianio Pereira de Souza/Gabriela Costa Gaspar/Elaine Lacerda Barbosa/Eliana G. Cardozo/Fábio José de Lima
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Casamento
Processo: 08017.001259/2011-61
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: PASSAREDO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Luciano Rodrigo da Silva Reis/Ester da Silva/Johnny do Rosário Ferreira/Sérgio Bruno de Paula Silva/Henrique Góis de Melo
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Experimental
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Hábito
Processo: 08017.001260/2011-96
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: 8 MIL (Brasil - 2010)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Elisangela de Oliveira Duarte/Danielle Lima dos Santos/Maura Pereira da Silva/Nayara Nascimento do Carmo
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Desapropriação
Processo: 08017.001263/2011-20
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: PRECISA-SE (Brasil - 2010)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Marcelo P. das Neves/Natan B. Souza Castilho/Rafael Guimarães C. Sales/Carla Priscila dos Santos Macedo/Marlon Lacerda das Neves
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas , Linguagem Chula e Ato Criminoso
Tema: Criação
Processo: 08017.001264/2011-74
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: VOCÊ VÊ O QUE EU VEJO? (Brasil - 2010)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Eulmer Araújo Silva/Fernando Ribeiro de Lima/José Artenio de Alencar/Elaine alves de Souza/Girlene Santos Silva
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Chula
Tema: Preconceito
Processo: 08017.001265/2011-19
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

PORTARIA Nº 135, DE 18 DE MAIO DE 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar:

Filme: ENCHENTE - REFLEXÃO DOS SEUS ATOS (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Magda Gonçalves/Michael de Jesus/Paulo Cardoso/William Nunes
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Preservação Ambiental
Processo: 08017.001236/2011-57
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: OPS...! (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Deise Silva/Juliete Bernardo/Marcela Diniz/Rodrigo Souza
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário/Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Gravidez
Processo: 08017.001237/2011-00
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: VOZ DO TORCEDOR (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Danieli Barboza/Cíceo Tiago/Natália dos Santos/Patrícia Tavares
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Descrição de Violência
Tema: Futebol
Processo: 08017.001238/2011-46
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: CLAUSURA (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Rogério Novaes
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário/Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Sociedade
Processo: 08017.001240/2011-15
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: MODERNA IDADE (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Marcelo Carvalho Marques
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Internet
Processo: 08017.001241/2011-60
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: 1/2 KILO DE MELISSA (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Desireé Cantuária/Flávia Moura/Rebecca Oliveira/Fagner Lourenço/Thiago Ribeiro
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Agressão Verbal e Assassinato
Tema: Loucura
Processo: 08017.001242/2011-12
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: MARY ELLEN (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Beatriz C. Alburquereque/Carolini Rodrigues/Juliana Correa/Leila Bana/Luís Gustavo M. Garcia
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas e Agressão Verbal

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tema: Comportamento
Processo: 08017.001243/2011-59
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: O COMPOSITOR (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Douglas Prado/Heryke Vinícius/Thaís Santos
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas e Linguagem Chula
Tema: Coincidência
Processo: 08017.001248/2011-81
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: PRA SEMPRE COLORADO (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Adelton Pereira/Alexander Lima/Juenilson de Oliveira/Pedro Neto/Thamires da Silva
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Futebol
Processo: 08017.001250/2011-51
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: OLHO NO LANCE (Brasil - 2009)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Pedro Fernandes Carvalho/Kleberson Gomes Lima/Clariane Maria de Jesus Santos/Glimax Costa/Aline Barbosa Soares/Gabriel Rayson da Silva Santos
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Comunidade
Processo: 08017.001256/2011-28
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: SAMBA CANÇÃO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Joaquim W. Ferreira/Katharine de Oliveira Enomoto/Mariane da Silva Santa/Ramon de Souza Santos
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Popularidade
Processo: 08017.001261/2011-31
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: WWW.CONECTADO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Nataliane Pereira de Souza/Ana Paula da Silva Troy/Giselle Silva de Araújo/Jéssica Cristina da Silva/José Genilton Santos Silva
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Agressão Verbal
Tema: Tecnologia
Processo: 08017.001262/2011-85
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Filme: RECIFE FRIO (Brasil - 2009)
Produtor(es): Emilie Lesclaux
Diretor(es): Kleber Mendonça Filho
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Cultura Regional
Processo: 08017.001287/2011-89
Requerente: Marilha Naccari Santos
Filme: MATEMÁTICA DO AMOR (INVISIBLE SIGN, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Justin Berfild
Diretor(es): Marilyn Agrelo
Distribuidor(es): Antonio Fernandes Filmes/Califórnia Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Agressão Verbal e Agressão Física
Tema: Matemática
Processo: 08017.001340/2011-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Musical: GLAM NATION LIVE (Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Roy Lamanna
Diretor(es): Doug Spangenberg
Distribuidor(es): Sony Music Entertainment Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Show Musical
Processo: 08017.001342/2011-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: O ÚLTIMO VOO DO FLAMINGO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Maurício Andrade Ramos/Luis Galvão
Diretor(es): João Ribeiro
Distribuidor(es): Videofilmes Produções Artísticas Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência e Conteúdos Sexuais
Tema: Investigação
Processo: 08017.001424/2011-85
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: PRONTA PARA AMAR (A LITTLE BIT OF HEAVEN (AKA: EARTHBOUND), Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Mark Gill/Robert Katz
Diretor(es): Nicole Kassel
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Nudez , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Sobrevivência
Processo: 08017.001454/2011-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: VEJO VOCÊ NO PRÓXIMO VERÃO (JACK GOES BOATING, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Beth O'Neil/Peter Sarafa/Marc Turtletaub/Emily Ziff
Diretor(es): Philip Seymour Hoffman
Distribuidor(es): Imovision (Tag Cultural)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Consumo de drogas e Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Relacionamentos
Processo: 08017.001521/2011-78
Requerente: Imovision (Tag Cultural)
Trailer: HARRY POTTER E AS RELÍQUIAS DA MORTE - PARTE 2 (HARRY POTTER AND THE DEATHLY HALLOWS - PART 2, Estados Unidos da América / Reino Unido - 2010)
Produtor(es): David Heyman
Diretor(es): David Yates
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Processo: 08017.001530/2011-69
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Trailer: QUAL SEU NÚMERO? (WHAT'S YOU NUMBER, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Tripp Vinson
Diretor(es): Mark Mylod
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas
Processo: 08017.001533/2011-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Novela: REBELDE (Brasil - 2010)
Produtor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Diretor(es): Ivan Zettel
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Consumo de Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano
Processo: 08017.003761/2010-26
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

FERNANDA ALVES DOS SANTOS

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 18 de maio de 2011

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009:
Processo MJ nº 08017.000614/2011-85
Série: BERNIE MAC, UM TIO DA PESADA
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Tema: Cotidiano
CONSIDERANDO que a série "BERNIE MAC, UM TIO DA PESADA" foi apresentada sob a forma de autoclassificação, sendo que cada episódio foi apresentado como uma obra à parte, com seu próprio número protocolar.
CONSIDERANDO que a análise dos episódios da primeira temporada constatou a continuidade da trama, apresentando também coerência quanto à temática do relacionamento familiar, com tendências de indicação atenuadas por contexto, freqüência, relevância e mensagens positivas.
CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem como objetivo transmitir aos cidadãos informação completa e de fácil compreensão sobre o conteúdo de diversões públicas.
CONSIDERANDO que no presente caso a forma mais eficaz de transmitir a informação completa aos cidadãos, se faz de forma que a atribuição da classificação indicativa seja dada para a temporada completa e não por episódios isolados.
Resolvo apensar os processos de número protocolar 08017.000615/2011-20 a 08017.000635/2011-09, referentes aos episódios 01 ao 22 da primeira temporada da série, ao processo 08017.000614/2011-85 e indeferir os pedidos de autoclassificação, atribuindo a classificação "não recomendada para menores de 10 anos" por conter violência e consumo de drogas lícitas.

A Diretora, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve:
Processo MJ nº: 08017.000220/2007-41
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "9 (111) - A BONECA VALLERY (VALLERY OF THE DOLLS)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "10 (104) - MEIA NOITE NO JARDIM DE RONNIE BEEMAN (MIDNIGHT IN THE GARDEN OF RONNIE BEEMAN)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "11 (103) - A CAÇA DA BOA VAL (GOOD VAL HUNTING)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "12 (109) - A FUGA DE VAL-CATRAZ (ESCAPE FROM VAL-CATRAZ)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "13 (117) - VALLERY E A MÁFIA (THE LAST TEMPTATION OF VAL)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "14 (112) - VAL SITIADA POR UMA VINGANÇA (VAL UNDER SIEGE WITH A VENGEANCE)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "15 (114 - VALLERY NUMA FRIA (VAL ON THE RUN)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "16 (120) - NUVEM PERIGO (THUNDER VAL)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "17 (116) - TRABALHO DURO (THE QUIET BRAWLER)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "18 (119) - A VOZ OCULTA (K-VAL)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "19 (118) - A PRÓXIMA VÍTIMA (MUD SLIDE VAL)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "115 (20) - ACERTANDO AS CONTAS (RACING VAL)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "121 (21) - KAY EM AÇÃO (THREE DAYS TO A KILL)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Série: "V.I.P. - 1ª TEMPORADA"
Episódio(s) nº(s): "122 (22) - GAROTA DA PESADA (VAL THE HARD WAY)"
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Tema: Investigação
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência.
Indeferir os pedidos de reclassificação, versão editada, dos episódios da série, classificando cada um dos que estão descritos acima como "Não recomendado para menores de 12 (doze) anos".

FERNANDA ALVES DOS ANJOS
Em 19 de maio de 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve:
Processo MJ nº 08017.001453/2011-47
Filme: "HANNA"
Requerente: Columbia Tristar Buena Vista Films Of Brasil Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Tema: Sobrevivência
Deferir o pedido de reconsideração de classificação do filme, para "Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES
Adjunto

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 19 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre o Registro e a Licença de Aquicultor, para o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP.

A MINISTRA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de 1º de janeiro de 2011; de acordo com o inciso II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal; tendo em vista o disposto na alínea "d", do inciso XXIV, do art. 27, da Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003, alterado pela Lei n° 11.958, de 26 de junho de 2009; em conformidade com o disposto nos art. 25, da Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009; no Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967; na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004; e no disposto no Processo nº 00350.008992/2010-23, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos para a inscrição e licenciamento de pessoas físicas ou jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, na categoria de Aquicultor.

Parágrafo único: Os dados cadastrais referentes à inscrição e licenciamento do interessado serão armazenados no Sistema Informatizado do RGP - SisRGP, operacionalizado pelo MPA.

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 2º Para efeitos desta Instrução Normativa define-se:

I - aquicultura: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, sendo classificada como;

a) - comercial: quando praticada com finalidade econômica, por pessoa física ou jurídica;

b) - familiar: quando praticada por unidade unifamiliar, nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

c) - ornamental: quando praticada para fins de aquariofilia ou de exposição pública, com fins comerciais ou não.

II - aquicultor: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, exerce a aquicultura com fins comerciais;

III - Registro de Aquicultor: documento emitido em caráter individual e preliminar, em modelo adotado pelo MPA, considerado como instrumento comprobatório da primeira fase de inscrição do interessado junto ao RGP;

IV - Licença de Aquicultor: documento emitido em caráter individual, em modelo adotado pelo MPA, considerado como instrumento comprobatório da fase conclusiva de inscrição do interessado junto ao RGP, na categoria de Aquicultor, que o permite exercer a atividade de aquicultura;

V - unidade de aquicultura: conjunto de estruturas destinadas à aquicultura, caracterizando um empreendimento único, delimitado ou facilmente passível de delimitação, localizado em uma mesma propriedade, posse, cessão ou domínio.

VI - formulário de requerimento do Registro de Aquicultor: formulário contendo informações necessárias para o cadastro do aquicultor e da atividade;

VII - formulário de requerimento da Licença de Aquicultor: formulário contendo informações sobre a unidade de aquicultura, bem como dados técnicos do cultivo.

Art. 3º Deverão se inscrever no RGP, na categoria de Aquicultor, para o exercício da aquicultura, desde que atenda os demais requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa, os seguintes interessados:

I - a pessoa física em pleno exercício de sua capacidade civil, brasileira, nata ou naturalizada;

II - a pessoa estrangeira portadora de autorização para o exercício profissional no País; e

III - a pessoa jurídica regularmente registrada.

Parágrafo único. O disposto no caput se aplica as classificações de aquicultura com fins comerciais, descritas no inciso II do art. 2º desta Instrução Normativa.

Art. 4º A inscrição de pessoa física ou jurídica no RGP, na categoria de Aquicultor, constitui-se de duas fases de caráter complementar, sendo o Registro de Aquicultor a primeira fase e a Licença de Aquicultor a fase conclusiva, podendo ser realizadas separadamente ou em conjunto, de acordo com a apresentação da documentação exigida nos artigos 7º e 8º desta Instrução Normativa.

Art. 5º O Registro e a Licença de Aquicultor de que trata esta Instrução Normativa são intransferíveis.

CAPÍTULO II

Dos Procedimentos para o Requerimento

Art. 6º O Registro e a Licença de Aquicultor serão requeridos junto à Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura - SFPA do MPA, na Unidade da Federação na qual se localiza a aquicultura, na forma desta Instrução Normativa.

§1º. Quando o interessado tiver domicílio em município localizado em uma Unidade da Federação, limítrofe ou próximo de uma determinada SFPA de outro Estado, estas poderão receber e protocolar a documentação pertinente e encaminhar à Superintendência Federal do MPA, sediada na Unidade da Federação de origem do aquicultura.

§2º. O MPA poderá firmar parcerias com entidades públicas para atuar como colaboradores no processo do Registro e Licença de Aquicultor.

Art. 7º Para a obtenção do Registro de Aquicultor o requerente deverá apresentar:

I - formulário de requerimento de Registro de Aquicultor devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou seu representante legal, conforme modelo adotado pelo MPA;

II - quando pessoa física, cópia do documento de identificação pessoal e do cadastro de pessoa física;

III - quando pessoa jurídica, cópia do documento que comprove seu representante legal e sua existência jurídica.

Art. 8º Para a obtenção da Licença de Aquicultor deverá o requerente apresentar:

I - formulário de requerimento da Licença de Aquicultor devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou seu representante legal, conforme modelo adotado pelo MPA;

II - cópia da licença ambiental ou, quando for o caso, da dispensa de licenciamento ambiental, expedida pelo órgão ambiental competente, na forma prevista em legislação específica;

III - comprovante de recolhimento do valor da taxa, previsto em legislação específica, quando couber;

IV - comprovação de inscrição prévia no RGP, ou documentos constantes nos incisos I a III, conforme art. 7º desta Instrução Normativa.

V - quando for o caso, comprovação da regularidade do uso do espaço físico em corpos d'água de domínio da União, expedido pelo MPA, conforme disposto em legislação especifica.

Art. 9º O interessado na prática de aquicultura em águas públicas de domínio da União, deverá, previamente à Licença de Aquicultor, obter o documento que comprove regularidade do uso do espaço físico em corpos d'água de domínio da União, expedido pelo MPA, conforme disposto na legislação especifica.

§1º O requerimento para a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'agua de domínio da União, disposto na legislação específica, será também considerado como o requerimento de inscrição no RGP, devendo o MPA efetivar a inserção dos dados cadastrais do interessado no SisRGP.

§2º O MPA emitirá a Licença de Aquicultor para o interessado que comprovar regularidade do uso do espaço físico em corpos d'água de domínio da União, mediante apresentação dos demais documentos exigidos no art. 8º desta Instrução Normativa.

Art. 10. No caso do interessado adquirir, alugar ou arrendar nova unidade de aquicultura, esta será incluída mediante requerimento de atualização da Licença de Aquicultor e apresentação dos documentos constantes nos incisos II, III, IV e V, do art. 8º.

CAPÍTULO III

Das taxas

Art. 11. O recolhimento do valor da taxa de que trata o inciso III do art. 8º será calculado com base no somatório das áreas ou volumes de todas as unidades de aquicultura do requerente, na forma prevista em legislação específica.

§1º A aquicultura classificada como familiar, assim como a desenvolvida em área de cessão não onerosa, ficam isentas do pagamento da taxa, desde que as renovações sejam sequenciais e realizadas no prazo.

§2º Haverá redução de 50% no valor da taxa, quando a renovação for sequencial e ocorrer dentro do prazo.

§3º No caso de atualização do RGP para inclusão de nova unidade de aquicultura, o valor da taxa será proporcional ao vencimento da Licença de Aquicultor e conforme disposto no caput deste artigo.

CAPÍTULO IV

Do Deferimento

Art. 12. O deferimento dos pedidos de Registro de Aquicultor e Licença de Aquicultor serão de responsabilidade da SFPA da Unidade da Federação que efetivou a inscrição, sendo precedido da conferência e análise da documentação entregue, sob supervisão do Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA.

Parágrafo único. Quando deferido, o MPA efetivará o Registro de Aquicultor se na primeira fase, ou a Licença de Aquicultor na fase conclusiva de inscrição do interessado junto ao RGP.

CAPÍTULO V

Da Validade e Renovação

Art. 13. O Registro de Aquicultor terá validade de um ano, contado a partir da data de expedição, devendo ser renovado mediante a apresentação de:

I - formulário de requerimento de renovação de Registro de Aquicultor devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou seu representante legal, conforme modelo adotado pelo MPA;

II - termo de justificativa, descrevendo da impossibilidade de requerer a Licença de Aquicultor, podendo quando pertinente anexar outros documentos para reforçar o teor da justificativa.

§1º Ao término do prazo de validade disposto no caput, o interessado deverá apresentar os documentos necessários à expedição da Licença de Aquicultor, prevista nesta Instrução Normativa.

§2º Após a obtenção da primeira Licença de Aquicultor não será necessário a renovação do Registro de Aquicultor, devendo atualizá-lo quando necessário.

Art. 14. A Licença de Aquicultor terá validade de um ano, contado a partir da data de expedição, devendo ser renovada mediante:

I - requerimento de renovação da Licença de Aquicultor devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou seu representante legal, conforme modelo adotado pelo MPA;

II - comprovante de recolhimento do valor da taxa, prevista em legislação específica, quando couber;

III - cópia da licença ambiental ou, quando for o caso, da dispensa de licenciamento ambiental, expedida pelo órgão ambiental competente, na forma prevista em legislação específica;

IV - quando for o caso, comprovação da regularidade do uso do espaço físico em corpos d'água de domínio da União, expedido pelo MPA, conforme disposto na legislação especifica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 15. A renovação do Registro de Aquicultor ou da Licença de Aquicultor deverá ser requerida até trinta dias antes da data do seu vencimento e seu deferimento se dará conforme Capítulo IV desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI

Da Alteração, Indeferimento, Suspensão e Cancelamento

Art. 16. Qualquer alteração ou modificação das condições ou dados constantes do Registro e Licença de Aquicultor concedidos deverá ser comunicada pelo interessado à Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura - SFPA do MPA, na Unidade da Federação em que foram emitidos, no prazo máximo de trinta dias contados da sua ocorrência.

§1º O comunicado dar-se-á por meio de requerimento instruído, acompanhado da respectiva documentação comprobatória, quando necessária, para fins de atualização do Registro ou Licença de Aquicultor originalmente concedidos, inclusive quando se tratar de pedido de cancelamento.

§2º O requerimento decorrente de incorporação de nova unidade de aquicultura deverá ser encaminhado à SFPA do MPA, na Unidade da Federação que o emitiu, juntamente com os documentos exigidos no artigo 8º desta Instrução Normativa.

Art. 17. O Registro de Aquicultor e a Licença de Aquicultor serão cancelados:

I - a pedido do interessado;

II - nos casos de óbito do interessado;

III - por decisão judicial;

IV - por infração de legislação vigente, a pedido do órgão fiscalizador competente.

V - quando não renovados em até 12 (doze) meses após a data de vencimento.

Parágrafo único. O Registro e a Licença de Aquicultor serão suspensos de ofício, quando houver descumprimento a qualquer dispositivo da presente Instrução Normativa;

Art. 18. Nos casos de indeferimento, suspensão ou cancelamento, o interessado será formalmente comunicado pelo MPA, mediante notificação com Aviso de Recebimento - AR, indicando o respectivo motivo.

Parágrafo único. O interessado ou seu representante legal poderá protocolar recurso administrativo do indeferimento de que trata o caput na respectiva SFPA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da confirmação do recebimento.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 19. O MPA poderá averiguar, a qualquer tempo, a veracidade das informações prestadas pelo aquicultor licenciado, mediante:

I - solicitação de documentação complementar;

II - realização de vistorias, e entrevistas.

Art. 20. As cópias dos documentos exigidos na presente Instrução Normativa terão que ser legíveis e poderão ser autenticadas pelos servidores das respectivas SFPAs, mediante apresentação dos originais, na forma prevista em legislação.

Art. 21. Caberá à Secretaria de Monitoramento e Controle - SEMOC/MPA, o estabelecimento de procedimentos administrativos complementares relativos à inscrição ou renovação no RGP, bem como decidir sobre os casos considerados omissos.

Art. 22. O Registro de Aquicultor efetuado anterior a esta Instrução Normativa, passa a ter automaticamente a titulação de Licença de Aquicultor enquanto vigorar a sua validade, devendo o interessado requerer a Licença de Aquicultor no prazo de renovação.

Art. 23. São isentos do Registro e Licença de Aquicultor:

I - exposições com finalidades educativas;

II - aquicultura com fins de subsistência;

III - aquicultura praticada para fins de aquariofilia ou de exposição pública, quando sem fins comerciais;

IV - restaurantes, peixarias e similares, que mantenham organismos aquáticos vivos para o abate e consumo direto, excetuando o pesque-pague.

Art. 24. Aos infratores das normas disciplinadas pela presente Instrução Normativa serão aplicadas as sanções previstas em legislação vigente.

Art. 25. Ficam revogados, o inciso VI do artigo 4º e os artigos 21 e 22 da Instrução Normativa SEAP/PR n. 03, de 12 de maio de 2004, e demais disposições em contrário.

Art. 26. Esta Instrução Normativa entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

IDELI SALVATTI

Ministério da Previdência Social

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RESOLUÇÃO CNPC Nº 5, DE 18 DE ABRIL DE 2011

Altera a Resolução CGPC nº 8, de 19 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações, e a Resolução CGPC nº 24, de 26 de fevereiro de 2007, que estabelece parâmetros para a remuneração dos administradores especiais, interventores e liquidantes nomeados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, os arts. 13 e 16, caput, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e os arts. 2º e 4º do Decreto nº 7.123, de 3 de março de 2010, torna público que o Conselho Nacional de Previdência Complementar, em sua 4ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de abril de 2011, resolveu:

Art. 1º O art. 5º da Resolução CGPC nº 8, de 19 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

§ 1º.....

.....

.....

d) comprovação pela EFPC da ciência aos patrocinadores e instituidores do inteiro teor da proposta de alteração, com prazo mínimo de trinta e máximo de sessenta dias para manifestação expressa de eventual discordância, exceto no caso de patrocinadores sujeitos à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, os quais deverão manifestar sua expressa concordância; e

e) comprovação pela EFPC de comunicação aos participantes e assistidos, pelos veículos usualmente utilizados pela entidade, do inteiro teor da proposta de alteração, com antecedência de sessenta dias da remessa do requerimento de alteração à Superintendência Nacional da Previdência Complementar;

VI -.....

.....

f) comprovação pela EFPC da ciência aos patrocinadores e instituidores do inteiro teor da proposta de alteração do respectivo regulamento e, quando for o caso, do parecer atuarial ou do demonstrativo de resultados da avaliação atuarial, e da nota técnica atuarial, com prazo mínimo de trinta e máximo de sessenta dias para manifestação expressa de eventual discordância, exceto no caso de patrocinadores sujeitos à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, os quais deverão manifestar sua expressa concordância; e

g) comprovação pela EFPC de comunicação aos participantes e assistidos, pelos veículos usualmente utilizados pela entidade, do inteiro teor da proposta de alteração, com antecedência de sessenta dias da remessa do requerimento de alteração à Superintendência Nacional da Previdência Complementar.

....." (NR)

Art. 2º O art. 3º da Resolução CGPC nº 24, de 26 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º Observado o disposto no art. 2º, a remuneração do administrador especial, interventor ou liquidante será fixada mediante ato da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, e não excederá R$ 19.680,00 (dezenove mil seiscentos e oitenta reais).

....." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GARIBALDI ALVES FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 17 DE MAIO DE 2011

Aprova a Súmula PREVIC nº 2, que dispõe sobre a aplicação do princípio da retroatividade da norma mais benéfica, especialmente nas situações de enquadramento decorrente da edição da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, em sessão realizada em 17 de maio de 2011, com fundamento no artigo 3º, incisos II e VI, da Lei Complementar nº 109, de 29 de abril de 2011, no artigo 2º, incisos III e V, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e na Instrução Previc nº 5, de 10 de agosto de 2010, decide:

Art. 1º Aprovar o seguinte enunciado de súmula administrativa, com efeito vinculante no âmbito da Previc e caráter indicativo para as entidades fechadas de previdência complementar:

"Súmula PREVIC nº 2. Aplica-se na Previdência Complementar Fechada o princípio da retroatividade da norma mais benéfica, inclusive na hipótese de enquadramento decorrente da alteração promovida pela Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009."

Art. 2º Esta deliberação entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.166, DE 19 DE MAIO DE 2011

Certifica 2 (duas) unidades hospitalares como Hospital de Ensino.

OS MINISTROS DE ESTADO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.400, de 2 de outubro de 2007, que estabelece os critérios obrigatórios para a certificação como Hospitais de Ensino das instituições hospitalares que servirem de campo para a prática de atividades curriculares na área da saúde, sejam Hospitais Gerais e, ou Especializados, vinculados a Instituição de Ensino Superior, pública ou privada, ou, ainda, formalmente conveniados com Instituição de Ensino Superior; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.916, de 21 de setembro de 2010, que constitui a Comissão de Certificação dos Hospitais de Ensino e o Grupo de Técnicos Certificadores, resolvem:

Art. 1º Certificar, como Hospital de Ensino, as unidades hospitalares descritas a seguir:

UF	MUNICÍPIO	HOSPITAL	CNPJ	CNES
SP	Araraquara	Santa Casa de Araraquara	43.964.931/0001-12	2082527
DF	Brasília	Hospital Regional da Asa Norte - HRAN	00.054.015/0016-19	0010464

Art. 2º A certificação de que trata este ato terá a validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Portaria, podendo ser revista a qualquer tempo se assim se justificar, conforme parágrafo 3º, art. 4º, da Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400, de 2 de outubro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.165, DE 19 DE MAIO DE 2011

Estabelece recurso destinado ao custeio da Nefrologia do Estado de São Paulo (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.112/GM/MS, de 13 de junho de 2002, que determina que os procedimentos da Tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, do Grupo Terapia Renal Substitutiva (TRS), sejam financiados com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC;

Considerando a Portaria nº 677/SAS/MS, de 9 de dezembro de 2010, que redefine os limites financeiros destinados ao custeio da Terapia Renal Substitutiva (TRS), dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a Portaria nº 155/SAS/MS, de 20 de abril de 2011, que habilita o Hospital Carlos Fernando Malzoni Matão (SP), CNES 2090961, como Serviço de Nefrologia, , resolve:

Art. 1º Estabelecer, recurso anual no montante de R$ 652.860,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil oitocentos e sessenta reais), destinado ao custeio da Nefrologia do Estado de São Paulo.

Art. 2º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade no Estado de São Paulo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.171, DE 19 DE MAIO DE 2011

Altera a denominação Comunicação de Internação Hospitalar (CIH) para Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080 de 1990, que regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde executados por pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado;

Considerando a Lei nº 9.656 de 1998 e a Resolução CONSU nº 01/98 quanto ao fornecimento, ao Ministério da Saúde, de informações dos pacientes cuja atenção é custeada por planos e seguros privados de assistência à saúde;

Considerando que o processo de planejamento e regulação da assistência à saúde requer o conhecimento mais amplo e profundo possível dos perfis nosológico e epidemiológico da população brasileira, bem como da capacidade instalada e potencial de produção de serviços do conjunto de estabelecimentos de saúde do País;

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para seguridade social;

Considerando a Portaria nº 3.355/GM/MS, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde (CEBAS - Saúde);

Considerando a necessidade de incluir, no Sistema CIH, a possibilidade de registro dos atendimentos ambulatoriais, não informados no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS); e

Considerando que a informação precisa de todas as ações de saúde, independente da fonte de financiamento, é fundamental para o planejamento, a programação, o controle e a avaliação das ações de saúde em todas as esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera a denominação Comunicação de Internação Hospitalar (CIH) para Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

Parágrafo único. Os estabelecimentos de saúde situados em território nacional, integrantes ou não do SUS deverão, também, registrar na CIHA os atendimentos ambulatoriais que não são informados por meio do SIA/SUS, inclusive para fins de CEBAS.

Art. 2º Fica determinado que todas as unidades de saúde situadas no território nacional, públicas e privadas, integrantes ou não do SUS, devem informar ao Ministério da Saúde, por intermédio dos gestores Municipais ou Estaduais, a ocorrência de todos os atendimentos ambulatoriais e internações, independente da fonte de remuneração dos serviços prestados.

Art. 3º Fica estabelecido que para as unidades não integrantes do SUS, o cumprimento das determinações deste ato, quanto ao envio das CIHA de todos os pacientes, devem ser requisito indispensável para a renovação de alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária e para a tramitação de qualquer solicitação ao Ministério da Saúde (convênios de todas as naturezas, registros, isenção de imposto de importação).

Art. 4º Fica definido, na forma do Anexo a esta Portaria, o layout da CIHA, para possibilitar o registro dos atendimentos ambulatoriais e internações não informados no SIA/SUS e SIH/SUS, respectivamente.

Art. 5º Fica estabelecido que os procedimentos realizados devem ser preenchidos de acordo com a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS vigente na competência de apresentação da CIHA.

§ 1º A Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS pode ser consultada na integra no sítio http://sigtap.datasus.gov.br.

§ 2º O pacote de atualização da tabela de procedimentos para a CIHA incluirá a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e os códigos genéricos, estando disponível no sítio http://ciha.datasus.gov.br.

Art. 6º Fica estabelecido que caso os procedimentos realizados não constem na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS eles deverão ser registrados por códigos genéricos, localizando-os assim na estrutura da tabela utilizada no SUS.

§1º Os códigos genéricos são compostos pelo Grupo, Subgrupo e Forma de Organização da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, adicionando-se "000" mais dígito verificador ao final, totalizando dez (10) dígitos.

§ 2º Sempre que um procedimento for registrado por intermédio de código genérico será obrigatório o preenchimento da descrição deste com no máximo 40 caracteres.

Art. 7º A movimentação da CIHA deve ser enviada mensalmente pelos estabelecimentos de saúde às Secretarias Municipais ou Estaduais de Saúde, de acordo com a gestão informada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), utilizando a última versão do aplicativo de captação CIHA01, bem como a tabela de procedimentos vigente, disponível no endereço eletrônico: http://ciha.datasus.gov.br.

§ 1º A data de envio do arquivo do CIHA01 gerado pelos estabelecimentos de saúde deverá atender ao cronograma de entrega estabelecido pelos gestores Municipais ou Estaduais de Saúde.

§ 2º As orientações técnicas para preenchimento da CIHA, bem como para a elaboração do arquivo de exportação para sistemas proprietários, encontram-se no Manual de Operação do CIHA01 disponível no sítio http://ciha.datasus.gov.br.

Art. 8º O arquivo do CIHA02 gerado nas Secretarias Municipais ou Estaduais de Saúde, contendo a CIHA dos estabelecimentos de saúde sob sua gestão, deve ser encaminhado mensalmente ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS) utilizando a última versão do aplicativo CIHA02, disponível no sítio http://ciha.datasus.gov.br.

§ 1º O arquivo de remessa gerado no CIHA02 deve ser encaminhado ao DATASUS por meio do aplicativo Transmissor simultâneo, instituído pela Portaria Conjunta SE/SAS nº 49, 4 de julho de 2006, e em conformidade ao cronograma definido em Portaria específica do Ministério da Saúde, a ser disponibilizada no sítio: http:// transmissor.datasus.gov.br/.

§ 2º As orientações para o encaminhamento da CIHA02 encontram-se descritas no Manual de Operação do CIHA02 disponível no endereço eletrônico http://ciha.datasus.gov.br.

Art. 9º Caso não haja atendimento ambulatorial ou internação em determinada competência, o estabelecimento de saúde deverá encaminhar a remessa indicando a situação (SEM MOVIMENTO), assim como os gestores Municipais ou Estaduais de Saúde deverão enviar a referida remessa normalmente ao DATASUS/MS.

Art. 10. Fica definido que cabe ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC/SAS) por meio da Coordenação-Geral de Sistemas de Informação (CGSI/DRAC/SAS), adotar as providências necessárias, junto ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS), para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar da competência janeiro de 2011.

Art. 12. Fica revogada a Portaria nº 221/GM/MS, de 24 de março de 1999, publicada no Diário Oficial da União nº 57, de 25 de março de 1999, Seção 1, página 15.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Orientações para preenchimento da Comunicação de Internação Hospitalar e Atendimento Ambulatorial - CIHA

NOME CAMPO	POS INI	TAM	TIPO	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO	PREENCHI-MENTO OBRIGATÓ-RIO
TIPO_REG	1	1	NUMÉRI-CO	TIPO DO REGISTRO	1 - Header	SIM
CNES	2	7	NUMÉRI-CO	CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMEN-TOS DE SAÚDE	Código do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde	SIM
VERSAO	9	7	ALFA	VERSAO DO APLICATIVO	1.0.0.0	SIM

DADOS

NOME CAMPO	POS INI	TAM	TIPO	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO	PREENCHI-MENTO OBRIGATÓRIO
TIPO_REG	1	1	NUMÉRICO	TIPO DO REGISTRO	2 - mov individualizado hospitalar 3 - s/movimento (No caso de remessa sem movimento, deverá ser pre-enchido o HEADER e em DADOS somente o campo TIPO_REG com conteúdo '3') 4 - mov individualizado ambulatorial 5 - mov consolidado	SIM
NOME_PAC	2	60	ALFA	NOME PACIENTE	Nome completo do paciente	SIM para reg tipos 2 e 4
DS_LOGR	62	25	ALFA	LOGRADOURO PACIENTE	Logradouro do endereço de residência do paciente	SIM para reg tipos 2 e 4
NUM_LOGR	87	5	ALFA	NÚMERO LOGRADOURO	Número do endereço de residência do paciente	
COMPL_LOGR	92	15	ALFA	COMPLEMENTO LOGR.	Complemento do endereço de residência do paciente	
COD_MUNIC	107	6	NUMÉRICO	COD MUNICIPIO IBGE	Código IBGE do município de residência do paciente	SIM para reg tipos 2 e 4
DS_UF	113	2	ALFA	SIGLA DA UF	Sigla de identificação da unidade federada de residência do paciente	SIM para reg tipos 2 e 4
CEP	115	8	NUMÉRICO	CEP DO LOGRADOURO	Código de endereçamento postal do endereço de residência do paciente	SIM para reg tipos 2 e 4
DT_NASC	123	8	NUMÉRICO	DATA NASC PAC	Dia, mês e ano do nascimento do paciente no formato (DDMMAAAA)	SIM para reg tipos 2 e 4
SEXO	131	1	ALFA	SEXO PACIENTE	M- Masculino F- Feminino	SIM para reg tipos 2 e 4
CNS	132	15	NUMÉRICO	CARTÃO NAC. DE SAÚDE	Número do Cartão Nacional de Saúde do paciente	
PROC_REA	147	10	NUMÉRICO	PROC. REALIZADO	Código do procedimento realizado, com base na tabela unificada de pro-cedimentos do SIGTAP	SIM para regs tipo 2,4 e 5
DIAG_PRIN	157	4	ALFA	DIAG. PRINCIPAL	Código do diagnóstico principal segundo a Classificação Internacional de Doenças 10ª Revisão com base na tabela de CID do SIGTAP	SIM para regs tipo 2 e 4
DIAG_SEC	161	4	ALFA	DIAG. SECUNDARIO	Código do diagnóstico principal segundo a Classificação Internacional de Doenças 10ª Revisão com base na tabela de CID do SIGTAP	
DT_ATENDIMENTO	165	8	NUMÉRICO	DATA ATENDIMENTO	Dia, mês e ano de atendimento do paciente no formato ddmmaaaa	SIM para regs tipo 2 e 4
DT_ALTA	173	8	NUMÉRICO	DATA ALTA	Dia, mês e ano de alta do paciente no formato ddmmaaaa	SIM para reg tipo 2
TP_ALTA	181	2	NUMÉRICO	MOTIVO DA ALTA	Código de identificação do tipo de alta do paciente, com base na tabela de motivo de alta/permanência do SIGTAP	SIM para reg tipo 2
TP_FREMU	183	1	NUMÉRICO	FONTE REMUNERAÇÃO	Código de identificação do tipo de remuneração do atendimento do pa-ciente, conforme Tabela de Fonte de Remuneração*.	SIM para regs tipo 2 e 4

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DS_PROC	184	40	ALFA	DESCRIÇÃO PROCED.	Descrição do procedimento realizado quando o código do procedimento utilizado for genérico	Somente preenchido quando o procedimento pertencer ao grupo de procedimentos NÃO SUS (vide portaria) e regs tipo 2 e 4
REG _ANS	224	6	NUMÉRICO	REGISTRO ANS OPERADORA	Para fonte de remuneração por convênio. Código do registro junto à ANS da operadora responsável pela internação (Tab. Operadoras ANS)	Somente preenchido para fonte de remuneração 1 e regs tipo 2 e 4
CNPJ_OPER	230	14	NUMÉRICO	CNPJ OPERADORA	Para fonte de remuneração por convênio ou Particular Pessoa Jurídica. Número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da do responsável pela internação	Preenchido para fonte de remuneração 6,9 e 1 e regs tipo 2 e 4
CO_BENEF	244	30	ALFA	CÓDIGO BENEFICIARIO	Para fonte de remuneração por convênio privado. Código de identificação do beneficiário na operadora responsável pela internação	Somente preenchido para fonte de remuneração 1 e regs tipo 2 e 4
NU_OBITO	274	11	NUMÉRICO	DECLARAÇÃO DE ÓBITO	Número da declaração de óbito quando o motivo de saída for óbito	Somente preenchido em caso de óbito para reg tipo 2
NU_NASC	285	1	NUMÉRICO	NÚMERO DE NASCIDOS	Quantidade de nascidos quando houver (No caso de natimorto o número total de nascidos deve ser informado)	Somente preenchido no caso de parto para reg tipo 2
NU_DN1	286	11	NUMÉRICO	DECLARAÇÃO DE NASCIDO	Número da declaração de nascido (No caso de natimorto deve ser informado '99999999999')	Somente preenchido no caso de parto para reg tipo 2
NU_DN2	297	11	NUMÉRICO	DECLARAÇÃO DE NASCIDO	Número da declaração de nascido (No caso de natimorto deve ser informado '99999999999')	Somente preenchido no caso de parto para reg tipo 2
NU_DN3	308	11	NUMÉRICO	DECLARAÇÃO DE NASCIDO	Número da declaração de nascido (No caso de natimorto deve ser informado '99999999999')	Somente preenchido no caso de parto para reg tipo 2
NU_DN4	319	11	NUMÉRICO	DECLARAÇÃO DE NASCIDO	Número da declaração de nascido (No caso de natimorto deve ser informado '99999999999')	Somente preenchido no caso de parto para reg tipo 2
NU_DN5	330	11	NUMÉRICO	DECLARAÇÃO DE NASCIDO	Número da declaração de nascido (No caso de natimorto deve ser informado '99999999999')	Somente preenchido no caso de parto para reg tipo 2
QT_UTI	341	3	NUMÉRICO	DIAS DE UTI	Número de dias de permanência do paciente em Unidade de Tratamento Intensivo, quando houver	
NU_PRONT	344	12	ALFA	NÚMERO DO PRONTUÁRIO	Número do prontuário do paciente	SIM para regs tipo 2 e 4
DT_CMPT	356	6	NUMÉRICO	COMPETÊNCIA (MMAAAA)	Mês e ano da alta do atendimento no formato (MMAAAA)	SIM para regs tipo 2,4 e 5
QTD_ATENDIMENTO	362	6	NUMÉRICO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS PRESTADOS	Quantidade de atendimentos realizados	SIM para regs tipo 2,4 e 5
CO_MODALIDADE	368	2	NUMÉRICO	CÓDIGO DA MODALIDADE DO ATENDIMENTO	01 - Ambulatorial 02 - Internação	SIM para regs tipo 2 e 4

*Tabela de Fonte de Remuneração

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	Convênio Plano Privado
2	Particular Pessoa Física
3	Gratuito
4	Financiado com recurso próprio da SES
5	Financiado com recurso próprio da SMS
6	Convênio Plano Público
8	DPVAT
9	Particular Pessoa Jurídica

PORTARIA Nº 1.172, DE 19 DE MAIO DE 2011

Estabelece recursos a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) dos Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a necessidade de potencializar a implementação de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando ampliar o acesso às ações de reabilitação em saúde bucal;

Considerando a necessidade de garantir recursos financeiros para auxiliar na implementação e funcionamento dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), visando ao acesso integral às ações de saúde bucal; e

Considerando a Portaria n° 211/SAS/MS, de 13 de maio de 2011, que altera os valores dos procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS) realizados pelos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), resolve:

Art. 1º Estabelecer recursos no montante de R$ 7.818.880,00 (sete milhões, oitocentos e dezoito mil oitocentos e oitenta reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) dos Estados e Municípios, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessária para a transferência, regular e automática, aos Estados e Municípios, do valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1° desta Portaria.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência maio de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL
AC	120000	Plácido de Castro	Gestão Estadual	6.320,00
AC	120000	Rio Branco	Gestão Estadual	22.800,00
AL	270110	Branquinha	Gestão Municipal	6.000,00
AL	270150	Campo Grande	Gestão Municipal	6.400,00
AL	270240	Delmiro Gouveia	Gestão Municipal	15.120,00
AL	270320	Igreja Nova	Gestão Municipal	9.640,00
AL	270430	Maceió	Gestão Municipal	6.080,00
AL	270630	Palmeira dos Índios	Gestão Municipal	2.640,00
AL	270760	Quebrangulo	Gestão Municipal	1.120,00
AL	270930	União dos Palmares	Gestão Municipal	10.520,00
AM	130000	Boca do Acre	Gestão Estadual	3.920,00
AM	130290	Maués	Gestão Municipal	11.520,00
AM	130340	Parintins	Gestão Municipal	35.600,00
AM	130000	São Gabriel da Cachoeira	Gestão Estadual	10.200,00
AM	130420	Tefé	Gestão Municipal	8.840,00
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	Gestão Municipal	1.680,00
BA	290000	Cacule	Gestão Estadual	21.920,00
BA	290000	Canapolis	Gestão Estadual	7.640,00
BA	290000	Candido Sales	Gestão Estadual	10.280,00
BA	291072	Eunapolis	Gestão Municipal	5.880,00
BA	291080	Feira de Santana	Gestão Municipal	10.800,00
BA	291360	Ilhéus	Gestão Municipal	2.600,00
BA	291400	Ipira	Gestão Municipal	15.720,00
BA	291460	Irece	Gestão Municipal	3.080,00
BA	290000	Itaete	Gestão Estadual	800,00
BA	291560	Itamaraju	Gestão Municipal	3.760,00
BA	290000	Jaborandi	Gestão Estadual	2.080,00
BA	291840	Juazeiro	Gestão Municipal	32.200,00
BA	291920	Lauro de Freitas	Gestão Municipal	160,00
BA	291955	Luis Eduardo Magalhães	Gestão Municipal	12.600,00
BA	291992	Madre de Deus	Gestão Municipal	11.720,00
BA	291995	Maetinga	Gestão Municipal	16.120,00
BA	290000	Mairi	Gestão Estadual	30.760,00
BA	292170	Morro Do Chapéu	Gestão Municipal	4.040,00
BA	290000	Nova Ibia	Gestão Estadual	7.480,00
BA	292400	Paulo Afonso	Gestão Municipal	18.520,00
BA	292900	São Felix	Gestão Municipal	7.320,00
BA	290000	São Felix Do Coribe	Gestão Estadual	7.000,00
BA	293010	Senhor Do Bonfim	Gestão Municipal	1.840,00
BA	290000	Una	Gestão Estadual	36.840,00
BA	293330	Vitoria Da Conquista	Gestão Municipal	3.880,00
BA	290000	Wenceslau Guimarães	Gestão Estadual	15.440,00
CE	230010	Abaiara	Gestão Municipal	37.840,00
CE	230070	Alto Santo	Gestão Municipal	8.600,00
CE	230110	Aracati	Gestão Municipal	760,00
CE	230130	Araripe	Gestão Municipal	8.960,00
CE	230190	Barbalha	Gestão Municipal	10.480,00
CE	230000	Baturite	Gestão Estadual	27.240,00
CE	230250	Brejo Santo	Gestão Municipal	26.200,00
CE	230260	Camocim	Gestão Municipal	3.440,00
CE	230340	Carnaubal	Gestão Municipal	10.560,00
CE	230380	Cedro	Gestão Municipal	6.160,00
CE	230428	Eusébio	Gestão Municipal	30.880,00
CE	230440	Fortaleza	Gestão Municipal	251.600,00
CE	230530	Ibiapina	Gestão Municipal	6.320,00
CE	230580	Ipu	Gestão Municipal	240,00
CE	230625	Itaitinga	Gestão Municipal	2.400,00
CE	230660	Itatira	Gestão Municipal	3.280,00
CE	230720	Jati	Gestão Municipal	29.720,00
CE	230730	Juazeiro Do Norte	Gestão Municipal	21.480,00
CE	230810	Mauriti	Gestão Municipal	7.520,00
CE	230830	Milagres	Gestão Municipal	1.320,00
CE	230910	Mulungu	Gestão Municipal	7.200,00
CE	231060	Penaforte	Gestão Municipal	30.080,00
CE	231110	Porteiras	Gestão Municipal	14.240,00
CE	231123	Potiretama	Gestão Municipal	8.360,00
CE	230000	Russas	Gestão Estadual	24.680,00
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	Gestão Municipal	20.000,00
CE	231270	Senador Pompeu	Gestão Municipal	23.760,00
CE	231290	Sobral	Gestão Municipal	17.400,00
CE	231310	Tabuleiro Do Norte	Gestão Municipal	7.200,00
CE	231330	Taua	Gestão Municipal	13.920,00
CE	230000	Ubirajara	Gestão Estadual	15.880,00
ES	320010	Afonso Claudio	Gestão Municipal	1.440,00
ES	320000	Cachoeiro De Itapemirim	Gestão Estadual	22.000,00
ES	320390	Nova Venêcia	Gestão Municipal	7.080,00
ES	320530	Vitoria	Gestão Municipal	22.120,00
GO	520110	Anápolis	Gestão Municipal	44.720,00
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	Gestão Municipal	18.360,00
GO	520800	Formosa	Gestão Municipal	21.000,00
GO	520870	Goiânia	Gestão Municipal	82.200,00
GO	520910	Goiatuba	Gestão Municipal	16.560,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GO	521190	Jataí	Gestão Municipal	31.960,00
GO	521250	Luziânia	Gestão Municipal	4.240,00
GO	521460	Niquelândia	Gestão Municipal	14.720,00
GO	521760	Planaltina	Gestão Municipal	4.280,00
GO	521880	Rio Verde	Gestão Municipal	10.520,00
GO	522045	Senador Canedo	Gestão Municipal	8.440,00
GO	522160	Uruacu	Gestão Municipal	9.400,00
GO	522185	Valparaiso de Goiás	Gestão Municipal	3.760,00
MA	210120	Bacabal	Gestão Municipal	16.200,00
MA	210160	Barra do Corda	Gestão Municipal	8.040,00
MA	210340	Coelho Neto	Gestão Municipal	1.240,00
MA	210000	Dom Pedro	Gestão Estadual	12.320,00
MA	210530	Imperatriz	Gestão Municipal	23.520,00
MA	210000	Maranhaozinho	Gestão Estadual	440,00
MA	210750	Paco Do Lumiar	Gestão Municipal	5.600,00
MA	210780	Parnarama	Gestão Municipal	8.120,00
MA	210900	Porto Franco	Gestão Municipal	7.320,00
MA	211120	São Jose de Ribamar	Gestão Municipal	15.680,00
MA	211130	São Luis	Gestão Municipal	2.440,00
MA	211220	Timon	Gestão Municipal	37.840,00
MG	310000	Águas Formosas	Gestão Estadual	14.400,00
MG	310000	Alem Paraíba	Gestão Estadual	20.040,00
MG	310160	Alfenas	Gestão Municipal	18.200,00
MG	310620	Belo Horizonte	Gestão Municipal	87.000,00
MG	310670	Betim	Gestão Municipal	19.720,00
MG	310000	Brasília De Minas	Gestão Estadual	8.680,00
MG	310000	Buritizeiro	Gestão Estadual	5.240,00
MG	311340	Caratinga	Gestão Municipal	33.640,00
MG	311530	Cataguases	Gestão Municipal	13.000,00
MG	311800	Congonhas	Gestão Municipal	40,00
MG	311860	Contagem	Gestão Municipal	10.920,00
MG	310000	Coronel Fabriciano	Gestão Estadual	14.160,00
MG	312770	Governador Valadares	Gestão Municipal	40.000,00
MG	310000	Guidoval	Gestão Estadual	13.800,00
MG	313130	Ipatinga	Gestão Municipal	43.680,00
MG	313170	Itabira	Gestão Municipal	2.280,00
MG	310000	Itabirito	Gestão Estadual	12.320,00
MG	313380	Itaúna	Gestão Municipal	13.040,00
MG	310000	Lagoa da Prata	Gestão Estadual	6.680,00
MG	313820	Lavras	Gestão Municipal	2.400,00
MG	314330	Montes Claros	Gestão Municipal	13.280,00
MG	310000	Muriaé	Gestão Estadual	40,00
MG	310000	Nova Lima	Gestão Estadual	19.480,00
MG	310000	Nova Serrana	Gestão Estadual	8.120,00
MG	314590	Ouro Branco	Gestão Municipal	6.040,00
MG	310000	Ouro Preto	Gestão Estadual	10.480,00
MG	314800	Patos De Minas	Gestão Municipal	12.360,00
MG	314810	Patrocínio	Gestão Municipal	15.360,00
MG	310000	Paula Candido	Gestão Estadual	20.040,00
MG	310000	Piracema	Gestão Estadual	8.960,00
MG	315180	Poços De Caldas	Gestão Municipal	18.040,00
MG	315210	Ponte Nova	Gestão Municipal	64.920,00
MG	310000	Rio Novo	Gestão Estadual	10.160,00
MG	310000	Rodeiro	Gestão Estadual	6.040,00
MG	315690	Sacramento	Gestão Municipal	5.960,00
MG	310000	São Joaquim de Bicas	Gestão Estadual	2.120,00
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	Gestão Municipal	8.280,00
MG	310000	Timóteo	Gestão Estadual	2.880,00
MG	310000	Três Corações	Gestão Estadual	440,00
MG	316940	Três Pontas	Gestão Municipal	25.120,00
MS	500100	Aparecida Do Taboado	Gestão Municipal	1.360,00
MS	500110	Aquidauana	Gestão Municipal	10.960,00
MS	500270	Campo Grande	Gestão Municipal	61.640,00
MS	500290	Cassilandia	Gestão Municipal	2.720,00
MS	500330	Coxim	Gestão Municipal	12.560,00
MS	500370	Dourados	Gestão Municipal	15.960,00
MS	500630	Paranaíba	Gestão Municipal	18.560,00
MS	500640	Pedro Gomes	Gestão Municipal	2.200,00
MS	500769	São Gabriel do Oeste	Gestão Municipal	23.720,00
MS	500790	Sidrolandia	Gestão Municipal	20.400,00
MS	500830	Três Lagoas	Gestão Municipal	3.000,00
MT	510410	Guaranta do Norte	Gestão Municipal	18.560,00
MT	510704	Primavera do Leste	Gestão Municipal	19.720,00
MT	510719	Ribeiraozinho	Gestão Municipal	960,00
MT	510760	Rondonópolis	Gestão Municipal	26.760,00
MT	510000	Sinop	Gestão Estadual	6.920,00
PA	150034	Água Azul do Norte	Gestão Municipal	19.440,00
PA	150000	Altamira	Gestão Estadual	189.240,00
PA	150140	Belém	Gestão Municipal	1.240,00
PA	150000	Brasil Novo	Gestão Estadual	8.400,00
PA	150270	Conceição do Araguaia	Gestão Municipal	15.280,00
PA	150293	Dom Eliseu	Gestão Municipal	2.240,00
PA	150460	Mocajuba	Gestão Municipal	18.520,00
PA	150555	Pau D'arco	Gestão Municipal	4.080,00
PA	150613	Redenção	Gestão Municipal	3.640,00
PA	150680	Santarem	Gestão Municipal	5.880,00
PA	150795	Tailândia	Gestão Municipal	12.760,00
PA	150810	Tucurui	Gestão Municipal	19.480,00
PB	250100	Araruna	Gestão Municipal	8.160,00
PB	250130	Aroeiras	Gestão Municipal	12.720,00
PB	250180	Bayeux	Gestão Municipal	6.400,00
PB	250191	Belém	Gestão Municipal	32.360,00
PB	250250	Boqueirão	Gestão Municipal	6.480,00
PB	250300	Caapora	Gestão Municipal	960,00
PB	250370	Cajazeiras	Gestão Municipal	2.920,00
PB	250000	Capim	Gestão Estadual	4.240,00
PB	250430	Catolé do Rocha	Gestão Municipal	10.080,00
PB	250000	Condado	Gestão Estadual	2.240,00
PB	250000	Conde	Gestão Estadual	15.520,00
PB	250480	Coremas	Gestão Municipal	12.000,00
PB	250510	Cuité	Gestão Municipal	19.800,00
PB	250600	Esperança	Gestão Municipal	9.880,00
PB	250630	Guarabira	Gestão Municipal	7.560,00
PB	250640	Gurinhem	Gestão Municipal	7.760,00
PB	250700	Itaporanga	Gestão Municipal	4.880,00
PB	250750	João Pessoa	Gestão Municipal	79.120,00
PB	250000	Lucena	Gestão Estadual	13.200,00
PB	250915	Marizopolis	Gestão Municipal	3.440,00
PB	250920	Massaranduba	Gestão Municipal	11.880,00
PB	250930	Mataraca	Gestão Municipal	2.000,00
PB	250970	Monteiro	Gestão Municipal	46.000,00
PB	250990	Natuba	Gestão Municipal	5.160,00
PB	251060	Ouro Velho	Gestão Municipal	10.240,00
PB	251080	Patos	Gestão Municipal	10.760,00
PB	251120	Pedras de Fogo	Gestão Municipal	11.880,00
PB	251140	Picui	Gestão Municipal	25.560,00
PB	251150	Pilar	Gestão Municipal	14.000,00
PB	251200	Pocinhos	Gestão Municipal	26.520,00
PB	251210	Pombal	Gestão Municipal	18.040,00
PB	250000	Santa Luzia	Gestão Estadual	5.720,00
PB	251365	Santarem	Gestão Municipal	1.000,00
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roca	Gestão Municipal	5.280,00
PB	250000	Solanea	Gestão Estadual	16.280,00
PB	251610	Soledade	Gestão Municipal	4.920,00
PB	251620	Sousa	Gestão Municipal	21.280,00
PE	260120	Arcoverde	Gestão Municipal	16.200,00
PE	260190	Bezerros	Gestão Municipal	7.120,00
PE	260345	Camaragibe	Gestão Municipal	4.400,00
PE	260410	Caruaru	Gestão Municipal	20.760,00
PE	260660	Ibimirim	Gestão Municipal	66.920,00
PE	260765	Itambé	Gestão Municipal	19.440,00
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	Gestão Municipal	10.560,00
PE	260890	Limoeiro	Gestão Municipal	42.200,00
PE	260000	Ouricuri	Gestão Estadual	640,00
PE	261000	Palmares	Gestão Municipal	2.280,00
PE	261090	Pesqueira	Gestão Municipal	1.920,00
PI	220000	Oeiras	Gestão Estadual	3.680,00
PI	220000	Paulistana	Gestão Estadual	3.200,00
PI	220830	Piracuruca	Gestão Municipal	11.960,00
PI	220840	Piripiri	Gestão Municipal	14.840,00
PI	220000	Regeneração	Gestão Estadual	2.400,00
PI	220000	União	Gestão Estadual	1.520,00
PI	220000	Valença do Piauí	Gestão Estadual	17.680,00
PR	410140	Apucarana	Gestão Municipal	118.600,00
PR	410000	Arapongas	Gestão Estadual	45.520,00
PR	410000	Astorga	Gestão Estadual	13.720,00
PR	410000	Cambe	Gestão Estadual	42.360,00
PR	410430	Campo Mourão	Gestão Municipal	15.800,00
PR	410000	Condôi	Gestão Estadual	3.640,00
PR	410000	Cascavel	Gestão Estadual	43.720,00
PR	410000	Castro	Gestão Estadual	18.320,00
PR	410550	Cianorte	Gestão Municipal	74.760,00
PR	410000	Colorado	Gestão Estadual	9.840,00
PR	410000	Cornélio Procópio	Gestão Estadual	11.800,00
PR	410000	Coronel Vivida	Gestão Estadual	8.360,00
PR	410000	Corumbatai do Sul	Gestão Estadual	400,00
PR	410660	Cruzeiro Do Oeste	Gestão Municipal	19.360,00
PR	410690	Curitiba	Gestão Municipal	13.080,00
PR	410830	Foz do Iguaçu	Gestão Municipal	47.520,00
PR	410000	Guarapuava	Gestão Estadual	87.960,00
PR	410000	Ibipora	Gestão Estadual	37.480,00
PR	410000	Irati	Gestão Estadual	36.320,00
PR	410000	Itaúna do Sul	Gestão Estadual	2.040,00
PR	410000	Ivaiporã	Gestão Estadual	211.200,00
PR	410000	Jacarezinho	Gestão Estadual	12.120,00
PR	410000	Jaguariaiva	Gestão Estadual	4.160,00
PR	410000	Juranda	Gestão Estadual	4.040,00
PR	411370	Londrina	Gestão Municipal	29.120,00
PR	410000	Mandaguaçu	Gestão Estadual	4.080,00
PR	410000	Marilena	Gestão Estadual	7.120,00
PR	411520	Maringá	Gestão Municipal	73.400,00
PR	410000	Nova Laranjeiras	Gestão Estadual	36.240,00
PR	410000	Nova Londrina	Gestão Estadual	7.440,00
PR	410000	Paranavaí	Gestão Estadual	100.200,00
PR	411850	Pato Branco	Gestão Municipal	82.560,00
PR	410000	Ponta Grossa	Gestão Estadual	29.040,00
PR	410000	Rolândia	Gestão Estadual	7.960,00
PR	410000	Santa Cruz de Monte Castelo	Gestão Estadual	7.120,00
PR	410000	Toledo	Gestão Estadual	66.880,00
PR	412800	Ubiratã	Gestão Municipal	4.720,00
PR	412810	Umuarama	Gestão Municipal	25.680,00
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	Gestão Municipal	12.240,00
RJ	330220	Itaperuna	Gestão Municipal	10.520,00
RJ	330250	Magé	Gestão Municipal	65.080,00
RJ	330310	Natividade	Gestão Municipal	26.680,00
RJ	330370	Paraíba do Sul	Gestão Municipal	14.240,00
RJ	330395	Pinheiral	Gestão Municipal	26.760,00
RJ	330400	Pirai	Gestão Municipal	19.040,00
RJ	330000	Porciúncula	Gestão Estadual	19.760,00
RJ	330411	Porto Real	Gestão Municipal	3.720,00
RJ	330420	Resende	Gestão Municipal	26.480,00
RJ	330430	Rio Bonito	Gestão Municipal	1.920,00
RJ	330450	Rio das Flores	Gestão Municipal	1.440,00
RJ	330455	Rio de Janeiro	Gestão Municipal	400,00
RJ	330510	São Joao de Meriti	Gestão Municipal	1.280,00
RJ	330000	Saquarema	Gestão Estadual	11.480,00
RJ	330555	Seropédica	Gestão Municipal	5.240,00
RJ	330610	Valença	Gestão Municipal	7.000,00
RJ	330620	Vassouras	Gestão Municipal	18.440,00
RJ	330630	Volta Redonda	Gestão Municipal	2.200,00
RN	240010	Acari	Gestão Municipal	2.000,00
RN	240020	Açu	Gestão Municipal	11.040,00
RN	240000	Afonso Bezerra	Gestão Estadual	4.840,00
RN	240231	Caraúbas	Gestão Municipal	8.680,00
RN	240301	Cruzeta	Gestão Municipal	9.680,00
RN	240000	Currais Novos	Gestão Estadual	17.480,00
RN	240420	Goianinha	Gestão Municipal	10.200,00
RN	240000	Ipanguaçu	Gestão Estadual	7.240,00
RN	240000	Jardim do Serido	Gestão Estadual	3.720,00
RN	240600	Jose da Penha	Gestão Municipal	160,00
RN	240710	Macaíba	Gestão Municipal	18.000,00
RN	240000	Macau	Gestão Estadual	4.440,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RN	240800	Mossoró	Gestão Municipal	7.080,00
RN	240810	Natal	Gestão Municipal	6.080,00
RN	240325	Parnamirim	Gestão Municipal	8.680,00
RN	240000	Santo Antonio	Gestão Estadual	23.040,00
RN	241180	São Fernando	Gestão Municipal	4.560,00
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	Gestão Municipal	19.440,00
RN	241220	São Jose de Mipibu	Gestão Municipal	5.520,00
RN	240000	São Jose do Campestre	Gestão Estadual	8.520,00
RN	240000	São José do Serido	Gestão Estadual	800,00
RN	241260	São Paulo do Potengi	Gestão Municipal	6.520,00
RN	240000	Serra Negra do Norte	Gestão Estadual	11.360,00
RS	430000	Alvorada	Gestão Estadual	2.160,00
RS	430000	Bagé	Gestão Estadual	4.400,00
RS	430510	Caxias do Sul	Gestão Municipal	31.760,00
RS	430000	Mato Queimado	Gestão Estadual	3.680,00
RS	430000	Nonoai	Gestão Estadual	2.000,00
RS	431390	Panambi	Gestão Municipal	12.200,00
RS	431440	Pelotas	Gestão Municipal	160,00
RS	431490	Porto Alegre	Gestão Municipal	21.520,00
RS	431510	Porto Xavier	Gestão Municipal	3.920,00
RS	430000	Roque Gonzales	Gestão Estadual	3.640,00
RS	431720	Santa Rosa	Gestão Municipal	6.280,00
RS	430000	Santo Ângelo	Gestão Estadual	16.320,00
RS	431800	São Borja	Gestão Municipal	10.840,00
SC	420200	Balneário Camboriú	Gestão Municipal	1.400,00
SC	420420	Chapeco	Gestão Municipal	206.200,00
SC	420460	Criciúma	Gestão Municipal	16.520,00
SC	420910	Joinville	Gestão Municipal	10.400,00
SC	420930	Lages	Gestão Municipal	28.440,00
SC	420940	Laguna	Gestão Municipal	2.200,00
SC	421050	Maravilha	Gestão Municipal	6.120,00
SC	421480	Rio do Sul	Gestão Municipal	7.560,00
SC	421720	São Miguel do Oeste	Gestão Municipal	19.000,00
SP	350010	Adamantina	Gestão Municipal	7.280,00
SP	350070	Agudos	Gestão Municipal	2.640,00
SP	350100	Altinopolis	Gestão Municipal	4.320,00
SP	350160	Americana	Gestão Municipal	50.240,00
SP	350170	Américo Brasiliense	Gestão Municipal	760,00
SP	350190	Amparo	Gestão Municipal	32.120,00
SP	350280	Araçatuba	Gestão Municipal	38.040,00
SP	350320	Araraquara	Gestão Municipal	7.640,00
SP	350400	Assis	Gestão Municipal	7.480,00
SP	350000	Barretos	Gestão Estadual	11.920,00
SP	350570	Barueri	Gestão Municipal	25.560,00
SP	350580	Bastos	Gestão Municipal	14.880,00
SP	350590	Batatais	Gestão Municipal	13.800,00
SP	350630	Bernardino de Campos	Gestão Municipal	6.880,00
SP	350640	Bilac	Gestão Municipal	1.640,00
SP	350650	Birigui	Gestão Municipal	5.440,00
SP	350720	Bora	Gestão Municipal	840,00
SP	350940	Cajuru	Gestão Municipal	12.000,00
SP	350950	Campinas	Gestão Municipal	320,00
SP	351015	Canitar	Gestão Municipal	5.960,00
SP	351050	Caraguatatuba	Gestão Municipal	19.760,00
SP	351060	Carapicuíba	Gestão Municipal	21.280,00
SP	351110	Catanduva	Gestão Municipal	12.880,00
SP	351150	Cerquilho	Gestão Municipal	8.040,00
SP	351340	Cruzeiro	Gestão Municipal	11.120,00
SP	351360	Cunha	Gestão Municipal	760,00
SP	351380	Diadema	Gestão Municipal	760,00
SP	351550	Fernandópolis	Gestão Municipal	52.200,00
SP	351620	Franca	Gestão Municipal	4.160,00
SP	351660	Galia	Gestão Municipal	840,00
SP	351740	Guaira	Gestão Municipal	7.120,00
SP	351770	Guara	Gestão Municipal	7.000,00
SP	351840	Guaratinguetá	Gestão Municipal	40.800,00
SP	351860	Guariba	Gestão Municipal	8.080,00
SP	351870	Guarujá	Gestão Municipal	5.600,00
SP	351880	Guarulhos	Gestão Municipal	232.840,00
SP	352260	Itapira	Gestão Municipal	32.520,00
SP	352340	Itatiba	Gestão Municipal	7.640,00
SP	352350	Itatinga	Gestão Municipal	1.080,00
SP	352400	Itupeva	Gestão Municipal	6.720,00
SP	352430	Jaboticabal	Gestão Municipal	1.360,00
SP	352500	Jandira	Gestão Municipal	7.160,00
SP	352510	Jardinópolis	Gestão Municipal	2.960,00
SP	352530	Jau	Gestão Municipal	18.800,00
SP	352670	Leme	Gestão Municipal	34.600,00
SP	352690	Limeira	Gestão Municipal	38.720,00
SP	352700	Lindoia	Gestão Municipal	10.240,00
SP	352720	Lorena	Gestão Municipal	17.320,00
SP	352800	Macatuba	Gestão Municipal	5.400,00
SP	352850	Mairiporã	Gestão Municipal	6.680,00
SP	352885	Marapoama	Gestão Municipal	800,00
SP	353070	Mogi Guaçu	Gestão Municipal	15.960,00
SP	353080	Moji Mirim	Gestão Municipal	16.200,00
SP	353190	Morro Agudo	Gestão Municipal	15.880,00
SP	353350	Novo Horizonte	Gestão Municipal	17.400,00
SP	353390	Olímpia	Gestão Municipal	8.640,00
SP	353410	Oriente	Gestão Municipal	2.840,00
SP	353430	Orlândia	Gestão Municipal	1.880,00
SP	353440	Osasco	Gestão Municipal	82.960,00
SP	353450	Oscar Bressane	Gestão Municipal	2.160,00
SP	353460	Osvaldo Cruz	Gestão Municipal	10.840,00
SP	353470	Ourinhos	Gestão Municipal	1.880,00
SP	353760	Peruíbe	Gestão Municipal	10.040,00
SP	353800	Pindamonhangaba	Gestão Municipal	2.280,00
SP	353870	Piracicaba	Gestão Municipal	22.440,00
SP	353880	Piraju	Gestão Municipal	20.400,00
SP	354000	Pompeia	Gestão Municipal	13.160,00
SP	354060	Porto Feliz	Gestão Municipal	9.160,00
SP	354140	Presidente Prudente	Gestão Municipal	17.000,00
SP	354200	Quintana	Gestão Municipal	4.360,00
SP	354260	Registro	Gestão Municipal	8.920,00
SP	354340	Ribeirão Preto	Gestão Municipal	48.760,00
SP	354380	Rinópolis	Gestão Municipal	2.720,00
SP	354390	Rio Claro	Gestão Municipal	9.960,00
SP	354450	Rubineia	Gestão Municipal	1.480,00
SP	354470	Sagres	Gestão Municipal	560,00
SP	354480	Sales	Gestão Municipal	2.040,00
SP	354540	Salto Grande	Gestão Municipal	6.040,00
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	Gestão Municipal	10.520,00
SP	354660	Santa Fe do Sul	Gestão Municipal	13.360,00
SP	354730	Santana de Parnaíba	Gestão Municipal	112.840,00
SP	354780	Santo Andre	Gestão Municipal	34.520,00
SP	354850	Santos	Gestão Municipal	53.040,00
SP	354870	São Bernardo do Campo	Gestão Municipal	4.920,00
SP	354880	São Caetano do Sul	Gestão Municipal	128.080,00
SP	354970	São Jose do Rio Pardo	Gestão Municipal	1.760,00
SP	354980	São Jose do Rio Preto	Gestão Municipal	66.520,00
SP	355030	São Paulo	Gestão Municipal	150.320,00
SP	355050	São Pedro do Turvo	Gestão Municipal	2.960,00
SP	355060	São Roque	Gestão Municipal	35.360,00
SP	355070	São Sebastiao	Gestão Municipal	10.680,00
SP	355100	São Vicente	Gestão Municipal	34.600,00
SP	355150	Serrana	Gestão Municipal	10.800,00
SP	355170	Sertãozinho	Gestão Municipal	9.080,00
SP	355280	Taboão da Serra	Gestão Municipal	3.160,00
SP	355370	Taquaritinga	Gestão Municipal	13.000,00
SP	355400	Tatuí	Gestão Municipal	21.080,00
SP	355410	Taubaté	Gestão Municipal	3.360,00
SP	355440	Terra Roxa	Gestão Municipal	3.800,00
SP	355500	Tupã	Gestão Municipal	9.920,00
SP	355630	Valparaiso	Gestão Municipal	3.000,00
SP	355670	Vinhedo	Gestão Municipal	8.160,00
SP	355690	Vista Alegre do Alto	Gestão Municipal	1.240,00
TO	172100	Palmas	Gestão Municipal	31.200,00
TO	170000	Paraiso do Tocantins	Gestão Estadual	14.400,00
TO	170000	Porto Nacional	Gestão Estadual	27.160,00
		TOTAL GERAL		7.818.880,00

PORTARIA Nº 1.173, DE 19 DE MAIO DE 2011

Habilita o Município de Porto Velho (RO) a receber recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009, que dispõe sobre a transferência fundo a fundo de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa de Atenção Básica de Saúde, da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada e da Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, resolve:

Art. 1º Habilitar o Município de Porto Velho (RO) a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, após serem atendidas as condições previstas no Art. 4º da Portaria nº 2.198/GM/MS, de 17 de setembro de 2009.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.1220.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	PROGRAMA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-67	73.860,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-65	80.660,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-04	161.554,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-61	59.800,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-62	177.400,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-59	174.400,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-64	140.000,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-71	84.720,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-63	174.400,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-02	910.720,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-53	51.400,00	1220	10.302.1220. 8535.0001
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO VELHO	11155.765000/1090-05	493.750,00	1220	10.302.1220. 8535.0001

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.174, DE 19 DE MAIO DE 2011

Altera o repasse dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, referente aos Municípios paulistas que optaram retornar/sair do Programa Dose Certa, em 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 4.217/GM, de 28 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando a Deliberação nº 04/2011, de 23 de fevereiro de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, que altera a relação dos Municípios participantes do Programa Dose Certa, e, portanto, altera a forma de repasse dos recursos da partida federal do Componente Básico da Assistência Farmacêutica para onze Municípios paulistas, resolve:

Art. 1º Alterar os repasses dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referentes aos Municípios de Americana, Brotas, Cerqueira Cesar, Coronel Macedo, Embu Guaçu, Lençóis Paulista, Macatuba, Marília, Piratininga e Nova Odessa que optaram por sair do Programa Dose Certa, e referente ao Município de Itapira que optou por retornar a esse Programa, a partir da competência julho de 2011.

§ 1º Para os Municípios de Americana, Brotas, Cerqueira Cesar, Coronel Macedo, Embu Guaçu, Lençóis Paulista, Macatuba, Marília, Piratininga e Nova Odessa, a partir da competência julho de 2011, os recursos federais desse Componente, correspondente a R$ 5,10/habitante/ano deverão ser repassados pelo Fundo Nacional de Saúde diretamente aos respectivos Fundos Municipais Saúde, em parcelas mensais de 1/12 (um doze avos);

§ 2º Os recursos federais desse Componente, correspondente a R$ 5,10/habitante/ano, referentes ao Município de Itapira, a partir da competência julho de 2011, deverão ser repassados pelo Fundo Nacional de Saúde da seguinte forma:

I - R$ 3,05/habitante/ano diretamente ao Fundo Municipal de Saúde, em parcelas mensais de 1/12 (um doze avos); e

II - R$ 2,05/habitante/ano ao Fundo de Saúde do Estado de São Paulo, em parcelas mensais de 1/12 (um doze avos).

Art. 2º O Estado deverá aplicar os recursos indicados no inciso II do § 2º do art. 1º desta Portaria, no custeio dos medicamentos do Programa Dose Certa, conforme pactuação na CIB/SP.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.1293.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 1.175, DE 19 DE MAIO DE 2011

Altera o Porte de Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em Minas Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.726/GM/MS, de 5 de julho de 2010, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Município de Congonhas;

Considerando os Ofícios nº 58, de 16 de novembro de 2010, da Secretaria Municipal de Saúde e nº 105/2010 da Coordenação Estadual de Urgências e Emergências, de 20 de dezembro de 2010, que solicitam alteração do Porte da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Congonhas;

Considerando Deliberação CIB - SUS/MG nº 757, de 23 de dezembro de 2010, e Deliberação CIB-SUS/MG nº 768, de 16 de fevereiro de 2011; e

Considerando o Parecer Técnico nº 224/2011-CGUE/DAE/SAS/MS, de 4 de abril de 2011, que aprova a alteração do Porte da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Congonhas de Porte I para Porte II, resolve:

Art. 1º Alterar o Porte da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) localizada em Congonhas (MG), conforme descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência, regular e automática, do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 4º da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 13 de maio de 2009, na forma definida no art. 5º da mesma Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Congonhas (MG).

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa 1220 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, nas ações:

I - 10.302.1220.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar; e

II - 10.302.1220.8535- Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município	Porte Anterior - UPA	Novo Porte - UPA
Congonhas	I	II

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 59, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde no uso de suas atribuições, consoante delegação que lhe foi conferida pela Portaria SE/MS nº 1.754/2004 e em conformidade com as disposições da IN/STN/MF nº . 1/1997, e suas modificações, observadas as disposições do Processo nº 25000.217999/2008-11, resolve:

Art. 1º . Prorrogar, até 31/12/2011, o prazo de execução do Plano de Trabalho aprovado pela Portaria SE/MS nº . 725/2008 publicada no DOU nº 248, Seção 1, de 22/12/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 62, DE 11 DE MAIO DE 2011

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde no uso de suas atribuições, consoante delegação que lhe foi conferida pela Portaria SE/MS nº 1.754/2004 e em conformidade com as disposições da IN/STN/MF nº . 1/1997, e suas modificações, observadas as disposições do Processo nº 25000.220074/2008-57, resolve:

Art. 1º . Prorrogar, até 31/12/2011, o prazo de execução do Plano de Trabalho aprovado pela Portaria SE/MS nº . 762/2008 publicada no DOU nº 251, Seção 1, de 26/12/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 19 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 3241, de 26 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº : 25789.012457/2005-91
Operadora: Porto Seguro - Seguro Saúde S/A.
Registro: 423206
Auto de infração nº : 17509 de 21/10/2005

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, estabelecendo multa de R$ 54.420,00 (cinqüenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais), por infração ao art. 71, c/c art. 9º , inciso I, c/c art. 10, inciso V, todos da RN nº 124/2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÕES DE 6 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.011013/2009-61	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob. p/ intern. p/ trat. de colangite bacter. p/ a benef. DJO, sob aleg. de DLP, s/ seguir o rito legal. Art. 11, § ún., c/c art.12 inc. II, alín. a da Lei 9.656/98 c/c art. 16, §3º da RN nº 162/07 .	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.028293/2010-81	UNIHOSP SAÚDE S.A.	385255.	01.445.199/0001-24	Rescindir unilat. o contr. do plano de assist. à saúde, da benef. D.B., em desacordo c/ as hipót. legalm. permit.. Art. 13, § ún., inc. II da Lei 9656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.001150/2005-64	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Aplicar reaj., por mud. de faixa et., no plano de saúde de L.C.V., s/ q/ houv. prev. dos índ. no contrato. Art. 25 da Lei 9.656/98.	35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)
25789.000364/2010-81	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. p/ ultrasson. de abdôm. e de mamas, ao benef. JLN. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.008080/2009-07	ITAUSEG SAÚDE S.A.	000884.	04.463.083/0001-06	Reduzir a rede hosp. s/ autor. da ANS. Art. 17, §4º da Lei 9.656/98.	22.260,00 (VINTE E DOIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA REAIS)
25789.035328/2008-13	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A	388122.	61.799.946/0001-54	Adotar mecan. de regul. de forma dif. do prev. em contr. ao ñ gar. cob. p/ intern. do benef. A.R.A.. Art. 1º, § 1º, alín. d da Lei 9.656/98, c/c art. 4º, inc. I, alín. b da Reso. CONSU 8/98.	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
25789.018704/2009-96	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. acesso e cob. p/ timpanot. explor. e adeno-amigdalect. ao benef. BHPC.Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.004217/2009-46	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Aplicar reaj. por faixa et. de 80,12%, p/ a benef. M.J.A., em %acima do regis. na SUSEP Art. 25, da Lei 9.656/98.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.056036/2009-03	SANTAMALIA SAÚDE S/A	339245.	61.922.845/0001-29	Operar prod. s/ regis. na ANS. Art. 9º da Lei 9.656/98 c/c art. 11 da RN nº.85/04, alt. pela RN nº.100/05.	Auto de infração nº 36.071 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.049051/2009-97	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. p/ Resson. Magn. de Crânio c/ Angio-RM p/ a benef. M.K.A.. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.066724/2009-73	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Descumprir o item VII da cláus. 3ª do contr. de adesão nº. 693060, ao excluir do plano a benef. J.C.S.M., sob aleg. de inadim.. Art. 25 da Lei 9.656/98.	Auto de infração nº 49.048 anulado por improcedência. Arquivamento.
33902.053169/2009-02	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob. p/ laparotomia p/ liber. de bridas em vigên. de oclusão, gastrorrafia e enterot. e/ou enterorrafia. Art. 11, § ún. da Lei 9656/98 c/c art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9656/98 c/c art. 16, §3º da RN 162/2007.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.027350/2008-90	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Operar prods. em cond. dif. da regis. nesta ANS. Art. 8º da Lei 9.656/98 c/c art. 13, anexo II, item 6 da RN 85/2004 alt. pela RN 100/2005 .	Advertência
25789.035212/2009-65	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Aplicar em abril/09 reaj. por mud. de faixa et. p/ a benef. C.M.G., em % ñ prev. em contrato. Art. 25, da Lei 9.656/98.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.014354/2007-27	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Aplicar e exigir reaj. por mud. de faixa et., na mensal. do plano de saúde de S.M., repact. por 5 anos p/ incidên. nos meses de março dos anos de 2004 a 2008. Art. 15, da Lei 9.656/98.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25789.040939/2009-64	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar., à benef. A.G.N., cob. p/ os honor. méd.. Art. 12, inc. II, alín. c, da Lei 9.656/98.	Auto de infração nº 44.248 anulado por RVE.
25789.004217/2009-46	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Aplicar reaj. por faixa et. de 80,12%, p/ a benef. M.J.A., em %acima do regis. na SUSEP Art. 25, da Lei 9.656/98.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.049051/2009-97	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. p/ Resson. Magn. de Crânio c/ Angio-RM p/ a benef. M.K.A.. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.008080/2009-07	ITAUSEG SAÚDE S.A.	000884.	04.463.083/0001-06	Reduzir a rede hosp. s/ autor. da ANS. Art. 17, §4º da Lei 9.656/98.	22.260,00 (VINTE E DOIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA REAIS)
25789.035328/2008-13	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A	388122.	61.799.946/0001-54	Adotar mecan. de regul. de forma dif. do prev. em contr. ao ñ gar. cob. p/ intern. do benef. A.R.A.. Art. 1º, § 1º, alín. d da Lei 9.656/98, c/c art. 4º, inc. I, alín. b da Reso. CONSU 8/98.	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 9 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.048679/2009-75	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Deixar de gar., ao benef. IS, sob aleg. de DLP, cob. p/ amigdalect. e cauter. das conchas nasais. Art. 11, § ún. da Lei 9656/98 c/c art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9656/98 c/c art. 16, §3º da RN 162/2007.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.030457/2008-15	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de infor. a ANS os reaj. aplic. no plano colet., firm. c/ a Access Clube de Benef. Ltda. Art. 20, caput, da Lei 9.656/98 c/c art. 14 da RN 156/07 e da RN 171/08.	Auto de infração nº 32.721 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.018241/2010-04	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar. cob., à benef. JCA, p/ intern. em UTI. Art. 12, inc. III da lei 9656/98.	Auto de infração anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.045005/2010-52	MASTER SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	332615.	00.669.832/0001-03	Não gar. a realiz. de Resson. Magn. de joelho Esq.. Art. 12, inc. I, alín. b, da Lei 9656/98.	Auto de infração nº 36.154 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.068811/2009-65	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Descumprir cláus. contr. ao ñ aut. a realiz. de Resson. Magn. c/ Sed. da Col. Torác. e Resson. Magn. c/ Sed. da Col. Lombo-Sacra, p/ o benef. ASZ. Art. 25 da Lei 9.656/98.	36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
25789.057237/2009-10	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Reduzir a rede hosp. creden. s/ a aut. da ANS. Art. 17, § 4º da Lei 9656/98.	971.383,75 (NOVECENTOS E SETENTA E UM MIL, TREZENTOS E OITENTA E TRES REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)
25789.023730/2009-36	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Suspender unilater. o contr. de assist. à saúde c/ a benef. MLL. Art. 13, § ún., inc. II, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.035128/2008-61	AVICCENA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	394009.	66.866.146/0001-22	Excluir de sua rede o Hosp. Sírio Libanês de Itatiba, p/ todos os prod. vincul., s/ a prévia aut. da ANS. Art. 17, § 4º da Lei 9.656/98.	10.010,00 (DEZ MIL, DEZ REAIS)
25789.025359/2010-81	UNIMED DE SAO JOSE DOS CAMPOS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	331872.	60.214.517/0001-05	Descumprir cláus. contr. ao deixar de gar. cob. p/ realiz. de US morfol. p/ a benef. LAB. Art. 25 da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.048797/2009-83	MICROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	303364.	59.018.945/0001-83	Rescindir unilat. o contr. individual/familiar do benef. WF. Art. 13, § ún., inc. II da Lei 9656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.031276/2009-97	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO S/C LTDA	357685.	62.574.884/0001-45	Deixar de encam. à ANS a Nota Técn de Regis. de Prod... Incisos XII e XVI II da Lei 9961/2000 c/c art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 6º da RDC 28/2000.	Advertência
25789.027436/2009-01	ITALICA SAÚDE LTDA	320889.	01.560.138/0001-08	Reajustar a mensal. do plano de assist. a saúde da benef. LXL, s/ aut. da ANS. Art. 4º, inciso XVII da Lei 9961/00 c/c art. 25 da Lei 9.656/98 e com art. 2º da RN 171/2008.	Advertência
25789.048797/2009-83	MICROMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	303364.	59.018.945/0001-83	Rescindir unilat. o contr. individual/familiar do benef. WF. Art. 13, § ún., inc. II da Lei 9656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.009937/2009-06	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Não gar. cob. p/ cons. na especial. de endocrin. p/ a benef. MSC. Art. 12, I, a, da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.051490/2009-60	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A	388122.	61.799.946/0001-54	Deixar de gar. cob., sob aleg. de DLP, s/ seguir o rito legal, p/ retossigmoidoscopia c/ biópsia, ao benef. RGV. Art. 11, § ún. da Lei 9656/98 c/c art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9656/98 c/c art. 16, §3º da RN 162/2007.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.051308/2009-71	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de proceder à adapt. do contr. à Lei, qndo solicit. pela benef. A.U. Art. 35, § 1o da Lei 9656/98.	Advertência.
25789.023972/2010-63	CENTRO HOSPITALAR ATIBAIA LTDA.	350699.	00.950.062/0001-64	Não gar. cob. a diversos exames p/ o benef. JCG. Art. 12, inc. I, alín. b.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.049149/2009-44	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA	302147.	00.461.479/0001-63	Deixar de gar. cob. p/ cineangiocor. à benef. NSA, sob aleg. de DLP. Art. 11, caput, c/c art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98, c/c art. 2º, inc. II e art. 6º, § 3º da RN 162/2007.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.005588/2009-45	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Comercializar prods. de forma diver. da regis. na ANS. Art. 19, §3º da Lei 9656/98 c/c art. 1º, anexo I-A, inc. X da RDC 4/2000.	Advertência.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 13 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.075455/2009-36	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob. p/ colecistect. c/ ou s/ colangiog. pelo mét. de videolapar., ao benef. MAMT. Art.12, inc. III da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.000585/2010-59	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Descumprir cláus. contr., ao ñ gar. cob. p/ Reconstr. Mamária pós-mastect., à benef. MHW. Art. 25 da Lei nº 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.074623/2010-18	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob. dos mat. Disposit. Anti-Trombót. Sequell e Meia Elást. Cirúr. Kendal, ao benef. R.A.C.. Art. 12, inc. I, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.001016/2009-97	VECTRA ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	401773.	67.163.451/0001-10	Deixar de gar. à benef. ASP cob. p/ facect. c/ implante de lente intraocular. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9.656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.021893/2010-18	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Rescindir, por duas vezes, em janeiro/2010 e março/2010 contr. indiv. da benef. C.S., fora das cond. prev. na legis. vigen.. Art. 13, § ún., inc. II da Lei 9656/98.	160.000,00 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS)
25789.022325/2010-34	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Aplicar, indevidam., reaj. por mud. de faixa et. na mensal. do benef. C.M.P.. Art. 15, § ún., da Lei 9.656/98.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.067980/2009-88	ITALICA SAÚDE LTDA	320889.	01.560.138/0001-08	Deixar de gar., à benef. M.S.S. cob. p/ resson. magnét. de crânio. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.018102/2010-72	SANTA RITA SISTEMA DE SAUDE S/C LTDA	413194.	04.004.287/0001-89	Deixar de gar. cob. p/ ecodopplercard. por estresse e consulta ambul. na especial. méd. de reumatol. p/ a benef. L.I.Z.. Art. 12, inc. I, alín. a e b da Lei 9.656/98.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.002720/2010-09	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Rescindir, em desac. com a lei, o contr. do benefi. FSS. Art. 13, § ún., inc. II da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.057077/2009-17	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A	388122.	61.799.946/0001-54	Rescindir unilateralm. o contr. da benef. LSF, s/ a devida notific. no prazo legal. Art. 13, § ún., inc. II da Lei 9.656/98.	Auto de infração nº 36.012 anulado por improcedência.Arquivamento.
25789.040192/2009-44	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE LTDA.	325074.	61.849.980/0001-96	Deixar de cumprir as normas da ANS q. aut. a aleg. de DLP do benef., qndo imput. cober. parcial tempor. p/ cefaléia à benef. LSP.. Art. 11, § ún., da Lei 9656/98 c/c art. 16, §3º da RN 162/2007.	Advertência.
25789.015836/2006-13	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Reduzir a rede hosp, s/ aut. da ANS, c/ a exclus. do Hosp. San Paolo. Art. 17, § 4º da Lei 9656/98.	884.154,69 (OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, CENTO E CINQUENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS)
25789.076207/2009-11	ITALICA SAÚDE LTDA	320889.	01.560.138/0001-08	Deixar de gar., à benef. EFG, cob. p/ consul. em ginecol. sob aleg. de inadimp.. Art. 12, inc. I, alín."a", da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.054808/2010-06	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS EM TELECOMUNICAÇÕES	338915.	63.089.205/0001-05	1) Aplica, indevidam., reaj. por mud. de faixa et. na mensal. da benef. M.H.Y.. Art. 15 da Lei 9.656/98 c/c §1º e §2º do art. 2º da Resol. CONSU 6/1998; e 2) Encam. à ANS infor. sobre o reaj. por variaç. anual de custos, aplic. na mensal. da benef. M.H.Y de forma diver. do prev.. Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art. 14 da RN 171/2008.	1) 27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS)2) Advertência
25789.016681/2010-19	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Não gar. cob. p/ intern. no Hosp. A.C. Camar., p/ realiz. do proced. braquiter. de baixa taxa de dose c/ semen. de iodo 125, p/ o benef., A.G.. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25789.016688/2010-31	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de gar. a cob. p/ realiz. do exame dosagem do ácido vanilmand. plasm., p/ a benef. V.L.R.A.. Art. 25 da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.000376/2010-13	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. cob. p/ histerect. à benef. S. V. M.. Art. 12, inc. II, alín. a da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.075463/2009-82	SAÚDE MEDICOL S/A.	309231.	02.926.892/0001-81	Deixar de gar. cob. p/ adenoamigdalectomia, ao benef. H.E. do L.. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.075617/2009-36	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Reajustar a mensal. da benef. T.B.R., por mud. de faixa et., em % acima do contrat. e regis. na SUSEP. Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c alín. a do item 4 da Súmula 3/2001.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.057196/2009-61	VECTRA ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	401773.	67.163.451/0001-10	Não gar., ao benef. JB cob. p/ microcirur. p/ remoção de cisto no tórax. Art. 12, II, a, da Lei 9.656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.069300/2009-61	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A	388122.	61.799.946/0001-54	Deixar de gar., ao benef. LS, cob. p/ cirur. elet. de prost.. Art. 12, da Lei 9.656/98.	Auto de infração nº 32.586 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.032906/2010-84	UNIMED DO ABC - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	345270.	44.183.390/0001-58	Reajustar, por mud. de faixa et., acima do % prev. em contr., a mensal. da benef. A.A.V.S.F.. Art. 15 e 25 da Lei 9.656/98, c/c art. 4° da Lei 9961/00 c/c art. 4° da RN 156/07.	Advertência
25789.003255/2011-04	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	1) Reajustar indevidam. a mensal. do contr. colet. firm. pela empr. Quinque Socied. Simples Ltda. ME. Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c art. 4º, XVII da Lei 9.961/2000 c/c art. 19 da RN 195/2009; 2) Deixar de comun. à ANS o referido reaj.. Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art 14 da RN 171/2008.	1) 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)2) Advertência
25789.073857/2009-04	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. p/ biópsia percut. de fragm. mamário, orien. por US c/ agulha grossa, à benef. EOG. Art. 12, inc. II, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.061572/2009-12	PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.	360244.	02.864.364/0001-45	Deixar de cumprir as obrig. prev. contr. firm. c/ a benef. MRS, ao negar cob. p/ "dosagem sérica de oxacarbamazepina". Art. 25,Lei 9656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.002149/2010-14	UNIMED PAULISTANA - SOCIEDADE COOPERATIVA TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Descumprir as regras ref. à adoção e util. dos mecan. de regul.. Art. 1° § 1°, "d" da Lei 9.656/98 c/c Art.4º, I, b da CONSU 08/98.	Advertência.
25789.073698/2009-30	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar. cob. de atend. méd. ao recém-nasc. da benef. C.J.deS.S.. Art. 12, Inc. III, alín. a, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.069293/2009-05	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A	388122.	61.799.946/0001-54	Deixar de gar., ao benef. N. do N. F., cob. p/ Ureterolitotripsia Endosc. Ultras. e Implante Cateter Duplo J. Art. 12, Inc. II, alín. e da Lei 9656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.068710/2009-94	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de gar. ao benef. L.C.O.G. cob. p/ trat. de lombociatagia , ao não aut. a realiz. dos proced. neces. p/ a realiz. do mesmo. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.069293/2009-05	SERMA SERVICOS MEDICOS ASSISTENCIAIS S/A	388122.	61.799.946/0001-54	Deixar de gar., ao benef. N. do N. F., cob. p/ Ureterolitotripsia Endosc. Ultras. e Implante Cateter Duplo J. Art. 12, Inc. II, alín. e da Lei 9656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.068710/2009-94	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de gar. ao benef. L.C.O.G. cob. p/ trat. de lombociatagia , ao não aut. a realiz. dos proced. neces. p/ a realiz. do mesmo. Art. 12, inc. I, alín. b da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.000685/2010-85	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de cumprir cláus. do contra. firm. c/ o benef. O.M., ref. a reemb. de intern. nos casos de urgên. e emerg.. Art. 25 da Lei 9.656/98.	Auto de infração nº 46.870 anulado. Arquivamento.
25789.049514/2010-54	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Operar prods. de forma diver. do regis. na ANS. Art. 8º da Lei 9.656/98 c/c art. 13, Anexo II, item 6, da RN 85/2004.	Advertência
25789.052959/2009-88	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP. MÉDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Deixar de gar., ao benef. CGC, cob. p/ o mat. duragem, a ser util. durante cirur. de hérnia em disco lombar. Art. 12, inc. II alín. e, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.039521/2010-48	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de cumprir cláus. do contr. firm. c/ a empr. CONSMIC Engen. e Constr. Ltda.. Art. 25, da Lei 9.656/98.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 17 DE MAIO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.026134/2008-27	FUNDAÇÃO CESP	315478.	62.465.117/0001-06	Deixar de gar. a perman. da consum. D.S. como benef. inat., demit. s/ justa causa, pelo período de 24 meses,. Art. 30 da Lei 9.656/98.	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
33902.330696/2010-71	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Reduzir rede hosp. sem ter tido a prévia aut. da ANS.	Auto de infração nº 44.232 anulado por improcedência. Arquivamento.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

RETIFICAÇÃO

No D.O.U de 05/11/2008, Seção 1, página 41, foi publicada a seguinte decisão proferida no processo administrativo nº 25789.010312/2005-55:

Número do Processo	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório na ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.003323/2005-89	MEDICOL MEDICINA COLETIVA S/A	382574	61.163.374/0001-12	Reduzir a rede hosp. s/ aut. da ANS. Art. 17, § 4º da Lei nº 9.656/98.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

No entanto, a operadora MEDICOL MEDICINA COLETIVA S/A, teve o seu registro cancelado por incorporação em 18/07/2006, tornando-se a operadora incorporadora, SAÚDE MEDICOL S/A, sucessora da incorporada em todos os direitos e obrigações.

Portanto, faz-se necessária a seguinte retificação:

Número do Processo	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório na ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.003323/2005-89	SAÚDE MEDICOL S/A	309231	02.926.892/0001-81	Reduzir a rede hosp. s/ aut. da ANS. Art. 17, § 4º da Lei nº 9.656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
PROCURADORIA FEDERAL
GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS AEROPORTOS FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 19 de maio de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, resolve: Arquivar os processos abaixo relacionados:

ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL
25759.135657/2008-11 - AIS:172958/08-6(375/07) - GGPAF/ANVISA
CASA GUIMARAES COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA
25759.109242/2008-91 - AIS:141028/08-8(304/07(- GGPAF/ANVISA
DABI ATLANTE INDUSTRIAS MEDICO ODONTOLOGICAS LTDA
25759.230333/2007-12 - AIS:293938/07-0(252/05) - GGPAF/ANVISA
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA
25759.185674/2007-18 - AIS:235819/07-1(396/07) - GGPAF/ANVISA
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
25752.158643/2007-54 - AIS:201389/07-4(021/07) - GGPAF/ANVISA
NIPRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CARDIOPULMONARES LTDA
25759.302327/2007-66 - AIS:389837/07-7(535/07) - GGPAF/ANVISA
OLIDEF CZ IND E COM DE APARELHOS HOSPITALARES LTDA
25759.136453/2008-05 - AIS:173947/08-6(434/07) - GGPAF/ANVISA
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA
25752.053145/2007-16 - AIS:068875/07-4(002/07) - GGPAF/ANVISA
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA
25759.222939/2007-76 - AIS:284232/07-7241/05) - GGPAF/ANVISA
SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA
25759.469408/2007-45 - AIS:598756/07-3(131/06) - GGPAF/ANVISA
ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA
25759.109255/2008-61 - AIS:141046/08-6(301/07) - GGPAF/ANVISA
TAKASAGO FRAGRANCIAS E AROMAS LTDA.
25759.124889/2008-43 - AIS:159519/08-9(417/07) - GGPAF/ANVISA
VIGODENT S/A IND e com
25752.073294/2006-11 - AIS:095764/06-0(040/05) - GGPAF/ANVISA
VRG LINHAS AÉREAS S/A
25744.817004/2008-97 - AIS:015545/08-4(004/08) - GGPAF/ANVISA

PAULO BIANCARDI COURY

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 466, DE 19 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80001.021929/2006-03, resolve:

Art. 1º Conceder, até 27 de novembro de 2011, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, licença de funcionamento a pessoa jurídica IPETRAN INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR DE TRÂNSITO S/S LTDA, CNPJ - 07.573.361/0001-76, situada no Município de Joaçaba - SC, na BR 282 Km 391, S/N, Vila Remor, CEP 89.600-000, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 234 de 27 de novembro de 2007, do Departamento Nacional de Transito - DENATRAN.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
126	53000.008052/09	Associação Progresso do Distrito do Bezerra - APDB	Formosa/GO
127	53000.008589/08	Associação Comunitária Cidade Nova de Jauru - ACOCINJA	Jauru/MT

PAULO BERNARDO SILVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 107, de 2 de maio de 2011, publicada no DOU do dia 19 de maio de 2011, Seção 1, pág. 104, referente ao Proc. Administrativo nº 53000.005957/2010, onde se lê: " Portaria nº 145, de 24 de julho de 1980.", leia-se: " Portaria nº 145, de 24 de junho de 1980".

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 7.830, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Processo nº 53500.003250/2010. Aplica à G.M. ARRUDA TRANSPORTES, CNPJ/MF nº 01.241.210/0001-34, FISTEL nº 50013113810, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço de Radiotáxi Especializado, consubstanciada no Ato nº 45.134, de 30 de junho de 2004, publicado no Diário Oficial da União, em 6 de julho de 2004, pelo descumprimento do disposto no art. 6º, §2º, c/c art. 8º, caput, da Lei nº 5.070/1966, e no art. 11, do Anexo à Resolução nº 255/2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 939, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2011

Processo n.º 535280015192010 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Móvel Aeronáutico (Estações de Aeronave), de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 8º da Lei n.º 5.070, de 7 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fistel	CNPJ/CPF
001.FABIANO SENA HOERBE	50402879333	963.004.690-34
002.MAURICIO ROSEMBERG E/OU	03021743625	148.322.080-04

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.825, DE 6 DE MAIO DE 2011

Processo n° 53500.004878/2009. Expede autorização à ESTILLO COMUM RÁDIO TÁXI LTDA., CNPJ/MF nº 10.565.674/0001-97, para explorar o Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço a Região Metropolitana de São Paulo/SP. Outorga autorização de uso da radiofreqüência à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, sem exclusividade, por dez anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.824, DE 6 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.020183/2010. Expede autorização à ALARMES & ALARMES COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA., CNPJ/MF nº 10.588.869/0001-52, para explorar o Serviço Especial de Supervisão e Controle, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço os municípios de Xangrilá/RS e Capão da Canoa/RS.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.826, DE 6 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.026487/2010. Expede autorização à SENHA ALARMES LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 06.023.241/0001-32, para explorar o Serviço Especial de Supervisão e Controle, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço o município de Lins/SP. Outorga autorização de uso da radiofreqüência, associada à autorização do serviço, sem exclusividade, por dez anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.009, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.030487/2010. Expede autorização à ACTIAN PROVEDORES INTERNET LTDA. ME, CNPJ/MF nº 11.083.660/0001-08, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.010, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.023990/2010. Expede autorização à ATRANET.COM.BR LTDA., CNPJ/MF nº 12.430.610/0001-04, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.011, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.028807/2010. Expede autorização à G W S TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA. ME, CNPJ/MF nº 12.394.926/0001-98, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.012, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.003187/2011. Expede autorização à GIGANET COMUNICAÇÕES MULTIMÍDIA LTDA.-ME, CNPJ/MF nº 13.066.935/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.013, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.003805/2011. Expede autorização à ISABELLA MAGALHÃES SILVEIRA MELLO, CNPJ/MF nº 11.014.352/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.014, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.031104/2010. Expede autorização à JOSÉ WAGNER PEDROSA ROCHA, CNPJ/MF nº 07.486.876/0001-39, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.015, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.027839/2010. Expede autorização à TURBOSP INTERNET PROVIDER LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 05.857.777/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.016, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.029600/2010. Expede autorização à VISALINK SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ/MF nº 11.251.334/0001-54, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.025, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.003407/2011. Expede autorização à CELLONI DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 06.022.308/0001-14, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.027, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.003185/2011. Expede autorização à PEDRO MARQUES COELHO INFORMÁTICA, CNPJ/MF nº 11.939.417/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.028, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.003477/2011. Expede autorização à SBV INFORMÁTICA LTDA. ME, CNPJ/MF nº 09.151.889/0001-82, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.095, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.003406/2003. Declara extinta, por renúncia, a partir de 27 de outubro de 2010, a autorização outorgada à 614 TVG GUARULHOS S/A., CNPJ n° 02.998.957/0001-02, por intermédio do Ato nº 41.878, de 20 de janeiro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 2004, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de exploração do serviço todo o território nacional. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel. Os débitos da 614 TVG GUARULHOS S/A. junto à Anatel e aos fundos por ela administrados passa à responsabilidade de sua sucessora, a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ nº 00.108.786/0001-65.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 3.096, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.004588/1999. Declarar extinta, por renúncia, a partir de 27 de outubro de 2010, a autorização outorgada à ESC 90 TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.156.312/0001-14, por intermédio do Ato n.° 56.762, de 13 de março de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 17 de março de 2006, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive às firmadas com a Anatel. Os débitos da ESC 90 TELECOMUNICAÇÕES LTDA junto à Anatel e aos fundos por ela administrados passam à responsabilidade de sua sucessora, a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.097, DE 12 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.027184/2010. Expede autorização à CATELANI TELEFONIA IP DO BRASIL LTDA. ME, CNPJ/MF nº 08.385.621/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.175, DE 13 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.029214/2010. Expede autorização à CADEUSA ASSESSORIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 08.199.553/0001-27, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.200, DE 16 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.021417/2010. Expede autorização à NOROESTENET TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. ME, CNPJ/MF nº 11.767.820/0001-20, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.214, DE 16 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.011753/2010. Expede autorização à OLIVETEC NET LTDA., CNPJ/MF nº 11.013.928/0001-27, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.215, DE 16 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.029110/2010. Expede autorização à ILIANE SCHEIBE, CNPJ/MF nº 10.940.364/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.217, DE 16 DE MAIODE 2011.

Processo nº 53500.002515/2011. Expede autorização à SPEED TRAVEL COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 07.304.055/0001-34, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.218, DE 16 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.001796/2011. Expede autorização à S M SERVIÇOS LTDA., CNPJ/MF nº 09.068.356/0001-31, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.219, DE 16 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.023834/2010. Expede autorização à SUPERCLIK LTDA. ME, CNPJ/MF nº 11.146.535/0001-91, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.230, DE 17 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53500.028869/2010. Expede autorização à LBR PROVEDOR INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA., CNPJ/MF nº 10.808.469/0001-05, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 15 de dezembro de 2010

Nº 11.872/2010-CD - Processo Administrativo Fiscal - PAF nº 53500.007040/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso de Ofício, em face da decisão proferida pela Superintendente de Universalização, por meio do Despacho nº 1.501/2007/UNACO/UNAC/SUN, de 22 de novembro de 2007, nos autos do Processo Administrativo Fiscal em epígrafe, instaurado contra a prestadora CIDADE TÁXI SERVIÇOS LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 40.996.308/0001-53, decidiu, em sua Reunião nº 590, realizada em 2 de dezembro de 2010, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 564/2010/GCJV, de 24 de novembro de 2010, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida.

Em 4 de abril de 2011

Nº 2.715/2011-CD - Processo nº 53500.004426/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto em face da decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho n.º 6.099/2010-CD, de 15 de julho de 2010, nos autos do Processo Administrativo Fiscal em epígrafe, instaurado contra a prestadora TRACKER DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF n.º 02.756.315/0001-99, decidiu, em sua Reunião nº 584, realizada em 21 de outubro de 2010, pelas razões e justificativas constantes da Análise n.º 648/2010 - GCJR, de 04 de outubro de 2010, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida.

Em 7 de abril de 2011

Nº 2.871/2011-CD - Processo nº 53500.006243/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso de Ofício, em razão da decisão proferida pelo Superintendente de Administração-Geral, por meio do Despacho nº 9.227/2010/ADPFA2/SAD, de 05 de outubro de 2010, nos autos do Processo Administrativo Fiscal em epígrafe, instaurado em desfavor da prestadora JEA COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 03.229.180/0001-76, decidiu, em sua Reunião nº 600, realizada em 24 de março de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 230/2011-GCJV, de 18 de março de 2011, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 3.303, DE 19 DE MAIO DE 2011

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, no período de 20/05/2011 a 22/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.304, DE 19 DE MAIO DE 2011

Autorizar VIA ITALIA COMERCIO E IMPORTACAO DE VEICULOS LTDA., CNPJ nº 07.638.845/0003-18 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 20/05/2011 a 22/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.305, DE 19 DE MAIO DE 2011

Autorizar GRAMACHO COMPETICOES LTDA, CNPJ nº 10.399.894/0001-98 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 19/05/2011 a 22/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 3.306, DE 19 DE MAIO DE 2011

Autorizar RAPOSO 2007 COMPETICOES AUTOMOBILISTICAS LTDA., CNPJ nº 08.651.777/0001-28 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 19/05/2011 a 22/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NO AMAZONAS

DESPACHOS DO GERENTE
Em 1º de julho de 2010

Nº 5.398 - Processo nº 53587000232/2007. Aplica-se a sanção de multa, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, executante do Serviço Limitado Privado, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, a multa é no valor de R$ 3.400,00(três e quatrocentos reais), pelas irregularidades de Instalação e operação em local diferente do licenciado da estação nº 6833441715, Potência de operação superior à autorizada nas estações de nº 683341715, 683341685; Indisponibilidade do Relatório de Conformidade - RNI nas estações nº 683341715, 683341685 e 683341758, Irradiação de emissões espúrias com valores acima dos limites de tolerância na estação nº 683341758 diferentes do autorizado na estação nº 6833441685, infringindo o disposto nos seguintes dispositivos legais e regulamentares, respectivamente, Item 9.1 e 10.1 da Norma MC n.13/97, art. 18 e 61 do RLC, anexo a N.º303/2002 Item 9.4 e10.1 da Norma MC n.º13/97, art. 26, § 8º e art. 53 RUER.

Em 15 de março de 2011

Nº 2.098 - Processo nº 53578.000286/2011. Aplica-se a sanção de multa, a EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, executante do STFC Radiotelefônico Público - Estações Terrenas nos Municípios de Autazes e Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas, a multa e no valor de R$ 10.206,00(dez mil duzentos e seis reais), por infração ao art. 5º da Portaria da Anatel nº 39, § 3º do Regulamento dos serviços de Telecomunicação, aprovado pela Resolução nº 73/98, pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 44/2011-ER11AT de15 de Março de 2011.

Em 7 de abril de 2011

Nº 2.881 - Processo nº 53581.000220/2011. Aplica-se a sanção de multa, a WILSON EUCLIDES PRUDÊNCIO, por uso não autorizado do Serviço de Radiodifusão Sonora em freqüência Modulada, na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia, a multa é no valor de R$ 7.140,00 (sete mil, cento e quarenta reais), por infração ao disposto no art. 17, caput, do anexo à Resolução nº 259/01, ao art.163, caput da Lei nº 9.47297, ao art. 55, inciso V, alínea b, do anexo à Resolução nº 242/00, pelas razões e justificativas constantes do Informe nº 62/2011-ER11AT/ER11 de abril de 2011.

JOSÉ GOMES PIRES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.016408/2010	JOSÉ REGINALDO DA SILVA	Itapevi/SP	453.217.014-15	4850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 4º do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	24/12/2010
53504.017858/2004	BRLIVRE INTERNET LTDA	Bragança Paulista/SP	05.869.994/0001-09	2014,20	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	13/12/2010
53504.027230/2009	ROBERTO MOREIRA DA SILVA	Araçatuba/SP	117.442.408-76	3010,08	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98 e artigo 131 da Lei nº 9472/97	24/12/2010
53504.009053/2010	PROWARE 200 TELECOMUNICAÇÃO SOM E IMAGEM LTDA	Campinas/SP	03.764.642/0001-55	7850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	06/12/2010
53504.009969/2010	JOSÉ CARLOS ALCANTARA	Agudos/SP	034.486.048-52	3510,08	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98 , artigo 131 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	19/11/2010
53504.026621/2009	RICARDO PREREIRA DE SOUZA	Santos/SP	318.412.618-82	2850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	06/12/2010
53504.016910/2007	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALON	São Paulo/SP	05.324.806/0001-59	3040,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	08/12/2010
53504.015019/2004	FERNANDO EMANUEL DIAS DE JESUS	São Paulo/SP	853.824.938-04	1752,93	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	13/12/2010
53504.006039/2006	GLOINFO 500 SOLUÇÕES EM TELEMÁTICA LTDA	Birigui/SP	03.721.699/0001-77	2100,00	Artigo 55, inciso I, alínea "a", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	06/08/2010
53504.015176/2009	AVALON CONSULTORIA, PLANEJAMENTO URBANO, GESTÃO AMBIENTAL, COMUNICAÇÃO E DESIGN LTDA	Lorena/SP	03.432.646/0001-36	3010,08	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e artigo 131 da Lei nº 9472/97	13/12/2010
53504.030683/2008	TERESINHA MORAES CLARO	São Paulo/SP	187.543.048-22	6850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	13/12/2010
53504.017389/2005	PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE	São Roque/SP	70.946.009/0001-75	1231,86	Itens 9.4, 10.1 e 13.5, inciso "h" da Norma 13/97, artigos 18 e 61 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	08/12/2010
53504.009883/2005	SOCIEDADE AMIGOS DOS BAIRROS CASA GRANDE I E II	Francisco Morato/SP	51.451.433/0001/02	1752,93	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	13/12/2010
53504.019616/2010	SANTOS & EVANGELISTA LTDA - ME	Santa Fé do Sul/SP	11.603.627/0001-53	3010,08	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98 e artigo 131 da Lei nº 9472/97	06/12/2010
53504.016403/2010	COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO	São Paulo/SP	47.902.648/0001-17	1762,02	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	14/02/2011
53504.030888/2008	ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA OBJETIVA	São Bernardo do Campo/SP	01.171.600/0001-61	2850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	09/12/2010
53504.016793/2010	RÁDIO PRATA FM LTDA	Águas da Prata/SP	54.682.422/0001-13	800,00	Artigo 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	14/02/2011
53504.027227/2009	MV&P TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA	Araçatuba/SP	03.012.197/0001-77	3010,08	Artigo 131 da Lei nº 9.472/97	14/02/2011
53504.022760/2010	DENISON FONTANA NASCIMBENI	Fernandópolis/SP	080.931.178-62	1081,01	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97, artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e artigo 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	25/02/2011
53504.020377/2010	FINAC LTDA ME	Valinhos/SP	03.233.138/0001-29	3000,00	Artigos 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	14/02/2011
53504.016409/2010	BORGES E CARDOSO - EQUIP. DE INFORMÁTICA E PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME	Ituverava/SP	09.503.002/0001-78	3000,00	Artigos 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	14/02/2011
53504.017689/2007	TECHS TECNOLOGIA EM HARDWARE E SOFTWARE LTDA - EPP	Araraquara/SP	00.981.458/0001-79	3510,08	Artigo 131 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	03/03/2011
53504.026195/2008	TNL PCS S/A	Guarujá/SP	04.164.616/0001-59	5400,00	Artigo 102 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 477/2007 e artigo 162 da Lei nº 9.472/97	03/03/2011
53504.002662/2008	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁPOLIS	Itápolis/SP	49.979.255/0001-37	2175,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	13/12/2010
53504.020028/2010	GERALDO DAS NEVES	Osasco/SP	640.349.768-53	4850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	24/12/2010
53504.003775/2009	JORGE MILHORENÇO PIRES	Osasco/SP	106.970.398-20	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	08/12/2010
53504.027949/2008	ORESTES DE LIMA	São José dos Campos/SP	738.626.008-68	4850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	09/12/2010
53504.001993/2006	GLOINFO 500 SOLUÇÕES EM TELEMÁTICA LTDA	Birigui/SP	03.721.699/0001-71	4252,50	Artigos 10, 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	06/08/2010
53504.021731/2009	ROSALVO BONIFÁCIO DOS SANTOS	Cabreúva/SP	036.883.838-26	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	10/11/2010
53504.012074/2010	NILTON CÉSAR MARTINS	Guaíra/SP	186.407.268-76	3510,08	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98 , artigo 131 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	13/12/2010
53504.003363/2010	SANNET DRN PROVEDORES LTDA ME	Praibuna/SP	07.108.738/0001-16	3000,00	Artigos 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	02/12/2010
53504.010110/2008	ANDRÉ LUÍS NEUDL VASCONCELOS	São Paulo/SP	144.042.138-24	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	06/12/2010
53504.006835/2008	SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - DEP. DE SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	Marília/SP	46.384.400/0016-25	792,91	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	08/12/2010
53504.002719/2003	JOSÉ PAULO LISBOA DA SILVA - ME	Capão Bonito/SP	05.071.526.0001/86	2014,20	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	09/12/2010
53504.001135/2010	ISAÍAS GONÇALVES	Campinas/SP	107.965.468-27	2850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	13/12/2010
53504.018372/2007	GIOVANNI SANTIAGO	Peruíbe/SP	114.015.728-04	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	03/12/2010
53504.006801/2009	ROGÉRIO SILVA SOUSA MAIA	Taboão da Serra/SP	251.194.508-81	3010,08	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98 e artigo 131 da Lei nº 9472/97	24/12/2010
53504.025250/2008	REGINALDO VIANA GOMES	São Paulo/SP	100.643.278-76	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	03/12/2010
53504.023463/2008	FÁBIO FERREIRA DA SILVA	São Sebastião/SP	379.108.038-50	5350,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	08/12/2010
53504.0016792008	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJU	Piraju/SP	46.223.699/0001-50	2175,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	08/12/2010
53504.004179/2002	VIVO S/A	Fernandópolis/SP	02.449.992/0001-64	2011,20	Artigo 162 da Lei nº 9.472/97 e item 8.7, alínea "c", da Norma 20/96	02/12/2010
53504.002748/2003	JÚLIO OLÍMPIO ORTIZ	Indaiatuba/SP	490.886.968-53	1752,93	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	19/11/2010
53504.009298/2004	ASS. COMUNITÁRIA DE BILAC P/ O DESENVOLVIMENTO CULT SOC ARTÍSTICO	Bilac/SP	04.699.866/0001-93	1752,93	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	21/12/2010
53504.015717/2010	CRISTIAN CAUÊ MACHADO SANTANA	Peruíbe/SP	298.808.258-88	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	03/02/2011
53504.018450/2006	TELEFÔNICA EMPRESAS S/A	Campinas/SP	04.027.547/0001-31	6143,31	Artigos 30 e 55 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	09/12/2010
53504.016080/2009	SOCIEDADE AMIGOS DE VILA CONSTANÇA	São Paulo/SP	01.636.581/0001-15	6144,64	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97	07/04/2010
53504.016976/2010	ALEXSSANDRO BORGES DE CARVALHO	Lençóis Paulista/SP	261.517.978-09	2850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 e artigo 17 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	23/02/2011
53504.003959/2006	TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A.	Sete Barras/SP	02.558.157/0001-62	3240,00	Itens 2.6 e 5.9 da Instrução Normativa nº 3/85 do Dentel	14/02/2011
53504.016791/2010	RÁDIO PRATA FM LTDA	Águas da Prata/SP	54.682.422/0001-13	2400,00	Artigo 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	24/02/2011
53504.019320/2008	IZILDO MANOEL CHIMINELLI	Monte Alto/SP	107.022.998-98	2043,27	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97, artigo 80 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e artigo 55, inciso V, alínea "b", do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	23/02/2011

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

CONSULTA PÚBLICA Nº 25, DE 18 DE MAIO DE 2011

Proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, SUBSTITUTO, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 198 do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução n.º 489, de 05 de dezembro de 2007, decidiu submeter a comentários públicos a proposta de alteração de Planos Básicos constante dos Anexos I, II e III, nos termos do art. 211 da Lei n.º 9.472, de 1997, e do art. 17 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 7 de outubro de 1997.

As alterações ora propostas são referentes aos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, e têm por objetivo principal minimizar a possível ocorrência de interferências quando do atendimento ao disposto no Artigo 7º do Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, publicado no Diário Oficial da União - DOU no dia 30 subseqüente, que dispõe sobre a consignação de canais com largura de banda de seis megahertz às concessionárias, autorizadas e permissionárias dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens - TV e de Retransmissão de Televisão - RTV, para uso na transmissão terrestre de televisão digital. A inclusão, no PBTVD, dos canais mencionados no Art. 12 do Decreto n.º 5.820 será oportunamente submetida a Consulta Pública.

Pretende-se obter contribuições fundamentadas sobre a proposta contida na presente Consulta Pública, que contemplem, entre outros aspectos:

a) atendimento ao disposto no Decreto n.º 5.820/2006;

b) atendimento ao disposto na Portaria MC n.º 652/2006;

c) uso racional e econômico do espectro de freqüências;

d) impacto econômico da alteração proposta.

O texto completo da proposta de alteração do PBTV, PBRTV e PBTVD estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 17 de junho de 2011.

As manifestações encaminhadas por carta devem ser dirigidas à Anatel no endereço a seguir indicado, até às 18h do dia 10 de junho de 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

SAUS - Quadra 06 - Bloco F - Térreo - Biblioteca

70313-900 - BRASÍLIA - DF

INTERNET: http://www.anatel.gov.br

CONSULTA PÚBLICA N.º 25, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 2.057, DE 7 DE ABRIL DE 2011

Processo n.º 53569.003281/2009. Aplicar à empresa ZUMPA TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF n.º 16.894.727/0001-08, a sanção de multa no valor de R$ 1.001,00 (mil e um reais), por violação do art. 51 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.º 272, de 9 de agosto de 2001, com fundamento no inciso II do art. 173 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e inciso II do art. 4º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 3.235, DE 17 DE MAIO DE 2011

Outorgar autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, à TELEMAR NORTE LESTE S.A., filial Sergipe, para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 25, DE 26 DE ABRIL DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 187, Inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, publicada em 24 de agosto de 2006, com a alteração introduzida pela Portaria nº 711, publicada em 13/11/2008, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53000.04459/2007 e 53000.040882/2010 e, em especial, da NOTA TÉCNICA nº 118/2011/CORAT/CGLO/DEOC/SCE-MC, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a FUNDAÇÃO NOVA CAMPO LARGO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA,permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Lapa, Estado do Paraná, a utilizar nas transmissões de sua estação, a seguinte denominação de fantasia: "Saudade FM 90.9".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DERMEVAL DA SLVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 36, DE 12 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.015137/2011, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RÁDIO RMS LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo, utilizando o canal 240 (duzentos e quarenta), Classe C.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

PORTARIA Nº 38, DE 12 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.011789/2011, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos do SISTEMA RADIODIFUSÃO DE SERTÃOZINHO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Bebedouro, Estado de São Paulo, utilizando o canal 289 (duzentos e oitenta e nove), Classe C.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 19 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria de 26 de março de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1º Criar o Consulado Honorário em Tromso, Reino da Noruega, com jurisdição sobre as Províncias de Finnmark, Troms e Nordland, subordinado à Embaixada em Oslo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RUY NUNES PINTO NOGUEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.879, DE 17 DE MAIO DE 2011

Autoriza a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - Eletrosul a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, e estabelece os valores das parcelas da Receita Anual Permitida.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 8º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 18 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no art. 12 do Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995, nos arts. 6º, § 1º e 7º, inciso II, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, nas Resoluções Normativas nos 67 e 68, ambas de 8 de junho de 2004, com base no art. 4º, inciso IV, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta dos Processos nº 48500.006370/2010-26, 48500.004616/2010-25, 48500.004602/2010-10 e 48500.006831/2007-65, e considerando que:

as ampliações e reforços nas instalações de transmissão foram propostos nos documentos Consolidação de Obras de Rede Básica - Período 2010 a 2012 e PAR/PET-DIT - Obras Consolidadas - Período 2007 a 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - Eletrosul a implantar reforços na Rede Básica e nas Demais Instalações de Transmissão não integrantes da Rede Básica, conforme especificações a seguir:

I - Subestação Joinville:

a) Complementar, na SE Joinville, o módulo de conexão, em 138 kV, arranjo atípico de duas barras, do transformador TR5 138/69 kV - 33 MVA, pela utilização da posição e das chaves seccionadoras existentes no módulo de conexão, em 138 kV, arranjo atípico de duas barras, do transformador TR7 230/138 kV - 75 MVA e instalação de um disjuntor e demais equipamentos associados;

b) Remanejar, na SE Joinville, o transformador TR7 230/138 kV - 75 MVA para o lugar do TR8 230/69 kV - 100 MVA;

c) Remanejar, na SE Joinville, o transformador TR8 230/69 kV - 100 MVA para o lugar do transformador TR7 230/138 kV - 75 MVA; e

d) Instalar na SE Joinville, um novo módulo de conexão, em 138 kV, arranjo atípico de duas barras, para o transformador TR7 230/138 kV - 75 MVA, composto por chaves seccionadoras, disjuntor, transformadores de corrente e pára-raios remanejados de outras instalações da própria subestação.

II - Seccionamento da LT 138 kV Palhoça / Jorge Lacerda A na SE Garopaba:

a) Instalar o circuito 1 da LT 138 kV Palhoça ESU / Garopaba originado do seccionamento do circuito 1 da LT 138 kV Palhoça ESU / Jorge Lacerda A na SE Garopaba;

b) Instalar o circuito 1 da LT 138 kV Garopaba / Jorge Lacerda A C-1 SC originado do seccionamento do circuito 1 da LT 138 kV Palhoça ESU / Jorge Lacerda A C-1 SC na SE Garopaba;

c) Instalar, na SE Garopaba, uma entrada de linha em 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o circuito 1 da LT 138 kV Palhoça / Garopaba;

d) Instalar, na SE Garopaba, uma entrada de linha em 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o circuito 1 da LT 138 kV Jorge Lacerda A / Garopaba;

e) Adequar, na SE Jorge Lacerda A, o sistema de supervisão, proteção, comunicação e controle da entrada de linha da LT 138 kV Jorge Lacerda A / Palhoça para a implantação do empreendimento de seccionamento da LT 138 kV Jorge Larceda A / Palhoça na SE Garopaba; e

f) Adequar, na SE Palhoça, o sistema de supervisão, proteção, comunicação e controle da entrada de linha da LT 138 kV Jorge Lacerda A / Palhoça para a implantação do empreendimento de seccionamento da LT 138 kV Jorge Larceda A / Palhoça na SE Garopaba.

III - Seccionamento da LT 138 kV Palhoça / Imbituba na SE Palhoça Pinheira:

a) Construir o circuito 1 da LT 138 kV Imbituba / Palhoça Pinheira originado do seccionamento do circuito 1 da LT 138 kV Imbituba / Palhoça ESU na SE Palhoça Pinheira;

b) Construir o circuito 1 da LT 138 kV Palhoça Pinheira / Palhoça ESU originado do seccionamento do circuito 1 da LT 138 kV Imbituba / Palhoça ESU na SE Palhoça Pinheira;

c) Instalar, na SE Palhoça Pinheira, uma entrada de linha em 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o circuito 1 da LT 138 kV Imbituba / Palhoça Pinheira;

d) Instalar, na SE Palhoça Pinheira, uma entrada de linha em 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o circuito 1 da LT 138 kV Imbituba / Palhoça Pinheira;

e) Adequar, na SE Palhoça, o sistema de supervisão, proteção, comunicação e controle da entrada de linha da LT 138 kV Palhoça / Imbituba para a implantação do empreendimento de seccionamento da LT 138 kV Palhoça / Imbituba na SE Palhoça Pinheira; e

f) Adequar, na SE Imbituba, o sistema de supervisão, proteção, comunicação e controle da entrada de linha da LT 138 kV Palhoça / Imbituba para a implantação do empreendimento de seccionamento da LT 138 kV Palhoça / Imbituba na SE Palhoça Pinheira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - Seccionamento da LT 138 kV Camburiú Morro do Boi / Biguaçu na SE Tijucas:

a) Complementar o seccionamento da LT 138 kV Camburiú Morro do Boi / Biguaçu na SE Tijucas, pela construção de um trecho de linha em 138 kV, de 250 m, em circuito simples;

b) Instalar, na SE Tijucas, uma entrada de linha em 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o circuito 1 da LT 138 kV Biguaçu / Tijucas; e

c) Complementar, na SE Tijucas, a entrada de linha em 138 kV, arranjo barra principal e transferência, para o circuito 1 da LT 138 kV Camburiú Morro do Boi / Tijucas pela instalação de duas chaves seccionadoras e um disjuntor.

Art. 2º Estabelecer, conforme o Anexo I desta Resolução, os valores das parcelas da Receita Anual Permitida pela disponibilização das novas instalações de transmissão de energia elétrica ora autorizadas.

§ 1º O recebimento da parcela da Receita Anual Permitida de que trata o "caput" dar-se-á a partir da efetiva data de início da operação comercial.

§ 2º A entrada em operação comercial antes do prazo estabelecido nesta Resolução deverá ocorrer somente após homologação da ANEEL.

§ 3º A efetiva data de início da operação comercial das obras estabelecidas por um mesmo Inciso do Art. 1° desta Resolução deve ser a data de entrada em operação comercial da última obra estabelecida pelas Alíneas deste Inciso.

§ 4º As parcelas da receita anual permitida de que trata o "caput" deste artigo poderão sofrer alteração em virtude de fiscalização a ser conduzida pela ANEEL sobre os custos praticados pela Eletrosul para a implantação dos empreendimentos autorizados por esta Resolução em até 180 dias após o início de operação comercial.

Art. 3° A Receita Anual Permitida a que se refere o art. 2º desta Resolução é estabelecida com base em custos que consideram o impacto proporcionado pela adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI.

Art. 4º A Eletrosul deverá construir e implantar as instalações de transmissão de energia elétrica autorizadas no art. 1º desta Resolução, conforme cronograma apresentado e constante no Anexo II desta Resolução.

Art. 5º Os valores da Receita Anual Permitida, de que trata o art. 2º desta Resolução, já contemplam o adicional de 2,5%, referente à quota anual da Reserva Global de Reversão - RGR, com validade até o final do exercício de 2035.

Art. 6º Na construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, a Eletrosul deverá atender às diretrizes estabelecidas nos Procedimentos de Rede, além de cumprir a respectiva normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 7º Quanto aos reforços autorizados por esta Resolução, aplica-se o disposto no art. 17 da Resolução Normativa n. 270, de 26 de junho de 2007.

Art. 8º Os Anexos desta Resolução estão disponíveis no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br, com os respectivos valores das parcelas da Receita Anual Permitida pela disponibilização das novas instalações de transmissão de energia elétrica.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.880, DE 10 DE MAIO DE 2011

Anui à transferência de controle societário da empresa Energen Energias Renováveis S.A. (EOL Barra dos Coqueiros), mediante a transferência do total das ações pertencentes JP Participações S.A. para Desenvix Energias Renováveis S.A.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no artigo 27 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 4°, inciso XI, do anexo I do Decreto n° 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Portaria MME nº 617, de 06 de julho de 2010, e o que consta do Processo nº 48500.000811/2011-67, resolve:

Art. 1º Anuir à transferência de controle societário da empresa Energen Energias Renováveis S.A. (EOL Barra dos Coqueiros), mediante a transferência do total das ações pertencentes JP Participações S.A. para Desenvix Energias Renováveis S.A.

§ 1º O prazo para implementação da operação de que trata o "caput" fica estabelecido em 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta resolução.

§ 2º A Energen Energias Renováveis S.A deverá enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização da operação de que trata o "caput", no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.892, DE 17 DE MAIO DE 2011

Anui à transferência do controle societário direto do Produtor Independente de Energia Elétrica Gênesis Energética S.A., atualmente detido conjuntamente por Giovano Conrado Fantin e Deniz Albino Fantin para Silea Participações Ltda.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no Decreto nº. 2003, de 10 de setembro de 1996, no art. 4º, inciso XI, do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nas Resoluções números Resoluções nº. 586, de 29 de outubro de 2002 e n° 1.292 de 11 de março de 2008 e o que consta do Processo nº 48500.000972/2011-51, resolve:

Art. 1º Anuir à transferência do controle societário direto do Produtor Independente de Energia Elétrica Gênesis Energética S.A., atualmente detido conjuntamente por Giovano Conrado Fantin e Deniz Albino Fantin, para Silea Participações Ltda.

Parágrafo Único. O prazo para implementação da operação de que trata o "caput" fica estabelecido em 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 2º Estabelecer que o Produtor Independente de Energia Elétrica Gênesis Energética S.A. deverá enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização da operação de que trata o "caput", no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação.

Art. 3 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 10 de maio de 2011

Nº 2.007 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.000881/2010-34 e nº 48500.003027/2010-20, resolve: I - facultar aos vencedores do Leilão nº 05/2010 - 3º Leilão de Energia de Reserva, bem como àqueles do Leilão nº 07/2010 - 2º Leilão de Fontes Alternativas, participantes da Chamada Pública nº 01/2010-ANEEL, a oportunidade de se manifestar, no prazo de 30 dias, pela alteração do cronograma de implantação da usina e a alteração da data de início de suprimento no CCEAR de modo a coincidir com a data de operação das ICGs a serem licitadas no âmbito do Edital de Leilão n° 01/2011; II - aprovar as alterações de datas na minuta de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade (eólica), Anexo II ao Edital de Leilão nº 07/2010; III - estabelecer que a ausência de manifestação no prazo estipulado no item I implicará a manutenção das condições originalmente pactuadas, ficando afastada a possibilidade de futura retratação; IV - reconhecer o caráter involuntário das exposições dos compradores do Leilão nº 07/2010-ANEEL no Mercado de Curto Prazo, decorrentes da alteração no período de suprimento dos CCEAR de que trata o item I, exceto nos casos em que as distribuidoras não se utilizarem de mecanismos de contratação pertinentes para atendimento ao seu mercado.

Nº 2.017 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000902/2011-01, resolve: i) arquivar a instrução processual de outorga da UTE Belo Jardim, em face da perda de objeto, eis que já se encontra autorizada pela Portaria MME nº 957, de 2010; e ii) determinar que o ressarcimento dos custos decorrentes da contratação de que trata o art. 1º da Portaria MME nº 957, de 2010, inclusive o aluguel das unidades geradoras, seja feito mediante Encargos dos Serviços do Sistema - ESS, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

Em 17 de maio de 2011

Nº 2.052 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002783/2002-97, resolve conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela Heidrich Geração Elétrica Ltda. anulando os efeitos do Despacho n. 660/2011-SFG/ANEEL e restaurando a autorização da operação comercial das unidades geradoras da PCH Bruno Heidrich Neto.

Nº 2.062 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.003398/2008-97, resolve (i) conhecer e, no mérito, dar provimento ao recurso interposto pela Enerpeixe S.A. contra o Despacho n. 2.840, de 04 de agosto de 2009, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, no sentido de anuir ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção - CPSOM n. 17.869, firmado em 22/04/2008, entre Enerpeixe S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A.; (ii) fixar o prazo de 30 dias para a Enerpeixe celebrar Termo Aditivo ao CCT PX-SP-600-CO-003/08, visando à retirada da interveniência de Furnas, e encaminhar o referido Aditivo à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF.

Nº 2.063 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n. 48500.005871/2009-51, resolve conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso interposto por Furnas Centrais Elétrica S.A., em face do AI n. 001/2010-SFE, mantendo a penalidade de multa de R$ 3.423.409,41 (três milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e nove reais e quarenta e um centavos), devendo ser observadas, para efeito de recolhimento da multa, as disposições previstas na legislação em vigor.

Nº 2.065 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta nos autos do Processo 48500.000748/2009-44, resolve por conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso da Celesc Distribuição S.A., mantendo na íntegra a decisão constante no Auto de Infração nº 137/2010-SFF, que aplicou a penalidade de multa no valor de R$ 397.244,38 (trezentos e noventa e sete mil duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

Em 19 de maio de 2011

Nº 2.119 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto de 10 de março de 2009, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, resolve não conceder o efeito suspensivo requerido pela THYSSENKRUPP COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO, no Processo nº 48500.002465/2011-51, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de maio de 2011

Nº 2.121 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, alterada pela Resolução Autorizativa nº 1.543, de 02 de setembro de 2008, considerando os termos das Resoluções Normativas nº 390 e n° 389, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.006663/2006-19, resolve: I - Alterar, de 10.000 kW para 12.000 kW, a potência instalada da Usina Termelétrica (UTE) Camen, localizada no Município de Morrinhos, Estado de Goiás, outorgada à empresa Açúcar e Álcool Camargo e Mendonça Ltda., por meio da Resolução Autorizativa n° 846, de 13 de março de 2007; II - Registrar a alteração da denominação do empreendimento para UTE CEM; III - Registrar a alteração da razão social da empresa autorizada para Central Energética Morrinhos S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 07.130.855/0001-86; IV - Determinar que seja encaminhado à ANEEL relatório técnico, contendo os resultados do "ensaio de desempenho" da unidade geradora da UTE, obedecendo aos prazos e preceitos estabelecidos na Resolução Normativa nº. 420/2010.

Nº 2.124 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, com base no inciso II, art. 3-Aº, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, acrescentado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, cuja competência foi delegada à ANEEL pelo inciso I, art. 1º do Decreto nº 4.932 de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 395, de 4 de dezembro de 1998, e no que consta do Processo nº 48500.004262/2000-01, resolve: I - Ampliar a capacidade instalada da PCH Novo Horizonte, objeto da Resolução Autorizativa nº 519, de 18 de abril de 2006, de propriedade da Companhia Energética Novo Horizonte, inscrita no CNPJ sob o nº 06.340.397/0001-47, de 15.000 kW para 23.000 kW, composta por duas unidades geradoras de 11.500 kW cada.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de maio de 2011

Nº 2.120 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição conferida pela Portaria ANEEL nº 914, de 29 de abril de 2008, e considerando o que consta do Processo nº 48500.007628/2008-97, resolve: I - aprovar os Temos Aditivos Matriz/Filial para vendedor com mais de uma usina na forma dos Anexos da Nota Técnica nº 053/2011-SEM/ANEEL, os quais deverão ser incorporados ao Procedimento de Comercialização de Energia Elétrica PdC AC.06: Alterações de Dados Contratuais de CCEARs, CCGs, CERs e CONUERs, e Celebração de Termos Aditivos e Ter-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mos de Cessão; II - determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE divulgue o PdC AC.06 com a incorporação de que trata o inciso I em até dez dias a contar da data de publicação deste Despacho; e III - revogar o Despacho nº 2.484, de 25 de agosto de 2010.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de maio de 2011

Nº 2.123 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000286/2004-43, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG1 e UG2, de 8.000 kW cada, totalizando 16.000 kW de capacidade instalada, da PCH Marco Baldo, localizada nos Municípios de Braga e Campo Novo, Estado do Rio Grande do Sul, de titularidade da SPE Turvo S.A., que por meio da Resolução Autorizativa nº 2.522, de 17 de agosto de 2010, obteve a transferência de titularidade do aproveitamento da empresa CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos, que havia sido autorizada nos termos da Resolução ANEEL nº 536, de 14 de outubro de 2003, para início da operação comercial a partir do dia 20 de maio de 2011.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de maio de 2011

Nº 2.122 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006592/2006-64 e considerando o Recurso Administrativo interposto pela Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, inscrita sob o CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50, resolve: I - conhecer do recurso, uma vez que interposto tempestivamente e, no mérito, dar parcial provimento, para (i) reduzir à metade a penalidade anteriormente aplicada à Não-Conformidade NC1, fixando no valor reconsiderado de R$ 271.307,78 (duzentos e setenta e um mil, trezentos e sete reais e setenta e oito centavos), por entender caracterizada a infração tipificada no artigo 7º, inciso XII, da Resolução Normativa ANEEL nº 63/2004, nos termos das razões apresentadas na Análise do Pedido de Reconsideração; (ii) cancelar, de ofício, a Não-Conformidade NC2; e II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 19 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria n.º 431, de 18 de maio de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme a tabela anexa, os preços de referência do gás natural produzido no mês de Abril de 2011, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

ANEXO

Sequencial	N.º do Contrato	Nome do Campo	PRGN R$/m³
1	48000.003.552/97-11	Abalone	0,50880
2	48610.009.231/2002	Acajá-Burizinho	0,29465
3	48610.003.901/2000	Acauã	1,62357
4	48000.003.842/97-09	Aguilhada	0,50669
5	48000.003.779/97-66	Agulha	0,42704
6	48000.003.703/97-02	Albacora	0,60531
7	48000.003.895/97-67	Albacora Leste	0,43480
8	48000.003.784/97-04	Alto Do Rodrigues	0,19134
9	48610.003.892/2000	Anambé	0,55419
10	48000.003.730/97-77	Anequim	0,48558
11	48000.003.843/97-63	Angelim	0,76978
12	48000.003.484/97-62	Angico	1,62357
13	48000.003.630/97-22	Apraiús	0,60330
14	48000.003.913/97-47	Arabaiana	0,45761
15	48610.009.487/2003	Araçari	1,03519
16	48000.003.631/97-95	Araças	0,58134
17	48610.009.289/2005-93	Araças-Leste	1,62357
18	48000.003.455/97-64	Araracanga	1,62357
19	48000.003.780/97-45	Aratum	0,77690
20	48000.003.844/97-26	Aruari	1,16270
21	48000.003.482/97-37	Asa Branca	0,62509
22	48000.003.845/97-99	Atalaia Sul	0,36174
23	48000.003.775/97-13	Atum	0,51914
24	48000.003.460/97-02	Azulão	1,62357
25	48000.003.705/97-20	Badejo	0,52743
26	48000.003.726/97-08	Bagre	0,49664
27	48000.003.785/97-69	Baixa Do Algodão	1,62357
28	48000.003.914/97-18	Baixa Do Juazeiro	0,24587
29	48000.003.756/97-61	Barra Do Ipiranga	0,32988
30	48000.003.897/97-92	Barracuda	0,63984
31	48000.003.786/97-21	Barrinha	1,62357
32	48610.004.003/98	Benfica	0,73069
33	48000.003.717/97-17	Bicudo	0,39487
34	48610.007.984/2004	Biguá	0,37748
35	48000.003.709/97-81	Bijupirá	0,82161
36	48000.003.909/97-70	Biquara	0,60298
37	48000.003.672/97-72	Biriba	0,39209
38	48000.003.787/97-94	Boa Esperança	0,62509
39	48000.003.788/97-57	Boa Vista	0,73069
40	48610.009.285/2005-13	Bom Lugar	0,69808
41	48000.003.718/97-71	Bonito	0,45756
42	48000.003.658/97-41	Bonsucesso	0,85181
43	48000.003.636/97-17	Brejinho (Recôncavo)	0,81046
44	48000.003.789/97-10	Brejinho (Potiguar)	0,50505
45	48000.003.635/97-46	Buracica	0,91974
46	48000.003.735/97-91	Cação	0,54437
47	48000.003.560/97-49	Cachalote	0,33017
48	48000.003.791/97-61	Cachoeirinha	0,56084
49	48000.003.736/97-53	Cacimbas	0,30443
50	48000.003.836/97-06	Caioba	0,45273
51	48000.003.881/97-52	Camaçari	1,62357
52	48000.003.535/97-00	Camarupim	0,40043
53	48610.010.724/2001	Camarupim Norte	0,40043
54	48000.003.837/97-61	Camorim	0,35300
55	48000.003.737/97-16	Campo Grande	0,46420
56	48000.003.637/97-71	Canabrava	0,64752
57	48610.003.899/2000	Canário	0,40955
58	48610.009.491/2003	Cancã	0,24616
59	48000.003.638/97-34	Candeias	0,42779
60	48000.003.902/97-21	Cangoá	0,36813
61	48000.003.639/97-05	Cantagalo	0,42987
62	48000.003.792/97-24	Canto Do Amaro	0,73069
63	48000.003.868/97-94	Carapanaúba	1,62357
64	48000.003.711/97-22	Carapeba	0,61579
65	48610.009.275/2005-71	Carapitanga	0,38053
66	48000.003.535/97-00	Carapó	1,62357
67	48000.003.898/97-55	Caratinga	0,63852
68	48000.003.847/97-14	Carmópolis	0,52780
69	48000.003.640/97-86	Cassarongongo	0,35336
70	48000.003.848/97-87	Castanhal	0,19635
71	48000.003.641/97-49	Cexis	0,54443
72	48000.003.727/97-62	Cherne	0,48037
73	48610.009.284/2005-61	Cidade De Aracaju	1,62357
74	48000.003.642/97-10	Cidade Entre Rios	0,59541
75	48000.003.850/97-29	Cidade De São Miguel Dos Campos	0,35859
76	48000.003.906/97-81	Cioba	0,42704
77	48000.003.702/97-31	Conceição	0,39551
78	48000.003.714/97-11	Congro	0,49586
79	48000.003.851/97-91	Coqueiro Seco	1,62357
80	48000.003.738/97-89	Córrego Cedro Norte	0,30754
81	48000.003.739/97-41	Córrego Das Pedras	0,52007
82	48000.003.740/97-21	Córrego Dourado	0,33912
83	48000.003.715/97-83	Corvina	0,51010
84	48000.003.776/97-78	Curimã	0,51914
85	48000.003.644/97-37	Dom João	0,41909
86	48000.003.645/97-08	Dom João Mar	0,51628
87	48000.003.838/97-23	Dourado	0,34333
88	48000.003.719/97-34	Enchova	0,55501
89	48000.003.720/97-13	Enchova Oeste	0,39007
90	48000.003.777/97-31	Espada	0,51914
91	48000.003.899/97-18	Espadarte	0,94737
92	48000.003.793/97-97	Estreito	1,62357
93	48000.003.742/97-56	Fazenda Alegre	0,24586
94	48610.004.004/98	Fazenda Alto Das Pedras	0,44956
95	48000.003.646/97-62	Fazenda Alvorada	0,27122
96	48000.003.647/97-25	Fazenda Azevedo	0,58071
97	48000.003.648/97-98	Fazenda Bálsamo	0,74895
98	48000.003.649/97-51	Fazenda Belém (Recôncavo)	0,48282
99	48000.003.795/97-12	Fazenda Belém (Potiguar)	1,62357
100	48000.003.650/97-30	Fazenda Boa Esperança	0,72220
101	48000.003.796/97-85	Fazenda Canaan	1,62357
102	48000.003.743/97-19	Fazenda Cedro	0,46900
103	48000.003.745/97-44	Fazenda Cedro Norte	0,53223
104	48000.003.797/97-48	Fazenda Curral	1,62357
105	48000.003.651/97-01	Fazenda Imbé	0,44863
106	48000.003.798/97-19	Fazenda Malaquias	1,62357
107	48000.003.891/97-14	Fazenda Matinha	0,48223
108	48000.003.652/97-65	Fazenda Onça	0,72976
109	48000.003.653/97-28	Fazenda Panelas	0,24543
110	48000.003.799/97-73	Fazenda Pocinho	0,27827
111	48000.003.744/97-81	Fazenda Queimadas	0,36024
112	48000.003.654/97-91	Fazenda Rio Branco	1,62357
113	48000.003.746/97-15	Fazenda Santa Luzia	0,36543
114	48000.003.883/97-88	Fazenda Santa Rosa	0,36537
115	48000.003.655/97-53	Fazenda Santo Estevão	1,62357
116	48000.003.747/97-70	Fazenda São Jorge	0,35528
117	48000.003.750/97-84	Fazenda São Rafael	0,42935
118	48000.003.896/97-20	Frade	0,30861
119	48000.003.854/97-80	Furado	0,34062
120	48000.003.721/97-86	Garoupa	0,57290
121	48000.003.722/97-49	Garoupinha	0,53224
122	48000.003.535/97-00	Golfinho	0,56924
123	48000.003.656/97-16	Gomo	0,44534
124	48610.008.017/2004	Guanambi	0,65195
125	48000.003.751/97-47	Guriri	0,38921
126	48000.003801/97-13	Icapuí	1,62357
127	48000.003.657/97-89	Ilha De Bimbarra	0,40560
128	48000.003.855/97-42	Ilha Pequena	0,85776
129	48610.010.735/2001	Inhambu	0,25048
130	48000.003.659/97-12	Itaparica	0,60368
131	48610.009.225/2002	Jaçanã	1,62357
132	48000.003.660/97-93	Jacuípe	0,35103
133	48610.009.488/2003	Jandaia	0,47351
134	48000.003.802/97-86	Janduí	0,50505
135	48000.003.856/97-13	Jequiá	1,62357
136	48610.009.282/2005-71	Jiribatuba	0,50475
137	48610.009.509/2003	João De Barro	0,71864
138	48000.003.803/97-49	Juazeiro	0,49378
139	48000.003.560/97-49	Jubarte	0,35323
140	48610.008.012/2004	Juriti	0,77251
141	48000.003.804/97-10	Lagoa Aroeira	1,62357
142	48000.003.748/97-32	Lagoa Bonita	0,35380
143	48610.009.231/2002	Lagoa Do Paulo	0,67440
144	48610.009.231/2002	Lagoa Do Paulo Norte	0,83752
145	48610.009.231/2002	Lagoa Do Paulo Sul	0,61387
146	48000.003.752/97-18	Lagoa Parda	0,39662
147	48000.003.755/97-06	Lagoa Piabinha	0,38268

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

148	48000.003.570/97-01	Lagosta	0,45927
149	48000.003.664/97-44	Lamarão	0,36593
150	48000.003.665/97-15	Leodório	0,64978
151	48610.004.000/98	Leste De Poço Xavier	0,62509
152	48000.003.627/97-18	Leste Do Urucu	0,42054
153	48000.003.805/97-74	Livramento	0,56084
154	48000.003.807/97-08	Lorena	0,47451
155	48000.003.808/97-62	Macau	0,77690
156	48000.003.716/97-46	Malhado	0,54102
157	48000.003.666/97-70	Malombê	1,50032
158	48000.003.518/97-82	Manati	0,27517
159	48000.003.667/97-32	Mandacaru	0,48816
160	48000.003.732/97-01	Marimbá	0,57834
161	48000.003.758/97-96	Mariricu	0,47963
162	48000.003.760/97-38	Mariricu Norte	0,33081
163	48000.003.723/97-10	Marlim	0,44285
164	48000.003.900/97-03	Marlim Leste	0,66030
165	48000.003.724/97-74	Marlim Sul	0,43968
166	48000.003.668/97-03	Massapê	0,42843
167	48000.003.669/97-68	Massuí	0,46191
168	48000.003.670/97-47	Mata De São João	0,35856
169	48000.003.857/97-78	Mato Grosso	0,32257
170	48000.003.866/97-69	Merluza	0,42844
171	48000.003.576/97-89	Mexilhão	0,33373
172	48000.003.673/97-35	Miranga	0,50698
173	48000.003.676/97-23	Miranga Norte	0,46403
174	48000.003.809/97-25	Monte Alegre	0,23012
175	48000.003.810/97-12	Morrinho	0,75002
176	48610.009.283/2005-16	Morro Do Barro	0,23735
177	48000.003.811/97-77	Mossoró	1,62357
178	48000.003.728/97-25	Namorado	0,54449
179	48000.003.761/97-09	Nativo Oeste	0,52007
180	48000.003.812/97-30	Noroeste Do Morro Rosado	1,62357
181	48000.003.677/97-96	Norte De Fazenda Caruaçu	0,30427
182	48000.003.910/97-59	Oeste De Ubarana	0,42704
183	48000.003.813/97-01	Pajeú	1,62357
184	48000.003.707/97-55	Pampo	0,49265
185	48000.003.731/97-30	Parati	0,48475
186	48000.003.712/97-95	Pargo	1,14101
187	48000.003.840/97-75	Paru	0,47104
188	48610.003.901/2000	PA-1BRSA352RN-1BRSA509RN-1BR-SA511RN-BTPO	1,62357
189	48610.003.886/2000	BM-S-11	0,43502
190	48610.009.225/2002	PA-1BRSA489DRN-BTPOT8	1,62357
191	48610.009128/2005-16	PA-1-STAR-11-RN	1,62357
192	48610.004.001/98	Pedra Sentada	0,75002
193	48000.003.678/97-59	Pedrinhas	0,43070
194	48610.008.005/2004	Periquito	0,26144
195	48000.003.903/97-93	Peroá	0,30643
196	48000.003.912/97-84	Pescada	0,45761
197	48000.003.859/97-01	Pilar	0,36007
198	48610.003.901/2000	Pintassilgo	1,62357
199	48000.003.495/97-89	Piranema	0,66060
200	48000.003.733/97-65	Piraúna	0,64983
201	48000.003.814/97-65	Poço Verde	1,62357
202	48000.003.815/97-28	Poço Xavier	0,62509
203	48000.003.679/97-11	Pojuca	0,39838
204	48610.003.888/2000	Polvo	1,56871
205	48000.003.816/97-91	Ponta Do Mel	0,57582
206	48000.003.817/97-53	Porto Carão	1,62357
207	48000.003.894/97-02	Quererá	0,30953
208	48000.003.818/97-16	Redonda	1,62357
209	48000.003.819/97-89	Redonda Profundo	1,62357
210	48000.003.671/97-18	Remanso	0,47861
211	48000.003.682/97-26	Riacho Da Barra	0,57686
212	48000.003.821/97-21	Riacho Da Forquilha	1,00509
213	48000.003.683/97-99	Riacho Ouricuri	0,76918
214	48000.003.684/97-51	Riacho São Pedro	0,24047
215	48000.003.860/97-82	Riachuello	0,74532
216	48000.003.765/97-51	Rio Barra Seca	0,29418
217	48000.003.685/97-14	Rio Da Serra	0,77979
218	48000.003.686/97-87	Rio Do Bu	0,47799
219	48000.003.687/97-40	Rio Dos Ovos	0,46319
220	48610.007.482/2006-71	Rio Ipiranga	0,34035
221	48000.003.688/97-11	Rio Itariri	0,62527
222	48000.003.766/97-14	Rio Itaúnas	0,30195
223	48000.003.890/97-43	Rio Joanes	0,46892
224	48000.003.768/97-40	Rio Mariricu	0,38423
225	48000.003.824/97-19	Rio Mossoró	0,83744
226	48000.003.674/97-06	Rio Pipiri	0,41941
227	48000.003.689/97-75	Rio Pojuca	0,66999
228	48000.003.769/97-11	Rio Preto	0,35842
229	48000.003.770/97-91	Rio Preto Oeste	0,35177
230	48000.003.771/97-54	Rio Preto Sul	0,29343
231	48000.003.772/97-17	Rio São Mateus	0,28443
232	48000.003.690/97-54	Rio Sauípe	0,72120
233	48000.003.691/97-17	Rio Subaúma	0,97604
234	48000.003.628/97-81	Rio Urucu	0,43582
235	48000.003.901/97-68	Roncador	0,59268
236	48000.003.710/97-60	Salema	0,74104
237	48000.003.841/97-38	Salgo	0,30338
238	48000.003.825/97-81	Salina Cristal	0,23234
239	48000.003.692/97-80	Santana	1,62357
240	48000.003.693/97-42	São Domingos	0,58316
241	48000.003.773/97-80	São Mateus	0,35807
242	48000.003.861/97-45	São Miguel Dos Campos	0,36010
243	48000.003.694/97-13	São Pedro	0,78025
244	48000.003.695/97-78	Sauípe	1,62357
245	48610.007.984/2004	Seriema	0,24892
246	48000.003.781/97-16	Serra	0,77690
247	48000.003.828/97-70	Serra Do Mel	0,59583
248	48000.003.830/97-11	Serraria	0,76218
249	48000.003.696/97-31	Sesmaria	0,46908
250	48000.003.862/97-16	Sirizinho	0,55209
251	48000.003.697/97-01	Socorro	0,54729
252	48000.003.698/97-66	Socorro Extensão	0,41741
253	48000.003.873/97-24	Sudoeste Urucu	0,43582
254	48000.003.863/97-71	Sul De Coruripe	0,54367
255	48000.003.699/97-29	Sussuarana	0,44047
256	48610.007.986/2004	Tabuiaiá	0,22523
257	48000.003.864/97-33	Tabuleiro Dos Martins	0,69498
258	48610.009.488/2003	Tangará	0,39834
259	48000.003.700/97-14	Taquipe	0,45560
260	48000.003.835/97-35	Tartaruga	0,88228
261	48000.003.834/97-72	Tatui	0,28101
262	48000.003.832/97-47	Três Marias	0,72518
263	48000.003.708/97-18	Trilha	0,49814
264	48000.003.782/97-71	Ubarana	0,42704
265	48610.003.899/2000	Uirapuru	0,40955
266	48000.003.833/97-18	Upanema	0,50505
267	48610.004.002/98	Varginha	0,62509
268	48000.003.713/97-58	Vermelho	0,33241
269	48000.003.734/97-28	Viola	0,61442
270	48000.003.704/97-67	Voador	0,64580
271	48000.003.778/97-01	Xaréu	0,51914
272	48000.003.552/97-11	Ostra	0,28216
273	48000.003.852/97-54	Fazenda Pau Brasil	0,52922
274	48000.003.706/97-92	Linguado	0,50676
275	48000.003.560/97-49	Jubarte Pré-Sal	0,89821
276	48000.003.747/97-70	Água Grande	0,31717
277	48000.003.632/97-58	Aratu	0,30980
278	48000.003.892/97-79	Iraí	0,24025
279	48000.003.633/97-11	Mapele	0,38833
280	48000.003.680/97-09	Pojuca Norte	0,39060
281	48000.003.846/97-51	Brejo Grande	0,38718
282	48000.003.839/97-96	Guaricema	0,36582
283	48610.003.892/2000	Japuaçu	0,37539
284	48000.003.754/97-35	Lagoa Parda Norte	0,25443
285	48000.003.753/97-72	Lagoa Parda Sul	0,45923
286	48000.003.757/97-23	Lagoa Suruaca	0,49238
287	48000.003.759/97-59	Mariricu Oeste	0,33081
288	48000.003.541/97-02	Mosquito	0,25773
289	48000.003.766/97-14	Rio Itaúnas Leste	0,28204
290	48610.010.735/2001	Saíra	1,62357
291	48000.003.907/97-44	Dentão	0,45761
292	48000.003.915/97-72	Fazenda Junco	1,62357
293	48000.003.800/97-51	Guamaré	1,62357
294	48610.008.001/2004	Iraúna	0,66223
295	48000.003.916/97-35	Sabiá	0,50505
296	48000.003.829/97-32	Serra Vermelha	1,62357
297	48000.003.790/97-07	Várzea Redonda	0,35630
298	48000.003.552/97-11	Argonauta	0,25860
299	48610.009.279/05-58	Tigre	0,72951
300	48000.003560/97-49	Baleia Franca	0,39314
301	48000.003535/97-00	Canapu	0,32165
302	48610.007484/2006-61	Crejoá	1,62357
303	48610.003900/2000	Irerê	1,62357
304	48610.009492/2003	Jacutinga	1,62357
305	48610.009128/2005-16	PA-1-STAR-10-RN	1,62357
306	48610.009494/2003	BM-S-40	0,89046
307	48610.009227/2002	Rolinha	1,62357
308	48610.007984/2004	Rio São Mateus Oeste	1,62357
309	48610.001427/2008-39	PA-1ALV2BA-REC-T-155	0,49979
310	48610.003901/2000	Barrinha Leste	1,62357
311	48610.009227/2002	PA-1RT01RN-BT-POT-10	1,62357
312	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Sul	1,62357
313	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Norte	1,62357
314	48610.009127/2005-55	Carcará	1,62357
315	48610.001443/2008-21	PA-1ALV1BA-REC-T-129	1,62357
316	48610.009188/2005-12	São Mateus Leste	1,62357
317	48610.009198/2005-58	PA-1GALP11_1GALP12-BT-SEAL-13	1,62357
318	48610.009146/2005-81	PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	1,62357
319	48610.009227/2002	PA-1UTC3RN_BT-POT-10	1,62357
320	48610.001430/2008-52	TPG	1,62357
321	48000.003577/97-41	Uruguá	0,37046
322	48610.009202/2005-88	Aracuã	0,38697
323	48000.003921/97-75	Lagoa Pacas	0,26135
324	48610.003884/2000	BM-S-9	0,39315
325	48610.009138/2005-35	Harpia	1,62357
326	48610.009494-2003	PA-1BRSA607SPS- 1BRSA658SPS-BM-S-40	0,89046

Conforme o Art 7º, da Resolução ANP nº 40, de 14 de dezembro de 2009, caso as informações necessárias para a fixação do PRGN do campo em questão não sejam prestadas pelo concessionário, na forma, condições e prazos estabelecidos nesta Resolução, o preço de referência será igual ao maior PRGN fixado no país para o gás natural, que para o mês de ABRIL de 2011 foi o valor correspondente ao Plano de Avaliação: PA-1STAR11RN - R$ 1,62357.

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 19 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria n.º 432, de 18 de maio de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme a tabela anexa, os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de ABRIL de 2011, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, na hipótese prevista no § 11 do art. 7º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços mínimos estes calculados conforme a Portaria n.º 206, de 29 de agosto de 2000.

Art. 2º Os preços de que trata o artigo anterior não incluem a Contribuição ao Programa de Integração Social do Trabalhador - PIS, a Contribuição ao Programa de Formação do Servidor Público - PASEP, a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Nº	Número do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Corrente/Metodologia de Cálculo	Preço Mínimo (R$/m³)
1	48610.009227/2002	1-RT-1-RN (BT-POT-10)	Riacho Tapuio	1.207,9626
2	48000.003552/97-11	Abalone	Ostra	1.119,8352
3	48610.003901/2000	Acaua	RGN Mistura	1.162,8911
4	48000.003629/97-43	Agua Grande	Baiano Mistura	1.203,9255
5	48000.003842/97-09	Aguilhada	Sergipano Terra	1.054,4865
6	48000.003779/97-66	Agulha	RGN Mistura	1.162,8911
7	48000.003703/97-02	Albacora	Albacora	1.120,1743
8	48000.003895/97-67	Albacora Leste	Albacora Leste	1.042,5307
9	48610.007985/2004	Albatroz	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.261,0943
10	48000.003784/97-04	Alto do Rodrigues	RGN Mistura	1.162,8911
11	48610.003892/2000	Anambe	Alagoano	1.235,1363
12	48610.007.994/2004	Andorinha	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
13	48000.003730/97-77	Anequim	Cabiunas Mistura	1.073,7006
14	48000.003843/97-63	Angelim	Sergipano Terra	1.054,4865
15	48000.003484/97-62	Angico	RGN Mistura	1.162,8911
16	48000.003630/97-22	Apraius	Baiano Mistura	1.203,9255
17	48000.003913/97-47	Arabaiana	Pescada	1.249,7679
18	48610.009487/2003	Araçari	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
19	48000.003631/97-95	Araças	Baiano Mistura	1.203,9255
20	48610.009289/2005-93	Araças Leste	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.172,7511
21	48610.009.202/2005-88	Aracuã	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.245,1433
22	48000.003632/97-58	Aratu	Baiano Mistura	1.203,9255
23	48000.003780/97-45	Aratum	RGN Mistura	1.162,8911
24	48000.003552/97-11	Argonauta	Ostra	1.119,8352
25	48000.003844/97-26	Aruari	Sergipano Terra	1.054,4865
26	48000.003482/97-37	Asa Branca	RGN Mistura	1.162,8911
27	48000.003845/97-99	Atalaia Sul	Sergipano Mar	1.233,4918
28	48000.003775/97-13	Atum	Ceara Mar	1.117,6412
29	48000.003705/97-20	Badejo	Cabiunas Mistura	1.073,7006
30	48000.003726/97-08	Bagre	Cabiunas Mistura	1.073,7006
31	48000.003785/97-69	Baixa do Algodao	RGN Mistura	1.162,8911
32	48000.003914/97-18	Baixa do Juazeiro	RGN Mistura	1.162,8911
33	48000.003560/97-49	Baleia Franca	Cachalote	1.050,7625
34	48000.003756/97-61	Barra do Ipiranga	Espirito Santo	1.125,5867
35	48000.003897/97-92	Barracuda	Barracuda	1.065,9815
36	48000.003786/97-21	Barrinha	RGN Mistura	1.162,8911
37	48610.003901/2000	Barrinha Leste	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
38	48610.004003/98	Benfica	RGN Mistura	1.162,8911
39	48000.003717/97-17	Bicudo	Cabiunas Mistura	1.073,7006
40	48610.07984/2004	Bigua	Espirito Santo	1.125,5867
41	48000.003709/97-81	Bijupira	Bijupira	1.123,5063
42	48000.003909/97-70	Biquara	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
43	48000.003672/97-72	Biriba	Baiano Mistura	1.203,9255
44	48610.003886/2000	BM-S-11	Piloto de Tupi	1.118,3004
45	48610.009.494/2003	BM-S-40	Tld de Tiro	1.189,6560
46	48610.003.884/2000	BM-S-9	Tld de Guará	1.123,3179
47	48000.003787/97-94	Boa Esperança	RGN Mistura	1.162,8911
48	48000.003788/97-57	Boa Vista	RGN Mistura	1.162,8911
49	48610.009285/2005-13	Bom Lugar	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.154,6350
50	48000.003718/97-71	Bonito	Cabiunas Mistura	1.073,7006
51	48000.003658/97-41	Bonsucesso	Baiano Mistura	1.203,9255
52	48000.003789/97-10	Brejinho	RGN Mistura	1.162,8911
53	48000.003636/97-17	Brejinho	Baiano Mistura	1.203,9255
54	48000.003846/97-51	Brejo Grande	Sergipano Terra	1.054,4865
55	48610.009225/2002	BT-POT-8	RGN Mistura	1.162,8911
56	48000.003635/97-46	Buracica	Baiano Mistura	1.203,9255
57	48610.009231/2002	Burizinho	Lagoa do Paulo Norte	1.209,4825
58	48000.003735/97-91	Caçao	Espirito Santo	1.125,5867
59	48000.003560/97-49	Cachalote	Cachalote	1.050,7625
60	48000.003791/97-61	Cachoeirinha	RGN Mistura	1.162,8911
61	48000.003736/97-53	Cacimbas	Espirito Santo	1.125,5867
62	48000.003836/97-06	Caioba	Sergipano Mar	1.233,4918
63	48000.003881/97-52	Camaçari	Baiano Mistura	1.203,9255
64	48000.003535/97-00	Camarupim	Camarupim	1.258,4953
65	48610.010724/2001	Camarupim Norte	Camarupim	1.258,4953
66	48000.003837/97-61	Camorim	Sergipano Mar	1.233,4918
67	48000.003737/97-16	Campo Grande	Espirito Santo	1.125,5867
68	48000.003637/97-71	Canabrava	Baiano Mistura	1.203,9255
69	48610.003899/2000	Canario	Canario	1.150,2253
70	48610.009491/2003	Cancã	Espirito Santo	1.125,5867
71	48000.003638/97-34	Candeias	Baiano Mistura	1.203,9255
72	48000.003639/97-05	Canta Galo	Baiano Mistura	1.203,9255
73	48000.003792/97-24	Canto do Amaro	RGN Mistura	1.162,8911
74	48000.003711/97-22	Carapeba	Cabiunas Mistura	1.073,7006
75	48610.009275/2005-71	Carapitanga	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.151,8782
76	48000.003898/97-55	Caratinga	Caratinga	1.056,8212
77	48610.009127/2005-55	Carcará	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
78	48610.008000/2004	Cardeal	Cardeal	1.161,4311
79	48000.003847/97-14	Carmopolis	Sergipano Terra	1.054,4865
80	48000.003640/97-86	Cassarongongo	Baiano Mistura	1.203,9255
81	48000.003848/97-87	Castanhal	Sergipano Terra	1.054,4865
82	48000.003641/97-49	Cexis	Baiano Mistura	1.203,9255
83	48610.007481/2006-26	Chaua	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.142,9382
84	48000.003727/97-62	Cherne	Cabiunas Mistura	1.073,7006
85	48610.009284/2005-61	Cidade de Aracaju	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.123,1286
86	48000.003642/97-10	Cidade Entre Rios	Baiano Mistura	1.203,9255
87	48000.003850/97-29	Cidade São Miguel dos Campos	Alagoano	1.235,1363
88	48000.003919/97-23	Cidade Sebastao Ferreira	Tabuleiro	1.164,8947
89	48000.003906/97-81	Cioba	RGN Mistura	1.162,8911
90	48000.003535/97-00	CNP	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.261,0943
91	48610.009503/2003	Colibri	Colibri	1.182,2459
92	48000.003702/97-31	Conceiçao	Baiano Mistura	1.203,9255
93	48000.003714/97-11	Congro	Cabiunas Mistura	1.073,7006
94	48000.003851/97-91	Coqueiro Seco	Tabuleiro	1.164,8947
95	48000.003738/97-89	Corrego Cedro Norte	Espirito Santo	1.125,5867
96	48610.009188/2005-12	Corrego Cedro Norte Sul	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.261,0943
97	48000.003739/97-41	Corrego das Pedras	Espirito Santo	1.125,5867
98	48000.003740/97-21	Corrego dourado	Espirito Santo	1.125,5867
99	48000.003715/97-83	Corvina	Cabiunas Mistura	1.073,7006
100	48610.007484/2006-61	Crejoa	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.075,8690
101	48000.003776/97-78	Curima	Ceara Mar	1.117,6412
102	48000.003907/97-44	dentao	Pescada	1.249,7679
103	48000.003644/97-37	Dom Joao	Baiano Mistura	1.203,9255
104	48000.003645/97-08	Dom Joao Mar	Baiano Mistura	1.203,9255
105	48610.009.198/2005-58	Dó-Ré-Mi	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.245,1433
106	48000.003838/97-23	dourado	Sergipano Mar	1.233,4918
107	48000.003719/97-34	Enchova	Cabiunas Mistura	1.073,7006
108	48000.003720/97-13	Enchova Oeste	Cabiunas Mistura	1.073,7006
109	48000.003777/97-31	Espada	Ceara Mar	1.117,6412
110	48000.003899/97-18	Espadarte	Espadarte	1.047,8932
111	48610.007984/2004	ES-T-373	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.261,0943
112	48610.007984/2004	ES-T-381	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.261,0943
113	48610.001402/2008-35	ES-T-391	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.071,5368
114	48610.001402/2008-35	ES-T-392	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.125,0977
115	48000.003793/97-97	Estreito	RGN Mistura	1.162,8911
116	48000.003742/97-56	Fazenda Alegre	Fazenda Alegre	1.074,5753
117	48610.004004/98	Fazenda Alto das Pedras	Baiano Mistura	1.203,9255
118	48000.003646/97-62	Fazenda Alvorada	Baiano Mistura	1.203,9255
119	48000.003647/97-25	Fazenda Azevedo	Baiano Mistura	1.203,9255
120	48000.003648/97-98	Fazenda Balsamo	Baiano Mistura	1.203,9255
121	48000.003795/97-12	Fazenda Belem	Fazenda Belem	990,8850
122	48000.003649/97-51	Fazenda Belem	Baiano Mistura	1.203,9255
123	48000.003650/97-30	Fazenda Boa Esperança	Baiano Mistura	1.203,9255
124	48000.003796/97-85	Fazenda Canaan	RGN Mistura	1.162,8911
125	48000.003743/97-19	Fazenda Cedro	Espirito Santo	1.125,5867
126	48000.003745/97-44	Fazenda Cedro Norte	Espirito Santo	1.125,5867
127	48000.003797/97-48	Fazenda Curral	RGN Mistura	1.162,8911
128	48000.003651/97-01	Fazenda Imbe	Baiano Mistura	1.203,9255
129	48000.003915/97-72	Fazenda Junco	RGN Mistura	1.162,8911
130	48000.003798/97-19	Fazenda Malaquias	RGN Mistura	1.162,8911
131	48000.003891/97-14	Fazenda Matinha	Baiano Mistura	1.203,9255
132	48000.003652/97-65	Fazenda Onça	Baiano Mistura	1.203,9255
133	48000.003653/97-28	Fazenda Panelas	Baiano Mistura	1.203,9255
134	48000.003852/97-54	Fazenda Pau Brasil	Tabuleiro	1.164,8947
135	48000.003799/97-73	Fazenda Pocinho	RGN Mistura	1.162,8911
136	48000.003744/97-81	Fazenda Queimadas	Espirito Santo	1.125,5867
137	48000.003654/97-91	Fazenda Rio Branco	Fazenda Santo Estevao	1.160,0488
138	48000.003746/97-15	Fazenda Santa Luzia	Espirito Santo	1.125,5867
139	48000.003883/97-88	Fazenda Santa Rosa	Baiano Mistura	1.203,9255
140	48000.003655/97-53	Fazenda Santo Estevao	Fazenda Santo Estevao	1.160,0488
141	48000.003747/97-70	Fazenda Sao Jorge	Espirito Santo	1.125,5867
142	48000.003750/97-84	Fazenda Sao Rafael	Espirito Santo	1.125,5867
143	48000.003884/97-41	Fazenda Sori	Baiano Mistura	1.203,9255
144	48610.009278/2005-11	Foz do Vaza Barris	Sergipe - Vaza Barris	1.031,7966
145	48.000.003896/97-20	Frade	Frade	1.050,9630
146	48000.003854/97-80	Furado	Alagoano	1.235,1363
147	48000.003721/97-86	Garoupa	Cabiunas Mistura	1.073,7006
148	48000.003722/97-49	Garoupinha	Cabiunas Mistura	1.073,7006
149	48000.003535/97-00	Golfinho	Golfinho	1.177,9515
150	48000.003656/97-16	Gomo	Baiano Mistura	1.203,9255
151	48610.004750/99	Guaiamá	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.256,7361
152	48000.003800/97-51	Guamare	RGN Mistura	1.162,8911
153	48610.008017/2004	Guanambi	Baiano Mistura	1.203,9255
154	48000.003839/97-96	Guaricema	Sergipano Mar	1.233,4918
155	48000.003751/97-47	Guriri	Espirito Santo	1.125,5867
156	48610.009138/2005-35	Harpia	Harpia	1.001,4026
157	48000.003801/97-13	Icapui	Fazenda Belem	990,8850
158	48000.003657/97-89	Ilha de Bimbarra	Baiano Mistura	1.203,9255
159	48000.003855/97-42	Ilha Pequena	Sergipano Terra	1.054,4865
160	48610.010735/2001	Inhambu	Espirito Santo	1.125,5867
161	48610.008001/2004	Iraúna	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
162	48610.003.900/2000	Irerê	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
163	48000.003659/97-12	Itaparica	Baiano Mistura	1.203,9255
164	48610.009225/2002	Jaçana	RGN Mistura	1.162,8911
165	48000.003660/97-93	Jacuipe	Baiano Mistura	1.203,9255
166	48610.009492/2003	Jacutinga	Espirito Santo	1.125,5867
167	48610.009488/2003	Jandaia	Baiano Mistura	1.203,9255
168	48000.003802/97-86	Jandui	RGN Mistura	1.162,8911
169	48610.003892/2000	Japuaçu	Alagoano	1.235,1363
170	48000.003856/97-13	Jequia	Tabuleiro	1.164,8947
171	48610.009282-2005-71	Jiribatuba	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.150,6967
172	48610.009509/2003	Joao de Barro	Joao de Barro	1.236,1805
173	48000.003803/97-49	Juazeiro	RGN Mistura	1.162,8911
174	48000.003560/97-49	Jubarte	Jubarte	1.029,1318
175	48610.008012/2004	Juriti	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.224,3015
176	48000.003804/97-10	Lagoa Aroeira	RGN Mistura	1.162,8911
177	48000.003748/97-32	Lagoa Bonita	Espirito Santo	1.125,5867
178	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo	Lagoa do Paulo Norte	1.209,4825
179	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Norte	Lagoa do Paulo Norte	1.209,4825
180	48610.009231/2002	Lagoa do Paulo Sul	Lagoa do Paulo Norte	1.209,4825
181	48000.003752/97-18	Lagoa Parda	Espirito Santo	1.125,5867
182	48000.003754/97-35	Lagoa Parda Norte	Espirito Santo	1.125,5867
183	48000.003753/97-72	Lagoa Parda Sul	Espirito Santo	1.125,5867
184	48000.003755/97-06	Lagoa Piabanha	Espirito Santo	1.125,5867
185	48000.003757/97-23	Lagoa Suruaca	Espirito Santo	1.125,5867
186	48000.003663/97-81	Lagoa Verde	Baiano Mistura	1.203,9255
187	48000.003.570/97-01	Lagosta	Condensado de Merluza	1.244,0862
188	48000.003664/97-44	Lamarao	Baiano Mistura	1.203,9255
189	48000.003665/97-15	Leodorio	Baiano Mistura	1.203,9255
190	48610.004000/98	Leste de Poço Xavier	RGN Mistura	1.162,8911
191	48000.003627/97-18	Leste do Urucu	Urucu	1.237,3982
192	48000.003706/97-92	Linguado	Cabiunas Mistura	1.073,7006
193	48000.003805/97-74	Livramento	RGN Mistura	1.162,8911
194	48000.003807/97-08	Lorena	RGN Mistura	1.162,8911
195	48000.003808/97-62	Macau	RGN Mistura	1.162,8911
196	48000.003716/97-46	Malhado	Cabiunas Mistura	1.073,7006
197	48000.003666/97-70	Malombe	Baiano Mistura	1.203,9255
198	48000.003518/97-82	Manati	Baiano Mistura	1.203,9255
199	48000.003667/97-32	Mandacaru	Baiano Mistura	1.203,9255
200	48000.003633/97-11	Mapele	Baiano Mistura	1.203,9255
201	48000.003732/97-01	Marimba	Cabiunas Mistura	1.073,7006
202	48000.003758/97-96	Mariricu	Espirito Santo	1.125,5867
203	48000.003760/97-38	Mariricu Norte	Espirito Santo	1.125,5867
204	48000.003759/97-59	Mariricu Oeste	Espirito Santo	1.125,5867
205	48610.008016/2004	Maritaca	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.224,3015
206	48000.003723/97-10	Marlim	Marlim	1.056,5190
207	48000.003900/97-03	Marlim Leste	Marlim Leste	1.070,5112
208	48000.003724/97-74	Marlim Sul	Marlim Sul P-38	1.065,8698
209	48000.003668/97-03	Massape	Baiano Mistura	1.203,9255
210	48000.003669/97-68	Massui	Baiano Mistura	1.203,9255
211	48000.003670/97-47	Mata de Sao Joao	Baiano Mistura	1.203,9255

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

212	48000.003857/97-78	Mato Grosso	Sergipano Terra	1.054,4865
213	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Norte	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.245,1433
214	48610.009197/2005-11	Mato Grosso Sul	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.245,1433
215	48000.003866/97-69	Merluza	Condensado de Merluza	1.244,0862
216	48000.003.576/97-89	Mexilhão	Condensado de Mexilhão	1.256,7361
217	48000.003673/97-35	Miranga	Baiano Mistura	1.203,9255
218	48000.003676/97-23	Miranga Norte	Baiano Mistura	1.203,9255
219	48000.003809/97-25	Monte Alegre	RGN Mistura	1.162,8911
220	48000.003725/97-37	Moreia	Cabiunas Mistura	1.073,7006
221	48000.003810/97-12	Morrinho	RGN Mistura	1.162,8911
222	48610.009283/2005-16	Morro do Barro	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.148,0580
223	48000.003541/97-02	Mosquito	Espirito Santo	1.125,5867
224	48000.003811/97-77	Mossoro	RGN Mistura	1.162,8911
225	48610.003892/2000	Mutum	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.235,1363
226	48000.003728/97-25	Namorado	Cabiunas Mistura	1.073,7006
227	48000.003761/97-09	Nativo Oeste	Espirito Santo	1.125,5867
228	48000.003729/97-98	Ne Namorado	Cabiunas Mistura	1.073,7006
229	48000.003812/97-30	No do Morro Rosado	RGN Mistura	1.162,8911
230	48000.003677/97-96	Norte Fazenda Caruaçu	Baiano Mistura	1.203,9255
231	48000.003910/97-59	Oeste de Ubarana	RGN Mistura	1.162,8911
232	48000.003552/97-11	Ostra	Ostra	1.119,8352
233	48610.001427/2008-39	PA-1ALV2BA-REC-T-155	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.166,4499
234	48000.003813/97-01	Pajeu	RGN Mistura	1.162,8911
235	48000.003707/97-55	Pampo	Cabiunas Mistura	1.073,7006
236	48000.003888/97-00	Paramirim do Vencimento	Baiano Mistura	1.203,9255
237	48000.003731/97-30	Parati	Cabiunas Mistura	1.073,7006
238	48000.003712/97-95	Pargo	Cabiunas Mistura	1.073,7006
239	48000.003840/97-75	Paru	Sergipano Mar	1.233,4918
240	48610.004001/98	Pedra Sentada	RGN Mistura	1.162,8911
241	48000.003678/97-59	Pedrinhas	Baiano Mistura	1.203,9255
242	48610.003887/2001	Peregrino	peregrino	1.015,7100
243	48610.008005/2004	Periquito	Periquito	1.163,1046
244	48000.003903/97-93	Peroa	Peroa	1.261,0943
245	48000.003912/97-84	Pescada	Pescada	1.249,7679
246	48000.003859/97-01	Pilar	Alagoano	1.235,1363
247	48610.003901/2000	Pintassilgo	RGN Mistura	1.162,8911
248	48610.003.882/2000	Piracucá	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.256,7361
249	48000.003495/97-89	Piranema	Piranema	1.245,1433
250	48000.003733/97-65	Pirauna	Cabiunas Mistura	1.073,7006
251	48610.010739/2001	Pitiguari	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
252	48000.003814/97-65	Poço Verde	RGN Mistura	1.162,8911
253	48000.003815/97-28	Poço Xavier	RGN Mistura	1.162,8911
254	48000.003679/97-11	Pojuca	Baiano Mistura	1.203,9255
255	48000.003680/97-09	Pojuca Norte	Baiano Mistura	1.203,9255
256	48610.003888/2000	Polvo	Polvo	1.043,9020
257	48000.003816/97-91	Ponta do Mel	RGN Mistura	1.162,8911
258	48000.003817/97-53	Porto Carao	RGN Mistura	1.162,8911
259	48610.008008/2004	POT-T-661	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
260	48610.009128/2005-16	POT-T-748	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
261	48000.003894/97-02	Querera	Baiano Mistura	1.203,9255
262	48610.001443/2008-21	REC-T-129	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.142,8201
263	48610.009121/05-88	REC-T-265	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.224,3015
264	48000.003818/97-16	Redonda	RGN Mistura	1.162,8911
265	48000.003819/97-89	Redonda Profundo	RGN Mistura	1.162,8911
266	48000.003671/97-18	Remanso	Baiano Mistura	1.203,9255
267	48000.003682/97-26	Riacho da Barra	Baiano Mistura	1.203,9255
268	48000.003821/97-21	Riacho da Forquilha	RGN Mistura	1.162,8911
269	48000.003683/97-99	Riacho Ouricuri	Baiano Mistura	1.203,9255
270	48000.003684/97-51	Riacho Sao Pedro	Baiano Mistura	1.203,9255
271	48610.007480/2006-81	Riacho Velho	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.161,7633
272	48000.003860/97-82	Riachuelo	Sergipano Terra	1.054,4865
273	48000.003765/97-51	Rio Barra Seca	Espirito Santo	1.125,5867
274	48000.003685/97-14	Rio da Serra	Baiano Mistura	1.203,9255
275	48000.003686/97-87	Rio do Bu	Baiano Mistura	1.203,9255
276	48000.003764/97-99	Rio doce	Espirito Santo	1.125,5867
277	48000.003687/97-40	Rio dos Ovos	Baiano Mistura	1.203,9255
278	48000.003749/97-03	Rio Ibiribas	Espirito Santo	1.125,5867
279	48610.007482/2006-71	Rio Ipiranga	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.108,5569
280	48000.003688/97-11	Rio Itariri	Baiano Mistura	1.203,9255
281	48000.003766/97-14	Rio Itaunas	Espirito Santo	1.125,5867
282	48000.003767/97-87	Rio Itaunas Leste	Espirito Santo	1.125,5867
283	48000.003890/97-43	Rio Joanes	Baiano Mistura	1.203,9255
284	48000.003768/97-40	Rio Mariricu	Espirito Santo	1.125,5867
285	48000.003824/97-19	Rio Mossoro	RGN Mistura	1.162,8911
286	48000.003674/97-06	Rio Pipiri	Baiano Mistura	1.203,9255
287	48000.003689/97-75	Rio Pojuca	Baiano Mistura	1.203,9255
288	48000.003769/97-11	Rio Preto	Espirito Santo	1.125,5867
289	48000.003770/97-91	Rio Preto Oeste	Espirito Santo	1.125,5867
290	48000.003771/97-54	Rio Preto Sul	Espirito Santo	1.125,5867
291	48000.003772/97-17	Rio Sao Mateus	Espirito Santo	1.125,5867
292	48610.007984/2004	Rio São Mateus Oeste	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.261,0943
293	48000.003690/97-54	Rio Sauipe	Baiano Mistura	1.203,9255
294	48000.003691/97-17	Rio Subauma	Baiano Mistura	1.203,9255
295	48000.003628/97-81	Rio Urucu	Urucu	1.237,3982
296	48610.009227/2002	Rolinha	Rolinha	1.107,6740
297	48000.003901/97-68	Roncador	Roncador	1.066,4103
298	48000.003916/97/35	Sabiá	RGN Mistura	1.162,8911
299	48610.010735/2001	Saira	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.261,0943
300	48000.003710/97-60	Salema	Salema	1.130,2342
301	48000.003841/97-38	Salgo	Sergipano Terra	1.054,4865
302	48000.003825/97-81	Salina Cristal	RGN Mistura	1.162,8911
303	48610.007998/2004	Sanhaçu	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
304	48000.003692/97-80	Santana	Fazenda Santo Estevao	1.160,0488
305	48000.003693/97-42	Sao domingos	Baiano Mistura	1.203,9255
306	48000.003861/97-45	Sao M.dos Campos	Alagoano	1.235,1363
307	48610.007485/2006-12	São Manoel	Port. ANP 206/00 - Art. 3º A	1.137,3064
308	48000.003773/97-80	Sao Mateus	Espirito Santo	1.125,5867
309	48610.009188/2005-12	São Mateus Leste	Espirito Santo	1.125,5867
310	48000.003694/97-13	Sao Pedro	Baiano Mistura	1.203,9255
311	48000.003695/97-78	Sauipe	Fazenda Santo Estevao	1.160,0488
312	48610.009198/2005-58	SEAL-13	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.245,1433
313	48610.009288/2005-49	Sempre Viva	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.203,9255
314	48610.007984/2004	Seriema	Espirito Santo	1.125,5867
315	48000.003781/97-16	Serra	RGN Mistura	1.162,8911
316	48000.003828/97-70	Serra do Mel	RGN Mistura	1.162,8911
317	48000.003829/97-32	Serra Vermelha	RGN Mistura	1.162,8911
318	48000.003830/97-11	Serraria	RGN Mistura	1.162,8911
319	48000.003696/97-31	Sesmaria	Baiano Mistura	1.203,9255
320	48000.003862/97-16	Siririzinho	Sergipano Terra	1.054,4865
321	48000.003697/97-01	Socorro	Baiano Mistura	1.203,9255
322	48000.003698/97-66	Socorro Extensao	Baiano Mistura	1.203,9255
323	48610.009146/2005-81	SOL-T-171	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.237,3982
324	48000.003873/97-24	Sudoeste Urucu	Urucu	1.237,3982
325	48000.003863/97-71	Sul de Coruripe	Tabuleiro	1.164,8947
326	48000.003699/97-29	Sussuarana	Baiano Mistura	1.203,9255
327	48610.007986/2004	Tabuiaia	Espirito Santo	1.125,5867
328	48000.003864/97-33	Tabuleiro dos Martins	Tabuleiro	1.164,8947
329	48000.003.577/97-41	Tambaú	Tambaú-Uruguá	1.194,5129
330	48610.009488/2003	Tangara	Baiano Mistura	1.203,9255
331	48610.001430/2008-52	Tapiranga	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.224,3015
332	48000.003700/97-14	Taquipe	Baiano Mistura	1.203,9255
333	48000.003835/97-35	Tartaruga	Tartaruga	1.236,8308
334	48000.003834/97-72	Tatui	Sergipano Mar	1.233,4918
335	48610.008013/2004	Tico-Tico	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, III	1.172,7511
336	48610.009279/05-58	Tigre	Tigre	1.192,4325
337	48610.009128/2005-16	TLD de Carnauba	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
338	48610.009.128/2005-16	TLD de Pereiro	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
339	48000.003832/97-47	Tres Marias	RGN Mistura	1.162,8911
340	48000.003708/97-18	Trilha	Cabiunas Mistura	1.073,7006
341	48610.008.001/2004	Trinca Ferro	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
342	48000.003782/97-71	Ubarana	RGN Mistura	1.162,8911
343	48610.003899/2000	Uirapuru	Uirapuru	1.224,3015
344	48000.003833/97-18	Upanema	RGN Mistura	1.162,8911
345	48000.003.577/97-42	Uruguá	Tambaú-Uruguá	1.194,5129
346	48610.009.151/2005-94	Urutau	Exceção - Port. ANP 206/00 - Art. 6º, IV	1.249,7679
347	48610.004002/98	Varginha	RGN Mistura	1.162,8911
348	48000.003713/97-58	Vermelho	Cabiunas Mistura	1.073,7006
349	48000.003734/97-28	Viola	Cabiunas Mistura	1.073,7006
350	48000.003704/97-67	Voador	Marlim	1.056,5190
351	48000.003778/97-01	Xareu	Ceara Mar	1.117,6412

Conforme o inciso IV do art 6º da Portaria ANP nº 206, de 29 de agosto de 2000 caso as concessionárias não disponham das informações técnicas suficientes para a determinação da composição de sua corrente, o preço mínimo do petróleo do campo em questão será o preço mínimo do petróleo de maior valor da Bacia a que o campo pertencer, conforme tabela abaixo.

Bacia	Corrente de Maior Valor	Valor da Corrente (R$/m³)
Alagoas	Alagoano	1.235,1363
Camamu	Baiano Mistura	1.203,9255
Campos	Salema	1.130,2342
Ceara	Ceara Mar	1.117,6412
Espirito Santo	Peroa	1.261,0943
Potiguar	Pescada	1.249,7679
Reconcavo	Uirapuru	1.224,3015
Santos	Condensado de Mexilhão	1.256,7361
Sergipe	Piranema	1.245,1433
Solimoes	Urucu	1.237,3982
Tucano Sul	Baiano Mistura	1.203,9255

Conforme o inciso III do art. 6º da Portaria ANP nº 206, de 29 de agosto de 2000 caso os campos/blocos operados por concessionários qualificados como C ou D não disponham das informações técnicas suficientes para a determinação do seu preço mínimo, o mesmo será o preço mínimo do petróleo de maior valor calculado entre os campos operados por concessionários qualificados como C ou D e que disponham das informações técnicas para o cálculo de seu preço mínimo. Para o mês de abril de 2011 este preço corresponde ao preço do campo de Araças Leste, no valor de R$ 1.172,7511/m³.

AUTORIZAÇÃO Nº 233, DE 19 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do artigo 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e com base na Resolução de Diretoria nº 445, de 18 de maio de 2011, tendo em vista o que consta no processo 48610.005496/2011-17, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A., inscrita no CNPJ sob o número 33.000.092/0001-69, situada à Rua Victor Civita, nº 77, edifício 6, bloco 1, 4º andar, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, autorizada, com fulcro no artigo 3° da Resolução ANP n° 19, de 22 de junho de 2007, a realizar uso experimental de mistura etanol hidratado combustível com 5%, em proporção volumétrica, do maximizador de ignição ED95 em 50 ônibus urbanos de frota cativa de empresa regular do transporte municipal da cidade de São Paulo.

§1º O uso experimental indicado nesta Autorização será realizado em veículos pertencentes à empresa VIM - Viação Metropolitana Ltda. (CNPJ nº 11.031.202/0001-17), situada à Rua Genaro de Carvalho, nº 135, complemento nº 145, Vila Santa Catarina - São Paulo - SP.

§2º Fica restrito o uso da mistura autorizada à frota cativa, não podendo o consumo mensal exceder a 100.000 (cem mil) litros.

§3º Para fins desta Autorização, o etanol hidratado combustível utilizado para formular a mistura autorizada deverá atender à especificação vigente da ANP.

Art. 2º Caberá aos agentes envolvidos na comercialização e uso da mistura autorizada a responsabilidade pelos eventuais danos causados aos equipamentos empregados, ao meio ambiente e outros.

Art. 3º A empresa autorizada deverá apresentar, semestralmente, relatórios sobre o uso da mistura autorizada.

Art. 4° A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter as empresas Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A. e VIM - Viação Metropolitana Ltda., bem como aos demais agentes envolvidos no uso experimental em tela, à auditoria sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Autorização, bem como solicitar dados referentes à comercialização e à qualidade.

Art. 5º Esta autorização não constitui, em quaisquer circunstâncias, endosso, certificação, registro ou aprovação, por parte da ANP, para o uso comercial da mistura autorizada para outros fins.

Art. 6º Esta autorização não dispensa nem substitui documentos de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual, distrital ou municipal.

Art. 7º Esta autorização fica condicionada aos termos estabelecidos na documentação entregue à ANP.

Art. 8º Esta autorização tem validade pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação indicado no caput deste artigo deve ser encaminhado à ANP antes do encerramento do prazo de validade estabelecido nesta Autorização.

Art. 9º Para efeitos desta autorização, o artigo 7º da Resolução ANP nº 19, de 22 de junho de 2007, será válido não somente para o solicitante, porém a todos os agentes envolvidos no uso experimental em tela.

Art. 10 Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AUTORIZAÇÃO Nº 234, DE 19 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do art. 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com base na Resolução de Diretoria nº 446, de 18 de maio de 2011, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 25, de 02 de setembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.005372/2011-31, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a etapa de construção da planta produtora de biodiesel da empresa ADM DO BRASIL LTDA, CNPJ: 02.003.402/0046-77, com capacidade de 510 m³/d, utilizando rota metílica, situada na Avenida Santa Teresinha nº 2049, no Município de Joaçaba, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Autorização não desobriga a empresa ADM DO BRASIL LTDA a solicitar a esta Agência a Autorização para Operação de sua planta industrial, de acordo com o art. 10 da Resolução ANP nº 25/2008.

Art. 3º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas apresentadas pela referida empresa na sua solicitação de Autorização, de acordo com o item 5.3 do Regulamento ANP n° 03/2008.

Art. 4º Esta Autorização terá validade vinculada à data de término da construção constante no cronograma apresentado pela empresa no Processo ANP nº 48610.005372/2011-31. No caso de modificação nas datas apresentadas, a empresa ADM DO BRASIL LTDA fica obrigada ao atendimento ao art. 9º da Resolução ANP nº 25/2008.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 19 de maio de 2011

Nº 593 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução ANP nº 37/2007, que aprovou o Regulamento ANP nº 07/2007, e na Resolução de Diretoria nº 442, de 18 de maio de 2011, de 9 de novembro de 2007, torna público o seguinte ato:

1. CREDENCIAR a empresa ZME SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 08.057.636/0001-81, para executar atividades de Certificação de Conteúdo Local, conforme a relação de áreas de atividades descritas a seguir:

Credenciamento ANP Nº	018
Empresa Credenciada	ZME SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA ME

Código	Descrição da Área de Atividade
Pe001	Sondas de Perfuração
Pe002	Apoio Logístico e Operacional

2. O objeto do presente credenciamento deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

3. A Empresa Credenciada deverá demonstrar, a qualquer tempo, que atende aos requisitos técnicos específicos estabelecidos no Regulamento Nº 7/2007 e aos demais requisitos gerais exigidos para credenciamento.

4. O CREDENCIAMENTO objeto deste despacho terá validade de 4 (quatro) anos, a partir da data de publicação, conforme estabelecido no item 3.5.5 do Regulamento ANP nº 7/2007, aprovado pela Resolução ANP nº 37/2007.

Nº 594 - Com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei n.º 9.478, de 06 de agosto de 1997, nos termos do artigo 17, inciso II, alíneas "c" e "d", da Portaria ANP n.º 202/99, e tendo em vista a Resolução da Diretoria n.º 443, de 18 de maio de 2011, fica cancelado o Registro n.º 3303, outorgado à SKY LUB PETRÓLEO LTDA., empresa inscrita no CNPJ sob o n.º 02.538.863/0001-42, pelas razões de fato e de direito constantes do Processo Administrativo n.º 48610.010716/2010-43, regularmente desenvolvido com base na Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Ficam cassadas a Autorização nº 231 para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos, publicada no DOU de 18 de maio de 2009, e a Autorização de operação nº 232, publicada no DOU de 15 de maio de 2009.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 19 de maio de 2011

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 586	BLASER SWISSLUBE DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 04.377.382/0001-28						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48620.000183/2011 - 53	SYNERGY 905	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM DE FERRO FUNDIDO E OUTROS METAIS DE DIFÍCIL USINAGEM	12866
Nº 587	CHEVRON BRASIL LUBRIFICANTES LTDA. - CNPJ nº 05.524.572/0001-93						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001007/2011 - 77	CHEVRON MULIFAK OEM GREASE EP	NLGI 2	NLGI LB NSF H2 AAM MS 2331	GRAXA LUBRIFICANTE	MÚLTIPLAS APLICAÇÕES	3724
Nº 588	HOUGHTON BRASIL LTDA - CNPJ nº 57.490.245/0001-61						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000933/2011 - 25	CUT MAX WSH 3	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	TORNOS, FRESAS, RETÍFICAS E AFINS	9870
	48600.000935/2011 - 14	HOCUT 735	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13301
	48600.000934/2011 - 70	CUT MAX 480	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	TORNOS, FRESAS, RETÍFICAS E AFINS	13300
	48600.000928/2011 - 12	CUT MAX 476	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	TORNOS, FRESAS, RETÍFICAS E AFINS	6575
	48600.000938/2011 - 58	HOCUT 4116	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13302
	48600.000929/2011 - 67	CUT MAX 520	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	TORNOS, FRESAS, RETÍFICAS, NA USINAGEM DE METAIS	13298
	48600.000930/2011 - 91	CUT MAX 481	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	TORNOS, FRESAS, RETÍFICAS E AFINS	4552
	48600.000931/2011 - 36	CUT MAX 101	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	TORNOS, FRESAS, RETÍFICAS E AFINS	13299
Nº 589	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ nº 33.337.122/0141-87						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000908/2011 - 41	TRUSLIDE	ISO 68	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	GUIAS DE BARRAMENTOS DE MÁQUINAS OPERATRIZES E LUBRIFICAÇÃO DE TEARES.	1627
Nº 590	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - CNPJ nº 34.274.233/0001-02						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000887/2011 - 64	LUBRAX COMPSOR DE	ISO 100	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	9421
	48600.000886/2011 - 10	LUBRAX GRANS CTM	ISO 150	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	8973
	48600.000895/2011 - 19	LUBRAX TURBINA POE	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	7494
	48600.000883/2011 - 86	LUBRAX COMPSOR GAS	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	7495
	48600.000900/2011 - 85	LUBRAX GRANS FEP	SAE NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	SISTEMA HIDRÁULICO	2228
Nº 591	PETROLEU MINERALE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 73.300.949/0001-80						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000920/2011 - 56	NEUTRON PHD 3308E 25	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVA E INDUSTRIAL	13294
	48600.000922/2011 - 45	NEUTRON PHD 3308 BIGF	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVA E INDUSTRIAL	13296
	48600.000914/2011 - 07	NEUTRON LUBRIFIL	ISO 22	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13289
	48600.000921/2011 - 09	NEUTRON PHD 3308 LAV	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVA E INDUSTRIAL	13295
	48600.000918/2011 - 87	NEUTRON PHD 3308E 35	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVA E INDUSTRIAL	13292
	48600.000923/2011 - 90	NEUTRON NEUCORT 3309 A	ISO 22	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13297
	48600.000913/2011 - 54	NEUTRON NEUCORT 2434	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13288
	48600.000915/2011 - 43	NEUTRON 3325 G	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13291
	48600.000916/2011 - 98	NEUTRON NEUCORT PHD 2103 C	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13286
	48600.000912/2011 - 18	NEUTRON NEUCORT PHD 2103 E	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	INDUSTRIAL	13287
	48600.000919/2011 - 21	NEUTRON PHD 3308C 25	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVA E INDUSTRIAL	13293
	48600.000917/2011 - 32	NEUTRON PHD 3308C 35	ISO 32	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	AUTOMOTIVA E INDUSTRIAL	13290
Nº 592	VALVOLINE CUMMINS DO BRASIL LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 09.055.622/0001-91						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.001023/2011 - 60	VALVOLINE COMPETITION PLUS	SAE 20W50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	MINERAL PARA MOTORES MOVIDOS A GASOLINA, ÁLCOOL E GNV.	6061
	48600.001022/2011 - 15	VALVOLINE MOTORCYCLE 4T	SAE 20W50	API SG E JASO MA	ÓLEO LUBRIFICANTE	MULTIVISCOSO FORMULADO PARA MOTORES DE MOTOS 4 TEMPOS.	3149

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Autorização nº 230, de 18/5/2011, publicada no DOU nº 95, de 19/5/2011, seção 1, p. 113, onde se lê: RCX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - CNPJ nº 12.161.217/0001-62, leia-se: RCX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - CNPJ nº 12.161.217/0002-43.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 94/2011 - DF

DNPM nº 871.928/2007
Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 8.138, publicado no DOU. de 09.08.2007, por ter sido outorgado indevidamente a Companhia Vale do Rio Doce.(2.96)

DNPM nº 873.751/2008
Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM/BA, ANULO o Alvará de pesquisa n° 13.395, publicado no DOU. de 28.10.2008, por ter sido outorgado indevidamente a Nédio Maurício Augusto Camargo Torquato EPP.(2.96)

DNPM nº 870.313/2000
Acolhendo proposta da Superintendência do DNPM no Estado do Mato Grosso, ANULO o Alvará de pesquisa n° 1.712, publicado no DOU. de 07.02.2001, por ter sido outorgado indevidamente a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM.(2.96)

DNPM nº 826.473/2000 - Aço Mineração Ltda.
Nos termos da proposta da Superintendência do DNPM/PR, e com fundamento no artigo 32 do Código de Mineração, DECLARO caduco o direito da interessada requerer a concessão de lavra referente ao processo em apreço. (3.99)

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 88/2011

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.224/2008-FORMEX-FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA-OF. N°639/2011-SUP/DNPM/MA
806.228/2008-FORMEX-FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA-OF. N°641/2011-SUP/DNPM/MA

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
806.224/2008-FORMEX FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REP. LTDA.- AI N°187,188,189 e 190/2011-SUP/DNPM/MA
806.228/2008-FORMEX FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REP. LTDA.- AI N°192, 193, 194 e 195/2011-SUP/DNPM/MA
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1694)
806.224/2008-FORMEX-FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA- AI N°191/2011-SUP/DNPM/MA
806.228/2008-FORMEX-FORNECEDORA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA- AI N°196/2011-SUYP/DNPM/MA

JOMAR SILVA FEITOSA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

Na Relação nº 108/2010, publicada no DOU de 22/12/2010, Seção 1, página 136, onde se lê: "... Titular: Prefeitura do Municipio da Est.aguas S.pedro Cpf/cnpj: 45.739.174/0001-09 - Processo de cobrança: 920632/10 Valor: R$.24.809,38", leia-se: "...,Titular: Prefeitura do Municipio da Est.aguas S.pedro Cpf/CNPJ: 45.739.174/0001-09 - Processo de cobrança: 920701/10 Valor: R$.25.460,85..."

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 11, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta nos Processos nºs 48000.002168/2008-41, 48000.002163/2008-19 e 48000.002171/2008-65, bem como considerando:

o art. 21, § 4º do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, que determina que o valor da energia assegurada (garantia física de energia) alocado a cada usina hidrelétrica será revisto a cada cinco anos, ou na ocorrência de fatos relevantes;

as Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 1, de 17 de novembro de 2004, e nº 9, de 28 de julho de 2008, aprovadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República;

a Portaria MME nº 258, de 28 de julho de 2008, que trata da metodologia de cálculo de garantia física para novos empreendimentos de geração de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN; e

a Portaria MME nº 861, de 18 de outubro de 2010, que estabelece os fatos relevantes e a metodologia para Revisão Extraordinária dos Montantes de Garantia Física de Energia de Usina Hidrelétrica despachada centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, com capacidade instalada superior a 30 MW, resolve:

Art. 1º Definir, nos termos do art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, conforme critérios gerais de garantia de suprimento, e da Portaria MME nº 861, de 18 de outubro de 2010, os novos montantes da garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas denominadas UHE Mascarenhas, UHE Monjolinho e UHE Peixe Angical, na forma do Anexo I à presente Portaria.

Parágrafo único. Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo I são determinados nas Barras de Saída dos Geradores. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, os consumos internos das Usinas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia das UHE Mascarenhas, UHE Monjolinho e UHE Peixe Angical poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

ANEXO I

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DENOMINADAS UHE MASCARENHAS, UHE MONJOLINHO E UHE PEIXE ANGICAL

Usina	Rio	UF	Nº de Unidades	Potência Instalada (MW)	Garantia Física Vigente (MWmed)	Ganho de Garantia Física (MWmed)	Garantia Física Nova - Total (MWmed)	Nº de Unidades de Base
UHE Mascarenhas	Doce	MG/ES	4	198,0	127,00 (Portaria MME nº 250, de 16 de maio de 2005)	11,5	138,5	4
UHE Monjolinho	Passo Fundo	RS	2	74,0	43,1 (Contrato de Concessão nº 18/2002, de 23 de abril de 2002)	0,7	43,8	2
UHE Peixe Angical	Tocantins	TO	3	498,75	271,0* (Portaria SPE/MME nº 11, de 2 de maio de 2006)	9,5	280,5*	2

* Desse montante de garantia física, 1 MW médio corresponde ao benefício indireto proporcionado pelo Reservatório da UHE Peixe Angical, e definido na Portaria SPE/MME nº 11, de 2006. Conforme Portaria MME nº 861, de 2010, os benefícios indiretos vigentes serão mantidos, não sendo objeto de revisão extraordinária de garantia física.

GARANTIA FÍSICA POR UNIDADE REPOTENCIADA - UHE MASCARENHAS

Usina	Nº de Unidades Repotenciadas	Motorização	Potência (MW)	Acréscimo de Garantia Física (MWmed)	Garantia Física Nova (MWmed)
UHE Mascarenhas	1	2 x 45 MW + 2 x 49,5 MW	189,0	7,7	134,7
	2	1 x 45 MW + 3 x 49,5 MW	193,5	1,9	136,6
	3	4 x 49,5 MW	198,0	1,9	138,5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INTERNET www.in.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 17 DE MAIO DE 2011

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto n° 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra, e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA n° 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Nona Reunião Extraordinária, realizada no dia 16 de maio de 2011 e;

Considerando a Norma de Execução/INCRA/DD/Nº 76, publicada no DOU do dia 27 de agosto de 2008.

Considerando a fundamentação legal constante no Artigo 9º da Norma de Execução supramencionada.

Considerando as análises técnicas e jurídicas constantes no processo administrativo 54340.000575/2011-61, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Permissão de Uso dos seguintes bens móveis de propriedade do INCRA/ES: 1) Secador de café, cilíndrico rotativo com cavalete, com capacidade para 15.000 litros, com transmissão acionada por redutor de velocidade, motores monofásicos (2,0 - 5,0 e 7,5 HP; 4 pólos; 220/380 v; alto rendimento) com chaves magnéticas, com ventiladores, ciclones secadores, coifa metálica para adaptação do ciclone ao secador, caixa de ar para saída do ventilador do secador e com elevador metálico tubular de 7" x 9 m ou 8" x 9,5 m - Marca Palini &Alves - Tombado pelo Permitente sob o nº 213.247, e 2) Descascador de café metálico conjugado para beneficiamento de 400@ de café com descascador, catador de pedras, separador de escolhas e de palha melosa, coluna de ventilação, elevador de circulação do descascador, com motores elétricos monofásicos (20 e 1 HP; 4 pólos; 220/380 v; alto rendimento) com elevador de carga metálico tubular 5" com canecas, com motor monofásico (1 HP; 4 pólos; 220/380v; alto rendimento) Marca Palini & Alves- Tombado pelo Permitente sob o nº: 213.259 à Associação dos Pequenos Agricultores da Região do Córrego da Estiva - APARECE, localizada no município de Nova Venécia/ES.

Art. 2º - estabelecer que os bens móveis objeto desta Permissão de Uso sejam revertidos de pleno direito, para posse, domínio e administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação adversa da permissão estabelecida.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ GERÔNIMO BRUMATTI
Coordenador do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

PORTARIA Nº 77, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 08/04/2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 132, Inciso VII, do Regimento Interno dessa Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União dos mesmo dia, mês e ano, Considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo nº 54700.001809/2003-41, resolve:

Rescindir, com supedâneo nas Leis nºs 4.504/64 e 8.629/93, o Contrato de Assentamento nº DF012100000017, firmado com o parceleiro Cleuton Louriano de Souza, do Projeto de Assentamento Elói Ferreira, situado no Município de Arinos/MG.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

PORTARIA Nº 78, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 08/04/2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 132, Inciso VII, do Regimento Interno dessa Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União dos mesmo dia, mês e ano, Considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo nº. 54700.001794/2003-11, resolve:

Rescindir, com supedâneo nas Leis nº. 4.504/64 e 8.629/93, o Contrato de Assentamento nº DF012100000033, firmado com o parceleiro Elisandro Smaniotto, do Projeto de Assentamento Elói Ferreira, situado no Município de Arinos/MG.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

PORTARIA Nº 79, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 08/04/2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 132, Inciso VII, do Regimento Interno dessa Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União dos mesmo dia, mês e ano, Considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo nº 54700.001798/2003-08, resolve:

Rescindir, com supedâneo nas Leis nºs 4.504/64 e 8.629/93, o Contrato de Assentamento nº DF012100000029, firmado com o parceleiro Gisley Antunes Soares, do Projeto de Assentamento Elói Ferreira, situado no Município de Arinos/MG.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

PORTARIA Nº 82, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 08/04/2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 132, Inciso VII, do Regimento Interno dessa Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº. 20 de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União dos mesmo dia, mês e ano, Considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo nº. 54700.001803/2003-74, resolve:

Rescindir, com supedâneo nas Leis nº. 4.504/64 e 8.629/93, o Contrato de Assentamento nº DF012100000019, firmado com o parceleiro Lindomar Eustáquio da Silva, do Projeto de Assentamento Elói Ferreira, situado no Município de Arinos/MG.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

PORTARIA Nº 83, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL O INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTOIRNO - SR(28)DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada do Diário Oficial da União nº. 66, de 08 de abril de 2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132 do regimento interno desta Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº. 20, de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União n.º 68, de 09 de abril de 2009, e considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo administrativo/INCRA/N.º 54700.000315/2011-50, resolve :

Nos termos do Art. 132 do Regimento Interno desta Autarquia e com supedâneo nas Leis 4.504/64, 8.629/93 e IN 47/08, RESCINDIR o Contrato de Assentamento DF010400000091, em nome de DANIEL MACHADO MOREIRA, CPF n° 339.208.341-00 e HOMOLOGAR dos direitos possessórios da senhora RUFINA RODRIGUES MACHADO, CPF 148.780.461-04, referente à parcela n° 29, do PA Vereda II, município de Padre Bernardo/GO.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

PORTARIA Nº 84, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 08/04/2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 132, Inciso VII, do Regimento Interno dessa Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União dos mesmo dia, mês e ano, Considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo nº. 54700.001813/2003-18, resolve:

Rescindir, com supedâneo nas Leis nºs 4.504/64 e 8.629/93, o Contrato de Assentamento nº. DF01210000005, firmado com o parceleiro Angelino Soares dos Santos, do Projeto de Assentamento Elói Ferreira, situado no Município de Arinos/MG.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

PORTARIA Nº 88, DE 6 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 08/04/2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 132, Inciso VII, do Regimento Interno dessa Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União dos mesmo dia, mês e ano, Considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo nº 54700.000222/2001-53, resolve:

Rescindir, com supedâneo nas Leis nºs 4.504/64 e 8.629/93, o Contrato de Concessão de Uso nº DF009800000184, firmado com o parceleiro Renilson Pereira Soares, do Projeto de Assentamento Vanderli Ribeiro dos Santos, situado no Município de Buritis/MG.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

PORTARIA Nº 89, DE 6 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 08/04/2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 132, Inciso VII, do Regimento Interno dessa Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União dos mesmo dia, mês e ano, Considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo nº 54700.000148/2001-75, resolve:

Rescindir, com supedâneo nas Leis nºs 4.504/64 e 8.629/93, o Contrato de Concessão de Uso nº DF00980000108, firmado com o parceleiro Antonio Felix dos Santos, do Projeto de Assentamento Vanderli Ribeiro dos Santos, situado no Município de Buritis/MG.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

PORTARIA Nº 92, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL O INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTOIRNO - SR(28)DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada do Diário Oficial da União nº. 66, de 08 de abril de 2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132 do regimento interno desta Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº. 20, de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União n.º 68, de 09 de abril de 2009, e considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo administrativo/INCRA/N.º 54700.000313/2011-61, resolve:

Nos termos do Art. 132 do Regimento Interno desta Autarquia e com supedâneo nas Leis 4.504/64, 8.629/93 e IN 47/08, RESCINDIR o Contrato de Assentamento DF009300000026, em nome de JOSÉ PEREIRA DO AMARAL FILHO, CPF n° 432.570.036-68 e HOMOLOGAR dos direitos possessórios da senhora ANA MARIA BARROS CORVELO, CPF 405.891.373-87, referente à parcela n° 11, do PA Vereda I, município de Padre Bernardo/GO.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

PORTARIA Nº 93, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28) DFE, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 200, de 07 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 08/04/2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 132, Inciso VII, do Regimento Interno dessa Autarquia, aprovado pela PORTARIA/MDA/Nº 20 de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União dos mesmo dia, mês e ano, Considerando a legislação que disciplina o programa de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo nº 54700. 001438/2007-21, resolve:

Rescindir, com supedâneo nas Leis nºs 4.504/64 e 8.629/93, e NE 70/08 e NE 90/2010, o Contrato de Concessão de Uso nº DF016100000002, firmado com a parceleiro DOMINGOS PEREIRA DOS REIS, referente o Projeto de Assentamento BOM SUCESSO II, situado no Município de Flores de Goiás/GO.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO BEZERRA DA ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

RETIFICAÇÕES

Na Retificação da Portaria Nº 20/2005, de 07 de julho de 2005, publicada no D.O.U. 205, de 25 de outubro de 2006, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE PIRANHA, Localizado no município de Manacapuru /AM, onde se lê: "... 141.400,0000 ha (cento e quarenta e um mil e quatrocentos hectares)" leia-se "138.994,1603 (cento e trinta e oito mil e novecentos e noventa e quatro hectares, dezesseis ares e três centiares)".

Na Portaria Nº 29/2004, de 21 de dezembro de 2004, publicada no D.O.U. 248, de 27 de dezembro de 2004, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE CURUPIRA , Município de Nova Olinda do Norte e Itacoatiara/AM, onde se lê: "... 169.442,4312 ha (cento e sessenta e nove mil e quatrocentos e quarenta e dois hectares, quarenta e três ares e doze centiares) " leia-se "171.664,2486 (cento e setenta e um mil e seiscentos e sessenta e quatro hectares, vinte e quatro ares e oitenta e seis centiares)".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Na Retificação da Portaria Nº 20/2005, de 07 de julho de 2005, publicada no D.O.U. 205, de 25 de outubro de 2006, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE PIRANHA, Localizado no município de Manacapuru /AM, onde se lê: "... 141.400,0000 ha (cento e quarenta e um mil e quatrocentos hectares)" leia-se "138.994,1603 (cento e trinta e oito mil e novecentos e noventa e quatro hectares, dezesseis ares e três centiares)".

Na Portaria Nº 29/2004, de 21 de dezembro de 2004, publicada no D.O.U. 248, de 27 de dezembro de 2004, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE CURUPIRA , Município de Nova Olinda do Norte e Itacoatiara/AM, onde se lê: "... 169.442,4312 ha (cento e sessenta e nove mil e quatrocentos e quarenta e dois hectares, quarenta e três ares e doze centiares) " leia-se "171.664,2486 (cento e setenta e um mil e seiscentos e sessenta e quatro hectares, vinte e quatro ares e oitenta e seis centiares)".

Na Portaria Nº 22/2004, de 28 de setembro de 2004, publicada no D.O.U. 191, de 4 de outubro de 2004, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE CASTANHO, Município do Careiro/AM, onde se lê: "... 86.726,0000 ha (oitenta e seis mil e setecentos e vinte e seis hectares)" leia-se "86.889,5792 (oitenta e seis mil e oitocentos e oitenta e nove hectares, cinqüenta e sete ares e noventa e dois centiares)".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 23, DE 2 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no estado da Bahia, nomeado pela Portaria INCRA/Nº 148/2007, publicada no D.O.U do dia 05 de julho de 2007, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo nº 22 da Estrutura Regimental, aprovado pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o artigo 132 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/N º 20 de 08 de abril de 2009, publicada no DOU de 09 de abril de 2009, resolve:

Art. 1º Na PORTARIA/INCRA/SR-05/Nº 14 de 22 de Abril de 2005, publicado no D.O.U 84 de 04 de Maio de 2005, Seção 1, pág. 60, que criou o PA Hararas e Lagoa do Tião, Código SIPRA Nº BA0516000, no primeiro parágrafo, item I, onde se lê: " aprovar a proposta de destinação ao imóvel denominado Hararas e Lagoa do Tião com área de 1290,7625 (mil, duzentos e noventa hectares, setenta e seis ares e vinte e cinco centiares)..."; leia-se: "aprovar a proposta de destinação aos imóveis denominados Hararas e Lagoa do Tião e Rancho do Bia com áreas de 1290,7625 há e 581,9571 , localizados nos municípios de Itaetê e Marcionílio Souza respectivamente ..." e no primeiro parágrafo, item I, onde se lê: " com área de 1290,7625 há ... que prevê a criação de 50 (cinqüenta) unidades agrícolas familiares...", leia-se "... com área total de 1868,1444 (mil oitocentos e sessenta e oito hectares, quatorze ares e quarenta e quatro centiares)... que prevê a criação de 68 (sessenta e oito) unidades agrícolas familiares..."; e no primeiro parágrafo, item II, onde se lê: " criar o Projeto de Assentamento Hararas e Lagoa do Tião...", leia-se"... criar o Projeto de Assentamento Florestan Fernandes.

Revogar a PORTARIA/INCRA/SR-05/Nº 87 de 27 de Dezembro de 2004, publicado no D.O.U 249 de 28 de Dezembro de 2004, Seção 1, pág. 67, que criou o PA Rancho do Bia, Código SIPRA Nº BA0463000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GUGÉ SANTOS FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº34, de 04 de dezembro de 2006, publicada no DOU n°237, de 12 de dezembro de 2006, seção I, pg. 68, que criou o PA SÃO FRANCISCO, Código SIPRA CE0341000, onde se lê: "2.821,1624ha (Dois mil, oitocentos e vinte e um hectares, dezesseis ares e vinte e quatro centiares)"; leia-se: "3.188,1986ha (Três mil, cento e oitenta e oito hectares, dezenove ares e oitenta e seis centiares)".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 7, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.13, Inciso I e VI, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009; pela Resolução nº 39, de 30 de outubro de 2007, publicada no DOU de 06 de novembro de 2007; e pela Resolução nº 25, de 04 de novembro de 2009, publicada no DOU de 04 de dezembro de 2009, ambas do Conselho Diretor desta Autarquia Federal; pela Instrução Normativa/Incra/nº 34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/nº 62, de 21 de junho de 2010; e, tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo, no bojo de ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda CÓRREGO SÃO PEDRO, localizado no Município de Teófilo Otoni /MG, com área registrada de 142,3269 hectares e levantada de 130,3052 hectares, sendo avaliada 130,3052 hectares, feita mediante concordância do Ministério Público Federal, e que se fundamentou no valor global de R$504.730,91 (quinhentos e quatro mil, setecentos e trinta reais, noventa e um centavos) sendo R$27.880,33 (vinte e sete mil, oitocentos e oitenta reais, trinta e três centavos) para pagamento das benfeitorias, em espécie, e R$476.850,58 (Quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e c inquenta reais e c inquenta e oito centavos), para indenização da terra nua; valor este em que está compreendido o montante de R$ 445.528,43 correspondente aos Títulos da Divida Agrária (TDA) originários, a serem relançados acrescido do montante fixado em acordo, no valor de R$31.322,15 em novos Títulos da Divida Agrária (TDA, nominativos ao expropriado, Moretzshon Jacinto Coelho, CPF: 598.889.036-91, na proporção de 100% com prazo de resgate de dois a cinco anos, correção monetária pela TR (Taxa Referencial) e juros de 6% ao ano, em consonância com a Medida Provisória n.º 2.183-56/2001.

Art. 2.º - Solicitar a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento que autorize a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias para o cancelamento dos 4.853 (quatro mil, oitocentos e cinqüenta e três) Títulos da Dívida Agrária (TDAs), emitidos originariamente em 01/03/2010, com a conseqüente emissão de outros nos termos contidos no artigo primeiro, qual seja: a) relançamento de 4.853 (quatro mil, oitocentos cinqüenta e três) Títulos da Dívida Agrária; b) lançamento originários de R$31.322,15 (trinta e um mil, trezentos e vinte e dois reais e quinze centavos), todos com prazo de resgate de dois a cinco anos, correção monetária pela TR (taxa referencial) e juros de 6% ao ano.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 31, DE 30 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.002256/2004-61, que trata de Contrato de Assentamento da Parcela nº 109 do Projeto de Assentamento NOVA TANGARÁ, localizado no município de UBERLÂNDIA, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG023500000183, de 23 de julho de 2004, relativo a beneficiária Eunice dos Santos Oliveira Arantes - Carteira de Identidade nº M-7.732.059 SSP/MG e CPF nº 001.071.066-39.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 32, DE 30 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.002325/2004-36, que trata de Contrato de Assentamento da Parcela nº 124 do Projeto de Assentamento NOVA TANGARÁ, localizado no município de UBERLÂNDIA, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG023500000154, de 23 de julho de 2004, relativo ao beneficiário Renato Chaves de Oliveira - Carteira de Identidade nº M-6.175.026 SSP/MG e CPF nº 788.950.496-91.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 33, DE 30 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.003589/2004-15, que trata de Contrato de Assentamento da Parcela nº 204 do Projeto de Assentamento NOVA TANGARÁ, localizado no município de UBERLÂNDIA, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG023500000108, de 23 de julho de 2004, relativo a beneficiária Sílvia Maria Rodrigues - Carteira de Identidade nº M-4.575.714 SSP/MG e CPF nº 652.090.446-53.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 34, DE 30 DE MARÇO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.002274/2004-42, que trata de Contrato de Assentamento da Parcela nº 136 do Projeto de Assentamento NOVA TANGARÁ, localizado no município de UBERLÂNDIA, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG023500000169, de 23 de julho de 2004, relativo ao beneficiário Gustavo Silveira de Souza - Carteira de Identidade nº MG-12.438.297 SSP/MG e CPF nº 066.907.306-70.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 35, DE 16 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos identificados na tabela abaixo, que trata de Contratos de Assentamento de parcelas em Projetos de Assentamento na área de abrangência desta Superintendência Regional de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR os Contratos de Assentamento abaixo identificados:

Processo nº	Parcela nº	Contrato nº	Projeto de Assentamento	Município	Nome do Beneficiário(a)	CPF	Carteira de Identidade
54170.003283/1998-23	09	MG007000000011	PA Nova Santa Inês	Santa Vitória/MG	Durcelina Barbosa de Freitas	819.044.521-91	MG-10.345.206 SSP/MG
54170.003303/1998-39	24	MG00700000003	PA Nova Santa Inês	Santa Vitória/MG	Ana Alexandre de Andrade	740.531.916-53	M-4.599.507 SSP/MG
54170.002060/2004-76	210	MG23500000099	PA Nova Tangará	Uberlândia/MG	Armando Monteiro da Silva	159.632.766-91	M-2.569.578 SSP/MG
54170.002055/2011-92	18	MG022600000022	PA Cachoeira Grande	Brasilândia de Minas/MG	Rener de Souza Silva	762.269.486-04	MG-6.482.327 SSP/MG

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar a parcela a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 36, DE 12 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos identificados na tabela abaixo, que trata de Contratos de Assentamento de parcelas em Projetos de Assentamento na área de abrangência desta Superintendência Regional de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR os Contrato de Assentamento abaixo identificados:

Processo nº	Parcela nº	Contrato nº	Projeto de Assentamento	Município	Nome do Beneficiário(a)	CPF	Carteira de Identidade
54170.005742/2009-01	158	MG031700000097	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Aparecido do Carmo de Oliveira	039.312.138-03	21.369.797-X SSP/SP
54170.005705/2006-94	74	MG031700000132	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Divino Eterno Ferreira	495.118.316-15	M-3.328.709 SSP/MG
54170.005687/2006-41	60	MG031700000158	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Maria Helena Prates Amaral	451.378.466-00	M-6.556.144 SSP/MG
54170.005725/2006-65	152	MG031700000106	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Helena Cândido da Silva Lopes	076.557.156-02	MG-14.806.598 SSP/MG
54170.005824/2006-47	51	MG031700000064	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Maria das Dores de Paiva Cunha	661.094.426-15	M-4.486.857 SSP/MG
54170.005767/2006-04	92	MG031700000034	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Rosildo Gonçalves da Silva	071.294.126-66	MG-14.322.622 SSP/MG
54170.005773/2006-53	154	MG031700000080	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Maycon Cristiano Cruz	352.473.458-86	41.551.070-3 SSP/SP
54170.005817/2006-45	113	MG031700000024	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Renato Paula de Freitas	015.007.506-54	MG-13.270.153 PC/MG
54170.005878/2006-11	94	MG031700000145	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Miguel Pereira Neto	074.192.736-50	MG-13.423.063 SSP/MG
54170.005809/2006-07	86	MG031700000071	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Marcos Ribeiro	060.889.698-57	16.180.483-4 SSP/SP
54170.005689/2006-30	123	MG031700000153	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Veralúcia Prates	522.923.471-72	M-8.200.401 SSP/MG
54170.002741/2007-87	54	MG031700000155	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Josefina Gonçalves	003.696.136-19	M-7.800.343 SSP/MG
54170.005806/2006-65	104	MG031700000060	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Maria Batista Urzedo	063.553.036-85	MG-13.644.255 SSP/MG
54170.005700/2006-61	140	MG031700000128	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Elton Carlos Rocha Silva	073.898.916-96	MG-11.667.831 SSP/MG
54170.005816/2006-09	75	MG031700000020	PA Perobas Sanharão	Campina Verde/MG	Ronilda Gonçalves da Silva	062.148.806-27	MG-13.544.229 SSP/MG

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar a parcela a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 37, DE 11 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos identificados na tabela abaixo, que trata de Contratos de Assentamento de parcelas em Projetos de Assentamento na área de abrangência desta Superintendência Regional de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR os Contrato de Assentamento abaixo identificados:

Processo nº	Parcela nº	Contrato nº	Projeto de Assentamento	Município	Nome do Beneficiário(a)	CPF	Carteira de Identidade
54170.005484/2007-35	46	MG009400000167	PA Herbert de Souza	Paracatu/MG	Mariana Luiz Xavier	435.212.076-68	M-7.763.400 SSP/MG
54170.004255/2002-99	53	MG009400000123	PA Herbert de Souza	Paracatu/MG	Olavo Luiz Brandão	006.831.946-07	MG-7.936.122 SSP/MG
54170.005483/2007-91	65	MG009400000158	PA Herbert de Souza	Paracatu/MG	Maria Benedita Ribeiro Mertig	453.385.406-06	M-8.587.132 SSP/MG
54170.002439/1998-95	79	MG009400000053	PA Herbert de Souza	Paracatu/MG	Eleo Teodoro Guimarães	389.047.056-49	M-2.964.519 SSP/MG
54170.002296/1998-30	43	MG009200000032	PA XV de Novembro	Paracatu/MG	José Antônio Vieira	939.563.126-00	MG-10.247.859 SSP/MG
54170.006173/2006-11	49	MG009200000097	PA XV de Novembro	Paracatu/MG	Lucilene Ruela	042.867.306-62	MG-11.768.041 SSP/MG
54170.005983/2006-41	38	MG015700000370	PA Jambeiro	Paracatu/MG	Paulo Rodrigues de Mesquita	755.152.966-72	3255628 PC/GO
54170.000912/2001-48	43	MG015700000246	PA Jambeiro	Paracatu/MG	Josefina Aparecida Tavares	487.557.616-15	33.164.415-0 SSP/SP
54170.000646/2001-53	58	MG015700000274	PA Jambeiro	Paracatu/MG	Maria Raquel Neiva Canedo	921.877.906-06	M-7.013.584 SSP/MG
54170.003393/1998-21	05	MG005200000011	PA Nova Lagoa Rica	Paracatu/MG	Ana Rosa Francisco Santos	747.533.636-00	M-7.172.646 SSP/MG
54170.003398/1998-45	17	MG005200000018	PA Nova Lagoa Rica	Paracatu/MG	Augusto Teixeira de Araújo	025.872.616-43	MG-10.732.040 SSP/MG
54170.005089/2005-91	66	MG010700000182	PA Buriti da Conquista	Paracatu/MG	Fátima Maria Ferreira dos Santos	470.624.366-15	819.188 SSP/MT
54170.004954/2008-24	32	MG011400000109	PA Santa Rosa	Paracatu/MG	Geraldo Luiz Pinheiro	388.519.386-87	M-1.937.800 SSP/MG
54170.006971/1999-53	29	MG011400000030	PA Santa Rosa	Paracatu/MG	José da Cruz dos Reis	462.399.956-49	M-5.870.203 SSP/MG
54170.002142/1996-14	26	MG004500000005	PA Barreirão	Lagoa Grande/MG	Antônio Luzia da Silva	037.190.316-59	MG-10.694.806 SSP/MG
54170.008862/2005-71	22	MG031800000019	PA Francisca Veras	Campo Florido/MG	Eleuziana Oliveira de Souza	004.655.361-40	MG-4.074.332 SSP/MG
54170.003221/1998-76	40	MG004800000007	PA Primeiro de Junho	Tumiritinga/MG	Geraldo Barbosa dos Santos	491.909.386-15	M-3.207.816 SSP/MG

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 38, DE 13 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos identificados na tabela abaixo, que trata de Contratos de Assentamento de parcelas em Projetos de Assentamento na área de abrangência desta Superintendência Regional de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR os Contrato de Assentamento abaixo identificados:

Processo nº	Parcela nº	Contrato nº	Projeto de Assentamento	Município	Nome do Beneficiário(a)	CPF	Carteira de Identidade
54170.007200/2009-15	36	MG027900000056	PA Nosso Orgulho	Lagoa Grande/MG	Iana de Sales Galvão	076.448.916-09	MG-17.457.950 SSP/MG
54170.008826/2005-15	46	MG027900000001	PA Nosso Orgulho	Lagoa Grande/MG	Janair Gomes de Matos	921.879.946-00	M-7.218.264 SSP/MG
54170.003015/2008-62	33	MG027900000050	PA Nosso Orgulho	Lagoa Grande/MG	Enilda Borges Gonçalves	091.153.956-50	MG-11.737.946 SSP/MG
54170.004996/2008-65	06	MG009200000113	PA XV de Novembro	Paracatu/MG	Viener Pereira Cunha	013.969.406-42	MG-17.663.692 SSP/MG
54170.004312/1998-65	04	MG009300000024	PA Tiro e Queda	Paracatu/MG	Jamiro Antônio de Oliveira	642.617.786-53	1.281.505 SSP/DF
54170.005164/2000-00	04	MG016900000002	PA Belo Vale	Paracatu/MG	José Geraldo Fernandes	027.606.546-80	M-8.870.844 SSP/MG
54170.003330/1998-10	79	MG005200000084	PA Nova Lagoa Rica	Paracatu/MG	Maria Gonçalves de Jesus	153.151.771-49	516.174 SSP/DF
54170.003355/1998-32	43	MG005200000062	PA Nova Lagoa Rica	Paracatu/MG	José Souza Matos	259.096.306-87	MG-10.061.966 SSP/MG
54170.001582/2004-51	29	MG005200000171	PA Nova Lagoa Rica	Paracatu/MG	Afonso da Silva	793.961.606-44	M-9.258.343 SSP/MG
54170.006944/1999-81	38	MG011400000056	PA Santa Rosa	Paracatu/MG	Maria Abadia Ferreira de Souza	037.644.376-69	12.002.775 SSP/SP
54170.000781/2001-07	95	MG015700000219	PA Jambeiro	Paracatu/MG	Delmina da Silva Porto	833.085.551-15	MG-9.264.519 SSP/MG
54170.004015/2004-56	110	MG015700000344	PA Jambeiro	Paracatu/MG	Lourdes Antônio da Fonseca Peres	006.104.436-90	MG-11.438.261 SSP/MG
54170.000871/2001-90	108	MG015700000338	PA Jambeiro	Paracatu/MG	Bernardina Roque Guimarães	058.027.446-26	MG-13.618.896 SSP/MG
54170.000801/2001-31	74	MG015700000049	PA Jambeiro	Paracatu/MG	Geronilda Barbosa de Araújo	728.865.286-68	M-8.475.641 SSP/MG
54170.000791/2001-34	63	MG015700000228	PA Jambeiro	Paracatu/MG	Francisco Raimundo de Lima	074.581.001-25	241.044 PC/DF
54170.002452/1998-53	64	MG009400000021	PA Herbert de Souza	Paracatu/MG	José Adão Gomes Caldas	495.142.456-87	MG-11.147.844 SSP/MG
54170.005995/2006-76	80	MG009400000152	PA Herbert de Souza	Paracatu/MG	Ana Paula Lopes Leal	065.242.686-79	MG-16.094.305 SSP/MG
54170.002302/1998-31	45	MG009200000038	PA XV de Novembro	Paracatu/MG	José Nilton Fernandes Pereira	389.036.796-87	M-7.564.762 SSP/MG

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando destinar a parcela a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, Incisos I e VI do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009; pela Resolução nº 39, de 30 de outubro de 2007, publicada no DOU de 06 de novembro de 2007; e pela Resolução nº 25, de 04 de novembro de 2009, publicada no DOU de 04 de dezembro de 2009, ambas do Conselho Diretor desta Autarquia Federal; pela Instrução Normativa/Incra/nº 34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/Incra nº 62, de 21 de junho de 2010, e, tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 28 de fevereiro de 2011,

CONSIDERANDO que a proposta de acordo entre o Incra e o proprietário do imóvel expropriado fundamentou-se na oferta da Autarquia no valor de R$504.730,91, englobando a terra nua e benfeitorias;

CONSIDERANDO que o valor das benfeitorias ficou reconhecido como sendo aquele indicado na oferta inicial da desapropriação, mais especificamente R$27.880,33, a ser pago em espécie;

CONSIDERANDO que também ficou estabelecido entre as partes que o Incra procederá ao relançamento dos TDA`s para indenização da terra nua, acrescendo-se ao valor original o percentual do campo de arbítrio de 6,62%, totalizando o valor de R$ 476.850,58 (quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e cinqüenta reais, cinqüenta e oito centavos) mantendo-se o mesmo número de TDA`s do valor originário (4.853 títulos) acrescendo-se a este número os TDA´s necessários à complementação da diferença do campo de arbítrio, também com os prazos de resgate reduzidos nos mesmos termos, de dois a cinco anos e juros de 6% ao ano, tal como autoriza a Medida Provisória n.º 2.183-56/01; e que o prazo para apresentação dos novos TDA`s esgota-se em 19/05/11.

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público Federal não esteve presente na audiência de conciliação, a homologação do acordo ficou condicionada à sua manifestação, que se deu posteriormente. O domínio do imóvel será repassado para o Incra, o que permitirá mais célere implantação do Projeto de Assentamento e destinação da área aos trabalhadores rurais;

CONSIDERANDO que não há ônus e gravames registrados na matrícula do imóvel e os valores acordados são respaldados pelos parâmetros da Planilha Referencial de Preços da microrregião em que está localizado o imóvel e dentro da alçada para acordos administrativos prevista nas Resoluções INCRA/CD/ nº 39/2007 e 25/2009;

CONSIDERANDO que os argumentos constantes dos autos justificam econômica e financeiramente a conveniência de prosseguimento da proposta de acordo, bem como por atender ele aos princípios de oportunidade e conveniência administrativa;

CONSIDERANDO, finalmente, as manifestações da Procuradoria Regional e Divisão Obtenção de Terras desta Superintendência Regional, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo, no bojo de ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda CÓRREGO SÃO PEDRO, localizado no Município de Teófilo Otoni (MG), com área registrada de 142,3269 hectares e levantada de 130,3052 hectares, sendo avaliada a área de 130,3052 hectares, acordo feito mediante concordância do Ministério Público Federal, e que se fundamentou no valor global de R$504.730,91 (quinhentos e quatro mil, setecentos trinta reais e noventa e hum centavos) sendo R$27.880,33 (vinte e sete mil, oitocentos e oitenta reais, trinta e três centavos) para pagamento das benfeitorias em espécie e R$476.850,58 (quatrocentos setenta e seis mil, oitocentos e cinqüenta reais, cinqüenta e oito centavos), para indenização da terra nua; valor este que deverá ser indenizado por Títulos da Dívida Agrária (TDA), nominativos ao expropriado, Moretzshon Jacinto Coelho, CPF: 598.889.036-91, na proporção de 100% com prazo de resgate de dois a cinco anos, correção monetária pela TR (Taxa Referencial) e juros de 6% ao ano, em consonância com a Medida Provisória nº 2.183-56/2001.

Art. 2.º - Aprovar a proposta de acordo a ser homologada em juízo, no bojo da ação de desapropriação.

Art. 3.º - Autorizar o Superintendente Regional a encaminhar solicitação à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento visando a autorizar a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias para o cancelamento dos 4.853 (quatro mil, oitocentos e cinqüenta e três) Títulos da Dívida Agrária (TDAs), emitidos originariamente em 01/03/2010, com a conseqüente emissão de outros nos termos contidos no artigo primeiro, qual seja: a) relançamento de 4.853 (quatro mil, oitocentos cinqüenta e três) Títulos da Dívida Agrária; b) lançamento originários de R$31.322,15 (trinta e um mil, trezentos e vinte e dois reais e quinze centavos), todos com prazo de resgate de dois a cinco anos, correção monetária pela TR (taxa referencial) e juros de 6% ao ano.

Art. 4.º - Autorizar o Superintendente Regional a baixar Portaria para a execução desta Resolução.

Art. 5.º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT
Coordenadora do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PORTARIA Nº 21, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08/04/2009 e publicada no DOU nº. 68, Seção 1, Página 67, de 09/04/2009.

CONSIDERANDO a visão ampliada de Reforma Agrária, inserta no II Plano Nacional de Reforma Agrária, onde há garantia dos direitos das populações tradicionais e ações voltadas às populações ribeirinhas;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Secretaria do Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento na modalidade agroextrativista;

CONSIDERANDO os termos das Portarias INCRA/P/nº 268 e 269, de 23 de outubro de 1996, referente aos procedimentos metodológicos para criação de projetos agroextrativistas;

CONSIDERANDO que a modalidade de projeto em evidência é equiparada à unidade de conservação de uso sustentável na modalidade reserva extrativista;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(01)/N.º 54100.000926/2010-86 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Utilização ou Uso do PAE Ilha Araranaí, criado por intermédio da Portaria INCRA/SR-01/Nº 97 de 24/12/2010, publicada no DOU 249, Seção 1, Pág.115, de 29/12/2010.

ELIELSON PEREIRIA DA SILVA

PORTARIA Nº 22, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08/04/2009 e publicada no DOU nº. 68, Seção 1, Página 67, de 09/04/2009.

CONSIDERANDO a visão ampliada de Reforma Agrária, inserta no II Plano Nacional de Reforma Agrária, onde há garantia dos direitos das populações tradicionais e ações voltadas às populações ribeirinhas;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Secretaria do Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento na modalidade agroextrativista;

CONSIDERANDO os termos das Portarias INCRA/P/nº 268 e 269, de 23 de outubro de 1996, referente aos procedimentos metodológicos para criação de projetos agroextrativistas;

CONSIDERANDO que a modalidade de projeto em evidência é equiparada à unidade de conservação de uso sustentável na modalidade reserva extrativista;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(01)/N.º 54100.001316/2010-08 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Utilização ou Uso do PAE Ilha Pururé, criado por intermédio da Portaria INCRA/SR-01/Nº 91 de 22/12/2010, publicada no DOU 246, Seção 1, Pág.174, de 24/12/2010.

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 24, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08/04/2009 e publicada no DOU nº. 68, Seção 1, Página 67, de 09/04/2009.

CONSIDERANDO a visão ampliada de Reforma Agrária, inserta no II Plano Nacional de Reforma Agrária, onde há garantia dos direitos das populações tradicionais e ações voltadas às populações ribeirinhas;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Secretaria do Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento na modalidade agroextrativista;

CONSIDERANDO os termos das Portarias INCRA/P/nº 268 e 269, de 23 de outubro de 1996, referente aos procedimentos metodológicos para criação de projetos agroextrativistas;

CONSIDERANDO que a modalidade de projeto em evidência é equiparada à unidade de conservação de uso sustentável na modalidade reserva extrativista;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(01)/N.º 54100.000927/2010-21 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Utilização ou Uso do PAE Ilha Mutunquara, criado por intermédio da Portaria INCRA/SR-01/Nº 96 de 24/12/2010, publicada no DOU 249, Seção 1, Pág.115, de 29/12/2010.

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 25, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08/04/2009 e publicada no DOU nº. 68, Seção 1, Página 67, de 09/04/2009.

CONSIDERANDO a visão ampliada de Reforma Agrária, inserta no II Plano Nacional de Reforma Agrária, onde há garantia dos direitos das populações tradicionais e ações voltadas às populações ribeirinhas;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Secretaria do Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento na modalidade agroextrativista;

CONSIDERANDO os termos das Portarias INCRA/P/nº 268 e 269, de 23 de outubro de 1996, referente aos procedimentos metodológicos para criação de projetos agroextrativistas;

CONSIDERANDO que a modalidade de projeto em evidência é equiparada à unidade de conservação de uso sustentável na modalidade reserva extrativista;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(01)/N.º 54100.000710/2010-11 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Utilização ou Uso do PAE Ilha Japichaua, criado por intermédio da Portaria INCRA/SR-01/Nº 92 de 22/12/2010, publicada no DOU 246, Seção 1, Pág.174, de 24/12/2010.

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 26, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08/04/2009 e publicada no DOU nº. 68, Seção 1, Página 67, de 09/04/2009.

CONSIDERANDO a visão ampliada de Reforma Agrária, inserta no II Plano Nacional de Reforma Agrária, onde há garantia dos direitos das populações tradicionais e ações voltadas às populações ribeirinhas;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Secretaria do Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento na modalidade agro-extrativista;

CONSIDERANDO os termos das Portarias INCRA/P/nº 268 e 269, de 23 de outubro de 1996, referente aos procedimentos metodológicos para criação de projetos agro-extrativistas;

CONSIDERANDO que a modalidade de projeto em evidência é equiparada à unidade de conservação de uso sustentável na modalidade reserva extrativista;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(01)/N.º 54100.001649/2005-61 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Utilização ou Uso do PAE Nossa Senhora de Nazaré, criado por intermédio da Portaria INCRA/SR-01/Nº 41, 28/11/2005, publicada no DOU de 30/11/2005.

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 27, DE 28 DE ABRIL DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08/04/2009 e publicada no DOU nº. 68, Seção 1, Página 67, de 09/04/2009.

CONSIDERANDO a visão ampliada de Reforma Agrária, inserta no II Plano Nacional de Reforma Agrária, onde há garantia dos direitos das populações tradicionais e ações voltadas às populações ribeirinhas;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Secretaria do Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento na modalidade agro-extrativista;

CONSIDERANDO os termos das Portarias INCRA/P/nº 268 e 269, de 23 de outubro de 1996, referente aos procedimentos metodológicos para criação de projetos agro-extrativistas;

CONSIDERANDO que a modalidade de projeto em evidência é equiparada à unidade de conservação de uso sustentável na modalidade reserva extrativista;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(01)/N.º 54100.001587/2006-79 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Utilização ou Uso do PAE Nossa Senhora da Paz, criado por intermédio da Portaria INCRA/SR-01/Nº 33, 15/09/2006, publicada no DOU de 20/09/2006;

ELIELSON PEREIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-24/N° 25, de 20 de novembro de 2008, publicada no D.O.U. n° 227, Seção1, página 112, de 21 de novembro de 2008, que criou o Projeto de Assentamento Federal PA MARACÁ, código SIPRA PI0802000, localizado no município de Miguel Alves, estado do Piauí, onde se lê "Art. 1° …, que prevê a criação de 20(vinte) unidades agrícolas familiares;", leia-se "Art. 1° …, que prevê a criação de 22(vinte e duas) unidades agrícolas familiares;".

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 23, DE 19 DE MAIO DE 2011

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52100.000174/2010-28 e do Parecer nº 7, de 11 de maio de 2011, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, decide:

1. Encerrar a investigação iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 37, de 24 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26 de agosto de 2010 para averiguar a existência de dumping nas exportações da República da Turquia (Turquia), da República Popular Democrática da Coréia (Coréia do Norte), de Taipé Chinês e dos Estados Unidos Mexicanos (México) para o Brasil de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo, podendo ser processados através de laminação convencional ou controlada e tratamento térmico, de espessura igual ou superior a 4,75mm, podendo variar em função da resistência, e largura igual ou superior a 600 mm, independentemente do comprimento, comumente classificados nos itens 7208.51.00 e 7208.52.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre estes, nos termos do inciso III do art. 41 do Decreto nº 1.602, de 1995, considerando que os volumes de importação dessas quatro origens foram insignificantes, conforme disposto no § 3º do art. 14 do Decreto nº 1.602, de 1995, atingindo individualmente patamar inferior a 3% do volume total das importações brasileiras do referido produto e coletivamente apenas 4,6% do volume total importado pelo Brasil,

2. Tornar público os fatos que justificam a decisão, conforme anexo a esta circular.

3. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TATIANA LACERDA PRAZERES

ANEXO

1. Do processo

Em 21 de dezembro de 2009, a empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS, doravante também denominada USIMINAS ou peticionária, protocolizou petição de abertura de investigação de dumping nas exportações da República Popular Democrática da Coréia, da República da Coréia, do Reino da Espanha, dos Estados Unidos Mexicanos, da Romênia, da Federação da Rússia, de Taipé Chinês e da República da Turquia, doravante simplesmente Coréia do Norte, Coréia do Sul, Espanha, México, Romênia, Rússia, Taipé Chinês e Turquia, para o Brasil de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo, podendo ser processados através de laminação convencional ou controlada e tratamento térmico, de espessura igual ou superior a 4,75mm, podendo variar em função da resistência, e largura igual ou superior a 600 mm, independentemente do comprimento, comumente classificados nos itens 7208.51.00 e 7208.52.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, com exceção das chapas grossas de aço carbono, com espessuras variando de 19mm a 26mm, largura de 1.353mm a 1.369mm e comprimento de 12.450mm, conforme Norma API5L - X65 - PSL2, com requisitos para atender a testes de resistência à corrosão ácida, conforme Norma NACE - TM 0284, solução de teste de nível B da Norma NACE - TM0177 e, também, com exceção das chapa s grossas de aço carbono, com espessuras de 29,25mm, largura de 1.340 mm e comprimento de 12.450mm, conforme Norma API5L - X65 - PSL2, com requisitos para atender a testes de resistência à corrosão ácida, conforme Norma NACE - TM0284 (HIC) e NACE - TM0177 (SSC), ambos os testes com solução de teste nível B da Norma NACE TM0284, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre estes.

A investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 37, de 24 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 26 de agosto de 2010.

2. Do produto

2.1. Do produto objeto da investigação, sua classificação e tratamento tarifário

O produto sob investigação são as chapas grossas, de espessura igual ou superior a 4,75 mm, podendo variar em função da resistência, e largura igual ou superior a 600 mm, independentemente do comprimento, doravante também denominadas apenas chapas grossas, exportado direta ou indiretamente da Coréia do Norte, Coréia do Sul, Espanha, México, Romênia, Rússia, Taipé Chinês e Turquia para o Brasil.

Essas chapas são produtos laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo, podendo ser processadas via laminação convencional ou controlada e tratamento térmico.

Segundo informado pelo Instituto Aço Brasil, essas chapas podem ser obtidas através do desbobinamento e desempeno (produto laminado plano em rolo colocado na forma plana) e corte de bobinas grossas em comprimentos específicos. Es se processo possui limitações de bitola, pois nem todas as espessuras podem ser bobinadas (a faixa mais comum de bobinamento de l aminados planos atinge até 12,7mm).

Esses produtos têm facilidade de conformação, seja por dobramento, por usinagem, soldagem, trefilação etc. Os aços de baixo teor de carbono são os mais utilizados sendo, usualmente, denominados aços comuns ao carbono.

Não estão incluídas no escopo da investigação as chapas grossas de aço carbono, com espessuras variando de 19 mm a 26 mm, largura de 1.353 mm a 1.369 mm e comprimento de 12.450 mm, conforme Norma API5L - X65 - PSL2, com requisitos para atender a testes de resistência a corrosão ácida, conforme Norma NACE - TM0284, solução de teste de nível B da Norma NACE - TM0177 e as chapas grossas de alto carbono, com espessuras de 29,25 mm, largura de 1.340 mm e comprimento de 12.450 mm, conforme Norma API5L - X65 - PSL2, com requisitos para atender a testes de resistência a corrosão ácida, conforme Norma NACE - TM0284 (HIC) e NACE - TM0177 (SSC), ambos os testes com solução de teste nível B da Norma NACE TM0284.

As chapas grossas são aplicadas em estruturas para diversos fins: estrutural geral, construção civil, construção naval, produção de tubos de grande diâmetro, produção de equipamentos rodoviários, agrícolas, tratores, caldeiras e vasos de pressão.

O produto objeto da investigação classifica -se comumente nos itens 7208.51.00 e 720852.00 da NCM.

A alíquota do Imposto de Importação que incide sobre os produtos classificados nos referidos itens da NCM permaneceu inalterada em 12% de 2005 a 2009. Com a publicação, no D.O.U. de 23 de outubro de 2008, da Resolução nº 62, de 22 de outubro de 2008, da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, e com base na Resolução nº 69/00, do Grupo Mercado Comum - GMC do MERCOSUL, a alíquota desse tributo foi alterada para 2%, por um período de 12 meses, por razões de desabastecimento, para uma quota de 48 mil toneladas, no caso das chapas grossas de aço carbono, classificadas no item 7208.51.00 da NCM, com espessuras variando de 19 mm a 26 mm, largura de 1.353 mm a 1.369 mm e comprimento de 12.450 mm, conforme Norma API5L - X65 - PSL2, com requisitos para atender a testes de resistência à corrosão ácida, conforme Norma NACE - TM0284, solução de teste de nível B da Norma NACE - TM0177. Essas chapas estão excluídas do escopo da investigação, pelas razões anteriormente apontadas.

Em 6 de fevereiro de 2008, com a publicação no D.O.U. da Resolução nº 8, de 29 de janeiro de 2008, da CAMEX, as chapas grossas de espessura igual ou superior a 4,75 mm mas não superior a 10,00 mm, classificadas no item 7208.52.00 da NCM, definidas como chapas grossas de aço carbono estrutural ou resistente à abrasão ou para conformação a frio, atendendo pelo menos uma das seguintes Normas Técnicas NBR 6655 ou NBR 6656 ou NBR 6656 ou USI-RW ou DIN 17100 QST 52-3, destinadas exclusivamente à fabricação de partes, peças, componentes e acessórios para máquinas rodoviárias, foram incluídas na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum - TEC, com o que a alíquota do Imposto de Importação foi reduzida para zero. Com a publicação da Resolução CAMEX nº 28, de 4 de junho de 2009, no D.O.U. de 5 de junho de 2009, o produto foi excluído daquela lista, com o que foi restabelecida a alíquota de 12%. Cabe ressaltar que este produto está incluído no escopo da investigação.

Com a publicação da Resolução nº 25 da CAMEX, de 29 de abril de 2009, no D.O.U. de 30 de abril de 2009, com base na Resolução nº 69/00, do Grupo Mercado Comum - GMC do MERCOSUL, a alíquota do Imposto de Importação foi alterada para 2%, por razões de desabastecimento, para uma quota de 30 mil toneladas, por um período de 12 meses, no caso das chapas grossas de aço carbono, classificadas no item 7208.51.00 da NCM, com espessuras de 29,5 mm, largura de 1.340 mm e comprimento de 12.450 mm, conforme Norma API5L - X65 - PSL2, com requisitos para atender a testes de resistência a corrosão ácida, conforme Norma NACE - TM 0284 (HIC) e NACE - TM0177 (SSC), ambos os testes com solução de teste nível B da Norma NACE - TM0284, as quais, conforme já mencionado, foram excluídas do escopo do pedido, pelos motivos já informados.

A Resolução CAMEX nº 52, de 28 de julho de 2010, publicada no D.O.U. em 29 de julho de 2010, estabeleceu, por razões de desabastecimento, com base na Resolução nº 69/00 do Grupo Mercado Comum - GMC, alíquota de Imposto de Importação de 2%, para uma quota de 800 toneladas, por um período de 6 meses, para chapas grossas que, incluídas no código NCM 7208.51.00, fazem parte do Ex Tarifário 003 - Chapa grossa de aço carbono A 516gr. 60 a 70 normalizadas, classe B, com os seguintes requisitos de fabricação: desgazeificação a vácuo, tratamento de globulização das inclusões, acalmada e HIC (CLRX=10% Max. e CTRX=3% máx.).

Em vista do Acordo de Preferência Tarifária Regional APTR nº 4, internalizado no Brasil por meio do Decreto nº 90.782, de 28 de dezembro de 1984, e posteriores Protocolos Modificativos, vigora atualmente, para o México, preferência tarifária de 20% nas exportações para o Brasil do produto investigado.

2.2. Do produto nacional e da similaridade

As chapas grossas produzidas pela USIMINAS são de aços de baixo carbono e baixa liga, podendo ser processadas via laminação convencional ou controlada e tratamento térmico. Essas chapas grossas são aplicadas em estruturas para diversos fins: construção civil, construção naval, produção de tubos de grande diâmetro, produção de equipamentos rodoviários, agrícolas, tratores, caldeiras e vasos de pressão.

As dimensões produzidas variam de 4,75 mm até 152,4 mm de espessura, podendo alterar em função da resistência; na largura, a variação é de 680 mm até 3.900 mm; no comprimento, podendo ser produzidas chapas de 2.400 mm até 18.000 mm.

De acordo com dados constantes do sítio eletrônico da USIMINAS, extraídos em 26 de fevereiro de 2010, as chapas grossas podem ser divididas por aplicação: soldável temperado e revenido; tubos de grande diâmetro; naval; estrutural para construção civil; estrutural; soldável resistente ao desgaste; caldeiras e vasos de pressão; e rodoviário, agrícola e tratores.

As chapas grossas importadas dos países sob investigação e aquelas fabricadas no Brasil são produzidas a partir de aços com as mesmas especificações técnicas, as quais são determinadas pelo uso final das chapas grossas, apresentando, portanto, especificações técnicas e aplicações equivalentes e características químicas e físico-químicas semelhantes.

Assim, não se observaram diferenças entre as características físico-químicas do produto fabricado no Brasil e aquelas do produto objeto do pleito que impedissem a substituição de um pelo outro. Detectou-se, além disso, que tais produtos possuem as mesmas especificações técnicas e os mesmos usos e aplicações, constatando-se que os produtos concorrem no mesmo mercado.

Além disso, em sua reposta ao questionário os produtores/exportadores não alegaram haver diferenças entre o produto vendido ao Brasil e o produzido pela indústria doméstica.

Com base nessas informações, o produto fabricado no Brasil foi considerado similar ao produto importado objeto do pleito, nos termos do § 1º do art. 5º do Decreto nº 1.602, de 1995.

3. Do volume das importações

Quando da abertura da investigação, nos termos da Circular SECEX nº 37, de 24 de agosto de 2010, o período de análise de dumping, conforme preceitua o § 1º do art. 25 do Decreto nº 1.602, de 1995, foi atualizado, passando a abranger os meses de julho de 2009 a junho 2010.

Da análise das estatísticas brasileiras de importação do produto similar, conforme Nota Técnica nº 026/2011/CGAP/DECOM/SECEX, de 2 de março de 2011, constatou-se que os volumes individuais das importações originárias da Turquia, Coréia do Norte, Taipé Chinês e México representaram 2,8%, 0,7%, 0,6% e 0,5%, respectivamente, do volume total importado pelo Brasil no período, correspondendo coletivamente a 4,6% das importações do produto.

4. Da Conclusão

O inciso III do art. 41 do Decreto nº 1.602, de 1995, determina o encerramento da investigação sem aplicação de medidas quando o volume das importações objeto de dumping for insignificante, conforme disposto no § 3º do art. 14 do referido Decreto. Por sua vez, o § 3º do art. 14 determina que para efeito de investigação, entender-se-á, normalmente, por insignificante volume de importações, provenientes de determinado país, inferior a três por cento das importações pelo Brasil de produto similar, a não ser que os países que, individualmente, respondam por menos de três por cento das importações do produto similar pelo Brasil sejam, coletivamente, responsáveis por mais de sete por cento das importações do produto.

Diante o exposto, os volumes de importação de chapas grossas originárias da Turquia, Coréia do Norte, Taipé Chinês e México foram considerados insignificantes, conforme disposto no § 3º do art. 14 do Decreto nº 1.602, de 1995, uma vez que individualmente não alcançaram 3% do volume total das importações brasileiras do produto e coletivamente não superaram 4,6% desse volume.

Em vista disso, recomenda-se o encerramento da investigação para esses países, prosseguindo para os demais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 16, DE 19 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a emissão de certificados de origem preferenciais na Exportação.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, RESOLVE:

Art. 1º O artigo 233-B, da Portaria SECEX nº 10, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 233-B. .....

I - possuir sistema informático com processamento online dos documentos que possibilite a emissão de certificados de origem preferencial conforme artigo 1º do Anexo "V";

II - obter a homologação, pelo DEINT, do sistema emissor de certificado de origem preferencial de que trata o artigo 233-D desta Portaria e o artigo 1º do Anexo "V".

§ 1º As entidades que pleiteiam a autorização para emissão de certificados de origem preferencial, bem como as que atualmente estão autorizadas, conforme relacionadas no Anexo "U", terão até o dia 1º de maio de 2011, para notificarem sobre o seu sistema informático de emissão, e até 30 de novembro de 2011, para implementá-lo.

§ 2º A notificação a que se refere o § 1º deverá ser formulada exclusivamente por associações ou entidades privadas e encaminhadas na forma prevista no art. 6º do Anexo "V".

§ 3º Após 30 de novembro de 2011, e sempre que incluídas ou excluídas entidades emissoras, será editada nova lista de entidades autorizadas a emitir certificados de origem preferencial, conforme constante do Anexo "U".

§ 4º A partir 15 de dezembro de 2011, as entidades que desejarem a autorização para emissão de certificados de origem deverão apresentar notificação do sistema de emissão ao DEINT, na forma do art. 6º do Anexo "V", assim como atender às demais exigências contidas nesta Seção e no Anexo "V"." (NR)

Art. 2º O Anexo "U" da Portaria SECEX nº 10, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO "U"

LISTA DE ENTIDADES AUTORIZADAS PELA SECEX A EMITIR CERTIFICADOS DE ORIGEM DE QUE TRATA O ART. 233-A

Entidade	N° da Entidade p/emissão do Certificado de Origem Digital (COD)
Associação Comercial de Porto Alegre (RS)	1
Associação Comercial de Santos (SP)	2
Associação Comercial do Estado do Paraná	3
Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá (PR)	4
Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande (RS)	5
Centro de Comércio do Café do Rio de Janeiro	6
Confederação das Associações Comerciais do Brasil	7
Confederação Nacional do Comércio	8
Federação da Agricultura do Estado do Pará	9
Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia	10
Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas	11
Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo	12
Federação das Associações Comerciais do Estado do Ceará	13
Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Norte	14
Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul	15
Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco	16
Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso	17
Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro	18
Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado Paraná	19
Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal	20
Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Roraima	21
Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins	22
Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe	23
Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado do Espírito Santo	24
Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado do Pará	25
Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás	26
Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais	27
Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina	28
Federação das Associações Empresariais do Maranhão	29
Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul	30
Federação das Indústrias do Distrito Federal	31
Federação das Indústrias do Estado da Bahia	32
Federação das Indústrias do Estado da Paraíba	33
Federação das Indústrias do Estado de Alagoas	34
Federação das Indústrias do Estado de Goiás	35
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	36
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco	37
Federação das Indústrias do Estado de Rondônia	38
Federação das Indústrias do Estado de Roraima	39
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina	40
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	41
Federação das Indústrias do Estado de Sergipe	42
Federação das Indústrias do Estado do Acre	43
Federação das Indústrias do Estado do Amazonas	44
Federação das Indústrias do Estado do Ceará	45
Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo	46
Federação das Indústrias do Estado do Maranhão	47
Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso	48
Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul	49
Federação das Indústrias do Estado do Pará	50
Federação das Indústrias do Estado do Paraná	51
Federação das Indústrias do Estado do Piauí	52
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro	53
Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte	54
Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul	55
Federação do Comércio Atacadista do Estado de Pernambuco	56
Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul	57
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas	58
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco	59
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amapá	60
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo	61
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais	62
Federação do Comércio do Distrito Federal	63
Federação do Comércio do Estado da Bahia	64
Federação do Comércio do Estado da Paraíba	65
Federação do Comércio do Estado de Alagoas	66
Federação do Comércio do Estado de Goiás	67
Federação do Comércio do Estado de Rondônia	68
Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina	69
Federação do Comércio do Estado de Sergipe	70
Federação do Comércio do Estado de Tocantins	71
Federação do Comércio do Estado do Acre	72
Federação do Comércio do Estado do Ceará	73
Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo	74
Federação do Comércio do Estado do Maranhão	75
Federação do Comércio do Estado do Mato Grosso	76
Federação do Comércio do Estado do Mato Grosso do Sul	77
Federação do Comércio do Estado do Pará	78
Federação do Comércio do Estado do Piauí	79
Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro	80
Federação do Comércio do Estado do Rio Grande do Norte	81
Federação do Comércio do Paraná	82

.."(NR)

Art. 3º Fica acrescido o Anexo "V" à Portaria SECEX nº 10, de 2010, com a seguinte redação:

"ANEXO "V"

SISTEMA DE EMISSÃO DO CERTIFICADO DE ORIGEM PREFERENCIAL E AUDITORIA

Art. 1º O Sistema de emissão de certificado de origem desenvolvido pelas entidades privadas deverá consistir em:

I - um banco de dados com acesso seguro via Internet;

II - entrega, pela entidade ao exportador ou representante legal, do certificado de origem em papel ou em arquivo eletrônico, conforme exigência do acordo comercial;

III - aplicação de planos de segurança de sistema que garantam funcionamento ininterrupto do serviço eletrônico, confidencialidade das informações, plano de contingência para emissão de certificados de origem no caso de interrupção do sistema; e

IV - possibilidade de auditoria do sistema emissor pelo DEINT.

Art. 2º As ações de auditoria que trata o inciso IV do Art. 1º serão realizadas utilizando-se da técnica por amostragem de dados, com informações coletadas à distância ou, em casos excepcionais, in loco.

Art. 3º A auditoria no sistema de emissão, pelo DEINT, será efetuada por meio de logon no sistema, com privilégios específicos de acesso, no endereço WEB informado pela entidade, com ênfase em:

I - recepção e aproveitamento dos dados, armazenagem dos documentos eletrônicos e das informações conforme o acordo comercial; e

II - relatórios de gestão.

§ 1º Os relatórios que subsidiam a execução do inciso I deverão ser fornecidos quando solicitados e deverão conter:

I - relação de telas, consultas e relatórios por perfil dos usuários: exportador, analista da entidade, funcionário habilitado e auditor; e

II - relação de documentos e informações recebidos, por certificado de origem emitido.

§ 2º Os relatórios referentes ao inciso II do caput poderão ser extraídos a qualquer tempo do sistema pelo DEINT.

Art. 4º Os relatórios de gestão deverão apresentar:

I - tempo médio de emissão de certificado de origem, dentro de determinado espaço de tempo;

II - custo médio de emissão de certificado de origem para o exportador, dentro de determinado espaço de tempo;

III - quantidade de empresas cadastradas;

IV - listagem dos certificados de origem emitidos, cancelados e excluídos, dentro de determinado espaço de tempo, por: número de certificado de origem; data da emissão; acordo comercial; país de destino das mercadorias; exportador solicitante; produto (nomenclatura); e data de cancelamento ou exclusão, se for o caso;

V - listagem de utilização de Certificados de Cumprimento da Política Tributária Comum (CCPTC) dos insumos em relação ao produto final; e

VI - demonstrativo por exportador e por tempo decorrido em cada etapa, da solicitação de emissão até a entrega do certificado de origem emitido ao exportador.

Art. 5º As operações de auditoria deverão permitir, também, a extração de dados correspondentes a todos os campos das Declarações do Produtor e das Faturas Comerciais utilizadas na emissão de certificados de origem.

Art. 6º As entidades que desejarem a autorização para emissão de certificados de origem deverão apresentar notificação do sistema de emissão ao DEINT por meio de documento escrito endereçado ao Diretor do Departamento de Negociações Internacionais (DEINT) da SECEX localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 8º andar, Sala 814, e de cópia digital dirigida ao endereço eletrônico deint@mdic.gov.br.

Parágrafo único. A notificação deverá conter as seguintes informações:

I - da associação ou entidade de classe:

a) nome;

b) endereço;

c) telefone e fax; e

d) pessoa para contato e endereço eletrônico.

II - do sistema de emissão de certificados de origem:

a) nome e sigla do sistema; e

b) endereço da página na internet para acesso.

III - da homologação do sistema

a) nome de usuário para logon do DEINT com perfil de funcionário habilitado da entidade, na seguinte forma: sigla "EDEINT" seguida, sem espaços, da sigla da entidade (ex.: EDEINTSIGLA);

b) nome de usuário para logon do DEINT com perfil de exportador, na seguinte forma: sigla "XDEINT" seguida, sem espaços, da sigla da entidade (ex.: XDEINTSIGLA);

c) nome de usuário para logon do DEINT com perfil de auditoria, na seguinte forma: sigla "DEINT" seguida, sem espaços, da sigla da entidade (ex.: DEINTSIGLA);

d) pessoas responsáveis pelo sistema na entidade (titular e 2º responsável), telefones e endereços eletrônicos; e

e) data sugerida para início da homologação."

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Meio Ambiente

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 1 , DE 19 DE MAIO DE 2011

Publica o Plano Anual de Aplicação Regionalizada - PAAR 2011, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

O CONSELHO DIRETOR DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 56 da Lei no 11.284, de 2 de março de 2006, bem como o art. 5º do Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010, resolve:

Art. 1º Publicar o Plano Anual de Aplicação Regionalizada - PAAR 2011, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL
Diretor-Geral

ANEXO

PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA
PAAR - 2011
Introdução

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, criado pela Lei nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto nº 7.167 de 05 de maio de 2010, constitui-se como um fundo público de natureza contábil, cuja finalidade é fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor.

O FNDF é gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro e conta com um Conselho Consultivo, com participação dos entes federativos e da sociedade civil, com a função de opinar sobre a distribuição dos seus recursos e a avaliação de sua aplicação.

O objetivo deste Plano Anual de Aplicação Regionalizada - PAAR é comunicar à sociedade as estratégias para apoio a projetos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF para o ano de 2011, apresentando suas prioridades da atuação e orientando quanto às possibilidades de acesso, bem como disponibilizando elementos para o controle social quanto a sua implementação.

Nos PAAR, conforme determina o artigo quinto do Decreto nº 7.167/2010, deve estar disponível as seguintes informações:

1. Síntese da carteira de projetos, contendo o volume de recursos já contratados e a estimativa de recursos disponíveis para aplicação no período;
2. Declaração dos temas e regiões considerados prioritários para aplicação dos recursos no período de vigência;
3. Indicação das modalidades de seleção, formas de aplicação e respectivas disponibilidades de recursos.

Cabe destacar, que o Plano Anual de Aplicação Regionalizada, busca complementar as políticas e planos governamentais correlacionadas aos temas prioritários, dentre as quais cabe citar:

a) A Lei de Gestão de Florestas Públicas, Lei nº 11.284/2006;
b) O Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF, para 2011, instituído pela Portaria do Serviço Florestal Brasileiro SFB/MMA nº 67/2010;
c) O Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, instituído pelo Decreto nº 6.874/2009 e o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar para 2011 - PAMFC;
d) A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, Lei nº 12.188/2010;
e) Os Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas nos Biomas da Amazônia, Caatinga e Cerrado:
- Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm;
- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado;
- Estratégias para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas na Caatinga;
f) O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 no Trecho Cuiabá/MT - Santarém/PA - Plano BR-163 Sustentável, instituído pelo Decreto nº 6.290/2007;
g) Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável, instituído pelo Decreto nº 5.577/2005;
h) O Programa Mais Ambiente, instituído pelo Decreto nº 7.029/2009;
i) O Programa Territórios da Cidadania, instituído pelo Decreto s/nº de 23/02/2008;
j) As estratégias da Operação Arco Verde, instituída pelo Decreto nº 7.008/2009;
k) Os resultados obtidos pelo Projeto de Manejo Florestal na Amazônia - PROMANEJO;

Projetos e Recursos
Carteira de Projetos

O FNDF promoveu, no ano de 2010, quatro Chamadas Públicas para a seleção de projetos, abrangendo os seguintes temas, objetos e biomas:

Chamada	Tema	Objeto	Bioma
Chamada 1	Fortalecimento da produção de sementes de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região Nordeste	Ofertar capacitação e assistência técnica para coletores e produtores de sementes visando ao fortalecimento da produção e da oferta de sementes para a restauração florestal da região	Mata Atlantica
Chamada 2	Fortalecimento da produção de mudas de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região Nordeste.	Ofertar capacitação e assistência técnica para produtores de mudas visando ao fortalecimento da produção e da oferta de mudas para restauração florestal da Mata Atlântica na região nordeste	Mata Atlantica
Chamada 3	Fortalecimento do manejo florestal sustentável da Caatinga junto a assentamentos no estado do Piauí.	Ofertar capacitação e assistência técnica para assentamentos da reforma agrária do estado do Piauí visando ao Manejo Florestal Sustentável da Caatinga.	Caatinga
Chamada 4	Fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar nas reservas extrativistas da região Norte do Brasil.	Ofertar capacitação e assistência técnica para comunidades extrativistas das Reservas Extrativistas federais da região Norte do Brasil visando ao incremento da produção extrativista de produtos florestais madeireiros e de produtos florestais não madeireiros.	Amazônia

Tabela 1: Chamadas de Projetos realizadas pelo FNDF em 2010.

Como resultado das chamadas foram recebidos 69 projetos, encaminhados por 23 instituições. Destes projetos, 49 foram classificados e, considerados os recursos disponíveis indicados no PAAR-2010, 18 foram selecionados para apoio e encontram-se em perspectiva de contratação, ainda para o exercício 2010.

Estimativa de recursos disponíveis

Para o exercício de 2011 foi prevista dotação específica de R$ 800 mil, junto ao Orçamento Geral da União, constante do Projeto de Lei do Orçamento Anual do Governo Federal (PLOA 2011), correspondente à parcela de 20% dos recursos originados na produção florestal e de serviços dos contratos de concessões florestais especialmente destinados ao FNDF, conforme previsto na Lei nº 11.284/2006.

Cabe destacar que, diferentemente do PAAR 2010, ainda não se dispõe da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2011, de forma que a previsão de disponibilidade de recursos considera o Projeto de LOA encaminhado pelo Executivo ao Parlamento. Eventuais acréscimos ou decréscimos a serem disponibilizados por emendas ao orçamento deverão ser considerados quando da aprovação do Orçamento Anual. Analogamente ao previsto no PAAR 2010, serão realizadas gestões junto a outras áreas do Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos do Governo Federal para ampliação do volume de recursos do FNDF.

Adicionalmente, o PAAR buscará o estabelecimento de parcerias com fundos públicos municipais e estaduais e com instituições financeiras, de forma a potencializar os recursos a serem aplicados.

Temas e regiões prioritárias
Temas prioritários

Os temas selecionados para aplicação de recursos em 2011 foram definidos dentre as prioridades constantes no §1º do Art. 41 da Lei nº 11.284/2006, considerando-se as políticas públicas e programas governamentais relacionados ao desenvolvimento sustentável do setor florestal. Do esforço de priorização, considerando-se os compromissos relacionados desenvolvimento do manejo florestal sustentável nos diversos biomas e o desenvolvimento dos processos de recuperação florestal na Mata Atlântica evidenciaram-se os seguintes temas e estratégias:

Tema prioritário	Estratégia de desenvolvimento
Manejo florestal nos biomas Caatinga e Amazônia e recuperação florestal no bioma Mata Atlântica	Capacitação de extensionistas
Uso sustentável dos recursos florestais no bioma Cerrado	Disponibilização de informações sobre boas práticas de uso e gestão dos recursos
Recursos humanos para o desenvolvimento florestal nos biomas Amazônia e na Caatinga	Oferta de bolsas de desenvolvimento científico e tecnológico

Tabela 2: Temas prioritários e estratégias de desenvolvimento

Regiões prioritárias

Buscando o melhor atendimento às prioridades, bem como sinergias com as atividades em desenvolvimento pelo Serviço Florestal Brasileiro na implementação de iniciativas de fomento ao setor florestal e outras instituições parceiras na implementação de iniciativas de fomento ao setor florestal, no período de 2011, o FNDF ampliará sua atuação nos biomas Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica, e iniciará sua atuação no bioma Cerrado.

Na Amazônia a prioridade de apoio será conferida às áreas sob influência das concessões florestais federais, buscando a consolidação atividades econômicas de base florestal, como indutoras de arranjos produtivos locais.

Esta prioridade também permite que as operações contem com um melhor suporte técnico e logístico, a serem fornecido pelas Unidades Regionais do Serviço Florestal na Amazônia e nas regiões Nordeste e Sul, facilitando os processos de seleção, contratação e acompanhamento de projetos.

Modalidades de seleção de projetos e forma de aplicação de recursos
Modalidade de seleção

O FNDF pretende realizar três Chamadas Públicas orientadas à capacitação de extensionistas ao longo de 2011. A Chamada Pública é o instrumento de seleção de projetos onde constam informações relacionadas à sua finalidade e objetivo, etapas, critérios do processo de seleção, datas e prazos, o montante de recursos disponíveis, os limites de valores para apoio aos projetos e respectivas contrapartidas (quando aplicável), as instituições elegíveis, as condições necessárias para participação na Chamada e outras informações pertinentes ao processo seletivo.

Com o lançamento das Chamadas Públicas, o FNDF promove um amplo processo de divulgação, utilizando a página WEB do Serviço Florestal Brasileiro, outros sítios na internet, divulgação junto às instituições parceiras e às redes de comunicação nas áreas socioambiental e florestal. Caso necessário, serão realizadas oficinas para apresentação das Chamadas nas áreas de sua abrangência.

Além das Chamadas Públicas, está previsto o lançamento de um concurso público para premiação de boas práticas relacionadas ao uso sustentável dos recursos florestais no bioma Cerrado. O concurso objetiva conhecer, com maior profundidade, e dar visibilidade às práticas de uso sustentável dos recursos florestais do bioma Cerrado. Com isso pretende-se contribuir para o fortalecimento da oferta de bens e serviços com diferenciais socioambientais. Serão empreendidos esforços para o estabelecimento de parcerias e busca de outros patrocinadores para a realização do concurso.

No caso do apoio aos processos produtivos para o desenvolvimento florestal na Amazônia e na Caatinga, será formalizado Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Desenvol-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vimento Científico e Tecnológico - CNPq para a concessão de bolsas para apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, considerando a alocação de recursos-humanos especializados para a melhoria dos processos produtivos das diversas cadeias de produtos florestais nas regiões de atuação prioritária do FNDF para o ano de 2011.

Eventuais aplicações decorrentes de emendas consignadas na Lei Orçamentária Anual serão objeto de tratamento específico, que considera as determinações consignadas nas respectivas emendas quanto ao objeto e instituições beneficiárias.

Formas de aplicação

Nas chamadas públicas de projetos os recursos serão destinados aos projetos de órgãos e entidades públicas ou de entidades privadas sem fins lucrativos. A aplicação dos recursos poderá ocorrer tanto pela transferência voluntária de recursos às instituições beneficiárias (convênios ou instrumentos congêneres) bem como pelo fornecimento de produtos e serviços a serem contratados diretamente pelo FNDF. O volume de recursos e o número estimado de projetos apoiados serão apresentados em detalhes em cada uma das Chamadas.

Quanto ao Concurso Público, a premiação das melhores práticas, em cada uma das categorias, poderá ser ofertada por meio da contratação direta dos projetos selecionados para o fornecimento de serviços no interesse do desenvolvimento de suas iniciativas, ou ainda, pelo recebimento de prêmio em dinheiro, em conformidade às possibilidades de premiação por parte do Serviço Florestal Brasileiro e das instituições parceiras.

Em relação às Bolsas para apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, o FNDF deverá considerar o público beneficiário tomando-se as instituições elegíveis em conformidade ao § 8º do Art. 41 da Lei nº 11.284/06, bem como conceder prioridade às entidades públicas de pesquisa. Os bolsistas selecionados devem receber recursos diretamente do CNPq, nas diversas modalidades disponibilizadas.

Divulgação de resultados

Os resultados decorrentes do desenvolvimento das atividades do FNDF, em decorrência deste PAAR, serão submetidos ao Conselho Consultivo do FNDF, bem como dada sua publicidade na página do FNDF na Internet (www.florestal.gov.br) e no Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, em conformidade ao disposto no § 6º do Art. 41 da Lei nº 11.284/2006.

Ouvidoria

Para críticas, informações e sugestões quanto ao acompanhamento dos projetos e da implementação do Plano Anual de Aplicação Regionalizada por parte do FNDF, o Serviço Florestal Brasileiro, disponibiliza sua Ouvidoria, que pode ser acessada a partir dos seguintes canais:

Sítio do Serviço Florestal Brasileiro na Internet: www.florestal.gov.br

Correio eletrônico (e-mail): ouvidoria@florestal.gov.br

Telefone: (61) 2028-7120

Correspondência: Caixa Postal 4349 - CEP 70904-970, Brasília, DF

Atendimento em Brasília: SCEN, Av. L4 Norte, Trecho 2, Lote 4, Bloco A, sala 83 (recomenda-se o agendamento da visita por telefone ou mensagem de correio eletrônico).

Contato

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF

Correio eletrônico: fndf@florestal.gov.br

Telefone: (61) 2028-7147 - Fax: (61) 2028-7269

Correspondência: Caixa Postal 4349 - CEP 70904-970, Brasília, DF

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 30, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, Substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, incisos I e II e § 1º, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de movimentação e empenho de que trata o Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CÉSAR GROSSI DE SOUZA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL	
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	45.000	0	45.000
TOTAL	45.000	0	45.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL	
	Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
54000 Ministério do Turismo	45.000	0	45.000
TOTAL	45.000	0	45.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 14, DE 18 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo artigo 2°, inciso III, da Portaria nº 200, de 29 de junho, publicada no Diário Oficial em 30 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 1.º, inciso I, do Decreto n.º 3.125, de 29 de julho de 1999, bem como no art. 18, inciso I, c art. 19, incisos IV e VI, da Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998, de acordo com os elementos que integram o Processo Administrativo n° 10480.014018/86 - 59, resolve:

Art. 1° Autorizar a cessão, sob regime de concessão de direito real de uso gratuito resolúvel - CDRU, ao município de Recife, o imóvel da União localizado Av. Militar, Quadra 25, Comunidade Nossa Senhora do Pilar, no Bairro do Recife, identificado como Polígono n.º 84/98 - B1 município de Recife/PE, com área total de 1.899,50 m², conceituado como Nacional Interior, oriundo da incorporação ao Patrimônio da União em razão da extinção da Empresa de Portos do Brasil S/A (PORTOBRAS), cujo RIP SPIUNET é 253100620.500 - 6, para fins de construção de uma praça pública e para complementação do projeto de requalificação da Comunidade Pilar, registrado no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Recife - 1.º RGI, estado de Pernambuco, sob a matricula n.º48.187, do Livro 2, ficha 001.

Art. 2° O imóvel descrito no art. 1° é de interesse social e urbanístico na medida em que se destina à execução de projeto de Requalificação Urbana, por meio da construção e implementação de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários, notadamente a criação de praça pública, resgatando o antigo acesso ao mar, beneficiando diretamente 588 famílias moradoras da comunidade e indiretamente toda a cidade do Recife.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de doze meses, a contar da data de assinatura do respectivo contrato, para que o cessionário inicie as obras e de vinte e quatro meses para a conclusão dos objetivos previstos, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

Art. 3° A concessão de direito real de uso - CDRU será por tempo indeterminado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO FERRARI LUCAS ALVES

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DE CHEFE DO GABINETE
Em 11 de maio de 2011

Registro de alteração

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego- Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº. 131/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR as seguintes impugnações: n° 46010.002058/93-42, Impugnação n° 46010.002073/93-36, e a Impugnação n° 46010.002155/93-07, nos termos do art. 10, § 2º da Portaria 186/08; e CONCEDER o registro sindical a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Afins, processo n° 46000.001587/93-39, CNPJ: 94.577.582/0001-17, para representar a categoria dos trabalhadores nas indústrias de beneficiamento de fumo, fábricas de cigarros, charutos e atividades afins com abrangência Nacional.

Representação Estatutária Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham Representação da categoria profissional dos Trabalhadores nas indústrias de beneficiamento de fumo, fábricas de cigarros, charutos e atividades afins. Entidades Fundadoras: SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo de Uberlândia - SINTRAF - MG, CNPJ: 00.077.191/0001-90; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo de Rio Negro - PR, CNPJ: 04.957.575/0001-58; SITI - FUMO/VA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo, Alimentação e Afins de Venâncio Aires, RS, CNPJ: 87.335.238/0001-56; STIF - STIF Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo Porto Alegre e Cachoeirinha RGS, CNPJ: 92.972.736/0001-40 e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do Sul e Região RS, CNPJ: 95.439.139/0001-42.

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego-Substituto, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica nº. 14/2011/DICNES/CGRS/SRT/MTE resolve retificar a publicação do DOU de 08/11/2010, Seção 1, Nº. 213, Pág.133, para que se exclua a pré-anotação realizada, devolvendo ao Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado do Rio Grande do Sul - SISEVI, Carta Sindical: L004 P045 A1941, CNPJ: 92.997.394/0001-12, a representação da categoria dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio nos municípios de Butiá, Encruzilhada do Sul, Minas do Leão, Pântano Grande, Passo do Sobrado e Rio Pardo- RS, pertencentes anteriormente à sua base territorial.

ALEX SANDRO GONÇALVES PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 70, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria nº 2, de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho-MTE, de conformidade com a documentação constante no processo nº. 46263.004015/2009 01 às fls. 01, 04, 06, 19, 25, 28, 50 a 66 HOMOLOGA o QUADRO DE CARREIRA do Corpo Docente da NOVATEC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA, mantenedora da FACULDADE DE TECNOLOGIA ANCHIETA, no município de São Bernardo do Campo - SP.,CNPJ 06.188.917/0001 48.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 71, DE 19 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Portaria nº 2, de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho-MTE, de conformidade com a documentação constante no processo nº. 46263.004016/2009 48 às fls. 01 a 103 HOMOLOGA o QUADRO DE CARREIRA para o pessoal Técnico Administrativo da NOVATEC SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA, mantenedora da FACULDADE DE TECNOLOGIA ANCHIETA, no município de São Bernardo do Campo - SP.,CNPJ 06.188.917/0001 48.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 19 de maio de 2011

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46210.006484/2010-14
Entidade	Sindicato Rural de Nova Canaã do Norte
CNPJ	08.853.575/0001-69
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Nova Canaã do Norte-MT

Categoria econômica: do empresário ou empregador rural, assim entendido aquela pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural, inclusive de agroindústria no que se refere às atividades primárias, e quem proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, nos termos da legislação vigente, explore imóvel rural que lhe absorva toda força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, na economia de mercado, na defesa do meio ambiente e nos interesses do país

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

RETIFICAÇÃO

No despacho publicado no DOU de 09 de maio de 2011, Seção 1, pág. 71, nº. 87, de interesse do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores e, Transportes Urbanos de Passageiros de Guarulhos - SINCOVERG, CNPJ: 58.479.999/0001-83, para que onde se lê: Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transportes Urbanos de Passageiros e Cargas Secas e Molhadas de Guarulhos - SINCOVERG, leia-se: Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores e, Transportes Urbanos de Passageiros de Guarulhos - SINCOVERG.

Ministério do Turismo

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

PORTARIA Nº 22, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Presidente da EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, em exercício, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria do Ministério do Turismo n° 101, de 13 de abril de 2009, pelo art. 4º da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991, e art. 14 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.916, de 29 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos orçamentários e o repasse de recursos financeiros ao Ministério das Relações Exteriores (UG: 240005), constantes do Orçamento Geral da União - OGU, aprovado pela Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, publicada no D.O.U. de 10 de fevereiro 2011, no Programa de Trabalho número 23.695.1163.8232.0001 - Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização em Outros Mercados, Natureza da Despesa 33.90.39 e Fonte 0100, com a finalidade de realizar a Promoção do Brasil na África do Sul , organizada pela EMBRATUR, em consonância com o estabelecido no Termo de Cooperação nº 06/2008.

Art. 2º Para a execução das atividades, previstas no art. 1º desta Portaria, destinar-se-ão o valor de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) para a África do Sul, a serem liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho, anexo desta Portaria.

Art. 3º O período de execução do objeto observará os prazos estabelecidos no Plano de Trabalho.

Art. 4º Caberá à EMBRATUR exercer o acompanhamento das ações previstas para a execução do Plano de Trabalho, de modo a apoiar e evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 5º O Ministério das Relações Exteriores deverá restituir à EMBRATUR, até o final do exercício de 2011, os créditos não empenhados e os saldos financeiros.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO MANZINI CAMARGO

ANEXO

PLANO DE TRABALHO
1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO			CGC 33.741.794/0001-01	
ENDEREÇO SCN Quadra 02, Bloco G			E-MAIL:	
CIDADE Brasília	UF DF	CEP 70712-907	DDD/TELEFONE 61-2023-8888	E.A.

2. DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO

TITULO DO PROJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Promoção Comercial do Brasil no mercado sul africano.	23/05/2011	30/12/2011
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO Promoção Comercial do Brasil por meio da realização e/ou realização de ações no mercado sul africano.		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO: Fortalecer e ampliar a divulgação do produto Brasil no mercado sul africano por meio da participação em ação promocional junto a segmentos de públicos imprescindíveis ao incremento do fluxo turístico daqueles mercados para o nosso País. A ação tem por finalidade integrar as atividades de competência da EMBRATUR mediante a utilização de mecanismos de promoção do produto turístico brasileiro no exterior.		

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE) E PLANO DE APLICAÇÃO (R$ 1,00)

META	DESCRIÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO		ESTIMATIVA DE CUSTO	
		UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**Participação no Roadshow South American**	Roadshow	1	Maio/2011	Dezembro/2011	78.000,00	78.000,00
TOTAL (soma dos sub-totais)							78.000,00

4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00)
CONCEDENTE

META	ABR/11	MAI/11	JUN/11	JUL/11	AGO/11	SET/11	OUT/11	NOV/11	DEZ/11
01		78.000,00							

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R$)(preenchimento de uso exclusivo da EMBRATUR)

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL GERAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
33.90.39.00	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	78.000,00		

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 94, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Ministro de Estado dos Transportes, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no artigo 6º, incisos I, II e V, no artigo 7º, alínea 'a', artigo 8º, § 2º, artigos 19, 20 e 21 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o que dispõe o artigo 2º, do Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, resolve:

Art. 1º Instituir comitê com a finalidade de propor plano detalhado para estruturação do Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes - PE/MT e gerenciar o processo de sua implantação, cujo objetivo é a melhoria da qualidade do gasto público por meio da aplicação coordenada e tempestiva dos recursos orçamentários em ações com impacto identificado.

§ 1º O trabalho a ser desenvolvido deverá atender às seguintes diretrizes:

I - Levantamento e análise de abordagens e experiências em planejamento estratégico.

II - Apresentação de sugestão circunstanciada de abordagem escolhida para estruturação do PE/MT.

III - Apresentação de cronograma com destaque para os seguintes eventos:

Conscientização coletiva sobre planejamento estratégico com definição de forma, calendário e público participante;

Estratégia para estruturação e elaboração do PE/MT;

Recursos humanos e logísticos externos e internos envolvidos em cada evento;

Estratégia para avaliação periódica do PE/MT.

IV - Organização e gerenciamento do processo de elaboração do PE/MT.

V - Apresentação de relatório conclusivo sobre o Planejamento Estratégico.

VI - Apresentação de proposta para monitoramento e avaliação permanentes da implantação do PE/MT.

§ 2º Os prazos dos eventos serão estabelecidos pelo comitê em comum acordo com os dirigentes estratégicos e deverão receber, por parte deles, tratamento prioritário quanto à adoção de providências de sua alçada, liberação de servidores requisitados para reuniões, treinamentos e eventos relacionados ao projeto.

Art. 2º O comitê, sob a coordenação do Assessor Especial de Controle Interno, será constituído de um representante titular e um substituto das seguintes unidades administrativas:

I - Gabinete do Ministro;

II - Gabinete da Secretaria Executiva;

III- Consultoria Jurídica;

IV - Secretaria de Política Nacional de Transportes;

V - Secretaria de Gestão de Programas de Transportes;

VI - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes;

VII - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;

VIII - Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

Parágrafo único. Os dirigentes de cada unidade representada terão 5 dias para indicar o titular e o seu substituto.

Art. 3º O comitê terá o prazo de 90 dias, a partir da data de sua criação, para apresentar os itens de que trata o art. 1º, parágrafo único, incisos V e VI, desta Portaria.

Art. 4º

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO NASCIMENTO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 2047, de 2/5/2011, publicada no DOU de 13/5/2011, seção 1, pág. 160, na ementa onde se lê: "Insere o parágrafo único do art. 8º, inclui o anexo ‘‘D’’, altera o inciso I do art. 2º e o anexo ‘‘B’’ da resolução nº 1274-ANTAQ...", leia-se: "Altera o inciso I do art. 2º, o art. 8º, o anexo "B" e inclui o anexo ‘‘D’’, da Resolução nº 1274-ANTAQ..."

SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 19 de maio de 2011

Processo nº. 50313.002940/2010-68
Nº 2 - O SUPERINTENDENTE DE PORTOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Agência, e considerando análise dos fatos apurados, consignada no Relatório Final, em decorrência do contido no referido Processo Administrativo Contencioso Simplificado, instaurado em 06 de dezembro de 2010, conforme Ordem de Serviço nº 000002/2010-UARPR, decide:

Por conhecer o Recurso interposto pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

APPA, para no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão proferida pelo Senhor Chefe da Unidade Administrativa Regional de Paranaguá - UARPR, consistente na aplicação de penalidade de MULTA PECUNIÁRIA, no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), por infringência ao disposto no inciso XXVI, art. 13, da Resolução 858-ANTAQ, de 23 de agosto de 2007, tipificada no inciso XII, do art. 10, da Resolução nº 858-ANTAQ

Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GIOVANNI CAVALCANTI PAIVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 3.668, DE 12 DE MAIO DE 2011

Determina o arquivamento do Processo nº 50500.017397/2008-71 em desfavor da empresa Viação Rio Negro Ltda e Expresso Guanabara S/A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 042/11, de 9 de maio de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.017397/2008-71, resolve:

Art. 1º Determinar o arquivamento do referido processo, em desfavor da Viação Rio Negro Ltda. e da Expresso Guanabara S/A, tendo em vista a inexistência de infração a caracterizar aplicação de penalidade mais grave.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 3.669, DE 12 DE MAIO DE 2011

Autoriza a Ferrovia Centro Atlântica - FCA a ampliar o desvio de cruzamento do pátio ferroviário de Carlos Euler no fluxo de calcário, entre Arcos - Barra Mansa, linha da Ferrovia Centro Leste.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 044/11, de 9 de maio de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.005741/2010-02, resolve:

Art. 1º Autorizar a Ferrovia Centro Atlântica - FCA a executar as obras de ampliação do desvio de cruzamento do pátio ferroviário de Carlos Euler no fluxo de calcário, entre Arcos - Barra Mansa, linha da Ferrovia Centro Leste.

§1º Os valores autorizados para as obras ficam limitados ao valor de R$ 2.965.460,07 (dois milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e sete centavos), cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

§2º O reconhecimento dessas obras como investimento fica condicionado à avaliação da situação dos bens arrendados pela área patrimonial da ANTT.

§3º A eficácia desta autorização fica condicionada à apresentação, pela FCA, e aprovação, pela ANTT, dos seguintes documentos:

I - licenciamento Ambiental do Empreendimento;

II - anotação de responsabilidade técnica do responsável pela execução e do responsável pela fiscalização da obra, por parte da Concessionária; e

III - documento de titularidade das novas áreas a serem adquiridas pela Concessionária para implantação do empreendimento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 3.670, DE 12 DE MAIO DE 2011

Autoriza a América Latina Logística Malha Norte S.A a implantar os Projetos de Superestrutura dos Segmentos I, II e III, bem como os Projetos de Infraestrutura dos Segmentos II e III, da Ligação Ferroviária Alto Araguaia - Rondonópolis.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e no que consta dos Processos nºs 50500.040126/2009-09, 50500.032250/2009-92, 50500.011489/2009-29 e 50500.094871/2008-89, resolve:

Art. 1º Autorizar a América Latina Logística Malha Norte S.A. a implantar os Projetos de Superestrutura do Segmento I do km 500,4 ao km 513,6, do Segmento II do km 513,6 ao km 676,1 e do Segmento III do km 676,1 ao km 751,7, bem como os Projetos de Infraestrutura dos Segmentos II e III, da Ligação Ferroviária Alto Araguaia - Rondonópolis.

§1º Os investimentos autorizados ficam limitados ao valor de R$ 565.401.407,82 (quinhentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e um mil, quatrocentos e sete reais e oitenta e dois centavos), cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

§2º A eficácia desta autorização fica condicionada à apresentação, pela Concessionária, dos seguintes documentos:

I- Licenciamento Ambiental do Segmento III;

II- Anotações de Responsabilidade Técnica Fiscalização/Supervisão por parte da Concessionária referente ao empreendimento; e

III- Anotações de Responsabilidade Técnica de Execução de Obras do Segmento III.

Art. 2º A Concessionária deverá comunicar à Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas - SUCAR, a conclusão das obras, e encaminhar o projeto "as built" para as providências que se fizerem necessárias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 97, DE 12 DE MAIO DE 2011

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 036/11, de 26 de abril de 2011 e no que consta do Processo nº 50500.077118/2009-18, delibera:

Art. 1º Autorizar a MRS Logística S.A., nos termos da Carta nº 457/PSP-MRS/2009, de 23 de dezembro de 2009, e demais dados informados, a duplicar o trecho em área operacional arrendada, na faixa de domínio ferroviária, entre Vargem Alegre - Pinheiral e Pinheiral - Rademaker, no estado do Rio de Janeiro. Os investimentos autorizados ficam limitados ao valor de R$ 32.749.628,58 (trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), cujos dispêndios deverão ser comprovados pela Concessionária em seus lançamentos contábeis destacados.

Art. 2º A Concessionária deverá comunicar à Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas - SUCAR a conclusão das obras para as providências que se fizerem necessárias.

Art. 3º A SUCAR deverá dar ciência da presente autorização ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

SESSÃO: 825 DATA:17/05/2011 HORA:13:08

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000675/2011-10
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Barra do Garça/MT
Relator : Achiles de Jesus Siquara Filho
Processo : 0.00.000.000678/2011-53
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Manaus/AM
Relator : Sandra Lia Simón
Processo : 0.00.000.000674/2011-75
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Itabuna/BA
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.000677/2011-17
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Bonito/MS
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000676/2011-64
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : São Paulo/SP
Relator : Mario Luiz Bonsaglia

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 26 DE ABRIL DE 2011

PROCESSO: EDCL no PCA Nº 0.00.000.001640/2010-17
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
EMBARGANTE: Marcelo Martins Dalpom
EMBARGADO: Ministério Público do Trabalho
EMENTA- EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO (PCA). AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. APRESENTAÇÃO DE FATO NOVO, A SER ANALISADO EM PROCEDIMENTO PRÓPRIO. NÃO CONHECIMENTO.

1. Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado.

2. A decisão embargada não sofre de quaisquer das máculas previstas no art. 128 do Regimento Interno do CNMP, pois apreciou a demanda em sua integralidade, utilizando-se de fundamentos suficientes ao deslinde da controvérsia.

3. Alegações do embargante voltadas à rediscussão do mérito da decisão ante notícia de fato novo, excedendo os estreitos limites admitidos em sede de declaratórios.

4. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

DECISÃO DE 16 DE MAIO DE 2011

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000512/2011-37
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Goiás
Em vista das disposições trazidas pela Resolução nº 13, de 2 de outubro de 2006, entendo que o controle sobre o seu cumprimento se dará na análise dos casos concretos que aportam todos os dias no Conselho Nacional do Ministério Público a serem autuados como representações por inércia ou excesso de prazo, pedidos de providências e procedimentos de controle administrativo. É justamente no exame desses fatos concretos, apresentados a este Órgão de Controle, que se verificará o efetivo cumprimento da referida Resolução.
Por tais fundamentos, com fulcro no artigo 46, inciso X, alínea "b" do Regimento Interno deste Conselho Nacional, julgo extinto o presente Procedimento de Controle Administrativo pela falta de interesse. Determino, após as providências de estilo pela Coordenadoria Processual, o seu ARQUIVAMENTO.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

DECISÕES DE 18 DE MAIO DE 2011

Procedimento de Controle Administrativo
0.00.000.002387/2010-19
RELATOR: Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
REQUERENTE: Corregedoria-Geral de Polícia Federal
REQUERIDO: Ministério Público Federal
DECISÃO
Assim, visto que a questão em discussão já foi submetida à apreciação do Poder Judiciário, mediante impetração de Mandados de Segurança, tanto por parte da Polícia Federal, quanto pelo Ministério Público Federal, mister se faz aguardar a deliberação na seara jurisdicional.
Ante o exposto, face a discussão da matéria trazida à baila no presente Pedido de Providências no âmbito do Poder Judiciário, determino, monocraticamente, o arquivamento destes autos, com fulcro no art. 46, inciso X, alínea "b" do RICNMP.

ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
Relator

Procedimento de Controle Administrativo
0.00.000.002008/2010-91
RELATOR: ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
REQUERENTE: COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO CNMP
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DECISÃO
Nesse diapasão, à vista da demonstração dos esforços empreendidos pelo Parquet mineiro, corroborado mediante a documentação juntada aos autos do presente Pedido de Providências, resta caracterizada a ausência de conduta omissiva por parte dessa Instituição Ministerial.
Ante o exposto, com base nos elementos de convicção acostados aos presentes autos, nenhuma omissão por parte do Ministério Público do Estado de Minas Gerais que pudesse ensejar a atuação deste Conselho Nacional, razão pela qual determino o arquivamento do presente Pedido de Providências, nos termos do art. 46, inciso X, alíneas "b" e "c", do RICNMP.
Comunique-se ao Ministério Público mineiro e remetam-se cópias da presente decisão aos demais membros da Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude.

ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Procedimento de Controle Administrativo
0.00.000.000343/2011-35
RELATOR: CONS. ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
REQUERENTE: SIGILOSO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DECISÃO
Considerando o julgamento proferido nos autos do Procedimento de Controle Administrativo 0.00.000.000344/2011-80, por ocasião da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, que trata de objeto idêntico ao postulado nos presentes autos, determino monocraticamente o seu arquivamento, face a manifesta perda do objeto, com respaldo no art. 46, X, b, do RICNMP .

ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO
Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 3 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.0001310/2009-98
RECLAMANTE: CEZAR BRITTO
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Decisão: (…)
Em razão do exposto, oficio pelo arquivamento da presente reclamação disciplinar, a teor do art. 74, §6º, do RICNMP, confirmando-se a decisão da Corregedoria Geral do Ministério Público Federal.

Brasília-DF, 2 de maio de 2011
SORAYA TABET SOUTO MAIOR
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 911/920, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao reclamante, aos reclamados, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 3 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

DECISÕES DE 16 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001169/2010-67
RECLAMANTE: WESLEY CLAYTON SARDINHA DA COSTA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas e ante a atuação correcional suficiente e escorreita do órgão disciplinar de origem, impõe-se o arquivamento dos autos, na forma do art. 74, §6º, do RICNMP.

Brasília, 13 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 171/121, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao reclamante, à reclamada, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001274/2009-62
RECLAMANTE: ENZO DIAS ANDRADE
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
Decisão: (…)
Assim, conclui-se não ter sido evidenciada omissão, inércia ou insuficiência da atuação do órgão disciplinar local, razão pela qual propõe-se o arquivamento da presente reclamação disciplinar, com fundamento no §6º do art. 74 do RICNMP.

Brasília, 5 de maio de 2011
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 238/240, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao reclamante, ao reclamado, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001461/2010-80
RECLAMANTE: CLEIDE GARCIA MENDONÇA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Decisão: (…)
Diante de tudo o que foi exposto, com espeque no art. 74 §6º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, considerando, ainda, o disposto pelo Enunciado n. 6/CNMP, manifesto-me pelo arquivamento da presente reclamação disciplinar, não se verificando nenhum indício de infração disciplinar ou ilícito penal.

Brasília-DF, 4 de maio de 2011
CEZAR LUIS RANGEL COUTINHO
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 493/497, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º do RICNMP.
Dê-se ciência à reclamante, aos reclamados, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002013/2010-01
RECLAMANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Decisão: (…)
Assim sendo, ante a inexistência de substrato fático apto a configurar a prática de falta funcional e, sobretudo, ante a atuação escorreita e suficiente do órgão disciplinar originário, impõe-se o arquivamento da presente Reclamação Disciplinar, nos termos do art. 74, § 6º, do RICNMP

Brasília, 13 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 351/354, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao reclamante, ao reclamado, à Corregedoria de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002035/2010-63
RECLAMANTE: JOSÉ IGNÁCIO FILHO E OUTROS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)
Desse modo, com espeque no art. 74 §6º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, observado, ainda, o teor do Enunciado nº06/CNMP, manifesto-me pelo arquivamento da Reclamação Disciplinar em tela.

Rio de Janeiro-RJ, 8 de abril de 2011
CEZAR LUIS RANGEL COUTINHO
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 288/291, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º do RICNMP.
Dê-se ciência ao reclamante, ao reclamado e ao Plenário, nos termos regimentais, bem como à Corregedoria de origem.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.002112/2010-85
RECLAMANTE: RÉGIA FERREIRA DE LIMA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas e ante a atuação correcional suficiente e escorreita do órgão disciplinar de origem, impõe-se o arquivamento dos autos, na forma do art. 74, §6º, do RICNMP.

Brasília, 13 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 191/195, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.
Dê-se ciência à reclamante, ao reclamado, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000268/2011-11
RECLAMANTE: EDSON UILLIAM ROESLER
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Decisão: (…)
Pelas razões ora declinadas, impõe-se o arquivamento liminar da presente Reclamação, com fulcro no art. 74, §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, porquanto os fatos narrados não configuram a prática de infração disciplinar ou de ilícito penal.

Brasília, 16 de maio de 2011
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar

Acolho a manifestação de fls. 43/45, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 2º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao reclamante, ao reclamado, à Corregedoria-Geral de origem e ao Plenário, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 16 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

DECISÃO DE 18 DE MAIO DE 2011

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000276/2011-59
RECLAMANTE: FERNANDO ALCÂNTARA DE FIGUEREIDO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Decisão:
Mantenho a decisão impugnada, de fl. 339, por seus próprios termos. Recebo o recurso interposto, e, na forma do artigo 118, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, os autos deverão ser encaminhados à Secretaria, para distribuição a um Relator.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 18 de maio de 2011
SANDRO JOSÉ NEIS
Corregedor Nacional

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 18, DE 18 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:
a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
b) considerando a incumbência prevista no art. 6°, VII, b, e art. 7°, inciso I, da mesma Lei Complementar;
c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
d) considerando o disposto na Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;
Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO n° 1.34.014.000291/2010-23, para apurar direito do cidadão em sindicância instaurada pelo Comando da Aeronáutica para apurar faltas disciplinares de alunos do ITA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Autue-se a presente portaria e o procedimento preparatório que a acompanha como inquérito civil.

Determino, ainda, a expedição de ofício ao Comando da Aeronáutica, solicitando informações se foram aplicadas penalidades conforme determinação e recomendação da Sindicância 01/DC-TA/2010, mediante procedimento administrativo disciplinar no qual se concedeu direito de defesa aos acusados.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão-PFDC, do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO BALDANI OQUENDO

PORTARIA Nº 226, DE 13 DE MAIO DE 2011

Autos n.º 1.34.001.008968/2010-11

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 2.º, §6.º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o §7.º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que as Peças Informativas Nº 1.34.001.008968/2010-11 tem por objeto apurar notícia de indisponibilidade de vagas de estágio em órgãos públicos, oferecidas pelo CIEE, para os alunos do ensino técnico;

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas;

Resolve, com base no artigo 6.º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar n.º 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4.º e 12, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar notícia de indisponibilidade de vagas de estágio em órgãos públicos, oferecidas pelo CIEE, para os alunos do ensino técnico;

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o n.º 1.34.001.008968/2010-11, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação dos servidores Marcos Antonio Mancuso, Técnico Administrativo, como Assessor e André Luis Toshiyuki S. de Castro, Técnico Administrativo, como Secretário, para fins de auxiliarem na instrução do presente ICP.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4.º, inciso VI e artigo 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução Nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

PORTARIA Nº 227, DE 18 DE MAIO DE 2011

PR-SP-00031318/2011. Autos n.º 1.34.001.009060/2010-24

O Ministério Público Federal, por este Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 2.º, §6.º, da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o §7.º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que as Peças Informativas n.º 1.34.001.009060/2010-24 tem por objeto apurar possível irregularidade na classificação indicativa do filme "Amor e Outras Catástrofes", veiculado pela TV por assinatura Turner Broadcasting System Latin America Inc..

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas;

Resolve, com base no artigo 6.º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar n.º 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4.º e 12, da Resolução n.º 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar possível irregularidade na classificação indicativa do filme "Amor e Outras Catástrofes", veiculado pela TV por assinatura Turner Broadcasting System Latin America Inc..

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o n.º 1.34.001.009060/2010-24, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação dos servidores Marcos Antonio Mancuso, Técnico Administrativo, como Assessor e José Rubens Plates, Analista Processual, como Secretário, para fins de auxiliarem na instrução do presente ICP.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4.º, inciso VI e artigo 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução Nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

PORTARIA Nº 228, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.009056/2010-66, a partir de representação efetuada por Edinalva de Souza Pereira (qualificada a fls. 06) com a seguinte ementa:

"DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Notícia de que a interessada foi destratada na DPU. Mau atendimento".

?referido Procedimento está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2°, §7°, da Resolução n° 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover outras medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.001.009056/2010-66, como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA

PORTARIA Nº 229, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.008306/2010-41, de ofício, com a seguinte ementa:

"CIDADANIA. PROGRAMA 0068. AÇÃO: 2060 do Relatório 01544. ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO. Ação referente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, destinada ao oferecimento de atividades socioeducativas com o fim de garantir o direito ao não trabalho às crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos e que se encontram em situação de trabalho conforme identificado pelo Cadastro Único do Governo Federal".

?referido Procedimento está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2°, §7°, da Resolução n° 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover outras medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.001.008306/2010-41, como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA

PORTARIA Nº 20, DE 10 DE MAIO DE 2011

Ref.: Procedimento Administrativo Nº 1.14.007.000201/2010-86

MÁRIO ALVES MEDEIROS, Procurador da República, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, nos termos do art. 2º, I, da Resolução Nº 23/07 do CNMP, e do art. 2, I, da Resolução Nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO:

Que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses coletivos, inclusive dos direitos dos consumidores e usuários de serviços públicos, cabendo-lhe zelar pelo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República;

O inteiro teor da representação subscrita pelos advogados Bruno Vargens Nunes e Diogo Andrade Santana, noticiando a prática de atos abusivos por parte dos servidores do INSS em Poções, consubstanciados na rejeição injustificada de documentos comprobatórios para consecução de benefícios e na indução dos cidadãos a se filiarem obrigatoriamente a sindicatos, como suposto requisito para a obtenção de benefícios previdenciários e assistenciais;

O teor do art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o fito de apurar adequadamente os fatos.

De conseguinte, deverá o Cartório:

- Registrar e autuar a presente portaria, juntamente com o procedimento administrativo Nº 1.14.007.000201/2010-86;

- Registrar que o objeto do presente inquérito civil público é a apuração da prática de atos abusivos por parte dos servidores do INSS em Poções, consubstanciados na rejeição injustificada de documentos comprobatórios para consecução de benefícios e na indução dos cidadãos a se filiarem obrigatoriamente a sindicatos, como suposto requisito para a obtenção de benefícios previdenciários e assistenciais.

Como diligência inicial, determino o sobrestamento do feito por mais 90, à espera da conclusão das investigações do Inquérito Policial Nº 2010.33.07.000449-7 (IPL Nº 335/2010).

Fica a servidora Leylane Santana do Nascimento Bahia, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução Nº 23/2007 - CNMP, nomeada para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Por fim, fica determinado que seja cientificada a Exma. PFDC, com remessa, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, de cópia da presente portaria, solicitando-se a sua publicação.

MÁRIO ALVES MEDEIROS

PORTARIA Nº 131, DE 11 DE MAIO DE 2011

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Procedimento Administrativo Nº 1.14.002.000008/2011-76

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento, consistente em colher elementos acerca das providências adotadas pelo Município de Campo Formoso para continuidade do funcionamento do Posto do INSS, que presta serviços previdenciários à comunidade, em face da notícia de rescisão do convênio PrevCidade firmado com o INSS, se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução CSMPF Nº 87, de 03 de agosto de 2006, alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução Nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução Nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.Registro e autuação da presente Portaria juntamente com os autos do procedimento administrativo Nº 1.14.002.000008/2011-76 vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

2.Comunique-se à PFDC informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

3.Expeça-se Recomendação ao Município de Campo Formoso, na pessoa da atual Prefeita, conforme minuta anexa;

4.Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 133, DE 17 DE MAIO DE 2011

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Procedimento Administrativo Nº 1.14.002.000093/2008-77

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento, consistente em acompanhar a inclusão do tema educação ambiental nas escolas de ensino fundamental, se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução CSMPF Nº 87, de 03 de agosto de 2006, alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução Nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução Nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1.Registro e autuação da presente Portaria juntamente com os autos do procedimento administrativo Nº 1.14.002.000093/2008-77 vinculado à PFDC;

2.Comunique-se à PFDC informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

3.Oficie-se ao Conselho Estadual de Educação, solicitando informações acerca da inserção do tema educação ambiental nas escolas de ensino fundamental situadas no âmbito de atuação territorial desta Procuradoria (encaminhar relação de municípios anexa), conforme determina a Resolução Nº 01/2006 do Conselho Nacional de Educação, devendo especificar as ações e práticas voltadas à implantação da educação ambiental no ensino fundamental;

4.Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 22, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.19.000.000144/2010-19 mediante a conversão de procedimento administrativo, com o fim apurar possível ausência de sinalização na BR 135, no trecho compreendido entre o estreito dos Mosquitos e o Município de Bacabeira/MA.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, a expedição de ofício ao DNIT, requisitando informações atualizadas a respeito do andamento das obras de revitalização de sinalização horizontal no trecho entre o estreito dos Mosquitos e Município de Bacabeira/MA, objeto do contrato de n°1047/2010, celebrado entre o DNIT e a Empresa SINALISA SEGURANÇA VIARIA LTDA.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SILVA SOARES

PORTARIA Nº 25, DE 28 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "c", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.19.000.000576/2010-20 mediante a conversão de procedimento administrativo, com a finalidade de apurar problemas relacionados a falta de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nas dependências do prédio do INCRA.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, as seguintes providências: a) reiteração do expediente acostado às fl. 05 dos autos; b) à Secretaria deste Ofício para desentranhar os expedientes de fls.07/09, que aparentemente não guardam relação com a matéria objeto do presente procedimento apuratório. Após, providenciar a identificação do procedimento pertinente e promover a juntada dos citados documentos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SILVA SOARES

PORTARIA Nº 27, DE 29 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "c", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.19.000.000543/2010-80 mediante a conversão de procedimento administrativo, com a finalidade de apurar possível constrangimento sofrido por adolescente com deficiência, praticado por funcionário do INSS, lotado na Agência Deodoro.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, a expedição de ofício à Gerência Executiva do INSS em São Luís/MA, requisitando informações, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da apuração dos fatos, objeto do presente procedimento, por parte da Corregedoria Regional do INSS, conforme noticiado através do Ofício INSS/GEXSLZ- 819/2010.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JURACI GUIMARÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 36, DE 30 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, "d", e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.19.000.001534/2010-14 mediante a conversão de procedimento administrativo, com a finalidade de apurar possível possíveis irregularidades no atendimento junto à agência da Previdência Social de Santa Inês/MA.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, a notificação do Presidente da Colônia de Pescadores Z108, localizada no Povoado Esperantina, município de Santa Luzia-MA, para que tome conhecimento das informações apresentadas pelo INSS (fls.07/08), cuja cópia deve seguir em anexo, concedendo o prazo de 10 (dez) dias para que se manifeste sobre o seu teor, informando se a problemática noticiada na representação restou resolvida.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOSÉ MILTON NOGUEIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 24, DE 17 DE MAIO DE 2011

"Instaurar Inquérito Civil Público destinado a apurar as condições da segurança viária da BR-364, especialmente quanto à inexistência de retorno na altura do KM 327,5 da referida rodovia federal, sentido Ji-Paraná-RO."

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e,

Considerando a competência do Ministério Público Federal na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando o teor dos autos da PEÇA DE INFORMAÇÃO n.º 1.31.001.000140/2009-92/PRM/JI-PARANÁ, a qual foi instaurado a partir de REQUERIMENTO da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE SÃO MIGUEL - ASPROMIG, versando sobre a necessidade de construção de um retorno na altura do KM 327,5 da BR 364, sentido Ji-Paraná;

Considerando o comprometimento da segurança viária dos usuários da BR-364 que necessitam utilizar o acesso ao ramal existente na altura do KM 327,5 da referida rodovia;

Considerando tratar-se a rodovia federal BR-364 de infraestrutura essencial para o desenvolvimento regional e, consequentemente, nacional (art. 3º, II , da CF).

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF).

Resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público destinado a apurar as condições da segurança viária da BR-364, especialmente quanto à eventual necessidade de implantação de um retorno na altura do Km 327,5 da referida rodovia federal, sentido Ji-Paraná-RO.

Preliminarmente,

1. Promova-se a autuação, publicações e registros necessários;

2. Oficie-se ao DNIT/Unidade de Ji-Paraná-RO, requisitando informações atualizadas acerca da situação em foco, especialmente quanto a eventuais providências adotadas com relação ao fato;

3. Dê-se ciência à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do artigo 6º da Resolução CSMPF Nº 87, de 03 de agosto de 2006.

Com a resposta, ou o decurso do prazo assinalado, voltem os autos conclusos para ulteriores deliberações.

ERCIAS RODRIGUES DE SOUSA

PORTARIA Nº 24, DE 11 DE MAIO DE 2011

Referência: Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000810/2010-15. Conversão em Inquérito Civil Público. Reclamante: Marcos José de Andrade Rocha e José Valério da Silva. Reclamado:Secretaria de Saúde do Município da São José da Laje

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a-) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República;

b-) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993;

c-) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d-) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 d setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e-) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação.

Resolve:

Converter os presentes autos sob o n.º 1.11.000.000810/2010-15 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/2010 do Conselho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Superior do Ministério Público Federal, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

a) possíveis irregularidades na prestação de serviço de saúde no Município de São José da Laje;

b) insuficiência do número de médicos e medicamentos disponíveis à população.

Determinar a publicação desta portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Alagoas, nos termos do que prevê o art. 7, IV, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Ordenar ainda que seja comunicada a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 25, DE 11 DE MAIO DE 2011

Referência: Peças de Informação Nº 1.11.000.000408/2008-16. Conversão em Inquérito Civil Público. Reclamante: Rosana de Oliveira Borner Leite. Reclamado:CEF e Construtora Contrato Engenharia

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a-) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República;

b-) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993;

c-) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d-) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 d setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e-) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação.

Resolve:

Converter os presentes autos sob o n.º 1.11.000.000408/2008-16 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

a) possíveis problemas de infra estrutura no Residencial Bariloche;

b) transbordamento de fossa com risco de contaminação aos transeuntes;

Determinar a publicação desta portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Alagoas, nos termos do que prevê o art. 7, IV, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Ordenar ainda que seja comunicada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 26, DE 11 DE MAIO DE 2011

Referência: Peças de Informação Nº 1.11.000.000624/2010-78. Conversão em Inquérito Civil Público. Reclamante: Anônimo. Reclamado:Inmetro, Denatran e outros.

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a-) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República;

b-) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993;

c-) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d-) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 d setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e-) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação.

Resolve:

Converter os presentes autos sob o n.º 1.11.000.000624/2010-78 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

a) possíveis irregularidades na fiscalização do equipamento cronotacógrafo;

Determinar a publicação desta portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Alagoas, nos termos do que prevê o art. 7, IV, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Ordenar ainda que seja comunicada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 27, DE 11 DE MAIO DE 2011

Referência: Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.001400/2010-83. Conversão em Inquérito Civil Público. Reclamante: Celsa Maria Vieira Leite de Almeida. Reclamado:Secretaria Municipal de Saúde

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a-) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República;

b-) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993;

c-) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d-) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 d setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e-) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação.

Resolve:

Converter os presentes autos sob o n.º 1.11.000.001400/2010-83 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

a) A demora na marcação do exame eletroneuromiografia pela Secretaria Municipal de Saúde.

b) O não fornecimento de fraldas geriátricas pelo SUS à mãe da representante.

Determinar a publicação desta portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Alagoas, nos termos do que prevê o art. 7, IV, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Ordenar ainda que seja comunicada a PFDC a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP n.º 23/2007 e artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 25, DE 6 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.30.005.000162/2010-93 em Inquérito Civil visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de apurar os fatos abaixo especificados:

Assunto: Representação contra a União Federal - Ministério da Saúde. Reclamação sobre possível divergência entre os calendários vacinal do Ministério da Saúde e das Sociedades Brasileira de Pediatria e de imunologia, além da indisponibilidade, em tese, de outros exames imprescindíveis à saúde de crianças cujos pais são hipossuficientes.

Possíveis responsáveis pelo fato investigado: União Federal / Ministério da Saúde

Autora da representação: Maria Aparecida Martins Magriña

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

WANDERLEY SANAN DANTAS

PORTARIA Nº 38, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo Nº 1.30.017.000054/2011-62, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa:"DIREITOS DO CIDADÃO - Direitos Sexuais e Reprodutivos. Município de Duque de Caxias. Auditoria 10574 DENASUS. Programa de Humanização do Parto e Nascimento. Ausência de monitores multiparâmetros nas UTIs neonatais. Orientação deficiente no cartão da gestante. Grande quantidade de gestantes que realizam parto sem terem passado pelos exames pré-natais. Desatualização dos dados do SISPRENATAL."

II - Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

PORTARIA Nº 272, DE 16 DE MAIO DE 2011

Interessados: . Ementa: possível ato de improbidade - descumprimento de decisão judicial que antecipou os efeitos da tutela - dispensação de medicamentos - Secretário Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, considerando que é sua função promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública na defesa dos interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 8º, § 1º, da lei Nº 7.347/85, na forma da LC Nº 75/93, da Resolução n° 23, de 17.09.2007 do CNMP e das Resoluções Nº 87 de 3.8.2006 e Nº 106 de 6.4.2010, do CSMPF, considerando os elementos de informação extraídos do processo judicial Nº 20105151041421-0, instaura INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo Secretário Secretário Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro que, intimado para dar cumprimento à decisão judicial no processo Nº 20105151041421-0, em 19.1.2011, até 13.4.2011 não havia cumprido-a e sequer prestado justificativas, em manifesto descumprimento da decisão que determinou a entrega dos medicamentos propanolol e omeprazol ao Autor da ação.

1- Providencie-se a informação acerca da distribuição de expediente para apuração dos mesmos fatos na área criminal;

2 - oficie-se ao Secretário de Saúde do Município, com cópia da presente portaria e da decisão de fls. 108/110, 114 e 125/126 do processo judicial, oportunizando-lhe o prazo de 10 (dez) dias para que preste informações sobre o descumprimento da decisão judicial.

3 - Remeta-se cópia desta Portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

4 - À Divisão de Tutela Coletiva da PRRJ para os registros necessários.

JAIME MITROPOULOS

PORTARIA Nº 29, DE 11 DE MAIO DE 2011

Representante: Francisco Ferreira de Oliveira e Lourival Antônio da Silva. Representado: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. P.A Nº 1.26.003.000039/2011-04. EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRAZO 180 DIAS VENCIDO. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. 5º CCR.

O Ministério Público Federal, pela procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, e;

Considerando a Representação formulada por Francisco Ferreira de Oliveira, o qual alega não ter recebido o seguro safra possivelmente devido;

Considerando que o Programa Garantia-Safra é uma ação do Pronaf criada para os agricultores que sofrem a de perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas;

Considerando que a Administração Pública é regida, dentre outros, pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição da República;

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público, bem como o papel de velar pela eficiência dos serviços e programas governamentais, com ênfase no combate aos atos de improbidade administrativa;

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal;

Considerando o teor da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução Nº 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010;

Considerando que o presente Procedimento Administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução Nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de maior aprofundamento das investigações, com vistas à correta adoção de providências judiciais ou extrajudiciais;

Resolve converter o presente Procedimento Administrativo Nº 1.26.003.000039/2011-04 em Inquérito Civil, determinando:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1) Registro e autuação da presente portaria juntamente com o Procedimento Administrativo supracitado, assinalando como objeto do Inquérito Civil "apurar a problemática vivida por Francinaldo Ferreira de Oliveira e Lourival Antônio da Silva, os quais tiveram o Seguro Safra bloqueados pelo TCU, tendo em vista que, em tese, apresentaram renda acima do permitido pelo programa, a partir do cruzamento feito entre os dados do DAP e RAIS (Ministério do Trabalho)";

2) Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Marcela Silvino Iglesias Melo, matrícula 21854, ocupante do cargo de Técnica Administrativa, nos termos do art. 4º, da Resolução Nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 1º Ofício da PR Polo Serra Talhada/Salgueiro;

3) Comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução Nº 87 CSMPF);

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução Nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução Nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES

PORTARIA Nº 31, DE 18 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições legais e constitucionais previstas, respectivamente, nos artigos 6º, VII, alínea "a" e "c", da Lei Complementar Nº 75/93 e 129, II, III e VI, da Constituição Federal de 1988, e:

a) Considerando que tramita nesta Procuradoria o Procedimento Administrativo n.º 1.14.000.000904/2010-74, instaurado com o seguinte objeto: "Avaliar a necessidade de investigação do protocolo Clínico do Ministério da Saúde referente à osteoporose;"

b) Considerando que o Ministério Público detém a função institucional de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de relevância pública aos direitos assegurados" na Constituição, entre os quais se inserem os serviços de saúde, "promovendo as medidas necessárias a sua garantia" (art. 129, II, c/c 197 da CF);

c) Considerando a necessidade de maior aprofundamento das investigações e tendo em vista o exaurimento do prazo de encerramento deste procedimento administrativo;

CONVERTO o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil, mantendo o mesmo objeto de investigação, e DETERMINO:

1) Encaminhe-se cópia da presente Portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em cumprimento ao art. 15, § 1º, da Resolução Nº 87 de 03 de agosto de 2006 do CSMPF.

2) Oficie-se à Sociedade Brasileira de Densitometria Clínica (SBDENS) requisitando-lhe manifestação sobre os medicamentos em questão no tratamento da osteoporose, notadamente sobre a indicação de uso como 1ª opção do Alendronato sobre o Raloxifeno. Encaminhando as fls. 04;05;14 a 17; 30/31. Prazo de 30 dias.

3) Oficie-se à DAF/SCTIE, conforme sugerido à fl. 31. Prazo: 30 dias.

Com as respostas ou o transcurso dos prazos requisitórios, voltem-me conclusos.

NARA SOARES DANTAS

PORTARIA Nº 51, DE 6 DE ABRIL DE 2011

Determina a instauração de Inquérito Civil Público no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, e fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e ainda de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve determinar a instauração de inquérito civil público, visando a regular e legal coleta de elementos de instrução, com o objetivo de averiguar a veracidade e a profundidade da situação fática adiante narrada e, caso necessário, buscar uma resolução administrativa ou adotar medidas judicias.

Na espécie, cuida-se de ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sugerindo a fiscalização do cumprimento da Lei Nº 12.244/10 pelas instituições de ensino mantidas pela União e pelas instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, integrantes do sistema federal de educação superior.

À Coordenadoria Jurídica, para efetivar registro e autuação da presente portaria e das peças de informação que a acompanham, inclusive para fins de comunicação à PFDC, lançando-se os seguintes dados no sistema:

Referência: Expediente PRM-PAF-BA-00000055/2011

Interessado: Sociedade;

Representante: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC

Assunto: Fiscalizar o cumprimento da Lei Nº 12.244/10, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas, pelas instituições de ensino do país.

Após, à Secretaria para as seguintes providências iniciais:

1. Certifique, a Secretaria, as instituições de ensino superior existentes na área de atuação da PRM Paulo Afonso, sejam públicas ou privadas;

2. Após cumprido o item 1, expeça-se ofício a cada uma daquelas instituições nos mesmos moldes do ofício expedido pela Dra. Procuradora Mariane G. De Mello Oliveira (modelo destacado com post-it).

Com a resposta, ou após o esgotamento do prazo, façam os autos conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO

PORTARIA Nº 53, DE 16 DE MAIO DE 2011

Procedimento Administrativo Nº 1.26.000.000721/2011-19

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando que os elementos dos autos são insuficientes para adoção das medidas pertinentes;

d) considerando que talvez não seja possível instruir o feito no prazo de seis meses;

e) considerando o teor da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Determino a conversão das presentes Peças de informação em INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto: "apurar os fatos narrados no Ofício Nº 063/2011/GAB/LM - CNMP, o qual solicita, em decorrência do pedido de providências Nº 0.00.000.002285/2010-01, que seja firmado convênio com o CREA-PE, a fim de tornar adaptáveis as agências lotéricas e agências dos correios do Estado de Pernambuco, de modo que seja garantido aos portadores de necessidades especiais um acesso livre, conforme preceitua o art. 2º, V, "a", da Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989".

Autuem-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Determino, ainda, que seja encaminhado ofício ao Conselheiro Nacional do Ministério Pública, a fim de oferecer resposta às solicitações realizadas através do Ofício Nº 132/2011/GAB/LM - CNMP.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos na Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO

PORTARIA Nº 78, DE 2 DE MAIO DE 2011

Procedimento Administrativo Nº 1.29.002.000121/2011-29. Interessados: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RS, Gasparin Advocacia, Soldera Advocacia, Claus Kny. Assunto: DIREITOS DO CIDADÃO - Apurar a regularidade da atuação dos escritórios Gasparin Advocacia e Soldera Advocacia, no que diz respeito a eventuais obtenção e uso irregular de dados sigilosos de segurados do INSS.

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar Nº 75/93, e

Considerando representação apresentada a esta Procuradoria da República por Claus Kny;

Considerando a notícia de que os escritórios Gasparin Advocacia e Soldera Advocacia estariam supostamente obtendo informações sigilosas de segurados do INSS, e fazendo uso dessas no intuito de angariar clientes para ajuizamento de ações previdenciárias;

Considerando que tal situação, se confirmada, não apenas infringe disposições do Código de Ética da Advocacia, sujeitando as partes envolvidas às sanções disciplinares devidas, mas também fere o direito ao sigilo dos dados dos segurados da Autarquia Previdenciária;

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, "a" e "D" e o art. 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção dos direitos constitucionais bem como dos interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos e instaurar inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais;

Resolve:

Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, nos termos da Resolução Nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Secretaria, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

- Oficiar aos escritórios Gasparin Advocacia e Soldera Advocacia, encaminhando cópia da representação, para que se manifestem sobre o teor dessa;

- Contatar o representante, Claus Kny, para que informe endereço e telefone dos segurados Maria Vilasboa Polito e Jucemar Lima de Campos, tendo em vista a necessidade de corroboração das informações prestadas na representação;

- Comunicar à PFDC a instauração deste Procedimento Administrativo, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Após cumpridas as determinações, e recebidas as informações pertinentes, venha o procedimento concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 93, DE 18 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pela probidade administrativa;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em tela foi instaurado com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no cumprimento do Estatuto do Idoso pelas empresas de transporte coletivo interestadual, especificamente, no tocante ao passe-livre e a aquisição de bilhetes com desconto de 50% (cinquenta por cento), bem como quanto ao transporte dos portadores de deficiência;

CONSIDERANDO o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000010/2011-35 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

a) Reitere-se o ofício de fl. 24; fazendo constar as advertências de praxe.

b) Dê-se ciência da instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 193, DE 9 DE MAIO DE 2011

(ETIQUETA Nº 7868/2011)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando o que preceitua o art. 230 da Carta Magna Federal;

c) considerando as incumbências previstas no art. 5º, III, e, no art. 6º, VII, a, c e d, e art. 7º, inciso I da Lei Complementar Nº 75/93;

d) considerando o que estabelece a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003;

e) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

f) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

g) considerando a necessidade de apurar as irregularidades nos descontos dos benefícios do INSS de idosos e pessoas de baixa condição social, devido a fraude ou a indução ao empréstimo consignado por parte de advogados e/ou instituições financeiras;

h) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Converte o procedimento administrativo autuado sob o Nº 1.24.000.001727/2010-05 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP Nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

DESCRIÇÃO DOS FATOS INVESTIGADOS: investigação da existência de fraude ou indução a empréstimo consignado a titulares de benefícios do INSS, mormente idosos e pessoas de baixa condição social, por parte de advogados e/ou instituições financeiras.

POSSÍVEL RESPONSÁVEL PELOS FATOS INVESTIGADOS: Advogados e Instituições Financeiras na Paraíba.

AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Juíza Federal da 7ª Vara Federal da Paraíba.

Determina que seja expedido ofício ao Juizado Especial da 7ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba, solicitando que sejam complementadas as informações prestadas por meio do Ofício Nº 57/2010-GJF-7V.

Ordena, ainda, que seja comunicada a PFDC a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo.

DUCIRAN VAN MARSEN FARENA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 199, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício de suas funções constitucionais e legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, III, da Constituição da República e no art. 6º, VII, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93, atendendo as determinações constantes na Resolução CSMPF n.º 87, de 03 de agosto de 2006, bem como na Resolução CNMP Nº 23, de 17 de setembro de 2007;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Publico da União promover o inquérito civil e a ação civil publica para a proteção do patrimônio publico e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, bem como outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 6º, inciso VII, alíneas "b" e "d", da Lei Complementar N 75/1993 e art. 8°, § 1°, da Lei N 7.347/1985);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público, na sua condição de instituição permanente, essencial e autônoma, compete, dentre outras atribuições específicas, atuar jurídica e concretamente em prol dos interesses sociais e mesmo dos individuais, desde que indisponíveis;

CONSIDERANDO as recentes publicações na imprensa local acerca da situação de abandono em que se encontram as rodovias no estado do Ceará, podendo-se destacar, da matéria, o seguinte: "Desde o final do ano passado têm sido recorrente as reclamações contra o estado de conservação das estradas federais que cortam o Ceará. Um pequeno recuo no tempo, porém, é suficiente para verificar que o histórico anterior é bem semelhante à situação dramática em que elas se encontram hoje";

CONSIDERANDO que referidos noticiários jornalísticos têm, na verdade, divulgado fatos públicos e notórios que são as péssimas condições das rodovias no Ceará, sobretudo a BR 222 que se transformou numa via de altíssima periculosidade, agravada ainda mais em períodos chuvosos, representando evidentes e iminentes riscos à vida e à saúde de todos quantos por ali trafegam;

CONSIDERANDO que o abandono em que se encontra a malha viária do Estado do Ceará a transformou em instrumento de extrema insegurança àqueles que se aventuram nas estradas, expondo às pessoas a severos riscos de lesão e morte, além de causar prejuízos inúmeros à coletividade, quer de ordem psicológica pela tensão diante do perigo, quer de natureza econômica pelo estrago produzido nos veículos e pela demora em chegar ao destino pretendido, assim como, às vezes, até mesmo cerceando ou limitando o livre direito de ir e vir, na medida em que impossibilita o trânsito regular e seguro;

CONSIDERANDO que é dever do Estado assegurar o direito do cidadão dispor de estradas em condições de tráfego seguro e rápido que lhe possibilite a locomoção de forma eficiente e sem riscos além do estritamente insuperável em situações que tais;

CONSIDERANDO que dados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apontam um investimento de 513,6 milhões de reais no Estado do ceará, no período compreendido entre 2007 a 2010;

Resolve:

INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para acompanhar as ações do governo para recuperação e medidas de segurança nas estradas do Ceará, determinando a adoção, inicialmente, das seguintes providências:

1 - Registre-se a presente Portaria,

2 - Autue-se e distribua-se conforme as normas vigentes;

3 - Proceda-se à imediata comunicação à PFDC acerca da instauração do presente ICP, observado o prazo de 10 (dez) dias, em observância ao artigo 6º da Resolução Nº 87/2006, anexando cópia desta Portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do artigo 16 da citada Resolução.

Cumpra-se,

NILCE CUNHA RODRIGUES

PORTARIA Nº 301, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20/05/1993 e na Resolução Nº 87, de 03/08/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, provendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 129, II, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, a quem compete garantir, por meio de políticas sociais, a redução do risco de doenças e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme artigo 196 da Constituição da República;

Considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.000.001132/2009-45, instaurado com o escopo de apurar as condições dos serviços de saúde de atenção básica prestados pelo Município de Tracuateua, investigando, especialmente, se o referido município vem atendendo aos requisitos dispostos na Lei Nº 8.142/19901, indispensáveis para o recebimento de verbas federais, quais sejam: i. existência e funcionamento de seu Conselho Municipal de Saúde; ii. existência do Fundo Municipal de Saúde; iii. existência de seu Plano Municipal de Saúde; e iv. elaboração de relatórios anuais de saúde;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03/08/2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos constantes do referido procedimento administrativo, pelo que:

Determino:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que esta já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF;

3- Reitere-se oficio de fls.56.

ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA

PORTARIA Nº 860, DE 19 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20/05/1993 e na Resolução Nº 87, de 03/08/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, provendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 129, II, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, a quem compete garantir, por meio de políticas sociais, a redução do risco de doenças e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme artigo 196 da Constituição da República;

Considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.000.003200/2008-20, instaurado com o escopo de apurar as condições dos serviços de saúde de atenção básica prestados pelo Município de Acará, investigando, especialmente, se o referido município vem atendendo aos requisitos dispostos na Lei Nº 8.142/1990, indispensáveis para o recebimento de verbas federais, quais sejam: i. existência e funcionamento de seu Conselho Municipal de Saúde; ii. existência do Fundo Municipal de Saúde; iii. existência de seu Plano Municipal de Saúde; e iv. elaboração de relatórios anuais de saúde;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03/08/2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos constantes do referido procedimento administrativo, pelo que:

Determino:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que esta já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF;

3 - Após, promova-se a adoção da medida:

a) Expeça-se ofício à Prefeitura de Acará, requisitando seja informado, no prazo de 10 (dez) dias, quais providências foram adotadas com vistas a sanar as irregularidades identificadas no relatório da Auditoria Nº 10085 (fls. 269B/366), realizada pelo Departamento de Auditoria do SUS, notadamente as descritas nas seguintes constatações: 105224, 104444, 102708, 102718, 102719, 102721, 102722, 103793, 103123, 103122, 105483, 102703, 102706, 102703, 102707, 101619, 104308, 104406, 104436 e 104744. Na oportunidade, deverá ser informado que cópia do sobredito relatório será encaminhada ao MPE em Acará, para adoção de providências;

b) Expeça-se ofício ao MPE em Acará, com base nos argumentos expostos no despacho de fls. 109/110, encaminhando cópia do relatório da Auditoria Nº 10085 (fls. 269B/366), para a adoção das providências que entender cabíveis. Em anexo, encaminhe-se cópia da presente portaria, bem como do despacho de fls. 109/110, a fim de demonstrar os limites da atuação do parquet federal.

ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA

PORTARIA Nº 313, DE 12 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, III da Constituição Federal, bem como nos artigos 6º, XX, da Lei Complementar Nº 75/1993, e;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover inquérito civil público, ação civil pública e outras medidas necessárias à proteção de direitos difusos e coletivos indisponíveis no âmbito da Justiça Federal, segundo artigo 37, da LC n.º 75/1993;

CONSIDERANDO o teor da denúncia de fls.04/05, encaminhada pelo Memorando Nº 754/2011 - GAB.VF/PRDF/MPF, que informa a existência de manifestações de cunho homofóbico encontradas no sítio http://www.orkut.com.br/main#community?cmm=113272005, contidas em comunidade hospedada no site do Orkut;

CONSIDERANDO que o supramencionado site (Orkut), a exemplo de outros meios de comunicação, deve possibilitar a maior aproximação das pessoas, motivando-as a estabelecer relacionamentos construtivos; contudo, apesar dessa função social, vem sendo, cada vez mais, utilizado para a prática de crimes;

CONSIDERANDO que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, IV, da CF/88);

Resolve:

INSTAURAR inquérito civil, com fulcro na Resolução CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, para desabilitar a comunidade hospedada no site do Orkut que promove e divulga conteúdos homofóbicos.

(http://www.orkut.com.br/main#community?cmm=113272005)

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADO: Ministério Público Federal;

II - REQUERIDO: Google Brasil Internet Ltda.

III - ASSUNTO: Direito fundamental. Dignidade da pessoa humana. Homofobia. Incitação à violência contra homossexuais. Comunidade do Orkut. Desabilitação.

(http://www.orkut.com.br/main#community?cmm=113272005

DETERMINA:

I - a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP Nº 23, de 17 de setembro de 2007);

II - o encaminhamento dos autos ao Cartório Cível para retificação dos elementos de capa;

III - a expedição de recomendação à empresa Google Brasil Internet Ltda., para que desabilite, imediatamente, a comunidade do "Orkut".

ANA PAULA MANTOVANI SIQUEIRA

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 16 DE MAIO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto

1.18.000.006893/2011-78 1.11.001.000071/2010-43

Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

1.16.000.001705/2011-90 1.11.000.000106/2011-35

1.25.016.000243/2011-13

Francisco Xavier Pinheiro Filho

1.11.000.000789/2010-40

Total de procedimentos distribuídos: 006

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Coordenador da Câmara

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 17 DE MAIO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto

1.18.000.000728/2011-11

Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

1.20.000.000682/2009-59 1.20.000.001946/2010-25

Francisco Xavier Pinheiro Filho

1.18.000.007759/2011-94 1.34.001.000689/2005-41

Total de procedimentos distribuídos: 005

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Coordenador da Câmara

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 18 DE MAIO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto

1.33.001.000085/2011-81 1.23.001.000143/2009-06

Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

1.33.001.000118/2011-92

Francisco Xavier Pinheiro Filho

1.16.000.001419/2011-24

Total de procedimentos distribuídos: 004

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Coordenador da Câmara

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 3, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar a possível comercialidação irregular de carnes, fatos estes que estariam acontecendo em propriedades do interior do Município de Cruzeiro do Sul/RS, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.29.014.000125/2010-97) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proceda-se ao registro e à autuação da presente, comunique-se à 3º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, §2º, II, da Resolução Nº 23/07/CNMP.

A secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

NILO MARCELO DE ALMEIDA CAMARGO
Procurador da República

PORTARIA Nº 98, DE 31 DE JANEIRO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Procedimento Administrativo Nº 1.21.000.000278/2005-14. Classificação Temática: 3ª CCR - Ordem Econômica e Consumidor. Assunto: Investigar possível lesão aos moradores do Conjunto Habitacional Dona Dedé, relacionada à supervalorização e precariedade na construção dos imóveis residenciais edificados com verbas do programa Habitar Brasil/BID.

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129, III, da CF) e legais (art. 8o, § Io, da Lei n.° 7.347/85 e artigos 6o, incisos VII, "c", XIII e XIV, "b", e 7o, I, da Lei Complementar n.° 75/93» dentre outros), e, ainda:

Considerando as evidências colacionadas nos autos do procedimento administrativo n° 1.21.000.000278/2005-14, autuado nesta Procuradoria da República a partir de reportagem veiculada pelo Jornal Correio do Estado (fls. 05/06), noticiando a indignação dos moradores do conjunto residencial Dona Dedé com relação à supervalorização das unidades habitacionais pela Empresa Municipal de Habitação - EMHA, da precariedade das construções e da infraestrutura local;

Considerando que o referido conjunto habitacional foi construído com verbas do programa HABITAR BRASIL/BID, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Ministério das Cidades;

Considerando que as irregularidades noticiadas podem, em tese, configurar possíveis violações de direitos relacionados à moradia e aí disposições da legislação consumerista, passíveis de serem tuteladas perante a Justiça Federal;

Considerando a necessidade de realizar novas diligências para melhor esclarecimento dos fatos apurados no bojo do procedimento retrocitado, em especial a análise da documentação acostada ao expediente de fls. 74/75, autuada em apenso;

Considerando que os fatos em apuração podem configurar ofensa, por parte da EMHA, a direitos ou interesses coletivos e/ou individuais homogêneos do consumidor, cuja cessação, se não for por meio de composição (Compromisso de Ajustamento de Conduta), dar-se-á através da promoção de ação(ões) de competência da Justiça Federal (art. 109,1, da CF);

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos, dentre os quais, os do consumidor (art. 129, III, CF), bem como a promoção de ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços (art. 6o, inciso XIII, LC n° 75/93);

Considerando que ainda não há elementos suficientes para a adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais eventualmente cabíveis no caso em apreço, sendo necessárias novas diligências;

Considerando, por fim, o término do prazo a que alude o art. 2°, § 6o, da Resolução CNMP n.° 23/2007;

Resolve, nos termos do art. i°, caput, art. 2°, § 70 e do art. 4°, I a VI, todos da Resolução CNMP n.° 23/2007, converter o presente procedimento administrativo em inquérito civil, destinado a investigar possível lesão aos moradores do Conjunto Habitacional Dona Dedé, relacionada à supervalorização e precariedade na construção dos imóveis residenciais edificados com verbas do programa Habitar Brasil/BI D.

Ao Núcleo de Tutela Coletiva para que proceda aos registros pertinentes, bem como à fixação da presente portaria no local de costume, nos termos do art. 40, VI, da Resolução CNMP n.° 23/2007, certificando-se posteriormente nos autos.

Após, encaminhem-se os autos ao corpo técnico deste gabinete para que seja enviada cópia da presente portaria à 3a Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência e publicação na Imprensa Oficial.

EMERSON KALIF SIQUEIRA

PORTARIA Nº 740, DE 15 DE MARÇO DE 2011

Ref. Procedimento Administrativo Nº 1.23.000.00132/2009-28

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando os formatos de propaganda da empresa Reader's Digest - Seleções, que encaminham para os correios eletrônicos e residências das pessoas mensagens e correspondências sem autorização das pessoas;

Considerando que a forma pela qual a propaganda se dirige ao consumidor pode-se inferir que, em tese, esta é realizada da forma vedada pela legislação consumerista, considerada como propaganda enganosa, conforme art. 37, §1º, do Código de Defesa do Consumidor, já que induz o consumidor que ele teria ganho, quando na verdade trata-se de propaganda de assinatura de revista;

Considerando que, no tocante às irregularidades constatadas, após diligências iniciais, ainda resta pendente manifestação da Reader's Digest - Seleções acerca das informações fornecidas pela Caixa Econômica Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto apurar a legalidade dos formatos de propaganda da empresa Reader's Digest - Seleções.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

PORTARIA Nº 675, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

Considerando o recebimento do Ofício Nº 915/SFI/URF-DF, que encaminhou o processo administrativo Nº 48600.003284/2009, instaurado em face de Posto São José de Ribamar Ltda, por comercializar álcool etílico hidratado abaixo das especificações legais;

Considerando que a fiscalização desses produtos é de atribuição da Agência Nacional do Petróleo-ANP;

Considerando que no intuito de apurar tais notícias, determinou-se a expedição de ofício à Agência Nacional do Petróleo-ANP, solicitando que informasse se o recurso administrativo já fora julgado, e em caso negativo, a data provável de julgamento, com o envio das decisões administrativas, bem como informe quais os problemas mecânicos que o combustível fora das especificações pode causar aos consumidores;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO-ICP, tendo como objeto a apuração de possíveis irregularidades na comercialização de álcool etílico hidratado abaixo das especificações legais, com possíveis danos aos consumidores, fatos esses atribuídos, em princípio, ao representante legal do Posto São José de Ribamar.

Determina-se inicialmente:

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.

3 - Proceda-se à publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, da Portaria de instauração do Inquérito Civil (art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

4 - Determina-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) tendo em vista o informado à fl. 121, oficie-se ao Setor de Análise Técnica da Agência Nacional do Petróleo/DF, setor responsável pela análise e julgamento do processos, solicitando informações sobre o julgamento do processo em referência.

b) após, conclusos.

BRUNO ARAÚJO SOARES VALENTE

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 30, DE 6 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e, ainda que não de forma exclusiva, da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar Nº 75/93 e artigo 8º, §1º da Lei 7.347/85);

Considerando os termos da Resolução Nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõe o artigo 4º do referido ato;

Considerando a falta de manutenção de mastro da bandeira nacional sobre o Santuário de Nossa Senhora do Monte Serrat (Santos), que abriga a imagem dessa santa, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN);

Determino a instauração de INQUÉRITO CIVIL para a devida apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes documentos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Unidade, para publicação;

c) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à 4ª CCR/MPF;

d) desentranhamento da promoção de declínio de atribuições, por mim revogada, de fl 07 e ss;

e) expedição de ofício à Prefeitura de Santos, recomendando a retirada do mastro daquele local, diante do precário estado de conservação, do risco de queda sobre o Santuário de Nossa Senhora do Monte Serrat e da dissonância estética do mastro em relação ao local.

f) juntar fotos da diligências ao local;

g)encaminhar ao processual para redistribuição, considerando alteração das atribuições desta banca

Fica designado para funcionar como Secretário neste feito José Cláudio Figueiredo Félix, Técnico Administrativo, sem prejuízo da atuação de outro servidor em substituição.

ANTÔNIO MORIMOTO JÚNIOR

PORTARIA Nº 32, DE 15 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

1. Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

2. Considerando a incumbência prevista no art. 6º, inc. VII, b, e art. 7º, inc. I, da Lei Complementar Nº 75/1993;

3. Considerando que o procedimento de Nº 1.23.001.000302/2010-06 foi instaurado com o objetivo de acompanhar as audiências públicas do Projeto S11D, da VALE, de extração de ferro, no município de Curionópolis, bem como verificar eventuais irregularidades do EIA/RIMA;

4. Considerando que há estudos do ICM-Bio apontando que há seis questões de extrema relevância e que não estão contempladas no estudo;

5. Considerando que há um grupo com participação de servidor desta Procuradoria constituído para analisar os impactos do empreendimento e verificar se estão abarcados no EIA/RIMA;

6. Considerando que a última resposta do IBAMA, em março do corrente ano, apontava que as questões apontadas pelo ICM-Bio estavam sendo analisadas pela autarquia a fim de verificar a necessidade de complementar o EIA/RIMA;

7. Considerando que o minério é bem da União, bem como que eventual licença sem contemplar condicionantes e mitigadoras para todos os impactos do empreendimento resultará em prejuízo ao meio ambiente, além de danos sociais que caracterizariam direito transindividual, sendo a defesa destes bens jurídicos atribuição deste Órgão Ministerial;

8. Considerando o vencimento do prazo do art. 4º, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o quanto estabelecido no §4º do mesmo artigo;

9. Considerando a necessidade de novas diligências para conclusão dos fatos investigados;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir dos documentos que compõem o Procedimento Administrativo Nº 1.23.001.000302/2010-06, a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e os procedimentos administrativos que a acompanham como inquérito civil.

Determino, ainda, que:

a) seja oficiado o IBAMA a fim de que encaminhem cópia (física ou digital) do EIA/RIMA apresentado pela VALE para construção do projeto da ferrovia denominada Ramal Serra Sul Canaã dos Carajás, presente no processo IBAMA 02001.006877/2004-61, solicitando que informe-nos da data das audiências públicas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) seja oficiado ao IBAMA a fim de que preste informações atualizadas sobre a análise do EIA/RIMA do projeto S11D da VALE, solicitando que informem se houve solicitação de complementação de estudos, bem como apontando quais as alterações já realizadas no projeto e/ou no estudo para abarcar as questões suscitadas pelo ICMBio, bem como outras irregularidades eventualmente já contatadas pelo IBAMA;

c) sejam juntados aos autos as notas técnicas promovidas realizadas pelo perito antropólogo desta Procuradoria que compõe o grupo social de acompanhamento do licenciamento do projeto S11D.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANDRÉ CASAGRANDE RAUPP

PORTARIA Nº 32, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar Nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto apurar a exploração da atividade de carcinicultura sem licença do órgão ambiental competente na Lagoa de Guaraíras, Município de Arez/RN, bem como o desmate de 0,34 ha de mangue e ocupação de 0,29 ha de área de preservação permanente da Lagoa Guaraíras, por parte de Antônio Clécio da Cunha (CPF Nº 852.787.934-49 e RG Nº 001.337.874 SSP/RN)(Auto de Infração IBAMA Nº 066385);

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve CONVERTER o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.000759/2010-36 em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) aguarde-se a resposta à requisição n. 208/2011; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

PORTARIA Nº 33, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar Nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto apurar a falta de licenciamento ambiental por parte do Empreendimento Salina Pato Branco, de propriedade do Sr. Assuero Agostinho Barbalho, no município de Guamaré/RN (Auto de Infração IDEMA Nº 96/2007 e Notificação IDEMA Nº 209/2007);

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve CONVERTER o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.001655/2010-49 em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) aguarde-se a resposta às requisições ns. 32/2011 e 190/2011; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

PORTARIA Nº 34, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 e da Resolução n. 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações introduzidas pela Resolução n. 106, de 06 de abril de 2010, e:

CONSIDERANDO que se inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público da União a defesa do meio ambiente (art. 5º, inc. III, alínea "d", da Lei Complementar Nº 75/93), sendo que compete ao Parquet Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do referido bem jurídico (art. 6º, inc. VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93);

CONSIDERANDO a existência do presente procedimento, que tem por objeto apurar a utilização de espécies da fauna nativa, em desacordo com a licença outorgada pela autoridade competente, por parte de Cleber Barreto da Costa (CPF Nº 242.804.024-34)(Auto de Infração IBAMA Nº 598068-D);

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução n. 106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

CONSIDERANDO que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

CONSIDERANDO que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de prosseguir na instrução do feito;

Resolve CONVERTER o Procedimento Administrativo n. 1.28.000.000058/2010-05 em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reautuação; 2ª) reitere-se a Requisição de fl. 37; 3ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Após os registros de praxe, publique-se no portal eletrônico da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FÁBIO NESI VENZON

PORTARIA Nº 57, DE 26 DE ABRIL DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. Nº 1.14.006.000027/2007-86

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo (Nº 1.14.006.000027/2007-86), que trata da prisão de caçadores apanhados no interior da estação Ecológica Raso da Catarina caçando animais silvestre com arma de fogo, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Dessa forma, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, as seguintes providências:

1. Oficie-se ao IBAMA, para que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as medidas de controle atualmente vem sendo adotadas em relação à atividade de caça de animais silvestres no interior da Estação Ecológica Raso da Catarina, especificando, dentre outros dados, os respectivos pontos de fiscalização, horário de funcionamento, bem como o número de pessoas designadas para a atividade.

Com a resposta, ou esgotado prazo razoável sem ela, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 65, DE 26 DE ABRIL DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PRM Paulo Afonso-BA. Feito Adm. Nº 1.14.006.000059/2007-81

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata de apurar os fatos relativos à poluição e degradação que vem sofrendo o Rio São Francisco nos municípios que relaciona, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina-se, também, as seguintes providências:

1. Oficie-se ao IBAMA, requisitando informações, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca da fiscalização e preservação do Rio São Francisco na região de Abaré, Chorrochó, Glória e Rodelas, destacando quais as causas mais poluentes, bem como o que vem sendo feito para reduzi-las.

Com as respostas, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 91, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar ocorrência de supressão de matas ciliares dos rios sucumpemba e açu, em face de desmatamento de plantações de dendê. Município: Cachoeira/BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) reitere-se o ofício constante à fl. 29 dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 98, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em adotar medidas judiciais e extrajudiciais à procura de livro histórico (que trata da ocupação holandesa no Brasil) que desapareceu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Município: Salvador/BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) reitere-se o ofício constante à fl. 51 dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 100, DE 16 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais irregularidades em prejuízo do patrimônio cultural (danos e desabamento de imóvel tombado). Município: Cachoeira/BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) reitere-se o ofício de fl. 62 dos autos, solicitando informações.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 105, DE 3 DE MAIO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar cumprimento das disposições contidas no Decreto Nº 5.940/2006 que trata de recomendações endereçadas aos órgãos e entidades públicas federais para adoção da coleta seletiva de resíduos sólidos. Autos n.º 1.14.004.000097/2008-35.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, do meio ambiente conforme os artigos 129, inciso III, art. 225, ambos da Constituição Federal, artigo 1º, inciso I da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "d" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 16/06/2008, nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 4º Câmara de Coordenação e Revisão, ex offício, tendo em vista as solicitações contidas no Ofício-Circular n.º 02/2008-4ªCCR quanto à implementação da coleta seletiva solidária no âmbito do Ministério Público Federal, nos termos do Decreto 5.940/2006;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 4º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 141, DE 13 DE MAIO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público. Procedimento Administrativo: 1.21.001.000060/2008-01. Assunto: Averiguar a implantação do Programa de Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE no Estado de Mato Grosso do Sul.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução Nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução Nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo Nº em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Quarta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 317, DE 12 DE ABRIL DE 2011

Procedimento Administrativo Nº 1.33.000.005112/2003-10. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar Nº 75/93, e na Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução Nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar Nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO que a atual Constituição, em seu artigo 225, dispõe que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

CONSIDERANDO que a Lei Nº 6.938/81estabelece, no seu art. 2º, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; (...)";

CONSIDERANDO a existência de Procedimento Administrativo Nº 1.33.000.005112/2003-10 versando sobre construção do loteamento Villas de Jurerê no entorno da ESEC Carijós, bem como o decurso do tempo desde sua autuação no âmbito do Ofício do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO deste Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: Meio Ambiente. Loteamento Villas de Jurerê. Construção no Entorno da ESEC Carijós. Jurerê/ Fpolis/SC. ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para análise.

WALMOR ALVES MOREIRA

PORTARIA Nº 356, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e a FAMEP (Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 465, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Goianésia do Pará/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 475, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Peixe-Boi/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 476, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e FAEPA perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Marabá/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 477, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Mãe do Rio/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 478, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Rurópolis/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 479, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500.00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Igarapé-Açu/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 480, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Bom Jesus do Tocantins/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 482, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA, a Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará - FAMEP e o Município de Jacundá/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 483, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA, a Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará - FAMEP e o Município de Tailândia/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 486, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Placas/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 502, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Rio Maria/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 503, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Tucumã/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 504, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Eldorado dos Carajás/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 505, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de Novo Progresso/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 506, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução Nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que o Ministério Público deve promover a proteção dos direitos difusos, dentre os quais está incluído o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o art. 2º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Considerando que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a competência material para a proteção ambiental é comum a todos os entes da federação (art. 23, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que a proteção do meio ambiente é princípio que deve nortear todas as relações sociais, inclusive as econômicas, e, em especial, as voltadas à exploração de recursos naturais (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

Considerando que o inciso IV do art. 3º da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) define como poluidor toda "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental";

Considerando que o art. 2º da Lei nº. 9.605/98, prevendo ampla cadeia de responsabilidades, estabelece que "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la";

Considerando que o art. 54 do Decreto nº. 6.514/08 caracteriza como infração ambiental "Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo", prevendo aplicação de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade, a partir da divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou local embargado e do respectivo titular de que trata o § 1o do art. 18 e estará limitada à área onde efetivamente ocorreu o ilícito";

Considerando que, com base no disposto nos dispositivos normativos supramencionados, verifica-se que todos os agentes da cadeia produtiva são responsáveis pelos danos ambientais gerados com seu consentimento;

Considerando que, com base no disposto no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do usuário-pagador/poluidor-pagador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátrias, estipula que aquele que utilizar-se de matéria prima natural deve internalizar os prejuízos e socializar os lucros, de forma a não prejudicar a sociedade pela exploração econômica por si depreendida;

Considerando que, com base no disposto nos arts. 225, da Constituição da República Federativa do Brasil, e 14, § 1º, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o princípio da responsabilidade objetiva pelo dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa, em virtude do dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente.

Considerando que, com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90), em seus arts. 4º, III, e 6º, II, a informação é tanto um princípio das relações de consumo quanto um direito do consumidor, devendo ser adotadas todas as medidas necessárias à identificação da proveniência, qualidade e legalidade de qualquer produto fornecido ao consumo;

Considerando a necessidade técnica de maiores estudos por cada município a fim de se garantir que o licenciamento ambiental seja realizado respeitando-se os corredores ecológicos existentes;

Considerando os convênios fomentados pela Faepa de apoio à realização do Cadastro Ambiental no Estado do Pará;

Considerando que os prazos para o requerimento de licenciamento ambiental estabelecidos nos acordos firmados com o Governo, com a indústria e com os produtores era de 12(doze) meses e se encerra na data de 30/11/2010.

Considerando os compromissos firmados pelas diversas indústrias do Estado do Pará, Governo do Estado e Faepa perante o MPF com o fim de solucionar os problemas e garantir a concretização dos objetivos indicados nas considerações iniciais em relação aos seus fornecedores do Estado do Pará, bem como promover a melhoria da qualidade sócio-ambiental da atividade produtiva dos municípios paraenses;

Considerando que, para a comprovação de atendimento dos compromissos avençados, as cláusulas dos novos acordos exigem a apresentação de diversos relatórios, demonstrativos, dentre outros documentos, por parte dessas Prefeituras, os quais necessitam ser instruídos de maneira detida e separada dos demais documentos que compõem o ICP 573/2008-49;

Considerando que é necessário fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes das cláusulas do novo Termo de Ajuste de Conduta formalizado com o Estado do Pará, a Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/PA e o Município de SÃO FÉLIX DO XINGU/PA;

Considerando que será determinada como providência inicial a remessa de expediente visando fiscalizar o efetivo cumprimento do TAC ora firmado;

Considerando que a CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL do mencionado TAC prevê sanções ao seu signatário, em caso de descumprimento do compromisso assumido, inclusive com a ausência de prorrogação dos prazos para licenciamento ambiental anteriormente estabelecidos;

Considerando que o instrumento avençado têm a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos art. 5º e 6º, da Lei Nº 7.347/85 e art. 585, VII, do Código de Processo Civil pátrio;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 593ª REUNIÃO

Aos 4 dias do mês de abril de 2011, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, reuniram-se os membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em sessão ordinária presidida pela Dra. Denise Vinci Tulio, membro titular, com a presença da Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes, membro suplente. Ausente justificadamente o Dr. Rodrigo Janot. A Presidente iniciou a sessão às 10:00 horas e trouxe a julgamento os procedimentos de sua relatoria. Em seguida foram votados os procedimentos da relatoria da Dra. Denise Vinci Tulio e da Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes.

Comunicados

1. Assunto : Declínios de atribuições trazidos em mesa independentemente de inclusão em pauta pela Relatora, Dra. Denise Vinci Tulio, nos termos de Enunciado Nº 12/5ª CCR.
Ref: PA's nºs 1.16.000.004212/2009-97, 1.34.012.000003/2011-31, 1.36.000.001025/2010-11 e 1.26.000.000462/2011-26.
Deliberação : Deliberou a Câmara pela homologação dos declínios.

2. Assunto : Ofício Nº 641/2011-FGA - Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual
Ref: Protocolo PRM-ILH-GA-00001377/2011 - supostas irregularidades na atuação do Conselho Municipal do FUNDEB e nos reajustes nos salários dos servidores públicos municipais.
Procurador oficiante: Flávia Galvão Arruti
Deliberação : Deliberou a Câmara pela homologação do declínio.

3. Assunto : PA Nº 1.15.000.001354/2007-78 - Supostas irregularidades ocorridas em licitações e contratos envolvendo a aplicação de recursos do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ.

Deliberação da 5ª CCR na 551ª Reunião, de 14 de junho de 2010,

pelo retorno dos autos à PR-CE com distribuição aleatória para averiguar a regularidade do contrato firmado entre a Eletrobrás e a CHESF e seus aditamentos.

Após cumprir as diligências determinadas pela 5ª CCR, o Dr. Oscar Costa Filho, a quem estavam distribuídos os autos, assim despachou:

"Trata-se de Procedimento Administrativo remetido à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão para fins de arquivamento. A câmara, por sua vez, não homologou o arquivamento, entendendo prematuro arquivar os autos, antes de averiguar a regularidade do
contrato firmado entre a Eletrobrás e a CESF, e seus aditamentos.

Assim sendo, considerando que a 5ª CCR ordenou o retorno dos autos à origem para a adoção da diligência apontada, o presente procedimento deve ser encaminhado ao gabinete de origem para o
cumprimento da decisão."
Recebidos os autos pelo Procurador da República Marcelo Mesquita Monte, requereu este último à 5ª Câmara a solução do aparente conflito.

Despacho da Dra. Denise Vinci Tulio, membro titular, nesta data:
A Câmara, quando votou pelo retorno, determinou a distribuição aleatória (fls. 110v). Cumprida a decisão o feito foi redistribuído ao Dr. Oscar.

O Dr. Oscar inclusive já oficiou nos autos requisitando informações. Portanto, são suas as atribuições para prosseguir nas diligências que porventura entender cabíveis.
Em tempo, quando a Câmara determina o retorno à origem, isto significa o retorno à Unidade de origem, no caso a Procuradoria da República no Estado do Ceará.
Brasília-DF, 04 de abril de 2010.
Deliberação : A Câmara, à unanimidade, deliberou pela remessa dos autos ao Dr. Oscar Costa Filho, com publicação desta decisão no informativo e da 5ª CCR na intranet.

4. Assunto : Ofício Nº 81/2011-PR/PI-GAB-WLSB - Encaminha cópia de Peças de Informação para homologação de declínio parcial de atribuições ao Ministério Público do Estado do Piauí
Ref: PA Nº 1.27.000.000505/2010-55
Procurador oficiante: Wellington Luís de Sousa Bonfim
Deliberação : Deliberou a Câmara homologar o declínio pelas razões expostas na promoção.

5. Assunto : Ofício Nº 90/2011-PR/PI-GAB-WLSB - Encaminha cópia de Peças de Informação para homologação de declínio parcial de atribuições ao Ministério Público do Estado do Piauí
Ref: PA Nº 1.27.000.000331/2011-10
Procurador oficiante: Wellington Luís de Sousa Bonfim
Deliberação : Deliberou a Câmara homologar o declínio pelas razões expostas na promoção.

6. Assunto : Recurso do Procurador da República Tiago de Sousa Carneiro em face de decisão da 5ª CCR, na 575ª Reunião, de 22 de novembro de 2010, que determinou o retorno dos autos para cumprimento dos enunciados nºs 4 e 8/5ªCCR.

PA Nº 1.19.000.000645/2003-76 - Apuração de supostas

irregularidades em execução de obra para construção de colégio no povoado de Bacuri da Linha, Município de Olho d'Água das Cunhãs/MA.
Deliberação : Deliberou a Câmara manter a decisão recorrida e remeter os autos ao Eg. Conselho Institucional, nos termos do voto da Relatora, Dra. Valquíria Quixadá.

Exame de Procedimentos

1 Procedimento: 1.26.000.000034/2001-21
Interessado: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação e liberação de recursos destinados a beneficiários da reforma agrária pela Superintendência do INCRA em Pernambuco.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

2 Procedimento: 1.19.000.001146/2002-15
Interessado: Ministério da Saúde /Departamento Nacional de Auditoria do SUS e outros
Assunto: Relação das auditorias realizadas no Estado do Maranhão (2000/2001), referentes a irregularidades no Sistema Único de Saúde / Clínica de Especialidades de Pedreiras - Município de Pedreiras/MA. (Portaria Nº 043/2010 - IGSS). Procurador da República: DR. MARCIO BARRA LIMA
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Enunciado Nº 04/ 5ª CCR.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3 Procedimento: 1.16.000.001411/2004-39
Interessado: PROCURADORIA REPUBLICA DISTRITO FEDERAL - DF
Assunto: Supostos atos de improbidade administrativa praticados por delegados aposentados da Polícia Federal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
4 Procedimento: 1.16.000.001550/2004-62
Interessado: SIMONIA CAETANO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre o Município de Piçarra/MA e o Ministério do Meio Ambiente. Implantação do Projeto Agenda 21 Local.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
5 Procedimento: 1.13.000.001177/2005-32
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade na execução de Convênio, entre o Município de Borba/AM e a União.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. com retorno dos autos à origem para eventuais providências no âmbito penal.
6 Procedimento: 1.28.000.000421/2005-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades em laudos elaborados por perito judicial em ações de desapropriação.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
7 Procedimento: 1.34.012.000300/2005-39
Interessado: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO e outros
Assunto: Relatório Nº 395 do Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos. CGU. Município de Itariri. Análise de Recursos Públicos Federais. Supostas irregularidades na aplicação desses recursos nas áreas de Comunicação, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Esporte, Previdência Social, Saúde e Trabalho e Emprego.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento parcial e do declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual.
8 Procedimento: 1.36.000.000201/2005-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades ocorridas no contrato administrativo firmado entre a União/MAPA/SFA-TO e Fundação.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
9 Procedimento: 1.12.000.000438/2006-15
Interessado: Anônimo e outros
Assunto: Apuração de indícios de irregularidades na promoção de policiais militares do ex-Território Federal do Amapá.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
10 Procedimento: 1.30.012.000826/2006-49
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: CREA/RJ - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do estado do Rio de Janeiro. Eleição para a Presidência. Possível desrespeito aos princípios da administração pública.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
11 Procedimento: 1.14.004.000070/2007-61
Interessado: Tribunal de Contas da União e outros
Assunto: Acompanhamento de processo de outorga de serviço público referente a projeto de parceria público privada para restauração, manutenção e aumento de capacidade de trechos rodoviários da BR-324 e BR-116 na Bahia.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
12 Procedimento: 1.16.000.000488/2007-34
Interessado: ANÔNIMO
Assunto: Notícia de prejuízos suportados pela Fundação Banco Central de Previdência Privada - CENTRUS com a negociação de debêntures da empresa Iguaçu Celulose Papel S.A..
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
13 Procedimento: 1.16.000.002888/2007-84
Interessado: ANÔNIMO e outros
Assunto: EBCT ¿ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Licitação. Agências de propaganda. Quebra do sigilo das propostas técnicas. Suposto procedimento irregular da Comissão Especial de Licitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Suposta quebra do sigilo da proposta enviada pela empresa Propeg Comunicação, que continha o código identificador do telegrama, possibilitando o acesso às informações sobre o remetente, mediante o uso do Sistema de Rastreamento de Objetos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
14 Procedimento: 1.26.000.002202/2007-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade, no âmbito dos Municípios de Recife e Olinda, no Estado de Pernambuco, consiste no atraso dos repasses financeiros, feitos pelo Ministério da Saúde, aos prestadores Privados.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
15 Procedimento: 1.33.001.000475/2007-74
Interessado: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais oriundas de projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Município de Apiúna/SC.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
16 Procedimento: 1.34.029.000434/2007-32
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto: Concessão de serviço público. Rodovia Presidente Dutra - BR-116. Suposta ausência de condições de trafegabilidade segura no Km 58,8 sentido São Paulo. Necessidade de prolongamento da faixa de aceleração na saída do estacionamento "Posto Três Garças" - Guaratinguetá/SP.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
17 Procedimento: 1.01.004.000130/2008-85
Interessado: Dr. Reginaldo Pereira Trindade - Proc. Reg. Eleitoral/RO
Assunto: Supostos crimes eleitorais e comuns, abuso de poder econômico e uso da máquina administrativa praticados por Deputado Estadual.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
18 Procedimento: 1.03.000.000764/2008-01
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros
Assunto: Suposta inadimplência na prestação de contas de convênio firmado entre o Município de Orlândia/SP e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
19 Procedimento: 1.14.000.002042/2008-08
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível prática de nepotismo no Ministério da Saúde, mediante o exercício de cargo em comissão por suposta esposa do Ministro da Cultura.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
20 Procedimento: 1.14.001.000161/2008-16
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades relacionadas ao Censo Escolar da Educação Básica, ao PDDE e ao PNATE, nos exercícios de 2006 e 2007. Relatório CGU 941/2007. Município de Ituberaba/BA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
21 Procedimento: 1.22.002.000428/2008-85
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao Município de Iturama/MG, à conta do Programa Nacional de Alimentação - PNAE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
22 Procedimento: 1.22.005.000241/2008-51
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
23 Procedimento: 1.22.009.000173/2008-91
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU e outros
Assunto: Supostas irregularidades na utilização de verbas federais originárias de convênio firmado entre o Município de Coroaci/MG e o Ministério das Cidades. Transferência de verbas para prestação de serviços de pavimentação em blocos de concreto, tipo sextavado, em ruas do bairro Nova Esperança.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
24 Procedimento: 1.24.001.000189/2008-07
Interessado: ANÔNIMO
Assunto: Suposta irregularidade no fornecimento da merenda escolar no Município de Boqueirão/PB.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
25 Procedimento: 1.25.013.000052/2008-78
Interessado: MINISTÉRIO DA SAÚDE
Assunto: Supostas irregularidades na execução de convênios firmados entre a União e o Município de Bandeirantes/PR (Ministério da Saúde - Programa Saneamento Ambiental Urbano).
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
26 Procedimento: 1.26.000.000637/2008-08
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades, no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Tamandaré/PE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. e do declínio parcial de atribuição.
27 Procedimento: 1.26.000.002301/2008-71
Interessado: Ulisses de Araújo e Sá Júnior, promotor de Justiça - 9ª PJ-Capital
Assunto: Apuração das contratações da FADE - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco com outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, estranhas à Universidade Federal de Pernambuco.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
28 Procedimento: 1.26.002.000041/2008-80
Interessado: Ministério Público Federal e outros
Assunto: Suposta prática do delito por fraudes em licitações para beneficiar determinadas empresas e propiciar o fenômeno da criminalidade organizada, em atuação no Estado de Pernambuco.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, sem prejuízo de desarquivamento posterior, caso por meio do referido Inquérito policial Federal constatem-se irregularidades que demandem atuação do Ofício do Patrimônio Público.
29 Procedimento: 1.28.000.000405/2008-77
Interessado: Ranildo Ribeiro Feitosa e outros
Assunto: Possíveis irregularidades envolvendo os procedimentos licitatórios para a execução das obras da Adutora da Serra da Gameleira, localizada no Município de Caiçara do Rio do Vento/RN.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
30 Procedimento: 1.28.100.000038/2008-83
Interessado: MPF-MINISTERIO PUBLICO FEDERAL e outros
Assunto: Patrimônio público. Possível fraude licitatória no Município de Ipanguaçu/RN. Escritório de contabilidade Rabelo & Dantas. Vários convênios com recursos federais.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Enunciado Nº 08.
31 Procedimento: 1.28.200.000010/2008-18
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de verbas públicas federais pelo Município de Bodó/RN. Licitação 005/2002.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
32 Procedimento: 1.34.012.001127/2008-39
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO - TCU
Assunto: Eventual ocorrência de improbidade administrativa praticada, em tese, pelo ex-prefeito do município de Cananéia/SP, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício de 2003, para custeio de serviços assistenciais de ação continuada no âmbito dos Programas Apoio a Criança Carente em Creche - PAC, Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência - PPD e Apoio a Pessoa Idosa - API.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
33 Procedimento: 1.36.000.000608/2008-91
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU
Assunto: Apuração de irregularidade na execução do objeto do Convênio Nº 486, celebrado entre o Ministério da Integração Nacional e o Município Rio da Conceição/RS, referente à construção de nove pequenas barragens para reservação de água na zona rural da cidade.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
34 Procedimento: 1.11.000.001136/2009-44
Interessado: CGU - Controladoria-Geral da União - CGU
Assunto: Município de União dos Palmares (AL). Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, da CGU. 14º Sorteio. Relatório de Fiscalização Nº 641/2004. Supostas irregularidades nas informações do censo escolar.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento e remessa dos autos ao MPE/AL para exame dos fatos no âmbito de suas atribuições.
35 Procedimento: 1.14.004.000030/2009-81
Interessado: JOÃO CARLOS DA SILVA MOTTA
Assunto: Suposta cassação indevida de benefício previdenciário pelo INSS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
36 Procedimento: 1.14.007.000093/2009-16
Interessado: Câmara Municipal de Dom Basílio
Assunto: Supostas irregularidades apontadas pelo TCM no Parecer Prévio Nº 520/08, referentes à prestação de contas da Prefeitura Municipal de Dom Basílio , exercício 2007, durante a gestão de ex-Prefeito.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. sem prejuízo de desarquivamento posterior, caso por meio da referida Ação Fiscal da Delegacia da Receita Federal, constatem-se irregularidades que demandem atuação do Ofício do Patrimônio Público.
37 Procedimento: 1.15.002.000149/2009-37
Interessado: Maxicon Construções e Serviços Ltda. e outros
Assunto: Supostas irregularidades praticadas no procedimento licitatório n 03/2009, realizado pela Prefeitura Municipal de Porteiras/CE. Reforma e ampliação de duas escolas municipais com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
38 Procedimento: 1.16.000.004125/2009-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV. Supostas irregularidades na reforma da nova sede da autarquia, localizada no setor de indústrias e abastecimento.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
39 Procedimento: 1.16.000.004212/2009-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades na concessão de anuênios a empregados do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) sem o devido amparo legal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termo do voto oral proferido pela Relatora.
40 Procedimento: 1.21.005.000196/2009-53
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Município de Laguna Carapã/MS. Cumprimento de recomendação. Notificação de liberação de recursos federais. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
41 Procedimento: 1.22.009.000220/2009-87
Interessado: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e o Município de Rio do Prado/MG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
42 Procedimento: 1.23.000.000415/2009-70
Interessado: MARCELO JOSE BELTRAO PAMPLONA e outros
Assunto: Município de Santa Cruz do Arar. Possíveis irregularidades envolvendo a aplicação de recursos públicos federais voltados ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, durante os exercícios de 2005 a 2008.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
43 Procedimento: 1.23.001.000191/2009-96
Interessado: CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA e outros
Assunto: Conselho Municipal de Saúde de Brejo Grande do Araguaia contra o ex-prefeito municipal e Secretário Municipal de Saúde. Suposta exoneração irregular de janeiro a março de 2009, sem justificativa e sem o devido processo legal e desconsiderando recomendação Nº 05 do MPF, vários conselheiros municipais de saúde.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
44 Procedimento: 1.24.001.000039/2009-76
Interessado: ANÔNIMO e outros
Assunto: Supostas irregularidades no pagamento de médicos do Programa Saúde da Família no Município de Alagoas Grande/PB. Salários referentes a dezembro de 2008 e janeiro de 2009.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
45 Procedimento: 1.24.001.000212/2009-36
Interessado: Francisco Enildo Dias e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do FUNDEB no Município de Livramento. Pagamento em atraso dos docentes. Reunião do Conselho Municipal do FUNDEB fechada ao público. Não pagamento do Piso salarial do magistério.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termo do voto oral proferido pela Relatora.
46 Procedimento: 1.25.000.001292/2009-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Eventual cumulação de subsídios que extrapolem o teto remuneratório do funcionalismo público por parlamentares federais paranaenses.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
47 Procedimento: 1.25.004.000412/2009-21
Interessado: MINISTÉRIO DA SAÚDE e outros
Assunto: Apuração de notícia da instauração de diversos Procedimentos Cautelares de Acompanhamento do Emprego de Verba Federal, relacionados a transferências voluntárias realizadas pelo Ministério da Saúde (PAC 2008). Procedimentos da PRR4: 1.04.004.000271/2009-77 , FUNASA, Município de Reserva do Iguaçu, Convênio SIAFI 644745, Sistema de abastecimento de água; 1.04.004.000279/2009-33, FUNASA, Município de Altamira do Paraná, SIAFI 644768, Sistema de abastecimento de água; 1.04.004.000318/2009-01, FUNASA, Município de Altamira do Paraná, SIAFI 649907, Sistema de esgotamento sanitário; 1.04.004.000332/2009-04, CEF - Min. da Saúde, SIAFI 637417, Município de Cândido de Abreu, Reforma da unidade de atenção especializada em saúde; 1.04.004.000340/2009-42, CEF - Min. da Saúde, Município de Pinhão, SIAFI 642699, Ampliação da unidade básica de saúde; 1.04.004.000362/2009-11, FUNASA, Município de Pitanga, SIAFI 617126, Conclusão e construção de unidade básica de saúde; 1.04.004.000402/2009-16, FUNASA, Município de Reserva do Iguaçu, SIAFI 570984, Sistema de esgotamento sanitário.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
48 Procedimento: 1.25.009.000077/2009-11
Interessado: Procuradoria da República no Município de Umuarama e outros
Assunto: Notícia de ocorrência de uso de bem público (terras públicas) por particular.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à Proc. Federal dos Direitos do Cidadão para análise da promoção de arquivamento.
49 Procedimento: 1.26.000.000592/2009-44
Interessado: Ulisses de Araújo e Sá Júnior, promotor de Justiça - 9ª PJ-Capital e outros
Assunto: Suposta irregularidade no uso de instalações e servidores da Universidade Federal de Pernambuco, alguns em regime de dedicação exclusiva, por parte da FADE - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
50 Procedimento: 1.30.012.000833/2009-93
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: INSS/RJ. Agência da Previdência Social em Almirante Barroso. Descumprimento de ordem judicial proveniente do juízo do 9º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro. Autos Nº 2008.51.51.005501-9. Possibilidade de improbidade administrativa.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
51 Procedimento: 1.31.001.000154/2009-14
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Acórdão n° 1498/2009 referente aos recursos de reconsideração interpostos por ex-prefeita de Alta Floresta do Oeste/RO. Supostas irregulares.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Enunciado Nº 08/5ª CCR.
52 Procedimento: 1.34.004.200143/2009-92
Interessado: CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO e outros
Assunto: Apuração de ausência de notificação da liberação dos recursos federais pela Prefeitura aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no município de Engenheiro Coelho, São Paulo.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
53 Procedimento: 1.35.000.001209/2009-66
Interessado: ANTÔNIO RAIMUNDO BARBOSA
Assunto: Apuração de irregularidade em solicitação de assinatura sem a devida explicação por parte de servidor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no Município de Estância/SE, e em recebimento de quantia no Banco do Brasil.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
54 Procedimento: 1.36.000.000447/2009-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível desrespeito à legislação trabalhista por parte do coordenador da estação experimental da UFT, campus de Gurupi.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ª CCR, com remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
55 Procedimento: 1.00.000.013202/2010-46
Interessado: PR-RN - PROCURADORIA DA REPUBLICA - RIO GRANDE DO NORTE e outros
Assunto: Município de Jaçanã/RN. Possíveis irregularidades na aplicação de verbas oriundas dos cofres da União, destinadas ao Programa Patrulha Mecanizada.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

56 Procedimento: 1.14.004.000498/2010-18
Interessado: CGU/CONTROLADORIA GERAL DA UNIAO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Teofilândia/BA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
57 Procedimento: 1.14.007.000100/2010-13
Interessado: Sidélia Lemos Dias dos Santos
Assunto: Apuração de irregularidades na aplicação de recursos do PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar no Município de Cândido Sales/BA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. sem prejuízo de desarquivamento posterior, caso constatem-se irregularidades que demandem atuação do MPF.
58 Procedimento: 1.15.000.000230/2010-71
Interessado: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
Assunto: Representação fiscal para fins penais em face do Presidente da Câmara Municipal de Horizonte/CE, dando conta de possível crime de sonegação de contribuição previdenciária e apropriação indébita previdenciária. Apuração de possível ocorrência de atos de improbidade administrativa.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
59 Procedimento: 1.15.000.001966/2010-66
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará. Funcionários não concursados. Irregularidades em licitações. Liberação de diárias e passagens sem os ditames legais.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
60 Procedimento: 1.15.000.002252/2010-75
Interessado: Sr. Jeovah Matos dos Santos
Assunto: Possíveis irregularidades no concurso público para provimento de cargos no Ministério Público da União - Edital Nº 01/2010, tendo em vista que na data da prova, durante a realização da mesma, um aparelho eletrônico tocou.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
61 Procedimento: 1.15.003.000129/2010-90
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Assunto: Tribunal de Contas da União. Acórdão 1762/2004 - Primeira Câmara. Tomada de Contas Especial instaurada contra o ex-Prefeito de Varjota/CE. Omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos da extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Convênio 2770/94.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Enunciado Nº 04/ 5ª CCR.
62 Procedimento: 1.17.000.001556/2010-41
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Apuração da responsabilidade pela aparente subtração de dois notebooks e uma impressora pertencentes à UFES - Universidade Federal do Espírito Santo e que se encontravam no Centro de Ciências Humanas e Naturais, fato constatado em 28/06/10 (Inquérito Policial Nº 0375/2010).
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, sem prejuízo de desarquivamento posterior, caso por meio do referido Inquérito Policial Federal constatem-se irregularidades que demandem atuação do Ministério Público Federal.
63 Procedimento: 1.19.002.000059/2010-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Município de Timon/MA. Supostas irregularidades no pagamento de servidores municipais, bem como suposto desvio de verbas federais (SUS, FUNASA, FNDE dentre outros), apropriação indébita previdenciária e assédio moral.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição
64 Procedimento: 1.20.000.001810/2010-15
Interessado: Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso e outros
Assunto: Possível servidor fantasma, ocupante do cargo de assessor parlamentar na Assembleia Legislativa do Mato Grosso,que embora não compareça ao trabalho,recebe remuneração a aproximadamente 5 anos.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termo do voto oral proferido pela Relatora.
65 Procedimento: 1.21.000.000109/2010-41
Interessado: MPF/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto: Suposta má gestão de recursos públicos no âmbito de órgão estadual. Delegado do INMETRO - AEM/MS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
66 Procedimento: 1.22.009.000541/2010-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades no Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais do Ministério da Educação, executado no Município de Capitão Andrade/MG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
67 Procedimento: 1.23.000.000698/2010-93
Interessado: MIN/MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL e outros
Assunto: Apuração de cancelamento de incentivo fiscal fornecido por recursos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM à Vale do Capim Agroindustrial S/A.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
68 Procedimento: 1.23.000.000731/2010-85
Interessado: PAULO CEZAR PINTO DA SILVA TORRES
Assunto: Solicitação de processo investigatório de auditoria das contas do Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
69 Procedimento: 1.23.000.002076/2010-08
Interessado: VANDER OLIVEIRA BORGES e outros
Assunto: Suposta irregularidade na aplicação de recursos do FUNDEB, no Município de Aurora do Pará/PA, referente aos períodos de dezembro de 2008 e julho de 2010.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
70 Procedimento: 1.24.000.000777/2010-67
Interessado: TCE-PB/TCE-PB- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO-PB e outros
Assunto: Município de Lucena/PB. Exercício 2008. Supostas irregularidades envolvendo a escola municipal no Distrito de Fagundes. Portal Turístico de Lucena. Centro de capacitação em Gameleira. Construção de melhorias sanitárias e a construção do Estádio Municipal de Futebol.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, com cópia ao Ministério Público Estadual.
71 Procedimento: 1.26.000.000796/2010-19
Interessado: Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco (PRF) e outros
Assunto: Apuração de notícia de que a realização de evento, nos dias 12 e 13.03.2010, no espaço denominado Haras da Serra, situado em estrada perpendicular ao Km 84 da rodovia BR 232, na cidade de Gravatá/PE, teria acarretado grande transtorno ao trânsito da referida rodovia federal e ocorreu sem autorização da Polícia Rodoviária Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
72 Procedimento: 1.28.000.001627/2010-21
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Inquérito Policial Nº 0447/2010-SR/DPF/RN. Supostos indícios de negligência do então delegado da receita federal. Evidências de que a receita federal não deu ciência desse extravio às autoridades fitossanitárias. não há informações se existia ou existe gêneros alimentícios ou medicamentosos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
73 Procedimento: 1.30.012.000036/2010-40
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Concurso público. Empresa Termorio. Cesgranrio. Ausência de publicidade na listagem total dos candidatos com pontuação e colocação. Possíveis irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
74 Procedimento: 1.30.012.000198/2010-88
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: INSS. Concessão de benefícios previdenciários. Processo Nº 2007.51.01.025612-3 - 39 vara federal. Possíveis irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
75 Procedimento: 1.30.012.000230/2010-25
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. Obras. Potencial desrespeito aos direitos trabalhistas. Suposta recusa de fiscais do trabalho em proceder a fiscalização solicitada por trabalhador da obra. Possíveis irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
76 Procedimento: 1.30.012.000541/2010-94
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: INSS. Suposto descumprimento de decisão judicial. Responsabilidade de agentes públicos. Processo Nº 2007.51.51.052959-1 - 1 JEF/RJ.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
77 Procedimento: 1.33.001.000004/2010-61
Interessado: MARGARETE PACHECO e outros
Assunto: Suposta irregularidade em benefício de auxílio-doença-acidentário que foi cancelado pelo INSS em razão de requalificação profissional.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
78 Procedimento: 1.34.001.008936/2010-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Encaminhamento de arquivo contendo dados sobre repasses efetuados aos Municípios de São Paulo pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
79 Procedimento: 1.34.010.000398/2010-10
Interessado: LUIZ NAVARRO DE BRITO FILHO - SECRETÁRIO EXECUTIVO-CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Santo Antônio da Alegria/SP. Programas do Ministério da Educação.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
80 Procedimento: 1.34.014.000232/2010-55
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução do Programa Farmácia Popular em cinco drogarias no Município de São José dos Campos/SP.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
81 Procedimento: 1.36.000.001025/2010-01
Interessado: Procuradoria da República no Estado do Tocantins
Assunto: Supostas fraudes na aquisição de notas fiscais frias pelo ex-prefeito de Monte do Carmo/TO em acordo realizado com o comerciante e o Posto Centra em Porto Nacional, no ano de 2008, no sentido desviar os recursos do FNDE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termo do voto oral proferido pela Relatora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

82 Procedimento: 1.26.000.000462/2011-26
Interessado: Anônimo
Assunto: Supostas irregularidades no âmbito das Academias HI, tendo em vista que a expansão e abertura de filiais da referida academia respalda-se na obtenção de financiamentos do Banco do Nordeste, cujo superintendente é sócio da referida academia.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termo do voto oral proferido pela Relatora.
83 Procedimento: 1.34.001.000385/2011-22
Interessado: Antônio Luis Guimarães de Álvares Otero
Assunto: Possível ocorrência de conluio na licitação e contratação dos serviços de coleta e disposição final de resíduos sólidos no Município de São Paulo.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termo do voto oral proferido pela Relatora.
84 Procedimento: 1.34.007.000029/2011-59
Interessado: Cláudia Cristina Mantovani
Assunto: Possíveis irregularidades na administração do Município de Marília/SP como desvio de funções e criação de cargos, particularmente na Secretaria de Administração.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termo do voto oral proferido pela Relatora.
85 Procedimento: 1.34.012.000003/2011-31
Interessado: Justiça do Trabalho
Assunto: Possível irregularidade em contratação sem concurso público envolvendo a Companhia Docas do Estado de São Paulo.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termo do voto oral proferido pela Relatora.
Deu-se por encerrada a sessão às 12:00 horas.
E, não havendo nada mais a ser decidido na presente Reunião, foi por mim, Roberto Campos Alcântara, Matrícula 13.940-8, _____, lavrada a presente Ata, que vai também assinada pelos presentes abaixo indicados.

DENISE VINCI TÚLIO
Membro Titular

VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES
Membro Suplente

ATA DA 595ª REUNIÃO

Aos 25 dias do mês de abril de 2011, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, reuniram-se os membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em sessão ordinária presidida pelo Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presentes a Dra. Denise Vinci Tulio, membro titular e a Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes, membro suplente. O Presidente iniciou a sessão às 10:00 horas e trouxe a julgamento os procedimentos de sua relatoria. Em seguida foram votados os procedimentos da relatoria da Dra. Denise Vinci Tulio e da Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes.

Comunicados
1. Assunto : PA nº 1.19.000.000219/2003-32 - Possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do FUNDEF no Município de Lago Verde/MA, caracterizadas por injustificados atrasos no pagamento dos profissionais do magistério do ensino fundamental, conforme consta dos autos do processo administrativo nº 319ad/03, da Procuradoria de Justiça do Estado do Maranhão, requerido pelo diretor do Departamento de Acompanhamento do FUNDEF.

Recurso do Procurador da República Tiago de Sousa Carneiro-PR/MA, em face de decisão da 5ª CCR na 574ª reunião, de 16

de novembro de 2010, pelo retorno dos autos à origem para aplicação do Enunciado nº 8/5ª CCR.

Deliberação : Deliberou a Câmara pela remessa dos autos ao Eg. Conselho Institucional, nos termos do voto da Relatora, Dra. Valquíria Quixadá.

Exame de Procedimentos

1 Procedimento: 08120.000090/98-52 (SIGILOSO)
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
2 Procedimento: 08104.000382/99-83
Interessado: PFDC e outros
Assunto: Relatório de Auditoria realizada no Hospital Regional Clériston Andrade, em Feira de Santana/BA. Suposta cobrança indevida de procedimentos médicos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
3 Procedimento: 1.34.012.000216/2001-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Administração pública. CODESP. Município de Santos/SP. Suposta responsabilidade dos integrantes da administração portuária envolvidos na irregular condução do contrato de arrendamento nº18/98, firmado entre a CODESP e a Citrosuco, decorrente da concorrência n.º 24/97.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
4 Procedimento: 1.16.000.000555/2002-14
Interessado: DONATO XAVIER DURÃO e outros
Assunto: Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia. Utilização irregular de passagens aéreas. Possíveis atos de improbidade administrativa praticados.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
5 Procedimento: 1.24.000.001149/2002-99
Interessado: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA - MPF/PR-PB
Assunto: Supostas irregularidades no funcionamento de videobingos no Estado da Paraíba.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Ressalva para o Enunciado nº 04/5ª CCR.
6 Procedimento: 1.24.000.000396/2003-59
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades na execução de convênio celebrado entre o Município de Boqueirão/PB e o extinto INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
7 Procedimento: 1.30.012.000479/2003-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Improbidade administrativa. Hospital Geral de Bonsucesso - HGB. Chefe da emergência. Possível descumprimento de carga horária. Possível acúmulo de cargos.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
8 Procedimento: 1.00.000.006507/2004-53
Interessado: Tribunal de Contas da União-TCU e outros
Assunto: Ofício nº 249/2006 - PR/TO - Ministério da Saúde-MS. Fundo Nacional de Saúde-FNS. Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins/TO. Aplicação de recursos do Sistema de Informação Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde-SIA/SUS. Exercícios de 1994 e 1995. Tomada de contas Especial.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
9 Procedimento: 1.01.001.000063/2004-03
Interessado: DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO DO FUNDEF/MEC e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de verbas do FUNDEF pelo prefeito municipal de Paragominas/PA. Não implementação e execução do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
10 Procedimento: 1.01.001.000238/2004-74
Interessado: LUIS CARLOS MATTOS AREOSA - PREFEITO
Assunto: Supostas irregularidades na execução do Termo de Responsabilidade nº 514/2000, firmado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Município de Novo Airão/AM, no tocante ao Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes Cunhantã Curumim.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Ressalva para cumprimento do Enunciado nº 04/5ª CCR.
11 Procedimento: 1.14.000.000166/2004-17
Interessado: ANTÔNIO MESQUITA MARINHO - VEREADOR e outros
Assunto: Supostas irregularidades na gestão de recursos federais do PAB, repassados ao Município de Conceição da Feira/BA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
12 Procedimento: 1.16.000.000827/2004-30
Interessado: PR-DF - PROCURADORIA REPUBLICA DISTRITO FEDERAL - DF
Assunto: Possíveis irregularidades de favorecimento de empresa de engenharia na licitação tomada de preço n.º 001/2003 - Processo n.º 02000.000136/2003-04,
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
13 Procedimento: 1.20.000.001076/2004-46
Interessado: AULIVANDA DE OLIVEIRA BASTOS e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na construção de casas a 76 mil famílias no assentamento Vale São Vicente, no município de Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
14 Procedimento: 1.13.000.000193/2005-16
Interessado: RAIMUNDO NONATO LOPES - PREFEITO DE IRANDUBA-AM
Assunto: Suposta inadimplência em convênios NS. 95.369/98 (FNDE).
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR com ressalva para cumprimento de medidas no âmbito criminal, caso ainda não providenciado.
15 Procedimento: 1.13.000.000577/2005-21
Interessado: FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no Município de Envira/AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
16 Procedimento: 1.13.000.000745/2005-88
Interessado: ANTONIO FERNANDO FONTES VIEIRA e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na execução de convênios firmados entre o Ministério da Educação e o Município de Presidente Figueiredo, Amazonas.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Ressalva para o cumprimento do Enunciado nº 04/5ª CCR.
17 Procedimento: 1.13.000.001079/2005-03
Interessado: AUXILIADORA BRITO DE LIMA e outros
Assunto: Suposta falta de placa em aparelho gama da Câmara do Hospital Francisca Mendes
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
18 Procedimento: 1.13.000.001588/2005-28
Interessado: VANGELIS BASILIO REBELO
Assunto: Suposto prejuízo sofrido por candidatos do vestibular UFAM/2006, em virtude de erros de impressão, sem que tenha havido substituição ou correção.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
19 Procedimento: 1.14.000.000347/2005-24
Interessado: GRACIL MÁRCIA G. MOREIRA
Assunto: Suposta falta de conservação da BR 242 - Trecho da rodovia de Itaberaba/Lençóis.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
20 Procedimento: 1.14.000.000661/2005-15
Interessado: AGNALDO DE LIMA AVELINO E OUTROS e outros
Assunto: Supostas irregularidades na prestação de contas do Município de Retirolândia/BA. Exercício 2003. Recursos oriundos do FUNDEF.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

21 Procedimento: 1.23.000.001106/2005-93
Interessado: KÁTIA NAZARÉ TABOSA COUTINHO e outros
Assunto: Saúde. Supostos problemas no atendimento à população do município de Anajás, especialmente em face de surto epidêmico de febre tifóide. Falta de médicos para combate a epidemia. Possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Ressalva para cumprimento do Enunciado nº 04/5ª CCR.
22 Procedimento: 1.26.000.000836/2005-65
Interessado: Controladoria-Geral da União e outros
Assunto: Apuração de indícios de irregularidades no âmbito do Município de Jaqueira, Pernambuco, consistentes na ausência de retenção do valor devido à Previdência Social, e na ausência de remessa das informações de óbitos ocorridos no Município ao sistema SISOB, entre outras.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
23 Procedimento: 1.26.000.001243/2005-16
Interessado: Controladoria-Geral da União no Estado de Pernambuco e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos transferidos pelo Ministério da Fazenda ao Município de Lagoa do Carro/PE. Projeto de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Relatório de Fiscalização n.º 372, de 17.11.2004.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
24 Procedimento: 1.30.006.000026/2005-26
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de eventual improbidade no gerenciamento de recursos oriundos do Ministério da Educação destinados ao Programa Atenção à Criança em Nova Friburgo/RJ.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
25 Procedimento: 1.30.012.000056/2005-53
Interessado: JLIETA DE CARVALHO E SILVA e outros
Assunto: Apuração de suposta irregularidade no recebimento de pensão por morte por segurado do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
26 Procedimento: 1.34.012.000292/2005-21
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de ato de improbidade praticado pelo Gerente Regional Substituto do Patrimônio da União em São Paulo em razão de descumprimento de decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2002.61.04.004942-3.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
27 Procedimento: 1.00.000.002758/2006-21
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no Município de Palmeira dos Índios/AL. Recursos transferidos nos exercícios 1997 e 1998. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
28 Procedimento: 1.01.004.000120/2006-88
Interessado: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO e outros
Assunto: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Suposto descumprimento de ordem judicial emanada nos autos do Processo n° PT - 00546/2001 (VTTAB-00627/97). Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte - AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
29 Procedimento: 1.13.000.000864/2006-11
Interessado: JOSÉ CLAYNALDO DE AMORIM CALDEIRA
Assunto: Supostas irregularidades na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR
30 Procedimento: 1.14.000.000157/2006-98 (SIGILOSO)
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
31 Procedimento: 1.19.000.001636/2006-45
Interessado: Ministério da Saúde
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na Secretaria Municipal de Saúde de Turilândia, Maranhão, por supostas demissões irregulares do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e inexistência do Conselho Municipal de Saúde.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
32 Procedimento: 1.21.001.000034/2006-11
Interessado: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO NO ESTADO DE MS
Assunto: Ministério da Integração Nacional. Relatorio de Fiscalização nº 560, da CGU no Estado de Mato Grosso do Sul. Supostas irregularidades do Município perante o Ministério.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
33 Procedimento: 1.25.004.000014/2006-62
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais no Município de Prudentópolis/PR.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
34 Procedimento: 1.30.012.000346/2006-88
Interessado: CLAUDIO MONTEIRO e outros
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na ocupação do imóvel pertencente à Caixa Econômica Federal, situado na Avenida Sargento Isanor Campos, em frente ao bloco 18 do Conjunto Residencial Presidente Vargas, no bairro Guadalupe, Rio de Janeiro/RJ.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
35 Procedimento: 1.34.004.200025/2006-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: ICP nº 010/2007 - Patrimônio Público - Improbidade Administrativa - Apurar eventuais atos de improbidade administrativa e prejuízo ao erário consistentes na locação, pela direção de coordenação administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região, da sede da vara do trabalho de Sumaré, com dispensa de licitação e preço superior à avaliação prévia de valor de mercado - contrato nº 76/2006 - Processo de Locação nº 11/2006.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
36 Procedimento: 1.11.000.000960/2007-15
Interessado: FUNASA e outros
Assunto: FUNASA. Convênio 1660/2001. Suposta ausência de prestação de contas. Obras de execução de sistema de esgotamento sanitário. Município de Maragogi/AL.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
37 Procedimento: 1.13.000.000240/2007-85
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Alvarães/AM. Recursos oriundos do Ministério das Comunicações.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
38 Procedimento: 1.13.000.001314/2007-09
Interessado: WTC MANAUS COMERCIO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S/A e outros
Assunto: Suposto desvio de recurso, do FINAM - Fundo de Financiamento da Amazônia, no bojo de projetos aprovados pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, no âmbito do Estado do Amazonas
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
39 Procedimento: 1.14.001.000149/2007-12
Interessado: VIAÇÃO ITAPEMERIM e outros
Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na ocupação das margens da rodovia BR 101 por estabelecimentos comerciais em Gandu, Bahia.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
40 Procedimento: 1.14.004.000165/2007-85
Interessado: Carlos Alberto Pelegrini Filho - Vereador e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Utinga/BA. Construção de 200 unidades habitacionais.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
41 Procedimento: 1.16.000.000907/2007-38
Interessado: CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU
Assunto: Município de Formosa/GO. Relatório de Fiscalização nº 813/2006 da CGU. Verbas recebidas do Ministério do Esporte. Supostas irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
42 Procedimento: 1.16.000.001209/2007-50
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na prestações de contas à Caixa Econômica Federal, ao Ministério da Agricultura e à Justiça Federal do Amapá, através de celebração de contratos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
43 Procedimento: 1.16.000.001384/2007-47
Interessado: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA e outros
Assunto: INCRA. Supostas irregularidades contra servidora, sobre expedição irregular de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, conforme extraído dos autos do Processo Administrativo nº 54000.001784/2006-16 e apensos nº 54230.005597/2005-17; nº 54230.000862/00-02.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
44 Procedimento: 1.17.002.000032/2007-17
Interessado: TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na administração das verbas federais destinadas à aquisição de Patrulhas Mecanizadas. Município Colatina/ES. Máfia das ambulâncias.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
45 Procedimento: 1.18.000.015991/2007-10
Interessado: PRONAF/PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR e outros
Assunto: Representação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável contra o Município de Goiás/GO. Improbidade Administrativa. Má gestão de verbas públicas federais destinadas à aquisição de implementos agrícolas a beneficiários do PRONAF, no período de 2004 a 2007. Abandono dos bens adquiridos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
46 Procedimento: 1.18.002.000052/2007-51
Interessado: JOSE ALVES DE SOUZA e outros
Assunto: Supostas irregularidades na gestão de verbas públicas federais repassadas pelo Ministério da Saúde ao Município de Santo Antônio do Descoberto - GO.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
47 Procedimento: 1.23.000.000514/2007-90
Interessado: PGR-PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA e outros
Assunto: CGU. Município de Capitão Poço - PA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Supostas irregularidades em Programa de Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Escola.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

48 Procedimento: 1.25.000.000180/2007-80
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Associação Paranaense de Cultura. Aplicação anual de pelo menos 20% da receita bruta em gratuidades. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
49 Procedimento: 1.29.000.001763/2007-89
Interessado: Tribunal de Contas da União e outros
Assunto: Tribunal de Contas da União. Supostas irregularidades em convênio firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA. Tomada de Contas Especial nº 008.548/2006-7.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
50 Procedimento: 1.29.008.000903/2007-21
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Acompanhamento da execução de contrato de construção do Túnel da Avenida Rio Branco, localizado no Município de Santa Maria/RS. Verba oriunda do Governo Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
51 Procedimento: 1.29.016.000034/2007-36
Interessado: ANTONIO HONNEF e outros
Assunto: Apuração de suposta prática de discriminação pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em relação aos assentados que não são afinados com a ideologia do Movimento dos Sem-Terra - MST.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
52 Procedimento: 1.30.005.000027/2007-42
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto descumprimento de ordem judicial por parte do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/Niterói/RJ. Processo nº 20065152001870-9.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
53 Procedimento: 1.30.006.000180/2007-60
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto super-faturamento dos materiais a serem utilizados na construção de muros de contenção, ponte e casas populares no município de São Sebastião do Alto-RJ.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
54 Procedimento: 1.36.000.000154/2007-78
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Angico/TO. Recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
55 Procedimento: 1.13.000.001349/2008-11
Interessado: LEILA OLIVEIRA DO NASCIMENTO e outros
Assunto: Suposto assédio moral sofrido por servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Agência do Bairro Japiim. Município de Manaus/AM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Enunciado nº 03/5ª CCR.
56 Procedimento: 1.13.000.001620/2008-18
Interessado: TCU-TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na aplicação de recursos repassados ao Município de Juruá, Amazonas em atenção às despesas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, nos exercícios de 2003 e 2004.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Com ressalva para o cumprimento de medidas no âmbito criminal, caso ainda não providenciado.
57 Procedimento: 1.15.000.001035/2008-43
Interessado: SINSEMPRE
Assunto: Representação contra o Município de Redenção/CE, acerca da possível aplicação irregular de verbas do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
58 Procedimento: 1.22.000.002474/2008-39
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na prestação de contas de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Nazareno/MG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
59 Procedimento: 1.25.000.001893/2008-41
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: DNPM. Suposta prática irregular de dolomito, no município de Almirante Tamandaré/PR.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
60 Procedimento: 1.25.009.000157/2008-96
Interessado: Carlos Alves Correa e outros
Assunto: Suposta ocorrência de irregularidades na licitação para a execução de obra no Município de Guaíra/PR.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
61 Procedimento: 1.29.002.000028/2008-19
Interessado: MUNICIPIO CAXIAS DO SUL e outros
Assunto: Possíveis irregularidades no repasse de recursos do Estado do Rio Grande do Sul para o Programa de Farmácia Básica e para o SAMU de Caxias do Sul, e na análise, monitoramento e providências acerca do cumprimento de metas da PPI-VS referentes ao mesmo Município, acarretando possíveis prejuízos ao Sistema Único de Saúde - SUS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
62 Procedimento: 1.30.002.000018/2008-62
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Eventual ilegalidade na alienação de imóvel da União, sob a administração do Exercito Brasileiro, para o Município de Campos dos Goytacazes/RJ.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 1º Câmara de Coordenação e Revisão.
63 Procedimento: 1.34.012.000002/2008-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Eventual prática de improbidade administrativa, desvio de função e abuso de poder por parte de gerente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA em Santos/SP.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
64 Procedimento: 1.34.014.000099/2008-12
Interessado: MINISTERIO DA EDUCACAO
Assunto: Fiscalização da CGU - Controladoria-Geral da União em Caraguatatuba/SP. Apuração das irregularidades relacionadas ao Ministério da Educação.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
65 Procedimento: 1.36.000.000270/2008-78
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto descumprimento de ordem judicial por parte do Superintendente do Banco do Brasil junto ao Estado de Tocantins. Requisição de informações feita pela Seção Judiciária do Estado de Tocantins para a instrução de Ação de Improbidade Administrativa.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
66 Procedimento: 1.36.000.000744/2008-81
Interessado: INCRA-TO e outros
Assunto: Superintendência Regional do Instituto Nacional e Reforma Agrária no Tocantins. Apuração de irregularidades no Processo nº 54400.001775/2008-16. Regularização de imóveis rurais.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
67 Procedimento: 1.13.000.000179/2009-38
Interessado: WELLINGTON MEDEIROS DE SOUZA JUNIOR e outros
Assunto: Suposta ausência de realização de provas, do concurso para cargos no Senado Federal, na cidade de Manaus/AM. Certame de 2008.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
68 Procedimento: 1.13.000.001665/2009-73
Interessado: MAURO FERREIRA DA SILVEIRA SILVEIRA e outros
Assunto: Supostas irregularidades ocorridas no concurso para os cargos de Agente Penitenciário Federal, realizado pela FUNRIO. Exercício 2009.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
69 Procedimento: 1.14.001.000199/2009-61
Interessado: MUNICÍPIO DE TAPEROÁ/BA e outros
Assunto: Apura possíveis irregularidades na aplicação de verbas repassadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social (MDSCF) ao Município de Taperoá/BA no ano de 2008.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
70 Procedimento: 1.14.004.000231/2009-89
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Supostas irregularidades na utilização de recursos dos convênios nº 2.00.02.0039-00 celebrado entre a CODEVASF e o Município de Central/BA- Acórdão nº 2245/09, TCE Nº 026.656/2006-2.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
71 Procedimento: 1.14.004.000263/2009-84
Interessado: Correios e outros
Assunto: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Processo administrativo de cobrança de dívida. Despesas médicas não pagas por ex-servidor.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
72 Procedimento: 1.14.004.000349/2009-15
Interessado: DENASUS
Assunto: Suposta prática de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) repassados ao Município de Castro Alves para aquisição de medicamentos destinados à Farmácia Básica.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
73 Procedimento: 1.15.000.000018/2009-70
Interessado: Ordem dos Músicos do Brasil - Conselho Regional do Ceará
Assunto: Atrium Eventos Turismo Entretenimento Ltda. Possível descumprimento no que se refere ao pagamento de taxa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos contratos celebrados com músicos estrangeiros para a Ordem dos Músicos do Brasil e para o Sindicato dos Músicos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
74 Procedimento: 1.15.003.000329/2009-17
Interessado: Controladoria Geral da União - CGU
Assunto: Relatório de Fiscalização nº 474/2005. Controladoria Geral da União. Município de Croatá/CE. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais. Ministério do Trabalho e Emprego. Gestão e Administração do Programa. Morosidade na nomeação dos membros da Comissão Municipal de Emprego, criado por decreto em 20/12/2001 (Decreto nº 075/2001).
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
75 Procedimento: 1.16.000.001190/2009-11
Interessado: MPF - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assunto: Relato de que, em razão do preenchimento do reservatório Corumbá IV, a ponte da estrada GO 425 à BR 060 foi submersa.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
76 Procedimento: 1.18.000.001455/2009-07
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta inércia do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM em Goiás no que se refere ao dever de fiscalizar empreendimentos exploradores de águas termais na região dos Municípios de Caldas Novas e Rio Quente/GO. Irregularidades na arrecadação dos recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais no território dos Municípios.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
77 Procedimento: 1.19.000.000942/2009-15
Interessado: Município de Vargem Grande e outros
Assunto: Suposta omissão quanto ao dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Vargem Grande-MA pelo FNDE à conta de programas nacionais.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
78 Procedimento: 1.20.000.000919/2009-00
Interessado: TCU/SECEX-SC - SECRETÁRIO JOÃO MANOEL DA SILVA DIONÍSIO e outros
Assunto: Supostas irregularidades nos procedimentos de desapropriação consensual pagos no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2000. Processo nº 018.641/2003-0.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
79 Procedimento: 1.20.000.000927/2009-48 (SIGILOSO)
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
80 Procedimento: 1.21.000.001576/2009-55
Interessado: MPE/MS/MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL e outros
Assunto: Eventuais irregularidades decorrentes da aquisição de propriedade rural, para fins de reforma agrária, pelo INCRA/MS - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
81 Procedimento: 1.21.001.000084/2009-32
Interessado: MPF/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais no Município de Dourados/MS. Verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Exercícios 1999 e 2000.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
82 Procedimento: 1.22.002.000233/2009-16
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades na execução de convênios no Município de Campo Florido/MG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
83 Procedimento: 1.22.009.000286/2009-77
Interessado: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE e outros
Assunto: Supostas irregularidades na utilização de verbas federais no Município de Jordânia/MG. Convênio firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Execução do programa de garantia de renda mínima - PGRM.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento com ressalva para o cumprimento de medidas no âmbito criminal, caso ainda não providenciado.
84 Procedimento: 1.26.000.000841/2009-00
Interessado: RUBEM CATUNDA DA SILVA FILHO - PREFEITO DE ITAMARACÁ e outros
Assunto: Apuração de suposta prática de atos de improbidade administrativa atribuídas aos ex-prefeitos do Município de Itamaracá, Pernambuco, por ausência de prestação de contas e bloqueando o recebimento de verbas federais pelo município.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Ressalva para o cumprimento do Enunciado nº 04/5ª CCR.
85 Procedimento: 1.27.000.002336/2009-54
Interessado: Controladoria-Geral da União - CGU
Assunto: Supostas irregularidades envolvendo o programa proteção social básica, no município de Lagoa do Piauí/PI.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
86 Procedimento: 1.29.015.000121/2009-65
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração da indevida utilização de veículo do município de Palmitinho/RS em manifestação de movimentos sociais na rodovia BR 386.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
87 Procedimento: 1.29.016.000154/2009-03
Interessado: Jorge Alberto Oliveira Carpes
Assunto: Possível irregularidade na destinação de recursos repassados pelo Ministério da Saúde para contratação de Agentes Comunitários de Saúde no âmbito do Programa da Saúde da Família no município de Cruz Alta/RS.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
88 Procedimento: 1.29.019.000170/2009-68
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades na atualização de recursos públicos recebidos pelas ONGs que tratam da reforma agrária e dos assentamentos rurais em municípios localizados na área de competência da subseção judiciária federal em Carazinho/RS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
89 Procedimento: 1.30.017.000122/2009-79
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível acumulação de cargos públicos na Prefeitura de Nilópolis/RJ.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
90 Procedimento: 1.33.005.000316/2009-00
Interessado: Sônia Regina Victorno Fachini e outros
Assunto: Possível ilegalidade na realização do Concurso Público - Edital nº 49/DDP/2009 para docentes do Instituto Federal Catarinense - Campus Araquari - Ausência de publicação de algumas fases do concurso.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR
91 Procedimento: 1.33.009.000050/2009-57
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto: Possível superfaturamento de ambulâncias no município de Arroio Trinta/SC.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
92 Procedimento: 1.33.009.000084/2009-41
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto: Possíveis irregularidades apontadas pela CGU (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), na aplicação de verbas federais repassadas ao Município de Ponte Alta do Norte/SC.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, sem prejuízo do reexame da matéria oportunamente.
93 Procedimento: 1.34.015.000437/2009-97
Interessado: Ministério Público Federal e outros
Assunto: Suposta aplicação irregular, em tese, de verbas federais em programas governamentais no município de Nipoã/SP. Ministério do Turismo. Relatório de Fiscalização nº 01184 - 26.ª etapa do período de 09/05/2008 a 30/06/2008 da CGU.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
94 Procedimento: 1.34.016.000340/2009-74
Interessado: PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SOROCABA - NÚCLEO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS E e outros
Assunto: Supostas irregularidades praticadas pela emissora de radiodifusão FM Corisco Ltda. Arrendamento ou sub-concessão da frequência de radiodifusão. Desobediência aos trâmites legais.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
95 Procedimento: 1.34.024.000334/2009-18
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposto recebimento indevido de benefício do INSS e eventual ressarcimento.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
96 Procedimento: 1.35.000.001438/2009-81
Interessado: JOAREZ VRUBEL
Assunto: Apuração de irregularidades no procedimento licitatório para reforma do ginásio de esportes e construção do campus de Itabaiana/SE, Estância/SE e Nossa Senhora da Glória/SE pelo Instituto Federal de Sergipe.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
97 Procedimento: 1.35.000.001888/2009-73
Interessado: MPS/MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL e outros
Assunto: Relatório de Fiscalização nº 1421, a partir do 28º sorteio público da Controladoria Geral da União - CGU. Apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais provenientes do ministério da previdência social no Município de Ilha das Flores/SE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
98 Procedimento: 1.11.000.000536/2010-76
Interessado: Zuleica Dias Sant-Ana
Assunto: Possíveis irregularidades na rede municipal de ensino relacionados à precariedade das condições de funcionamento das escolas municipais.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
99 Procedimento: 1.12.000.000880/2010-28
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Servidores temporários do Ministério Público do Trabalho. Ofício Macapá/AP. Exercício de funções mesmo com aprovados recentes em concurso público.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
100 Procedimento: 1.14.000.001017/2010-13
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Relatório de fiscalização de obras integrantes do orçamento da união referente ao exercício de 2009, atinente às obras de infraestrutura turística executadas no município de Salvador/BA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento ressaltando que, havendo novas irregularidades, este MPF deve ser comunicado para adoção das medidas cabíveis.
101 Procedimento: 1.14.004.000072/2010-56
Interessado: MUNICIPIO DE CORAÇÃO DE MARIA e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Coração de Maria/BA. Convênio firmado entre a municipalidade e o Ministério da Integração Nacional. Exercício 2008.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
102 Procedimento: 1.14.004.000401/2010-69
Interessado: CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU
Assunto: Município de Santa Bárbara/BA - Relatório de Fiscalização nº 690 da CGU - 19º Sorteio Público - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome - Período de fiscalização: 21/11/2005 a 25/11/2005.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Enunciado nº 14/5ª CCR.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

103 Procedimento: 1.15.000.000395/2010-42
Interessado: Emanuel Monteiro da Silva e outros
Assunto: Comando do Colégio Militar de Fortaleza. Suposta prática de perseguição e assédio moral.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
104 Procedimento: 1.15.000.001799/2010-53
Interessado: Francisco Xavier da Cruz
Assunto: Possíveis irregularidades na compra de terras com recursos do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), para o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal no município de Aratuba/CE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 4a. Câmara de Coordenação e Revisão.
105 Procedimento: 1.15.000.002019/2010-92
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Assunto: Suposta ausência de prestação de contas dos recursos repassados por meio do convênio nº 285/96, referente à implementação do Programa de Atendimento aos desnutridos e às gestantes de risco nutricional no município de Paracuru/CE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Ressalva para o Enunciado nº 04/5ª CCR.
106 Procedimento: 1.15.000.002267/2010-33
Interessado: Sr. Antônio
Assunto: Possíveis irregularidades no pagamento aos recenseadores e no fornecimento de dados fictícios realizado pelo IBGE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
107 Procedimento: 1.15.000.003049/2010-16
Interessado: Anônimo
Assunto: Suposta acumulação irregular de função pública no Hospital Walter Cantídio- UFC.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
108 Procedimento: 1.15.000.003268/2010-03
Interessado: Rodrigo Valgas de Albuquerque
Assunto: Possíveis irregularidades na não disponibilização das contas na internet por órgãos da Administração Pública estadual cearense.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
109 Procedimento: 1.16.000.002780/2010-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF.
Assunto: Suposto descumprimento reiterado de ordens judiciais pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa. Agravo de instrumento nº 2009.01.00.069860-4.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
110 Procedimento: 1.16.000.002982/2010-39
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU.
Assunto: Cópia do Acórdão nº 4225/2010. TC-029.114/2008-5. Suposta irregularidade na aplicação de recursos federais oriundos do convênio nº 95635/2000 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - ABDV.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
111 Procedimento: 1.16.000.003157/2010-51
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU e outros
Assunto: Supostas práticas contrárias à Lei Complementar 123/2006 e ao Decreto 6204/2007 em licitações públicas. Empresa 2MM Eletro Comunicações Comércio Representação Ltda e outras.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
112 Procedimento: 1.16.000.003577/2010-38
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF.
Assunto: Fundação Universitária de Brasília - FUB. Fundação de Apoio - FUBRA. Supostas irregularidades em contratos firmados entre a FUB e a FUBRA. Tomada de Contas nº 017.506/2002-3. Contrato nº 0176/2001. Ações de interesse do Centro de Seleção e Promoção de Eventos - CESPE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
113 Procedimento: 1.16.000.003760/2010-33
Interessado: MÉRCIA M. V. ALVES e outros
Assunto: Servidor público federal. 13º salário. Atraso no pagamento. Supostas irregularidades consistentes no recorrente atraso por parte do governo federal no pagamento do décimo terceiro salário dos servidores públicos federais. Pagamento da gratificação, que conforme disposição legal deveria ser efetuado até o dia 20 de dezembro de cada ano, sempre ocorre apenas no dia 05 de janeiro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Enunciado nº 03/5ª CCR.
114 Procedimento: 1.17.000.000934/2010-79
Interessado: FABRICIO CASER
Assunto: DNIT. Possíveis irregularidades nas condições de tráfego na rodovia federal BR 101-ES no trecho conhecido como Ponte do Bagaço, tendo em vista a ocorrência de acidentes.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
115 Procedimento: 1.17.000.001234/2010-00
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades no concurso para professor adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo, edital 32/2010, em que uma candidata teria sido irregularmente beneficiada na prova de título, já que a referida candidata não possuía a titulação no momento do concurso.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
116 Procedimento: 1.18.000.001537/2010-87
Interessado: VIVIANE PEREIRA COSTA
Assunto: INSS. Suposto descumprimento da determinação judicial de implantação de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez de segurada. Autos 2009.35.00.908068-2.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
117 Procedimento: 1.18.000.001662/2010-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Persistência de deficiência no controle e fiscalização, tendo em vista a ocorrência reiteradas situações de invasões por famílias em imóveis do INCRA, destinados a reforma agrária.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
118 Procedimento: 1.18.000.002565/2010-11 (SIGILOSO)
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
119 Procedimento: 1.19.000.000088/2010-12
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação dos recursos repassados pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente ao município de Chapadinha/MA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
120 Procedimento: 1.20.000.000052/2010-18
Interessado: IMPERTEC IMPERMEABILIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na execução de pavimentação asfáltica no Parque dos Bandeirantes, município de Mirassol D'Oeste-MT, pela IMPERTEC Impermeabilizações e Construções Ltda.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
121 Procedimento: 1.20.000.000766/2010-26
Interessado: Prefeitura Municipal de Tabaporã
Assunto: Possíveis irregularidades na administração do município de Tabaporã/MT no período de 2000 a 2008.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
122 Procedimento: 1.20.000.001012/2010-93
Interessado: FERNANDO SCHROETER
Assunto: Possível falta de gerenciamento de recursos públicos federais por parte da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
123 Procedimento: 1.20.000.001037/2010-97
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Caixa Econômica Federal. Supostas irregularidades cometidas por funcionário em que acumulava a função de cargo de chefia da ativa com os proventos de aposentadoria .
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
124 Procedimento: 1.20.000.001165/2010-31
Interessado: CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU
Assunto: Relatório de Fiscalização n. 01264, Município de Juruena - MT. Suposta aplicação de irregularidades ao recursos públicos federais no município. Programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
125 Procedimento: 1.20.000.001185/2010-10
Interessado: CGU/PR-CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Assunto: Relatório de Fiscalização nº 826/2006 da CGU no Município de Bom Jesus do Araguaia/MT. Supostas irregularidades apuradas no programa oferta dos serviços de telecomunicações do ministério das comunicações.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
126 Procedimento: 1.20.000.001224/2010-71
Interessado: CGU/PR-CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Alto Boa Vista/MT. Programa de previdência social básica do Ministério da Previdência Social.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
127 Procedimento: 1.20.000.001553/2010-11
Interessado: Município de Nortelândia/MT e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na execução de convênio firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a prefeitura municipal de Nortelândia, Mato Grosso, para recuperação de malha asfáltica.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
128 Procedimento: 1.20.000.001845/2010-54
Interessado: RUTH SENYSE ALVES PEREIRA e outros
Assunto: Possível irregularidade envolvendo o governo do estado de Mato Grosso em face do Processo Judicial nº 227/2010. Suposto descumprimento de ordem judicial.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
129 Procedimento: 1.20.000.001973/2010-06
Interessado: ASSOCIAÇÃO HALITINÃ PARESI e outros
Assunto: Notícia de que servidor público federal da FUNAI - Fundação Nacional do Índio estaria incorrendo em ilegalidade, ao cumular cargo público com presidência de associação civil que recebe recursos do governo federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
130 Procedimento: 1.22.000.000542/2010-40
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposta contratação de servidores sem concurso público pelo Conselho Regional de Química da 2ª Região.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

131 Procedimento: 1.22.000.002112/2010-62
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possível extrapolação do poder de fiscalização do exercício de profissão de músicos. Conselho Regional de Minas Gerais.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
132 Procedimento: 1.22.000.003274/2010-18
Interessado: Sra. Aline Santos Caldeira e outros
Assunto: Apuração de problemas ocorridos durante a aplicação da prova do concurso público do Tribunal Regional do Trabalho realizado pela Fundação Carlos Chagas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
133 Procedimento: 1.22.000.003659/2010-85
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na demolição das balanças de pesagem do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes nas rodovias federais. Substituição por "containers" sem a realização de procedimento licitatório.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
134 Procedimento: 1.22.001.000177/2010-63
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Relatório de Fiscalização nº 01448 da CGU. Município de Argirita/MG. Convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Supostas irregularidades.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
135 Procedimento: 1.22.009.000187/2010-29
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta irregularidade na utilização de verbas federais originárias do contrato de repasse nº 2604.177.475-66/2005, firmado entre o Município de Itapé/MG e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
136 Procedimento: 1.22.009.000335/2010-13
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades cometidas por prefeito municipal de Itanhomi/MG, em virtude da não realização integral do objeto pactuado com a Fundação Nacional de saúde - FUNASA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Ressalva para o cumprimento do Enunciado nº 04/5ª CCR.
137 Procedimento: 1.22.009.000342/2010-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na utilização de verbas públicas federais originárias do convênio nº 2432/1999, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Município de Engenho Caldas/MG.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Ressalva para o cumprimento do Enunciado nº 04/5ª CCR.
138 Procedimento: 1.22.014.000038/2010-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades no armazém da CONAB/MG em Perdões/MG.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à 3º Câmara de Coordenação e Revisão para análise da promoção de arquivamento.
139 Procedimento: 1.23.000.002312/2010-88
Interessado: RAIMUNDO MORAES
Assunto: Eventual irregularidade na compra de exemplares dos jornais O Liberal e Diário do Pará pelo Governo do Estado "sem concorrência pública". Contrato 188/2010. Contrato 189/2010.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
140 Procedimento: 1.23.000.002331/2010-12
Interessado: MPE/PA/MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ e outros
Assunto: Tomada de Contas realizada na Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista/PA, referente ao exercício financeiro de 2004. Indicação de ações ajuizadas e representações propostas em razão de malversação de recursos públicos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
141 Procedimento: 1.24.000.001074/2010-56
Interessado: LENICE FERREIRA GOMES e outros
Assunto: Possível desrespeito à ordem de beneficiários de casas construídas às expensas do Governo Federal em Cabedelo/PB, especificamente no Jacaré, além de possível malversação de recursos públicos consistente na construção precária das mesmas casas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
142 Procedimento: 1.24.000.001578/2010-76
Interessado: SECEX-PB/SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - TCU - PB
Assunto: Tribunal de Contas da União - TCU. Processo nº 017.976/2007-0. Tomada de Contas Especial instaurada para apurar suposto sobrepreço no Contrato de Repasse nº 0135575-94, firmado entre o Município de João Pessoa/PB e a Caixa Econômica Federal.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
143 Procedimento: 1.24.001.000166/2010-17
Interessado: FUNASA-PB/FUNASA-PB - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - PB e outros
Assunto: FUNASA. Convênio nº 274/04 (SIAF 522141) firmado com o município de Frei Martinho/PB, objetivando a execução de melhorias habitacionais para controle da Doença de Chagas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
144 Procedimento: 1.25.000.000174/2010-28
Interessado: VARA DO TRABALHO DE COLOMBO e outros
Assunto: Condenação do município de Itaperuçu/PR ao pagamento de verbas trabalhistas referentes a salários em atraso, diferenças salariais, reflexos em férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições previdenciárias.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
145 Procedimento: 1.25.008.000096/2010-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível abuso no exercício da liberdade de radiodifusão por parte da TV Vila Velha. Programa Rádio Patrulha - RP2.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento, com remessas ao MPE para as providências que considerar pertinentes.
146 Procedimento: 1.25.009.000304/2010-42
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Município de Esperança Nova/PR. Supostas irregularidades no cumprimento do disposto na Lei nº 9.452/97.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
147 Procedimento: 1.26.000.000018/2010-20
Interessado: Tereza de Fátima Alecrim Coelho - chefe do SEAUD/PE e outros
Assunto: Apuração de notícia de irregularidades, no âmbito do Município de Itaquitinga, Pernambuco (Secretaria de Saúde), quanto à distribuição dos serviços de saúde oferecidos pela Unidade Mista Adelina Azevedo.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
148 Procedimento: 1.26.000.000600/2010-96
Interessado: Corregedoria-Geral da Advocacia da União e outros
Assunto: Apurar notícia de cometimento, em tese, de ato de improbidade administrativa, por procurador da Fazenda Nacional em Pernambuco, consubstanciada por possível prática de advocacia, fora de suas atribuições institucionais, consoante previsto no art. 11, da Lei nº 8.429/1992.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
149 Procedimento: 1.26.000.001112/2010-04
Interessado: Luiz Alberto Gurgel de Faria, desembargador federal presidente do TRF/5 e outros
Assunto: Empresa Municipal de Limpeza Urbana do Recife/PE - EMLURB. Não satisfação, no prazo constitucional, de débitos inscritos em precatórios.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
150 Procedimento: 1.26.000.002650/2010-16 (SIGILOSO)
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
151 Procedimento: 1.26.000.002752/2010-23
Interessado: FELIPE PESSOA DE CARVALHO SANTOS
Assunto: Suposta irregularidade na aplicação das provas do ENEM 2010, no tocante ao registro do nome do candidato na folha da prova de redação, o que poderia gerar parcialidade na correção das referidas provas.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
152 Procedimento: 1.26.000.002761/2010-14
Interessado: VALDEREZ DORNELAS DA SILVA
Assunto: Suposta irregularidade no âmbito da 7ª Região Militar / 7ª Divisão de Exército do Comando Militar do Nordeste, no tocante à demora na expedição de certidão de tempo de serviço militar de ex-combatente, solicitada pela interessada.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
153 Procedimento: 1.27.000.001209/2010-71
Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRAZ DO PIAUI e outros
Assunto: Supostas irregularidades na prestação de contas do Município de São Bráz do Piauí/PI. Programa PNAC. Verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
154 Procedimento: 1.27.000.001938/2010-28
Interessado: DENASUS/PI - Departamento Nacional de Auditoria do SUS
Assunto: Possíveis irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Tapuio/PI. Auditoria do Departamento Nacional do SUS- DENASUS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
155 Procedimento: 1.28.000.000799/2010-88
Interessado: MPF/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros
Assunto: Supostas irregularidades em convênio celebrado entre a União Federal e o Município de Senador Georgino Avelino/RN. Construção de unidade hospitalar.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
156 Procedimento: 1.28.000.000965/2010-46
Interessado: REVELINO DE SOUZA PANTOJA
Assunto: Suposta prática de prevaricação por parte de Delegado da Polícia Federal, ao atuar sucessivamente como testemunha e como corregedor em um mesmo processo administrativo disciplinar.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
157 Procedimento: 1.28.000.001732/2010-61
Interessado: 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-RN
Assunto: Estado de abandono do antigo Posto da Polícia Rodoviária Federal localizado na altura do km 116 da BR-101, Município de São José de Mipibu/RN.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
158 Procedimento: 1.29.000.000995/2010-15
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposto desvio de verbas do Sistema Nacional de Emprego - SINE no Município de Erechim/RS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Enunciado nº 03/5ª CCR.
159 Procedimento: 1.30.009.000153/2010-62
Interessado: Controladoria-Geral da União-CGU - CGU e outros
Assunto: Apuração de possíveis irregularidades na aplicação de verbas oriundas do Ministério da Educação no município de Cabo Frio, Rio de Janeiro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
160 Procedimento: 1.30.012.000580/2010-91
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades decorrentes da ocultação ou cientificação tardia ao Ministério Público Federal acerca de processos de apuração de responsabilidade em inquérito administrativo, sindicância ou procedimento administrativo disciplinar no âmbito do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
161 Procedimento: 1.30.012.000587/2010-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na ocultação ou cientificação tardia do Ministério Público Federal acerca de processos de apuração de responsabilidade, nos órgãos e entidades federais sediados no Rio de Janeiro.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
162 Procedimento: 1.30.906.000901/2010-93
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na concessão de benefício do Bolsa Família no Município de Cordeiro/RJ.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
163 Procedimento: 1.33.001.000520/2010-96
Interessado: ANA LUÍSA DA SILVEIRA ROLIM.
Assunto: Exame da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. Exame unificado 2010.2, organizado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. 2ª Fase. Edital de abertura de 20 de agosto de 2010. Supostas irregularidades relacionadas à correção da 2ª fase do exame para a OAB.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
164 Procedimento: 1.33.007.000636/2010-75
Interessado: GELSON LUIZ DE SOUZA e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos federais pelo Município de Laguna/SC. Exercício 2008.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
165 Procedimento: 1.34.001.009436/2010-09
Interessado: Anônimo
Assunto: Possível irregularidade no processo licitatório de gestão do Memorial do Imigrante.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
166 Procedimento: 1.34.002.000021/2010-51
Interessado: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF e outros
Assunto: Departamento Nacional de Polícia Federal. Suposto crime de prevaricação praticado por Delegado de Polícia Federal em Araçatuba/SP. Desídia na condução de inquérito referente a crime de tráfico de drogas.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
167 Procedimento: 1.34.004.200124/2010-08
Interessado: Vereador da Camara Municipal de Valinhos
Assunto: Supostas irregularidades praticadas pelo Prefeito Municipal de Valinhos, que estaria retardando a inauguração da "Farmácia Popular" para data próxima das eleições, com o intuito de divulgar o nome de sua esposa, candidata a deputada estadual.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
168 Procedimento: 1.34.012.000921/2010-80
Interessado: Antonio Carlos Banha Joaquim
Assunto: ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Suposta ineficiência de sua atuação no controle de doenças transmissíveis oriundas de outros países, com acesso na cidade de Santos/SP através de passageiros em navios atracados no Porto de Santos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à Proc. Federal dos Direitos do Cidadão.
169 Procedimento: 1.34.016.000282/2010-12
Interessado: VERA HELENA MARTINEZ MILANEZZI
Assunto: Eventual ocorrência de descumprimento a lei 11.108/2005 por parte da Santa Casa de Angatuba - sediada na área de atuação desta procuradoria.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à Proc. Federal dos Direitos do Cidadão para análise da promoção de arquivamento.
170 Procedimento: 1.34.016.000339/2010-83
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de eventual ato de improbidade administrativa praticado por agentes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT em relação à baixa disponibilidade de soluções de segurança nas agências dos Correios no interior de São Paulo. Conflito de atribuição.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à Procuradoria da República no Município de Sorocaba/SP, ora suscitada, para proceder as diligências necessárias ao estabelecimento e solução dos fatos.
171 Procedimento: 1.35.000.001038/2010-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades na execução do convênio CDC nº 44/1998 firmado entre a SUDENE e o Estado de Sergipe, relativo ao Programa emergencial de frentes produtivas.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
172 Procedimento: 1.35.000.001372/2010-62
Interessado: SMS/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACAJU/SE e outros
Assunto: Suposta omissão praticada por Secretário Municipal de Saúde de Aracaju/SE.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
173 Procedimento: 1.36.000.000970/2010-87
Interessado: IVAN PAZ DA SILVA
Assunto: Supostas irregularidades cometidas pelo prefeito de Aguiarnópolis/TO, na aplicação de multas interpostas pelo Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, e pela vice-prefeita, relativas à saúde municipal na distribuição de medicamentos com sua assinatura em receituários médicos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
174 Procedimento: 1.11.000.000085/2011-58
Interessado: DENÚNCIA ON LINE
Assunto: Improbidade administrativa. Agente político. Município de Rio Largo/AL. Notícia de desvio de recursos federais destinados à merenda escolar. Possíveis fraudes em licitações.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
175 Procedimento: 1.14.004.000007/2011-10
Interessado: TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no Município de Riachão do Jacuípe/BA. Exercícios 1993 a 1996 e 1997 a 2000.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Cumprimento do Enunciado nº 08/5ª CCR.
176 Procedimento: 1.15.000.000084/2011-64
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Instituto Nacional do Seguro Social. Concurso público para provimento de vagas no cargo de Perito Médico Previdenciário. Edital Nº 1 - INSS , de 13 de janeiro de 2010. Abertura de inscrições para o credenciamento temporário de peritos médicos. Vagas para os Municípios de Fortaleza, Itapipoca, Sobral, Aracati, Quixadá, Russas, Acaraú e Crateús/CE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
177 Procedimento: 1.15.000.000205/2011-78
Interessado: Renato Bastos de Souza Filho
Assunto: Supostas irregularidades na oferta de cursos da Associação de Ensino Superior a prefeituras do Estado do Ceará.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
178 Procedimento: 1.15.000.000325/2011-75
Interessado: Sandro Pires Marques
Assunto: Possíveis irregularidades no uso da máquina pública em prol de contratos. Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
179 Procedimento: 1.15.003.000022/2011-22
Interessado: Sindicato dos Servidores de Santa Quitéria
Assunto: Possíveis irregularidades no repasse de contribuições ao Instituto Municipal de Previdência Social de Santa Quitéria - IPESQ.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
180 Procedimento: 1.16.000.000078/2011-70
Interessado: IDENTIDADE PRESERVADA POR SIGILO e outros
Assunto: Possíveis irregularidades nas respostas divulgadas no gabarito do concurso para Oficiais Temporários da Aeronáutica do ano de 2011.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
181 Procedimento: 1.16.000.000822/2011-36
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Supostas irregularidades em processo administrativo disciplinar no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Prorrogações sucessivas de prazo para conclusão dos trabalhos apuratórios.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
182 Procedimento: 1.17.000.000519/2011-04
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades em licitação promovida pela Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo - SEAG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
183 Procedimento: 1.20.000.000269/2011-17
Interessado: OAB/MT
Assunto: Possíveis irregularidades na gestão do Hospital Metropolitano de Várzea Grande/MT.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
184 Procedimento: 1.22.000.000059/2011-46
Interessado: Carlos Alberto Flores de Oliveira
Assunto: Possíveis irregularidades na realização de pregões eletrônicos promovidos pelo Banco do Brasil.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
185 Procedimento: 1.23.002.000014/2011-14
Interessado: ADMILTON FIGUEIREDO DE ALMEIDA e outros
Assunto: Suposto ato abusivo da Delegacia da Receita Federal do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Brasil em Santarém/PA. Ausência de resposta às petições apresentadas por contribuinte.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
186 Procedimento: 1.24.002.000005/2011-96
Interessado: ALCIDES MODESTO E OUTROS e outros
Assunto: Supostas irregularidades na execução das obras de construção dos Açudes Saco e Canoas, ambos no Município de Nova Olinda/PB. Obras paralisadas e inacabadas.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão para análise da promoção de arquivamento. e posterior encaminhamento dos autos à PR de origem para cumprimento de diligências.
187 Procedimento: 1.26.000.000199/2011-75
Interessado: Deoclecio Manoel Correia
Assunto: Possíveis irregularidades no Município de Ribeirão.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
188 Procedimento: 1.26.000.000500/2011-41
Interessado: Conselho Municipal de Saúde de Araçoiaba
Assunto: Possíveis irregularidades na saúde pública do município de Araçoiaba/PE. Programa Saúde da Família.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
189 Procedimento: 1.26.000.000719/2011-40
Interessado: Osana Cavalcante Brito
Assunto: Possíveis irregularidades em concurso público para professor, realizado no Município de Goiana, em julho/2010.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
190 Procedimento: 1.26.000.000745/2011-78
Interessado: Eudson Henrique de Freitas
Assunto: Possíveis irregularidades no pagamento de salário e de verbas rescisórias em contrato de trabalho celebrado para o período de 21/07/2010 a 21/02/2011.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
191 Procedimento: 1.26.000.000778/2011-18
Interessado: Anonimo
Assunto: Supostas irregularidades ocorridas no SEBRAE/PE no tocante à existência de um funcionário que vem recebendo salários do SEBRAE desde 2005, sem, no entanto, trabalhar naquele órgão.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
192 Procedimento: 1.33.005.000084/2011-04
Interessado: Carmen Lucia Sabino de Oliveira de Miranda
Assunto: Possíveis irregularidades no edital do concurso público do Hospital Municipal São José.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
193 Procedimento: 1.34.004.000467/2011-47
Interessado: Antonio Elias Barbosa Junior
Assunto: Possíveis irregularidades ocorridas em atendimentos no âmbito do Detran. Município de Campinas/SP.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
194 Procedimento: 1.35.000.000254/2011-18
Interessado: José Raimundo Ribeiro Júnior
Assunto: Possíveis atos de improbidade por parte do Prefeito de Lagartos, consistentes em irregularidades na realização de obras públicas.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
195 Procedimento: 1.35.000.000380/2011-72
Interessado: Ivo Lúcio Santana Marcelino da Silva
Assunto: Supostas perseguições aos servidores grevistas dos Centros de Atendimento ao Cidadão (CEAC'S), vinculados ao Governo do Estado de Sergipe.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição , nos termos do voto oral proferido pela Relatora.
Deu-se por encerrada a sessão às 12:00 horas.
E, não havendo nada mais a ser decidido na presente Reunião, foi por mim, Roberto Campos Alcântara, Matrícula 13.940-8, _____, lavrada a presente Ata, que vai também assinada pelos presentes abaixo indicados.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Membro Titular

DENISE VINCI TULIO
Membro Titular

VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES
Membro Suplente

ATA DA 597ª REUNIÃO

Aos 2 dias do mês de maio de 2011, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República, reuniram-se os membros da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em sessão ordinária presidida pelo Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Presentes a Dra. Denise Vinci Tulio, membro titular, e ausente justificadamente a Dra. Valquíria Oliveira Quixadá Nunes, membro suplente. O Presidente iniciou a sessão às 10:00 horas e trouxe a julgamento os procedimentos de sua relatoria. Em seguida foram votados os procedimentos da relatoria da Dra. Denise Vinci Tulio.

Exame de Procedimentos

1 Procedimento: 08190.051187/02-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros
Assunto: Ocupação irregular de área pertencente à União por agências de automóveis. Área localizada na Rodovia BR-070 - km 2,0 - lado esquerdo. Região Administrativa de Taguatinga/DF.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
2 Procedimento: 08123.000604/96-51
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Saúde. Suposta irregularidade do funcionamento do Sistema de Inf. Ambulatorial do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS. Hospital Monumento. DOCUMENTOS EM UMA CAIXA NA SALA DE REUNIÕES
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
3 Procedimento: 1.14.000.000926/2001-43
Interessado: PRDC
Assunto: Possível envolvimento de servidor Empreendedor Social do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na indevida intermediação da compra de materiais de construção pela Associação do Projeto de Assentamento Rio Branco junto à sociedade empresária Comercial de Materiais de Construção Fontes Brito Ltda., com a utilização de recursos do Crédito Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
4 Procedimento: 1.00.000.007477/2003-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Município de São Geraldo do Araguaia - PA, objetivando promover o cumprimento dos direitos sociais a educação, a saúde, e a proteção da infância.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
5 Procedimento: 1.14.000.000649/2004-11
Interessado: Sistema Único de Saúde-SUS
Assunto: Governo do Estado da Bahia. Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Relatório de Auditoria do SUS nº 95/2002. Secretaria Municipal de Saúde de Medeiros Neto. Acompanhamento.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
6 Procedimento: 1.14.000.000680/2004-52
Interessado: CELSON ANTÔNIO SOARES CAMBUÍ
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de verbas do FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério repassadas ao município de Irecê/BA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
7 Procedimento: 1.14.000.001060/2004-31
Interessado: CGU
Assunto: CGU - Controladoria-Geral da União. Relatório de fiscalização nº 30. Ministério do Trabalho e Emprego. Supostas irregularidades relacionadas a diversos recursos e serviços submetidos à fiscalização no município de Cansanção/BA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
8 Procedimento: 1.20.000.000471/2004-10
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU
Assunto: Supostas irregularidades em convenio nº 729/94 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Governo do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde - SES/MT. Cópia do Acórdão nº 432/2004, TC 003.647/2003-8.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão para análise da promoção de arquivamento. com posterior remessa à PR de origem para diligenciar junto ao TCU acerca do real valor a ser ressarcido.
9 Procedimento: 1.20.000.000775/2004-79
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Tribunal de Contas da União. Sessão Plenária. Suspensão das concessões de auxílio financeiro do convênio nº 013/2003, o que pode gerar prejuízos aos alunos beneficiários do referido convênio.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
10 Procedimento: 1.25.000.003532/2004-14
Interessado: União Federal e outros
Assunto: Cancelamento do Registro de Entidade ao CNAS/CEBAS - Entidade Beneficente de Assistência Social. Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA. Supostas irregularidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
11 Procedimento: 1.26.000.002051/2004-46
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de recursos transferidos pelo Ministério da Educação ao município de Tamandaré/PE.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
12 Procedimento: 1.28.007.000002/2004-34
Interessado: Sr. Nilton Galvão de Paiva
Assunto: Supostas irregularidades no Projeto Inhame Irrigado financiado pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Observar o cumprimento do Enunciado nº 3.
13 Procedimento: 1.30.007.000166/2004-11
Interessado: Câmara Municipal de Três Rios/RJ
Assunto: Ministério da Saúde-MS. Sistema Único de Saúde-SUS. Prefeitura Municipal de Três Rios/RJ. Construção do Hospital Municipal de Três Rios. Supostas irregularidades na aplicação de recursos.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
14 Procedimento: 1.34.023.000082/2005-11
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades no Município de São Carlos/SP.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

15 Procedimento: 1.13.000.000190/2006-55
Interessado: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE e outros
Assunto: Apuração de informação de que os municípios Representados não se desincumbiram da atribuição de formar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), fato que inviabilizará o recebimento dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
16 Procedimento: 1.16.000.002391/2006-85
Interessado: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GRUPO DE TRABALHO - FORÇA TAREFA/DF
Assunto: Suposta prática de atos de improbidade administrativa de servidor do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, bem como eventual lesão ao patrimônio público.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
17 Procedimento: 1.20.000.000643/2006-17
Interessado: Jorge Fernando Valls Gonzales
Assunto: Possíveis irregularidades ocorridas no posto de saúde da família da cidade de Apiacás/MT.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
18 Procedimento: 1.27.000.001009/2006-32
Interessado: Controladoria-Geral da União - CGU e outros
Assunto: Ministério da Educação. Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais pelo Município de Paulistana/PI. Programa/Ação Toda Criança na Escola - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Com redistribuição do feito caso o Procurador Oficiante mantenha o seu posicionamento.
19 Procedimento: 1.22.002.000084/2007-23
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto: Município de Pedrinópolis/MG durante o período de 1997 a 2000. Supostas irregularidades praticadas pela administração municipal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
20 Procedimento: 1.11.000.000199/2008-01
Interessado: CGU - Controladoria-Geral da União - CGU e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Messias/AL. Programa "Brasil Alfabetizado". Ministério da Educação.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
21 Procedimento: 1.13.000.001633/2008-97
Interessado: ALCENIR JESUS DE FREITAS LIMA e outros
Assunto: Apuração de suposta ocorrência de perseguição contra servidor público federal, além da supressão de alguns benefícios no seu contra-cheque, sem razão aparente que a justifique.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
22 Procedimento: 1.17.000.000680/2008-74
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração de suposta irregularidade na concessão do benefício Bolsa Família a servidores e/ou parentes do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Laranja da Terra - Espírito Santo.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
23 Procedimento: 1.18.000.009546/2008-00
Interessado: CLÁUDIO BRAGA LIMA e outros
Assunto: Suposta fraude no concurso público do Conselho Regional de Administração de Goiás. Processo 2008000100036009.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
24 Procedimento: 1.20.000.000135/2008-92
Interessado: TRIBUNLA DE CONTAS DA UNIÃO - TCU
Assunto: Tribunal de Contas da União. TC 003.911/1999-3. Indícios de irregularidades na obra de duplicação de passagem urbana de Várzea Grande-MT, nas Rodovias BR-070, BR-763 e BR-364.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto.
25 Procedimento: 1.24.000.000363/2008-13
Interessado: ZENÓBIO TOSCANO DE OLIVEIRA
Assunto: Aterramento de medicamentos em lugar impróprio - Possível ato de improbidade administrativa.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
26 Procedimento: 1.27.000.000489/2008-86
Interessado: FUNATEC e outros
Assunto: Supostas irregularidades no Edital do Pregão Presencial nº 07/2007, realizado pela Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí - SESAPI.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Com remessa dos autos ao MPE.
27 Procedimento: 1.27.000.001505/2008-58
Interessado: Indústria e Comércio de Móveis e Instalações Comerciais Ltda e outros
Assunto: Supostas irregularidades no processo licitatório pregão eletrônico nº 14/2008, realizado pelo Coordenador de Licitação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
28 Procedimento: 1.29.005.000081/2008-90
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Apuração do cumprimento da norma constante no artigo 2º da lei nº 9.452/1997 pelo Município de Arroio Grande/RS.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
29 Procedimento: 1.30.009.000132/2008-22
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Prefeitura municipal de Cabo Frio - Obra de desassoreamento do canal do itajuru - Lagoa de Araruama - Utilização de areia e argila para destinação diversa daquela prevista em lei - Aparente comercialização. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
30 Procedimento: 1.35.000.000302/2008-72
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: TV Aperipê. Suposta utilização indevida de concessão federal. Promoção pessoal do ex-Governador de Sergipe.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
31 Procedimento: 1.35.000.001132/2008-43
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Universidade Federal de Sergipe. Supostas irregularidades administrativas praticadas pela chefia do Departamento de Direito.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
32 Procedimento: 1.14.003.000078/2009-08
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Suposta malversação de verbas públicas federais, repassados pelo Ministério da Educação, envolvendo verbas do FUNDEF, PNTE, PNAE, PNATE no município de Muquém do São Francisco/BA. Relatório de Fiscalização nº 616/2005 da CGU.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
33 Procedimento: 1.14.004.000234/2009-12
Interessado: Promotoria de Justiça de Castro Alves
Assunto: Supostas irregularidades praticadas com recursos do Programa Bolsa Família no Município de Castro Alves/BA.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
34 Procedimento: 1.18.000.001209/2009-47
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Apuração de irregularidades em programas e ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no município de Palmeiras de Goiás/GO.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
35 Procedimento: 1.20.000.000675/2009-57
Interessado: SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA - FRANCISCO MORAES CHICO COSTA - SUPERINTENDENT
Assunto: Cópia do Processo SFA/MT nº 21024.002009/2009-01, sobre apreensão de produto não licenciado junto ao Ministério da Agricultura, do estabelecimento rural, Sinop/MT.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão para análise da promoção de arquivamento.
36 Procedimento: 1.22.013.000248/2009-55
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros
Assunto: Empresa Carmela Pelegrine. Possível extração irregular de areia, sem autorização de órgão ambiental competente. Município de Careaçu/MG.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à 4a. Câmara de Coordenação e Revisão para análise da promoção de arquivamento.
37 Procedimento: 1.25.000.002058/2009-18
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PR/PR
Assunto: Apuração de improbidade administrativa por parte de Policiais Militares. Favorecimento da fuga de presos sobre custódia em estabelecimento hospitalar.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pelo retorno dos autos à PR de origem para adoção das providências indicadas no voto. Para análise dos fatos à luz da Lei de Improbidade Administrativa, com redistribuição do feito.
38 Procedimento: 1.26.000.001985/2009-75
Interessado: Associação dos Amigos de Palmares e outros
Assunto: Apuração de notícia de irregularidades, no âmbito do Município de Palmares, Pernambuco, no âmbito da gestão dos serviços de Saúde nos exercícios de 2006,2007, 2008, 2009.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
39 Procedimento: 1.26.002.000174/2009-37
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos repassados ao município de Surubim/PE mediante o Convênio nº 1.187/96, celebrado entre o município e o Ministério da Educação.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
40 Procedimento: 1.29.008.000855/2009-33
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Júlio de Castilhos/RS. Recursos oriundos no Ministério da Saúde.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
41 Procedimento: 1.29.017.000290/2009-85
Interessado: BEATRIZ TERESINHA CARDOSO LIMA
Assunto: Suposta irregularidade referente a transmissão de dados pessoais por parte da Agência do INSS de Canoas, bem como pelo escritório de Advocacia Hanoff Advogados.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
42 Procedimento: 1.30.010.000058/2009-96
Interessado: MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Vassouras/RJ. Supostas inconsistências no envio de dados do Cartório de Registros Públicos no Município à agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
43 Procedimento: 1.30.012.000073/2009-14
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: CREMERJ/RJ - Possíveis irregularidades em pagamentos a fornecedores e conselheiros. Agência de correios franqueada Araribóia e Agência de correios franqueada Mutuá. Contratações sem licitação através de RPA's. TC 014.934/2009-3.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
44 Procedimento: 1.30.017.000017/2009-30
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possível malversação de verba federal destinada ao pagamento de agentes comunitários de Posto de Saúde da Família (PSF).
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
45 Procedimento: 1.31.001.000211/2009-57
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Relatório de Fiscalização CGU n° 00844. Supostas irregularidades no repasse de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao Município de Novo Horizonte D'oeste, por ocasião do 21° sorteio público.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
46 Procedimento: 1.33.009.000093/2009-32
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Videira/SC. Pagamento de combustíveis consumidos por veículos não arrolados na frota do Departamento de Assistência Social. Recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
47 Procedimento: 1.11.000.000924/2010-57
Interessado: PRM-ARAPIRACA-PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE ARAPIRACA-AL
Assunto: Possível prática de propaganda eleitoral antecipada e de condutas vedadas por parte de servidor do Instituto Nacional do Seguro Social e pré-candidato a deputado estadual no pleito vindouro.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
48 Procedimento: 1.13.000.000931/2010-84
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposta dificuldade de interposição de recurso referente às provas do Concurso Público para auditor Fiscal do Trabalho, Edital nº 124 da ESAF.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
49 Procedimento: 1.13.000.001176/2010-55
Interessado: MPF/MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto: Possíveis irregularidades no Banco da Amazônia S/A. Administração dos recursos do PRONAF destinados a financiamento de projeto agrícola no PA Tarumã Mirim.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
50 Procedimento: 1.14.004.000305/2010-11
Interessado: Tribunal de Contas da União
Assunto: Suposta prática de irregularidades na aplicação de recursos do Ministério da Previdência e Assistência Social. Construção de um Centro de Múltiplo Uso. Município de Central/BA. Acórdão n. 2096/2010 do TCU.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
51 Procedimento: 1.15.000.001312/2010-32
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades praticadas pela empresa SÃO LUÍS AGROPECUÁRIA S/A - SALUSA. Aplicação de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
52 Procedimento: 1.16.000.001801/2010-57
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Suposto descumprimento de normas internas por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Não renovação de autorização de porte de arma para servidores que exercem o cargo de fiscal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
53 Procedimento: 1.16.000.003545/2010-32
Interessado: MARLI DA SILVA RODRIGUES. e outros
Assunto: Licitação. Pregão eletrônico n° 026/2010 realizado pelo Ministério das Comunicações (processo n° 53000.063571/2009-68). Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de tratamento técnico arquivístico de acervo documental. Suposto superfaturamento, quando comparado com outros procedimentos.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
54 Procedimento: 1.19.001.000166/2010-79
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Município Senador La Rocque/MA. Ex-prefeito do município., Suposta ausência da não prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE/2004.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
55 Procedimento: 1.22.000.003589/2010-65
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Procuradoria da Fazenda Nacional em Minas Gerais. Supostas irregularidades no sistema de agendamento para atendimento ao contribuinte.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
56 Procedimento: 1.22.000.003658/2010-31
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades ocorridas na manutenção do anel rodoviário de Belo Horizonte/MG. Km 06, próximo ao bairro das indústrias.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
57 Procedimento: 1.26.000.000244/2010-19
Interessado: Elias Alves de Lira, prefeito de Vitória de Santo Antão/PE e outros
Assunto: Apuração de notícia de cometimento de atos de improbidade administrativa, no âmbito do município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco , consistente em possível malversação de recursos federais do Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA, no exercício de 2006.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
58 Procedimento: 1.26.000.000540/2010-10
Interessado: Letícia Lima dos Santos e outros
Assunto: Supostas irregularidade, quanto à realização de cursos preparatórios de português, matemática e raciocínio lógico, financiados pela PETROBRÁS. Beneficiários do Programa Bolsa Família. Realização do concurso oferecido pelo PROMINP - Programa Nacional de Qualificação Profissional.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
59 Procedimento: 1.26.000.002532/2010-08
Interessado: ADERVAL BEZERRA DE GOUVEIA E OUTROS e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Belém de Maria/PE. Verbas oriundas do Ministério das Cidades. Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
60 Procedimento: 1.26.000.002535/2010-33
Interessado: CGU/CONTROLADORIA GERAL DO UNIÃO - CGU/DF e outros
Assunto: Apuração de supostas irregularidades na aplicação de recursos advindos do Sistema Único de Saúde - SUS no Município de Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
61 Procedimento: 1.27.000.000866/2010-00
Interessado: MARCOS ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS
Assunto: Concurso público realizado pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Supostas irregularidades.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
62 Procedimento: 1.27.000.001822/2010-99
Interessado: ANDRÉ LUIS BENINCÁ e outros
Assunto: Possíveis atos de improbidade administrativa e crime de prevaricação por parte de servidores do INCRA/PI. Utilização do instituto da desapropriação irregularmente. Impedimento da implantação de culturas sistematizadas de soja e milho na região.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
63 Procedimento: 1.28.000.000632/2010-17
Interessado: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO-CGU
Assunto: Relatório de Fiscalização nº 01473/2009-CGU: Programa de apoio ao desenvolvimento do setor agrário. Construção de um matadouro público. Contrato de Repasse nº 185.937.16/2005.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
64 Procedimento: 1.28.000.001717/2010-12
Interessado: 9ªVCRIM/COMARCA DE NATAL - 9ª VARA CRIMINAL - SECRETARIA JUDICIÁRIA
Assunto: Processo nº 001.09.023913-0, cópia do IPL nº 0537/2009-SR/DPF/RN. Adoção de providências para apurar quais os motivos da não conclusão do referido inquérito no prazo legal.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
65 Procedimento: 1.30.012.000739/2010-78
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Possível cometimento de improbidade administrativa por empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em razão de apresentação de atestados médicos falsos perante sua unidade de trabalho.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento. Com ressalva para o cumprimento de medidas no âmbito criminal, caso ainda não providenciado.
66 Procedimento: 1.34.001.004245/2010-42
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Patrimônio público. Improbidade administrativa. Possível lavagem de dinheiro roubado quando da administração da Alfândega do Aeroporto de Viracopos. Município de Campinas/SP.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à PR de origem para arquivamento físico dos autos tendo em vista ajuizamento de Ação Civil Pública. Enunciado nº 13 da 5ª CCR
67 Procedimento: 1.34.001.007362/2010-68
Interessado: Renata Nunes Bruel Torretta e outros
Assunto: CONCURSO PÚBLICO. Concurso para o cargo de assistente de pesquisa da Comissão Nacional de Energia. Possível irregularidade na contagem de pontuação para a classificação final.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
68 Procedimento: 1.34.023.000205/2010-73
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na no repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao Município de São Carlos/SP.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
69 Procedimento: 1.34.023.000207/2010-62
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na no repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao Município de Ribeirão Bonito/SP.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
70 Procedimento: 1.34.023.000211/2010-21
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades no repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao Município de Pirassununga/SP.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

71 Procedimento: 1.34.023.000213/2010-10
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Ibaté/SP. Recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Exercícios 2009 e 2010.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
72 Procedimento: 1.34.023.000215/2010-17
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na no repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao Município de Dourado/SP.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
73 Procedimento: 1.34.023.000217/2010-06
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Supostas irregularidades na no repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao Município de Descalvado/SP.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
74 Procedimento: 1.00.000.002951/2011-29
Interessado: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO - CGU e outros
Assunto: CGU - Controladoria-Geral da União. Relatório de fiscalização nº 01283/2010. Município de Fernando Pedrosa/RN. Supostas irregularidades na aplicação de recursos federais. Contrato de repasse celebrado com o Ministério das Cidades.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
75 Procedimento: 1.00.000.002992/2011-15
Interessado: MPF - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL e outros
Assunto: Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais no Município de Fernando Pedroza/RN. Recursos oriundos do Ministério do Turismo.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
76 Procedimento: 1.14.000.000550/2011-49
Interessado: IBAMETRO
Assunto: Possíveis irregularidades na execução do contrato nº 11/07, firmado entre o IBAMETRO e a empresa Codami.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
77 Procedimento: 1.14.004.000024/2011-49
Interessado: TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
Assunto: Suposta omissão de prestação de contas das verbas PNATE, exercício 2004, do Município de Morro de Chapéu - Acórdão 8048/2010 do TCU.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento no âmbito da 5ªCCR, remetendo-se os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão.
78 Procedimento: 1.17.000.000067/2011-52
Interessado: JOAO BATISTA DALAPICOLA SAMPAIO e outros
Assunto: Representação contra ato praticado pelo Juiz do Trabalho Substituto da 4ª Vara do Trabalho de Vitória/ES.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
79 Procedimento: 1.17.000.000484/2011-03
Interessado: Fátima Dias da Motta
Assunto: Possíveis irregularidades em recursos destinados à educação do município de Vitória/ES.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
80 Procedimento: 1.17.000.000558/2011-01
Interessado: Amigos do Porto
Assunto: Possíveis irregularidades praticadas na gestão do Superintendente do Porto de Vitória.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
81 Procedimento: 1.17.000.000560/2011-72
Interessado: Amigos do Porto
Assunto: Possível favorecimento da empresa International Portos na obtenção de autorizações outorgadas pela CODESA para operar na retroárea do Cais de Capuaba.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
82 Procedimento: 1.20.000.000228/2011-12
Interessado: Anônimo
Assunto: Possíveis irregularidades no Centro de Reabilitação Pedro Martins Dornellas Neto.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
83 Procedimento: 1.20.000.000262/2011-97
Interessado: Nubia Bueno
Assunto: Possível irregularidade no concurso CFO 2011, relata que há muitos candidatos com idade inferior à permitida.
Relator(a): Valquíria Oliveira Quixada Nunes
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
84 Procedimento: 1.22.000.000063/2011-12
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF e outros
Assunto: Universidade Federal de Minas Gerais. Suposta cobrança de taxas de matrícula aos interessados em cursar "disciplinas isoladas".
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela remessa dos autos à Proc. Federal dos Direitos do Cidadão para análise da promoção de arquivamento.
85 Procedimento: 1.25.005.000374/2011-11
Interessado: Partido Progressista/Cornélio Procópio
Assunto: Possível irregularidade na Assembleia Legislativa do Paraná onde relata que um deputado se apropriava indevidamente de salários de um servidor através de depósitos na conta corrente.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
86 Procedimento: 1.27.000.000619/2011-86
Interessado: Josef Daubmeier
Assunto: Possíveis irregularidades na fiscalização das normas de trânsito no município de Parnaíba/PI.
Relator(a): Denise Vinci Túlio
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do declínio de atribuição nos termos do voto oral proferido pelo Relator.
87 Procedimento: 1.30.012.000133/2011-13
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Assunto: Possíveis irregularidades no concurso público para provimento de cargos de Especialista em Previdência Complementar - Especialidade Atuarial, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, regido pelo edital 01/2010.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
88 Procedimento: 1.33.016.000028/2011-32
Interessado: MUNICÍPIO DE ATALANTA e outros
Assunto: Supostas irregularidades no Município de Joinvile/SC. Destinação de valores de multas aplicadas e arrecadadas pelo IBAMA.
Relator(a): Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Decisão: A Câmara, à unanimidade, decidiu pela homologação do arquivamento.
Deu-se por encerrada a sessão às 12:00 horas.
E, não havendo nada mais a ser decidido na presente Reunião, foi por mim, Roberto Campos Alcântara, Matrícula 13.940-8, _____, lavrada a presente Ata, que vai também assinada pelos presentes abaixo indicados.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Membro Titular

DENISE VINCI TÚLIO
Membro Titular

VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES
Membro Suplente

PORTARIA Nº 1, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando a Peça de Informação 1.13.000.001677/2010-31 que versa sobre a execução Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional em diversos municípios do Amazonas;

Considerando que a Peça de Informação 1.13.000.001677/2010-31 busca averiguar a boa e regular aplicação de recursos públicos nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Borba/AM;

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na execução do Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional, notadamente, nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Borba/AM;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado Amazonas requisitando:

A - Número da conta específica e vinculada no qual foram depositados os valores repassados pelo Ministério da Integração Nacional;

B - Cópia integral e digitalizada do procedimento de licitação envolvendo as obras realizadas pelo Município de Borba/Am, com cópia integral do contrato.

C - Informações se as obras foram efetuadas diretamente pelo Estado do Amazonas ou se foi celebrado alguma espécie de convênio ou contrato de repasse com o Município de Borba/Am; Em caso de haver alguma espécie de ajuste do Estado do Amazonas e a Municipalidade, juntar documentação pertinente, e indicar a conta específica para o qual foram eventualmente repassados recursos ao Município.

IV - Oficie-se ao Ministério da Integração Nacional para informar a situação atual no repasse dos recursos do Termo de Compromisso 039/2009 firmado com o Estado do Amazonas, inclusive acerca da prestação de contas.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 1, DE 1º DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pela probidade administrativa;

CONSIDERANDO o teor do procedimento Nº 1.11.000.000035/2011-71, noticiando a malversação de verbas públicas federais repassadas ao município de Marechal Deodoro/AL, destinados ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), nos anos de 2007 e 2008;

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos imputados;

Resolve o signatário CONVERTER EM INQUÉRITO CIVIL o presente procedimento administrativo, para a devida apuração dos fatos, mediante as seguintes providências preliminares:

1- autue-se como ICP;

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins de publicação (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Nomeação da servidora Lisiane Teixeira Cocentino, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução Nº 23/2007 - CNMP, para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício no 3º Ofício da PR/AL;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4 - Após, determino as seguintes providências:

4.1 - junte-se aos autos consulta extraída da "internet" sobre a prestação de contas das verbas do PNATE repassadas à Prefeitura de Marechal Deodoro nos exercícios de 2007 e 2008, bem como o resultado das eleições para o cargo de Prefeito do Município de Marechal Deodoro, no pleito de 2004;

4.2 - oficie-se à Câmara de Vereadores do Município de Marechal Deodoro, solicitando informar o período exato no qual o Sr. José Danilo Dâmaso de Almeida, bem como a Sra. Danielle Medeiros Dâmaso ocuparam o cargo de Prefeito Municipal;

4.3 - oficie-se ao Ministério da Educação, requisitando informações acerca das irregularidades apontadas no Relatório de Demandas Especiais Nº 00190.002231/2008-23, referentes ao Programa de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, devendo esclarecer se foram sanadas as irregularidades constatadas, se houve prestação de contas dos recursos repassados, se as contas foram aprovadas, bem como se foi instaurada tomada de contas especial.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA N.º 1, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000666/2010-03 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar ocorrência de veículo de carga da empresa Delta Indústria Cerâmica S/A, trafegando com excesso de peso em rodovia federal;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça;

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA N° 1, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75 de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal: o primeiro, nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85 e o segundo, nos arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC n. 75/93 e que pode-se considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou reconhecer uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, se necessário, mais adiante instaurar a partir deste PA um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, na compreensão deste signatário, corroborando o entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre o inquérito civil e o procedimento administrativo, visto que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como a instauração de um outro ficaria ao juízo do membro, sendo conveniente, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados, instaurar-se ICP;

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n.23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que o presente PAC não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionada, DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível n. 1.22.000.000616/2010-48 em Inquérito Civil Público para apuração e responsabilização dos fatos narrados em susomencionado PAC, mantendo-se, para fins de recebimento de ofícios eventualmente pendentes de resposta, sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual foi distribuído;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3) por fim, a conclusão imediata dos autos para ulteriores determinações.

Cumpra-se.

FERNANDO DE ALMEIDA MARTINS

PORTARIA N.º 2, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000649/2010-68 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar eventuais irregularidades apontadas em relatório de fiscalização da Controladoria-Geral da União a partir de sorteios públicos no município de Ipiaçu, referente ao Ministério da Saúde;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça;

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA Nº 2, DE 2 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Feito Adm. Nº 1.14.000.000731/2011-75

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata de apurar supostas irregularidades referentes ao edital de chamamento público SMS Nº 02/2010, da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1. Reitere-se o ofício de fls. 101, mas desta vez requisite-se a informação, e estabeleça o prazo de 20 (vinte) dias. Outrossim, destaque-se que se cuida de reiteração.

Com a resposta, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 2, DE 1º DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993, na Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e na Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público zelar pela probidade administrativa;

CONSIDERANDO o teor das peças de informação Nº 1.11.000.000052/2011-16, instauradas a partir de representação do Município de Penedo/AL, noticiando irregularidades na execução do convênio Nº 0.00.05.0027-00, firmado entre a referida municipalidade e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, tendo por objeto a realização de obras de esgotamento sanitário, durante a gestão do ex- prefeito Marcius Beltrão Siqueira.

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos imputados;

Resolve o signatário CONVERTER EM INQUÉRITO CIVIL as presentes peças de informação, para a devida apuração dos fatos, mediante as seguintes providências preliminares:

1- autue-se como ICP;

2- Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins de publicação (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria;

3 - Nomeação da servidora Lisiane Teixeira Cocentino, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução Nº 23/2007 - CNMP, para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício no 3º Ofício da PR/AL;

4- Após, determino as seguintes providências:

4.1- junte-se aos autos o resultado das eleições para o cargo de Prefeito do Município de Penedo/AL, nos pleitos de 2004 e 2008;

4.2 - oficie-se à CODEVASF, requisitando informações acerca da execução do convênio Nº 0.00.05.0027-00, firmado com o Município de Penedo/AL, devendo esclarecer se houve prestação de contas dos recursos repassados, se as contas foram aprovadas, bem como se foi instaurada tomada de contas especial e se houve devolução dos recursos aplicados indevidamente. Na ocasião, solicite-se ainda a remessa de cópia do convênio, da ordens bancárias e dos pareceres técnicos acerca da execução do ajuste.

RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 2, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando a Peça de Informação 1.13.000.001679/2010-31 que versa sobre a execução Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional em diversos municípios do Amazonas;

Considerando que a Peça de Informação 1.13.000.001679/2010-31 busca averiguar a boa e regular aplicação de recursos públicos nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Codajás/AM;

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na execução do Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional, notadamente, nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Codajás/AM;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado Amazonas requisitando:

A - Número da conta específica e vinculada no qual foram depositados os valores repassados pelo Ministério da Integração Nacional;

B - Cópia integral e digitalizada do procedimento de licitação ou dispensa que culminou na contratação das obras realizadas no Município de Codajás/AM, com cópia integral do projeto básico e do respectivo contrato;

C - Informações se as obras foram efetuadas diretamente pelo Estado do Amazonas ou se foi celebrado alguma espécie de convênio ou contrato de repasse com o Município de Codajás/AM; Em caso de haver alguma espécie de ajuste do Estado do Amazonas e a Municipalidade, juntar documentação pertinente, e indicar a conta específica para o qual os recursos foram eventualmente repassados ao Município.

D - Informações sobre o atual estágio das obras no Município em questão, se houve aditivos contratuais, e se já foram apresentadas as contas ao Ministério da Integração Nacional.

IV - Oficie-se ao Ministério da Integração Nacional para informar a situação atual no repasse dos recursos do Termo de Compromisso 039/2009 firmado com o Estado do Amazonas, inclusive acerca da prestação de contas.

Prazos nos ofícios: 30 dias.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 3, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando a Peça de Informação 1.13.000.001681/2010-08 que versa sobre a execução Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional em diversos municípios do Amazonas;

Considerando que a Peça de Informação 1.13.000.001681/2010-08 busca averiguar a boa e regular aplicação de recursos públicos nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Humaitá/AM;

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na execução do Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional, notadamente, nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Humaitá/AM;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado Amazonas requisitando:

A - Número da conta específica e vinculada no qual foram depositados os valores repassados pelo Ministério da Integração Nacional;

B - Cópia integral e digitalizada do procedimento de licitação ou dispensa que culminou na contratação das obras realizadas no Município de Humaitá/Am, com cópia integral do projeto básico e do respectivo contrato;

C - Informações se as obras foram efetuadas diretamente pelo Estado do Amazonas ou se foi celebrado alguma espécie de convênio ou contrato de repasse com o Município de Humaitá/AM; Em caso de haver alguma espécie de ajuste do Estado do Amazonas e a Municipalidade, juntar documentação pertinente, e indicar a conta específica para o qual os recursos foram eventualmente repassados ao Município.

D - Informações sobre o atual estágio das obras no Município em questão, se houve aditivos contratuais, e se já foram apresentadas as contas ao Ministério da Integração Nacional.

IV - Oficie-se ao Ministério da Integração Nacional para informar a situação atual no repasse dos recursos do Termo de Compromisso 039/2009 firmado com o Estado do Amazonas, inclusive acerca da prestação de contas.

Prazos nos ofícios: 30 dias.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA N.º 3, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000650/2010-92 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar eventuais irregularidades apontadas em relatório de fiscalização da Controladoria-Geral da União a partir de sorteios públicos no município de Ipiaçu, referente ao Ministério da Previdência Social;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça;

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA Nº 3, DE 25 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício da sua missão institucional, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando que o Brasil foi escolhido pela FIFA (Fédération Internationale de Football Association) para sediar a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014;

Considerando o compromisso firmado pelo Governo da República Federativa do Brasil junto a FIFA, em junho de 2007, subscrito pelo Presidente da República e pelo Ministro de Estado do Esporte, comprometendo-se a assegurar o cumprimento das garantias governamentais emitidas pelos seus órgãos à FIFA para permitir o sucesso das competições (Copa das Confederações e do Mundo);

Considerando que a Cidade de Salvador/BA foi escolhida para ser uma das sedes da Copa do Mundo da FIFA de 2014;

Considerando o teor da Representação 01/2011 (PR-BA 6701/2010), a qual noticia obras de modernização e expansão do Porto de Salvador, inclusive com recursos públicos oriundos do PAC da Copa;

Considerando a necessidade de atuação preventiva do Ministério Público Federal voltada ao acompanhamento da regularidade na aplicação dos recursos públicos referentes às obras citadas;

Resolve o signatário instaurar INQUÉRITO CIVIL determinando as seguintes diligências preliminares:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Registre-se que o objeto do feito é o acompanhamento preventivo da regularidade na aplicação dos recursos públicos referentes às obras de modernização e expansão do Porto de Salvador em razão da Copa do Mundo da FIFA de 2014;

3. Oficie-se à CODEBA solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, informações circunstanciadas a respeito das obras de modernização e expansão do Porto de Salvador relacionadas ao evento Copa do Mundo de 2014, notadamente no que tange ao cronograma de execução, processos licitatórios, contratos firmados, origem dos recursos implicados e formas de investimentos;

4. Oficie-se ao TCU solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, que informe se há algum processo destinado ao acompanhamento das obras de modernização e expansão do Porto de Salvador relacionadas ao evento Copa do Mundo da FIFA de 2014 (enviar cópia da representação);

5. Dê-se ciência da presente instauração à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

6. Dê-se ciência da presente instauração ao Grupo de Trabalho da 5ª CCR criado com o objetivo de dar tratamento prioritário, preventivo e uniforme às investigações que visam acompanhar a aplicação de recursos públicos federais nos atos preparatórios para a realização da "Copa do Mundo da FIFA Brasil de 2014", conforme Ata da 491ª Reunião/Sessão Extraordinária, publicada no Diário da Justiça nº. 162, de 25 de agosto de 2009, pág. 2;

7. Após a expedição dos ofícios reportados retro, acautelem-se os autos no Cartório do Núcleo da Tutela Coletiva da PR/BA no aguardo das informações solicitadas pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias. Ao final, conclusos.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA N.º 4, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000651/2010-37 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar eventuais irregularidades apontadas em relatório de fiscalização da Controladoria-Geral da União a partir de sorteios públicos no município de Ipiaçu, referente ao Ministério do Esporte;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça;

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA Nº 4, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando a Peça de Informação 1.13.000.001684/2010-33 que versa sobre a execução Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional em diversos municípios do Amazonas;

Considerando que a Peça de Informação 1.13.000.001684/2010-33 busca averiguar a boa e regular aplicação de recursos públicos nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Parintins/AM;

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na execução do Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional, notadamente, nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Parintins/AM;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado Amazonas requisitando:

A - Número da conta específica e vinculada no qual foram depositados os valores repassados pelo Ministério da Integração Nacional;

B - Cópia integral e digitalizada do procedimento de licitação ou dispensa que culminou na contratação das obras realizadas no Município de Parintins/AM, com cópia integral do projeto básico e do respectivo contrato;

C - Informações se as obras foram efetuadas diretamente pelo Estado do Amazonas ou se foi celebrado alguma espécie de convênio ou contrato de repasse com o Município de Parintins/AM; Em caso de haver alguma espécie de ajuste do Estado do Amazonas e a Municipalidade, juntar documentação pertinente, e indicar a conta específica para o qual os recursos foram eventualmente repassados ao Município.

D - Informações sobre o atual estágio das obras no Município em questão, se houve aditivos contratuais, e se já foram apresentadas as contas ao Ministério da Integração Nacional.

IV - Oficie-se ao Ministério da Integração Nacional para informar a situação atual no repasse dos recursos do Termo de Compromisso 039/2009 firmado com o Estado do Amazonas, inclusive acerca da prestação de contas.

Prazos nos ofícios: 30 dias.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 5, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando a Peça de Informação 1.13.000.001686/2010-22 que versa sobre a execução Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional em diversos municípios do Amazonas;

Considerando que a Peça de Informação 1.13.000.001686/2010-22 busca averiguar a boa e regular aplicação de recursos públicos nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Urucurituba/AM;

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possíveis irregularidades na execução do Termo de Compromisso 039/2009 (SIAFI 652320) firmado entre o Estado do Amazonas e o Ministério da Integração Nacional, notadamente, nas obras de serviços de engenharia para contenção de orla, combate a erosões e contenções de taludes no Município de Urucurituba/AM;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado Amazonas requisitando:

A - Número da conta específica e vinculada no qual foram depositados os valores repassados pelo Ministério da Integração Nacional;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

B - Cópia integral e digitalizada do procedimento de licitação ou dispensa que culminou na contratação das obras realizadas no Município de Uruburituba/Am, com cópia integral do projeto básico e do respectivo contrato;

C - Informações se as obras foram efetuadas diretamente pelo Estado do Amazonas ou se foi celebrado alguma espécie de convênio ou contrato de repasse com o Município de Urucurituba/AM; Em caso de haver alguma espécie de ajuste do Estado do Amazonas e a Municipalidade, juntar documentação pertinente, e indicar a conta específica para o qual os recursos foram eventualmente repassados ao Município.

D - Informações sobre o atual estágio das obras no Município em questão, se houve aditivos contratuais, e se já foram apresentadas as contas ao Ministério da Integração Nacional.

IV - Oficie-se ao Ministério da Integração Nacional para informar a situação atual no repasse dos recursos do Termo de Compromisso 039/2009 firmado com o Estado do Amazonas, inclusive acerca da prestação de contas.

Prazos nos ofícios: 30 dias.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA N.º 5, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000652/2010-81 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar eventuais irregularidades apontadas em relatório de fiscalização da Controladoria-Geral da União a partir de sorteios públicos no município de Ipiaçu, referente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça;

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA Nº 5, DE 4 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Feito Adm. Nº 1.14.000.000565/2010-26

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata da omissão do ex-Prefeito do Município de Jaguaripe em proceder à remessa da documentação necessária para informar à Previdência Social acerca do regime jurídico dos servidores públicos municipais, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1. Oficie-se ao Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, instruído com cópia da representação de fls. 03/08, requisitando informações circunstanciadas e atualizadas, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre os fatos ali narrados, inclusive esclarecendo se restou apurado algum prejuízo aos cofres públicos federais em razão da conduta do ex-Prefeito do Município de Jaguaripe, Sr. Heráclito Rocha Arandas;

2. Oficie-se ao representado, Sr. Heráclito Rocha Arandas, com cópia da representação e concedendo-lhe o prazo de 20 (vinte) dias para, se desejar, juntar aos autos defesa em seu favor.

Com as respostas, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA N.º 6, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000653/2010-26 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar eventuais irregularidades apontadas em relatório de fiscalização da Controladoria-Geral da União a partir de sorteios públicos no município de Ipiaçu, referente ao Ministério das Cidades;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça;

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA Nº 6, DE 4 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Feito Adm. Nº 1.14.000.0001352/2010-11

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata das atividades desenvolvidas pelo Sr. Jussanã Dantas na Superintendência Regional do Patrimônio da União no Estado da Bahia - SRPU/BA e o suposto favorecimento pessoal deste pelos responsáveis por aquela unidade, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1. Oficie-se à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR, instruído com cópia da representação, requisitando, no prazo de 20 (quinze) dias: a) informações funcionais sobre o servidor Jussanã Dantas, incluindo cargo e data de admissão; b) o envolvimento do referido funcionário em Acordos de Cooperação Técnica realizados entre essa Secretaria e a Superintendência Regional do Patrimônio da União no Estado da Bahia -SRPU; c) cópia do citado Termo de Cooperação Técnica; d) se o Sr. Jussanã Dantas, em virtude do aludido Acordo de Cooperação Técnica, voltou a trabalhar na SRPU/BA e por qual período.

2. Oficie-se à Sra. Ana Lúcia Vilas Boas, Superintendente Regional do Patrimônio da União no Estado da Bahia, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, o(s) número(s) e a tramitação do(s) processo(s), em trânsito naquela unidade, no(s) qual(is) o Sr. Jussanã Dantas atuou como advogado.

3. Oficie-se ao Sr. Rodrigo Cantalino, Superintendente substituto da Superintendência Regional do Patrimônio da União, requisitando, no prazo de 20 (vinte) dias, informações circunstanciadas a respeito dos fatos narrados na representação (enviar cópia).

Com as respostas, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA N.º 7, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000676/2010-31 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar eventuais irregularidades na gestão do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Uberlândia e Região;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça;

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA Nº 7, DE 4 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Feito Adm. Nº 1.14.000.0000413/2010-23

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata de apurar supostas irregularidades na consecução de convênios e termos de cooperação técnica firmados pelo Instituto de Biologia e pelo Departamento de Zoologia da UFBA, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1. Tendo em vista que as respostas juntadas pelos representados (fls. 67 a 119) apresentam explicações dos fatos ocorridos e, outrossim, reportam-se ao autor da representação, com a acusação, inclusive, de este ter representado "levianamente", oficie-se ao Sr. Everaldo Lima de Queiroz concedendo-lhe o prazo de 20 (vinte) dias para, se desejar, apresentar contra-argumentação às defesas alegadas. (encaminhar, junto, cópia das fls. 67 a 119).

Com a resposta, ou esgotado prazo razoável sem ela, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA N.º 8, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000645/2010-80 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar eventual ocorrência de descumprimento da Portaria INMETRO Nº 236/94 por parte da administração superior do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais, no que se refere à sistemática adotada para fiscalização de instrumentos de medição;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça;

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA N.º 9, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000674/2010-41 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar eventual irregularidade na aplicação de recursos federais repassados mediante os Convênios de nºs 2348/2000 e 2565/2003, firmados entre o Ministério da Saúde e o Município de Estrela do Sul/MG;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça;

FREDERICO PELLUCCI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 9, DE 18 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio dos Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando as finalidades institucionais do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, conforme exposto a seguir:

Em breve síntese, convém trazer à lume que o FINAM foi concebido pelo Decreto-Lei Nº 1.367/74, sob administração da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, constituindo-se de recursos destacados do Imposto de Renda das pessoas jurídicas submetidas ao investimento, então geridos pelo Banco da Amazônia S/A - BASA.

Nos ditames da Lei Nº 8.167/91, que alterou a legislação do imposto sobre a renda relativa a incentivos fiscais, faculta-se às pessoas jurídicas dois modos de aplicação de parcelas de seu imposto de renda devido em fundos de investimento regionais.

O primeiro, através da subscrição de debêntures conversíveis em ações, a partir dos quais emitem-se certificados de investimento conversíveis, por sua vez, mediante leilão, em títulos pertencentes às carteiras dos fundos.

Outro modo dar-se-á por meio da aplicação direta de parcela do Imposto de Renda no fomento das atividades econômicas da própria pessoa jurídica, impulsionando os empreendimentos da região.

No entanto, não obstante a aprovação de número significativo de projetos, diversas pessoas jurídicas captaram os recursos, porém, não executaram a aplicação devida, tampouco devolveram o montante recebido, de forma que o povo brasileiro pagou por um investimento que não se concretizou, exaurido no plano das expectativas.

Outra sorte não tiveram os recursos conferidos à pessoa jurídica INTELLIDATA INDUSTRIAL DA AMAZÔNIA S/A e seus administradores (CNPJ/MF Nº 01.374.152/0001-17), em face do patente desvio de recursos atestado em Processo Administrativo Apuratório instaurado pelo Ministério da Integração Nacional - MI, da feita que se faz necessária a apuração do feito.

Em face do exposto,

Resolve, converter a PEÇA DE INFORMAÇÃO N. 1.13.000.001595/2010-97 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar a ocorrência de supostas irregularidades na aplicação dos recursos do FINAM, do Ministério da Integração Nacional, pela pessoa jurídica Intellidata Industrial da Amazônia S/A.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - encaminhe cópia do presente à Coordenação Criminal desta Procuradoria da República;

IV - comunique-se à COJUR, para que informe se existem ações civis em curso em face da pessoa jurídica INTELLIDATA INDUSTRIAL DA AMAZÔNIA S/A, bem como, ações penais ou inquéritos policiais relativos aos sócios da referida pessoa jurídica, providenciando-se cópia integral dos autos das eventuais ações.

V - oficie-se à Procuradoria-Geral Federal e ao Ministério da Integração Nacional, para que informem se já foram ajuizadas ações de ressarcimento ao erário em face da pessoa jurídica INTELLIDATA INDUSTRIAL DA AMAZÔNIA S/A, em razão de financiamentos provenientes da SUDAM. Caso positivo, requisite-se o encaminhamento de cópia da petição inicial e informações acerca da atual fase processual.

VI - requisite-se do Ministério da Integração Nacional que encaminhe relatório das irregularidades concernentes ao financiamento vislumbrado no presente, no qual deverá constar, no mínimo:

a) identificação da tomadora, com CNPJ;

b) data da concessão do financiamento e eventuais aditivos, se houver, bem como, o montante efetivamente repassado;

c) relatórios de campo dos fiscais da SUDAM, relativos ao cumprimento das condições de financiamento;

d) cópia do processo de cancelamento do financiamento;

e) atualização monetária dos valores devidos;

f) situação atual do crédito (adimplido, inadimplido ou em processo de cobrança).

Após, conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 9, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando que compete ao Ministério Público zelar pela probidade administrativa;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de Nº 1.14.000.001527/2010-91, instaurado no âmbito da PR/BA em 19 de agosto de 2010, com a finalidade de apurar suposta ocupação irregular de imóvel pertencente à União, situado no Horto Florestal do Cabula, e possível demarcação e venda de lotes por terceiros;

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF Nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP Nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade da realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.001527/2010-91 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Registre-se que o objeto do Inquérito Civil consiste em apurar suposta ocupação irregular de imóvel pertencente à União, situado no Horto Florestal do Cabula, no Município de Salvador/BA, e possível demarcação e venda de lotes por terceiros;

3. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

4. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho em anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA Nº 10, DE 6 DE MAIO DE 2011

Conversão em Inquérito Civil Público. emática: Tutela Coletiva - 1ª CCR - Patrimônio Público e Social - Concurso público.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o procedimento preparatório 1.21.004.000054/2010-30 foi instaurado a partir da representação protocolada nesta Procuradoria da República pela Sra. Marivania Arruda Moraes, para apurar possível falha na prestação de informações (data, local e horário) aos candidatos do concurso público da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

CONSIDERANDO que a Sra. Marivania alega que não conseguiu obter os dados para realização das provas no site do instituto CETRO (responsável pela realização do concurso), pois não havia um link disponibilizando tais informações, não obstante, recebeu o telegrama com as informações necessárias após a data de realização das provas e, consequentemente, não participou do certame;

CONSIDERANDO que, segundo as informações prestadas pelo Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas, teria havido confirmação prévia da data, horário e local das provas do concurso da EMBRAPA no site do Instituto CETRO e por meio do envio de telegrama a todos os candidatos inscritos;

CONSIDERANDO, por outro lado, que este órgão ministerial entrou em contato com outros 12 candidatos do concurso, residentes em Corumbá, tendo 5 deles respondido aos quesitos formulados, informando que ficaram sabendo da prova por meio do link disponibilizado no site do Instituto Cetro ou receberam, com antecedência, um email contendo as informações. Porém, alguns confirmaram que só receberam o telegrama com as informações após a data de realização das provas;

CONSIDERANDO que tais fatos denotam a imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências;

CONSIDERANDO, ainda, que a matéria investigada está afeta à 1ª e não à 5ª CCR, como inicialmente se vislumbrou;

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 4º da Resolução CSMPF Nº 87/2010 (com a nova redação dada pela Resolução Nº 106/2010), bem como o que estabelece o artigo 2º, § 6º e 7º, da Resolução CNMP Nº 23/2007;

CONSIDERANDO, ainda, que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar Nº 75/93);

DETERMINO a conversão deste procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo o setor jurídico desta Procuradoria da República registrar a presente portaria em livro próprio, autuá-la, afixá-la em local de costume e encaminhá-la para publicação, nos termos do artigo 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2010 c/c o artigo 4º da Resolução CNMP Nº 23/2007, registrando as informações abaixo na capa dos autos e no sistema ÚNICO:

Interessado: Ministério Público Federal.

Objeto da investigação: Apurar denúncia de irregularidade em concurso público realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, relativa à ausência de divulgação tempestiva de data, horário e locais de realização da prova escrita, em descumprimento à previsão do edital.

Como próxima providência, determino que venham os autos conclusos, para elaboração de recomendação ao ente público envolvido.

DESIGNO para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor RAFAEL DALCHIAVON.

Ciência desta Portaria à 1ª e à 5ª CCR.

CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR

PORTARIA Nº 10, DE 4 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR/BA. Feito Adm. Nº 1.14.000.001090/2010-95

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata de apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos federais do Fundo Partidário repassados, no exercício de 2000, ao Partido Democrático Trabalhista na Bahia, com a respectiva condenação, em 2010, pelo TCU, dos responsáveis, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1. Requisite-se ao Partido Democrático Trabalhista as seguintes informações, no prazo de 15 dias:

a) Período em que o Sr. Severiano Alves de Souza ocupou o cargo de Presidente do PDT, bem como se o mesmo ocupou outro cargo no mesmo partido e em que período;

b) Período em que o Sr. Carlos Ribeiro Soares ocupou o cargo de Tesoureiro do PDT, bem como se o mesmo ocupou outro cargo no mesmo partido e em que período.

2. Solicite-se ao Tribunal de Contas da União as seguintes informações, com a brevidade que o caso requer: a) Ocorrência dos recolhimentos relativos aos valores que os Srs. Severiano Alves de Souza e Carlos Ribeiro Soares foram condenados no processo TC 027.939/2008-9 e, caso o pagamento tenha sido realizado, em que data ocorreu o fato.

Com as respostas, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 11, DE 4 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Feito Adm. Nº 1.14.000.0001328/2010-82

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata de problemas relacionados à greve na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego-SRTE/BA, com imputação de conduta supostamente irresponsável à Superintendente Isa Simões e ao seu substituto, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1. Oficie-se à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, informações sobre a conclusão do movimento grevista iniciado em 22 de abril de 2010 e se houve acordo oficial quanto à compensação das horas não trabalhadas ou algum pronunciamento judicial nesse sentido.

Com a(s) resposta(s), ou esgotado o prazo sem ela(s), façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 11, DE 4 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando que compete ao Ministério Público zelar pela probidade administrativa;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de Nº 1.14.000.001567/2010-32, instaurado no âmbito da PR/BA em 01 de setembro de 2010, com a finalidade de apurar a terceirização de mão-de-obra para pessoa jurídica de direito público interno (município), empreendida pelo Instituto Brasil Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, desviando-se da finalidade para a qual foi instituído (OSCIP), por meio da realização de obra que seria de responsabilidade do ente público, sob suposto contrato de parceria e de prestação de serviço com o ente público;

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF Nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP Nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade da realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.001018/2010-68 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Registre-se que o objeto do Inquérito Civil consiste em apurar a terceirização de mão-de-obra para pessoa jurídica de direito público interno (município), empreendida pelo Instituto Brasil Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, desviando-se da finalidade para a qual foi instituído (OSCIP), por meio da realização de obra que seria de responsabilidade do ente público, sob suposto contrato de parceria e de prestação de serviço com o ente público;

3. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

4. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho em anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA Nº 11, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando a Representação 1.13.000.001986/2009-78 que versa sobre o Convênio/Contrato de Repasse SIAFI 437545 (N Orig. 0127721-94/2001/MDA/CAIXA) celebrado entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário (Caixa Econômica Federal) e o Município de Itamarati.

Considerando que o Convênio/Contrato de Repasse SIAFI 437545 encontra-se em situação de inadimplência suspensa no SIAFI.

Resolve converter a presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na execução do Convênio/Contrato de Repasse SIAFI 437545 (N Orig. 0127721-94/2001/MDA/CAIXA) celebrado entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário (Caixa Econômica Federal) e o Município de Itamarati/AM;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se ao (à):

- Caixa Econômica Federal para:

A - encaminhar cópia dos extratos de movimentação da Conta Específica 006.1262-6, Agência 1454 do Contrato de Repasse SIAFI 437545 (N Orig. 0127721-94/2001/MDA/CAIXA) celebrado pelo Município de Itamarati/AM e a CEF, bem como, cópia de cheques e demais comprovantes de débitos realizados no período indicado, nomes dos responsáveis pela movimentação e respectivos beneficiários, e, ainda, cópia das respectivas fichas de autógrafo.

B - informar sobre a prestação de contas do convênio/contrato de repasse SIAFI 437545 (N Orig. 0127721-94/2001/MDA/CAIXA e enviar cópia integral dos autos, ainda que não concluído o julgamento.

- Tribunal de Contas da União para informar acerca da existência de Tomadas de Contas Especial envolvendo o Convênio/Contrato de Repasse SIAFI 437545 (N Orig. 0127721-94/2001/MDA/CAIXA) celebrado entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário (Caixa Econômica Federal) e o Município de Itamarati/AM, encaminhando, em caso positivo, cópia integral dos referidos autos, ainda que não apreciado ou não concluído o julgamento.

- Ministério de Desenvolvimento Agrário para informar sobre a prestação de contas do Convênio/Contrato de Repasse SIAFI 437545 (N Orig. 0127721-94/2001/MDA/CAIXA) celebrado entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário (Caixa Econômica Federal) e o Município de Itamarati/AM, juntando documentação pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA N.º 12, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000727/2010-24 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível dano ao patrimônio público causado pelo transporte de carga com excesso de peso pela empresa União Refinaria Nacional de Sal Ltda.;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA Nº 12, DE 20 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Considerando o teor do Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar Nº 35000.000355/2006-87, instaurado pela Corregedoria da Receita Federal da 2ª Região Fiscal.

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000035/2011-04 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar denúncia em face do servidor Hernani Morais Balbi, em virtude de suposta emissão ilegal de Certidões Negativas de Débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil em Manaus.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - Seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - Seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Junte-se aos autos cópia do Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar Nº 35000.000355/2006-87;

IV - À COJUR, para encaminhar cópia das denúncias das ações penais mencionadas às fls. 1665 do Relatório Final do PAD;

V - Oficie-se à Corregedoria-Geral da Receita Federal do Brasil para:

I - encaminhar cópia digitalizada do Processo Administrativo Disciplinar Nº 35000.000355/2006-87, com seus respectivos anexos;

II - informar a situação atual do referido procedimento, inclusive, portarias de demissão, se for o caso, e dados cadastrais e lotação do servidor, bem como, o valor dos tributos que deixaram de ser recolhidos em razão dos ilícitos praticados.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 12, DE 14 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo Nº 1.28.100.000014/2007-43, que tratam acerca de possível omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados ao Município de Baraúna/RN, no exercício de 2006, à conta dos Programas Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Programa para Alfabetização de Jovens e Adultos - PROEJA, Projeto para Atendimento à Educação Infantil, Programa Apoio Sist. Ensino para Atendimento ao EJA, Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escola - PNTE e Quota Municipal;

Converta-se o Procedimento Administrativo n.° 1.28.100.000014/2007-43 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e procedendo ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

Determino, ainda, que sejam cumpridas as diligências do último despacho.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARINA ROMERO DE VASCONCELOS

PORTARIA Nº 12, DE 4 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando que compete ao Ministério Público zelar pela probidade administrativa;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de Nº 1.14.000.001611/2009-71, instaurado no âmbito da PR/BA em 31 de julho de 2009, com a finalidade de apurar supostas irregularidades na aplicação de verbas públicas federais destinadas à construção de quadra poliesportiva no âmbito do Contrato de Repasse Nº 0166172-72, firmado com o Ministério dos Esportes;

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF Nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP Nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade da realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.001611/2009-71 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Registre-se que o objeto do Inquérito Civil consiste em apurar supostas irregularidades na aplicação de verbas públicas federais destinadas à construção de quadra poliesportiva no âmbito do Contrato de Repasse Nº 0166172-72, firmado com o Ministério dos Esportes;

3. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

4. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho em anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA Nº 12, DE 6 DE MAIO DE 2011

Objeto: Conversão em Inquérito Civil Público. Temática: Tutela Coletiva - 5ª CCR - Contratação temporária. Brigadista do Prevfogo.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o procedimento preparatório 1.21.004.000105/2010-23 foi instaurado a partir da representação protocolada nesta Procuradoria da República pelo Sr. Weller da Costa Soares, onde relata que se inscreveu para trabalhar temporariamente na função de Brigadista do IBAMA e que, no ato da inscrição, informou que já havia exercido a função de brigadista junto ao Instituto Chico Mendes de Preservação e Biodiversidade - ICMBio;

CONSIDERANDO que o requerente foi convocado pelo IBAMA para assinar contrato de trabalho com duração prevista de 6 meses e, três dias após o início de suas atividades, foi informado que seu contrato de trabalho havia sido rescindido, com fundamento no inciso III do art. 9º da Lei Nº 8.745/93, pois já havia exercido trabalho temporário há menos de 24 meses no ICMBio;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo Superintendente do IBAMA, por meio do Ofício Nº 097/2010/DIAF/IBAMA/MS (f. 24), no qual esclarece que já foram solicitadas pro-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vidências junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, para regularização da situação do requerente, possibilitando que brigadistas contratados pelo ICMBio possam ser contratados pelo IBAMA antes de decorridos 24 meses, conforme autoriza a própria Lei Nº 8.745/93 (art. 9º, III, c/c art. 2º, IX);

CONSIDERANDO que tais fatos denotam a imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências;

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 4º da Resolução CSMPF Nº 87/2010 (com a nova redação dada pela Resolução Nº 106/2010), bem como o que estabelece o artigo 2º, § 6º e 7º, da Resolução CNMP Nº 23/2007;

CONSIDERANDO, ainda, que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar Nº 75/93);

DETERMINO a conversão deste procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo o setor jurídico desta Procuradoria da República registrar a presente portaria em livro próprio, autuá-la, afixá-la em local de costume e encaminhá-la para publicação, nos termos do artigo 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2010 c/c o artigo 4º da Resolução CNMP Nº 23/2007, registrando as informações abaixo na capa dos autos e no sistema ÚNICO:

Interessado: Ministério Público Federal.

Objeto da investigação: Apurar possíveis irregularidades na contratação e/ou na rescisão de contrato de trabalho temporário para a função de Brigadista pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA.

Como próxima providência, determino que se oficie ao Superintendente do IBAMA no Mato Grosso do Sul, para que informe, no prazo de 20 (vinte) dias, acerca das providências adotadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para regularização da situação dos brigadistas contratados pelo IBAMA, antes de decorridos 24 meses do término do trabalho temporário que já tenham exercido no ICMBio, conforme noticiado no ofício Nº 097/2010/DIAF/IBAMA/MS.

DESIGNO para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor RAFAEL DALCHIAVON.

Ciência desta Portaria à 5ª CCR.

CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR

PORTARIA Nº 12, DE 3 DE MAIO DE 2011

Peças de informação: Protocolo PRM-ILH-BA-00001761/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura possíveis irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB e PNAE, exercício de 2009. Município de Iguaí/BA. Gestão de RONALDO MOITINHO DOS SANTOS (2009/2012).

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determina, como diligência investigatória inicial, a expedição de ofícios:

a) à CGU solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, que informe se houve alguma fiscalização no Município de Iguaí/BA, referente às verbas do FUNDEB e PNAE, no ano de 2009;

b) ao FNDE, encaminhando cópia das fls.04, 09, CD (cópia) e bilhete de fls.13 e 27, com a solicitação de apuração das irregularidades mencionadas;

c) à Prefeitura Municipal de Iguaí, solicitando, no prazo de 20 (vinte) dias, cópia dos processos de pagamentos efetuados com recursos do FUNDEB, exercício de 2009, relativos aos contratos de aluguel de carro de som, à Construtora CCA (CNPJ 09006317/0001-00), R.C - Assistência Técnica; S.G Transportes (CNPJ 08.022.019/0001-40); EBAPE - Empresa Baiana de Assessoria, Projetos e Eventos Ltda (CNPJ 106571960001/45) e Instituto Carlos Drummond de Andrade; Marmoaria Amaral Indústria e Comércio de Mármore (CNPJ 163191470001-89);

d) à SEFAZ/BA, com atuação na cidade de Iguaí/BA, solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, informações acerca da regularidade fiscal da empresa EBAPE - Empresa Baiana de Assessoria, Projetos e Eventos Ltda (CNPJ 106571960001/45).

Determina, ainda, a juntada, pelo cartório, do Parecer Prévio do TCM/BA, relativo à prestação de contas de 2009 pelo Município de Iguaí/BA.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF Nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Ilhéus/BA, 03 de maio de 2011

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA N.º 13, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1)a conversão das Peças Informativas Cíveis Nº 1.22.003.000836/2010-41 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar possível dano ao patrimônio público causado pelo transporte de carga com excesso de peso pela empresa Carlos Roberto Kalil ME;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

FREDERICO PELLUCCI

PORTARIA Nº 14, DE 4 DE MAIO DE 2011

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR/BA. Feito Adm. Nº 1.14.000.000632/2008-98

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06-CSMPF e Nº 23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que trata de apurar supostas irregularidades na implantação de eventual projeto de rede de internet com conexão sem fio, custeado com recursos da saúde e educação, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, ao tempo em que decide prorrogá-lo por mais 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de continuar a sua instrução.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Outrossim, visando continuar a instrução do presente, determina(m)-se, também, a(s) seguinte(s) providência(s):

1. Oficie-se a Prefeitura de São Francisco do Conde, requisitando informações, no prazo de 20 (vinte) dias, sobre eventuais novos projetos mencionados no parecer técnico em resposta à requisição deste MPF, especificamente projeto de instalação de rede wireless in-door para o centro de Saúde, bem como ao procedimento licitatório deste mesmo projeto. Enviar cópia das fls. 25.

2. Dê-se ciência ao denunciante das respostas ofertadas pela Prefeitura (fls. 23, 25 e 31), concedendo-lhe o prazo de 20 (vinte) dias para, se desejar, oferecer contra-argumentação ao alegado.

Com as respostas, ou esgotado prazo razoável sem elas, façam-me conclusos.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 14, DE 4 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pela Procuradora da República signatária;

considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF);

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público da União, em razão da regra prevista no artigo 6.º, inciso VII, letra "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social e outros;

CONSIDERANDO a existência do benefício do seguro defeso, de natureza federal, instituído pela Lei Nº 10.779/2003, consistente no pagamento de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, ao pescador profissional durante o período em que proibida a pesca em função da piracema, através de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;

CONSIDERANDO que para se habilitar ao benefício, o pescador deverá, segundo o artigo 2º da Lei suprarreferida, possuir registro de pescador profissional junto à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, havendo de pagar contribuição previdenciária e não estar percebendo nenhum benefício de prestação continuada junto à Previdência Social, exceto auxílio-acidente ou pensão por morte; deve, ainda, apresentar atestado da Colônia de Pescadores comprovando, inclusive, a dedicação ininterrupta à pesca no período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, e a ausência de outra fonte de renda além da pesqueira;

CONSIDERANDO o artigo 4º da referida Lei, o qual deixa claro que o benefício será cancelado, dentre outros, quando houver o início de outra atividade remunerada (inciso I), início de percepção de renda de fonte diversa (inciso II) e quando é comprovada a falsidade nas informações prestadas no procedimento de obtenção do seguro (inciso V).

CONSIDERANDO que, todavia, tornou-se comum nos últimos anos a falsificação de informações para a percepção do referido seguro, sendo bastante comum ser descoberto que beneficiários possuem fontes de renda diversas da pesqueira, em claríssimo desvio das finalidades da Lei Nº 10.779/2003;

CONSIDERANDO que tal proceder, na medida em que consiste claramente na indução em erro do Ministério do Trabalho e Emprego e do Fundo de Amparo ao Trabalho com a finalidade de receber vantagem indevida, se amolda ao crime previsto no artigo 171, caput, c/c § 3º, do Código Penal Brasileiro, delito praticado em detrimento da União, pelo que é da Justiça Federal a competência para o julgamento da respectiva ação penal, de titularidade privativa do MPF;

CONSIDERANDO que é expressivo o número de ações penais de tal jaez, inclusive nesta Procuradoria da República no Município de Uruguaiana/RS;

CONSIDERANDO a Ação Penal Nº 2007.71.03.001499-1, da 1ª Vara Federal de Uruguaiana/RS, onde foi denunciado ADEMIR MOREIRA BATISTA em função da prática de tal ilícito, já que ele, concomitantemente ao seguro-defeso, teria percebido remuneração em função da ocupação do cargo de Conselheiro Tutelar em Garruchos/RS;

CONSIDERANDO que, segundo cópia da sentença em anexo, o réu veio, ao final, por ser absolvido pelo Juízo, inclusive sob o argumento de que "não há comprovação de advertência expressa ao réu, fazendo saber que a aquisição, (posterior ao pedido), de outra fonte de renda no período de recebimento do benefício implicaria extinção deste, e tanto menos que teria o beneficiário o dever legal de comunicar ao INSS a eventual inovação havida".

CONSIDERANDO que muito embora ninguém possa se escusar de cumprir a lei alegando não conhecê-la (artigo 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), a existência de dita advertência, na medida em que é dirigida a pescadores, pessoas de conhecimentos simplórios, é questão dotada de relevância, devendo tal aviso, acaso efetivamente inexistente, ser devidamente incluído nos documentos e formulários a serem preenchidos pelo pescador durante o procedimento de requerimento do benefício;

CONSIDERANDO, por fim, a normativa administrativa acerca da instauração e tramitação de inquérito civil público no âmbito do Ministério Público Federal;

DETERMINO a instauração do Inquérito Civil Público Nº 1.29.011.00079/2011-37 com o seguinte objeto: "Apurar a existência/necessidade de inclusão de expressa advertência aos pescadores requerentes de seguro-defeso no sentido de proibição da percepção de renda diversa à pesqueira e necessidade de comunicação aos órgãos responsáveis acerca da aquisição de nova fonte de renda durante o período do seguro".

Para tanto, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

a) Autuação e registro desta Portaria;

b) Encaminhamento, via mensagem eletrônica, de cópia deste ato à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2010 do CSMPF, para ciência e publicação, procedendo-se à juntada da comprovação de envio do documento;

c) Expedição de ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego em Uruguaiana/RS, com cópia da Portaria e da Sentença, solicitando que, no prazo de vinte dias, 1) informe acerca de eventual existência de expressa advertência aos pescadores requerentes de seguro-defeso no sentido de proibição da percepção de renda diversa à pesqueira e necessidade de comunicação aos órgãos responsáveis acerca da aquisição de nova fonte de renda durante o período do seguro; 2) informe, no caso de inexistência de tais advertências, da possibilidade de elas serem incluídas nos formulários de requerimento do seguro-defeso; 3) encaminhe modelo dos formulários de requerimento do seguro-desemprego referente ao período defeso; 4) preste as informações entendidas como cabíveis.

LARA MARINA ZANELLA MARTÍNEZ CARO

PORTARIA Nº 14, DE 5 DE MAIO DE 2011

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O PROCURADOR DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem "funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos", assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO o conteúdo exarado no Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do município de Jequié, que, ao analisar as contas referentes ao exercício de 2010, relatou possíveis desvios de recursos deste fundo;

CONSIDERANDO que consta neste Parecer uma lista de servidores municipais que supostamente estariam recebendo seus salários oriundos do FUNDEB sem exercer função vinculada à educação do município;

CONSIDERANDO que é relatado neste Parecer que a prefeitura de Jequié/BA teria contratado empresa de engenharia para realizar reformas em diversas escolas do município, mas que, apesar de a despesa ter sido liquidada, não se tem provas da realização das obras;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar Nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil Público, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Apura supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB pela prefeitura municipal de Jequié, no ano de 2010, relatadas no Parecer do Conselho do FUNDEB da municipalidade"

TEMÁTICA: Improbidade Administrativa

CÂMARA : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

c) oficie-se o TCM/BA, solicitando que apure os fatos relatados no Parecer do Conselho do FUNDEB do município de Jequié/BA quando da análise das contas desta municipalidade, especialmente no que toca ao pagamento, com recursos do FUNDEB, de servidores alheios ao serviço de educação e a utilização de recursos do FUNDEB em obras de recuperação de escolas municipais sem que haja prova da concreta realização destas.

Anexar cópia do parecer do FUNDEB.

Encaminhar um ofício à presidência do TCM/BA e outro idêntico à unidade do TCM/BA em Jequié.

d) oficie-se a Prefeitura Municipal de Jequié/BA, requisitando que encaminhe a esta Procuradoria, no prazo de 15 dias:

d.1) cópia integral do procedimento licitatório Tomada de Preço Nº 01/2010, e seus processos de pagamento e notas fiscais correspondentes; e

d.2) procedimentos licitatórios, processos de pagamento e notas fiscais referentes à reconstrução de muro na Escola Municipal Guiomar Pinto e à construção da sala de informática na Escola Municipal José Augusto Barreto;

Nomeio o Técnico Administrativo Patrícia Souza Santos, matrícula Nº 21685, lotada nesta Procuradoria, para exercer função de Secretária no presente Inquérito Civil Público.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO

PORTARIA Nº 14, DE 1º DE MARÇO DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, por força de convênio, para a implantação de infra-estrutura em projetos de assentamento. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação n° 1.11.000.001141/2007-95 em inquérito civil público a fim de apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa, relacionado às supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos transferidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ao município de Branquinha/AL, por força do Convênio n° CRT/AL/11.000/05 (SIAFI n° 540692), para a implantação de infra-estrutura básica nos Projetos de Assentamento Nova Esperança, Zumbi dos Palmares, Santo Antônio da Boa Vista, Flor do Mundaú e Eldorado dos Carajás.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2010, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2010, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se ao Tribunal de Contas da União, solicitando informações sobre o andamento da tomada de contas especial que tem por objeto a aplicação dos recursos públicos transferidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ao município de Branquinha/AL, por força do Convênio n° CRT/AL/11.000/05 (SIAFI n° 540692).

4. Ressalte-se que o ofício mencionado no item anterior desta portaria deverá ser instruído com cópia reprográfica dos documentos acostados às folhas 58, 60 e 238/239.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 14, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e, especialmente:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando que compete ao Ministério Público zelar pela probidade administrativa;

Considerando o teor do Procedimento Administrativo de Nº 1.14.000.001196/2009-55, instaurado no âmbito da PR/BA em 16 de junho de 2009, com a finalidade de apurar o abandono de obra pública custeada com recursos públicos federais (inexecução de quadra de esportes alocada no Programa de Implantação de Núcleos de Esporte e Lazer do Ministério dos Esportes);

Considerando o estatuído na Resolução CSMPF Nº 87/2006 (art. 4º, inciso II e art. 5º) e na Resolução CNMP Nº 23/2007 (art. 2º, notadamente § 5º, e art. 4º), bem como o lapso temporal já decorrido desde a instauração do Procedimento em epígrafe;

Considerando a necessidade da realização de algumas diligências para a conclusão do presente apuratório;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº. 1.14.000.001196/2009-55 em INQUÉRITO CIVIL, determinando, destarte, o seguinte:

1. Registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com os documentos em anexo;

2. Registre-se que o objeto do Inquérito Civil consiste em apurar a regularidade na aplicação de verbas públicas federais do Programa de Implantação de Núcleos de Esporte e Lazer, referentes ao Contrato de Repasse Nº 185.385-40, celebrado entre o Ministério dos Esportes, por meio da Caixa Econômica Federal, e a Prefeitura Municipal de Salvador/BA;

3. Oficie-se à Caixa Econômica Federal solicitando, no prazo máximo de 20 (vinte) dias: a) informações circunstanciadas e atualizadas a respeito da execução do objeto do Contrato de Repasse nº185.385-40; b) cópia do referido contrato e eventuais aditivos; c) cópia da prestação de contas correspondente (enviar cópia de fls. 02/05, 14/15, 18/19, 22/24, 29/30, 34/39 e 44);

4. Oficie-se à SUCOP solicitando manifestação a respeito do quanto apontado à fl. 44;

5. Dê-se ciência da presente decisão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

6. Após, proceda-se à redistribuição dos presentes autos, nos termos do despacho em anexo.

WILSON ROCHA DE ALMEIDA NETO

PORTARIA Nº 15, DE 5 DE MAIO DE 2011

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O PROCURADOR DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem "funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos", assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO o conteúdo exarado no Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do município de Jequié;;

CONSIDERANDO que consta deste parecer notícia de irregularidades na contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar no município de Jequié/BA, os quais são remunerados com verbas do PNATE, programa gerido pelo FNDE; e

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar Nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil Público, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Apura supostas irregularidades na contratação dos serviços de transporte escolar pela prefeitura municipal de Jequié/BA, nos exercícios de 2009 a 2011"

TEMÁTICA: Improbidade Administrativa

CÂMARA : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

c) oficie-se a Prefeitura Municipal de Jequié/BA, requisitando que encaminhe a esta Procuradoria, no prazo de 15 dias, cópia integral do procedimento licitatório realizado para contratação de empresa prestadora dos serviços de transporte escolar no município, bem como do contrato administrativo assinado e posteriores aditivos.

Nomeio o Técnico Administrativo Patrícia Souza Santos, matrícula Nº 21685, lotada nesta Procuradoria, para exercer função de Secretária no presente Inquérito Civil Público.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO
Procurador da República

PORTARIA Nº 15, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através do Procurador da República signatário, e considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta da Peça Informativa Cível Nº 1.34.014.000141/2011-09, instaurada de ofício, DETERMINA a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para verificar a legalidade da contratação do Instituto de Desenvolvimento Estratégico e Assistência Social (IDEAIS), pelo Município de São José dos Campos/SP, para o "fornecimento de profissionais da área de saúde de forma complementar para prestação de serviços junto à municipalidade", o que pode configurar indevida terceirização das atividades-fins do Estado, em afronta ao art. 37, II, da CF/88.

Determino, ainda, a realização das seguintes diligências: a) o registro da presente portaria; b) a comunicação da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87/06; c) a adoção das diligências iniciais indicadas no despacho de conversão, constante dos autos.

FERNANDO LACERDA DIAS

PORTARIA Nº 16, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000048/2011-75 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar denúncia em face da Prefeitura do Careiro /AM, por possível ocorrência de fraude na Tomada de Preços n° 004/2010, cujo objeto é a construção de uma quadra poliesportiva com recursos oriundos do Convênio SICONV n° 041948/2009, firmado com o Ministério dos Esportes.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - Seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - Seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à CEF para que:encaminhe cópia da prestação de contas, ainda que não concluídas as análises, bem como cópia dos cheques extratos, etc. da conta específica do Convênio SICONV n° 041948/2009, e para que se manifeste sobre os fatos narrados fls. 8/10 (cópia anexa)

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 16, DE 10 DE MAIO DE 2011

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O PROCURADOR DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem "funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos", assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que os recursos utilizados pela prefeitura de Jitaúna/BA para aquisição de medicamentos são de origem federal, oriundos do SUS;

CONSIDERANDO que estas aquisições foram realizadas mediante a Tomada de Preços Nº 001/2009, Tomada de Preços Nº 001/2010 e Tomada de Preços Nº 002/2011;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito da correta aplicação destes recursos;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar Nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil Público, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Apura fatos relativos à aquisição de medicamentos pela Prefeitura Municipal de Jitaúna/BA, com recursos do SUS, nos exercícios de 2009 a 2011"

TEMÁTICA: Licitações

CÂMARA : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

c) oficie-se a Prefeitura Municipal de Jitaúna/BA, requisitando que encaminhe a esta Procuradoria, no prazo de 15 dias, cópia integral dos seguintes procedimentos licitatórios: :

c.1) Tomada de Preços Nº 001/2009;

c.2) Tomada de Preços Nº 001/2010;

c.3) Tomada de Preços Nº 002/2011;

c.4) Carta Convite Nº 006/2011; e

c.4) Todos os contratos administrativos assinados com base nestas licitações, além dos processos de pagamentos e notas fiscais de cada uma das despesas liquidadas com base nestes contratos.

Nomeio o Técnico Administrativo Patrícia Souza Santos, matrícula Nº 21685, lotada nesta Procuradoria, para exercer função de Secretária no presente Inquérito Civil Público.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO
Procurador da República

PORTARIA Nº 17, DE 10 DE MAIO DE 2011

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O PROCURADOR DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem "funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos", assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO os recursos federais repassados à prefeitura municipal de Jitaúna/BA por meio do Convênio Nº 967/2008 (Ministério da Integração Nacional); Contrato de Repasse Nº 0277623-74/2008; Contrato de Repasse Nº 244595-35/2007, Contrato de Repasse Nº 227834-70/2007 e Convênio Nº 243/2005;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito da correta aplicação destes recursos;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar Nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil Público, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Apura fatos relativos à aplicação de recursos repassados à Prefeitura Municipal de Jitaúna/BA por meio do Convênio Nº 967/2008 (Ministério da Integração Nacional); Convênio Nº 243/2005; Contrato de Repasse Nº 0277623-74/2008; Contrato de Repasse Nº 244595-35/2007; e Contrato de Repasse Nº 227834-70/2007."

TEMÁTICA: Licitações

CÂMARA : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Cientifique-se à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

c) oficie-se a Prefeitura Municipal de Jitaúna/BA, requisitando que encaminhe a esta Procuradoria, no prazo de 15 dias, cópia integral dos seguintes procedimentos licitatórios e dos contratos administrativos, processos de pagamento e notas fiscais delas decorrentes:

c.1) Tomada de Preços Nº 004/2010;

c.2) Tomada de Preços Nº 005/2010;

c.3) Tomada de Preços Nº 006/2010;

c.4) Tomada de Preços Nº 007/2010;

c.5) Carta-Convite Nº 001/2010;

c.6) Processo de Licitação utilizado para contratação dos serviços relativos ao Convênio Nº 967/2008, firmado com o Ministério da Integração Nacional e que possui como objeto a construção de muro de alvenaria na Barragem do Rio Preto de Criciúma.

Nomeio o Técnico Administrativo Patrícia Souza Santos, matrícula Nº 21685, lotada nesta Procuradoria, para exercer função de Secretária no presente Inquérito Civil Público.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO

PORTARIA Nº 17, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000063/2011-13 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na execução do Programa Nacional de Transporte Escolar, no exercício de 2009, pelo Município de Nhamundá/AM, em virtude da ausência de prestação de contas dos recursos repassados.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - Seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - Seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se ao FNDE, para apresentar informações sobre a prestação de contas, bem como, encaminhar os documentos pertinentes, ainda que não concluída a análise;

IV - Oficie-se ao Banco do Brasil, para encaminhar cópia dos extratos de movimentação, cheques e demais comprovantes de débitos, nomes dos responsáveis pela movimentação e respectivos beneficiários, bem como, cópia das respectivas fichas de autógrafo, referentes à Conta Corrente 153486, Agência 0333.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 17, DE 5 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício da sua missão institucional, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando que a representação que deu causa a instauração do Procedimento Administrativo ora em exame trata primordialmente de direito individual da representante, muito embora faça ela referência a irregularidades na terceirização no âmbito da CPRM;

Considerando que as investigações empreendidas pelo Ministério Público, que pode agir de ofício, não estão adstritas aos limites dos fatos articulados pela representante;

Considerando que o contrato de fls. 61/65 celebrado entra a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais - CPRM e a Brasil Explore LTDA. carece ainda de melhores esclarecimentos para o exame de sua licitude;

Considerando o transcurso do prazo estabelecido no §1º, do art. 4º, da Resolução Nº 87/2010 - CSMPF, bem assim a necessidade de prosseguimento do feito, converto o presente Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL, restringindo o objeto do presente apuratório à regularidade do contrato de fls. 61/65, acima referido.

Como diligências iniciais, determino:

1) Deverá o Cartório registrar e autuar a presente portaria, juntamente com o Procedimento Administrativo Nº 1.14.000.000562/2010-92 e os documentos que o acompanham;

2) Oficie-se à CPRM solicitando que preste esclarecimentos mais detalhados sobre as razões pelas quais celebrou o contrato de fls. 61/65, e não executou diretamente os serviços ali contratados - encaminhe-se juntamente com o ofício cópia da presente Portaria;

2) Dê-se ciência da presente instauração à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo;

3) Intime-se a representante do teor da presente Portaria.

DANILO PINHEIRO DIAS

PORTARIA Nº 18, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000076/2011-92 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na execução do Convênio nº 029/PCN/2006 (SIAFI 579358), firmado entre o Município de Uarini/AM e o Ministério da Defesa;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se ao (à):

- Banco do Brasil, para encaminhar cópia dos extratos de movimentação da Conta Específica 198544, Agência 0577 do Convênio n° 029/PCN/2006 (SIAFI 579358) celebrado pelo Município de Uarini/AM e o Ministério da Defesa, bem como, cópia de cheques e demais comprovantes de débitos realizados no período indicado, nomes dos responsáveis pela movimentação e respectivos beneficiários, e, ainda, cópia das respectivas fichas de autógrafo.

- Ministério da Defesa, para encaminhar cópia integral da Prestação de Contas do Convênio n° 029/PCN/2006 (SIAFI 579358) celebrado pelo Município de Uarini/AM e este Ministério, ainda que não concluída a análise, juntando documentação pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 22, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a PEÇA DE INFORMAÇÃO PR/AM n. 1.13.000.000055/2011-77 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar denúncias de óbices a serviços públicos prestados pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidades - ICMBio, por parte de autoridades municipais e estaduais, no município de Lábrea/AM.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - Seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - Seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Seja designada audiência com os servidores do ICMBio mencionados na peça informativa;

IV - Solicite-se ao 2º Ofício Cível cópia do DVD referido às fls. 09.

Cumpridas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 22, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício da sua missão institucional, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando o teor das Peças de Informação 1.14.000.000860/2011-63, que noticiam o desaparecimento de um Notebook DELL, modelo Latitude D520, de propriedade do Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade - IBAMETRO;

Considerando a constatação de irregularidades na aquisição de referido equipamento de informática, pela violação às disposições referentes à administração pública previstas na Constituição Federal e na Lei de Licitações;

Resolve a signatária INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, determinando as seguintes diligências preliminares:

1)Oficie-se ao IBAMETRO, solicitando que informe a qualificação completa e os cargos ocupados pelos servidores JORGE RODRIGUES MONIZ BARRETO, AFONSO CARLOS DA SILVA MELO, SILVIO STENIO FRANÇA CARVALHO, bem como datas de nomeação e, se for o caso, de exoneração.

2)Com a resposta ao item 1, notifiquem-se os servidores para que apresentem defesa.

3)Certifique a Divisão de Acompanhamento de Atividade Criminal - DIAAC a existência de procedimento criminal correlato.

4)Dê-se ciência da presente instauração à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 004/2011/5ªCCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

JULIANA DE AZEVEDO MORAES

PORTARIA Nº 23, DE 28 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000109/2011-02 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar denúncia de possíveis irregularidades na realização de Processo Seletivo para contratação de profissionais da área da Saúde, promovido pela FUNASA, no ano de 2010.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à FUNASA, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos narrados, bem como, encaminhar cópia do processo administrativo relativo ao certame mencionado na peça informativa, incluindo-se Edital, lista de aprovados em cada fase, ato de homologação e demais documentos pertinentes.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 25, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000090/2011-96 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possível omissão na prestação de contas referente ao Convênio n° 802028/2006, Programa Profissionais de Apoio, firmado entre o Município de Nhamundá/AM e o Fundo Nacional de desenvolvimento da educação - FNDE.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se:

ao FNDE para encaminhar cópia da Prestação de contas, ainda que não concluída a análise;

Banco do Brasil, para encaminhar cópia dos extratos de movimentação da Conta Específica referente ao Convênio n° 802028/2006, Programa Profissionais de Apoio, conta especifica n° 178438, agência 0333, firmado entre o Município de Nhamundá/AM e o FNDE, bem como, cópia de cheques e demais comprovantes de débitos realizados no período indicado, nomes dos responsáveis pela movimentação e respectivos beneficiários, e, ainda, cópia das respectivas fichas de autógrafo;

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 25, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício da sua missão institucional, e

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando a conclusão do prazo para encerramento do procedimento administrativo Nº 1.14.000.001350/2010-22, bem como a impossibilidade de sua prorrogação;

Considerando o teor do Relatório de Fiscalização 01552, da Controladoria-Geral da União, que registra irregularidades na aplicação de recursos federais pelo município de Itaparica-Ba;

Considerando a necessidade de novas diligências;

Resolve a signatária CONVERTER o feito em INQUÉRITO CIVIL, dando-se ciência da presente conversão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 004/2011/5ªCCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

Após, retornem a este gabinete, preservando-se a ordem de conclusão.

JULIANA DE AZEVEDO MORAES

PORTARIA Nº 26, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício da sua missão institucional, e

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando a conclusão do prazo para encerramento do procedimento administrativo Nº 1.14.000.000303/2005-02, bem como a impossibilidade de sua prorrogação;

Considerando a pendência de efetivação da diligência indicada no despacho de fl. 711;

Resolve a signatária CONVERTER o feito em INQUÉRITO CIVIL, determinando a revogação do parágrafo final do despacho de fls. 711. Dê-se ciência da presente conversão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

JULIANA DE AZEVEDO MORAES

PORTARIA Nº 26, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000178/2011-16 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades no Processo Seletivo Simplificado n° 067/2010, promovido pela Universidade Federal do Amazonas para a seleção de Professores para cursos de licenciatura.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à UFAM, para prestar esclarecimentos acerca dos fatos narrados.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 27, DE 11 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício da sua missão institucional, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando a conclusão do prazo para encerramento do procedimento administrativo Nº 1.14.000.001508/2010-64, bem como a impossibilidade de sua prorrogação;

Considerando a necessidade de avaliar a regularidade do Convênio 002/2009, celebrado entre o DETRAN/BA e a Fundação Escola de Administração da UFBA;

Considerando a necessidade de novas diligências;

Resolve a signatária CONVERTER o feito em INQUÉRITO CIVIL, determinando as seguintes diligências:

1. Oficie-se ao CONTRAN para que informe sobre a existência de regulamentação específica sobre a possibilidade de cobrança pelos Departamentos Estaduais de Trânsito para a realização de registros de contratos de financiamento de veículo, bem como sobre a destinação destes valores.

2. Oficie-se ao DETRAN/BA, requisitando o envio de cópia dos dois últimos relatórios de prestação de constas elaborados pela FEA/UFBA, devendo informar , ainda, a destinação dos recursos repassados pela FEA/UFBA, na forma do item 4.5 do citado Convênio, e a forma de registro orçamentário adotada.

3. Dê-se ciência da presente conversão à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular Nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

JULIANA DE AZEVEDO MORAES

PORTARIA Nº 27, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Representação Nº 1.13.000.000253/2006-73 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na habilitação e recebimento a partir de 2002 de recursos de P&D, por parte da FUNDAÇÃO NILTON LINS, em decorrência de fatos relatados no interesse da Ação Civil Pública 2003.32.00.006035-0.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - Oficie-se :

à SUFRAMA, para atualizar as informações prestadas a fls.416, quanto aos períodos de 2007 à 2010.

à Receita Federal para atualizar o Ofício de Fls. 403, quanto aos anos-base, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 29, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000208/2011-86 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar supostas irregularidades na Concorrência Nº 105/2010, realizada pela UFAM, concernentes a inadequações do projeto de construção da nova Casa do Estudante Universitário do Amazonas.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à UFAM para manifestar-se acerca dos fatos narrados.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 31, DE 1º DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000235/2011-59 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na execução do Convênio n° 89/PCN/2007 (SIAFI 596667), firmado entre o Município de Uarini/AM e o Ministério da Defesa;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se ao (à):

- Banco do Brasil, para encaminhar cópia dos extratos de movimentação da Conta Específica referente ao Convênio n° 89/PCN/2007 (SIAFI 596667), firmado entre o Município de Uarini/AM e o Ministério da Defesa, exercício 2008, bem como, cópia de cheques e demais comprovantes de débitos realizados no período indicado, nomes dos responsáveis pela movimentação e respectivos beneficiários, e, ainda, cópia das respectivas fichas de autógrafo.

- Ministério da Defesa, para encaminhar cópia integral da Prestação de Contas do Convênio n° 89/PCN/2007 (SIAFI 596667) celebrado pelo Município de Uarini/AM e este Ministério, ainda que não concluída a análise, juntando documentação pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000279/2011-89 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar supostas irregularidades no Pregão n. 071/2010, destinado à aquisição de generos alimentícios da merenda escolar para atendimento da rede municipal de ensino de Manaus, no exercício de 2011, dentre as quais a especificação e quantificação por lotes a frustar o caráter competitivo do pleito e possível conlúio de pessoas jurídicas participantes.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à Prefeitura de Manaus para:

Manifestar-se acerca dos fatos narrados;

Encaminhar cópia integral digitalizada do processo licitatório Pregão n. 071/2010, bem como de todos os eventuais contratos de fornecimento de generos alimentícios decorrentes do referido processo licitatório, notas de empenho, ordens bancárias, termos de recebimento do objeto licitado.

Indicar a fonte dos recursos utilizados e a serem utilizados para aquisição do objeto licitado.

IV - Oficie-se ao FNDE para informar os valores do PNAE, exercício 2011 liberados e a liberar para o Município de Manaus, e a conta-corrente destinatária dos repasses.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 33, DE 10 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Peça de Informação Nº 1.13.000.000382/2008-23 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na execução do Convênio n° 2251/2006 (SIAFI 586823), firmado entre o Município de Tapauá/AM e a FUNASA;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à FUNASA para prestar informações acerca da prestação de contas dos recursos do Convênio Nº 2251/2006 (SIAFI 586823), encaminhando cópia integral do processo pertinente.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 34, DE 21 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar Nº 75, de 20.5.93);

Considerando que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

Resolve converter a Representação Nº 1.13.000.000311/2011-26 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na contratação de pessoa jurídica através de inexigibilidade de licitação, com vistas à realização da VI Feira Internacional da Amazônia - FIAM 2011.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - seja esta autuada, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - seja prorrogado pelo período de 1 (hum) ano, o prazo para conclusão deste, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - Oficie-se à SUFRAMA para se manifestar sobre os fatos objeto do ICP e encaminhar cópia integral do procedimento licitatório concernente à locação de espaço, incluindo serviços de segurança, conservação, limpeza e consumo de água de serviço, para realização da VI FIAM, bem como, cópia dos eventuais contratos decorrentes do certame.

Cumpridas e atendidas as diligências, voltem-me os autos conclusos.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA N.º 37, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS, no uso de suas atribuições constitucionais (artigos 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/1985; e, artigos 1.º; 5.º; 6.º, incisos VII; 7.º, inciso I; e, 38, inciso I; da Lei Complementar n.º 75/1993) e regulamentares (artigo 1.º e seguintes da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e artigo 1.º e seguintes da Resolução CNMP n.º 23/2007); e

CONSIDERANDO que, em virtude da realização, pelo Tribunal de Contas da União - TCU, de auditoria de conformidade destinada a apurar a regularidade do relacionamento da Fundação Universidade Federal de Pelotas - UFPel com as suas fundações de apoio (processo 021.858/2006-5), foram constadas diversas irregularidades, como a formalização inadequada de ajustes, a fiscalização deficiente, a ausência de prestação de contas, a realização de projetos sem aprovação formal, a ausência de formalização de avenças, o pagamento de taxas de administração sem critérios objetivos e a realização de projetos que não se enquadram como apoio à pesquisa, ensino, extensão ou desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;

CONSIDERANDO que a referida auditoria de conformidade culminou na prolação do Acórdão n.º 599/2008 - Plenário, onde constam diversas determinações à UFPel, como, p. ex., as determinações para que a universidade implemente mecanismos efetivos de fiscalização dos projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio e para que se abstenha de promover a contratação direta de serviços junto às fundações de apoio que sejam passíveis de execução por empresas prestadoras de serviços terceirizados;

CONSIDERANDO que o atendimento às determinações contidas no Acórdão n.º 599/2008 - Plenário vem sendo objeto de monitoramento pelo TCU nos autos do TC 005.163/2010-2, sendo que nesse processo foi recentemente prolatado o Acórdão n.º 872/2011 - TCU - Plenário, onde constam novas determinações e recomendações dirigidas à UFPel, como a determinação para que a universidade edite normativo interno disciplinando as atribuições e responsabilidades da Coordenadoria de Convênios e do Núcleo de Acompanhamento de Convênios;

CONSIDERANDO que se é conveniente que o Ministério Público Federal também monitore o cumprimento, pela UFPel, das determinações e recomendações contidas no Acórdão n.º 599/2008 - Plenário e no Acórdão n.º 872/2011 - TCU - Plenário, e de outros eventuais acórdãos do TCU a respeito do relacionamento da UFPel com as suas fundações de apoio (Fundação de Apoio Universitário, Fundação Simon Bolívar e Fundação Delfim Mendes da Silveira);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal c/c artigos 5.º, inciso III, alínea "b", e 6.º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93);

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e a requisição de documentos e/ou de informações, pressupõem a existência de procedimento administrativo ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dispõe o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, bem como o artigo 8.º da Lei Complementar n.º 75/93;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para a apuração do(s) fatos(s), razão pela qual deverá a Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva - SOTC:

1. registrar e autuar a presente Portaria e as peças de informações que a acompanham; e, registrar o inquérito civil instaurado, em cuja capa deverá constar a seguinte informação, como objeto do feito: "Monitorar o cumprimento das determinações e recomendações contidas no Acórdão n.º 599/2008 - Plenário e de outros acórdãos do TCU a respeito do relacionamento da UFPel com as suas fundações de apoio"; e,

2. comunicar à 5.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal acerca da instauração do inquérito civil, encaminhando-se o arquivo virtual da portaria no formato regulamentar ao endereço eletrônico 5camara@pgr.mpf.gov.br, para fins de sua publicação no Diário Oficial da União, conforme determinado no artigo 16, § 1.º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 e no artigo 7.º, § 2.º, inciso I, da Resolução CNMP n.º 23/2007.

Após, encaminhem-se os autos conclusos para posteriores deliberações.

DESIGNA-SE, para secretariar os trabalhos, a analista processual JULIANA ROCHA GOMES.

MAURO CICHOWSKI DOS SANTOS

PORTARIA Nº 43, DE 6 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.15.003.001771/2006-71 que tem como objetivo apurar possíveis irregularidades ocorridas no Convênio 2885/2001, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e a Prefeitura de Morrinhos - CE, o qual visava a execução de sistemas de abastecimento de água, nas localidades de Luz, Ventura, Canudos, Bom Princípio II, Nova Olinda e Forno Velho.

Determino que seja reiterado o ofício de folha 72.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO MAGALHÃES DE MENDONÇA

PORTARIA Nº 45, DE 4 DE MAIO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar Nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o Procedimento Administrativo Nº 1.26.000.002636/2010-12 foi instaurado, a partir do desmembramento do procedimento administrativo n. 1.26.000.000840/2005-23, o qual, por sua vez, se destinou a apurar as irregularidades noticiadas pela Controladoria-Geral da União no relatório de fiscalização efetuada no município de Jaqueira/PE no período de 08 a 12 de novembro de 2004;

Considerando que o presente procedimento administrativo busca investigar possíveis irregularidades relacionadas especificamente aos Contratos de Repasse nºs 0159196-85/2003/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA e 0101.318-51/2000/SEDU/CAIXA;

Considerando a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.26.000.002636/2010-12 em inquérito civil, determinando:

1 Registro e autuação da presente Portaria juntamente com estas peças informativas, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "apurar supostas irregularidades praticadas pela Prefeitura de Jaqueira/PE, relacionadas especificamente aos Contratos de Repasse nºs 0159196-85/2003/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA e 0101.318-51/2000/SEDU/CAIXA";

2 Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Alex Rodrigues de Araújo, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução Nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 7º Ofício da Tutela Coletiva;

3 Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - 5ª CCR, inclusive por meio eletrônico (para o endereço 5camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução Nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução Nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução Nº 87 CSMPF);

4 Como providência instrutória, determina-se:

(i) seja expedido ofício à Caixa Econômica Federal (destinatários indicados na fl. 250 do volume II do anexo I), solicitando informações atinentes à Tomada de Contas Especial instaurada para apurar as irregularidades relacionadas ao Contrato de Repasse n. 158.196-85;

(ii) seja expedido ofício à Caixa Econômica Federal (destinatário indicado à fl. 225 do volume II do anexo I), a fim de que preste informações quanto ao Contrato de Repasse n. 101.318-51/2000.

No intuito de serem observados o art. 9º da Resolução Nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução Nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Tutela Coletiva Cível (DTCC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

EDSON VIRGINIO CAVALCANTE JUNIOR

PORTARIA Nº 49, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento n° 1.01.001.000610/2005-23 destina-se à apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos oriundos do FUNDEF no Município de Ibotirama/BA, durante os exercícios de 2001 a 2004;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.01.001.000610/2005-23 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 50, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento n° 1.14.003.200940/2009-72 foi instaurado a partir de representação proveniente das professoras da Tribo Tuxá localizada em Ibotirama/BA, na qual noticiam irregularidades possivelmente praticadas pela FTC/EAD - Faculdade de Tecnologia e Ciências, tendo em vista as garantias e direitos assegurados no Código de Defesa do Consumidor;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.200940/2009-72 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

2) Reitere-se o ofício de fls. 28, com as advertências de praxe, diante da ausência de resposta.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 51, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento n° 1.14.003.000080/2009-79 foi instaurado com o fito de apurar as eventuais irregularidades apontadas pelo Relatório de Fiscalização da CGU n° 616/2005, referente aos repasses efetuados pelo Ministério da Previdência Social em benefício do Município de Muquém do São Francisco/BA;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000080/2009-79 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 52, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento n° 1.14.003.000024/2010-78 foi instaurado com o escopo de acompanhar a regularização possessória do POVOADO BOA SORTE, em virtude da invasão de terras de propriedade da CODEVASF, questão discutida nos autos judiciais da ação de REINTEGRAÇÃO DE POSSE n° 2007.33.03.000393-0;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000024/2010-78 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 53, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento n° 1.14.000.000975/2003-48 foi instaurado com o escopo de apurar irregularidades na prestação de contas da Fundação Hospitalar Antônio de Souza Fagundes, efetuadas pela Prefeitura Municipal de Serra Dourada, no exercício de 2001;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.000.000975/2003-48 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 54, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o procedimento n° 1.00.000.011134/2003-51 foi instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades estruturais e operacionais imputadas a CODEVASF no âmbito do Perímetro Irrigado de Barreiras Norte, noticiadas pelo Conselho de Administração da DIBAN (Distrito de Irrigação Barreiras Norte);

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.00.000.011134/2003-51 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 59, DE 18 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, no âmbito do PNAE, PNATE e do FUNDEB. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.000802/2008-46 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na aplicação dos recursos públicos federais transferidos ao município de Marechal Deodoro/AL, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Junta Comercial do Estado de Alagoas, solicitando cópia reprográfica do ato constitutivo da empresa Maria José de Almeida Rocha ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 35.741.859/0001-36.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 60, DE 18 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Suposto descumprimento do dever de prestar contas da aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, por força de termo de responsabilidade. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.000994/2010-13 em inquérito civil público, a fim de apurar o suposto descumprimento do dever de prestar contas da aplicação dos recursos transferidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao município de Novo Lino/AL, com base no Termo de Responsabilidade Nº 266/03, durante o mandato do Prefeito Vasco Rufino da Silva.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, retifique-se o cadastro deste procedimento, de modo a que o seu campo "resumo" passe a constar nos seguintes termos: "Improbidade administrativa. Agente político. Tomada de Contas Especial Nº 001.939/2009-2, do TCU. Acórdão Nº 3.493/2010, do TCU. Notícia de descumprimento do dever de prestar contas da aplicação dos recursos transferidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao município de Novo Lino/AL, com base no Termo de Responsabilidade Nº 266/03, durante o mandato do Prefeito Vasco Rufino da Silva. Recursos do Programa Sentinela, destinados à proteção de crianças e adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual".

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 60, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o procedimento n° 1.14.000.000293/2003-35 foi instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades no Hospital Maternidade Maria Pereira Macedo, no Município de Sitio do Mato/BA, apontadas por usuário do SUS e constantes, inclusive, do Relatório de Auditoria do DENASUS;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.000.000293/2003-35 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 61, DE 18 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de supostas irregularidades nas nomeações para cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas. Necessidade de instauração de Inquérito Civil Público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, incisos I, alínea "h", e III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.001205/2010-53 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na nomeação das pessoas de Maria Itacira de Oliveira Nascimento e Silva, Frederico Guilherme de Oliveira Gomes e Mary Lidian Ferraz Gomes para cargos de provimento em comissão ou funções gratificadas da estrutura administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2010, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2010, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região:

a) solicitando informações sobre os fatos descritos na representação que deu origem aos presentes autos;

b) indagando se Maria Itacira de Oliveira Nascimento e Silva, Frederico Guilherme de Oliveira Gomes e Mary Lidian Ferraz Gomes são servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da estrutura administrativa daquele tribunal e solicitando, no caso de resposta positiva, cópia reprográfica dos atos de nomeação;

c) indagando se Maria Itacira de Oliveira Nascimento e Silva, Frederico Guilherme de Oliveira Gomes e Mary Lidian Ferraz Gomes exercem cargo de provimento em comissão ou função gratificada da estrutura administrativa daquele tribunal e solicitando, no caso de resposta positiva, cópia reprográfica dos atos de nomeação;

d) indagando a quem se encontram subordinados Maria Itacira de Oliveira Nascimento e Silva, Frederico Guilherme de Oliveira Gomes e Mary Lidian Ferraz Gomes no âmbito daquele tribunal.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 61, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento n° 1.14.000.000514/2005-37 foi instaurado com o fito de apurar as eventuais irregularidades apontadas pelo Relatório de Fiscalização da CGU n° 287/2004, referente aos repasses de verbas públicas federais efetuados pelo Ministério da Integração Nacional em favor do Município de Serra Dourada/BA;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.000.000514/2005-37 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 62, DE 18 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.000436/2003-11 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos ao Município de Jequiá da Praia/AL:

a) no âmbito do Programa Morar Melhor, por força dos Convênios Nº 1.887/2001 (SIAFI Nº 443005) e 2.294/2001 (SIAFI Nº 439696);

b) no âmbito do Programa de Melhoria das Condições de Habitabilidade, por força dos Contratos de Repasse Nº 0141547-67, 0141548-71, 0123666-30 e 0122039-15.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, desmembre-se os presentes autos, a partir da página 201, de modo a que cada um de seus volumes tenha no máximo duzentas páginas.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 63, DE 4 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o presente procedimento n° 1.14.003.000054/2008-60 foi instaurado com o desígnio de apurar as eventuais irregularidades apontadas pelo Relatório de Fiscalização da CGU n° 998/2007, referente aos repasses de verbas públicas federais efetuados pelo Ministério dos Esportes em favor do Município de Côcos/BA;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000054/2008-60 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 64, DE 19 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município pelo FNDE e pelo FUNDEF. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.000510/2005-61 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na aplicação dos recursos públicos federais transferidos ao município de Paripueira/AL pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério, durante os mandatos do Prefeito Carlos Henrique Fontan Cavalcanti Manso.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, realize-se pesquisa no sistema Único, com o propósito de relacionar todos os procedimentos extrajudiciais que tenham por objeto fatos ocorridos no município de Paripueira/AL, bem como as ações judiciais em que Carlos Henrique Fontan Cavalcanti Manso figure como réu.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 64, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

c) considerando que o procedimento n° 1.14.000.000876/2005-28 foi instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais no Município de Serra do Ramalho/BA, noticiadas no Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da União;

d) considerando o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

e) considerando o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do PA em anexo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário CONVERTER O PA Nº 1.14.000.000876/2005-28 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

1) Dê-se ciência da instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 65, DE 19 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, por força de convênio. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.000608/2008-61 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na aplicação dos recursos públicos transferidos pela Fundação Nacional de Saúde ao município de Rio Largo/AL, por força do Convênio Nº 05/95, durante o mandato do Prefeito José Rafael Torres Barros.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, realize-se pesquisa no sistema Único, com o propósito de relacionar todas as ações judiciais em que José Rafael Torres Barros figure como réu.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 67, DE 25 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, por força de convênio. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.000771/2007-42 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na aplicação de recursos públicos transferidos pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA ao município de Porto Calvo/AL, por força do Convênio Nº 359/2006 (SIAFI Nº 590500), para a ampliação do sistema de abastecimento de água daquele município.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, solicitando informações sobre o resultado da análise final da prestação de contas da aplicação dos recursos transferidos ao município de Porto Calvo/AL, por força do Convênio Nº 359/2006 (SIAFI Nº 590500).

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 68, DE 25 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município, para a construção de casas populares. Necessidade de instauração de Inquérito Civil Público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação n° 1.11.000.001117/2007-56 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos ao município de Coruripe/AL, por força do Convênio Nº 530533, para a construção de residências populares.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2010, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2010, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, remeta-se estes autos à Coordenadoria Jurídica desta Procuradoria, para que seja realizada pesquisa nos sistemas informatizados, com o propósito de verificar se cópia reprográfica da representação que deu origem a este procedimento foi encaminhada ao Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme determinado na alínea "b" do despacho acostado à folha 2 dos autos.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 70, DE 26 DE ABRIL DE 2011

Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador

da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.001473/2008-51 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos ao município de Pilar/AL pelos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, durante os exercícios financeiros de 2000 a 2006.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se ao Tribunal de Contas da União, solicitando informações sobre o resultado da instrução técnica das Tomadas de Contas Nº 024.189/2007-5 e 000.379/2008-2.

4. Ressalte-se que o ofício mencionado no item anterior desta portaria deverá ser instruído com cópia reprográfica do documento acostado à folha 107 dos autos.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 71, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do ministério Público;

e) considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o § 4.º do artigo 4.º da Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

R E S O L V E converter o Procedimento Administrativo n.º 1.20.000.001161/2010-52 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar indícios de irregularidades na aplicação de recursos federais nos convênios nº. 830484/2007 e 842210/2006 firmados pelo município de Itiquira/MT com o Ministério da Educação, constantes no Relatório de Demandas Especiais nº. 00190.030022/2007-99 da Controladoria Geral da União, encaminhado a esta Procuradoria para tomada de providências.

Determino, ainda, que seja oficiado: ao Ministério da Educação para que informe se a prestação de contas dos Convênios nº. 830484/2007 e nº. 842210/2006, firmados com a Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, foram aprovadas, e ainda, se houve processo de tomada de contas especial, encaminhando o relatório final.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

THIAGO LEMOS DE ANDRADE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 72, DE 26 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de supostas irregularidades na administração de Tribunal Regional Eleitoral. Necessidade de instauração de Inquérito Civil Público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, incisos I, alínea "h", e III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.000623/2002-13 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na administração do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, supostamente ocorridas nos anos de 2001 e 2002.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2010, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2010, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, retifique-se o cadastro deste procedimento, de forma a que o seu campo "assunto" passe a constar nos seguintes termos: "Notícia de irregularidades na administração do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - TRE/AL, nos anos de 2001 e 2002. Supostas irregularidades no pagamento de diárias, passagens aéreas, serviços extraordinários e diferenças salariais, bem como na seleção de estagiários. Alegados desvio de funções comissionadas, violação do sigilo de correspondências e perseguição de servidores".

4. Por fim, autue-se, como anexos, os documentos que se encontram acondicionados nas duas pastas que acompanham este procedimento.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 73, DE 26 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de supostas irregularidades administração de Tribunal Regional do Trabalho. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, incisos I, alínea "h", e III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a instauração de inquérito civil público a fim de apurar a existência de irregularidades na administração do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, relativas à concessão de aposentadoria por invalidez, à remoção de servidores, ao pagamento de benefício devido a dependentes de servidores falecidos, à nomeação de servidores portadores de deficiência, ao exercício de cargos comissionados e funções gratificadas e à construção da Vara do Trabalho de Porto Calvo/AL.

2. Determino, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, junte-se aos autos os seguintes documentos:

a) cópia de trecho do exemplar do Diário Oficial da União do dia 3 de março de 2009 que contém o resultado final do concurso nacional de remoção 2008, realizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

b) espelho de consulta ao sítio eletrônico da Justiça Federal na internet1, tendo por objeto o andamento do Processo n.º 0004851-31.2001.4.05.8000.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 74, DE 27 DE ABRIL DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos a município. Necessidade da instauração de inquérito civil público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, a conversão das Peças de Informação Nº 1.11.000.000517/2006-63 em inquérito civil público, a fim de apurar a existência de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais transferidos ao município de Santa Luzia do Norte/AL, durante o exercício financeiro de 2000, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério - FUNDEF.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA N.º 99, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramitam, desde 07 de junho de 2005, as Peças de Informação 1.11.000.000326/2005-11, que visam apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos repassados pelo FNDE mediante o programa de Apoio ao Sistema de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens Adultos (PEJA), no Município de Batalha/AL, no exercício de 2004, durante a gestão do prefeito Ermane Pereira de Melo,

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, CONVERTER o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Oficie-se a CGU e o TCU para que informe se existe algum procedimento ou fiscalização em relação aos recursos públicos repassados pelo FNDE mediante o programa de Apoio ao Sistema de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens Adultos (PEJA), no Município de Batalha/AL, no exercício de 2004, bem como para que envie cópia dos procedimentos fiscalizatórios, casos existentes.

d) Oficie-se o Ministério da Educação, para que envie cópia da prestação de contas e eventual Tomada de Contas Especial relativa recursos públicos repassados pelo FNDE mediante o programa de Apoio ao Sistema de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens Adultos (PEJA), no Município de Batalha/AL, no exercício de 2004.

SAMIR CABUS NACHEF JUNIOR

PORTARIA N.º 101, DE 4 DE MAIO DE 2011.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita, desde 24 de maio de 2007, PI 1.11.000.000494/2007-78, instaurado a partir de Aviso Nº 203-SESES-TCU-2ª Câmara, o qual encaminha Acórdão que julgou as contas referentes ao Convênio 204/99, celebrado entre o Município de Palmeira dos Índios e o Ministério da Integração Nacional, referente à reconstrução de ponte sobre o riacho Cafundó. O Acórdão referido aponta omissão na prestação de contas atribuída a então Prefeita Maria José de Carvalho Nascimento.

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, CONVERTER o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Oficie-se a Agência do Banco do Brasil em Palmeira dos Índios, para que envie cópia ou ou microfilmagem dos cheques que movimentaram a conta corrente Nº 2105-9, agência 0136-8, no ano 2001, que movimentou os recursos oriundos do convênio 204/99, concedendo para tanto o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

SAMIR CABUS NACHEF JUNIOR

PORTARIA N.º 102, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramitam, desde 29 de janeiro de 2007, as Peças de Informação 1.11.000.000056/2007-18, instauradas a partir de representação oferecida pelo município de Lagoa da Canoa/AL em face de seu ex-gestor, o Sr. LAURO PEREIRA DA FONSECA, dando conta de que este oferecera de forma irregular a prestação de contas do convênio Nº 840272/2003 (SIAFI 486393), celebrado entre o referido município e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para implementação de melhorias físicas estruturais em escolas daquela municipalidade;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, CONVERTER o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Oficie-se à Coordenação Geral de Contabilidade e Acompanhamento de Prestação de Contas do FNDE requisitando a situação atualizada da prestação de contas relativa ao convênio Nº 840.272 (SIAFI 486393), oferecida pelo município de Lagoa da Canoa/AL, especialmente se foi esta aprovada ou não, bem como se foi remetida pra análise pelo Tribunal de Contas da União. Conceda-se prazo de 15 (quinze) dias para resposta. Acaso haja tomada de contas especiais, fotocópias das mesmas devem ser enviadas.

d) Autos conclusos em 60 (sessenta) dias ou com a resposta, o que ocorrer primeiro.

SAMIR CABUS NACHEF JUNIOR

PORTARIA N.º 104, DE 09 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita, desde 24 de outubro de 2005, o Procedimento Administrativo Nº 1.11.000.000718/2005-80, instaurado para apurar irregularidades na aplicação dos recursos públicos federais repassados pelo Ministério da Saúde ao município de Traipu/AL por meio do Convênio Nº 260/97, cujo objeto foi o auxílio financeiro para combate ao mosquito Aedes Aegypti, mosquito transmissor da Dengue, tendo em vista que as contas do aludido convênio foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União por meio do acórdão 1.739/2005-TCU-2ª Câmara devido à incompatibilidade entre os valores constantes na relação de despesas apresentada pelo município e nos extratos bancários da conta do convênio, além da omissão no dever de prestar contas dos valores referentes ao seu Primeiro Termo Aditivo, firmado em 03 de julho de 1998;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, CONVERTER o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Requisite-se ao gerente da agência Nº 1159-2 do Banco do Brasil em Traipu/AL que remeta cópias dos extratos bancários e dos cheques referentes à conta Nº 15098-3, utilizada pelo município de Traipu/AL para movimentação dos valores repassados pelo Ministério da Saúde/AL por meio do Convênio Nº 260/97 nos exercícios de 1997 a 1999. Conceda-se prazo de 15 (quinze) dias para resposta;

d) Oficie-se à Advocacia Geral da União para que informe se já foi ajuizada ação de execução dos valores aos quais foi condenado o Sr. JOSÉ AFONSO DE FREITAS MELRO por meio do Acórdão Nº 1.739/2005 - TCU - 2ª Câmara, oriundo do procedimento de Tomada de Contas Especial Nº 016. 018/2003-3, instaurada pelo Ministério da Saúde para apurar irregularidade na execução do Convênio Nº 206/97;

e) Tendo em vista que o presente procedimento já possui 342 (trezentas e quarenta e duas) páginas, proceda-se à abertura de segundo volume, com as anotações de praxe;

f) Autos conclusos em 60 (sessenta) dias ou com a resposta, o que ocorrer primeiro.

SAMIR CABUS NACHEF JUNIOR

PORTARIA N.º 106, DE 09 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita, desde 24 de outubro de 2005, o Procedimento Administrativo Nº 1.11.001.000092/2009-25, instaurado para apurar irregularidades na aplicação dos recursos públicos federais repassados pelo Ministério da Saúde ao município de Girau do Ponciano/AL por meio do Convênio Nº 1985/2001, cujo objeto foi a construção de um sistema de abastecimento de água no povoado Traíras, localizado naquela municipalidade, tendo em vista que o responsável pelo cumprimento do avençado, o ex-gestor municipal JOSÉ AURÉLIO DE OLIVEIRA, foi condenado pelo Tribunal de Contas da União por meio do acórdão 0794/2008-TCU-1ª Câmara devido à omissão no dever de prestar contas do dos recursos do aludido convênio ;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, CONVERTER o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Requisite-se novamente ao gerente da agência Nº 1283-1 do Banco do Brasil em Girau do Ponciano/AL que remeta cópias dos extratos bancários e dos cheques referentes à conta Nº 7.206-0, utilizada pelo município de Girau do Ponciano/AL para movimentação dos valores repassados pelo Ministério da Saúde por meio do Convênio Nº 1.985/2001 no exercício de 2002. Conceda-se prazo de 15 (quinze) dias para resposta;

d) Sejam desapensados os presentes autos do procedimento Nº 1.11.001.000016/2008-39 devido à inexistência de similitude entre seus objetos apta a justificar o trâmite em conjunto;

d) Autos conclusos em 60 (sessenta) dias ou com a resposta, o que ocorrer primeiro.

SAMIR CABUS NACHEF JUNIOR

PORTARIA Nº 107, DE 5 DE MAIO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando a apurar atos de improbidade administrativa praticados pelo servidor da justiça federal Andre Ricardo Gomes Borges, supostamente por fraudar o registro de horário da folha de ponto. Autos n.º 1.14.004.004.000048/2011-06

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 26/02/2011, em razão de representação protocolada por Lília Botelho Neiva nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, no qual foi informado possíveis irregularidades e atos de improbidade administrativa praticados pelo servidor da justiça federal Andre Ricardo Gomes Borges, supostamente por fraudar o registro de horário da folha de ponto;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

2. Extraia-se cópia do Inquérito Policial a partir da folha 32 e da mídia acostada na contra capa dos autos e faça-se a juntada no presente procedimento;

3. Agende-se data para a oitiva do representado.

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 113, DE 11 DE MAIO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do PNATE no município de Biritinga/BA, exercício de 2009, na gestão do então prefeito Gilmário Souza de Oliveira. Autos n.º 1.14.004.000033/2011-30

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 15/02/2011, nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em representação encaminhada por Roberto de Jesus Santos, visando apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do PNATE no município de Biritinga/BA, exercício de 2009, na gestão do então prefeito Gilmário Souza de Oliveira.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar as questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA N.º 115, DE 11 DE MAIO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do SUS no município de Inhambupe/BA, exercício de 2010, na gestão do então prefeito Euberto Luiz de Almeida Rocha. Autos n.º 1.14.004.000046/2011-17

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 25/02/2011, nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em representação encaminhada por Fabricio Quintela Mateus dos Santos, visando apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do SUS no município de Inhambupe/BA, exercício de 2010, na gestão do então prefeito Euberto Luiz de Almeida Rocha.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar as questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA N.º 117, DE 11 DE MAIO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do Ministério dos Esportes no município de Serrinha/BA, exercício de 2001 a 2004, detectada no Relatório de Fiscalização Nº 544 da Controladoria Geral da União (17º Sorteio Público), na gestão do então prefeito Antônio Josevaldo Silva Lima. Autos n.º 1.14.004.000476/2010-40

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 12/11/2010, nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em representação encaminhada por Controladoria Geral da União, visando apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do Ministério dos Esportes no município de Serrinha/BA, exercício de 2001 a 2004, detectada no Relatório de Fiscalização Nº 544 da Controladoria Geral da União (17º Sorteio Público), na gestão do então prefeito Antônio Josevaldo Silva Lima.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar as questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 125, DE 5 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar Nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Aline Carvalho Felix Moroni - ME (Granitos Vale do Jequitinhonha) por transporte de carga com excesso de peso.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Aline Carvalho Felix Moroni - ME (Granitos Vale do Jequitinhonha) em decorrência do transporte de carga com excesso de peso.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos da empresa Aline Carvalho Felix Moroni - ME (Granitos Vale do Jequitinhonha) por transporte de carga com excesso de peso.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para comunicar pelo E-mail: iniciais@prmg.mpf.gov.br e 5camara@pgr.mpf.gov.br, em cumprimento ao disposto no art. 9º § 9º e art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio desta portaria em anexo;

2. Junte-se aos autos cópia do ofício (ICP n.º 1.22.009.000315/2010-34), encaminhado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando análise técnica sobre a viabilidade de se atribuir um quantum ao prejuízo causado ao Patrimônio Público a partir do excesso de carga.

3. Reitere-se o ofício Nº 080/2011 - GAB/ZAD (Fls. 28), não respondido, com as advertências de praxe, na modalidade MÃO PRÓPRIA.

4. Acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 127, DE 5 DE MAIO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar Nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis danos causados às rodovias federais por transporte de carga com excesso de peso do embarcador José Duarte de Souza.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelo veículo do embarcador José Duarte de Souza em decorrência do transporte de carga com excesso de peso.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

Assunto: Apurar possíveis danos causados às rodovias federais por transporte de carga com excesso de peso do embarcador José Duarte de Souza.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para comunicar, através do e-mail: 5camara@pgr.mpf.gov.br e iniciais@prmg.mpf.gov.br, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio desta portaria em anexo;

2. Junte-se aos autos cópia do ofício (ICP n.º 1.22.009.000315/2010-34), encaminhado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando análise técnica sobre a viabilidade de se atribuir um quantum ao prejuízo causado ao Patrimônio Público a partir do excesso de carga.

3. Acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 130, DE 9 DE MAIO DE 2011

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Ref.: Procedimento Administrativo 1.14.002.000014/2006-66

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas funções constitucionais e legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, III, da Constituição da República e no art. 6º, VII, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal velar pela proteção do Patrimônio Público e Social, nos termos do art. 129, III da Constituição da República e art. 5º, III, "b" da Lei Complementar 75;

CONSIDERANDO o que consta do procedimento administrativo Nº 1.14.002.000014/2006-66, instaurado a partir de auditoria da Controladoria Geral da União na aplicação de recursos públicos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no ano de 2005, conforme Relatório de Fiscalização Nº 687/2005 da CGU;

CONSIDERANDO a constatação da CGU de que houve fracionamento de despesa, envolvendo recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no município de Capela do Alto Alegre/BA;

CONSIDERANDO que, no entanto, a prestação de contas do PETI, nos exercícios de 2004 e 2005, foi aprovada, constatando-se o efetivo cumprimento do objeto após visita técnica in loco;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

Resolve:

CONVERTER em INQUÉRITO CIVIL o presente procedimento, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução Nº 87/2006;

2. Expeça-se a Recomendação ao atual Prefeito do Município de Capela do Alto Alegre/BA, cuja minuta segue anexa;

3. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 140, DE 6 DE ABRIL DE 2011

A Procuradora da República abaixo subscrita, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o § 4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

R E S O L V E converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.00001260/2010-34 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades denunciadas por trabalhador rural do "ASSENTAMENTO BONANZA", localizado no município de Nobres/MT, cuja implantação encontra-se a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar Nº 75/93, determino seja oficiado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), solicitando informar acerca da existência ou não de convênios, contratos e outros instrumentos públicos que tenham por finalidade a instalação e disponibilidade de água no Projeto de Assentamento Bonanza, em Nobres/MT, devendo ser encaminhada cópia integral de todos os documentos (especialmente do relatório de prestação de contas e assistência técnica), informando acerca do andamento atual das obras.

VANESSA CRISTHINA MARCONI ZAGO RIBEIRO SCARMAGNANI

PORTARIA Nº 141, DE 7 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.001708/2010-10 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades no repasse de recursos federais ao Município de Paranatinga/MT pelo Ministério da Integração Nacional, mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

VANESSA CRISTHINA MARCONI ZAGO
RIBEIRO SCARMAGNANI

PORTARIA Nº 142, DE 12 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

R E S O L V E converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.001198/2009-47 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso - SR - 13, apontadas nos procedimentos administrativos 54240004612/2006-71 e 54000000700/2006-27; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

VANESSA CRISTHINA MARCONI ZAGO
RIBEIRO SCARMAGNANI

PORTARIA Nº 145, DE 19 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do ministério Público;

e) considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o § 4.º do artigo 4.º da Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter a Peça de Informação n.º 1.20.000.001235/2010-51 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar gastos indevidos dos recursos recebidos pelo município de Nova Brasilândia/MT no ano de 2006 para a execução do Programa Nacional de Transporte Escolar, sob responsabilidade do Ministério da Educação, fato este imputado ao ex-prefeito Ademar Wurzius.

Determino, ainda, que seja oficiado:

1. ao Ministério da Educação, com cópia das ff. 12/13 para que informe:

1.1. se o ex-prefeito de Nova Brasilândia Ademar Wurzius procedeu à regularização da pendência constatada no processo de prestação de contas dos recursos repassados àquele município no ano de 2006 para o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, ou se fez a devolução dos recursos gastos indevidamente (R$300,00);

1.2. qual é a atual situação do processo mencionado, encaminhando cópia, preferencialmente digitalizada, dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

THIAGO LEMOS DE ANDRADE

PORTARIA Nº 146, DE 4 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

R E S O L V E converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.001291/2010-95 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para identificar as falhas de gestão que contrariem princípios básicos de administração de recursos públicos pelo SENAR - AR/MT; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

VANESSA CRISTHINA MARCONI ZAGO
RIBEIRO SCARMAGNANI

PORTARIA Nº 147, DE 30 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do ministério Público;

e) considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000906/2003-37 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis fraudes em processos de licitação para realização de obras patrocinadas com recursos federais disponibilizados pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento ao SINDICATO RURAL do Município de Tangará da Serra/MT.

Determino, ainda, a juntada dos documentos impressos (Acórdão 229/2007-TCU-Plenário com relatório e voto, Acórdão 3357/2009-TCU-1ªCâmara com relatório e voto, e resultado das eleições municipais de Tangará da Serra/MT nos anos de 1996 até 2008), e ainda que seja oficiado:

1. ao Tribunal de Contas da União para que informe se o Acórdão 3357/2009-TCU-1ªCâmara, que deu quitação aos responsáveis, foi de fato a última decisão nos autos da Tomada de Contas Especial 014.713/2002-5, e esclareça em quê consiste o recolhimento de R$984.227,34 em favor da União, nos autos desta mesma TCE, realizado por Márcio Fortes de Almeida, conforme registrado no extrato de andamento processual como documento TCU 443413498;

2. ao Ministério da Integração Nacional para que informe o resultado da prestação de contas do convênio firmado com o Município de Tangará da Serra/MT, cujo objeto era a execução das obras de drenagem de águas pluviais na Rua Júlio Martinez Benevides (denominada "Obra do Bosque"), no valor de R$111.000,00, entre os anos de 2000 e 2001. Encaminhar as páginas 75/84 da petição inicial da ação de improbidade administrativa (Anexo IV - Apenso III) e requisitar que esclareça também se as irregularidades ali narradas chegaram ao conhecimento do Ministério e foram levadas em consideração na apreciação das contas do convênio;

3. à Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal em Mato Grosso, para que informe o resultado da prestação de contas do contrato de repasse firmado com o Município de Tangará da Serra/MT, cujo objeto era a execução de obras de terraplanagem, pavimentação asfáltica, meio fio, sarjeta e rede de água pluvial em trechos da Avenida Brasil, Nilo Torres, Ismael do Nascimento e Rua São Paulo, no valor de R$660.000,00, entre os anos de 2000/2001. Encaminhar as páginas 98/103 da petição inicial da ação de improbidade (Anexo IV - Apenso III) e requisitar que esclareça se as irregularidades ali narradas chegaram ao conhecimento do instituição e foram levadas em consideração na apreciação das contas do contrato de repasse.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

THIAGO LEMOS DE ANDRADE

PORTARIA Nº 150, DE 19 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do ministério Público;

e) considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o § 4.º do artigo 4.º da Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter a Peça de Informação n.º 1.20.000.001225/2010-15 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar as irregularidades na execução do Programa "Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos", sob responsabilidade do Ministério da Saúde, pelo Município de Alto Boa Vista/MT, consoante Relatório de Fiscalização Nº 960/2007 da Controladoria-Geral da União.

Determino, ainda, que seja oficiado:

1. ao Ministério da Saúde para que informe:

1.1. quais providências foram tomadas quanto às contatações presentes no Relatório de Fiscalização Nº 960/2007 da Controladoria-Geral da União, especificamente no âmbito do Programa Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos;

1.2. se a Prefeitura Municipal de Alto da Boa Vista prestou contas dos recursos recebidos no ano de 2007 para a execução do Programa "Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos".

1.3. tendo havido a devida prestação de contas desse repasse, que informe se foi aprovada, e ainda, se houve processo de tomada de contas especial, encaminhando cópia do relatório final;

2. à Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista (com cópia das ff. 46/55), para que informe, uma a uma, quais foram as providências tomadas para sanar as irregularidades apontadas na execução do Programa "Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos" sob responsabilidade do Ministério da Saúde, noticiadas no Relatório de Fiscalização Nº 960/2007 da Controladoria-Geral da União, instruindo a resposta com documentação que comprove o seu teor.

3. Solicite-se da CGU cópia, preferencialmente digitalizada, da documentação que lastreou as contatações do Relatório de Fiscalização Nº 960/2007 (Município de Alto Boa Vista/MT) atinentes ao Programa "Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos" do Ministério da Saúde.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

THIAGO LEMOS DE ANDRADE

PORTARIA Nº 151, DE 15 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000913/2009-24 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possíveis irregularidades na execução do Convênio firmado entre o INCRA e a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT (Convênio INCRA Nº 49/2005), na construção de estradas e pontes no Assentamento Francisco José do Nascimento; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

VANESSA CRISTHINA MARCONI ZAGO RIBEIRO SCARMAGNANI

PORTARIA Nº 153, DE 19 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do ministério Público;

e) considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o § 4.º do artigo 4.º da Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.º 1.20.000.000190/2011-88 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar as irregularidades na execução de programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo Município de São Félix do Araguaia/MT, consoante Relatório de Fiscalização Nº 1633/2010 da Controladoria Geral da União.

Determino, ainda, que seja oficiado:

1. ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para que informe:

1.1. quais providências foram tomadas quanto às contatações presentes no Relatório de Fiscalização Nº 1633/2010 da Controladoria-Geral da União;

1.2. se houve a devida prestação de contas dos recursos recebidos para realização de ações, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, que tiveram irregularidades detectadas pelo Relatório CGU 1633/2010, a seguir arroladas:

Programa Novo Mundo Rural - Consolidação de Assentamentos.

Ação: Investimento em Infra-Estrutura Básica para assentamentos rurais - Centro-Oeste.

a) Contrato de Repasse nº. 0109684-66/2000-8 (SIAFI 405011) celebrado com a prefeitura municipal de São Félix do Araguaia, no montante total de R$289.494,82 cujo objeto consistia na execução de motomecanização e construção parcial de 33,9 quilômetros de estradas;

Programa Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.

Ação: Assistência Técnica e capacitação de assentados - Recuperação - Nacional.

b) Convênio nº. 033/2004 (SIAFI 519299) celebrado entre o INCRA e a ANSA - Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção, no montante total de R$3.892.142,40 visando a realização de serviço de assessoria técnica, social e ambiental a 3.312 famílias em Projetos de Assentamentos situados no Vale Baixo do Araguaia;

Programa Agricultura Familiar - PRONAF.

Ação: Apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais.

c) Contrato de Repasse nº. 0170531-95/2004 no montante total de R$95.000,00, celebrado com a Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção, cujo objeto é o apoio ao processo de construção e implementação do plano de desenvolvimento sustentável no território do baixo Araguaia mediante a realização de atividades que contemplam oficinas e encontros com famílias e lideranças em diversos municípios da região.

Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Ação: Apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais - Nacional.

d) Contrato de Repasse nº. 0210173-27/2006 (SIAFI 585770) no valor total de R$46.080,00 celebrado com a Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção, tendo por objeto o Apoio ao Processo de Comercialização e da Economia Solidária.

e) Contrato de Repasse nº. 0195425-36/2006 (SIAFI 570128) no valor total de R$53.000,00 celebrado com a Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção, visando a mobilização participativa no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, na construção do PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável) no território Baixo Araguaia.

Ação: Elaboração de planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável - Nacional.

f) Contrato de Repasse nº. 0170812-91/2004 (SIAFI 519309) no valor total de R$53.000,00 celebrado com a Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção cujo objeto é a mobilização para gestão participativa do processo de desenvolvimento sustentável e apoio ao funcionamento do núcleo executivo da instância territorial do Baixo Araguaia.

1.3. tendo havido a devida prestação de contas desses repasses, que informe se foram aprovadas, e ainda, se houve processo de tomada de contas especial, encaminhando cópia do relatório final;

2. à Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia (com cópia das ff. 13/20), para que informe quais foram as providências tomadas a fim de sanar as irregularidades apontadas pelo Relatório de Fiscalização Nº 1633/2010 da Controladoria Geral da União, no tocante às ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

3. à ANSA - Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora de Assunção (com cópia das ff. 21/54), para que informe quais foram as providências tomadas a fim de sanar as irregularidades apontadas pelo Relatório de Fiscalização Nº 1633/2010 da Controladoria Geral da União, no tocante às ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

4. solicite-se da CGU cópia, preferencialmente digitalizada, da documentação que lastreou as contatações do Relatório de Fiscalização Nº 1633/2010 (Município de São Félix do Araguaia/MT) atinentes ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

THIAGO LEMOS DE ANDRADE

PORTARIA Nº 305, DE 14 DE ABRIL DE 2011

Converte as peças de informação Nº 1.17.000.000401/2011-78 em Inquérito Civil Público.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e pelos arts. 6º, 7º e 8º da Lei Complementar 75/93 e,

Considerando o disposto no art. 2º, §6º, no art. 4º e no art. 7º, IV e §2º I e II, todos da Resolução Nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regula o Inquérito Civil Público;

Considerando que o procedimento foi autuado nesta PRDF em 16/03/2011, em razão do recebimento de peça informativa encaminhada pela Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, a fim de apurar suposto auxílio à Companhia Vale do Rio Doce - VALE na anulação de processo administrativo que visava à cassação dos direitos minerários da empresa sobre áreas do Pará e de Minas Gerais, em razão de dívidas acumuladas perante o DNPM, da ordem de R$ 900 milhões (PA) e R$ 3 bilhões (MG);

Considerando que as questões versadas nos autos ainda demandam diligências para a formação do convencimento ministerial acerca das medidas a serem eventualmente adotadas, não cabendo, por outro lado, o arquivamento do procedimento;

Converte as peças de informação autuadas sob o Nº 1.17.000.000401/2011-78 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto a apuração dos fatos abaixo especificados:

RESUMO: indícios de prática de ato de improbidade administrativa pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, e por agentes do DNPM, consistente em suposto auxílio à Companhia Vale do Rio Doce - VALE para anulação/revogação de processo administrativo de cassação de direitos minerários da empresa, em razão de dívidas acumuladas perante o DNPM, da ordem de R$ 900 milhões (Pará) e R$ 3 bilhões (Minas Gerais);

INVESTIGADOS: Ministro de Estado de Minas e Energia (Edison Lobão) e agentes do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

REPRESENTANTE: Procuradoria da República no Espírito Santo

Determina:

1. a publicação desta Portaria, como de praxe, e sua comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por qualquer meio hábil;

2. a realização dos registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático;

3. o cumprimento do despacho de fls. 70/72;

4. a verificação do decurso do prazo de 01 ano, a contar do dia 14 de abril de 2011, pelo gabinete deste 9º Ofício de Patrimônio Público.

LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA

PORTARIA DE Nº 894, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador Regional da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e na Resolução Nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar Nº 75/93;

Considerando os fatos constantes das Peças de Informação Nº 1.23.000.000623/2011-93, que tem por objeto denuncia anônima dando conta de fraude na apuração de frequência do relatório do programa Blsa Família a Escola Padre Leandro Pinheiro, nesta cidade de Belém.

Considerando o permissivo contido no artigo 4º, inciso II, da Resolução Nº 87, de 06 de abril de 2006 do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com as presentes peças de informação, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução Nº 87, de 2006, do CSMPF;

3- Proceda-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) Requisite-se a CGU auditoria extraordinária na Escola Padre Leandro Pinheiro, no bairro do Guamá, em Belém, para apuração dos fatos narrados na denuncia, cuja cópia deve ser encaminhada pelo expediente.

JOSÉ AUGUSTO TORRES POTIGUAR

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 80, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover a defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em tela foi instaurado a partir de representação, a qual noticia que o indígena Gilberto Barros da Aldeia Morrinhos da tribo Tuxá, localizada no Município de Ibotirama/BA, seria responsável por tráfico de entorpecentes na área da referida aldeia, inclusive cultivando o vegetal utilizado como matéria-prima para produção de substâncias alucinógenas, além de, possivelmente, estar portando armas de fogo, sem a devida permissão ou em desacordo com o regulamento;

CONSIDERANDO o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do Procedimento Administrativo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário, CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000028/2011-37 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) Dê-se ciência da conversão à Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 81, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover a defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o procedimento administrativo em tela foi instaurado após representação de indígenas Kiriri, com o intuito de acompanhar a regularização do local para assetamento dos indígenas Kiriri, tendo em vista a Cessão de Uso Gratuito firmado entre a União e a FUNAI, bem como a discussão dominial entre a CODEVAS e a FUNAI, no âmbito do Município de Barreiras/BA;

CONSIDERANDO o estatuído nos arts. 5º e 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público, bem como do disposto nos arts. 1º a 4º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplinam o procedimento de instauração do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO o lapso temporal já transcorrido desde a instauração do Procedimento Administrativo, assim como a necessidade de ulteriores diligências;

Resolve o signatário, CONVERTER O PA Nº 1.14.003.000001/2011-44 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de imediato, o seguinte:

a) Dê-se ciência da conversão à Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, pela via eletrônica, remetendo cópia e solicitando a publicação da presente Portaria, nos termos do disposto no art. 6º c/c art. 16 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

FERNANDO TÚLIO DA SILVA

PORTARIA Nº 334, DE 13 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129, V, da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no documento PR/SC-SECAD-006270/2009 (Ofício Nº 3326/2009-Circular-6ª CCR-PRR-3ª Região), desentranhado do ICP Nº 1.33.000.000254/2004-63, que versa sobre educação escolar indígena;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a partir do documento PR/SC-SECAD-006270/2009, para promover apuração dos fatos noticiados sobre a atual situação da educação escolar indígena em Santa Catarina.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil, com o seguinte descritor:

6ª CCR. COMUNIDADES INDÍGENAS. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA EM SANTA CATARINA.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

RETIFICAÇÃO

Nos itens 31 e 45 da ata da 375ª Reunião Ordinária da 6ª CCR, publicada no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2010, passarão a ter a seguinte redação:

31. Procedimento Administrativo Nº 1.25.000.003896/2000-62. Assunto: 1. Procedimento Administrativo instaurado em virtude de notícia de descumprimento, por parte de alguns municípios do Estado do Paraná, da Lei Estadual Nº 12.690, que versa sobre a aplicação do ICMS Ecológico às comunidades indígenas. 2. Ajuizamento de ADIN pelo Procurador-Geral da República. 3. Posicionamento do MPF pela inconstitucionalidade da Lei. 4. Arquivamento do PA, tendo em vista que o debate sobre a constitucionalidade da lei escapa à atribuição da Procuradora oficiante, e a decisão a ser exarada pelo STF prejudica todo o objeto do procedimento. Procuradora Oficiante: Dra. Antônia Lélia Neves Sanches. Origem: PR/PR. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: Homologado o arquivamento. Unânime.

45. Fênix: 321/2010 (PA Nº 1.34.012.000059/2010-13). Assunto: 1. Representação da Associação Mongue Proteção ao Sistema Costeiro. 2. Estação Ecológica da Juréia-Itatins. 3. Unidades de conservação da Juréia-Itatins criadas por Lei Estadual. 4. Pleito urgente de cancelamento de audiências públicas. 5. Remessa dos autos ao Parquet Estadual. 6. Remessa de cópias à 6ª CCR. 7. Interesse Caiçara envolvido. 8. Comunidade tradicional. 9. Não há hipótese de atuação do MPF. Procurador Oficiante: Dr. Luiz Antônio Palácio Filho. Origem: PRM - Santos / SP. Relator: Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios. Decisão: A Câmara deliberou homologar o arquivamento indireto, com a remessa dos autos ao MPE/SP . Unânime.

Brasília, 17 de dezembro de 2010.
DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Coordenadora

AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS
Membro

MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS
Membro

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011

Aos onze dias de maio de dois mil e onze às nove horas e quinze minutos, realizou-se Quadragésima Quarta (44ª) Reunião Extraordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões do 11º Andar da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no Setor Comercial Sul, Edifício Corporate Parque Cidade, 11º Andar, em Brasília-DF, sob a coordenação de Maria Aparecida Gugel. Presentes os Membros Lucinea Alves Ocampos e Vera Regina Della Pozza Reis. Ausente justificadamente Evany de Oliveira Selva e Eliane Araque dos Santos. Declarada aberta a reunião, passou-se a ordem do dia, conforme segue:

1) ASSUNTOS GERAIS. A) Processo PGT/CCR/Nº 1540/2011. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, chamar o feito à ordem por ter constatado erro na deliberação, cancelando-a. Requisitem-se os autos para nova deliberação. B) Processo PGT/CCR/Nº 10153/2010. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, chamar o feito à ordem por ter constatado erro material na deliberação constante da Ata da 186ª Reunião Ordinária, devendo ser retirado da conclusão "...quanto ao tema FGTS".

2) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo PGT/CCR/Nº 419/2011 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre Membros da PRT 3ª Região - Interessados: PRT 3ª Região - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC 75/93 e decidir pela atribuição do Procurador do Trabalho Geraldo Emediato de Souza, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 5425/2011 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre PRT 17ª Região (Sede) e PRT-17ª Região (PTM Colatina) - Interessados: PRT 17ª Região (Sede) e PRT-17ª Região (PTM Colatina) - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC 75/93 e decidir pela atribuição do Procurador do Trabalho Bruno Gomes Borges da Fonseca da PRT-17ª Região (PTM Colatina), nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 5579/2011 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre Membros da PRT 2ª Região - Interessados: PRT 2ª Região e MPT - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC 75/93 e decidir pela atribuição da Procuradora do Trabalho Adélia Augusto Domingues, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 6004/2011 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre Membros da PRT 2ª Região - Interessados: PRT 2ª Região - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC 75/93 e decidir, afastada a distribuição por prevenção tanto da Suscitante quanto da Suscitada, pela atribuição do Procurador que preside o IC 00441.2008.2.004/5, se efetivamente preenchidos nele os requisitos dos incisos I e II, in fine, do artigo 3º da Resolução Nº 86/09-CSMPT. Acaso não preenchidos referidos requisitos, o presente feito deverá ser distribuído aleatoriamente na forma do artigo 3º da Resolução Nº 86/09-CSMPT, nos termos do voto da Relatora.

3) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo PGT/CCR/Nº 247/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: Carrefour Comércio e Indústria Ltda (Unidades de Joaquim Távora e Parangaba) - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, devendo os autos retornar à origem para instauração de procedimento administrativo, na forma do artigo 17 da Resolução 69/2007-CSMPT, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1659/2011 - Assunto: CONAFRET e Outros temas - Interessados: Sigiloso; Euclésio José Filho ME e Pró - Memória Serviços Ltda EPP - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1677/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA - Interessados: WKA Empreendimentos Eletrônicos Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1831/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE e Outros temas - Interessados: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de BH - SINDEESS e Fundação Educacional Lucas Machado Feluma (Hospital Universitário São José) - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3287/2011 - Assunto: CODEMAT; CONAFRET e Outros temas - Interessados: SITICOMMM e Construtora Andrade Almeida Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3288/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: CONDEP - Companhia de Desenvolvimento de Paracambi - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3342/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA - Interessados: MTE/SRTE/BA e R. Carvalho Construções e Empreendimentos Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3349/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sigiloso e Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3452/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: Sigiloso e Angel's Serviços Técnicos Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, devendo ser encaminhada cópia do ofício de fls. 34/35 ao Exm.º Procurador-Geral do Trabalho para ciência e providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 4058/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Lyra Maria Ferreira Abrantes e Pousada Bonaparte - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 4089/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sigiloso e Suco Suvalan Expositor - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 4140/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sigiloso e Pães e Alimentos Congelados Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo PGT/CCR/Nº 13098/2010 - Assuntos: Outros temas - Interessados: José Roberto Gonçalves Borges e SOSERVI Sociedade de Serviços Gerais Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 4107/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sigiloso e Hospital Municipal Walter Ferrari - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 4430/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Hermes Miguel da Hora Mesquita e R & R Figueirêdo Ltda-ME - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Procurador Oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

5) DILIGÊNCIAS

Processo PGT/CCR/Nº 1691/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: Sigiloso e Solução Lavagem e Pintura Predial - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Procurador Oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo PGT/CCR/Nº 3458/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: Companhia Siderúrgica Nacional e Protege S/A - Proteção e Transporte de Valores S/C Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Procurador Oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

6) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo PGT/CCR/Nº 1229/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Alvery Mello Consentino - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1230/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Antônio Evaldo Frota Filho - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1231/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Carlos Robério Sampaio - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1232/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Célio Nonato Rodrigues de Lima - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1233/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Daniel Gomes da Silva - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1234/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Francisca Maria de Queiroz - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1235/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Francisco de Assis Oliveira - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1236/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Francisco Emílio Alencar - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1237/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Francisco Hugo Pereira - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1238/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Gilnária Guimarães Rabelo - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1239/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Giovanni Mendes Ferreira - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1240/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Joana Darque Pereira de Souza - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1241/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: João Alfredo Nogueira Pereira - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1242/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: José Edmilson da Silva - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1243/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Marcus Delano Pinheiro Maia - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1760/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: PRT-10ª Região e CEF - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3380/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: Sigiloso e Prefeitura Municipal de Itacoatiara/AM - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 4037/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Instituto Federal do Espírito Santo (Campus São Mateus) e JL Negócios e Serviços Ltda-ME - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 5152/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: 1º Juizado Especial Federal de Vitória - ES e Antônio Ernani Fracaroli - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Encerrada a Reunião às treze horas.

Ata lida e aprovada em sessão, que será publicada.

MARIA APARECIDA GUGEL
Coordenadora

LUCINEA ALVES OCAMPOS
Membro

VERA REGINA DELLA POZZA REIS
Membro

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.223, DE 18 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento Nº PP 000226.2010.01.003/9 - 301, instaurado a partir de denúncia sigilosa formulada no sítio eletrônico desta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, CAIXA DOS POBRES DE NATIVIDADE MANT HOSPITAL DE NATIVIDADE, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na não concessão de intervalo intrajornada e inadequação de condições sanitárias e de conforto no local de trabalho.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve: instaurar o Inquérito Civil Nº 000226.2010.01.003/9 - 301, em face de CAIXA DOS POBRES DE NATIVIDADE MANT HOSPITAL DE NATIVIDADE. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO, que poderá ser secretariado pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO

3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 20, DE 18 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a retificação da Portaria de Inquérito Civil Nº 17, de 28 de Março de 2011, publicada no DOU Nº 68, DE 08 de Abril de 2011, seção 1, página 103, para excluir do pólo passivo a empresa: VIGILAÇO DO BRASIL LTDA, CNPJ 65.206.526/0001-78, localizada na Rua Marechal Floriano, 113, Sala C - Centro, CORONEL FABRICIANO / MG - 35.170-049.

MAX EMILIANO DA SILVA SENA

4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 796, DE 19 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho, ao final subscrita, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

os termos da denúncia, de protocolo Nº 003021, encaminhada pela MM. Juíza da 12ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, com cópia dos autos do processo Nº 00088-2007-012-04-00-2, noticiando lide simulada envolvendo a empresa Tevah Vestuário Masculino Ltda., estabelecida na Av. João Wallig, Nº 1800, Loja Nº 173, Shopping Iguatemi, Bairro Passo D'Areia, em Porto Alegre/RS;

que, da ata de audiência do processo acima, ocorrida em 25 de junho de 2007, vislumbra-se um possível fornecimento de informações desabonadoras por parte da empresa;

que tais práticas, em tese, violam o disposto no artigo 1º, incisos III e IV, artigo 3º, inciso IV, artigo 5º e artigo 7º, da Constituição Federal de 1988, além de atrair a incidência dos artigos 129 e 485, especialmente o inciso III, do Código de Processo Civil, bem como outros dispositivos que visam a preservar a dignidade da justiça;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar Nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar Nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; resolve

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos de representação Nº 000592.2011.04.000/4;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

ALINE MARIA HOMRICH SCHNEIDER CONZATTI

PORTARIA Nº 741, DE 11 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

os termos da denúncia protocolizada, em 19/04/2011, sob o Nº 003322, dando conta da ocorrência de abuso do poder diretivo/hierárquico pelo empregador/preposto no âmbito do empreendimento Redebrasil Gestão de Ativos Ltda., com endereço na Praça XV de Novembro, Nº 16, 13º andar, Porto Alegre/RS, CEP 90.020-080, com inscrição no CNPJ sob o Nº 03.681.777/0001-57;

que a prática , se comprovada, viola o disposto no artigo 1º, incisos III e IV, artigo 3º, inciso IV e artigo 5º, todos da Constituição Federal;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar Nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar Nº 75/93; resolve

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Representação Nº 000652.2011.04.000/3;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

7ª REGIÃO

PORTARIA Nº 72, DE 16 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a obrigatória publicação mensal dos mapas demonstrativos de movimento de processos, nos termos da Resolução Nº 27, de 21/05/97, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho,

Determina a publicação, no Diário Oficial da União, dos Mapas de Produtividade e de Atuação Custos Legis de 1° Grau, anexos, referentes ao mês de abril de 2011.

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MAPA DE PRODUTIVIDADE (CUSTOS LEGIS)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
7ª REGIÃO
MÊS/ANO: ABRIL /2011
ATUAÇÃO NO 1º GRAU (CUSTOS LEGIS)

PROCURADOR	SIT.	SALDO ANT.	DISTRIB.	TOTAL	RESTITUÍDOS		SALDO ATUAL				AUD.	INTERV.	DIV.
					NORMAL	COTA	EXERC. ANT.	MESES ANT.	MÊS ATUAL	TOTAL			
Ana Valéria Targino De Vasconcelos	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antonio de Oliveira Lima	-	-	2	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Leonardo Holanda Silva	-	2	-	2	1	-	-	1	-	1	-	1	-
Cláudio Alcântara Meireles	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Fernanda maria Uchoa de Albuquerque	11/14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Francisco José Parente Vasconcelos Júnior	-	2	1	3	-	1	-	2	-	2	-	-	-
Geórgia Maria da Silveira Aragão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Lorena Brandão Landim Camarotti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mariana Férrer Carvalho Rolim	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nicodemos Fabrício Maia	10	-	8	8	7	1	-	-	-	-	-	7	-
Ricardo Araújo Cozer	14	-	18	18	18	-	-	-	-	-	-	18	-
TOTAL	-	4	30	34	26	5	-	3	-	3	3	26	-

Situação(SIT): 10-Proc-Chefe 11-Proc-Chefe Substituto 14-Férias 16 - Licença Prêmio
Fortaleza, 6 de maio de 2011.

LAUREDÍSIA CARVALHO RIBEIRO PASSOS
Chefe da Seção Processual

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA
Procurador-Chefe

(*) Publicação obrigatória de acordo com a Resolução nº 27/97 de 04.04.97 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
7ª REGIÃO
MÊS/ANO: ABRIL / 2011
I - PRODUTIVIDADE

PROCURADOR	SIT	SALDO ANTERIOR	DISTRIB.	TOTAL	RESTITUÍDOS		SALDO ATUAL				SESSÕES	AUD. D.C.	. PAREC. ORAL
					NORMAL	COTA	EXERC. ANT.	MESES ANT.	MÊS ATUAL	TOTAL			
Nicodemos Fabrício Maia	10	-	100	100	91	9	-	-	-	-	2	-	-
evanna soares	-	-	154	154	143	11	-	-	-	-	4	-	-
Fernanda Mª Uchoa de Albuquerque	11/14	-	71	71	70	1	-	-	-	-	3	-	-
Francisco gérson marques de Lima	14/16	-	36	36	36	-	-	-	-	-	2	1	-
Antonio de Oliveira Lima	-	-	-								2	-	
Francisco José Parente Vasconcelos Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
TOTAL	-	-	361	5361	340	21	-	-	-	-	14	2	-

Situação (SIT) : 10-Proc-Chefe 11- Proc-Chefe Substituto 14- Férias 16 - Licença-prêmio
II - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM O TRIBUNAL

RECEBIDOS	REMETIDOS	DIFERENÇA ENTRE RECEBIDO/REMETIDO
361	361	

III - PROCESSOS NA PROCURADORIA

AG. DISTRIB.	AG. EMISSÃO DE PARECER	AG. REMESSA	TOTAL EXIST.
-	-	-	-

IV - OBSERVAÇÕES:

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA:
1º/4 - Reunião com Dra. Andréia da Silva Costa, do Núcleo de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, sobre o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, em Fortaleza-CE;
7/4 - Reunião com o Diretor do Fórum Autran Nunes, Dr. Judicael Sudário, em Fortaleza-CE;
11/4 - Reunião com o Secretário de Estado e Chefe de Gabinete do Governador - Ivo Ferreira Gomes e o Presidente do TRT - 7ª região, em Fortaleza-CE;
14 a 17/4 - XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, em Brasília-DF;
23/4 - Entrevista à TV OPOVO/CBN sobre o Projeto de Lei que Pretende Transformar Assédio Moral em Acidente de Trabalho, em Fortaleza-CE;
28/4 - Reunião com o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal da União no Ceará, Dr. Roberto Carlos Fernandes de Oliveira, em Fortaleza-CE;
ANA VALÉRIA TARGINO DE VASCONCELOS:
4/4 - Capacitação do PETECA, em Groaíras-CE;
25/4 a 4/5 - Férias.
ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA:
1º/4 - Reunião com Dra. Andréia da Silva Costa, do Núcleo de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, sobre o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, em Fortaleza-CE;
4/4 - Reunião da Coordenação Colegiada do Fórum Cearense de Aprendizagem, em Fortaleza-CE;
11 a 14/4 - Reunião do SIMPT- Oficina para elaboração do Mapa estratégico do MPT, em Brasília-DF;
14 a 17/4 - XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, em Brasília-DF;
19/4 - Seminário sobre "Trabalho Infantil Doméstico - História sem desculpas", em Fortaleza-CE;
26/4 - Palestra sobre "Trabalho Infantil Doméstico", em Fortaleza-CE;
27/4 - Panfletagem Realizada no Terminal Rodoviário de Messejana, Referente à Campanha Cidadania Começa em Casa (Direitos do Empregado Doméstico), em Fortaleza-CE;
27/4 - Entrevistas à TV Diário, à Rádio O Povo e à TV O Povo sobre a "Campanha Cidadania Começa em Casa";
27/4 - Entrevistas à Rádio O Povo/CBN e à TV Diário sobre "Trabalho Infantil Doméstico";
27/4 - Reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/CE), em Fortaleza-CE;
28/4 - Reunião sobre Trabalho Infantil, ocorrida na Secretaria de Desenvolvimento Humano, em Fortaleza-CE.
CARLOS LEONARDO HOLANDA SILVA:
7 e 8/4 - I Seminário de Planejamento Estratégico para a Política Estadual de Saúde do Trabalhador, em Fortaleza-CE;
14 a 17/4 - XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, em Brasília-DF;
28/4 - Participação em Mesa Debatedora, por ocasião das comemorações alusivas ao "Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho/Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho", em Fortaleza-CE;
30/4 - Participação em Mesa Debatedora, com Tema "O papel das Instituições Democráticas e da Sociedade Civil Organizada na Garantia do Direito à Cidadania às Populações Impactadas pela Copa de 2014", por ocasião do Seminário "O Direito à Cidade e os Impactos da Copa de 2014", em Fortaleza-CE.
CLÁUDIO ALCÂNTARA MEIRELES:
1º/4 - Reunião com Dra. Andréia da Silva Costa, do Núcleo de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, sobre o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, em Fortaleza-CE;
14 a 17/4 - XVI Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho, em Brasília-DF;2
25 a 29/4 - Curso de Aperfeiçoamento sobre Trabalho Portuário e Aquaviário, no Rio de Janeiro - RJ;
FERNANDA MARIA UCHOA DE ALBUQUERQUE:
6/4 - Congresso Jurídico - Direito 2011, em Fortaleza-CE;
12/4 a 1/5 - Férias, interrompidas no período de 14/4 a 1º/5 para gozo posterior (11 a 28/7/2011).
FRANCISCO GÉRSON MARQUES DE LIMA:
2 a 10/4; 13 e 14/4 - Férias;
11 e 12/4 - Licença-prêmio.
FRANCISCO JOSÉ PARENTE VASCONCELOS JÚNIOR:
11 e 13/4 - Curso de Implantação do MPT Digital, 2ª Fase, em Brasília-DF.
GEÓRGIA MARIA DA SILVEIRA ARAGÃO:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5/4 - III Reunião do Fórum de Combate aos Efeitos dos Agrotóxicos na Região Jaguaribana.
LORENA BRANDÃO LANDIM CAMAROTTI:
23/3 a 21/4 - Férias.
MARIANA FÉRRER CARVALHO ROLIM:
25/4 a 14/5 - Férias.
RICARDO ARAÚJO COZER:
5 a 24/4 - Férias.
Última distribuição ordinária de processos em 18/04/2011.

Fortaleza, 6 de maio de 2011.
LAUREDÍSIA CARVALHO RIBEIRO PASSOS
Chefe da Seção Processual

NICODEMOS FABRÍCIO MAIA
Procurador-Chefe

(*) Publicação obrigatória de acordo com a Resolução nº 27/97 de 21.05.97 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 124, DE 19 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho, Dr. Raymundo Lima Ribeiro Júnior, no uso de suas atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas pelo artigo 84 e incisos, da Lei Complementar Nº 75, de 20/05/93, bem assim pelo § 1º, do artigo 8º da Lei Nº 7.347/85. Considerando o Inquérito Civil Nº 00093/2010, instaurado em face de JOSÉ JACKSON DOS SANTOS (Jackson Construções) (inscrito no CPF sob o Nº 171.182.635-91). Resolve: Aditar a Portaria de Instauração de Inquérito Civil Nº 222/2010 (publicada no DOU em 23/09/2010), para inserir o inquirido: JOSÉ DE OLIVEIRA (inscrito no CPF sob o Nº 103.635.725-20).

RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JÚNIOR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 111, DE 18 DE MAIO DE 2011

Regulamenta a atribuição das Promotorias de Justiça de Fazenda Pública para oficiar nos feitos provenientes dos Juizados Especiais de Fazenda Pública do Distrito Federal.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 166, inciso I, alíneas "c" e "d", da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o processo Nº 08190.028503/11-70 e de acordo com a deliberação na 182ª Sessão Ordinária, realizada no dia 11 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do artigo 13 da Resolução 90/2009 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, passando a constar o seguinte:

"Art. 13. Às Promotorias de Justiça de Fazenda Pública competem as atribuições previstas nos arts. 2º e 11, desta Resolução, e ainda:

I - intervir e acompanhar ações coletivas que tramitem nas Varas de Fazenda Pública e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Distrito Federal, ressalvadas as atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas;

II - promover medidas judiciais, extrajudiciais e intervir nas causas, em tramitação nas Varas de Fazenda Pública e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Distrito Federal, cuja intervenção do Ministério Público é determinada por lei, naquelas em que há interesses de incapazes e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte, ressalvadas as atribuições das demais Promotorias de Justiça Especializadas;

III - intervir nos mandados de segurança que tramitam nas Varas de Fazenda Pública.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CARLOS GOMES
Procurador de Justiça
Presidente do Conselho
Em exercício

JOSÉ VALDENOR QUEIROZ JUNIOR
Procurador de Justiça
Conselheiro-Relator

VITOR FERNANDES GONÇALVES
Procurador de Justiça
Conselheiro-Secretário

DECISÃO Nº 85, DE 18 DE MAIO DE 2011

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 166, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93, tendo em vista o Processo nº 08190.028508/11-93 e de acordo com a deliberação na 181ª Sessão Ordinária, de 13 de abril de 2011, decide,

1. Fazer publicar a LISTA DE ANTIGUIDADE dos Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, elaborada em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 202, da Lei Complementar acima mencionada.

2. Segundo o disposto no § 2º do artigo 202, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, o prazo para reclamação contra a Lista de Antiguidade será de trinta dias, contado da publicação.

CARLOS GOMES
Presidente do Conselho
Em exercício

CARGO EFETIVO: PROCURADOR DE JUSTIÇASERVIÇO PÚBLICO APURADO ATÉ 31/12/2010

ORD			TEMPO DE SERVICO PÚBLICO			
	NOME	EXERCÍCIO	Tempo Cargo	Carreira	Federal	Geral
1	LENIR DE AZEVEDO	31/5/1985	9345	14336	17257	17257
2	JOAO ALBERTO RAMOS	2/5/1991	7183	12100	18532	18532
3	MARGARIDA MARIA CERQUEIRA CAFE	16/11/1992	6619	11312	11925	11925
4	ZENAIDE SOUTO MARTINS	16/11/1992	6619	11312	11312	12615
5	RUTH KICIS TORRENTS PEREIRA	18/11/1992	6617	10916	11272	11272
6	BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS	18/11/1992	6617	10916	10916	12647
7	TERESINHA FLORENZANO	24/2/1993	6519	11200	11624	11624
8	ARINDA FERNANDES	23/11/1993	6247	10916	10916	10916
9	RITA FARACO DE FREITAS	23/11/1993	6247	10916	10983	11208
10	LELIA MARIA DUARTE DE CERQUEIRA	23/11/1993	6247	10916	13027	13027
11	MARIA DE LOURDES ABREU	6/6/1994	6052	10916	10916	10916
12	HELENA CRISTINA MENDONCA MAFRA	12/7/1994	6016	10802	10933	10933
13	SUZANA VIDAL DE TOLEDO BARROS	12/7/1996	5285	9702	9702	9702
14	EDUARDO JOSE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE	6/11/1997	4803	9702	13035	13035
15	ELINE LEVI PARANHOS	20/3/1998	4669	10075	10075	10075
16	ALVARO JOSE JORGE	1/4/1998	4657	9591	9591	9591
17	JOSE FIRMO REIS SOUB	6/5/1998	4622	9527	10127	10127
18	CARLOS GOMES	11/9/1998	4494	9527	9527	9527
19	JAIR MEURER RIBEIRO	17/2/1999	4335	9464	9922	10980
20	TANIA MARIA NAVA MARCHEWKA	17/2/1999	4335	9621	9621	9621
21	ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO NETO	9/5/2000	3888	9423	14338	14338
22	MARIA APARECIDA DONATI BARBOSA	22/1/2002	3265	8732	14905	14905
23	PETRONIO CALMON ALVES CARDOSO FILHO	22/1/2002	3265	8732	8732	8732
24	ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ	7/5/2003	2795	8732	12404	12404
25	MARIA ANAIDES DO VALE SIQUEIRA SOUB	16/10/2003	2633	8732	8732	10130
26	OLINDA ELIZABETH CESTARI GONCALVES	2/12/2003	2586	8732	11805	11805
27	MARIO PEREZ DE ARAUJO	18/12/2003	2570	8663	11164	11164
28	CARLOS EDUARDO MAGALHAES DE ALMEIDA	18/12/2003	2570	8144	10509	12425
29	MARTA MARIA DE REZENDE	18/12/2003	2570	8144	10287	15194
30	MARINITA MARIA DA SILVA	18/12/2003	2570	7900	11430	11651
31	FERNANDO CEZAR PEREIRA VALENTE	20/5/2004	2416	7900	13087	13087
32	EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO	28/2/2005	2132	7900	7900	8638
33	VITOR FERNANDES GONCALVES	30/8/2005	1949	7900	8302	8302
34	JOSE EDUARDO SABO PAES	3/10/2005	1915	7900	7900	9892
35	FRANCISCO LEITE DE OLIVEIRA	4/9/2006	1579	7900	9314	9314
36	JOSE VALDENOR QUEIROZ JUNIOR	12/5/2010	233	7900	11748	12737
37	PAULO BATISTA GOMES	9/7/2010	175	7121	11223	11955
38	GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO	28/10/2010	64	8122	9922	9922
39	CONCEICAO DE MARIA PACHECO BRITO	14/12/2010	17	8122	11895	11895

CARGO EFETIVO: PROMOTOR DE JUSTIÇASERVIÇO PÚBLICO APURADO ATÉ 31/12/2010

ORD			TEMPO DE SERVICO PÚBLICO			
	NOME	EXERCÍCIO	Tempo Cargo	Carreira	Federal	Geral
1	ANA LUISA RIVERA	24/2/1993	6519	7337	7337	9164
2	MARIA ROSYNETE DE OLIVEIRA LIMA	24/2/1993	6519	7337	7823	8600
3	ANTONIO LUIZ BARBOSA DE ALENCASTRO	24/2/1993	6519	7337	12511	12511
4	ADAUTO ARRUDA DE MORAIS	24/2/1993	6519	7337	8492	12769
5	SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUZA	24/2/1993	6519	7337	7337	7337
6	DIAULAS COSTA RIBEIRO	23/11/1993	6247	7190	7190	10564
7	ANDRE VINICIUS ESPIRITO SANTO DE ALMEIDA	28/1/1994	6181	6966	6966	6966
8	GASPAR ANTONIO VIEGAS	28/1/1994	6181	6966	9854	9854
9	MOISES ANTONIO DE FREITAS	28/1/1994	6181	6966	6966	8627
10	KATIE DE SOUSA LIMA COELHO	28/1/1994	6181	6966	6966	7381
11	MAURO FARIA DE LIMA	28/1/1994	6181	6966	9830	9830
12	ZACHARIAS MUSTAFA NETO	28/1/1994	6181	6966	10666	12108
13	TANIA REGINA FERNANDES GONCALVES PINTO	28/1/1994	6181	6966	9863	9863
14	CONSUELITA VALADARES COELHO	28/1/1994	6181	6966	6966	6966
15	LEONARDO ROSCOE BESSA	28/1/1994	6181	6966	7557	7819
16	MARTA ALVES DA SILVA	28/1/1994	6181	6966	6966	6966
17	ELIANE GAZOLA DE SOUZA	28/1/1994	6181	6966	6966	6966
18	MAURICIO SILVA MIRANDA	28/1/1994	6181	6966	7689	9596
19	ANTONIO MARCOS DEZAN	28/1/1994	6181	6966	12091	12246
20	LAURA BEATRIZ CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO	28/1/1994	6181	6966	6966	6966
21	MARTA ELIANA DE OLIVEIRA	28/1/1994	6181	6749	7631	7631
22	ROMULO DOUGLAS GONCALVES DE OLIVEIRA	28/1/1994	6181	6966	6966	7445
23	GUILHERME FERNANDES NETO	26/12/1994	5849	6646	6646	6646
24	WANESSA ALPINO BIGONHA ALVIM	26/12/1994	5849	6646	6646	9160
25	VANDIR DA SILVA FERREIRA	26/12/1994	5849	6646	6646	6646
26	DICKEN WILLIAM LEMES SILVA	26/12/1994	5849	6646	9354	9354
27	JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA	26/12/1994	5849	6646	6646	6646
28	MAERCIA CORREIA DE MELLO	26/12/1994	5849	6646	9670	9830
29	ROMUALDO COVRE	5/10/1988	8122	8122	9860	13613
30	ALEXANDRE FERNANDES GONCALVES	30/11/1995	5510	6353	8553	8696
31	BRUNO AMARAL MACHADO	30/11/1995	5510	6353	6353	6353
32	MARYA OLIMPIA RIBEIRO PACHECO	30/11/1995	5510	6353	6353	6560
33	MARCIA PEREIRA DA ROCHA	30/11/1995	5510	6353	9395	9395
34	SANDRA DE OLIVEIRA JULIAO	30/11/1995	5510	6353	9115	9115
35	MARIA JOSE MIRANDA PEREIRA	30/11/1995	5510	6353	7096	7096
36	IVALDO CARVALHO GONCALVES LEMOS JUNIOR	30/11/1995	5510	6353	6371	6882
37	NELSON FARACO DE FREITAS	30/11/1995	5510	6353	6353	7766
38	VETUVAL MARTINS VASCONCELOS	30/11/1995	5510	6353	6353	7786
39	MARCIA MILHOMENS SIROTHEAU CORREA	30/11/1995	5510	6353	6353	6353
40	SANDRA ALCIONE SOUZA DE ALBUQUERQUE BEZE	30/11/1995	5510	6353	6353	6898
41	MARLOUVE MORENO SAMPAIO SANTOS	30/11/1995	5510	6353	7708	7708
42	LEONORA BRANDAO MASCARENHAS PASSOS PINHEIRO	30/11/1995	5510	6353	6526	6526
43	TRAJANO SOUSA DE MELO	30/11/1995	5510	6353	7675	7675
44	CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS	30/11/1995	5510	6353	9031	9031
45	ROBERTO CARLOS SILVA	30/11/1995	5510	6353	6353	6353
46	ISABEL MARIA DE FIGUEIREDO FALCAO DURAES	27/8/1996	5239	5982	7331	7479
47	ISABEL CRISTINA AUGUSTO DE JESUS	27/8/1996	5239	5982	8700	9284
48	ALESSANDRA ELIAS DE QUEIROGA	27/8/1996	5239	5982	7225	7225
49	ANA CLAUDIA MAGALHAES ALVES DE MELO	27/8/1996	5239	5982	8558	8558
50	AUGUSTO CESAR BARBOSA DE CARVALHO	27/8/1996	5239	5982	6180	6694
51	RENATA DE SALLES MOREIRA BORGES	27/8/1996	5239	5982	8857	8857
52	LEONARDO AZEREDO BANDARRA	27/8/1996	5239	5982	8616	8616
53	NISIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO FILHO	27/8/1996	5239	5982	5982	5982
54	JOSE EDUARDO BARBOSA	27/8/1996	5239	5982	5982	5982
55	JOSE PIMENTEL NETO	27/8/1996	5239	5982	8249	8249
56	ROBERTO CARLOS BATISTA	27/8/1996	5239	5982	5982	6359
57	DORIVAL BARBOZA FILHO	27/8/1996	5239	5982	8206	8206
58	PAULO GOMES DE SOUSA JUNIOR	27/8/1996	5239	5982	5982	5982
59	AYMARA MARIA MARINHO BORGES	27/8/1996	5239	5982	6269	6269
60	AMAURY DAMASCENO E VASCONCELOS	27/8/1996	5239	5982	13451	13451
61	CATIA GISELE MARTINS VERGARA	27/8/1996	5239	5982	5982	5982
62	CRISTINA RASIA MONTENEGRO	27/8/1996	5239	5982	8385	8385
63	ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE	27/8/1996	5239	5982	10056	10056

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

64	LIBANIO ALVES RODRIGUES	27/8/1996	5239	5982	7756	7756
65	MARILDA DOS REIS FONTINELE	27/8/1996	5239	5982	8737	8737
66	KATIA CHRISTINA LEMOS	27/8/1996	5239	5982	5982	5982
67	ROSANA MARIA QUEIROZ VIEGAS DE PINHO E CARVALHO	27/8/1996	5239	5982	6335	7922
68	GETULIO ALVES DE LIMA	27/8/1996	5239	5982	5982	5982
69	WENCESLAU BRAZ LOPES DE BARROS	27/8/1996	5239	5982	9554	9554
70	YARA VELOZO TEIXEIRA	27/8/1996	5239	5982	5982	5982
71	WANDERLEY FERREIRA DOS SANTOS	27/8/1996	5239	5982	9628	9628
72	WILSON ISSAO KORESSAWA	27/8/1996	5235	5971	8534	8654
73	PAULO ROBERTO BINICHESKI	15/7/1997	4917	5652	5652	8617
74	DENISE LYRIO PACHECO	11/8/1997	4890	5624	9545	9545
75	JOSE BRITTO DA CUNHA JUNIOR	11/8/1997	4890	5624	7227	7227
76	JAIRO BISOL	11/8/1997	4890	5624	8546	10007
77	ELIZABETH HELENA DE FARIA CAMPOS	11/8/1997	4890	5624	5624	5624
78	CARLOS ALBERTO DE CARVALHO BARBOSA	11/8/1997	4890	5624	12730	12730
79	ANA PAULA TOMAS FERREIRA	11/8/1997	4890	5624	6267	6267
80	DENISE RIVAS DE ALMEIDA FISCHER	11/8/1997	4890	5624	6553	6553
81	CLEONICE MARIA RESENDE VARALDA	11/8/1997	4890	5624	6245	6245
82	WILTON QUEIROZ DE LIMA	11/8/1997	4890	5624	5624	9705
83	MAX GUERRA KOPPER	11/8/1997	4890	5624	9075	9075
84	MARIA ELDA FERNANDES MELO	11/8/1997	4890	5624	8732	8732
85	HELENA RODRIGUES DUARTE	11/8/1997	4890	5624	7589	7589
86	JAMIL AMORIM FILHO	11/8/1997	4890	5624	9831	9831
87	CANDIDA MARCOLINA FERREIRA DE FARIA	11/8/1997	4890	5624	5624	5624
88	RODOLFO CUNHA SALLES	27/5/1998	4601	5334	6267	6267
89	FERNANDO AUGUSTO MARTINS CUOCO	27/5/1998	4601	5334	5569	5671
90	LUISA DE MARILLAC XAVIER DOS PASSOS PANTOJA	27/5/1998	4601	5334	6399	6399
91	RITA DE CASSIA MENDES DE SOUZA	27/5/1998	4601	5334	8621	8621
92	CASSIO GERALDO AGUIAR DUPIN	27/5/1998	4601	5334	9201	11988
93	TERESINHA INES TELES PIRES	27/5/1998	4601	5334	8291	8291
94	ANNA MARIA AMARANTE BRANCIO	27/5/1998	4601	5334	6511	6511
95	JOAO LUIZ NOGUEIRA DA COSTA	27/5/1998	4601	5334	8797	8797
96	MARCEL NOBREGA DE ARAUJO	27/5/1998	4601	5334	5831	10024
97	GERMANO CAMPOS CAMARA	27/5/1998	4601	5334	10602	10602
98	JONAS FERNANDES LEMOS PINHEIRO	27/5/1998	4601	5334	10128	10128
99	LANDELINO FRANCISCO DE SOUZA	27/5/1998	4601	5334	11477	11477
100	FABIO BARROS DE MATOS	27/5/1998	4601	5334	6381	6381
101	RUBIN LEMOS	27/5/1998	4601	5334	8068	8558
102	DEBORAH GIOVANNETTI MACEDO GUERNER	30/11/1995	4552	5395	5395	8598
103	PAULO JOSE LEITE FARIAS	17/2/1999	4335	5077	9669	9669
104	JOSE THEODORO CORREA DE CARVALHO	17/2/1999	4335	5077	6462	6462
105	FLAVIO AUGUSTO MILHOMEM	17/2/1999	4335	5077	6245	6245
106	ROGERIO SHIMURA	17/2/1999	4335	5077	5411	5411
107	MARIEN CRISTINA GADELHA	17/2/1999	4335	5077	5644	6248
108	LUCIANA BERTINI LEITAO	17/2/1999	4335	5077	5343	5343
109	LEONARDO ASSIS DOS SANTOS	17/2/1999	4335	5077	6245	6245
110	ROSE MEIRE CYRILLO	17/2/1999	4335	5077	5077	9056
111	LUCIANA MEDEIROS COSTA	27/4/1999	4266	5077	5077	5572
112	LESLIE MARQUES DE CARVALHO	21/12/1999	4028	5077	5077	8248
113	JOSEFINO CURCINO RIBEIRO	23/5/2000	3874	5077	11708	12423
114	EDMILSON MARCAL PASSOS	22/1/2002	3265	5077	7083	7083
115	PEDRO OTO DE QUADROS	22/1/2002	3265	5077	10558	10558
116	ALVARINA DE ARAUJO NERY	22/1/2002	3265	5077	14052	14052
117	ADRIANA DE ALBUQUERQUE HOLLANDA	22/1/2002	3265	5077	6175	6175
118	ANDREA BERNARDES DE CARVALHO	22/1/2002	3265	5077	5077	5077
119	MARGARIDA SARTO	22/1/2002	3265	5077	10461	10461
120	FABIANO COELHO VIEIRA	22/1/2002	3265	5077	5914	5914
121	VYVYANY VIANA NASCIMENTO DE AZEVEDO GULART	22/1/2002	3265	5077	5300	5659
122	RODRIGO DE MAGALHAES ROSA	22/1/2002	3265	5077	8530	8530
123	ALEXANDRE SALES DE PAULA E SOUZA	22/1/2002	3265	5077	8451	8451
124	CANITO JOSE PINTO COELHO	22/1/2002	3265	5077	5077	7612
125	NEWTON CEZAR VALCARENGHI TEIXEIRA	22/1/2002	3265	5077	6141	6141
126	NINO FRANCO	22/1/2002	3265	5077	8492	9183
127	MARCOS JUAREZ CALDAS DE OLIVEIRA	22/1/2002	3265	5077	5077	9461
128	JANIO ANTONIO COELHO	22/1/2002	3265	5077	12149	12149
129	VALMIR SOARES SANTOS	22/1/2002	3265	4862	9760	10419
130	FERNANDO HENRIQUE GONCALVES MENDES	22/1/2002	3265	4862	6175	6175
131	ZULEICA DE ALMEIDA ELIAS	22/1/2002	3265	4862	4862	4862
132	DIOGENES ANTERO LOURENCO	22/1/2002	3265	4862	10551	10551
133	JOAO MENEZES SOBRINHO	22/1/2002	3265	4862	13298	13298
134	VERA LUCIA ABADIA GOMES	22/1/2002	3265	4862	5111	5758
135	KEDYMA CRISTIANE ALMEIDA SILVA	22/1/2002	3265	4862	7655	7655
136	ANA LUIZA LOBO LEAO OSORIO	22/1/2002	3265	4862	4862	4862
137	AUREA LINS LEAL	22/1/2002	3265	4862	9286	9286
138	ADRIANA SETTE ROCHA DE MENEZES	22/1/2002	3265	4862	4862	5779
139	EDIMAR CARMO DA SILVA	22/1/2002	3265	4862	5127	6690
140	DOUGLAS WILLIAM MAGALHAES	22/1/2002	3265	4862	4946	4946
141	CLAUDIA VALERIA PEREIRA DE QUEIROZ TELES	22/1/2002	3265	4862	5525	6623
142	IZAAC PEREIRA DUTRA FILHO	22/1/2002	3265	4862	7904	7904
143	RAIMUNDO GOMES VERAS FILHO	22/1/2002	3265	4862	6345	6345
144	MILTON DE CARLOS JUNIOR	22/1/2002	3265	4862	4862	7400
145	RAILSON AMERICO BARBOSA DE OLIVEIRA	22/1/2002	3265	4862	6114	6114
146	MARIA LUCIA MORAIS	22/1/2002	3265	4862	9054	9353
147	RENATO BARAO VARALDA	22/1/2002	3265	4862	5842	5842
148	JOSE WILSON FERREIRA LIMA	22/1/2002	3265	4862	6011	8860
149	YARA MACIEL CAMELO	22/1/2002	3265	4862	6718	6718
150	FAUSTO RODRIGUES DE LIMA	22/1/2002	3265	4862	5846	5846
151	MARISA ISAR DOS SANTOS	22/1/2002	3265	4862	7599	7599
152	SEBASTIAO APARECIDO DA CUNHA	22/1/2002	3265	4862	5227	5227
153	ANDREA CIRINEO SACCO STUDNICKA	22/1/2002	3265	4840	5042	5042
154	DANIEL RODRIGUES DE FARIA	22/1/2002	3265	4614	4614	4614
155	ANA PAULA GONCALVES MARIMON REIS	22/1/2002	3265	4610	6609	6609
156	WAGNER DE CASTRO ARAUJO	22/1/2002	3265	4610	6245	6245
157	ANDRE LUIZ CASAL DURAN	22/1/2002	3265	4610	5541	5541
158	MARCIO COSTA DE ALMEIDA	22/1/2002	3265	4610	5683	5683
159	NARDEL LUCAS DA SILVA	22/1/2002	3265	4610	4610	10521
160	IRENIO DA SILVA MOREIRA FILHO	22/1/2002	3265	4610	4610	4610
161	INACIO PEREIRA NEVES FILHO	22/1/2002	3265	4209	4209	7375
162	GLAUBER JOSE DA SILVA	22/1/2002	3265	4207	4207	6843
163	BRUNO OSMAR VERGINI DE FREITAS	22/1/2002	3265	4207	5614	6321
164	JULIANA VIEIRA AVILA CHAGAS	22/1/2002	3265	4207	5425	5425
165	ANA MARIA E. P. M. B. FONSECA	22/1/2002	3265	4207	6267	6267
166	MARIA CRISTINA VIANA	22/1/2002	3265	4207	8436	8456
167	KAREL OZON MONFORT COURI RAAD	22/1/2002	3265	4207	4207	6130
168	FERNANDA DA CUNHA MORAES	22/1/2002	3265	4207	5029	5029
169	BERNARDO DE URBANO RESENDE	22/1/2002	3265	4207	4207	4474
170	VALERIA MARQUES DOS SANTOS ROCHA	22/1/2002	3265	4207	5303	5303
171	MARCELLO OLIVEIRA MEDEIROS	22/1/2002	3265	4207	8621	8621
172	MARIA DALVA BORGES HOLANDA	22/1/2002	3265	4207	4207	4207
173	DENIO AUGUSTO DE OLIVEIRA MOURA	22/1/2002	3265	4207	9046	9046
174	FABIANA DE ASSIS PINHEIRO	5/6/2003	2766	3909	4902	5089
175	JULIANA FERRAZ DA ROCHA SANTILLI	5/6/2003	2766	3909	3909	3909
176	ALAN ESTEVAO	5/6/2003	2766	3909	5680	7298
177	FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO	5/6/2003	2766	3909	5803	5803
178	MARCELO LEITE BORGES	5/6/2003	2766	3909	6644	6644
179	ALESSANDRA CAMPOS MORATO	5/6/2003	2766	3909	3909	3909
180	ANDREA DE CARVALHO CHAVES	5/6/2003	2766	3909	3909	3909
181	ANTONIO ROBERTO FERREIRA DA SILVA	5/6/2003	2766	3909	6567	6567
182	ANDREA JORGE SIQUEIRA	5/6/2003	2766	3909	5008	5008
183	CARLOS ALBERTO CANTARUTTI	5/6/2003	2766	3909	13087	13087
184	FABIANA SCOTTI VILLAFANE GIUSTI	5/6/2003	2766	3909	5054	5054
185	ROBERTO FLAVIO BICHUETTE FILHO	5/6/2003	2766	3909	5845	5894
186	RICARDO WITTLER CONTARDO	5/6/2003	2766	3909	6262	6262
187	LAIS CERQUEIRA SILVA	5/6/2003	2766	3909	5519	5961
188	DELSON LUIZ BASTOS FERRO	5/6/2003	2766	3909	9170	9170
189	LUCIANA CUNHA RODRIGUES	5/6/2003	2766	3909	6245	6245
190	NEURIMAR PATRICIA RIBEIRO DE ALMEIDA	5/6/2003	2766	3909	6721	7828
191	LIZ ROCHA LIBERATO	17/6/2003	2754	3511	3511	4622
192	PEDRO XAVIER COELHO SOBRINHO	9/7/2003	2732	2704	6392	6392
193	LENNA LUCIANA NUNES DAHER	31/5/2005	2040	3101	5390	5390
194	RODRIGO DE ABREU FUDOLI	31/5/2005	2040	3101	3313	3748
195	THAIS FREIRE DA COSTA FLORES	31/5/2005	2040	3101	4915	4915
196	KARINE BORGES GOULART	31/5/2005	2040	3101	5015	5015
197	HIZA MARIA SILVA CARPINA LIMA	31/5/2005	2040	3101	5005	5005
198	THIAGO ANDRE PIEROBOM DE AVILA	31/5/2005	2040	3101	5461	5461
199	MARCELO DA SILVA BARENCO	31/5/2005	2040	3101	6329	6467
200	SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES	31/5/2005	2040	3101	4900	4900
201	CLOVIS RIBEIRO CHAVES JUNIOR	31/5/2005	2040	3101	4276	4717
202	CARLOS AUGUSTO SILVA NINA	31/5/2005	2040	3101	9991	10051
203	RAQUEL APARECIDA RODRIGUES FELICIANO LOPES	31/5/2005	2040	3101	4608	4608
204	LEONARDO JUBE DE MOURA	31/5/2005	2040	3101	6719	7504
205	FLAVIO MAIA PIMENTA	31/5/2005	2040	3101	3151	3151
206	LUIS GUSTAVO MAIA LIMA	31/5/2005	2040	3101	5258	5258
207	EDUARDO GAZZINELLI VELOSO	31/5/2005	2040	3101	3263	3263
208	ANDRE LUIZ PEREIRA DO LAGO CESAR	31/5/2005	2040	3101	3101	4245
209	DENISE ROCHA MENDES COSTA	31/5/2005	2040	3101	5232	5232
210	LENILSON FERREIRA MORGADO	31/5/2005	2040	3101	5600	5600
211	CLAUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO	31/5/2005	2040	3101	6152	6152
212	TATIANA MEIRELES MARTINS	31/5/2005	2040	3101	3101	3101
213	GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR	31/5/2005	2040	3101	5016	5016
214	MARCOS DONIZETI SAMPAR	31/5/2005	2040	3101	6093	6093
215	EVANDRO MANOEL DA SILVEIRA GOMES	31/5/2005	2040	3101	5107	5107
216	ALEXANDRE CHMELIK PUCCI	31/5/2005	2040	3101	3101	3101
217	CARREL YPIRANGA BENEVIDES GOMES	31/5/2005	2040	3101	3191	3191
218	GERALDO MARIANO MACHADO ALVES DE MACEDO	31/5/2005	2040	3101	3572	3572
219	ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER	28/10/2005	1890	2810	3509	3749
220	VIVIAN BARBOSA CALDAS	21/12/2005	1836	2810	3980	3980
221	TIAGO ALVES DE FIGUEIREDO	21/12/2005	1836	2810	4001	4001
222	LUCIANA ASPER Y VALDES	21/12/2005	1836	2810	4594	4594
223	FREDERICO MEINBERG CEROY	21/12/2005	1836	2810	2810	2888
224	MARIANA FERNANDES TAVORA	21/12/2005	1836	2810	4217	4425
225	DANIELA ALBUQUERQUE MARQUES	21/12/2005	1836	2810	5411	5411
226	MARCELO DA SILVA OLIVEIRA	9/7/2007	1271	2810	6245	6245
227	JEFFERSON LIMA LOPES	9/7/2007	1271	2810	4502	4502
228	LINA MARIA DA MATTA E SILVA GLANZMANN	9/7/2007	1271	2810	2810	2810
229	ALESSANDRA GABRIELLA BORGES PEREIRA LORENZO	9/7/2007	1271	2810	2810	4347
230	PEDRO THOME DE ARRUDA NETO	9/7/2007	1271	2810	5657	5657
231	LEANDRO LOBATO ALVAREZ	20/10/2008	802	2810	3231	3231
232	RENATO BIANCHINI	16/12/2008	745	2810	4090	4090
233	ALBERTO TADASHI HONDA	18/6/2009	561	2810	3544	3544
234	MARCOS ANTONIO JULIAO	18/6/2009	561	2810	2810	2810
235	LIZ-ELAINNE DE SILVERIO E OLIVEIRA MENDES	18/6/2009	561	2810	4516	4516
236	DARIO JARDIM CRUVINEL	18/6/2009	561	2810	3073	3475
237	CARINA COSTA OLIVEIRA LEITE	18/6/2009	561	2810	3571	3571
238	JULIANA DA SILVA RIBEIRO	18/6/2009	561	2810	2810	2810
239	ALESSANDRA CHARBEL JANIQUES REBOUCAS	18/6/2009	561	2810	5764	5764
240	HUDSON DE MORAES	18/6/2009	561	2810	7954	8727
241	FABIANO MENDES ROCHA	18/6/2009	561	2810	2810	2810
242	RICARDO ANTONIO DE SOUZA	27/11/2009	399	2810	2810	2810
243	SERGIO EDUARDO CORREIA COSTA GOMIDE	9/2/2010	325	2810	4959	5597
244	CLAYTON DA SILVA GERMANO	31/3/2010	275	2810	6178	6178
245	LILIANE GUIMARAES CARDOSO	31/3/2010	275	2810	2810	2810
246	BERENICE MARIA SCHERER	14/12/2010	17	2810	8535	8535

CARGO EFETIVO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTOSERVIÇO PÚBLICO APURADO ATÉ 31/12/2010

ORD			TEMPO DE SERVICO PÚBLICO				
	NOME	EXERCÍCIO	Tempo Cargo	Posição	Ano	Federal	Geral
1	RAFAEL MODELLI SABATE	22/4/2003	2810	36	2002	2810	2810
2	JAQUELINE FERREIRA GONTIJO	22/8/2003	2688	38	2002	3417	3749
3	DENISE SANKIEVICZ	22/8/2003	2688	39	2002	2763	5084
4	PATRICIA MARA DA CONCEICAO	22/8/2003	2688	41	2002	2688	2688
5	LUCIANO COELHO AVILA	22/8/2003	2688	42	2002	2688	2688
6	IBRAHIM JORGE NASSER SAAD	22/8/2003	2688	43	2002	2688	2688
7	PAULO ALMEIDA COELHO DE SENA	22/8/2003	2688	44	2002	3980	3980
8	SILVANO RODRIGUES DA SILVA	22/8/2003	2688	46	2002	2688	5391
9	ALBERTINO DE SOUZA PEREIRA NETTO	22/8/2003	2688	49	2002	2688	2688
10	LUIS HENRIQUE ISHIHARA	22/8/2003	2688	50	2002	3958	6218
11	MOZAR LUIZ MARINO DE SOUSA	22/8/2003	2688	51	2002	2796	5790
12	ALINE RANIERO FONSECA NAOUM	22/8/2003	2688	52	2002	2688	2688
13	RICARDO MARINHO TASSI	22/8/2003	2688	53	2002	2688	2688
14	KARINA SOARES ROCHA	2/6/2004	2403	1	2003	3544	3544
15	CAROLINA REBELO SOARES	2/6/2004	2403	2	2003	4449	4449
16	ELISIO TEIXEIRA LIMA NETO	2/6/2004	2403	3	2003	5335	5335
17	ANA CAROLINA MARQUEZ	2/6/2004	2403	5	2003	2403	2403
18	MOACYR REY FILHO	2/6/2004	2403	6	2003	6332	6332
19	RAQUEL TIVERON	2/6/2004	2403	7	2003	3707	3707
20	HUERLIN HUEB	2/6/2004	2403	8	2003	3805	3805
21	DANIELLE MARTINS SILVA	2/6/2004	2403	9	2003	3707	5869
22	LARISSA BEZERRA LUZ DE ALMEIDA	2/6/2004	2403	10	2003	2403	2403
23	DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO	2/6/2004	2403	13	2003	2403	2403
24	CARLA ROBERTO ZEN	2/6/2004	2403	14	2003	2403	2403
25	FERNANDO DE PAULA	2/6/2004	2403	15	2003	2403	6990
26	LIGIA DOS REIS	2/6/2004	2403	16	2003	2403	2403

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

27	DANIEL BERNOULLI LUCENA DE OLIVEIRA	2/6/2004	2403	17	2003	3445	3445
28	NATALIA DO CARMO RIOS DOS SANTOS	2/6/2004	2403	18	2003	2403	2403
29	FLAVIO ROBERTO BORGES SANTOS	2/6/2004	2403	19	2003	4001	4001
30	PEDRO DUMANS GUEDES	4/11/2005	1883	1	2005	2796	2796
31	ANA CLAUDIA MANSO SEQUEIRA OVIDIO RODRIGUES	4/11/2005	1883	2	2005	4711	4711
32	PAULO VINICIUS QUINTELA DE ALMEIDA	4/11/2005	1883	3	2005	4218	4218
33	HENRY LIMA DE PAIVA	4/11/2005	1883	4	2005	1883	1883
34	RONNY ALVES DE JESUS	4/11/2005	1883	5	2005	5686	6393
35	CELSO LEARDINI	4/11/2005	1883	6	2005	1883	7989
36	AUREA REGINA SOCIO DE QUEIROZ RAMIM	4/11/2005	1883	7	2005	5148	5716
37	TATIANA ALBUQUERQUE DE CARVALHO MESQUITA	4/11/2005	1883	8	2005	5759	5845
38	ANNA BARBARA FERNANDES DE PAULA	4/11/2005	1883	9	2005	4137	4137
39	RODOLFO LACE KRAUSE	4/11/2005	1883	10	2005	4145	4266
40	AMOM ALBERNAZ PIRES	4/11/2005	1883	11	2005	3585	3671
41	PAULO BENEDITO DE FREITAS JUNIOR	4/11/2005	1883	13	2005	1970	1970
42	THAIENNE NASCIMENTO FERNANDES	4/11/2005	1883	14	2005	3147	3147
43	ALI TALEB FARES	4/11/2005	1883	15	2005	5894	5894
44	ANA LAURA SEIXAS DIAS	4/11/2005	1883	16	2005	2341	2341
45	CARLA BEATRIZ DA CRUZ MORAES OLIVEIRA LOPES	4/11/2005	1883	17	2005	5755	5755
46	MILTON BARBOSA RODRIGUES JUNIOR	4/11/2005	1883	18	2005	2259	5538
47	AMANDA TUMA	4/11/2005	1883	19	2005	1883	1883
48	MARCIO VIEIRA DE FREITAS	4/11/2005	1883	20	2005	4928	8369
49	DAVIS BARBOSA DA PAIXAO	4/11/2005	1883	21	2005	1883	1883
50	JAQUELINE MORAIS MARTINS	4/12/2009	392	1	2009	1624	1624
51	JANAINA LAUDELINA BIZERRA	4/12/2009	392	3	2009	4449	4449
52	ERICSON DOS SANTOS CERQUEIRA	4/12/2009	392	4	2009	3736	5350
53	MARCELO VILELA TANNUS FILHO	4/12/2009	392	5	2009	392	392
54	DANIELLA VIRGINIA GOMES	4/12/2009	392	6	2009	2670	2670
55	JOAO ANTONIO SA LIMA	4/12/2009	392	7	2009	6149	6149
56	GLADSON RAEFF ROCHA VIANA	4/12/2009	392	9	2009	2374	2374
57	LIVIA CRUZ RABELO	4/12/2009	392	10	2009	392	392

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 17/2011 (SESSÃO ORDINÁRIA)
Em 24 de maio de 2011, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-002.973/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claci Madalena Manteli (051.965.402-10) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Rondônia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.121/2011-6
Natureza: Representação
Interessado: PLANSUL - Planejamento e Consultoria Ltda.(78.533.312/0001-58)
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal/ Gerência de Filial de Licitações e Contratos em Salvador/BA - GILIC/SA - MF
Advogados constituídos nos autos: Joel de Menezes Nebuhr, OAB/SC 12.639; Romildo Olgo Peixoto Junior, OAB/DF 28.361; Diego Ricardo Marques, OAB/DF 30.782; Thiago Groszewicz Brito, OAB/DF 31.762; Rafael Beda Gualda, OAB/SC 12.019.

TC-007.764/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Evaristo Eden Coutinho (424.919.243-15) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.028/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Cesar Renaux dos Santos (088.264.744-00) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.035/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Viviane Ribeiro dos Reis Monteiro (288.555.928-40) e outros
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.063/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alisson Viana Tome (032.842.777-22) e outros
Órgão/Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.064/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Camila Cavalcante Sampaio de Queiroz (717.305.161-49)
Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça - STJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.793/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Pereira Raimundo (051.150.966-92) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.794/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Leal Correia Pereira Lima (014.144.555-69) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.797/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Cesar Nunes de Araujo Oliveira (015.610.436-99) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.799/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiany Weissheimer (826.281.811-34) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.801/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dover Holanda de Souza (435.318.492-04) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.802/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliane Prado de Almeida (033.107.178-95) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.805/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gilson da Silva Pinho (390.785.662-72) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.808/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Ricardo Gomes Santiago (063.431.674-55) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.813/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Antonio Figueiredo Filho (768.567.203-00) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.814/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marilene Silva Pinheiro (190.088.802-53) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.816/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nyckhollas Jones Pinheiro Fernandes dos Santos (945.208.873-72) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.818/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sergio Eustaquio da Silva (919.507.404-04) e outros
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.828/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alencar Lucas Pletsch (989.556.329-91)
Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.879/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Diego Mendes Melo de Andrade (956.402.743-87) e outros
Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal - STF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.939/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alfredo da Silva Lana (072.609.201-06) e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.002/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Jurval Mendes (201.380.836-49) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.003/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Helena Cristina Correia de Oliveira Figlioulo (141.428.214-15) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.190/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Oswaldo Cevoli Filho (431.642.938-87) e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.318/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Marcia Antonieta dos Anjos (066.508.991-00) e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.342/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Flavia Teresa de Souza Montalvão (723.924.361-34) e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.405/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alaide Silva Dias de Oliveira (766.420.036-91) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.409/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eugênio de Fraga Saldanha (015.198.310-05) e outros
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.629/2011-1
Natureza: Representação
Interessado: Procurador da República em Montes Claros/MG, André de Vasconcelos Dias - MPF/MPU (03.636.198/0001-92)
Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados - MF (42.354.068/0001-19)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.058/2008-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2007
Responsáveis: Agnaldo Novato Curado Filho (265.708.741-87) e outros
Órgão/Entidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.679/2010-2
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.984/2010-0
Natureza: Representação
Interessado: DF Extintores, Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços Ltda- Epp (37.148.798/0001-23)
Órgão/Entidade: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - MP; Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-033.114/2010-2
Natureza: Representação
Interessado: Parque Esperança Prestação de Serviços Ltda. (05.231.661/0001-41
Órgão/Entidade: Justiça Federal - Seção Judiciária/RJ - TRF-2 (00.508.903/0003-40)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-003.728/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: FUNASA - Superintendência Etadual/PB
Interessado: Odaci Sobral Corlett
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.732/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/PI
Interessados: José Francisco do Rêgo e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-005.199/2010-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil / MF
Interessados: Alexandre Kornelius e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.141/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
Interessados: Bertilha Aparecida Barbosa Maier e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.350/2011-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
Interessada: 4ª Secretaria de Controle Externo (Secex-4):
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.693/2005-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Departamento de Extinção e Liquidação - MP, Prefeitura Municipal de Belém de São Francisco/PE
Responsáveis: Helionaldo Lustosa de Carvalho e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.796/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/PR
Interessado: Vitor Morais da Silva
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.799/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/PE
Interessados: Euclides Rodrigues Mariz e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.828/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/BA
Interessados: Antônio da Silva Pimentel e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.840/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Hospital dos Servidores do Estado/RJ - MS
Interessados: Antônio Pinto da Fonseca e outro
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.859/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessado: Lindaura de Mattos Gouvêa
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.867/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Sáude/RJ
Interessados: Acenyr Correa Ferreira e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.870/2011-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Carmen Lídia Povoas Khoury e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.821/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Hospital Cristo Redentor S. A. - MS
Interessado: Luis Fernando Kranz
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.822/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Hospital Fêmina S. A./MS
Interessado: Marisete Aparecida Rodrigues dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.861/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz/MS
Interessado: Josiane Machado Vieira Mattoso
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.923/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Ceará - DR/CE
Interessados: Abdias Pinto Barbosa e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.924/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG
Interessados: André Abrahão Cardoso e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.993/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/MS
Interessados: Antonia de Moura Torres e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.995/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/MT
Interessados: Antônia da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.101/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - SEDE - MC
Interessados: Ariclea Santana Santoro e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.161/2011-6
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/RS
Interessados: Antônia Gessi Barreto de Moura e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.279/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S. A./MS
Interessados: Carla Luciane da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.336/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Divaldo Rodrigues da Nova e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.501/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/AL
Interessados: Iraci Viana Amorim e outro
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.503/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
Interessados: Ademir Cardoso e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.505/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/ES
Interessado: Cleber João Martinelli
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.516/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
Interessados: Adolfo Nazari e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.551/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/MS
Interessados: Adão Sirineu da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.553/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: FUNASA - Superintendência Estadual/MG
Interessados: Adélio Ferreira de Araújo e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.581/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
Interessados: Aldino Alves da Silva e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.408/2005-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (em processo de Tomada de Contas).
Entidade: Secretaria do Tesouro Nacional / MF
Responsáveis: Almério Cançado de Amorim e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.170/2010-0
Natureza: Tomada de Contas
Entidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MF
Responsáveis: Laerte Dorneles Meliga e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.306/2010-4
Natureza: Tomada de Consta Especial
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
Responsáveis: Jane Aparecida de Freitas e Maria Cecília dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-000.513/2011-3
Natureza: Representação
Interessada: Controladoria-Geral da União
Entidade: Município de Itiquira/MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-002.631/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Raimundo Pereira Martins (004.040.393-91)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.749/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Apparecida Ramos Castillo (086.232.468-88)
Órgão: Tribunal Regional Federal 3ª Região (SP-MS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.921/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Domingos Dalla Costa Diderot (223.701.291-15); Maria Quiteria da Conceição (223.550.901-06)
Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.884/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carine Souza da Silva (115.482.647-33); Carmen da Paixão de Souza (080.015.037-63); Maria Ilza Colares Figueiredo (668.283.926-04); Thiago Souza de Silva (115.482.567-14)
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.055/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Regiane Oliveira da Silva (014.076.212-46); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.003/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aline Paladini (395.497.918-74); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.004/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Julia Francisca Santos (951.078.355-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.005/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andre Ricardo Vizentini (069.101.668-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.009/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Caroline Stephanie Resende (395.731.088-10); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-008.011/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cristiano Dutra Goncalves do Nascimento (744.016.616-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.012/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Danilo Takaki Ferreira (230.626.138-58); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.017/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Fany Bueno Mota (341.166.158-54); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.018/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Filomena Pereira Santana (093.770.358-30); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.021/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Irene Alves dos Santos Candelaria (100.922.178-77); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.022/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Jaice Luciano Leite (348.567.108-85); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.025/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Juliana Maisa Makino (362.656.848-25); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.026/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Klaus Lakneris (189.128.608-01); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.027/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leonidas Lobo Lemos (254.211.008-55); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.028/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lucas Roberto (416.693.888-67); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.029/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luiz Antonio Louzano (044.556.348-60); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.030/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Marcello Urbano (087.415.388-38); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.032/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Donizetti Paturi de Lima (079.645.418-38); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.033/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Jose Pinheiro Domingues (813.465.738-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.036/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Murilo Pereira Tedros (374.783.178-80); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.037/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Nilva Maria de Araujo (100.526.198-93); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.041/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ricardo Kamarauskas (175.911.768-46); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.044/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sandra Regina Ferreira Soares de Jesus (034.183.698-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.046/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sonia Aparecida Freitas Chaves (085.275.288-19); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.047/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Tania Farias (065.770.738-48); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.049/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Vanessa Priscilla Ricchetti (174.519.638-29); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.095/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Leandro Roberto Pauli (050.103.359-99); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.096/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Liliane Boita (060.828.779-26); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.098/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Lurdes Maria da Silva de Barros (489.094.679-91); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.101/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Maria Veronica Cabral de Oliveira (915.789.904-59); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.103/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Melquisedeque Oliveira de Lima (145.780.932-04); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.104/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Neida Aquino dos Santos (350.981.158-50); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.109/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Roger Fernando de Sa (079.054.509-88); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.111/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Sandra Santana Angelo (750.388.899-72); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.125/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Aline Leonhardt (073.410.669-62); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.126/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ana Lucia Dias Lopes (767.318.550-49); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.127/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andre Schmitt (014.078.850-65); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.132/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cleber Junior Lanzarin (052.416.839-33); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.133/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cristieli Lanes Garcez (017.182.930-11); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.137/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eliane Costa Sais (000.333.770-73); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.138/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Emanuella Knoth (071.225.899-00); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.146/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Abdiel Reichenbach (027.749.570-95); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.147/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ailton Borchardt (423.138.050-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.150/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Andreia Vieira dos Santos (664.715.830-87); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.151/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ariessa Simoes Pires da Silva Herbstrith (016.743.210-90); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-008.154/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Claci Joana Lutkemeyer Schwantes (512.742.720-68); e outros
Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.155/2011-9
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cleiva Lorenzzetti Lorenset (902.723.580-53); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.157/2011-1
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Daniela Silveira Souza (014.837.460-38); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.160/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eli Junior Maboni de Mello (008.504.480-69); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.164/2011-8
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Francieli Daiana Rodrigues da Silva (005.403.030-70); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.167/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Inajara Lancanova Nunes (021.296.400-36); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.171/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Josemara Machado Fogaca (000.814.330-77); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.175/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Liziane Wasielewski Trzuskowski (012.040.940-20); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.176/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luciane Fatima Weirich (981.361.270-34); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.177/2011-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Luiza Piletti Plucenio (025.189.740-08); e outros
Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.962/2010-3
Natureza: Monitoramento
Responsável: Banco da Amazônia S.A.
Interessada: Secretaria de Controle Externo - PA
Entidade: Banco da Amazônia S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.072/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: André Luiz da Silva Toledo (276.200.168-48); Claudiney Laurindo Junior (070.627.668-01); Cristiano Jose Rocha Cabral (661.637.735-00); Edalmo de Mendonça (910.416.947-68); Elio Guimaraes Ramos (133.846.348-96); Gustavo Simei Garcia (263.623.038-65); Israel Aviles de Souza (218.011.308-09); Juliana Maria Martins Modé (260.204.898-41); Juliano Silveira Camargo (254.358.088-39); Marcella Grillo Godoy Lopes (299.521.838-44); Marcelo Accursio (295.953.698-37); Paola Michele Casagrande Marchi (272.240.118-51); Sérgio Xavier Cruz (108.631.908-71); Thiago Lopes Costa (296.222.028-29); Érica Mostaro Oliveira Fernandes (042.932.386-70)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.073/2011-6
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessado: Joel Bogo (045.076.519-99)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.108/2011-4
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Ronildo Barbosa de Souza (844.426.381-87); Rosa Lucia Dias Dequech (392.856.690-34); Sergio Luiz de Avila Filho (005.646.270-03); Shirlene Correia de Holanda (462.326.483-15); Tatiana Andrade Silva Drummond Lima (071.618.666-77); Thiago Coutinho Wallier (116.492.567-95); Thiago Fonseca Werneck Costa (076.645.456-84); Thiago Mendes Cordeiro (004.536.933-00); Thiago Rodolfo Pires (065.186.839-45); Tiago Carvalho Leite (017.773.643-70); Tiago Cesar Moronte (040.756.246-09); Vanessa Alves Schutt (969.315.820-20); Victor Ferreira Costa (037.139.953-03)
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.875/2011-5
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Cândice Gabriela Arósio (041.357.889-55); Matheus Gama Correia (046.788.584-23); Murillo Cesar Buck Muniz (285.859.758-81); Rodrigo Corradi Drumond (000.849.386-33); Tiago Muniz Cavalcanti (042.771.214-97)
Órgão: Ministério Público do Trabalho - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.885/2011-0
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Eduardo Henrique Magiano Perdigão Lima Cardoso Ferro (020.592.271-60); Livia Lene de Sousa (924.613.101-06); Ricardo Ciccacio (163.550.418-00); Samia Chahine (173.249.628-58)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.886/2011-7
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Camila Kruel Soares (804.488.790-34); Felipe Nunes Flores (006.135.280-26); Mauro de Moraes Gomes (001.417.440-57)
Órgão: Tribunal Regional Federal 4ª Região (RS-SC-PR)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.887/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alexandre Carli de Freitas (047.181.029-01); Camila Montenegro Lima (003.439.363-30); Dalmar Paratela Gama (028.903.836-79); Diego Tadashi Itikawa (052.644.379-04); Fabio Rockenbach Calderaro (824.518.690-20); Lauren Webber Rossini (053.100.729-42); Marcos Roberto Lavagnoli (030.860.219-69); Pricila Martins Carrano (033.396.609-05)
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.916/2011-3
Natureza: Admissão de Pessoal
Interessados: Alessandra Porto Sperb (566.446.980-34); e outros
Órgão: Ministério Público Federal - MPU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.699/2010-1
Natureza:Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ana Paula do Rego Menezes (CPF 349.985.194-68); Fernando de Souza Cavalcanti (CPF 052.898.404-78); Município de Olinda - PE (CNPJ 10.404.184/0001-09).
Entidade: Município de Olinda - PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.724/2010-3
Natureza:Representação
Representante: Marcos Severino da Silva - Presidente da Câmara de Vereadores de Pombos
Entidade: Município de Pombos - PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.999/2010-0
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Crispim Moreira (CPF 410.420.936-87); Marco Aurélio Loureiro (CPF 372.202.256-87); Luana Lazzeri Arantes (CPF 038.318.076-71); Neila Maria Batista Afônso (CPF 636.043.106-87); Marcelo Rezende de Souza (CPF 640.804.476-04); Marcelo Botton Piccin (CPF 689.989.880-20) e Mariana Menezes Santarelli Roversi (CPF 073.910.237-01).
Entidade: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sesan/MDS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.308/2009-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria da Conceicao de Fatima Gomes Nogueira (428.212.901-87)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.868/2008-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eunice Vinhaes (026.013.207-10); Lourival Francisco Santos (038.554.145-72)
Órgão: Ministério dos Transportes (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-025.553/2009-5
Natureza: Monitoramento
Interessados: Ministério da Fazenda (vinculador); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador).
Órgão/Entidade: Secretaria do Tesouro Nacional - MF
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-003.173/2009-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clarinda Alves dos Santos (761.927.091-49); João Rodrigues Alves (012.506.801-82)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Anápolis/GO - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.257/2010-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Caldas Chagas (776.148.015-04) e outros
Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobrás - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.284/2010-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Natércia Cohen de Brito (044.738.507-06)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-Sul/RJ - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.160/2010-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisco Eduardo Barreto Bezerra (008.169.014-22); Maria do Socorro Barreto Bezerra (720.496.774-72)
Unidade: Gerencia Executiva do INSSS em Natal/RN - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.901/2011-8
Natureza: Representação
Interessado: Caio Julio Cesar Brandão Pinto (049.372.796-53)
Unidade: Fundação Mineira - Ruralminas
Advogado constituído nos autos: Caio Julio Cesar Brandão Pinto OAB/MG nº 22.694.

TC-005.659/2010-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hélio Noleto da Silva (478.948.493-91) e outros
Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.294/2009-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Nickel Lourenco (095.092.717-13) e outros
Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.845/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisco Padilha Soares (463.030.302-20) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.357/2000-0
Natureza: Embargos de Declaração em Aposentadoria
Recorrente: Álvaro Lustosa Pires (034.050.281-91)
Unidade: Ministério da Educação
Advogados constituídos nos autos: Vera Mirna Schmorantz (OAB/DF nº 17.966), Carlos Alberto M. Cidade (OAB/DF nº 16.800), Hogla da Silva Bueno (OAB/DF nº 27.343) e Rafael Pedrosa Diniz (OAB/DF nº 19.878).

TC-009.517/2010-3
Natureza: Representação
Representante: 1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar
Unidade: Secretaria Municipal de Saúde de Paço do Lumiar - MA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.036/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eric Alves e Silva (911.266.491-04) e outros
Unidade: Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.873/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Paulo Lima Santos (039.083.094-17)
Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - Mdic
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-010.937/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Batista dos Santos (026.993.203-82); Roberto Lopes de Menezes (016.108.995-04)
Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.955/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ubaldina Pereira Cintra (191.720.442-68)
Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.965/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Carneiro (047.888.263-72)
Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.331/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Juracy Cristino dos Santos (881.111.480-20) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.423/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Alice Francisca de Sousa (031.425.741-15); Orenizia Pereira Pignata (295.856.781-87)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Goiás - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.477/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Iracilda do Nascimento Machado Lima (352.845.873-91) e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.525/2011-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Cecília Ramos (387.875.987-87) e outras
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.019/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amado André Messias (255.766.158-91) e outros
Unidade: Gerência Executiva do INSS - São José do Rio Preto/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.339/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Lúcia Espezim Schlogl (246.680.529-49)
Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianópolis/SC - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.370/2010-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Emília Boeira Paim (569.029.210-91) e outros
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Caxias do Sul/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.280/2010-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcos Boeira dos Reis (913.872.560-68)
Unidade: Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Petrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.389/2010-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Frederico Pedro Branco (018.447.938-00) e outros
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.448/2010-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Estanilo Barbosa Ferreira (037.443.452-20)
Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Belém/PA - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.594/2009-9
Natureza: Representação
Responsáveis: João José Gonçalves de Souza Lima (879.472.854-20) e outros
Interessada: Controladoria-Geral da União
Unidade: Prefeitura Municipal de Maracaçumé - MA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.288/2009-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Lúcia Aquareli Silva (469.231.018-91)
Unidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.375/2010-2
Natureza: Monitoramento
Interessada: Secretaria de Controle Externo-MT
Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.084/2010-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Caritas Diana dos Santos Ahid (007.386.983-00)
Unidade: Superintendência Estadual do INSS - São Luis/MA - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.085/2010-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Darcyanne Alves Guedes (023.318.253-51); Rosa Alves dos Santos (023.533.103-11)
Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-852.167/1997-0
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria Unidade/Recorrente: Universidade Federal do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-003.976/2002-8
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Potiraguá/BA.
Interessada: Procuradoria da União no Estado da Bahia - AGU/PU/BA.
Advogados constituídos nos autos: José Souza Pires, OAB/BA n. 9.755, João Clymaco Teixeira, OAB/BA n. 10.930; Maísa Mota Rios, OAB/BA n. 14.609; Andréa Cristina R. C. Rodrigues, OAB/BA n. 14.616; Fábio Torres, OAB/BA n. 16.767.

TC-004.092/2011-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - Uniplac/SC.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.543/2011-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.866/2011-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - Unidavi/SC.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.876/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - Uniplac/SC.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.882/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação Universidade do Vale do Itajái - Univali/SC.
Responsáveis: José João Tavares e Marli Barrentin Nacif.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.911/2011-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação Educacional da Região de Joinville - Univille/SC.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.031/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Blumenau - Furb.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.035/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação Municipal Albano Schmidt - Fundamas.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.039/2011-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.040/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação Universidade de Contestado - UNC/SC.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.041/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina - Fetese.
Responsáveis: Augusto Estefano Becker e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.420/2011-7
Natureza: Representação.
Unidade: Secretaria Nacional de Esporte Educacional - ME.
Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - MP/TCU.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.038/2011-6
Natureza: Atos de Admissão.
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
Interessados: Agda Oliveira Rosa e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.952/2005-0
Natureza: Representação.
Entidades: Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis - Creci/PR, Economia - Corecon/PR, Enfermagem - Coren/PR, Odontologia - CRO/PR, Ordem dos Músicos do Brasil - OMB/PR, Psicologia - CRP/PR, Serviço Social - Cress/PR e Técnicos em Radiologia - CRTR/PR.
Interessado: Gilberto Gaeski (318.968.399-91).
Advogados constituídos nos autos: Walter Brunetta Filho, OAB/PR n. 36.606; Fábio Ciuffi, OAB/PR n. 7.724; Homero Flesch, OAB/PR n. 27.050-A; Amarílis R. Nunes Jorge, OAB/PR n. 30.046-B; Flávio Sogayar Júnior, OAB/SP n. 116.347; Adriana Andréia de S. Salvador Ferraz, OAB/DF n. 13.620; Silvio Felipe Guidi, OAB/PR n. 36.503; João Batista Franco, OAB/RJ n. 62.127; Julio Cesar do Monte, OAB/RJ n. 82.200; Alexandre Reinol da Silva, OAB/RJ n. 103.952; Luciane Mara Corrêa Gomes, OAB/RJ n. 110.530; Thays Pereira Julio de Souza, OAB/RJ n. 133.364; Ana Lucia Moreira, OAB/RJ n. 122.855/E; Letícia Maria Cunha Moreira, OAB/RJ n. 136.172/E; Daniela dos Reis Lisboa Pires, OAB/RJ n. 135.252-E; Moacir de Melo, OAB/PR n. 2.268; Virgílio Cesar de Melo, OAB/PR n. 14.114; Maria Salette Rodrigues de Melo, OAB/PR n. 35.343; Daniel Lourenço Barddal Fava, OAB/PR n. 14.070; Jonatas Fernandes Neves, OAB/PR n. 35.174; Sara Nunes Ferreira Wahl, OAB/PR n. 35.349; Carlise Zasso Possebon, OAB/PR n. 33.353; Denilce Cebulski Linhares, OAB/PR n. 35.436; Marlus H. Arns de Oliveira, OAB/PR n. 19.226; Fernanda Andreazza, OAB/PR n. 22.749; Marcelo Fernandes Polak, OAB/PR n. 19.243; Romilda Ramos Marinelli Martins, OAB/PR n. 20.117; Danyelle da Silva Galvão, OAB/PR n. 40.508; Lucas B. Linzmayer Otsuka, OAB/PR n. 41.350; e Ricardo Eppinger, OAB/PR n. 42.947.

TC-011.086/2011-4
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná - SRTE/PR.
Interessada: Luciana do Rocio Presta.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.197/2011-0
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Sergipe - SRTE/SE.
Interessada: Maria Deusa Alves Barbosa.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.359/2011-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Piauí - SRTE/PI.
Interessadas: Ana Teresa Soares Rodrigues e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.367/2011-3
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência do Trabalho e Emprego no Pará - SRTE/PA.
Interessadas: Carmen Paiva de Meneses e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.431/2011-3
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência do Trabalho e Emprego no Distrito Federal - SRTE/DF.
Interessada: Tereza Carvalho Ricardo de Albuquerque.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.433/2011-6
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Superintendência do Trabalho e Emprego no Maranhão - SRTE/MA.
Interessados: Ana Carina Costa Teixeira Rodrigues e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-012.443/2011-5
Natureza: Representação.
Entidade: Federação Nacional dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos, Industriais, Copistas, Projetistas Técnicos e Auxiliares - Fenaedes.
Interessada: Procuradoira Regional do Trabalho da 2ª Região/SP - MPT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.675/2006-6
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - TRT/AM.
Interessadas: Maria Celina Leite Mota e Ranilza Ramos de Souza.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.188/2009-5
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2008.
Unidade: Secretaria Nacional de Habitação - SNH/Mici.
Responsáveis: Márcio Fortes de Almeida e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.196/2010-2
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2009.
Unidade: Hospital de Guarnição de Porto Velho - MD/CE.
Responsável: Luiz Antônio de Azevedo Accdioly.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.723/2008-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.
Interessada: Maria Nunes de Lima.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.033/2010-5
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica - MD/CA.
Interessada: Maria das Neves Araújo Souto.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-002.870/2011-8
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Dalvina Roberto de Moraes (602.186.817-04); Damiana Leite Ferreira (632.237.677-20); Daniel Vanzan (046.153.607-20); Daniel da Silva Paiva (304.202.887-91); Darcy Fernandes Pacheco (081.047.191-49); David Neves de Oliveira (097.783.227-91); Delvira Santos Sant'anna (541.253.677-87); Deurides Leles Barbosa (073.732.952-15); Dijalma José de Santana (068.895.224-00); Dilce da Silva Ferreira (486.386.687-91); Dilma dos Santos Leandro (490.061.267-72); Dina Lúcia Conceição Santos (332.314.197-00); Dinaci da Silva Ramos (088.040.950-91); Dinalva de Jesus dos Santos (117.640.235-87); Dinorah Calixto Rodrigues (349.823.537-00); Dione de Almeida (602.497.497-34); Dirce Luz Nogueira (809.205.197-68); Domingas Nascimento da Silva (044.792.382-04); Domingos João Cabra (112.064.976-53); Edgard Sebastião Soares Gomes (258.746.247-91); Edinaura Nobrega Bezerra da Silva (465.270.287-68); Edison Vieira Cunha (126.960.640-91); Edmeia Pimenta de Oliveira (602.698.397-04); Eduardo Barbosa Pereira (073.847.001-59); Eirene Goulart Kraemer (256.669.400-15); Elaine Moreira Vianna de Oliveira (168.371.006-10); Elce Maria Cota Pacheco (182.889.951-87); Elenita Conrado dos Santos (119.656.901-06); Eleuterio da Silva Magalhães (017.983.242-53); Eli Bartholomeu Quintans Antelo (622.309.217-20); Eliana Ferreira Ghessa Marques (466.683.497-49); Eliege Alves dos Santos Ferreira (372.438.297-91); Elizabeth Posenatto Cambraia (359.133.710-20); Elizete Jorgina Araújo (219.411.907-82); Elizett Lima Moreira Cardoso (826.379.897-34); Elmi Schneider (167.312.399-68); Eloiza Helena dos Santos Machado (333.563.946-49).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.033/2011-2
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Aidee Moraes Rodrigues (662.420.101-00); Aidnir Siqueira Rocha (817.820.391-04); Almerinda Escobar Bueno de Almeida (107.124.291-15); Amelia Cardozo da Costa (875.585.721-34); Ana Escobar Bueno (048.258.371-15); Anadir Escobar Bueno Siqueira (181.836.541-34); Anesita Maria de Souza e Silva (595.056.641-68); Antonia de Lima Rodrigues (162.592.971-49); Arinir Escobar Bueno (081.075.051-15); Atlantida de Mattos Barbosa (637.278.201-44); Betty Etelvina de Almeida (495.302.671-34); Brandina Gonçalves Roriz Nogueira (922.783.291-20); Clair Ribas da Silva (489.071.971-72); Claudineia da Silva Sousa (650.180.791-34); Clea dos Santos Almeida (061.703.741-87); Cleide Maria Dutra da Silva (139.840.471-34); Delcy de Oliveira Pereira (436.471.031-87); Dineia da Rocha Leite (615.835.531-34); Dioneia Peixoto Custodio (900.066.821-20); Edirlene Apparecida Souza Rodrigues (283.898.751-87); Elba da Fonseca Vieira Lima (105.054.901-53); Eulalia de Lima Rodrigues (745.360.101-06); Fernanda Sayuri Omine Rocha (050.485.071-77); Geisa Lisa Arzamendia (390.900.351-68); Graciela de Lima Rodrigues (013.491.671-93); Ilka Almeida Prado (033.943.871-15); Joana Maria da Silva Rocha (471.557.106-44); Jocylea Lima Rodrigues (343.887.101-72); Joelma Oliveira Aquino Monteiro (917.497.351-72); Jureide Liducena de Lourdes Dutra (286.380.181-34); Leide Catarina Dutra da Silva (202.987.221-00); Leila Garcia Aquino (008.009.921-13); Lilian de Lima Rodrigues Barbosa (615.072.531-68); Luciene de Fatima Mendonça Flores Carstens (437.367.931-20); Luiza de Lima Rodrigues (408.931.971-49); Marcela Ewilin Soares da Costa (048.233.241-70); Marcia Aparecida Mendonça Flores (543.216.461-20); Maria Amelia Escobar Bueno (206.013.101-44); Maria Aparecida Sales Neves (596.152.651-87); Maria Dayse Paiva dos Santos (700.114.281-63); Maria Elena Soares da Costa Barreto (626.910.741-53); Maria Eva do Carmo Roriz Rodrigues (020.903.891-84); Maria Jose da Rocha Leite (536.090.691-04); Maria Leda Ferreira Villalba (271.924.231-49); Maria Maciel (273.451.901-10); Maria Maura da Costa Roriz Soares (977.456.181-34); Maria Olivia Gonçalves (020.511.741-48); Maria Valdete Dantas Machado (200.193.271-53); Maria Zelia da Silva (023.950.231-08); Maria da Conceição Mendonça de Almeida (926.664.260-68); Maria de Lima Rodrigues de Souza (162.842.671-34); Maria de Sousa Machado (767.493.471-34); Maria do Carmo Bispo e Silva (021.497.691-23); Marilan Aparecida Gonçalves Roriz (977.456.261-53); Marilu Gonçalves Roriz (569.352.691-72); Marisa Eleida Lucas Lima Muniz (639.037.251-53); Nadia Cristina Martinez Lima (937.277.471-53); Olga Madalena Buhler Sanchez (365.355.081-53); Olizonir Ferreira da Silva Holsback (293.919.461-00); Otilia Lima Rodrigues (409.039.401-59); Regina Maria Flores Viana (759.837.371-04); Sidorsina Sabino Marques (572.671.891-72); Sixta Marta Aquino Vaz (366.277.711-87); Suzana Lediane Soares da Costa (045.963.491-77); Tereza Rodrigues Aguilera (390.105.201-10); Therezinha Almeida Silva (068.200.777-34); Therezinha Correa (638.641.001-78); Valdineia da Silva (779.457.861-20); Vanda de Matos Lima (448.371.351-53); Vera Lucia Dantas Machado (766.568.611-72); Zuleide Edina Dutra da Silva (286.379.841-34).
Órgão: Nona Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.035/2011-5
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Aguida Torres do Carmo (092.961.401-10); Alminda Viega Zielinski (008.612.646-65); Anete Monteiro Pereira (180.073.097-72); Beatriz Helena Ramos Pupe (780.980.847-87); Cintia Daniela de Castro (508.295.051-72); Clari Marlei Daltrozo Munhoz (145.936.451-15); Deusdete Peixoto Santos (012.645.586-43); Eliana Tereza Horta Barbosa Filgueiras Pohl (030.305.041-15); Elísia Sebastiana de Sousa Nunes (688.560.671-53); Eny de Souza Gonçalves Pires (513.013.691-87); Germina Faria Soares (028.078.006-02); Inez Margherita Capibaribe (186.599.341-72); Ionele de Campos Losada Frazão (573.586.991-49); Maria Celia Rodrigues de Carvalho (635.305.031-34); Maria Ferreira Leite (007.081.596-80); Maria Inês Pupe Barros (223.568.001-15); Maria José Mendonça (393.152.401-97); Maria de Nazareth Oliveira Costa (332.092.271-87); Marinete dos Reis Bianco Abreu (602.750.141-34); Marli Amand Ribeiro (253.660.681-34); Mayara Rosa Carneiro (760.745.367-91); Mayris Fernadez Rosa (384.460.737-49); Márcia Scheffer Batista (491.913.731-15); Palmira Eugenia Vanacôr Bretanha Galvão (297.172.301-10); Rita de Cássia da Costa Kaneko (589.656.887-87); Rosalva de Castro (269.550.241-91); Rosana de Castro Machado (315.706.901-20); Roseana Duarte Trein (296.749.131-49); Rosângela de Castro (131.362.321-00); Silvia Regina Pupe Zupi (340.750.891-34).
Órgão: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.925/2011-1
Natureza: Pensão Militar.
Interessado: Sergiany Macedo da Costa (814.212.733-49).
Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.931/2011-1
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Luiz Felipe Cicerza Lopes (920.124.930-68); Silvia Laci Cigerz A (514.277.610-00); Vicentina Beatriz dos Santos (910.645.110-15).
Órgão: Terceira Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.625/2011-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Aldemar Rodrigues (073.466.547-49); Antonio Carlos Rodrigues (007.039.660-49); Antonio Martins de Moraes Gomes (006.324.571-04); Antonio Stelicio da Silva (064.606.747-87); Antonio dos Santos Filho (118.500.439-49); Cosme Fernandes Pereira (051.402.937-49); Eladio Cassero (059.224.100-91); Flavio Gomes de Aguiar (050.979.757-15); Haole Sidney Menezes de Vasconcelos (007.204.960-04); Joao Fernandes (115.101.707-82); Jose Ferreira Lima Filho (018.850.226-20); José Caetano de Oliveira (070.507.987-20); José Odilon Gabriel (066.573.467-00); Mario Kuhas (118.890.209-15); Mauro Solem Alves da Costa (011.527.260-72); Obirairam Teixeira da Cunha (081.544.657-87); Osman Luzio Leite Pereira (029.651.510-87); Oswaldo Andrade e Silva (113.002.059-20); Porfirio da Cruz (017.835.217-91); Rene de Assis (217.694.947-15); Romulo Duncan Arantes (027.067.097-15); Sebastião Rodrigues dos Santos (021.843.386-72); Valter Moreira Silva (053.331.568-91); Wilson Teixeira (085.366.949-04); Zeferino Ramao Coelho (086.229.061-91).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.630/2011-5
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adriana Rodrigues Duarte Basaia (219.265.938-55); Ana Maria de Oliveira Albino (789.623.828-49); Brigitte Rodrigues Duarte (171.112.968-26); Claudia Martins Duarte (222.454.298-42); Clelia Leão Papa (148.392.198-00); Cleonice de Souza Santos Seraphim (038.655.758-62); Dalva da Silveira Moura (159.995.188-65); Daniela Martins Duarte (337.931.388-28); Domingos Savio Julio (831.578.758-68); Dulcinea de Oliveira (789.394.028-04); Eloiza Maria de Almeida Camargo Santos (124.955.058-05); Felipe Martins Duarte (364.974.198-96); Gisele Lataro Duarte (316.734.598-54); Heloise Lataro Duarte (352.979.108-38); Igor de Araujo Duarte (374.743.268-92); Jullyus Cezar Pelagio Bueno de Camargo (376.082.918-00); Leila Rapozo Righi (034.193.218-30); Luiz Cesar Seraphim (019.280.228-39); Luiza Maria Barbato (343.494.131-20); Maria Auxiliadora Xavier Cunha (172.669.488-78); Maria Lourdes de Carvalho (041.117.268-95); Maria Monte Serrate Rocha (978.228.258-87); Maria da Graça de Oliveira Mine (019.227.648-41); Neide Costancio Pinheiro (769.050.048-04); Neli Pinheiro Naccarato (715.583.068-20); Neusa Costancio Pinheiro Moro (042.441.338-87); Paulina Grigolom Silveira Pupo (271.780.498-63); Renilda Rosa Bonfim (318.477.065-68); Ruth Gonçalves Julio (788.180.608-72); Sonia Cristina Rocha Azaneu (079.433.667-19); Tania Mara de Oliveira Akahoshi (831.137.118-00).
Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.635/2011-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adozinda Maria de Souza Freire (198.346.404-04); Andrea de Souza Rangel (433.302.317-34); Angela Regina de Souza Freire (246.461.134-49); Angela Rocha da Fonseca (727.317.534-04); Benedita Almeida de Oliveira (443.585.554-20); Djanira de Farias Cavalcante (922.414.507-82); Edna Maria Freire Jatoba (033.255.334-50); Ednauria Dantas Amorim (141.415.904-87); Elita Soares Barros (677.188.254-34); Fatima do Rosario Alves Moreira (284.733.884-53); Josefa da Silva Inacio (601.032.564-15); Maria Jose Alves Moreira (366.735.444-49); Maria Judineide Matos de Souza (611.615.787-49); Maria da Graça Matos de Souza (718.787.857-53); Maria das Graças Alves de Oliveira (061.556.932-34); Maria das Neves Duarte da Silva (769.102.104-68); Marinalda de Medeiros Galindo (471.584.334-04); Nadiege Diniz Freire (198.041.994-91); Rita Maria de Souza Freire (313.725.204-06).
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.729/2011-1
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Lezi Terezinha Bittencourt Martins (426.091.430-87); Luiz Carlos Meyne (063.931.520-87).
Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.732/2011-2
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Diana José de Oliveira (796.175.224-20); Margarida Vicente Magalhães (553.299.264-91); Maria Tereza Alves da Silva (265.527.874-72).
Órgão: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.735/2011-1
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Brandina Amaral de Souza (364.984.241-68); Cícera Maria da Silva (001.124.976-59); Elisângela de Souza (665.961.141-04); Jorge Luiz Sadocci (285.576.897-72); Maria de Lourdes da Mota Nery (317.068.001-34); Teresinha Lustosa de Melo (152.095.801-30).
Órgão: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.841/2011-6
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Adelina Bandeira Antônio (114.633.937-25); Alda Gomes Salmont (026.762.036-57); Ana Nunes de Souza (080.340.847-19); Antonieta Moreira da Silva (785.593.917-20); Antonio Carlos dos Santos (253.077.618-05); Antônia Aurister Araújo Macedo (176.135.208-38); Benício Gomes Salmont (035.346.486-41); Cícero Ubiraci Saraiva da Silva (370.695.602-06); Dativa Apparecida dos Santos (231.562.848-23); Doralice Oliveira de Souza (291.631.101-72); Edite Batista Campos (912.219.605-63); Erick Martins Menezes (123.275.827-25); Espedito Cordeiro de Oliveira (473.467.106-06); Fernanda Maria da Conceição Lopes (014.477.044-01); Francimar Conceição Lopes (070.855.274-98); Francisca de Assis da Silva (036.308.364-29); Generina Ana Vieira da Fonseca (951.787.914-87); Gerdal Rodrigues (380.087.267-68); Gilberto Donizetti Menecatti (004.851.268-00); Ione Matheus de Bello (099.472.207-96); Jandira da Silva Corrêa (054.984.717-00); Janete Américo da Silva (044.439.017-01); José Domingos Ferreira (073.359.384-49); João Paulo de Lima (013.750.044-09); Laurentina Francisca Facheti (315.877.476-34); Luiza Leme dos Santos (816.960.608-00); Luzia Saraiva da Silva (298.375.292-53); Manoel Damião da Silva Neto (999.672.944-34); Maria Geralda Neves (914.526.278-00); Maria Helena do Amaral (526.091.206-30); Maria José Galvão de Castro Matsumoto (081.073.168-19); Maria José Guimarães Dias (472.913.894-53); Maria José Maia Dantas (145.572.151-49); Maria Pereira da Silva (188.053.294-87); Maria Pires dos Anjos de Sousa (351.067.941-53); Maria da Gloria Silva Bizerra (515.768.997-72); Marina Farias de Freitas (309.618.157-87); Marlene de Alcantara de Carvalho (389.892.807-10); Moisés Araújo Menezes (586.001.326-49); Neuza Corrêa Immianowsky (097.893.227-71); Nilda Santos de Almeida Fonseca (702.963.167-68); Odila Sorati Passarelli (165.005.218-97); Palmira Rodrigues Barbosa (023.736.357-71); Paulo Vinicius Costa Melo (055.710.487-43); Priscila Costa Melo (055.710.477-71); Raimunda Gomes da Silva (823.442.053-49); Rosa Gobbi Perazzolo (082.020.738-12); Rose Mary Vieira da Silva

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A VENDA

(004.061.827-79); Terezinha Queiroz da Silva (126.303.572-87); Vera Lúcia da Silva David (108.588.837-16); Vilma Fajoses Mendes (290.753.517-04); Wander Gomes Cardoso (074.349.847-08); Zula Leite Rodrigues (924.728.850-91)
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.880/2011-1
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Amanda de Carvalho Martins (026.111.528-61); Bento Zarur Martins (098.650.358-47).
Órgão: Grupamento de Infra-estrutura e Apoio de São José dos Campos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.019/2011-1
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Alessandro Lopes Maranhão do Couto (143.915.167-99); Anderson Felippe Ferreira do Nascimento (073.956.674-17); Anderson Luiz Santos da Costa (125.359.107-56); Arthur Guimarães dos Santos (129.210.377-93); Braulio Leandro Matos dos Santos (131.882.067-71); Bruno da Silva Lourenço (103.324.036-29); Carlos Eduardo Silva de Oliveira (145.393.217-81); Cesar Augusto Valente Teixeira (016.733.616-92); Cesar Henrique Gonçalves (102.289.116-21); Cirlan Siqueira da Paixão (790.065.742-87); Cleyton Pereira do Amaral (128.000.137-29); Dennis Gervasoni Fernandes (125.671.037-75); Douglas Barreto Reino de Almeida (100.385.677-25); Elson de Souza Alves (123.891.207-92); Ewerton Ribeiro Castro (118.307.367-44); Felipe Bittencourt Simoes Costa (131.470.927-55); Felipe Correia de Souza (133.022.827-88); Felipe Giarola Nascimento (101.558.956-13); Felipe Maia Andrade (114.960.387-97); Felipe Sergio de Aragao Coelho da Silva (135.555.197-86); Fernando Pereira de Brito (095.457.766-33); Filipe de Andrade de Abreu (125.820.757-52); Gabriel Antonio Carvalho Medeiros (118.197.207-80); Gabriel Felipe Azevedo da Silva (130.797.347-77); Gabriel Lima Pinto (125.143.347-21); Giovane Soares da Silva (105.345.977-77); Helder Luiz de Oliveira (084.781.626-58); Herlandsonda Silva Simoes (120.029.887-06); Hugo Cavalcante Figueiredo (130.873.217-10); Italo Sanuto da Silva (131.314.037-64); Jefferson Antunes Balduti (079.965.036-64); Jefferson Borges da Cruz (114.792.597-64); Jhonata Jean da Silva Ferreira Dias (127.574.377-39); Joao Henrique Santos Moura (123.047.797-78); Joao Vitor Peixoto Guimaraes (138.818.117-70); Luiz Fernando Maia da Silva (118.415.557-70); Marcos Paulo Cavalcante Simonini (058.258.687-98); Nelson Mota da Silva Neto (067.475.114-09); Orionan Silva Onofre Olimpio Regis (137.043.087-65); Patrick Byron Figueiredo dos Santos (128.190.817-70); Rafael Gieltal Alves Maciel (113.366.237-48); Rafael de Souza Lima (090.464.146-55); Romulo Rafael Canuto Fernandes (121.322.077-71); Ronan Ferreira de Andrade (135.877.717-90); Tarcisio Almeida de Palma (134.041.577-10); Thiago Guellri Torres (384.549.618-52); Thiago Penna Rocha (132.405.777-71); Thiago de Almeida Marques (124.656.167-06); Victor de Oliveira Pimenta (119.181.117-40); Vinicius Albertino (137.736.557-38); Wagner Mazurkewicz da Chagas (024.742.940-66); Walace Oliveira dos Santos de Araujo (144.014.427-33); Waldir Costa Oliveira (130.545.767-60); Walter Francisco de Assis Junior (130.757.767-93).
Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.068/2011-2
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Mauricio Ricardo Pereira da Silva (743.751.997-68); Vinicius Gabriel de Carvalho (086.778.847-00).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SP - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.901/2011-6
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Valdirene Araújo Brandão (019.072.841-84).
Órgão: Tribunal Superior Eleitoral - JE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.241/2011-0
Natureza: Reforma.
Interessados: Adalberto Alves Valente (260.814.407-10); Adalberto Luciano dos Santos (009.961.494-49); Adao Renato Pereira Bandsz (215.342.920-04); Adarino Guedes de Deus (188.465.480-00); Ademir Lopes Pereira (131.266.607-20); Ademir Pereira de Oliveira (243.629.800-91); Adilson Leopoldino de Oliveira (333.658.067-68); Adilson Marques Ferreira (715.617.818-00); Agapito Ayala (105.549.391-34); Agostinho Guimaraes (010.543.921-53); Ailton Inácio de Almeida (174.330.457-91); Alberto Mendes Cardoso (031.891.477-87); Alberto de Campos Silva (140.515.161-72); Alceu Carlos Maraschim (152.910.810-15); Alceu Robalo Barilari (152.842.200-72); Alceu de Moura Silva (143.900.000-04); Alcides Fernandes Pereira (103.248.107-25); Alcidio Teodoro da Silva (099.397.091-53); Alcido Goergen (167.166.390-04); Alexandre Francesar de Oliveira (044.437.986-09); Alexandre Gonçalves Mendes (281.641.608-90); Alfredo Rioji Higashi (004.296.009-68); Algeu da Silva Raymundo (140.714.520-72); Altevir Oliveira dos Santos (280.527.220-04); Alvaro Itome Furuta (058.236.508-25); Alvaro Luiz Caetano (105.777.697-15); Alvaro dos Santos Neto (096.984.930-34); Amaro Mendes de Souza (069.626.294-00); Amauri Alves da Silva (056.047.101-72); Amelio Alessandretti (098.692.470-91); Amilton Abrão da Silva (063.710.861-20); Anatalio de Matos (078.596.191-72); Anderson Manoel de Sousa Filho (183.631.057-91); Anderson Moine de Almeida (030.033.727-26); Antao Fernando Canabarro (059.114.270-87); Antonio Abdias de Morais (078.175.411-91); Antonio Alencar de Lima (108.867.964-15); Antonio Alves de Matos (075.361.861-34); Antonio Carlos Belloti (039.925.607-59); Antonio Carlos Campos (343.993.647-34); Antonio Carlos Leite da Silva (331.239.507-00); Antonio Carlos Meirelles (037.994.337-91); Antonio Carlos de Alcantara Pereira (077.172.966-91); Antonio Carlos de Almeida Alves (007.967.510-72); Antonio Felix da Costa (105.047.611-53); Antonio Jorge Gouvêa (109.291.507-91); Antonio Jorge da Silva e Silva (468.500.237-72); Antonio Rogério Chaves (007.438.602-68); Antonio Venicio Carvalho Acosta de Leon (177.135.790-87); Antonio de Padua Rodrigues de Lima (063.149.453-72).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.243/2011-2
Natureza: Reforma.
Interessados: Edward Brito Reis (303.974.137-34); Elias Chaves (005.966.981-00); Elrober de Aquino Alves (026.886.627-91); Emanuel Waldir Trindade dos Santos (174.744.427-87); Enio José Parreiras (281.633.897-53); Enobar Bordin Fernandes (023.572.671-00); Ernani Fischer (064.578.609-82); Estevao Reszka (115.000.930-68); Eugenio Duarte (004.714.614-15); Evaldo Lima Moraes (043.001.060-53); Evan Jose Argulo dos Santos (037.498.194-91); Evandro Ribeiro (382.245.858-91); Everton Duilio da Silva Paulino (116.559.647-47); Everton da Rucha Cunha (072.240.179-57); Fancisco Alfredo do Nascimento Montenegro (021.635.512-53); Francisco Aquino de Amorim (024.860.912-20); Francisco Carlos Buria (270.171.928-34); Francisco Gilson Filho (059.034.677-68); Francisco Severiano Rodrigues da Silva (183.886.987-53); Francisco Teodoro da Silva (269.811.147-04); Gastão Cristaldo (062.040.231-87); Geraldo Alves Marques (010.256.002-15); Gercy Tardiz (198.860.630-68); Gerson Mendonca Freitas (027.066.367-34); Gilberto Ernani Waechter (120.699.140-20); Gilberto Moraes de Souza (167.295.019-87); Gilson Ozorio Pereira (180.543.586-87); Gilson Reis Barbosa (279.787.291-68); Gilvainer Lopes (304.404.327-15); Girleu de Oliveira Asevedo (104.890.450-49); Gottfried Engelbert Wolgien (059.707.410-00); Gunther Marco Machado Lima (623.678.388-87); Gustavo Gouta Hashizume (005.743.849-87); Guttemberg Domingues da Silva Sobrinho (021.342.332-49); Haroldo Apolinário Bezerra (085.456.934-00); Haroldo da Cruz (072.334.181-87); Heloizio José Benacchio (128.791.261-34); Henrique Ribeiro da Silva (093.567.547-72); Heron Cesar da Silva (669.530.490-49); Herton Luiz Avila Ferreira (067.549.374-91); Heryaldo Silveira de Vasconcellos Filho (020.353.084-53); Hugo Fizler Chaves Neto (003.078.947-89); Hélcio José Cardoso (036.502.196-20); Iaravi Pedroso Sampaio (004.160.531-49); Idê Garcia Leão da Silva (030.097.001-30); Ipojucan Gonçalves de Souza (258.186.607-10); Isao Odakura (104.756.211-15); Isnar Muniz de Azevedo (128.791.857-34); Itamar Roque (102.841.841-87); Itaner Jeronimo Zigiotto (017.639.970-49).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.246/2011-1
Natureza: Reforma.
Interessados: Luiz Carlos Jaenick (005.774.212-04); Luiz Carlos Marques Bitencourt (104.695.081-91); Luiz Garcez (190.086.940-34); Luiz Gonzaga Duarte de Oliveira (036.660.000-10); Luiz Inacio Bicudo (055.900.007-34); Luiz Medeiros Forte Filho (058.000.217-91); Luiz Velasques (079.579.471-15); Lycurgo de Mello Farjat (007.160.220-87); Manoel Dias da Silva (171.113.071-00); Manoel Menezes Santana (057.847.357-72); Manoel Ribeiro da Silva (003.098.342-87); Marcos Antonio Mafra de Souza (338.233.327-91); Marcos Machado Velho (082.412.107-44); Marcos Vinicius de Alcantara (964.736.816-04); Marcos Virgilio Ferreira Chagas (350.796.497-04); Matheus Monte Serrat (029.537.657-00); Mauricy Joao da Silva Sacchi (026.893.337-59); Mauro Cesar de Oliveira Meneguini (001.563.467-10); Max Parland Pedroso (418.822.296-49); Melquizedec Pereira (046.738.526-21); Miguel Pino (079.598.181-34); Miguel Rodrigues Leal (080.987.270-68); Milton Oliveira Santos (041.760.304-53); Moacir Betat (007.523.470-04); Moacyr Brandão (066.569.277-34); Moacyr Lopes de Carvalho (031.922.537-20); Murilo Xisto Pizzato (154.591.870-87); Máximo de Oliveira (509.487.098-04); Natanael Correia Santos (575.785.595-91); Nelson Antonio Rodrigues (095.145.700-49); Nelson Dias Leoni (214.487.698-33); Nelson Matos Machado (078.143.561-72); Nelson Ren (013.343.440-00); Nelson Tesche (243.792.040-49); Nelson da Silva Vieira (069.484.051-34); Neuton Barbosa Marques (000.967.412-87); Nilo Pires Ferreira (002.296.871-72); Nilson Feijo de Melo (206.110.807-53); Nilson Jose Coutinho (876.978.668-20); Nilson Rangel Marques (131.221.500-34); Nilton Gomes Rolim (003.730.104-78); Nilton Lucas (064.047.747-04); Nilton Michylles (274.468.167-91); Nilton Moreira (036.799.697-91); Niton Castro de Souza (216.994.107-04); Nivaldo Augusto de Jesus Gonçalves (200.021.658-72); Nivaldo Pereira (000.262.632-20); Norino Roques da Silva (110.938.621-49); Odevino Jorge de Souza (311.760.207-06); Olmiro dos Santos (090.241.150-00).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.250/2011-9
Natureza: Reforma.
Interessados: Almir dos Santos (086.390.606-06); Antonio da Rocha Guedes (006.503.744-87); Aristides de Araujo Santos Filho (408.197.280-04); Francisco Costa e Silva Filho (036.099.525-04); Gilson Argolo Mendonça (128.780.147-15); Haroldo Geraldo Silva (119.732.856-49); Helio Freire (548.485.398-20); Henrique Mazzini Barbosa (091.952.037-53); Ildefonso Miguel Pereira (042.267.804-00); Irineu Vieira dos Santos (011.324.582-34); João Clovis de Brito (097.239.517-20); João Dionisio do Nascimento (010.896.174-53); Nildo Pereira Verdan (130.959.008-72); Rudivaldo Vieira de Lima (101.337.712-53); Ruy Pinheiro Navega (269.979.327-20); Silton de Araújo Costa (740.868.398-49); Walter Silva (401.667.328-34).
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.306/2011-4
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adehilda Tavares Porto Alegre (066.660.728-12); Ana Angelica Barbosa Porto Alegre (592.472.587-15); Barbara Augusta Henrique de Vasconcellos (185.677.968-81); Carolina Franco Porto Alegre (165.042.478-70); Eliana Fatima Moreira Gomes da Silva (150.187.308-38); Elisabete Franco Porto Alegre (205.422.298-46); Eliza Miranda Ribeiro (119.217.698-74); Fernanda Mara Henrique de Vasconcellos (262.585.248-85); Iraci Marcelina de Almeida Gadoni (122.995.438-48); Lucia de Oliveira Munhoz Faria (401.560.608-68); Luzia Marta Gonçalves Alves (300.115.038-66); Maria Aparecida Alves Francisco (271.226.918-70); Maria Apparecida Alves de Campos (325.876.508-10); Maria Regina Barbosa Porto Alegre (553.258.077-49); Marlene da Silva Santos (400.779.264-04); Nadir Aparecida Pedrone Weissinger (992.646.768-72); Patricia Maria Marcolino de Lima (261.628.108-28); Paula Amorim (296.455.988-00); Shirley Cezar Meira (299.476.448-20); Simone Aparecida do Amaral dos Santos (232.169.888-80); Tieco Nomura do Nascimento (625.904.217-53); Viviane Maria Von Zuben Albertin (195.534.388-81); Zulmira Cerqueira de Lima (746.573.216-68).
Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.308/2011-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adelaide Maria Lopes Mendez (647.690.039-00); Ana Jandira Rodrigues (014.512.399-55); Antonia dos Santos Pereira (925.958.479-53); Carla Lima (703.345.529-15); Doracy Marques dos Santos (420.577.362-53); Floriza Wilma Ramos da Silveira (550.855.479-34); Geraldino Pinheiro dos Santos (219.936.969-20); Glaucia Staveski Roloff (957.173.589-20); Indianara Mariano Inchaczevski (019.385.829-00); Iraci dos Santos (023.637.069-35); Jane Mari Pacheco (876.841.959-72); Jucimara Pacheco Franco (433.475.259-49); Leocadia Sachetto (856.533.229-20); Maria Marlene Hartmann Simon (079.086.440-15); Maria Zenita Goncalves da Rosa (234.215.419-49); Osmarina de Farias (649.678.249-00); Sigret Ida Carneiro Gonschior (463.044.369-04); Suely Cleunice Bonde (882.892.819-00).
Órgão: Quinta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.311/2011-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Albélia Rezende Bezerra (148.315.112-34); Aldecleia Mira Bezerra Santos (415.713.472-91); Aldeilda Mira Bezerra (209.661.562-34); Aldemara Mira Bezerra Góes (209.664.232-91); Aldenair Bezerra Lisbôa (096.979.692-72); Ana Maria Lôbo Coutinho (185.063.802-00); Delzuita de Souza Coqueiro (597.729.482-49); Edite de Freitas Dourado (263.344.372-91); Eli do Socorro Borges de Souza (595.895.902-68); Elza da Silva Sousa (109.651.062-68); Enzo Rafael Monteiro Dourado (000.997.372-99); Eulalia Marans Araujo (379.950.902-00); Herminia Pereira Rodrigues (104.830.552-04); João Víctor dos Santos Dourado (035.197.803-80); Liliane Cardoso Bezerra (595.182.272-68); Lindalva Rodrigues Martins Santos (097.536.052-34); Maria Denice Negrão de Freitas (453.740.312-87); Paulo Victor Silva Rodrigues (000.647.172-24); Rosana Fonsêca Barros (266.192.102-87); Ruth Gomes dos Reis de Carvalho (790.876.981-00); Terezinha Pinheiro Rodrigues (603.691.832-15).
Órgão: Oitava Região Militar - M/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.312/2011-4
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Antonia Cleonice Vasconcelos Bastos (017.968.602-04); Antonia Correa de Oliveira (207.514.271-87); Cleide Correia Francisco (066.275.208-26); Eliseu Jose Francisco (775.844.908-59); Luisa Correa de Oliveira (468.354.901-87); Lurdes Correa de Oliveira (429.865.081-20).
Órgão: Nona Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.313/2011-0
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Amanda Siqueira Miranda (041.493.453-92); Ana Cristina Nepomuceno de França (448.526.903-59); Ana Maria Massena (505.554.487-20); Ana Maria Parente Lira Cavalcante (208.572.503-10); Ana Paula Alves Rodrigues (231.995.803-78); Beatriz Duarte Lima de Araújo (029.412.373-30); Bianca Pereira Teles Monteiro (058.151.663-08); Célia Fátima de Oliveira Paiva (777.760.623-91); Djanira Silverio Gadelha (757.260.763-20); Flávia Alves Rodrigues (145.025.288-54); Francisca Isis Mota Monteiro (888.159.003-49); Francisca Lucila Oliveira Nogueira (090.495.923-68); Gabriel Pereira Teles Monteiro (058.151.813-66); Helen Cristina Massena (014.207.097-12); Isabel Parente Lira Cavalcante (123.833.503-97); Luiza Elfrida Kramer de Mesquita (437.177.993-04); Maria Luiza Martiniano Martins Cavalcanti (362.257.543-34); Maria de Fátima Martiniano Martins (143.777.563-20); Maria do Socorro Martiniano Martins (045.132.663-68); Maria do Socorro de Sousa Martins (173.371.863-04); Patrícia Alves Rodrigues Cabral (232.149.613-49); Poliana Alves Galvani (391.324.803-00); Priscila Alves Rodrigues (023.991.383-33); Regina Célia Alves Rodrigues (018.429.668-47); Terisinha de Jesus Martiniano Martins (385.940.993-04).
Órgão: Décima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.317/2011-6
Natureza: Pensão Militar.
Interessado: Paula Elixa Freitas (845.589.460-15).
Órgão: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-011.354/2011-9
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Ana Monteiro de Almeida (181.568.192-68); Antonia Sombra de Moura (558.237.852-91); Daniel Marcos Floriano (031.124.486-69); Elma Isabel da Silva Pires (881.325.280-34); Filomena Di Marco Neves (031.829.912-72); Gemilson Senna da Silva (590.659.157-53); Geralda Maria Pereira (025.977.346-84); Getulio da Silva Pires (806.687.980-68); Ivone Ferreira de Figueiroa (869.184.514-72); José Márcio Antunes (602.920.246-49); Luzia Maria Rosa Oliveira (395.989.506-20); Marcia Maria Floriano (027.497.276-00); Maria Aparecida Floriano (671.040.296-72); Maria Helena Dreyer de Avila Pozzebom (253.531.440-15); Maria Senna da Silva (627.881.917-15); Neuza de Souza Lopes (952.554.787-68); Pedro Mereu (396.538.546-15); Sebastião Marcelo Soares (396.531.106-91); Sonia Regina Luiz Sacramento Santos (816.537.518-00); Suelen da Silva Pires (806.698.590-87).
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.857/2010-8
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Alzir Penaforte Brito Filho (003.632.633-06); Edson Filipe da Costa Moreira (924.105.963-04); Karina de Possidio Marques (022.976.174-70).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região/CE - JT.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-008.991/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
(HAVERÁ SUSTENTAÇÃO ORAL)
Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro.
Responsáveis: Marco Antônio Seabra de Abreu Rocha, CPF 222.329.826-53; e empresa SMP&B São Paulo Comunicação Ltda., CNPJ 62.799.184/0001-59.
Advogados constituídos nos autos: Durval Amaral Santos Pace, OAB/SP n. 107.437; e Paula Vanessa Lima de Souza, OAB/MG n. 80.884.

Interessado(s) na Sustentação Oral
Durval Amaral Santos Pace - OAB/SP 107.437

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe I - Recursos

TC-004.705/2008-9
Apenso: TC 007.378/2010-6
Natureza: Pedido de Reexame (Monitoramento/Representação).
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PB (CNPJ nº 00.509.018/0013-57).
Recorrente: Anésio Lira da Cunha Moreno, Diretor-Geral da Secretaria do TRE/PB (CPF nº 078.378.604-20).
Interessados: Secretaria de Controle Externo do TCU/PB (CNPJ nº 00.414.607/0012-70); Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PB - JE (CNPJ nº 00.509.018/0013-57).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.199/2005-7
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Caixa Econômica Federal Responsáveis/Interessados: Luiz Roberto Kuenzer Bond (ex-Gerente-Geral da Agência Muricy-Curitiba, CPF 157.514.229-53), Osmar Domingos Foggiatto (ex-Gerente-Adjunto da Agência Muricy-Curitiba, CPF 080.439.499-72), Jozi do Carmo Pacheco Marques (ex-Caixa Executivo da Agência Muricy-Curitiba, CPF 233.502.619-49), Júlio Cezar Salomão (CPF 253.747.299-34), Estar Transportes Ltda. (CNPJ 80.834.179/0001-11), Salomão & Filhos Ltda. (CNPJ 81.221.640/0001-23) e Santa Paula Industrial Alimentícia Ltda. (CNPJ 81.136.061/0001-82)
Recorrente: Júlio Cézar Salomão (CPF: 253.747. 299-34)
Advogado constituído nos autos: Leandro Salomão (OAB/RJ nº 136.908)

TC-028.166/2008-7
Apenso: TC- 027.922/2010-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (TCE)
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ
Recorrente: Luiz Heitor da Paz Gemaque - CPF: 091.788.642-91
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-007.554/2010-9
Apenso: TC-015.999/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial (TCE)
Entidade: Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno/RO
Responsáveis: Augusto Tunes Plaça (prefeito municipal) - CPF: 387.509.709-25; Elisário Pedro Benevenutti (secretário municipal de saúde) - CPF: 295.726.579-68; Luiz do Carmo de Jesus (diretor do Fundo Municipal de Saúde) - CPF: 292.813.182-53; Antônio da Silva Francisco (diretor da central de compras) - CPF: 208.259.431-91; Edilson Pacheco Sampaio (pregoeiro) - CPF: 312.163.232-91; Empresa Cross Ltda. - ME - CNPJ: 08.400.920/0001-00
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.252/2008-8
Apenso: TC-005.334/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Ouricuri, em Pernambuco
Responsável: Francisco Ramos da Silva (CPF: 104.978.384-00), ex-Prefeito
Advogados constituídos nos autos: Ernesto Gonçalo Cavalcanti - OAB/PE - 15.468, Francisco Eduardo Arruda de Melo Cavalcanti - OAB/PE 15.766, Gilberto Roberto de Lima - OAB/PE 17.551 e Ricardo Uchôa Cavalcanti Filho - OAB/PE 20.

Classe VI - Representação

TC-004.699/2011-4
Natureza: Representação.
Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil/BACEN.
Interessado: Trivale Administração Ltda. (CNPJ 00.604.122/0001-97).
Advogados constituídos nos autos: Rafael Bezerra Ximenes de Vasconcelos, OAB/BA nº 19.210, João Marcelo Rego Magalhães, OAB/CE nº 23.422.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-022.845/2009-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (em processo de Tomada de Contas Especial).
Entidades: Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Prefeitura Municipal de São Luiz do Anauá/RR.
Interessado: Geraldo Francisco da Costa.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-022.659/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Casa da Moeda do Brasil - MF.
Responsáveis: Caio Vinicius da Fonseca; Carlos Henrique da Silva Boiteux; Carlos Roberto de Oliveira; Claudio Elizeu da Costa Lagoeiro; Eduardo Carnos Scaletsky; Gilson de Paula Lessa; Luiz Carlos Souza Mendes; Luiz Felipe Denucci Martins; Paulo Roberto Paixão Bretas; Rossana Barbieri; Sérgio Luiz Azevedo Silva.
Interessado: Casa da Moeda do Brasil - MF.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-003.838/2008-0
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Entidades: Município de Natal/RN
Responsáveis: Enildo Alves (CPF 090.615.094-91); Município de Natal/RN (CNPJ 08.241.747/0001-43)
Interessado: Enildo Alves (CPF 090.615.094-91)
Advogado constituído nos autos: André augusto de Castro (OAB/RN 3.898)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-005.911/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Jordão/AC
Responsáveis: Francisco Turiano de Farias, falecido (CPF 021.959.252-72) e Laicol Ltda (CNPJ 14.264.881/0001-62)
Advogado constituído nos autos: Euclides Cavalcante de Araújo Bastos (OAB/AC 722-A)

TC-013.346/2005-4
Natureza: Tomada de Contas
Órgão: Delegacia Federal de Agricultura em Pernambuco - MAPA
Responsáveis: Alberto Jeronimo Pereira (135.037.821-68); Ian Stirling (004.821.024-20); José Capitulino Rodrigues da Gama (231.755.404-49); José Calazans dos Santos (150.533.771-20); Juvenal Leite Ferreira (018.109.604-87); Leda Maria dos Santos Melo (390.804.394-87); Marcelo José de Oliveira Didier (021.550.954-49); Maria Lucia da Silveira Galvão (252.477.194-68); Maurilio Alves da Silva (029.964.724-20); Roosevelt Gonçalves de Lima (016.823.184-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.767/2006-9
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Exercício: 2005.
Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia - SEBRAE/BA.
Responsáveis: Alberto Bispo do Nascimento (CPF 370.768.845-34), Antonio Pedreira de Freitas Burity (CPF 001.118.215-68), Carlos Fernando Amaral (CPF 000.644.325-72), Cloves Lopes Cedraz (CPF 054.066.685-87), Edival Passos Souza (CPF 056.158.365-04), Eduardo Moreira da Costa (CPF 201.075.956-72), Fernando Elias Salamoni Cassis (CPF 006.664.245-00), Geraldo Afonso Dezena da Silva (CPF 775.575.068-04), Joaquim Quintiliano da Fonseca Junior (CPF 046.916.365-87), Jorge Lins Freire (CPF 002.817.005-91), Jose Luiz Perez Garrido (CPF 000.617.605-44), José Raymundo Cordeiro Junior (CPF 288.697.535-49), José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos (CPF 005.816.314-04), João Martins da Silva Junior (CPF 002.114.945-34), Luiz Henrique Mendonça Barreto (CPF 058.133.955-04), Marcus Benício Foltz Cavalcanti (CPF 178.463.155-87), Mauricio Almeida de Vasconcellos (CPF 274.763.245-87), Osvaldo Barreto Filho (CPF 099.276.031-34), Paulo Barreto de Araújo Manso Cabral (CPF 313.037.495-72), Paulo Sergio Rebouças Ferraro (CPF 211.556.905-91), Ricardo Alberto Suassuna de Medeiros (CPF 206.099.904-97), Sidnei Senhorini (CPF 043.121.479-49).
Advogado constituído nos autos: Sérgio Dutra Ribas (OAB/BA 13.903).

TC-020.512/2009-0
Apenso: TC-028.890/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Pancas-ES
Responsável: Wallace dos Santos Alcure (CPF 317.665.367-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-023.535/2010-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Paraíso do Tocantins/TO
Responsáveis: Arnaud Sousa Bezerra (CPF 018.075.011-91), Everardo de Carvalho Sousa (CPF 386.141.462-72) e E2 Engenharia Ltda. (CNPJ 08.473.584/0001-24)
Advogados constituídos nos autos: Mauro José Ribas (OAB/TO 753-B), Murilo Sudré Miranda (OAB/TO 1.536) e Jakeline de Morais e Oliveira (OAB/TO 1.634)

TC-024.827/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Caruaru - PE
Responsável: João Soares Lyra Neto (003.956.924-15)
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS
Advogados constituídos nos autos: Antônio Ricardo Accioly Campos (OAB/PE 12.310) e Denise Guedes Santiago (OAB/DF 23.462)

TC-025.091/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Newton Duque Estrada Barcellos (CPF 425.519.357-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.433/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Maria Clara Monteiro de Oliveira Dourado (CPF 198.984.284-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.768/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Centro Técnico Aeroespacial - CTA
Responsáveis: Válter Strafacci Junior (CPF 602.645.608-25); Roberto Miscow Ferreira (CPF 062.456.568-85); Getar Incorporação Ltda (CNPJ 02.743.480/0001-06)
Advogado constituído nos autos: Alexandre Rahal (OAB/SP 43.065)

Classe VI - Representação

TC-014.129/2010-8
Natureza: Representação
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional em Sergipe
Interessado: Ministério Público do Estado de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-001.897/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Ielmo Marinho/RN.
Recorrentes: Hostílio José de Lara Medina, CPF nº 214.814.151-15; Cavalcanti Construções Ltda., CNPJ nº 01.651.136/0001-244.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-003.129/2007-5
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Hospital Regional Santo Antônio do município de Campo Maior/PI.
Recorrentes: Antonio Augusto da Paz Filho (091.143.513-15), ex-diretor-geral e Francisco Agamenon de Souza Soares (096.079.353-49), ex-diretor-clínico.
Advogados constituídos nos autos: Silas Benvindo da Silva, OAB/PI nº 4192; José Ribamar Odorico de Oliveira, OAB/PI nº 4933; Marcelo Welconne de Sousa Soares, OAB/PI nº 6042; e Fluiman Fernandes de Souza, OAB nº 5830.

TC-004.001/2008-1
Natureza: Embargos de Declaração.
Interessados: Luiz José Gaya - ex-prefeito (050.273.499-04); T. H. Construções Ltda. (03.152.437/0001-39); Maria de Lourdes Weidgenannt (920.122.309-97); e Thais Weidgenannt (953.349.209 00).
Entidade: Município de Navegantes/SC.
Advogados constituídos nos autos: Sérgio Alexandre Sodré, OAB/SC nº 10.541; e Jucimar Luz Gomes, OAB/DF nº 10.658.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-020.715/2007-6
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Cametá/PA.
Responsável: Emmanuel Jose Machado Cunha (189.360.242-72).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (05.105.283/0001-50).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.321/2006-8
Natureza: Recursos de Reconsideração.
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
Recorrentes: Antonio Barreto, CPF nº 149.385.105-53; Carlos Fernando Barbosa Santos, CPF nº 103.514.695-91; Gilmar Alves, CPF nº 149.311.255-49; José Alves de Farias Filho, CPF nº 151.004.485-04; José Antonio Perrucho de Farias, CPF nº 126.722.465-72; José Bomfim Oliveira Santos, CPF nº 103.260.225-20; José Hamilton do Nascimento Almeida, CPF nº 103.958.655-49; José Valter de Oliveira, CPF nº 101.995.005-68; João Sérgio Ferreira, CPF nº 138.640.845-04; João Vieira de Souza, CPF nº 038.422.825-91.
Advogados constituídos nos autos: João Santana Filho, OAB/SE nº 1.664; Laert Nascimento Araújo, OAB/SE nº 1.780; Luiz Roberto Dantas de Santana, OAB/SE nº 1.682; Anna Paula Sousa da Fonseca Santana, OAB/SE nº 2.668; Kaliany Varjão de Santana Oliveira, OAB/SE nº 3.583; José Elenaldo Alves de Góis, OAB/SE nº 3.132; Marcelo Costa Fortes, OAB/SE nº 5.556; Lézio Lopes da Rocha, OAB/SE nº 2.789.

TC-028.676/2006-4
Natureza: Recurso de Reconsideração
Órgão: Ministério da Pesca e Aquicultura.
Recorrente: Dalgoberto Coêlho de Araújo (234.179.604-44)
Interessado: Secretaria de Controle Interno - MF (extinta) (00.394.460/0162-26)
Advogado constituído nos autos: Não há

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-002.023/2003-9
(com 3 volumes e 6 anexos)
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Embargante: Gilton Andrade Santos
Unidade: 11º Distrito Rodoviário Federal do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)
Advogado constituído nos autos: Pedro Eloi Soares (OAB/DF nº 1586-A)

TC-015.897/2010-9
Natureza: Pedido de Reexame em Admissão
Recorrente: Assessoria de Controle Interno do TRT - 7ª Região
Interessado: Daniel Waquim Rodrigues (CPF 632.232.523 04)
Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-027.769/2007-9
(com 02 volumes e 03 anexos)
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Unidade: Diretório Estadual do Partido Socialista Brasileiro em Santa Catarina (PSB/SC).
Recorrente: Antônio Carlos Sontag, ex-Presidente do Diretório Estadual do PSB em Santa Catarina
Advogados constituídos nos autos: Adilson José Frutuoso (OAB/SC 19.419) e Rodrigo Luiz Alves (OAB/SC 25.311)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-008.194/2002-5
(com 8 volumes e 8 anexos)
Apenso: TC-005.854/2002-4
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2001
Responsáveis: Aloysio de Salles Fonseca (CPF 023.117.207-91), Clotilde Maria Andrade Bernhoeft (CPF 428.357.637-91), Denise Brandão Cabral (CPF 762.756.127-20), Eliane dos Santos Nascimento (CPF 696.942.907-59), Francisco Sales Ferreira Filho (CPF 174.832.477-20), Hilda Maria Monteiro (CPF 033.055.381 04), Janaína de Freitas Silva (CPF 036.139.117-01), José de Holanda Bezerra de Melo Neto (CPF 781.137.097-20), Maria Deceles Ferreira Vidal (CPF 442.115.547-00), Maria de Fátima da Rocha Moreira (CPF 361.739.407-87) e Valdemar da Silva Fagundes (CPF 222.083.561-87)
Unidade: Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.072/2008-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Renato Vianna de Souza (CPF 248.832.557-00), ex-prefeito, e Clênio Gebara Basílio Júnior (CPF 452.508.557-68), ex-secretário de saúde
Unidade: Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ
Advogado constituído nos autos: Jalcyr Sader (OAB/RJ 2815)

TC-016.853/2008-4
(com 01 volume e 13 anexos)
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2007
Unidade: Cerimonial Ministério das Relações Exteriores - Cerimonial/MRE
Responsáveis: Ruy de Lima Casaes, ex-Chefe do Cerimonial/MRE; Sérgio Gondim Simão, Encarregado do Setor Financeiro do Cerimonial/MRE; Orlando Celso Timponi, Coordenador Geral de Protocolo do Cerimonial/MRE; Betsaida Dias Capile, Encarregada do Setor Financeiro do Cerimonial/MRE; e Maria Teresa Francisco Pereira; Encarregada Substituta do Setor Financeiro do Cerimonial/MRE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.356/2009-0
(com um volume e um anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Walber Lima Pinto (ex-prefeito), CPF nº 126.499.103-72
Unidade: Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão/MA
Advogado constituído nos autos: Carlos Augusto Macêdo Couto (OAB/MA nº 6.710)

TC-025.436/2007-2
(com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Film Factory do Brasil Ltda. (CNPJ 01.838.388/0001-67), José Carlos Freitas de Sousa (CPF 063.839.588-79) e Maria Ivanice Sousa da Silva (CPF 042.748.918-01)
Unidade: Agência Nacional do Cinema (Ancine)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-007.753/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Oacy Americana das Neves Muller (CPF 631.853.771-68)
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe I - Recursos

TC-020.078/2009-4
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Roraima/Governo do Estado de Roraima.
Embargante: Motoka Veículos e Motores Ltda., CNPJ n. 04.650.776/0001-08.
Advogados constituídos nos autos: Raphael Motta Hirtz, OAB/RR n. 543; Bernardino Dias de Souza Cruz Neto, OAB/RR n. 178; Francisco Alves Noronha, OAB/RR n. 203; Josinaldo Barboza Bezerra, OAB/RR n. 483; Ana Paula de Souza Cruz Silva, OAB/RR n. 576; Catarina de Lima Guerra, OAB/RR n. 600; José Jeronimo Figueiredo da Silva, OAB/RR n. 042-B.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-001.533/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Guamaré/RN.
Responsáveis: Adão Epitácio de Lima Barcelos (365.846.650-20); Antoneide Pereira Lima (211.346.003-30); Antônio Cosme de Souza (A.C. Contruções) (24.362.758/0001-38); Construtora Jotabe Ltda (02.330.664/0001-44); João Pedro Filho (041.178.324-68).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.964/2008-7
Natureza: Prestação de Contas.
Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.
Responsáveis: Ana Gita de Oliveira, CPF n. 261.802.861-91; Dalmo Vieira Filho, CPF n. 359.349.489-20; Eneida Braga Rocha de Lemos, CPF n. 266.537.701-25; Fernando César de Vasconcellos Azeredo, CPF n. 185.226.371-72; José Leme Galvão Junior, CPF n. 144.314.321-91; José do Nascimento Júnior, CPF n. 085.318.568-92; João Tadeu Gonçalves, CPF n. 771.928.508-53; Lia Motta, CPF n. 405.997.287-87; Luiz Fernando de Almeida, CPF n. 463.783.166-00; Luiz Philippe Peres Torelly, CPF n. 116.357.541-00; Márcia Regina Romeiro Chuva, CPF n. 765.969.157-00; Maria Emília Nascimento Santos, CPF n. 557.970.595-68; Márcia Genésia de Sant' Anna, CPF n. 145.458.371-15; Newton Faria da Silva Júnior, CPF n. 114.318.811-04; Regina Cristina Vieira Freitas, CPF n. 287.348.151-04 e Vandi Rodrigues Falcão, CPF n. 403.338.847-87.
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Cortês de Lima, OAB/DF n. 10.969; Claudismar Zupiroli, OAB/DF n. 12.250; Alberto Moreira Rodrigues, OAB/DF n. 12.652; Fernando Augusto Miranda Nazaré, OAB/DF n. 11.485; Giancarlo Machado Gomes, OAB/DF n. 16.006; Guilherme Élcio Teixeira Mendes de Oliveira, OAB/DF n. 22.007; Idmar de Paula Lopes, OAB/DF n. 24.882; Lucenir Rodrigues, OAB/DF n. 12.158; Vera Lúcia Santana Araújo, OAB/DF n. 5.204; Victor Alves Martins, OAB/DF n. 21.804; Lícia Juliane de Almeida Paiva, OAB/DF n. 30.235; Marcos Thiago Ávila Silva, OAB/DF n. 8.213/E; Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, OAB/DF n. 814; Roberto Cruz Couto, OAB/RJ n. 19.329; Ricardo Penteado de Freitas Borges, OAB/SP n. 92.770; Marcelo Certain Toledo, OAB/SP n. 158.313; Rodrigo Muguet da Costa, OAB/RJ n. 124.666; Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro, OAB/RJ n. 141.195; Juliana de Souza Reis Vieira, OAB/RJ n. 121.235; Daniele Farias Dantas de Andrade, OAB/RJ n. 117.360; Ingrid Andrade Sarmento, OAB/RJ n. 109.690, Marta de Castro Meireles, OAB/RJ n. 130.114; André Uryn, OAB/RJ n. 110.580; Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth, OAB/RJ n. 121.685; Maria Cristina Bonelli Wetzel, OAB/RJ n. 124.668; Rafaella Farias Tuffani de Carvalho, OAB/RJ n. 139.758; Thiago de Oliveira, OAB/RJ n. 122.683 e Marcos Pinto Correa Gomes, OAB/RJ n. 81.078.

Classe IV - Atos de Admissão de Pessoal

TC-008.477/2010-8
Natureza: Admissão de Pessoal.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MA.
Interessados: Adalberto Teixeira Azevedo Júnior (717.012.653-20); Bruno Araujo de Souza (017.923.113-89); Daniel de Lima Claudino (031.403.404-86); Diego Medeiros de Souza Aguiar (041.384.864-70); Egídio de Carvalho Ribeiro Júnior (708.403.773-04); Flavio Marcelo Pereira Marques (708.432.283-34); Flávio Ricardo Louzeiro Ferreira (007.141.693-58); Janaina Albuquerque de Carvalho (003.883.553-36); José Pinheiro Coelho Filho (712.007.703-15); Juliana Brito Lucena (899.629.155-20); Jurandir dos Santos Pinheiro (631.203.642-15); Marcelo Leite França (003.327.673-02); Marsol e Silva Conceição (019.501.953-92); Moisés Dantas Linhares (955.829.403-91); Reginaldo dos Santos Monteiro (697.844.261-53); Roney Ferrer Lima Carneiro (809.549.443-72); Rosalia Freire de Castro (691.579.521-91); Samiro Paolo Lima Barreto (013.219.283-78); Sidney Carlos Ferreira Sousa (723.319.761-04).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-005.550/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Ibirapitanga - BA.
Responsável: Ruiverson Lemos Barcelos (277.738.095-34).
Interessado: Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur/MTur (33.741.794/0001-01).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.455/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Barra do Rocha/BA.
Responsável: Jorge Carlos Silva Santos (063.462.355-91).
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (00.378.257/0001-81).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.976/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Uibaí/BA.
Responsáveis: Paulo Henrique Silva Levi (609.074.105-10); Município de Uibaí - BA (14.140.701/0001-30); Ubiraci Rocha Levi (504.090.185-20).
Interessado: Fundo Nacional de Saúde (00.530.493/0001-71).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.021/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de São Gonçalo dos Campos / BA.
Responsável: Antonio Dessa Cardozo (360.521.245-04).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16).
Advogados constituídos nos autos: Rafael de Medeiros Chaves Mattos (OAB/BA nº 16.035), Ciro Rocha Soares (OAB/BA nº 17.309), Tâmara Costa Medina da Silva (OAB/BA nº 15.776), Joaquim Valter dos Santos Júnior (OAB/BA nº 15.309), Lara de Moraes Rocha Soares (OAB/BA nº 15.635), Marcelo Antônio Alvares Silva (OAB/BA nº 22.544) e Pedro da Costa Vargens (OAB/BA nº 1.752).

TC-032.219/2010-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Taperoá/BA.
Responsável: Paulo Roberto Saldanha Vianna (048.062.635-91).
Interessado: Fundação Nacional de Saúde - MS (26.989.350/0001-16).
Advogados constituídos nos autos: Everardo Lima Ramos Júnior (OAB/BA 20.823), Ivonise Guimarães Wanderley Lima Ramos (OAB/BA 6.388).

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-002.878/2011-9
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.
Interessados: Maria Delfino (658.428.558-87); Maria Doralice Oliveira (098.755.491-34); Maria Eleni Alves Brandão (500.207.817-68); Maria Elias (157.587.701-59); Maria Enith Soares da Silva (126.742.304-87); Maria Ester Pires (302.430.170-49); Maria Esther Coelho Soares (013.620.033-87); Maria Expedita da Costa Santos (090.949.542-49); Maria Francisca de Oliveira Aniceto Ferreira (316.272.009-59); Maria Gusman Dantas (030.664.952-72); Maria Helena Mota de Alcântara (097.655.491-72); Maria Imaculada Gonçalves Pury (281.966.516-00); Maria Iris de Souza (184.544.451-53); Maria Isabel de Andrade Costa Martins (311.639.127-00); Maria Jose Leira Alves (492.724.207-25); Maria José Pessoa da Silva (131.773.704-00); Maria de Fatima Maraes de Araujo (053.432.912-87); Maria de Fatima Modesto Tomas (468.699.217-68); Maria de Fatima Silva Correia Leal (126.011.874-68); Maria de Fatima Souza Madureira Pinto (401.241.347-34); Maria de Fátima Mendonça Melo (091.055.573-72); Maria de Fátima Monteiro Pinto Apolinário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(661.845.337-20); Maria de Fátima Paula (615.796.027-20); Maria de Fátima Schincariol (003.466.458-08); Maria de Jesus Martinez Teixeira (208.981.691-00); Maria de Lourdes Garcia Cavalcante (606.000.041-04); Maria de Lourdes Martins de Oliveira (217.791.396-91); Maria de Lourdes Santiago (245.476.893-34); Maria de Lourdes Silva Ferreira (507.863.347-20); Maria de Lourdes Silva das Chagas (048.032.802-15); Maria de Lourdes da Silva (441.850.737-04); Maria do Carmo Antônio (667.069.397-49); Maria do Carmo Silva (457.920.541-34); Maria do Rosário de Fatima Pereira Amorim (058.233.402-06); Maria do Socorro Batista (143.569.293-49); Maria do Socorro Costa Elesbão (121.461.961-49); Maria do Socorro Gomes Noblat (126.643.674-04).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.956/2011-0
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA).
Interessados: Maria Cristina Gomes de Oliveira (107.078.593-87); Rosa Maria Castro Moura (035.272.633-49).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.723/2010-0
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região/RS - JT.
Interessados: Paulo Caruso (005.882.450-20); Roberto Zanette (167.810.070-68); Rodolfo do Nascimento Krieger (010.454.400-78); Romy Bier da Silva (058.476.480-49); Rudi Severo (072.900.710-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 19 de maio de 2011.
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretária da Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DA PAUTA Nº 17/2011
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PÚBLICA
Em 24 de maio de 2011, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Extraordinária Pública, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 17, 134, 135, 137, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-000.234/2011-7
Natureza: Representação
Responsável: Jomar Fernandes Pereira Filho (125.680.233-68).
Interessados: Gilson Ramalho de Lima (268.603.093-34); Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA (06.158.455/0001-16).
Órgão/Entidade: Município de Imperatriz - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-000.235/2011-3
Natureza: Representação
Responsável: Filadelfo Mendes Neto (104.598.553-87).
Interessados: Fabrício Mendes Lobato (324.790.183-34); Município de Pinheiro - MA (06.200.745/0001-80).
Órgão/Entidade: Município de Pinheiro - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.762/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Vera Lucia Vieira Conceicao (226.835.777-53); Waldemar Augusto Ribeiro (136.086.657-49).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.770/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Oswaldo Petrone (098.289.078-87); Pedro Paulo Petrone (873.064.508-59).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São Paulo-Santo Amaro/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.870/2010-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Luiza Vaz (312.965.999-49); Oilson Celestino Lara (185.743.519-20); Sebastião Taborda Ribas Filho (072.206.699-68); Sofia Kopytowski (610.151.309-25).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.138/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Leodônio Alves Martins (242.483.396-68); Moises Viana (093.121.101-87).
Órgão/Entidade: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais (853 Municípios).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.154/2010-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Brunhilde Zwoelfer de Farias (341.755.989-87); Eny Celene Rodrigues (437.514.159-04); Janete Cherem Fonseca (342.622.029-68); Rachel Mabba da Silva (438.124.819-87); Solange_de_freitas_cortes (179.208.339-49); Teresa Bárbara Nunes Rovere (290.356.199-00).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.046/2006-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação de Micro-empresários da Ceilândia (02.559.409/0001-53); Cláudia Alves Marques (417.053.271-68); Cláudia Santos Souza (381.772.261-34); Edimar Braz de Queiroz (101.727.771-00); Maria da Guia Lima Cruz (565.125.201-06); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Wigberto Ferreira Tartuce (033.296.071-49).
Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - MTE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.750/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ivanilda Soares Pacheco (468.139.774-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.378/2011-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Esperantina - PI.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.515/2011-9
Natureza: Representação
Responsável: Kleber Alves de Andrade (254.699.243-00).
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81); Vander Oliveira Borges (210.476.341-04).
Órgão/Entidade: Município de São Domingos do Maranhão - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.919/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Andre Luis Ferreira Brito (411.113.702-49).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Belém/PA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.959/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marco Aurelio Mandelli Correa (130.723.660-04).
Órgão/Entidade: Superintendência Regional Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.976/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Olmiro Jose Carpes (130.222.700-97).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Uruguaiana/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.979/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valter Arno Ritter (078.192.340-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ijuí/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.980/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Neila Pereira Flores (278.162.490-04); Tibiriça Cecim Segala (045.193.880-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santa Maria/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.984/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Fernandes Filho (086.200.754-20); Maria Eunice de Lima Trigueiro (565.170.684-49).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Mossoró/RN - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.985/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Helena Lourenço (361.344.499-20); Marina da Silva (206.065.169-72); Neusa Maria Nantes Bitencourt (327.080.259-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Londrina/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.987/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcides Andrade Silva (165.129.601-49); Ana Rita Martins Reis (186.900.171-00); Diná Costa Ribeiro (125.600.573-87); Lindomar Chagas de Andrade (226.472.011-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Palmas/TO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.988/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aldenira de Souza Silva (035.270.002-59); Almir de Mello Dantas (000.694.422-15); Francisco Roberto Martins (031.375.702-04); Jarina Amorim da Silva (231.029.502-72); Josefa Paulino da Silva (027.698.832-91); Odenor Barbosa Rodrigues (053.716.192-91); Odilcia Rodrigues Medeiros (048.642.472-34); Rosa Francinete da Silva Paiva (074.996.632-72); Terezinha de Oliveira Souza (103.690.312-53).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Manaus/AM - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.990/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ary do Carmo Santana (058.045.581-53); Cleide Maria Liboreiro (253.514.276-72); Edmee Neiva Damaceno (132.189.211-04); Francisco Hermes Barbosa (061.121.611-68); Jose Luiz Chendes (116.625.061-04); João Augusto Neto (067.608.131-20); João Francisco de Souza (085.971.031-91); Neri de Oliveira Santos (132.134.231-49); Osmar Pacini Fernandes Vieira (049.559.271-49); Valterlina Ferreira da Silva (253.974.431-15); Vera Lucia Gonçalves de Camargo (155.009.501-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.998/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Domingos Bruno Marques Fontes (181.990.111-49); Maria Izabel do Carmo (284.107.771-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.006/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lucia Helena Amaral Trovoes (001.202.108-35).
Órgão/Entidade: Gerencia Executiva do INSS - Teófilo Otoni/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.009/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Lopes Pontes (058.078.165-87).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.010/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Emilio Carlos Alves (451.846.828-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santos/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.012/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Pereira de Barros (432.912.368-15).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santo André/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.013/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Brígida Barbosa de Freitas Riquiel (832.959.418-15); Lucia Helena Silveira Pimenta (864.486.178-68); Marina de Azevedo Contin (747.836.108-00); Nadir da Silva (863.586.188-49); Wilson Ribeiro (330.887.138-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Ribeirão Preto/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.014/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eliamara Teixeira (963.502.298-00); Gilmar Tadei (712.100.918-87); Lutfala Cury (014.658.488-00); Valquiria Andremarchi (869.791.408-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Jundiaí/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.015/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ailton Aparecido Rodrigues (039.741.768-37); Nicolaça Corral (193.190.378-68).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - São José do Rio Preto/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-011.020/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Célia Rodrigues Cavalcante (854.075.778-87); João Marques (755.428.978-00); João Yasuki Yamamoto (384.106.998-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Guarulhos/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.096/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonia Teixeira Botelho (096.409.831-87); Celia de Faria Oliveira (098.076.671-00); Dirceval Macedo (046.782.301-49); João Amancio de Moura (097.260.201-15); Mario Sergio Gomes (005.264.088-47); Pedro Ferreira da Silva (086.681.911-87); Silvania Paes das Virgens (179.758.597-53); Solange de Almeida Castro (401.464.567-34); Stela Siqueira Campos (061.383.901-30); Tereza de Jesus Sa Fernandes (106.812.483-00); Vania Lucia de Souza (183.580.201-04).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.169/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Dolores de Oliveira (299.541.004-82).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.170/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Jose Francisco Filho (057.707.264-15); Luiz Lopes Dias (077.351.704-91).
Órgão/Entidade: Gerencia Executiva do INSS Em Natal/RN - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.172/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Beatriz de Souza Vieira Sanches (797.520.988-00); Mara Lucia Correa (033.015.748-58); Marisa Braga de Araujo Ferrari (219.044.051-34); Suzana Heloísa Assumpção Castro (510.654.878-00); Vera Regina Sette de Moraes (077.777.778-90).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - São Paulo/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.201/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edvaldo do Rosario Santos (000.739.202-82); Maria Tereza Nobre Guilherme (000.277.742-87); Raimunda Bezerra Lima (161.383.332-68); Rosquild de Souza Omena (002.031.492-20); Washington Araujo Pastana (029.559.117-04).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Manaus/AM - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.208/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roberto Mazzitelli Felisberto (242.858.548-72).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Bauru/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.219/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Katia de Oliveira Souza (372.044.241-15); Rejane de La Roque Vieira de Mello (344.460.797-00).
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.349/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Marli Valeria da Silva (314.731.211-91); Tamara Valeria Inacio da Silva (008.880.091-19).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Brasília/DF - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.372/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Justina Gomes Andrade (227.814.391-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.414/2011-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ana Maria Meira de Aguiar (042.364.318-58).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS São Bernardo do Campo/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.419/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Isabel dos Santos Pires (098.683.348-70).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Taubaté/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.469/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria Tapajós (151.421.671-04); Antonietta Cappelli (886.780.087-68); Clara Ferreira de Siqueira (085.060.409-57); Denise Meyer de Carvalho Lopes (143.847.951-49); Karla Cristina Fereira de Siqueira (853.438.036-87); Lorena Pagnozzi de Siqueira (085.077.149-86); Maria Célia Poncioni de Almeida (647.796.531-34); Maria de Nasaré Silva Vargas (564.863.671-72); Pedro Pablo Medeiros Farias (031.292.061-08); Samuel Rodrigues da Silva (730.224.461-87); Sonia Maria Correa Frazão (183.650.861-15); Vanilda Cancela Teixeira (221.722.971-00); Zilda Vargas da Costa (512.533.641-68).
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.521/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Rodolfo Rocha Zampieri (062.850.469-13); Eduardo Augusto Rocha Zampieri (070.617.079-25); Susete Rocha (375.182.679-34).
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Florianopólis/SC - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.540/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Luiza Barbosa Vasconcellos Soares (270.205.920-15); Claudio Luiz de Mattos Souza (154.166.310-15); Geoveva Natalicia Fernandes (403.837.170-00); Iria Robaski Dambros (269.054.000-25); Neiva Teresinha Costa (266.631.040-04); Neuza Maria Schuck (601.128.400-00); Suzana Maria Gerhardt dos Santos (265.876.700-59).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.544/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nilza Sanae Kohatsu Yonamine (475.781.069-53); Nivaldo Fazolo (101.926.119-68); Zelia Cassol (362.936.289-34).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Londrina/PR - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.558/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Eurides Fujiko Kataoka (004.572.298-61).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS São Bernardo do Campo/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.566/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademar Machado (985.047.038-00); Antonio Carlos Gavazza (796.138.708-06); Antonio Fabio Corte Real (415.181.878-20); Cleusa Maria Pastre (834.712.358-68); Clorinda dos Santos (412.687.179-91); Conceição Aparecida dos Santos (754.560.108-44); Eli Maria Lima (790.681.628-53); Evani Alves (703.388.928-34); Francisco Eugenio de Oliveira Neto (984.765.308-97); Helena Mela Ferreira (891.454.708-63); Iara Apparecida Zanardo (149.739.648-40); Ildefonso Cardenas Nunes Cardoso (588.551.068-72); Iraides Arruda Monteiro da Silva (026.849.398-70); Jonas Custódio de Oliveira (160.171.538-20); Lídice Maria Torres Fernandes da Costa (889.467.208-59); Maria Cristina Navarro Pianucci (891.480.298-15); Maria Helena Moura Ladeira da Trindade (753.987.298-53); Maria Helena de Azevedo Franzol (069.020.608-94); Marisa Lourençato Franceschinelli (021.298.018-11); Marlene Eduardo da Silva Paes (003.046.088-31); Regina Celi Puglia Martins (071.946.278-92); Regina Célia Rodrigues Teixeira (072.855.218-33); Ricardo Bertho Ferreira (749.238.118-20); Romualdo Pereira da Silva (571.355.848-72); Sérgio Fonseca Ribeiro de Lima (012.324.797-72); Waldemir de Silos Labônia (753.305.128-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.573/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maura Lucia Lazarini Cota (254.478.906-91); Paulo Cesar Vianna Novaes (176.585.436-91).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.575/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosangela Precinotti Fernandes (285.926.896-00).
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Varginha/MG - INSS/MPS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.260/2010-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Alves Monteiro (594.269.188-68); Antonio Carlos Aguiar Junior (635.446.878-87); Durvalino Pieretti (264.855.838-15); Exiquiel Pereira (020.246.868-26); Maria de Nazaré Cardias Franco (088.544.832-49); Nivaldo Nale (222.765.058-34); Salvador Francisco (374.257.228-87).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.267/2010-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Tereza de Jesus Ferraz de Oliveira (371.415.977-00).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.461/2010-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Celina Andreotti de Molfeta (019.809.728-00); Conceição Aparecida Manzini Martinez (039.633.238-25); Juliana Aparecida Rocha Vicentin (366.797.948-70); Jéssica Laís Olivério (390.101.588-45); Leonilda Roque Machado Libório (232.755.788-71); Lourdes Quintino da Silva (041.543.528-57); Nair Aparecida Zinatto Lopes (361.491.508-52); Olga dos Santos Gaban (217.621.928-70); Solange Aparecida das Graças de Souza (109.964.138-12); Sueli de Oliveira Rocha Vicentin (092.529.008-45); Zelinda Firmino Bolzan (832.415.158-34).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.506/2010-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Rita Pereira Barbosa (484.364.706-30); Bruna Quirino Ramos (014.785.116-56); Camila Oliveira Miranda (013.047.356-13); Gabriele de Jesus Miranda (013.047.336-70); Gustavo Castanheira Pereira (027.592.466-12); Gustavo Castanheira Pereira (027.592.466-12); Isabela Stockler Barbosa (108.517.496-40); Leny de Souza Santos (924.239.306-15); Maria das Dores Ramos (071.928.026-54); Paula Stockler Barbosa (083.255.156-27); Silvia Rejane Castanheira Pereira (006.684.006-68); Silvia Rejane Castanheira Pereira (006.684.006-68).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.799/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gerson Nunes de Oliveira (231.475.557-04).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.162/2010-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Julio Cesar Amaral Suzuki (588.651.951-34).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.368/2009-7
Natureza: Prestação de Contas
Responsáveis: Amaro Henrique Pessoa Lins (128.476.154-15); Hermino Ramos de Souza (038.859.334-20); Lenita Almeida Amaral (400.385.644-91).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.799/2007-9
Apenso: TC 005.851/2006-5 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Adriano Lima Carvalho (359.157.305-15); Andrea Maria de Marque (487.390.650-49); Caio Luiz Davoli Brandão (060.027.638-48); Carlos Alberto Narciso de Castro (203.407.103-49); Daniel Garro (119.362.821-00); Elga Eunides de Araujo dos Santos (584.497.281-34); Elizabeth Custodio (618.515.907-49); Eugenia Bossi Fraga (645.372.346-87); Eugenio Savio Vital Rangel (210.353.001-25); Gilka Araujo Araujo (247.487.731-20); Gilvan de Barros Coelho Júnior (636.071.661-53); Heliana Katia Tavares Campos (232.529.956-20); Hudson Magno de Rezende (313.521.461-34); Jeni Vaitsman (636.366.977-49); Jose Clerivaldo Ferreira Lima (151.977.001-49); Jose Dirceu Galao Junior (606.311.631-15); Jose Maria de Sa Freire Sobrinho (663.649.907-97); Jose Raimundo da Silva Arias (045.590.102-34); José Maurício Salgado (014.577.306-00); João Domingos Fassarella (190.124.547-00); Marcia Helena Carvalho Lopes (532.267.209-53); Marcia Martins Alves (296.226.891-91); Marcia de Olinda Masson (305.249.031-15); Maria Lucineide de Souza Lins (151.664.141-87); Maria de Fatima Barreto Marques (342.736.621-91); Maurilio Costa dos Santos (564.327.201-68); Mônica Aparecida Rodrigues (140.078.318-66); Renato da Silva (746.041.047-00); Ricardo de Almeida Collar (296.078.920-20); Romulo Paes de Sousa (106.263.872-72); Valdomiro Luis de Sousa (163.328.061-68); Vernon Peixoto Leao de Souza (266.999.401-63)
Órgão/Entidade: Secretaria Executiva - MDS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.286/2006-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Simone Lucília Andrade Macieira (095.187.033-53).
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Informação Em Ciência e Tecnologia - MCT.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.138/2009-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aidil Melo Calmon (188.248.545-91); Aldicea de Oliveira Calmon (456.527.675-53); Ana Claúdia Docílio de Almeida (776.488.385-91); Cintia Suzana Santos de Souza (775.962.695-91); Emanoel Santos de Souza (775.962.505-72); Fabiane Rosane Santos de Souza (775.962.185-04); Fabio Henrique Santos de Souza (775.962.345-34); Flavio Henrique Santos de Souza (775.962.265-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15); Jacqueline Santos de Souza (775.962.935-49); Julivaldo Almeida Calmon (545.583.795-87); Katia Silvana Santos de Souza (775.962.425-53); Luiz Carlos Calixto de Almeida (880.370.105-20); Rosimele Paulo dos Santos Silva (797.547.085-68); Tania Maria Correia Calmon (288.699.075-20).
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.382/2009-6
Natureza: aposentadoria
Interessado: Luiz Luzzi (042.282.946-34).
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.405/2009-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Evergisto Galeno Galrao (016.192.761-00).
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.457/2006-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonia Clarinda da Silva Moura (065.246.722-91); Dorama Ana de Bastos Silva (074.829.901-78); Eliaci Guiomar dos Santos Sindeaux (054.275.252-20); Gleuca de Magalhães Oliveira Araujo (171.894.973-15); Joanita Fernandes dos Santos (017.694.302-10); Luiza Eugenia de Brito Coelho (031.914.782-72); Lydia Moreira Teixeira de Morães (055.252.922-20); Neuralir Gonçalves de Almeida (249.267.283-20); Odir Lucas da Silva (017.739.092-15).
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.645/2009-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Joaquim José de Carvalho (038.574.843-49); Poço Líder Hidrogeologia e Construções Ltda. (04.509.557/0001-03).
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Simões - PI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.942/2010-4
Natureza: Representação
Responsáveis: Carolina Sampaio Barreto (017.016.815-87); Ismar Bernardo de Araújo (188.818.902-91); Laura Costa Sarkis (233.137.902-59); Olinda Batista Assmar (041.331.707-25).
Interessado: Secretaria de Controle Externo/AC (00.414.607/0027-57).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.473/2009-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria de Lourdes Arce (177.423.821-72).
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.079/2010-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Valquíria Barreto Oliveira (027.104.855-75).
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.511/2010-4
Natureza: Representação
Interessado: Prefeitura Municipal de Canavieira - PI (41.522.319/0001-64).
Órgão/Entidade: Município de Canavieira - PI.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.677/2010-3
Natureza: Representação
Interessado: Garra Forte Empresa de Segurança Ltda. (05.980.352/0001-74)
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.558/2010-8
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MEC.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-005.718/2010-4
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Jairo Altair Georgette (045.462.838-22); Marcio Chaves Pires (030.874.008-40); Município de Mauá - SP (46.522.959/0001-98).
Unidade: Prefeitura de Mauá - SP
Advogado constituído nos autos: Alexis Galiás de Souza Vargas (OAB/SP 165.651), Aline Aparecida David do Carmo (OAB/SP 258.620), Ivan

TC-006.007/2009-2
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Aridelson Sebastião de Almeida (611.395.721-72); Elaine Rodrigues Santos (719.876.736-20); Maria Aldenice Ana da Silva Lopes (153.372.271-49); Odenia Bruzzi Morais Candido (281.770.961-68); Ricardo de Oliveira Lira (592.581.954-34)
Unidade: Ministério da Cultura - MinC
Advogados constituídos nos autos: José Carlos de Matos (OAB/DF 10.446) e Elaine Cristina Gomes (OAB/DF 26.873)

TC-007.802/2011-0
Natureza: Pensão civil
Interessados: Deusdeth Carvalho de Lima (578.959.611-87); Maria Helena Carvalho de Lima (183.581.521-91)
Entidade: Ministério da Defesa (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.453/2010-5
Natureza: Monitoramento
Responsável: Roberto de Souza Salles (434.300.237-34)
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.012/2011-7
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Marcio de Aguiar Ribeiro (013.914.465-00); Walter Luis Araujo da Cunha (712.410.433-53)
Órgão: Controladoria-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.111/2011-5
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Paula Amelia Martinez de Medeiros (874.781.961-87)
Órgão: Advocacia-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.833/2011-0
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Adriana da Costa Eiras (685.677.662-49); e outros
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - MD
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.872/2011-6
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Adalberto Tadeu de Araujo (239.559.451-20); e outros
Entidade: Hospital das Forças Armadas - MD
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.874/2011-9
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Tatiana Dias Silva (672.109.885-72)
Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.027/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eloi Teixeira Lima (009.298.085-68); Jose Soares da Silva (058.848.024-04)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.105/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Carlos Diz Araujo (185.012.491-49); Ronaldo Augusto Pinto Pamplona (000.534.572-34)
Órgão: Ministério da Integração Nacional (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.176/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amilton James Ferreira dos Santos (153.430.810-53); e outros
Órgão: Advocacia-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-011.327/2011-1
Natureza: Pensão civil
Interessados: Catiene Batista Santos (820.413.775-34); Elaine Cristina Santos Pinheiro (693.671.835-34); Suzana Kelly Batista Santos (791.816.865-87)
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - MI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.343/2011-7
Natureza: Pensão civil
Interessados: Diovana Rocha Bianchi (404.361.600-72); e outros
Entidade: Controladoria-geral da União - PR
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.584/2009-7
Natureza: Representação
Interessado: Secretaria de Controle Externo em Alagoas (00.414.607/0002-07)
Unidade: Prefeitura do Município de Batalha - AL
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.859/2007-3
Apenso: TC-016.494/2006-9 (Representação)
Natureza: Prestação de contas.
Exercício de 2006
Responsáveis: Cyro de Carvalho Vianna (095.752.945-72); Jose Luiz de Lalor Imbiriba (041.304.305-30); Joseny Marques Freire (043.828.975-72); Luis Sergio Barbosa Marinho Vieira (289.664.225-00); Maria Celestina Pinto Nascimento (107.552.845-34); Maria Ines Almeida de Oliveira (116.153.115-72); Maria José Laborda Portela Povoas (262.106.305-53); Naomar Monteiro de Almeida Filho (060.177.035-87)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.587/2010-8
Natureza: Relatório de auditoria
Responsáveis: Aidan Antonio Ravin (803.339.587-72); Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (craisa) (59.983.320/0001-51); Prefeitura Municipal de Santo André - SP (46.522.942/0001-30)
Unidades: Prefeitura do Município de Campinas - SP; Prefeitura do Município de Piracicaba - SP; Prefeitura do Município de Santo André - SP
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.911/2010-0
Natureza: Pensão civil
Interessados: Carmen Silveira Crispin (542.547.367-20); Francisca Prudência da Silva (000.557.827-28); Irene Barbosa Gonçalves (202.970.177-72);
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.072/2010-2
Natureza: Atos de admissão
Interessado: Flavia Lorenzini Pianezzola (966.377.220-49)
Entidade: Hospital Femina S/A - MS
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-003.627/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Humberto Cláudio Ruspaggiari Platenik (111.899.087-00); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - Mj
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.036/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Simões Lopes Peixoto (974.062.790-00); e outros
Unidade: Ministério da Justiça (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.797/2011-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria da Rosa Martins (377.255.302-82); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.040/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ailton Ferreira das Neves (018.787.087-08); e outros
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.826/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Javan Pires dos Santos (896.391.703-72)
Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobrás - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.830/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Daniel Andrade Lapenda Souto (038.506.624-46)
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.836/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Hidemasa Ishihara (365.463.398-62); e outros
Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.876/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Enildo Alves Bernardes (449.340.256-34)
Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.031/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mauro Julio Farias (081.605.623-49); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-011.036/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lino Fornazier Filho (830.010.188-87); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.038/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Virginia Mendes Camoes (028.923.325-91); e outros
Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.249/2011-0
Natureza: Reforma
Interessados: Ailton Sousa Ribeiro (335.620.917-53); e outros
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.282/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Jaqueira da Silva (782.083.275-49); e outros
Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.863/2011-4
Natureza: Representação
Interessado: Danielle Christine Silva Melo Burichel, Juíza de Direito da Comarca de São Luis do Quitunde/AL.
Unidade: Município de São Luis do Quitunde/AL
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.975/2001-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Pedro Luiz de Oliveira Neto (451.566.624-04)
Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos - ECT
Advogado constituído nos autos: Amanda Camelo Correa (OAB/RO nº 883).

TC-018.520/2010-3
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2009
Responsáveis: Augusto Galvão Rogério de Souza (049.529.365-20); e outros
Unidade: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (Ministério dos Transportes).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.314/2010-1
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2009
Responsáveis: Adir Xavier Nogueira (164.220.231-20); e outros
Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Mato Grosso do Sul - SFA/MS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.522/2006-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maury Medeiros Lucena (007.869.094-39);
Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (órgão vinculador).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.817/2007-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Abner Albuquerque de Oliveira (235.627.063-91); Luiz Bernardo da Silva Filho (040.785.353-72)
Unidade: Município de Paracuru /CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.262/2006-4
Natureza: Rercurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Apensos: 003.696/2010-3 (Cobrança Executiva)
Recorrente: Francisco Océlio Paz de Oliveira
Unidade: Município de Fortaleza - CE
Advogados constituídos nos autos: Claudio de Albuquerque Grandmaison (OAB/SP nº 138.330); Manoela Vasconcelos Macedo Sá (OAB/CE nº 15.897); Viviane Ferrer Almada Rodrigues (OAB/CE nº 14.640).

TC-024.516/2006-2
Natureza: Aposentradoria
Interessado: Subsecretaria da SUAUD/Comanda da Aeronáutica-MD
Unidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.150/2010-0
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas da União
Unidade: Sebrae - Departamento Regional/RR - MDIC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.296/2010-2
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2009
Responsáveis: Derly Cunha Fialho (092.456.770-87); e outros
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-002.021/2008-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Neival Alves Trindade (514.289.546-00)
Entidade: Município de Fronteira dos Vales/MG
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.685/2011-6
Natureza: Representação
Representante: Francisco Pessoa de Brito - Prefeito
Entidade: Município de Nossa Senhora dos Remédios/PI
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (Secex-PI)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.752/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Evanete Miranda Fiais (223.114.245-72); Hêda Míriam Cavalcanti Araujo (088.155.005-10); Sonia Medeiros de Oliveira (068.962.515-49)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.757/2011-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sebastião Dirceu Guedes (001.602.966-68)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.796/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eulália Guedes Pereira (180.509.306-10); e Gustavo Guedes Brigatto (051.971.996-44).
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.417/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Souza Dutra (015.580.786-22) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.419/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Reis de Carvalho (031.066.036-07) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.423/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Pereira Moisés (031.821.904-23) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.222/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Henrique Rodrigues de Oliveira (044.689.796-58); e Silvino Domingos Neto (807.061.426-91).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.239/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo de Paula Rodrigues (218.104.098-29)
Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.298/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Onacli Moreira Fabrin (798.733.089-20) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.299/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Moreira da Rocha Maciel (450.428.020-53) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.334/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gabriel dos Anjos de Jesus (284.715.478-72)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.342/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edinal Freire da Fonseca (026.397.852-49)
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.353/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlota Viana Costa (310.218.671-87); Maria Aparecida Dias (100.313.831-49); e Maria Lucimar Mendanha dos Santos (131.937.321-68).
Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.356/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Calandrini Pinheiro (066.170.852-72) e outros
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.371/2011-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vanildo Fernandes do Amarante (131.467.424-20)
Entidade: Universidade Federal de Campina Grande - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.389/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vera Lucia do Amaral Conrado (014.631.408-51)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.396/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Danilo Saleme Moreira (007.569.624-04); e Luís Abílio de Sousa Neto (002.602.584-15).
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.402/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arthur Virmond de Lacerda (000.968.069-15) e outros
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.404/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alexandre da Costa Rodrigues (006.509.604-59) e outros
Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.425/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciano Alves (007.448.989-51) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.433/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mauricio Liska Borba (823.906.900-25)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.444/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Claudio Marcio Coelho (985.630.417-20)
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.448/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Crysthian Purcino Bernardes Azevedo (915.284.456-00); e Juliano Napoleão Barros (013.581.406-50).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.671/2011-2
Natureza: Representação
Representante: Pyramid Medical Systems Comércio Ltda (00.861.337/0001-93)
Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA/MEC (87.020.517/0001-20)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (Secex-RS)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.041/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilton Antonin Júnior (049.237.559-38) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.044/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Antunes Prates (066.384.806-77) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.058/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eduardo Valadares Gottardi (730.953.707-68)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.063/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ceildes da Silva Pereira (412.568.402-20); e Paulo Roberto de Souza (304.966.148-86).
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.067/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leonardo Cruz da Rosa (749.439.440-00)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.092/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Inês Escobar da Costa (031.872.726-90)
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.093/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Luz Salgado (096.310.297-43) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.096/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josiane Luci Arsego (036.372.369-23) e outros
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.105/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Plábio Marcos Martins Desidério (624.192.181-91); Suzete Costa Souza (782.642.351-15); e Wagner dos Santos Mariano (544.006.941-00).
Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.441/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adair José da Silva (825.388.321-87) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.442/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Martha Ilene Lima Nunes (391.117.501-97) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.443/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Jair Cardoso (685.269.389-91) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.444/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio Wilson Pôrto Júnior (927.150.951-04); e Gustavo Carvalho da Rocha Lima Martins (011.826.561-02).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.446/2011-6
Natureza: Atos de A|dmissão
Interessados: Aline Silvania Ferreira dos Santos (045.613.156-67) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.449/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Regina Ramos (040.839.889-24) e outros
Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.458/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Henrique Netto (074.499.197-88); e Sandra Margon (024.573.477-50).
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.460/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Goulart Peres (806.538.980-53) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.461/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jose Vitor Gomes (002.856.516-92)
Entidade: Universidade Federal de Itajubá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.462/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Manoel Tadeu Alves Santos (756.925.977-72)
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.464/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agostinho João de Souza (037.016.136-05) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.468/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Oliveira Magalhaes (621.691.651-34) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.469/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Conceiçon Guercio Menezes (849.230.591-68) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.471/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Ivonete Santos Silva (102.719.105-34)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.505/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Maria Ramos Barboza (859.479.031-72) e outros
Entidade: Universidade Federal de Goiás - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.506/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Pena Couto (044.688.016-70) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.508/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel Perez Gonzalez (057.631.127-84) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.509/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Dias Pimenta (014.186.207-69) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.510/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Joffily Coutinho (080.008.177-30) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.532/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodney Haulien Oliveira Viana (832.645.661-68)
Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.360/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Lauro Pereira (032.630.739-74)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.397/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jeferson Mendonça de Limas (035.436.729-32); e Reginaldo Rubens da Silva (020.210.989-58).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.399/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Dias (081.393.038-36) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.400/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Moreira Lupinacci (036.000.556-07) e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.405/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberta Cristiane Ribeiro (038.088.037-70); e Wescley Luiz de Souza (015.101.831-67).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.406/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Cruz da Silva (289.657.848-08) e outros
Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.421/2011-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mayk Vieira Coelho (223.461.188-18)
Entidade: Universidade Federal de Alfenas - Unifal - MG
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.423/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clesio Jonas de Oliveira da Silva (844.333.023-68) e outros
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.431/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Leandro Câmara (432.072.433-04) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-007.433/2011-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Daniel Curti de Almeida (648.738.032-68) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.439/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Kelly Santos (876.451.656-34) e outros
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.468/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andréa Gomes Linard (424.193.013-15) e outros
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.469/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Christo Ribeiro (076.013.947-43) e outros
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.470/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abrahão de Oliveira Santos (450.779.674-15) e outros
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.471/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bartolomeu Expedito da Câmara França (168.198.374-53) e outros
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.472/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elias Ribeiro de Arruda Júnior (097.431.108-10) e outros
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.474/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vagner Rangel Moreira (080.441.617-67) e outros
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.475/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Kelly Furtado Lisboa (047.135.076-10) e outros
Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.476/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana de Castro Dias Bicalho (877.763.086-68) e outros
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.477/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hayda Josiane Alves (041.331.056-64) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.481/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lidia Becker (510.617.917-34) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.482/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luís Gustavo Lima e Silva (088.682.597-02) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.483/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Vieira da Cruz (099.498.707-20) e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.523/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Benevenuto Constantini Neto (352.572.616-34)
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes Visconde de Mauá - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.524/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arno Reichert (014.437.710-15); e Raul Gastão Seibel (001.492.840-04).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.527/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Albino Coimbra Filho (003.839.881-87)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.528/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Custódio Dimas de Paula (166.975.886-91)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.537/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Luiz Torres Mena Barreto (012.676.987-72)
Entidade: Superior Tribunal Militar - JM
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.543/2011-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Aroldo Ferreira Lima (006.542.054-34)
Entidade: Universidade Federal de Alagoas - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.545/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Roberto Diniz Siqueira (001.688.406-00); Herton Helder Pires (138.127.506-00); e Nelson Fidelis da Silva (275.235.276-04).
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.547/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mario Carnasciali (109.350.379-34); Mauro Holzmann (004.596.909-49); Nilton Emilio Buhrer (000.122.629-00); Oscar Aisengart (004.944.709-25); Pedro Joaquim da Costa Muniz (000.350.769-68); Ruy Graichen (111.092.979-04); e Yeso Mozzato Pinto (089.085.759-87).
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.550/2011-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados:Gilberto Guedes Voigt (226.292.970-04); Marino Coitinho Souza (137.372.010-72) e Sandra Jatahy Pesavento (140.210.560-68).
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.551/2011-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Guilherme Bittencourt (252.676.980-91); e Luiz Henrique Vieira (481.256.609-68).
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.586/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alessandra Amaral Soares Nascimento (054.622.627-28)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.588/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Cruz da Rosa (749.439.440-00); e Ricardo Ariel Corrêa Rabelo (662.222.305-04).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.590/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonny Yokosawa (076.913.818-75); Juliano Soares Pinheiro (045.216.566-09)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.592/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Renata Rena Rodrigues (012.196.596-14)
Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.602/2011-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Izaildo Tavares Luna (867.538.513-72)
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.603/2011-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lara Ribeiro Santiago (908.297.513-00)
Entidade: Universidade Federal do Ceará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.607/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adnilson Gonçalves da Silva (109.924.977-52); Ana Paula dos Santos (093.132.647-81); Anderson Menezes Soares (073.635.607-06); Eliane Oliveira Ferreira (075.505.527-62); Estefano Silva Cerqueira (069.820.477-84); Patrícia Rosa Vieira (004.387.517-36); e Viviane Vilas Boas de Azevedo (032.436.927-17).
Entidade: Universidade Federal Fluminense - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.610/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Clayton Geraldo de Andrade Rocha (801.752.446-34)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.611/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Daniela Rezende Garcia Junqueira (054.836.106-10)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.613/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedrita Gonçalves Silva (074.593.566-46); e Rogério Gomes Beato (689.108.276-53).
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.614/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Lúcia Borba de Arruda (715.229.644-87)
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.615/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Amália Rodrigues (979.688.700-20)
Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.694/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adriana Cardoso Marcelino da Silva (530.037.212-91) e outros
Entidade: Universidade Federal do Pará - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.821/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Dagmar e Silva (105.269.193-53)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-007.848/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arnaldo Cattaruzzi Júnior (299.717.158-05); e Maria José Fontes Cattaruzzi (055.162.008-06).
Entidade: Representação do MEC em São Paulo
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.147/2004-9
Apensos: 012.449/2005-7 (Relatório de Auditoria); 004.682/2003-1 (Relatório de Auditoria)
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2003
Responsáveis: Evaldo Césari de Oliveira (012.137.507-25); Fernando Antônio Salgado Henning (095.259.987-20); Fernando Roberto Feiner (264.758.397-87); Flávio Decat de Moura (060.681.116-87); Geraldo César Mota (298.253.936-53); João Carlos da Cunha Bastos (329.629.757-04); José Marcos Castilho (613.896.767-49); Luiz Antonio Amorim Soares (546.971.157-91); Luiz Rondon Teixeira de Magalhães Filho (029.773.698-13); Paulo César da Costa Carneiro (543.966.037-20); Pedro José Diniz de Figueiredo (020.040.627-20) e Zieli Dutra Thomé Filho (027.327.347-72)
Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobrás - MME
Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (Secex-1)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.220/2011-9
Natureza: Representação
Representante: Minas Forte Segurança e Vigilância Ltda (04.399.198/0001-89)
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.246/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alexandre Eustáquio Martins (547.852.196-53); Carlaile de Jesus Pedrosa (108.902.546-72); Companhia Alma Dell' Art (04.712.715/0001-28); Companhia Cultural Nós Dois (06.133.727/0001-23); Emanoel Geraldo da Silva (828.783.906-87); Fabrício Fernandes Freire (718.745.856-87); Gilbert Luiz Diniz (856.468.306-72); Gilmar Lembi Mascarenhas (264.210.896-15); Helena Tavares da Silva (421.366.526-72); Letícia Fonseca de Paula Lima (856.480.356-91); Núcleo Assistencial Espírita Glacus (22.737.829/0001-04); Raimundo Gonçalves Rego (175.329.906-30); Regina Lúcia Rezende Cunha (517.019.956-20); Regina Stela Varela (015.224.506-53); Servquality Ind. Com. e Serv. Gerais Ltda. (02.912.237/0001-74); Vetor - Instituto de Assessoria, Planejamento, Pesquisas e Estudos Sociais (06.111.535/0001-16); Walfredo Ladeira Senna (070.537.626-53); Walter Raimundo de Souza (328.028.386-87)
Entidade: Município de Betim e Organizações Não-Governamentais (ONG's)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.352/2007-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Gualter Pereira Monteiro (044.162.446-49); Prefeitura Municipal de Congonhas - MG (16.752.446/0001-02)
Entidade: Prefeitura Municipal de Congonhas/MG
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.617/2007-4
Apenso: 033.481/2008-0 (REPRESENTAÇÃO)
Natureza: Representação
Responsáveis: Alcides Soares de Souza (084.461.211-15); Brenilson Rodrigues Martins (775.597.701-34); Cleyton da Silva Carvalho (021.376.447-46); Evacil Rathge Rangel (414.301.234-00); Fátima Maria do Nascimento (526.616.524-34); Francisco Danilo Bastos Forte (121.337.283-68); José Gilvan Oliveira de Moura (401.668.133-20); José Maria de França (069.535.064-15); Luís Carlos Marchão (179.141.161-49); Marcos Tadeu de Andrade (599.061.891-34); Paulo de Tarso Lustosa da Costa (000.445.123-68); Ramiro José Teixeira e Silva (027.339.942-04); Solange Lima Gomes (323.646.954-49); Valdi Camarcio Bezerra (081.750.801-59)
Entidade: Funasa - Coordenação Regional/AM - MS
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex-AM)
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF n.º 6098), Bruno Chianca Braga (OAB/PB n.º 11.430), Leonir Benedeti Gonçalves (OAB/RR n.º 561) e João de Assis Silveira (OAB/DF n.º 22.219.

TC-016.141/2006-9
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2005
Responsáveis: Davidson José Fernandes dos Santos (039.064.695-49); Diana Sepulveda Tourinho (022.795.255-34); Dora Leal Rosa (042.485.975-00); Edelson Aurelio de Assis (065.846.165-68); Francisco José Gomes Mesquita (071.830.705-49); Francisco Valdemar de Amorim (168.049.885-15); Hugo da Costa Ribeiro Junior (241.484.405-10); José Ademir Silva Santos (080.426.405-87); Luis Sergio Barbosa Marinho Vieira (289.664.225-00); Maria Celestina Pinto Nascimento (107.552.845-34); Maria Ines Almeida de Oliveira (116.153.115-72); Maria de Fátima Dias Costa (072.684.245-15); Nadia Andrade de Moura Ribeiro (104.042.875-49); Naomar Monteiro de Almeida Filho (060.177.035-87); Paulo Tavares Santos (083.745.625-87); Wagner Miranda Gomes (017.059.148-45)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - UFBA/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (Secex-BA)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.979/2008-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Luiz Gonzaga dos Santos Barros (042.213.621-20)
Entidade: Município de Itaipava do Grajaú/MA
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (Secex-MA)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.390/2007-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Prefeitura Municipal de Alvarães/AM (04.628.335/0001-00) e Sidônio Trindade Gonçalves (020.513.542-00)
Entidade: Município de Alvarães/AM
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex-AM)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.884/2008-9
Natureza: Representação
Responsáveis: Euvaldo Gonçalves da Silva (767.180.268-91); Francisco Antônio Saraiva de Farias (045.644.802-00); Fundação Universidade Federal do Acre - MEC (04.071.106/0001-37); Jaider Moreira de Almeida (196.180.002-06); Jonas Pereira de Souza Filho (058.733.712-53); Olinda Batista Assmar (041.331.707-25); Rosemir Santana de Andrade Lima (308.631.712-49)
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre - MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (Secex-AC)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.576/2010-5
Natureza: Representação
Interessada: Promotoria de Justiça de Itupiranga/PA
Entidade: Município de Itupiranga/PA
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PA (Secex-PA)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.543/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Roberto Grapiúna (174.220.946-72);
Entidade: Município de Joaíma/MG;
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG);
Advogados constituídos nos autos: Rafael Maurílio Lopes (OAB/MG nº 72.211); Rénan Kfuri Lopes (OAB/MG nº 42.150); Ailza Santos Silva (OAB/MG 124.480); Felipe Rezende Semião (OAB/MG 124.847); Maurício César de Oliveira (OAB/MG nº 106.608) e Newton Aparecido Alves (OAB /MG nº 120.609).

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-000.528/2011-0
Natureza: Representação
Responsável: Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite (363.115.023-72)
Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (06.750.319/0001-10)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itapiúna/CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.926/2007-8
Natureza: Pensão Militar
Interessado: Marlene Santos Rodrigues (029.141.787-60)
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.149/2011-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Antônio Peixoto de Oliveira, CPF 119.656.142-72; Donmarques Anveres de Mendonça, CPF 493.756.522-20.
Unidade: Prefeitura Municipal de Itacoatiara/AM
Advogado constituído nos autos: não atuou.

TC-002.473/2011-9
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Unidade: Instituto de Radioproteção e Dosimetria - IRD da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.454/2007-2
Natureza: Pensão Militar
Interessado: Yolanda Morais Tavares (027.054.984-60)
Órgão/Entidade: Sétima Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.693/2004-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Aluízio Bezerra de Oliveira (003.402.431-04); e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul/AC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.209/2011-5
Natureza: Representação
Interessada: Tawrus Segurança e Vigilância Ltda. (09.406.386/0001-00)
Responsável: Epitácio de Alencar e Silva Neto - (Presidente da CGL/AM)
Unidade: Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo do Estado do Amazonas - CGL/AM
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.174/2011-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luci Rosane Andre Silva Ribeiro (115.708.061-87)
Órgão/Entidade: Ministério da Ciência e Tecnologia (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.536/2007-5
Natureza: Reforma
Interessados: Amaury Costa de Oliveira Vinagre (009.260.277-00); e outros
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.318/2007-9
Natureza: Pensão Militar
Interessado: Sinhá de Carvalho (129.723.058-25)
Órgão/Entidade: Segunda Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.541/2007-8
Natureza: Pensão Militar
Interessado: Zorailde da Silva Souza (342.440.005-00)
Órgão/Entidade: Sexta Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.333/2010-2
Natureza: Tomada de Contas
Responsáveis: Francisca Ivaneide de Oliveira (065.595.652-20); Manoel Rodrigues de Souza Neto (095.614.802-63)
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/AC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.195/2008-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Dinalva Queiroz da Costa (021.763.034-07); e outros
Órgão/Entidade: Sétima Região Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.433/2010-0
Natureza: Representação
Responsáveis: Deusdete Borges Pereira (418.434.441-00); José Roberto Ribeiro Forzani (411.388.566-49)
Interessado: Prefeitura Municipal de Angico/TO (25.064.098/0001-71)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Angico/TO
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.201/2008-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Francisco Flamarion Portela (081.646.303-49); e outros
Órgão/Entidade: Governo do Estado de Roraima
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-000.888/2006-2
Natureza: Pensão Militar
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - Comando do Exército
Interessada: Maria Lecy Braga Cruz (CPF 024.277.107-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.317/2011-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit/MT
Interessado: Juiz Alessandro da Silva, da Vara do Trabalho de Curitibanos/SC, da 12ª Região da Justiça do Trabalho/SC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.710/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - TRT/AL
Interessados: Adeildo Soares da Silva (CPF 209.319.724-34) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.181/2011-9
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Ilhéus - BA
Interessado: Osman Nogueira Júnior, Presidente do Conselho Municipal do Fundeb
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.452/2011-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Novo Horizonte - BA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Interessado: Sr. Gean Carlos Santos de Oliveira, Vereador do Município de Novo Horizonte - BA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.598/2011-1
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Saubara - BA
Interessada: Controladoria-Geral da União - CGU
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.075/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Ana Beatriz Álvares Travassos (CPF 011.513.185-07) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.081/2011-9
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessados: Admar Lino da Silva (CPF 974.694.757-53) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.084/2011-8
Natureza: Ato de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Interessado: Frederico Soares Canedo (CPF 879.427.801-63)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.160/2011-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Senhor do Bonfim - BA
Interessado: JMS Construção e Iluminação Ltda. (CNPJ 05.762.680/0001-30)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.397/2010-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama/MMA
Interessados: Ermelinda Ferraz de Campos Louzada (CPF 016.201.378-79) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.891/2011-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA
Interessados: Acacio Lima de Santana Junior (CPF 811.391.445-53) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.893/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE
Interessados: Ana Paula Lopes Duarte (CPF 803.956.433-68) e Marcelo Lima Guerra (CPF 439.637.735-53)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.895/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG
Interessados: Adalton Damazio Gonçalves Freitas (CPF 086.051.756-05) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.896/2011-2
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT/PR
Interessados: Alexandre Altini Neto (CPF 005.190.729-10) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.115/2011-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Denise Virgínia da Silva (CPF 369.521.090-72) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.350/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo - Incra/ES - MDA
Interessado: Alvaro Rodrigues Lessa (CPF 364.625.517-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.464/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/MDA
Interessados: Breno Gallina (CPF 004.767.591-88) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.467/2009-3
Natureza: Pensão Militar
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Interessada: Suely Fortes de Azevedo Aquino (CPF 005.572.497-32)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.487/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT/CE
Interessados: Antonio Gurjão Marques Filho (CPF 051.591.303-06) e Saulo Regadas Gurjão (CPF 033.097.063-11)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.488/2011-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE
Interessados: Aulis Cora de Vasconcelos Perrelli (CPF 233.216.604-15) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.490/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT/SP
Interessados: Helena Amado Semenoff (CPF 116.395.948-09) e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.137/2010-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Pedra Branca - CE
Interessado: Francineudo Augusto de Oliveira (CPF 365.770.493-00)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.358/2002-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Tocantins - MS/TO
Responsáveis: Carlos Walfredo Reis (737.336.608-20) e outros
Advogados constituídos nos autos: Joaquim Gonzaga Neto, OAB/TO 1.317; Antônio Pimentel Neto, OAB/TO 1.130; Pedro D. Biazotto, OAB/TO 1.228; Airton A. Schutz, OAB/TO 1.348; Viviane Raquel da Silva, OAB/TO 2.991; Meire A. de Castro Lopes, OAB/TO 364-E; Heber Renato de Paula Pires, OAB/SP 137.944; Ana Paula Cavalcante, OAB/TO 2.688; e Antonio Newton Soares de Matos, OAB/DF 22.998.

TC-015.215/2010-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama/MMA
Interessado: Juiz Afrânio Viana Gonçalves, da 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.575/2009-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: 3ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/MA- MinC
Interessada: Secretaria de Controle Externo - MA (Secex-MA)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.269/2003-1
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Aurelino Leal - BA
Interessada: Câmara de Vereadores do Município de Aurelino Leal - BA
Advogado constituído nos autos: José Reis Aboboreira de Oliveira, OAB/BA 6.713.

TC-022.679/2010-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira
Interessado: Torres Engenharia e Consultoria Ltda. (CNPJ 01.815.999/0001-90
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.013/2010-9
Natureza: Tomada de Contas
Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios -TJDFT/1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal
Responsáveis: Nivio Geraldo Gonçalves (CPF 072.410.706-15) e outros
Exercício: 2009
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.177/2008-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Tufilândia - MA
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogados constituídos nos autos: Antonio Carlos de Oliveira Filho, OAB/MA 8.007; Ilan Kelson de Mendonça, OAB/MA 8063-A; Marlio da Rocha Luz Moura, OAB/MA 9083-A; Marcos Paulo Sousa Campelo, OAB/PI 5273.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-012.855/2009-9
Natureza: Recurso de Reconsideração.
(HAVERÁ SUSTENTAÇÃO ORAL)
Entidade: Associação do Projeto dos Assentamentos Quingibe/Floresta - SE.
Recorrentes: Associação do Projeto dos Assentamentos Quingibe/Floresta (02.560.561/0001-70) e José Adelmo Dias Silva (580.987.125-91).
Advogados constituídos nos autos: Antonio Nery do Nascimento Junior (OAB/SE 1.592) e Raimunete Lima Santos (OAB/SE 4.476).

Interessado(s) na Sustentação Oral
Raimunete Santos Lima - OAB/SE 4.476

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-007.090/2009-3
Natureza: Recurso de Reconsideração.
(HAVERÁ SUSTENTAÇÃO ORAL)
Recorrente: Maiard de Andrade, ex-prefeito (CPF 045.065.533-49).
Unidade: Prefeitura de Tabuleiro do Norte/CE.
Advogado constituído nos autos: José Alexandre Dantas (OAB/CE 4.883-B).

Interessado(s) na Sustentação Oral
José Alexandre Dantas - OAB/CE 4.883-B

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-006.517/2008-8
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)
Natureza: Tomada de Contas Especial
REVISOR: Ministro JOSÉ JORGE (ATA 41/2010)
Entidade: Prefeitura Municipal de Morrinhos - CE.
Responsável: Joao Tarciso Rocha (CPF: 026.556.083-72).
Interessado: Prefeitura Municipal de Morrinhos - CE (07.566.920/0001-10); Ministério da Cultura.
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-003.857/2008-6
Apensos: TC 001.627/2010-4 e TC 001.629/2010-7
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Município de Igarapé-Miri/PA
Recorrente: Dilza Maria Pantoja Correa (CPF 394.614.322-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-005.451/2006-3
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Recorrente: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, representada pela Reitora, Célia Maria da Silva Oliveira
Interessadas: Angelica Baruki Kassar (CPF 289.568.261-53), Maria Helena dos Santos Sinotti (CPF 488.261.038-87) e Odirce Maria Teixeira da Rocha (CPF 139.234.391-72)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.347/2008-6
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Município de Vale do Anari/RO
Responsáveis: Fabiana Dorigo Silva (CPF 735.174.022-49), Genivaldo Pereira de Oliveira (CPF 654.318.122-20), Jones David dos Santos Matos (CPF 825.904.512-53), José Adauto dos Santos (CPF 418.896.142-20) e Solange Aparecida Paiva (CPF 683.140.192-91)
Recorrentes: Fabiana Dorigo Silva, Genivaldo Pereira de Oliveira, Jones David dos Santos Matos e José Adauto dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.616/2009-3
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrentes: Federação Paulista de Beach Soccer (CNPJ 05.018.837/0001-81) e Marcos Fábio Spironelli (CPF 014.019.418-50)
Entidade: Federação Paulista de Beach Soccer (CNPJ 05.018.837/0001-81)
Advogada constituída nos autos: Patrícia Gongora Rodrigues Silva (OAB/SP nº 54.745)

TC-014.962/2005-5
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Quinta do Sol - PR.
Responsáveis: A. A. da Silva Silveira & Cia. Ltda. (85.066.082/0001-20) e Florival Peres de Marcos (099.849.419-49).
Recorrente: Florival Peres de Marcos.
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Lúcio Pedrezini (OAB/PR 33.474) e Marcos Aparecido Revolti (OAB/PR 15.521)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-015.662/2009-6
Natureza: Embargos de Declaração
Entidades: Serviço Social da Indústria - SESI/ Conselho Nacional
Embargante: Jair Antônio Meneguelli (CPF 326.768.838-87)
Advogada constituída nos autos: Ludmila de Carvalho Menezes (OAB/GO 16.057)

TC-020.906/2009-4
Natureza: Pedido de Reexame
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Minas Gerais
Recorrente: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Minas Gerais (representado por Maria de Fátima Albuquerque de Souza)
Interessada: Mirtes Maria Soares (CPF 009.882.276-49)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-026.960/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Município de Nossa Senhora da Glória/SE.
Responsáveis: José Israel Andrade (217.158.665-68) e José Roberto Santana Amaral (352.656.125-72).
Advogado constituído nos autos: José Dorgival Camilo (OAB/SE 5.322).

TC-026.995/2008-3
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Exercício: 2007
Responsáveis: Alberto Estevão da Silva (144.319.474-34); Alexandre Jose Meirelles Machado (042.697.017-90); Almério Cançado de Amorim (075.316.306-30); Altair Álvaro da Silva (327.900.829-87); Andrea Sandro Calabi (002.107.148-91); Antonio Carlos Sobreira de Agostini (031.477.977-91); Antônio Carlos Alves Caldeira (021.777.488-10); Arnaldo Leite Pereira (010.410.967-04); Arthur Antonio Sendas (016.084.447-91); Arthur Rocco (799.865.877-00); Aurílio Fernandes Lima (017.311.308-72); Benjamin Steinbruch (618.266.778-87); Carlos Eduardo de Campos Vieira (365.097.950-00); Cesar Rebordões Carauta (005.970.007-60); Claudio Jose e Silva (815.126.867-00); Dilma Vana Rousseff (133.267.246-91); Djalma Bastos de Morais (006.633.526-49); Edimilson Antonio Dato Sant Anna (585.431.047-34); Edson Chil Nobre (163.808.519-68); Fabio Colletti Barbosa (771.733.258-20); Fernando Ferreira (553.936.161-04); Francisco Roberto de Albuquerque (351.786.808-63); Gerald Dinu Reiss (232.318.908-53); Gilmar Alanis (576.745.238-53); Gleuber Vieira (041.278.627-34); Guido Mantega (676.840.768-68); Henri Philippe Reichstull (001.072.248-36); Ivan Sérgio Pacheco (235.382.286-04); Ivo Almeida Costa (139.250.676-04); Jaime Rotstein (003.520.127-49); Jeferson Gustavo Salerno (019.596.737-26); Joel Mendes Rennó (026.310.678-00); Jorge Celestino Ramos (671.741.917-20); Jorge Gerdau Johannpeter (000.924.790-49); Jose Pio Borges de Castro Filho (203.879.387-53); José Carlos Rodrigues Moreira (020.049.097-49); José Eduardo de Barros Dutra (347.586.406-10); José Machado Sobrinho (002.714.466-68); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); João Carlos França de Luca (064.836.909-91); Julio Cesar Carmo Bueno (548.560.277-00); Júlio César Abrahão (023.835.287-06); Luiz Antônio Corrêa Nunes V. de Oliveira (090.709.317-53); Lúcio Marcos Bemquerer (009.937.866-34); Marco Antônio Vaz Capute (320.513.527-04); Maria Cristina Teixeira (504.537.007-30); Maria Silvia Bastos Marques (459.884.477-91); Maria das Graças Silva Foster (694.772.727-87); Mariangela Monteiro Tizatto (600.940.287-53); Márcio Branco de Oliveira (816.674.857-68); Mário Richa de Sá Barreto (598.774.137-87); Nelson Jose Guitti Guimaraes (647.760.267-91); Neyde Lucia Safadi de Abreu (008.997.207-49); Orlando Galvão Filho (031.520.657-87); Otacílio Viana de Albuquerque (053.476.968-34); Paulo Cesar Pereira Ribeiro (264.168.757-72); Pedro Pullen Parente (059.326.371-53); Percy Louzada de Abreu (000.057.380-91); Reinaldo José Belotti Vargas (471.680.567-00); Roberto Novis Botelho (090.514.737-53); Rodolpho Tourinho Neto (046.999.205-00); Roger Agnelli (007.372.548-07); Rubem Rosário Matos (851.505.257-15); Sebastião Henriques Vilarinho (002.733.925-49); Silas Rondeau Cavalcante Silva (044.004.963-68); Sérvulo Geraldino da Costa Soares (067.930.377-49); Zenildo Gonzaga Z. de Lucena (191.548.287-91)
Advogados constituídos nos autos: Paulo Vinicius Rodrigues Ribeiro, OAB/RJ-141.195; Rodrigo Muguet da Costa, OAB/RJ-124.666; e Gustavo Cortes de Lima, OAB/DF-124.666.

TC-027.571/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Cristino Castro/PI.
Responsável: João Falcão Neto (233.172.803-87).
Advogados constituídos nos autos: Uanderson Ferreira da Silva, OAB/PI nº 5.456; Adriano Moura de Carvalho, OAB/PI nº 4.503; e Márlio da Rocha Luz Moura, OAB/PI nº 4.505.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-002.674/2010-6
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.
Interessados: Hamilton Muniz Mendonça (002.249.101-59); Hely Brandi Vieira (003.395.551-49); Italo Campofiorito (000.485.931-68); e Jayme Vieira (029.053.701-06).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.790/2010-6
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - MEC.
Interessados: Carlos Alberto de Souza (042.485.116-49); Carlos Werth Urban (000.442.376-34); Carmen Lins de Carvalho (229.363.436-15); e Clara Lucia Tostes Martins (222.361.806-59).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.460/2010-6
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - MEC.
Interessado: Auxiliadora Lobato Ugo (009.256.752-53).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.832/2009-8
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - MEC.
Interessados: Aldeci Silva (118.179.506-06); e Jayme Mendes Pereira Pinto (002.889.776-53).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.400/2010-0
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - MEC.
Interessados: Osdair Osmar Ferreira (030.117.129-72); Osvaldo Vieira (001.755.799-20); Paulo Jose da Cunha Brito (078.259.600-25); Porfirio Alfredo Borges (245.364.749-00); Rafael Moreno Sebastianes (317.974.748-04); Renato Machado (029.827.309-87); Ronaldo Luiz Schreiner (019.210.029-72); e Rosi Melo Digiacomo Lemos (154.911.109-49).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.814/2009-3
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - MEC.
Interessados: Adelaide dos Santos Pinto (631.847.101-49); Adriana dos Santos Pinto (715.103.891-72); Angela Regina Lana Pinto (362.937.331-34); Arlindo dos Santos Pinto (688.945.031-00); Catarina Lana Marques Pereira (013.066.921-05); Fabio Teixeira de Oliveira (700.936.951-87); Judith Sampaio da Silva (722.189.161-34); Karina Kassia de Miranda (692.016.331-49); Larissa Capristo Zanutto (213.489.588-80); Marcelina Macario da Silva (452.275.511-20); Maria Helena Capristo Zanutto (279.957.559-53); Maria da Gloria Rodrigues (229.349.521-34); Nilza Teixeira de Oliveira (700.937.501-10); Rafaela Capristo Zanutto (213.489.578-08); Vinicius Capristo Zanutto (264.255.268-31); e Zila Helena Monteiro Melo (341.326.517-20).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.129/2010-8
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal da Paraíba - MEC.
Interessados: Aderson de Farias Dias (048.543.904-25); Alfredo Bezerra de Souza (046.206.744-00); Clovis Alberto Baracuhy (002.240.574-72); Jose Carlos Batista de Melo (058.148.984-53); e Marinésio Matias de Lima (132.889.114-34).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.513/2010-3
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Universidade Federal da Bahia - MEC.
Interessados: Ana Maria Silva Oliveira (082.318.345-91); Cremilda Oliveira do Nascimento (482.169.335-68); Geronima Silvia Miranda dos Santos (330.843.865-87); Jamile Cerqueira Santos da Silva (046.227.875-12); Janine Cerqueira Santos da Silva (046.227.925-16); Josedith de Oliveira Seixas (050.277.135-68); José Mauricio Lagoeiro de Magalhães (040.652.207-34); Margarida Maria Tourinho Machado (047.293.075-34); Nildes Francisco Ornelas da Costa (275.591.815-20); Sueli Cerqueira Santos (487.298.925-20); Valnei Miranda Rocha Santos (022.261.105-77); Vanessa Miranda Rocha Santos (032.101.045-06); Yone Caetano de Carvalho (089.061.905-06); e Zildette Oliveira Magalhães (616.386.925-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-003.130/2006-8
Natureza: Pedidos de Reexame.
Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - FUFMA.
Recorrentes: José Enéas de Miranda Frazão (CPF 004.221.263-49), Maria Luiza Barros Facure Vale (CPF 269.612.963-00), Marilene Martins Gouveia (CPF: 062.724.523-49), Clesimir Sales Moreira (CPF 025.408.353-68), Maria de Fátima Sousa Cartagenes (CPF 054.809.223-00), Joana da Conceição Abreu Machado (CPF 044.927.903-06).
Advogado constituído nos autos: João Guilherme Carvalho Zagallo (OAB/MA 6.904).

TC-013.240/2008-0
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Recorrente: Nertan Ribeiro Reis - (CPF 036.691.732-34).
Unidade: Prefeitura de Alto Alegre/RR.
Advogado constituído nos autos: Edmilson Lopes da Silva (OAB/RR 383).

TC-019.760/2007-9
(com 2 volumes e 1 anexo).
Natureza: Prestação de Contas.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
Interessados: Adriano Sergio Rodrigues (CPF 390.325.236-00); Alair Santana Figueiredo (CPF 201.884.476-87); Álvaro Guarda (CPF 339.591.100-49); Andre Viana da Silva (CPF 053.885.136-88); Antenor Rodrigues Barbosa Júnior (CPF 771.286.218-49); Antonio Julio de Sales (CPF 390.320.606-78); Beatriz da Conceição Moreira (CPF 688.396.266-20); Fernando Jose Toledo (CPF 277.040.096-72); Gilberto Queiroz da Silva (CPF 257.868.066-34); José Armando Ansaloni (CPF 476.219.666-53); José Raimundo de Souza Alves (CPF 130.001.286-20); João Luiz Martins (CPF 540.927.799-68); Luiz Fernando Loureiro Ribeiro (CPF 217.103.096-87); Luiz Geraldo da Silva (CPF 327.197.606-68); Maiza Miranda (CPF 561.888.706-15); Mara Regina Gomes (CPF 537.438.226-87); Marconi Alvim Moreira (CPF 512.935.366-87); Mario Eugenio de Oliveira Bezerra (CPF 385.091.646-49); Maristela dos Santos Gomes (CPF 683.196.656-04); Rafael Magdalena (CPF 033.054.838-73); Regina Gontijo Cançado Viana (CPF 421.454.656-34); Regina Marcia de Souza Alves (CPF 402.914.306-78); Roberto Antonio Araujo (CPF 279.978.206-04); Salvador Gentil dos Santos (CPF 157.225.116-68); Silvia Maria de Paula Alves Rodrigues (421.481.206-97); Walter Cardoso (CPF 640.192.256-72); Wanderley Ferreira Guimarães (CPF 988.493.286-72).
Advogados constituídos nos autos: não há.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-003.858/2009-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS.
Responsáveis: Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos - Sobravime (CNPJ 64.729.155/0001-46) e José Ruben Ferreira de Alcântara Bonfim, Coordenador Geral (CPF 075.465.214-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.283/2010-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - Cefet/PA.
Responsável: Moaci Alves Carneiro (CPF 023.349.504-59).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.400/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS.
Responsáveis: Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos - Sobravime (CNPJ 64.729.155/0001-46) e José Ruben Ferreira de Alcântara Bonfim, Coordenador Geral (CPF 075.465.214-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.534/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Querência/MT.
Responsável: Denir Perin, ex-prefeito (CPF 346.456.839-34).
Advogados constituídos nos autos: Luiz Antônio Pôssas de Carvalho (OAB/MT 2.623), Luciana Borges Moura (OAB/MT 6.755) e Marco Antônio Sophia Dorado (OAB não fornecida).

TC-020.824/2009-7
(com 2 volumes e 1 anexo).
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Secretaria de Estado da Saúde do Amapá.
Responsável: Pedro Paulo Dias de Carvalho (CPF 092.608.112-87).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.410/2007-8
Natureza: Prestação de Contas do exercício de 2006.
Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS.
Responsáveis: Amancio Rodrigues da Silva Júnior (CPF 827.614.268-00); Amaury de Souza (CPF 932.360.938-20); Ana Paula Squinelo (CPF 609.480.271-34); Antonio Firmino de Oliveira Neto (CPF 298.134.761-68); Arnaldo Tonani de Oliveira (CPF 338.479.911-91); Artemisia Mesouita de Almeida (CPF 102.437.633-87); Aurelio Ferreira (CPF 051.461.781-00); Ceila Maria Puia Ferreira (CPF 164.575.871-00); Celio Vieira Nogueira (CPF 239.033.252-87); Cezar Augusto Carneiro Benevides (CPF 498.962.617-68); Cicero Lacerda Faria (CPF 039.452.601-59); Célia Maria da Silva Oliveira (CPF 018.751.938-20); Dulce Maria Tristao (CPF 164.380.271-20); Eduardo Velasco de Barros (CPF 030.825.711-15); Elcio Roberto Queiroz Campos (CPF 140.301.101-00); Flavio Dantas dos Santos (CPF 073.582.291-34); Gilberto Begena (CPF 174.789.369-20); Gustavo de Faria Theodoro (CPF 253.939.188-52); Harildo Escolastico da Silva (CPF 108.222.241-00); Ivan Ferreira Domingues (CPF 143.610.271-53); Ivonete Bitencourt Antunes Bittelbrunn (CPF 572.359.021-91); Julio Cesar Goncalves (CPF 062.087.188-13); Lucrecia Stringhetta Mello (CPF 403.381.188-53); Luiz Carlos de Mesquita (CPF 776.688.398-87); Luiz Henrique Viana (CPF 252.873.389-53); Manoel Catarino Paes Pero (CPF 051.554.601-15); Marlene Durigan (CPF 826.576.618-15); Monica Rodrigues Umar (CPF 028.245.501-98); Nandra Paula Fernandes de Oliveira (CPF 013.152.371-64); Pedro Rippel Salgado (CPF 253.993.909-06); Robert Schiaveto de Souza (CPF 338.286.871-72); Roberto Assad Pinheiro Machado (CPF 642.834.707-59); Ronaldo São Romão Sanches (CPF 705.979.608-87); Rosa Maria Fernandes de Barros (CPF 430.736.207-10); Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra (CPF 466.461.591-49); Rosana Mara Giordano de Barros (CPF 073.790.211-68); Rosi Quaresma Martins (CPF 315.022.880-87); Rubens Aquino de Oliveira (CPF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

220.274.751-68); Sebastião Aparecido de Souza Barros (CPF 436.465.731-04); Sebastião Luiz de Mello (CPF 142.501.011-34); Vilma Eliza Trindade (CPF 162.479.491-20); Vitor Rabelo Gonçalves (CPF 024.599.731-87); Walter Gomes de Sousa (CPF 420.913.301-91)
Interessados: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep (CNPJ 33.749.086/0001-09); Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS (CNPJ 15.461.510/0001-33); Fundação de Apoio Ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul - Fadems (CNPJ 04.038.171/0001-60)
Advogados constituídos nos autos: Felipe Andrade Yazbek (OAB/MS 9960), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Gustavo Cortes de Lima (OAB/DF 10.969), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882).

TC-021.757/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Alegre/ES.
Responsáveis: José Carlos de Oliveira, ex-prefeito (CPF 283.524.757-20), Santa Maria Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 03.737.267/0001-54), Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68) e Wedersander de Paiva (CPF 405.845.261-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.918/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Responsável: André Fabiani Pereira Silveira (CPF 539.597.441-53).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.540/2010-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
Responsável: Sérvulo Sérgio Donizete Alves Antunes (CPF 188.363.056-87).
Advogado constituído nos autos: Gustavo Dorella (OAB/DF 32.197).

TC-026.886/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.
Responsável: Vanessa Tórtima Stettinger (CPF 151.500.678-65).
Advogado constituído nos autos: Ralph Tórtima Stettinger (OAB-SP 18.427).

TC-027.515/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT.
Responsável: Leonísio Lemos Melo Júnior (CPF: 316.640.249-72).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.765/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA).
Responsável: Francisco Sória Filho (CPF 258.771.867-87).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-014.176/2009-0
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
Interessada: Telma Bernardete do Prado Filgueira (CPF 171.110.809-04)
Advogada constituída nos autos: Rafaela Filgueira (OAB/PR 40.145)

TC-024.868/2006-5
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa e Prefeitura Municipal de Barcelos/AM
Responsável: José Ribamar Fontes Beleza (075.825.012-68)
Advogado constituído nos autos: Frank Emerson Neves Abrahão (OAB/AM 2.352)

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-001.656/2008-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Juazeiro do Norte/CE
Responsável: Carlos Alberto da Cruz (CPF 001.616.083-53)
Advogados constituídos nos autos: Daniel Carneiro Duarte (OAB/CE nº 15.804), José Boaventura Filho (OAB/CE nº 11.867) e Maria Elisa Fernandes de Lavôr (OAB/CE nº 11.899).

TC-013.962/2007-7
Natureza: Tomada de Contas Simplificada - Exercício 2006
Órgão: Secretaria de Educação Superior - SESU
Responsáveis: Nelson Maculan Filho (CPF 245.720.987-00), Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo (CPF 504.481.457-15), Maria Ieda Costa Diniz (CPF 177.397.052-68), Sandra Scherrer de Amorim Nagem Vidal (CPF 829.699.907-25), Marenilde Rodrigues Avelino (CPF 042.441.171-72), Vera Lúcia Monteiro de Paula (CPF 464.471.647-20), Celso da Cruz Carneiro Ribeiro (CPF 317.088.897-87), Cesar Wanderley Lima (CPF 373.636.971-91), Eliane Vieira da Costa (CPF 828.684.501-30) e Godofredo de Oliveira Neto (CPF 290.886.239-53).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.513/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Angelândia/MG
Responsáveis: Edailton Antônio Godinho Pimenta (CPF 348.714.706-87) e Construtora Norte Vale Ltda. (CNPJ 04.789.326/0001-09)
Advogado constituído nos autos: Valdenor Soares de Figueiredo (OAB/MG nº 44.740).

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-015.449/2010-6
Natureza: Concessão de Aposentadoria
Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo - Mapa
Interessado: José Antonio da Silva (CPF 069.780.237-01)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.281/2010-8
Natureza: Concessão de Aposentadoria
Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás - Mapa
Interessadas: Duvirgem Aparecida de Jesus (CPF 155.514.071-87) e Valdelurdes Pinheiro dos Anjos (CPF 457.054.102/04)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-005.775/2004-5
Apenso: TC-019.071/2004-0
Natureza: Representação
Órgão: Procuradoria-Geral da República.
Interessada: Subprocuradora-Geral da Justiça Militar Marisa Terezinha Cauduro da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-005.222/2006-0
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Responsável: Célia Maria da Silva Oliveira (018.751.938-20)
Advogados constituídos nos autos: Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

TC-025.638/2009-4
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial;
Entidade: Município de Santana do Araguaia - PA;
Interessada: Empresa Abril Construções e Serviços Ltda. (42.875.401/0001-35);
Advogado constituído nos autos: Marcos Henrique Silvério OAB/MG nº 86.558.

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-000.348/2009-4
Apenso: TC-017.096/2006-6 (com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
Responsável: José César de Lima (239.072.585-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.508/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Primavera / PA
Responsáveis: Jorge Alaor Silva Monteiro (152.770.462-91); Selso Luiz dos Santos Gomes (174.106.812-68)
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.246/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe.
Responsável: Manoel Messias de Andrade, ex-Secretário (016.072.195-49)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.395/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT
Responsável: Carlos Waldemar Gregório (543.675.579-87)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.777/2010-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Vitória do Xingu/PA (34.887.935/0001-53).
Responsável: Anselmo Hoffmann (195.869.149-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.040/2008-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Conceição da Feira - BA (13.828.371/0001-08)
Responsável: Antonio Alves Serra (002.444.655-68)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.067/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura Municipal de Sarzedo/MG.
Responsável: José Pedro Alves, ex-Prefeito Municipal (143.851.396-87)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.686/2007-0
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2006
Órgão: Assessoria de Comunicação Social/MEC
Responsáveis: Casablanca Comunicação e Marketing Ltda. (00.553.702/0001-00); Dayse Bueno Ribeiro Barreto (330.483.550-49); Denilson Ribeiro Teixeira (357.764.631-49); Leandro da Rosa Marshall (459.259.760-53); Lew, Lara Propaganda e Comunicação Ltda. (59.733.030/0001-50); Maryland Souza Nunes (333.701.921-87); Regina Maria Oton de Lima (179.186.851-72); Suzana Helena Carneiro Veríssimo (046.210.771-04); Vera Lucia Carletto Flores (296.315.300-78)
Advogados constituídos nos autos: Carlos Eduardo Leonardo de Siqueira (OAB/MG 79.823), Aleandro Pinto da Silva Junior (OAB/MG 103.253), Luis Guilherme Macedo Volta (OAB/MG 118.279), Paulo Gomes de Oliveira Filho (OAB/SP 30.453), Mariana Sceppaquercia Leite Galvão (OAB/SP 169.057), Letícia Mara Vaz Livreri (OAB/SP 185.501), Lilian Cristina Stanke (OAB/SP 35.698) e Eduardo Fonseca Martins (OAB/SP 273.803).

TC-018.682/2009-2
(com 4 volumes e 2 anexos)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Coordenação Regional no Estado do Amapá
Responsáveis: Elda Costa Martins (CPF nº 342.008.602-44), Neuza Maria Costa Rezende (CPF nº 047.952.102-68), Luiz Carlos Nascimento Figueiredo (CPF nº 072.901.102-00), Nilza Carneiro de Oliveira Cardoso (CPF nº 415.531.522-04), David Assunção Baia (CPF nº 188.449.102-25), José Rogério Gama Machado (CPF nº 179.776.142-00), Landival Morais de Sousa (CPF nº 208.733.792-68), Cosfarma Produtos Cosméticos e Farmacêuticos Belém Ltda. (CNPJ nº 84.470.889/0001-60), J P P Farias (CNPJ nº 01.193.326/0001-45), W N Carrera (CNPJ nº 05.964.424/0001-90), Maria dos Santos Pantoja (CNPJ nº 02.445.340/0001-51), Eldio Costa Martins-ME (CNPJ nº 02.189.522/0001-09), H M B Pereira Neves (CNPJ nº 02.243.214/0001-14), S S P Oliveira (CNPJ nº 02.702.574/0001-37), L R Mindelo - ME (CNPJ nº 01.761.786/0001-22), L A V Silva (CNPJ nº 00.443.712/0001-85), M A Gurgel ME (CNPJ nº 14.531.156/0001-03), Vitor da Silva ME (CNPJ nº 14.538.292/0001-25), A C G da Silva ME (CNPJ nº 84.412.659/0001-45), José Robson Marinho dos Reis (CNPJ nº 01.224.446/0001-62), Antonio A. de Sousa (CNPJ nº 02.317.771/0001-32), Artegraph Ltda. (CNPJ nº 14.535.454/0001-71), Domestilar Ltda. (CNPJ nº 00.310.506/0001-05), M. N. Auzier - ME (CNPJ nº 02.351.045/0001-36) e Oliveira & Nascimento Ltda. ME (CNPJ nº 84.409.309/0001-20)
Advogados constituídos nos autos: Maurício Carlos Costa Corrêa (OAB/AP nº 935), Marcelo da Silva Leite (OAB/AP nº 999), José Cláudio da Silva (OAB/AP nº 933), Josiane Gonçalves da Silva (OAB/AP nº 1.629), Rafael Uchôa Ribeiro (OAB/AP nº 1.568) e Alex Fabiano Santos e Silva (OAB/AP nº 592).

TC-019.545/2008-0
Apenso: TC 009.628/2008-0
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia - MEC
Exercício: 2007
Responsáveis: Adelia Benedita Coelho dos Santos (038.198.252-15); Benedito Francisco Guimaraes (126.875.102-20); Carivaldo Sousa dos Santos (036.375.652-34); Donato de Jesus Sarmento Filho (032.824.222-53); Durvalino de Souza Brito (036.643.252-49); Everaldo Carmo da Silva (012.248.912-87); Francisco de Assis Fernandes Ribeiro (063.382.912-91); Jorge Sousa Sobrinho (023.901.322-00); Leonam Von Grap Marinho Filho (057.543.482-15); Marco Aurelio Leite Nunes (037.327.972-87); Maria Amelia Marinho da Mota Silva (050.128.302-10); Nelma Cristina Macedo de Araujo (109.376.172-53); Paulo Cezar de Morais Alves (263.882.862-91); Sueo Numazawa (049.002.862-49).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe IV - Atos de Admissão de Pessoal

TC-004.297/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Entidade: Universidade Federal do Paraná - MEC
Interessados: Adriana Hittinger (025.952.039-08); Alessandra Cristina Soares dos Santos (937.350.901-25); Alex da Silva Oliveira (287.971.888-08); Andréa Vargas (347.180.888-44); Angela Cristina Ikeda (041.799.319-66); Carlos Eduardo Guerino Biondo (053.996.609-62); Claudia Lucia Bisaggio Soares (861.647.757-87); Daniel Martins de Souza (836.288.949-72); Daniela Esteves Reichert (005.676.439-13); Deonir Agustini (056.490.839-83); Fernanda Bostelmann (030.129.359-75); Fernando Cesar Mendes Barbosa (027.434.729-60); Geane Loth Cruz (034.732.759-13); Gilson Batista de Oliveira (097.993.138-05); Haxley Souza Cruz de Camargo (029.312.269-55); Jacir Mario Tedesco Filho (020.145.179-40); Jacqueline Coelho Martins (552.855.119-68); Jason Lee Furuie (047.100.939-38); João Rafael Deron (041.923.729-16); Lara da Costa Dotto (049.116.429-71); Leonardo Sena de Oliveira (023.509.629-62); Letícia Betero (047.903.049-90); Lilian Gonçalves Franco (042.673.879-90); Luciano Caetano de Oliveira (273.034.928-60); Luiz Antonio Mendes (804.656.179-72); Luiz Eduardo Geara

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(672.222.189-04); Marcelo Zadorecki (983.054.849-04); Marina Lacerda Mazanek (055.133.229-86); Mariuci Torres dos Santos (322.107.078-03); Marlos Henrique Sotto Maior (026.638.409-98); Paulo Henrique Chagas Precoma (017.390.659-13); Rodrigo Bloot (032.692.359-41); Rodrigo Rodriguez Tavares (270.260.768-33); Sandro Lunard Nicoladeli (713.645.019-53); Simone Peixoto (036.445.369-96); Suzana Cini Freitas Nicolodi (626.876.110-34); Thaís da Silva Souza (051.349.289-59); Tiago Martins Aragão Rodrigues (215.409.528-35); Tobias Reis Quinteiro (021.830.469-29); Ursula Yaeko Yoshitani (005.969.169-73); Vanessa Zamodzki (051.499.529-74); Érika Tanaka Suzuki (351.309.048-00)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Representação

TC-001.992/2009-0
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas - SE
Responsáveis: João Marinho Filho (127.523.475-53); Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas - SE (13.110.218/0001-40)
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (13.170.790/0001-03)
Advogado constituído nos autos: Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646)

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-005.826/2010-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Araguaína/TO
Responsáveis: Joaquim de Lima Quinta (CPF 004.258.181-87), Max Saldanha Athaide (CPF 149.361.780-04), Túlio Neves da Costa (CPF 003.664.801-97), Raimundo Wilson Ulisses Sampaio (CPF 093.643.314-00), Maximo da Costa Soares (CPF 069.903.717-49) e Município de Araguaína/TO (CNPJ 01.830.793/0001-39)
Advogados constituídos nos autos: Heber Renato de Paula Pires, OAB/SP 137.944; Antonio Newton Soares de Matos, OAB/DF 22.998; Alessandra Viana de Morais, OAB/TO 2580; Elaine Ricas Rezende, OAB/TO 2.731; Fábio Philipe Costa Martins, OAB/TO 2.631; Ana Paula Cavalcante, OAB/TO 5.688; João Geraldo Piquet Carneiro, OAB/DF 800-A; Antonio Newton Soares de Matos, OAB/DF 22.998; Arthur Lima Guedes, OAB/DF 18.073; Ronan Pinho Nunes Garcia, OAB/TO 1956; Alessandra Viana de Morais, OAB/TO 2580; Sóya Lélia Lins de Vasconcelos, OAB/TO 3411-A; Marcela Silva Gonçalves, OAB/TO 3689; Roberto Pereira Urbano, OAB/TO 1440-A; Alfredo Farah, OAB/TO 943-A; Raimundo José Marinho Neto, OAB/TO 3723; Clever Honório Correia dos Santos, OAB/TO 3675; José Pinto Quezado, OAB/TO 2263; Jorge Mendes Ferreira Neto, OAB/TO 4217; José Januário Alves Matos Junior, OAB/TO 1725.

TC-028.202/2008-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Caroebe/RR
Responsáveis: Antonio Sousa Martins Filho (CPF 206.664.033-68) e Francisca Silvana Araújo (CPF 164.344.552-91)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.360/2007-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Eirunepé/AM
Responsáveis: Francisco Bismark Augusto Bezerra (CPF 013.329.102-20); Francisco Plínio Valério Tomaz (CPF 035.372.502-15); Francisco das Chagas Dissica Valério Tomaz (CPF 015.140.162-49); José Castro de Lima (CPF 055.039.572-53); José Edy Monteconrado Gomes (CPF 013.617.912-68)
Advogados constituídos nos autos: Marcos Ricardo Herzon Cavalcanti (OAB/AM 2.324); Paulo Rogério Arantes (OAB/AM 1.509); Lino José de Souza Chixaro (OAB/AM 1.567); Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB/AM 2.144); Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (OAB/AM 4.831); Érico de Verçosa Roessing (OAB/AM 7.041); Rodrigo Castro Vaz (OAB/AM 6.719); Eduardo Alvarenga Viana (OAB/AM 6.032); Rafael Reis Pereira (OAB/AM 7.219); Carla Dayany Luz Abreu (OAB/AM 7.038); Kennedy Monteiro de Oliveira (OAB/AM 7.389); Priscila Farias dos Reis (OAB/AM 5.949); Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (OAB/AM 4.831); Simone Rosado Maia Mendes (OAB/PI 4.550); Carla Luz Abreu (OAB/AM 7.038).

Classe III - Auditorias, Inspeções e outras matérias concernentes a fiscalização.

TC-021.996/2010-5
(com 1 volume e 1 anexo)
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Município de Santa Helena de Goiás/GO
Responsáveis: Raquel Mendes Vieira Rodrigues, Prefeitura Municipal; e Ivo Carlos Zecchin, Superintendente da Caixa Econômica Federal
Advogada constituída nos autos: Tereza Cristina da Silva Araujo, OAB/GO 18711

Classe VI - Representação

TC-008.362/2010-6
Natureza: Representação de equipe de fiscalização
Unidade: Município de Araguaína/TO
Responsáveis: Valderez Castelo Branco Martins (CPF 056.983.751-00), Nourival Batista Ferreira (CPF 084.746.561-68), Mahmoud Wadih Elkadi (CPF 166.266.481-87), Francelino Martins Borges (CPF 117.466.291-34), Claudio de Sousa Miranda (CPF 878.918.911-68), Giancarlo Gil Menezes (CPF 758.221.051-49), Leonardo Rossini da Silva (CPF 810.496.501-82), Félix Valuar de Sousa Barros (CPF 094.853.251-34), Fábio Levy Rocha (CPF 229.765.746-34)
Advogados constituídos nos autos: Ronan Pinho Nunes Garcia OAB/TO 1956, Alessandra Viana de Morais OAB/TO 2580, Sóya Lélia Lins de Vasconcelos OAB/TO 3411-A, Marcela Silva Gonçalves OAB/TO 3689, Roberto Pereira Urbano OAB/TO 1440-A, Alfredo Farah OAB/TO 943-A, Raimundo José Marinho Neto OAB/TO 3723, Clever Honório Correia dos Santos OAB/TO 3675, José Pinto Quezado OAB/TO 2263, Jorge Mendes Ferreira Neto OAB TO 4217, José Januário Alves Matos Junior AOB/TO 1725.

TC-019.288/2009-9
Natureza: Representação
Unidade: Conselho Regional do Estado de Goiás da Ordem dos Músicos do Brasil (CROMB/GO)
Responsáveis: Eurípedes Furtuoso (CPF 058.489.621-20), Schubert Dias de Freitas (CPF 129.964.671-91) e João Batista Viana (CPF 078.433.217-72)
Advogado constituído nos autos: não há
- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe II - Tomadas e Prestações de Contas

TC-006.126/2007-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura - MinC
Responsável: Alison Vieira da Silva (043.378.179-30)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.077/2009-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável: Antônio Carlos Félix Ribeiro (CPF 149.486.991-87)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.674/2004-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Caxias/MA
Responsável: Eziquio Barros Filho (012.889.893-34); Antônio José de Melo (046.994.673-34); e Hélio de Sousa Queiroz (001.945.063-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.237/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Ipu/CE
Responsáveis: Antonia Bezerra Lima Carlos (CPF 114.137.433-15); Sanebras - Projetos, Construções e Consultorias Ltda. (CNPJ 23.726.367/0001-92)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.662/2008-1
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Entidade: Senai - Departamento Regional/AL - MTE
Responsáveis: Alberto Cabús (CPF 259.532.904-97); Carlos Alberto Pacheco Paes (CPF 348.718.104-53); Floriano Alves Silva Júnior (CPF 136.267.794-91); Hermano de Souza (CPF 038.383.904-15); José Carlos Lyra de Andrade (CPF 038.849.024-15); José da Silva Nogueira Filho (CPF 151.856.804-15); Manoel Januário Filho (CPF 088.160.424 00); Marben Montenegro Loureiro (CPF 003.473.884-34); Ricardo Coelho de Barros (CPF 209.084.744-15); Roland dos Santos Gonçalves (CPF 073.256.304-68); Wander Lobo Araújo Silva (CPF 209.709.354-04).
Exercício: 2007
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.475/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Parambu/CE
Responsável: Maria Milene Freitas Ralston (229.063.983-49)
Advogados constituídos nos autos: não há

TC-023.713/2009-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Eirunepé/AM
Responsáveis: José Edy Monteconrado Gomes (CPF 013.617.912-68); Krisley Kristina Silva Peixoto (CPF 576.448.532-00)
Advogados constituídos nos autos: Jayme Pereira Júnior (OAB/AM 3.918); Euraney da Silva Costa (OAB/AM 6.151); e Aldo Soares Evangelista (OAB/PA A-427).

TC-023.742/2009-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Barcelos/AM
Responsáveis: Alberta Maria Oliveira de Deus (063.924.822-53); Valdeci Raposo e Silva (036.871.632-53).
Interessada: Ministério da Integração Nacional
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Concessões de Aposentadorias, Reformas e Pensões

TC-002.208/2006-8
Natureza: Pensão Civil (Revisão de Ofício)
Órgão: Comando da 2ª Região Militar do Exército - MD/CE
Interessada: Aryadne Cristina do Nascimento Gonçalves (CPF 302.212.118-02)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.661/2011-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP
Interessados: Alberto Rivelli Filho (034.152.368-20); Analice Aparecida de Mello Galdino de Freitas (785.757.108-34); Carmen Cecília Silveira Gameiro (021.624.828-00); Cláudio Conde Fernandes (007.782.768-64); Edna Aparecida Castilho (068.104.518-38); Elenice Amaral Palo (966.904.378-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.884/2008-8
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Interessados: Leda Maria Nascimento Santos (232.879.855-15) e Mauro Peixoto de Almeida Filho (372.031.265-87)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.970/2008-0
Natureza: Pensão Civil
Entidade: Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região/RJ
Interessada: Maria Pereira de Lima (CPF 008.571.537-90)
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - Representação

TC-025.770/2009-7
Natureza: Representação
Órgão: Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente
Responsáveis: Claudius Cronemberger Arruda (CPF 770.255.633-15); Francisco de Assis Ferreira da Mota (CPF 055.297.271-15); Jose Mariano da Silva Mello (CPF 323.010.810-87); João Luiz Valim Batelli (CPF 121.627.791-53); Marcia Jorge (CPF 101.849.021-34)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.703/2010-3
Natureza: Representação
Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa - Ministério da Cultura
Representante: Parque Esperança Prestadora de Serviços Ltda (CNPJ 05.231.661/0001-41)
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 19 de maio de 2011.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 36, DE 19 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a alteração do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal - Exercício 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a edição da Lei n. 12.381, de 09 de fevereiro do ano em curso, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente, resolve:

Art. 1º ALTERAR, nos termos do art. 69 da Lei n. 12.309, de 09 de agosto de 2010, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal referente ao exercício de 2011 - Órgão 12.000 - Justiça Federal, constante da Portaria n. 12, de 03 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 04 subsequente, nas Ações Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor e Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ARI PARGENDLER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2011

ÓRGÃO 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

Em R$ 1,00

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR				
	UNIÃO FEDERAL AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS		FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
PERÍODO	NATUREZA ALIMENTÍCIA	OUTRAS NATUREZAS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
Até janeiro	79.040.000	6.418.000	19.434.000	219.860.000
Até fevereiro	135.040.000	45.335.594	38.095.558	465.925.458
Até março	234.040.000	54.335.594	64.095.558	737.925.458
Até abril	345.040.000	64.335.594	87.095.558	1.040.925.458
Até maio	455.040.000	74.335.594	116.095.558	1.343.925.458
Até junho	565.040.000	84.335.594	145.095.558	1.646.925.458
Até julho	710.040.000	94.335.594	174.095.558	1.949.925.458
Até agosto	820.040.000	104.335.594	203.095.558	2.252.925.458
Até setembro	852.123.854	114.335.594	232.095.558	2.563.193.464
Até outubro	852.123.854	124.335.594	240.000.000	2.563.193.464
Até novembro	852.123.854	134.335.594	240.000.000	2.563.193.464
Até dezembro	852.123.854	135.262.987	240.000.000	2.563.193.464

CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATORIOS E REQUISICOES DE PEQUENO VALOR		
	UNIÃO FEDERAL	AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS
PERÍODO	NATUREZA ALIMENTÍCIA	NATUREZA ALIMENTÍCIA
Até Janeiro	2.900.000	
Até fevereiro	5.800.000	7.500
Até março	8.300.000	1.370.500
Até abril	9.300.000	1.385.500
Até maio	10.820.000	19.385.500
Até junho	91.016.008	40.593.457
Até julho	171.212.017	61.801.415
Até agosto	251.408.025	83.009.372
Até setembro	331.604.034	83.009.372
Até outubro	411.800.042	83.009.372
Até novembro	491.996.051	83.009.372
Até dezembro	572.192.059	83.009.372

Brasília, 19 de maio de 2011.
EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO N.º: 2004.61.84.064388-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOAQUIM RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ROQUE RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOAQUIM RODRIGUES DE OLIVEIRA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, versando sobre pedido de reconhecimento de tempo de serviço, consignou o seguinte, verbis:
Ocorre, todavia, que o Superior Tribunal de Justiça, instado a deliberar sobre o tema (v. g. CC nº 91.470), fixou o entendimento de que o valor de alçada do Juizado Especial Federal Cível deve ser obtido mediante a conjugação do disposto pelo § 2º do art. 3º da Lei nº 10.259-01 conforme o disposto pelo art. 260 do Código de Processo Civil, que impõe a consideração das prestações vencidas.
A Contadoria do Juizado de origem realizou os cálculos relativos à apuração da rendas (RMI e RMA) e dos atrasados para a hipótese de procedência integral do pedido autoral, sendo os últimos estipulados em R$ 97.878,62 (noventa e sete mil oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos), devidos até outubro de 2005. A ação foi proposta em 11 de fevereiro de 2004. Sendo assim, verifica-se que o valor da causa, na presente demanda, ultrapassa o paradigma acima referido. Nesse contexto, é de rigor a anulação da sentença ante o vício de incompetência.
O requerente afirma que o Artigo 3º da Lei Federal 10.259/01 é claro no sentido de que, para verificação da competência do Juizado Especial Federal, a soma das 12 (doze) parcelas vincendas não pode ultrapassar o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, não havendo que se falar em somatória dos atrasados.
Colaciona precedente que no seu entender espelhariam a tese em apreço.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Inconformado, o requerente apresentou pedido de submissão constante do artigo 15, §4º, do Regimento Interno da TNU.
Relatados, decido.
O incidente é incabível.
A divergência apontada refere-se a tema de direito processual, que, por vedação legal, não dá ensejo a questionamento perante a Turma Nacional de Uniformização, já que o incidente previsto no art. 14, § 2º da Lei 10.259/2001, destina-se à arguição de dissídio entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
Nesse sentido, ver:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido que versa sobre competência envolve apenas questão processual, que é insuscetível de uniformização, conforme a inteligência do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Pedido não conhecido (PU nº 200783085009629, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 04.09.2009).
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ de 22/04/2009).
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.61.84.087158-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANA APARECIDA FEITOSA
PROC./ADV.: EURICO NOGUEIRA DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANA APARECIDA FEITOSA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual confirmou a sentença de improcedência do pedido de pensão por morte, sob o fundamento de não ter restado demonstrado que o de cujus mantinha a qualidade de segurado quando do óbito.
Alega a requerente que a decisão combatida diverge de julgados da 1ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal da 3ª Região, do TRF da 1ª Região e do STJ, sustentando, em síntese, que na época do óbito (1995) vigorava o Decreto 83.080/79, que dispões em seu artigo 272 que não prescreve o direito a aposentadoria ou pensão para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, mesmo após a perda da qualidade de segurado.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não merece avançar.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ. Assim, julgados de Tribunais Regionais Federais, bem como de Turma Recursal da mesma região da decisão recorrida não são hábeis a configurar a divergência jurisprudencial.
Já em relação ao julgado do STJ, verifico que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, apesar da ementa de tal julgado conter determinação genérica no sentido de que a concessão do benefício previdenciário deve observar a legislação vigente à época da morte do segurado, este foi proferido com base em situação fática totalmente diversa do caso em tela, sem conter fundamentação que sustente a tese do requerente, de que na época do óbito (1995) o Decreto 83.080/79 regulava a pensão por morte, não podendo, portanto, servir para configurar divergência jurisprudencial.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2004.61.84.164565-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : LUZIA IDOCELINA DE SANTANA
PROC./ADV. : ROSMARY ROSENDO DE SENA
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal do Juizado Especial Federal Cível de São Paulo - Seção Judiciária de São Paulo que, referendando a sentença, entendeu que na data do óbito o de cujus não detinha mais a qualidade de segurado, bem como não fazia jus a nenhum tipo de benefício previdenciário, sendo portanto, descabida a pensão por morte.
Alega a requerente, que o segurado verteu mais de 194 contribuições e que o não reconhecimento do direito à pensão por morte fere os princípios da equidade e isonomia.
Dentre os precedentes colacionados, destaca-se o seguinte, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. DE CUJUS. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DA PENSÃO, NOS TERMOS DO ART. 102 DA LEI N.º 8.213/91, SE RESTAR COMPROVADO O ATENDIMENTO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, ANTES DA DATA DO FALECIMENTO.
1. É assegurada a concessão do benefício de pensão por morte aos dependentes do de cujos que, ainda que tenha perdido a qualidade de segurado, tenha preenchido os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria, antes da data do falecimento.
2. Embargos de divergência conhecidos, porém, rejeitados. (EREsp 524006/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/03/2005, DJ 30/03/2005, p. 132)
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
Inicialmente, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
No mais, a Turma Recursal, com base no conjunto fático probatório, entendeu que o de cujus, quando da época do óbito, não fazia jus a nenhum tipo de benefício previdenciário, seja aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade, bem como não detinha mais a qualidade segurado, motivo pelo qual seria indevida a pensão por morte. Tal entendimento, coaduna-se perfeitamente com os paradigmas invocados, conforme se observa do precedente transcrito, não havendo, portanto, divergência jurisprudencial, mas sim intenção de reexame do conjunto probatório, o que não tem cabimento em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Insta salientar, por oportuno, que apesar de discorrer fartamente sobre o seu ponto de vista, o requerente não trouxe nenhum precedente que sustentasse suas afirmações.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N°: 2004.61.84.430912-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: OTAÍDE BAROSTICHI
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

OTAÍDE BAROSTICHI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que restabeleceu o benefício do auxílio-doença ao autor, por entender presentes os requisitos.
Alega o suscitante divergência com julgado da TNU, aduzindo, em síntese, que a perícia médica atestou a incapacidade permanente, razão pela qual deveria ter sido concedido o benefício de aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2004.61.84.472091-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: CILSO PEREIRA DA TRINDADE
PROC./ADV. : WILSON MIGUEL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

CILSO PEREIRA DA TRINDADE suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que manteve a sentença de desprovimento do pedido de aposentadoria rural, diante do conjunto probatório apresentado.
Alega o suscitante divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões, os quais atestariam, segundo procura demonstrar, que os documentos constantes nos presentes autos constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Os contextos fáticos revelados nas decisões paradigma não guardam a necessária semelhança com aquele dos autos, em que se decidiu, em virtude da análise das provas e documentos em seu conjunto, que os documentos constantes nos presentes autos não constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.
Ademais, a controvérsia cinge-se a exame de matéria de fato, uma vez que a conclusão a que se chegou no acórdão impugnado se deu, essencialmente, por conta do conjunto probatório, mostrando-se, também por este óbice, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2004.61.84.544338-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EDILENE FERREIRA DA SILVA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

EDILENE FERREIRA DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que lhe concedeu o auxílio-reclusão na qualidade de companheira de Francisco Antonio Carnaúba da Silva, reputando presentes os requisitos, por considerar inconstitucional o limite de renda do segurado baixa renda. Por ocasião da prisão do companheiro da autora, o valor limite era de R$ 376,60 e o segurado recebia R$ 399,94. Todavia, a Turma Recursal fixou a RMI no valor de R$ 376,60, corresponde ao limite previsto no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20/1998.
Alega a suscitante divergência com julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que o auxílio-reclusão deve ser calculado segundo a mesma sistemática da pensão por morte, sendo indevida a redução da RMI.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2004.61.84.586564-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: MARINA FARIA CABRAL
PROC./ADV.: SINVAL MIRANDA DUTRA JUNIOR

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão da Segunda Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Terceira Região - Seção Judiciária de São Paulo, que manteve sentença de procedência de pedido de pensão por morte, ante o entendimento de que houve, no caso, a extensão do período de graça do de cujus, prevista no art. 15, §2º da Lei 8.213/91, o que garantiria aos dependentes o direito ao benefício.
Alega-se divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, que só admitem a observância do período de graça quando o trabalhador comprovar a condição de desempregado através do registro da situação no órgão próprio do Ministério do Trabalho.
Incidente inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O STJ, em recente Pedido de Uniformização de Lei Federal (Pet 7115/PR), rechaçou a tese do requerente de que o registro no Ministério do Trabalho é o único modo de se obter a extensão da qualidade de segurado de que trata o art. 15, II, § 2º da Lei 8.213/91. Neste sentido, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15 DA LEI 8.213/91. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. DISPENSA DO REGISTRO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO FOR COMPROVADA A SITUAÇÃO DE DESEMPREGO POR OUTRAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. O REGISTRO NA CTPS DA DATA DA SAÍDA DO REQUERIDO NO EMPREGO E A AUSÊNCIA DE REGISTROS POSTERIORES NÃO SÃO SUFICIENTES PARA COMPROVAR A CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DO INSS PROVIDO. (grifo nosso)
1. O art. 15 da Lei 8.213/91 elenca as hipóteses em que há a prorrogação da qualidade de segurado, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias.
2. No que diz respeito à hipótese sob análise, em que o requerido alega ter deixado de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, incide a disposição do inciso II e dos §§ 1o. e 2o. do citado art. 15 de que é mantida a qualidade de segurado nos 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses se comprovada a situação por meio de registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
3. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, esse dispositivo deve ser interpretado de forma a proteger não o registro da situação de desemprego, mas o segurado desempregado que, por esse motivo, encontra-se impossibilitado de contribuir para a Previdência Social.
4. Dessa forma, esse registro não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas. Assim, o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprido quando for comprovada tal situação por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal.(grifo nosso)
5. No presente caso, o Tribunal a quo considerou mantida a condição de segurado do requerido em face da situação de desemprego apenas com base no registro na CTPS da data de sua saída no emprego, bem como na ausência de registros posteriores.
6. A ausência de anotação laboral na CTPS do requerido não é suficiente para comprovar a sua situação de desemprego, já que não afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade.
7. Dessa forma, não tendo o requerido produzido nos autos prova da sua condição de desempregado, merece reforma o acórdão recorrido que afastou a perda da qualidade de segurado e julgou procedente o pedido; sem prejuízo, contudo, da promoção de outra ação em que se enseje a produção de prova adequada.
8. Incidente de Uniformização do INSS provido para fazer prevalecer a orientação ora firmada. (Pet 7115/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 06/04/2010)
Nessa mesma esteira, cito ainda outros precedentes da Corte Superior de Justiça, litteris:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15 DA LEI 8.213/91. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. DISPENSA DO REGISTRO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUANDO FOR COMPROVADA A SITUAÇÃO DE DESEMPREGO POR OUTRAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JUIZ. RECURSO DO INSS DESPROVIDO.
1. A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do Incidente de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (Pet 7.115/PR, DJe 6.4.2010) pacificou o entendimento de que o registro no Ministério do Trabalho não deve ser tido como o único meio de prova da condição de desempregado do segurado, especialmente considerando que, em âmbito judicial, prevalece o livre convencimento motivado do Juiz e não o sistema de tarifação legal de provas. Assim, o registro perante o Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá ser suprido quando for comprovada tal situação por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal.
2. A ausência de anotação laboral na CTPS do autor não é suficiente para comprovar a sua situação de desemprego, já que não afasta a possibilidade do exercício de atividade remunerada na informalidade.
3. Tendo o Tribunal a quo considerado mantida a condição de segurado do autor em face da situação de desemprego apenas com base no registro na CTPS da data de sua saída no emprego, bem como na ausência de registros posteriores, devem os autos retornar à origem para que seja oportunizada à parte a produção de prova da sua condição de desempregado.
4. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no Ag nº 1.182.277/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 06/12/2010).
AGRAVO INTERNO. PENSÃO POR MORTE. DESEMPREGO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.
1. Desnecessária a comprovação de desemprego perante registro em órgão próprio do Ministério do Trabalho, se existentes outras provas dessa condição.
2. Agravo ao qual se nega provimento (AgRg no REsp nº 1.180.039/SC, Rel. Min. CELSO LIMONGI, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe de 04/10/2010).
Pelo exposto, nego seguimento ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2004.61.85.026071-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ALTAIR APARECIDO REZENDE
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS E OUTRO
REQUERIDO (A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ANTÔNIO ALEXANDRE FERRASSINI

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ALTAIR APARECIDO REZENDE, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual negou provimento a pedido de alvará de levantamento de FGTS, para pagamento de prestações da casa própria, ao fundamento de que o caso não se enquadra nas hipóteses elencadas pela Lei nº 8.036/90.
O suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados das Turmas Recursais do Mato Grosso e de Rondônia, bem como do STJ, segundo os quais, a lista de hipóteses para levantamento do FGTS elencada na Lei nº 8.036/90 é meramente exemplificativa, tendo interpretação extensiva para alcançar outras hipóteses não elencadas, mas que atendem a finalidade social do FGTS.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2004.85.00.503144-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: MAURÍCIO ANDRADE ELIAS
PROC./ADV.: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN E OUTRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

MAURÍCIO DE ANDRADE ELIAS apresenta pedido de submissão ao Superior Tribunal de Justiça, com fulcro no art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/01, contra decisão monocrática proferida por esta Presidência que não admitiu o processamento do incidente de uniformização formulado com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, haja vista que a análise do recurso implica necessariamente em reexame de provas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tal intento se mostra totalmente descabido.
Com efeito, seu reclamo está fadado ao insucesso, pois não se insurge contra decisão de mérito prolatada pela Turma Nacional de Uniformização que se encontra em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do c. Superior Tribunal de Justiça, conforme estabelece expressamente o artigo 36, caput, do RI/TNU, mas sim em face de decisão monocrática que não veio a ser combatida mediante a interposição do competente recurso de agravo regimental, para que o colegiado da TNU se manifestasse a respeito e assim viabilizar o manejo do incidente dirigido ao STJ, o que acaba por prejudicar a apreciação de seu requerimento.
Em vista disso, INDEFIRO o pedido formulado pela parte.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2005.63.01.027754-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
AGRAVANTE: ELIAS ALVES RODRIGUES
ADVOGADA: DANIELA MUSCARI SCACCHETTI
AGRAVADO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ELIAS ALVES RODRIGUES interpõe agravo regimental contra decisão que negou seguimento a incidente de uniformização suscitado com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que deu provimento ao recurso da autarquia previdenciária, para julgar improcedente o pedido de concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, inc. V, da CF/88, por entender que não restou atendido o requisito da hipossuficiência financeira mínima, ao considerar como integrantes do núcleo familiar o pai e a mãe do requerente, aquele aposentado e ambos beneficiários de pensão por morte, no valor de R$ 400,00 para cada um.
A decisão agravada funda-se em que, segundo reza o caput do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001, a divergência que autoriza o incidente de uniformização é a que se estabelece quanto à interpretação do direito material pertinente à demanda e não quanto à prova dos fatos.
Observou-se que, no caso, a controvérsia diz respeito à composição do núcleo familiar do requerente para efeito da averiguação da condição de hipossuficiência financeira requerida pela lei de regência, aspecto que, por envolver reexame de provas, não pode ser revisto nesta sede.
Entendo que o agravante, reeditando argumentos já explorados na petição do incidente, não infirma a decisão agravada, razão por que a mantenho.
À distribuição.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.63.01.028054-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: KAREN N. O. S. W. DIAS
REQUERIDO(A): AURÉLIA LIZETE DE BARROS CZAPSKI
PROC./ADV.: RENATA BARBOSA DE FARIAS LEITE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que manteve a sentença que acolheu o pedido de indenização por danos materiais e morais em decorrência do atraso na entrega de correspondência natalina.
Sustenta a parte suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento do STJ, invocando que a responsabilidade decorrente do atraso na entrega de objeto postal funda-se na responsabilidade subjetiva, cabendo à vítima a comprovação da culpa da Administração, e ainda alega sobre a necessidade de se comprovar o conteúdo do respectivo objeto postal.
O incidente foi inadmitido pela Juíza Federal Coordenadora das Turmas Recursais da Seção Judiciária de São Paulo, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
No primeiro deles cuidou-se de tema relativo a fornecimento de medicamentos pelo Estado, enquanto que no outro, ao dispor sobre o dever de indenizar somente pelo valor da postagem, restou expresso que o dano teria sido somente alegado, não comprovado.
A decisão colegiada recorrida, por sua vez, entendeu constatado, pelas provas e depoimentos prestados em juízo que é fato incontroverso o recebimento da encomenda pela agência dos Correios em 19/12/2003.
Nesse contexto, tenho que o presente pleito se mostra inadmissível, porquanto, em última análise, pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de abril de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.63.01.072474-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MANOEL CARDOSO DA SILVA
PROC/ADV.: ELISABETH TRUGLIO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão monocrática proferida pela Exmª Srª Juíza Federal Renata Andrade Lotufo, integrante da Turma Recursal da 1ª Subseção Judiciária de São Paulo, a qual negou seguimento a recurso em que se objetivava concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, ao entendimento de que o prévio ingresso de pedido na via administrativa é condição necessária para a propositura de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Alega o requerente que a decisão combatida diverge do entendimento da TNU e da Turma Recursal de Minas Gerais, aduzindo, em síntese, que a ausência de prévio requerimento administrativo não configura falta de interesse de agir por parte do postulante do benefício.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
Dispõe o artigo 14, caput, da Lei nº 10.259/2001:
Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
E é esta, com efeito, a letra do artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:
Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Ao que se tem, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente foi suscitado em face de decisão monocrática da Juíza Federal Relatora do recurso inominado, não referendada pela Turma Recursal, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como suscitado, à ausência de manifestação do colegiado.
A propósito, o seguinte precedente da Turma Nacional de Uniformização:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DE JUIZ DE TURMA RECURSAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE A DECISÃO RECORRIDA E OS JULGADOS COLACIONADOS COMO PARADIGMAS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.
Não se admite Pedido de Uniformização endereçado à Turma Nacional contra decisão monocrática de Juiz de Turma Recursal, sem o prévio exaurimento dos recursos cabíveis na instância ordinária.
Ausência de similitude fática e jurídica entre a decisão recorrida e os acórdãos apresentados como paradigmas.
Pedido de Uniformização não conhecido (PU nº 200638007385763, Relator Juiz Federal Sebastião Ogê, DJ de 4/4/2008).
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU, nego seguimento ao presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2005.63.01.176273-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JESUS FLORIANO DOS SANTOS
PROC./ADV. : CARLA CRISTINA MIRANDA DE MELO GUIMARÃES
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração interposto por JESUS FLORIANO DOS SANTOS, contra decisão que proferi inadmitindo o pedido de uniformização interposto pelo ora requerente em 02/08/2010.
Sustenta o requerente, em termos sucintos, que não se trata o caso de pedido de uniformização nacional, mas sim de pedido de uniformização regional, o qual foi endereçado à Turma Regional.
Relatados. Decido.
De fato, trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 3ª Região suscitado por JESUS FLORIANO DOS SANTOS em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01.
Protocolado pedido de uniformização regional de jurisprudência, foram os autos, por engano, remetidos a esta Turma Nacional de Uniformização, cuja Presidência inadmitiu o incidente em 02/08/2010.
Ocorre que, conforme antes noticiado, trata-se de Pedido de Uniformização de Jurisprudência Regional, como se extrai da própria petição, não cabendo ao Presidente desta decidir acerca da sua admissibilidade.
Tais as razões expendidas, torno sem efeito a decisão proferida em 02/08/2010, a qual inadmitiu o pedido de uniformização, e determino a remessa dos autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.63.01.352016-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANTÔNIO AGOSTINHO PEREIRA
PROC/ADV.: VANILDA CAMPOS RODRIGUES

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu o auxílio-doença e determinou a sua conversão em aposentadoria por invalidez, considerando como parâmetro a atividade habitual do segurado. No caso concreto, entendeu que o segurado está incapaz de exercer sua atividade habitual e não se vislumbra possibilidade de recuperação para o exercício desta ou de reabilitação para o exercício de outra atividade.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade não retira a capacidade laboral da segurada.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2005.63.02.013290-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A) : ABADIA MARIA DE OLIVEIRA SCAVONE
PROC./ADV. : KELLI CRISTINA RESTINO RIBEIRO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, em face de decisão colegiada proferida pela Turma Recursal do Juizado Especial Federal - Subseção Judiciária de Ribeirão Preto, a qual manteve a sentença que concedeu benefício de pensão por morte, ao entendimento de que o de cujus era contribuinte individual e que restou comprovado o efetivo exercício do trabalho, motivo pelo qual, é possível aos dependentes o recolhimento das contribuições em atraso.
Alega a autarquia divergência com julgados de outras Turmas Recursais aduzindo, em síntese, que o simples exercício das atividades elencadas nas alíneas do art. 11, inciso V, da Lei 8.213, não garante a qualidade de segurado, sendo necessário o efetivo recolhimento das contribuições, obrigação que incumbe ao próprio segurado, sob pena de perder tal condição.
Argumenta, por fim, que após o óbito do segurado contribuinte individual não é possível aos dependentes a regularização das contribuições, para fins de recebimento de pensão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.63.03.016792-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTÔNIO GARCIA
PROC./ADV.: IVAN PAROLIN FILHO
REQUERIDO (A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: MARIA HELENA PESCARINI

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANTÔNIO GARCIA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual negou provimento a pedido de incidência de juros progressivos sobre saldo de FGTS.
O suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2005.63.10.001697-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTONIO SARTORI
PROC./ADV. : LUIZ APARECIDO SARTORI
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTONIO SARTORI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que manteve a sentença de desprovimento do pedido de aposentadoria rural, diante do conjunto probatório apresentado.
Alega o suscitante divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões, da TNU e do STJ, os quais atestariam, segundo procura demonstrar, que os documentos constantes nos presentes autos constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Os contextos fáticos revelados nas decisões paradigma não guardam a necessária semelhança com aquele dos autos, em que se decidiu, em virtude da análise das provas e documentos em seu conjunto, que os documentos constantes nos presentes autos não constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.
Ademais, a controvérsia cinge-se a exame de matéria de fato, uma vez que a conclusão a que se chegou no acórdão impugnado se deu, essencialmente, por conta do conjunto probatório, mostrando-se, também por este óbice, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.70.51.008027-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE : OSWALDO SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV. : ANDRÉ BENEDETTI DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

OSWALDO SILVA DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que reconheceu apenas parcialmente o tempo de serviço especial prestado pelo autor.
Alega-se divergência com julgados da Turma Recursal de Santa Catarina e da própria TNU.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2005.71.50.033335-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : MIGUEL ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA
PROC./ADV. : VIRGÍNIA DA SILVA CANTARELLI
REQUERIDO (A) : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MIGUEL ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul - 4ª Região, que entendeu ser adequada a forma de cálculo em separado da contribuição previdenciária incidente sobre a gratificação natalina, a partir da vigência da Lei n.º 8.620/93.
Alega o demandante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça.
Afirma, em síntese, que o MM. Juízo a quo não se pronunciou sobre as matérias infraconstitucionais agitadas em suas razões recursais e que seria ilegal a forma de cálculo em separado da citada exação previdenciária incidente sobre a gratificação natalina, visto que esta integra o salário-de-contribuição, acabando por questionar a legalidade dos Decretos n.º 612/92, 2.173/97 e 3.048/1999.
Ao incidente foi negado seguimento.
Por sua vez, o postulante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre consignar que o aresto do Tribunal Regional Federal da 5ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Além do mais, verifico que a divergência invocada pelo autor já foi objeto de apreciação pela Turma Nacional de Uniformização, a qual entendeu que, com o advento da Lei n.º 8.620/93, a tributação em separado da gratificação natalina restou permitida em lei, cujo fato inviabiliza o conhecimento de seu inconformismo, eis atrair a incidência do óbice estatuído no § 1º do artigo 15 do RI/TNU.
Não bastasse isso, a jurisprudência do STJ, no julgamento do EREsp n.º 442.781/PR pela Primeira Seção, na assentada de 14/11/2007, pacificou-se no sentido de que, após o início da vigência da Lei n.º 8.620/93, é legítimo o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina, verbis:
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO. CÁLCULO EM SEPARADO.
1. Segundo entendimento do STJ, era indevido, no período de vigência da Lei 8.212/91, o cálculo em separado da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina em relação ao salário do mês de dezembro. Todavia, a Lei n.º 8.620/93 estabeleceu expressamente essa forma de cálculo em separado, que, portanto, passou a ser legítima a partir da sua vigência.
2. Embargos de divergência a que se nega provimento (EREsp n.º 442.781/PR, rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 10/12/2007, pág. 278).
Observa-se, assim, que a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é consonante com o decidido pela Turma Recursal, não havendo, portanto, divergência autorizativa para a admissão do incidente.
Frente ao exposto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.: 2005.71.50.036780-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUIZ MARIO BARBOSA FERREIRA
PROC./ADV.: NILTON EDUARDO DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual entendeu não haver prescrição de valores atrasados relativos ao reajuste de 3,17% reconhecido pela medida provisória nº 2.225-45/2001.
Alega a suscitante divergência com decisões do STF e de TRFs, bem como com decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo, que declarou prescritas as parcelas atrasadas relativas ao reajuste de 3,17% reconhecido pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001, para ações intentadas após 04/03/2004.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal e a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que os acórdãos oriundos dos Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma para o presente incidente, visto que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
No mais, o decisum combatido está em consonância com o entendimento fixado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme se verifica no acórdão do julgamento da PET 7.558/MG, que restou assim ementado, verbis:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.
4. Pedido julgado improcedente.
Ao julgar a Pet nº 7.558/MG, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 04.09.2006, diante da renúncia operada pela MP nº 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data aplica-se a Súmula 85/STJ.
Como a presente ação foi ajuizada antes de 04.09.2006, não há divergência interpretativa a ser sanada, motivo pelo qual, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2005.71.50.036956 - 4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : UNIÃO
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : RUBBI ROGELIN
PROC./ADV. : NILTON EDUARDO DE SOUZA

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que, em demanda versando sobre o reajuste residual de 3,17% na remuneração de servidor público federal, entendeu pela incidência da prescrição quinquenal apenas das parcelas atrasadas, além do que teria havido renúncia aos efeitos da prescrição com a edição da Medida Provisória nº 2.225-45/01.
Alega a suscitante divergência com julgado da Turma Recursal do Espírito Santo, argumentando não ter havido renúncia à prescrição com a referida MP, mas apenas interrupção do seu curso, o qual voltou a correr pela metade.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal do Rio Grade do Sul.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o incidente de uniformização PET 7.558/MG, pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 4/09/2006, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.
Destaco o citado precedente, in verbis:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.
4. Pedido julgado improcedente.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 2005.71.52.001784-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : VALMIR KOSSMAN
PROC/ADV. : RONY PILLAR CAVALLI

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que restou assim ementada, litteris:
CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. SEGURO-SAÚDE: FUSEX/FUNSA. LEI N. 6.880/1980 - ESTATUTO DOS MILITARES. CUSTEIO: LEI N. 5.787/1972 E DECRETO N. 92.512/1986. CONTRIBUIÇÕES MENSAIS PARA CONSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DOS FUNDOS DE SAÚDE DE CADA FORÇA ARMADA: 3% DO VALOR DO SOLDO PARA MILITARES ATIVOS E INATIVOS. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. POSTERIOR LEI N. 8.237/1991 NADA DISPÔS SOBRE EVENTUAL ALTERAÇÃO DA ALÍQUOTA. NATUREZA TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO. PRINCÍPIOS DE REGÊNCIA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL (ART. 146, III; ART. 149, CAPUT E ART. 150, I E III DA CF 1988). DECRETOS POSTERIORES QUE MAJORARAM A ALÍQUOTA EXORBITARAM DA PREVISÃO LEGAL. AUTORIZADA A RESTITUIÇÃO DO EXCEDENTE A 3%, ATÉ A EFETIVA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.131/00, EM 01.04.2001, QUE AUMENTOU O PERCENTUAL DA ALÍQUOTA DE MODO LEGAL. PRAZO DE RESTITUIÇÃO. EFEITOS DO TEMPO: PARA AÇÕES AJUIZADAS ANTES DE 09.06.2005 (VIGÊNCIA E EFICÁCIA DA LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005), PERMANECE O CHAMADO "CINCO MAIS CINCO"; PARA AÇÕES AJUIZADAS APÓS 09.06.2005, REDUÇÃO DO PRAZO DE PEDIDO DE RESTITUIÇÃO PARA CINCO ANOS, TÃO-SOMENTE.
Alega divergência com julgados de Turma Recursal do Rio de Janeiro e da TNU, defendendo que o prazo prescricional seria quinquenal, e não decenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso IX, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.71.52.002886-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): JORGE GUIMARÃES DA SILVA
PROC/ADV.: ARNO WINTER

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou procedente a pretensão da autora e condenou a União a restituir os valores indevidamente recolhidos a título da referida exação FUSEX/FUNSA, exclusivamente no que excederem o percentual de 3%, no período compreendido no decênio que antecede o ajuizamento da presente demanda até a vigência da MP 2.131/00 em 01/04/2001, corrigidos desde seus vencimentos pela UFIR (até 31.12.1995) e pela taxa SELIC (a partir de 01.01.1996), sem aplicação de juros de mora, pois a SELIC já os engloba.
Alega divergência com julgados da Turma Recursal do Rio de Janeiro e da TNU, defendendo que o prazo prescricional seria quinquenal, e não decenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso IX, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de março 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 2005.71.52.002998-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : FRANCISCO CORREA MARTINS
PROC/ADV. : MÁRCIA IARA HOLSBACH DE SOUZA

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou procedente o pedido do autor à repetição dos valores recolhidos à título de FUSEX sob o argumento de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação (portanto afasto o entendimento sentencial pelo lançamento de ofício), é pacífico na jurisprudência o entendimento de que o prazo de cinco anos conta-se não de seu recolhimento, mas da respectiva homologação, expressa ou tácita, pela autoridade administrativa (art. 150, § 4º, 168, I, e 156, I, todos do CTN), porque, antes desta, não há crédito, nem pagamento que o extinga definitivamente (STJ, REsp n. 65.714, rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, j. 19.06.95, DJ 07.08.95; STJ, REsp n. 43.502, rel. Min. César Ásfor Rocha, j. 25.04.95, DJ 29.05.95).
Alega divergência com julgados da Turma Recursal do Rio de Janeiro e da TNU, defendendo que o prazo prescricional seria quinquenal, e não decenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.71.52.003008-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): SIMONI DA SILVA BARGHOUTI
PROC./ADV.: MÁRCIA IARA HOLSBACH DE SOUZA

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou procedente a pretensão da autora e condenou a União a restituir os valores indevidamente recolhidos a título da referida exação FUSEX, exclusivamente no que excederem o percentual de 3%, no período compreendido no decênio que antecede o ajuizamento da presente demanda até a vigência da MP 2.131/00 em 01/04/2001, corrigidos desde seus vencimentos pela UFIR (até 31.12.1995) e pela taxa SELIC (a partir de 01.01.1996), sem aplicação de juros de mora, pois a SELIC já os engloba.
Alega divergência com julgados de Turma Recursal do Rio de Janeiro e da TNU, defendendo que o prazo prescricional seria quinquenal, e não decenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso IX, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 2005.71.52.003040-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : LUIZ HUMBERTO COLLETO
PROC/ADV. : MÁRCIA IARA HOLSBACH DE SOUZA JÚNIOR E OUTRO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou procedente a pretensão do autor e condenou a União a restituir os valores indevidamente recolhidos a título de FUSEX, exclusivamente no que exceder o percentual de 3%, até a vigência da MP 2.131/00 em 01/04/2001, respeitada a prescrição decenal.
Alega divergência com julgados da Turma Recursal do Rio de Janeiro e da TNU, defendendo que o prazo prescricional seria quinquenal, e não decenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.71.52.003235-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): TADEU FERNANDO FONTANELLA
PROC/ADV.: RODRIGO GINDRI FIORENZA

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que determinou prazo decenal para repetição do indébito do FUSEX.
Alega a suscitante divergência com julgados da Turma Recursal do Rio de Janeiro e da TNU, aduzindo, em síntese, que o prazo prescricional para repetição do indébito do FUSEX é quinquenal.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.71.52.005956-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): GERSON SOARES REBELO
PROC/ADV.: LUCIANO JOHAN

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado pela FAZENDA NACIONAL, em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela ilustre Presidente da Turma Recursal.
A requerente, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº: 2006.63.01.077085-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO ALBERTO DE PIERI
PROC./ADV.: ANGELA PARRAS DE MOURA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que reconheceu o direito à repetição de indébito de valores referentes à incidência de Imposto de Renda sobre verbas indenizáveis (abono de férias e licença prêmio).
Consta dos autos que foram opostos embargos de declaração da decisão recorrida questionando-se a iliquidez da sentença.
A Turma recursal negou provimento aos embargos ao entendimento de que a iliquidez da sentença não foi objeto de recurso, motivo pelo qual não teria porque se manifestar a respeito do assunto na decisão colegiada.
Alega a suplicante que a decisão combatida, ao dispensar a fixação do quantum condenatório, divergiu de julgados da outras Turmas Recursais, bem como de consulta feita à TNU.
Aduz, ainda, que a fixação de honorários em 10% do valor da condenação diverge do entendimento do STJ, em que não é aplicado o limite estabelecido no §3º do art. 20 do CPC nas condenações à Fazenda, mas sim o §4º do mesmo diploma, que permite aplicação de honorários em limites inferiores, devendo, portanto, a verba ser reduzida para 5%.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença e a fixação de honorários advocatícios, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.01.094302-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EDUARDO ROBERTO BELTRAN
PROC/ADV.: ELAINE RANGEL DO NASCIMENTO FONTENELLE E OUTRA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

EDUARDO ROBERTO BELTRAN suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, fundada no art. 557 do CPC, manteve a sentença que negou a conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.
Alega o suscitante divergência com julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que as condições pessoais do segurado autorizariam a concessão da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Dispõe o artigo 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, in verbis:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei."
E é esta a letra do artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:
"Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
(...)"
A divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente foi suscitado em face de decisão monocrática do Juiz Federal Relator do recurso inominado, não referendada pela Turma Recursal, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como suscitado, à ausência de manifestação do colegiado.
A propósito, o seguinte precedente da Turma Nacional de Uniformização:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DE JUIZ DE TURMA RECURSAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE A DECISÃO RECORRIDA E OS JULGADOS COLACIONADOS COMO PARADIGMAS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.
Não se admite Pedido de Uniformização endereçado à Turma Nacional contra decisão monocrática de Juiz de Turma Recursal, sem o prévio exaurimento dos recursos cabíveis na instância ordinária.
Ausência de similitude fática e jurídica entre a decisão recorrida e os acórdãos apresentados como paradigmas.
Pedido de Uniformização não conhecido."
(PU nº 200638007385763, Relator Juiz Federal Sebastião Ogê, in DJU 4/4/2008).
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.001395-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO CARLOS PERECIN
PROC/ADV.: ALMIRO SOARES DE RESENDE

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que deferiu a aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que o autor é portador de artrose dos joelhos e o laudo pericial considerou se tratar de caso de incapacidade parcial e permanente para o exercício de determinadas atividades que exijam esforço físico, como o labor rural, atividade do segurado.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade do segurado é parcial o que impediria o deferimento da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com conseqüente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.006622-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MIGUEL SANTANA
PROC/ADV.: DÁZIO VASCONCELOS E OUTROS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu a aposentadoria por invalidez por considerar presentes os requisitos, ratificando a sentença que assim decidiu:
"O laudo pericial concluiu ser a incapacidade parcial e permanente, diagnosticando que o autor é portador de lombalgia e hipertensão arterial sistêmica.
Salientou o expert que 'como trabalhava como rurícola, com sobrecarga de pesos, não tem indicação para retornar a este tipo de trabalho caso trabalhe com excesso de peso...' Destarte, levando em conta sua idade - 53 anos, seu baixo nível de instrução (primeiro grau incompleto), e o fato de ter trabalhado, durante praticamente toda sua vida laborativa, como rurícola, atividade incompatível com o quadro clínico descrito, entendo que o benefício adequado é o de aposentadoria por invalidez, inclusive porque com tal grau de instrução e com referidas restrições laborativas, o mercado de trabalho atual lhe torna muito restrito, talvez inexistente".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade parcial não permite a concessão da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.006872-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSÉ RIBAMAR MENDES
PROC/ADV.: RENÊ ARAÚJO DOS SANTOS E OUTRO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu a aposentadoria por invalidez por considerar presentes os requisitos, ratificando, neste ponto, a sentença que assim decidiu:
"O laudo médico pericial, por sua vez, diagnosticou que o autor é portador de "hipertensão arterial sistêmica e escoliose tóraco lombar", sendo conclusivo ao afirmar a incapacidade parcial e permanente para atividades para atividades que exijam esforços físicos.
É de se considerar que não pode ele retornar à sua atividade habitual, sendo o caso, em princípio, de restabelecimento do auxílio-doença. No entanto, melhor analisando os autos, verifica-se que o autor conta 53 (cinqüenta e três) anos de idade , possui baixa instrução e sempre exerceu atividades braçais, pelo que considero-o totalmente incapacitado para o trabalho, o que denota que o caso é de aposentadoria por invalidez".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade parcial não permite a concessão da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N°: 2006.63.02.007225-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ELSA BEVILACQUA DA SILVA
PROC/ADV.: SHIRLEY APARECIDA DE OLIVEIRA SIMÕES E OUTROS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu a aposentadoria por invalidez por considerar presentes os requisitos, ratificando a sentença que assim decidiu:
"Quanto à incapacidade, o laudo médico pericial diagnosticou que a autora é portadora de dorsalgia, cervicalgia, artrose, lesão não especificada do ombro, entesopatia não especificada, hipertensão arterial sistêmica, hipercolesterolemia e gonartrose bilateral, sendo conclusivo ao afirmar a incapacidade parcial e permanente. Prossegue o insigne perito nos comentários do laudo que 'haverá restrições na atividade remunerada no mercado formal de trabalho, pela idade da autora'. Fica claro, desta maneira, o direito à concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, visto contar a autora 70 anos de idade".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade parcial não permite a concessão da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.007282-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LUZIA DIAS VIEIRA
PROC/ADV.: MAURÍCIO DE OLIVEIRA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu a aposentadoria por invalidez por considerar presentes os requisitos, ratificando a sentença que assim decidiu:
"No presente processo, observo que o laudo pericial diagnosticou que a autora é portadora de espondiloartrose lombar e cervical com discopatia e queixas de dores nos ombros. Na conclusão do laudo, o insigne perito verificou que se trata de caso de incapacidade parcial e permanente. Com base na referida diagnose, concluiu-se que a autora está impedida de exercer atividades que exijam grandes esforços físicos.
Embora o perito tenha afirmado em seu laudo, que a autora pode exercer atividade de passadeira, cozinheira e acompanhante de idosos, afasto tal assertiva por considerar essas atividades pesadas.
Tendo em vista o aludido apontamento do laudo, com a associação das restrições descritas à sua idade (67 anos), baixo nível de escolaridade e considerando que apenas exerceu atividade que exige grande esforço físico, como rurícola, a autora se encontra afastada da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, infiro que, de fato, se trata de caso de incapacidade total e permanente, que impede a autora de prover o próprio sustento".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade parcial não permite a concessão da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.007558-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): BIANOR CELESTINO FERREIRA DE SOUZA
PROC/ADV.: DANIELA MANFRÉ NOGUEIRA E OUTRO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu a aposentadoria por invalidez por considerar presentes os requisitos, ratificando a sentença que assim decidiu:
"No presente processo, observo que o laudo pericial diagnosticou que o autor é portador de amaurose olho direito, gonartrose (joelho) esquerdo e hipertensão arterial sistêmica. Na conclusão do laudo, o insigne perito verificou que se trata de caso de incapacidade parcial e permanente. Com base na referida diagnose, concluiu-se que o autor está impedido de exercer atividades que pressuponham grandes esforços físicos, movimentos repetidos de flexão dos joelhos e agachamentos constantes, que impede o exercício da atividade habitual de rurícola (comentários)
Tendo em vista o aludido apontamento do laudo, com a associação das restrições descritas à sua idade (56 anos), com baixo nível de escolaridade e considerando que sempre exerceu atividades que demandam esforço físico, flexão de joelhos e/ou agachamentos constantes, como pedreiro e rurícola, o autor se encontra afastado da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, infiro que, de fato, se trata de caso de incapacidade total e permanente, que impede o autor de prover o próprio sustento".
Alega o suscitante divergência com julgado da Turma Recursal de São Paulo, aduzindo, em síntese, que a incapacidade é anterior à refiliação do segurado.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto o aresto da Turma Recursal de São Paulo-Capital, por ser da mesma região.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.008854-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JUVENAL INÁCIO DA SILVA
PROC/ADV.: ZÉLIA DA SILVA FAGOÇA LOURENÇO E OUTROS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu a aposentadoria por invalidez por considerar presentes os requisitos, ratificando, nesse ponto, a sentença que assim decidiu:
"No presente processo, observo que o laudo pericial diagnosticou que o autor é portador de Degeneração discal L4-L5 e L5-S1 (Ressonância Magnética da Coluna Lombo sacra realizada em 13/06/2006) e Hérnia discal L5-S1 centrolateral E. Na conclusão do laudo, o insigne perito verificou que se trata de caso de incapacidade parcial e permanente.
Ademais, não tem condições de exercer suas atividades habituais de trabalhador braçal, das quais provém sua subsistência, conforme quesito 9 e 12. Corroborado, a isto, tem-se a porcentagem de 100% de comprometimento físico, para atividades de grande vigor físico.
Tendo em vista à idade avançada do autor (57 anos) e sua baixa escolaridade, não é razoável que se conceda apenas o auxílio doença, pois sua participação no mercado formal de trabalho encontra-se inviabilizada. Infiro que incide a hipótese de aposentadoria por invalidez, que pressupõe o caráter definitivo da incapacidade total".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade parcial não permite a concessão da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.009389-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSÉ FESTUCCI BUSELLI
PROC/ADV.: JAIME LUÍS ALMEIDA SOUTO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu a aposentadoria por invalidez por considerar presentes os requisitos, ratificando a sentença que assim decidiu:
"No presente processo, observo que o laudo pericial diagnosticou que o autor é portador de Hérnia de Disco Lombar L4-L5 foraminal à esquerda, Lombalgia Crônica, Osteoartrose Lombar, Gonartrose à direita, Hipertensão Arterial e Gastrite Cronica. Na conclusão do laudo, o insigne perito verificou que se trata de caso de incapacidade parcial e permanente, com limitação para atividades onde realize muita sobrecarga de peso em região de coluna e com limitação na deambulação.
Assevero que muito embora o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade parcial e permanente do autor, a verdade é que, a exposição pericial, somada à idade avançada do autor (61 anos), a sua baixa escolaridade (2ª série do primeiro grau) e ao fato do autor ter sempre se valido de atividades braçais para o seu sustento, autorizam este juízo a concluir que o caso é de INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade parcial não permite a concessão da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N°: 2006.63.02.010988-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSÉ ALVES GODOY
PROC/ADV.: MARCOS DE ASSIS SERRAGLIA E OUTRA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que assim decidiu:
"Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para, reformando, em parte, a sentença atacada, determinar que o INSS apure os atrasados na forma e nos parâmetros estabelecidos na sentença, indicando-os, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o trânsito em julgado, para o fim de expedição de RPV ou precatório".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que cabe ao credor o cálculo do valor que entende devido.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.012732-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA CANDIDA FERREIRA ROSA
PROC/ADV.: JUAREZ MANFRIM E OUTRO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que assim decidiu:
"Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para, reformando, em parte, a sentença atacada, determinar que o INSS apure os atrasados na forma e nos parâmetros estabelecidos na sentença, indicando-os, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o trânsito em julgado, para o fim de expedição de RPV ou precatório".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que cabe ao credor o cálculo do valor que entende devido.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.012989-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANA TERESA DE JESUS NOGUEIRA
PROC/ADV.: RENATO NEIVAS ALVARENGA E OUTRA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu a aposentadoria por invalidez por considerar presentes os requisitos, ratificando, nesse ponto, a sentença que assim decidiu:
"No presente processo, observo que o laudo pericial diagnosticou que a parte autora é portadora de espondiloartrose lombar e insuficiência cardíaca congestiva. Na conclusão do laudo, o insigne perito verificou que se trata de caso de incapacidade parcial e permanente. Com base na referida diagnose, concluiu-se que a parte autora está impedida de exercer atividade habitual de doméstica (discussão e resposta ao quesito 7 deste juízo).
Tendo em vista o aludido apontamento do laudo, com a associação das restrições descritas à sua idade (59 anos) e baixa escolaridade, a parte autora se encontra afastada da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, infiro que, de fato, se trata de caso de incapacidade total e permanente, que impede o autor de prover o próprio sustento".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade parcial não permite a concessão da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.013276-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ARLINDO VICENTE
PROC/ADV.: SIMONE MARIA ROMANO DE OLIVEIRA E OUTRO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que assim decidiu:
"Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para, reformando, em parte, a sentença atacada, determinar que o INSS apure os atrasados na forma e nos parâmetros estabelecidos na sentença, indicando-os, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o trânsito em julgado, para o fim de expedição de RPV ou precatório".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que cabe ao credor o cálculo do valor que entende devido.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.014438-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SANTO MOVIO
PROC/ADV.: MARTA BEVILACQUA DE CARVALHO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que assim decidiu:
"Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para, reformando, em parte, a sentença atacada, determinar que o INSS apure os atrasados na forma e nos parâmetros estabelecidos na sentença, indicando-os, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o trânsito em julgado, para o fim de expedição de RPV ou precatório".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que cabe ao credor o cálculo do valor que entende devido.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.015306-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ARCOLINA DOBREW DERÓBIO
PROC/ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR E OUTROS

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Quinta Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, que concedeu a aposentadoria por invalidez, sob os seguintes fundamentos:
"No presente caso, a controvérsia se restringe apenas e tão-somente à existência, ou não, de incapacidade laborativa.
Trata-se de pessoa contando atualmente com 69 anos de idade, dona de casa, cujo diagnóstico é de escoliose sinistro convexa (radiologia), osteoartrose de coluna lombo-sacra (radiologia), esporão de calcâneo (radiologia), asma brônquica (informação clínica) e obesidade.
Em que pese o laudo tenha concluído pela incapacidade parcial, entendo que a própria idade já se mostra como um fator que, associado à doença, retira a capacidade laborativa do segurado. Tal conclusão tem espeque no conjunto probatório colhido nos autos, o qual se mostra uníssono acerca da incapacidade laborativa, autorizando, dessa forma, o acolhimento do pedido da parte autora.
Saliente-se que o juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos de seu convencimento. Dito dispositivo legal representa "a consagração do princípio do livre convencimento ou persuasão racional (que se contrapõe radicalmente aos sistemas da prova legal e do juízo pela consciência). Decorre do princípio um grande poder e um grande dever. O poder concerne à liberdade de que dispõe o juiz para valorar a prova (já que não existe valoração legal prévia nem hierarquia entre elas, o que é próprio do sistema da prova legal); o dever diz respeito à inafastável necessidade de o magistrado fundamentar sua decisão, ou seja, expressar claramente o porquê de seu convencimento (...)." (Antônio Claudio da Costa Machado, Código de Processo Civil Interpretado, Saraiva, São Paulo, 2ª ed., 1996, p. 108, comentários ao art. 131 do CPC")".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a incapacidade parcial não permite a concessão da aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2006.63.02.016838-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): VERA LÚCIA BOTANIO DE MIRANDA
PROC/ADV.: MÁRCIA MOREIRA GARCIA DA SILVA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, ratificando a sentença que assim decidiu:
"O Instituto Nacional do Seguro Social deverá apurar os atrasados na forma e nos parâmetros estabelecidos nesta sentença, indicando-os no prazo de 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da mesma, para o fim de expedição de RPV ou Precatório".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que cabe ao credor o cálculo do valor que entende devido.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N°: 2006.63.02.016902-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANGELA MARIA FERREIRA FIGUEIREDO
PROC/ADV.: TÉO ERNESTO TEMPORINI

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, ratificando a sentença que assim decidiu:
"Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para, reformando, em parte, a sentença atacada, determinar que o INSS apure os atrasados na forma e nos parâmetros estabelecidos na sentença, indicando-os, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o trânsito em julgado, para o fim de expedição de RPV ou precatório".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que cabe ao credor o cálculo do valor que entende devido.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 2006.63.02.017699-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A) : JOSE OSVALDO SABINO
PROC/ADV. : MAURÍCIO DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Segunda Subseção Judiciária de São Paulo, que manteve a concessão do benefício da aposentadoria por invalidez ao suscitado, coadunando com os fundamentos da sentença recorrida, quais sejam:
Tendo em vista o aludido apontamento do laudo, com a associação das restrições descritas à sua idade (66 anos), com baixo nível de escolaridade, o autor se encontra afastado da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, infiro que, de fato, se trata de caso de incapacidade total e permanente.
Aduz o suscitante divergência com julgados do STJ, alegando, em síntese, que para esse Eg. Tribunal não há direito ao benefício por invalidez quando a perícia atesta a parcial capacidade laborativa.
O incidente foi levantado em relação aos seguintes julgados:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL.
I - Estando a Autora incapacitada apenas parcialmente para o trabalho, não faz jus à aposentadoria por invalidez.
II - O argumento da dificuldade de obtenção de outro emprego, em face da idade avançada, baixo nível intelectual, não pode ser utilizado para a concessão do benefício, por falta de previsão legal.
III - Recurso provido.
(REsp nº358.983/SP, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 24/06/2002, p.327).
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INCAPACIDADE PARCIAL - ARTIGO 42 DA LEI 8.213/91.
- O segurado considerado parcialmente incapacitado para determinadas tarefas, podendo, porém, exercer atividades outras que lhe garantam a subsistência, não tem direito ao benefício da aposentadoria por invalidez.
- Para deferimento do benefício, a incapacidade há que ser total e permanente, insuscetível de reabilitação.
- Recurso conhecido e provido.
(REsp nº 231.093/SP, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ de 21/02/2011, p.165).
O incidente foi inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Breves relatos. Decido.
Sem razão o recorrente ao afirmar que a decisão diverge de corrente jurisprudencial majoritária do Superior Tribunal de Justiça porquanto já manifestada posição dessa Eg. Corte pela consideração das condições socioeconômica, profissional e cultural do segurado se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, se o laudo pericial for conclusivo pela incapacidade parcial do segurado.
Logo, a decisão colegiada ora recorrida, ao manter a sentença que entendeu pela concessão da aposentadoria por invalidez considerando não apenas a incapacidade parcial laborativa do autor, mas também as demais circunstâncias do caso concreto, como suas condições socioeconômicas a dificultarem seu retorno ao mercado de trabalho, está em consonância com a atual jurisprudência do STJ.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 2006.63.02.018602-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A) : MARIA PEREIRA DA LUZ
PROC/ADV. : ADRIANA TRINDADE DE ARAÚJO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Segunda Subseção Judiciária de São Paulo, que, mantendo a sentença, concedeu o benefício da aposentadoria por invalidez à suscitada sob os fundamentos da mesma, quais sejam:
Tendo em vista o aludido apontamento do laudo, com a associação das restrições descritas à sua idade (60 anos), empregada doméstica, com baixo nível de escolaridade, o autor se encontra afastado da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, infiro que, de fato, se trata de caso de incapacidade total e permanente.
Aduz o suscitante divergência com julgados do STJ, alegando, em síntese, que para esse Eg. Tribunal não há direito ao benefício por invalidez quando a perícia atesta a parcial capacidade laborativa.
O incidente foi levantado em relação aos seguintes julgados:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL.
I - Estando a Autora incapacitada apenas parcialmente para o trabalho, não faz jus à aposentadoria por invalidez.
II - O argumento da dificuldade de obtenção de outro emprego, em face da idade avançada, baixo nível intelectual, não pode ser utilizado para a concessão do benefício, por falta de previsão legal.
III - Recurso provido."
(Acórdão RESP 358983 / SP ; RECURSO ESPECIAL 2001/0137374-0. Fonte. DJ DATA: 24/06/2002 PG: 00327. Relator Min. GILSON DIPP (1111). Data da Decisão 28/05/2002)
PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INCAPACIDADE PARCIAL - ARTIGO 42 DA LEI 8.213/91.
- O segurado considerado parcialmente incapacitado para determinadas tarefas, podendo, porém, exercer atividades outras que lhe garantam a subsistência, não tem direito ao benefício da aposentadoria por invalidez.
- Para deferimento do benefício, a incapacidade há que ser total e permanente, insuscetível de reabilitação.
- Recurso conhecido e provido."
(Acórdão RESP 231093 / SP ; RECURSO ESPECIAL 1999/0084203-0. Fonte DJ DATA: 21/02/2000 PG: 00165. Relator Min. JORGE SCARTEZZINI (1113). Data da Decisão 18/11/1999)
O incidente foi inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Breves relatos. Decido.
A decisão colegiada ora recorrida manteve a sentença que entendeu pela concessão da aposentadoria por invalidez, considerando não apenas a incapacidade parcial laborativa do autor, mas também as demais circunstâncias do caso concreto, como suas condições socioeconômicas a dificultarem seu retorno ao mercado de trabalho.
Tal posicionamento se afina com a atual jurisprudência dominante das Turmas do STJ, as quais passaram a considerar as condições socioeconômica, profissional e cultural do segurado em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, se o laudo pericial for conclusivo pela incapacidade parcial do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.70.51.006349-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE : MILTON VIEIRA DE AQUINO
PROC./ADV. : MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MILTON VIEIRA DE AQUINO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que reformou a sentença para desprover o pedido de reconhecimento do tempo de serviço especial prestado pelo autor.
Alega-se divergência com julgados do STJ e da própria TNU.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº: 2006.81.00.505509-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): GLEUDISTONY LIMA SALES
PROC./ADV.: GILBERTO MONTEIRO SIEBRA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, reconhecendo o prazo prescricional de 10 anos, julgou parcialmente procedente o pedido de repetição de indébito da contribuição para o Fundo de Saúde do Exército - FUSEX.
A suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados da TNU, segundo os quais, a contribuição em tela é tributo cujo lançamento se aperfeiçoa de oficio, de modo que, em questão de prescrição, o prazo é qüinqüenal, e deve ser contado da data de extinção do crédito tributário.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
Ao julgar o REsp 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C, do CPC, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em 14.04.2010, reiterou o entendimento de que a contribuição ao FUSEX constitui tributo sujeito a lançamento de ofício, descontado diretamente no contra cheque do servidor militar pelo órgão pagador, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal, e que, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN (Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 26/04/2010).
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2006.84.00.509942-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A) : MARIA GENILDA DA COSTA
PROC./ADV. : NISMEIRE DIAS FALCÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, com base no conjunto probatório produzido (documental e testemunhal), concedeu a pensão por morte à autora, ao entendimento de que restou comprovada a qualidade de segurado do de cujus.
Naquela ocasião, a Turma Recursal manteve sentença em que se decidiu o seguinte, verbis:
Por sua vez, no que se refere à qualidade de segurado, esta também está cumprida. Embora o último vínculo empregatício registrado na CTPS do de cujus tenha se encerrado em 02/07/2002, ficou devidamente comprovado que, após sua demissão, o Sr. Antonio passou a trabalhar como vigia noturno no Condomínio Residencial Alto do Pitimbu, que ficava próximo a sua casa. As testemunhas ouvidas foram seguras em afirmar que ele trabalhou no referido condomínio até a data de seu óbito. Há também prova material do vínculo empregatício com o condomínio, consistente na carteira de vigilante juntada no anexo 8.
Alega a autarquia suscitante que não existe indício algum de prova material que possibilite a comprovação de que o falecido tenha laborado na atividade de vigia no período alegado pela autora, razão pela qual deve ser julgada improcedente a pretensão autoral, porquanto, não mantinha o instituidor a qualidade de segurado na data do óbito, na forma definida no art. 15 da Lei n.º 8.213/91.
Aduz, por fim, que ao conceder o benefício, a Turma Recursal contrariou jurisprudência do STJ , segundo a qual a partir de 10/11/1997 tornou-se indispensável à concessão da pensão por morte que seja demonstrada a condição de segurado do falecido, antes do seu óbito, para que os dependentes tenham direito ao benefício.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o julgado recorrido ancorou-se precipuamente nos fatos e nas provas dos autos para entender comprovada a qualidade de segurado do de cujus, de sorte que a revisão de tal entendimento importaria em reexame de tais elementos probatórios, o que é vedado em sede de pedido de uniformização.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2006.85.00.504989-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI E OUTRO
AGRAVADO(A): GIZELMA RIBEIRO BARROS
PROC./ADV.: VIVIANE SANTOS GAMA

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.51.51.015963-5
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: LAURINDO DA COSTA MORAES JUNIOR
PROC./ADV. : SIMONE SOUZA ALVES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LAURINDO DA COSTA MORAES JUNIOR suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve a sentença de provimento do pedido de aposentadoria, com reconhecimento de tempo de serviço especial.
Alega o suscitante divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça e de outra Turma Recursal, os quais atestariam, segundo procura demonstrar, que a comprovação de tempo de serviço não pode ser feita por documentos não contemporâneos à época dos fatos alegados.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
As decisões indicadas como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos, pois observam particularidades daqueles julgamentos lastreadas nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, cuida-se de pleito que visa o reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum hostilizado na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.51.51.059017-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: JAIR RAMOS DA SILVA
PROC./ADV.: MILTON PAULO NEMY JÚNIOR

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.51.51.084141-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERMELINDA DE SOUZA MATTOS
PROC./ADV.: ALEXSSANDER TAVARES DE MATTOS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão colegiada da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual deu provimento a pedido de aposentadoria por tempo de contribuição à requerida, anistiada política, entendendo desnecessária a participação da União como litisconsorte passiva e possível a acumulação da aposentadoria pleiteada com o benefício de reparação econômica recebido pela autora em virtude da sua condição de anistiada política.
Sustenta o suscitante divergência com julgados do STJ e de outras Turmas Recursais, nos quais fica consignada a necessidade da participação da União na lide.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relatados. Decido.
Verifica-se que o presente incidente não reúne condições de avançar.
Na hipótese em questão, inexiste similitude fática entre o julgado recorrido e os acórdãos paradigma.
Com efeito, o decisum atacado julgou pedido de aposentadoria por tempo de contribuição requerido pela autora, contudo, os arestos paradigma tratam de hipóteses em que se pleiteia o pagamento do benefício de reparação econômica recebido por aqueles que detêm a condição de anistiado político, este sim pago pela União.
Tais as razões expendidas, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.51.51.088737-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: MAURO SÉRGIO DE CARVALHO COSTA
PROC./ADV.: NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.51.52.006739-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: SÉRGIO ARTUR DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.51.52.006850-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: ANA MARIA MACHADO DE SOUZA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.51.52.006995-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): SHIRLEY BENTO DE SOUSA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.51.52.007136-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO HENRIQUE PINHO MAIA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão referendada pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve a sentença de procedência do pedido, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores não incide sobre o adicional de um terço de férias.
A suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ segundo os quais o adicional de um terço de férias possui natureza jurídica salarial, motivo pelo qual deve incidir a contribuição previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim emendado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.51.52.007448-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: MARIA DE LOURDES CARDOSO RIBEIRO
PROC./ADV: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.51.70.001157-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A) : ELSON BIEBE ALMEIDA
PROC./ADV. : MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES

DECISÃO

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS requer a remessa de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que reformou a sentença para reconhecer como válida a documentação comprobatória do tempo de serviço prestado pelo autor como sendo em condições especiais.
Alega-se divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça e de outra Turma Recursal.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.70.50.002980-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO RUBENS JACYSZEN JÚNIOR
PROC./ADV.(A): INÊS ESTANILAVA PUCCI E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, acolhendo em parte o recurso do autor e negando o recurso da ré, declarou a inexigibilidade do imposto de renda sobre os juros de mora por ele recebidos em sede de reclamatória trabalhista.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual apenas não incide imposto de renda sobre juros moratórios quando o valor sobre qual o mesmo incide tem natureza indenizatória, aplicando-se a regra de que o acessório segue a sorte do principal.
Verificando que a matéria relativa à incidência do imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de verbas remuneratórias recebidos em ação trabalhista vem sendo examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.002.665/RS, cujo julgamento está afetado à Primeira Seção daquela Corte, determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N°: 2007.70.50.003978-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DARCY BAPTISTA GABARDO
PROC/ADV.: WILLYAN ROWER SOARES
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL

DECISÃO

DARCY BAPTISTA GABARDO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que desproveu o pleito autoral na parte em que se pretendia o reconhecimento de exposição a ruídos excessivos, os quais caracterizariam o serviço prestado como sendo sob condições especiais.
Alega divergência com a jurisprudência das Turmas Recursais de Goiás e do Rio de Janeiro, aduzindo, em síntese, que na vigência do Decreto nº 53.831/64, a exposição a ruídos de 80 (oitenta) decibéis caracteriza o serviço prestado como sendo sob condições especiais.
O incidente foi inadmitido, e o autor apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Os precedentes colacionados pelo Requerente não representam a hodierna jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sobre a aplicabilidade do Decreto nº 53.831/64, a qual restou firmada nestes termos:
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO EXERCIDO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. INSALUBRIDADE.
REPARADOR DE MOTORES ELÉTRICOS. COMPROVAÇÃO POR MEIO DE FORMULÁRIO PRÓPRIO. POSSIBILIDADE ATÉ O DECRETO 2.172/97 - RUÍDOS ACIMA DE 80 DECIBÉIS CONSIDERADOS ATÉ A VIGÊNCIA DO REFERIDO DECRETO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. (...)
2. (...)
3. A Terceira Seção desta Corte entende que não só a exposição permanente a ruídos acima de 90 dB deve ser considerada como insalubre, mas também a atividade submetida a ruídos acima de 80 dB, conforme previsto no Anexo do Decreto 53.831/64, que, juntamente com o Decreto 83.080/79, foram validados pelos arts. 295 do Decreto 357/91 e 292 do Decreto 611/92.
4. (...).
5. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 723.002/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 17/08/2006, DJ 25/09/2006, p. 302)
Neste sentido, a Súmula n. 32 da Turma Nacional de Uniformização: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto 53.831/64; superior a 90 decibéis, a partir de 05/03/97, na vigência do Decreto 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto 4.882, de 18/11/03.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.70.50.005283-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ALTINO DOMINGUES
PROC./ADV.(A): INÊS ESTANILAVA PUCCI E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, acolhendo em parte o recurso do autor e negando o recurso da ré, declarou a inexigibilidade do imposto de renda sobre os juros de mora por ele recebidos em sede de reclamatória trabalhista.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual apenas não incide imposto de renda sobre juros moratórios quando o valor sobre qual o mesmo incide tem natureza indenizatória, aplicando-se a regra de que o acessório segue a sorte do principal.
Verificando que a matéria relativa à incidência do imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de verbas remuneratórias recebidos em ação trabalhista vem sendo examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.002.665/RS, cujo julgamento está afetado à Primeira Seção daquela Corte, determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.50.011448-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOEL NOGUEIRA DE ALMEIDA
PROC/ADV.: KARINA MIQUELETTO VIDAL
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOEL NOGUEIRA DE ALMEIDA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, segundo a qual, para que a atividade de vigia possa ser equiparada à de guarda para fins de enquadramento como atividade especial, afigura-se necessária a comprovação da utilização de arma de fogo.
Alega o suscitante divergência com julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e do STJ, aduzindo que a caracterização da atividade de vigia como especial independe do fato de o segurado portar, ou não, arma de fogo no exercício de sua jornada laboral.
Relatados, decido.
Cumpre consignar, inicialmente, que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de Lei Federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRF's.
Noutro giro, como bem observado pelo recorrido, não há similitude fática e jurídica entre a decisão a quo e os paradigmas utilizados. Nestes, ao contrário da decisão recorrida, não houve discussão específica acerca da necessidade de utilização de arma de fogo para enquadramento da atividade de vigia/vigilante.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.70.50.016300-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ROGÉRIO EUGÊNIO LOPES
PROC./ADV.: SABRINA NASCHENWENG
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ROGÉRIO EUGÊNIO LOPES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença de improcedência do pedido, considerando como legal a incidência do imposto de renda sobre o auxílio-moradia recebido pelo autor, ante a sua natureza salarial.
O suplicante sustenta que a decisão combatida diverge de julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que o auxílio-moradia tem natureza indenizatória, o que afasta a incidência do imposto de renda.
O incidente não foi admitido, e a parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O requerente não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o art. 13 do RI/TNU.
Frente ao exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.70.50.019216-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SANDRA MARA ANTONELLO MARTINS
PROC./ADV.(A): ARNALDO APARECIDO. CORAÇÃO E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, acolhendo em parte o recurso do autor e negando o recurso da ré, declarou a inexigibilidade do imposto de renda sobre os juros de mora por ele recebidos em sede de reclamatória trabalhista.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual apenas não incide imposto de renda sobre juros moratórios quando o valor sobre qual o mesmo incide tem natureza indenizatória, aplicando-se a regra de que o acessório segue a sorte do principal.
Verificando que a matéria relativa à incidência do imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de verbas remuneratórias recebidos em ação trabalhista vem sendo examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.002.665/RS, cujo julgamento está afetado à Primeira Seção daquela Corte, determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.70.50.019221-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): PATRÍCIA VALÉRIA GASPAR
PROC./ADV.(A): ARNALDO APARECIDO. CORAÇÃO E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, acolhendo em parte o recurso do autor e negando o recurso da ré, declarou a inexigibilidade do imposto de renda sobre os juros de mora por ele recebidos em sede de reclamatória trabalhista.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual apenas não incide imposto de renda sobre juros moratórios quando o valor sobre qual o mesmo incide tem natureza indenizatória, aplicando-se a regra de que o acessório segue a sorte do principal.
Verificando que a matéria relativa à incidência do imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de verbas remuneratórias recebidos em ação trabalhista vem sendo examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.002.665/RS, cujo julgamento está afetado à Primeira Seção daquela Corte, determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2007.70.50.019365-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VILMA LOPES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.(A): ARNALDO APARECIDO. CORAÇÃO E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, acolhendo em parte o recurso do autor e negando o recurso da ré, declarou a inexigibilidade do imposto de renda sobre os juros de mora por ele recebidos em sede de reclamatória trabalhista.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual apenas não incide imposto de renda sobre juros moratórios quando o valor sobre qual o mesmo incide tem natureza indenizatória, aplicando-se a regra de que o acessório segue a sorte do principal.
Verificando que a matéria relativa à incidência do imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de verbas remuneratórias recebidos em ação trabalhista vem sendo examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.002.665/RS, cujo julgamento está afetado à Primeira Seção daquela Corte, determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº 2007.71.52.001113-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NADYR LORENTZ SEBALLOS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NADYR LORENTZ SEBALLOS, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
A suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.55.000338-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOAO KULAKOWSKI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOAO KULAKOWSKI, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.55.000397-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARNO ZAMBOM
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ARNO ZAMBOM, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.56.000765-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AMADA PUJOL DA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por AMADA PUJOL DA SILVA, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
A suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.56.000773-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GABRIEL FARIAS MIRAILH
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por GABRIEL FARIAS MIRAILH, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.56.000774-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARY ALVES D'AVILA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ARY ALVES D'AVILA, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.56.000978-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSÉ HORÁCIO BORGES DA CUNHA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSÉ HORÁCIO BORGES DA CUNHA, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.56.001193-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO PLANELLA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANTONIO PLANELLA, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.58.001838-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ILDO EDO BLANKENHEIM
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ILDO EDO BLANKENHEIM, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.59.000203-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZILA LEITE SPULDAR
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ZILA LEITE SPULDAR, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
A suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.59.000563-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA SUELY CHAGAS MADEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA SUELY CHAGAS MADEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade da Autora para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença, impondo-se, desde já, a improcedência da pretensão veiculada na inicial.
Alega o requerente divergência com julgado da Turma Recursal do Paraná, defendendo que deveria ser anulada a sentença e providenciada a produção de nova perícia.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o acórdão recorrido e o acórdão tido como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício assistencial, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, o acórdão colacionado observa particularidades daquele julgamento lastreado no respectivo conjunto fático-probatório.
Ademais, verifico que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Veja-se que o aresto dos embargos esclareceu, quanto ao pedido de nova perícia, que o pleito era intempestivo, pois deveria ter sido feito em primeiro grau de jurisdição.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.60.000839-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MADALENA BRINGHENTI DE SOUZA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MADALENA BRINGHENTI DE SOUZA, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
A suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.60.000921-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ABELARDO SCOTT GUIMARÃES
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ABELARDO SCOTT GUIMARÃES, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.60.001027-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MANOEL PRIETTO GAMEIRO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MANOEL PRIETTO GAMEIRO, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.60.001475-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADIR JOÃO BAINY
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ADIR JOÃO BAINY, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.60.003335-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CELSO BRAUNER ABREU
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CELSO BRAUNER ABREU, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.60.003398-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEDA BALZANO MAULAZ
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por LEDA BALZANO MAULAZ, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
A suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.60.003400-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARMANDO DORO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ARMANDO DORO, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº 2007.71.60.003938-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO DOMINGOS PEIXOTO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANTONIO DOMINGOS PEIXOTO, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.60.004701-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELSON SPANIER PETERS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NELSON SPANIER PETERS, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.60.000080-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ SANTO PIEROZAN
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por LUIZ SANTO PIEROZAN, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.63.000595-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GENI INDOLECIO SFREDDO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por GENI INDOLECIO SFREDDO, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2007.71.63.000620-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: WALDIR JOSE SIGNORI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por WALDIR JOSE SIGNORI, dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Segunda Turma Recursal.
O suplicante, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto com base no § 1º do art. 14, da Lei nº 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Frente ao exposto, remetam-se os autos à presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.71.63.000743-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDGAR COLLA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por EDGAR COLLA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão do benefício de aposentadoria especial mediante reflexos do reajuste do menor valor teto pelo INPC.
O requerente sustenta que a decisão combatida diverge de julgados do TRF da 4ª Região e do STJ.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos do Tribunal Regional Federal invocados pelo requerente.
Em relação ao julgado do STJ, o incidente também não reúne condições de avançar.
Ao reformar a sentença de procedência do pedido, o acórdão combatido considerou que, apesar de o INSS não ter utilizado o INPC para correção do menor valor teto, na hipótese, não causou prejuízo aos segurados: a) aposentados entre maio de 1982 e dezembro de 1986; e b) aposentados entre março de 1987 e agosto de 1987. O requerente teve implantando seu benefício em 02.07.84.
Dessa forma, tem-se que o requerente visa ao reexame de provas, com a consequente inversão a que chegou o acórdão impugnado, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização suscitado.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.81.00.503919-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROGÉRIO CAVALCANTE RIBEIRO
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

ROGÉRIO CAVALCANTE RIBEIRO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual julgou improcedente e extinguiu com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.81.00.507679-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO HLEDER VIERIA DE VASCONCELOS E OUTRO
PROC./ADV.: JORGE CARDOSO DOS SANTOS
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

FRANCISCO HLEDER VIERIA DE VASCONCELOS E OUTRO suscitam incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual julgou improcedente e extinguiu com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alegam os requerentes divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.81.00.510239-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIAS RODRIGUES DE ALMEIDA CUNHA
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ELIAS RODRIGUES DE ALMEIDA CUNHA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, declarou prescritas as parcelas pleiteadas a título de repetição de valores relativos à contribuição ao FUNSA sob o entendimento de tratar-se de tributo cujo lançamento se aperfeiçoa de oficio, contando-se o prazo prescricional de cinco anos a partir do efetivo pagamento.
O suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal, como restou estabelecido na decisão atacada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o entendimento da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460).
3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Em razão do exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.81.00.513694-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ EVANGELISTA BEZERRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

JOSÉ EVANGELISTA BEZERRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que, Em se tratando de exação com lançamento de ofício, o prazo prescricional é de cinco anos, contados do efetivo pagamento (...) Em conseqüência, reconhece-se a prescrição de todas as parcelas pleiteadas.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460).
3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.82.00.505478-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO BARBOSA DA SILVA
PROC/ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA DO SOCORRO BARBOSA DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba, a qual manteve sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria rural, ao fundamento de que:
Observo, entretanto, que não restou devidamente comprovado o trabalho rural nos termos do art. 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91 e da Súmula nº 149 do STJ, segundo a qual: "A PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL NÃO BASTA À COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURÍCOLA, PARA EFEITO DA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO".
A certidão de casamento encartada aos autos caracteriza-se como frágil, uma vez que referido documento foi retificado para substituição da profissão do(a) autor(a) "de doméstica para AGRICULTOR(A)".
Ressalte-se, ainda, no que concerne a supracitada certidão, a profissão de ferroviário do consorte da autora.
Quanto às fichas individuais de aluno presente no cabedal probatório, estas não são, por si só, suficientes para embasar sentença de procedência, na medida em que foram atualizadas, segundo informações nela contida.
É bem verdade que as testemunhas afirmaram categoricamente que o(a) promovente efetivamente trabalha na agricultura, mas a comprovação de tempo de serviço através de prova unicamente testemunhal é rejeitada não só pela lei (art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91), como também pela jurisprudência.
Assim, diante da fragilidade dos documentos constantes dos autos e, bem assim, da impossibilidade de concessão do benefício pleiteado com base exclusivamente em prova testemunhal, não há como deferir o presente pedido de aposentadoria rural.
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que os documentos apresentados se prestam a configurar início de prova material de labor campesino, devendo-se dar mais ênfase à prova testemunhal ante as dificuldades encontradas pelos trabalhadores rurais para provar sua atividade.
O incidente restou inadmitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados do STJ que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que a requerente defende a tese de que, in casu, restou comprovado o labor rurícola pelos documentos por ela juntados aos autos.
Ocorre que a decisão colegiada manteve a sentença que, ancorando-se nos elementos de prova juntados ao processo, vislumbrou inexistir documentação a lastrear o pedido de aposentadoria rural, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer a suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.82.01.500257-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOÃO AVELINO DE ARRUDA
PROC/ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOÃO AVELINO DE ARRUDA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba, a qual manteve sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria rural, ao entendimento de que:
Quanto ao período posterior a 1995, este tenho como comprovado pela convincente prova testemunhal, que evidenciou estar o autor trabalhando e retirando o sustento apenas da agricultura familiar e eventualmente de atividade ligada à mesma, qual seja a de limpeza de roçados de terceiros mediante pagamento de diária.
Porém, o referido período, além de completar carência exigida para o benefício apenas em 2007 (e não na data do requerimento administrativo) não vem corroborada por início razoável de prova documental, vez que quanto ao mesmo somente há documentos alusivos à condição de agricultor do autor em data extremamente próxima à do requerimento do benefício (declaração da EMATER de 2004, inscrição no sindicato em 2004, declaração do sindicato de 2006). (...)
Sustenta o requerente, em síntese, divergência com julgados do STJ, nos quais, apreciando-se pedido de aposentadoria de trabalhador rural, considerou-se a declaração de sindicato rural como início de prova material de labor rurícola.
O incidente restou inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando, a princípio, configurada a divergência, admito o presente pedido de uniformização, com esteio no art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.82.02.502609-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: JOSÉ PATRICIO SILVA
PROC/ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
EMBARGADO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ PATRICIO SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba, que manteve sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria rural por idade, ao fundamento de que:
Conforme CTPS do autor, apresentada por ele ao juízo em audiência, e confirmado em seu depoimento, viajou a São Paulo com freqüência de 79 a 98, trabalhando como ajudante de pedreiro e carpinteiro. A CTPS aponta vários vínculos, de 88 a 89, 89, 90 a 92, 93, 94 a 95 e 98.
As testemunhas JOÃO e HERALDO confirmaram essas idas freqüentes àquele Estado.
O autor pode até dizer que é agricultor de subsistência desde 98. Porém, até então ela não era sua atividade preponderante, mostrando ligação com vínculos na construção civil e também da carpintaria. Suas idas, várias, foram nos períodos chuvosos nordestinos, entre o fim de um ano e o meio do seguinte, e chegaram mesmo até 2 anos distante. Isso demonstra, a mais não poder, que não dispõe do tempo necessário exigido para o benefício em tela.
A prova não levou a conclusão diversa.
Alega divergência com julgados do STJ e da TNU, afirmando que os documentos por ele apresentados se prestam a configurar início de prova material de labor rurícola e que o exercício esporádico de labor urbano não tem o condão de descaracterizar sua condição de segurado especial.
O incidente não foi admitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar os arestos que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que se pudesse entender superado o empeço anterior, tem-se que o aresto oriundo da TNU, indicado como paradigma, não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a Turma Recursal de origem manteve sentença que vislumbrou não comprovada a condição de segurado especial do suscitante, tendo em vista que, diante dos vários vínculos urbanos registrados em sua CTPS, não restou comprovado o tempo necessário exigido para o benefício pleiteado.
Já no paradigma colacionado, cuidava-se de caso em que o vínculo urbano foi por curto espaço de tempo, situação diversa da hipótese em tela, consoante antes anotado.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.82.02.502725-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: ALICE GABRIEL DE SENA MOREIRA
PROC/ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
EMBARGADO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ALICE GABRIEL DE SENA MOREIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba, que manteve sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria rural por idade, ao fundamento de que os documentos apresentados pela autora são recentes em relação ao período que se quer provar, a prova oral não fora suficiente para elidir a precariedade da prova documental e, ademais, a CTPS da autora demonstra que trabalhara como zeladora de maio de 1977 a fevereiro de 1989, de sorte que não restou comprovada a sua condição de rurícola, ainda que de forma descontínua, no período exigido de meses imediatamente anteriores ao requerimento administrativo do benefício.
Alega divergência com julgados do STJ e da TNU, afirmando que os documentos por ela apresentados se prestam a configurar início de prova material de labor rurícola e que o exercício esporádico de labor urbano não tem o condão de descaracterizar sua condição de segurada especial.
O incidente não foi admitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar os arestos que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que se pudesse entender superado o empeço anterior, tem-se que o aresto oriundo da TNU, indicado como paradigma, não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a Turma Recursal de origem manteve sentença que vislumbrou não comprovada a condição de segurada especial da suscitante, tendo em vista que não apresentados documentos contemporâneos ao período que se intencionava comprovar e, ademais, a existência de vínculo urbano de 1977 a 1989.
Já no paradigma colacionado, cuidava-se de caso em que o vínculo urbano foi por curto espaço de tempo, situação diversa da hipótese em tela, consoante antes anotado.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.82.02.503333-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: FRANCISCO SOARES DE ALMEIDA
PROC/ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
EMBARGADO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANCISCO SOARES DE ALMEIDA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba, que manteve sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria rural por idade, ao fundamento de que o autor se enquadra na categoria de produtor rural, e não na de segurado especial, inexistindo ainda documentos anteriores a 1996 a atestarem sua condição de agricultor.
Alega divergência com julgados do STJ e de Turma Recursal de outra Região, afirmando que os documentos por ele apresentados se prestam a configurar início de prova material de labor rurícola e que o reconhecimento da condição de produtor rural não impede a concessão do benefício.
O incidente não foi admitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar os arestos que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que se pudesse entender superado o empeço anterior, tem-se que o aresto oriundo da Turma Recursal de Goiás, indicado como paradigma, não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a Turma Recursal de origem manteve sentença que vislumbrou não comprovada a condição de segurado especial do suscitante, tendo em vista que o acervo probatório indicava que trabalhava como motorista, além de se enquadrar na condição de produtor rural nas terras de seu pai, com cerca de 150 hectares, tamanho extremamente expressivo para a região.
Já no paradigma colacionado, cuidava-se de pedido de aposentadoria de pequeno produtor rural, situação fática diversa da apreciada nestes autos, como antes assinalado.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 2007.83.00.509210-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE : JACY LINHARES DE DEUS
PROC/ADV. : PAULO SERGIO TURAZZA
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

JACY LINHARES DE DEUS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUNSA, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR,
DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.83.00.531818-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ ISMAR DA SILVA
PROC/ADV.: BRUNO BAPTISTA E OUTRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSÉ ISMAR DA SILVA, com fulcro no art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/01, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, em face da decisão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais, assim ementada, verbis:
i - PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. revisão de benefício de aposentadoria por desaposentação e aproveitamento das contribuições vertidas após a concessão do benefício sem a obrigação de devolução dos proventos recebidos.
ii - aponte de único acórdão paradigma do stj que, além de não expressar a jurisprudência dominante naquela corte, não apresenta similitude fático-jurídica necessária ao conhecimento de incidente de uniformização. questões de ordem tnu nºs 05 e 22.
iii - jurisprudência da tnu firmada no mesmo sentido do acórdão recorrido. qUestão de ordem tnu nº 13.
iv - incidente não conhecido.
Alega a autarquia suscitante que tal decisão diverge da jurisprudência dominante do STJ, cujo entendimento é no sentido de ser legal a concessão do direito de renúncia à aposentadoria sem que haja a necessidade de devolução dos valores já pagos quando da concessão do benefício.
Relatados. Decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso IX, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização. Remetam-se os autos à Instância Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 03 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2007.85.00.500925-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): LUIZ PEREIRA DE QUEIROZ
PROC./ADV.: FERNANDA SILVA SOUSA

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que negou seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.000108-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: TÂNIA MARIA ABRHÃO DE CARVALHO GITSOS
PROC./ADV.: NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PRE-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.003263-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): ERNESTINA MARIA REIS MARTINS ANTUNES
PROC./ADV.: MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.009805-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: MARINETE DE LIMA SOARES
PROC./ADV.: NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.010444-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: ROBERTO SOARES DA NÓBREGA
PROC./ADV.: NEWTON BATISTA TRANQUEIRA CALDAS

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.019300-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: EDWAL NEWTON SANTOS FILHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: PAULO CAETANO RODRIGUES HORTA JÚNIOR

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por EDWAL NEWTON SANTOS FILHO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, cujo entendimento foi no sentido de que cabe ao autor a juntada de provas que comprovem a titularidade de conta vinculada ao FGTS.
A suscitante alega que a decisão combatida diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que cabe à Caixa Econômica Federal o ônus de fornecer os extratos das contas vinculadas ao FGTS.
O incidente foi inadmitido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.027558-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CHRISTINA MILESSI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CHRISTINA MILESSI, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual manteve a sentença de desprovimento dos pedidos de renúncia ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e de concessão de aposentadoria por idade.
Alega o suscitante que tal decisão diverge da jurisprudência dominante do STJ, cujo entendimento é no sentido de que a renúncia à aposentadoria, para fins de aproveitamento do tempo de contribuição e concessão de novo benefício, seja no mesmo regime ou em regime diverso, não importa em devolução dos valores percebidos.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.029518-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): ALEXANDRE DE ALBUQUERQUE SÁ
PROC./ADV.: LEANDRO MAROTTA LAMIM

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.040303-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: RENATO GUEDES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por RENATO GUEDES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de janeiro, que manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta o requerente que o acórdão recorrido diverge do entendimento jurisprudencial da TNU, quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo, para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização já decidiu que "a discussão relativa à necessidade de requerimento administrativo prévio concerne ao próprio direito constitucional de ação, motivo por que não constituiria matéria processual típica, cujo exame é vedado nesta sede" (PU nº 2005.36.00909228-7, Rel. Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ de 09.12.2009).
Assim sendo, cuidando-se, em tese, de matéria apreciável no âmbito deste pedido de uniformização e configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº. 2008.51.51.046361-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NAPOLEÃO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por incidente de uniformização de jurisprudência e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, Lei n.º 10.259/01, em face da decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2ª Região), segundo a qual, a presente ação foi proposta após 01/08/2007 e o benefício previdenciário em referência tem DIB (data inicial do benefício) anterior ao advento da MP nº 1.523-9 de 27/06/1997, que introduziu no art. 103 da Lei 8.213/91 o prazo decadencial decenal para revisão do ato de concessão do benefício, motivo pelo qual, passados mais de dez anos da inovação legislativa, teria ocorrido a decadência do direito do beneficiário à revisão do seu benefício.
O suscitante alega divergência com julgado do STJ, segundo o qual, O prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
O incidente foi inadmitido.
A parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Entendo que a divergência alegada está, em princípio, configurada, razão por que, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.51.51.048555-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARIO CARPENTER
PROC./ADV.: LUIZ CESAR ALMEIDA DE CARVALHO
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado MARIO CARPENTER e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, Lei n.º 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (2ª Região), a qual versou sobre decadência do direito de rever benefício previdenciário.
Na decisão da Turma Recursal, restou consignado que a presente ação foi proposta após 01/08/2007 e o benefício previdenciário em referência tem DIB (data inicial do benefício) anterior ao advento da MP nº 1.523-9 de 27/06/1997, que introduziu no art. 103 da Lei 8.213/91 o prazo decadencial decenal para revisão do ato de concessão do benefício, motivo pelo qual, passados mais de dez anos da inovação legislativa, teria ocorrido a decadência do direito à revisão do benefício.
O suscitante alega divergência com julgado do STJ, segundo o qual, o prazo de decadência para revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário, estabelecido pela Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que alterou o artigo 103 da Lei nº 8.213/91, somente pode atingir as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, vez que a norma não é expressamente retroativa e trata de instituto de direito material.
O incidente foi inadmitido.
A parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Entendo que a divergência alegada está, em princípio, configurada, razão por que, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.058182-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.058439-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO(A): GEOVANA DE SEIXAS GUSMÃO
PROC./ADV.: DIOGO LENNENBERG

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.51.059635-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDA: FÁTIMA SILVA DA LUZ
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.51.51.060193-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA LUCIA DA CRUZ LIMA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão referendada pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve a sentença de procedência do pedido, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores não incide sobre o adicional de um terço de férias.
A suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ segundo os quais o adicional de um terço de férias possui natureza jurídica salarial, motivo pelo qual deve incidir a contribuição previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim emendado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.52.002756-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: VICENTE MARCIO PROENÇA PEREIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.52.003215-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: ANA GABRIELA DAHER MONTEIRO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.52.005108-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: MARIA CRISTINA VIEIRA
PROC./ADV.: CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2008.51.53.003747-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : TADEU COIMBRA BESSA
PROC./ADV. : WAGNER AMARAL MARTINS

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com apoio no artigo 14, § 2º, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que afastou a ocorrência de prescrição da ação de repetição de indébito, aplicando-se o prazo prescricional decenal.
Afirma haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, sustentando que os valores pagos a título de imposto de renda sobre o abono pecuniário de férias estão sujeitos ao prazo prescricional quinquenal, contado a partir da retenção do tributo na fonte.
O incidente foi inadmitido.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, caracterizada a divergência jurisprudencial apontada, admito o incidente, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.54.002776-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: WAGNER AMARAL MARTINS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.51.59.001074-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: ROSANGELA DE OLIVEIRA PINTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONS-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.51.67.003667-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: WAGNER NUNES PEREIRA
PROC/ADV.: ADEMIR MATTOS COUTINHO
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por WAGNER NUNES PEREIRA, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de acórdão proferido pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro.
O acórdão combatido confirmou a sentença que declarou prescritas as parcelas relativas aos anos que antecederam o quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, no que diz respeito ao pedido de condenação ao pagamento da verba correspondente à diferença de 28,86% da remuneração de militar.
Inconformado, apresentou o requerente o presente Incidente de Uniformização, postulando seja reconhecida a divergência em relação a acórdãos do STJ.
O incidente foi inadmitido.
O requerente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Observo que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Na hipótese, conformou-se o requerente a juntar cópias dos acórdãos que entende pertinente, o que, como já foi dito, não serve para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.50.007344-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EVANDRO DIAS BOGEA
PROC/ADV.: SABRINA NASCHENWENG
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por EVANDRO DIAS BOGEA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que manteve a sentença e entendeu como legal a incidência do imposto de renda sobre o auxílio-moradia recebido pelo autor, ante a sua natureza salarial.
Alega divergência com a jurisprudência do STJ, aduzindo, em síntese, que o auxílio-moradia tem natureza indenizatória, o que afasta o pagamento do imposto de renda.
O incidente não foi admitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Pelo exposto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.51.005809-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELISA ANGELICA ROSA BRANDÃO E OUTROS
PROC./ADV.: FÁBIO PUPO DE MORAES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ELISA ANGELICA ROSA BRANDÃO E OUTROS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-reclusão, sob o entendimento de que a renda do detento é que deve ser considerada para a concessão de benefício de auxílio-reclusão e não a renda de seus dependentes.
Os suplicantes sustentam que a decisão combatida diverge do entendimento das Turmas Recursais de São Paulo e Rio de Janeiro, no sentido de que a renda auferida pelos dependentes do recluso é a que deve ser considerada para fins de concessão do auxílio-reclusão.
O recurso não foi admitido, e a parte apresentou requerimento, nos termos do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não merece avançar, visto que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no mesmo sentido do acórdão combatido, ou seja, de que a renda do detento é aquela a ser considerada para fins de auxílio-reclusão. A propósito, confira-se o referido julgado:
EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. ART. 201, IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LIMITAÇÃO DO UNIVERSO DOS CONTEMPLADOS PELO AUXÍLIO-RECLUSÃO. BENEFÍCIO RESTRITO AOS SEGURADOS PRESOS DE BAIXA RENDA. RESTRIÇÃO INTRODUZIDA PELA EC 20/1998. SELETIVIDADE FUNDADA NA RENDA DO SEGURADO PRESO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO.
I - Segundo decorre do art. 201, IV, da Constituição, a renda do segurado preso é que a deve ser utilizada como parâmetro para a concessão do benefício e não a de seus dependentes.
II - Tal compreensão se extrai da redação dada ao referido dispositivo pela EC 20/1998, que restringiu o universo daqueles alcançados pelo auxílio-reclusão, a qual adotou o critério da seletividade para apurar a efetiva necessidade dos beneficiários.
III - Diante disso, o art. 116 do Decreto 3.048/1999 não padece do vício da inconstitucionalidade.
IV - Recurso extraordinário conhecido e provido (RE 587365, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO. DJe-084, 08.05.2009).
Frente ao exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.70.51.006228-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PEDRO ZAGO
PROC/ADV.: ARNALDO DE OLIVEIRA MARIGO
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

PEDRO ZAGO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, a qual manteve sentença que indeferiu conversão de tempo de serviço especial para comum.
A decisão da Turma Recursal entendeu que o período postulado já foi objeto de decisão judicial no Processo 2007.70.51.001124-7, reconhecendo a coisa julgada.
Alega o suscitante que faz jus ao reconhecimento do período laborado em condições especiais mesmo após a edição da MP 1.663-10 de 28.05.1998. Aduz, ainda, que seu pedido não pode ser obstado pelo reconhecimento de coisa julgada, porquanto a causa de pedir é diversa.
O incidente de uniformização foi inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou entre decisões da Turma Recursal ou da Turma Regional de Uniformização em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 6º do RI/TNU), devendo o incidente ser instruído com cópia do aresto indicado como paradigma, bem como a demonstração da divergência entre este e o acórdão atacado.
No presente caso, o requerente não colacionou nenhuma decisão paradigma que demonstrasse o dissídio alegado, juntando apenas trecho de decisão da Turma Recursal do Paraná, a qual não atende aos requisitos de admissibilidade do pedido de uniformização, pois além de ser da mesma Região da decisão recorrida, não tem qualquer pertinência com o tema dos autos.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.70.52.002598-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: MARCO AURÉLIO VIANNA DE ESCOBAR
PROC./ADV.: RUBENS PRATES JÚNIOR

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, suscitado pela FAZENDA NACIONAL em face da decisão proferida pela Turma Recursal Suplementar dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que negou provimento ao recurso da suscitante, para manter a sentença, ao entender presente o interesse de agir do autor em pleitear a restituição do imposto de renda incidente sobre verbas consideradas de natureza indenizatória, a despeito da existência de atos declaratórios da suscitante reconhecendo o direito invocado pelo contribuinte.
A suscitante alega que tal entendimento encontra-se dissonante com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, exemplificada com os seguintes precedentes:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EXERCENTES DE FUNÇÃO COMISSIONADA. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO. INCIDÊNCIA SOBRE A PARCELA RELATIVA À FUNÇÃO COMISSIONADA. OCORRÊNCIA DA RESTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA. PERDA DO OBJETO. SUPERVENIENTE CARÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARTIGO 267, VI, DO CPC.
1. O reconhecimento administrativo da pretensão deduzida na ação de repetição de indébito (contribuição para o plano de seguridade social incidente sobre parcela relativa à função comissionada) denota a ausência de interesse de agir superveniente e, a fortiori, conduz à extinção do processo, nos termos do artigo 267, VI, do CPC (EDcl nos EDcl no REsp 425.195/PR, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 12/08/2008, DJe 08/09/2008).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Recurso especial provido, declarando-se a extinção do processo sem resolução do mérito, condenando a parte ré (princípio da causalidade) no pagamento dos ônus sucumbenciais e fixando os honorários advocatícios em R$ 1.000,00 (hum mil reais) (REsp 938.715/CE, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/11/2008, DJe de 01/12/2008).
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CARÊNCIA DE AÇÃO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RECUSA NO FORNECIMENTO DAS INFORMAÇÕES.
1. Para que esteja configurado o interesse de agir é indispensável que a ação seja necessária e adequada ao fim a que se propõe. A ação será necessária quando não houver outro meio disponível para o sujeito obter o bem almejado.
2. A inércia da recorrida frente a simples realização de pedido administrativo de exibição de documentos, sem a comprovação do pagamento da taxa legalmente prevista (art. 100, § 1º, da Lei 6.404/76), não caracteriza a recusa no fornecimento das informações desejadas.
3. Não é possível obrigar a recorrida a entregar documentos sem a contrapartida da taxa a que tem direito por força de lei.
4. Recurso especial não conhecido (REsp 954.508/RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 28/08/2007, DJe de 29/09/2008).
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
Há requerimento de reexame da admissibilidade, fundado no art. 15, § 4º do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Entendo que, em princípio, está configurado o dissídio jurisprudencial alegado.
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.71.50.012712-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FERNANDO GUARNICCIA
PROC./ADV.(A): NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, acolhendo em parte o recurso do autor e negando o recurso da ré, declarou a inexigibilidade do imposto de renda sobre os juros de mora por ele recebidos em sede de reclamatória trabalhista.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual apenas não incide imposto de renda sobre juros moratórios quando o valor sobre qual o mesmo incide tem natureza indenizatória, aplicando-se a regra de que o acessório segue a sorte do principal.
Verificando que a matéria relativa à incidência do imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de verbas remuneratórias recebidos em ação trabalhista vem sendo examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.002.665/RS, cujo julgamento está afetado à Primeira Seção daquela Corte, determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.71.50.014170-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCELO BOLBADILHA DE ALBERNAZ
PROC./ADV.(A): MIRIAM L. K. FOSTER E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, acolhendo em parte o recurso do autor e negando o recurso da ré, declarou a inexigibilidade do imposto de renda sobre os juros de mora por ele recebidos em sede de reclamatória trabalhista.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual apenas não incide imposto de renda sobre juros moratórios quando o valor sobre qual o mesmo incide tem natureza indenizatória, aplicando-se a regra de que o acessório segue a sorte do principal.
Verificando que a matéria relativa à incidência do imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de verbas remuneratórias recebidos em ação trabalhista vem sendo examinada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1.002.665/RS, cujo julgamento está afetado à Primeira Seção daquela Corte, determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2008.72.63.001645-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALVARO DE SOUZA
PROC/ADV.: CARLOS BERKENBROCK E OUTROS
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ALVARO DE SOUZA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual não reconheceu tempo de serviço rural, por entender que o Recurso interposto, além de não conseguir infirmar a sentença recorrida, possuía informações falsas e desconexas.
Na decisão proferida pela Turma Recursal, consignou-se o seguinte, verbis;
Assim, o expediente utilizado, além de ser manifestamente temerário e conter afirmação falsa (litigância de má-fé), caracteriza também ato atentatório à dignidade da justiça por causar embaraço a efetividade plena do provimento jurisdicional (art. 14, inciso V, do CPC) e inegáveis transtornos à prestação jurisdicional deste colegiado.
Considerando a gravidade do incidente, condena-se a parte e solidariamente os seus advogados, no pagamento de multa arbitrada em 20% sobre valor atualizado da causa, com fundamento no artigo 14, parágrafo único do Código de Processo Civil e 32 da Lei 8.906/94.
Providenciais adicionais que deverão ser adotadas pelo Juizado Especial Federal de origem considerando a gravidade do incidente:
a) expedição de ofício a OAB de Santa Catarina para que adote as providências que entender cabíveis considerando que a conduta, em tese, caracteriza grave ofensa à ética profissional principalmente pelo prejuízo causado ao cliente. O ofício deverá ser instruído com cópia do recurso e deste julgamento;
b) intimação pessoal da parte autora para que tome conhecimento do inteiro teor deste julgamento;
c) intimação do INSS para que execute o valor da multa aplicada solidariamente aos signatários.
Alega o suscitante que a má-fé deve ser comprovada objetivamente, insurgindo-se, também, quanto às demais medidas punitivas aplicadas pela Turma Recursal.
Pugna, ao fim, pela anulação da decisão recorrida ou pela sua reforma, para que possa ser reconhecido o direito do autor.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em comento, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a aplicação de multa por ato atentatório ao exercício da jurisdição, sendo, portanto, inadmissível o incidente.
Ademais, todos os paradigmas apresentados cuidam da aplicação de multa por litigância de má-fé, enquanto que a multa aplicada, in casu, foi a de ato atentatório ao exercício da jurisdição, prevista no art. 14, § único do CPC, pelo que não é possível configurar-se a divergência jurisprudencial, já que se trata de hipóteses diversas.
Por fim, quanto à questão de fundo, trata-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2008.81.00.514671-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
SUSCITADO (A) : JOSÉ HELVESLEY ALVES
PROC./ADV. : DANIEL LAGE ALENCAR

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com supedâneo no artigo 14, § 4º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Nacional de Uniformização, a qual negou provimento ao pedido de uniformização apresentado pela postulante com base no artigo 14, § 2º, da referida lei, ao fundamento de que o abono de permanência em serviço do servidor público possui natureza indenizatória e não remuneratória, razão pela qual não há que se falar em incidência de imposto de renda da pessoa física - IRPF.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.
1. Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.
2. Recurso especial provido (REsp n.º 1.192.556/PE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 06/09/2010).
Sustenta, em síntese, que o abono de permanência percebido pelo demandado está sujeito à incidência do imposto de renda, visto se tratar de verba de natureza remuneratória.
Sem contrarrazões.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a discrepância jurisprudencial apontada, admito o incidente, com arrimo no artigo 7º, inciso IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Remetam-se os autos à instância superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 9 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.85.00.503017-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI E OUTRO
AGRAVADO(A): LUAN ARAÚJO CARDOSO
PROC./ADV.: EWERTON OLIVEIRA MARTINS

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2008.85.00.505005-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO: LUIZ CARLOS MOTA SANTIAGO
PROC./ADV.: JOÃO BATISTA MEDEIROS

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL interpõe agravo regimental contra a decisão pela qual, ante a inexistência de jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça a respeito da incidência de imposto de renda sobre juros moratórios devidos sobre verbas trabalhistas reconhecidas judicialmente, deixei de admitir o incidente de uniformização por falta de adequação do pedido à hipótese de cabimento prevista no art. 14, § 2.º da Lei 10.259/2001.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A agravante alega que a matéria controvertida encontra-se afetada à Primeira Seção daquela Corte Superior, no Recurso Especial n.º 1.002.665/RS, razão por que requer o sobrestamento do presente incidente até que se conclua o julgamento do referido recurso.
A meu ver, a agravante não infirma os fundamentos da decisão agravada, motivo pelo qual a mantenho e determino a distribuição do recurso, sem prejuízo de que, com base no art. 8.º, inc. VIII, do RITNU, o futuro relator determine a suspensão do processo para aguardar o pronunciamento do STJ, se entender adequada a medida.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.51.51.008575-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA SILVA E OUTRO
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ANA LÚCIA DE OLIVEIRA E OUTRO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve sentença de improcedência do pedido de revisão de benefício previdenciário (pensão por morte), fundado no art. 29, II, da Lei 8.213/91, a fim de que correspondesse à média de 80% dos maiores salários-de-contribuição apurados no período básico de cálculo.
Os suscitantes alegam, em síntese, que há divergência entre a decisão impugnada e o entendimento das Turmas Recursais dos JEFs de Santa Catarina, no seguinte sentido:
"Para os benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, concedidos após a vigência da Lei n.º 9.876/99, o salário-de-benefício consistirá na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, independentemente da data de filiação ao RGPS e do número de contribuições mensais no período contributivo".
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Há requerimento de novo exame da admissibilidade, fundado no art. 15, § 4.º do RITNU.
Relatados. Decido.
Entendo que o dissídio está, em princípio, configurado.
Posto isso, com esteio nos artigos 7.º, VI, e 15, § 1.º,do RI/TNU, admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.010176-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: SUSANA FREITAS DE SOUZA
PROC./ADV.: VIVIAN HABIB SILVA

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.010177-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: LUCIANO ROSA DA CRUZ
PROC./ADV.: VIVIAN HABIB SILVA

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.010178-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: MARCOS DA COSTA PEDREIRA
PROC./ADV.: VIVIAN HABIB SILVA

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço de férias.
Alega divergência com julgado do STJ que adota entendimento em sentido diverso.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba. Nesse sentido:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp 956.289/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet 7.296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Ante o exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.010258-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DELMIRA SANTOS FERREIRO
PROC./ADV.: MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão referendada pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve a sentença de procedência do pedido, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores não incide sobre o adicional de um terço de férias.
A suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ segundo os quais o adicional de um terço de férias possui natureza jurídica salarial, motivo pelo qual deve incidir a contribuição previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim emendado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.010723-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MAYSA MARI PAULO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MAYSA MARI PAULO DOS SANTOS, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual não admitiu recurso interposto de decisão de primeiro grau que extinguiu, sem exame de mérito, feito em que se buscava obrigar a UFRJ a efetuar pré-matrícula da autora no curso de pedagogia.
Consta dos autos que o Juiz de primeiro grau extinguiu o feito em razão de incompetência absoluta, pois nos termos do art. 109, § 2º, a ação deveria ter sido proposta no domicílio do autor.
A Turma recursal, por sua vez, não conheceu do recurso por entender que a Lei 10.259/2001 não prevê a possibilidade de se interpor recurso de sentença que não analisou o mérito.
A requerente alega divergência com precedentes do STJ, aduzindo, em síntese, que se a ação não for de reparação de dano, o autor deve propor a ação na cidade onde o réu esteja situado.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, eventual incompetência para a análise do respectivo feito, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Nesse sentido já decidiu a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido que versa sobre competência envolve apenas questão processual, que é insuscetível de uniformização, conforme a inteligência do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Pedido não conhecido (PU nº 200783085009629, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 04.09.2009).
EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I - Pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput da Lei 10.259/2001), c/c art. 2º da Resolução n 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II - A legitimidade da União e a competência da Justiça Federal constituem, respectivamente, condição da ação e pressuposto processual, matérias pertencentes ao campo do Direito Processual.
III - O Exame da presença das condições de ação ou pressupostos processuais por qualquer juízo ou tribunal somente ocorre quando a devolutividade é plena ou, pelo menos, não vedada por expressa disposição legal, como é o caso do art. 14 da Lei 10.259/2001.
IV - Incidente de uniformização não conhecido (PU nº 200530007123100, Rel. Juiz Federal Pedro Pereira dos Santos, DJU 17.03.2008).
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.010883-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: SABRINA GOMES FONTES
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por SABRINA GOMES FONTES, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso em que se postulava a concessão de auxílio-doença, e, sucessivamente, a concessão de aposentadoria por invalidez ao fundamento de que, de acordo com a perícia médica, não teria restado comprovada a incapacidade laborativa, fosse ela temporária ou permanente.
A parte requerente alega divergência com precedentes do STJ e do TRF da 2ª Região, aduzindo, em síntese, que o juiz não está vinculado ao laudo pericial.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifico ser inadmissível o presente pleito no que se refere à suposta dissidência com o julgado do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, apontado como paradigma, restando, pois, inobservado o ditame do § 2º do art. 14 da Lei nº 10.259/2001, pelo qual o pedido de uniformização será fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ (...) (g.n.).
A propósito, a Turma Nacional de Uniformização já decidiu:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO. VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE.
Tendo havido empate acerca do conhecimento do pedido de uniformização - para tal fim computando-se, conjuntamente, os votos que, por fundamentos diversos, dele não conheceram -, coube ao Presidente da Turma proferir o voto de desempate.
Voto de desempate no sentido de que: a) 'não se mostra possível, em sede de pedido de uniformização dirigido a esta Turma Nacional, a demonstração de divergência com fundamento em paradigmas oriundos de turma recursal da mesma região, de Tribunal Regional Federal e da própria Turma Nacional de Uniformização'; b) não são hábeis para a demonstração da divergência, in casu, julgados que 'não ventilam o tema da aplicação das Emendas Constitucionais n.º 20/98 e 41/2003, mas apenas questão inerente à incidência, no primeiro reajustamento da renda mensal inicial, do art. 21, § 3º, da Lei n.º 8.880/94, a qual fazia parte do pedido original'." (Processo nº 2006.70.51.004732-8, TNU, Relator p/ acórdão Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJ de 27/8/2008 - g.n.).
Quanto ao mais, trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a parte suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N.º: 2009.51.51.013423-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CRISTINA DE CASTRO MERCADANTE
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por CRISTINA DE CASTRO MERCADANTE, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso em que se postulava o restabelecimento de auxílio-doença e sucessivamente a concessão de aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que, de acordo com a perícia médica, não teria restado comprovada a incapacidade laborativa, fosse ela temporária ou permanente.
A parte requerente alega divergência com precedentes do STJ, aduzindo, em síntese, que o juiz não está vinculado ao laudo pericial.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a parte suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.51.51.014054-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): FREDERICO TEIXEIRA BARBOSA
PROC/ADV.: MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual reformou parcialmente a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, apenas para afastar a incidência da correção monetária e dos juros de mora, para que se aplique a taxa SELIC, vindo a manter o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: "é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário" e "as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário".
3. "A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária" (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido. (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.º 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos.(EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. (Pet 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento. (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Isso posto, com arrumo no 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.014997-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : ANA MARY CÂNDIDA PIRES
PROC./ADV. : NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido inicial, sob o argumento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SER-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Diante do exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.015994-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: VITOR DANIEL DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E OUTRO
PROCURADOR: BRUNO DE SOUZA GUERRA

ATO DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por VITOR DANIEL DE OLIVEIRA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual negou provimento ao recurso em que se postulava a antecipação dos efeitos da tutela, para permitir o exercício profissional do suscitante, enquanto discute-se a legalidade tanto da suspensão do registro profissional quanto do valor da taxa cobrada pela entidade de classe.
A parte requerente alega divergência com precedentes do STJ, aduzindo, em síntese, que inexiste mora frente à abusividade da cobrança e que a cobrança das taxas devidas deve se dar por execução fiscal, e não mediante medida coercitiva de suspensão do exercício profissional.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não tem condições de avançar.
Observo que tanto a decisão monocrática de indeferimento da antecipação dos efeitos da tutela quanto a decisão colegiada da Primeira Turma Recursal do Rio de Janeiro tratam precisamente da ausência dos requisitos da medida requestada, quais sejam a verossimilhança das alegações e o perigo da demora.
Veja-se excerto da decisão recorrida, onde é tratada a questão da ausência de prova da alegação, enquanto requisito da concessão da antecipação dos efeitos da tutela:
Quanto à afirmação de que o valor estaria equivocado, a questão demanda prova técnica e a submissão ao contraditório, no juízo de origem, para que se esclareça se o valor cobrado é realmente excessivo, como se alega. Não é possível afirmá-lo, somente com a manifestação do Agravante e sem qualquer demonstração contábil, a qual, deve ser, preferencialmente, produzida em Juízo (por Perito Judicial ou pela Contadoria Judicial, se for hipótese mais simples).
Entretanto, seja pelas razões do pedido de uniformização, seja pelos precedentes juntados, o suscitante aborda matéria diversa daquela debatida na decisão recorrida, imiscuindo-se em aspectos nitidamente meritórios, entre os quais a pretensa ilegalidade da cobrança e a impossibilidade da adoção de medidas coercitivas para a satisfação do débito alegado.
Se a matéria ventilada no pedido de uniformização não foi debatida nas instâncias ordinárias, não se pode discuti-la em sede de incidente de uniformização, por força do disposto na Questão de Ordem n.º 10 da TNU, verbis:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Mas não é só isso. A própria falta de congruência entre os fundamentos da decisão recorrida e os do pedido de uniformização acarreta inexoravelmente a ausência de similitude fática entre os precedentes colacionados e a decisão recorrida.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.016839-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : NELSON LUCAS PEREIRA
PROC./ADV. : NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o argumento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados da Turma Recursal do Paraná - 4ª Região, dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Regiões e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo um destes assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que os acórdãos oriundos dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Regiões não servem como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com apoio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.018064-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : REGINALDO ALVES
PROC./ADV. : GERALDO ZAMBOTI

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido inicial, sob o argumento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.018098-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : JOSÉ FERNANDO DA CRUZ
PROC./ADV. : BRUNA SCATOLINO GONZAGA

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido inicial, sob o argumento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Isso posto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.020109-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: WANDA BRIGIDO DE ALMEIDA SIMÃO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): JUÍZO DO 6º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por WANDA BRIGIDO DE ALMEIDA SIMÃO, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual entendeu não caber mandado de segurança contra decisão proferida por Juiz singular que declina a competência.
Consta dos autos que o Juiz de primeiro grau extinguiu, sem exame do mérito, feito em que se buscava restabelecimento de auxílio doença, em razão de incompetência absoluta, pois sendo a autora domiciliada em município em que há vara federal, a ação teria sido proposta indevidamente na vara da capital.
A requerente alega divergência com precedentes do STF e da 1ª Turma Recursal da Bahia, aduzindo, em síntese, que sendo a ação previdenciária a competência é concorrente, podendo ser ajuizada tanto na Subseção Judiciária do domicílio da parte quanto na Vara Federal da capital.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, insta salientar que não há similitude entre as decisões paradigmas e a decisão recorrida, porquanto a decisão proferida pela Turma Recursal não chegou a debater a respeito da competência funcional, limitando-se a entender não cabível mandado de segurança interposto contra decisão que declina a competência. Já os julgados paradigma versam sobre a possibilidade se propor a ação previdenciária tanto no domicílio do autor como na vara da capital, não havendo, portanto, divergência jurisprudencial, porquanto as decisões tratam de matéria diversa.
Como se não bastasse, a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente proposto se fundou em questão processual, qual seja, eventual incompetência para a análise do respectivo feito, matéria que não tem cabimento em Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Nesse sentido já decidiu a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido que versa sobre competência envolve apenas questão processual, que é insuscetível de uniformização, conforme a inteligência do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Pedido não conhecido (PU nº 200783085009629, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 04.09.2009).
EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I - Pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput da Lei 10.259/2001), c/c art. 2º da Resolução n 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II - A legitimidade da União e a competência da Justiça Federal constituem, respectivamente, condição da ação e pressuposto processual, matérias pertencentes ao campo do Direito Processual.
III - O Exame da presença das condições de ação ou pressupostos processuais por qualquer juízo ou tribunal somente ocorre quando a devolutividade é plena ou, pelo menos, não vedada por expressa disposição legal, como é o caso do art. 14 da Lei 10.259/2001.
IV - Incidente de uniformização não conhecido (PU nº 200530007123100, Rel. Juiz Federal Pedro Pereira dos Santos, DJU 17.03.2008).
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº 2009.51.51.020257-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : FÁTIMA CRISTINA DA SILVA MENDES
PROC./ADV. : DANIELLE MENDES GILSON

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Diante do exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.020718-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : JORGE DOMINGUES DE OLIVEIRA E OUTROS
PROC./ADV. : WILMA LOPES PONTES DE SOUSA SANTOS E OUTRO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com apoio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.021218-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : MARIA IMMACOLATA SANTORO REZENDE
PROC./ADV. : TEREZA CRISTINA PACHECO DE SOUZA

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido de repetição de indébito tributário, ao argumento de que (...) deverá ser verificada a prescrição decenal (tese dos 'cinco mais cinco') para os pagamentos indevidos de IR sobre abono pecuniário de férias efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/2005 (09/06/2005) e a prescrição qüinqüenal sobre os pagamen-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tos indevidos de IR incidentes sobre a mesma rubrica, efetuados após a entrada de tal lei em vigor, de modo que nenhuma verba se encontra prescrita, e de que o imposto de renda não incide sobre as parcelas relativas ao abono de férias indenizadas e não gozadas.
Afirma a postulante haver divergência com julgados das Turmas Recursais do Rio Grande do Sul - 4ª Região, do Mato Grosso e de Goiás - 1ª Região, bem como do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. FÉRIAS. LICENÇA-PRÊMIO. CONVERSÃO. IMPOSTO DE RENDA. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. TERMO A QUO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MÍNIMO LEGAL. FAZENDA PÚBLICA.
1. O prazo prescricional, nos casos de pagamento indevido do imposto de renda, começa a fluir na data da retenção do tributo na fonte pagadora.
2. Vencida a Fazenda Pública, podem os honorários advocatícios, por força do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, ser fixados abaixo do mínimo estabelecido no § 3º do mesmo artigo.
3. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp n.º 271.386/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJ 31/03/2003, p. 189).
Sustenta, em síntese, que deve ser aplicada a prescrição quinquenal, pois menciona que a Lei Complementar n.º 118/2005 teria fixado definitivamente o prazo em cinco anos, ao fazer a interpretação autêntica do artigo 168, inciso I, do Código Tributário Nacional.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que o decisum impugnado, ao contrário do incidente de uniformização, está embasado na jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça, de que são exemplo os seguintes precedentes da Primeira Seção do STJ, litteris:
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AUXÍLIO CONDUÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. NÃO-INCIDÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO. CORTE ESPECIAL. RESERVA DE PLENÁRIO. MATÉRIA DECIDIDA PELA 1ª SEÇÃO, NO RESP 1002932/SP, JULGADO EM 25/11/09, SOB O REGIME DO ART. 543-C DO CPC. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. SÚMULA 07 DO STJ.
1. A incidência do imposto de renda tem como fato gerador o acréscimo patrimonial, sendo, por isso, imperioso perscrutar a natureza jurídica da verba paga pela empresa sob o designativo de auxílio condução, a fim de verificar se há efetivamente a criação de riqueza nova: a) se indenizatória, que, via de regra, não retrata hipótese de incidência da exação; ou b) se remuneratória, ensejando a tributação. Isto porque a tributação ocorre sobre signos presuntivos de capacidade econômica, sendo a obtenção de renda e proventos de qualquer natureza um deles.
2. O auxílio condução consubstancia compensação pelo desgaste do patrimônio dos servidores, que utilizam-se de veículos próprios para o exercício da sua atividade profissional, inexistindo acréscimo patrimonial, mas uma mera recomposição ao estado anterior sem o incremento líquido necessário à qualificação de renda. (Precedentes: REsp 825.845/RS, Rel. MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/2008, DJe 02/05/2008; REsp 825.907/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/04/2008, DJe 12/05/2008; REsp 639.635/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2007, DJe 30/09/2008; REsp 731883/RS , 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 03/04/2006; REsp 852572/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ 15/09/2006; REsp 840634/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 01/09/2006; REsp 851677/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ25/09/2006).
3. O princípio da irretroatividade gera a aplicação da LC 118/2005 aos pagamentos indevidos realizados após a sua vigência e não às ações propostas após a mesma, tendo em vista que a referida norma pertine à extinção da obrigação e não ao aspecto processual da ação.
4. A Primeira Seção, quando do julgamento do Resp 1002932/SP, sujeito ao regime dos 'recursos repetitivos', reafirmou o entendimento de que 'O advento da LC 118/05 e suas conseqüências sobre a prescrição, do ponto de vista prático, implica dever a mesma ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova.' (RESP 1002932/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado em 25/11/2009).
5. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão 'observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional', constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007).
6. In casu, insurge-se a parte autora contra a prescrição qüinqüenal determinada pelo Tribunal a quo, pleiteando a reforma da decisão para que seja determinada a prescrição decenal, sendo certo que os recolhimentos indevidos foram efetuados anteriormente à vigência da referida Lei Complementar, consoante dessume-se das decisões prolatadas nas instâncias ordinárias, por isso que a tese é a consagração dos 5 anos de decadência da homologação acrescido dos 5 anos de prescrição. A ação foi ajuizada em 09/06/2005, ressoando inequívoca a inocorrência da prescrição relativamente às parcelas posteriores a 09/06/1995.
7. O reexame dos critérios fáticos, sopesados de forma eqüitativa e levados em consideração para fixar os honorários advocatícios, nos termos das disposições dos parágrafos 3º e 4º do artigo 20, do CPC, em princípio, é inviável em sede de recurso especial, nos termos da jurisprudência dominante desta Corte. Isto porque a discussão acerca do quantum da verba honorária encontra-se no contexto fático-probatório dos autos, o que obsta o revolvimento do valor arbitrado nas instâncias ordinárias por este Superior Tribunal de Justiça. (Precedentes: REsp 638.974/SC, DJ 15.04.2008; AgRg no REsp 941.933/SP, DJ 31.03.2008 ; REsp 690.564/BA, DJ 30.05.2007).
8. Recurso especial da União Federal desprovido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.
9. Recurso especial da parte autora parcialmente conhecido e, nesta parte provido, tão-somente para determinar a aplicação da prescrição decenal, nos termos da fundamentação expendida. (REsp n.º 1.096.288/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 08/02/2010).
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - INDENIZAÇÃO ESPECIAL - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - TRIBUTO LANÇADO POR HOMOLOGAÇÃO - TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL: HOMOLOGAÇÃO EXPRESSA OU TÁCITA - ACÓRDÃO - SUCUMBÊNCIA - OMISSÃO - CABIMENTO.
1. É entendimento desta Corte de Justiça que o imposto sobre a renda retido na fonte submete-se ao regime do lançamento por homologação.
2. Aos pagamentos indevidos efetuados em 1992, conta-se da homologação do lançamento o termo inicial da prescrição da pretensão repetitória. Aplicação da tese dos cinco mais cinco.
3. Somente a partir de 09.6.2005, data da vigência da LC 118/2005, o termo inicial da prescrição na repetição de indébito conta-se do pagamento indevido.
4. Há omissão em acórdão que ao reformar o acórdão da Corte Regional não se pronuncia sobre a sucumbência ou sobre os termos da incidência da correção monetária.
5. Embargos de declaração providos com efeitos modificativos. (EDcl no REsp 877.546/SP, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 26/02/2009).
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PAGAMENTO DE ADICIONAL DE 1/3 SOBRE FÉRIAS INDENIZADAS. ISENÇÃO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. LC 118/2005. INCONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO RETROATIVA. MATÉRIA DECIDIDA PELA 1ª SEÇÃO, NO RESP 1.002.932/SP, SOB O REGIME DO ART. 543-C DO CPC. ESPECIAL EFICÁCIA VINCULATIVA DESSES PRECEDENTES (CPC, ART. 543-C, § 7º), QUE IMPÕE SUA ADOÇÃO EM CASOS ANÁLOGOS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESTITUIÇÃO VIA PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (REsp n.º 803.135/PR, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/04/2010).
Diante do exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.021404-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : MARILENE CORDEIRO MACHADO
PROC./ADV. : NADIA OLIVEIRA PEGADO
REQUERIDO(A) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARILENE CORDEIRO MACHADO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido inicial, pois entendeu que a parte não faz jus a correção das parcelas fixas mensais, haja vista ter celebrado acordo administrativo com a demandada, no qual anuiu pelo pagamento dos atrasados em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e renunciou a eventuais ações envolvendo tal fato, ao passo que sua pretensão não visa questionar se os cálculos dos atrasados foram feitos sem a incidência da correção monetária, mas sim em face do pagamento em 24 (vinte e quatro) parcelas fixas, cuja correção monetária deve incidir em cada uma delas.
Afirma a postulante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
(...)
1. Não é nula a decisão quando o Juiz, embora sem grande desenvolvimento, deu as especificações dos fatos e a razão jurídica de seu convencimento, dentro dos limites objetivos reclamados pelas partes.
2. É o caso dos autos, na medida em que o juiz sentenciante reconheceu ser devida a correção monetária dos valores pagos administrativamente pela Autarquia, com base em entendimento sumulado do Tribunal a que se acha vinculado.
3. Reconhecido o direito buscado judicialmente pelos impetrantes, através da Medida Provisória nº 1.160/95, inclusive com efeito retroativo, devem os valores pagos com atraso ser devidamente corrigidos, sob pena de locupletamento ilícito do Poder Público. A atualização monetária do salário pago impontualmente - aqui incluídos os 'quintos' incorporados e indevidamente reajustados - não deve ser encarada com uma sanção, e sim, mera recomposição do seu poder aquisitivo.
4. Recurso não conhecido (REsp n.º 241.273/PE, Rel. Min. EDSON VIDIGAL, DJ de 19/06/2000, p. 195).
Sustenta, em síntese, ter direito a correção das parcelas devidas pela suplicada.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da 2ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos, senão vejamos.
Com efeito, a decisão colegiada ora vergastada entendeu que a recorrente não tem direito a correção das parcelas fixas, visto o acordo extrajudicial celebrado entre as partes, ao passo que busca justamente questionar seus termos, em especial, o pagamento em 24 (vinte e quatro) parcelas fixas, devendo cada uma delas serem corrigidas monetariamente, sendo que renunciou expressamente a isso.
Todavia, os precedentes colacionados se pronunciam em sentido diverso, qual seja, de que a atualização monetária do salário pago impontualmente - aqui incluídos os 'quintos' incorporados e indevidamente reajustados - não deve ser encarada com uma sanção, e sim, mera recomposição do seu poder aquisitivo; de que comprovada a demora entre as datas de expedição e pagamento do precatório legítima se torna a expedição de precatório suplementar; de que os vencimentos e vantagens devidos a servidor público constituem dívida de valor com nítida natureza alimentar e estão sujeitos à correção monetária, incidindo o índice de 70,28% referente à inflação de janeiro de 1989, a partir da data em que são devidos; de que o precatório deve sofrer correção monetária, sob pena de enriquecimento ilícito do devedor; de que a remuneração dos servidores públicos ou a diferença de vencimentos ou de vantagens, se pagos administrativamente, devem ser corrigidos desde que originada a obrigação; de que as diferenças salariais pagas com atraso, por serem dívidas de valor, devem ser pagas com correção monetária a partir da época em que eram devidas administrativamente; de que dívida de natureza alimentar deve receber a incidência de correção monetária; de que em tempo de inflação desenfreada, qualquer pagamento tardio, feito com moeda desvalorizada, traduz enriquecimento ilícito do devedor em mora; de que os vencimentos e vantagens devidos a servidor público constituem dívida de valor, com nítida natureza alimentar e estão sujeitos a correção monetária, incidindo o IPC (...) a partir da data em que são devidos; de que o atraso no pagamento de adicional de insalubridade devido a servidor público enseja a aplicação da correção monetária; e de que caracterizada a natureza alimentar da dívida, paga administrativamente, é devida a correção monetária a partir do momento em que as diferenças deveriam ter sido pagas.
Portanto, trata-se de situações que não possuem as mesmas bases fáticas e jurídicas apatas a viabilizarem o processamento da irresignação da requerente.
Ademais, cuida-se, em última análise, de reclamo em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum hostilizado, mostrando-se, também por esta razão, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Isso posto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.021531-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CARLOS JOSÉ MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por CARLOS JOSÉ MOREIRA DA SILVA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão referendada pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso em que se postulava o restabelecimento de auxílio-doença, ou, alternativamente, a concessão de aposentadoria por invalidez ao fundamento de que, de acordo com a perícia médica, não teria restado comprovada a incapacidade laborativa, fosse ela temporária ou permanente.
A parte requerente alega divergência com precedentes do STJ, aduzindo, em síntese, que o juiz não está vinculado ao laudo pericial.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Por fim, a parte suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.021545-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JORGE DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

#ATO DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JORGE DA SILVA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual manteve sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito por incompetência do juízo, entendendo não ser admissível recurso de sentença que não aprecia o mérito, salvo para deferir medidas cautelares a fim de se evitar dano de difícil reparação.
Alega o suscitante haver divergência com julgados de Turma Recursal do Rio Grande do Sul, aduzindo, em síntese, que a Justiça Federal é o único órgão jurisdicional competente para dirimir a questão da possibilidade ou não da acumulação dos benefícios em análise.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O § 2º, do art. 14, da Lei nº 10.259/2001, prevê incidente de uniformização de jurisprudência em questões de direito material, hipótese que não se verifica neste caso, haja vista que a Segunda Turma Recursal do Rio de Janeiro não conheceu do incidente de uniformização, não proferindo juízo de mérito em sua decisão.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.021616-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : MARIA DAS GRAÇAS MARTINS SILVA
PROC./ADV. : WILMA LOPES PONTES DE SOUSA SANTOS E OUTRO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Tais as razões expendidas, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.022937-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : NEUSA DOS SANTOS LOPES
PROC./ADV. : WILMA LOPES PONTES DE SOUSA SANTOS E OUTRO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.023548-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : CÉLIA REGINA DA SILVA PENA
PROC./ADV. : MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Isso posto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.025915-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : FLÁVIO FERREIRA LOPES
PROC./ADV. : MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Diante do exposto, com apoio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.025923-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : ANGELA MARIA SALGADO
PROC./ADV. : MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Regiões, da Turma Recursal do Paraná - 4ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo um destes assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que os acórdãos oriundos dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Regiões não servem como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.025924-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : LILIA DE FÁTIMA BEZERRA
PROC./ADV. : MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Regiões, da Turma Recursal do Paraná - 4ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo um destes assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que os acórdãos oriundos dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Regiões não servem como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Diante do exposto, com apoio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº 2009.51.51.026970-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : CHRISTINE SERTA COSTA E CLAYTON GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV. : ANA LUÍSA DE SOUZA CORREIA DE MELO PALMISCIANO E OUTROS

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Isso posto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.028155-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : NILZA PINTO NOGUEIRA E OUTROS
PROC./ADV. : WILMA LOPES PONTES DE SOUSA SANTOS E OUTRO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual deu provimento ao recurso manejado pelos demandados para o fim de reformar a sentença e julgar procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Tais as razões expendidas, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 2009.51.51.028925-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : MARLY MAIA VALLIM
PROC./ADV. : ROGÉRIO DOS SANTOS MONTEIRO

DECISÃO

A FAZENDA NACIONAL suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001, contra decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - 2ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores públicos estatutários não incide sobre o adicional de um terço, devido sobre a remuneração das férias.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Afirma a suplicante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, sendo este assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE O 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA). SÚMULAS NºS 688 E 207/STF. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. Definida a natureza jurídica da gratificação natalina como sendo de caráter salarial, sua integração ao salário de contribuição para efeitos previdenciários é legal, não se podendo, pois, eximir-se da obrigação tributária em questão.
2. Inteligência das Súmulas nºs 688 e 207/STF, que dispõem, respectivamente: 'é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário' e 'as gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário'.
3. 'A gratificação natalina (13º salário), o acréscimo de 1/3 sobre a remuneração de férias e o pagamento de horas extraordinárias, direitos assegurados pela Constituição aos empregados (CF, art. 7º, incisos VIII, XVII e XVI) e aos servidores públicos (CF, art. 39, § 3º), e os adicionais de caráter permanente (Lei 8.112/91, art. 41 e 49) integram o conceito de remuneração, sujeitando-se, conseqüentemente, à contribuição previdenciária' (REsp nº 512848/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 28/09/2006).
4. Precedentes das 1ª e 2ª Turmas desta Corte Superior.
5. Recurso não-provido (RMS n.º 19.687/DF, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 23/11/2006, p. 214).
Sustenta, em síntese, que (...) o terço de férias, por possuir natureza eminentemente salarial, integra a remuneração do servidor, e como tal deve sofrer a incidência da contribuição para a seguridade social.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, vê-se que seu inconformismo não tem como prosseguir, pois a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba, conforme se denota pelos seguintes precedentes colacionados abaixo, litteris:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Precedentes.
2. Entendimento diverso foi firmado pelo STF, a partir da compreensão da natureza jurídica do terço constitucional de férias, considerado como verba compensatória e não incorporável à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ, adequando-se à posição sedimentada no Pretório Excelso.
4. Embargos de divergência providos (EREsp n.º 956.289/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 10/11/2009).
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n.° 7.296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU n.º 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, j. em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.034868-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCELO DE CASTRO REIS
PROC./ADV.: BIANCA VIEIRA DA CUNHA FRANÇA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão referendada pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve a sentença de procedência do pedido, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores não incide sobre o adicional de um terço de férias.
A suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ segundo os quais o adicional de um terço de férias possui natureza jurídica salarial, motivo pelo qual deve incidir a contribuição previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim emendado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.038763-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SUELI LEMOS SENTO SÉ
PROC./ADV.: MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão referendada pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, reformando a sentença, acolheu o pedido, condenando a União à restituir os valores indevidamente cobrados da autora, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores não incide sobre o adicional de um terço de férias.
A suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ segundo os quais o adicional de um terço de férias possui natureza jurídica salarial, motivo pelo qual deve incidir a contribuição previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim emendado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº: 2009.51.51.038764-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARMENZITA SOUZA GOMES
PROC./ADV.: MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão referendada pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que manteve a sentença de procedência do pedido, sob o entendimento de que a contribuição previdenciária dos servidores não incide sobre o adicional de um terço de férias.
A suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ segundo os quais o adicional de um terço de férias possui natureza jurídica salarial, motivo pelo qual deve incidir a contribuição previdenciária.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para alinhar-se à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou a orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim emendado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 10/11/2009).
Coerente com essa orientação, a Turma Nacional firmou entendimento nesse sentido:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. CONHECIMENTO. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO. Conhece-se em parte do pedido de uniformização, em estando demonstrado o dissídio jurisprudencial entre o acórdão da Turma Recursal de origem e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acerca de tema de direito material. Na dicção do Supremo Tribunal Federal: a) as verbas sobre as quais incidirem contribuições sociais devem repercutir sobre os benefícios previdenciários (artigos 40, § 12, e 201, § 11, da CF/88, na redação dada pela EC 20/98); b) o terço constitucional de férias não se incorpora ao salário, para fins de repercussão sobre benefícios previdenciários; c) logo, sobre tais verbas não podem incidir contribuições sociais. Interpretação das disposições da Leis n.º 9.783, de 28-01-99, e 10.887, de 18-06-2004, em sintonia com esse entendimento (PU 200785005057424, Rel. Juiz Federal ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, julgamento em 28/5/2009, DJU de 08/1/2010).
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU e na Questão de Ordem n.º 13/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.039516-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MAGDALLA GAMA MENDONÇA EVERTON
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MAGDALLA GAMA MENDONÇA EVERTON, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão referendada pela Primeira Turma Recursal dos Juizados da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que negou seguimento a recurso contra sentença que extinguiu a ação sem resolução do mérito, por incompetência absoluta do juizado da capital, visto que "a parte autora não reside na área de competência dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro".
A decisão ora impugnada tem a seguinte fundamentação:
"Trata-se de recurso interposto pela parte autora em face de sentença que julgou extinto o processo sem resolução do mérito, sob o fundamento de que, por ser a parte recorrente domiciliada em município diverso da Capital, abrangido pela Justiça Federal, estaria fora dos limites da jurisdição territorial funcional desta.
De acordo com o Enunciado nº 18 das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, não cabe recurso de sentença que não aprecia o mérito em sede de JEF, salvo quando o seu não conhecimento acarretar negativa de jurisdição.
No caso dos autos, não há que se aplicar a ressalva contida na parte final do enunciado, em virtude do entendimento preconizado pelo Enunciado nº 71, destas Turmas, in verbis:
"É absoluta a competência do juizado especial federal do domicílio da parte autora, inclusive nas ações previdenciárias e assistenciais, nos termos do art. 3º, §3º, da Lei nº 10.259/2001"
Por tais razões, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO.
Alega a parte suscitante que tal entendimento não alcança os processos de natureza previdenciária, conforme posição dominante da doutrina e da jurisprudência. Para estes, a competência é concorrente, sendo facultado ao autor escolher entre ajuizar ação no foro de seu domicílio ou no da capital.
Sustenta que há divergência com julgados do STF e do STJ.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Por envolver questão de natureza processual, o incidente não atende à hipótese de cabimento estabelecida no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, que pressupõe a existência de divergência interpretativa a respeito de norma federal infraconstitucional de índole substantiva.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.041657-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GILSON TRINDADE
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por GILSON TRINDADE, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Segunda Turma Recursal dos Juizados da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que negou seguimento a recurso contra sentença que extinguiu a ação sem resolução do mérito, por incompetência absoluta do juizado da capital, visto que "a parte autora não reside na área de competência dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro".
A decisão ora impugnada tem a seguinte fundamentação:
"Trata-se de recurso contra sentença que, com base em um dos incisos do art. 267 do CPC, julgou extinto o processo sem resolução do mérito.
É o caso, portanto, de sentença terminativa, da qual não cabe recurso segundo o prevê o art. 5º da Lei nº 10.259/01, que rege os Juizados Especiais Federais, que dispõe não ser admissível recurso de sentença que não aprecia o mérito, salvo para deferir medidas cautelares a fim de se evitar dano de difícil reparação.
A matéria é pacífica nas Turmas Recursais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, conforme decorre da leitura do enunciado no. 18:
'Não cabe recurso de sentença que não aprecia o mérito em sede de Juizado Especial Federal (art. 5º da Lei 10.259/2001), salvo quando o seu não conhecimento acarretar negativa de jurisdição'.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso da parte autora, com fundamento no art. 5º da Lei nº 10.259/01 e no Enunciado nº 18 das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por se afigurar incabível em sede de Juizado Especial Federal".
Alega o suscitante que o entendimento adotado na sentença "não alcança os processos de natureza previdenciária, conforme amplo entendimento da doutrina e jurisprudência. Para estes a competência é concorrente, e é facultado ao autor escolher entre ajuizar a ação no foro de seu domicílio ou no da capital, como já esclarecido".
Sustenta que há divergência com julgados do STF e do STJ.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Por envolver questão de natureza processual, o incidente não atende à hipótese de cabimento estabelecida no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, que pressupõe a existência de divergência interpretativa a respeito de norma federal infraconstitucional de índole substantiva.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.044646-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA FÉLIX DA COSTA SILVA
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MARIA DE FÁTIMA FÉLIX DA COSTA SILVA, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão referendada pela Segunda Turma Recursal dos Juizados da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que negou provimento a recurso contra sentença que extinguiu a ação sem resolução do mérito, por incompetência absoluta do juizado da capital.
A decisão ora impugnada foi assim ementada, verbis:
PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO RMI. ENUNCIADO 18 - NÃO CABE RECURSO DE SENTENÇA QUE NÃO APRECIA O MÉRITO EM SEDE DE JEF
Alega a parte suscitante que tal entendimento não alcança os processos de natureza previdenciária, conforme posição dominante da doutrina e da jurisprudência. Para estes, a competência é concorrente, sendo facultado ao autor escolher entre ajuizar ação no foro de seu domicílio ou no da capital.
Sustenta que há divergência com julgados do STF e do STJ.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Por envolver questão de natureza processual, o incidente não atende à hipótese de cabimento estabelecida no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, que pressupõe a existência de divergência interpretativa a respeito de norma federal infraconstitucional de índole substantiva.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.044658-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: IVANIR AUGUSTO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por IVANIR AUGUSTO DE ALMEIDA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual não admitiu recurso interposto de decisão de primeiro grau que extinguiu, sem exame do mérito, feito em que se buscava reconhecimento de tempo de serviço.
Consta dos autos, que o Juiz de primeiro grau extinguiu o feito em razão de incompetência absoluta, pois sendo o autor domiciliado em município em que há vara federal, a ação teria sido proposta indevidamente na vara da capital.
A Turma recursal, por sua vez, não conheceu do recurso por entender que a Lei 10.259/2001 não prevê a possibilidade de se interpor recurso de sentença que não analisou o mérito.
O requerente alega divergência com precedentes do STF e da 1ª Turma Recursal da Bahia, aduzindo, em síntese, que sendo a ação previdenciária a competência é concorrente, podendo ser ajuizada tanto na Subseção Judiciária do domicílio da parte quanto na Vara Federal da capital.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, eventual incompetência para a análise do respectivo feito, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Nesse sentido já decidiu a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido que versa sobre competência envolve apenas questão processual, que é insuscetível de uniformização, conforme a inteligência do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Pedido não conhecido (PU nº 200783085009629, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 04.09.2009).
EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I - Pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput da Lei 10.259/2001), c/c art. 2º da Resolução n 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II - A legitimidade da União e a competência da Justiça Federal constituem, respectivamente, condição da ação e pressuposto processual, matérias pertencentes ao campo do Direito Processual.
III - O Exame da presença das condições de ação ou pressupostos processuais por qualquer juízo ou tribunal somente ocorre quando a devolutividade é plena ou, pelo menos, não vedada por expressa disposição legal, como é o caso do art. 14 da Lei 10.259/2001.
IV - Incidente de uniformização não conhecido (PU nº 200530007123100, Rel. Juiz Federal Pedro Pereira dos Santos, DJU 17.03.2008).
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.045644-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ADELMO FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ADELMO FRANCISCO DA SILVA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual não admitiu recurso interposto de decisão de primeiro grau que extinguiu, sem exame de mérito, feito em que se pugnava pelo restabelecimento de auxílio-doença.
Consta dos autos, que o Juiz de primeiro grau extinguiu o feito em razão de incompetência absoluta, pois sendo o autor domiciliado em município em que há vara federal, a ação teria sido proposta indevidamente na vara da capital.
A Turma recursal, por sua vez, não conheceu do recurso por entender que a Lei 10.259/2001 não prevê a possibilidade de se interpor recurso de sentença que não analisou o mérito.
O requerente alega divergência com precedentes do STF e da 1ª Turma Recursal da Bahia, aduzindo, em síntese, que sendo a ação previdenciária a competência é concorrente, podendo ser ajuizada tanto na Subseção Judiciária do domicílio da parte quanto na Vara Federal da capital.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, eventual incompetência para a análise do respectivo feito, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Nesse sentido já decidiu a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido que versa sobre competência envolve apenas questão processual, que é insuscetível de uniformização, conforme a inteligência do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Pedido não conhecido (PU nº 200783085009629, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 04.09.2009).
EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I - Pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput da Lei 10.259/2001), c/c art. 2º da Resolução n 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II - A legitimidade da União e a competência da Justiça Federal constituem, respectivamente, condição da ação e pressuposto processual, matérias pertencentes ao campo do Direito Processual.
III - O Exame da presença das condições de ação ou pressupostos processuais por qualquer juízo ou tribunal somente ocorre quando a devolutividade é plena ou, pelo menos, não vedada por expressa disposição legal, como é o caso do art. 14 da Lei 10.259/2001.
IV - Incidente de uniformização não conhecido (PU nº 200530007123100, Rel. Juiz Federal Pedro Pereira dos Santos, DJU 17.03.2008).
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.051889-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA INÊS MOURA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que manteve a sentença, julgando procedente o pedido da autora, declarando inexistente a dívida previdenciária e condenando a autarquia a se abster de efetuar descontos nas parcelas mensais do benefício de pensão por morte, sob o entendimento de que não cabe ao INSS descontar em folha os valores que já deveriam ter sido descontados e não o foram, por culpa (demora) exclusiva de si próprio.
O suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados do STJ e de Tribunais Regionais Federais, segundo os quais, na hipótese de ter ocorrido pagamento a maior de benefício previdenciário decorrente de ato administrativo e de ausência de má-fé do segurado, pode o INSS efetuar, parceladamente, o desconto de até 30% do benefício, a fim de restituir a majoração paga indevidamente.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que acórdãos provenientes de Tribunais Regionais Federais não servem como paradigma para o presente incidente, vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto aos arestos do STJ, verifico estar configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.053656-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ELOI DOS SANTOS PINHEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ELOI DOS SANTOS PINHEIRO, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual não admitiu recurso interposto de decisão de primeiro grau que extinguiu, sem exame de mérito, feito em que se buscava aposentadoria por tempo de contribuição.
Consta dos autos, que o Juiz de primeiro grau extinguiu o feito em razão de incompetência absoluta, pois sendo o autor domiciliado em município em que há vara federal, a ação teria sido proposta indevidamente na vara da capital.
A Turma recursal, por sua vez, não conheceu do recurso por entender que a Lei 10.259/2001 não prevê a possibilidade de se interpor recurso de sentença que não analisou o mérito.
O requerente alega divergência com precedentes do STF e da 1ª Turma Recursal da Bahia, aduzindo, em síntese, que sendo a ação previdenciária a competência é concorrente, podendo ser ajuizada tanto na Subseção Judiciária do domicílio da parte quanto na Vara Federal da capital.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, eventual incompetência para a análise do respectivo feito, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Nesse sentido já decidiu a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido que versa sobre competência envolve apenas questão processual, que é insuscetível de uniformização, conforme a inteligência do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Pedido não conhecido (PU nº 200783085009629, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 04.09.2009).
EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I - Pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput da Lei 10.259/2001), c/c art. 2º da Resolução n 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II - A legitimidade da União e a competência da Justiça Federal constituem, respectivamente, condição da ação e pressuposto processual, matérias pertencentes ao campo do Direito Processual.
III - O Exame da presença das condições de ação ou pressupostos processuais por qualquer juízo ou tribunal somente ocorre quando a devolutividade é plena ou, pelo menos, não vedada por expressa disposição legal, como é o caso do art. 14 da Lei 10.259/2001.
IV - Incidente de uniformização não conhecido (PU nº 200530007123100, Rel. Juiz Federal Pedro Pereira dos Santos, DJU 17.03.2008).
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.066209-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MÔNICA DE ALMEIDA FONSECA E OUTROS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MÔNICA DE ALMEIDA FONSECA E OUTROS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de revisão da renda mensal inicial de benefício previdenciário, sob o fundamento de que estando a parte autora filiada ao RGPS anteriormente à edição da Lei 9876/99, aplica-se a regra de transição do art. 3º da mesma lei, e suas disposições regulamentares, e não o art. 29, II da Lei 8.213/91.
Sustentam os requerentes divergência com julgados de Turma Recursal de Santa Catarina, aduzindo, em síntese, que para os benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, concedidos após a vigência da Lei n.º 9.876/99, o salário-de-benefício consistirá na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, independentemente da data de filiação ao RGPS e do número de contribuições mensais vertidas no período contributivo
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 30 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.51.51.066340-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: CELSO VIEIRA LIMA FILHO
PROC/ADV.: MÉLAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que restou assim ementada:
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO (1/3) CONSTITUCIONAL. ADICIONAL DE FÉRIAS. DESCONTO INDEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ, do TRF da 1ª Região e da 2ª Turma Recursal do Juizado Especial do Estado do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Paraná, aduzindo, em síntese, que incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional, por ser verba de caráter remuneratório.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRFs.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim ementado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.51.51.067174-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: MARILÉA DO NASCIMENTO ANDRADE BRITO E OUTROS
PROC/ADV.: WILMA LOPES PONTES DE S. SANTOS E OUTRA

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que considerou indevida a incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ e de TRFs, aduzindo, em síntese, que incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional, por ser verba de caráter remuneratório.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2°, estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRFs.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim ementado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.067295-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARIA JOSÉ SOARES DE ARAÚJO
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MARIA JOSÉ SOARES DE ARAÚJO, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso em que se postulava o restabelecimento de auxílio-doença, ou, alternativamente, a concessão de aposentadoria por invalidez ao fundamento de que, de acordo com a perícia médica, não teria restado comprovada a incapacidade laborativa, fosse ela temporária ou permanente.
A parte requerente alega divergência com precedentes do STJ, aduzindo, em síntese, que o juiz não está vinculado ao laudo pericial.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a parte suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.51.68.006598-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: TRAJANO BARBOSA
PROC/ADV.: WILMA LOPES PONTES DE S. SANTOS E OUTRA

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que restou assim ementada:
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO (1/3) CONSTITUCIONAL. ADICIONAL DE FÉRIAS. DESCONTO INDEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.
Alega a suscitante divergência com julgado do STJ e do TRF da 3ª Região, aduzindo, em síntese, que incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional, por ser verba de caráter remuneratório.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRFs.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, revendo posicionamento anterior, para se alinhar à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou orientação de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, dada a natureza indenizatória dessa verba.
Tal entendimento restou consagrado no julgamento do Pedido de Uniformização dirigido ao STJ, com esteio no art. 14, § 4°, da Lei n° 10.259/2001, assim ementado:
TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO.
1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria.
4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados (Pet n° 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe de 10/11/2009).
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.68.006886-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ANTÔNIO CAETANO GONÇALVES
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANTÔNIO CAETANO GONÇALVES, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de janeiro, que manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta o requerente que a decisão recorrida diverge do entendimento jurisprudencial do STJ quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização já decidiu que "a discussão relativa à necessidade de requerimento administrativo prévio concerne ao próprio direito constitucional de ação, motivo por que não constituiria matéria processual típica, cujo exame é vedado nesta sede" (PU nº 2005.36.00909228-7, Rel. Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ de 09.12.2009).
Assim sendo, cuidando-se, em tese, de matéria apreciável no âmbito deste pedido de uniformização e configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N°: 2009.70.53.000553-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA HELENA DE LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JÚNIOR
REQUERIDA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADA: BEATRIZ FONSECA DONATO

DECISÃO

MARIA HELENA DE LIMA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, contra decisão colegiada proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve sentença de improcedência do pedido de condenação da Caixa Econômica Federal ao pagamento de juros remuneratórios de caderneta de poupança, na forma de complemento de valores recebidos em execução de sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n.º 98.0016021-3 ajuizada pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor (APADECO).
Alega a requerente haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
Ação civil pública. Caderneta de poupança. Diferenças. Execução de sentença. Juros remuneratórios.
1. Não há como incluir na execução juros remuneratórios em relação a todo o período objeto de cobrança, tendo em vista que a sentença executada, com trânsito em julgado, deferiu a incidência daqueles, apenas, nos dois meses em que houve remuneração menor que a devida nas cadernetas de poupança, isto é, em junho de 1987 e em janeiro de 1989.
2. Recurso especial conhecido e provido (REsp n.º 815.831/PR, Rel. Min. ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ de 12/02/2007, p. 244).
Sustenta, em síntese, que a controvérsia cinge-se ao exame da existência ou não de coisa julgada a obstar a pretensão da requerente diante do que decidido na ação civil pública acima citada, "até porque não se discute que os juros remuneratórios devem ser concedidos desde a lesão até o efetivo pagamento".
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná.
A suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A irresignação não tem como prosseguir, pois a Lei n.º 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em apreço, o incidente suscitado aborda questão eminentemente processual, pois a verificação da existência de coisa julgada requer cotejo entre a presente ação e a mencionada ação civil pública a fim de se averiguar se há ou não entre elas coincidência de partes, causas de pedir, e pedidos, elementos indissociavelmente ligados às regras do processo.
Tais as razões expendidas, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, DF, 18 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.70.53.005537-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: NEUSA ALVES SCHIAVON
PROC./ADV.: PIERRE GAZARINI SILVA
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NEUSA ALVES SCHIAVON, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que a autora não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta a requerente que a decisão recorrida diverge do entendimento jurisprudencial da TNU quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização já decidiu que "a discussão relativa à necessidade de requerimento administrativo prévio concerne ao próprio direito constitucional de ação, motivo por que não constituiria matéria processual típica, cujo exame é vedado nesta sede" (PU nº 2005.36.00909228-7, Rel. Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ de 09.12.2009).
Assim sendo, cuidando-se, em tese, de matéria apreciável no âmbito deste pedido de uniformização e configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.70.61.000310-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CELIA DO AMARAL POLSACHI
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JÚNIOR
REQUERIDA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADA: BEATRIZ FONSECA DONATO

DECISÃO

CELIA DO AMARAL POLSACHI suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, contra decisão colegiada proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve sentença de improcedência do pedido de condenação da Caixa Econômica Federal ao pagamento de juros remuneratórios de caderneta de poupança, na forma de complemento de valores recebidos em execução de sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n.º 98.0016021-3 ajuizada pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor (APADECO).
Alega a requerente haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
Ação civil pública. Caderneta de poupança. Diferenças. Execução de sentença. Juros remuneratórios.
1. Não há como incluir na execução juros remuneratórios em relação a todo o período objeto de cobrança, tendo em vista que a sentença executada, com trânsito em julgado, deferiu a incidência daqueles, apenas, nos dois meses em que houve remuneração menor que a devida nas cadernetas de poupança, isto é, em junho de 1987 e em janeiro de 1989.
2. Recurso especial conhecido e provido (REsp n.º 815.831/PR, Rel. Min. ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ de 12/02/2007, p. 244).
Sustenta, em síntese, que a controvérsia cinge-se ao exame da existência ou não de coisa julgada a obstar a pretensão da requerente diante do que decidido na ação civil pública acima citada, "até porque não se discute que os juros remuneratórios devem ser concedidos desde a lesão até o efetivo pagamento".
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná.
A suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A irresignação não tem como prosseguir, pois a Lei n.º 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em apreço, o incidente suscitado aborda questão eminentemente processual, pois a verificação da existência de coisa julgada requer cotejo entre a presente ação e a mencionada ação civil pública a fim de se averiguar se há ou não entre elas coincidência de partes, causas de pedir, e pedidos, elementos indissociavelmente ligados às regras do processo.
Tais as razões expendidas, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, DF, 18 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2009.70.61.000417-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARCIA MITIKO NACAGAVA
PROC./ADV.: ANTONIO CAMARGO JÚNIOR
REQUERIDA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADA: BEATRIZ FONSECA DONATO

DECISÃO

MARCIA MITIKO NACAGAVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, contra decisão colegiada proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, que manteve sentença de improcedência do pedido de condenação da Caixa Econômica Federal ao pagamento de juros remuneratórios de caderneta de poupança, na forma de complemento de valores recebidos em execução de sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n.º 98.0016021-3 ajuizada pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor (APADECO).
Alega a requerente haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
Ação civil pública. Caderneta de poupança. Diferenças. Execução de sentença. Juros remuneratórios.
1. Não há como incluir na execução juros remuneratórios em relação a todo o período objeto de cobrança, tendo em vista que a sentença executada, com trânsito em julgado, deferiu a incidência daqueles, apenas, nos dois meses em que houve remuneração menor que a devida nas cadernetas de poupança, isto é, em junho de 1987 e em janeiro de 1989.
2. Recurso especial conhecido e provido (REsp n.º 815.831/PR, Rel. Min. ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, DJ de 12/02/2007, p. 244).
Sustenta, em síntese, que a controvérsia cinge-se ao exame da existência ou não de coisa julgada a obstar a pretensão da requerente diante do que decidido na ação civil pública acima citada, "até porque não se discute que os juros remuneratórios devem ser concedidos desde a lesão até o efetivo pagamento".
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná.
A suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A irresignação não tem como prosseguir, pois a Lei n.º 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em apreço, o incidente suscitado aborda questão eminentemente processual, pois a verificação da existência de coisa julgada requer cotejo entre a presente ação e a mencionada ação civil pública a fim de se averiguar se há ou não entre elas coincidência de partes, causas de pedir, e pedidos, elementos indissociavelmente ligados às regras do processo.
Tais as razões expendidas, com arrimo no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, DF, 18 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.71.54.002284-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NABOR MACHADO DA SILVEIRA
PROC./ADV.: VINICIUS CORSO SOUZA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual manteve a sentença que julgou procedente o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição, sob o entendimento de que a sentença homologatória trabalhista constitui início de prova material.
Sustenta a autarquia previdenciária que a decisão combatida diverge de julgados do STJ, segundo os quais, a sentença trabalhista será admitida como início de prova material, apta a comprovar o tempo de serviço, caso ela tenha sido fundada em elementos que evidenciem o labor exercido na função e no período alegados pelo trabalhador na ação previdenciária.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
O incidente não merece avançar.
Isso porque, no que concerne ao uso da sentença trabalhista como início de prova da qualidade de segurado, há, no âmbito da TNU, a Súmula 31, verbis:
A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários.
Portanto, aplica-se ao caso em tela a Questão de Ordem nº 13 desta TNU, verbis:
Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.
Frente ao exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea b, do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº: 2009.72.55.002904-5
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSELICE LIMA BASTOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: RENATO FELIPE DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIAGERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSELICE LIMA BASTOS DOS SANTOS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício de aposentadoria por invalidez à parte autora, considerando que a conclusão da perícia judicial foi no sentido de que a autora apresentava incapacidade temporária para o exercício de atividade laborativa, bem como existiria a possibilidade de recuperação.
Opostos embargos de declaração, os mesmos foram rejeitados.
Sustenta a suscitante divergência com julgado de Turma Recursal do Mato Grosso, aduzindo, em síntese, que para a concessão de aposentadoria por invalidez podem ser avaliadas as condições pessoais do segurado para reinserção no mercado de trabalho.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada combatida consignou que a perícia médica atestou que a parte autora não está incapacitada definitivamente para a atividade laborativa, pois estaria suscetível de recuperação, sendo que o paradigma expressamente menciona que restou demonstrada a incapacidade para o trabalho, bem como a insuscetibilidade de reabilitação. Ademais, a decisão paradigmática analisou o conjunto probatório dos autos e, atenta à peculiaridade do caso concreto, concedeu o benefício de auxílio-doença.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.58.002247-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ALCIMAR ALVES DE MARINS
PROC./ADV.: RENATO FELIPE DE SOUZA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ALCIMAR ALVES DE MARINS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício de auxílio-doença à parte autora, considerando que a conclusão da perícia judicial foi no sentido de que o autor não apresentava incapacidade permanente para o exercício de atividade laborativa.
Sustenta o suscitante divergência com julgado de Turma Recursal do Mato Grosso, aduzindo, em síntese, que para a concessão de aposentadoria por invalidez podem ser avaliadas as condições pessoais do segurado para reinserção no mercado de trabalho.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada combatida consignou que a perícia médica atestou que a parte autora não está permanentemente incapaz para o exercício de atividades laborais, podendo ser reabilitada para exercer atividades leves, eventualmente até moderadas, sendo que o paradigma expressamente menciona que restou demonstrada a incapacidade para o trabalho, bem como a insuscetibilidade de reabilitação. Ademais, a decisão paradigmática analisou o conjunto probatório dos autos e, atenta à peculiaridade do caso concreto, concedeu o benefício de auxílio-doença.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.59.001923-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LAURITA RUTA
PROC./ADV.: LUZIA IZABEL ROSA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por Laurita Ruta, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve sentença denegatória do pedido de concessão de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, à consideração de que o laudo pericial apresentado, a despeito de concluir ter a Autora doença na coluna cervical, não estaria inapta para o trabalho.
Sustenta a Requerente o acórdão divergiu de precedente advindo de Turma Recursal do Rio de Janeiro, relevando que a similitude fática entre o acórdão recorrido a e o aresto paradigma é no sentido de que o mais apropriado é que a perícia seja realizada por profissional especialista em ortopedia e traumatologia, pois certamente este possui maior habilitação e conhecimento para apresentar um laudo mais aprofundado e específico, permitindo que se apure com mais precisão se o quadro clínico da recorrente efetivamente a incapacita para o exercício de suas atividades laborativas.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.72.65.000697-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SÉRGIO JOSÉ MORESCO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por SÉRGIO JOSÉ MORESCO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido de repetição de indébito, sob o fundamento de que a parte autora não cumpriu com o ônus de comprovar o pagamento indevido de imposto de renda sobre aquelas verbas que discriminou no pedido e na causa de pedir expressados na inicial.
Sustenta o suscitante divergência com julgados de Turma Recursal de São Paulo, do STJ e de Tribunais Regionais Federais, aduzindo, em síntese, que as verbas indenizatórias recebidas pelo empregado, bem como os valores recebidos por adesão ao programa de incentivo à demissão voluntária, não sofrem a incidência do imposto de renda, nos termos da Súmula 215/STJ.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Quanto aos demais arestos colacionados, verifica-se que não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, na decisão ora impugnada restou consignado que as verbas indicadas na petição inicial são de natureza salarial, por tanto, remuneratórias, sendo que os paradigmas se limitam a mencionar que as verbas recebidas em razão de adesão a programa de demissão incentivada são de natureza indenizatória.
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 2009.85.00.500525-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: JOSÉ OLIVEIRA DE JESUS
PROC./ADV.: DIOGO ASSAD BOECHAT
REQUERIDO(A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROC./ADV.: PAULA GIRON MARGALHO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSÉ OLIVEIRA DE JESUS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que, reformando a sentença, reconheceu a incidência da prescrição vintenária, declarando prescrita a ação que visava à correção do índice de 42,72% (Plano Verão) em caderneta de poupança.
Sustenta o requerente que a decisão combatida diverge de julgados do STJ, segundo os quais, o instituto da prescrição é regido pelo princípio do actio nata, ou seja, o curso do prazo prescricional apenas tem início com a efetiva lesão do direito tutelado.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que as decisões trazidas como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
A decisão combatida afirmou que o marco final à propositura de ações versando sobre o Plano Verão ocorreu em 15/1/2009, face à incidência da prescrição vintenária (art. 177 do Código Civil de 1916), enquanto que os arestos invocados cuidaram de ações que buscavam outros direitos.
Por lado, o aresto hostilizado encontra amparo na jurisprudência do STJ a respeito do tema, conforme se constata dos seguintes julgados:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL. CADERNETAS DE POUPANÇA. PLANO VERÃO. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA PELAS DIFERENÇAS DE RENDIMENTOS. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA.
1. Esta C. Corte tem entendimento pacífico no sentido de que a instituição financeira depositária é parte legítima para responder pelo ressarcimento dos valores das diferenças de correção monetária das cadernetas de poupança iniciadas ou renovadas até o dia 15/01/1989, aplicando-se o IPC no percentual de 42,72% em janeiro de 1989.
2. Nas demandas em que são discutidos os critérios de remuneração da caderneta de poupança, com a conseqüente postulação das diferenças havidas, a prescrição dos juros remuneratórios e da correção monetária é vintenária, pois eles se agregam ao capital, perdendo a natureza de acessórios. Precedentes.
3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag 1101543/SP, Rel. MIN. RAUL ARAÚJO FILHO, QUARTA TURMA, DJe 14/06/2010).
IPC. PLANO VERÃO E PLANO BRESSER. CADERNETA DE POUPANÇA MINAS CAIXA. SUCESSÃO. ESTADO DE MINAS GERAIS. PRESCRIÇÃO. VINTENÁRIA.
1 - A jurisprudência iterativa desta Corte, inclusive pacificada pela Segunda Seção, é no sentido de adotar o prazo prescricional de vinte anos, pois os juros e a correção monetária, creditados a menor, representam o próprio capital depositado e não simplesmente acessórios.
2 - Disso decorre que o marco definidor do direito e, pois, o termo inicial da prescrição, é a data em que não creditada a correção monetária com o percentual que é reconhecidamente devido, no caso concreto, junho de 1987 (26,06% - Plano Bresser) e janeiro de 1989 (42,72% - Plano Verão). Esses são os marcos definidores da actio nata, sendo desinfluente a assunção, posterior, dos créditos e débitos da Minas Caixa pelo Estado de Minas Gerais. O direito vindicado, repita-se, não nasceu a partir do momento em que o Estado assumiu o passivo da Minas Caixa, mas com aplicação, a menor, da correção monetária na conta de caderneta de poupança.
3 - Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1055763/MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe 05/10/2009).
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.85.00.502043-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI E OUTRA
AGRAVADO(A): SUELLY FONTES DE JESUS
PROC./ADV.: RAFAEL MELO TAVARES

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.85.00.503082-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI E OUTRO
AGRAVADO(A): JOSÉ CONDE SOBRAL FILHO
PROC./ADV.: JACQUELINE LIMA SACRAMENTO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma a agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pela agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.85.01.501487-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
EMBARGANTE: MARIA CICERA DA CONCEIÇÃO
PROC/ADV.: PATRICIA LEITE SAMPAIO
EMBARGADO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA CICERA DA CONCEIÇÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, que manteve sentença que julgou improcedente pedido de aposentadoria rural por idade, ao fundamento de que não demonstrado o exercício de atividade rural em regime de economia familiar in casu, ante o acervo probatório frágil, desarmônico e incongruente, merecendo destaque a constatação extraída da prova oral no sentido de que a pensão recebida pela autora, há trinta anos, tinha relevância muito maior para a sua sobrevivência do que a atividade rural, a qual, desde então, teria a simples função de acrescentar às suas refeições produtos da terra.
Alega divergência com julgado da TNU, afirmando que, apesar de receber a pensão por morte de seu companheiro, continuou a laborar na lavoura, só que com menor intensidade, a fim de complementar a renda da família, o que restou devidamente comprovado nos autos.
O incidente não foi admitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tem-se que o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a Turma Recursal de origem entendeu pela não demonstração de atividade rural em regime de economia familiar não apenas pelo fato de a autora perceber pensão pela morte de seu companheiro, mas também diante das demais circunstâncias do caso concreto, quais sejam, o fato de a inspeção judicial ter sido inconclusiva, não havendo sinais inequívocos de labor rurícola, além de a própria autora haver afirmado que, desde que passou a receber a pensão, portanto, há trinta anos, o labor rural teria a simples função de acrescentar às suas refeições produtos da terra.
Já no paradigma colacionado, inexistia dúvida com relação à efetiva realização de atividade rurícola por parte do requerente, sendo essa essencial à sua sobrevivência.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2010.51.51.002280-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GERALDO LEITE DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por GERALDO LEITE DA SILVA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual não admitiu recurso interposto de decisão de primeiro grau que extinguiu, sem exame de mérito, feito em que se pugnava pelo restabelecimento de auxílio-doença.
Consta dos autos, que o Juiz de primeiro grau extinguiu o feito em razão de incompetência absoluta, pois sendo o autor domiciliado em município em que há vara federal, a ação teria sido proposta indevidamente na vara da capital.
A Turma recursal, por sua vez, não conheceu do recurso por entender que a Lei 10.259/2001 não prevê a possibilidade de se interpor recurso de sentença que não analisou o mérito.
O requerente alega divergência com precedentes do STF e da 1ª Turma Recursal da Bahia, aduzindo, em síntese, que sendo a ação previdenciária a competência é concorrente, podendo ser ajuizada tanto na Subseção Judiciária do domicílio da parte quanto na Vara Federal da capital.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, eventual incompetência para a análise do respectivo feito, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Nesse sentido já decidiu a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido que versa sobre competência envolve apenas questão processual, que é insuscetível de uniformização, conforme a inteligência do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Pedido não conhecido (PU nº 200783085009629, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 04.09.2009).
EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I - Pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput da Lei 10.259/2001), c/c art. 2º da Resolução n 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II - A legitimidade da União e a competência da Justiça Federal constituem, respectivamente, condição da ação e pressuposto processual, matérias pertencentes ao campo do Direito Processual.
III - O Exame da presença das condições de ação ou pressupostos processuais por qualquer juízo ou tribunal somente ocorre quando a devolutividade é plena ou, pelo menos, não vedada por expressa disposição legal, como é o caso do art. 14 da Lei 10.259/2001.
IV - Incidente de uniformização não conhecido (PU nº 200530007123100, Rel. Juiz Federal Pedro Pereira dos Santos, DJU 17.03.2008).
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2010.51.51.004337-1
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: GENALDO GOMES DE BRITO
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO: INSS
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por GENALDO GOMES DE BRITO, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão monocrática de relator integrante da Primeira Turma Recursal dos Juizados da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que negou seguimento a recurso contra sentença que extinguiu a ação sem resolução do mérito, por incompetência absoluta do juizado da capital, visto que o recurso não merece ser conhecido, pois, de acordo com o Enunciado 18 das TRRJ, não cabe recurso contra sentença que julga extinto o feito sem julgamento de mérito.
Alega a parte suscitante que, relativamente ao reconhecimento da incompetência dos Juizados, tal entendimento não alcança os processos de natureza previdenciária, conforme amplo entendimento da doutrina e jurisprudência. Para estes a competência é concorrente, e é facultado ao autor escolher entre ajuizar a ação no foro de seu domicílio ou no da capital.
Sustenta que há divergência com julgados do STF e do STJ.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
A parte suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Dispõe o artigo 14, caput, da Lei nº 10.259/2001, in verbis:
"Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei."
E é esta a letra do artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:
"Art. 6º Compete à Turma Nacional processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito material:
I - fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões;
II - em face de decisão de Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça; ou
III - em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
(...)"
A divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões proferidas por Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente foi suscitado em face de decisão monocrática do Juiz Federal Relator do recurso inominado, não referendada pela Turma Recursal, o que impede o conhecimento do presente incidente, à míngua de manifestação do colegiado.
A propósito, o seguinte precedente da Turma Nacional de Uniformização:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DE JUIZ DE TURMA RECURSAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE A DECISÃO RECORRIDA E OS JULGADOS COLACIONADOS COMO PARADIGMAS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.
Não se admite Pedido de Uniformização endereçado à Turma Nacional contra decisão monocrática de Juiz de Turma Recursal, sem o prévio exaurimento dos recursos cabíveis na instância ordinária.
Ausência de similitude fática e jurídica entre a decisão recorrida e os acórdãos apresentados como paradigmas.
Pedido de Uniformização não conhecido."
(PU nº 200638007385763, Relator Juiz Federal Sebastião Ogê, in DJU 4/4/2008).
Entretanto, ainda que a decisão recorrida fosse referendada pelo colegiado, melhor sorte não assistiria ao suscitante. Por envolver questão de natureza processual, in casu a competência, o incidente não atende à hipótese de cabimento estabelecida no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, que pressupõe a existência de divergência interpretativa a respeito de norma federal infraconstitucional de índole substantiva.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0500028-91.2010.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC/ADV.: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: ALBA VALÉRIA FERREIRA DE ARAÚJO COSTA
PROC/ADV.: LARISSA ANGÉLICA GOIS SANTOS

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, que manteve a sentença reconhecendo o direito ao pagamento das diferenças decorrentes do reconhecimento administrativo de pedido de incorporação dos quintos a que se refere o art. 62-A da Lei n° 8.112/90, com a redação dada pela MP 2.225-45/2001, c/c art. 3° e 10 da Lei n° 8.911/94 e 9° da Lei n° 9.624/98, desde o reconhecimento administrativo.
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ e do TRF da 2ª Região, aduzindo, em síntese que, o reconhecimento administrativo interrompe a prescrição, que volta a correr pela metade do prazo. Como a decisão administrativa foi de 12 de janeiro de 2005 e a ação proposta em fevereiro de 2010, teria havido prescrição do direito.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0500052-22.2010.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA ANTONIETA TRINDADE BARBOSA DOS ANJOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que manteve a sentença que julgou procedente o pedido de fornecimento de medicamento necessário para o tratamento da autora.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgado do STJ, segundo o qual, não é cabível a condenação da entrega de medicamento não previsto em programas públicos de saúde quando há outras opções no SUS, cabendo à parte demonstrar a ineficácia do que é fornecido pela rede pública.
O incidente foi inadmitido.
A parte suscitante apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que a decisão trazida como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o acórdão combatido assim consignou, verbis:
Assim, a priori, não se justifica a denegação do fornecimento de alguns medicamentos/aparelhos terapêuticos àqueles que deles necessitam apenas em razão dos mesmos não se encontrarem em lista organizada pela Administração Pública. Nesse caso, incumbiria ao Estado fornecer ao cidadão outro fármaco/equipamento terapêutico com efeitos idênticos ao preceituado pelo médico. Se não existe substituto apropriado, de menor valor, não pode o cidadão suportar as conseqüências nefastas da omissão administrativa, a qual coloca em risco o maior bem do homem - a vida.
Veja que restou salientado não existir um substituto apropriado, enquanto que no aresto apontado como paradigma, sustenta-se que foi apontada pelo SUS, uma segunda opção de medicamento, não acatada pela parte interessada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0500133-43.2006.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA TERESA DINIZ VIEIRA SIQUEIRA
PROC/ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO E OUTRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA TERESA DINIZ VIEIRA SIQUEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da 1ª turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará a qual decidiu que a ora requerente não fazia jus à diferenças de aposentaria relativas ao período entre o primeiro requerimento administrativo de aposentadoria, em 10/03/2003, quando a mesma foi indeferida, e o segundo requerimento em 22/09/2005, quando a aposentaria foi deferida.
Entendeu aquele colegiado, corroborando o que dito na sentença, que a requerente, na data do 1º requerimento administrativo não perfazia as condições para a aposentação.
Alega a requerente que seu pedido tem base no constante do artigo 3º da Lei 10.666/2003. Sustenta que a decisão vai de encontro a julgados do Superior tribunal de Justiça, onde se explicita que preenchidas as exigências da Lei 8.213/91, ou seja, carência e idade mínima seria de rigor a concessão da aposentadoria por idade, sendo irrelevante a perda de qualidade de segurado do autor.
O incidente foi inadmitido, tendo a requerente apresentado o pedido de submissão constante do artigo 15, §4º, do Regimento Interno da TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que os paradigmas não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a decisão colegiada ora vergastada entendeu que a requerente, na data do primeiro requerimento administrativo não possuía as condições para a aposentadoria, enquanto os paradigmas tratam de outra hipótese, especificando a desnecessidade de cumulação de requisitos para a obtenção da aposentadoria.
Tais as razões expendidas, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o pedido de uniformização.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 22 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0500149-22.2010.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: FÁBIO AZEVEDO VIANA
PROC./ADV.: RAFAELLE MACEDO ALVES BRAGA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, suscitado pela FAZENDA NACIONAL em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, que negou provimento ao recurso da suscitante, para manter a sentença, na qual se discute a extensão da VPNI aos advogados da União, independentemente da sua data de ingresso na instituição. Decidiu a Turma pela aplicação do percentual de 1% ao mês a título de juros de mora, por se tratar de verbas de natureza alimentar.
A suscitante alega que tal entendimento encontra-se dissonante com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, após a vigência da MP n.º 2180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9494/97, tem a C. Corte Superior, determinado aplicação de juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, igualmente, quando referente a débitos decorrentes de vantagens estatutárias devidas aos servidores públicos e que constituem dívidas de valor, de natureza alimentar.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
Há requerimento de reexame da admissibilidade, fundado no art. 15, § 4º do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Entendo que, em princípio, está configurado o dissídio jurisprudencial alegado.
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 0500213-04.2006.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A) : GETULIO BARROS
PROC/ADV. : ANTONIO GERALDO LEITE

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de reconhecimento do tempo serviço de aprendizado profissional.
Na decisão da Turma Recursal, restou consignado que para demonstrar o tempo de serviço em Escola Técnica, com remuneração indireta, basta que haja uma autêntica certidão lavrada por Escola Técnica Federal legalmente reconhecida, atestando o tempo cursado pelo aluno em tal instituição.
Alega divergência com julgado da TNU em que, mesmo comprovada a frequência, o pedido foi negado em razão de não ter o autor comprovado a efetiva realização de trabalho exercido mediante remuneração dos serviços prestados na forma de ensino, alojamento e alimentação.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Entendo que está, em princípio, caracterizada a divergência alegada, razão pela qual, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500348-44.2010.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: HELENA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ALLAN VALERRY NUNES COSTA
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NAIR ALVES DE ALMEIDA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão colegiada da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, que negou provimento ao recurso da requerente, de acordo com a seguinte ementa, verbis:
EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO. GDIBGE. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO COM CARÁTER INDIVIDUAL, NÃO GENÉRICO. NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO PARA A CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO. SISTEMÁTICA DIFERENTE DAS GRATIFICAÇÕES GDTA E GDAST. INDEFERIMENTO DEPARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS
"1. A matéria consiste em saber se a GDIBGE, instituída pela Medida Provisória nº 301, de 29/06/2006 e convertida na Lei nº 11.355, de 19/10/2006, deve ser paga aos inativos no mesmo percentual concedido aos servidores em atividade. 2. Da leitura dos dispositivos legais relativos à GDIBGE percebe-se, claramente, o caráter pro labore faciendo da gratificação em comento. A mesma não é conferida, indistintamente, a todos os servidores ativos, estando atrelada à avaliação de desempenho e aos resultados alcançados. 3. Impende ressaltar que a GDIBGE foi devidamente regulamentada pelo Decreto nº 6.312, de 19/12/2007, o qual prevê os critérios que deverão ser utilizados na avaliação de desempenho individual, o que, mais uma vez, ressalta seu caráter de gratificação pro labore faciendo. 4. Deste modo, não há que se invocar ofensa ao § 8o, art. 40, da Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal já fixou que, "por força do art. 40, § 4o, da Constituição (§ 8o na redação da EC 20/98), os benefícios ou vantagens de natureza geral estendem-se aos aposentados não, porém, aqueles que dependem do atendimento de condição inscrita na lei, não assegurando, pois, esse dispositivo constitucional a extensão aos inativos de vantagem remuneratória condicionada ao exercício de determinada função". 5. Apelação improvida".
(TRF2. AMS 200651010165642. Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama. DJ 08/03/2010).
Recurso improvido.
Sustenta a suscitante divergência com julgados do STJ e do STF, os quais possibilitam a extensão de gratificações, tais como a GDPGTAS e a GDATA aos servidores inativos, em igualdade de condições com os servidores ativos.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o presente incidente não reúne condições de avançar.
Na hipótese em questão, inexiste similitude fática entre o julgado recorrido e os acórdãos paradigma.
Com efeito, o decisum atacado, ao manter a sentença, destacou que não há direito aos servidores inativos à percepção da GDIBGE na mesma proporção do que é pago aos servidores ativos.
Contudo, os arestos paradigma tratam de outras gratificações, quais sejam, a GDPGTAS e a GDATA, situações fáticas diversas da debatida no presente processo.
Tais as razões expendidas, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500370-79.2008.4.05.8401
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALISON DOIA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização, já admitido, suscitado por ALISON DOIA DE SOUZA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal.
Distribua-se, nos termos do art. 7º, I, da Resolução n.º 22/2008.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N°: 0500451-89.2007.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ARNILSON NOGUEIRA DA SILVA E OUTROS
PROC/ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ ARNILSON NOGUEIRA DA SILVA E OUTROS suscitam incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual negou benefício de auxílio-reclusão, por entender que não restou comprovado que o recluso era segurado especial.
Na decisão da Turma Recursal restou consignado que a declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sem a homologação do Ministério Público ou do INSS, não serve como início de prova material para comprovar a qualidade de segurado especial.
Alegam os suscitantes divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais serve como início de prova material.
O incidente foi inadmitido.
Os requerentes apresentaram pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500532-41.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO OZINEUDO VIEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ HUMBERTO CARNEIRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a confirmar a sentença em que se concluiu fazer o autor jus à aposentadoria por invalidez.
Afirma o Suscitante que tal entendimento divergiu da orientação jurisprudencial das Turmas Recursais de Goiás e do Distrito Federal, à consideração de que, de acordo com o laudo pericial, realizado em outubro de 2007, o início da incapacidade deu-se em 1995 (doze anos antes do laudo) e que quando do advento da incapacidade a parte autora já não mais ostentava a qualidade de segurado, já que seu último vínculo laboral havia cessado em janeiro de 1994.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal e a Suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A quaestio iuris que mereceu atenção da Turma Recursal do Ceará foi a existência de doença incapacitante, nada se tendo abordado acerca de sua preexistência à filiação ao Regime Geral da Previdência Social.
Assim sendo, os acórdãos apontados como paradigma não divergem do entendimento adotado pelo acórdão recorrido, eis que tratam de questões fático-jurídicas distintas.
A propósito, eis o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido." (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se: a uma, de matéria carecedora de prequestionamento, posto que não enfrentada pela instância de origem e, a duas, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com a consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado.
Não é cognoscível, portanto, o recurso apresentado.
Esta a razão, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 0500585-22.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : MANOEL FURTADO NETO
PROC/ADV. : ELAINE MARIA TAVARES LUZ
REQUERIDO (A) : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto por MANOEL FURTADO NETO, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, em processo que trata de reconhecimento de serviço especial, entendeu que não restou comprovada a exposição ao agente nocivo ruído.
Na decisão da Turma Recursal, restou consignado que o laudo técnico-pericial apresentado é genérico, não discriminando qual o setor de trabalho do requerente, o período laborado e, tampouco, é referente à empresa que alega ter trabalhado (S/A Philomeno Ind. e Comércio), sendo, portanto, inservível para demonstrar o alegado.
O suscitante alega divergência jurisprudencial com julgados da TNU, aduzindo, em síntese, que, os documentos acostados demonstram que efetivamente houve trabalho sujeito ao agente nocivo ruído.
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0500678-73.2007.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAMIRO ALMEIDA DE SOUSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

RAMIRO ALMEIDA DE SOUSA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade do autor para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença.
Alega o requerente divergência com julgados da TNU e do STJ, defendendo que deveria ser anulada a sentença para a produção das provas requeridas. Argumenta ainda que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais do autor, ele faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500684-89.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : CARLOS HENRIQUE CAMPOS CÂMARA
PROC./ADV. : CIRO BARBOSA DOS SANTOS
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

CARLOS HENRIQUE CAMPOS CÂMARA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que reconheceu apenas parcialmente o tempo de serviço especial prestado pelo autor.
Alega-se divergência com julgados da Turma Recursal do Mato Grosso.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500687-40.2009.4.05.8402
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA DE ARAÚJO CRISANTO
PROC/ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por FRANCISCA DE ARAÚJO CRISANTO, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que negou o pedido de benefício assistencial à pessoa deficiente, entendendo que a renda familiar ultrapassa o limite estabelecido pela Lei nº 8.742/93, que prevê o benefício para pessoas cuja família tenha renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo.
Sustenta a requerente, em síntese, divergência com julgados da TNU, defendendo que o disposto no art. 34, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, segundo o qual se exclui do cálculo da renda do grupo familiar o benefício assistencial no valor mínimo percebido por idoso, também deve ser aplicado em relação a benefício previdenciário de valor mínimo.
O incidente restou inadmitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência, admito o presente pedido de uniformização, com esteio no art. 7º, VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 06 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500715-03.2007.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO SALES LAMEU
PROC/ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO E OUTROS
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTONIO SALES LAMEU suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte de segurado rural, ao entendimento de que:
No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade do falecido a fim de qualificá-lo como segurado especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural.
Não satisfeito este requisito, despicienda a análise dos demais.
Frise-se, ainda, que o promovente e as testemunhas ouvidas em audiência se limitaram a informar que o falecido exercia atividade rural, revelando, assim, a fragilidade da prova.
Em face do conjunto fático-probatório encontradiço nos presentes autos desta demanda, com a conjugação da prova documental carreada e a prova testemunhal coligida, diga-se de passagem, precária e divergente, vislumbro não ser digna de acolhimento a pretensão descansada na peça inaugural, tampouco a conversão pretendida, em audiência, em virtude da precariedade da prova produzida na lide.
De fato, os documentos carreados a este feito de cunho previdenciário, ao lado da prova testemunhal colhida, não trazem subsídios

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

suficientes para conceder o benefício de pensão por morte ao postulante.
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que os documentos por ele acostados aos autos se prestam a configurar início de prova material de labor rurícola.
Incidente inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte de segurado rural, não apenas porque ausente documentação apta a configurar início de prova material de atividade rural, mas também pelo fato de que a prova testemunhal foi frágil.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se o requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, qual seja, o referente à documentação apresentada, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à fragilidade da prova oral colhida, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0500744-87.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE GERARDO DE ANDRADE
PROC/ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA E OUTROS
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por JOSÉ GERARDO DE ANDRADE, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve a sentença que julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, pois não comprovada a incapacidade laborativa irreversível e definitiva.
Opostos embargos de declaração, foram esses rejeitados.
Alega o requerente divergência com julgados das Segundas Turmas Recursais do Rio de Janeiro e de Santa Catarina e do Tribunal Regional Federal da 5a Região, aduzindo, em síntese, que os arts. 203, V da CF, e 20, § 2o, da Lei 8.742/93, não se destinam a tutelar aqueles que estão impedidos temporariamente de exercer atividade laborativa em decorrência de doenças que são passíveis de tratamento ou cura. O benefício de prestação continuada não pode ser utilizado como substitutivo do auxílio doença (fl. 98).
O incidente foi inadmitido e o suscitante apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados. Decido.
O suscitante alega divergência entre a decisão impugnada e julgados do TRF da 5ª Região.
O incidente foi inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados, decido.
Com efeito, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais.
Nesse sentido o seguinte julgado da Turma Nacional de Uniformização:
PREVIDENCIÁRIO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA DA TURMA RECURSAL/PB COM O STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA R.M.I. AUSÊNCIA DE PARADIGMA.
(...).
4. Só é cabível o incidente de uniformização em questões de direito material, fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ (§ 2º do art. 14 da Lei 10.259/2001, c/c o art. 2º da Resolução 390/2004 do CJF).
(...)
6. Pedido não conhecido, em face da ausência de paradigma (Processo nº 2003.82.10.000957-7, TNU, Relator Juiz Federal Hélio Silvio Ourem Campos, DJ de 23.5.2006.).
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão colegiada impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0500788-75.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA DO SOCORRO ALVES DE MOURA
PROC/ADV.: ANTONIO GERALDO LEITE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de procedência do pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, à consideração de que o laudo pericial concluiu pela incapacidade definitiva e irreversível para o exercício de atividade laborativa, sendo digno de nota que o labor profissional da autora é na agricultura e sua incapacidade atinge atividades que exijam esforço físico de moderado a intenso.
Alega o Requerente divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, relevando que a incapacidade laborativa deve ser avaliada apenas sob o ponto de vista físico-funcional, sendo irrelevantes as demais condições pessoais, sociais e econômicas do segurado (...).
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
Não há dúvidas de que visa o Requerente ao reexame de provas, com a conseqüente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Demais disso, faz-se mister relevar que os precedentes trazidos à colação pelo Requerente não guardam similitude de base fático-jurídica com o acórdão hostilizado, motivo porque, de qualquer modo, não restou comprovada a divergência alegada.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0500859-42.2010.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: ADRIANO CARDOSO DE ANDRADE
PROC./ADV.: RAFAELLE MACEDO ALVES BRAGA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, suscitado pela FAZENDA NACIONAL em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, que negou provimento ao recurso da suscitante, para manter a sentença, na qual se discute a extensão da VPNI aos advogados da União, independentemente da sua data de ingresso na instituição. Decidiu a Turma pela aplicação do percentual de 1% ao mês a título de juros de mora, por se tratar de verbas de natureza alimentar.
A suscitante alega que tal entendimento encontra-se dissonante com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, após a vigência da MP n.º 2180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9494/97, tem a C. Corte Superior, determinado aplicação de juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, igualmente, quando referente a débitos decorrentes de vantagens estatutárias devidas aos servidores públicos e que constituem dívidas de valor, de natureza alimentar.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
Há requerimento de reexame da admissibilidade, fundado no art. 15, § 4º do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Entendo que, em princípio, está configurado o dissídio jurisprudencial alegado.
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0500921-20.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA
PROC./ADV. : FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de desprovimento do pedido de aposentadoria rural, diante do conjunto probatório apresentado.
Alega o suscitante divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça, o qual atestaria, segundo procura demonstrar, que os documentos constantes nos presentes autos constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O contexto fático revelado na decisão paradigma não guarda a necessária semelhança com aquele dos autos, em que se decidiu, em virtude da análise das provas e documentos em seu conjunto, que os documentos constantes nos presentes autos não constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.
Ademais, a controvérsia cinge-se a exame de matéria de fato, uma vez que a conclusão a que se chegou o acórdão impugnado se deu, essencialmente, por conta do conjunto probatório, mostrando-se, também por este óbice, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0500948-05.2009.4.05.8402
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDICLEIDE LUCIANO DA SILVA
PROC/ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

EDICLEIDE LUCIANO DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que negou o benefício assistencial ao deficiente, mantendo a sentença, que assim considerou:
"O laudo pericial realizado neste Juízo Federal asseverou que a requerente "apresenta depressão ansiosa de caráter leve, no momento do exame, e colunopatia com escoliose, e dores no braço e antebraço ao realizar esforços físicos médios".
A despeito disso, informou que a doença da postulante apenas gera limitações para esforços físicos grandes ou médios, não lhe retirando a total aptidão para o trabalho, posto ser a sua incapacidade definitiva, porém parcial. Nesse sentido, ressaltou que "a autora pode realizar diversos tipos de atividades laborativas, trabalhando sentada, ou deambulando, como serviços de comércio, recepção, escritório, apenas com limitação de esforços físicos de carregar ou empurrar cargas".
De se destacar, ainda, que a autora é pessoa jovem, com apenas 22 anos de idade, com nível médio de escolaridade, razão pela qual pode desempenhar atividade profissional que garanta o seu sustento, conquanto seja compatível com as limitações que a sua doença lhe impõe.
Dessa forma, o laudo pericial é firme e conclusivo no sentido da ausência do requisito da incapacidade total para o trabalho e para vida independente, não sendo possível, destarte, a concessão do benefício de prestação continuada pretendido".
Alega a suscitante divergência com julgado da Turma Recursal do Mato Grosso, aduzindo, em síntese, os fatores pessoais da recorrente autorizam a concessão do benefício.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº: 0500951-55-2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANTONIA SIENE PAULINO DOS SANTOS E OUTRAS
PROC/ADV.: ISABEL BATISTA SOUTO DE ALENCAR E OUTRA

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que concedeu o pedido de pensão por morte de segurado rural, acentuando que Os documentos apresentados pela parte autora, a meu sentir, são suficientes para comprovar a qualidade de segurado do de cujus, quando de seu óbito.
Alega divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, defendendo que a Turma Recursal de origem não teria averiguado a condição de segurado do falecido ao conceder a pensão por morte. Afirma que no atestado de óbito a profissão do de cujus foi descrita como de crediarista, não prevalecendo a ideia de que se tratava de trabalhador rural.
O incidente foi inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar a ementa do julgado que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ainda que assim não fosse, a questão relativa à existência de vínculo urbano do falecido a descaracterizar sua condição de rurícola não restou debatida pela Segunda Turma Recursal do Ceará e sequer foram opostos embargos de declaração para tal fim.
Nesse panorama, é de se entrever a incidência da Questão de Ordem nº 10 da TNU, pela qual:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Tem-se, ademais, que se cuida, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0500959-29.2007.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO INÁCIO DOS SANTOS
PROC/ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO E OUTROS
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANCISCO INÁCIO DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte de segurada rural, ao entendimento de que:
No caso em exame, verifica-se que os documentos acostados à inicial não são suficientes para comprovar o exercício de atividade da falecida a fim de qualificá-la como segurada especial. Ressalte-se que tais documentos não revelam a contemporaneidade da prova com o período alegado de exercício na atividade rural.
Não satisfeito este requisito, despicienda a análise dos demais.
Frise-se, ainda, que o promovente e as testemunhas ouvidas em audiência se limitaram a informar que a falecida exercia atividade rural, revelando, assim, a fragilidade da prova.
Em face do conjunto fático-probatório encontradiço nos presentes autos desta demanda, com a conjugação da prova documental carreada e a prova testemunhal coligida, diga-se de passagem, precária e divergente, vislumbro não ser digna de acolhimento a pretensão descansada na peça inaugural, tampouco a conversão pretendida, em audiência, em virtude da precariedade da prova produzida na lide.
De fato, os documentos carreados a este feito de cunho previdenciário, ao lado da prova testemunhal colhida, não trazem subsídios suficientes para conceder o benefício de pensão por morte ao postulante.
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que os documentos por ele acostados aos autos se prestam a configurar início de prova material de labor rurícola.
Incidente inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superado o óbice anterior, tem-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte de segurada rural, não apenas porque ausente documentação apta a configurar início de prova material de atividade rural, mas também pelo fato de que a prova testemunhal foi frágil.
Nas razões de pedido de uniformização, dedicou-se o requerente a refutar o primeiro alicerce da decisão hostilizada, qual seja, o referente à documentação apresentada, deixando, todavia, incólume aquele segundo fundamento, relativo à fragilidade da prova oral colhida, o qual, por si só, é capaz de manter o decidido.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0501051-73.2008.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAFAEL PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV: JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROS
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por RAFAEL PEREIRA DA SILVA, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, que confirmou a sentença denegatória do pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, tendo em vista ser o Autor capaz para o exercício de sua atividade laborativa, conforme atestado por perícia médica.
Sustenta o Requerente ter a decisão recorrida divergido de acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça, a cuidarem da possibilidade de o juiz apreciar livremente a prova, e afirma estar claramente impossibilitado de exercer atividades agrícolas.
O incidente não foi admitido e foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Conforme relatei, consta expressamente da sentença, mantida pela Turma Recursal, estar o Requerente apto a realizar seu trabalho, conforme resultado da perícia médica a que foi submetido. Assim sendo, os precedentes colacionados como paradigma em nada divergem do acórdão recorrido, tendo em vista que a conclusão deste, assim como a da sentença, são resultado da livre apreciação da prova, exatamente como se defende na peça recursal.
Demais disso, não é possível modificar-se a conclusão do referido julgado, sem que se proceda a novo exame fático-probatório dos autos, o que não se coaduna com as hipóteses de cabimento do incidente de uniformização de jurisprudência.
Tais as razões, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0501095-95.2008.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JONAS CAETANO DA SILVA
PROC./ADV.: JOATAN BOMFIM LACERDA E OUTRA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO FEDERAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a seguir ementada, verbis:
Administrativo. GDATA e inativos. Limites à implantação da GDATA. Acolhimento parcial do recurso.
Nos termos da pacífica orientação da Suprema Corte pátria, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa é devida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete virgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Lei 10.404/2002, para o período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da MPV 1698/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos.
Com o advento do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei 11.375/2006, a implantação da GDATA é devida apenas aos servidores/aposentados e pensionistas que optaram pelo não enquadramento no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, nos termos do §3º do art. 3º da lei 11.357/2006.
Parcial provimento ao recurso da União, adequando a sentença aos percentuais determinados pelo STF, e limitando a implantação aos servidores aposentados e pensionistas que optaram por não se enquadrarem no PGPE.
A UNIÃO entende que o posicionamento da Turma recursal ao dispensar a fixação do quantum condenatório, sob o argumento de que a sentença já conteria todos os elementos necessários à liquidação, vai de encontro à jurisprudência firmada pela turma recursal de Minas Gerais.
O pedido foi inadmitido, tendo a UNIÃO FEDERAL formulado pedido de submissão, de acordo com o artigo 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não deve ser admitido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em comento, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0501185-77.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTUNISIA INÁCIO DE LIMA
PROC/ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTUNISIA INÁCIO DE LIMA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que restou assim ementada:
"Previdenciário. Salário Maternidade à trabalhadora rural. Início razoável de prova documental. Manutenção da sentença recorrida.
O salário maternidade é devido à trabalhadora rural que comprove o exercício da atividade rural, em regime de subsistência, nos dez meses que antecedem ao parto.
Nos termos da Súmula nº 149 do Colendo STJ, a prova exclusivamente testemunhal não é suficiente para a comprovação da condição de rurícola, sendo necessário o início razoável de prova documental para atestar tal condição.
Inexistindo documentação idônea para atestar a condição de segurada especial, nega-se provimento ao recurso, com a manutenção da decisão recorrida em todos os seus termos".
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ e julgados e súmulas da TNU, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados constituem início razoável de prova material.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº: 0501260-49.2007.4.05.8402
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA SEVERINA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: HEWERTON FERNANDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA SEVERINA DA CONCEIÇÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício assistencial previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal, sob o entendimento de que a autora não é portadora de deficiência que justifique a obtenção do benefício requerido.
A requerente invoca o teor da Súmula 29 da TNU, sustentando que para a concessão do benefício assistencial, a incapacidade a ser comprovada é aquela que impossibilita que a pessoa prova sua própria sobrevivência, tornando-a incapaz para os atos da vida independente.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
Além do fato da requerente não ter trazido qualquer decisão para fins de comprovação da alegada divergência, o acórdão combatido eluciou a controvérsia sob o fundamento de que o perito do juízo conclui que a autora está incapacitada para o trabalho não por conta de doença ou de deficiência, mas pela involução própria da idade, não sendo, dessa forma, portadora de nenhum tipo de deficiência.
Nesse contexto, nem mesmo os termos da invocada Súmula se prestam a configuração de divergência, na medida em que não se está diante da finalidade do art. 20, § 2º, da Lei nº 8.742/93.
Frente ao exposto, com fulcro no inciso VI, do RI/TNU, não o admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 17 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0501269-44.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERIVALDO ALMEIDA LEITE
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por ERIVALDO ALMEIDA LEITE, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a confirmar a sentença em que se concluiu fazer o autor jus à percepção de benefício assistencial, a partir do laudo pericial.
Afirma o Suscitante que tal entendimento divergiu da orientação jurisprudencial de Turma Recursal de Mato Grosso, à consideração de que o direito à percepção ao benefício assistencial deve ocorrer desde a data do requerimento administrativo, quando a prova pericial evidencie que a incapacidade é anterior a tal marco. Pede observância ao disposto no enunciado nº 22/TNU
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal e o Suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0501313-23.2008.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ SERAFIM DE ARAÚJO
PROC./ADV.: LUCIANO ALENCAR MACÊDO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por JOSÉ SERAFIM DE ARAÚJO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Ceará (5ª Região), a qual manteve a sentença por seus próprios fundamentos, que havia negado o direito da parte autora ao benefício do auxílio-doença.
Confiram-se trechos da sentença, verbis:
No que pertine a necessária qualidade de segurado, através do extrato do CNIS juntado aos autos (anexo n. º 13), verificam-se os vínculos laborais do postulante, como empregado, somente até 22/11/2004.
No caso dos autos, o(a) médico/perito judicial não soube precisar a data do início da incapacidade, embora afirme a existência atual da doença. Assim, não há como reconhecer que a parte autora já estava acometida pela doença incapacitante no momento em que ainda ostentava a condição de segurado da previdência social.
Ressalve-se que o NB 116.606.961-0 foi concedido em decorrência da CID F48, neurastenia, conforme o cotejo dos fólios do anexo n.º 13, não resultando em possibilidade de restabelecimento.
Destarte, não comprovada a qualidade de segurado do demandante quando iniciou a doença incapacitante, condição imprescindível para a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez ou de auxílio-doença, outra senda não resta a esse Juízo que não a do julgamento pela improcedência do pleito.
Alega o requerente divergência com julgado da TNU, alegando que: o Nobre Magistrado a quo, bem como a Ilustre Turma Recursal do Estado do Ceará errou ao negar o benefício do recorrente, vez que, o mesmo não pode ter sua condição de rurícola descaracterizada pelo fato de ter apresentado vínculos no CNIS demonstrando o exercício de atividade laboral na condição de trabalhador rural. Afirma, ainda, com base em julgados do STJ, ser possível a comprovação da data de início da incapacidade por meio dos atestados, laudos e exames médicos apresentados.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou o requerimento do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o acórdão recorrido e o acórdão tido como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do auxílio-doença, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, o acórdão colacionado observa particularidades daquele julgamento lastreado no respectivo conjunto fático-probatório.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0501353-04.2010.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RENATO CORREIA
PROC./ADV.: JOSILDA PEREIRA SOBRAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de acórdão prolatado pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe.
Tal acórdão manteve sentença concessória de pedido de aposentadoria por idade de segurado especial, em que se determinou a incidência de juros moratórios à razão de 1% ao mês, ao fundamento de que cuidando-se de verba de natureza alimentar, haveria de ser afastada a aplicação do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/07, com a redação concedida pelo art. 5º da Lei 11.960/2009.
Sustenta o Requerente que a decisão combatida diverge do entendimento da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, à consideração de que o art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pelo art. 5º da Lei 11.960/2009, tem plena e total aplicabilidade, sendo que os juros de mora e a atualização monetária vencidos a partir de 01/07/2009 devem obedecer aos índices oficiais das cadernetas de poupança.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado o requerimento previsto no art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 0501368-74.2008.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : RAIMUNDO FRANCISLA RODOLFO DA SILVA
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

RAIMUNDO FRANCISLA RODOLFO DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N.º: 0501420-12.2009.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO GALVÃO DOS SANTOS
ADVOGADO(A): RODRIGO DANTAS DO NASCIMENTO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, segundo a qual, a pretensão deduzida na presente ação de repetição de indébito tributário, no que se refere aos fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei Complementar n.º 118/2005, se sujeita a um prazo prescricional de dez anos, por aplicação da regra dos cinco mais cinco.
A Fazenda Nacional pugna pela aplicação da prescrição qüinqüenal, argumentando que a citada lei teria fixado definitivamente o prazo em cinco anos, ao fazer a interpretação autêntica do art. 168, inc. I, do Código Tributário Nacional. Sustenta que há divergência de interpretação entre a decisão da Turma Recursal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Invoca, entre outros, os seguintes precedentes: EREsp n.º 258.161/DF, Primeira Seção, DJU de 3/9/2001; REsp n.º 250.204/DF, Segunda Turma, DJU de 11/9/2000.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Há requerimento na forma do art. 15, § 4.º do RI/TNU.
Relatados, decido.
A decisão impugnada, ao contrário do incidente de uniformização, está embasada em recente entendimento do STJ, de que é exemplo o seguinte precedente da Primeira Seção do STJ, julgado sobre o regime dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C):
1. O princípio da irretroatividade impõe a aplicação da LC 118, de 9 de fevereiro de 2005, aos pagamentos indevidos realizados após a sua vigência e não às ações propostas posteriormente ao referido diploma legal, posto norma referente à extinção da obrigação e não ao aspecto processual da ação correspectiva.
2. O advento da LC 118/05 e suas conseqüências sobre a prescrição, do ponto de vista prático, implica dever a mesma ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova.
3. Isto porque a Corte Especial declarou a inconstitucionalidade da expressão "observado, quanto ao art. 3º, o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional", constante do artigo 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005 (AI nos ERESP 644736/PE, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 06.06.2007).
(...omissis...)
6. Desta sorte, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o dies a quo do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.
7. In casu, insurge-se o recorrente contra a prescrição qüinqüenal determinada pelo Tribunal a quo, pleiteando a reforma da decisão para que seja determinada a prescrição decenal, sendo certo que não houve menção, nas instância ordinárias, acerca da data em que se efetivaram os recolhimentos indevidos, mercê de a propositura da ação ter ocorrido em 27.11.2002, razão pela qual forçoso concluir que os recolhimentos indevidos ocorreram antes do advento da LC 118/2005, por isso que a tese aplicável é a que considera os 5 anos de decadência da homologação para a constituição do crédito tributário acrescidos de mais 5 anos referentes à prescrição da ação.
8. Impende salientar que, conquanto as instâncias ordinárias não tenham mencionado expressamente as datas em que ocorreram os pagamentos indevidos, é certo que os mesmos foram efetuados sob a égide da LC 70/91, uma vez que a Lei 9.430/96, vigente a partir de 31/03/1997, revogou a isenção concedida pelo art. 6º, II, da referida lei complementar às sociedades civis de prestação de serviços, tornando legítimo o pagamento da COFINS.
9. Recurso especial provido, nos termos da fundamentação expendida. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008 (REsp 1.002.932/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, DJe de 18/12/2009).
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, não admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0501432-24.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): EMÍLIA GURGEL MOURA E OUTRA
PROC/ADV.: JOSÉ DE RIBAMAR CAPIBARIBE DE SOUSA

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que ratificou a sentença que assim decidiu: "O direito às férias, às ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular (Apips) e à licença-prêmio, uma vez cumpridas à condições para a sua aquisição, incorporam-se ao patrimônio jurídico do trabalhador, razão pela qual a sua conversão em pecúnia, qualquer que seja a motivação, não implica a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda, possuindo, antes, natureza indenizatória, daí porque tais rubricas não compõem a base de incidência do Imposto de Renda". Determinou, ainda, a repetição do indébito com aplicação da "tese dos cinco mais cinco" criada pelo STJ, ao fundamente do que a regra inserta no art. 3°, da LC 118/05, só se aplicaria aos fatos geradores ocorridos após a sua vigência.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ e da TNU, aduzindo, em síntese, que a LC n° 118/05 é aplicável às ações propostas após a sua vigência, independentemente da data do pagamento do tributo.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n° 1.002.932/SP, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, decidiu, consoante firmado pela Turma Recursal, que a LC n° 118/05 se aplica somente aos pagamentos de tributos ocorridos após a sua vigência, in verbis:
PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. AUXÍLIO CONDUÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PAGAMENTO INDEVIDO. ARTIGO 4º, DA LC 118/2005. DETERMINAÇÃO DE APLICAÇÃO RETROATIVA. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTROLE DIFUSO. CORTE ESPECIAL. RESERVA DE PLENÁRIO.
1. O princípio da irretroatividade impõe a aplicação da LC 118, de 9 de fevereiro de 2005, aos pagamentos indevidos realizados após a sua vigência e não às ações propostas posteriormente ao referido diploma legal, posto norma referente à extinção da obrigação e não ao aspecto processual da ação correspectiva.
2. O advento da LC 118/05 e suas conseqüências sobre a prescrição, do ponto de vista prático, implica dever a mesma ser contada da seguinte forma: relativamente aos pagamentos efetuados a partir da sua vigência (que ocorreu em 09.06.05), o prazo para a repetição do indébito é de cinco a contar da data do pagamento; e relativamente aos pagamentos anteriores, a prescrição obedece ao regime previsto no sistema anterior, limitada, porém, ao prazo máximo de cinco anos a contar da vigência da lei nova.
(...)
5. Consectariamente, em se tratando de pagamentos indevidos efetuados antes da entrada em vigor da LC 118/05 (09.06.2005), o prazo prescricional para o contribuinte pleitear a restituição do indébito, nos casos dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, continua observando a cognominada tese dos cinco mais cinco, desde que, na data da vigência da novel lei complementar, sobejem, no máximo, cinco anos da contagem do lapso temporal (regra que se coaduna com o disposto no artigo 2.028, do Código Civil de 2002, segundo o qual: "Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.").
6. Desta sorte, ocorrido o pagamento antecipado do tributo após a vigência da aludida norma jurídica, o dies a quo do prazo prescricional para a repetição/compensação é a data do recolhimento indevido.
(...)
9. Recurso especial provido, nos termos da fundamentação expendida. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008 (REsp n° 1.002.932/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 18/12/2009) (g.n.).
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0501644-11.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS ALEXANDRE CÉSAR
PROC/ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PRODURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA DAS GRAÇAS ALEXANDRE CÉSAR suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença denegatória do auxílio-doença, assim fundamentada:
"Com efeito, analisando as conclusões periciais dando conta de que a autora, não obstante apresentar o quadro acima descrito, não apresenta incapacidade que a impossibilita para o trabalho. De fato, a sua incapacidade está relacionada a atividades que exijam grandes esforços físicos ou sobrecarga dos joelhos, o que não é o caso de sua atividade laboral como supervisora de produção ou mesmo costureira".
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ, da TNU e do TRF da 3ª Região, aduzindo, em síntese, que o julgador não está adstrito aos fundamentos da perícia, podendo decidir segundo as condições socioeconômicas da requerente.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRFs.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0501679-02.2007.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO(A): RAIMUNDO ALVES FEITOSA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo INSS, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra a decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Afirma o agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pelo agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Assim, a decisão atacada merece ser mantida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 8 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0501694-37.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS FREITAS SANTOS
PROC./ADV.: ADAUDETE PIRES DUARTE E OUTRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA DAS GRAÇAS FREITAS SANTOS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício assistencial previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal, sob o entendimento de que a autora não é portadora de deficiência que justifique a obtenção do benefício requerido.
A requerente alega que a decisão combatida foi omissa na apreciação dos elementos probatórios dos autos, divergindo de julgados da TNU e do STJ no tocante à concessão do benefício em comento.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
O acórdão combatido resolveu a controvérsia sob o fundamento de que havendo perícia judicial conclusiva acerca da inexistência da deficiência incapacitante ou da limitação para a prática de atos compatíveis com a idade do(a) requerente, fica excluída a possibilidade de deferimento do benefício pleiteado, uma vez que a legislação pertinente exige o atendimento concomitante dos dois requisitos (incapacidade e hipossuficiência).
Assim, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Frente ao exposto, com fulcro no inciso VI, do RI/TNU, não o admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0501722-67.2006.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: FRANCISCO JOÃO IRINEU
PROC./ADV.A: CÍCERO EMIRICIANO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença de procedência do pedido de aposentadoria por invalidez a trabalhador rural.
Alega o Suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, relevando a tese de que para fins de concessão de aposentadoria por invalidez, a incapacidade deve ser avaliada apenas sob o ponto de vista físico-funcional, sendo irrelevantes as demais condições pessoais, sociais e econômicas do segurado, não se admitindo incapacidade parcial como suficiente para concessão do benefício
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal e o Suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Segundo se extrai da hodierna jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar não só os elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, mas também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela incapacidade apenas parcial para o trabalho. Nesse panorama, o Magistrado não estaria adstrito ao laudo pericial, podendo levar em conta outros elementos dos autos que o convençam da incapacidade permanente para qualquer atividade laboral. (AgRg no REsp 1056545/PB, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUINTA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 29/11/2010)
Assim sendo, inexiste a divergência jurisprudencial alegada, posto que o acórdão recorrido não se encontra dissonante, mas diversamente está em harmonia com entendimento daquela Corte Superior.
Esta a razão, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0501966-95.2008.4.05.8402
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSENEIDE DANTAS DO NASCIMENTO
PROC/ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por JOSENEIDE DANTAS DO NASCIMENTO, com fundamento no artigo 14, caput e parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que entendeu por negar provimento a pedido de concessão de benefício assistencial à requerente, uma vez que o laudo pericial não atestou a sua incapacidade para o desempenho de atividades laborais e da vida independente, apesar de sofrer de deficiência mental leve.
Alega contrariedade à jurisprudência da Turma Recursal de Minas Gerais, onde ficou consignada a concessão do benefício pleiteado, levando-se em consideração a condição da autora que é interditada judicialmente e representada por curador.
O incidente foi inadmitido.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, §4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Recursal confirmou sentença que negou provimento ao pedido de concessão de benefício assistencial, uma vez que o laudo pericial não atestou a incapacidade laboral da autora; já o julgado apontado como paradigma cuida de hipótese na qual se trata apenas do cumprimento do requisito da miserabilidade para concessão do benefício.
Verifica-se, portanto, nítida a diversidade das bases fáticas dos casos confrontados, inviabilizando a dissidência autorizadora do pedido de uniformização jurisprudencial.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Em última análise, tem-se ainda que o pleito se mostra inadmissível, porquanto pretende-se o reexame de prova, com vistas à inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0501978-42.2008.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA SUELI DA SILVA LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO SALDANHA FREIRE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por FRANCISCA SUELI DA SILVA LIMA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício assistencial, considerando que não restou comprovada a alegada incapacidade.
A requerente sustenta que a decisão diverge do entendimento da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Mato Grosso, segundo o qual, para avaliar a incapacidade em pedido de benefício assistencial, o juiz deve levar em conta também as condições socioeconômicas do requerente.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não merece avançar.
In casu, verifica-se que o precedente colacionado não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o aresto paradigma, partindo do pressuposto da existência de doença incapacitante, entendeu que esta, aliada às condições socioeconômicas do requerente, permitia constatar a incapacidade total para o trabalho. Já na decisão recorrida, a Turma Recursal manteve sentença em que não foi constatada qualquer incapacidade para o trabalho. Assim, não resta caracterizada a divergência jurisprudencial autorizadora do incidente de uniformização, nos termos do que dispõe o art. 14, § 2º da Lei 10.259/01.
Frente ao exposto, com base no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0502070-17.2008.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA MONTE VEIRA
PROC/ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

RAIMUNDA MONTE VEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença denegatória do salário-maternidade, que assim entendeu:
"Os documentos apresentados pela postulante, a meu sentir, não são suficientes para servir como início de prova material do efetivo exercício de atividade rural em período mínimo exigido por lei, qual seja, nos dez meses imediatamente anteriores ao início do benefício, ainda que de forma descontínua.
(...)
Além disso, o conteúdo dos documentos emitidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais é absolutamente contraditório com o teor da prova oral colhida em audiência, o que denota a sua imprestabilidade.
Importante notar, ainda, que os documentos do anexo 1 não possuem qualquer autenticação mecânica ou carimbo do servidor do órgão responsável pelo recebimento, que ateste que ditos comprovantes, que podem ser preenchidos por qualquer pessoa, chegaram a ser utilizados nos referidos programas governamentais.
Se é certo que, em tese, o registro de curtos vínculos urbanos do cônjuge da postulante não impede categoricamente sua caracterização como trabalhador(a) rural em regime de economia familiar, igualmente é certo que, no caso dos autos, a contradição nos depoimentos, aliada à existência de provas do exercício de atividade urbana pelo(a) consorte requerente, revela-se obstáculo intransponível para o decreto de procedência almejado.
(...)
Destaque-se que, conquanto a parte autora tenha, porventura, desempenhado algum labor rurícola, restou comprovado que, durante algum período de tempo, seu marido dedicou-se à atividade urbana, descaracterizando a indispensabilidade da atividade rural para a subsistência da família.
Importante notar, ainda, que os documentos expedidos em nome de terceiros, em regra, apenas provam os fatos alegados em relação a estes, não sendo extensíveis à parte autoral. Registre-se que, dos poucos documentos colacionados aos autos, a maioria está em nome de terceiros, não tendo a promovente juntado provas suficientes em seu nome para fins de comprovação de sua condição pessoal de rurícola".
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ e da TNU, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados são idôneos a comprovar a sua condição de segurada especial.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Os julgados mencionados no incidente não se prestam a infirmar todos os pilares do decisum, restando inatacado o fundamento de que a prova testemunhal seria contraditória, o que atrai a incidência da Questão de Ordem n° 18/TNU.
No mais, trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0502081-56.2007.4.05.8401
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDMO OLIVEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

EDMO OLIVEIRA DE SOUZA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - 5ª Região, a qual manteve sentença que julgou improcedente pedido de concessão de benefício assistencial ao portador de deficiência, sob o fundamento de que a perícia médica realizada atestou que sua incapacidade é temporária e parcial para o trabalho, cujo quadro de saúde é passível de recuperação e/ou de reabilitação profissional para outra atividade que garanta sua própria subsistência.
Afirma o suscitante haver divergência com julgados das Turmas Recursais do Tocantins e do Mato Grosso - 1ª Região, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
PREVIDENCIÁRIO LATO SENSU. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL de PRESTAÇÃO CONTINUADA. CONCESSÃO. REQUISITOS VERTIDOS NO ART. 20 da LEI 8.742/93. DEFICIENTE. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA PARA O TRABALHO. INCAPACIDADE PARA A VIDA INDEPENDENTE. RENDA 'PER CAPITA' FAMILIAR SUPERIOR A 1/4 SALÁRIO MÍNIMO. SITUAÇÃO FÁTICA. MISERABILIDADE DEMONSTRADA. BENEFÍCIO DEVIDO.
I - A incapacidade laboral temporária não obsta a concessão do benefício de prestação continuada, uma vez que este é passível de revisão a cada dois anos (art. 21, da Lei nº 8.742/93). No caso em exame, a Autora é portadora de câncer na mama esquerda, desde 2003 e, embora esteja em fase de tratamento, é forçoso reconhecer que encontra-se impossibilitada de exercer suas atividades diárias.
II - A incapacidade para a vida independente encontra-se caracterizada na necessidade de atenção, vigilância e cuidados de terceiros, bem como na impossibilidade de a parte prover ao próprio sustento.
III - O requisito para a concessão do benefício de prestação continuada descrito no §3º da Lei 8.742/93 não deve ser tomado como absoluto, devendo servir apenas como parâmetro, podendo ser adequado, portanto, à especificidade de cada caso.
IV - Deve-se levar em conta o alto custo do tratamento da autora, que desloca-se freqüentemente de sua cidade (Pontes e Lacerda) para Cuiabá, para realizar exames periódicos de controle da evolução da doença, consumindo parcela considerável dos rendimentos da família.
V - Recurso improvido (Processo n.º 200736007036468, Relator JULIER SEBASTIÃO DA SILVA, DJMT 06/11/2007).
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal do Rio Grande do Norte.
Por sua vez, o suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, caracterizada a discrepância jurisprudencial

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 30 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502096-52.2007.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA ILEUSA DAMASCENO ESTEVÃO
PROC/ADV.: CHARLES DE LIMA LOURENÇO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que concedeu o pedido de pensão por morte de filho, acentuando que, verbis:
No caso, a prova documental, corroborada pela testemunhal, revela que o falecido era solteiro e não tinha prole, e vivia em companhia da mãe. Assim, a autora e o filho dividiam a economia doméstica, havendo dependência recíproca entre ambos, de modo que, para fins previdenciários, a mãe se coloca na condição de dependente de segunda classe (Art. 16, II, da Lei 8.213/91), com direito às prestações asseguradas na Lei de Benefícios, dentre elas a pensão por morte do segurado.
(...)
Saliente-se, ademais, que a autora anexou aos autos o registro de emprego do filho falecido, onde ela aparece como beneficiária do mesmo e diversas faturas de cartão de crédito, onde aparecem várias compras em supermercados que o filho fazia para a manutenção sua e de sua mãe.
O fato de a autora possuir um vínculo com a Prefeitura Municipal de Itaiçaba desde 01/09/1997 não descaracteriza a qualidade de dependente em relação a seu filho, até porque a renda do falecido era de fundamental importância para arcar com as despesas da casa e com o sustento da família.
Alega divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, defendendo que não restou satisfeito o requisito de dependência econômica, haja vista que a mãe do falecido percebe salário maior do que o do de cujus.
O incidente foi inadmitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar a ementa do julgado que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Tem-se, ademais, que se cuida, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502202-17.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO MAIA
PROC./ADV.: ELAINE MARIA TAVARES LUZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO MAIA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de acórdão prolatado por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que reconheceu a incidência da prescrição, quanto ao requerido reajuste de que trata a Súmula 260, do extinto Tribunal Federal de Recursos.
Alega a Requerente que o acórdão recorrido diverge de entendimento da Turma Nacional de Uniformização, supostamente constante do Incidente de Uniformização nº 2006.83.00.509015-7.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Da leitura da petição recursal, não se faz possível delinear, de forma inequívoca, controvérsia. A Requerente menciona julgado da Turma Nacional de Uniformização, mas não demonstra a alegada divergência entre este e o acórdão recorrido. Em verdade, de suas razões, deduz-se que o precedente da TNU trata da aplicação do artigo 58 do ADCT, enquanto o acórdão hostilizado cuida da prescrição in concreto, questão diversa e prefacial ao julgamento do reajuste de que cuida a Súmula 260/TFR.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502249-82.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA FRANCISCA JUVENAL
PROC./ADV.: JOATAN BOMFIM LACERDA E OUTRA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO FEDERAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a seguir ementada, verbis:
Administrativo. GDATA e inativos. Limites à implantação da GDATA. Acolhimento parcial do recurso.
Nos termos da pacífica orientação da Suprema Corte pátria, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa é devida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete virgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Lei 10.404/2002, para o período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da MPV 1698/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos.
Com o advento do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei 11.375/2006, a implantação da GDATA é devida apenas aos servidores/aposentados e pensionistas que optaram pelo não enquadramento no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, nos termos do §3º do art. 3º da lei 11.357/2006.
Parcial provimento ao recurso da União, adequando a sentença aos percentuais determinados pelo STF, e limitando a implantação aos servidores aposentados e pensionistas que optaram por não se enquadrarem no PGPE.
A UNIÃO entende que o posicionamento da Turma recursal ao dispensar a fixação do quantum condenatório, sob o argumento de que a sentença já conteria todos os elementos necessários à liquidação, vai de encontro à jurisprudência firmada pela turma recursal de Minas Gerais.
O pedido foi inadmitido, tendo a UNIÃO FEDERAL formulado pedido de submissão, de acordo com o artigo 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não deve ser admitido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em comento, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0502387-88.2008.4.05.8401
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE : MAYCON JANDSON DA SILVA
PROC./ADV. : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MAYCON JANDSON DA SILVA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que manteve sentença de primeiro grau, negando provimento ao recurso do suscitante, de acordo com a seguinte ementa, verbis:
EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. TUMOR NA GLÂNDULA PINEAL COM SEGUELAS DE DIABETES INSÍPIDUS. LAUDO PERICIAL DESFAVORÁVEL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IMPROVIMENTO DO RECURSO.
A assistência social será prestada a quem dela necessitar e tem, entre outros objetivos, a garantia de renda mínima a pessoa desamparada.
O amparo assistencial é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família;
Para fins de concessão de benefício assistencial ao deficiente, faz-se necessária a comprovação de doença incapacitante para os atos da vida independente ou para o trabalho, e da condição de miserabilidade em que se encontra o seu grupo familiar, consubstanciada em renda per capita de até ¼ do salário mínimo.
Não faz jus ao benefício aquele que deixa de apresentar elementos capazes de infirmar o laudo pericial que atesta pela ausência de incapacidade laborativa.
Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos.
Improvimento do recurso
Alega o suscitante, divergência com julgado proferido pela Turma Recursal de Goiás, aduzindo que é possível considerar nos casos de incapacidade parcial e definitiva, outros pontos relativos ao caso concreto para considerar a parte autora totalmente incapaz (contexto social em que vive, espécie da doença apresentada, idade, grau de instrução) para conceder o benefício assistencial, ora debatido.
O incidente foi admitido pelo Presidente da Turma Recursal.
Relatados. Decido.
In casu, inexiste similitude fática entre o acórdão atacado e o paradigma colacionado.
Com efeito, a decisão colegiada impugnada, ao confirmar a sentença, decidiu que a parte autora não preenche o requisito da deficiência, pois a perícia judicial concluiu que a doença que acomete o autor não o incapacita para o trabalho. Já no acórdão paradigma concedeu-se o benefício assistencial ante a incapacidade, ainda que parcial, para o trabalho e em razão da hipossuficiência da parte.
Tem-se, desta forma, que, em última análise, cuida-se de pleito que visa ao reexame de prova, com conseqüente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada na dimensão do conjunto probatório dos autos (buscando demonstrar que a doença que acomete o requerente o incapacita para o trabalho). Mostra-se, assim, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, nego seguimento ao presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0502403-02.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ÂNGELA CARLA NUNES SANTOS LÍRIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que manteve a sentença no tocante à procedência do pedido de fornecimento de medicamento necessário para o tratamento da autora.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgado do STJ, segundo o qual, não é cabível a condenação da entrega de medicamento não previsto em programas públicos de saúde quando há outras opções no SUS, cabendo à parte demonstrar a ineficácia do que é fornecido pela rede pública.
O incidente foi inadmitido.
A parte suscitante apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que a decisão trazida como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o acórdão combatido mantendo a fundamentação expendida na sentença, no que interessa, assim consignou, verbis:
O laudo pericial não deixa dúvidas acerca do cabimento específico do medicamento, o qual, segundo o perito, está registrado na ANVISA.
Veja que não houve qualquer discussão acerca de eventual existência de outro medicamento substitutivo, questão discutida no aresto indicado como paradigma.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº 0502440-27.2007.4.05.8200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARAÍBA
REQUERENTE: ANTÔNIO FERREIRA PINHEIRO
PROC./ADV. : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTÔNIO FERREIRA PINHEIRO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba, que manteve a sentença de provimento apenas parcial do pedido de reconhecimento do tempo de serviço especial, pois tanto no DSS quanto no laudo técnico respectivo não há alusão à ocorrência de agente nocivo quanto ao período trabalhado na empresa ENARQ.
Alega o suscitante divergência com julgado da Turma Recursal de Mato Grosso, o qual atestaria, segundo procura demonstrar, que os documentos constantes nos presentes autos satisfazem à exigências para comprovação do período trabalhado em condições especiais.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A decisão indicada como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos, pois observa particularidades daquele julgamento lastreado no respectivo conjunto fático probatório.
Ademais, cuida-se de pleito que visa o reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum hostilizado na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502551-20.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ FREITAS LIMA
PROC./ADV.: ELAINE MARIA TAVARES LUZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSÉ FREITAS LIMA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de acórdão prolatado por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que reconheceu a incidência da prescrição, quanto ao requerido reajuste de que trata a Súmula 260, do extinto Tribunal Federal de Recursos.
Alega o Requerente que o acórdão recorrido diverge de entendimento da Turma Nacional de Uniformização, supostamente constante do Incidente de Uniformização nº 2006.83.00.509015-7.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Da leitura da petição recursal, não se faz possível delinear, de forma inequívoca, a controvérsia. O Requerente menciona julgado da Turma Nacional de Uniformização, mas não demonstra a alegada divergência entre este e o acórdão recorrido. Em verdade, de suas razões, deduz-se que o precedente da TNU trata da aplicação do artigo 58 do ADCT, enquanto o acórdão hostilizado cuida da prescrição in concreto, questão diversa e prefacial ao julgamento do reajuste de que cuida a Súmula 260/TFR.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502572-87.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NAIR DE LIMA
PROC/ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA NAIR DE LIMA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual, versando sobre pedido de concessão de pensão por morte de companheiro, assim exarou, verbis:
No caso dos autos, alguns dos documentos colacionados servem como início de prova material, mas não atendem ao disposto no art. 22, § 3º, do referido Decreto. Contudo, a supressão da audiência de instrução e julgamento prejudica a apreciação da matéria posta à solução deste Juízo, uma vez que, para a concessão do benefício pleiteado, faz-se necessário que o início de prova material seja corroborado por prova testemunhal, tendo em vista que a parte autora não apresentou documentos suficientes para comprovar, de plano, a permanência da união estável até a data do óbito.
Nesse contexto, impõe-se a anulação da sentença recorrida, para que seja realizada audiência da instrução, a fim de se comprovar a manutenção da união estável na forma legalmente exigida para concessão do benefício pleiteado.
Alega divergência com julgados de Tribunais Regionais Federais e de Turma Recursal de outra Região, defendendo que os documentos colacionados - certidão de casamento religioso e certidões de nascimento dos filhos havidos em comum - prestam-se a lastrear a concessão de pensão por morte de seu companheiro.
O incidente restou inadmitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Na sequência, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar o julgado que supostamente seria paradigmático, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Tem-se, ademais, que se cuida, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0502817-41.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : UNIÃO
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : RITA NOELIA CAMINHA WEYNE
PROC./ADV. : SANDRA FONTENELE GONÇALVES

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que, em demanda versando sobre o reajuste residual de 3,17% na remuneração de servidor público federal, entendeu pela incidência da prescrição quinquenal apenas das parcelas atrasadas, além do que teria havido renúncia aos efeitos da prescrição com a edição da Medida Provisória nº 2.225-45/01.
Alega a suscitante divergência com julgado da Turma Recursal do Espírito Santo, argumentando não ter havido renúncia à prescrição com a referida MP, mas apenas interrupção do seu curso, o qual voltou a correr pela metade.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal do Ceará.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o incidente de uniformização PET 7.558.MG, pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 4/09/2006, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.
Destaco o citado precedente, in verbis:
DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.
1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.
2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.
3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.
4. Pedido julgado improcedente.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502919-26.2007.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GUIOMAR DE MELO POTIGUAR
PROC/ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO E OUTRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

GUIOMAR DE MELO POTIGUAR suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte de companheiro, aos seguintes fundamentos, verbis:
É de se observar que a autora não logrou comprovar a efetiva dependência econômica em relação ao falecido, do qual era separado [sic], inexistindo nos autos qualquer prova neste sentido. Além do mais, corroborando a separação de fato do casal, observa-se que a autora tem sua residência e domicílio em Russas/CE, na Avenida Don Lino, 117, Centro, ao passo que o falecido residia em Limoeiro do Norte/CE, na Rua Inácio Mendes, 2320, Centro, tendo sido aqui sepultado.
Portanto, afastada a presunção legal de dependência, diante da separação do casal ao tempo do óbito e ausente ainda a prova conclusiva da dependência econômica, não subsiste o direito da autora à percepção da pensão por morte.
Alega divergência com julgados do STJ, defendendo que é possível a concessão de pensão por morte de companheiro mesmo nos casos em que houve separação e não foi fixada verba alimentícia em favor da ex-companheira, bastando, para tanto, que se comprove a dependência econômica superveniente.
O incidente foi inadmitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ainda que assim não fosse, a questão relativa à possibilidade de concessão de pensão por morte de ex-companheiro quando demonstrada a dependência econômica superveniente não restou debatida pela Segunda Turma Recursal do Ceará e sequer foram opostos embargos de declaração para tal fim.
Nesse panorama, é de se entrever a incidência da Questão de Ordem nº 10 da TNU, pela qual:
Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido.
Tem-se, ademais, que se cuida, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502929-67.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCO MARCELINO FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que manteve a sentença que reconheceu ao autor, servidor aposentado, o direito de receber a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA na pontuação requerida.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Alega a suplicante que a decisão combatida, ao dispensar a fixação do quantum condenatório sob o argumento de que a sentença contém todos os elementos necessários à liquidação, diverge de julgados da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 1ª Região e da Turma Recursal de Minas Gerais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que as decisões trazidas como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o acórdão combatido debateu a questão referente à concessão da GDATA a servidor aposentado, estipulando seu deferimento nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e nos termos do art. 5º, parágrafo único, da L. 10.404/2002, para o período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da MPv. 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos ... devida apenas aos servidores/aposentados e pensionistas que optaram pelo NÃO enquadramento no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, nada dispondo sobre eventual iliquidez da decisão, questão versada nos arestos invocados como paradigma.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0502936-62.2007.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
EMBARGADO (A): LAURO DE OLIVEIRA
PROC/ADV.: MÁRCIO JOSÉ DE SOUZA AGUIAR

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido de pensão por morte de trabalhador rural, ao vislumbrar que, a despeito de o de cujus perceber enquanto vivo benefício assistencial a idoso, possuía condições legais de haver sido aposentado como rurícola, donde exsurge o direito de pensão por morte a seus dependentes.
Alega divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, defendendo que o benefício assistencial a idoso não dá direito a pensão por morte para os dependentes do beneficiário.
O incidente não foi admitido na origem.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tem-se que o aresto indicado como paradigma não guarda a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
Com efeito, a Turma Recursal de origem manteve sentença que exarou entendimento no sentido de que, Reconhecida a condição de trabalhador rural do instituidor da pensão, por documentos juntados aos autos, os autores têm direito ao benefício previdenciário de pensão por morte, nos termos da legislação previdenciária, ainda que ele recebesse o benefício de renda mensal vitalícia, uma vez que preenchia os requisitos para a conversão do benefício em aposentadoria por idade.
Já no paradigma colacionado discutiu-se, unicamente, se o benefício assistencial percebido pelo falecido daria ensejo a pensão por morte a seus familiares/dependentes, inexistindo a peculiaridade da hipótese em análise, qual seja, a de que o de cujus satisfazia às exigências legais para a aposentadoria especial de rurícola.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503058-10.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCO ALVES ALMEIDA
PROC./ADV.: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO FEDERAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, pela qual manteve a concessão, a inativos e pensionistas, de diferenças relativas à gratificação denominada GDPGTAS. No julgado se entendeu ainda que a decisão recorrida não era ilíquida.
A UNIÃO entende que o posicionamento da Turma recursal ao dispensar a fixação do quantum condenatório, sob o argumento de que a sentença já conteria todos os elementos necessários à liquidação, vai de encontro à jurisprudência firmada pela turma recursal de Minas Gerais.
O pedido foi inadmitido, tendo a UNIÃO FEDERAL formulado pedido de submissão, de acordo com o artigo 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não deve ser admitido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em comento, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503059-92.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA DA PAZ GOMES DE SOUZA
PROC./ADV.: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO FEDERAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, pela qual manteve a concessão, a inativos e pensionistas, de diferenças relativas à gratificação denominada GDPGTAS. No julgado se entendeu ainda que a decisão recorrida não era ilíquida.
A UNIÃO entende que o posicionamento da Turma recursal ao dispensar a fixação do quantum condenatório, sob o argumento de que a sentença já conteria todos os elementos necessários à liquidação, vai de encontro à jurisprudência firmada pela turma recursal de Minas Gerais.
O pedido foi inadmitido, tendo a UNIÃO FEDERAL formulado pedido de submissão, de acordo com o artigo 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não deve ser admitido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em comento, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503063-32.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FRANCISCA RENE LIMA BANDEIRA
PROC./ADV.: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO FEDERAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, pela qual manteve a concessão, a inativos e pensionistas, de diferenças relativas à gratificação denominada GDPGTAS. No julgado se entendeu ainda que a decisão recorrida não era ilíquida.
A UNIÃO entende que o posicionamento da Turma recursal ao dispensar a fixação do quantum condenatório, sob o argumento de que a sentença já conteria todos os elementos necessários à liquidação, vai de encontro à jurisprudência firmada pela turma recursal de Minas Gerais.
O pedido foi inadmitido, tendo a UNIÃO FEDERAL formulado pedido de submissão, de acordo com o artigo 15, § 4º, do Regimento Interno da TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não deve ser admitido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em comento, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503107-19.2007.4.05.8101
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JAIME CEZILIO GOMES
PROC/ADV.: VÂNIA MARIA GOMES DUWE
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JAIME CEZILIO GOMES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de restabelecimento de pensão por morte, ao entendimento de que:
No caso, alega o autor que o filho, falecido em 1976, deixou pensão não só para a mãe, mas também para ele, na condição de pai. Contudo, com a morte de sua esposa o INSS cancelou o referido benefício e posteriormente negou o seu pedido administrativo de restabelecimento, por falta de dependência econômica.
Na realidade, considerando a legislação vigente ao tempo do óbito, o autor não detinha a condição de dependente do filho, pois não era "pai inválido". Assim, por não deter a condição de dependente, não tinha direito a habitar-se [sic] ao benefício, razão pela qual o mesmo foi concedido exclusivamente à mãe do segurado instituidor. Portanto, com a morte da beneficiária, extinguiu-se em definitivo o benefício (Art. 77, § 1º, I, e § 3º, da Lei 8.213/91), não se podendo falar em restabelecimento, já que o autor nunca foi beneficiário da pensão, como equivocadamente afirma em sua inicial. Além do mais, o autor não provou mesmo a dependência econômica em relação ao filho, sendo pertinente a tese do réu.
Desta forma, ausente a qualidade de dependente ao tempo do óbito, o autor não faz jus ao restabelecimento da pensão por morte deixada pelo filho falecido.
Alega divergência com julgados de Tribunais Regionais Federais, da TNU e do STJ, defendendo que ambos os pais, e não somente a mãe, poderão perceber a pensão decorrente da morte de filho, uma vez provada a dependência econômica, o que seria a hipótese dos autos.
O incidente foi inadmitido na origem e o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Quanto ao mais, verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados do STJ e da TNU que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o decisum hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que superados os óbices anteriores, tem-se que a decisão colegiada ora vergastada manteve a sentença que afastou o direito do autor à pensão por morte do filho, não apenas porque não provada a condição de dependência para com o filho falecido, mas também porque, considerando a legislação vigente ao tempo do óbito, o autor não detinha a condição de dependente do filho, pois não era "pai inválido".
Nas razões de pedido de uniformização, limitou-se o requerente a afirmar que, uma vez provada a dependência econômica para com o filho falecido, tem o pai direito a perceber a pensão por morte, deixando, todavia, incólume aquele fundamento do julgado hostilizado, relativo ao fato de que ausente a qualidade de dependente ao tempo do óbito.
Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:
É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.
Tem-se, ademais, que, em última análise, cuida-se de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0503122.81.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARCELA DOS SANTOS CRUZ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que manteve a sentença no tocante à procedência do pedido de fornecimento de medicamento à autora, pelo período necessário para o tratamento.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgado do STJ, segundo o qual, não é cabível a condenação da entrega de medicamento não previsto em programas públicos de saúde quando há outras opções no SUS, cabendo à parte demonstrar a ineficácia do que é fornecido pela rede pública.
O incidente foi inadmitido.
A parte suscitante apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que a decisão trazida como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o acórdão combatido mantendo a fundamentação expendida na sentença, no que interessa, assim consignou, verbis:
O laudo pericial não deixa dúvidas acerca do cabimento específico do medicamento, o qual, segundo o perito, está registrado na ANVISA.
Veja que não houve qualquer discussão acerca de eventual existência de outro medicamento substitutivo, questão discutida no aresto indicado como paradigma.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503210-54.2006.4.05.8200
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAIBA
REQUERENTE: MARIA LUIZA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA LUIZA GOMES DA SILVA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba, que manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que a autora não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta a Requerente, entre outros, que o acórdão recorrido diverge do entendimento jurisprudencial da TNU, quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo, para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização já decidiu que "a discussão relativa à necessidade de requerimento administrativo prévio concerne ao próprio direito constitucional de ação, motivo por que não constituiria matéria processual típica, cujo exame é vedado nesta sede" (PU nº 2005.36.00909228-7, Rel. Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ de 09.12.2009).
Assim sendo, cuidando-se, em tese, de matéria apreciável no âmbito deste pedido de uniformização e configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0503378-35.2006.4.05.8401
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIADA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: LEVI MOREIRA DE MORAIS
PROC./ADV.: LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por LEVI MOREIRA DE MORAIS, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a qual determinou a regularização do CPF do autor diante da demonstração que tal documento havia sido utilizado indevidamente por terceiro.
A requerente afirma que a Justiça Federal Especial não é competente para decidir sobre processos que visam a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, excetuados apenas aqueles de natureza previdenciária e fiscal.
Colaciona os precedentes que espelham as decisões em apreço.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Inconformada a Fazenda Nacional apresentou pedido de submissão fulcrado no artigo 15, §4º, do Regimento Interno da TNU.
Relatados, decido.
O incidente é incabível.
A divergência apontada refere-se a tema de direito processual, que, por vedação legal, não dá ensejo à questionamento perante a Turma Nacional de Uniformização, já que o incidente previsto no art. 14, § 2º da Lei 10.259/2001, destina-se à arguição de dissídio entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
Nesse sentido, ver:
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ de 22/04/2009).
PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.
(...)
II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.
III - Incidente não conhecido (PU nº 2005.72.95.000728-0, Relator Juiz Federal Guilherme Bollorini Pereira, DJ de 2/8/2006).
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503530-11.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: JOÃO BATISTA DA SILVA
PROC/ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA
AGRAVADO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por JOÃO BATISTA DA SILVA, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que não admitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Insiste o agravante que o incidente satisfaz aos requisitos legais necessários ao conhecimento da matéria pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.
Relatados. Decido.
Entendo que os argumentos apresentados pelo agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.
Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos e determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2.º do art. 34 do RI/TNU, com redação dada pela Resolução nº 62/2009.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 10 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0503563-97.2006.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FERNANDO ANTONIO DA SILVA
PROC/ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de procedência do pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, à consideração de que trata-se de agricultor, com instrução rudimentar, e que, consoante laudo pericial, encontra-se definitivamente incapacitado para o trabalho.
Alega o Requerente divergência com precedente de Turma Recursal de Goiás e defende a tese de que a aposentadoria por invalidez exige a incapacidade total e permanente para qualquer atividade.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
Não há dúvidas de que visa o Requerente ao reexame de provas, com a conseqüente inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado, após o exame do conjunto probatório dos autos. Por isso mesmo, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Demais disso, faz-se mister relevar que o precedente trazido à colação pelo Requerente não guarda similitude de base fático-jurídica com o acórdão hostilizado, motivo porque, de qualquer modo, não restou comprovada a divergência alegada.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503564-48.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: FRANCISCA DA SILVA
PROC/ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
EMBARGADO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANCISCA DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte à autora, aos seguintes fundamentos, verbis:
Os documentos apresentados pela parte autora, a meu sentir, não são suficientes para comprovar a qualidade de segurado do de cujus, quando de seu óbito.
Em princípio, a certidão de casamento da autora, onde seu falecido marido figura como agricultor, serviria como início de prova material. Ocorre que o aludido documento carece de sustentáculo probatório quando cotejados com a declaração o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, noticiando extenso vínculo empregatício do extinto com diversas empresas, no período intercalado de 22/8/1984 a 5/11/1999.
Se é certo que, em tese, o registro de curtos vínculos urbanos não impede categoricamente a caracterização do falecido como trabalhador rural em regime de economia familiar, igualmente é certo que, no caso dos autos, a precariedade do acervo probatório, aliada à existência de provas do exercício de atividade urbana pelo de cujus, revela-se obstáculo intransponível para o decreto de procedência almejado.
(...)
Releve-se, por oportuno, o recebimento, por parte do extinto, de auxílio-doença como comerciário em 11/5/1999, o que elimina por completo o trabalho de roça em economia de subsistência.
Ressalte-se que, embora mencionados vínculos urbanos afastem de plano o labor rurícola em regime de economia familiar, não têm, de outra parte, o condão de autorizar o deferimento de pensão por morte

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de segurado urbano, haja vista a perda da qualidade de segurado na data do óbito.
Alega divergência com julgados de Tribunais Regionais Federais, da TNU e do STJ, aduzindo, em síntese, que os documentos carreados aos autos servem de início de prova material do labor rurícola e que o fato de um membro da família exercer trabalho urbano não descaracteriza o regime de economia familiar.
O incidente não foi admitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Na sequência, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar os julgados do STJ e da TNU que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que se pudessem entender superados os empeços antes anotados, verifica-se que dessemelhantes as bases fáticas dos julgados recorrido e paradigma, haja vista que em nenhum dos arestos paradigmáticos havia as peculiaridades presentes no caso em tela, quais sejam, a ocorrência de extenso vínculo urbano do falecido e de percepção de auxílio-doença como comerciário a descaracterizarem a condição de segurado rural e, finalmente, a perda da qualidade de segurado como urbano. Nesse panorama, inviabilizada resta a dissidência ensejadora do pedido de uniformização nacional.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0503629-72.2009.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA REGINS VITAL FELIPE
PROC/ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA REGINS VITAL FELIPE suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que reformou a sentença concessiva do salário-maternidade, nos seguintes termos:
"A condição legal para percepção do salário maternidade, depende de um conjunto harmônico de provas em que haja, no mínimo, um início de documentos consistentes, o qual, adicionado à prova testemunhal compatível e não contraditória com os documentos trazidos, demonstre que a parte autora, durante o período aquisitivo (10 meses antes do parto), detinha a condição de segurada especial.
No caso em apreço, verifica-se que alguns dos documentos acostados aos autos, poderiam servir como início de prova material. Contudo, foram descaracterizados em função da contraprova trazida pelo INSS, constante dos autos, que inviabiliza a documentação apresentada, afastando por completo a condição alegada pela parte autora (CNIS do marido como funcionário de várias empresas, de 1998 a 2007, sendo atualmente servidor da prefeitura de Juazeiro do Norte - anexo 9)".
Alega a suscitante divergência com julgado do STJ, da TNU e de TRFs, aduzindo, em síntese, que a existência de vínculos urbanos do cônjuge não impede o seu reconhecimento como segurada especial.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRFs.
No mais, estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503644-88.2007.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ UBALDO BEZERRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CHRISTINA MILESSI, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a qual manteve a sentença de desprovimento dos pedidos de renúncia ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e a concessão de nova aposentadoria, agora integral.
Alega o suscitante que tal decisão diverge da jurisprudência dominante do STJ, cujo entendimento é no sentido de que a renúncia à aposentadoria, para fins de aproveitamento do tempo de contribuição e concessão de novo benefício, seja no mesmo regime ou em regime diverso, não importa em devolução dos valores percebidos.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0503715-49.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOÃO VASCONCELOS PONTES
PROC./ADV.: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que reconheceu ao autor, servidor aposentado, o direito de receber a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte - GDPGTAS no percentual de 80% (oitenta por cento), conforme paga aos servidores em atividade.
Alega a suplicante que a decisão combatida, ao dispensar a fixação do quantum condenatório sob o argumento de que a sentença contém todos os elementos necessários à liquidação, diverge de julgados da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 1ª Região e da Turma Recursal de Minas Gerais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença, visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0503802-10.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: FRANCISCA PEREIRA DE SOUSA
PROC/ADV.: ALEXSANDRA HONORATO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de concessão de aposentadoria rural.
Alega-se divergência com julgado da Turma Recursal do Mato Grosso, segundo o qual a existência de outra fonte de renda proveniente de atividade urbana descaracteriza a atividade como sento em regime de economia familiar.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A decisão indicada como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos, pois observa particularidades daquele julgamento lastreado no respectivo conjunto fático-probatório.
Ademais, cuida-se de pleito que visa o reexame de prova, com conseqüente inversão da conclusão a que chegou o decisum hostilizado na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Em face do exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0504000-04.2007.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EVELTANIA MARIA DUARTE
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

EVELTANIA MARIA DUARTE suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade da autora para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega a requerente divergência com julgados da TNU e do STJ, defendendo que deveria ser anulada a sentença para a produção das provas requeridas. Argumenta ainda que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais da autora, ela faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0504006-54.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : AGNELLO MEDERIROS DA SILVA
PROC./ADV. : CIRO BARBOSA DOS SANTOS
REQUERIDO(A) : INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

AGNELLO MEDERIROS DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de desprovimento dos pedidos de renúncia à aposentadoria proporcional anterior e de obtenção de nova aposentadoria, agora integral.
Alega o suscitante divergência com julgado da Turma Recursal de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Mato Groso, o qual, segundo afirma, daria suporte à sua pretensão de desaposentação e obtenção de nova aposentadoria, mais vantajosa.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O aresto colacionado não se contrapõe à decisão impugnada. Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará negou o pedido de concessão de nova aposentadoria, sob o entendimento de que, mesmo sendo possível se renunciar à aposentadoria proporcional, o autor não se dispôs a devolver os valores que já recebeu, o que seria de rigor.
Veja-se que o aresto paradigma versa sobre a possibilidade de renúncia à aposentadoria sob o regime geral de providência, para que o tempo de contribuição na atividade privada seja computado no período de serviço público. No caso dos autos, ao contrário do paradigma, pretende-se, em última instância, a conversão da aposentadoria proporcional em integral, mas sob o mesmo regime previdenciário.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0504021-79.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MANOEL JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que manteve a sentença que julgou procedente o pedido de fornecimento de medicamento necessário para o tratamento do autor.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgado do STJ, segundo o qual, não é cabível a condenação da entrega de medicamento não previsto em programas públicos de saúde quando há outras opções no SUS, cabendo à parte demonstrar a ineficácia do que é fornecido pela rede pública.
O incidente foi inadmitido.
A parte suscitante apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que a decisão trazida como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o acórdão combatido assim consignou, verbis:
Assim, a priori, não se justifica a denegação do fornecimento de alguns medicamentos/aparelhos terapêuticos àqueles que deles necessitam apenas em razão dos mesmos não se encontrarem em lista organizada pela Administração Pública. Nesse caso, incumbiria ao Estado fornecer ao cidadão outro fármaco/equipamento terapêutico com efeitos idênticos ao preceituado pelo médico. Se não existe substituto apropriado, de menor valor, não pode o cidadão suportar as conseqüências nefastas da omissão administrativa, a qual coloca em risco o maior bem do homem - a vida.
Veja que restou salientado não existir um substituto apropriado, enquanto que no aresto apontado como paradigma, sustenta-se que foi apontada pelo SUS, uma segunda opção de medicamento, não acatada pela parte interessada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0504075-88.2008.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE : UNIÃO
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : MARCO ANTONIO LOIOLA
PROC./ADV. : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que restou assim ementada, verbis:
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONVERSÃO DAS REMUNERAÇÕES DE CRUZEIROS REAIS PARA URV. PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS. PERCENTUAL DE 11,98%. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO. ATO Nº 711 DO TST. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO VALOR RESTANTE. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RENÚNCIA TÁCITA. PRECEDENTES DO STJ E DA TNU. SENTENÇA JULGADA PROCEDENTE. RECURSO IMPROVIDO.
- O Ato nº 711, de 12/12/2000, da lavra do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, reconheceu o direito à incorporação da diferença decorrente da transformação dos salários pela Unidade Real de Valor URV, a partir de abril de 1994, no percentual de 11,98%, já havendo, inclusive, procedido ao pagamento de parte do total devido.
- O direito à recomposição dos 11,98%, apesar de reconhecido administrativamente pelo órgão pagador, somente foi pago até dezembro de 2005, o que tem resultado, desde então, na ausência de quitação dos valores remanescentes devidos aos servidores do Judiciário, os quais, diante de tal inércia, fazem jus à prestação dos valores em atraso.
- Ademais, não deve prosperar a alegação de prescrição, uma vez que, nos termos da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, o reconhecimento administrativo do direito à diferença de 11,98%, implica na renúncia tácita à prescrição, em face do que dispõe o art. 191 do Código Civil.
- Recurso improvido.
Alega a suscitante que a decisão encimada diverge de acórdãos da Turma Regional de Uniformização da Primeira Região e da Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre. Sustenta, em síntese, que a pretensão recursal da autora está fulminada pela prescrição.
O incidente de uniformização foi inadmitido.
Contra tal decisum, houve requerimento (art. 15, §4º, do RI/TNU).
Relatados. Decido.
Estando configurada a alegada divergência, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0504117-94.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): IVAN GONÇALVES RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que manteve a sentença que julgou procedente o pedido de fornecimento de medicamento necessário para o tratamento de saúde do autor.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgado do STJ, segundo o qual, não é cabível a condenação da entrega de medicamento não previsto em programas públicos de saúde, quando há outras opções no SUS, cabendo à parte demonstrar a ineficácia do que é fornecido pela rede pública.
O incidente foi inadmitido.
A parte suscitante apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que a decisão trazida como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o acórdão combatido assim consignou, verbis:
Assim, a priori, não se justifica a denegação do fornecimento de alguns medicamentos/aparelhos terapêuticos àqueles que deles necessitam apenas em razão dos mesmos não se encontrarem em lista organizada pela Administração Pública. Nesse caso, incumbiria ao Estado fornecer ao cidadão outro fármaco/equipamento terapêutico com efeitos idênticos ao preceituado pelo médico. Se não existe substituto apropriado, de menor valor, não pode o cidadão suportar as conseqüências nefastas da omissão administrativa, a qual coloca em risco o maior bem do homem - a vida.
Veja que restou salientado não existir um substituto apropriado, enquanto que no aresto apontado como paradigma, sustenta-se que foi apontada pelo SUS, uma segunda opção de medicamento, não acatada pela parte interessada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 0504213-82.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : GERALDO MENDES DE AGUIAR
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por GERALDO MENDES DE AGUIAR e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais e do STJ, defendendo que a prescrição seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0504292-88.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSEFA FRAGA DA CRUZ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que manteve a sentença que julgou procedente o pedido de fornecimento de medicamento necessário para o tratamento de saúde da autora.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgado do STJ, segundo o qual, não é cabível a condenação da entrega de medicamento não previsto em programas públicos de saúde, quando há outras opções no SUS, cabendo à parte demonstrar a ineficácia do que é fornecido pela rede pública.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O incidente foi inadmitido.
A parte suscitante apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que a decisão trazida como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o acórdão combatido assim consignou, verbis:
Ainda, não obstante, o SUS possuir tratamento específico para o Lúpus eritematoso, tais medicamentos se revelaram insuficientes para o nível de enfermidade da recorrida, conforme laudo médico anexado:
2. Levando-se em conta todos os medicamentos prescritos por médicos anteriores e a resposta clínica do paciente a estes medicamento, existe algum medicamento que possui resposta terapêutica igual ou semelhante ao medicamento pleiteado e que é regularmente distribuído pelo SUS? Qual ou quais?
Não. A pericianda já utilizou outros tratamentos e medicamentos disponíveis, mas não obteve a resposta terapêutica esperada.
Veja que restou salientado não existir um substituto apropriado, enquanto que no aresto apontado como paradigma, sustenta-se que foi apontada pelo SUS, uma segunda opção de medicamento, não acatada pela parte interessada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0504352-61.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ MELO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que manteve a sentença que julgou procedente o pedido de fornecimento de medicamento necessário para o tratamento da autora.
Sustenta a requerente que a decisão combatida diverge de julgado do STJ, segundo o qual, não é cabível a condenação da entrega de medicamento não previsto em programas públicos de saúde, quando há outras opções no SUS, cabendo à parte demonstrar a ineficácia do que é fornecido pela rede pública.
O incidente foi inadmitido.
A parte suscitante apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar, tendo em conta que a decisão trazida como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos.
Com efeito, o acórdão combatido assim consignou, verbis:
Assim, a priori, não se justifica a denegação do fornecimento de alguns medicamentos/aparelhos terapêuticos àqueles que deles necessitam apenas em razão dos mesmos não se encontrarem em lista organizada pela Administração Pública. Nesse caso, incumbiria ao Estado fornecer ao cidadão outro fármaco/equipamento terapêutico com efeitos idênticos ao preceituado pelo médico. Se não existe substituto apropriado, de menor valor, não pode o cidadão suportar as conseqüências nefastas da omissão administrativa, a qual coloca em risco o maior bem do homem - a vida.
Veja que restou salientado não existir um substituto apropriado, enquanto que no aresto apontado como paradigma, sustenta-se que foi apontada pelo SUS, uma segunda opção de medicamento, não acatada pela parte interessada.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0504427-03.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AMANDA KELLY DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que manteve a sentença que acolheu o pedido de fornecimento de medicamento à autora, nos seguintes termos, verbis:
FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A PACIENTE HIPOSSUFICIENTE. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA ENTRE UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIO. HIPOSSUFICIÊNCIA E NECESSIDADE DO MEDICAMENTO COMPROVADAS.
Paciente carente de recursos.
Obrigação solidária entre União, Estado e Município de fornecê-los.
A perícia médica constatou que a autora necessita do medicamento MICOFENOLATO MOFETIL, 500mg. Sendo estes medicamentos indispensáveis para o tratamento de Lúpus Eritematoso Sistêmico Disseminado com Comprometimento de outros órgãos e sistemas (no caso da pericianda Sistema Renal) e Síndrome Nefrítica Crônica.
Hipossuficiência financeira comprovada através de perícia social.
A renda familiar gira em torno de R$ 900,00 (novecentos reais). Somente o medicamento pleiteado custa mais de R$ 510,00 (quinhentos e dez reais).
Medicamento fornecido pela CASE, mas só disponível para pacientes transplantados, o que não é o caso da recorrida.
Recurso improvido.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual, o Estado não está obrigado a fornecer medicamento não padronizado pelo SUS, quando este tem total cobertura para o tratamento ou controle da patologia da parte autora, sem a devida comprovação da ineficácia do fármaco oferecido pela rede pública de saúde.
O incidente foi inadmitido.
Em consequência, a parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0504489-43.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: NAIR ALVES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: ALLAN VALERRY NUNES COSTA
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por NAIR ALVES DE ALMEIDA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão colegiada da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, que negou provimento ao recurso da requerente, de acordo com a seguinte ementa, verbis:
EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO. GDIBGE. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO COM CARÁTER INDIVIDUAL, NÃO GENÉRICO. NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO PARA A CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO. SISTEMÁTICA DIFERENTE DAS GRATIFICAÇÕES GDTA E GDAST. INDEFERIMENTO DEPARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS
"1. A matéria consiste em saber se a GDIBGE, instituída pela Medida Provisória nº 301, de 29/06/2006 e convertida na Lei nº 11.355, de 19/10/2006, deve ser paga aos inativos no mesmo percentual concedido aos servidores em atividade. 2. Da leitura dos dispositivos legais relativos à GDIBGE percebe-se, claramente, o caráter pro labore faciendo da gratificação em comento. A mesma não é conferida, indistintamente, a todos os servidores ativos, estando atrelada à avaliação de desempenho e aos resultados alcançados. 3. Impende ressaltar que a GDIBGE foi devidamente regulamentada pelo Decreto nº 6.312, de 19/12/2007, o qual prevê os critérios que deverão ser utilizados na avaliação de desempenho individual, o que, mais uma vez, ressalta seu caráter de gratificação pro labore faciendo. 4. Deste modo, não há que se invocar ofensa ao § 8o, art. 40, da Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal já fixou que, "por força do art. 40, § 4o, da Constituição (§ 8o na redação da EC 20/98), os benefícios ou vantagens de natureza geral estendem-se aos aposentados não, porém, aqueles que dependem do atendimento de condição inscrita na lei, não assegurando, pois, esse dispositivo constitucional a extensão aos inativos de vantagem remuneratória condicionada ao exercício de determinada função". 5. Apelação improvida".
(TRF2. AMS 200651010165642. Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama. DJ 08/03/2010).
Recurso improvido.
Sustenta a suscitante divergência com julgados do STJ e do STF, os quais possibilitam a extensão de gratificações, tais como a GDPGTAS e a GDATA aos servidores inativos, em igualdade de condições com os servidores ativos.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o presente incidente não reúne condições de avançar.
Na hipótese em questão, inexiste similitude fática entre o julgado recorrido e os acórdãos paradigma.
Com efeito, o decisum atacado, ao manter a sentença, destacou que não há direito aos servidores inativos à percepção da GDIBGE na mesma proporção do que é pago aos servidores ativos.
Contudo, os arestos paradigma tratam de outras gratificações, quais sejam, a GDPGTAS e a GDATA, situações fáticas diversas da debatida no presente processo.
Tais as razões expendidas, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0504552-41.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLEVERSON DINIZ TEIXEIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por CLEVERSON DINIZ TEIXEIRA DE FREITAS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Primeira Recursal do Ceará, que reconheceu a prescrição quinquenal relativamente ao recebimento da diferença de 28,86%, incidente sobre salário de servidores, decorrente das Leis n.º 8.622/93 e 8.627/93.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge do entendimento do STJ, segundo o qual, se ajuizada a ação após 30/06/2003, deve ser aplicado o enunciado nº 85 da jurisprudência sumulada do STJ no que diz respeito à prescrição.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0504652-87.2008.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOELIA CORREIA DE MENESES
PROC/ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOELIA CORREIA DE MENESES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença denegatória do salário-maternidade, que assim entendeu:
"Os documentos apresentados pela postulante, a meu sentir, não são suficientes para servir como início de prova material do efetivo exercício de atividade rural em período mínimo exigido por lei, qual seja, nos dez meses imediatamente anteriores ao início do benefício, ainda que de forma descontínua.
Ressalte-se que os documentos juntados ou são de época bem anterior ao período em que se deve comprovar a atividade rural da requerente ou são recentes e posteriores ao parto, fato gerador do benefício em tela, motivo pelo qual não têm o condão de provar que a parte autora trabalhou na agricultura de subsistência nos dez meses imediatamente anteriores ao do início do benefício, ainda que de forma descontínua, consoante do art. 25, III, c/c o art.39, parágrafo único, da Lei n.º 8.213/91".
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ e de TRFs, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados são idôneos para comprovar a sua condição de segurada especial.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRFs.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0504743-16.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: MARIA GILDA ALENCAR ANDRADE
PROC./ADV.: ALLAN VALERRY NUNES COSTA
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARIA GILDA ALENCAR ANDRADE, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão colegiada da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, que negou provimento ao recurso da requerente, de acordo com a seguinte ementa, verbis:
EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO. GDIBGE. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO COM CARÁTER INDIVIDUAL, NÃO GENÉRICO. NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO PARA A CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO. SISTEMÁTICA DIFERENTE DAS GRATIFICAÇÕES GDTA E GDAST. INDEFERIMENTO DEPARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS
"1. A matéria consiste em saber se a GDIBGE, instituída pela Medida Provisória nº 301, de 29/06/2006 e convertida na Lei nº 11.355, de 19/10/2006, deve ser paga aos inativos no mesmo percentual concedido aos servidores em atividade. 2. Da leitura dos dispositivos legais relativos à GDIBGE percebe-se, claramente, o caráter pro labore faciendo da gratificação em comento. A mesma não é conferida, indistintamente, a todos os servidores ativos, estando atrelada à avaliação de desempenho e aos resultados alcançados. 3. Impende ressaltar que a GDIBGE foi devidamente regulamentada pelo Decreto nº 6.312, de 19/12/2007, o qual prevê os critérios que deverão ser utilizados na avaliação de desempenho individual, o que, mais uma vez, ressalta seu caráter de gratificação pro labore faciendo. 4. Deste modo, não há que se invocar ofensa ao § 8o, art. 40, da Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal já fixou que, "por força do art. 40, § 4o, da Constituição (§ 8o na redação da EC 20/98), os benefícios ou vantagens de natureza geral estendem-se aos aposentados não, porém, aqueles que dependem do atendimento de condição inscrita na lei, não assegurando, pois, esse dispositivo constitucional a extensão aos inativos de vantagem remuneratória condicionada ao exercício de determinada função". 5. Apelação improvida".
(TRF2. AMS 200651010165642. Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama. DJ 08/03/2010).
Recurso improvido.
Sustenta a suscitante divergência com julgados do STJ e do STF, os quais possibilitam a extensão de gratificações, tais como a GDPGTAS e a GDATA aos servidores inativos, em igualdade de condições com os servidores ativos.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o presente incidente não reúne condições de avançar.
Na hipótese em questão, inexiste similitude fática entre o julgado recorrido e os acórdãos paradigma.
Com efeito, o decisum atacado, ao manter a sentença, destacou que não há direito aos servidores inativos à percepção da GDIBGE na mesma proporção do que é pago aos servidores ativos.
Contudo, os arestos paradigma tratam de outras gratificações, quais sejam, a GDPGTAS e a GDATA, situações fáticas diversas da debatida no presente processo.
Tais as razões expendidas, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0504874-88.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO: GUSTAVO AMARANTE RABELO DE MORAES
PROC./ADV.: LUCIANA CARVALHO PEIXOTO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, suscitado pela FAZENDA NACIONAL em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, que negou provimento ao recurso da suscitante, para manter a sentença, na qual se discute a extensão da VPNI aos advogados da União, independentemente da sua data de ingresso na instituição. Decidiu a Turma pela aplicação do percentual de 1% ao mês a título de juros de mora, por se tratar de verbas de natureza alimentar.
'A suscitante alega que tal entendimento encontra-se dissonante com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, após a vigência da MP n.º 2180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9494/97, tem a C. Corte Superior, determinado aplicação de juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, igualmente, quando referente a débitos decorrentes de vantagens estatutárias devidas aos servidores públicos e que constituem dívidas de valor, de natureza alimentar.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.
Há requerimento de reexame da admissibilidade, fundado no art. 15, § 4º do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Entendo que, em princípio, está configurado o dissídio jurisprudencial alegado.
Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, admito o incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0504876-58.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE : UNIÃO
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : PAULO VICENTE SANTANA MÔNACO
PROC./ADV. : LUCIANA CARVALHO PEIXOTO

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro artigo 14, § 2º da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe - 5ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, pois consignou que a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI deve ser estendida a todos os Advogados da União enquadrados na 2ª Categoria da Carreira, não devendo prevalecer a reprovável discriminação estabelecida na Lei n.º 10.909/2004, cujos efeitos financeiros ficam limitados à edição da Medida Provisória n.º 305, de 29/06/2006, bem como pela não aplicação do artigo 1º-F da Lei n.º 9.494/97, a título de juros de mora, por se tratar de verba alimentar decorrente de crédito salarial.
Afirma a suplicante haver divergência com julgados do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. REAJUSTE DE 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.704/98. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA, PARA QUEM SE TRATA DE INTERRUPÇÃO, ANTE O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO REAJUSTE. AÇÃO AJUIZADA APÓS 30/6/2003. PRESCRIÇÃO DAS PARCELAS ANTERIORES AO QÜINQÜÊNIO QUE ANTECEDE AO AJUIZAMENTO DESTA AÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 85/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.131/2000. JUROS MORATÓRIOS. FIXAÇÃO NO PATAMAR DE 6% AO ANO.
1. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo n.º 990.284/RS, firmou, por maioria, entendimento de que a edição da Medida Provisória n.º 1.704/98 implicou na ocorrência de renúncia tácita da prescrição à pretensão dos militares ao reajuste de 28,86%, nos termos do artigo 191 do Código Civil vigente. Nesse sentido, se ajuizada a ação ordinária dos militares até 30/6/2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após 30/6/2003, como no presente caso, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula n.º 85 desta Corte.
2. Aplicação da orientação do Supremo Tribunal Federal segundo a qual a concessão do reajuste de 28,86% deve se limitar ao advento da Medida Provisória n.º 2.131, de 28/12/2000, que reestruturou a remuneração dos militares das Forças Armadas, com absorção das diferenças de reajustes eventualmente existentes.
3. Precedente da Terceira Seção que pacificou a tese de que o artigo 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, que fixa os juros moratórios nas ações ajuizadas contra a Fazenda Pública no patamar de 6%, é de ser aplicado tão somente às demandas ajuizadas após a sua entrada em vigor.
4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp n.º 877.200/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 24/08/2009).
Sustenta, em síntese, que tal orientação destoa do entendimento firmado pelo c. Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, após a vigência da MP n.º 2180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9494/97, tem a C. Corte Superior, determinado aplicação de juros de mora no percentual de 6% (seis por cento) ao ano.
O incidente não foi conhecido pela Presidência da Turma Recursal de origem.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, caracterizada a discrepância jurisprudencial apontada, admito o incidente, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº : 0505141-60.2009.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDENICE BARROS DE OLIVEIRA E OUTROS
PROC./ADV.: ANTONIO FRANCISCO FONTES

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe que manteve a sentença que, acolhendo o pedido de pensão por morte, determinou a incidência dos juros moratórios em 1% ao mês, em razão de cuidar-se de verba de natureza alimentar, afastando a aplicação do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/07 em sua nova redação.
Sustenta a autarquia previdenciária que a decisão combatida diverge do entendimento da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, afirmando que o art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pelo art. 5º da Lei 11.960/2009, tem plena e total aplicabilidade, sendo que os juros de mora e a atualização monetária vencidos a partir de 01/07/2009 devem obedecer aos índices oficiais das cadernetas de poupança.
O incidente não foi admitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Estando, em princípio, configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0505435-85.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DILMA RODRIGUES ROCHA
PROC./ADV. : ALBERTO RAULINO PRATA
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA DILMA RODRIGUES ROCHA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de desprovimento do pedido de aposentadoria rural, diante do conjunto probatório apresentado, notadamente o fato de em juízo a autora declarar-se casada, embora tenha se declarado separada perante o INSS.
Alega a suscitante divergência com julgado da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, aduzindo, em síntese, que os documentos constantes autos constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O contexto fático revelado na decisão paradigma não guarda a necessária semelhança com aquele dos autos, em que se decidiu, em virtude da análise do conjunto das provas e documentos, que estes não constituem início razoável de prova material da atividade rurícola.
Ademais, a controvérsia cinge-se a exame de matéria de fato, uma vez que a conclusão a que se chegou no acórdão impugnado se deu, essencialmente, por conta do conjunto probatório, mostrando-se, também por este óbice, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0505457-17.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO NETO DA SILVA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS
REQUERIDO: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por ANTÔNIO NETO DA SILVA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a decisão de extinção do processo, sem julgamento de mérito, à consideração de que o autor não postulou o seu alegado direito administrativamente, motivo porque lhe faltaria o interesse de agir.
Sustenta o requerente que o acórdão recorrido diverge do enten-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dimento jurisprudencial do STJ quanto à necessidade de prévio requerimento administrativo, para fins de propositura de ação judicial de natureza previdenciária.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal, mas foi apresentado requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A Turma Nacional de Uniformização já decidiu que "a discussão relativa à necessidade de requerimento administrativo prévio concerne ao próprio direito constitucional de ação, motivo por que não constituiria matéria processual típica, cujo exame é vedado nesta sede" (PU nº 2005.36.00909228-7, Rel. Juíza Federal JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ de 09.12.2009).
Assim sendo, cuidando-se, em tese, de matéria apreciável no âmbito deste pedido de uniformização e configurada, em princípio, a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0505493-88.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): JOSE GILGOBERTO NONATO FREIRE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face do decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Ceará, que, em ação versando sobre o fornecimento de medicamentos, entendeu pela legitimidade passiva ad causam da ora requerente.
Sustenta a requerente divergência com acórdãos do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo do abaixo ementado, litteris:
"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. EXECUÇÃO DIRETA DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. ATRIBUIÇÃO LEGAL DOS ÓRGÃOS LOCAIS, E NÃO DA UNIÃO.
1. Segundo a Constituição, "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196). Todavia, cumpre ao legislador dispor sobre a "regulamentação, fiscalização e controle" das ações e serviços de saúde, "devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado" (CF, art. 197). Relativamente ao sistema único de saúde (SUS), ele é formado, segundo a Constituição, por "uma rede regionalizada e hierarquizada" de ações e serviços de saúde, observadas, entre outras diretrizes, a da "descentralização, com direção única em cada esfera de governo" (art. 198).
2. Atendendo ao preceito constitucional, a Lei 8.080/90 tratou da organização do SUS, inclusive no que se refere à distribuição das competências, das atribuições e das responsabilidades de seus vários órgãos integrantes, com o objetivo, não apenas de evitar a sobreposição de estruturas administrativas, mas para conferir eficiência, economicidade e agilidade ao sistema, condição indispensável a garantir aos cidadãos, da melhor maneira possível, o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde.
3. Relativamente à execução e prestação direta dos serviços, a Lei atribuiu aos Municípios essa responsabilidade (art. 18, incisos I, IV e V, da Lei n.º 8.080/90), compatibilizando o Sistema, no particular, com o estabelecido pela Constituição no seu artigo 30, VII: "Compete aos Municípios (...) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população". No que se refere especificamente à assistência farmacêutica, cumpre à União, como gestora federal do SUS, o repasse de recursos financeiros, cabendo aos Municípios e, supletivamente, aos Estados, a aquisição e a adequada dispensação de medicamentos.
4. Recurso especial provido para excluir a União do pólo passivo da demanda, divergindo do relator" (REsp nº 873.196/SC, Relator p/ acórdão Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 24/05/2007, p. 328).
Alega que o julgado da Turma Recursal está em divergência com a jurisprudência do STJ, sob o entendimento de que a União não possui legitimidade para responder pela execução direta dos serviços de saúde.
Foram apresentadas contra-razões.
O incidente foi admitido.
Relatados. Decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente, dispõe que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
No caso em questão, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a legitimidade passiva ad causam da União, o que impede o conhecimento do presente incidente, por inadmissível como especificado.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 0505661-90.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : JOSÉ GILTON XAVIER
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

JOSÉ GILTON XAVIER suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 0505664-45.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : NIEDJA MARQUES STADTHERR
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

NIEDJA MARQUES STADTHERR suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 0505668-82.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : JOAQUIM MÁRCIO DE FREITAS LIMA
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

JOAQUIM MÁRCIO DE FREITAS LIMA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0505795-48.2007.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: MARIA JOSEFA DE SOUSA NUNES
PROC/ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
EMBARGADO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA JOSEFA DE SOUSA NUNES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou improcedente o pedido de pensão por morte à autora, aos seguintes fundamentos, verbis:
Os documentos apresentados pela parte autora, a meu sentir, não são suficientes para comprovar a qualidade de segurado do de cujus, quando de seu óbito.
Em epítome, para comprovação do seu direito, consta certidão de casamento, onde um dos cônjuges figura como agricultor; documentos emitidos pelo sindicato dos trabalhadores rurais; comprovantes de pagamento de ITR - Imposto Territorial Rural; dentre outros documentos de menor importância.
A princípio, a certidão de casamento, expedida em 14/1/1998, constando a profissão do segurado falecido como agricultor(a), serviria como início de prova material. Ocorre que os aludidos documentos carecem de sustentáculo probatório quando cotejados com o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e com a certidão de óbito (doc. 2) colacionado aos autos, noticiando a profissão do fenecido de bombeiro hidráulico.
Com efeito, verifica-se que o cadastramento da profissão de bombeiro hidráulico do extinto no Cadastro Nacional de Informações Sociais foi feito em período concomitante a data da celebração do casamento, restando desconstituída, assim, a qualidade de segurado especial inserida apenas na ceridão de casamento (doc. 2).
Além disso, a certidão de óbito, expedida em 7/7/1998, confirma a informação inserta no CNIS, contribuindo para desqualificar a suposta qualidade de rurícola do fenecido descrita na certidão de casamento.
Outrossim, desconstituída a prova da qualidade de segurado especial do cônjuge falecido, em nada aproveita à autora o fato dela encontrar-se aposentada como trabalhadora rural, pois os documentos apresentados, notadamente o CNIS e a certidão de óbito, estão a indicar que o de cujus não desempenhava a atividade rural.
Alega divergência com julgados de Tribunais Regionais Federais, da TNU e do STJ, aduzindo, em síntese, que os documentos carreados aos autos servem de início de prova material do labor rurícola e que o fato de um membro da família exercer trabalho urbano não descaracteriza o regime de economia familiar.
O incidente não foi admitido na origem.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A divergência autorizadora do pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU é aquela fundada entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, sendo, portanto, incabível o pedido com fundamento em dissídio com Tribunais Regionais Federais ou Turmas Recursais da mesma Região.
Na sequência, verifica-se que a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar os julgados do STJ e da TNU que supostamente seriam paradigmáticos, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Ademais, ainda que se pudessem entender superados os empeços antes anotados, verifica-se que dessemelhantes as bases fáticas dos julgados recorrido e paradigma, haja vista que em nenhum dos arestos paradigmáticos havia a peculiaridade presente no caso em tela, qual seja, a existência de cadastramento do falecido como bombeiro hidráulico, profissão esta também constante da certidão de óbito. Nesse panorama, inviabilizada resta a dissidência ensejadora do pedido de uniformização nacional.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0505795-79.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ANTÔNIO BEZERRA DE CASTRO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTROS
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por FRANCISCO ANTÔNIO BEZERRA DE CASTRO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio doença ao autor, tendo em vista não ter ele comprovado ser segurado especial.
Alega o Requerente divergência com julgados da Turma Nacional de Uniformização, bem como do Superior Tribunal de Justiça, à consideração de que o acórdão recorrido foi omisso, em não apreciar os elementos probatórios colhidos nos autos,.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A sentença, confirmada em grau recursal consignou que "No que se refere a comprovação da qualidade de segurado especial da parte promovente, apesar das testemunhas asseverarem, de forma precária, o efetivo exercício do labor rural, inexistem documentos hábeis e suficientes que amparem a pretensão autoral."
Em última análise, tem-se que o incidente de que se cuida demanda o reexame de prova, para fins de inversão da conclusão a que chegou a instância ordinária, sobre a não comprovação da qualidade de segurado especial do ora Requerente, sendo, por isso mesmo inadmissível.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de agosto de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0506235-84.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ BONIFÁCIO QUINTELA
PROC/ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA
REQUERIDO(A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por JOSÉ BONIFÁCIO QUINTELA, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de improcedência do pedido de aposentadoria por tempo de serviço
Alega o suscitante divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, segundo os quais é garantida a conversão, como especial, do tempo de serviço prestado em atividade profissional elencada como perigosa, insalubre ou penosa, antes da edição da Lei n.º 9.032?95, independentemente da produção de laudo pericial comprovando a efetiva exposição a agentes nocivos.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Não restou demonstrado o dissídio jurisprudencial invocado pelo suscitante, pois os julgados paradigma possibilitam a conversão, como especial, do tempo de serviço prestado em atividade profissional elencada como perigosa, insalubre ou penosa, antes da edição da Lei n.º 9.032?95, independentemente da produção de laudo pericial comprovando a efetiva exposição a agentes nocivos; ao passo que na hipótese dos autos não se vedou o reconhecimento da atividade penosa, todavia constatou-se que o autor não cumulou tempo suficiente para se aposentar.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 0506783-41.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : FRANCISCO DOONON VIEIRA FRANCO
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

FRANCISCO DOONON VIEIRA FRANCO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0506835-31.2008.4.05.8102
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO VIEIRA GONÇALVES
PROC./ADV.: JOATAN BONFIM LACERDA E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que reconheceu ao autor, servidor aposentado, o direito de receber a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte - GDPGTAS no percentual de 80% (oitenta por cento), conforme paga aos servidores em atividade.
Alega a suplicante que a decisão combatida, ao dispensar a fixação do quantum condenatório sob o argumento de que a sentença contém todos os elementos necessários à liquidação, diverge de julgados da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 1ª Região e da Turma Recursal de Minas Gerais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença, visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0506844.33.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: OSCAR LIRIO FERNANDES
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

OSCAR LIRIO FERNANDES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual julgou improcedente e extinguiu com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0506957-21.2006.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA
PROC/ADV.: ZACARIAS ANTÔNIO OLIVEIRA PINTO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará, a qual entendeu que o prévio ingresso de pedido na via administrativa não é condição necessária para a propositura de ação em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário.
Alega o INSS que a decisão combatida diverge do entendimento da Turma Recursal de Minas Gerais, aduzindo, em síntese, que a ausência de prévio requerimento administrativo configura falta de interesse de agir por parte do postulante do benefício.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não merece avançar, visto que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em sentido contrário à tese da autarquia suscitante, ou seja, de que o prévio requerimento administrativo não é condição da ação previdenciária. A propósito, confira-se o seguinte julgado:
EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. NEGATIVA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA COMO CONDIÇÃO DA AÇÃO: DESNECESSIDADE. ART. 557 DO CPC. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
I - Não há previsão constitucional de esgotamento da via administrativa como condição da ação que objetiva o reconhecimento de direito previdenciário. Precedentes.
II - Quanto ao art. 557 do CPC, na linha do entendimento desta Corte, é constitucionalmente legítima a, "atribuição conferida ao Relator para arquivar, negar seguimento a pedido ou recurso e dar provimento a este - RI/STF, art. 21, § 1º; Lei 8.038/90, art. 38; CPC, art. 557, redação da Lei 9.756/98 - desde que, mediante recurso, possam as decisões ser submetidas ao controle do Colegiado" (RE 321.778-AgR/MG, Rel. Min. Carlos Velloso).
III - Agravo regimental improvido (AgR no RE nº 549238/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowsky, DJe de 04.06.09).
O eg. Superior Tribunal de Justiça, na esteira da jurisprudência do STF, firmou entendimento no mesmo sentido. É ver:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO. REQUISITO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.
O prévio requerimento administrativo não é requisito para o ajuizamento de ação proposta por segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Precedentes do e. STJ.
Agravo regimental desprovido (AgRg no Resp nº 1.157.371/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 15/03/2010).
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO AD-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MINISTRATIVO COMO REQUISITO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM QUE SE PLEITEIA BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.
1. A teor da jurisprudência desta Corte de Justiça, a ausência de prévio requerimento administrativo não constitui óbice para que o segurado pleiteie judicialmente o benefício pretendido.
2. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp Nº 1.129.201/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 01/03/2010).
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0507187-70.2005.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO MARREIROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por MARIA DO SOCORRO MARREIROS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a confirmar a sentença em que se concluiu não fazer a autora jus ao axílio-doença ou à aposentadoria por invalidez, tendo em vista ter ela se vinculado ao RGPS já sendo portadora de doença incapacitante, bem como ter recolhido contribuições, sem exercer nenhuma atividade.
Afirma a Requerente que tal entendimento diverge de precedente da Turma Recursal do Mato Grosso, e releva que mesmo tendo o laudo médico afirmado que a patologia iniciou-se há muitos anos, a incapacidade só se instalou há poucos, em razão do exercício de atividade laborativa.
O incidente foi inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal e a Suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O acórdão apontado como paradigma possui base fática diversa daquela que se apresenta, in casu e, por isso mesmo, não serve à demonstração da divergência requerida. Naquele cuidou-se de pedido de restabelecimento de auxílio-doença e a sua conversão para aposentadoria por invalidez, ao passo que ora se aprecia a possibilidade primeira de concessão de tais benefícios a quem se filiou ao RGPS, após já ter sido acometido por doença incapacitante.
A propósito, eis o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, litteris:
ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.
1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.
2. Pedido não conhecido." (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).
Tem-se, ademais, que, em verdade, até mesmo a base jurídica é diversa daquela constante do acórdão paradigmático, estando o pedido de uniformização vertente dissociado dos fundamentos constantes do acórdão impugnado.
Estas as razões, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0507250-20.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO SOUSA PEREIRA
PROC/ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTÔNIO SOUSA PEREIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença assim ementada:
"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. AUXÍLIO-DOENÇA. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. IMPROCEDÊNCIA.
1. A concessão do auxílio-doença condiciona-se à comprovação da incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de quinze dias.
2. O benefício cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho, ainda que não para aquele que o segurado exercia com habitualidade.
3. Na hipótese dos autos, foi constatado pelo perito judicial que a parte autora não possui incapacidade para o trabalho.
4. Embora se saiba do caráter não absoluto da prova pericial, não se pode olvidar sua essencialidade para solução de casos de incapacidade laborativa. Ademais, inexiste nos autos qualquer outra prova hábil e atual a elidir a conclusão do perito, não havendo motivos, portanto, para desprestigiar sua conclusão.
5. Improcedência do pedido".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, TNU e TRF de diversas regiões, aduzindo, em síntese, que devem ser analisadas as condições socioeconômicas do segurado.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRFs.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0507609-67.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : UNIÃO
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : MARCELO MOREIRA TAVARES
PROC./ADV. : NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Tuma Nacional de Uniformização, com supedâneo no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará - 5ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente o pedido de condenação da suplicante ao pagamento das diferenças relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, no valor de 30% (trinta por cento), com base no artigo 41 da Medida Provisória 2.229-43/2001, pois consignou que a fixação do limite máximo de referida gratificação em 15% (quinze por cento) por meio de ato normativo infralegal afronta o princípio da legalidade, bem como afastou a alegação de incompetência absoluta do Juizado Especial Federal para processar e julgar a presente demanda, posto que não foi objeto do pedido principal o cancelamento ou anulação de ato administrativo federal, mas apenas a ilegalidade da Portaria AGU n.º 492/2001.
Afirma a postulante haver divergência com julgados da Turma Recursal de Goiás - 1ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
CONFLITO NEGATIVO ENTRE JUÍZO FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA DIRIMI-LO. AÇÃO QUE BUSCA A ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL. ART. 3º, § 1º, III, DA LEI 10.259/2001.
1. Cabe ao Superior Tribunal de Justiça dirimir os conflitos de competência entre juízo federal e juizado especial federal de uma mesma seção judiciária.
2. No caso em apreço, verifica-se que o autor, em última análise, busca, por meio de demanda ajuizada em face da União, a anulação de ato administrativo federal, tema excluído da competência dos juizados especiais federais por determinação expressa do art. 3º, § 1º, III, da Lei 10.259/2001, devendo a lide ser processada e julgada perante o juízo comum federal.
3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima, ora suscitante (CC n.º 85.643/RR, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJ de 01/02/2008, p. 429).
Sustenta, em síntese, que a Turma Recursal de origem afastou a incidência de ato administrativo interno emanado da Advocacia-Geral da União, cujo proceder não é possível no âmbito do Juizado Especial Federal.
O incidente não foi admitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Ceará.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em apreço, senão vejamos.
Com efeito, o decisum ora vergastado entendeu não ser possível a limitação do percentual máximo da Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ mediante ato normativo infralegal editado pela Advocacia-Geral da União, sob pena de violação ao princípio da legalidade, sem falar que referida discussão teve caráter condenatório, cuja ilegalidade apontada constituiu mera questão prejudicial, decidida incidentalmente, a qual não exclui a competência do Juizado Especial Federal.
Todavia, os precedentes transcritos se pronunciam em sentido diverso, qual seja, de que as causas em que se busca a anulação ou o cancelamento de ato administrativo federal não comporta seu processamento e julgamento perante os Juizados Especiais Federais, salvo os de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal, consoante dispõe o artigo 3º, § 1º, inciso III, da Lei n.º 10.259/01.
Portanto, trata-se de situação que não possui as mesmas bases fáticas e jurídicas aptas a viabilizarem a irresignação da parte, o que faz atrair o óbice contido na Questão de Ordem n.º 22/TNU, que assim reza, litteris:
É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
Ademais, em última análise, cuida-se de intento em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o aresto alvejado, mostrando-se, também por esta razão, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Isso posto, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0507797-42.2008.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE :INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A) : VICENTE ALVES DE SOUZA
PROC./ADV. : MARIA BARBOSA TAVARES DE FRANÇA

DECISÃO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, que reconheceu o tempo de serviço rural prestado pelo autor como sendo em condições especiais.
Alega-se divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0507844-34.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCO ALTINO ALMEIDA
PROC/ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTROS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de procedência do pedido de concessão de auxílio doença, nestes termos: (a) (...) Renda Mensal Inicial - RMI - no valor de um salário mínimo, com implantação a partir deste mês, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação deste decisum, sob pena de cominação de multa diária, uma vez que eventual recurso só será recebido no efeito devolutivo, dada a antecipação da tutela ora concedida. b) pagar as parcelas em atraso, devidamente corrigidas e com juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidentes a partir da citação, perfazendo o montante descrito na planilha anexa, que passa a integrar o presente decisum.
Alega o Requerente divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça, relevando que a fixação do termo inicial (termo a quo) do benefício de incapacidade (DIB) é a data de juntada do laudo pericial médico em juízo, sempre que tenha havido indeferimento administrativo do benefício.
O incidente foi inadmitido, mas foi apresentado requerimento nos termos do art. 15, § 4°, RI/TNU.
Relatados.Decido.
O precedente trazido à colação pelo Requerente não guarda similitude

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de base fático-jurídica com o acórdão hostilizado, motivo porque não restou comprovada a divergência alegada. O precedente do Superior Tribunal de Justiça cuida de aposentadoria por invalidez e não de auxílio doença, sendo esta última a hipótese dos autos.
Isto posto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0508260-38.2009.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): JEAN SOARES MOREIRA
PROC/ADV.: RIVANNA CAROLINE GOMES DE LUCENA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a qual determinou o pagamento dos valores referentes à função comissionada que exerce o requerido, correspondente ao período em que este esteve em gozo da licença-prêmio.
A Turma Recursal, naquela ocasião, ao cuidar de preliminar de incompetência, consignou, que, ao Juizado Especial Federal Cível, compete processar, conciliar e julgar as causas de competência da Justiça Federal até sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças, ressalvada a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, exceção que se afasta quando a anulação de ato administrativo não constitui o objeto principal da demanda, caso dos autos, mas apenas de efeito reflexo, cuja pretensão visa a condenação da União no pagamento de verba determinada.
O requerente alega divergência com decisão da TNU, que entendeu não ser da sua competência matéria referente à validade de ato de licenciamento de Militar, ex vi do contido no art. 3º, § 1º, inc. III da Lei 10.259/01.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A decisão recorrida, tratando do pagamento de valores referentes à função comissionada exercida pelo requerido, devidos pelo período em que este esteve em licença prêmio, entendeu que a questão nodal do processo refere-se à condenação da União ao pagamento de verba determinada. Já o paradigma mencionado trata da validade de ato de licenciamento de militar.
Resta, pois, inviabilizada a dissidência autorizadora do pedido de uniformização jurisprudencial, porquanto esta demanda a similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os julgados colacionados como paradigma.
Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:
TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA SOBRE DÉBITOS JUDICIAIS DE NATUREZA TRABALHISTA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA E DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO SENTIDO APONTADO PELO REQUERENTE.
I - A similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os julgados colacionados como paradigma é requisito indispensável ao conhecimento do Pedido de Uniformização, bem como a demonstração de divergência entre os mesmos.
II - Os acórdãos apontados como paradigma pela parte autora não refletem a jurisprudência dominante na Corte Superior.
III - Pedido de Uniformização não conhecido (PEDILEF nº 2005.70.50.017872-0, JUIZ FEDERAL RENATO CÉSAR PESSANHA DE SOUZA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 14/03/2008).
TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE FÉRIAS INDENIZADAS. VERBA INDENIZATÓRIA. RESTITUIÇÃO INTEGRAL DOS VALORES INDEVIDAMENTE TRIBUTADOS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.
I - A similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido e os julgados colacionados como paradigma é requisito indispensável ao conhecimento do Pedido de Uniformização.
II - Pedido de Uniformização não conhecido (PEDILEF 200572950128148, JUIZ FEDERAL RENATO CÉSAR PESSANHA DE SOUZA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 27/11/2007).
Ademais, a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, eventual incompetência para a análise do respectivo feito, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Nesse sentido já decidiu a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO.
1. Pedido que versa sobre competência envolve apenas questão processual, que é insuscetível de uniformização, conforme a inteligência do art. 14 da Lei nº 10.259/2001.
2. Pedido não conhecido (PU nº 200783085009629, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ de 04.09.2009).
EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.
I - Pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput da Lei 10.259/2001), c/c art. 2º da Resolução n 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).
II - A legitimidade da União e a competência da Justiça Federal constituem, respectivamente, condição da ação e pressuposto processual, matérias pertencentes ao campo do Direito Processual.
III - O Exame da presença das condições de ação ou pressupostos processuais por qualquer juízo ou tribunal somente ocorre quando a devolutividade é plena ou, pelo menos, não vedada por expressa disposição legal, como é o caso do art. 14 da Lei 10.259/2001.
IV - Incidente de uniformização não conhecido (PU nº 200530007123100, Rel. Juiz Federal Pedro Pereira dos Santos, DJU 17.03.2008).
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0508451-47.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ALBERTO RAULINO PRATA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, havendo perícia judicial conclusiva acerca da inexistência da deficiência incapacitante ou da limitação para a prática de atos compatíveis com a idade do requerente, fica excluída a possibilidade de concessão do benefício, uma vez que a legislação pertinente exige o atendimento concomitante dos dois requisitos (incapacidade e hipossuficiência).
Alega o requerente divergência com julgado da TNU, defendendo que a moléstia apresentada pela parte autora se caracteriza por si só, por se tratar de um soldador, sendo incapacitante para deferimento do benefício previsto no citado art. 20 da Lei nº 8.742/1993.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o acórdão recorrido e o acórdão tido como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício assistencial, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, o acórdão colacionado observa particularidades daquele julgamento lastreado no respectivo conjunto fático-probatório.
Ademais, verifico que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e o paradigma citado, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0508575-30.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA JOANITA DUARTE SAMPAIO
PROC/ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA JOANITA DUARTE SAMPAIO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença denegatória do salário-maternidade, ao fundamento de que a autora não apresentou documentos idôneos à comprovação da sua condição de segurada especial.
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ, da TNU, da Turma Recursal de São Paulo e do TRF da 1ª Região, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados são idôneos à comprovação de sua qualidade de segurada especial e que a recusa da prova testemunhal configura cerceamento de defesa.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRFs, pelo que será desconsiderada a argumentação de cerceamento de defesa.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0508857-68.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA SELMA FEITOSA LOIOLA
PROC./ADV.: VINICIUS MAIA LIMA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará a externar o entendimento de que: no que concerne ao recebimento de valores e razão de decisão judicial, seja antecipatória/liminar ou de sentença transitada e julgado, mesmo que venha a ser rescindida, a jurisprudência é pacífica no sentido de sua impossibilidade. (...) é inegável, pela sua natureza social, a natureza alimentar dos benefícios previdenciários, revelando-se, de pronto a impossibilidade da restituição de seus valores, podendo ser invocado o princípio da irrepetibilidade dos alimentos.
Alega a autarquia previdenciária que a decisão combatida diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça e defende a tese de que é possível ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS efetuar descontos dos valores pagos, na forma da legislação previdenciária vigente, nos casos de tutela antecipada posteriormente revogada por força de decisão judicial.
O incidente foi admitido, mas foi apresentado requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O Requerente trouxe à colação, para fins de demonstrar possível divergência jurisprudencial, precedentes do Superior Tribunal de Justiça, datados de 2007, que não representam a hodierna jurisprudência daquela eg. Corte sobre o tema.
A propósito, relevo o julgamento dos EDcl no REsp 996.850/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 04/11/2008, DJe 24/11/2008, no que interessa: A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, à unanimidade, sedimentou o entendimento sobre o tema para assentar que, em se tratando de verba alimentar percebida por força de tutela antecipada, posteriormente revogada, aplicável a jurisprudência consagrada por este Tribunal, pautado pelo princípio da irrepetibilidade dos alimentos.
Inexiste, portanto, a alegada divergência de entendimentos entre o acórdão ora recorrido e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Esta a razão, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0509311-84.2009.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: TEREZA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por TEREZA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, concedeu a autora somente o direito de ver declarada a nulidade do lançamento fiscal realtivo ao imposto de renda do exercício de 2004, que gerou a inscrição na dívida ativa, negando, no entanto, o pedido de indenização por danos morais.
Alega a requerente que a decisão combatida diverge do entendimento do STJ e da Turma Recursal da Bahia, afirmando que a responsabilidade civil do Estado é objetiva, cabendo unicamente ao autor comprovar a existência do dano e do nexo causal para fins de indenização por dano morais.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
Em verdade o pleito objetiva ao reexame de provas com vistas à inversão da conclusão a que chegou o acórdão impugnado. Isso porque a decisão ora vergastada considerou não verificado suposto ato ilícito praticado pela União, pois esta atuou de forma regular e legítima, dentro do processo administrativo, uma vez que a fraude foi cometida por terceiro, não tendo chegado ao seu conhecimento que a declaração de renda era fraudulenta, visto que desde 2006 a autora manteve-se inerte, somente vindo a comunicar tal fato por meio da presente ação judicial.
Nesse contexto, mostra-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado, motivo pelo qual, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não o admito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0509508-37.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ERICSON MACIEL AMÉRICO
PROC/ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANCISCO ERICSON MACIEL AMÉRICO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença denegatória do auxílio-doença, que assim decidiu:
"Segundo o perito, não há incapacidade para o exercício do trabalho que antes exercia, podendo o Demandante exercer qualquer tipo de profissão desde que utilize sapatos fechados e confortáveis, o que já o foi dado pelo centro de saúde".
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, da TNU e dos TRFs da 1ª e 3ª Regiões, aduzindo, em síntese, que a incapacidade deve ser analisada segundo as condições socioeconômicas do segurado.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Cumpre consignar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, expressamente dispõe que a divergência deve envolver questões de direito material, e seu § 2° estabelece que a divergência autorizativa do incidente é aquela entre decisões de turmas de diferentes regiões ou proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se prestando a tanto os arestos dos TRFs.
Tenho que se trata, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0509597-85.2006.4.05.8103
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VANUZA AURÉLIO DE LOIOLA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

VANUZA AURÉLIO DE LOIOLA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade da autora para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega a requerente divergência com julgados de outras Turmas Recursais, do STJ e da TNU, argumentando que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais da autora, ela faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0509617-87.2008.4.05.8400
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE : UNIÃO
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : DAGMAR SANTIAGO FRANÇA BARBOSA
PROC./ADV. : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que restou assim ementada, verbis:
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONVERSÃO DAS REMUNERAÇÕES DE CRUZEIROS REAIS PARA URV. PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS. PERCENTUAL DE 11,98%. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO. ATO Nº 711 DO TST. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO VALOR RESTANTE. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RENÚNCIA TÁCITA. PRECEDENTES DO STJ E DA TNU. SENTENÇA JULGADA PROCEDENTE. RECURSO IMPROVIDO.
- O Ato nº 711, de 12/12/2000, da lavra do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, reconheceu o direito à incorporação da diferença decorrente da transformação dos salários pela Unidade Real de Valor URV, a partir de abril de 1994, no percentual de 11,98%, já havendo, inclusive, procedido ao pagamento de parte do total devido.
- O direito à recomposição dos 11,98%, apesar de reconhecido administrativamente pelo órgão pagador, somente foi pago até dezembro de 2005, o que tem resultado, desde então, na ausência de quitação dos valores remanescentes devidos aos servidores do Judiciário, os quais, diante de tal inércia, fazem jus à prestação dos valores em atraso.
- Ademais, não deve prosperar a alegação de prescrição, uma vez que, nos termos da jurisprudência dominante do STJ e da TNU, o reconhecimento administrativo do direito à diferença de 11,98%, implica na renúncia tácita à prescrição, em face do que dispõe o art. 191 do Código Civil.
- Recurso improvido.
Alega a suscitante que a decisão encimada diverge de acórdãos da Turma Regional de Uniformização da Primeira Região e da Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre. Sustenta, em síntese, que a pretensão recursal da autora está fulminada pela prescrição.
O incidente de uniformização foi inadmitido.
Contra tal decisum, houve requerimento (art. 15, §4º, do RI/TNU).
Relatados. Decido.
Estando configurada a alegada divergência, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0509679-91.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA TEREZINHA SOUZA OLIVEIRA
PROC./ADV. : ALBERTO RAULINO PRATA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA TEREZINHA SOUZA OLIVEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de desprovimento do pedido de aposentadoria rural, por considerar que a certidão de casamento em que consta a atividade de seu marido como agricultor não constitui início de prova material da atividade campesina.
Alega-se divergência com julgado do Superior Tribunal de Justiça.
Inadmitido o incidente, a suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0510054-92.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO DAMIAO ALVES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANTONIO DAMIAO ALVES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade do autor para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega o requerente divergência com julgados da TNU e do STJ, defendendo que deveria ser anulada a sentença para a produção das provas requeridas. Argumenta ainda que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais do autor, ele faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0510130-19.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ GOMES BASTOS
PROC/ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

JOSÉ GOMES BASTOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual reformou a sentença e julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0510614-34.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO RUBENS PINHEIRO LIMA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANCISCO RUBENS PINHEIRO LIMA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade do autor para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega o requerente divergência com julgados de outras Turmas Recursais, do STJ e da TNU, argumentando que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais do autor, ele faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0510786-05.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERENILDA DA SILVA GOMES
PROC/ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ERENILDA DA SILVA GOMES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença denegatória do salário-maternidade, sob os seguintes argumentos:
"(...)
4. Mesmo assim, não há início de prova material. Todos os documentos apresentados ou se referem a terceiros (proprietário da terra), e por isso não contêm qualquer registro da profissão da autora; são recentes, tendo sido produzidos em data imediatamente anterior ao requerimento do benefício ou posteriores ao parto ou são particulares, não apresentando prova de contemporaneidade. Sendo assim, não servem como prova dos fatos que necessitam ser demonstrados.
5. Por outro lado, o(a) requerente não apresentou, durante a inspeção judicial, características marcantes de trabalhador(a) rural, fato que, apesar de não afastar totalmente seu direito, também não pôde ser utilizado por esta magistrada como início de prova material do exercício deste trabalho.
6. Sendo assim, verifico que não houve início de prova material que corroborasse as informações colhidas através da prova testemunhal, conforme exigido em lei, o que impede a concessão do benefício.
7. A fim de viabilizar eventual reexame da matéria pelas instâncias recursais, registro que a testemunha ouvida confirmou o trabalho rural da autora até os seis meses de gestação".
Alega a suscitante divergência com julgados do STJ e da TNU, aduzindo, em síntese, que os documentos apresentados constituem início razoável de prova material.
O incidente foi inadmitido.
A recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Trata-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Por fim, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0510953-90.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANSCISCA BEZERRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANSCISCA BEZERRA DO NASCIMENTO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade da autora para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença.
Alega a requerente divergência com julgados de outras Turmas Recursais, do STJ e da TNU, argumentando que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais da autora, ela faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO Nº: 0510994-57.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO HELIO MAIA
PROC./ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

FRANCISCO HELIO MAIA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual reformou a sentença e julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0511133-09.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIANO SANTANA DE CASTRO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

LUCIANO SANTANA DE CASTRO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), que confirmou a sentença de improcedência do pedido de auxílio-doença, em virtude da perda da qualidade de segurado por parte do autor.
Alega o requerente divergência com julgados da TNU e do STJ, argumentando que deveria ser anulada a decisão da Turma Recursal para a produção de provas. Argumenta ainda que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que apenas é um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais do autor, faz ele jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região) negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do auxílio-doença, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N° : 0511156-52.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : OLAVO DO CARMO CORDEIRO
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO (A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

OLAVO DO CARMO CORDEIRO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que julgou improcedente a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que operada a prescrição do direito de ação da parte in casu, visto que não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.
Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.
O incidente foi admitido na origem.
Relatados, decido.
Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR,
DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)
3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. (...)
6. Recurso especial desprovido.
Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0511182-79.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO GOMES OLIVEIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença que reconheceu ao autor, servidor aposentado, o direito de receber a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA na pontuação requerida.
Alega a suplicante que a decisão combatida, ao dispensar a fixação do quantum condenatório sob o argumento de que a sentença contém todos os elementos necessários à liquidação, diverge de julgados da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 1ª Região e da Turma Recursal de Minas Gerais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença, visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº 0511406-85.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO FERREIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

FRANCISCO FERREIRA RODRIGUES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade do autor para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega o requerente divergência com julgados de outras Turmas Recursais, do STJ e da TNU, argumentando que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais do autor, ele faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0511724-68.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO VITALINO DE SOUSA
PROC./ADV.: ELAINE MARIA TAVARES LUZ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por FRANCISCO VITALINO DE SOUSA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de acórdão prolatado por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que reconheceu a incidência da prescrição, quanto ao requerido reajuste de que trata a Súmula 260, do extinto Tribunal Federal de Recursos.
Alega o Requerente que o acórdão recorrido diverge de entendimento da Turma Nacional de Uniformização, supostamente constante do Incidente de Uniformização nº 2006.83.00.509015-7.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Da leitura da petição recursal, não se faz possível delinear, de forma inequívoca, a controvérsia. O Requerente menciona julgado da Turma Nacional de Uniformização, mas não demonstra a alegada divergência entre este e o acórdão recorrido. Em verdade, de suas razões, deduz-se que o precedente da TNU trata da aplicação do artigo 58 do ADCT, enquanto o acórdão hostilizado cuida da prescrição in concreto, questão diversa e prefacial ao julgamento do reajuste de que cuida a Súmula 260/TFR.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0512011-94.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Ceará (5ª Região), a qual manteve a sentença por seus próprios fundamentos, que havia negado o direito da parte autora ao benefício do auxílio-doença.
Confiram-se trechos do referido julgado, verbis:
No caso em apreço, verifica-se que os documentos acostados aos autos não estão em conformidade com o que exige a legislação previdenciária, não se prestando a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por serem resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito, sendo, portanto, imprestáveis para o fim a que se destinam.
Uma vez que a parte autora não comprovou a sua qualidade de segurado(a) especial, torna-se despicienda a análise dos demais requisitos, impondo-se a manutenção da sentença de improcedência do pedido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos.
Alega o requerente divergência com julgados do STJ e da TNU, alegando que: No presente caso não se trata de reapreciação da prova, mais sim valoração da prova existente nos autos, eis que a TNU, bem como o STJ entendem diferentemente desta Turma Recursal, quanto ao início de prova material como também a existência de vinculo empregatício concomitante com atividade agrícola.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou o requerimento do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Com efeito, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, pois não realizou o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Adiante, inexiste a apontada divergência entre o acórdão recorrido e o acórdão tido como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do auxílio-doença, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, o acórdão colacionado observa particularidades daquele julgamento lastreado no respectivo conjunto fático-probatório.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0512204-46.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ MARIA SOUSA CUNHA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOSÉ MARIA SOUSA CUNHA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade do autor para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega o requerente divergência com julgados de outras Turmas Recursais, do STJ e da TNU, argumentando que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais do autor, faz ele jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
'Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0512599-67.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : UNIÃO
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : TERESA ELISABETH PERES HOLANDA
PROC./ADV. : JOSÉ OLAVO DE NORÕES RAMOS FILHO

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com base no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará - 5ª Região, a qual manteve sentença que julgou procedente pedido de remoção formulado pela demandada para acompanhar cônjuge que foi deslocado no interesse da Administração Pública, bem como afastou a alegação de incompetência absoluta do Juizado Especial Federal para processar e julgar a presente demanda, posto que não foi objeto de seu reclamo o cancelamento ou anulação de ato administrativo federal, mas apenas a ilegalidade do item 6 da Recomendação n.º 07/2009 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Afirma a postulante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
CONFLITO NEGATIVO ENTRE JUÍZO FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA DIRIMI-LO. AÇÃO QUE BUSCA A ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL. ART. 3º, § 1º, III, DA LEI 10.259/2001.
1. Cabe ao Superior Tribunal de Justiça dirimir os conflitos de competência entre juízo federal e juizado especial federal de uma mesma seção judiciária.
2. No caso em apreço, verifica-se que o autor, em última análise, busca, por meio de demanda ajuizada em face da União, a anulação de ato administrativo federal, tema excluído da competência dos juizados especiais federais por determinação expressa do art. 3º, § 1º, III, da Lei 10.259/2001, devendo a lide ser processada e julgada perante o juízo comum federal.
3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima, ora suscitante (CC n.º 85.643/RR, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJ de 01/02/2008, p. 429).
Sustenta, em síntese, que a Turma Recursal de origem afastou a incidência de ato administrativo emanado do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cujo proceder não é possível no âmbito do Juizado Especial Federal, além do deslocamento do cônjuge da parte ter se dado em seu exclusivo interesse.
O incidente foi inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Ceará.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos termos do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Primeiramente, cumpre registrar que o acórdão oriundo do e. Tribunal Regional Federal da 5ª Região não serve como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs excluídos de seu rol.
Quanto ao mais, verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em apreço, senão vejamos.
Com efeito, o decisum ora vergastado entendeu que restou demonstrado que o deslocamento de ofício do cônjuge da suplicada ocorreu no interesse da Administração, haja vista ocupar cargo público de provimento efetivo, cuja mudança se deu para o exercício de função comissionada em decorrência do exercício funcional, sem falar que a discussão referente ao ato normativo apontado como ilegal constituiu mera questão prejudicial, decidida incidentalmente, cujo fato não afasta a competência do Juizado Especial Federal.
Todavia, os precedentes transcritos se pronunciam em sentido diverso,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

qual seja, de que as causas em que se busca a anulação ou o cancelamento de ato administrativo federal não comporta seu processamento e julgamento perante os Juizados Especiais Federais, salvo os de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal, consoante dispõe o artigo 3º, § 1º, inciso III, da Lei n.º 10.259/01; de que não faz jus à remoção os servidores que tem sua primeira investidura em cargo público, não havendo que se falar em deslocamento no interesse da Administração; de que não persistindo o deslocamento no interesse da Administração, o servidor não tem direito à remoção; e de que o dependente de servidor que muda seu domicílio para assumir cargo em comissão não tem direito à transferência de universidade, pois tal mudança se daria visando atender ao interesse particular.
Portanto, trata-se de situações que não possuem as mesmas bases fáticas e jurídicas aptas a viabilizarem a irresignação da parte, o que faz atrair o óbice contido na Questão de Ordem n.º 22/TNU, que assim reza, litteris:
É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
Ademais, em última análise, cuida-se de intento em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o aresto alvejado, mostrando-se, também por esta razão, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com esteio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0512826-91.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA TERESINHA GERMANO
PROC./ADV.: MOACIR PERES MARTINS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual reconheceu ao autor, servidor aposentado, o direito de receber a Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, conforme paga aos servidores em atividade.
Alega a suplicante que a decisão combatida, ao dispensar a fixação do quantum condenatório sob o argumento de que a sentença contém todos os elementos necessários à liquidação, diverge de julgados da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 1ª Região e da Turma Recursal de Minas Gerais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença, visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0513200-44.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SILVANA DA SILVA ROCHA
PROC/ADV.: SANDRA FONTENELE GONÇALVES

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de concessão do benefício assistencial ao deficiente, que assim decidiu:
4. A concessão do pedido ajuizado requer a observância de dois requisitos: prova da incapacidade e renda per capita não superior a um quarto do salário mínimo. A autora preenche os dois, concomitantemente.
5. Nos termos do art. 13 do Decreto n° 6.214, de 26 de setembro de 2007, admite-se como prova da renda per capita a declaração firmada pelo interessado. A autora declarou que reside com mais cinco pessoas, e apenas sua mãe tem rendimentos (é pensionista). A renda per capita, portanto, é inferior a ¼ do salário mínimo.
6. Os laudos periciais/atestados médicos anexados, inclusive o Laudo Pericial apresentado por Médico designado por este Juízo, comprovam a condição de incapacidade em que a autora se encontra, portadora de várias moléstias, notadamente Insuficiência Renal Crônica, submetendo-se a tratamento por hemodiálise.
7. No laudo pericial deste Juízo, o Dr. ROBERTO ÉTER DA ROCHA FURLANI concluiu que "...que a paciente é incapaz de forma total e definitiva para o exercício de suas atividades laborais desde o início da HDL em 07/2005". Diante dessa condição de enfermidade, a autora tornou-se incapaz para prover o próprio sustento.
Alega o suscitante divergência com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, aquela Corte não admite a aplicação analógica do parágrafo único do artigo 34 do Estatuto do Idoso.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Tenho que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática com a hipótese dos autos.
No caso em tela, a decisão colegiada concedeu benefício assistencial ao deficiente, enquanto que os precedentes colacionados tratam da concessão do benefício assistencial ao idoso, mencionando a impossibilidade de aplicação analógica do artigo 34, parágrafo único, da Lei n° 10.741/2003, questão que em nada se aproxima do caso concreto, pois se pretendeu o deferimento de benefício diverso e a renda per capita familiar apurada efetivamente está abaixo de ¼ do salário mínimo.
Por fim, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto não ter realizado o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU, conformando-se em transcrever ementas dos julgados, as quais não servem para demonstração da divergência.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0513276-34.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ VALDECIR MOREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: ALCIDES PORTO BENEVIDES
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSÉ VALDECIR MOREIRA DE SOUSA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de acórdão prolatado por Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que ao negar provimento ao recurso, manteve sentença de improcedência do pedido de concessão de auxílio doença, à consideração de que segundo a perícia judicial, o promovente é portador de discopatia lombar sem radiculopatia compressiva, não havendo, segundo palavras da médica perita, "evidências clínicas de incapacidade", tendo sido a perita clara também, ao atestar que a patologia não torna o promovente incapaz para o trabalho antes exercido.
Alega o Requerente que o acórdão recorrido diverge de entendimento de Turma Recursal de Santa Catarina.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Da leitura da petição recursal, não se faz possível delinear, de forma inequívoca, a controvérsia. O Requerente menciona julgado da Turma Recursal de Santa Catarina, e colaciona ementas de outros julgados, mas não demonstra a alegada divergência de direito entre estes e o acórdão recorrido, não tendo, em verdade, procedido ao cotejo analítico entre os acórdãos.
Demais disso, da simples leitura da ementa do precedente da Turma Recursal de Santa Catarina, único apontado como paradigma, vê-se tratar-se de situação fática distinta a destes autos, posto que, naquele julgado, está expresso que o perito oficial aponta a incapacidade total e definitiva do segurado para a atividade habitual, o que não ocorrente, in casu.
Frente ao exposto, com base no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0514044-57.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: FRANCISCO VIANA DE LIMA
PROC/ADV.: SUZANA FORTUNA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no artigo 14, caput e § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de provimento parcial do pedido para determinar a averbação do período de serviço rural prestado pelo autor.
Alega-se divergência com julgados da Turma Recursal do Distrito Federal.
Inadmitido o incidente, o suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
Estando configurada a divergência jurisprudencial alegada, admito o incidente, com esteio no art. 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0514419-92.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELENILSON PEREIRA LIMA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ELENILSON PEREIRA LIMA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade do autor para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega o requerente divergência com julgados da TNU e do STJ, defendendo que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais do autor, ele faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO Nº 0514427-69.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO MARINHO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

JOÃO MARINHO DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade do autor para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega o requerente divergência com julgados de outras Turmas Recursais, do STJ e da TNU, argumentando que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais do autor, faz ele jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 05 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0514551-52.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA MARIA PEREIRA DA SILVEIRA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO E OUTRO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ANA MARIA PEREIRA DA SILVEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), segundo a qual, tendo o expert do Juízo concluído pela capacidade da autora para as atividades laborativas, não há como acolher o pedido de concessão de auxílio-doença e/ou conversão de benefício em aposentadoria por invalidez.
Alega a requerente divergência com julgados da TNU e do STJ, defendendo que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, vez que é apenas um meio de prova para nortear seu julgamento. Conclui que, consideradas as características pessoais da autora, ela faz jus ao benefício pleiteado.
Pedido de Uniformização inadmitido.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Inexiste a apontada divergência entre o aresto recorrido e os acórdãos tidos como paradigma, ante a ausência de similitude fática entre os julgados.
Com efeito, a Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará (5ª Região), negou provimento ao recurso, tendo decidido que a parte autora não havia preenchido os requisitos para a concessão do benefício previdenciário, visto a ausência de patologia incapacitante para o trabalho. Por outro lado, os acórdãos colacionados observam particularidades daqueles julgamentos lastreados nos respectivos conjuntos fático-probatórios.
Ademais, a suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, devido à ausência do cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.
Por fim, cuida-se, em última análise, de pleito em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou a decisão impugnada, na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0515399-68.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA JOSE DE SALES
PROC./ADV.: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que reconheceu à autora, servidora aposentada, o direito de receber a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte - GDPGTAS no percentual de 80% (oitenta por cento), conforme paga aos servidores em atividade.
Alega a suplicante que a decisão combatida, ao dispensar a fixação do quantum condenatório sob o argumento de que a sentença contém todos os elementos necessários à liquidação, diverge de julgados da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 1ª Região e da Turma Recursal de Minas Gerais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença, visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0515543-13.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : UNIÃO
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : ANDRÉ TEIXEIRA GURGEL
PROC./ADV. : NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com espeque no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01, contra decisão colegiada proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará - 5ª Região, a qual manteve sentença que julgou parcialmente procedente o pedido de condenação da suplicante ao pagamento das diferenças relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, no valor de 30% (trinta por cento), com base no artigo 41 da Medida Provisória 2.229-43/2001, pois consignou que a fixação do limite máximo de referida gratificação em 15% (quinze por cento) por meio de ato normativo infralegal afronta o princípio da legalidade, bem como afastou a alegação de incompetência absoluta do Juizado Especial Federal para processar e julgar a presente demanda, posto que não foi objeto do pedido principal o cancelamento ou anulação de ato administrativo federal, mas apenas a ilegalidade da Portaria AGU n.º 492/2001.
Afirma a postulante haver divergência com julgados da Turma Recursal de Goiás - 1ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, dos quais se destaca o seguinte, verbis:
CONFLITO NEGATIVO ENTRE JUÍZO FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA DIRIMI-LO. AÇÃO QUE BUSCA A ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL. ART. 3º, § 1º, III, DA LEI 10.259/2001.
1. Cabe ao Superior Tribunal de Justiça dirimir os conflitos de competência entre juízo federal e juizado especial federal de uma mesma seção judiciária.
2. No caso em apreço, verifica-se que o autor, em última análise, busca, por meio de demanda ajuizada em face da União, a anulação de ato administrativo federal, tema excluído da competência dos juizados especiais federais por determinação expressa do art. 3º, § 1º, III, da Lei 10.259/2001, devendo a lide ser processada e julgada perante o juízo comum federal.
3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima, ora suscitante (CC n.º 85.643/RR, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJ de 01/02/2008, p. 429).
Sustenta, em síntese, que a Turma Recursal de origem afastou a incidência de ato administrativo interno emanado da Advocacia-Geral da União, cujo proceder não é possível no âmbito do Juizado Especial Federal.
O incidente não foi admitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Ceará.
Por sua vez, a suscitante apresentou requerimento nos moldes do artigo 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
In casu, verifica-se que os arestos indicados como paradigma não guardam a devida similitude fática e jurídica com a hipótese em apreço, senão vejamos.
Com efeito, o decisum ora vergastado entendeu não ser possível a limitação do percentual máximo da Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ mediante ato normativo infralegal editado pela Advocacia-Geral da União, sob pena de violação ao princípio da legalidade, sem falar que referida discussão teve caráter condenatório, cuja ilegalidade apontada constituiu mera questão prejudicial, decidida incidentalmente, a qual não exclui a competência do Juizado Especial Federal.
Todavia, os precedentes transcritos se pronunciam em sentido diverso, qual seja, de que as causas em que se busca a anulação ou o cancelamento de ato administrativo federal não comporta seu processamento e julgamento perante os Juizados Especiais Federais, salvo os de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal, consoante dispõe o artigo 3º, § 1º, inciso III, da Lei n.º 10.259/01.
Portanto, trata-se de situação que não possui as mesmas bases fáticas e jurídicas aptas a viabilizarem a irresignação da parte, o que faz atrair o óbice contido na Questão de Ordem n.º 22/TNU, que assim reza, litteris:
É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.
Ademais, em última análise, cuida-se de intento em que se visa ao reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o aresto alvejado, mostrando-se, também por esta razão, manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Frente ao exposto, com apoio no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília (DF), 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0515573-14.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARLISE BARGUIL BRITO VERÇOSA
PROC./ADV.: PAULO MAURÍCIO BRITO VERÇOSA E OUTRO
REQUERIDO(A): JUIZ FEDERAL JOSÉ HELVESLEY ALVES
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
LITISCONSORTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: PROC./ADV. DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por MARLISE BARGUIL VERÇOSA, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão colegiada da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual indeferiu inicial de mandado de segurança impetrado pela ora requerente, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, ao fundamento de não se vislumbrar, na espécie, a hipótese excepcionalíssima do ato judicial teratológico, que consistiu no indeferimento de pedido de aplicação da multa prevista no art. 475-J, do CPC.
Sustenta a suscitante divergência com julgados do STJ, nos quais fica consignada a aplicação da referida multa, quando a parte vencida não cumpre a obrigação estipulada na sentença condenatória, no prazo legal.
O incidente foi inadmitido, e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o presente incidente não reúne condições de avançar.
Na hipótese em questão, inexiste similitude fática entre o julgado recorrido e os acórdãos paradigma.
Com efeito, o decisum atacado, extinguiu o processo sem julgamento de mérito, ao fundamento de não se vislumbrar, na espécie, a hipótese excepcionalíssima do ato judicial teratológico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Contudo, os arestos paradigma tratam de hipóteses onde ficou consignado que a aplicação da multa prevista no art. 475-J, do CPC, independe de intimação pessoal do devedor, para cumprimento da sentença.
Tais as razões expendidas, com fulcro no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 0515883-54.2007.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCA ANGELI FARIAS TEIXEIRA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

O INSS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2°, da Lei n° 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que manteve a sentença de concessão do benefício assistencial ao deficiente, com DIB em 08.11.2005, data do requerimento administrativo.
Alega o suscitante divergência com julgado do STJ, aduzindo, em síntese, que caso o laudo pericial não possa atestar o momento de início da incapacidade, então o benefício é devido desde a data da juntada do laudo aos autos.
O incidente foi inadmitido.
O recorrente apresentou pedido de submissão fundado no art. 15, § 4°, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
Verifica-se que o incidente é inadmissível, uma vez que a Turma Recursal não se pronunciou sobre o momento de início da incapacidade, questão suscitada pelo recorrente no presente, não havendo, assim, decisão de mérito no juízo a quo. Tão pouco foram opostos embargos de declaração para ventilar a tese, o que atrai a incidência da Questão de Ordem n° 10/TNU.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, inadmito o incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0517438-38.2009.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS HERCULANO VERÇOSA
PROC./ADV.: PAULO MAURICIO BRITO VERÇOSA E OUTRA
REQUERIDO (A): JUÍZO DO 14 VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado por FRANCISCO DE ASSIS HERCULANO VERÇOSA, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual entendeu não cabível mandado de segurança como recurso atípico, ao entendimento de que a sistemática do Juizado Especial apenas admitiria tal sucedâneo em face de ato teratológico do Juízo, o que não foi vislumbrado in casu, visto que a decisão do Juiz da 14ª Vara, apontada como autoridade coatora, em não aplicar a multa prevista no art. 475-J do CPC à Caixa Econômica Federal, se coaduna com a Jurisprudência dos tribunais superiores.
Consta dos autos que o Juiz da 14ª Vara não deferiu pedido de aplicação da multa prevista no art. 475-J, ante o entendimento de que referida multa é devida no momento do descumprimento da satisfação do crédito e não do trânsito em julgado, consoante requerido pelo autor. Ademais, a devedora não saberia sequer a quantia a ser depositada, o que fora feito, posteriormente, pelo Setor de Cálculo do Juízo a quo.
O requerente alega divergência com precedentes do STJ, aduzindo, em síntese, que a multa do art. 475-J é obrigatória logo após o descumprimento da obrigação que cabia ao devedor, independentemente de nova intimação do devedor.
O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Foi interposto o pedido de submissão à Presidência da TNU, nos termos do art. 15, § 4.º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
De início, insta salientar que não há similitude entre as decisões paradigmas e a decisão recorrida, porquanto a decisão proferida pela Turma Recursal não chegou a debater a respeito da pertinência das alegações do requerente, limitando-se a entender não cabível mandado de segurança como sucedâneo do recurso previsto na sistemática dos Juizados Especiais Federais. Já os julgados paradigma versam sobre o momento adequado para a aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC, não havendo, portanto, divergência jurisprudencial, porquanto as decisões tratam de matéria diversa.
Como se não bastasse, a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
Na hipótese, conforme já relatado, o incidente proposto se fundou em questão processual, qual seja, a aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC em caso de descumprimento da decisão judicial, o que não dá ensejo a Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
Nesse sentido já decidiu a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, verbis:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. EMENTA PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. QUESTÃO PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO.
A questão apontada pelo recorrente não trata de direito material, mas, ao contrário, detém natureza eminentemente processual, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido, por ausência de um de seus pressupostos intrínsecos.
Compete a esta Turma Nacional processar e julgar incidente de uniformização de interpretação de lei federal fundado apenas em questões de direito material, com base na divergência entre a decisão recorrida e os julgados apontados como paradigma. No caso dos autos, o recorrente apenas aduziu em seu incidente de uniformização questão eminentemente processual, que não pode ser objeto de apreciação pela Turma de Uniformização, por ausência de um de seus pressupostos intrínsecos de admissibilidade, nos moldes do art. 14, § 2º da Lei 10.259/01. (PEDILEF 200534007549773, JUIZ FEDERAL MARCOS ROBERTO ARAUJO DOS SANTOS, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 22/01/2008)
EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL.
I - Arestos paradigmas do STJ que entendem não ser possível a relativização dos requisitos impostos pela Lei n. 8213/91 para a concessão de aposentadoria por invalidez.
II - A análise dos requisitos para a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez deve considerar o conjunto de circunstâncias do caso concreto, não se restringindo à mera constatação da existência ou não de incapacidade laborativa total.
III - A aplicação de multa em embargos de declaração tidos como procrastinatórios é matéria processual, não ensejando a reapreciação por esta Turma Nacional, que somente analisa questões de direito material.
IV - Incidente parcialmente conhecido e improvido(PEDILEF 200534007550939, JUIZ FEDERAL HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 02/10/2007
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0519695-70.2008.4.05.8100
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CARLOS BARROMEU DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que reconheceu ao autor, servidor aposentado, o direito de receber a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa e de Suporte - GDPGTAS, tal como paga aos servidores em atividade.
Alega a suplicante que a decisão combatida, ao dispensar a fixação do quantum condenatório sob o argumento de que a sentença contém todos os elementos necessários à liquidação, diverge de julgados da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 1ª Região e da Turma Recursal de Minas Gerais.
O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados, decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
A Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o artigo 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Nestes termos, a divergência autorizativa do pedido de uniformização de jurisprudência é a existente entre decisões que versem sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em contrariedade à Súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
In casu, o incidente suscitado fundou-se em questão processual, qual seja, a liquidez da sentença, visando sua execução, o que impede o conhecimento do presente incidente.
Em razão do exposto, nos termos do art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente de uniformização de jurisprudência.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 24 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0526218-80.2008.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: JACQUELINE JARDIM FERRAZ
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR
EMBARGADO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JACQUELINE JARDIM FERRAZ contra decisão da lavra do então Presidente da Turma Nacional de Uniformização, pela qual foi admitido pedido de uniformização de jurisprudência suscitado pela ora embargada, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, a qual afastou a incidência da prescrição, reconhecendo o direito subjetivo da parte autora ao pagamento das diferenças salariais em atraso decorrentes da transformação do respectivo vencimento/provento pela URV.
Sustenta a embargante que a matéria discutida no incidente de uniformização já se encontra decidida no âmbito da TNU, o que enseja a sua inadmissão.
Relatados. Decido.
Tenho que os presentes embargos de declaração não merecem acolhimento.
Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.
Não vislumbro na espécie sub judice qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material na decisão embargada, senão o intuito de rediscutir a existência dos requisitos de admissibilidade do incidente.
O simples descontentamento da parte com a decisão não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento do decisum, mas não à sua modificação que, só muito excepcionalmente, é admitida.
Tais as razões expendidas, REJEITO os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 0526880-44.2008.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REGINALDO CUNHA BARRETO
PROC./ADV.: DEOLINDA PATRÍCIA CORREIA ALVES

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pelo INSS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco que manteve a sentença de procedência do pedido de aposentadoria por invalidez, por verificar que o autor preenchia os requisitos necessários.
A autarquia previdenciária sustenta que a decisão diverge de julgados dos STJ, segundo os quais, estando o Autor incapacitado apenas parcialmente para trabalho, não faz jus à aposentadoria por invalidez.
O incidente foi inadmitido e a autarquia previdenciária apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
O incidente não reúne condições de avançar.
Os julgados paradigma, ao firmarem entendimento no sentido de que o benefício da aposentadoria por invalidez não deve ser concedido ao segurado incapacitado apenas parcialmente para o trabalho, não mais corresponde à atual jurisprudência dominante das Turmas daquela Corte de Justiça, as quais passaram a considerar as condições sócio-econômicas, profissionais e culturais do segurado, em se tratando de concessão de benefícios por incapacidade, a exemplo da aposentadoria por invalidez, se o laudo pericial for conclusivo pela incapacidade parcial do segurado.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.
1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética.
2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.
3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso.
4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.
5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no REsp nº 1.055.886/PB, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe de 09/11/2009).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, UTILIZANDO-SE OUTROS MEIOS.
1. Ainda que o sistema previdenciário seja contributivo, não há como desvinculá-lo da realidade social, econômica e cultural do país, onde as dificuldades sociais alargam, em muito, a fria letra da lei.
2. No Direito Previdenciário, com maior razão, o magistrado não está adstrito apenas à prova pericial, devendo considerar fatores outros para averiguar a possibilidade de concessão do benefício pretendido pelo segurado.
3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial.
4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.102.739/GO, Rel. Min. OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe de 09/11/2009).
A jurisprudência da TNU também se firmou no sentido de que a incapacidade para o desempenho de uma atividade profissional deve ser avaliada sob os pontos de vista médico e social, o que atrai a incidência da Questão de Ordem n. 13 da TNU. É ver:
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA FIRMADA PELA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE FUNCIONALMENTE PARCIAL. CIRCUNSTÂNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS. RECONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO DEVIDA.
1. Esta TNU tem reiteradamente reconhecido que a incapacidade para o desempenho de uma atividade profissional deve ser avaliada sob os pontos de vista médico e social, mediante análise das condições sócio-econômicas do segurado.
2. Não merece seguimento Pedido de Uniformização que busca reforma de decisão de Turma Recursal em consonância com firme jurisprudência da TNU. Incidência da Questão de Ordem nº13 da TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
3. A análise da incapacidade para o trabalho deve levar em conta não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pela sua história de vida e pelo seu universo social.
4. A baixa qualificação e a reduzida aptidão para atividades estranhas às credenciais apresentadas pelo trabalhador implicam ausência de condições para o desempenho de qualquer trabalho decente. 4. Precedente do STJ no mesmo sentido do acórdão recorrido (REsp 200701516769, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 17.09.2007).
5. Pedido de Uniformização não conhecido. (PU nº 200636009062435, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, TNU, DJ de 01/03/2010).
EMENTA PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA FIRMADA PELA TNU. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTE COLEGIADO. NÃO CONHECIMENTO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE FUNCIONALMENTE PARCIAL. CIRCUNSTÂNCIAS SOCIOECONÔMICAS. RECONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO DEVIDA.
1. Esta TNU tem reiteradamente reconhecido que a incapacidade para o desempenho de uma atividade profissional deve ser avaliada sob os pontos de vista médico e social, mediante análise das condições socioeconômicas do segurado.
2. Não merece seguimento Pedido de Uniformização que busca reforma de decisão de Turma Recursal em consonância com firme jurisprudência da TNU. Incidência da Questão de Ordem nº 13 deste Colegido ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
3. A análise da incapacidade para o trabalho deve levar em conta não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pela sua história de vida e pelo seu universo social.
4. Precedente do STJ no mesmo sentido do acórdão recorrido (REsp 200701516769, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 17.09.2007).
5. Pedido de Uniformização não conhecido. (PU nº 200832007037725, Rel. JUIZ FEDERAL JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO, DJ de 25/02/2010).
Frente ao exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o presente incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº 0536361-65.2007.4.05.8300
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ROSANE PORFÍRIO DA SILVA
PROC./ADV. : DEFENSORIA PÚBILCA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

ROSANE PORFÍRIO DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, que manteve a sentença de desprovimento do pedido de aposentadoria, pois a mera declaração da suposta empregadora não contém força probante necessária para o reconhecimento do período como sendo de exercício de atividade especial.
Alega a suscitante divergência com julgado do STJ, o qual atestaria, segundo procura demonstrar, que os documentos constantes nos presentes autos satisfazem à exigências legais para comprovação do período trabalhado em condições especiais.
O incidente de uniformização foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco.
A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.
Relatados. Decido.
A decisão indicada como paradigma não guarda a devida similitude fática e jurídica com a hipótese dos autos, pois observa particularidades daquele julgamento lastreado no respectivo conjunto fático-probatório.
Veja-se que sequer versam aqueles autos sobre reconhecimento de tempo de serviço prestado em condições especiais.
Ademais, cuida-se de pleito que visa o reexame de prova, com consequente inversão da conclusão a que chegou o decisum hostilizado na dimensão do conjunto probatório dos autos, mostrando-se manifestamente incabível o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.
Pelo exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, não admito o presente incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de março de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

DESPACHOS PRESIDENTE DA TURMA

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO Nº: 2005.71.52.004042-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MANOEL EUGENIO MARTINS RODRIGUES
PROC/ADV.: ERIC RAFAEL JACQUES DE MATTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por MANOEL EUGENIO MARTINS RODRIGUES, em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela ilustre Presidente da Turma Recursal.
O requerente, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.71.52.004792-0
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ FERNANDO FIORENZA
PROC/ADV.: ERIC RAFAEL JACQUES DE MATTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por LUIZ FERNANDO FIORENZA, em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela ilustre Presidente da Segunda Turma Recursal.
O requerente, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.71.52.005230-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GILSON DE BRITO SILVEIRA
PROC/ADV.: ERIC RAFAEL JACQUES DE MATTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por GILSON DE BRITO SILVEIRA, em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O requerente requereu o envio do incidente para a Turma Nacional.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 9 de setembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.71.52.005279-3
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AIRTON ROMÃO SILVEIRA MORAES
PROC/ADV.: ERIC RAFAEL JACQUES DE MATTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por AIRTON ROMÃO SILVEIRA MORAES, em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela ilustre Presidente da Turma Recursal.
O requerente, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2005.71.52.005312-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GELSON ANDRESKI DA SILVA
PROC/ADV.: ERIC RAFAEL JACQUES DE MATTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por GELSON ANDRESKI DA SILVA em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pelo ilustre Presidente da Turma Recursal.
O requerente, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi in-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

terposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 3 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.71.52.005679-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARCELO EILERT
PROC/ADV.: ERIC RAFAEL JACQUES DE MATTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por MARCELO EILERT, em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela ilustre Presidente da Turma Recursal.
O requerente, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N°: 2005.71.52.006004-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO CLÁUDIO REBELO MACHADO
PROC/ADV.: ERIC RAFAEL JACQUES DE MATTOS
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e suscitado por JOÃO CLÁUDIO REBELO MACHADO, em face de decisum da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O incidente foi inadmitido pela ilustre Presidente da Turma Recursal.
O requerente, por sua vez, requereu o envio do incidente para a Turma Nacional de Uniformização.
Ocorre, contudo, que o presente pedido de uniformização foi interposto, com base no § 1º do art. 14 da Lei 10.259/01, contendo decisões paradigma da mesma Região, não sendo, portanto, a Turma Nacional competente para apreciar o presente incidente. Deve, pois, a questão da admissibilidade ser decidida pela ilustre presidente da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Pelo exposto, remetam-se os autos à Presidência da Turma Regional dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.50.003088-2
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): TEREZA PALERMO
PROC./ADV.: INÊS ESTANISLAVA PUCCI

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, acolhendo em parte o recurso do autor e negando o recurso da ré, declarou a inexigibilidade do imposto de renda sobre os juros de mora por ele recebidos em sede de reclamatória trabalhista.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual apenas não incide imposto de renda sobre juros moratórios quando o valor sobre qual o mesmo incide tem natureza indenizatória, aplicando-se a regra de que o acessório segue a sorte do principal.
Verificando que a matéria relativa à incidência do imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de verbas remuneratórias recebidos em ação trabalhista vem sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça nos termos do rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil (processo demonstrativo da controvérsia o REsp nº 1.002.665/RS), determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2008.70.50.016586-6
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SUILENE DE SENA DANTAS
PROC./ADV.: DIEGO MARTINS CASPARY

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, acolhendo em parte o recurso do autor e negando o recurso da ré, declarou a inexigibilidade do imposto de renda sobre os juros de mora por ele recebidos em sede de reclamatória trabalhista.
Alega a suscitante que a decisão combatida diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual apenas não incide imposto de renda sobre juros moratórios quando o valor sobre qual o mesmo incide tem natureza indenizatória, aplicando-se a regra de que o acessório segue a sorte do principal.
Verificando que a matéria relativa à incidência do imposto de renda sobre juros moratórios decorrentes de verbas remuneratórias recebidos em ação trabalhista vem sendo apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça nos termos do rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil (processo demonstrativo da controvérsia o REsp nº 1.002.665/RS), determino o sobrestamento do presente incidente, em conformidade com o previsto no artigo 7º, VIII, in fine, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
Oficie-se às Coordenadorias dos Juizados Especiais Federais e aos Presidentes das Turmas Recursais.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.020889-8
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
ADV./PROC. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A) : MARIO RODRIGUES MACHADO
ADV./PROC. : SÉRGIO LOBO RODRIGUES

DESPACHO

Indefiro o pedido de prioridade formulado por MARIO RODRIGUES MACHADO haja vista que conta com 59 anos, não fazendo jus, portanto, à benesse prevista no artigo 71, da Lei n. 10.741/2003.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.020890-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE : FAZENDA NACIONAL
ADV./PROC: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA HELENA GAMEIRO ACHE ASSUMPÇÃO
ADV./PROC. : SÉRGIO LOBO RODRIGUES

DESPACHO

Defiro o pedido de prioridade formulado por MARIA HELENA GAMEIRO ACHE ASSUMPÇÃO.
Cumpra-se.
Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO Nº: 2009.51.51.042016-4
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOSÉ LUIS DA SILVA
PROC/ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC/ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de pedido de uniformização aviado por JOSÉ LUIS DA SILVA, com espeque no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual versou sobre a impossibilidade de se interpor recurso perante a Turma Recursal quando a decisão proferida em primeiro grau extinguiu o feito sem julgamento de mérito.
Encaminhem-se os autos ao Exmo. Sr. Juiz Federal Relator do Incidente de Uniformização, para fins de apreciação da petição de desistência protocolizada pela advogada constituída pelo requerente.
Cumpra-se.
Brasília, 22 de março de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 2009.51.51.043601-9
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
ADV./PROC.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SÉRGIO GUSTAVO JARDIM FALEIRO
ADV.PROC.: SÉRGIO LOBO RODRIGUES

DESPACHO

Indefiro o pedido de prioridade formulado por SÉRGIO GUSTAVO JARDIM FALEIRO haja vista que conta com apenas 45 anos, não fazendo jus, portanto, à benesse prevista no art. 71, da Lei n. 10741/2003.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO N.º: 0500228-92.2010.4.05.8502
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO: LARISSA DE FARIA CARVALHO
PROC./ADV.: HILDON OLIVEIRA RODRIGUES

DESPACHO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, que reformou sentença e julgou procedente pedido de concessão de pensão por morte de ex-combatente.
Distribua-se, nos termos do art. 7º, I, da Resolução n.º 22/2008.
Cumpra-se.
Brasília, 02 de fevereiro de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500986-77.2010.4.05.8500
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: NARA LIMA DE ALMEIDA SOUZA
PROC./ADV.: VERÔNICA CHRISTHIANE DE SANTANA DE ANDRADE
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DESPACHO

A matéria em debate encontra-se por mim sobrestada, conforme decidido no Pedido de Uniformização de n.º 2009.51.51.013281-0/RJ.
Assim, sobresto os presentes autos até o julgamento do RE 626.489 pelo Supremo Tribunal federal.
Após o trânsito em julgado do citado extraordinário, subam conclusos novamente os autos.
Cumpra-se.
Brasília, 11 de abril de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

QUESTÃO DE ORDEM N. 28

Havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.
Publique-se.
Brasília, 05 de maio de 2011.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 982, DE 6 DE MAIO DE 2011

Altera dispositivos das Resoluções que especifica.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso I, artigo 6º, da Resolução CFMV nº 904, de 11 de maio de 2009, publicada no DOU de 12-5-2009, Seção 1, pg.196, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - 03 (três) Assessores da Presidência;"

Art. 2º Incluir o inciso VII ao artigo 1º da Resolução CFMV nº 905, de 11 de maio de 2009, publicada no DOU de 12-5-2009, Seção 1, pg.196, com a seguinte redação:

VII - Assessor da Presidência 03.....até R$ 3.000,00 (três mil reais)"

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU, revogadas as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
2ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 2010.08.07286-05/SCA. Matéria afetada ao Pleno da Segunda Câmara. Recorrentes: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e J. M. C. R. Advogados: Daniel Gigante de Castro da Costa e Silva OAB/RJ 136282, Carlos Gélio Alves de Souza OAB/DF 13761 e outros. Recorridos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, J.M.C.R. e SEBRAE. Advogados: Carlos Gélio Alves de Souza OAB/DF 13761 e Daniel Gigante de Castro da Costa e Silva OAB/RJ 136282 e outros. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA N. 010/2011/SCA. Prerrogativa da Segunda Câmara para aplicação de pena de exclusão. Fraude praticada no exercício da profissão. Locupletamento ilícito à custa do cliente. Prestação de contas perante o cliente com documentos falsos. Condenação cível ao ressarcimento dos valores que se apropriou. Condenação pelo TCU em tomada de contas especial, em virtude do cliente ser órgão mantido com recursos públicos. Conduta capitulada nos incisos XX, XXI, XXV e XVII do art. 34 da Lei n. 8.906/94. Conhecimento e provimento do recurso do Representante. Pena de exclusão que se impõe. Subsistência da deliberação do Conselho Seccional porque não alcançado o quorum qualificado na Segunda Câmara. Recurso manejado pelo Representado que não se conhece, a teor do art. 78 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por maioria de votos, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, no tocante ao conhecimento e provimento do recurso do Representante e ao reconhecimento da prerrogativa do colegiado para aplicar a pena de exclusão; por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso do Representado. Impedido de votar o representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 21 de março de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Conselheiro Federal - Relator.

RECURSO N. 2007.08.04858-05/SCA-PTU/Embargos de Declaração. Matéria afetada ao Pleno da Segunda Câmara. Embargantes: Presidente do Conselho Federal da OAB e Presidente da Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Embargados: Decisão e Ementa de fls. 143/145, da PTU/SCA. Recorrente: M. A. H.. Advogado dativo: Pablo Bonilla Chaves - OAB/PR n. 40479. Recorrido: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator Originário: Conselheiro Federal Tito Costa de Oliveira (AC). Redistribuído: Conselheiro Federal Floriano Edmundo Poersch (AC) EMENTA N. 011/2011/SCA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. EFEITO MODIFICATIVO. RECURSO ORIGINÁRIO IMPROVIDO. É da competência do Conselho Pleno do Conselho Seccional a instauração e o julgamento do procedimento previsto no art. 38 da Lei nº. 8906/94. Conferidos efeitos modificativos aos embargos declaratórios opostos para reformar a r. decisão da 1ª Turma da Segunda Câmara que, por maioria, entendeu como atribuição do TED. Recurso do Representado rejeitado. Manutenção da decisão pela exclusão proferida pelo Conselho Seccional, em todos os seus termos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros integrantes da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por maioria de votos, em conhecer dos embargos de declaração, acolhendo-os para dar-lhes efeito modificativo, reformando a decisão da 1ª Turma da Segunda Câmara, tudo em conformidade com o relatório e voto que integram o presente julgado. Brasília, 12 de abril de 2011. Durval Julio Ramos Neto, Presidente da Segunda Câmara, em exercício. Floriano Edmundo Poersch, Conselheiro Federal - Relator.

RECURSO N. REC-0111/2006 - Embargos de Declaração. Embargante: F. A. B.. Advogado: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981. Embargado: Despacho de fls. 512. Recorrente: F.A.B. Advogado: José Antonio Carvalho OAB/SP 53981. Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Aparecida Rosa Ladário. Relator Originário: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). Redistribuído: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA N. 012/2011/SCA. REITERAÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ARGUIÇÃO DE VIOLAÇÃO À RESOLUÇÃO Nº 04 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE ALTEROU O ARTIGO 109 DO REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB. ALEGAÇÃO DE QUE A ALUDIDA ALTERAÇÃO IMPLICOU EM REVOGAÇÃO DA SÚMULA Nº 01 DO ÓRGÃO ESPECIAL. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO QUANTO À SUSCITAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade de votos, em conhecer e não acolher os embargos opostos, mantendo íntegra a decisão impugnada, de conformidade com o relatório e voto que integram o presente julgado. Impedida de votar a Representante Seccional da OAB/São Paulo. Brasília, 17 de maio de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente da Segunda Câmara. Romeu Felipe Bacellar Filho, Conselheiro Federal - Relator.

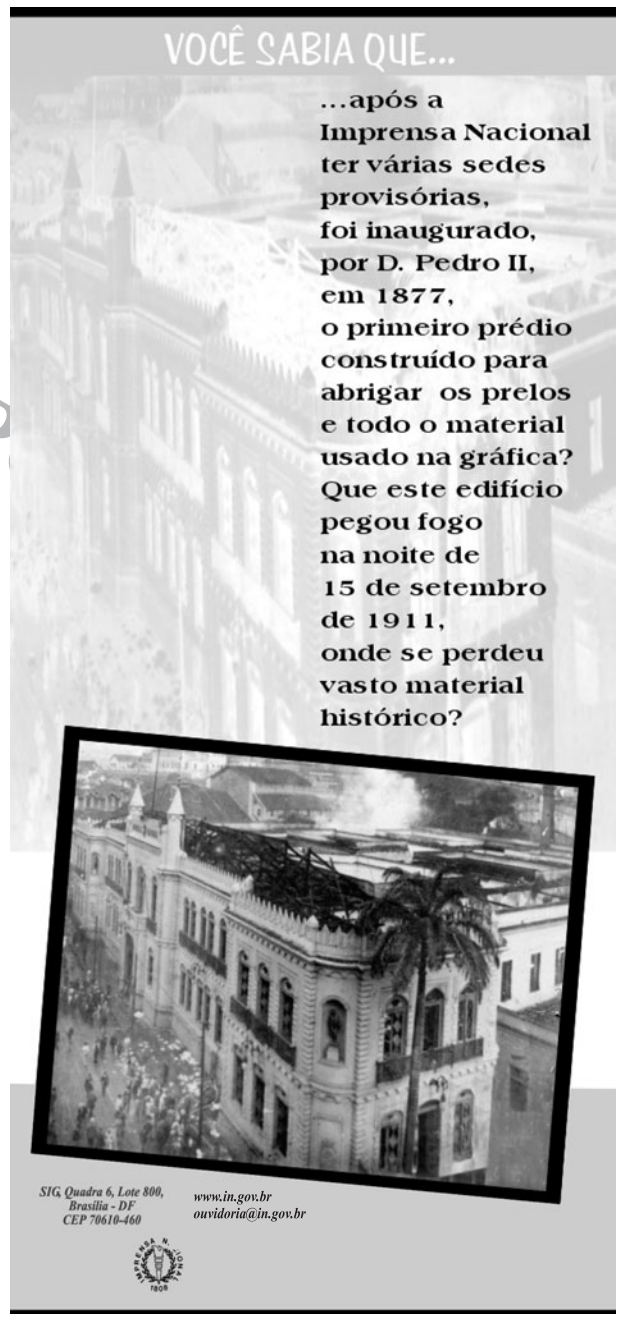
RECURSO N. 2007.08.01680-05/SCA. Recorrente: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Recorrida: I.N.M. Advogados: Itamar Leonidas Pinto Paschoal OAB/SP 27291 e Ibiraci Navarro Martins OAB/SP 73003. Relator: Conselheiro Federal Durval Julio Ramos Neto (BA). EMENTA N. 013/2011/SCA. Recurso contra decisão proferida por Turma da Segunda Câmara do Eg. Conselho Federal a que se dá provimento. A deliberação que impõe a nulidade de decisão proferida pelo Conselho Seccional da OAB/SP, estando seus órgãos decisórios compostos por advogados não conselheiros, não pode prosperar, considerando a autonomia que têm as Seccionais para dispor, em seus Regimentos Internos, a respeito da sua organização interna. Observação dos termos e da vigência da Resolução n. 04/2010, do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do vôo do Relator. Impedida de votar a Representante Seccional da OAB/São Paulo. Brasília, 17 de maio de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente. Durval Julio Ramos Neto, Conselheiro Federal - Relator.

RECURSO N. 2009.08.06526-05/SCA. Recorrente: A.M.O.. Advogados: Ana Paula Cantão OAB/SP 253554 e Leandro Aguiar Piccino OAB/SP 162464. Recorridos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Volkswagen do Brasil LTDA - Indústria de Veículos Automotores. Advogados: Antônio Carlos Vianna Barros OAB/SP 17663 e Fabrício Trindade de Sousa OAB/DF 17407 e outros. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA N. 014/2011/SCA. RECURSO À 2ª CAMARA DO CONSELHO FEDERAL INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO NÃO UNÂNIME PROFERIDA PELA 2ª TURMA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 89-A, § 3º, DO REGULAMENTO GERAL. NULIDADE DA COMPOSIÇÃO DE TURMA JULGADORA POR ADVOGADO NÃO ELEITO CONSELHEIRO AFASTADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 01/2007 DO ÓRGÃO ESPECIAL. MATÉRIA FÁTICA AMPLAMENTE DEMONSTRADA E COMPROVADA A INFRAÇÃO ÉTICA. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. INEXISTENCIA DE ATENUANTES EM RAZÃO DO GRANDE NÚMERO DE PROCESSOS AFORADOS EM DECORRENCIA DA PROPAGANDA. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, acolhendo o voto do Relator, parte integrante deste. Impedido de votar a Representante da OAB/São Paulo. Brasília, 19 de maio de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente da Segunda Câmara. José Sebastião Espíndola, Conselheiro Federal - Relator.

PROCESSO DE REVISÃO N. 2010.08.03620-05/SCA - Embargos de Declaração. Requerente: W. C. T. OAB/SP 188823. Advogados: Wellington Cesar Thomé OAB/SP 188823, Aparecido Thomé Franco OAB/SP 89007 e Alexandre Fagundes Costa OAB/SP 161.055. Requerido: Acórdão de fls. 207/210 da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Maria de Lourdes Bossa. Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA N. 015/2011/SCA. I - A competência para o processamento e julgamento da revisão é do Conselho Federal da OAB, quando se tratar de decisão de mérito proferida em recurso ou de decisão proferida em processos disciplinares originários. A revisão do processo disciplinar, prevista no art. 73, § 5º, da Lei n. 8.906/94, é admitida contra decisão baseada em falsa prova ou que tenha incidido em erro de julgamento. Não se trata de recurso, portanto, incabível quando tem por objetivo apenas nova análise do processo. II - Decisão que, com fundamento na prova dos autos, entende que o advogado locupletou-se, por qualquer forma, à custa do cliente e descumpriu o dever indeclinável de prestar contas não representa, por óbvio, erro de julgamento. III - Advogado suspenso. Exercício da advocacia. Notícia à Corregedoria-Geral do Processo Disciplinar da OAB. Acórdão. Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade, com a abstenção do Representante da OAB/Mato Grosso do Sul, em conhecer do pedido revisional e julgá-lo improcedente, nos termos do voto do Relator, com os acréscimos oferecidos pelo Conselheiro Luiz Cláudio Silva Allemand (ES) - pedido de vista, partes integrantes deste. Impedida de votar a Representante da Seccional da OAB/São Paulo. Brasília, 17 de maio de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente da Segunda Câmara. Walter Carlos Seyfferth, Conselheiro Federal - Relator.

PEDIDO DE REVISÃO N. 2010.19.05236-01/SCA. Requerente: H.B.N.M.J.. Advogado: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957. Requeridos: Acórdão da PTU/SCA do CFOAB e Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA N. 016/2011/SCA. PEDIDO DE REVISÃO. ART. 34, XX E XXI. NÃO CONHECIMENTO DO PARADEIRO DOS CLIENTES A QUEM SE DEVA PAGAR. LEVANTAMENTO PRÉVIO DE ALVARÁ. FALTA ÉTICA VERIFICADA. RECURSO CONHECIDO E JULGADO IMPROCEDENTE. 1. É possível que o causídico perca o contato com um ou alguns de seus constituintes, mas dificilmente perderá com todos, tal fato já demonstra o desinteresse do peticionante em prestar contas a seus constituintes. 2. Nada obstante, após período razoável de tempo sem notícias de seus constituintes, para que se visse desobrigado e demonstrasse sua boa fé, poderia ter sido realizado consignação em pagamento, método civil capaz de elidir a mora do devedor. 3. Por fim, registre-se que os processos disciplinares em nada se relacionam com o interesse ou vontade dos representantes, mas sim com a obrigação da OAB de vistoriar a correção e probidade da conduta dos advogados no Brasil, bem como no dever dos advogados de seguirem os preceitos éticos de estilo. 4. Pelo exposto, conheço do presente pedido de revisão, julgando-o, contudo, totalmente improcedente. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por unanimidade de votos, em conhecer e julgar improcedente o pedido de revisão, nos termos do voto do Relator, que integra o presente julgado. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 17 de maio de 2011. Márcia Machado Melaré, Presidente da Segunda Câmara. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Conselheiro Federal - Relator.

Brasília, 19 de maio de 2011.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente da Câmara



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais

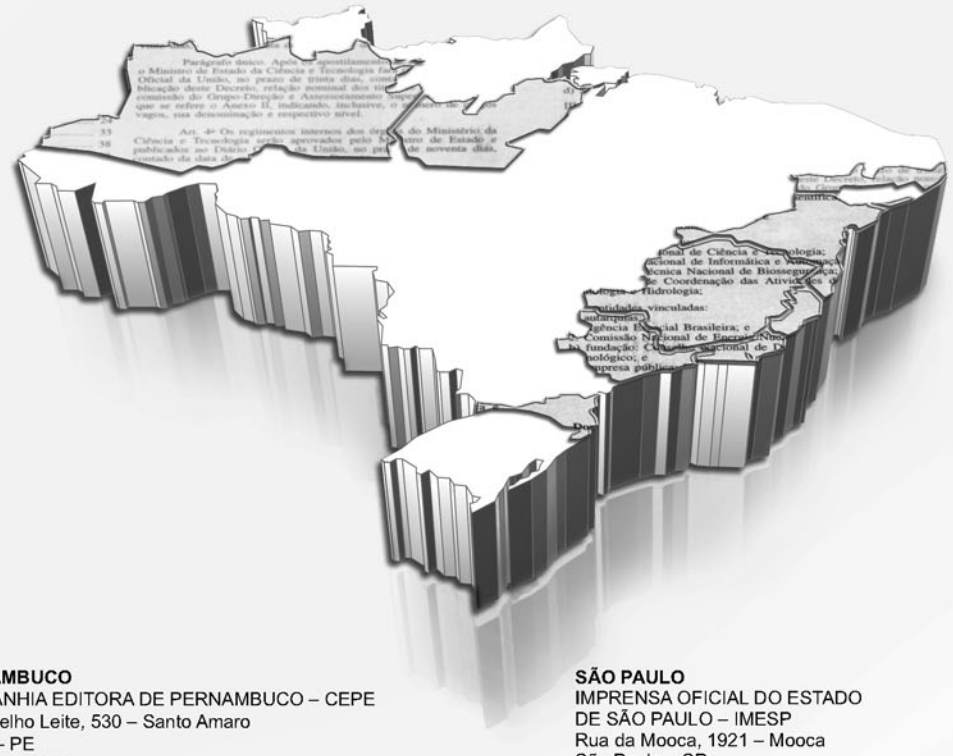


A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405

